REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 2 a 31 de março de 2009)
e
Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

ANO LXIV – SUP. AO Nº 39 – QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2009 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO
Mão Santa- (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO
Patrícia Saboya - (PDT-CE)

Suplentes de Secretário
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria
(PMDB/PP) - 20

Líder
Renan Calheiros - PMDB

Vice-Líderes
Valdir Raupp
Paulo Duque
Lobão Filho
Francisco Dornelles
Gilvam Borges
Gerson Camata
Geraldo Mesquita Júnior
.....

Líder do PMDB - 19
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Wellington Salgado de Oliveira
Almeida Lima
Valter Pereira
Gilvam Borges
Leomar Quintanilha
Neuto De Conto

Líder do PP - 1
Francisco Dornelles

Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21

Líder
Aloizio Mercadante - PT

Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella
.....

Líder do PT - 12
Aloizio Mercadante

Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns

Líder do PR - 4
João Ribeiro

Vice-Líder do PR
Expedito Júnior

Líder do PSB - 2
Antonio Carlos Valadares

Líder do PRB - 2
Marcelo Crivella

Líder do PC DO B - 1
Inácio Arruda

Bloco Parlamentar da Minoria
(DEM/PSDB) - 27

Líder
Mário Couto - PSDB [1]

Vice-Líderes
Heráclito Fortes
Flexa Ribeiro
Demóstenes Torres
Eduardo Azeredo
Adelmir Santana
João Tenório
Kátia Abreu
Papaléo Paes
.....

Líder do DEM - 14
José Agripino

Vice-Líderes do DEM
Jayme Campos
Antonio Carlos Júnior
Rosalba Ciarlini
Efraim Morais

Líder do PSDB - 13
Arthur Virgílio

Vice-Líderes do PSDB
Alvaro Dias
Lúcia Vânia
Cícero Lucena
Papaléo Paes

PTB - 7

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Sérgio Zambiasi
Romeu Tuma

PDT - 5

Líder
Osmar Dias - PDT

Vice-Líder
Patrícia Saboya

PSOL - 1

Líder
José Nery - PSOL

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
João Pedro
Gim Argello
Romeu Tuma

[1] Senador Mário Couto indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2009, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 8 de maio de 2008.

EXPEDIENTE

José Alexandre Lima Gazineo
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 2 a 31 de março de 2009)

Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal 6

Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 59

Secretaria de Comissões..... 63

1.2 – Atas de Comissões Permanentes

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 1ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 04 de março de 2009..... 174

Ata da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de março de 2009..... 176

Ata da 3ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de março de 2009..... 199

Ata da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de março de 2009..... 230

Ata da 5ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de março de 2009..... 250

Ata da 6ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Econômicos, e 4ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de março de 2009..... 286

Ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, e 4ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de março de 2009..... 315

1.2.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 1ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 04 de março de 2009..... 359

Ata da 2ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 11 de março de 2009..... 360

Ata da 3ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 18 de março de 2009..... 379

Ata da 4ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 25 de março de 2009..... 391

1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

– 1º Reunião (Extraordinária) da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 04 de março de 2009..... 402

– 2º Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de março de 2009..... 405

– 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de março de 2009..... 422

1.2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA

Ata da 1ª Reunião de Instalação, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de março de 2009. 437

Ata da 2ª Reunião Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de março de 2009..... 441

Ata da 3ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de março de 2009..... 454

Ata da 4ª Reunião Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de março de 2009..... 475

Ata da 35ª Reunião Conjunta, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada com as Comissões de Assuntos Econômicos, de Finanças e Tributação, de Fiscalização Financeira e Controle, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-CN, em 26 de novembro de 2008..... 488

Ata da 36ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de dezembro de 2008..... 516

1.2.5 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

1ª Reunião (Extraordinária) da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 27 de fevereiro de 2008..... 533

1.2.6 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

1ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 04 de março de 2009..... 535

2ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 11 de março de 2009..... 542

3ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 18 de março de 2009..... 561

4ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 25 de março de 2009..... 585

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura -2009

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 31/03/2009)

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (1º a 31 DE MARÇO DE 2009)	
Deliberativas Ordinária	12
Não Deliberativas	10
Deliberativas Extraordinárias	0
Especiais	2
Total de sessões realizadas	**24**
Sessões não realizadas	0

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 31 de março de 2009)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XII) 144

I – Medidas Provisórias aprovadas..... 2

1 – Aprovadas**,** na forma de Projeto de Lei de Conversão, com alterações, e devolvidas à Câmara dos Deputados..... 2

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 13

1 – Por decisão do Plenário 13

1.1 – De iniciativa de Senador 2

1.2 – De iniciativa de Deputado 10

1.3 - De iniciativa do Presidente da República 1

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados..... 7

1 – Por decisão do Plenário 2

1.1 – Da Câmara dos Deputados.....1

1.2 – De Comissão Mista.....1

2 – Em decisão terminativa 5

IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 37
1 – Concessões de telecomunicações 27
2 – Atos Internacionais 7
3 – Operações de crédito 1
4 – Programação monetária 1
5 – Projetos de Resolução (outras matérias)..... 1

V – Escolha de Chefe de Missão Diplomática 12

VI – Escolha de Autoridades 5

VII – Requerimentos de Homenagens de Pesar 5

VIII – Requerimentos de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante..... 17

IX – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período de Expediente 6

X – Requerimentos de Informação aprovados pela Mesa 24

XI – Requerimentos despachados pelo Presidente (art. 215, Inc. II, b, RISF) . 2

XII – Requerimentos Diversos 14

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XIII A XV) 7

XIII - Matéria rejeitada..... 1

XIV - Matéria prejudicada..... 1

XV - Matérias retiradas pelos autores 5

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS EM MARÇO (ITENS I A XV) 151

Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões..... 100

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 2 DE FEVEREIRO A 31 DE MARÇO DE 2009

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (2 fevereiro a 31 de março de 2009)	
Deliberativas Ordinária	18
Deliberativas Extraordinárias	0
Não Deliberativas	19
Especiais	2
Total de sessões realizadas	**39**
Sessões não realizadas	0
Reuniões Preparatórias	2

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XIV) 210

I – Medidas Provisórias aprovadas..... 2

1 – Aprovadas**,** na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas, e devolvidas à Câmara dos Deputados..... 2

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 13

1 – Por decisão do Plenário 13

1.1 – De iniciativa de Senador.....2

1.2 – De iniciativa de Deputado 10

1.3 – Da Presidência da República 1

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados..... 56

1 – Por decisão do Plenário 2

1.1 – Da Câmara dos Deputados.....1

1.2 – De Comissão Mista.....1

2 – Em decisão terminativa 54

IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 37

1 – Concessões de telecomunicações 27

2 – Atos Internacionais..... 7

3 – Operações de crédito 1

4 – Programação monetária..... 1

5 – Projetos de Resolução (outras matérias).....1

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática 12

VI – Escolha de Autoridades 5

VII – Requerimentos de Homenagem de Pesar 8

VIII – Requerimentos de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante 17

IX – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente 9

X – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa 27

XI – Requerimentos despachados pelo Presidente (art. 215, Inc II, b, RISF) .. 2

XII – Requerimentos de tramitação conjunta aprovados pela Mesa 4

XIII – Requerimentos desapensamento aprovados pela Mesa 4

XIV – Requerimentos Diversos 14

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XV A XVII) 9

XV - Matérias rejeitadas 3

XVI - Matérias prejudicadas 1

XVII - Matérias retiradas pelos autores 5

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XVII) 219

Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões 155
Requerimentos de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito 1

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS

Total 2

I.1 - Projetos de Lei de Conversão aprovados com alterações e devolvidos à Câmara dos Deputados

Total 2

Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008 (Medida Provisória nº 445, de 2008), que dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

Sessão: 11.03.2009

Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009 (Medida Provisória nº 447, de 2008), que altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e revoga dispositivos das Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica.

Sessão: 24.03.2009

II - PROPOSIÇÕES APROVADAS PELO PLENÁRIO E ENVIADAS À SANÇÃO

De iniciativa de Senador 2
De iniciativa de Deputado 10
De iniciativa do Presidente da República 1
Total 13

II-1. Projetos de Lei da Câmara aprovados pelo Plenário

Total.....11

Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2007 (nº 206/2007, na Casa de Origem), de autoria do Deputado Clodovil Hernandes, que altera o art. 57 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para autorizar o enteado ou a enteada a adotar o nome de família do padrasto ou da madrasta.
Sessão: 24.03.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Luciano Zica, que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.
Sessão: 25.03.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Geraldo Resende, que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. (Acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).
Sessão: 25.03.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).
Sessão: 25.03.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Davi Alcolumbre, que denomina "Aeroporto Internacional de Macapá/AP - Alberto Alcolumbre", o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.
Sessão: 25.03.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), de autoria do Deputado Chico Alencar que institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.
Sessão: 25.03.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), de autoria do Deputado Celso Russomanno, que Institui o Dia Nacional do Caminhoneiro.
Sessão: 25.03.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Carlos Brandão, que Institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.
Sessão: 25.03.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003 (nº 335/1995, na Casa de origem), de autoria da Deputada Fátima Pelaes, que dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2008 (nº 2.576/200, na Casa de origem), de autoria do Deputado Fernando Gabeira, que Dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências.
Sessão: 31.03.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2009 (nº 4.383/2008, na Casa de origem), de autoria do Deputado Beto Albuquerque, que Institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea.
Sessão: 31.03.2009

II-2. Projetos de Lei do Senado emendados pela Câmara

Total.....2

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2004 (nº 4.025/2004, naquela Casa), de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que acrescenta parágrafo ao artigo 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o chamado "seqüestro relâmpago".
(Observação: A emenda da Câmara foi rejeitada e o texto original do Projeto de Lei do Senado foi encaminhado à sanção)
Sessão: 24.03.2009

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999-Complementar (nº 177/2004-Complementar, naquela Casa), de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

Sessão: 24.03.2009

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal	5
De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
De iniciativa de Comissão Mista	1
Total	**7**

III.1 - Projetos de Lei do Senado aprovados por Comissão, em decisão terminativa

Total	5

Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2007, de autoria do Senador Wilson Mattos, que altera o art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para definir, na educação superior, a freqüência mínima exigida para aprovação.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 06.03.2009

Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Araguaia (UNIVALE), com sede no município de Barra do Garças.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 30.03.2009

Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.466, de 23 de abril de 1986, que "dispõe sobre a comemoração do feriado de 1º de Maio - Dia do Trabalhador".

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 30.03.2009

Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, que inscreve o nome de Getúlio Dornelles Vargas no Livro dos Heróis da Pátria.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 30.03.2009

Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que denomina "Ponte Luís Carlos Prestes" a ponte transposta sobre o rio Gravataí na BR-116, Km 270, nos municípios de Canoas e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 30.03.2009

III.2 - Projetos de Lei do Senado aprovados pelo Plenário

Total.....1

Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que altera a redação do artigo 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º. 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B.

Sessão: 25.03.2009

III.3 – Emenda do Senado a Projeto de Lei da Câmara

Total.....1

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003 (nº 335/1995, na Casa de origem), de iniciativa da Deputada Fátima Pelaes, que dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres.

Sessão: 26.03.2009

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

Concessões de telecomunicações 27
Atos Internacionais 7
Operações de crédito.....1
Programação monetária 1
Projetos de Resolução (Outras Matérias) 1
Total.....37

IV.1 Projetos de Resolução aprovados pelo Plenário

Total.....2

Projeto de Resolução nº 8, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até US$ 41,000,000.00 (quarenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 24.03.2009

Projeto de Resolução nº 9, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, no intuito de modificar o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.

Sessão: 25.03.2009

IV.2 Projetos de Decreto Legislativo aprovados pelo Plenário

Total.....8

Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2008 (nº 410/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha relativo ao projeto "Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí", concluído em Brasília, em 06 de setembro de 2006.

Sessão: 25.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2008 (nº 54/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento e o Governo da República Federativa do Brasil para a Capacitação em "Software" Livre e Aberto nos Países em Desenvolvimento, assinado em Túnis, em 16 novembro de 2005.

Sessão: 25.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2008 (nº 2.544/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, assinado em Bridgetown, em 21 de novembro de 2004.

Sessão: 25.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2008 (nº 9/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Extradição entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005.

Sessão: 25.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2008 (nº 398/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, celebrado em San Juan de Anchorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007.

Sessão: 25.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 284, de 2008 (nº 408/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007.
Sessão: 25.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2008 (nº 735/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007.
Sessão: 25.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a programação monetária relativa ao 4º trimestre de 2008.
Sessão: 26.03.2009

IV.3 Projetos de Decreto Legislativo aprovados pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em decisão terminativa

Total.....27

Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2007 (nº 355/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Santiago FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2008 (nº 430/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Ouro Fino para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2008 (nº 471/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Ponta Porã Ltda. para explorar serviço de

radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2008 (nº 560/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasil de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lagoa Grande, Estado de Pernambuco.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2008 (nº 623/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cabo Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurupi, Estado do Tocantins.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 304, de 2008 (nº 646/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Jovem de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cabixi, Estado de Rondônia.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2008 (nº 647/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Aquidauana Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Monte Negro, Estado de Rondônia.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2008 (nº 652/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Produtores Rurais do Vale do Rio Preto - APRLVARP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida do Rio Negro, Estado do Tocantins.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2008 (nº 437/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Municipal de Assistência Social - AMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Abaeté, Estado de Minas Gerais.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2008 (nº 467/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Centauro LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Simonésia, Estado de Minas Gerais.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2008 (nº 524/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Vale do Rio Pires para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Pires, Estado da Bahia.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2008 (nº 527/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Futura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Comendador Gomes, Estado de Minas Gerais.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2008 (nº 260/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Telecomunicações Delfim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 332. de 2008 (nº 683/2008. na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre - CDDHEP-AC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2008 (nº 684/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Monte Pascoal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabela, Estado da Bahia.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2008 (nº 685/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Ideal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2008 (nº 722/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2008 (nº 723/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pedro Afonso, Estado do Tocantins.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2008 (nº 727/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Verê para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Verê, Estado do Paraná.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2008 (nº 826/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Milano FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2008 (nº 672/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio a Educação, Saúde, Segurança, Esporte, Lazer, Cultura, Turismo e Meio Ambiente às Associações de Bairros de Miracema do Tocantins - TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2008 (nº 692/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Peixe, Estado do Tocantins.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2008 (nº 693/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Onik Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Miguel do Tocantins, Estado do Tocantins.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2008 (nº 721/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatins, Estado do Tocantins.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2008 (nº 613/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Avante Lençóis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lençóis, Estado da Bahia.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2008 (nº 627/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Baianópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baianópolis, Estado da Bahia.
Sessão: 26.03.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2008 (nº 717/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Nortão Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Borba, Estado do Amazonas.
Sessão: 26.03.2009

V – ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Total 12

Mensagem nº 205, de 2008 (nº 812/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Everton Vieira Vargas, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.
Sessão: 04.03.2009

Mensagem nº 217, de 2008 (nº 863/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações

Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão, exercer o de Embaixador do Brasil junto às Repúblicas do Turcomenistão e Quirquiz.

Sessão: 04.03.2009

Mensagem nº 238, de 2008 (nº 895/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Itália, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e República da Albânia.

Sessão: 04.03.2009

Mensagem nº 240, de 2008 (nº 904/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Arnaldo Carrilho, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coréia.

Sessão: 04.03.2009

Mensagem nº 241, de 2008 (nº 905/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Luiz Felipe De Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Sessão: 04.03.2009

Mensagem nº 245, de 2008 (nº 933/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Edmundo Sussumu Fujita, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Coréia.

Sessão: 04.03.2009

Mensagem nº 260, de 2008 (nº 977/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Paulo Antonio Pereira Pinto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

Sessão: 24.03.2009

Mensagem nº 284, de 2008 (nº 1.000/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora Renate Stille, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Nova Zelândia.

Sessão: 24.03.2009

Mensagem nº 3, de 2009 (nº 18/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora Marcela Maria Nicodemos, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Armênia.

Sessão: 24.03.2009

Mensagem nº 2, de 2009 (nº 17/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Antonio Fernando Cruz de Mello, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Ucrânia, e, cumulativamente, junto à República da Moldova.

Sessão: 31.03.2009

Mensagem nº 38, de 2009 (nº 87/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor José Vicente da Silva Lessa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.

Sessão: 31.03.2009

Mensagem nº 39, de 2009 (nº 88/2009, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Arthur Vivacqua Correa Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Sessão: 31.03.2009

VI – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total 5

Parecer nº 1.333, de 2008, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Mensagem nº 280, de 2008 (nº 991/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Paulo Lopes Varella Neto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA, na vaga do Senhor Oscar de Moraes Cordeiro.

Sessão: 04.03.2009

Parecer nº 1.355, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 278, de 2008 (nº 990/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Herbert Drummond para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

Sessão: 04.03.2009

Parecer nº 1.356, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 279, de 2008 (nº 992/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Nelson José Hubner Moreira para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Sessão: 04.03.2009

Parecer nº 26, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 37, de 2009 (nº 74/2009, na origem) pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora Maria Cecília Martins Brito para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Sessão: 11.03.2009

Parecer nº 63, de 2009, da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, sobre a Mensagem nº 277, de 2008 (nº 989/2008, na origem) pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Tiago Pereira Lima, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, a partir de 19 de fevereiro de 2009.

Sessão: 24.03.2009

VII – REQUERIMENTOS DE HOMENAGENS DE PESAR

Total 5

Requerimento nº 127, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos dos arts. 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Secretário da Receita Federal Osíris de Azevedo Lopes Filho.
Sessão: 02.03.2009

Requerimento nº 128, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando, nos termos do art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de pesar ao povo e ao Presidente da Assembléia Nacional da Guiné-Bissau pelo falecimento do Presidente João Bernardo "Nino" Vieira, ocorrido no dia 02 de março de 2009.
Sessão: 02.03.2009

Requerimento nº 138, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando, nos termos do art. 215, III, "c", do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento dos peritos da Polícia Federal do Amazonas, ocorrido no dia 28 de fevereiro de 2009.
Sessão: 03.03.2009

Requerimento nº 245, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, voto de pesar e o levantamento da sessão plenária do Senado Federal, pelo falecimento do Deputado Federal Clodovil Hernandes.
Sessão: 18.03.2009

Requerimento nº 246, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, voto de pesar e o levantamento da sessão plenária do Senado Federal, pelo falecimento do Deputado Federal Clodovil Hernandes.
Sessão: 18.03.2009

VIII – REQUERIMENTOS DE VOTO DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE

Total 17

Requerimento nº 1.048, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, a emissão de voto de solidariedade ao povo estadunidense pela perda de milhares de entes queridos no atentado terrorista que derrubou as torres gêmeas do complexo de World Trade Center, em Nova Iorque, que atingiu o prédio do Pentágono, em Washington, e que levou o avião da United Airlines a ser abatido e cair na Pensilvânia.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 1.423, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso pelo transcurso do cinqüentenário do maior movimento de jovens do mundo, o Movimento Leo de Liderança - Experiência e Oportunidade, LEO CLUBE.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 27, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, solicitando voto de solidariedade e o pleno restabelecimento de sua saúde, a José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República de Timor-Leste que, na manhã de 10 de Fevereiro de 2008 foi alvejado durante um ataque armado à sua casa por grupos dissidentes da política daquele país.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 139, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao Juiz José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus, escolhido pela ONU, para o posto de Juiz Internacional no Timor Leste.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 519, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando seja apresentado voto de louvor ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua resolução, aprovada na sessão dos dias 2 e 3 de maio corrente, que dá "Respaldo à Institucionalidade Democrática, ao Diálogo e à Paz na Bolívia".

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão da correspondência por ele recebida, datada de 12 de junho de 2008, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativo ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado Federal, no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia). Requer, ainda seja manifestado ao governo colombiano o posicionamento desta Comissão, de que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 930, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso ao Líder e ex-Presidente Sul Africano Nelson Mandela pelo seu 90º aniversário.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 931, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando inserção em ata de voto de congratulações e pleno êxito aos 277 atletas e à delegação e representantes do Brasil nos Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim, desejando que possam aproximar os povos e resultar em passos efetivos para a paz mundial, contribuindo para o processo de democratização e progresso da República Popular da China e do Tibete.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 958, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de solidariedade aos povos russo e georgiano em virtude da guerra deflagrada no início do mês de agosto de 2008, exortando a que seus Governos mantenham e respeitem o fim das hostilidades até que a paz definitiva seja negociada.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 1.224, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando a inserção em ata de voto de aplausos ao economista estadunidense Paul Robin Krugman, por ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 1.346, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao professor Antônio Augusto Cançado Trindade por ter sido eleito Juiz da Corte Internacional de Justiça.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 1.650, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de aplauso ao Senador dos Estados Unidos da América, Jonhn Mcain, e que seja levado ao conhecimento do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Sr. Clifford M. Sobel.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 1.230, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas - MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 714, de 2008, de autoria do Senador João Pedro, solicitando voto de censura às declarações que teriam sido feitas pelo empresário sueco Sr. Johan Eliasch, consultor do Governo britânico para assuntos relativos à preservação ambiental, propondo a compra de terras na Amazônia por estrangeiros.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 727, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de censura e repúdio ao Sr. Johan Eliasch, empresário sueco apontado como o maior comprador de terras na Amazônia e diretor da ONG Cool Earth.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 798, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de censura ao Parlamento Europeu por sua decisão de criminalizar os imigrantes não-documentados, ao aprovar a nova lei de imigração que permite a detenção de imigrantes "ilegais" por até 18 meses.

Sessão: 05.03.2009

IX – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total 6

Requerimento nº 121, de 2009, de autoria do Senador José Nery, solicitando, nos termos do § 5º do art. 154, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 25 de março de 2009, para homenagear os 45 anos de existência da Campanha da Fraternidade, cujo tema deste ano é "Fraternidade e Segurança Pública", tendo como Lema "A Paz é Fruto da Justiça".

(Observação: Sessão Especial realizada em 25.03.2009)

Sessão: 04.03.2009

Requerimento nº 14, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial com o objetivo de homenagear o centenário de nascimento de Dom Hélder Câmara.

Sessão: 19.03.2009

Requerimento nº 15, de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial em homenagem ao centenário de nascimento de D. Helder Câmara.

Sessão: 19.03.2009

Requerimento nº 16, de 2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial destinada a homenagear Dom Helder Câmara, no transcurso do centenário de seu nascimento, que ocorreria no dia 07 de fevereiro.

Sessão: 19.03.2009

Requerimento nº 253, de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati e outros Srs. Senadores, em aditamento aos requerimentos nºs 14, 15 e 16, de 2009, solicitando seja restabelecida a data de 29 de abril de 2009 para a realização da sessão especial em homenagem a D. Helder Câmara.

Sessão: 19.03.2009

Requerimento nº 256, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando, nos termos do art. 160, do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente do dia 31 de março de 2009, seja dedicado à comemoração especial dos 87 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil – PCdoB.

(Observação: Comemoração realizada no Período do Expediente da Sessão de 31.03.2009)

Sessão: 24.03.2009

X – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO APROVADOS PELA MESA

Total 24

Requerimento nº 1.488, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre os concursos realizados de 2003 até esta data, ano a ano, com o número de vagas oferecidas e preenchidas, com o respectivo custo das contratações, indicando o diploma legal em que foram embasados, bem como a alocação dos servidores por órgão; contratações a serem realizadas por concursos autorizados e ainda não realizados, indicando o custo anual bem como os órgãos em que serão alocados os novos servidores.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa, realizada em 05.03.2009)

Requerimento nº 1.267, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre a imunidade dos Diplomatas em serviço no Brasil e seus familiares, sobretudo com relação ao cumprimento das leis de trânsito brasileiras e à falta de registro de seus veículos pelo Departamento de Trânsito dos respectivos estados da Federação e do Distrito Federal.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 1.317, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro das Minas e Energia, acerca de elevado aumento das tarifas de energia elétrica em Manaus.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 1.348, de 2008, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro das Comunicações sobre as denúncias subscritas por Coimbra & Sant'anna Advocacia acerca do debate realizado em 09/07/2008, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 1.394, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro do Trabalho e Emprego sobre o total dos recursos do FAT para o exercício de 2008, a distribuição detalhada destes recursos e a forma de contratação (com fundamento legal) para o repasse dos mesmos.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 1.396, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência, sobre as ações de fiscalização realizadas pela Controladoria-Geral da União - CGU em Santa Catarina de 2003 a 2008, abrangendo o Estado, Municípios, órgãos e empresas estatais, explicitando a identificação do processo, datas, motivo da ação, irregularidades constatadas e resultados finais.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 1.484, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre a quantidade de cargos criados, bem como a quantidade de vagas criadas, a partir de 2003 até esta data, indicando o documento legal em que foi apoiada a criação; o custo anual de cada cargo (de 2003 a 2008), bem como o custo total; indicar quais os cargos são de livre provimento e quais são os cargos efetivos, agrupando por órgão; indicar o preenchimento de vagas ano a ano.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 1.485, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão,

sobre a evolução das despesas de custeio, por órgão, de 2002 até esta data, indicando o total de despesas de cada órgão, destacando as despesas como passagens aéreas, locação de veículos, hospedagens e outras dez maiores despesas, em cada ano (valores pagos).

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 1.496, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Saúde, informações acerca de ações existentes no País, em especial no SUS, para atendimento de pacientes com Hepatite C, e do número de transplantes de fígado efetuados no período de 2000 a 2008.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 1.576, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre as medidas adotadas para a apuração da responsabilidade de servidores do Departamento de Polícia Federal (DPF) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) referente a denúncias de suposta conivência com a exploração ilegal de madeira nas terras indígenas (TI) Sete de Setembro e Roosevelt, em Rondônia.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 1.618, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações sobre as denúncias de venda de terras da União na Amazônia.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 1.642, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa, indicando nominalmente os países para os quais o Brasil, nos últimos cinco anos, teria vendido armamentos e artefatos bélicos, como aviões militares e viaturas de combate e instrumentos similares.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 10, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores acerca da

participação do Brasil no Tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Microorganismos para fins de Procedimentos em Matéria de Patentes.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 50, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Minas e Energia acerca do contrato firmado entre a PETROBRAS e a FINATEC (fundação pertencente à Universidade de Brasília) para a construção de laboratório de pesquisa.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 51, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado dos Transportes sobre a evolução dos gastos com as rodovias federais desde 2003.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 52, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre todas as emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União pagas no período de 2003 a 2008.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 70, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, de acordo com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro dos Transportes acerca da anunciada construção do Porto de Itacoatiara - AM e de projetos de portos em outras cidades do Amazonas.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 89, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Estado da Fazenda informações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre a aquisição do controle acionário da Aracruz Celulose pela Votorantim Celulose e Papel, anunciada em janeiro de 2009.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 96, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministério da Justiça sobre o contrabando de material nuclear na região da Serra do Navio, no Estado do Amapá, cujo combate pela Polícia Federal está suspenso por não haver local apropriado para o armazenamento do material radioativo apreendido.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 97, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministério do Meio Ambiente sobre quais as providências adotadas em relação ao material radioativo apreendido pela Polícia Federal e que se encontra depositado ao relento na região da Serra do Navio, no Estado do Amapá.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 98, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando, nos termos do art. nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministério das Minas e Energia sobre quais as providências adotadas em relação ao armazenamento de material radioativo apreendido pela Polícia Federal na região da Serra do Navio, no Estado do Amapá.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 111, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Secretaria de Relações Institucionais sobre os gastos do governo com a organização do encontro com prefeitos, realizado nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2009, em Brasília.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 112, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre as aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) relativo ao exercício de 2008.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

Requerimento nº 120, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre o Programa Nacional de DST - Aids.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa, realizada em 18.03.2009)

XI - REQUERIMENTOS DESPACHADOS PELO PRESIDENTE (art. 215, Inc. II, b do RISF)

Total.....2

Requerimento nº 269, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos regimentais, informações sobre a criação de cargos do quadro de servidores do Senado Federal.

Sessão: 19.03.2009

Requerimento nº 310, de 2009, de autoria do Senador Wellington Salgado, solicitando, nos termos do art. 215, inciso II, letra "b", do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pela alta administração da Casa informações acerca da estrutura do Quadro de Pessoal do Senado Federal, compreendendo quantitativos de servidores efetivos, comissionados e terceirizados, critério para nomeação de diretores, despesas com Pessoal, gastos com telefones, entre outros.

Sessão: 25.03.2009

XII – REQUERIMENTOS DIVERSOS

Total 14

Requerimento nº 243, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, solicitando que o Senado Brasileiro conclame o Congresso Americano a derrubar o veto aposto pelo Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush ao projeto de lei que impede as autoridades norte- americanas de submeter suspeitos de terrorismos a técnicas duras de interrogatório como o "waterboarding", técnica na qual prisioneiros são submetidos a uma simulação de afogamento.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 320, de 2009, subscrito por Líderes Partidários, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2009 (nº 1.664/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Deputado William Woo, que dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências.

Sessão: 26.03.2009

Requerimento nº 321, de 2009, subscrito por Líderes Partidários, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2008 (nº 2.576/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Deputado Fernando Gabeira, que dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências.

Sessão: 26.03.2009

Requerimento nº 982, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2007, por ter se esgotado o prazo regimental para manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 31.03.2009

Requerimento nº 250, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2007, seja ouvida também a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sessão: 31.03.2009

Requerimento nº 251, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o projeto de Lei do Senado nº 541, de 2007, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 31.03.2009

Requerimento nº 255, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta para os Projetos de Lei do Senado nºs 131 e 304, de 2007 e 64 e 78, de 2008.

Sessão: 31.03.2009

Requerimento nº 258, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2007, das de nºs 22, de 2001; 43, de 2003; 60, de 2005 e 20, de 2006.

Sessão: 31.03.2009

Requerimento nº 259, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 294, de 2004, e 368, de 2008, com o Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006.
Sessão: 31.03.2009

Requerimento nº 318, de 2009, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2009-Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Assuntos Sociais.
Sessão: 31.03.2009

Requerimento nº 1.689, de 2008, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2008 com os Projetos de Lei do Senado nºs 265, de 2006 e 164, de 2007.
Sessão: 31.03.2009

Requerimento nº 1.700, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2006 seja distribuído à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, além das demais Comissões já designadas.
Sessão: 31.03.2009

Requerimento nº 6, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando o desapensamento das Propostas de Emenda à Constituição nº 34, de 2005 e 31, de 2008.
Sessão: 31.03.2009

Requerimento nº 7, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007, que se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 64, 67, 199, 239 e 342, de 2006.
Sessão: 31.03.2009

XIII – MATÉRIA REJEITADA

Total 1

Requerimento nº 914, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado.

Sessão: 31.03.2009

XIV - MATÉRIA DECLARADA PREJUDICADA

Total.....1

Requerimento nº 387, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de investigar todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Coorporativo do Governo Federal.

(Prejudicada nos termos do art. 334 do RISF)

Sessão: 24.03.2009

XV - MATÉRIAS RETIRADAS PELO AUTOR

Total 5

Requerimento nº 41, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando seja reiterado ao Ministro da Previdência Social o Requerimento nº 936, de 2008, em razão de descumprimento daquela autoridade da obrigação imposta no § 2º do art. 50 da Constituição Federal.

(Retirado pelo Requerimento nº 177, de 2009)

Sessão: 10.03.2009

Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2009, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, para estabelecer os requisitos de distribuição da participação governamental denominada Bônus de Assinatura.

(Retirado pelo Requerimento nº 243, de 2009)
Sessão: 17.03.2009

Requerimento nº 75, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando nos termos do artigo 222 do Regimento Interno e ouvido o Plenário, seja consignado nos anais do Senado voto de louvor aos Ministros demitidos Cristovam Buarque e José Graziano por decidirem não acompanhar a comitiva de viagem à Índia, poupando numerário dos cofres públicos.
(Retirado pelo Requerimento nº 265, de 2009)
Sessão: 19.03.2009

Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que Altera o inciso I do § 2º do art. 1º da Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990, para permitir a alienação de imóveis residenciais administrados pelas forças armadas, quando não localizados em área militar.
(Retirado pelo Requerimento nº 273, de 2009)
Sessão: 24.03.2009

Requerimento nº 226, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2008, com o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2009.
(Retirado pelo Requerimento nº 338, de 2009)
Sessão: 24.03.2009

XVI - REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Total 83

Observações:

Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 43, I - tratamento de saúde.

Art. 43, II - interesse particular.

Requerimento nº 46, de 2009-M, Senador João Pedro - art. 13 - 04 a 07.03.2009.

Requerimento nº 47, de 2009-M, Senador Jarbas Vasconcelos - art. 13 - 05.03.2009**.**

Requerimento nº 48, de 2009-M, Senador Tião Viana - art. 13 - 05.03.2009.

Requerimento nº 49, de 2009-M, Senador Antonio Carlos Valadares - art. 13 - 11.03.2009**.**

Requerimento nº 50, de 2009-M, Senador Geraldo Mesquita Júnior - art. 13 - 05.03.2009.

Requerimento nº 51, de 2009-M, Senador Delcídio Amaral - art. 13 - 05.03.2009.

Requerimento nº 52, de 2009-M, Senador Raimundo Colombo - art. 13 - 05.03.2009.

Requerimento nº 53, de 2009-M, Senador Papaléo Paes - art. 13 - 05.03.2009.

Requerimento nº 54, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 05.03.2009.

Requerimento nº 55, de 2009-M, Senador Fernando Collor - art. 13 - 03.03.2009.

Requerimento nº 56, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 05.03.2009.

Requerimento nº 57, de 2009-M, Senador Adelmir Santana - art. 13 - 05.03.2009.

Requerimento nº 58, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 05.03.2009.

Requerimento nº 59, de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 13 - 05.03.2009.

Requerimento nº 60, de 2009-M, Senador João Durval - art. 13 - 24, 25 e 26.03.2006**.**

Requerimento nº 61, de 2009-M, Senador Mozarildo Cavalcanti - art. 43, I - 8 a 16.03.2009.

Requerimento nº 62, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 05.03.2009.

Requerimento nº 63, de 2009-M, Senador Alvaro Dias - art. 43, II - 10 a 12.03.2009.

Requerimento nº 64, de 2009-M, Senador Leomar Quintanilha - art. 43, I - 05.03.2009.

Requerimento nº 65, de 2009-M, Senadora Marina Silva - art. 43, I - 10, 11 e 12.03.2009.

Requerimento nº 66, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 10.03.2009.

Requerimento nº 67, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 12.03.2009.

Requerimento nº 68, de 2009-M, Senador Roberto Cavalcanti - art. 43, II - 17, 18 e 19.03.2009.

Requerimento nº 69, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 12.03.2009.

Requerimento nº 70, de 2009-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 03.03.2009.

Requerimento nº 71, de 2009-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 10.03.2009.

Requerimento nº 72, de 2009-M, Senador Valdir Raupp – art. 13 – 12.03.2009.

Requerimento nº 73, de 2009-M, Senador Papaléo Paes – art. 13 – 12.03.2009.

Requerimento nº 74, de 2009-M, Senador João Pedro – art. 13 – 13 a 22.03.2009.

Requerimento nº 75, de 2009-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 12.03.2009.

Requerimento nº 76, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 12.03.2009.

Requerimento nº 77, de 2009-M, Senadora Lúcia Vânia - art. 13 - 12.03.2009.

Requerimento nº 78, de 2009-M, Senador Paulo Paim - art. 13 - 17, 18 e 19.03.2009.

Requerimento nº 79, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 12.03.2009.

Requerimento nº 80, de 2009-M, Senador Delcídio Amaral - art. 13 - 17.03.2009.

Requerimento nº 81, de 2009-M, Senador César Borges - art. 13 - 17.03.2009.

Requerimento nº 82, de 2009-M, Senadora Marina Silva - art. 43, I - 16 a 30.03.2009.

Requerimento nº 83, de 2009-M, Senadora Patrícia Saboya - art. 13 - 17.03.2009.

Requerimento nº 84, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 17.03.2009.

Requerimento nº 85, de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 43, II - 17.03.2009.

Requerimento nº 86, de 2009-M, Senador Romeu Tuma - art. 13 - 19.03.2009.

Requerimento nº 87, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 18.03.2009.

Requerimento nº 88, de 2009-M, Senador Romero Jucá - art. 13 - 17.03.2009.

Requerimento nº 89, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 19.03.2009.

Requerimento nº 90, de 2009-M, Senadora Patrícia Saboya - art. 13 - 18 e 19.03.2009.

Requerimento nº 91, de 2009-M, Senador Inácio Arruda - art. 13 - 19.03.2009.

Requerimento nº 92, de 2009-M, Senador Cristovam Buarque - art. 13 - 22 a 26.03.2009.

Requerimento nº 93, de 2009-M, Senador Cristovam Buarque - art. 13 - 27 a 30.03.2009.

Requerimento nº 94, de 2009-M, Senador João Tenório - art. 13 - 19.03.09.

Requerimento nº 95, de 2009-M, Senador Papaléo Paes - art. 13 - 19.03.2009.

Requerimento nº 96, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 19.03.2009.

Requerimento nº 97, de 2009-M, Senadora Rosalba Ciarlini - art. 13 - 19.03.2009.

Requerimento nº 98, de 2009-M, Senador César Borges - art. 13 - 19.03.2009.

Requerimento nº 99, de 2009-M, Senador Aloizio Mercadante - art. 13 - 19.03.2009.

Requerimento nº 100, de 2009-M, Senador Garibaldi Alves Filho - art. 13 - 19.03.2009.

Requerimento nº 101, de 2009-M, Senador Augusto Botelho - art. 13 - 18.03.2009.

Requerimento nº 102, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 19.03.2009.

Requerimento nº 103, de 2009-M, Senador Geraldo Mesquita Júnior - art. 43, II - 24 e 25.03.2009.

Requerimento nº 104, de 2009-M, Senadora Roseana Sarney - art. 13 - 18 e 19.03.2009.

Requerimento nº 105, de 2009-M, Senador Alvaro Dias - art. 43, II - 24 a 26.03.2009.

Requerimento nº 106, de 2009-M, Senador Wellington Salgado de Oliveira - art. 13 - 24.03.2009.

Requerimento nº 107, de 2009-M, Senadora Maria do Carmo Alves - art. 43, I - 25.03.2009.

Requerimento nº 108, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 26.03.2009.

Requerimento nº 109, de 2009-M, Senador Raimundo Colombo - art. 13 - 28.03. a 06.04.2009.

Requerimento nº 110, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 26.03.2009.

Requerimento nº 111, de 2009-M, Senador Romero Jucá - art. 13 - 26.03.2009.

Requerimento nº 112, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 26.03.2009.

Requerimento nº 113, de 2009-M, Senador Cícero Lucena - art. 13 - 26.03.2009.

Requerimento nº 114, de 2009-M, Senadora Rosalba Ciarlini - art. 13 - 26.03.2009.

Requerimento nº 115, de 2009-M, Senadora Serys Slhessarenko - art. 13 - 29.03 a 1º.04.2009.

Requerimento nº 116, de 2009-M, Senadora Roseana Sarney - art. 13 - 26.03.2009.

Requerimento nº 117, de 2009-M, Geraldo Mesquita Júnior - art. 13 - 02.04.2009.

Requerimento nº 118, de 2009-M, Senador Marcelo Crivella - art. 43, I - 30.03. a 03.04.2009.

Requerimento nº 119, de 2009-M, Senador Jayme Campos - art. 13 - 31.03. a 02.04.2009.

Requerimento nº 120, de 2009-M, Senador Augusto Botelho - art. 13 - 31.03 a 02.04.2009.

Requerimento nº 121, de 2009-M, Senador Eduardo Suplicy - art. 13 - 31.03 a 02.04.2009.

Requerimento nº 122, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 31.03.2009.

Requerimento nº 123, de 2009-M, Senador Gerson Camata - art. 13 - 1º a 03.04.2009.

Requerimento nº 124, de 2009-M, Senadora Lúcia Vânia - art. 13 - 31.03.2009.

Requerimento nº 125, de 2009-M, Senador Neuto de Conto - art. 13 - 31.03 a 02.04.2009.

Requerimento nº 126, de 2009-M, Senador Valdir Raupp - art. 13 - 31.03.2009.

Requerimento nº 127, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 31.03.2009.

Requerimento nº 128, de 2009-M, Senador Renato Casagrande - art. 13 - 1º e 02.04.2009.

XVII - REQUERIMENTOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO

Total 17

Requerimento nº 171, de 2009 - Senador Eduardo Azeredo - 07 a 10.03.2009 - Participação, como representante do Senado Federal, na Conferência de Cooperação contra Cibercrimes, Strasbourg, França.

Sessão: 10.03.2009.

Requerimento nº 179, de 2009 - Senador Sérgio Zambiasi - 14 a 19.03.2009 - Participação na XVI Sessão do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 10.03.2009**.**

Requerimento nº 180, de 2009 - Senador Romeu Tuma - 13 a 18.03.2009 - Participação na XVI Sessão do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 10.03.2009.

Requerimento nº 181, de 2009 - Senadora Marisa Serrano - 13 a 22.03.2009 - Participação, na condição de integrante da Subcomissão Temporária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, no V Fórum Mundial das Águas, Istambul, Turquia.
Sessão: 10.03.2009.

Requerimento nº 195, de 2009 - Senador Inácio Arruda - 15 a 18.03.2009 - Participação na XVI Sessão do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 10.03.2009.

Requerimento nº 197, de 2009 - Senador Pedro Simon - 15 a 17.03.2009 - Participação na XVI Sessão do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 10.03.2009**.**

Requerimento nº 198, de 2009 - Senador José Nery - 13 a 19.03.2009 - Participação, como representante do Senado Federal, no evento alusivo ao primeiro aniversário de falecimento da Srª Chiara Lubich, Roma, Itália.
Sessão: 10.03.2009.

Requerimentos nºs. 201 e 252, de 2009 - Senador Magno Malta - 23.03 a 08.04.2009 - Participação, como representante da CPI da Pedofilia do Senado Federal, no evento "The Government Leaders Fórum", e em visita técnica aos órgãos e instituições americanos de combate à pedofilia e pornografia infantil, Washington, EUA.
Sessão: 11.03.2009 e 19.03.2009.

Requerimento nº 204, de 2009 - Senador Aloizio Mercadante - 15 a 17.03.2009 - Participação na XVI Sessão do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 11.03.2009.

Requerimento nº 205, de 2009 - Senador Leomar Quintanilha - 13 a 22.03.2009 - Participação, na condição de integrante da Subcomissão Temporária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do

Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, no V Fórum Mundial das Águas, Istambul, Turquia.

Sessão: 11.03.2009.

Requerimento nº 206, de 2009 - Senador Geraldo Mesquita Júnior - 15 a 17.03.2009 - Participação na XVI Sessão do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 11.03.2009.

Requerimento nº 207, de 2009 - Senador Renato Casagrande - 16 a 22.03.2009 - Participação, na condição de integrante da Subcomissão Temporária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, no V Fórum Mundial das Águas, Istambul, Turquia.

Sessão: 11.03.2009.

Requerimento nº 210, de 2009 - Senador Efraim Morais - 15 a 17.03.2009 - Participação na XVI Sessão do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 11.03.2009.

Requerimento nº 211, de 2009 - Senador Eduardo Azeredo - 21 a 26.03.2009 - Participação, como representante do Senado Federal, no "*Fórum para Líderes de Governo - Américas*", EUA, Washington; visita oficial ao Parlamento do Canadá, Ottawa.

(Observação: Deferido pelo Presidente de acordo com art. 41 do RISF)

Sessão: 13.03.2009.

Requerimento nº 212, de 2009 - Senadora Fátima Cleide - 16 a 22.03.2009 - Participação, na condição de integrante da Subcomissão Temporária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, no V Fórum Mundial das Águas, Istambul, Turquia.

(Observação: Deferido pelo Presidente de acordo com art. 41 do RISF)

Sessão: 13.03.2009.

Requerimento nº 222, de 2009 - Senador Neuto de Conto - 16 a 18.03.2009 - Participação na XVI Sessão do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 17.03.2009.

XVIII – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total 74

Requerimento nº 132, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao povo de Autazes, Amazonas, pelo transcurso, no dia 03 de março de 2009, do 54º aniversário de criação do Município.
Sessão: 03.03.2009

Requerimento nº 140, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para a Colônia Alemã em Santa Catarina, que completou, no dia 1º de março de 2009, 180 anos de existência.
Sessão: 03.03.2009

Requerimento nº 141, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao repórter-fotográfico Luiz Vasconcelos, do jornal "A Crítica", de Manaus, vencedor do Prêmio Internacional de foto-jornalismo do World Press Photo.
Sessão: 03.03.2009

Requerimento nº 142, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao escritor Milton Hatoum pela edição de seu livro "A Cidade Ilhada".
Sessão: 03.03.2009

Requerimento nº 143, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal voto de pesar pelo trágico falecimento dos peritos em artefatos explosivos Antonio Calor de Oliveira, Max Augusto Neves Nunes e Maurício Barreto da Silva Júnior, ocorridos em Manaus-AM.
Sessão: 03.03.2009

Requerimento nº 146, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de aplauso ao jornal Diário Popular, de Curitiba, no Paraná.
Sessão: 04.03.2009

Requerimento nº 152, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Ministro Milton de Moura França, pela sua posse no cargo de Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, no dia 2 de março de 2009.

Sessão: 04.03.2009

Requerimento nº 153, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Ministro João Oreste Dalazen, pela sua posse no cargo de Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, no dia 2 de março de 2009.

Sessão: 04.03.2009

Requerimento nº 154, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, pela sua posse no cargo de Corregedor do Tribunal Superior do Trabalho, no dia 2 de março de 2009.

Sessão: 04.03.2009

Requerimento nº 155, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao administrador Nelson Aniceto Fonseca Rodrigues, pela sua posse no cargo de Presidente do Conselho Regional de Administração do Amazonas.

Sessão: 04.03.2009

Requerimento nº 156, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Fundação Alfredo da Matta, de Manaus.

Sessão: 04.03.2009

Requerimento nº 159, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de lembrança em homenagem póstuma ao Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 160, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar

e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do advogado e professor Osiris de Azevedo Lopes Filho, ex-Secretário da Receita Federal, ocorrido no dia 26 de fevereiro de 2009.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 161, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Centro de Educação Tecnológica do Amazonas-CEFET-AM, pela criação de cursos de capacitação para pessoas portadoras de deficiências físicas, auditivas e visuais.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 162, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do tributarista Osires Lopes Filho, ex-Secretário da Receita Federal, ocorrido no dia 26 de fevereiro de 2009, em Brasília.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 163, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da atriz Ida Gomes, ocorrido dia 22 de fevereiro de 2009, no Rio de Janeiro.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 164, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Juíza Encarnação Das Graças Sampaio, pela sua ascensão ao cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Amazonas, aclamada no dia 19 de fevereiro de 2009.

Sessão: 05.03.2009

Requerimento nº 167, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do professor Guarani Amir Quites dos Santos.

Sessão: 09.03.2009

Requerimento nº 168, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de lembrança a Cesar Scoutt ou César "Passarinho", como era conhecido, pela comemoração dos 60 anos de existência a ser celebrado no dia 21 de março de 2009.

Sessão: 09.03.2009

Requerimento nº 169, de 2009, de autoria dos Senadores Papaléo Paes e Gilvan Borges, solicitando, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, à Secretaria de Educação e ao Governo do Estado do Amapá pelo falecimento ocorrido no dia 5 de março de 2009, do professor e educador, Senhor Paulo Melo.
Sessão: 09.03.2009

Requerimento nº 172, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao escritor, escultor e pintor, Sr. Abdias do Nascimento pelo seu 95º aniversário.
Sessão: 09.03.2009

Requerimento nº 175, de 2009, de autoria do Senador Geraldo Mesquita e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da senhora Maria de Lourdes da Silva Roque, pioneira do Estado do Acre, ocorrido no dia 08 de março de 2009.
Sessão: 09.03.2009

Requerimento nº 176, de 2009, de autoria do Senador Papaléo Paes, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Orlando Fernandes Dias, irmão dos Senadores Osmar Dias e Álvaro Dias.
Sessão: 09.03.2009

Requerimento nº 178, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar à família do Padre Sérgio Maykot, falecido em 6 de março de 2009.
Sessão: 10.03.2009

Requerimento nº 182, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao poeta Sérgio Vaz pela iniciativa de criação, na periferia de São Paulo, de centro cultural popular, em moldes cooperativos, para promoção da poesia.
Sessão: 10.03.2009

Requerimento nº 183, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Orlando Dias, irmão dos Senadores Álvaro Dias e Osmar Dias, ocorrido no Estado do Paraná.

Sessão: 10.03.2009

Requerimento nº 186, de 2009, de autoria do Senador Paulo Duque, solicitando, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal voto de pesar pelo falecimento do cientista Armando de Mattos Filho, do Rio de Janeiro, apresentando condolências à família.

Sessão: 10.03.2009

Requerimento nº 189, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, voto de estímulo para a ginasta Jade Barbosa, integrante da equipe brasileira de ginástica artística presente na última Olimpíada, em Pequim, pelo esforço que faz para superar lesão no punho.

Sessão: 10.03.2009

Requerimento nº 190, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, voto de aplauso para o judoca Luciano Correa pela medalha de prata conquistada na etapa de Budapeste da Copa do Mundo de Judô.

Sessão: 10.03.2009

Requerimento nº 191, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para o atleta Jadel Gregório pela vitória na prova do salto triplo do Meeting de atletismo de Karlsruhe, na Alemanha, no dia 15 de fevereiro de 2009.

Sessão: 10.03.2009

Requerimento nº 192, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para o tenista Thomaz Bellucci pela conquista do vice-campeonato no Brasil Open, realizado na Costa do Sauipe - Bahia, no mês de fevereiro de 2009.

Sessão: 10.03.2009

Requerimento nº 193, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, voto de aplauso à

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, que comemorou, no dia 28 de fevereiro de 2009, 42 anos de existência.

Sessão: 10.03.2009

Requerimento nº 194, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do jornalista Cláudio Favieri, ocorrido no dia 20 de fevereiro de 2009.

Sessão: 10.03.2009

Requerimento nº 202, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de lembrança ao Sr. Vicente Favella de Macedo, que, caso estivesse vivo, completaria hoje 100 anos de vida.

Sessão: 10.03.2009

Requerimento nº 217, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para o jurista Carlos Velloso, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, pela homenagem recebida no lançamento do livro "Transação e Arbitragem no Âmbito Tributário".

Sessão: 12.03.2009

Requerimento nº 219, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para a Fundação de Medicina Tropical, localizada em Manaus, pela iniciativa de pesquisar casos de epidemias causadas pelos vírus Mayaro e Oropouche, que causam doenças com sintomas parecidos com os da dengue e malária.

Sessão: 12.03.2009

Requerimento nº 221, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, voto de louvor à Pontifícia Universidade Católica do Paraná por ocasião de seu quinquagésimo aniversário, a comemorar-se no dia 14 de março de 2009.

Sessão: 12.03.2009

Requerimento nº 223, de 2009, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando, nos termos dos arts. 218 e 221, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento ocorrido no dia 17 de março de 2009, do Jornalista Jacinto Barbosa, Secretário de Comunicação e Turismo do Município de Esperança, PB.

Sessão: 17.03.2009

Requerimento nº 224, de 2009, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Sr. José de Paula Motta.

Sessão: 17.03.2009

Requerimento nº 225, de 2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido em ata voto de solidariedade aos milhares de dekasseguis brasileiros no Japão, trabalhadores vítimas da recessão e do desemprego.

Sessão: 17.03.2009

Requerimento nº 232, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, voto de aplauso ao jornal Diário do Amazonas, de Manaus, pelo transcurso do seu 24º aniversário de criação, no dia 15 de março de 2009.

Sessão: 17.03.2009

Requerimento nº 233, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, voto de aplauso e estímulo a Rosa Aparecida Corrêa, a "Pretinha", que virou corredora pelo hábito diário de correr 30 quilômetros, de sua casa a uma academia, na qual trabalha.

Sessão: 17.03.2009

Requerimento nº 234, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e ouvido o Plenário, voto de aplauso à Senhora Carmélia Derzi, homenageada pelo jornal a Crítica, do Amazonas, ao ensejo do Dia Internacional da Mulher.

Sessão: 17.03.2009

Requerimento nº 235, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e ouvido o Plenário, voto de aplauso e estímulo ao vitorioso futebolista Ronaldo, hoje integrante da equipe do Coríntias, clube que ganha ascensão graças ao notável desempenho desse atleta.

Sessão: 17.03.2009

Requerimento nº 236, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à apresentadora de televisão Hebe Camargo, pelo transcurso do seu 80º aniversário, no dia 8 de março de 2009.
Sessão: 17.03.2009

Requerimento nº 237, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Senhora Neuza Brandão, homenageada pelo jornal A Crítica, do Amazonas, ao ensejo do Dia Internacional da Mulher
Sessão: 17.03.2009

Requerimento nº 238, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Senhora Maria Amélia Costeira de Figueiredo, homenageada pelo jornal A Crítica, do Amazonas, ao ensejo do Dia Internacional da Mulher.
Sessão: 17.03.2009

Requerimento nº 239, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, voto de pesar pelo falecimento da menina Penélope, inocente vítima, de apenas cinco anos, morta em consequência do gesto tresloucado de seu pai, que roubou um avião do Aeroclube de Brasília, em Luziânia, e o arremessou de encontro ao pátio de um shopping de Goiânia.
Sessão: 17.03.2009

Requerimento nº 240, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Netuno Lemos Nascimento, pai do Vereador João Paulo, membro da Câmara Municipal de Tefé, AM, ocorrido em 13 de março de 2009.
Sessão: 17.03.2009

Requerimento nº 241, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Renata Gonçalves dos Santos, ocorrido em 13 de março de 2009, em Manaus.
Sessão: 17.03.2009

Requerimento nº 244, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos dos artigos 218, inciso VII, e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Deputado Clodovil Hernandes.

Sessão: 17.03.2009

Requerimento nº 260, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcante, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família e a Associação Comercial de Roraima pelo falecimento do Senhor Said Samou Salomão, ocorrido no dia 19 de março de 2009, aos 94 anos.

Sessão: 19.03.2009

Requerimento nº 261, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Vivaldina Bittencourt dos Santos, empresária agrícola no Amazonas, ocorrido no dia 23 de fevereiro de 2009, em Manaus.

Sessão: 19.03.2009

Requerimento nº 262, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do jornalista e empresário de comunicação Francisco Cunha Pereira Filho, diretor-presidente da Rede Paranaense de Comunicação – RPC.

Sessão: 19.03.2009

Requerimento nº 263, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Dom Giuliano Frigeni que, no dia 25 de março de 2009, completa um decênio de sacerdócio como Bispo de Parintins, AM.

Sessão: 19.03.2009

Requerimento nº 264, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para o General Augusto Heleno, que deixou o Comando Militar da Amazônia para assumir a chefia do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, em Brasília.

Sessão: 19.03.2009

Requerimento nº 268, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do jornalista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, ocorrido dia 18 de março, em Curitiba.

Sessão: 19.03.2009

Requerimento nº 272, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pelo recebimento do prêmio World Mail Awards, que representa a excelência internacional na logística, extensivo ao Ministério da Educação pela coordenação da megaoperação.
Sessão: 24.03.2009

Requerimento nº 292, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, voto de pesar pelo falecimento do jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, ocorrido no dia 18 de março de 2009, em Curitiba, Estado do Paraná.
Sessão: 24.03.2009

Requerimento nº 293, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do jornalista amazonense Sebastião Reis, ocorrido em 24 de março de 2009, em Manaus.
Sessão: 24.03.2009

Requerimento nº 294, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Senhor Márcio Cypriano ao deixar a presidência do Conselho de Administração do Bradesco, por ele conduzido até completar a idade limite.
Sessão: 24.03.2009

Requerimento nº 295, de 2009, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando, com base no que preceitua o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações à Rede Record de Televisão pelo programa "Câmera Record", que exibiu as curiosidades da Ilha de Marajó, no dia 13 de março de 2009.
Sessão: 24.03.2009

Requerimento nº 296, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações ao jornal O LIBERAL pelo prêmio "mérito lojista" nacional, na categoria Mídia/Jornal Impresso.
Sessão: 24.03.2009

Requerimento nº 304, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Sidney Seno.
Sessão: 25.03.2009

Requerimento nº 305, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando, na forma do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Sessão: 25.03.2009

Requerimento nº 306, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações à Igreja Presbiteriana do Brasil pelo transcurso do sesquicentenário de sua implantação em nosso País.

Sessão: 25.03.2009

Requerimento nº 311, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para a AMPE - Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau pelo seu "Jubileu de Prata".

Sessão: 25.03.2009

Requerimento nº 317, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 218, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador de Goiás José Feliciano Ferreira, ocorrido em 23 de março de 2009.

Sessão: 25.03.2009

Requerimento nº 328, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Zeca Moraes, ocorrido no dia 27 de março de 2009.

Sessão: 30.03.2009

Requerimento nº 331, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para o ginasta Diego Hypólito, pelas duas medalhas de prata conquistadas na Copa do Mundo de Cottbus, na Alemanha.

Sessão: 31.03.2009

Requerimento nº 332, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para o fotógrafo Walter Firmo, pelo lançamento do livro "Brasil-Imagens da Terra e do Povo".

Sessão: 31.03.2009

Requerimento nº 340, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Helena Mutran.

Sessão: 31.03.2009

Requerimento nº 342, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Deputada Federal Rebeca Garcia, à Deputada Estadual (AM) Conceição Sampaio e ao Vereador Marcelo Ramos (Manaus) pela iniciativa de promover o I Fórum das Águas de Manaus.

Sessão: 31.03.2009

B - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

SESSÕES REALIZADAS
(1º a 31 de março de 2009)

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	5-3-2009, às 10 horas, Plenário do Senado Federal	Destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agraciar as vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº	Assunto
3/2009 (public. no DOU de 5-3-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 15 de março de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, que "Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências".
4/2009 (public. no DOU de 10-3-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 21 de março de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 450, de 9 de dezembro de 2008, que "Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE; altera o § 4º do art. 1º da Lei nº 11.805, de 6 de novembro de 2008; dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; altera o art. 1º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004; e autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES recursos captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD".
5/2009 (public. no DOU de 19-3-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 27 de março de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008, que "Altera a legislação tributária federal, e dá outras providências".
6/2009 (public. no DOU de 27-3-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de abril de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 452, de 24 de dezembro de 2008, que "Dá nova redação à Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, que cria o Fundo Soberano do Brasil - FSB, e à Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, que autoriza o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT a executar obras nas rodovias transferidas a entes da Federação, e dá outras providências".
7/2009 (public. no DOU de 27-3-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de abril de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 453, de 22 de janeiro de 2009, que "Constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e dá outras providências".
8/2009 (public. no DOU de 27-3-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de abril de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 454, de 28 de janeiro de 2009, que "Dá nova redação aos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes à União".

9/2009 (public. no DOU de 27-3-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de abril de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 455, de 28 de janeiro de 2009, que "Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e dá outras providências".
10/2009 (public. no DOU de 27-3-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de abril de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 456, de 30 de janeiro de 2009, que "Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de fevereiro de 2009".

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 115/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 25 de março de 2009, e publicou no dia 26 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 459, de 2009, que "Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências". Nos termos dos § 2º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e da Resolução nº 2, de 2000-CN, foi constituída a Comissão Mista e estabelecido o calendário para tramitação da Medida Provisória.
Of. nº 114/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos na sessão do Senado Federal realizada no dia 23-3-2009, os Projetos de Lei nºs 2 e 3, de 2009, do Congresso Nacional, e foram despachados à CMO.
Of. nº 113/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lida na sessão do Senado Federal realizada no dia 24-3-2009, a Mensagem nº 24, de 2009-CN (nº 181/2009, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 71 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao primeiro bimestre de 2009, e foi despachada à CMO.
Of. nº 112/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que em atendimento ao Of. N. 331/2009/SGM/P, esta Presidência designou o Deputado Zé Gerardo para integrar a CMO, de conformidade com o expediente recebido.
Of. nº 111/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Tendo em vista requerimentos da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA do Senado Federal, e da Deputada Rebecca Garcia, cópias anexas, consulto V. Exª, nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 24 de março do corrente, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Mundial da Água.
Of. nº 110/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que, de acordo com as indicações recebidas das Lideranças e nos termos do disposto na Resolução nº 4, de 2008 – CN, cópia anexa, foram designados, nas sessões do Senado Federal realizadas nos dias 4 e 16-3-2009, os integrantes da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC.
Of. nº 109/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que, de acordo com as indicações recebidas das Lideranças e nos termos do disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006-CN, e da Resolução nº 2, de 2000-CN, foi designada, na sessão do Senado Federal realizada dia 16-3-2009, os integrantes da CMO, relativa ao ano de 2009.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 108/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 21, de 2009-CN (nº 129/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2007 (nº 6.673/2006, na Casa de origem), que "Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 107/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 20, de 2009-CN (nº 126/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008 (oriundo da Medida Provisória nº 443, de 2008), que "Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.524, de 24 de setembro de 2007, e 11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências". Solicitando a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 106/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Tendo em vista requerimentos de autoria da Deputada Vanessa Grazziontin e outros Senhores Deputados, do Senador Jefferson Praia e outros Senhores Senadores e Ofício nº 28/09-GSJPED, do Senador João Pedro, cópias anexas, consulto V. Exª, nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 17 de março do corrente, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 100 (cem) anos da Universidade Federal do Amazonas - UFAM.
Of. nº 105/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foram autuados, por solicitação do Presidente da CMO, e lidos na sessão do Senado Federal realizada dia 6-3-2009, os Avisos nºs 7, de 2009-CN (nº 33-Seses-TCU-Plenário/2009, na origem) e 8, de 2009-CN (nº 150-GP-TCU/2009), ambos do Presidente do TCU, e retornam à CMO.
Of. nº 104/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada dia 6 de março do corrente, o Aviso nº 6, de 2009-CN (nº 193-GP/TCU/2009), do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades daquele Tribunal, referente ao 4º trimestre do exercício de 2008, e foi despachada à CMO.
Of. nº 103/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada dia 5 de março do corrente, o Aviso nº 4, de 2009-CN (nº 14/BCB-Presi, de 25 de fevereiro de 2009), do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2008, daquela Instituição, conforme determina o art. 118 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008), e foi despachado à CMO.
Of. nº 102/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada no dia 4-3-2009, a Mensagem nº 19, de 2009-CN (nº 118/2009, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 2º da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, e foi despachada à CMO.
Of. nº 101/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada no dia 4-3-2009, a Mensagem nº 18, de 2009-CN (nº 117/2009, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 24 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, a relação das operações de crédito incluídas na Lei Orçamentária de 2009 pendentes de contratação, e foi despachada à CMO.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 100/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos, na sessão do Senado Federal realizada no dia 4-3-2009, os Relatórios de Gestão Fiscal dos seguintes Órgãos, e foram despachados à CMO. - Governo Federal – (MCN nº 17/2009, nº 45/2009, na origem); - TCU – (AVN nº 5/2009, nº 97/GP/TCU/2009, na origem); - MPU e MP do DF e Territórios – (OFN 1/2009, nº PGR/GAB/51/2009, na origem); - TSE – (OFN nº 2/2009, nº 395/2009-TSE, na origem); - STF e Conselho Nacional de Justiça – (OFN nº 3/2009, Mensagem nº 8/2009, na origem); - Câmara dos Deputados – (OFN nº 4/2009, nº 85/2009/GP, na origem); - TST – (OFN nº 5/2009, nº TST.GDGSET.GP 21/2009, na origem); - STJ – (OFN 6/2009, nº 169/GP-STJ/2009, na origem); - Senado Federal – (OFN nº 7/2009, Ato do Presidente nº 2/2009, na origem); e - STM – (OFN nº 8/2009, nº 41/PRES-003/SEPLA-GS/2009, na origem).

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE MARÇO DE 2009 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Vice Presidente: Senador DELCÍDIO AMARAL

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.
Resultado: Foram eleitos os Senadores GARIBALDI ALVES FILHO e DELCÍDIO AMARAL para os cargos de Presidente e Vice-Presidente respectivamente, para o biênio 2009/2010.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 4, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 41,000,000.00 (quarenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do "Programa de Modernização Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO CE".
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado também Requerimento de Urgência.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE RESOLUÇÃO

Que altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, no intuito de modificar o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.
Autoria: COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONOMICOS.
Resultado: Aprovado a apresentação do Projeto de Resolução. Aprovado também Requerimento de Urgência da matéria.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2009 - CAE

Requer, nos termos regimentais, Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos, acerca do intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira, com a participação dos seguintes convidados: senhor **Arthur Badin,** Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica; senhora **Mariana Tavares de Araújo,** Secretária de Direito Econômico (SDE) órgão vinculado ao Ministério da Justiça; senhor **Antônio Henrique Pinheiro Silveira,** Secretário de Acompanhamento Econômico (SAE) órgão vinculado ao Ministério da Fazenda; senhor **Flávio de Carvalho Pinto Viegas,** Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores; senhor **Élio Neves,** Presidente da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo; senhor **José Osvaldo Junqueira Franco,** Presidente do Sindicato Rural de Bebedouro/SP; senhor **Valdir Butarello**, Presidente do Sindicato Rural de Itápolis/SP; senhor **Marco Antônio dos Santos,** Presidente do Sindicato Rural de Taquaritinga/SP; senhor **Tales Lemos Cubero,** Presidente da Critrosuco; senhor **José Luiz Cervanto,** Presidente da Cutrale; senhor **Henrique de Freitas,** Presidente da Dreyfus (Louis Dreyfus Citrus); e senhor **Mário Bavaresco Júnior,** Presidente da Citrovita.
Autoria: Senador EDUARDO SUPLICY.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2009 - CAE

Requer, nos termos regimentais, sejam convidadas as pessoas abaixo listadas para uma Audiência Pública acerca da instabilidade econômico-financeira por que vem passando a Embraer; o que levou a empresa a demitir, até o momento, mais de quatro mil trabalhadores, além de provocar a dispensa de vários outros trabalhadores nas empresas da cadeia produtiva aeronáutica. Senhor **Miguel Jorge,** Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; senhor **Nelson Jobim,** Ministro de Estado da Defesa; senhor **Luciano Coutinho,** Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; senhor **Adilson dos Santos,** Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região; e senhor **Frederico Fleury Curado,** Presidente da Embraer.
Autoria: Senador EDUARDO SUPLICY.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2009 - CAE

Requer, nos termos regimentais, seja convidado o senhor **José Sérgio Gabrielli,** Presidente da Petrobrás para, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, discorrer dobre o planejamento estratégico da Petrobrás e seu Plano de Negócio para o período 2009/2013.
Autoria: Senador ALOÍZIO MERCADANTE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2009 - CAE

Requer, nos termos regimentais, seja realizada, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, Audiência Pública, para discussão dos elevados **spreads** bancários e a identificação de possíveis soluções para o mesmo, com a participação dos seguintes convidados: senhor **Henrique Meirelles,** Presidente do Banco Central do Brasil; senhor **Fábio Barbosa,** Presidente da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN; senhor **Luiz Gonzaga Belluzo,** Economista, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e senhor **Alexandre Schvartsman,** Economista, ex-Diretor do Banco Central do Brasil.
Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2009 - CAE

Requer, nos termos regimentais e constitucionais, sejam convidados o senhores **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda, **Luciano Coutinho,** Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e **José Sérgio Gabrielli,** Presidente da Petrobrás, para prestarem esclarecimentos no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos sobre a liberação de R$ 100 bilhões do Tesouro Nacional para a ampliação da capacidade de empréstimos do BNDES, bem como sobre a destinação de R$ 20 bilhões para a Petrobrás e o seu plano de negócios para o exercício de 2009 a 2013.
Autoria: Senadores ARTHUR VIRGÍLIO e TASSO JEREISSATI.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009 - CAE

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos para debater sobre a forte desvalorização da moeda brasileira (Real), com a presença dos senhores **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda e **Henrique Meirelles,** Presidente do Banco Central do Brasil.
Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009 - CAE

Requer, nos termos regimentais, seja convidado o senhor **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda, para debater, em Audiência Pública, sobre o enfrentamento da crise econômica pelo governo brasileiro, em sessão conjunta desta Comissão com as Comissões de Infraestrutura e de Assunto Sociais.
Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2009 - CAE

Requer, nos termos regimentais, seja convidado o senhor **Luciano Coutinho,** Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para debater, em Audiência Pública, sobre o

enfrentamento da crise econômica pelo governo brasileiro, em sessão conjunta desta Comissão com as Comissões de Infraestrutura e de Assunto Sociais.
Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2009 - CAE

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, em duas sessões conjuntas com a Comissão de Assuntos Sociais, para promover debate sobre o mercado de trabalho e o enfrentamento da crise econômica, com a presença das seguintes entidades e representações: em uma primeira sessão, o **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – Dieese; o Instituto de Pesquisa e Estatística Avançada – IPEA e o Ministério do Trabalho e Emprego – TEM.** Em segunda sessão: **a Central Única dos Trabalhadores – CUT, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB e a Força Sindical.**
Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2009 - CAE

Requer, nos termos regimentais, seja convidado o senhor **Henrique Meirelles,** Presidente do Banco Central do Brasil, para, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, para discorrer sobre a política monetária e cambial adotada face à crise financeira e econômica internacional.
Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009 - CAE

Requer, nos termos regimentais, seja convidada a senhora **Dilma Rousseff,** Ministra da Casa Civil, para, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, para discorrer sobre o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.
Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2009 - CAE

Requer, nos termos regimentais, seja convidado o senhor **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda, para, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, para discorrer sobre a crise financeira e a situação da economia brasileira.
Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2009 - CAE

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com a presença do senhor **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda, com o intuito de obter esclarecimentos e informações sobre os efeitos da atual redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados sobre a arrecadação da União, Estados e Municípios, assim como a possibilidade de prorrogação dessa medida.
Autoria: Senador CÉSAR BORGES.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA), E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Operações de Crédito, Spread Bancário e Taxa Selic.

CONVIDADOS:

Senhor **Maílson da Nóbrega;**
Senhor **José Márcio Camargo;**
Senhor **Marcos de Barros Lisboa**; e
Senhor **Luiz Guilherme Schymura de Oliveira.**
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2009 - CAE

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com a presença do senhor **Alfredo Nascimento,** Ministro de Estado dos Transportes; do senhor **Clésio Andrade,** Presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT; e do senhor **Sérgio Reze,** Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores – FENABRAVE, para tratar de assunto relativo às dificuldades por que passa o setor de caminhões no Brasil, especialmente os relacionados à comercialização, bem como assim a situação dos compradores desses veículos, que fizeram a aquisição por meio de financiamento e estão com suas atividades paralisadas ou pouco ativas.
Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA), E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Operações de Crédito, Spread Bancário e Taxa Selic.

CONVIDADOS:

Senhora **Maria Fernanda Ramos Coelho,** Presidenta da Caixa Econômica Federal; e
Senhor **Antônio Francisco de Lima Neto,** Presidente do Banco do Brasil.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA), E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Construção Civil e Indústria.

CONVIDADOS:

Senhor **Antoninho Marmo Trevisan,** Coordenador do Comitê de Monitoramento da Crise do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES;

Senhores **José Lopez Feijó e Paulo Godoy,** Integrantes do Comitê de Monitoramento da Crise do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES;

Senhor **Paulo Safady Simão,** Conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES e Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; e

Senhor **Vicente Mattos,** Presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 3, 5, de 2009 – CAE e 6, de , de 2009 – CI.

Autoria: Senadores ALOIZIO MECADANTE, ARTHUR VIRGÍLIO, TASSO JEREISSATI e IDELI SALVATTI, respectivamente.

Assunto: Debate sobre o planejamento estratégico da Petrobrás e seu plano de negócios para o período de 2009/2013 e, ainda, para prestar esclarecimentos sobre a liberação pelo Tesouro Nacional de R$ 100 bilhões para a ampliação da capacidade de empréstimos do BNDES, bem como sobre a destinação de R$ 20 bilhões para a Petrobrás.

CONVIDADOS:

Senhor **José Sérgio Gabrielli,** Presidente da Petrobrás; e

Senhor **José Eduardo Dutra,** Presidente da Petrobrás Distribuidora.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA), E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 4, 6 e 10, 2009 – CAE.

Autoria: Senadores JEFFERSON PRAIA, MARCELO CRIVELLA e ALOIZIO MERCADANTE, respectivamente, atendendo, ainda, a Resolução nº 32, de 2007, do Senado Federal.

Assunto: Debate sobre os elevados Spreads Bancários e a identificação de possíveis soluções; a forte desvalorização da moeda brasileira, bem como sobre a política monetária e cambial adotada face à crise financeira e econômica internacional.

CONVIDADO:

Senhor **Henrique Meirelles,** Presidente do Banco Central do Brasil.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA), E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Operações de Crédito, Spread Bancário e Taxa Selic.

CONVIDADO:

Senhor **Fábio Colletti Barbosa,** Presidente da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN.

PARTICIPARAM AINDA:
Senhor **Rubens Sardenberg,** Economista Chefe da FEBRABAN; e
Senhor **Oswaldo Assis,** Diretor Executivo da FEBRABAN.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 5, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2009.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador ROMERO JUCÁ.
Parecer: Favorável nos termos do PDS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2003
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia Safra.
Autoria: Senador TASSO JEREISSATI.
Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1 – CRA (substitutivo), com uma subemenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria vai a Turno Suplementar, de acordo com o artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2009 - CAE

Requer que seja realizada Audiência Pública com a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, dia 14 de abril de 2009, às 10 horas, com a presença do senhor **Jorge Gerdau Johannpeter.**
Autoria: Senador FRANCISCO DORNELLES.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2009 - CAE

Requer que seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater a diminuição significativa dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e seus efeitos na administração dos municípios brasileiros, buscando soluções alternativas para uma efetiva recomposição das receitas daqueles entes, tendo como convidados o senhor **Paulo Bernardo,** Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; e o senhor **Paulo Ziulkoski,** Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.
Autoria: Senadores CÍCERO LUCENA e ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2009 - CAE

Requer que seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, para tratar sobre o assunto referido na Medida Provisória nº 457/2009 e o conseqüente impacto da previdência social nas finanças dos municípios, com a presença dos seguintes convidados: senhora **Lina Maria Vieira,** Secretária da Receita Federal do Brasil, ou quem indicar como responsável pela receita previdenciária dos municípios; senhor **Waldir Moysés Simão,** Presidente do Instituto Nacional de Seguro Social, ou quem indicar como responsável pela compensação previdenciária; senhor **José Pimentel,** Ministro de Estado da Previdência Social; senhor **Antônio Fernando Barros e Silva,** Procurador Geral da República, em razão da necessidade de expurgos de valores contidos na dívida previdenciária dos municípios; Ministro **Gilmar Mendes,** Presidente do Supremo Tribunal Federal, em face da aplicação da Súmula Vinculante nº 8; Deputada Federal **Rose de Freitas,** Relatora da MP 457/2009; e senhor **Paulo Ziulkoski,** Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.
Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2009 - CAE

Requer que seja realizada Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, com a presença dos economistas **Edmar Bacha e Dionísio Dias Carneiro.**
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2009 - CAE

Requer que seja realizada Audiência Pública neste Órgão Técnico, com a presença de representantes da **Caixa Econômica Federal – CEF; Casa Civil; Ministério das Cidades; Associação dos Municípios; e Entidades** representativas do **Setor da Construção Civil.**
Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2009 - CAE

Requer que seja realizada Audiência Pública neste Órgão Técnico, com a presença do **Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico – CADE; Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE; Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça – SDE; Ministério Público Federal;** representantes das **Agências Reguladoras;** Professor **Gesner Oliveira,** Presidente da SABESP; senhor **Caio Mário da Silva Pereira Neto,** Professor da Fundação Getúlio Vargas; e senhora **Elizabeth Farina,** Professora da USP, a fim de discorrerem sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009.
Autoria: Senador ROMERO JUCÁ.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2009 - CAE

Requer que seja realizada Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009.
Autoria: Senadores ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR, FRANCISCO DORNELLES e EDUARDO SUPLICY.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2009 - CAE

Requer que seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, para instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009, que "Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providência", com a presença das seguintes autoridades: senhor **José Elaeres Marques Teixeira,** Procurador Regional da República em Brasília; senhor **Mauro Grinberg,** Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional – IBRAC; senhor **Pedro Zanotta,** Presidente da Comissão de Estudos da Concorrência e Regulação Econômica da OAB/SP e o senhor **Marcelo Calliari,** ex-Conselheiro do CADE.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 10

03 ORDINÁRIAS – DELIBERATIVA
05 EXTRAORDINÁRIAS – AUDIÊNCIA PÚBLICA
01 EXTRAORDINÁRIA – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE
01 ORDINÁRIA – CONJUNTA – AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 28

01 TERMINATIVO
02 NÃO TERMINATIVAS
24 REQUERIMENTOS – CAE
01 APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE RESOLUÇÃO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidenta: Senadora ROSALBA CIARLINI
Vice Presidente: Senador PAULO PAIM

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.
Resultado: Foram eleitos os Senadores ROSALBA CIARLINI e PAULO PAIM para os cargos de Presidente e Vice-Presidente respectivamente, para o biênio 2009/2010.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DO DESPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, DE 1999

NÃO TERMINATIVO

Proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de diclorodifenilticloretano – DDT e dá outras providências.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador TIÃO VIANA.
Relatoria: Senador AUGUSTO BOTELHO.
Parecer: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Substitutivo da Câmara.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reformas.
Autoria: Senador RENAN CALHEIROS.
Relatoria: Senador PAPALÉO PAES.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.
Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAS. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
MENSAGEM (SF) Nº 37, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à consideração do Senado Federal o nome da senhora Maria Cecília Martins Brito para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação da senhora Maria Cecília Martins Brito.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2009 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater a devolução pela União de US$ 57 milhões de saneamento ao BID. Para tanto, convidamos o senhor **Márcio Fortes,** Ministro de Estado das Cidades, para expor as razões da devolução de parte do financiamento.
Autoria: Senador EFRAIM MORAIS
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2009 – CAS

Senhora Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a debater e conhecer o novo indicador social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, devendo ser convidados representantes do **IPEA** e outros a serem definidos pela própria Comissão.
Autoria: Senadores PAULO PAIM e INÁCIO ARRUDA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2009 – CAS

Senhora Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes ao crescente desemprego no País e os desafios diante da crise financeira, devendo ser convidados as entidades representativas do setor patronal e empregados, representantes do **Governo, DIEESE** e outros a serem definidos pela própria Comissão.
Autoria: Senadores PAULO PAIM.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2009 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda, para debater, em Audiência Pública, sobre o enfrentamento da crise econômica pelo governo brasileiro, em sessão conjunta desta Comissão com as Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos.
Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2009 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em duas sessões, conjuntas com a Comissão de Assuntos Econômicos, para promover debate sobre o mercado de trabalho e o enfrentamento da crise econômica, com a presença das seguintes entidades e representações: em primeira sessão, **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Economicos – Dieese;** o **Instituto de Pesquisa e Estatística Avançada – IPEA** e o **Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.** Em uma segunda sessão, a **Central Única dos Trabalhadores – CUT;** a **Confederação Nacional da Indústria – CNI;** a **Central Geral dos Trabalhadores – CGT;** a **Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB;** a **Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB** e a **Força Sindical.**
Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor **Luciano Coutinho,** Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, para debater, em Audiência Pública, sobre o enfrentamento da crise econômica pelo Brasil, em sessão conjunta desta Comissão com as Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos.
Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, sobre a Política Nacional de Saúde Mental, hoje amparada pela Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, com os seguintes convidados: Doutora **Helena Calil,** Professora de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina; Doutora **Maria Alice Toledo,** Professora de Psiquiatria da UNB; senhor **Antônio Geraldo da Silva,** Presidente da Associação de Psiquiatria de Brasília e um representante do **Ministério da Saúde.**
Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI, FLÁVIO ARNS e INÁCIO ARRUDA.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 699, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para permitir a compensação de débitos previdenciários com crédito referentes a outros tributos federais.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Relatoria "ad hoc": Senador AUGUSTO BOTELHO.

TRAMTANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 492, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Suprime o parágrafo único do artigo 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para incluir as contribuições previdenciárias no procedimento de compensação de iniciativa do contribuinte, previsto no artigo 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Relatoria ”ad hoc”: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Parecer: Favorável ao PLS nº 699, DE 2007 com uma emenda que apresenta, e pelo arquivamento do PLS nº 492, 2007.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 699, de 2007 com a Emenda nº 1 – CAS e pelo arquivamento do PLS nº 492, de 2007. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigo a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que “Dispõe sobre a autorização para desconto de prestação em folha de pagamento, e dá outras providências”.

Autoria: Senador PEDRO SIMON.

Relatoria: Senador ADELMIR SANTANA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
EMENDA Nº 5 DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 566, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos de Decreto Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para regular a cobrança de anuidade pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Autoria da Emenda: Senador NEUTO DE CONTO.

Autoria do Projeto: Senador EDUARDO SUPLICY.

Relatoria: Senador ADELMIR SANTANA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Emenda nº 5 - PLEN.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009 – CAS

Nos termos do artigo 73 combinado com o inciso IV, do artigo 89 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a extinção da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência Social, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, bem como, a criação da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.
Autoria: Senadores PAULO PAIM e FLÁVIO ARNS.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM N° 01
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2009 – CAS

Nos termos do disposto no artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, incisos V, VIII e IX, e o 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o convite dos senhores **Carlos Roberto Lupi,** Ministro de Estado do Trabalho; senhor **José Barroso Pimentel,** Ministro de Estado da Previdência Social; e o senhor **Patrus Ananias,** Ministro de Estado do Desenvolvimento Social, para debater as políticas, programas e projetos a serem implementados pelos Ministérios ao longo do ano de 2009.
Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI, FLÁVIO ARNS, MARCELO CRIVELLA, ADELMIR SANTANA e AUGUSTO BOTELHO.
Resultado: Aprovado.

ITEM N° 02
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2009 – CAS

Nos termos do disposto no artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, incisos V, VIII e IX, e o 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o convite do senhor **Paulo Bernardo,** Ministro de Estado do Planejamento, para expor sobre os recursos orçamentários disponíveis nas áreas social e de saúde.

Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI, MARCELO CRIVELLA, FLÁVIO ARNS, ADELMIR SANTANA e AUGUSTO BOTELHO.
Resultado: Aprovado.

ITEM N° 03
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2009 – CAS

Nos termos do caput do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do artigo 90 e do § 1º do artigo 397 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o convite ao senhor **José Gomes Temporão,** Ministro de Estado da Saúde para debater, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), as políticas, programas e projetos a serem implementados pelo Ministério ao longo do ano de 2009, bem como a situação atual do Programa Mais Saúde (PAC da Saúde).
Autoria: Senadores ROSALBA CIARLINI e PAPALÉO PAES.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 1º da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, estendendo as regras desse diploma legal a todas as empresas que venham a contratar ou transferir trabalhadores para prestar serviço no exterior.
Autoria: Deputado JÚLIO REDECKER.
Relatoria "ad hoc": Senador EFRAIM MORAIS.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre a impressão do número do lote e das datas de fabricação e de validade de medicamentos.
Autoria: Senador PAPALÉO PAES.
Relatoria "ad hoc": Senador JAYME CAMPOS.

Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 421, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 para conceder isenção total do imposto de renda da pessoa física aos rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de setenta anos, iniciando-se com isenção de vinte por cento dos rendimentos aos sessenta e seis anos.
Autoria: Senador EFRAIM MORAIS.
Relatoria: Senador JAYME CAMPOS.
Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2009 – CAS

Nos termos do inciso II, do § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para discutir as gorjetas pagas em bares, restaurantes e similares, as suas implicações econômicas, trabalhistas e previdenciárias e, conseqüentemente, instruir o Projeto de Lei do Senado nº 725, de 2007, que "Acrescenta parágrafos ao artigo 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre gorjetas pagas aos garçons e dá outras providências", de autoria da Senadora Patrícia Saboya. Para tanto a audiência pública devem ser convidados representantes das seguintes entidades: **Associação Brasileira de Bares e Restaurantes; Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade; Ministério Público do Trabalho; e Ministério do Trabalho e Emprego.**
Autoria: Senadores EDUARDO AZEREDO, AUGUSTO BOTELHO ROSALBA CIARLINI e PAULO PAIM.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2009 – CAS

Senhora Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência para debater a regulamentação do Aviso Prévio, bem como o Adicional de Insalubridade dos Trabalhadores, devendo ser convidados as entidades representativas do setor: **Ministro do Trabalho; Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Confederação Nacional da Indústria** e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2009 – CAS

Nos termos do artigo 335 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2008, que "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para autorizar o INSS e os Municípios, no âmbito da sistemática do parcelamento de débitos previdenciários dos municípios, modificar a forma de corrigir monetariamente o montante das dívidas dos Municípios", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares.

Autoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2009 – CAS.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Assunto: Debate sobre o novo indicador social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

CONVIDADOS:

Senhor **Carlos Alberto Sampaio de Freitas,** Secretário de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, do TCU, representando o Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU;
Senhor **Márcio Pochmann,** Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
Senhor **Ladislau Dowbor,** Doutor em Ciências Econômicas, Professor Titular no departamento de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; e
Senhor **Paul Singer,** Secretário Nacional de Economia Solidária – SENAES do Ministério do Trabalho e Emprego.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2009 – CAS

Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal. Nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 13, de 2009 – CAS, requeiro que seja incluído na lista de convidados a participar da audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para discutir as gorjetas pagas em bares, restaurantes e similares, as suas implicações econômicas, trabalhistas e previdenciárias e, conseqüentemente, instruir o Projeto de Lei do Senado nº 725, de 2007, que "Acrescenta parágrafos ao artigo 457 da Consolidação das Lei do Trabalho (CLT), para dispor sobre gorjetas pagas aos garçons e dá outras providências", de autoria da Senador Patrícia Saboya, o senhor **Nelson de Abreu Pinto,** Presidente da Confederação Nacional do Turismo.
Autoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

04 EXTRAORDINÁRIAS – DELIBERATIVAS
01 EXTRAORDINÁRIA – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

MATÉRIAS APRECIADAS: 31

10 NÃO TERMINATIVAS
05 EMENDAS – CAS
01 EMENDA DE PLENÁRIO
15 REQUERIMENTOS – CAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES
Vice Presidente: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.
Resultado: Foram eleitos os Senadores DEMÓSTENES TORRES e WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA para os cargos de Presidente e Vice-Presidente respectivamente, para o biênio 2009/2010.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 715, DE 2007
TERMINATIVO

Institui o Conselho de Defesa Comercial, órgão federal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com poderes judicantes para aplicar direitos antidumping, medidas compensatórias, provisórias ou definitivas, e salvaguardas.
Autoria: Senador FRANCISCO DORNELLES.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2008
(PL. nº 04208/2001, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Favorável à matéria e à Emenda nº 9, nos termos da emenda substitutiva que apresenta e contrário às Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 10 e 11. Durante a discussão, a Senadora Ideli Salvatti apresenta a emenda nº 12, que recebe parecer favorável, sendo incorporada ao substitutivo.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2008
(PL. nº 02181/2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação aos artigos 982 e 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (participação do defensor público na lavratura de escrituras públicas).
Autoria: Deputado ROGERIO LISBOA.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2005
TERMINATIVO

Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências, para criminalizar a omissão de funcionários de laboratórios fotográficos que tomam conhecimento de fotos pornográficas envolvendo criança ou adolescente.
Autoria: Senador SÉGIO ZAMBIASI.
Relatoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.
Parecer: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1 – CDH.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CDH/CCJ.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 359, DE 2004
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para o fim de determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública o uso da Rede Mundial de Computadores nos procedimentos licitatórios e atos subseqüentes.
Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO.
Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Pela aprovação da matéria e da emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2008
TERMINATIVO

Altera o artigo 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, de forma a excluir a estipulação de prazo para a formulação do requerimento a que o dispositivo se refere e dá outras providências.
Autoria: Senador LOBÃO FILHO.
Relatoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Parecer: Pela aprovação da matéria e das três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CCJ.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2009 – CCJ

Requerem nos termos regimentais, seja convidado o senhor **Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos**, para que compareça à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos motivos que levaram sua Secretaria a acionar a Advocacia Geral da União na pendência envolvendo o nacional brasileiro menor de idade Sean Ribeiro Goldman.
Autoria: Senadores FRANCISCO DORNELLES, ROMEU TUMA, GILVAM BORGES E EXPEDITO JÚNIOR.
Resultado Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública nesta Comissão para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, com a presença dos seguintes especialistas e interessados: senhor **Bolívar Lamounier,** Cientista Político; senhor **Demétrio Magnolli,** Doutor em Geografia Humana; senhora **Helda Castro de Sá,** Presidenta da ONG Nação Mestiça; senhor **Francisco Jhony Rodrigues Silva,** Presidente do Fórum Afro da Amazônia – FORAFRO; e senhora **Vera Fávero,** Coordenadora do Movimento Negro Socialista de Santa Catarina.
Autoria: Senadores TASSO JEREISSATI e FRANCISCO DORNELLES.
Resultado Aprovado.

ITEM Nº 03
TERMO ADITIVO AO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2009 – CCJ

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 2, de 2009 – CI, que pede a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008 que dispõe sobre o estabelecimento de quotas nas universidades públicas brasileiras, para o fim de também convidar, como debatedores, o senhor **William Douglas,** da Coordenação da Educafro; senhor **Augusto Werneck,** do Movimento dos Promotores de Justiça do Brasil; senhor **Daniel Cara,** da Campanha Mundial pelo Direito à Educação; senhor **Welington do Carmo Faria,** da Coordenação do MSU; e a senhora **Rosani Fernandes,** do Fórum da Educação Indígena.
Autoria: Senadores IDELI SALVATTI e CRISTOVAM BUARQUE.
Resultado Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2009 – CCJ

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2008.
Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Resultado Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2009 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada por esta Comissão, em 20 de agosto de 2008, conforme Requerimento nº 27, de 2008 – CCJ, referente ao Substitutivo da Câmara nº 175, de 2007, que "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos em que especifica.
Autoria: Senador EDUARDO SUPLICY.
Resultado Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2009 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2009 – CCJ e Termo Aditivo.
Autoria: Senadores TASSO JEREISSATI e FRANCISCO DORNELLES.
Autoria do Termo Aditivo: Senadores IDELI SALVATTI e CRISTOVAM BUARQUE.
Autoria do Projeto: Deputado NICE LOBÃO.
Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

CONVIDADOS:

Senhor **Bolívar Lamounier,** Cientista Político;
Senhor **Demétrio Magnoli,** Doutor em Geografia Humana;
Senhor **Helderli Castro de Sá Alves,** Presidente da ONG Nação Mestiça;
Senhor **Francisco Jhony Rodrigues Silva,** Presidente do Fórum Afro da Amazônia – FORAFRO;
Senhora **Vera Fávero,** Coordenadora do Movimento Negro Socialista de Santa Catarina;
Senhor **Willian Douglas,** da Coordenação da Educafro;
Senhor **Augusto Werneck,** Procurador do Estado do Rio de Janeiro e Professor da PUC/RJ;
Senhor **Daniel Cara,** da Campanha Mundial pelo Direito à Educação;
Senhor **Wellington do Carmo Faria,** da Coordenação do Movimento dos Sem Universidade – MSU; e
Senhora **Rosani Fernandes Kaingang,** do Fórum da Educação Indígena.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, DE 2007
(PL nº 00206/2007 na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 57 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para autorizar o enteado ou a enteada a adotar o nome de família do padrasto ou da madrasta.
Autoria: Deputado CLODOVIL HERNANDES.
Relatoria: Senador SERYS SLHESSARENKO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2009 – CCJ

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 115, 2207.
Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Resultado Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009 – CCJ

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, com os seguintes convidados: senhor **Edson Santos de Souza,** Ministro Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; senhor **Amaro Lins,** Reitor da Universidade Federal de Pernambuco; senhor **José Roberto Pinto de Góes,** Historiador, Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; senhor **Ismael Cardoso,** Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; e senhor **Simon Schwartzman,** Ex-Presidente do IBGE.
Autoria: Senadores TASSO JEREISSATI, ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR E SERYS SLHESSARENKO.
Resultado Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2009 – CCJ.
Autoria: Senadores FRANCISCO DORNELLES, ROMEU TUMA, GILVAM BORGES e EXPDITO JÚNIOR.
Assunto: Debate sobre os motivos que levaram essa Secretaria a acionar a Advocacia Geral da União na pendência envolvendo o nacional brasileiro menor de idade Sean Ribeiro Goldman.

CONVIDADO:

Senhor **Paulo de Tarso Vannuchi,** Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.
Resultado: Realizada.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2006
(PL. nº 00855/2003, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera a redação do § 2º do artigo 40 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Dispõe sobre a retirada dos autos para obtenção de cópias).
Autoria: Deputado CARLOS SAMPAIO.
Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 153, DE 2008
(PL. nº 2.379/2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre as certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais.
Autoria: Deputado RÉGIS DE OLIVEIRA.
Relatoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2006
(PL. nº 07226/2006, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para prever a indisponibilidade de bens do indiciado ou acusado e a necessidade de comparecimento pessoal em juízo para a apresentação de pedido de restituição ou disponibilidade.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados.

ITEM Nº 04
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao inciso LXVII, do artigo 5º, da Constituição Federal (exclui a hipótese de infidelidade depositária como causa de prisão civil por dívida).
Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
(PL. nº 00375/2006, na origem)

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991. e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 385, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Convoca plebiscito sobre o porte e a guarda de arma de fogo, a se realizar conjuntamente com as eleições de 2004 e dá outras providências.
Autoria: Senador HÉLIO COSTA e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

01 ORDINÁRIA – DELIBERATIVA
01 ORDINÁRIA – AUDIÊNCIA PÚBLICA
01 ORDINÁRIA – AUDIÊNCIA PÚBLICA - DELIBERATIVA
01 EXTRAORDINÁRIA – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

MATÉRIAS APRECIADAS: 26

03 TERMINATIVAS
09 NÃO TERMINATIVAS
06 EMENDAS – CCJ
01 TURNO SUPLEMENTAR

06 REQUERIMENTOS – CCJ
01 TERMO ADIDITIVO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador FLÁVIO ARNS
Vice Presidente: Senadora LÚCIA VÂNIA

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.
Resultado: Foram eleitos os Senadores FLÁVIO ARNS e LÚCIA VÂNIA para os cargos de Presidente e Vice-Presidente respectivamente, para o biênio 2009/2010.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 2008
TERMINATIVO

Inscreve o nome de Getúlio Dornelles Vargas no Livro dos Heróis da Pátria.
Autoria: Senador MARCONI PERILLO.
Relatoria: Senador PEDRO SIMON.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 7.466, de 23 de abril de 1986, que “dispõe sobre a comemoração do feriado de 1º de maio – Dia do Trabalho”.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Relatoria: Senador INÁCIO ARRUDA.

Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Faculta às pessoas jurídicas o armazenamento dos livros comerciais "Livro Diário" e "Livro Razão" em meio magnético.
Autoria: Senador PAULO OCTÁVIO.
Relatoria: Senador ADELMIR SANTANA.
Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo).
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAE/CE (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Denomina aeroporto internacional de Cruzeiro do Sul/AC – Marmud Cameli o Aeroporto localizado na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.
Autoria: Deputado GLADSON CAMELI.
Relatoria: Senador AUGUSTO BOTELHO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional dos Agentes de Autoridade de Trânsito.
Autoria: Deputado GONZAGA PATRIOTA.
Relatoria "ad hoc": Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 602, DE 2007
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Araguaia (UNIVALE), com sede no Município de Barra do Garças.
Autoria: Senador JAYME CAMPOS.
Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2 – CE.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2008
TERMINATIVO

Denomina "Ponte Luis Carlos Prestes" a ponte transposta sobre o rio Gravataí na BR-116, KM 270, nos Municípios de Canoas e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Relatoria: Senador PEDRO SIMON.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Cria a semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de todo o País, e dá outras providências.
Autoria: Deputado ENIO BACCI.
Relatoria: Senador NEUTO DE CONTO.
Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CE.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2009 – CE

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008, para compor a mesa do debate solicito sejam convidados representantes do **Ministério da Educação, Ministério do Planejamento, Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA, e da Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.**
Autoria: Senadores AUGUSTO BOTELHO e ROMEU TUMA.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional do Jornalista.
Autoria: Deputado FERNANDO FERRO.
Relatoria: Senador GERSON CAMATA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2009 – CE

Nos termos regimentais, requeiro que esta Comissão encaminhe ofício ao senhor **José Serra,** Governador do Estado de São Paulo, com justificativa a seguir. Hoje, no programa Bom Dia Brasil, da Rede Globo, foi apresentado em livro didático distribuído na rede pública do estado de São Paulo, em que continha um mapa da América do Sul com graves equívocos, entre eles, mudança da posição do nosso país vizinho, o Paraguai. A própria matéria jornalística disse que o Governo de São Paulo se negava a recolher o livro por ser um “Mal Menor”. Um livro como esse traz, obviamente, conseqüências graves para a educação dos

nossos alunos, além da repercussão negativa nos países vizinhos, por essas razões, requeiro que esta Comissão solicite ao Governador de São Paulo, senhor **José Serra,** que providencie, urgentemente, o recolhimento de todos os exemplares desse livro, assim como a destruição imediata e a correção com igual rapidez, para que sua nova distribuição não traga prejuízos para os alunos, pela perda de tempo, solicito também, que este requerimento seja acompanhado de uma sugestão para que toda a edição do referido livro passe por uma revisão completa.
Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2009 – CE

Nos termos do disposto no artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, incisos V, VII e IX, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública para que sejam ouvidos nesta Comissão, individualmente, os senhores **Fernando Haddad,** Ministro de Estado da Educação; **João Luiz Silva Ferreira,** Ministro de Estado da Cultura; e **Orlando Silva,** Ministro de Estado do Esporte, sobre os programas prioritários, as metas e os recursos orçamentários disponíveis para 2009, no âmbito dos respectivos Ministérios.
Autoria: Senadores FLÁVIO ARNS, MARCO MACIEL, CRISTOVAM BUARQUE, GERSOM CAMATA, JOÃO VICENTE CLAUDINO e ÀLVARO DIAS.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS incidentes sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por prefeituras municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.
Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.
Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA.
Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Institui a obrigatoriedade de incluir o quesito cor/raça nas fichas de matrícula e nos dados cadastrais das instituições de educação básica e superior, públicas ou privadas, em suas diversas modalidades de ensino.
Autoria: Deputado IVAN VALENTE.
Relatoria: Senador INÁCIO ARRUDA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera as Leis nºs. 3.268, de 1957, e 4.324, de 1964, para dispor sobre o exame de proficiência dos médicos e dos cirurgiões-dentistas.
Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Relatoria: Senador PAPALÉO PAES.
Parecer: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Denomina o trecho da BR-324 compreendido entre as cidades de Remanso, no Estado da Bahia, e São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí.
Autoria: Deputado PAES LANDIM.
Relatoria "ad hoc": Senador MARCO MACIEL.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia do Prefeito.
Autoria: Deputado ELISEU PADILHA.
Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2009 – CE

Requeiro, na forma do disposto do artigo 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal e nos termos dos artigos 90, inciso V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas nesta Comissão Audiências Públicas para tratar da situação atual da Educação Básica no Brasil, especialmente sobre as reformas educacionais em andamento. Deverão ser convidados os Secretários de Educação de Estados que têm desenvolvido experiências importantes que repercutem na qualidade e na gestão da educação, além de apresentarem as dificuldades e os óbices identificados, para o cumprimento das determinações legais. Para tratar da remuneração dos professores deverão ser convidados os Secretários dos Estados de São Paulo, Pernambuco e Piauí. Para tratar da gestão escolar e certificação de Diretores de Escolas, deverão ser convidados os Secretários de Minas Gerais, Distrito Federal e Acre. Para tratar da avaliação da aprendizagem, formação de professores e alfabetização, deverão ser convidados os Secretários do Rio Grande do Sul, Ceará e Mato Grosso do Sul. Em cada uma das audiências deverá estar presente um representante do CONSED e da UNDIME a fim de participar e enriquecer o debate.
Autoria: Senadora MARISA SERRANO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009 – CE

Nos termos do 50, da Constituição Federal combinado com o artigo 90, incisos IX, X e XI, e o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam prestadas, pelo Ministério da Cultura, as seguintes informações: a) Relatório completo do Fundo Nacional de Cultura (FNC) contendo a movimentação e utilização de verbas no ano de 2008; b) Relação completa dos projetos que receberam recursos por meio da Lei Rouanet com a indicação de: Nome do Projeto; número do PRONAC; Nome do proponente; Estado do proponente; Valor aprovado; Valor captado; Área cultural do Projeto; Segmento do Projeto (artigo 18 ou 26); Relação de empresas que destinam recursos para cada Projeto; Valor destinado por cada empresa para cada Projeto.
Autoria: Senadoras MARISA SERRANO e ROSALBA CIARLINI.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2009 – CE.
Autoria: Senadores FLÁVIO ARNS, MARCO MACIEL, CRISTOVAM BUARQUE, GERSON CAMATA, JOÃO VICENTE CLAUDINO E ÁLVARO DIAS.
Assunto: Programas prioritários, as metas e os recursos orçamentários disponíveis para 2009, no âmbito do Ministério da Cultura.

CONVIDADO:

Senhor **João Luiz Silva Ferreira,** Ministro de Estado da Cultura.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 740, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de Técnico em espetáculos de diversões, e dá outras providências.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.
Relatoria: Senador ROSALBA CIARLINI.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 603, DE 2007
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Norte do Mato Grosso (UNINORTE), com sede no município de Sinop.
Autoria: Senador JAYME CAMPOS.
Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Parecer: Pela aprovação da matéria e da emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Engenheiro Ambiental.
Autoria: Deputada NILMAR RUIZ.
Relatoria "ad hoc": Senador GERSON CAMATA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 384, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o § 2º do artigo 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre o estudo da música no ensino fundamental.
Autoria: Senador WILSON MATOS.
Relatoria: Senadora MARISA SERRANO.
Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Denomina campus universitário Professor Celso Muller do Amaral o Campus Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado em Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul.
Autoria: Deputado GERALDO RESENDE.
Relatoria: Senadora MARISA SERRANO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Denomina rodovia Governador Pedro Gondim o trecho rodoviário da BR-230, entre as cidades de Cabedelo e João Pessoa, no Estado da Paraíba.
Autoria: Deputado VITAL DO RÊGO FILHO.
Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 146, DE 2008
TERMINATIVO

Denomina Rodovia Josita Almeida a rodovia BR-104 desde a ponte sobre o Rio Paraíba, na cidade de Barra de Santana, até a cidade de Alcantil, ambas no Estado da Paraíba.
Autoria: Deputado MARCONDES GADELHA.
Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2008
TERMINATIVO

Institui o Ano Nacional Patativa do Assaré, em 2009.
Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Denomina Viaduto Márcio Rocha Martins o viaduto localizado na BR-040, entre os municípios de Ouro Preto e Itabirito, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Deputado JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS.
Relatoria "ad hoc": Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2008
TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional da Aqüicultura.
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Relatoria "ad hoc": Senador INÁCIO ARRUDA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2008
TERMINATIVO

Denomina Rodovia Ignez Cola o trecho da rodovia BR-393, compreendido entre Cachoeiro do Itapemirim (ES) e o contorno de Volta Redonda (RJ).
Autoria: Senador MAGNO MALTA.
Relatoria: Senador GERSON CAMATA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2008
TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional da Educação Ambiental.
Autoria: Senadora MARISA SERRANO.
Relatoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.
Parecer: Pela aprovação da matéria e da emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Denomina José Hosken de Novaes o campus Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, localizado no município de Londrina, Estado do Paraná.
Autoria: Deputado ALEX CANZIANI.
Relatoria "ad hoc": Senador PAULO PAIM.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional da Assistência Farmacêutica.
Autoria: Deputado ARLINDO CHINAGLIA.
Relatoria: Senador ADELMIR SANTANA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

TOTAL DE REUNIÕES: 06

04 ORDINÁRIAS – DELIBERATIVAS
01 EXTRAORDINÁRIA – AUDIÊNCIA PÚBLICA
01 EXTRAORDINÁRIA – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

MATÉRIAS APRECIADAS: 42

10 TERMINATIVAS
18 NÃO TERMINATIVAS
09 EMENDAS – CE
05 REQUERIMENTOS – CE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador RENATO CASAGRANDE
Vice Presidente: Senador CÍCERO LUCENA

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.
Resultado: Foram eleitos os Senadores RENATO CASAGRANDE e CÍCERO LUCENA para os cargos de Presidente e Vice-Presidente respectivamente, para o biênio 2009/2010.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.666, de 1993, que "regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para determinar a obrigatoriedade da comprovação de origem da madeira utilizada em obras e serviços financiados com recursos públicos e dá outras providências.
Autoria: Senador GERSON CAMATA.
Relatoria: Senador CÉSAR BORGES.
Parecer: Favorável à matéria com quatro emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1, 2, 3 e 4 – CMA. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2009 - CMA

Requer, nos termos do artigo 90, inciso III e IX do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão, Audiência Pública, para debaterem sobre a proposta de diretrizes para leilão de contratação de energia de reserva – fonte eólica, tendo em vista a Portaria nº 52, de 10 de fevereiro de 2009 do Ministro de Minas e Energia com a presença dos seguintes convidados: senhor **Carlos Minc,** Ministro de Estado do Meio Ambiente; senhor **Edvaldo Alves de Santana,** Diretor Geral interino da ANEEL; senhor **Maurício Tolmasquim,** Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; senhor **Sérgio Marques,** Conselheiro da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEEÓLICA; senhor **Paulo Mayon,** Diretor da Associação Nacional dos Consumidores de Energia – ANACE; e senhor **Ivan Marques de Toledo Camargo,** Professor Titular de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília – UNB.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o Ministro de Estado de Minas e Energia, Senador **Edison Lobão,** convocado a comparecer perante esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os atos de "bandidagem" da atual diretoria fechada de previdência complementar dos funcionários da empresa Furnas Centrais Elétricas S.A – a Real Grandeza, Fundação de Previdência e Assistência Social.
Autoria: Senadora MARISA SERRANO.
Resultado: Aprovado como convite.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2009 - CMA

Requer, nos termos do artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada diligência pública na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, sendo convidadas as autoridades e instituições abaixo, para discutir a Medida Provisória n° 458, de 2009, que trata da regularização fundiária da Amazônia.
Deputado **Belarmino Lins,** Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas;
Senhor **Eduardo Braga,** Governador do Estado do Amazonas;
Desembargador **Jovaldo dos Santos Aguiar,** Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;
General **Augusto Ribeiro Heleno,** Comandante Militar da Amazônia;
Senhor **Edmilson da Costa Barreiros Júnior,** Procurador da República no Estado do Amazonas;
Senhor **Abidias Júnior,** _Presidente do Banco da Amazônia – BASA;
Professor **Adalberto Luis Val,** Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA;
Professor **Hidembergue O. da Frota,** Reitor da Universidade Federal do Amazonas;
Delegado **José Renan Rocha Ribeiro,** Superintendente da Polícia Federal no Estado do Amazonas;
Senhor **Edivar dos Santos Almeida,** Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Amazonas;
Senhor **Henrique dos Santos Pereira,** Superintendente em Manaus do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

Senhora **Socorro Nunes,** Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no Amazonas;
Senhor **Otávio de Souza Gomes,** Procurador Geral de Justiça/ Ministério Público Estadual do Amazonas;
Senhor **Denis Minev,** Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas;
Deputado **Eron Bezerra,** Secretário de Estado de Produção Rural do Amazonas;
Senhora **Nádia Cristina D' Ávila Ferreira,** Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
Professora **Marilene Corrêa da Silva Freitas,** Reitora da Universidade Estadual do Amazonas;
Senhor **Daniel Borges Nava,** Titular da Secretaria Executiva Adjunta de Geodiversidade e Recursos Hídricos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas;
Senhor **Domingos Macedo,** Titular da Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Ambiental – SDS;
Senhor **Sebastião Nunes,** Presidente do Instituto de Terras do Estado do Amazonas;
Senhor **Edimar Vizolli,** Presidente do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas;
Senhor Néliton Marques, Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas;
Professor **Odenildo Sena,** Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas;
Senhor **Raimundo Valdelino Cavalcante,** Diretor Presidente da Agência de Desenvolvimento à Pesquisa do Estado do Amazonas;
Senhor **Pedro Falabella,** Diretor Presidente da Agência de Fomento do Estado do Amazonas;
Senhor **José Thomé,** Presidente da Associação Amazonense de Municípios;
Senhor **Eurípedes Ferreira Lins,** Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas;
Senhor **Paulo Caralo,** Secretário de Política Agrícola e de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Trabalhadores na Agricultura; e
Senhora **Brenda Brito,** Secretária Executiva do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon);
Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2009, – CMA
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Assunto: Debate sobre a proposta de diretrizes para leilão de contratação de energia de reserva – fonte eólica, tendo em vista a Portaria nº 52, de 10 de fevereiro de 2009 do Ministro de Minas e Energia.

CONVIDADOS:

Senhora **Ana Lúcia Dolabella,** Assessora da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade do Ministério do Meio Ambiente – MMA;
Senhor **Edvaldo Alves de Santana,** Diretor Geral interino da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
Senhor **Sérgio Marques,** Conselheiro da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEEÓLICA;
Senhor **Paulo Mayon,** Diretor Presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia – ANACE; e
Senhor **Ivan Marques de Toledo Camargo,** Professor Titular de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília – UnB.
Resultado: Realizada.

PAUTA EXTRA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização por esta Comissão de Audiência Pública com o intuito de discutir a utilização de fontes alternativas de energia renováveis, sendo que a lista de convidados para a audiência pública será definida posteriormente mediante sugestões dos integrantes desta Comissão.
Autoria: Senador CÍCERO LUCENA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 73, combinado com o artigo 76, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação dos trabalhos da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, pelo período de um ano, mantido o mesmo número de membros.
Autoria: Senador CÍCERO LUCENA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos regimentais, que seja feita comunicação conjunta desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da Comissão de Ciência e Tecnologia ao senhor Presidente da República, **Luis Inácio Lula da Silva,** a senhora Ministra-Chefe da Casa Civl, **Dilma Rousseff** e ao senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, Senador **Edison Lobão,** manifestando o entendimento das duas Comissões de que é oportuna e conveniente a utilização de aquecimento solar da água das residências populares a serem construídas no âmbito do programa de construção de casas anunciado recentemente.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009 – CMA

Requer a realização de Sessão Solene no dia 24 de março do corrente, no Congresso Nacional, em comemoração ao Dia Mundial da Água.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2009 - CMA

Requeiro, nos termos do artigo 58, inciso II, da Constituição Federal e do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública para contribuir com o debate e instrução do Projeto de Lei n° 260, 2007, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária. Para tanto, solicito que sejam convidados: **Ministério do Meio Ambiente – MMA; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Faculdade de Agricultura e Medicina Veterinária – FAV/UnB; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA,** representada pela Senadora **Kátia Abreu; Grupo Campo,** representado pelo senhor **Alysson Paulinelli; e WWF,** representado pelo senhor **Cássio Moreira,** Coordenador do Programa Agricultura.
Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que, "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências", para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Relatoria "ad hoc": Senador JOÃO PEDRO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2007
TERMINATIVO

Acrescenta parágrafos ao artigo 37 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para dispor sobre publicidade.
Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.
Parecer: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007
TERMINATIVO
Acrescenta § 6º ao artigo 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pal União, bem como por suas associadas, coligadas e

filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.
Autoria: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR.
Relatoria: Senador JEFFERSON PRAIA.
Parecer: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2009 – CMA

Requeiro, nos termos do artigo 49, inciso X; do artigo 50, caput; e do artigo 397, § 1º do Regimento Interno, a convocação do senhor **Ministro de Estado da Cidades** para prestar, perante esta Comissão, informações referentes à utilização de recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que deveriam ser aplicados no âmbito do Programa de Ação Social em Saneamento (PASS).
Autoria: Senadora MARISA SERRANO.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2009 - CMA

Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2007, que susta a aplicação do artigo 3º do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sendo convidadas as seguintes instituições de pesquisas e órgãos de defesa do consumidor para discutirem os aspectos do projeto em questão: senhor **Dirceu Raposo de Mello,** Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; senhora **Lisa Gunn,** Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; senhor **Ricardo Morishita Wada,** do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direitos Econômico do Ministério da Justiça; e senhora **Gilda Pereira Carvalho,** Sub-Procuradora Geral da República do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público Federal.

Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA.
Resultado: Aprovado com aditamento do Senador Renato Casagrande convidando, também, um representante da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – ASPTA.

ITEM Nº 02
OFICIO "S" Nº 9, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, o Relatório sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, referente ao ano de 2007.
Autoria: Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente.
Relatoria: Senador HERÁCLITO FORTES.
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Oficio.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 193, DE 2008
(PL. nº 6.238, de 2005 , na origem)
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso IV ao § 2º do artigo 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.
Autoria: Deputado CELSO RUSSOMANNO.
Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Parecer: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CMA.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009 - CMA

Requeiro, nos termos do artigo 90, incisos III e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida por esta Comissão, Audiência Pública tendo como convidado o senhor **Carlos Minc Baumfeld,** Ministro de Estado do Meio Ambiente para falar sobre as políticas e instrumentos que objetivem reduzir a zero, até o ano de 2015, o desmatamento do país.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2009 - CMA

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 8, de 2009 – CMA, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária, que no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA seja convidado o senhor **Luiz Carlos Balbino,** representando a **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.**
Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

01 EXTRAORDINÁRIA – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE
01 EXTRAORDINÁRIA – AUDIÊNCIA PÚBLICA
03 ORDINÁRIAS – DELIBERATIVAS

MATÉRIAS APRECIADAS: 24

02 TERMINATIVAS
04 NÃO TERMINATIVAS
12 REQUERIMENTOS – CMA
06 EMENDAS - CMA

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

Presidente: Senador CRISTOVAM BUAQUE
Vice Presidente: Senador JOSÉ NERY

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.
Resultado: Foram eleitos os Senadores CRISTOVAM BUARQUE e JOSÉ NERY para os cargos de Presidente e Vice-Presidente respectivamente, para o biênio 2009/2010.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2009 - CDH

Nos termos do artigo 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, requeiro na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que seja convidado o senhor **Tarso Genro,** Ministro de Estado da Justiça, a comparecer em audiência conjunta com esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para prestar esclarecimentos sobre o denominado caso Cesare Battisti.
Autoria: Senador CRSITOVAM BUARQUE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
SUGESTÃO Nº 1, DE 2009

Sugere a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Gestão Pública e dá outras providências.
Autoria: Associação Nacional de Gestão Pública – ANGEP.
Relatoria "ad hoc": Senador PAULO PAIM.
Parecer: Pelo arquivamento da sugestão.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento.

ITEM Nº 03
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Exploração Sexual.
Relatoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a propriedade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.
Autoria: Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN.
Relatoria "ad hoc": Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a redução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai a Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Prorroga até 31 de dezembro de 2014 a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências.
Autoria: Senador FRANCISCO DORNELLES.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai a Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2009 – CDH

Que requer a realização de Audiência Pública, para debater a existência de milícias em comunidades no Estado do Rio de Janeiro, com fortes indícios de envolvimento de policiais, civis e militares, bombeiros militares e agentes penitenciários, com os seguintes convidados: senhor **Marcelo Freixo,** Deputado Estadual e senhor **José Mariano Beltrame,** Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Senador JOSÉ NERY.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2009 – CDH

Que requer a realização de Audiência Pública, com vistas a debater a possibilidade de aposentadoria especial para a profissão de Oficial de Justiça, devendo ser convidados as **Entidades Representativas** do setor, representantes do **Governo,** e outros a serem definidos pela própria Comissão.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2009 – CDH

Que requer a realização de Audiência Pública, com vistas a debater a Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância – Avaliação de Durban 2001, com a presença de vários convidados.
Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 1, de 2009, – CDH e nº 1, de 2009 - CRE
Autoria: Senadores CRISTOVAM BUARQUE e HERÁCLITO FORTES, respectivamente.
Assunto: Sobre o denominado caso Cesare Battisti.

CONVIDADO:

Senhor **Tarso Genro,** Ministro de Estado da Justiça.

PARTICIPARAM AINDA DA AUDIÊNCIA:

Senhor **Luis Paulo Barreto,** Secretário Executivo do Ministério da Justiça.
Senhor **Romeu Tuma Júnior,** Secretário Nacional de Justiça.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2009 – CDH.
Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.
Assunto: Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância – Avaliação de Durban 2001.

CONVIDADOS:

Senhor **Edson Santos Souza,** Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR;

Senhora **Márcia Maria Adorno C. Ramos,** Conselheira Chefe da Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, representando o senhor **Sílvio José;**

Senhor **Albuquerque e Silva,** Ministro e Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores;

Senhor **Pedro Vieira Albramovay,** Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça;

Senhora **Rosani Fernandes,** Representante dos povos indígenas Kaingang; e

Senhor **Marcos Cardoso,** Representante da Coordenação Nacional das Entidades Negras.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2009 – CDH.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Assunto: Debate sobre a possibilidade de aposentadoria especial para a profissão de Oficial de Justiça.

CONVIDADOS:

Senhor **Paulo Sérgio Costa da Costa,** Presidente da Federação das Entidades Representativa dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil – FOJEBRA;

Senhor **Rudi Cassel,** Advogado;

Senhora **Lúcia Maria Bernardes de Freitas,** Presidenta da Federação Nacional das Associações dos Oficias de Justiça e Avaliadores Federais – FENASSOJAF; e

Senhor **Carlos Almeida,** Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça de Portugal – SOJ.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

01 EXTRAORDINÁRIA – DELIBERATIVA
02 EXTRAORDINÁRIAS – AUDIÊNCIA PÚBLICA
01 CONJUNTA – AUDIÊNCIA PÚBLICA
01 EXTRAORDINÁRIA – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

MATÉRIAS APRECIADAS: 09

04 NÃO TERMINATIVAS
04 REQUERIMENTOS – CDH
01 SUGESTÃO CDH

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: Senador EDUARDO AZEREDO
Vice Presidente: Senador GERALDO MERQUITA JÚNIOR

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.
Resultado: Foi eleito o Senador EDUARDO AZEREDO para o cargo de Presidente, para o biênio 2009/2010.

REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2009 - CRE

Nos termos do artigo 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, requeiro que seja convidado o senhor **Tarso Genro,** Ministro de Estado da Justiça, a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre o denominado caso Cesare Battisti.
Autoria: Senador HERÁCLITO FORTES.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 268, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do ajuste complementar, por troca de notas, ao acordo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha relativo ao projeto "Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí", concluído em Brasília, em 06 de setembro de 2006.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 279, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, assinado em Bridgetown, em 21 de novembro de 2004.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador AUGUSTO BOTELHO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 280, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da Convenção de Extradição entre os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 282, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para construção de uma segunda ponte internacional sobre o rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco, celebrado em San Juan de Anchorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador EDUARDO SUPLICY.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 275, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a Confederação das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento e o Governo da República Federativa do Brasil para a capacitação em "Software" livre e aberto nos países em desenvolvimento, assinado em Túnis, em 16 de novembro de 2005.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 284, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo de Cooperação na área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO,
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 287, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre cooperação na área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador JOÃO TENÓRIO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2009 - CRE

Nos termos do artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a extinção da Subcomissão da Amazônia, criada no ano de 2003 pelo Requerimento nº 06, de 2003 – CRE, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, em substituição a esta, a criação da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, composta de sete membros titulares e igual número de suplentes.
Autoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2009 - CRE

Requeiro, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, a fim de debater o cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano de 2000, e adotadas por 189 países, inclusive o Brasil, que devem ser atingidas até 2015, com a participação dos seguintes convidados: **Ministro de Estado da Casa Civil; Representante da Organização das Nações Unidas – ONU; Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministro de Estado das Relações Exteriores – o Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministro de Estado da Saúde; e Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.**
Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 1, de 2009, – CRE e nº 1, de 2009 - CDH
Autoria: Senadores HERÁCLITO FORTES e CRISTOVAM BUARQUE, respectivamente.
Assunto: Sobre o denominado caso Cesare Battisti.

CONVIDADO:

Senhor **Tarso Genro,** Ministro de Estado da Justiça.

PARTICIPARAM AINDA DA AUDIÊNCIA:

Senhor **Luis Paulo Barreto,** Secretário Executivo do Ministério da Justiça.
Senhor **Romeu Tuma Júnior,** Secretário Nacional de Justiça.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2009 - CRE

Nos termos do artigo 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do artigo 58, § 2, inciso V, da Constituição Federal, requeiro, seja convidado o senhor **Tarso Genro,** Ministro de Estado da Justiça, a comparecer em Audiência Pública conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para prestar esclarecimentos sobre o denominado caso Cesare Battisti.
Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2009 (ORDINÁRIA)

PRIMEIRA PARTE

ITEM ÚNICO

Eleição do Vice-Presidente da Comissão.
Resultado: Foi eleito o Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR para o cargo de Vice-Presidente, para o biênio 2009/2010.

SEGUNDA PARTE

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 260, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **Paulo Antônio Pereira Pinto,** Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador EDUARDO SUPLICY.
Relatório: A Comissão dispõe de todas as condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 284, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da senhora **Renate Stille,** Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à Nova Zelândia.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Relatório: A Comissão dispõe de todas as condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da senhora **Marcela Maria Nicodemos,** Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República da Armênia.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador TIÃO VIANA.
Relatório: A Comissão dispõe de todas as condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009 – CRE

Nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o senhor Embaixador **Otto Maia,** a comparecer, em Audiência Pública nesta Comissão, para tratar da situação dos brasileiros no exterior, em especial as conseqüências que ocorrem em virtude da crise financeira internacional.
Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 2, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do senhor **Antônio Fernando Cruz de Mello,** Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Ucrânia, e, cumulativamente, junto à República da Moldova.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador PEDRO SIMON.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 38, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do senhor **José Vicente da Silva Lessa,** Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador JOÃO PEDRO.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 39, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do senhor **Arthur Vivacqua Correa Meyer,** Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2009 - CRE

Requer, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir a matéria do PDS nº 430, de 2008, que aprova o texto do protocolo de adesão da Venezuela como membro pleno do Mercosul, com a presença das seguintes autoridades e personalidades: senhor **Celso Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores; senhor **Antônio José Ferreira Simões,** Embaixador do Brasil na Venezuela; senhor **José de Anchieta Júnior,** Governado do Estado de Roraima; Embaixador **Rubens Barbosa;** e Embaixador **Sérgio Amaral.**
Autoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Resultado: Apreciada.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

03 ORDINÁRIAS – DELIBERATIVAS.
01 CONJUNTA – AUDIÊNCIA PÚBLICA
01 EXTRAORDINÁRIA – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

MATÉRIAS APRECIADAS: 19

13 NÃO TERMINATIVAS
06 REQUERIMENTOS – CRE

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senador FERNANDO COLLOR
Vice Presidente: Senador ELISEU REZENDE

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.
Resultado: Foram eleitos os Senadores FERNANDO COLLOR e ELISEU REZENDE para os cargos de Presidente e Vice-Presidente respectivamente, para o biênio 2009/2010.

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
ATO Nº 1, DE 2009 – CI

Que disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, bem como a Agenda da Comissão.
Autoria: Senador FERNADO COLLOR.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2005
TERMINATIVO

Altera as Leis nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado.
Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo).
Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria vai a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1, de 2009 – CI

Requer a realização de Audiência Pública, para subsidiar para a Consulta Pública, que foi aberta pelo Ministério das Minas e Energia, através das Portarias 74 e 52, que tratam do Leilão de Energia Elétrica, com a presença dos seguintes convidados: Senador **Edison Lobão,** Ministro de Estado das Minas e Energia; senhor **Mauricio Tiomo Tolmasquim,** Presidente da Empresa de Pesquisa Energética; e o senhor **Lauro Fiúza,** Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica.
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Resultado: Retirado, devido a aprovação do Requerimento nº 2, de 2009 – CI.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 2, de 2009 – CI

Requer a retirada do Requerimento de realização de Audiência Pública, para subsidiar sugestões para a Consulta Pública que foi aberta pelo Ministério das Minas e Energia, através das Portarias nºs. 74 e 52, que tratam do Leilão de Energia Eólica.
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 3, de 2009 – CI

Requer seja convidado o senhor **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda, para debater, em Audiência Pública, sobre o enfrentamento da crise econômica pelo Brasil, em sessão conjunta desta Comissão com as Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos.
Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 4, de 2009 – CI

Requer seja convidado o senhor **Luciano Coutinho,** Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômica e Social, para debater, em Audiência Pública, sobre o enfrentamento da crise econômica pelo Brasil, em sessão conjunta desta Comissão com as Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos.
Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 5, de 2009 – CI

Requer seja realizada, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Audiência Pública com a presença do senhor **Alfredo Pereira do Nascimento,** Ministro de Estado dos Transportes, para contribuir com informações sobre a contratação e execução das obras do PAC.
Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER e outros Senhores Senadores.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 6, de 2009 – CI

Requer seja convidado o senhor **José Sérgio Gabrielli,** Presidente da Petrobrás para, em Audiência Pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos,

discorrer sobre o planejamento estratégico da Petrobrás e seu Plano de Negócios para o período de 2009/2013.
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMNTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2005
TERMINATIVO

Altera as Leis nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado.
Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 277, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o artigo 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o § 1º do artigo 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e o artigo 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, o nome do senhor **Tiago Pereira Lima,** para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, a partir de 19 de fevereiro de 2009.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação do senhor Tiago Pereira Lima, com quinze votos sim, dois votos não e duas abstenções.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009 – CI

Requer sejam encaminhados pelo Ministro de Estado dos Transportes, os relatórios de suas atividades do ano de 2008 e outros documentos conexos, referentes à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.
Autoria: Senador FERNANDO COLLOR e outros senhores Senadores.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2009 – CI

Requer sejam encaminhados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, os relatórios de suas atividades do ano de 2008 e outros documentos conexos, referentes à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.
Autoria: Senador FERNANDO COLLOR e outros senhores Senadores.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2009 – CI

Requer sejam encaminhados pelo Ministro de Estado da Defesa, os relatórios de suas atividades do ano de 2008 e outros documentos conexos, referentes à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.
Autoria: Senador FERNANDO COLLOR e outros senhores Senadores.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2009 – CI

Requer sejam encaminhados pelo Ministro de Estado das Comunicações, os relatórios de suas atividades do ano de 2008 e outros documentos conexos, referentes à Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL.
Autoria: Senador FERNANDO COLLOR e outros senhores Senadores.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009 – CI

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para contribuir com informações a respeito do processo de licenciamento ambiental das obras do PAC, com a presença do senhor **Roberto Messias Franco,** Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; do senhor **Bernardo Hees,** Presidente da ALL – Logística e de um representante do **Setor Hidroviário.**
Autoria: Senador GILBERTO COELLNER e outros senhores Senadores.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2009 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 6, de 2009 – CI e 3, 5, de 2009 – CAE
Autoria: Senadores IDELI SALVATTI, ALOIZIO MECADANTE, ARTHUR VIRGÍLIO e TASSO JEREISSATI, respectivamente.
Assunto: Debate sobre o planejamento estratégico da Petrobrás e seu plano de negócios para o período de 2009/2013 e, ainda, para prestar esclarecimentos sobre a liberação pelo Tesouro Nacional de R$ 100 bilhões para a ampliação da capacidade de empréstimos do BNDES, bem como sobre a destinação de R$ 20 bilhões para a Petrobrás.

CONVIDADOS:

Senhor **José Sérgio Gabrielli,** Presidente da Petrobrás; e

Senhor **José Eduardo Dutra,** Presidente da Petrobrás Distribuidora.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE
ITEM Nº 01
AGENDA DA COMISSÃO

Entrega da Agenda da Comissão, pelo Grupo de Trabalho, composta pelos senhores Senadores **Delcídio Amaral, Gim Argello e Flexa Ribeiro.**
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
OFICIO "S" Nº 10, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, para conhecimento, o Relatório de Gestão da Prestação de Contas Anual de 2007, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
Autoria: Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Parecer: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Ofício.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 295, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Modifica o artigo 29, da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico", com o objetivo de proibir a cobrança de taxas ou tarifas e outros preços públicos da população, enquanto não forem finalizados os serviços de infra-estrutura e instalações operacionais e o saneamento básico respectivo estiver efetivamente sendo prestada à população.
Autoria: Senador ROMEU TUMA.
Relatoria "ad hoc": Senador MÃO SANTA.
Parecer: Favorável à matéria com três emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CI. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2009 – CI

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 11, de 2009 – CI, aprovado na reunião realizada no dia 19 de março de 2009, que seja incluído no rol dos convidados da audiência pública sobre o processo de licenciamento ambiental das obras do PAC, os seguintes convidados: senhor **Bernardo Hees,** Presidente da América Latina Logística – ALL, representando o setor ferroviário; senhor **Luiz Eduardo Garcia,** Diretor do Fundo Nacional de Infraestrutura e Transportes, representando o setor hidroviário; senhor **Noboru Ofugi,** ex-Diretor da ANTT, representando o setor rodoviário; e senhor **Márcio Agusto Freitas de Meira,** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.
Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

03 EXTRAORDINÁRIA – DELIBERATIVA
01 EXTRAORDINÁRIA – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE
01 EXTRAORDINÁRIA – CONJUNTA – AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 21

03 NÃO TERMINATIVOS
01 TERMINATIVA
11 REQUERIMENTOS
03 EMENDAS – CI
01 TURNO SUPLEMENTAR
01 AGENDA DA COMISSÃO
01 ATO - CI

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.
Resultado: Foram eleitos os Senadores LEOMAR QUINTANILHA e CÉSAR BORGES para os cargos de Presidente e Vice-Presidente respectivamente, para o biênio 2009/2010.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2009 - CDR

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, que se encontra tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs. 283, 429 e 533, de 2007 (overbooking), com a presença dos seguintes convidados ou seus representantes legais: senhora **Solange Paiva Vieira,** Diretora-Presidenta da Agência Nacional da Aviação Civil – ANAC; senhor Tenente Brigadeiro do Ar, **Jorge Márcio Mollo,** Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; senhor **Cláudio Candiota Filho,** Presidente da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo – ANDEP; e senhor **Carlos Alberto Ferreira Amorim,** Presidente Nacional da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV.
Autoria: Senador LEOAMR QUINTANILHA.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

01 ORDINÁRIA – DELIBERATIVA
01 EXTRAORDINÁRIA – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

MATÉRIAS APRECIADAS: 01

01 REQUERIMENTO– CDR

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador EDUARDO AZEREDO
Vice Presidente: Senador GERALDO MERQUITA JÚNIOR

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.
Resultado: Foram eleitos os Senadores VALTER PEREIRA e GILBERTO GOELLNER para os cargos de Presidente e Vice-Presidente respectivamente, para o biênio 2009/2010.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2009 - CRA

Requer, nos termos regimentais, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública para tratar dos impactos da crise financeira na indústria frigorífica nacional e suas repercussões na pecuária de corte, com a presença dos seguintes representantes: **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ministério da Fazenda – MF; Frigorífico Independência,** representado pelo seu Presidente**,** senhor **Roberto Graziano Russo; Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – ABIEC,** representada pelo seu Presidente, senhor **Marcus Pratini de Moraes; Associação Brasileira de Frigoríficos – ABRAFIGO,** representada pelo seu Presidente, **senhor Péricles Salazar; e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA,** representada pela sua Presidenta, **Senadora Kátia Abreu.**
Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2009 - CRA

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir a grave situação por que passa a suinocultura no Brasil.
Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2009 - CRA

Requer, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública para debater o conteúdo da MP 458, de 2009, e ainda, para convidar, como debatedores, o **Ministro de Estado do Meio Ambiente e o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.**
Autoria: Senador JOÃO PEDRO e outros senhores Senadores.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 1 e 4, de 2009 – CRA.
Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Assunto: Os impactos da crise financeira na indústria frigorífica nacional e suas repercussões na pecuária de corte.

CONVIDADOS:

Deputado **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
Senhor **Roberto Giannetti, da Fonseca,** Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – ABIEC;
Senhor **Péricles Salazar,** Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos – ABRAFRIGO;
Senadora **Kátia Abreu,** Presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
Senhor **Antenor Nogueira,** Presidente do Fórum Nacional de Pecuária de Corte – CNA; e
Senhor **Márcio Augusto Esmeraldo Montella,** Executivo da Diretoria de Agronegócio do Banco do Brasil – BB.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2009 – CRA

Requer, nos termos do artigo 58, inciso II, da Constituição Federal e do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído no rol dos convidados da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 1, de 2009 – CRA, para tratar dos impactos da crise financeira na indústria frigorífica nacional e suas repercussões na pecuária de corte, o Vice-Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil, senhor **Luis Carlos Guedes Pinto.**
Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2009 – CRA

Requer a participação desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no encontro a ser realizado no município de Uberaba-MG, durante a realização da 75ª Exposição da Pecuária de Gado Zebuíno – Expozebu 2009, em data a ser definida entre os dias 28 de abril a 10 de maio, a fim de debater o direito de propriedade no Brasil, com a participação do jurista **Ives Gandra da Silva Martins;** do Professor Doutor **Denis Rosenfield,** da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; do Presidente **José Olavo Borges Mendes,** da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ; e desta parlamentar, como Presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.
Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 597, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Isenta o óleo diesel utilizado na produção agrícola e na produção de energia da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide-combustivel).
Autoria: Senador MARCONI PERILLO.

Relator: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda n° 1 – CRA. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura e, posteriormente, à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009 - CRA

Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional _ CRE, a fim de debater o cumprimento de Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano 2000, e adotadas por 189 países, inclusive o Brasil, e devem ser atingidas até 2015, com a participação dos seguintes convidados: **Ministra da Casa Civil; Representante da Organização das Nações Unidas no Brasil – ONU; Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministro de Estado das Relações Exteriores; Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministro de Estado da Saúde; e Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.**
Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009 - CRA

Requer seja solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda, na condição de representante do governo no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e a Secretaria da Receita Federal, informações sobre os créditos tributários dos frigoríficos instalados no País, principalmente daquelas empresas que pleitearam recuperação judicial, verificando a possibilidade de utilização desses créditos para pagamento direto aos credores pecuaristas dessas empresas.
Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2009 - CRA

Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública, com a finalidade de analisar e discutir a antecipação de crédito para o Plano SAFRA, com a presença dos seguintes convidados: representante do **Banco Central do Brasil;** representante do **Banco do Brasil;** senhor **Guilherme Dias,** da CNA; e representante da **CONTAG.**
Autoria: Senador ROMEU TUMA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2009 - CRA

Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista o quadro atual de dependência externa de fertilizantes, seja realizada Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de buscar alternativas para redução dos preços e, principalmente, da dependência externa dos fertilizantes e insumos químicos, com a presença dos seguintes convidados: Senador **Edison Lobão,** Ministro de Estado das Minas e Energia, senhor **Ali Aldersi Saab,** Assessor Técnico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; representante da **CNA;** representante da **Petrobrás;** representante da **Associação dos Misturadores do Brasil – AMA;** e Ministro **Mangabeira Unger.**
Autoria: Senador VALTER PEREIRA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2009 - CRA

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 3, de 2009 – CRA, aprovado em 10.03.09, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que trata da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, com a presença dos seguintes convidados: representante do **Greenpeace;** representante da **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; e** representante da **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.**

Autoria: Senador JOÃO PEDRO.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2009 – CRA.
Autoria: Senador ROMEU TUMA.
Assunto: Debate sobre a antecipação de crédito para o Plano Safra.

CONVIDADOS:

Senhor **Antonio Gustavo Matos do Vale,** Diretor de Liquidações e Desestatização do Banco Central do Brasil;
Senhor **Guilherme Leite da Silva Dias,** Professor da USP, representando a CNA;
Senhor **Juraci Moreira Souto,** Secretário de Finanças e Administração da CONTAG; e
Senhor **Reinaldo Kazufumi Yokoyama,** Gerente Executivo da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009 - CRA

Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública, com a finalidade de analisar e discutir a antecipação de crédito para o Plano - SAFRA, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Henrique Meirelles,** Presidente do Banco Central do Brasil**;** senhor **Adésio de Almeida Lima,** Vice-Presidente de Crédito do Banco do Brasil; representante da **CNA;** representante da **CONTAG;** e senhor **Gilson Bittencourt,** representante do Ministério da Fazenda.
Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

02 EXTRAORDINÁRIAS – AUDIÊNCIA PÚBLICA
01 EXTRAORDINÁRIA – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE.
02 EXTRAORDINÁRIAS – DELIBERATIVA.

MATÉRIAS APRECIADAS: 13

01 NÃO TERMINATIVA
11 REQUERIMENTOS – CRA
01 EMENDA – CRA

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador VALTER PEREIRA
Vice Presidente: Senador LOBÃO FILHO

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.
Resultado: Foram eleitos os Senadores FLEXA RIBEIRO e LOBÃO FILHO para os cargos de Presidente e Vice-Presidente respectivamente, para o biênio 2009/2010.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigo 1º-A ao regulamento a que se refere o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de leiloeiro ao Território da República, para dispor que se aplicam as disposições do regulamento aos leilões celebrados por meio da Rede Mundial de Computadores.

Autoria: Senador VALDIR RAUPP.
Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCT (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do caput do artigo 37 da Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da administração pública, e dá outras providências.
Autoria: Deputado LUIZ BITTENCOURT.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 228, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasil de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lagoa Grande, Estado de Pernambuco.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador MARCO MACIEL.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 326, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Vale do Rio Pires para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Pires, Estado da Bahia.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 333, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Monte Pascoal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabela, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 334, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Ideal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 351, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Avante Lençóis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lençóis, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 352, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Baianópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baianópolis, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 489, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Santiago FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 330, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Telecomunicações Delfim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 338, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Verê para explorar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Verê, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 339, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Milano FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 322, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Municipal de Assistência Social – AMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Abaeté, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador CÍCERO LUCENA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 324, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Simonésia, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador CÍCERO LUCENA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 327, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Futura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Comendador Gomes, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador CÍCERO LUCENA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 304, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Jovem de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cabixi, Estado de Rondônia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 305, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Aquidauana Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Monte Negro, Estado de Rondônia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 72, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Ouro Fino para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador EFRAIM MORAIS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 249, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cabo Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurupi, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 307, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Produtores Rurais do Vale do Rio Preto – APRLVARP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida do Rio Negro, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 336, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 337, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão em onda média na cidade de Pedro Afonso, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 342, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio a Educação, Saúde, Segurança, Esporte, Lazer, Cultura, Turismo e Meio Ambiente às Associações de Bairros de Miracema do Tocantins – TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 345, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Peixe, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 346, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Onik Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Miguel do Tocantins, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 349, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatins, Estado do Tocantins.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 87, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Ponta Porã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador GERSON CAMATA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 332, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre – CDDHEP-AC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador PAPALÉO PAES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 354, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Nortão Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Borba, Estado do Amazonas.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador PAPALÉO PAES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 01, DE 2009 – CCT

Nos termos do disposto nos incisos V e IX, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos, separadamente os senhores **Sérgio Machado Rezende,** Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e **Hélio Costa,** Ministro de Estado das Comunicações, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas, para os próximos dois anos.
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 02, DE 2009 – CCT

Requeiro, nos termos regimentais, seja feita comunicação conjunta oriunda desta Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle ao Excelentíssimo senhor Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, a Excelentíssima senhora Ministra-Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff e ao Excelentíssimo senhor Ministro das Minas e Energia Senador Edison Lobão, manifestando o entendimento das duas Comissões de que é oportuna e conveniente a utilização de aquecimento solar da água das residências populares a serem construídas no âmbito do Programa de Construção de Casas Populares anunciado recentemente.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1 – CCT.
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Assunto: Diretrizes e programas prioritários para os próximos dois anos.

CONVIDADO:

Senhor **Sérgio Machado Rezende,** Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2009 – CCT

Requeiro, nos termos regimentais, que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para, em Audiências Públicas, no âmbito desta Comissão, seja debatida a situação das fundações de apoio à universidades e o futuro do gerenciamento de ciência e tecnologia no Brasil: senhor **Fernando Haddad,** Ministro de Estado da Educação; senhor **Sérgio Machado Rezende,** Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; senhor **Ubiratan Aguiar,** Presidente do Tribunal de Contas da União; senhor **Amaro Lins,** Presidente da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e Reitor da UFPE; senhor **Ronaldo Pena,** Reitor da UFMG; senhor **Jacob Palis,** Presidente da Academia Brasileira de Ciências; e senhor **Marcos Raupp,** Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
OFICIO Nº 371, DE 2008
(PDS Nº 598, DE 2003)
NÃO TERMINATIVO

Encaminha sentença proferida nos autos da Representação Eleitoral nº 1.356, de 2008, que versa sobre descumprimento de obrigação legal de geração de programa eleitoral gratuito pela Fundação Josefa Álvares, executora de serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco.
Autoria: 18ª Zona Eleitoral do Estado de Pernambuco.
Relatoria: Senador MARCO MACIEL.
Parecer: Pelo conhecimento e arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer pelo arquivamento do Ofício.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 258, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Orocó – PE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orocó, Estado de Pernambuco.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador MARCO MACIEL.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 260, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Cultural FM de Exu Pernambuco – PE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Exu, Estado de Pernambuco.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador MARCO MACIEL.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 335, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa Cruzeirense de Telecomunicações de Rádio e TV Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Marechal Thaumaturgo, Estado do Acre.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador GERSON CAMATA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura "Onda Viva" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marília, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador GILBETO GOELLNER.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à MS Um Comunicações e Exploração de Serviços de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Siderópolis, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 180, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Içara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 262, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade São José Ltda. para explorar serviço de radiodifusão em freqüência modulada na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 312, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Portal FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão em freqüência modulada na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 316, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Nova Itaberaba FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 317, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lontras, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 406, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Albarello & Folle Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Palmitinho, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à TV Nova Conexão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 63, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Cultural Mainha Geralda para Educação e Assistência à Criança – FUNGERALDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos, Estado da Paraíba.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 202, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Barão do Grajaú, Estado do Maranhão.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador CÍCERO LUCENA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 71 DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural e Comunitária Vale do Uruguai – ACOVALE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 133 DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Medianeira S/C Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 197, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural "Amigos de Piratuba" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratuba, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 217, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Universal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 259, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Itapema para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 340, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos Solidários de Francisco Alves para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco Alves, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 343, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação para Desenvolvimento Social, Econômico e Cultural de Pinhão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhão, Estado do Paraná.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 294, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Vital & Prado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Córrego Fundo – ACCF para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peçanha, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 359, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Arembepe de Radiodifusão de Incentivo à Cultura, Artes e Esportes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 426, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ouriçangas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouriçangas, Estado da Bahia.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão, Cultural, Esporte e Lazer de Alagoinha do Piauí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoinha do Piauí, Estado do Piauí.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 397, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Lamim e Região Circunvizinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paula Cândido, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Pongaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pongaí, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 364, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Xarayés – Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pitangueiras, Estado de São Paulo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador GERSON CAMATA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 371, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Mania Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador GERSON CAMATA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Esportiva de Nova Maringá ACENOMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador GILBERTO GOELLNER.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 241, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa de Comunicação dos Moradores e Usuários da Água do Município de São José do Siridó – RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Siridó, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador ROBERTO CAVALCANTI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 242, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Tibau – ARTC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tibau, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador ROBERTO CAVALCANTI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 235, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Arez – RN – ACCCARN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arez, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria "ad hoc": Senador ROBERTO CAVALCANTI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 374, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Beneficente de Comunicação Comunitária Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 424, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Clube da Rádio Comunitária de Igarapé-Miri para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Companheira – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé-Açu, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

02 EXTRAORDINÁRIAS – DELIBERATIVAS
01 EXTRAORDINÁRIA – AUDIÊNCIA PÚBLICA
01 EXTRAORDINÁRIA – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

MATÉRIAS APRECIADAS: 71

64 TERMINATIVAS
03 NÃO TERMINATIVAS
01 EMENDA – CCT
03 REQUERIMENTOS – CCT

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidenta: Senadora IDELI SALVATTI
Vice Presidenta: Deputada VANESSA GRAZZIOTINS
Relator: Deputado COLBERT MARTINS

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Relator.
Resultado: Foi eleita a Senadora IDELI SALVATTI para o cargo de Presidente para o ano de 2009.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

Eleição do Vice-Presidente e do Relator.
Resultado: Foram eleitos a Deputada VANESSA GRAZZIOTIN e o Deputado COLBERT MARTINS para os cargos de Vice-Presidenta e Relator, respectivamente.

REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2009 – CMMC

Requer a realização de Audiência Pública, com a participação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador **Celso Amorim** e do Ministro de Estado do Meio Ambiente, senhor **Carlos Minc Baumfeld,** para prestarem esclarecimentos da posição oficial do Brasil face às mudanças climáticas e as políticas e medidas de governo para a mitigação e contenção de efeitos do aquecimento global.
Autoria: Deputado ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME.
Resultado: Aprovado com adendo do Senador Renato Casagrande.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2009 – CMMC

Requer a realização de Audiência Pública para debater o inventário de emissões de gases de efeito estufa, GEE's, do Brasil, com a presença dos seguintes convidados: **Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e do Ministro de Estado do Meio Ambiente.**
Autoria: Deputados JOSÉ GUIMARÃES e VANESSA GRAZZIOTINS.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2009 – CMMC

Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 3.535, de 2008, que "institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas e dá outras providências", com a presença dos seguintes convidados: **Ministro de Estado do Meio Ambiente e do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.**
Autoria: Deputados JOSÉ GUIMARÃES e VANESSA GRAZZIOTINS.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009 – CMMC

Requerem a realização de Audiência Pública em Manaus, para discussão acerca do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM e da Lei de Mudanças Climáticas do Estado do Amazonas, que terá caráter regional, com a participação de membros desta Comissão, do Governo do Estado do Amazonas e de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, bem como representantes de todos os Estados da Amazônia, da área governamental, não governamental e acadêmica..
Autoria: Deputada VANESSA GRAZZIOTINS e Senador JEFFERSON PRAIA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2009 – CMMC

Requerem a realização de Audiência Pública para tratar de questões atinentes às mudanças climáticas com a presença de representantes do **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE;** da **Universidade Federal do Amazonas;** da **Universidade Federal do Pará;** do **Museu Emilio Goeldi;** da **Universidade Federal de Roraima;** da **Universidade Federal de Rondônia;** e da **Universidade Federal do Acre.**

Autoria: Deputada VANESSA GRAZZIOTINS e Senador JEFFERSON PRAIA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2009 – CMMC

Em adendo ao Requerimento nº 2, de 2009 – CMMC, requeiro que seja promovido um Ciclo de Audiência Públicas, com periodicidade mínima de seis meses, com a finalidade de acompanhar a efetividade da implementação do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima, com a participação, na primeira reunião, dos seguintes convidados: Ministro de Estado do Meio Ambiente, senhor **Carlos Minc Baumfeld; e** do Coordenador Geral do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, senhor **Luiz Pingueli Rosa.**
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 EXTRAORDINÁRIA – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DO VICE-PRESIDENTE E DO RELATOR
01 EXTRAORDINÁRIA - DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 06

06 REQUERIMENTOS – CMMC

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 59
TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 00
TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 291

C.2 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Relatório da SSCEPI – 02/02/2009 a 31/03/2009

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI											
Tipo	Nome	Total Reuniões	Req. Aprov.	Nº de Req.	Nº Docs Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRes	Obs.
CPI	PEDOFILIA RQS 200/2008.	3	22	22	67						

COMISSÕES TEMPORÁRIAS - CT											
Tipo	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições						Obs.
					PEC	PLC	REQ	PL	PRes	Indic	
CT	REFORMA DO REGIMENTO RQS 208/2008	7									
COMISSÃO											
Tipo	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições						Obs.
					PEC	PLC	REQ	PL	PRes	Indic	
	CRISE FINANCEIRA AT 16/2009	6									

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, EM 04 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2009, ÀS 14:30 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, E QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10:30 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADAS EM CONJUNTO, EM 24 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, EM 04 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia quatro de março do ano de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Eliseu Resende, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Expedito Júnior, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Garibaldi Alves Filho, Lobão Filho, Neuto de Conto, Pedro Simon, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Gerson Camata, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, João Tenório, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini, Kátia Abreu, Álvaro Dias, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino, Gim Argello, Fernando Collor de Melo, Osmar Dias e Jefferson Praia e, ainda, do Senador Marco Maciel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Valdir Raupp e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião destinada à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o biênio 2009/2010. A Presidência comunica que os Senadores Garibaldi Alves Filho e Delcídio Amaral foram indicados pelas Lideranças Partidárias para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Realizada a votação secreta, o Senador Eliseu Resende convida os Senadores César Borges e Jayme Campos para atuarem como escrutinadores. O Senador Garibaldi Alves Filho é eleito Presidente e o Senador Delcídio Amaral Vice-Presidente, por vinte e seis votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. Assumindo a Presidência, usa da palavra o Senador Garibaldi Alves Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Eliseu Resende,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, reunião extraordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 53ª legislatura, em 4 de março de 2009, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal.

Trata-se da instalação dos trabalhos e eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, para o biênio 2009/2010.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa, para Presidente, Senador Garibaldi Aves

Filho, para vice-Presidente Senador Delcídio Amaral. Sobre a mesa encontram-se à disposição dos Srs. Senadores e Senadoras, cédulas de votação devidamente rubricadas pela presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação. Será procedida a chamada nominal obedecidas as composições partidárias.

Chamaremos primeiro os titulares. Bloco de apoio ao governo, Senador Eduardo Suplicy.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Faltou.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Delcídio Amaral. Senador Aloizio Mercadante. Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Diga, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Diga, Presidente, pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador, faz favor. Senador Inácio Arruda. Senador César Borges. Senador Francisco Dornelles. Senador Garibaldi Alves. Senador Lobão Filho. Senador Valdir Raupp. Senador Neuto De Conto. Senador Pedro Simon. Senador Eliseu Resende.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quais são os candidatos a presidente e a vice registrados? V. Exa. poderia me informar quais são os candidatos a presidente e a vice registrados?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Chegou agora, está atrasado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu cheguei 9h30, mas não sei ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Já foi anunciado que foram registradas a seguinte chapa: para presidente o Senador Garibaldi Alves Filho. Para vice-presidente o Senador Delcídio Amaral.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa chapa é muito boa, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Antonio Carlos Júnior. Senador Efraim Morais. Senador Raimundo Colombo. Senador Adelmir Santana. Senador Jayme Campos. Senador Francisco Dornelles, presente. Senador Pedro Simon, presente. Senador Cícero Lucena. Senador João Tenório. Senador Sérgio Guerra. Senador Tasso Jereissati. Senador João Vicente Claudino. Senador Gim Argello. Senador Osmar Dias. Senador Gim Argello.

Pergunto se algum titular da Comissão ainda está para ser votado? Nós vamos preencher as lacunas com a convocação dos suplentes, titular.

Iniciamos a convocação dos suplentes por partido ou por bloco. No bloco de apoio ao governo PT, PR, PSB, PCdoB e PRB. Antonio Carlos Valadares. Renato Casagrande. João Pedro. Ideli Salvatti.

No bloco da maioria PMDB e PP. Senador Romero Jucá. Senador Leomar Quintanilha. Senador Heráclito Fortes. Senador Flexa Ribeiro. Senador Aloizio Mercadante. Completou.

Foram completadas as votações. Encerrada a votação.

Convido os Srs. Senadores César Borges e Jayme Campos, para servirem como escrutinadores.

Foram abertos 27 envelopes correspondente ao número de votantes. Fim da apuração. Foi verificado o seguinte resultado: Sim: 26, para presidente o Senador Garibaldi Alves. Não: um. Abstenção zero. Terminada a votação, convido os eleitos a ocuparem seus lugares à mesa e em seguida usarem a palavra.

Quero parabenizar o Senador Garibaldi Alves pela eleição, sabendo que a CAE estará entregue em boas mãos. É uma honra ter o presidente da Casa, presidindo a Comissão de Assuntos Econômicos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero agradecer a manifestação de confiança dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos, que sufragaram o meu nome juntamente com o nome do Senador Delcídio Amaral.

Foi uma eleição, pela primeira vez, uma eleição fácil. Das eleições que eu já concorri essa foi a mais fácil, a mais tranquila. Não pedi voto, e fui honrado com essa manifestação de confiança para uma comissão tão importante como é a Comissão de Assuntos Econômicos.

Tendo em vista, que nós temos outras eleições em outras comissões, eu não vou poder aqui me estender, deixarei para a primeira reunião, aliás, a segunda reunião ordinária que será realizada na próxima terça-feira, com início marcado para as 10 horas, aqui na de Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

E convido a todos para um coquetel aqui na Comissão. [palmas].

O Coquetel foi *a posteriori*, ninguém pode fazer nenhuma acusação de que eu tenha querido manipular a vontade dos eleitores.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 11h00.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia dez de março do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Expedito Júnior, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Pedro Simon, Romero Jucá, Wellington Salgado, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, João Tenório, Sérgio Guerra, Gilberto Goellner, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Flexa Ribeiro, Gim Argello e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Morais, Tasso Jereissati e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento, Aviso nº 03/09, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de dezembro de 2008; Aviso nº 01/09, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de novembro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas; Aviso nº 05/09, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao quarto trimestre de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária e o Aviso nº 12/09, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de janeiro de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A seguir, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 05, de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2009", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 02- Mensagem do Senado Federal nº 04, de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 41,000,000.00 (quarenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do 'Programa de Modernização Fiscal do Estado do Ceará – Profisco CE'", tendo como Relator o Senador Renato Casagrande que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A Presidência comunica que, de acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar apreciação da Matéria, a Sra. Ligia Maria Luna Coelho Ferreira, Analista de Planejamento e Gestão da Seplag do Estado do Ceará, e, ainda, representando o Tesouro Nacional, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional-Ministério da Fazenda. Após a leitura do Relatório pelo Senador Renato Casagrande, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Raimundo Colombo, Inácio Arruda, Jayme Campos, Marcelo Crivella, Aloizio Mercadante, Osmar Dias e Antônio Carlos Júnior. Após a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório que passa a constituir o Parecer da CAE favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que "dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp que oferece Parecer Favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 65, 66, 67 e 68 que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 01 a 64 apresentadas. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Foram apresentadas as Emendas nº 01, de autoria do Senador Raimundo Colombo, nºs 02 e 03, de autoria do Senador José Maranhão, nºs 04 a 08, de autoria do Senador Gim Argello, nºs 09 e

10, de autoria do Senador João Pedro, nºs 11 a 17, de autoria do Senador César Borges, nºs 18, 19, 20 e 63, de autoria do Senador Francisco Dornelles, nºs 21 a 23, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, nºs 24 a 58, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, nºs 59 a 62, de autoria do Senador Inácio Arruda, e nº 64, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. Em 16/12/08, foi concedida Vista ao Senador Raimundo Colombo que devolveu sem manifestação. Usam da palavra os Senadores César Borges, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Osmar Dias, Pedro Simon, Cícero Lucena, Tião Viana, Wellington Salgado, Inácio Arruda, Antonio Carlos Júnior e Raimundo Colombo. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2006 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "acrescenta inciso ao artigo 19 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1965, que regulamenta o sistema financeiro nacional, para permitir a instituição, pelo Banco do Brasil, de linha de crédito e sua atuação no mercado imobiliário", tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "altera dispositivos da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar e aplicar sanções administrativas", tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06- Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que "acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis", tendo como Relator o Senador Eliseu Resende que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/05/2008 foi concedida Vista ao Senador Gim Argello, que devolveu com Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Carlos Eduardo Cadoca, que "estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga as Leis nºs 8.884, de 11 de junho de 1994, e 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Constituição, Justiça e Cidadania. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2007, terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero na Contribuição para o PIS/PASEP e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Confins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos", tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda de Redação nº 02, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 01-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE. Em 14/10/2008, foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá, que devolveu com Voto em Separado pela rejeição da Matéria. A apreciação da Matéria foi adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra", tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CRA (Substitutivo), aprovada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Subemenda que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Em 06/05/2008, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2007, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01-CRA. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CRA. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (dispõe sobre a regulamentação dos recursos do fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN)", tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Pa-

recer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que "dispõe sobre a instituição de fundos agronegócios para captação externa de recursos e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Colocado extrapauta, a Comissão aprova a apresentação do Projeto de Resolução "que altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, no intuito de modificar o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada". É aprovada também, requerimento de urgência para a Matéria. A Comissão aprova, ainda, os seguintes Requerimentos: Requerimento nº 01/2009-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer, nos termos regimentais, Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos, com os convidados a seguir listados acerca do intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira: o Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Arthur Badin; a Secretária de Direito Econômico (SDE), Mariana Tavares de Araújo; o Secretário de Acompanhamento Econômico (SAE), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, Antonio Henrique Pinheiro Silveira; o Presidente da Associação Brasileira de Citricultores, Flávio de Carvalho Pinto Viegas; o Presidente do Sindicato Rural de Bebedouro/SP, José Oswaldo Junqueira Franco; o Presidente do Sindicato Rural de Itápolis/SP, Valdir Butarello; o Presidente do Sindicato Rural de Taquaritinga/SP, Marco Antônio dos Santos; o Presidente da Citrosuco, Tales Lemos Cubero; o Presidente da Cutrale, José Luiz Cervanto; o Presidente da Dreyfus (Louis Dreyfus Citrus), Henrique de Freitas e o Presidente da Citrovita, Mário Bavaresco Júnior; Requerimento nº 02/2009–CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer, nos termos regimentais, sejam convidadas as pessoas a seguir listadas para uma Audiência Pública acerca da instabilidade econômico-financeira por que vem passando a Embraer; o que levou a empresa a demitir, até o momento, mais de quatro mil trabalhadores, além de provocar a dispensa de vários outros trabalhadores nas empresas da cadeia produtiva aeronáutica: o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge; o Ministro da Defesa, Nelson Jobim; o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Luciano Coutinho; o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região, Adilson dos Santos e o Presidente da Embraer, Frederico Fleury Curado; Requerimento nº 03/2009–CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, para, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, discorrer sobre o planejamento estratégico da Petrobras e seu Plano de Negócios para o período 2009-2013; Requerimento nº 04/2009–CAE, de autoria do Senador Jefferson Praia, para que seja realizada, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, Audiência Pública com a participação das seguintes autoridades convidadas, para a discussão dos elevados *spreads* bancários e a identificação de possíveis soluções para o mesmo: o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; o Presidente da Federação Brasileira de Bancos – Febraban, Fábio Barbosa; o economista e ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzo e o economista e ex-Diretor do Banco Central, Alexandre Schvartsman; Requerimento nº 05/2009–CAE, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, para que, nos termos regimentais, sejam convidados o Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda; Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras, para prestarem esclarecimentos no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos sobre a liberação de R$ 10 bilhões do Tesouro Nacional para a ampliação de empréstimos do BNDES, bem como sobre a destinação de R$ 20 bilhões para a Petrobras e o seu plano de negócios para o período de 2009 a 2013; Requerimento nº 06/2009–CAE, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos para debater sobre a forte desvalorização da moeda brasileira (Real), com a presença dos Senhores Ministros Guido Mantega, do Ministério da Fazenda e Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Requerimento nº 07/2009–CAE, de autoria do Senador Inácio Arruda, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda, para debater, em Audiência Pública, sobre o enfrentamento da crise econômica pelo governo brasileiro, em sessão conjunta desta Comissão com as Comissões de Infraestrutura e de Assuntos Sociais; Requerimento nº 08/2009–CAE, de autoria do Senador Inácio Arruda, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, para debater, em Audiência Pública, sobre o

enfrentamento da crise econômica pelo Brasil, em sessão conjunta desta Comissão com as Comissões de Infraestrutura e de Assuntos Sociais; Requerimento nº 09/2009–CAE, de autoria do Senador Inácio Arruda, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, em duas sessões conjuntas com a Comissão de Assuntos Sociais, para promover debate sobre o mercado de trabalho e o enfrentamento da crise econômica, com a presença das seguintes entidades e representações: em uma primeira sessão, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – Dieese; o Instituto de Pesquisa e Estatística Avançada – IPEA e o Ministério do Trabalho e Emprego – TEM. Em uma segunda sessão, a Central Única dos Trabalhadores – CGT, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB e a Força Sindical; Requerimento nº 10/2009–CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles**,** para, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, para discorrer sobre a política monetária e cambial adotada face à crise financeira e econômica internacional; Requerimento nº 11/2009–CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos regimentais, seja convidada a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousef, para, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, discorrer sobre o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; Requerimento nº 12/2009–CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Ministro da Fazenda, Guido Mantega**,** para, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, discorrer sobre a crise financeira e a situação da economia brasileira e o Requerimento nº 13/2009–CAE, de autoria do Senador César Borges, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com a presença do Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega**,** com intuito de obter esclarecimentos e informações sobre os efeitos da atual redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados sobre a arrecadação da União, Estados e Municípios, assim como a possibilidade de prorrogação dessa medida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e onze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os senhores senadores e senhoras senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros dessa Comissão que esta recebeu os seguintes documentos para o conhecimento de V.Exas.: Aviso nº. 03/09, do Ministério da Fazenda, encaminhando em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal de nº. 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de dezembro de 2008; Aviso nº. 01/09, do Banco Central do Brasil, encaminhando em cumprimento ao disposto na Lei nº. 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referente ao mês de novembro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas; Aviso nº. 05/09, do Banco Central do Brasil, encaminhando em cumprimento ao disposto na Lei nº. 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referente ao quarto trimestre de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Aviso nº. 12.000... Aviso, desculpe, Aviso 12/09, do Banco Central do Brasil, encaminhando em cumprimento ao disposto na Lei nº. 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de janeiro de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas encaminhadas. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Requerimentos que chegaram à Comissão.

"*Requeiro nos termos regimentais que sejam convidadas as pessoas abaixo listadas para uma audiência pública acerca do intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos: Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Arthur Badin; Secretário de Defesa de Direito Econômico; Secretário de Acompanhamento Econômico; Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores; Presidente da Federação dos Empregadores Rurais do Estado de São Paulo; Presidente do Sindicato Rural de Bebedouro, São Paulo; do Sindicato Rural de Itápolis, São Paulo; do Sindicato Rural de Taquaritinga; Presidente do CITROSUCO, da CUTRALE, da DREYFUS; Presidente da CITROVITA*". De autoria do Senador Eduardo Suplicy, que solicita essa audiência para abordagem da crise na citricultura paulista.

O segundo Requerimento trata-se de um requerimento que "*Solicita sejam convidadas as pessoas abaixo listadas para uma Audiência Pública nessa Comissão acerca da instabilidade econômico-financeira porque vem passando a EMBRAER, o que levou a empresa a demitir até o momento mais de 4 mil trabalhadores: Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge; Ministro da Defesa, Nelson Jobim; Presidente do BNDES, Luciano Coutinho; Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Adilson dos Santos; Presidente da EMBRAER, Frederico Fleury Curado*". Trata-se de um Requerimento também do Senador Eduardo Suplicy.

Requerimento solicitando que seja convidado o Presidente da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli, para, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, discorrer sobre o planejamento estratégico da PETROBRAS e seu plano de negócios para o período 2009/2013, assinado Aloizio Mercadante.

Requerimento. "*Nos termos do art. 93, inciso II, §2º, e 99, inciso III, do Regimento Interno, audiência, seja realizada Audiência Pública para discussão do problema dos elevados spreads bancários e identificação de possíveis soluções. Sejam convidados: Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central; Fábio Barbosa, Presidente da Federação Brasileira de Bancos; Luiz Gonzaga Belluzzo, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e Alexandre Schwartzman, Economista, ex-Diretor do Banco Central*". Requerimento. Esse de autoria, desculpe, esse de Jefferson Praia, do Senador Jefferson Praia.

"*Requerimento para que sejam convidados o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, o Presidente do BNDES, o Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli*", o Presidente... *Para prestar esclarecimentos acerca da liberação de 100 bilhões do Tesouro Nacional para ampliação da capacidade de empréstimo do BNDES, bem como sobre a destinação de 20 bilhões para a PETROBRAS*". Assina o Senador Arthur Virgílio, líder do PSDB.

Solicita sejam expedidos convites a Guido Mantega, Fazenda, Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, para debater sobre a forte desvalorização da moeda brasileira, do Real. Assina o Senador Marcelo Crivella.

[interrupção no áudio] Guido Mantega, Ministro da Fazenda, para debater em audiência pública sobre o enfrentamento da crise econômica pelo Governo Brasileiro, em sessão conjunta desta Comissão com as Comissões de Infraestrutura e de Assuntos Sociais, e certamente também contando com a Comissão de Acompanhamento da Crise. O Senador Francisco Dornelles é o Presidente dessa Comissão. Autoria do Senador Inácio Arruda.

Ainda de autoria de Inácio Arruda, convidando Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, para debater em audiência pública sobre o enfrentamento da crise econômica pelo Brasil, em sessão conjunta dessa Comissão com as Comissões de Infraestrutura e de Assuntos Sociais. E eu estou incluindo a Comissão de Acompanhamento da Crise.

Requerimento convidando o Departamento Intersindical, DIEESE, o Instituto de Pesquisa, IPEA, o Ministério do Trabalho e Emprego, e em uma segunda sessão a CUT, a Confederação Nacional da Indústria, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, e a CGTB e a Força Sindical para debater os efeitos da crise econômica mundial.

Em discussão os requerimentos que acabam de ser lidos. Em votação os requerimentos. V.Exas que desejam aprovar, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aprovados.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Aprovados!

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aprovados.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Romero Jucá, pela ordem.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu vou precisar me ausentar daqui algum tempinho por conta de uma reunião no Palácio do Planalto. Eu queria pedir que o item 7, que eu sou relator, de que trata da estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, ele pudesse ser dado por lido e fosse dado vistas coletivas a todos senadores, porque como é uma matéria que a gente vai precisar discutir, eu ganharia tempo, daria uma vista coletiva e aí na próxima sessão, na próxima sessão, nós iremos debater sobre a matéria. Então, queria fazer essa proposição a V.Exª..

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Se nenhum senador cria nenhuma objeção ao que foi colocado pelo Senador Romero Jucá, a matéria constante do item 7º da pauta deixará de constar dela nesse instante.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não. É dado como lida e dá vista coletiva a todos os Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Desculpa. É dada como lida, é dado como lido e, ao mesmo tempo, será dada a conhecer... Será dada vista a todos os senadores. [interrupção no áudio] Romero Jucá, V.Exª. é um democrata.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Obrigado, Sr. Presidente. Faço um esforço.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mensagem... Item 01 da pauta. Mensagem do Senado Federal nº. 05: "*Encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2009*". Autoria, Presidente da República. Relator, Senador Romero Jucá. Com a palavra o relator.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, o parecer é favorável, apenas lembrando que já foi aprovado o projeto que fará com que o Presidente do Banco Central compareça ao Senado para discorrer sobre a programação financeira e meta de inflação. Portanto, o parecer é favorável.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, sobre essa questão, nós aprovamos um procedimento de realizarmos trimestralmente, no âmbito da CAE, as audiências públicas de prestação de contas do Banco Central do Brasil. Inclusive porque o papel do Banco Central, que é o órgão controlador, fiscalizador, de acompanhamento, precisa exercer com muita eficiência esse papel.

Talvez se o Senado americano tivesse sido mais exigente com o Allan Greenspan, a história econômica não seria o que está sendo, pelas proporções que essa crise acabou tendo e nos impactando, pela ausência de prudência, de fiscalização, de controle e pela frouxidão da política monetária do governo americano. Então a minha proposta é que a aprovação da programação monetária--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Senador, V.Exª. está querendo dizer que se nos Estados Unidos tivesse um Presidente do Banco Central com a competência do nosso a crise não teria acontecido lá? É isso?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não. Estou dizendo que se o Senado Federal--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É isso?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --Se o Senado Federal americano não tivesse embarcado no fundamentalismo liberal, no neoliberalismo de mercado e tivesse um procedimento de prudência, de regulação, de acompanhamento do sistema financeiro americano, nós não estaríamos vendo o que nós estamos assistindo. O maior banco do mundo, o Citibank, em agosto do ano passado valia 250 bilhões de dólares, está valendo 4. E o Governo americano já comprou 40% das ações, e o segundo acionista tem 7. Ou seja, não só estão estatizando bancos, como são incapazes hoje de enfrentar a crise financeira até esse momento que repercute toda a economia mundial.

Então, nós precisamos ter rigor. Por isso eu proponho que antes de nós aprovarmos a programação monetária, apesar que é um procedimento de praxe, viu Presidente, é um procedimento de praxe que a gente faça audiência com o Presidente do Banco Central, eu apresentei Requerimento, poderíamos fazer a semana que vem e faríamos a Audiência Pública e após a audiência nós aprovaríamos a programação como temos feito trimestralmente.

Eu acho que é um rigor formal, mas é um rigor necessário para que o Senado exerça com eficiência esse papel.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra... Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu gostaria aqui de concordar com a posição do Senador Aloizio Mercadante, porque inclusive foi um procedimento que funcionou muito bem durante o ano passado. E nós tivemos quatro vezes a presença do Presidente Henrique Meirelles discutindo e prestando contas sobre a programação monetária e o acompanhamento das metas de inflação.

Então, quer dizer, esse... Então, eu concordo aqui com o posicionamento do Senador Aloizio Mercadante e que nós deveríamos ouvir o Presidente do Banco Central e aí aprovarmos a programação monetária. Então, acho que esse procedimento deve continuar existindo até que venha formalmente a modificação na lei, mas enquanto isso não acontece, a vinda dele aqui é importante e eu concordo com a posição do Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a concordância do Senador Romero Jucá, que é o relator... V.Exª. concorda?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, não só concordo, como registro que o Presidente Henrique Meirelles terá o máximo prazer em vir aqui, como veio em vezes anteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, inclusive já temos... Já temos aqui um Requerimento de autoria do Sena-

dor Aloizio Mercadante convidando o Presidente do Banco Central para, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, discorrer sobre a política monetária e cambial adotada face a crise financeira e econômica internacional.

Então, já podemos... Podemos, inclusive, colocar em votação, em discussão e votação o Requerimento do Senador Aloizio Mercadante. Em discussão. Em votação. Aprovado. Senador Eduardo Suplicy chegou?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, senhor, Presidente, só para agradecer a atenção de terem sido lidos os requerimentos, eu sou a favor também desse Requerimento do Senador Aloizio Mercadante, para que o Presidente Henrique Meirelles venha discutir conosco a crise econômica e gostaria de ressaltar que os requerimentos lidos por V.Exª.. que apresentei, já aprovados, relativos tanto ao setor do suco de laranja, promovendo outra vez uma audiência pública com a presença do CADE, do STE, dos quatro grande produtores de suco de laranja e dos produtores de laranja, preocupados com o fechamento de algumas indústrias, especialmente em Bebedouro.

E também o Requerimento relativo à questão da EMBRAER, que é hoje um símbolo de empresa que é financiada pelo BNDES em grande parte, mas também afetada pela crise e que despediu certa de 4.200 trabalhadores.

Acho muito importante que esta CAE possa ouvir todos os argumentos do lado dos trabalhadores, bem como dos empresários e do próprio Governo e do BNDES a respeito. Muito obrigado, Sr. Presidente, já aprovado o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V.Exª. e aproveito para também colocar em votação Requerimento do Senador Aloizio Mercadante solicitando que seja convidada a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para perante a Comissão de Assuntos Econômicos discorrer sobre o Programa de Aceleração do Crescimento, PAC. Em discussão e votação. Aprovado o Requerimento.

Também do Senador Aloizio Mercadante solicitando que seja convidado o Ministro Guido Mantega para, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, discorrer sobre a crise financeira e a situação da economia brasileira. Em discussão. Em votação. Aprovado.

Aprovado, fica adiada a votação da programação monetária.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 02. Item 02. Com a palavra pela ordem Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, não querendo abusar de V.Exª., eu queria apenas fazer um registro até para esclarecer, alguns Senadores já me questionaram sobre esse Projeto de Resolução que seria o Projeto de Resolução proposto pela Comissão.

Eu queria fazer o seguinte registro: no final do ano passado, nós discutimos com os governos estaduais e a Secretaria do Tesouro, e nós criamos uma nova Resolução que mudava a forma de calcular o endividamento dos Estados. Por quê? Porque o endividamento dos Estados até então era baseado nos próximos cinco anos, e isso não dava fôlego aos Estados que tinham, de certa forma, um endividamento menor depois dos cinco anos. Então, se criou, se convencionou que seria o prazo de toda a dívida do Estado alongada exatamente para dar mais capacidade de financiamento aos Estados do país.

Nós fizemos essa Resolução, essa Resolução foi votada no final do ano, mas por uma questão de um detalhe no relatório, o Senador foi o Senador Gim Argello, terminou escapando do parecer o §4º, do art. 7º. Nós... Foi dado parecer sobre o artigo e o parágrafo, mas no parecer não mencionou o parágrafo sendo aprovado.

E isso fez com que a Mesa do Senado, cuidadosamente, preferisse não aprovar, não remeter para publicação esse item, ficando necessário, portanto, que ele fosse referendado no início desse ano. Então, em vez de fazer um projeto da minha autoria, eu estou propondo aqui fazer um projeto da autoria da Comissão, porque corrige essa questão, complementa, na verdade, o que foi pactuado com os Estados, e gostaria de, assim sendo, apresentar o parecer pela aprovação pra que a gente possa votar rapidamente aqui, possa votar no Plenário e possa assim complementar a negociação e o entendimento que foi construído com todos os Estados da Federação e a Secretaria do Tesouro Nacional.

Então, essa é a questão, essa é a proposta do Projeto de Resolução que está distribuído na Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão o Projeto de Resolução que altera a Resolução nº. 43, de 2001. Em votação. Os senhores senadores e as senhoras senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 2 da pauta. "*Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 41 quarenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Inte-*

ramericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização Fiscal do Estado do Ceará, o PROFISCO Ceará". Autoria do Presidente da República.

Com a palavra o Senador relator, Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, muito obrigado. Senhores senadores, senhoras senadoras. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renato Casagrande, V.Exª. me permite?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): De acordo com a Resolução nº. 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria a Sra. Lígia Maria Luna Coelho Ferreira, Analista de Planejamento e Gestão da SEPLAG, do Estado do Ceará. E ainda representando o Tesouro Nacional, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda.

Com a palavra o relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, essa operação com garantia da União, do Governo do Estado do Ceará, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Como o senhor mesmo disse é uma operação para financiar o Programa de Modernização Fiscal do Estado do Ceará, num valor de 41 milhões de dólares, mais uma contrapartida de nove milhões de dólares do Governo Estadual.

Sr. Presidente, a análise feita pela Secretaria do Tesouro orienta e estabelece que o Governo atendeu a todas as normativas, exigências e a Secretaria de Tesouro Nacional emitiu parecer favorável ao pleito e concessão de garantias da União.

Também, Sr. Presidente, que é importante reconhecer que a própria Secretaria do Tesouro Nacional diz ser possível atender o pleito de garantia, pois são consideradas suficientes e adequadas as contra garantias a serem prestadas e o Estado do Ceará conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento da União caso essa venha a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação.

Sr. Presidente, com base nessas informações, meu voto ao pleito encaminhado pelo Estado do Ceará encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nº. 48/2007 e 40 e 43/2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para contratação da operação de crédito externo pretendida nos termos da seguinte Resolução, que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor de 41 milhões de dólares.

Nessa... Nessa lógica e nesse procedimento eu quero parabenizar o Governador Cid Gomes, já antecipadamente, Governador do nosso partido, Governador do Ceará, mas especialmente quero parabenizar o Senador Inácio Arruda, Senador Tasso Jereissati e a Senadora Patrícia Saboya, que são Senadores que acompanharam e acompanham com muito detalhe a aprovação dessa matéria, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão o parecer do relator.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, para discutir. Senador... Aqui. Colombo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Colombo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, só pela ordem. Vou precisar me retirar. Apenas... Sr. Presidente, aqui. Eu vou precisar me retirar e queria pedir apenas o seguinte: que na hora da... Depois que seja votada essa matéria, nós votemos urgência para essa matéria e votemos também urgência para o Projeto de Resolução anterior do endividamento que nós aprovamos também. Então, pedir urgência nas duas matérias. Obrigado.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, eu evidentemente... Aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Raimundo Colombo com a palavra. Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu quero ajudar o Estado do Ceará e reconhecer o Senador Inácio Arruda, o Senador Tasso Jereissati, Senadora Patrícia e também o povo do Ceará.

Mas eu não recebi a cópia, acho que foi feito rapidamente, do Senador Renato Casagrande, e nem tampouco a cópia da Resolução. No entanto, no parecer favorável da Secretaria do Tesouro Nacional, ela coloca que "*ressalta-se que a Secretaria do Tesouro Nacional condicionou o encaminhamento do pleito do Estado ao Senado Federal à verificação de adimplência do Estado do Ceará com a União, uma vez que na data da emissão do seu parecer constavam débitos em nome do Estado*".

Então, para não pedir vistas e pra não atrasar o processo, eu gostaria de que na Resolução constasse aquilo que é obrigação do Senado, ou seja, nós estamos cumprindo com o nosso dever. A minha sugestão,

Senador Inácio, é que os efeitos da presente Resolução somente poder-se-ão dar após o Estado do Ceará quitar todos os seus débitos juntos para com a União. Caberá à Secretaria do Tesouro Nacional informar ao Senado Federal do cumprimento do artigo... Do disposto nesse artigo, ou seja, o que a gente quer é aquilo que é obrigação do Senado, que o Estado do Ceará esteja adimplente na data de assinar o contrato. Não agora, para não atrapalhar a tramitação.

Eu acho que é uma obrigação legal que se impõe a todos nós e eu só sugiro que isso conste da Resolução, sob pena depois de passar desapercebido e nós estarmos cometendo uma ilegalidade, ou seja, autorizar um empréstimo para um Estado que não esteja adimplente. Quem alerta isso é a própria Secretaria do Tesouro Nacional e a minha assessoria alertou para que nós não cometêssemos essa ilegalidade.

Do mais eu quero cumprimentar e dar todo o meu apoio à operação desse... À realização desse empréstimo. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, esse empréstimo, ele tem um objetivo do Estado do Ceará, de modernização da máquina pública, especialmente ou diretamente a Secretaria da Fazenda do Estado, aprimorando os mecanismos de controle, os mecanismos de arrecadação, e se ajustando à legislação federal. Todos nós sabemos das alterações que foram feitas na legislação tributária Federal, unindo duas estruturas muito grandes que nós tínhamos no país, que era a arrecadação da Previdência Social e a arrecadação do fisco brasileiro, via Receita Federal. O Estado do Ceará busca acompanhar esse passo que foi dado pelo Governo Federal, que é importante.

No último pedido de empréstimo do Estado do Ceará nós nos deparamos também com essa mesma observação correta de quem tem atenção com os empréstimos que são aprovados no Congresso Nacional, especialmente porque esses empréstimos são tratados no Senado.

Na verdade, as possíveis inadimplências, é que há uma norma que torna Estados e Municípios quase que inadimplentes diariamente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Inácio Arruda, com permissão da--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E o empréstimo não é realizado porque quando o tesouro oferece essa nota, essa nota técnica, e avisa, comunica que eventualmente há uma inadimplência, ele já está dizendo o seguinte: "Mesmo que aprovado pelo Senado, só será assinado corrigida essa inadimplência. Não haverá assinatura do empréstimo por parte do Tesouro, que é quem em última instância avaliza o empréstimo entre o Estado do Ceará e as agências multilaterais, e mesmo as agências nacionais, se não tiver corrigida essa inadimplência.

Eu considero que a atenção do nosso colega é muito importante, mostra o nosso denodo no nosso trabalho aqui no Senado Federal, mas não haverá... Eu acho que não há impedimento, o nosso relator aqui pode... Se desejar acolher, mas nós já passamos por essa mesma situação, o relator também foi o Senador Casagrande e nós resolvemos isso aqui na hora, sem nenhum problema.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para esclarecer, Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Renato Casagrande, relator da matéria.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, de fato a observação feita da entrega do relatório pelo Senador Raimundo Colombo tem uma certa procedência, porque o relatório foi entregue hoje na parte da manhã e está disponível na bancada aqui para os Senadores. Então, tem procedência a reclamação do Senador Raimundo Colombo.

Mas como nós queremos ajudar não só o Estado do Ceará, mas todos os Estados, a gente acaba votando isso com agilidade sempre, porque sempre vem um parecer da Secretaria do Tesouro Nacional liberando, dizendo que o Estado atendeu a todas as exigências.

A observação feita pelo Senador Raimundo Colombo de que o Estado estava considerado inadimplente pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi posteriormente corrigido por um parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de 29 de dezembro de 2008, posterior a este parecer, liberando e dizendo que o Estado estava adimplente. Então, nenhum óbice, Senador Raimundo Colombo, está colocado se o senhor depois, com o tempo, vai ter oportunidade de ler o relatório, está explicando essa inadimplência citada pela Secretaria do Tesouro Nacional, mas depois não reafirmada pela Procuradoria-Geral da Fazenda. Queria só esclarecer porque acho que nós temos toda tranquilidade de votarmos essa matéria, Sr. Presidente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, para discutir a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Se eu estou bem entendendo aqui, Senador Casagrande, no dia 10 de dezembro, por meio eletrônico, indicou a existência de débitos em nome do Governo do Estado do Pará, junto à administração pública Federal e suas entidades controladas, relativamente a tributos e contribuições federais.

V.Exª. está dizendo que já tem um novo comunicado de que no dia 29 de dezembro... 29 de dezembro, entretanto está aqui, pela PGE, ou seja, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, não está atendendo na presente data, o disposto no inciso I, do art. 40 da Lei Complementar nº. 101.

E eu espero que, naturalmente, o Estado do Ceará já esteja adimplente com o Governo Federal em relação a suas pendências. Até porque o projeto é louvável, tendo em vista que é pra buscar reforma administrativa e a modernização da máquina administrativa.

Agora, não pode ser uma prática, Sr. Presidente. Naturalmente o Governo, o Poder Executivo encaminhar esses projetos de contrair empréstimo com naturalmente os Estados inadimplentes. Eu acho que, eu imagino que seja saudável de que quando encaminhasse esses pedidos de empréstimos, os Estados estivessem adimplentes para que pleiteassem naturalmente esses financiamentos. Eu acho que isso seria o ideal.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Primeiro... Só pra explicar também. Primeiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Todos nós sabemos que essa de debate de adimplente e inadimplente hoje é um problema no Brasil todo. Porque a inscrição no CAUC feita pela Secretaria do Tesouro Nacional muitas vezes coloca os Estados e Municípios sem condições de receberem os recursos por débitos às vezes muito... Um tempo muito longo no passado, e que isso tem sido uma reclamação dos Governadores e dos Prefeitos.

A Secretaria do Tesouro Nacional não tem flexibilizado nenhum debate com relação a esse tema, tem sido dura com relação a esse tema, acho que é um tema que nós vamos ter que discutir até aqui nessa Comissão, porque a burocracia exagerada impede investimentos também em alguns Estados e em alguns Municípios. Não estou aqui me referindo a casos de captação de recursos por empréstimo, mas os investimentos, convênios feitos com Estados e Municípios, muitas vezes por questões acontecidas 20 anos atrás ou 30 anos atrás, isso impede o investimento no Estado e no Município, causando, nessa fase de crise, uma falta de investimento que não... Na minha avaliação poderia nós aqui discutirmos uma outra regra para que a Secretaria do Tesouro Nacional pudesse atender.

Neste caso o Estado está adimplente, neste momento, pode ser que amanhã esteja inadimplente de novo, porque aparece um débito inscrito--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E se tiver, Senador Casagrande, o Governo não vai autorizar o empréstimo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não vai operacionalizar e concluir a operação de crédito.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Raimundo Colombo, para discutir a matéria.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu quero colocar, eu acho que a Secretaria do Tesouro Nacional ela tem que se posicionar de forma mais clara. Porque sobre nós pesa a responsabilidade de exigir o cumprimento da lei. E aqui ela deixa muito clara essa questão.

A proposta que eu faço, e para não complicar, eu vou colocar, porque eu não recebi a cópia do relatório, acho que ninguém recebeu aqui. Não, não tá aqui. Não tá. Não, não tá. E nem a cópia da Resolução também. Então, a gente está falando sobre uma coisa que eu não tenho papel na mão. Eu não quero complicar. Vou concordar, mas vou sugerir...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): A gente não tem. Eu não recebi. Mas o ideal--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A Secretaria do Tesouro Nacional, há um representante aqui presente.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Então eu acho que para os futuros relatórios, que na Resolução conste, porque o que a gente está pedindo é que os efeitos da presente Resolução somente poder-se-ão dar após os Estados quitarem seus débitos para com a União. Então, impõe isso.

Para não complicar, porque não é a minha intenção, eu acho que a gente vai aceitar o encaminhamento dessa forma, mas eu faço o pedido de atenção para que... Para todos nós, evidentemente, que eu vou ser relator de algum nessa área, que a gente faça esse tipo de colocação, porque senão a gente está cometendo uma liberalidade perigosa. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão. Em votação o parecer do relator. Os Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, concordamos e quero aqui ressaltar que essas taxas que estão aqui no relatório, os detalhes do contrato da Resolução, aliás, o Projeto de Resolução do Senado são extremamente convenientes. Nesse momento de crise acho que nenhum Estado poderia contratar um empréstimo de 41 milhões, tem nove milhões de dólares que vai ser contrapartida do Ceará, com uma taxa tão favorável quanto essa aqui. Sou favorável.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria ratificar o pedido de urgência, porque nós vivemos problemas de financiamento em todos os setores, uma forte desaceleração da economia brasileira e uma grave recessão internacional, restrições das linhas de crédito internacional.

Então, esse projeto melhora as contas externas, ajuda um Estado carente como o Ceará a ter recursos para investimento num momento extremamente importante, e nós deveríamos dar urgência em plenário para votarmos esse projeto o mais rapidamente possível.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, nos termos do pedido do Senador Casagrande e do Senador Romero Jucá, que acho que ele pediu também para um projeto anterior, então acho que nós devemos votar os dois pedidos de urgência em conjunto, se V.Exª. me permitir.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Presidente, pela ordem, é um Projeto de Resolução, o projeto anterior.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É um Projeto de Resolução, exatamente. Vamos votar os dois projetos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, antes de votar, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Osmar Dias, pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, eu só queria aqui, comentando com o Senador ACM Júnior, nós dois, ele que é Economista e eu que não sou, não conseguimos calcular o custo desse financiamento. Eu vou pedir até... Se V.Exª. entendeu, me explicar. Porque é impossível.

O item 8 aqui diz assim: "*Juros. Exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela LIBOR trimestral para dólar dos Estados Unidos da América* [soa a campanhia]*, mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade LIBOR, mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações do LIBOR, mais a margem para empréstimos do capital ordinário*".

É impossível a gente saber quanto que vai ser pago de juros nisso aqui. Nem o melhor economista do mundo, Sr. Presidente, vai saber quanto vai custar esse empréstimo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, apenas--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V.Exª. quer ouvir o Secretário do Tesouro? Pode ser que ele... Ele se arrisque.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não. Eu não me arrisco a ouvir.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Osmar Dias e o nosso querido Senador e Economista Antonio Carlos, todos os contratos nossos que nós aprovamos aqui sempre foram assim. Agora, é bom lembrar que a LIBOR hoje nos Estados Unidos, se nós contarmos com a inflação ela é até negativa. Hoje os Estados Unidos estão com a taxa de 1% ao ano.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, eu não estou... Não, eu na estou discutindo se é... Não estou discutindo se é bom ou é ruim. É difícil... Só que não se chega a um valor.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): A questão é o seguinte: LIBOR, tudo bem. LIBOR até convém. O problema é que as outras parcelas estão subjetivas. É só isso. A LIBOR é objetiva, está cotada... A cotação dela é de fácil obtenção. A questão são as outras parcelas que ficaram colocadas aqui de forma meio subjetivas. Acho que devia se objetivar mais a colocação dessas outras parcelas. LIBOR está tabelada, é mercado, não tem problema nenhum.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): E é uma taxa que não vai se obter em lugar nenhum. Se pegasse esse empréstimo aqui no Brasil, nós íamos pagar 20 vezes mais.

[soa a campainha].

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas ninguém sabe quanto custa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio. Em votação a urgência para a Mensagem do Senado Federal nº. 04 de 2009, que propõe que seja contratada operação

de crédito externo, em favor do Governo do Estado do Ceará junto ao BID. Em votação a urgência. Os senhores senadores que aprovam a urgência, permaneçam como se encontram. Aprovada.

E agora a urgência para o Projeto de Resolução apresentado. Projeto de urgência para o Projeto de Resolução de autoria da própria Comissão de Assuntos Econômicos, que altera dispositivo da Resolução nº. 43 de 2001, no intuito de modificar o cálculo de comprometimento anual com a amortização e juros e demais encargos da dívida consolidada. Senhores senadores e senhoras senadoras que aprovam a urgência, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos passar ao item nº. 03. O item 03. O item 03 da pauta. Projeto que "*dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências*". Projeto de Lei do Senado nº. 462/08, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, cujo relator é o Senador Valdir Raupp. Parecer favorável ao Projeto com as emendas de nº. 65, 66, 67 e 68 que apresenta, e pela rejeição das emendas de nº. 01 a 64 apresentadas.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. Foram apresentadas as emendas nº. 01 de autoria do Senador Raimundo Colombo, nº. 02 e 03 de autoria do Senador José Maranhão, números 04 a 08 de autoria do Senador Gim Argello, nº. 09 e 10 de autoria do Senador João Pedro, nº. 11 a 17 de autoria de Senador César Borges, de nº. 18, 19, 20 e 63 de autoria do Senador Francisco Dornelles. De nº. 21 a 23 de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Nº. 24 a 58 de autoria do Senador Sérgio Zambiasi. De nº. 59 a 62 de autoria do Senador Inácio Arruda e de nº. 64 de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Em 16/12/08 foi concedida vistas ao Senador Raimundo Colombo, que devolveu sem manifestação. Com a palavra o relator, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, senhoras e senhores senadores. Essa é uma matéria que já foi bastante discutida no âmbito do Senado Federal e eu vou partir direto para a análise da matéria.

> *"Consoante o Regimento Interno do Senado nos termos do art. 99 incumbe a esta Comissão a apreciação do conteúdo com base nas repercussões econômicas da presente proposta legislativa. Convém ressaltar a importância do trabalho realizado pelas entidades filantrópicas no Brasil. A incapacidade do Poder Público de prover serviços adequados às necessidades da população e de garantir direitos fundamentais à saúde, à educação, à subsistência e a inclusão social torna imperativo o amparo a essas entidades.*
>
> *Em sentido mais positivo, o engajamento dessas entidades e a mobilização das pessoas à sua volta revitaliza o protagonismo social e com isso a própria democracia. Também é importante mencionar que a diversidade proporcionada por esse sistema cria condições para que surjam soluções criativas para enfrentar melhor os desafios já conhecidos com reflexos positivos para toda a sociedade.*
>
> *Entendo que o problema da renúncia à função de controle que era exercida bem ou mal pelo CNAS, criando uma presunção de legalidade em favor das entidades que já tinham pedido de decisão pendentes quando da publicação do MPV nº. 446/08 foi resolvido pelo PLS nº. 462/08.*
>
> *Foi uma solução inteligente e acertada, uma vez que ainda não se tem a real dimensão do montante dos tributos e contribuições devidos por entidades em situação irregular, que tiveram seus certificados concedidos ou renovados em consequência do MPV 446/08.*
>
> *Estima-se com base em informações do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome, que 2.274 entidades foram beneficiadas por essa medida, o que é pouco menos da metade das 5.630 instituições portadoras de certificados antigos válidos ou vencidos, em fase de renovação.*
>
> *O total da renúncia previdenciária relativa às entidades filantrópicas foi de 4,4 bilhões de reais em 2007, e de 3,7 bilhões de reais entre janeiro e setembro de 2008. Na falta de um dado preciso pode-se estimar em 2 bilhões de reais o total da renúncia previdenciária relativa às entidades beneficiárias pela renovação ou concessão automática de certificados, produzida pelo MPV 446/08.*
>
> *Presume-se que nem todas essas entidades estejam em situação irregular, mas os altos valores em questão justificam firmemente o clamor por alguma forma de controle.*
>
> *Julgo conveniente fazer algumas correções do texto do PLS 462/08 com o objetivo de sanar pequenas inconsistências e deixar o texto em maior conformidade com a boa técnica legislativa.*
>
> *Primeiramente sabe-se que o art. 9º do PLS sob exame possibilita a entidade filantrópica da área de saúde comprovar aplicação em*

gratuidade mediante a valoração de procedimentos realizados com base nas tabelas de pagamentos do SUS, quando não conseguir comprovar aplicação em gratuidade por meio de registro contábil específico. Contudo, a exigência do inciso VII, do art. 28 conflita com o art. 9º, uma vez que esse dispensa o tal registro contábil. Portanto, para preservar o disposto no art. 9º entendo ser importante a inserção no inciso VII do art. 28, de expressão 'ressalvada a hipótese do art. 9º desta lei'.

Outra modificação ao texto será a substituição da referência à lei nº. 8.202 de 1991, por referência à lei 8.203 de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

As demais alterações, Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores, diz respeito à clareza do texto e à boa técnica legislativa".

Do voto. "Por todo o exposto, com o intuito de aprimorar a aprovação, o voto é pela aprovação do PLS nº. 462/08 e pela rejeição das emendas de nº. 01 a 64, e com as emendas que apresento".

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Para discutir concedo a palavra ao Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, senhores senadores, essa matéria, Projeto de Lei do Senado 462 é uma matéria extremamente polêmica, inclusive o Sr. Relator, o Senador Valdir Raupp, tece considerações de que ela foi motivo inclusive de um debate dentro do Congresso Nacional em função de que ela foi encaminhada inicialmente e teve que ser modificada e apresentada como Projeto de Lei.

Faz o Senador Valdir Raupp um relato sucinto sobre a matéria e, no meu entendimento, Senador Valdir Raupp, com todo respeito a V.Exª. e admiração que temos por V.Exª., V.Exª. de plano faz a rejeição de 64 emendas, e no seu relato não comenta absolutamente nenhuma dessas emendas. Foram apresentadas 64 emendas por diversos Senadores. E não há sequer um comentário porque da rejeição das emendas. Eu apresentei aproximadamente 10 emendas, e gostaria de saber do Senador Raupp qual a razão que as emendas não foram acatadas. O Senador Raimundo Colombo apresentou duas emendas, Senador José Maranhão quatro emendas, Senador Gim Argello duas emendas, Senador João Pedro duas emendas, e também o Senador Francisco Dornelles apresentou várias emendas. E nenhuma delas foram contempladas, apenas a emenda do próprio relator, em número de quatro, foram colocadas no Projeto de Lei. Mas não há nenhum comentário a respeito individualmente de cada uma dessas emendas.

Qual a razão da rejeição de todas essas emendas assim de plano sem uma análise ou justificativa? É isso que eu indago ao nobre relator Valdir Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Na verdade, nobre Senador César Borges, até houve aqui um pequeno equívoco de minha parte e eu peço desculpas. Quando eu falo das emendas apresentadas é que foram parcialmente acatadas a emenda 65, 66, 67 e 68. Era isso, Sr. Presidente.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria cumprimentar o Senador Valdir Raupp pelo relatório por ele apresentado, que como todo relatório apresentado pelo Senador é de alto nível e analisa com profundidade todos os problemas relacionados com a matéria.

Eu queria, entretanto, Sr. Presidente, levantar a situação da emenda nº. 18, que eu considero uma emenda de natureza declaratória. Que a situação é a seguinte: se uma entidade solicita que seja lhe reconhecido o direito da isenção, e se ela preencher durante a discussão todos os requisitos, eu acho que ela deve ter a isenção a partir do momento que apresentou o Requerimento. Porque do contrário, se o Governo leva um ano, dois anos para examinar o do que e ela vai dizer que eu preenchi os requisitos desde o momento que eu apresentei, ela não pode ser penalizada pela burocracia do Governo.

A emenda diz o seguinte: "*O direito a isenção as contribuições sociais será exercido pela entidade a contar da data em que requerer autoridade competente, desde que atendidas as condições da presente Medida Provisória*".

O ato que defere esse enquadramento é de natureza declaratória. Os seus efeitos retroagem à data que formulou o Requerimento, e não em que foi pleiteado... Em que foi pleiteado o benefício. Quer dizer, isso apenas reconhece, retira daquele que solicitou o benefício ser penalizado pela burocracia daqueles que examinaram a emenda. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Flexa Ribeiro. V.Exª. será o orador seguinte.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Garibaldi Alves, Senador Delcídio Amaral, senhores senadores. Da mesma linha que o Senador César Borges colocou, nobre Senador Valdir Raupp, V.Exª. ao rejeitar todas as emendas apresentadas por vários senadores, não fez nenhum comentário o que motivou a rejeição das mesmas. Apenas considerou rejeitada.

Eu próprio apresentei três emendas, e a emenda 22, que ela tem objetivo apenas de... Acho que corrigir a questão do espírito da lei que não foi de prejudicar as instituições sem fins econômicos que possam vir a aderir ao PROUNI, porque as instituições de ensino superior privada com fins lucrativos, quando aderem ao PROUNI, elas ficam isentas da contribuição para o programa de integração nacional, o PIS, que incide sobre a receita bruta.

No caso das... Sem fins econômicos, elas têm... Que tem a obrigação do recolhimento do PIS sobre a folha, elas não são beneficiadas se aderirem ao PROUNI também dessa isenção. Então era só... Diria a V.Exª. da possibilidade de vir fazer uma correção ao espírito da lei que, com certeza absoluta, não vem em prejuízo daquelas entidades sem fins lucrativos, que possam vir a aderir ao PROUNI.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Valdir Raupp, que é o relator, tem preferência.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Esse projeto não é terminativo nessa Comissão.

Eu queria aqui fazer uma sugestão: que nós aprovemos da forma que está, porque se eu for analisar, voltar a analisar 64 emendas, e eu sei que todas elas têm justificativas justas pelos senhores senadores, nós voltaríamos à estaca zero.

Como ele não é terminativo aqui e já está desde o ano passado, que votemos da forma que está e que essas emendas poderão voltar na Comissão de Assuntos Sociais que deverá... Para onde o projeto será remetido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, o relatório do Senador Valdir Raupp, como já afirmou o Senador Dornelles, é sempre prudente, sempre correto. Mas eu me lembro que essa matéria ela foi objeto de uma Medida Provisória que, retirada, ensejou a apresentação desse projeto. Então, é um assunto polêmico e que merece todo o cuidado para ser aprovado, votado aqui.

Então, eu li num trecho do relatório o seguinte: "*O total da renúncia previdenciária relativa às entidades filantrópicas foi de 4.4 bilhões de reais em 2007. Em 2008 de 3,7 bilhões*". Aí está escrito no relatório, me chamou atenção isso: "*Na falta de um dado preciso, pode-se estimar em 2 bilhões de reais o total da renúncia previdenciária relativa às entidades beneficiárias pela renovação ou concessão automática de certificados, produzida pela Medida Provisória nº. 446/08*".

Aí é o que está me chamando... O que está me chamando atenção é o seguinte: presume-se que nem todas essas entidades estejam em situação irregular. Eu vou repetir: Presume-se que nem todas essas entidades estejam em situação irregular. Mas os altos valores em questão justificam firmemente o clamor por alguma forma de controle.

E eu gostaria de saber do relator, já que nem todas estão em situação irregular é porque algumas estão... Muitas estão em situação regular. E essa isenção de dois bilhões, portanto, ela vai agraciar, vai alcançar as instituições ou entidades que estão em situação regular e as que estão em situação irregular. É o que está escrito aqui no relatório.

Se essa afirmação está correta, eu não posso votar nesse projeto da forma que ele foi apresentado. Porque nós estamos isentando ou beneficiando entidades irregulares. É o que está escrito no relatório.

Então, a pergunta que eu faço ao Senador Valdir Raupp é se da forma que ele apresentou o relatório, com as emendas que ele apresentou, se nós estamos excluindo as entidades que estão irregulares dessa isenção? Essa é a pergunta que eu faço ao relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra... O Senador Valdir Raupp quer se pronunciar agora ou posteriormente?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Se tiver mais algum Senador que queira fazer questionamento...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Poderia me inscrever, Presidente? Presidente Garibaldi.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Wellington Salgado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Inácio Arruda. Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O senhor me desculpa, mas eu estou um pouco confuso. Essa matéria que nós estamos discutindo se refere àquela Medida Provisória que V.Exª. devolveu?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É aquela mesmo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas então é uma coisa fantástica.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É um fantasma.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É uma coisa fantástica. Nós estamos aqui falando há duas horas e ninguém se refere a isso. Olha, eu não acredito. Eu estava ouvindo falar, "Mas parece que eu conheço essa matéria". Ninguém toca no assunto.

Esse foi um dos momentos mais importantes na história deste Congresso nos últimos tempos. V.Exª. teve a coragem de devolver uma Medida Provisória. Medida Provisória ridícula, estúpida, incompreensível. Veja como nós estamos discutindo agora a matéria com profundidade. A dúvida levantada pelo nobre Senador do Paraná, ela é correta. As ilícitas estão sendo incluídas ou não estão sendo incluídas? Baixar uma Medida Provisória com o maior absurdo.

Olha, Sr. Presidente, eu acho que nós devíamos aqui, me perdoe, antes de qualquer outra coisa aprofundar o nosso sentido, o que vão fazer com relação a Medida Provisória. Está se discutindo, está se debatendo, está se repetindo. O Presidente Sarney disse que na primeira visita que ele fez ao Presidente da República ele disse que a sua Presidência na Comissão de... Na Presidência do Senado, ele vai lutar pela Medida Provisória, para regulamentar. O Presidente da Câmara disse a mesma coisa.

Mas na verdade eu não sei, o que eu sei é que V.Exª., candidato a Presidência, que retirou e não devia ter retirado, e o nobre companheiro do PT, candidato à Presidência, os dois fizeram um compromisso e mandaram uma carta para os 81 Senadores dizendo que iam tomar providência, eleitos Presidentes nesse sentido.

É verdade que o Senador Sarney foi eleito e não assumiu compromisso nenhum. Mas também é verdade, justiça seja feita, que no discurso da primeira reunião do Congresso presidido pelo Presidente Sarney ele falou que ia tomar as providências. E na primeira reunião que ele fez com o Presidente da República ele, e diga-se de passagem, o Presidente da Câmara também, disseram que iam tomar providência. Eu não sei.

Houve um momento, Sr. Presidente, que houve uma luta muito bonita. E não sei quantos Senadores estavam aqui daquela época. Mas então a solução que nós encontramos, que era a grande solução, foi parar a pauta. Então, Medida Provisória trancava a pauta.

Sr. Presidente, vamos deixar as pessoas falar e depois eu falo. Porque eu estou atrapalhando eles, e eles estão me atrapalhando [Soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [Pronunciamento fora do microfone] [soa a campanhia].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Posso falar? Não atrapalho? Então eu... Não, é o detrás, ali na televisão, na televisão.

Sr. Presidente, eu acho, com toda sinceridade, que é hora de nós lembrarmos esse fato e não ficarmos aqui numa reunião, me parece, me perdoe, mas ridícula. Analisando o fato e não analisando a origem do fato.

Houve um momento, eu não sei quantos Senadores estavam aqui, que nós encontramos a grande decisão. Senador Fogaça foi o relator, que é trancar a pauta. Parecia que trancar a pauta resolvia tudo. Que nós ainda achávamos que tinha algum valor, algum prestígio. Bom, e tranca a pauta e o Governo vai se assustar, e aí vai mandar menos Medidas Provisórias. Ao contrário. Trancou a pauta, ficou mais ridículo ainda, quer dizer, aí não votamos nada, aí o Governo passou até coordenar e decidir sobre a nossa pauta. Era só mandar uma Medida Provisória e parava tudo.

Agora, aquilo que foi tomado como uma grande decisão para resolver que ia trancar a pauta, querem terminar. Não vai mais trancar a pauta. Mas como é que vai ser? Eu acho, com toda sinceridade, que a Comissão, nesse momento, que vai decidir essa matéria deveríamos marcar uma outra reunião, convidar o Presidente do Senado para vir aqui e debatermos como está sendo o estudo dessa matéria, como é que está sendo a questão da Medida Provisória. Esta que V.Exª. num gesto de grande categoria, de grande responsabilidade, teve a coragem de fazer aquilo.

Me perdoe a sinceridade, eu nunca vou ser Presidente do Senado porque eu acho que eu teria o meu voto e mais de ninguém. Mas eu Presidente do Senado, eu pura e simplesmente devolvia medida que está

contra a Constituição. Quer dizer, a Constituição diz o que é Medida Provisória, e nós estamos cansados de receber, aceitar e votar medida que é inconstitucional, que não pode ser apresentada.

Depois de não sei quantos anos V.Exª. foi o primeiro que fez. E mesmo assim houve uma enrolação, e o líder do Governo não sei o que, e ficou, e fez o recurso para essa Comissão, e não sei mais o que, e fez um Projeto de Lei... Na verdade, não deu em nada. Mas vamos... Primeiro lugar eu quero felicitar V.Exª.. Não sei se V.Exª. perdeu a reeleição por causa disso. Dizem que foi. Se V.Exª. perdeu a reeleição por causa disso o nosso amigo aqui atrás, do PT, perdeu a eleição também por causa disso. Valeu a pena, Sr. Presidente. Valeu a pena.

Pela primeira vez candidato à Presidência do Senado V.Exª. e o ilustre companheiro do PT mandaram um documento escrito para os 81 Senadores assumindo compromisso com relação a esse Congresso Nacional, a esse Senado de modo especial. Agora, por amor de Deus, vamos cobrar. Eu reconheço que o Sarney disse. Agora, dizer e não fazer nada é o que é o normal nessa Casa. Então vamos cobrar isso, Sr. Presidente.

E eu estou propondo convidar o Presidente Sarney para vir pra uma reunião aqui, convidar também os membros, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça para nós estarmos aqui e vamos debater o que vamos fazer, como é que está e o que fazer com relação a essa questão das Medidas Provisórias.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu peço desculpas, que parece que eu aterrissei, não sei de onde eu vim, para falar de um assunto que parece que não tem nada a ver com que está aqui. Mas eu acho que tem, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V.Exª., Senador Pedro Simon.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, já posso responder o Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Que fez um relato sobre a história disso tudo. Com a palavra o Senador inscrito... Orador inscrito na sequência é o Senador Cícero Lucena. Em seguida o Senador Tião Viana.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores. Eu me somo aos Senadores que estão com a preocupação de que esse assunto foi pauta em muitos momentos, preocupação de muitos no sentido da Medida Provisória que levava em conta beneficiar aqueles que estavam inadimplentes, no caso de algumas organizações.

Então, eu me preocupo muito, juntamente como já foi colocado pelo Senador Osmar Dias, do esclarecimento devido se essas entidades estão contempladas ou não nesse relatório para se beneficiar daquilo que, a meu ver, não deva ser adotado como postura do Governo ou mesmo desse Congresso.

Da mesma forma, tenho uma preocupação no sentido de que esse tema possa ser melhor debatido por entendermos que, já que a Medida Provisória foi no momento oportuno e feliz devolvida, que consequentemente, nós façamos o nosso papel de ampliar o debate em relação a esse tema que é de interesse de todos nós.

Então, daí a minha preocupação e pedir para que nós possamos, regimentalmente, encontrar uma forma de melhor debatermos, já que muitas emendas não foram atendidas, mesmo com o argumento de que aqui não é terminativo, mas boa parte dos Senadores que compõem essa Comissão não compõem a Comissão de Assuntos Sociais, onde então será terminativo.

Daí pedir a oportunidade para que nós possamos debater mais esse assunto. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente Garibaldi, senhores senadores, eu sei quando é muito o que o Senador Pedro Simon deixou exposto aqui, como muito relevante, me parece, porque essa matéria não é simples.

Não é uma matéria ordinária qualquer. Ela reflete um momento de colapso do Senado em relação a aceitar as Medidas Provisórias no seu trâmite normal, político, que nós tínhamos até então, e isso ocorreu exatamente a partir de uma decisão de V.Exª. presidindo a Casa e traduzindo um sentimento de todos os Senadores, da intolerância a esse transbordamento de Medidas Provisórias e muitas vezes inconvenientes e questionáveis do ponto de vista legal na sua passagem pelo Legislativo.

E acho que reflete também uma dificuldade do Governo em aproximar os seus Ministros do Parlamento e estabelecer um canal de diálogo e reflexão melhor para defender o mérito de matérias de seu interesse, como essa, é de interesse nacional seguramente essa matéria, pela repercussão tributária, ética, social e tudo que ela representa.

E eu gostaria de deixar claro que nós não estamos mais falando da Medida Provisória, Sr. Presidente. A Medida Provisória 446/2008 acabou na rejeição que V.Exª. deu pelo menos na decisão legislativa. Nós estamos falando de um PLS do Senador Romero Jucá,

o 462, de 2008, que tenta ser uma alternativa viável como resposta do Senado a essa matéria.

E veja o que significa a matéria do Senador Romero Jucá. É um PLS que pela Constituição a iniciativa é reservada ao Presidente da República. Portanto, não pode ser... Ter origem no Senado. Então, nós estamos discutindo uma ilegalidade ou não aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, do ponto de vista formal e constitucional?

E tem na Câmara dos Deputados uma matéria do Governo que tem como relator o Deputado Gastão Vieira, com o acordo de todos os líderes na Câmara para aprovar relativo a esse assunto, envolvendo esse item, que segundo a Câmara dos Deputados será votada nas próximas semanas.

Aí mais, Sr. Presidente. Há informações da minha assessoria que houve um acordo do Presidente Sarney com o Presidente Michel Temer dizendo que essa matéria começaria na Câmara dos Deputados. Então, Senador Pedro Simon tem absoluta razão. Ela tem que ser esclarecida aqui e há de ter uma decisão dos senadores sobre essa matéria.

Ou nós vamos mudar a Constituição e dizer que havendo rejeição de Medida Provisória poderá o Senado se pronunciar e legislar, ou nós estamos votando a ilegalidade e o Presidente Sarney teria feito um acordo que não foi comunicado a V.Exª. e nem à Comissão e nós estaríamos votando porque uma matéria dessa?

Então, o impasse está criado, a minha sugestão é ou a rejeição da matéria, ou a retirada de pauta pelo relator para o entendimento entre V.Exª., o Presidente Sarney e o Senado, para que tenhamos a melhor decisão sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu vejo que nós nem devemos continuar essa discussão. Na situação que se encontra agora a retirada, eu peço a retirada [sobreposição de falas].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas eu tenho direito ainda a falar, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tem direito, claro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Meu ex-líder, Valdir Raupp, meu líder eterno.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu só queria encurtar a discussão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Meu Presidente, eu queria fazer uma colocação, inclusive eu estou proibido na minha ética pessoal de votar essa matéria. Eu não poderei votar essa matéria, embora seja membro suplente, se faltar alguém eu não vou votar essa matéria.

Agora, eu queria fazer uma colocação aqui porque uma coisa é você ser ético, e outra coisa é você não passar o que você sabe sobre o assunto. Esse assunto, na parte de educação, eu conheço muito bem. E a todo momento a gente vê nos relatórios dizendo o seguinte: “Não, porque não paga o imposto, então esse dinheiro seria do Governo”.

Tem uma história que tem que ser contada aqui que é o seguinte. Quando foram criadas as faculdades no país, nenhuma faculdade poderia ser uma entidade lucrativa. Ela, para ser criada pela entidade privada, ela não podia dar lucro. Então, criou-se esses caminhos de você não poder dar lucro. Muito bem. Durante o Governo do Fernando Henrique, do qual foi Ministro, o Ministro Paulo Renato, criou-se a figura da universidade empresa, da faculdade empresa. Ela poderia dar lucro a partir daquele momento desde que abdicasse. Aí, o que aconteceu? Nós passamos a ter figuras de entidades que gozavam dessas imunidades, não isenção, aí há uma diferença muito grande, se fala aqui na lei em isenção... Senador Dornelles, é diferente imunidade e isenção. Imunidade você é imune, isenção você tira e coloca a hora que o Poder Público bem quiser. Muito bem.

Aí, o que acontece? Surgem as figuras das entidades educacionais lucrativas, naquele momento. Começa a se ter uma competição de mercado onde umas gozam de um certificado e outras não. Muito bem. Interessa para o Governo arrecadar? Interessa. Então, vamos criar um escalonamento para que vá se aumentando o INPS dessas empresas gradativamente. Primeiro ano um, dois... Se é uma maneira do Governo arrecadar, nós temos que ter sensibilidade para isso.

Outro debate, Sr. Presidente, e que esse nós não podemos ter aqui, é a discussão se foi válido ou não aquilo tudo que estava naquela confusão que V.Exª.. devolveu a Medida Provisória. Está tudo validado. A Medida Provisória tinha valor de lei naquele momento. Se é... Se tinha validade quem cometeu crime tributário ou não, está tudo validado. A Medida Provisória era verdadeira naquele momento, até ser devolvida.

Então, essa é uma discussão que a gente não pode ter aqui no Senado Federal. E fazer, como bem colocou o Senador Tião Viana, não acredito que o Presidente Sarney tenha feito algum acordo com o Michel Temer para que vá vir de lá ou daqui. Agora, o que nós não podemos é empurrar do jeito que nós estamos empurrando esse Projeto de Lei para dar uma satisfação daquele momento que V.Exª. devolveu a Medida Provisória, dar uma satisfação para a sociedade

e vamos empurrar algo que vai chegar na Câmara e não vai ser votado. Porque está vindo um projeto mais discutido da Câmara Federal. Isso é uma besteira. É uma perda de tempo que nós estamos fazendo aqui. É uma vaidade que não vai levar a nada. Porque se lá está vindo discutido, vai chegar aqui e nós vamos discutir isso em cima do que já vem de lá.

Agora, empurrar para dar uma satisfação de que nós criamos um Projeto de Lei para aquele momento que V.Exª. devolveu a segunda Medida Provisória da história do país, eu acho que não vale a pena. Não vale a pena. E existem coisas muito mais complexas aqui e eu pessoalmente digo o seguinte: eu acho que o Governo estava correto naquela Medida Provisória. Quem está errado, a Justiça vai, a receita, todo mundo vai questionar, vai para a Justiça e a Justiça vai ver se tem direito ou não. E vai tirar o certificado.

Agora, foi tudo validado sim naquele momento. Certificados são todos validados, as imunidades são todas validadas, nós não podemos ter dúvida quanto a isso, Senador César. Entendeu? Foi validado. Agora, qual é o caminho que nós vamos fazer? Vamos empurrar pra dar uma satisfação à sociedade que aprovamos isso aqui? "Ah, vai se discutir o restante na CAS porque lá é terminativo?" "Se for terminativo, vamos colher as novas assinaturas e vamos levar para o plenário pra votar?" "Vamos." Aí vai mandar para Câmara, não vai julgar porque a Câmara já está discutindo um desde aquela época, Presidente.

O meu ex-líder e meu líder para sempre, Senador Valdir Raupp tem razão, tem que tirar de pauta. Vão sentar os líderes e vão discutir com a Câmara como é que vai fazer isso. Agora, chegar aqui e aprovar a toque de caixa algo que não foi passado nem essa realidade que eu falei só da questão da educação, tem que ouvir algum especialista na área de saúde. O que é imunidade, o que é isenção? O Senador Dornelles está aqui, é um especialista no assunto. Eu, por mim, eticamente, pessoal, não vou votar essa matéria, Sr. Presidente. Não vou participar. Vou me abster de votar. Tanto aqui quanto no social quanto no plenário.

Agora, eu acho que é uma perda de tempo empurrar a toque de caixa para dar uma satisfação daquele momento que nós vivemos. Essa é a minha posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Consulto ao Senador Inácio Arruda, ao Senador ACM Júnior e ao Senador Raimundo Colombo se ainda querem usar da palavra, em função da retirada da proposta feita pelo relator.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim, queremos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ainda querem. Então, com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, acho que primeiro é importante esclarecer os fatos. O Senador Wellington Salgado já explicitou aqui uma questão que é os efeitos da Medida Provisória até a hora que ela foi rejeitada lá na Comissão Mista, porque V.Exª. devolveu, mas a Comissão Mista teve que rejeitar. Depois o Congresso Nacional tem que baixar um Decreto Legislativo para materializar os efeitos do que já ocorreu, porque já ocorreu, então não há como rever aquelas questões todas.

Então, ainda estamos nesse patamar da Medida Provisória. Ainda falta o Decreto Legislativo para que possa materializar os efeitos que a Medida garantiu, porque ela tinha poder de lei, eficácia de lei, então, não há o que contestar.

Segundo, Sr. Presidente, eu também sou daqueles que tem a opinião de que a Medida Provisória era correta. Não é o problema de se deve ter mais ou menos Medidas Provisórias. Esse é um outro problema que está em debate também, em discussão, tem emenda constitucional para tratar desse assunto. Não se trata disso. Se tem mais ou menos Medida Provisória. Se trata de que teve uma Medida Provisória, ela tinha um objetivo, e o objetivo dela era correto.

As polêmicas que se estabeleceram falsearam a verdade, porque não era a respeito das certificações efetivamente. Porque foi o que foi levantado como tema no Plenário para devolver a Medida Provisória, era o problema da certificação. Mas não era o problema da certificação, era o problema de que a Medida Provisória mexia na filantropia, não era na certificação. Ela mexia... Como os projetos que estão em debate mexem. Tanto o que está aqui como o que vem da Câmara já no acordo com toda a base do Governo.

Então, acho que é bom a gente esclarecer isso, porque senão o que fica parecendo, o que fica parecendo, o que se vendeu para a sociedade que eu considero que foi um argumento falso, transforma-se em verdade. E a verdade que está aqui vira uma mentira. Então, acho que era bom que mesmo no... Porque a matéria vai chegar aqui.

Rejeitada essa daqui ou retirada de pauta, vai chegar a matéria que vem da Câmara e esses problemas que eram as polêmicas centrais lá, e que foram falseadas, elas vão se estabelecer novamente aqui. E que são motivo de emendas que nós já oferecemos aqui e que eu realmente assisti, o relator não deu opinião nenhuma sobre elas. Que tinha o objetivo de corrigir. Simplesmente "Boom!", sumiu. Pelo menos quando você rejeita, diz: "Olha, estamos rejeitando por essas e

essas razões. Você dá uma explicação para os colegas que estão aqui, que fizeram o esforço de apresentar correções ao projeto.

Mas eu considero assim, Sr. Presidente, a Medida Provisória era correta, se levantou um argumento falso no plenário para detonar a Medida Provisória, ela terminou que resultou que praticou os seus efeitos, não houve prejuízo para certificações, e os argumentos centrais, que é o problema da filantropia, onde ela mexe, tanto na área de saúde como na área de educação, como na área da assistência social, estabelece controles mais eficazes. Estabelece, por exemplo, levantou aqui o Senador Flexa, na verdade, para ação filantrópicas, o Governo está criando um PROUNI para elas. Elas vão ter que fazer um PROUNI pra fazer filantropia, no caso da educação. E na saúde também. E mexe na Assistência Social.

Essas mexidas é que era o problema. Mas elas não apareceram publicamente. E às vezes têm dificuldade de aparecer. E eu acho que nós temos que aproveitar essas oportunidades, pelo menos, para dizer que o problema central é outro, não era exatamente a certificação. Mesmo porque o volume altíssimo de renúncia fiscal praticado na filantropia, uma boa parte são de instituições com quem o próprio Governo lida diretamente. São importantíssimas para o Estado Brasileiro. Então, ela não é o problema. Não são essas que são o problema. São outras que não apareceram até hoje no debate, publicamente.

Por isso, Sr. Presidente, a minha opinião é que nós de fato possamos manter essa posição de retirar o projeto, buscar o acordo em torno do que vem da Câmara. Eu sei que quando o da Câmara chegar aqui também vai ter uma polêmica grande, e não vai ser na certificação, não. Vão ser em outros itens que foram objeto de emenda aqui e que as emendas não foram acatadas pelo relator e o relator também não deu nenhuma explicação por que que não acatou um conjunto grande de emendas, porque elas eram defeituosas, não tinham pertinácia, etc. Nenhuma declaração foi dada pelo relator a respeito disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores. Eu tenho dois questionamentos. O primeiro é realmente que as emendas não foram analisadas com profundidade, quer dizer, a gente não sabe na verdade porque elas foram rejeitadas. Com isso a gente não pode, digamos, garantir que o relatório e... Digamos, apresentado pelo relator ele é tão bom que pode recusar cento... Sessenta e algumas emendas. Então, realmente me deixou um pouco preocupado a rejeição de todas as emendas e a apresentação de quatro emendas do relator. Sem análise a gente não pode realmente comparar uma a uma e avaliar uma a uma, que seria o caso, e portanto fica prejudicada a própria apresentação do relatório.

E outro ponto é a questão de que foi levantado aqui pelo Senador Osmar Dias, que no texto do relatório do relator presume-se que nem todas essas entidades estejam em situação irregular. Ou seja, nem todas. Algumas deverão estar. Então, se ele vai contemplar entidade com situação irregular, é também merecedor de reparos. Então, eu também não estou confortável para votar o relatório e também sou favorável à retirada dele para uma avaliação melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, senhores senadores, senhoras senadoras. A verdade é que a Medida Provisória, ela foi devolvida, mas ela não cessou seus efeitos. Tanto é verdade que o Governo ele renovou todos os pedidos que recebeu. Então, nesse sentido eu fiz um pedido de informação, um Requerimento ao... À Mesa do Senado, que já aprovou, pedindo a lista de quais foram as que foram renovadas, para gente identificar aquelas que existem suspeitas, se estas foram renovadas ou não.

Uma outra informação, a Câmara dos Deputados rejeitou a Medida Provisória por acordo no dia 10 de fevereiro. Então, aí sim ela cessou os efeitos dela. Até então ela continuava tendo seus efeitos e eles foram utilizados pelo Governo que renovou todos.

A minha intenção era discutir esse processo na Comissão de Assuntos Sociais, que é quando ele é terminativo e essa foi a sugestão do Valdir Raupp. Como vai ser retirado, então não há porque aprofundar. Mas, de forma prática, a devolução da Medida Provisória que foi um ato corajoso e que eu acho que fortaleceu o Senado, ela não teve efeito prático, porque o Governo continuou renovando as licenças.

E o que a gente precisa fazer agora é saber quais foram as renovadas e se aquelas que são suspeitas e algumas já nem suspeitas mais são, já são comprovadas, se elas foram renovadas ou não. Ou seja, o Governo fez o que queria.

E a segunda questão é que só foi rejeitado na Câmara dos Deputados no dia 10 de fevereiro. Então, se vai ser retirado acho que a discussão volta em hora oportuna. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O item 4 da pauta foi objeto de pedido de retirada pelo próprio relator. O item 5 da

pauta foi também objeto de pedido de retirada pelo próprio relator. O item 6 da pauta também foi objeto de pedido pelo próprio relator, Senador Eliseu Resende. O item 7 da pauta foi feito um pedido de vista coletiva. O item 8º da pauta foi... Eu consulto o Senador Marcelo Crivella, mas há um apelo do Senador José Agripino, que é o autor do projeto, no sentido de que ele não seja votado hoje, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Se V.Exª. concorda e o Plenário, Sr. Presidente, vamos adiar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É, o Senador José Agripino fez esse apelo, o projeto é de autoria de S.Exª.. O item 9º da pauta... O relator é o Senador Renato Casagrande, e o autor o Senador Tasso Jereissati. Ambos não estão presentes. O Senador Renato Casagrande até que estava, mas... O Senador José Agripino.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Podemos votar o 8 então, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V.Exª.... [interrupção no áudio] Da pauta tem como autor o Senador Valdir Raupp. Senador Valdir Raupp, V.Exª. é autor de um Projeto de Lei que consta do item 10. O relator não está presente, é o Senador Flávio Arns. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Um parecer favorável. Mas eu não... Não sei se o relator gostaria de ver a matéria relatada por um relator *ad hoc*. Eu não... V.Exª. concorda com o adiamento. O item nº. 11 é também de autoria de V.Exª., o relator é o Senador Raimundo Colombo.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, o item 8 da pauta é um projeto de minha autoria e acho que o relator se encontra presente. Eu consulto a V.Exª. e a Comissão sobre se poderíamos apreciá-lo. É um projeto, na minha opinião, pertinente até porque ele cuida da isenção de impostos sobre material didático, nós estamos no começo de um ano letivo e acho que é oportuníssimo que ele seja apreciado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador José Agripino, antes de V.Exª. chegar a esse Plenário, nós decidimos adiar a matéria justamente pela ausência de V.Exª., que agora se faz presente. Mas eu gostaria que a secretaria verificasse se há quórum, porque o projeto é terminativo. Faltam... Faltam dois?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Assim sendo, Sr. Presidente, eu me rendo à evidência do quórum e concordo com o adiamento da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, antes que a sessão se encerre, e eu acredito que ela se encaminha para isso, dentro de poucos minutos, até pela perda do quórum qualificado, hoje foi aprovado o Requerimento do Senador Aloizio Mercadante que nos termos regimentais convida o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, para perante a Comissão de Assuntos Econômicos discorrer sobre a crise financeira e situação da economia brasileira.

Sr. Presidente, esse Requerimento, ele é extremamente amplo, porque ele convida o Ministro para discorrer sobre a crise financeira e a situação da economia brasileira. E, na verdade, Sr. Presidente, eu tenho uma preocupação muito grande sobre um assunto específico e vou encaminhar à Mesa agora um Requerimento, dentro dos termos regimentais, para que possamos efetivamente ter a presença do Ministro Guido Mantega, mas que ele possa vir aqui trazer esclarecimentos e informações sobre os efeitos da atual redução da alíquota do Imposto sobre Produto Industrializado, o IPI, sobre a arrecadação da União, dos estados e municípios. E assim como a possibilidade de prorrogação dessa medida.

Nós sabemos e faço a justificativa, Sr. Ministro... Sr. Presidente, que no final de 2008 foi importantíssima a modificação que houve com relação a IPI, principalmente para a indústria automobilística, com redução a zero da alíquota do IPI, mostrando que, após esta redução, o mercado reagiu e nós produzimos muitos veículos e conseguimos evitar um desemprego em massa que poderia existir, principalmente naqueles estados que detêm indústria automobilística.

Foi um passo importantíssimo, sem sombra de dúvida, só que vence ao final deste mês. Então, já se noticiou que seria prorrogado, depois se retroagiu e disse que não seria prorrogado, que iria ser estudado, quando isso é muito importante para que nós tenhamos uma visão do que vai acontecer com relação a essa redução do IPI.

Agora, Sr. Presidente, o que que me preocupa sobremaneira? Ora, o IPI é que é a base, junto com o Imposto de Renda, dos impostos compartilhados com os estados brasileiros e com os municípios. Então, o Governo fez uma medida correta? Fez. Manteve os empregos? Manteve. Agora, em compensação, deixa também os estados brasileiros, principalmente do nordeste brasileiro, e deixa os municípios que vivem de

FPM, porque você tem o Fundo de Participação dos Municípios e Fundo de Participação dos Estados, com uma perda grande da sua arrecadação.

Então, como eu sou um representante desses municípios, dessa população, no meu Estado da Bahia, estou sendo assediado pelos Prefeitos pela gradativa perda de arrecadação. Os estados brasileiros, que é o caso da Bahia, já perdem ICMS, nominalmente em relação aos meses do ano passado, janeiro de 2008 *versus* janeiro de 2009, fevereiro de 2008 *versus* fevereiro de 2009. Perde também Fundo de Participação dos Estados.

Então, é preciso que o Governo Federal, se ele adota política correta que é a redução do IPI, e veja como a carga tributária é pesada, porque no momento que há uma redução o mercado comprador reage imediatamente comprando. Por outro lado, também, ele precisa dizer o que ele vai fazer com municípios ou estados, porque ele pode levar a uma insolvência dos municípios e dos estados no momento que se diminui o Fundo de Participação de Estados e de Municípios, principalmente como sabe V.Exª., é um nordestino, na nossa região que muitos municípios vivem de FPM.

Então, eu quero saber do Ministro: Vai prorrogar? Não vai prorrogar? Se for prorrogar, até quando? Como será a compensação aos municípios, ao estado? Haverá compensação, não haverá compensação? Então, eu encaminho esse Requerimento aqui a V.Exª., que apesar do quórum baixo, para aprovar um requerimento eu tenho certeza que poderia ser feit,o solicitando que essas questões possam ser esclarecidas pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Considerando a falta de quórum... Para matérias terminativas, a pauta está encerrada--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, antes de encerrar a sessão eu queria fazer a V.Exª. uma questão de ordem. É possível?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, eu vou apenas submeter ainda o Requerimento do Senador César Borges. Senador César Borges requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno, que na realização de audiência pública com a presença do Ministro do Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega, tenhamos esclarecimentos por parte de S.Exª. e informações sobre os efeitos da atual redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados, sobre a arrecadação da União, estados e municípios, assim como a possibilidade de prorrogação dessa medida. Em discussão o Requerimento do Senador César Borges. Em votação. Os senhores senadores e senhoras senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, Senador Marcelo Crivella e em seguida V.Exª..

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, serei breve. No ano passado, Sr. Presidente, no final da nossa Sessão Legislativa, em dezembro, foi votado nessa Comissão um Requerimento de minha autoria propondo a criação de uma Subcomissão para Acompanhamento da Crise, da Recessão e do Desemprego. Foi votado aqui... Aprovação dos Senadores. Subscreveram também o meu Requerimento o Senador Casagrande e o Senador Mercadante. Naquele momento foi votado e foi criada essa Subcomissão na nossa Comissão de Economia, para o acompanhamento da crise.

Posteriormente, Sr. Presidente, o Presidente Sarney criou, e a meu ver sem ter a prerrogativa regimental para isso, uma Comissão com os mesmos objetivos. E foi mais ainda, ele nomeou membros para essa Comissão. E eu fiz uma Questão de Ordem no Plenário, o Presidente respondeu que era uma comissão administrativa.

Sr. Presidente, a meu ver uma Comissão administrativa é para decidir atos administrativos, e não temáticos a nível nacional. Comissão administrativa é pra verificar se compra carro, se vende carro, se troca tinta, se troca lâmpada... Acho que a Comissão nossa aqui é realmente o palco dos assuntos econômicos. E eu apelo a V.Exª., e eu já fiz isso diversas vezes com o Presidente Sarney, para que ele possa, em entendimento com V.Exª., rever sua posição.

E essa Comissão de Acompanhamento da Crise seja essa daqui. Aquela votada, numa Subcomissão, onde faríamos audiências públicas, onde outros senadores poderiam participar. Inclusive porque ele a limitou a cinco senadores que ele chamou de senadores de notório saber jurídico, ou ele usa um outro adjetivo, que era os senadores... Agora não me ocorre, Presidente, mas, enfim, ilustres, notáveis. Aliás, eu acho que aqui a casa dos notáveis... Sr. Presidente, acho que a casa dos notáveis--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu não tenho certeza. Eu não sei.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Foi isso mesmo. Mas eu acho que a casa dos notáveis é a Academia Brasileira de Letras. Ou o Supremo Tribunal Federal. Aqui não é a casa dos brasileiros notáveis, mas é a casa dos notáveis brasileiros que vêm do

campo, das igrejas, dos sindicatos, que vem do povo que é eleito com o voto, como todos nós somos, para trabalhar e lutar pela nossa gente.

Então, eu peço a V.Exª. que a gente possa participar, porque inclusive nem mesmo abertura para que outros senadores pudessem participar da Comissão e propor medidas, etc., foi aberto.

Então, acho que é um ato que não tem apoio do Regimento, esvazia a nossa Comissão, até porque já foi votado aqui essa Subcomissão, e V.Exª. poderia fazer uma conciliação desse interesse, de tal maneira que esses assuntos ficassem na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, que é o palco para esses temas.

Eu peço a V.Exª. que se dedique a isso e nos ajude para que a nossa Subcomissão possa trabalhar e agir aqui com todos esses Senadores notáveis e os demais da Comissão. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Marcelo Crivella, eu peço permissão ao Senador Suplicy só para informar a V.Exª. que eu também procurei o Senador Sarney e fiz ver a ele que o mais oportuno para o Senado era debater a crise na CAE. Até porque, desses cinco senadores, três ou quatro estão aqui na CAE. E poderiam debater aqui com o auxílio dos menos notáveis, mas também interessados em debater.

Mas, acontece que o Senador Sarney deu a mesma resposta que deu a V.Exª. no Plenário e, hoje, eu considero um fato consumado, porque inclusive, de acordo com que eu li no Jornal do Senado ontem, no resumo da semana, já vai ter uma reunião quinta-feira, já com convidados. Então, eu achava que deveria haver uma integração entre a Comissão com a CAE, ver se nós conseguíamos o funcionamento integrado.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, o senhor permite uma sugestão?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Acho que V.Exª., sabendo dessa reunião, poderia convocar os membros da CAE para estarem presente a essa reunião que não deve ser vedada, apenas aos cinco notáveis. Não pode ser fechada aos cinco notáveis. Então, todos poderão participar e iremos para lá, porque há um interesse geral, já que estamos na Comissão de Assuntos Econômicos e também como Senadores e também como cidadãos brasileiros, em fazer um acompanhamento que não pode ser restrito a simplesmente cinco senadores dessa Casa.

Então V.Exª. convocasse toda a CAE para que nós pudessem também adentrar nessa reunião e lá prestar a nossa colaboração.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Os membros são Francisco Dornelles, Pedro Simon, Marco Maciel, Tasso Jereissati e Aloizio Mercadante. Então, só o Senador Marco Maciel é que não pertence à CAE. Os outros todos pertencem. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, com respeito aos diversos requerimentos aprovados hoje, notei que alguns deles, por exemplo, referem-se ao convite, por diversos temas, mas todos relacionados a questões econômicas, por exemplo, ao Ministro Guido Mantega.

Então, gostaria de sugerir que possa V.Exª. fazer como que uma... Um exame dos diversos requerimentos, examinar quais aqueles que podem eventualmente ser juntados, porque é possível que algumas das audiências possam ser feitas, quer dizer, dos requerimentos possam ser juntados, especialmente aqueles em que a mesma autoridade, como o Ministro Guido Mantega, está sendo chamado para os diversos temas. E confio no discernimento de V.Exª. sobre a melhor época para se fazer os diversos... As diversas audiências requeridas em colaboração com o Vice-Presidente Delcídio Amaral.

Era a sugestão que iria formular, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V.Exª., Senador Eduardo Suplicy, V.Exª. tem razão e nós vamos providenciar a condensação desses requerimentos para que o Ministro Guido Mantega possa vir e responder a todas as questões.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, primeiro parabenizá-lo por mais esse desafio como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e também dizer que V.Exª. honrou o Senado Federal sendo Presidente nesses últimos 18 meses, aproximadamente, meu caro Senador Suplicy, desejar muito sucesso.

Eu tenho a honra de estar ao lado de V.Exª., já fizemos muitos trabalhos juntos. Esperamos que agora os trabalhos que foram desenvolvidos por aquela Subcomissão dos Marcos Regulatórios, eles tenham andamento aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, porque é uma matéria prioritária para o país, importante para o Senado e queria só fazer um registro e acompanhei atentamente aqui as observações dos demais, dos demais companheiros e companheiras, senadores e senadoras, eu concordo com V.Exª., essa Comissão de notáveis é um fato... É um fato... Consumado. Mas isso não impede que a Comissão de Assuntos Econômicos faça muito

mais do que talvez essa Comissão de Notáveis venha a realizar.

Porque as atribuições da Comissão de Assuntos Econômicos, elas estão absolutamente atreladas àquilo que vai ser discutido por esse grupo de Senadores que foram carimbados como notáveis. Senado Federal não é sinecura. Isso aqui não é uma sinecura. Todos os Senadores têm voto aqui, todos os Estados têm três Senadores, e aqui vários Senadores têm qualificação, têm competência para fazer debates nos mais variados segmentos econômicos e, principalmente, discutindo aquilo que é importante para o desenvolvimento do país.

Então, é um fato consumado, mas eu acredito que nós poderíamos ter resolvido isso naturalmente na CAE, e não... Isso não nos impede que nós avancemos, inclusive com uma pauta dentro da Comissão de Assuntos Econômicos voltada para aquelas questões que são importantes para o desenvolvimento do país, e para ajudar o país a suplantar essas dificuldades que nós estamos sofrendo, evidentemente, efeitos colaterais não tão acentuados como outros continentes e outros países em função de tudo que aconteceu nos últimos meses.

Acho que nós não podemos ter Senadores de primeira e segunda classe. Eu acho que isso não agrega nada e não tenho dúvida nenhuma que como Vice-Presidente vou trabalhar com V.Exª. para que esse debate venha a ser exercido especialmente na Comissão de Assuntos Econômicos. Acho que nós poderíamos tranquilamente nessa Comissão fazer esse debate.

Agora, concordo com V.Exª. que o fato é um fato consumado, portanto, irreversível. Mas nós, com os instrumentos que a Comissão de Assuntos Econômicos detem, nós podemos tranquilamente suplantar esse obstáculo e fazer o grande debate aqui, com a participação ampla dos titulares e suplentes dessa Comissão. É isso que eu queria só observar, Sr. Presidente, e desejar muito sucesso e sei que V.Exª. tem competência suficiente para, mais uma vez, prestar um grande trabalho, não só ao Congresso Nacional, mas ao Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes de encerrar esta reunião, eu quero dizer da minha satisfação por ter V.Exª. na Vice-Presidência dessa Comissão. Como V.Exª. disse, já trabalhamos juntos em outras comissões e vamos certamente dar o melhor que cada um pode dar para a CAE.

Está encerrada a reunião, convocando...

Mas antes, ainda, declarando fim do prazo sem apresentação do Relatório Rinal da Subcomissão Temporária de Extração Mineral, de acordo com o Requerimento nº. 12, junto à CAE, de 2003. Nos termos do art. 66 do inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, fim do prazo regimental, a Subcomissão não concluiu a sua tarefa.

Portanto, não será submetido nenhum relatório à apreciação do Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos. Entretanto, nós temos vários relatórios... Quatro, quatro relatórios inclusive da Subcomissão de Marcos Regulatórios, relatórios prontos que nunca foram votados aqui nessa Comissão e que agora nós vamos votar.

Está encerrada a reunião convocando... As Subcomissões que apresentaram relatórios, mas que não foram votados na CAE. Eles foram votados na Subcomissão, mas não foram votados aqui na CAE:

- Relatório da Subcomissão Temporária da Dívida Pública: Presidente César Borges, Vice-Presidente Fernando Bezerra, relator Senador Ney Suassuna. Aprovado relatório final em 19/11/2003;

- Subcomissão Temporária da liquidação de Instituições Financeiras: Presidente Senador Aelton Freitas, Vice-Presidente Fernando Bezerra, aprovado Relatório Final em 21/12/2006. O relatório final deve ser submetido a apreciação do Plenário da CAE e não foi submetido;

- Terceiro - Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Requerimento nº. 10 da CAE, 2007: Presidente Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente Senador Sérgio Guerra, relator o Senador Garibaldi Alves Filho. Aprovado relatório final em 25/10/2007. Também não foi submetido à apreciação da CAE, da Comissão de Assuntos Econômicos.

- E por último, a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária: Presidente Senador Tasso Jereissati, Vice-Presidente Neuto De Conto, relator Senador Francisco Dornelles, aprovado na Subcomissão o Relatório Final em 17/12/2008. Também não foi votado.

Terão que ser votados até para que possam ter uma maior força, maior prestígio. Possam ser realmente apreciados com uma maior atenção. Além dos projetos ligados ao relatório, o desdobramento de projetos.

Está encerrada a reunião, convocando-se uma para a próxima terça-feira, uma ordinária, Sessão para terça-feira, dia 17 de março, às 10h00, no Plenário desta Comissão. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h11.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, E SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e três minutos do dia doze de março do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, do Senador Francisco Dornelles, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, César Borges, Roberto Cavalcanti, Neuto de Conto, Pedro Simon, Lobão Filho, Adelmir Santana, Jayme Campos e Tasso Jereissati e, ainda, do Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal. Deixam de comparecer os Senadores Tião Viana, Inácio Arruda, Gerson Camata, Valdir Raupp. Eliseu Resende, Antonio Carlos Junior, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública sobre o tema "Operações de Crédito, *Spread* Bancário e Taxa Selic", com a presença dos Senhores Mailson da Nóbrega, José Márcio Camargo, Marcos de Barros Lisboa e Luiz Guilherme Schymura de Oliveira. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Marcelo Crivella, Aloizio Mercadante, Tasso Jereissati, Delcídio Amaral, Neuto de Conto, Roberto Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Lobão Filho e, ainda, o Senador José Sarney . Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. – Senador **Francisco Dornelles,** Presidente da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sob a proteção de Deus declaro aberta a reunião das comissões, reunião conjunta das comissões de assuntos econômicos e acompanhamento da crise financeira e de empregabilidade. A presente reunião destina-se a uma Audiência Pública, e eu peço ao Senador Francisco Dornelles que assuma a Presidência para dar continuidade aos nossos trabalhos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, eu assumi a Presidência, eu não vou enquanto V.Exª estiver aqui, V.Exª será sempre o nosso Presidente. De modo que eu aqui vou dirigir aqui esse trabalho de acordo com as diretrizes de V.Exª, mas sabemos que o Presidente aqui é o Senador Garibaldi. Eu queria, prezado Senador Garibaldi, Srs. Senadores, nós vamos procurar fazer uma audiência aqui muito objetiva. A forma mais objetiva possível foi colocada a cada um dos conferencistas, o Ministro Maílson da Nóbrega, professor José Márcio Camargo, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira e Marcos de Barros Lisboa, com o tópico de que a crise que existe, as razões da crise, como eles estão vendo o desenrolar da crise, que medidas eles tomariam, eu até fiz uma brincadeira com o Zé Márcio Camargo e com o Maílson, se ele fosse Presidente da República, o que ele fazia para enfrentar essa crise. E também um problema complexo que é o problema do spread bancário. Quer dizer, por que razão o Brasil tem que ter o spread bancário mais elevado do mundo? Por que razão todas as medidas tomadas recentemente e que apresentadas como possibilidade de reduzir o spread bancário, e nós tivemos aí a Lei de Falências, ampliação da alienação fiduciária, a criação do patrimônio de afetação, ampliação das garantias de crédito bancário, o aperfeiçoamento do sistema de pagamentos brasileiros, a implantação da penhora eletrônica, e nada reduz o spread. Agora está sendo apresentado o Projeto de Lei que está na Câmara dos Deputados sobre o cadastro positivo. Então, eu queria se possível, o que poderia ser feito para reduzir esse spread? Ou nada pode ser feito? O Brasil está condenado a ter um spread dos mais elevados do mundo? De modo que esse aqui é a aula que nós queremos receber diversos palestrantes. A crise, como eles vêem a crise, o desenrolar da crise, o que pode ser feito e o que pode ser feito para reduzir esse spread. Ou se nada pode ser feito, se nós vamos ser obrigados e condenados a viver de forma permanente com esse spread. A burocracia também nos amedronta muito, muitas medidas tomadas pelo Governo que o Governo pensa que estão existindo, na realidade não chega na ponta. De modo que esse é o ponto e o objetivo da reunião do Presidente Garibaldi Alves e nosso e participamos dessa Comissão de acompanhamento da crise, gostaríamos de ouvir

e de ter dos economistas aqui presentes essa... Essa decisão. Eu vou aqui de acordo com que foi acertado, eu passo primeiramente a palavra ao professor José Márcio Camargo.

JOSÉ MÁRCIO CAMARGO: Boa tarde. É um prazer enorme estar aqui, aliás, uma honra ter sido convidado pelo Senado para participar aqui dessa sessão, falar um pouco sobre a crise financeira e empregabilidade. Eu vou seguir as ordens aqui do Senador Dornelles, vou falar um pouco sobre o que eu penso do que foi a origem dessa crise que na verdade é uma crise global, não é uma querido do Brasil. Tentar falar um pouco sobre o que eu acho essa crise chegou ao Brasil e depois falar um pouquinho sobre essa coisa de spread e empregabilidade. Então acho que é um pouco esse... A estrutura da minha apresentação. Em primeiro lugar vou falar um pouquinho sobre o que eu acho que é a origem dessa crise. Acho que essa crise tem sido, na minha avaliação, pelo menos, quer dizer, um pouco pretensioso da minha parte, mas eu vou ser pretensioso, na minha avaliação essa crise tem sido mal diagnosticada desde maio de 2007, quando ela começou a se fazer sentir na economia americana. Desde que a crise começou fazer sentir na economia americana, quer dizer, a forma como essa crise foi diagnosticada foi uma crise macro econômica que deveria ser resolvida via redução da taxa de juros e aumento de gastos. Na verdade, na época do Governo Bush a forma como foi enfrentada a crise do ponto de vista fiscal foi via redução de impostos. A idéia um pouco era que dado que a demanda efetiva estava caindo, se você reduzisse as taxa de juros e diminuísse os impostos as pessoas iriam comprar mais e isso iria aumentar a demanda efetiva e ia resolver o problema da crise ali na frente. O problema é que esse não é na minha avaliação a origem da crise, não tem nada a ver com o problema macroeconômico, a crise é uma crise de caráter fundamentalmente micro econômico. Micro econômico em que sentido? No sentido de que houve um colapso de um mercado específico na economia americana que é um mercado fundamental para o funcionamento da economia que é o mercado de crédito. Como que isso aconteceu? Aconteceu de uma forma muito simples. O que é um banco? Um bom banco é uma instituição que a única coisa que ele fez é vender papel. Você chega num banco, coloca dinheiro no banco, o banco assina um papel com você e diz: Olha te devo 100 mil reais. Ele pega 100 mil reais, empresta para outra pessoa aqui, essa pessoa assina um papel com o banco e diz: Olha te devo aqui 100 mil reais. O banco pega esse papel e vende para outro banco com um desconto, o banco assina um papel para o banco e diz: Olha te devo 100 mil reais. E assim vai, os bancos vão vendendo esse papel ao longo do tempo e o banco faz isso... Só faz isso na vida. O problema é que um banco é fundamental para o funcionamento da economia. Porque olha o que nós vimos aqui. Este banco que eu estou descrevendo aqui ele pegou 100 mil reais e pode ter transformado esse 100 mil reais em um milhão de reais. Porque ele foi emprestando só assinando papel. Emprestando, emprestando, pra um, pra outro, pra outro... É o que chama de multiplicador bancário. Então, ele pegou 100 mil reais e transformou em um milhão de reais e isso faz com que a economia funcione. Por isso o sistema financeiro é tão fundamental para o funcionamento de uma economia de mercado. Muito bem. O que aconteceu? Os bancos pegaram esses papéis todos, juntaram os papéis, securitizaram, venderam seguros, venderam para outras pessoas, espalharam esses papéis pelo mundo todo, quando a inadimplência desses papéis começou a aumentar ninguém sabia muito bem com quem estavam os papéis bons e com quem estavam os papéis bons, e quando ninguém sabe muito bem com quem está os papéis bons e com quem está os papéis ruins, é como disse o Senador Dornelles antes de a gente entrar aqui, é igual quando a gente vai vender um apartamento. Você vai vender o seu apartamento. Chega lá, você coloca o preço mais alto possível, dada a qualidade do seu apartamento. Normalmente, se você for um bom negociante o preço que você tenta cobrar a acima daquilo que vale o seu apartamento para você ganhar alguma coisa, não é isso? Então, o cara que vai comprar o apartamento vai lá, olha o apartamento, checa se o apartamento está bom, se o apartamento está ruim, quanto que é, quanto que vale de verdade e faz uma contraproposta. Não, em vez dos 900 mil reais eu te compro por 700 mil. Aí vai lá, faz a negociação... Em suma, o cara que está comprando tem que ter algum conhecimento sobre a qualidade daquele apartamento para poder dar algum preço a ele. Se você disser a ele o seguinte: Não, olha aqui, você não pode saber a qualidade do meu apartamento. Eu quero 900 mil reais, mas é impossível de você saber qual é a qualidade do apartamento, o cara simplesmente não vai comprar. Que é exatamente o que aconteceu com os papéis dos bancos. Como ninguém sabia a qualidade dos papéis dos bancos e não tem nenhuma forma de você determinar se um papel era bom ou ruim, ninguém queria comprar papel de ninguém. Ora, mas ninguém quer comprar papel de ninguém, como a única coisa que banco faz é vender papel e gerar conselheiro via venda de papel, parou-se de gerar dinheiro via venda de papel. O crédito acabou. Então, isso é o que aconteceu na economia americana. Quando o crédito acabou, a economia des-

pencou. Por uma razão simples, porque a economia hoje funciona fundamentalmente à base de crédito. Como é que funciona uma economia hoje. A economia hoje funciona assim: Uma empresa vai ao banco, pega dinheiro emprestado, volta para a fábrica, contrata trabalhador, paga salário, compra matéria-prima, paga fornecedor, etc., produz o produto, vai ao mercado, vende o produto que produziu, volta ao banco, paga os juros que foram do empréstimo que tomou, renova o empréstimo e volta a produzir. Se o banco disser para o cara o seguinte: Olha aqui, eu não te dou mais crédito. Ele não tem dinheiro para produzir, para empregar, pra nada. Vai ter que demitir os trabalhadores, parar de produzir, etc. Foi exatamente o que aconteceu na economia americana a partir de setembro do ano passado, de 2007. Como que isso chegou ao Brasil? Bom, isso chegou no Brasil... Bom, como foi tratado como sendo um problema de demanda efetiva, o Banco Central americano diminuiu os juros e o Governo americano diminuiu os impostos. O resultado foi que, como não tinha crédito, a inadimplência só foi aumentando, o desemprego só foi aumentando, a demanda só foi caindo independentemente de você reduzir juros e júri impostos. Então, a recessão foi se aprofundando na economia americana, atingiu a economia européia, atingiu a economia japonesa e como que chegou ao Brasil? Chegou ao Brasil via fundamentalmente três canais. O primeiro canal foi uma enorme redução da oferta de crédito externo para a economia brasileira. Mais ou menos 25% do crédito na economia brasileira era de origem externa, na hora que esse crédito deixou de vir você teve uma redução da oferta de crédito da economia brasileira da ordem de 20 a 25%, o primeiro resultado disso é só olhar lá na taxa de juros. O spread bancário simplesmente explodiu, porque a oferta de crédito diminuiu. Quando a oferta diminui a demanda fica constante, o preço aumenta. O segundo canal importante é via comércio internacional. Se vocês observarem o que está acontecendo com o comércio internacional, o comércio internacional está simplesmente entrando em colapso. A redução de exportação e de importação nos diferentes países do mundo variam alguma coisa entre menos 20 e menos 50% ao ano nos últimos seis meses. Então, você está reduzindo exportações e importações, todos os países, não é João, Pedro ou Manoel. Todos, sem exceção, estão mostrando reduções da ordem de 20, 30, 40% ao ano nas exportações e nas importações. E a terceira coisa importante é, obviamente, um pouquinho de expectativa. Agora, é importante deixar claro o seguinte, expectativa é alguma coisa que ajuda, mas não determina. Não dá pra você simplesmente achar que se eu chegar aqui e disser que a economia vai muito bem, vai crescer 10% esse ano, a economia vai crescer 10% esse ano. Não vai. Dado o cenário internacional, dado a redução na oferta de crédito que economia brasileira, os dados são muito claros. Uma vez que for redução de oferta de crédito lá em setembro, outubro despencou o nível de atividade. O desemprego aumentou rapidamente, eu estava conversando com o Leonardo aqui antes, normalmente o mercado de trabalho demora três, quatro meses para começar a reagir. A demanda cai, as empresas começam a produzir menos, elas demoram a demitir, porque é caro demitir e contratar trabalhador, então elas esperam para ver se aquela queda de demanda é uma queda efetiva, que vai durar, e uma vez que vai durar aí elas começam a demitir trabalhadores. Dessa vez, não. Quando teve a queda na oferta de crédito as empresas demitiram imediatamente, porque elas foram ao banco e disseram: Bom, eu vou pagar aqui os juros e agora nós vamos fazer o seguinte, você vai me dar de volta o dinheiro para continuar produzindo. O banco falou: Não, agora eu te dou 60% daquilo que eu te dava antes. Se eu te dou 60% do que dava antes, eu chego à fábrica e falo: Eu vou demitir 40% dos meus trabalhadores, eu vou parar de comprar matéria-prima porque eu não tenho dinheiro. Então, o efeito é imediato. Ou seja, esta crise ela é diferente porque ela é uma crise de crédito, coisa que o mundo não via desde a crise de 29. E nesse sentido ela é uma crise muito mais parecida com a crise de 29 do que com qualquer outras crises que nós tivemos aí pós Segunda Guerra Mundial. Isso não significa que ela é tão grave quanto a crise de 29, mas ela é muito mais parecida com a crise de 29 do que com todas outras crises que nós vimos aqui na frente. O problema aqui é o seguinte, não dá pra se ser otimista nesse cenário. Ontem eu tive numa palestra de um... De uma pessoa chamada Frederic Mishkin, que é um cara que foi Diretor do Banco Central americano, do Federal Reserve até dois anos atrás. Ele era companheiro e amigo do atual Presidente do Banco Central americano, do Ben Bernanke. E ele disse o seguinte, só vou passar pra vocês o que ele disse que acho que vale a pena. Ele disse o seguinte: Hoje só tem uma coisa que me deixa otimista, que finalmente as autoridades monetárias americanas começaram a entender o problema da economia americana, que é um problema de crédito. Mas isso só aconteceu agora, e estou repetindo as palavras dele. O resto, tudo que eu tenho a dizer pra vocês é muito pessimista. E o mais pessimista de tudo é que eu estou sentindo na sociedade americana uma revolta muito grande em relação ao fato de que o Governo está dando dinheiro aos bancos e nada se resolve. Daqui a pouco o Presidente Obama vai se ver na situação de não conseguir mais dar di-

nheiro porque a população não vai deixar. E os bancos ainda estão precisando de alguma coisa em torno de dois trilhões de dólares para saírem do buraco. Então, nós vamos ter problemas ali na frente. Eu estou repetindo as palavras de uma pessoa que está de alguma forma dentro do processo lá nos Estados Unidos. Qual é a diferença no Brasil? A diferença para o Brasil, e por que o Brasil está numa situação muito melhor do que as economias desenvolvidas? A principal diferença para o Brasil é o fato de que, no caso do Brasil, o que aconteceu não foi um colapso no mercado de crédito. No caso do Brasil o que aconteceu foi uma redução da oferta de crédito. E o Banco Central atuou de uma forma extremamente rápida, extremamente positiva para evitar que esta redução da oferta de crédito se transformasse num colapso do mercado de crédito. Porque te ia se transformado se não fosse a atuação do Banco Central. Quando o Banco Central foi lá, liberou compulsório, emprestou dinheiro de recursos das reservas diretamente para os exportadores, etc., leiloou linhas, etc., o que o Banco Central fez foi exatamente evitar que esta falta de crédito devido a redução da oferta de crédito internacional se transformasse num colapso do mercado de crédito devido o aumento da inadimplência que fatalmente iria acontecer, dado o fato de que as empresas não iam conseguir honrar seus compromissos. Então, no Brasil o que você tem é uma redução da oferta de crédito. O primeiro efeito de uma redução da oferta de crédito é aumento do spread bancário. Taxa de juros é o preço do dinheiro. Então, se é o preço do dinheiro, quando se diminuiu a oferta de dinheiro a demanda está lá, o spread bancário, o preço do dinheiro que é a taxa de juros vai aumentar. Então, não tem nenhuma surpresa o fato de que você teve um grande aumento aí no spread bancário de outubro para cá. Isso não tem nada a ver com o tamanho do spread bancário, que é outro problema. Mas nesse momento é esperado que o spread bancário fosse aumentar. Eu até acho que eventualmente ele pode cair. Pode cair pelas razões erradas, porque você está tendo uma redução da demanda por crédito devido a redução do nível de atividade, a redução no emprego e etc., essa redução da demanda por crédito vai fazer com que eventualmente é possível que faça com que o spread bancário caia. É claro que tem outra força do outro lado que pressiona o spread pra cima que é o aumento na inadimplência devido ao fato de que as empresas estão produzindo menos, tendo menos lucro, os trabalhadores estão ficando mais desempregados e vai ter aumento da inadimplência e isso gera pressão no spread bancário pra cima. Então, dado esse diagnóstico, tem duas coisas que que nós somos supostos a falar. Uma coisa é essa coisa do spread, vou falar um pouquinho sobre isso agora, e sobre a questão da empregabilidade, que está lá no título da Comissão. Essa questão do spread, quer dizer, acho que tem várias outras coisas que podem ser faladas, acho que tem pessoas na Mesa aqui que podem falar muito mais sobre isso do que eu, vou só fazer algumas pinceladas aí nesse sentido, primeiro que importante é o seguinte, quer dizer, quando se olha a evolução do spread bancário no Brasil o que você observa é que teve uma queda sistemática do spread bancário nos últimos cinco ou seis anos e teve um aumento agora a partir de outubro que na minha avaliação era perfeitamente esperada e se deve fundamentalmente a essa redução da oferta de crédito que aconteceu aí no mercado de crédito brasileiro. Então, essa redução aí do spread bancário é o resultado, uma quantidade grande de reforma, eu quando estava na eu falava muito isso. Acho que as pessoas subestimam a quantidade de reformas que foi feita na sociedade brasileira nos últimos 20 anos. O Brasil hoje é um país completamente diferente do Brasil de 20 anos atrás, e muito melhor do ponto de vista econômico. Em todos os sentidos. Nós devemos à sociedade brasileira e a todos os governos desde a redemocratização. Acho que não tem nenhum melhor do que outro se você olhar em volta, faz uma conta lá para trás, uma vez lá na tendências nós fizemos uma conta de quantas reformas foram feitas desde 1985, e nós chegamos a uma conta de 75, 78 reformas feitas ao longo deste período que mudaram a cara do Brasil completamente. Mudaram a cara deste país. E não é A, B ou C, é o conjunto dos governos. O que significa que na verdade é o conjunto da sociedade que estava de alguma forma demandando estas reformas e que foram concedidas, porque os governos foram eleitos com essas reformas. Então, quando você olha a tendência dos spreads, a tendência é de queda. Agora, por que o spread no Brasil é tão alto em comparação com o resto do mundo? Olha, eu tenho alguma intuição sobre isso, mas não tenho nenhum dado concreto. Uma coisa é o seguinte, a economia brasileira ainda é muito volátil. Apesar de todas as reformas e tudo que foi feito, a economia brasileira ainda é muito volátil. O que eu estou dizendo volátil? As taxas de inflação variam muito mais do que nas outras economias, o PIB varia mais do que nas outras economias, as variáveis econômicas são muito mais volátil do que na maior parte das economias que eu conheço. Ora, volatilidade significa incerteza. Incerteza tende a aumentar o preço das coisas, principalmente no mercado financeiro. Então, acho que uma parte desse spread um pouco maior tem um pouco a ver com o fato de que nós viemos aí de uma economia muito menos organizada, com inflação muito alta, com

muita volatilidade que persiste um pouco ao longo do tempo e acho que isso é uma coisa que a gente está resolvendo ao longo do tempo, que significa se isso é verdade uma parte dessa diferencial vai ser resolvido com o tempo. Quando você olha... Eu gosto de ver o seguinte, por exemplo, pega o crédito consignado. O crédito consignado para trabalhador do setor privado tem uma taxa de juros maior do que o crédito consignado para o trabalhador do setor público, que por sua vez tem uma taxa de juros maior do que o crédito consignado para o aposentado. É óbvio, porque o aposentado o único risco é a morte, conseqüentemente você faz um seguro contra a morte do indivíduo, o setor público o cara não é demitido, então o único risco dele é a morte e ele pode pedir demissão, então é um pouquinho maior, e em terceiro lugar é o crédito, o trabalhador do setor privado pode ser mandado embora como colateral do trabalhador do setor privado é o seu emprego, no caso o crédito consignado, então se ele pode ser mandado embora o banco perde colateral, a taxa de juros é maior para aquele crédito ali. Então, esse... Quer dizer, isso mostra bem a importância de você ter um colateral firme para você diminuir os spreads bancários. Então, essas coisas são importantes. Bom, a outra coisa importante é essa questão da empregabilidade. Eu acho o seguinte, e eu vou fazer uma crítica, acho que o Governo Brasileiro tem feito uma série de programas e todos, de alguma forma, são justificados agora ao longo da crise, todos de alguma forma justificados para manter o nível de emprego e evitar o desemprego. Diminuir o IPI dos automóveis vai fazer um programa de construção civil de sei lá, 70 bilhões de reais, em suma, tem aí vários programas. Eu vou ser sincero, não faria nada disso. Tudo isso vai manter os investimentos da Petrobras... Tudo isso para manter o nível de emprego e tudo é concentrado em determinados setores que supostamente são os setores importantes... Eu faria uma coisa só. Eu gastaria todo o dinheiro que fosse possível para reduzir imposto sobre a folha de salários. Uma redução de imposto sobre a folha de salários diminuiu o custo do trabalho e aumenta o salário dos trabalhadores. Uma redução no custo do trabalho aumenta a demanda por trabalhador. Um aumento do salário do trabalhador aumenta a demanda pelos produtos na economia como um todo. Além de tudo, uma redução do imposto sobre a folha de salários vai diminuir a informalidade. Então, é uma medida que afeta todos os trabalhadores, beneficia todos os trabalhadores sem exceção, e todas as empresas sem exceção, sem estar focalizada em um setor, em um grupo, em um... Em uma coisa só. É uma medida geral que faria a maior diferença do mundo do ponto de vista de eficiência do funcionamento da economia, além de gerar muito emprego, ou seja, além de reduzir o aumento da taxa de desemprego que vai acontecer na economia brasileira esse ano, porque a recessão que está sendo importada pelo país é cavalar. Eu não faria... Eu não gastaria dinheiro com mais nada. Eu arranjaria dinheiro de alguma forma, e aí é importante, eu estou encerrando, aí tem uma coisa extremamente importante que é o seguinte, é muito importante manter o superávit primário em níveis compatíveis com a manutenção da relação dívida/PIB no mínimo constante. Muita gente diz: Mas o Brasil está muito melhor que os Estados Unidos, que vai ter um déficit de 12% do PIB. Senhores, o ponto é o seguinte. Vamos fazer uma conta simples. Uma conta bem simples. Os Estados Unidos vão ter um déficit de 12% do PIB. O PIB americano corresponde a 25% do PIB mundial. Isso significa o seguinte, 12% de 25 são 3% do PIB mundial.

JOSÉ MÁRCIO CAMARGO: Mais que o Brasil, pois é. A Europa, a Europa está planejando um déficit 10% do PIB. A Europa tem 28% do PIB mundial. Isso significa que você tem mais 2,8% do PIB mundial aí de déficit. O Japão está planejando um déficit de 10% do PIB. O PIB japonês é mais ou menos 10% do PIB mundial. Você tem mais 1% do déficit aqui. Ou seja, só essas três regiões vão ter um déficit de 7% do PIB mundial. Eu quero saber o seguinte: De onde vem o dinheiro para financiar tanto déficit? De onde vem o dinheiro para financiar tanto déficit? Vai ter que vir de algum lugar. Então, olha aqui, quanto menor o déficit brasileiro, menos risco a gente está correndo de enfrentar um problema ali na frente. Então, eu particularmente, apesar de a gente estar muito melhor do que a economia americana... Eu acho o seguinte, dado a nossa história, eu, o Brasil criou uma âncora fiscal extremamente eficiente para atrair recursos de fora. Eu acho que esse ano vai atrair nada, porque não vai ter. Vai tudo para esses países aqui. A poupança toda vai financiar esse negócio aqui. As pessoas falam assim: Não, mas só a China poupa 40% do seu PIB. Tudo bem, o PIB da China é 5% do PIB mundial. 40% de 5 dá quanto? Dois. Faltam cinco, ainda. Só para financiar essas três. Não estou falando do resto, estou falando dessas três aqui. Então, é o seguinte, vai faltar dinheiro. E se vai faltar dinheiro, é mais do que provável que vai faltar dinheiro pra gente. Não vai faltar dinheiro para os Estados Unidos. É mais do que provável que vai faltar dinheiro pra gente e não vai faltar dinheiro para os Estados Unidos. Então, se a gente for realmente diminuir o imposto sobre a folha de pagamento é importante arranjar um lugar para pagar isso, para evitar, que aumente o déficit. Então, eu acho que seria uma medida extremamente eficiente pra gerar emprego.

Agora, atenção, vamos evitar que uma medida como essa se transforme em mais déficit da Previdência Social e mais déficit público. Bom, era essa a minha mensagem. Obrigado, Senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, professor José Márcio Camargo. Eu dou aqui a palavra ao professor Marcos Lisboa, que foi um daqueles economistas que mais defendeu as medidas micro como instrumental para a redução de spread, que eu enumerei e não vimos nenhum resultado sobre a redução dos spreads. De modo que eu coloco mais uma vez a questão. O Brasil está condenado a ter o spread mais alto do mundo? É impossível reduzir esse spread? Quer dizer, temos a empresa, vamos ter que sempre pagar? Não tem jeito. Por que o Brasil é diferente do resto do mundo? Todas aquelas medidas que você anunciava Lei de Falência, ampliação da alienação fiduciária, criação do patrimônio de afetação, ampliação das garantias de cédulas de crédito bancário, implantação da penhora eletrônica e agora o cadastro... Todas foram tomadas e não houve resultado nenhum. De modo que eu pergunto o seguinte: Estamos condenados? O Brasil é diferente do mundo? E você que foi um daqueles que tomou a iniciativa de apresentar todas essas situações, podia dar uma análise para nós se realmente nós estamos condenados até o fim da nossa vida a conviver com esses spreads.

MARCOS DE BARROS LISBOA: Obrigado, Senador. Em primeiro lugar agradecer o convite de estar aqui, é um prazer estar aqui com os senhores. Senador Mercadante, Senador Tasso Jereissati, todos os senhores. A provocação eu acho que é mais do que pertinente. E ela é importante nesse momento do debate. Fazendo um breve comentário anterior, uma das dificuldades resgatando um ponto que o Zé Márcio Camargo tinha posto inicialmente, uma das maiores dificuldades gestão dessa crise nos países desenvolvidos foram os diagnósticos equivocados. Diagnósticos equivocados que acabaram por agravar a crise, pessoas bem intencionadas, gestores de política econômica bem intencionados, defrontados com uma crise muito séria, tomaram medidas que achavam as mais adequadas, e ao invés de ajudar a resolver a crise terminar por agravá-la. Uma provavelmente que hoje está se consolidando como um desses equívocos de diagnóstico, por exemplo, foi tratar como uma crise de liquidez, o risco de liquidez, que era um risco de contraparte. Esse é um ponto que hoje está cada vez mais sólido. Achava-se que existia o problema de falta de recurso da economia. E aí os governos lá fora, nos países desenvolvidos inundaram a economia de dinheiro e a crise não parava. Parecia que o dinheiro sumia. Falava-se do empossamento da liquidez e o dinheiro desaparecia. Quando o que existia era um risco de contraparte. Ninguém sabia que instituição, seja financeira, seja não financeira tinha problema, o dinheiro não circulava, com medo de emprestar a alguém e esse alguém ter problemas ou não receber de volta. Podia ser um fornecedor de uma empresa, podia ser o fornecedor de uma indústria automobilística. As gerações de crédito elas não estão restritas ao sistema financeiro. Pega o balanço de uma empresa, a maior parte de crédito com frequência vem dos fornecedores. Os fornecedores... E se essa empresa grande está com problema, eu vou dar o meu dinheiro ou vender a prazo e perder o recurso? Quer dizer, o que existia era muito mais um risco de contraparte do que o risco de liquidez. Diagnóstico errado, muito tempo botando dinheiro... Não deu certo e acabou por terminar agravando a crise. Diagnósticos equivocados e políticas bem intencionadas é uma combinação que pode levar a um maior malefício de economias, de pacientes e não a sair das dificuldades. Agradeço a generosidade que as medidas... Na verdade foram medidas do Governo e continuavam uma agenda que vinha de governos anteriores. Essa agenda começou há 10, 12 anos, de melhorias dos créditos, melhoria das instituições, fortalecimento do Banco Central há 15 anos, importante, as primeiras medidas de fiduciária instrumentos de crédito do Governo Fernando Henrique e continuaram no Governo Lula com uma série de medidas que o senhor mencionou. O spread caiu nesse período. E ele caiu de forma muito importante. O spread médio da economia brasileira caiu de 34% começo de 2003 para 22%, 33 para 22. Caiu um terço nesse período, até o fim de 2007, antes do começo da crise. Isso o spread geral. O spread geral caiu um terço nesse período. E o que mais caiu foi o spread de pessoa física, que ele caiu a metade. O spread do começo de 2003, dados do Banco Central, era de 60%. No fim de 2007, antes da crise, era de 30%. Talvez o melhor exemplo de como esse spread caiu de forma tão importante foi a introdução da medida do crédito consignado. O crédito consignado, antes do crédito consignado o mesmo cliente, o mesmo banco. Crédito pessoal. O juros era de 7% ao mês. Você chegava lá comprava uma geladeira 7%, depois da medida, 2,5, 3. Os juros caíram mais da metade, só com essa medida. E parte importante dessa queda da taxa de juros, do spread que caiu de 60 para 30, entre janeiro de 2003 e janeiro de 2008. Muito foi o crédito consignado. A estatística do Banco Central ela ainda não pega todo o efeito das medidas porque o Banco Central só olha um pedaço das operações de financiamento. Por exemplo, o automóvel, o leasing não está ali na estatística do Banco

Central. Está só o CDC. O automóvel não está, por exemplo. Está fora. Então, a estatística do Banco Central pega só metade. Pega especial, pega só metade. Não pega toda. O automóvel tem hoje a menor taxa de juros do mercado é o leasing. E está fora da estatística. Se você leva em conta o automóvel e o crédito imobiliário, que também está fora da estatística do Banco Central, quando o Banco Central olha, ele só olha o crédito livre, e um pedaço dele. Ele não olha todo. Então, o imobiliário é livre, ele não olha. O leasing é feito para leasing. Aí também não olha. Ele só olha o crédito direto ao consumidor que é muito pequeno, não é o importante hoje. Cai ainda mais em 25% o spread. Só levando em conta essas duas modalidades a mais. E o mesmo vale para a pessoa jurídica. Então, as medidas tiveram impacto. É claro que com a crise, aí por uma razão adicional, os juros voltaram a subir. Não voltaram ainda ao nível que era 2003. Eles não voltaram. Os spreads não voltaram a nível 2003 mas estão próximos. Eles realmente com a crise, a crise foi importante. E a crise foi importante, ela chegou ao Brasil, não teve tanto uma redução do crédito. Quando você olha os números do Brasil, analisa os números do Brasil, houve uma queda do crédito mas é 1%. Não tem comparação com que houve lá fora o tamanho da queda do volume de crédito. Mesmo no ápice da crise. Se pegar agora janeiro em relação a setembro, 1% aqui, alguns subiram 1%, automóvel sofreu um pouco mais, depois voltou. Quer dizer, o que teve na verdade é que o crédito no Brasil veio crescendo a 35% ao ano, uma velocidade muito grande, quer dizer, com essas medidas não só o spread caiu como pessoa física a metade desse período, mas o volume de crédito que era o crédito privado Brasil, o crédito do Brasil que era 22% do PIB, passou para 38% do PIB nesse período. É um crescimento. Ele cresceu mais que o PIB, a parcela, 22, 38. Na verdade o crédito privado era só 11 no Brasil. E ele cresceu muito. Como você teve também o aumento do prazo médio. O prazo médio do crédito do Brasil quase dobrou nesse período. Então, as medidas tiveram esse impacto. O prazo médio aumentou, o spread caiu pessoa física a metade, e o volume de crédito aumentou. Muito do crescimento brasileiro veio muito pela demanda por crédito. Automóvel puxou muito, então agora está começando o imobiliário. Quando veio a crise, parou de crescer o crédito. O crédito parou de crescer. Isso aí ele parou. Parou de crescer ali no começo da crise. E teve um segundo efeito que esse pegou a nossa economia de maneira muito dura, que é grandes empresas brasileiras, empresas muito sólidas, com muita reputação lá fora, eles pegavam dinheiro direto lá fora, no mercado internacional. Petrobras, Vale do Rio Doce, tinham acesso a crédito direto lá fora. Quando tem a crise, acabou o crédito. Lá fora acabou. Aqui parou de crescer. Lá fora a economia de fato, o crédito secou. Eles vieram demandar crédito do Brasil. Então, deu a sensação de menor crédito. De fato para algumas empresas o crédito reduziu porque empresas que não pegavam nenhum crédito no Brasil passaram a pegar. A Petrobras sozinha pegou uma quantidade de recursos muito significativos. Todas essas grandes empresas brasileiras, com operações lá fora, empresas sólidas, com baixo risco, que enfim, frequentavam o mercado internacional de crédito deixaram de poder fazer após outubro e vieram para o mercado brasileiro. E aí era mais gente pegando o mesmo pedaço de crédito, o mesmo fluxo de crédito. E aí realmente acabou todo mundo sentindo um pouco menos, mas não tem como fazer crédito. E teve um segundo problema adicional que foi a escassez de dólares. Esses créditos externos, como é que ele financia exportador? Ele vai num banco brasileiro, o banco brasileiro vai num banco estrangeiro, pega recurso, o banco brasileiro não tem dólar. Ele pega dólar dos bancos estrangeiros para repassar aos exportadores. Acabou. Então, os exportadores sofreram muito na crise. Então, primeiro, empresas grandes que não estavam no mercado brasileiro passaram a demandar os recursos aqui, e são empresas grandes. Petrobrás é uma das grandes empresas do mundo. Vale do Rio Doce é um dos grandes setores de mineração. Para dar apenas dois exemplos, mas a lista é muito significativa dessas empresas. Então, primeiro, mais empresas pegando o mesmo volume de crédito, que parou de crescer mas não caiu de forma significativa, segundo, a ausência de dólares e aí era o crédito externo, isso durante dois, três meses foi muito difícil para a nossa economia, via as empresas com muita dificuldade, e aí tanto o Governo teve... Agiu com muita rapidez e conseguiu reativar essas linhas, hoje essas linhas estão mais próximas da normalidade, ainda que o mercado internacional não esteja, quer dizer, é um ponto importante, o setor exportador está com dificuldade de demanda por lá. Lá fora. E você teve um momento de pânico na economia mundial após a quebra do Lehman Brothers e toda dificuldade de crédito. A economia brasileira vinha crescendo muito, as empresas com muitos estoques e a demanda cai de forma significativa que deu a parada do quarto trimestre do ano passado. Quer dizer, aí parou a demanda muito forte por uma situação natural. Quer dizer, as pessoas estavam muito inseguras do que seria o futuro. Após a quebra do Lehman Brothers, como é que vai ser o ano que vem? Qual o tamanho da dificuldade que vai acontecer? Sobretudo voltando ao ponto original, o diagnóstico equivocado talvez de al-

guns gestores de política lá fora, achando que era liquidez quando era contraparte, injetando dinheiro, dinheiro, dinheiro, recursos no sistema, sem produzir resultado. Então, você olhava lá fora tinha governos injetando recursos, a crise não para de piorar. Quebra banco, pânico generalizado. Todas as demandas sendo congeladas O Brasil que vinha crescendo a uma taxa muito importante, a melhor em várias décadas, dá a travada. Aí, a parada mais dura que a gente sente nos dados dos últimos tri é... Por outro lado, e essa é a boa notícia, se é pra ter uma crise a economia brasileira nunca esteve tão bem preparada para enfrentar uma crise dessas. E ela está preparada por boas e não tão boas razões. Quer dizer, por um lado de boas razões a economia brasileira tem tido políticas fiscais coerentes há muitos anos, tem tido um quadro de estabilidade macroeconômico surpreendente, quando a gente olha para a nossa história mais longa, temos aí 10 anos, 15 anos de estabilidade. Temos tido reformas institucionais que tem desenvolvido mercados de crédito. Mercado de crédito privados no Brasil era 11% do PIB. Era dos menores do mundo. Hoje tem 40, privado mais o direcionado. Os prazos alongando, financiamento imobiliário que não tinha estava surgindo... Enfim, melhoras importantes da economia brasileira estavam dando seu dinamismo e seu maior crescimento. No momento da crise internacional a economia estava na margem crescendo em cima de 6% ao ano. Que é um número... Enfim, não me lembro. Não lembro. Estoques grandes, travou. A economia, paradas mais duras, empresas inovaram os estoques. Por isso que o dado do PIB é tão ruim em parte. E agora eles começam a ver em alguns setores alguma recuperação. No mundo parece pior, talvez um pouco pelo bom momento que a economia tivesse vivendo. Agora, de novo é natural o tamanho da parada, pela situação internacional que se vivia naquele momento. Esse aumento de incerteza traz consigo inevitavelmente um aumento do risco de inadimplência de novo. Não é só o sistema financeiro. Traz para os fornecedores, igualmente. A gente ouve muitos relatos no mercado dos riscos dos fornecedores iam oferecer crédito, mas aos poucos a sensação de que a economia se normaliza e que ela tem bons fundamentos. Quer dizer, então uma economia que estava muito bem preparada por esse lado, bons fundamentos macro econômicos, boas regras institucionais, muita confiança na manutenção de nossas regras e uma economia que estava melhor do que os demais países emergentes. Ministro estava lembrando antes de nós sentarmos aqui que na crise de 2002, 2003, o Risco Brasil era 25% maior do que os demais países. Hoje ele é menor. O Brasil está melhor do que a média dos demais países. E isto gera, no momento que é possível numa crise desse tamanho um relativo otimismo, nós sairemos dessa crise com maior facilidade que os demais países. Nós estávamos mais preparados por todo esse quadro de estabilidade institucional, de boas políticas, de melhoria das regras aqui no Brasil. Tem outra razão que é um pedaço da herança da inflação, e essa não é tão boa porque ela veio por uma razão ruim, mas é um bom momento de superá-la. Quer dizer, no período de alta inflação no Brasil, 85, 86, 87, 88, quer dizer, a década de 80 e começo da década de 90, a dificuldade de fazer gestão de política fiscal monetária acabou gerando no Brasil a introdução de uma série de regras distorcidas. Regras que a gente não vê em outros países. Não tem. Se procurar elas não nos estão outros países. Por exemplo, pra cada um real que o banco capta no Brasil, ele só pode emprestar 50 centavos. O resto é compulsório. Não pode. Nos outros países, quanto que é? 3%, 4. Quando é muito alto é o quê? 10%. A gente está falando de cinco vezes no Brasil. Então, pra cada um que capta, só pode emprestar metade do que pode. No país da zona do euro, por exemplo, que é 3%. Aqui é 50%. Então, a magnitude é essa, é 10 vezes. Da mesma maneira que o juro é alto no Brasil, os compulsórios no Brasil são sem precedentes quando você compara. É outro padrão. É a mesma diferença dos spreads e a diferença que a gente tem em compulsório. É muito significativo. E isso na época da alta inflação. Quer dizer, queria fazer uma política monetária, muita dificuldade de subir juros nos anos 80, utilizavam-se mecanismos não usuais. O Brasil tem a sorte de ter conseguido preservar o sistema financeiro no período de hiperinflação. Isso foi um mérito da nossa economia. Outros países não conseguiram manter moeda doméstica e manter sistema financeiro durante uma hiperinflação. O Brasil conseguiu. É um mérito. Mas deixou alguns custos, algumas sequelas. Compulsórios muito altos, juros muito altos. Agora, por outro lado são oportunidade para reduzir. Porque era muito difícil reduzir compulsório. Por que depois de 15 anos que acabou a inflação não reduziu? Porque quando você começa com compulsório muito alto é muito difícil. Se a economia está crescendo muito e você baixa compulsório, você fala: Não, se eu baixar compulsório agora pode aumentar a inflação. Então, quando a economia está bem, está crescendo, eu fico com medo. Se você está no momento de inflação alta, está fazendo política restritiva, você fala: Não, mas agora eu não posso fazer com essa contradição. Eu estou subindo juros, vou aumentar o compulsório? Quer dizer, gerou um dilema que você não conseguia se desvencilhar. Não tinha oportunidade para se baixar compulsório. Como a gente falava, ficou esse compulsório de 50%

em depósito a vista, prazo, todos compulsórios. Então, esse é um pedaço. Agora dá. O Brasil tem espaço para fazer política monetária, para ajudar o país a retomar seu crescimento mais rápido. Ele tem espaço para reduzir juros, ele tem espaço para reduzir compulsório. Então, não veio por uma razão boa, veio por período de inflação, mas é uma distorção grande que a gente tem e que pode ser aproveitada nesse momento, da mesma maneira que uma queda importante dos juros. O segundo ponto aí é mais difícil. Porque essa é uma característica do Brasil também diferente do resto do mundo. Em geral no resto do mundo imposto é sobre a renda. A maior parte do imposto é imposto sobre a renda. Dois terços. Um terço é imposto indireto. O Brasil também um pouco herança de todo um período inflacionário muito difícil, e de muita informalidade, é o contrário. O imposto do Brasil é indireto. Dois terços é indireto e um terço é direto. Isso não afeta só os spreads, afeta todos os serviços e todos os produtos. Todos os produtos no Brasil tendem a ser um pouco mais caros do que lá fora porque tem mais imposto indireto. Em vez de pagar a renda, como é que é no resto do mundo? Você não cobra imposto muito alto sobre o produto, a pessoa retém a renda, você cobra sobre a renda. No Brasil, não. Você cobra sobre o produto. Por isso que quando eu importo um CD, tenho que pagar 60% de imposto para equalizar. Isso vale para carros, isso vale para empréstimo bancário. Se paga muito mais imposto aqui do que em outros países. Mas de novo, é só uma maneira de como você cobra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Você está examinando esse ponto, no spread, na composição do custo do spread os impostos indiretos estão representando 2.2. Agora, eles colocam também o Imposto de Renda que é o imposto direto 3%. Existe algum lugar do mundo em que o imposto direto é considerado para efeitos de spread?

MARCOS DE BARROS LISBOA: Não. Isso aí é uma decomposição. A questão considerada para efeito do spread. Quer dizer, é a composição do spread desse bolo de cem, o Banco Central o que ele fez? É só uma decomposição contábil. Ele pegou o tamanho do spread das operações livres e dividiu. E aí é só uma divisão. Não tem o raciocínio econômico por trás. É quase um raciocínio de balanço, apenas. Ele dividiu: Olha, pedaço vai para indireto, um pedaço vai para direto, um pedaço é o compulsório, um pedaço é inadimplência, que no Brasil é maior que nos outros países, e de novo a inadimplência no Brasil, dependendo do país que você compara ela é três vezes, quatro vezes, cinco vezes maior.No Brasil é mais caro você recuperar crédito, ainda, melhorou muito o país nisso, e é ponto importante da redução dos spreads. Qual é a diferença do consignado para o crédito pessoal? É um pouco mais de segurança jurídica no consignado. O consignado tem mais segurança que vou receber. E aí é um terço menor. Mas o consignado é um bom exemplo. Que o consignado não tem nada de diferente. Não tem diferença no compulsório, não tem diferença no imposto, não tem diferença do banco e do cliente... É o mesmo cliente, o mesmo banco, os mesmos impostos. Um o juros é 7%, é o crédito pessoal. O outro juros é 2,5. É o consignado. Por quê? O que muda? Menor expectativa de inadimplência. Então, a inadimplência é o grande... E o trabalho do Banco Central mostra isso. Ela é o grande fator. Quando você compara dívidas não perfumados, dívidas não pagas, o Brasil em outros países os números são duas, três vezes. Toda dificuldade do Brasil a gente conhece muito bem, as dificuldades do Brasil, entrar com uma ação de recuperar... Nas modalidades em que melhorou caiu muito. Pegar o automóvel leasing, ele caiu de forma significativa. Então, compulsório, leasing, impostos... Eu estou indo por todos os fatores. Por fim, é importante, Senador, enfatizar um ponto. O Banco Central olhou só um pedaço dos spreads das operações como eu disse. Se olhar todas as operações os spreads do Brasil é menor. Se concluir o leasing de automóvel e incluir imobiliário é menor. Mas, além disso, no Brasil o sistema é forçado... O sistema financeiro... É uma conquista do Brasil. É uma conquista do país. Ele é forçado a fazer várias políticas sociais. Ele é forçado a dar crédito mais barato para vários setores. Quer dizer, é como a meia entrada. Eu falo assim, olha, eu tenho o cinema, algumas pessoas vão pagar entrada inteira e algumas pessoas vão pagar meia entrada. A entrada inteira vai ficar mais cara, porque o custo subiu. E pra ser saudável, o preço tem que ser maior que o custo, pra cobrir os custos. Quanto mais eu aumento as pessoas que têm acesso a meia entrada, mais a entrada cheia sobe. E é claro que às vezes a entrada inteira vai ficando um pouco mais cara, e algumas pessoas... O Banco Central ele olhou só o pedaço da entrada inteira. Que é o trabalho que quis fazer. Quis fazer sobre crédito livre. Então, o trabalho dele não entra os créditos direcionados, que é esse pedaço. E esse... Então, por isso que a margem, o Banco Central é muito cuidadoso com isso, o resíduo que é 28%, ele chama de resíduo. Porque ali está o resultado dos bancos, mas está também os subsídios cruzados. O quanto que custa oferecer essas operações. Quanto que custa dar para todos esses créditos subsidiados que no Brasil, de novo, acho que é um resquício do período de inflação em que como tinha muita inflação era muito difícil dar crédito, era importante você criar

mecanismos de dar crédito para a agricultura, para o financiamento imobiliário. Os créditos direcionados. Esses subsídios todos que estão ali, pra sociedade brasileira é importante, eles estão nesse resíduo, nesses 28%. Tirando isso aí, o número cai significativamente. É só olhar o balanço inteiro das instituições para ver isso. Hoje, com a crise a gente tem uma oportunidade. Para concluir, voltando ao tema da empregabilidade da crise, eu acho que na política monetária a gente tem oportunidade. Quer dizer, esse momento difícil deu uma chance para o Brasil de corrigir várias distorções, quer dizer, trazia desde o período de alta inflação que não conseguia superar, e a política monetária pode ser muito importante para fazer a demanda voltar nesse momento. Não só a construção dos juros, mas a redução de compulsórios, a retirada dessa herança da inflação que ainda ficou e que a gente não conseguia tirar. Então, desde baixar os juros que é importante e os juros no Brasil convergiram para juros mais próximos dos demais países, mas todas as distorções que estão em paralelo. Há medidas institucionais, como cadastro positivo que o senhor mencionou, que são também muito úteis. Por outro lado, do ponto de vista da política fiscal, pegando um pouco o ponto do José Márcio Camargo, o que a gente sabe um pouco olhando a evidência internacional é que três coisas são muito importantes nesse período, nesse momento. Quer dizer, uma é que reduzir imposto tem mais impacto que gastos diretos. Esse é o primeiro ponto. O impacto de uma unidade de imposto que você reduz é maior do que um gasto a mais arbitrário. Então, esse é o primeiro ponto. Se você especificar qual é o gasto, a unidade de gasto corrente, três, quatro vezes maior quando você olha dados americanos, europeus, as séries longas. Segundo, mantém investimento em infra-estrutura. Isso é muito importante. O Brasil tem um déficit em infra-estrutura importante e é muito difícil realizar o investimento em infra-estrutura no Brasil. É claro que nesse momento de questão de política social é preciso preservar a política social. A política social é feita para esses momentos. Ela é fundamental preservar a política social nesse momento. E como é que se equilibra essa conta, e aí pegando o ponto do Zé Márcio, como é que você preserva isso mais sustentabilidade fiscal? Eu acho que talvez, em primeiro lugar, sinalizando um equilíbrio de médio prazo, e em segundo, ajustando os gastos correntes. Quer dizer, eu acho que a grande fonte de recursos para preservar a poupança pública que é... Que a poupança pública se ela é aumentada você precisa de menos recursos exterior. Quanto maior for a poupança pública nesse momento menos recursos do exterior o Brasil precisa. Como é que eu consigo manter investimento em infra-estrutura, preservar o gasto social, reduzir impostos, por exemplo, folha de salário eu acho que é uma idéia muito saudável para a economia, porque reduz o custo do trabalho. É através da redução do gasto corrente. Na medida em que seria possível controlar os gastos correntes, você garante esse equilíbrio e você faz com que a política fiscal auxilie a retomada em conjunto com a política monetária. Obrigado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, professor. Eu passo a palavra ao Presidente do IRB, professor Schymura.

LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVIERA: Presidente, Senador Dornelles, Presidente Garibaldi Alves, Senadores aqui presentes, senhoras e senhores, é uma satisfação estar aqui mais uma vez nessa Casa numa Audiência Pública discutindo um tema de relevância nacional, que é a questão da crise financeira aí que veio com uma força que nós surpreende cada vez mais. Eu vou começar minha apresentação lembrando um episódio ocorrido no início da década de 1960, em que o então Presidente João Goulart estava promovendo reajuste de salário aos servidores, e o então Governador do Estado da Guanabara, o jornalista Carlos Lacerda, preocupado com que ia acontecendo na economia, disparou que quem achava que sabia o que ia acontecer, esse estava muito mal informado. Então, acho que nós hoje em dia quando falamos dessa crise, eu brinco, o catastrofista de plantão, que é o Rubini, pessoa que foi atribuído os méritos de ter previsto a crise, mesmo ele tinha uma impressão que era uma crise de menor intensidade do que é. Eu lembro também o episódio em meados do ano passado, quando houve a quebra do Lehman Brothers, em que a discussão que se tinha era como a Wall Street ia afetar a mens Street. Em menção clara, de que forma o setor financeiro iria afetar a economia real? Só que acontece que hoje vê-se que o Wall Street continua cada vez pior e a Main Street também com uma situação muito difícil. Eu creio que as dificuldades que se tinha de prever, quer dizer, a situação descrita na época pelo Governador Carlos Lacerda difere muito da situação de hoje, que hoje a crise é muito mais intensa, e hoje nós temos também indicadores que nos permitem ter um retrato melhor da situação atual. Então, hoje o PIB leva três meses para ser divulgado, mas já existem indicadores antecedentes e coincidentes que permitem se conhecer um pouco melhor o PIB, a produção industrial e esses dados da economia que dão um retrato, um termômetro de como é que está a situação do país. Eu vou apresentar aqui alguns indicadores que são produzidos pelo Instituto Brasileiro de Economia da fundação Getúlio Vargas para dar primeiro um retrato geral da situação hoje, dessa crise

hoje como nos afeta. Por favor. Vou começar falando de índice de confiança do consumidor. Que é uma pesquisa que é feita junto aos consumidores que dão a sensação dos consumidores em todo o país. Apresentar também o nível de utilização da capacidade instalada da indústria, a NUCI, que é a retirada da sondagem da indústria da Fundação Getúlio Vargas, e que dá uma perspectiva da pressão que existe do ponto de vista da indústria no sentido de que há necessidade de investimento, mais investimento para produzir mais ou a quantidade de capacidade instalada que está aí dá conta de um aumento da demanda que vem ocorrer? E finalmente outro indicador, que é uma questão que estava na baila, na discussão, que é os efeitos do câmbio, da taxa de câmbio, porque nós percebemos um aumento da taxa de câmbio significativo depois da crise de setembro, o câmbio se desvalorizou, a nossa taxa de câmbio se desvalorizou uns 40% e havia uma percepção de que essa taxa de câmbio afetaria a taxa de inflação no Brasil em algum momento. Por favor. Vou começar pelo índice de confiança do consumidor. Esse daí é um índice de confiança do consumidor dos Estados Unidos. No eixo horizontal temos as datas em que esses índices foram apurados, começando em fevereiro de 79 e terminando agora em fevereiro de 2009. Esse índice é mensal, e é coletado dentro dos Estados Unidos inteiro. Nós observamos como o índice hoje, que lá embaixo na parte final do gráfico, ele apresenta o menor nível jamais visto desde que a série foi criada. Na verdade, a série foi criada um pouco antes, mas nunca esse índice atingiu um patamar tão baixo. Observamos aqui no eixo vertical, o índice pode variar de zero a duzentos. Esse índice chegou a bater em março de 2007 algo como 120 pontos. E em fevereiro de 2009 ele saiu de janeiro de 2009 para algo em torno de 35, e em fevereiro de 2009 para 23. Ou seja, a crise nos Estados Unidos ela não só não estancou como piorou. Por favor o seguinte, esse daí é um gráfico do PIB americano. Para mostrar como a aderência do índice de confiança do consumidor, que é calculado nos Estados Unidos, é aderente ao PIB. Existem estudos técnicos desenvolvidos por alguns economistas que mostram que a aderência é grande. Ou seja, a correlação das séries é muito grande. Então, a ponta se nós imaginarmos que agora em fevereiro, janeiro e fevereiro o índice está no mínimo histórico, os senhores podem ter uma idéia do que significa isso em termos do futuro do PIB trimestral, o PIB que está sendo efetuado nos Estados Unidos nesse momento. Quer dizer, é muito provável que venha uma queda acentuada. Esse aí é o nosso índice de confiança, que a Fundação Getúlio Vargas começou a calcular em setembro de 2005, não temos ainda um conforto de verificar se ela tem uma aderência grande com o PIB, que é muito cedo ainda, não tem uma base de dados muito grande, mas se imaginarmos a nossa metodologia é desenvolvida em linha com que é desenvolvido nos principais países do mundo. Se nós imaginarmos a aderência com o PIB que se verifique aqui também observamos que o PIB brasileiro, nesse próximo trimestre, observamos aqui, até janeiro, em dezembro o índice ficou em 92 e pouquinho. 92.4, se não me falha a memória. Em janeiro ele sobe um pouco para 93.2, em fevereiro cai para 91.6. Ou seja, o clima do ponto de vista do índice de confiança do consumidor aponta que esse trimestre, janeiro e fevereiro não é tão animador como nós gostaríamos que fosse. Essa é uma comparação que é um gráfico interessante que mostra que dá uma indicação de como é que nós estamos em relação ao resto do mundo, sob a ótica do consumidor. Observamos ali a linha vermelha, temos aí de setembro de 2005 a fevereiro de 2009, a linha vermelha é o Brasil. Situação nossa é melhor do que a Europa, melhor do que a Argentina e os Estados Unidos está lá embaixo com esse resultado aí extremamente negativo que está se verificando lá. A própria Argentina, que chegou a nos ultrapassar em termos de confiança do consumidor, teve uma subida significativa em 2006. O curioso desse gráfico é que Estados Unidos e Argentina estavam bem em cima do Brasil, ali em 2006. Estou pegando a base como se começassem todos na mesma base em 2005. Então, em 2006 os Estados Unidos e a Argentina estão em cima do Brasil e da Europa. E eles têm uma queda acentuadíssima e os Estados Unidos beirando ali 20. O zero é catástrofe completa, significa uma amostra em que ninguém acredita que haja possibilidade de nada de bom possa acontecer no futuro próximo. Por favor. Bom, outro ponto que eu gostaria de apresentar aos senhores é o nível de utilização da capacidade instalada da indústria que esse índice é tirado da sondagem industrial da Fundação Getúlio Vargas, que temos aí o gráfico de fevereiro de 1980 até fevereiro de 2009, que é o eixo horizontal, e no eixo vertical temos o nível de utilização da capacidade instalada. 100% significa utilização de toda a capacidade pela indústria, que não é atingível isso. 95%, assim vai, e paramos aí no 60%. O ponto mínimo da curva ocorreu em fevereiro, ali em meados do ano de 1990 que foi na época do plano Collor, que a indústria teve uma freada brusca que chegou a 62% o nível de utilização da capacidade instalada. Mas o interessante desse gráfico é observar o que está acontecendo em fevereiro de 2009. A indústria deu uma parada forte, de junho de 2008, que foi o máximo, até o máximo histórico, de 86,7% de nível de utilização da capacidade instalada, e ele atingiu agora

em fevereiro 77,6. É interessante fazer uma comparação com a média histórica. De 1980 até agora, até final de 2008, 80% é a capacidade instalada da indústria média ao longo desse período. Agora no final, ao longo desse milênio de 2001 a 2008 ela subiu um pouco para 82,6. O interessante é que independente da média histórica que nós peguemos há claramente uma posição de utilização relativamente baixa da capacidade instalada pela indústria. O que isso representa é importante destacar que a possibilidade de aumentar a produção sem investimento, porque se a capacidade está lá, é só produzir. Não precisa que o empresário invista para aumentar a produção. Bom, taxa de câmbio. O efeito da desvalorização do câmbio sobre a inflação que é outro ponto importante, e o Senador Dornelles pediu para que eu trabalhasse um pouco esse tema com os senhores. Nós fizemos o seguinte. Pegamos a taxa de câmbio em três períodos recentes da economia brasileira. 1999, que foi exatamente a mudança do regime cambial, do câmbio fixo para câmbio flexível, se deu ali por volta do dia 12 de janeiro, temos aí a variação da taxa de câmbio. Aí é o seguinte, o eixo horizontal é o número de dias corridos após 12 de janeiro. Ou seja, o número de dias da variação da taxa de câmbio tomando por base 12 de janeiro de 1999, como é que a taxa de câmbio se comportou ao longo desse período. Por número de dias úteis que transcorreram depois disso. E no eixo vertical é o nível da desvalorização cambial. Nós observamos que ali altura de 41 dias úteis, a taxa de câmbio já tinha desvalorizado em janeiro de 1999, foi mais ou menos março de 1999 a taxa de câmbio se desvalorizou 80%, que ela tinha saído de 1,20, mais ou menos, chegou a um patamar de 2,20, por volta disso. E depois ela cede um pouco e fica ali no patamar de 1,80. Aproveitando ainda dentro desse gráfico, introduziu uma nova curva, que é câmbio, que num outro episódio que houve uma desvalorização forte recentemente da taxa de câmbio brasileira, que foi o episódio do ano de 2002, em que houve a mudança de Governo. 2002 para 2003 que houve uma aceleração, uma desvalorização forte na taxa de câmbio, a data escolhida ali foi 30 de abril de 2002 e nós observamos que a taxa de câmbio vai se desvalorizando, mas mais paulatinamente. Mas enfim, o efeito é de uma desvalorização que chega ali à casa de 60% depois de 126 dias úteis, aproximadamente sete meses. E por fim, começando em 31 de agosto de 2008 até a nossa situação atual pós crise, ou durante a crise financeira internacional que nós observamos aí a evolução da taxa de câmbio, que é essa linha meio marrom. Em que a nossa taxa de câmbio se eleva substantivamente, mas abaixo do que foi na mudança do regime cambial, em 99, mas acima do que foi ao longo de 2002. E atinge esse valor aí, 126 dias úteis foi na última divulgação do nosso IGP. Essa aí é outro comportamento. Então, olhando esse gráfico, a impressão fica é a seguinte. Bom, se houve repique inflacionário nos outros episódios é natural que venha ocorrer repique inflacionário na atualidade. Bom, esse daí é ojaneiro de 99, após sete meses de mudança de regime cambial, nós observamos uma mudança, uma elevação no IGP de 10,20%. Ou seja, uma inflação bastante significativa em sete meses. No caso de 2002, a inflação já foi muito mais forte. Apontou para 21,65%. E finalmente o nosso caso aqui, 0,58%. Havia uma desconfiança grande, olhando esses dois gráficos anteriores que haveria um choque inflacionário que não se verificou. E agora nós temos condições de saber claramente por que. Por favor, próximo gráfico. Está aí a explicação, o preço das commodities. As commodities, enquanto no ano, janeiro de 99, não vou dizer que essa é a única causa, mas é a causa que nós entendemos, é a causa que melhor explica esse comportamento da taxa de inflação, as commodities enquanto em janeiro de 99, no começo de janeiro de 99 até sete meses à frente, agosto, até agosto de 1999 se comportaram mais ou menos com estabilidade, em 2002 tiveram uma pequena subida, mas podemos considerar estável, nesse período, por conta da crise internacional de toda a dificuldade que está ocorrendo no mundo, houve uma queda violentíssima no preço das commodities e esse indicador, o commodity resort, que é um índice de commodities, digamos assim, dos mais usados para averiguar o comportamento de certa de commodities. Bom, então os comentários finais em cima desses dados que o índice de confiança do consumidor indica que o Brasil foi afetado pela crise, mas com intensidade menor do que os demais países, aquele gráfico que mostramos. Sob a ótica do consumidor brasileiro não há sinais de melhora no curto prazo. Ou seja, não vemos nenhum risco de aquecimento, de um posicionamento mais forte da demanda do ponto de vista do consumidor. A indústria está trabalhando com nível de utilização da sua capacidade instalada abaixo da média histórica. Ou seja, é possível crescer a produção sem aumentar o investimento. E finalmente a desvalorização da taxa de câmbio não compromete o controle da inflação. Eu queria só destacar esses pontos um pouco para, primeiro, o que isso traz pra gente de... Com relação a política pública? Com relação ao Banco Central, o receio do Banco Central com relação à taxa do repasse da taxa de câmbio com relação à inflação fazia todo sentido. Aquele momento, embora tivesse já sinais claros de desaquecimento da economia havia um receio muito grande da poluição da inflação via câmbio, taxa de câmbio.

Segundo, que de esse risco não corremos mais, então a economia brasileira está bastante desaquecida, o que justifica claramente essa queda da taxa de juros. O ponto percentual que ocorreu ontem e provavelmente gerando mais quedas, mais quedas à frente. Eu queria aproveitar o pouco tempo que me resta para tecer alguns comentários sobre a questão do spread bancário. Eu creio que olhando os números de spread bancário, claramente nós observamos que um dos componentes, a inadimplência que de fato é o maior responsável pelo problema do spread bancário. Mas tem o segundo item que são... Tem os resíduos líquidos, que é muito que o Marcos falou, que são as benesses que ocorrem. Eu creio que se nós, de fato, tivermos interesse de mexermos, de tentarmos diminuir esse spread bancário, eu defenderia fortemente uma medida no sentido de que a Caixa Econômica Federal, que é um banco federal, começasse a trabalhar um retorno em cima do investimento dessa aplicação em spread bancário, o menor possível. Porque se nós temos um banco público tendo um lucro alto, o resto do mercado é seguidor, se é que essa é a preocupação. Quer dizer, acho que a Caixa Econômica Federal ela é um ótimo sinalizador, poderia ser um ótimo parâmetro para que o resto do mercado se comportasse em função dela. Então, na medida em que o... A Caixa Econômica Federal pratica taxa de juros altas, ela favorece que o resto do mercado também pratique juros altos. Na medida em que a Caixa Econômica Federal reduz o spread bancário, o Banco do Brasil na sequência cairia com spread bancário. Já estamos falando aí de 40% do mercado. Isso uma queda do spread obviamente não tão significativas, continuaríamos sendo os campeões mundiais de spread bancário. Mas isso poderia refiro a uma redução significativa se a Caixa Econômica Federal trabalhasse uma forma em cima dos empréstimos que são feitos de maneira a não ter que dar subsídios a outros, como o professor Marcos Lisboa colocou, os créditos que são, digamos assim, ações sociais do banco. Então, se pudesse limpar dentro da Caixa Econômica Federal toda a linha de spread que é dado sem considerar essa parte social, ficasse numa conta separada e a partir daí trabalhasse com lucro reduzido, eu acho que nós poderíamos ter um incentivo grande até numa melhor eficiência do uso dos recursos da Caixa e do Banco do Brasil no... Pra fornecer empréstimo para o setor privado. E pra finalizar eu gostaria de levantar só como uma sugestão mais de política pública, hoje, como o professor Zé Márcio Camargo colocou muito bem, quer dizer, os recursos no exterior serão cada vez mais escassos. Nós teremos sempre uma necessidade de brigar. O investimento, aquele dinheiro que estava sobrando no resto do mundo não vai sobrar mais tanto. Então, eu creio que para nós fosse fundamental caminhar no sentido de mais fortemente termos respeito às regras do jogo, respeito aos contratos e uma visão de país em que toda a regra, as agências reguladoras fossem mais fortes.Tem uma Legislação que hoje está tramitando aqui no Congresso Nacional, que é a lei que trata do Estado Brasileiro de Defesa da concorrência. Se nós conseguíssemos fortalecer esse sistema brasileiro de Defesa da concorrência, as agências e também as regras do jogo, quer dizer, evitar que mudanças em regras, mudanças em marcos regulatórios fossem feitas de forma intempestiva isso nos daria uma força muito grande no momento que vem a frente. Mas nós teríamos que nos preparar. Hoje é um momento extremamente oportuno para nós nos prepararmos para isso. Então, como sugestão eu creio que o Estado Brasileiro de Defesa da Concorrência é um tema proprietário hoje para ser aprovado aqui por essa Casa. Muito obrigado, Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu peço a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, professor Schymura.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Apenas, Presidente, para lamentar aqui publicamente que eu tenho que sair, eu estou inscrito para fazer um discurso, e lamentar muito. Parabenizar V.Exª também, Senador Garibaldi, por esse debate de alto nível. Mas eu vou assistir o DVD em casa. E eu queria deixar uma preocupação minha aqui para o Zé Camargo, lá da PUC, que eu espero que na hora das respostas ele fale sobre isso. O professor Marcos de Barros Lisboa disse o investimento em infra-estrutura é importante e eu concordo com ele por um fator. Acho que se a gente usar todos nossos cartuchos para reduzir imposto em folha de pagamento, ainda assim não vamos resolver o problema da demanda. Acho que a política do Governo é fundamentalmente para gerar demanda. Então, queria que ele tocasse nesse assunto. Obrigado, Presidente.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Obrigado, Senador. Eu queria apenas dizer que eu sempre trabalhei com o Ministro Maílson, ele sempre foi meu comandante no Ministério da Fazenda, e eu quero lhe colocar o seguinte, Ministro, diante dessa crise que está aí, quais são as medidas do Governo, tomadas pelo Governo para enfrentar a crise que o senhor não tomaria como Ministro e quais as que o senhor tomaria? Qual é o caminho? E que abordasse também esse problema que eu lhe coloquei anteriormente, o Brasil vai ser obrigado a viver permanentemente com esse spread mais alto do mundo? Existe

algum caminho para que ele possa ser reduzido? Mas o principal é que o senhor colocasse como Ministro da Fazenda o que o senhor não teria feito, e o que faria para administrar essa crise.

MAÍLSON DA NÓBREGA: Muito obrigado, meu caro amigo, Senador Dornelles, com quem convivi em momentos difíceis no Ministério da Fazenda por seis anos em que vivíamos os efeitos de uma crise parecida com essa, mas que com efeitos muito mais danosos sobre o Brasil que foi a crise do endividamento externo dos anos 80. Meu caro Senador Garibaldi Alves Filho, demais Senadores aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores. Eu gostaria em primeiro lugar agradecer o convite de estar aqui presente, trazer algumas reflexões sobre os temas colocados pela Comissão, pelo Sr. Presidente. A vantagem de falar por último é de se aproveitar das reflexões dos antecessores e a desvantagem é correr o risco de não ter mais nada que dizer. Provavelmente eu vou ter alguma coisa a falar além do que os meus antecessores, meus amigos antecessores falaram. Em primeiro lugar eu gostaria de enfatizar um ponto que foi abordado tanto pelo Zé Márcio quanto pelo Marcos que é a questão do diagnóstico equivocado. O diagnóstico equivocado pode frequentemente levar a adoção de medidas equivocadas. E eu acho que é importante, complementando um pouco a introdução do Zé Márcio, entender a natureza dessa crise. Ela é a mais séria crise, como se diz, desde os anos 30, alguns até acho que é até maior, porque ela se dá no contexto de globalização, enquanto que a crise financeira dos anos 30 foi muito localizada nos Estados Unidos. Mas é preciso entender por que essa crise aconteceu. Existe o diagnóstico pobre, muito pobre, provavelmente o mais pobre de todos é dizer que a culpa é do neoliberalismo, houve alguém que já culpou a Margareth Thatcher por essa crise, o Ronald Reagan. Eu acho que outro diagnóstico pobre é dizer que esta é uma crise derivada da desregulação. Isso aí tem a ver mais com preguiça mental, a meu ver, de ler um pouco sobre as questões que envolvem a crise do que de um conhecimento adequado de suas origens. Na verdade, desde que o atual sistema financeiro começou a se formar, no século 17, primeiro na Holanda, depois da Inglaterra, por conseqüência de profundas mudanças institucionais, o sistema financeiro adquiriu um papel relevante no enriquecimento das nações, não é por acaso que os países que mais rapidamente enriqueceram foram aqueles que conseguiram construir um sistema financeiro adequado. Não teria havido com a velocidade que ocorreu a revolução industrial na Inglaterra sem antes ter havido uma revolução no crédito, isto é, o surgimento do crédito para a pessoa jurídica que propiciou a expansão do investimento, a expansão das fábricas, a revolução industrial. Ou do surgimento do crédito ao consumidor nos Estados Unidos, por volta do final do século 19. Então, o sistema financeiro como o Zé Márcio assinalou adquiriu na economia moderna um papel relevante. E a partir do século 20, sobretudo a partir de meados do século 20 o sistema financeiro adquiriu um papel ainda mais relevante que é além do crédito, o de ser provedor de sistema de pagamentos. A gente não se dá conta disso, mas quando a gente faz o pagamento com cartão de crédito, transferência bancária, pagamento de salário, de matéria-prima, de uma viagem, da saúde... No fundo, por trás disso está um sistema de pagamentos que depende do pagamento do sistema financeiro. Daí porque nenhum Governo responsável hesita em adotar medidas para evitar o colapso do sistema financeiro. Porque significaria o colapso da economia. E é nesse sentido que o Brasil é um dos países mais bem sucedidos nesse objetivo que foi o PROER no Governo Fernando Henrique. O PROER muito mal compreendido por segmentos da classe política e de analistas de esquerda e hoje visto como um exemplo. O PROER tem a ver com a resistência que o Brasil está exibindo em relação a esta crise. Está provado que ter um sistema financeiro sólido é o elemento essencial para evitar as crises e para resistir a elas. Mas a segunda característica do sistema, além de prover as condições para o crescimento, é que o sistema financeiro ele opera alavancado. Ele empresta mais que os recursos dos bancos. Ele opera descasado de prazo, ele empresta um prazo maior do que ele recebe na sua captação. E por isso o sistema financeiro é inerentemente sujeito a crises periódicas. Alguém levantou outro dia, desde o século 17 até agora houve aproximadamente 300 graves crises no sistema financeiro. Em média uma a cada 10 anos. E a medida que o tempo vai passando e o sistema vai ficando mais sofisticado, aumenta a propensão a crise. Há um estudo recente de um ex-diretor do Banco Central americano, que ele mostra que de 1973 a 1997 ele catalogou 139 crises financeiras. Um terço delas nos países ricos e dois terços nos países pobres. E pra ter uma idéia de como a velocidade das crises aumenta, depois da Segunda Guerra até esse ponto, início dos anos 70, havia acontecido apenas 45 crises. E ele mostra que as crises são muito mais recorrentes, muito mais frequentes do que aquelas que ocorriam até o século. Até antes da Primeira Guerra Mundial, 1914. Ou seja, as crises hoje elas são duas vezes mais comuns do que eram no passado. E o que é importante assinalar é que entre a crise e outra o mundo progride. Porque a crise traz, ela geralmente decorre de bolhas financeiras, e as bolhas fi-

nanceiras geram fases de investimento, de consumo, normalmente acima do que deveria ser, mas muito fica. E cada crise financeira deixa lições. A regulação melhora até a próxima crise. Como disse a revista The Economist outro dia, só tem uma coisa que se pode dizer com absoluta convicção, a próxima crise não será provocada pelas hipotecas sub prime, mas ela vai existir. Será por outra razão. E historicamente também está se dizendo, foi falta de regulação, historicamente a regulação nunca andou na frente das crises. É preciso que as crises ocorram, se diagnostique as suas causas para melhorar a regulação. E os reguladores costumam ser muito menos talentosos do que os que geram produtos no sistema financeiro, até porque eles são menos remunerados do que os que trabalham no segmento. Esta crise não foge desse padrão. Essa crise é resultado de um conjunto de causas. Eu escrevi outro dia um artigo, isso é como um desastre de avião. Não existe uma causa só. São várias causas que provocaram esta crise. E é do diagnóstico adequado dessas causas que vai surgir uma nova regulação para evitar que a maioria delas se repita. Eu não vou citar aqui o conjunto, mas eu seria capaz de listar aqui pelo menos umas oito causas, começando pelo fato de que esta crise tem na sua origem um desequilíbrio provocado pelo excesso de poupança em certos países, como a China, a Índia, num certo tempo o Brasil que se tornou exportador de poupança, o que o Presidente do Banco Central americano, que chamou de excesso de poupança. E isso gerou um período longo de liquidez, de taxa de juros baixas, especialmente as taxa de juros longa e sempre que isso acontece as bolhas se formam. E tem várias causas adicionais, como a securitização de recebíveis, que aumentou muito a partir dos anos 80 por conta do avanço da tecnologia, da melhoria de operacional dos bancos. Existe, Interessante, no fundo, o epicentro dessa crise ou detonador dessa crise que são as hipotecas sub prime, legislatura se formar por uma regulação equivocada e não por falta de regulação. Foi a mudança no Governo Clinton, que depois foi acentuada no Governo Bush, de relaxar as regras de duas grandes securitizadoras americanas, controladas de certa forma pelo Governo que é a Freddie Mac e a Fannie Mae, e são elas que compraram cinco trilhões de dólares de hipotecas para pessoas que não tinham um bom histórico de crédito. Nesse conjunto tem incentivos perversos na gestão dos bancos. Provavelmente o principal deles é o esquema de remuneração em que os executivos dos bancos ganhavam pelo que produziam e não pelo destino final dessas transações, ou seja, se eu gerei hoje uma operação eu ganho, se essa operação arruinasse lá na frente, ou seja, der prejuízo, eu não tenho nada a ver. A conta vai para o acionista e agora está indo para o contribuinte. Enfim, houve erros, houve má gestão, houve ausência de percepção da crise, há um estudo recente de um Diretor Executivo do banco da Inglaterra em que ele lista três grandes causas que geraram a cegueira geral. E como que aconteceu outras vezes, analistas, reguladores, banqueiros, eles sub avaliam o risco em certas ocasiões. E ele mostra que nos últimos 10 anos, o que ele chamou a idade do ouro ou a grande moderação... Outros chamam, da economia mundial, mas particularmente o sistema financeiro uma idade de ouro que vai de 1997 a 2007, que levou muitos a imaginar que as crises tinham desaparecido. Isso leva os bancos a assumirem riscos cada vez mais altos. E ele dá vários exemplos, três exemplos para a reflexão, e um deles eu achei muito interessante. Eu confesso que eu não conhecia, que é a miopia face ao desastre. Então, isso é próprio do comportamento humano. A medida que as pessoas se afastam no tempo de um determinado acontecimento negativo, elas vão se esquecendo dele. E no sistema financeiro e no sistema de seguros, isso é muito comum. E ele dá um exemplo prático de um indivíduo, um motorista de automóvel que presencia um acidente, ele tende a desacelerar, e a medida que ele se afasta desse acidente e esse acidente vai ficando mais distante na sua memória, ele acelera de novo e pode produzir um novo acidente. Ou seja, vai ter um novo acidente. Vai ter uma nova crise. O que todos vão fazer agora é evitar que ela ocorra pelos mesmos erros. Como disse o Ministro Palocci outro dia, é preferível incorrer em novos erros, e não nos mesmos erros. Então, no fundo, por trás de tudo isso está essa crise de crédito que eu não vou me estender sobre ela, o Zé Márcio fez uma boa descrição desse processo. Ela vai gerar as condições para a sua resolução e as condições para evitar que se repitam. E é melhor esse tipo de crise do que não ter um bom sistema financeiro, não assumir riscos. Por exemplo, em Cuba não tem crise. Em Cuba a bolsa não cai, em Cuba o crédito não para, em Cuba não tem banco ameaçado de quebra, mas também é pobre. Ou seja, você não tem um sistema financeiro gerador de riqueza, portanto não tem crise. Tampouco tem crise desse tipo na Coréia do Norte. Feita essa longa introdução, é o seguinte. Olha, essa crise tem raízes mais profundas, ela tende a ser mais duradoura, ele não vai ser resolvida amanhã, provavelmente vai exigir a estatização de grandes bancos americanos, o Governo vai resistir isso até o último homem, mas é provável que venha acontecer, tem vários riscos associados à estatização do sistema financeiro, mas provavelmente alguma coisa vai acontecer nessa área como já está acontecendo no Reino Unido.

Mas eu acho que ninguém pode ter dúvida que enquanto não se criar as condições para a restauração da oferta de crédito, particularmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, dificilmente o mundo vai se reencontrar com o crescimento. Esse é um elemento fundamental disso aí. E aqui no Brasil nós somos, digamos assim, caudatário desse processo. Nós dependemos muito do que venha de solução para a crise dos Estados Unidos. A vantagem, como já se mencionou aqui, é que o Brasil está muito mais preparado para essa crise do que em qualquer outra. Isso é fruto de um conjunto de transformações, como lembrou aqui o Marcos e o Zé Márcio, que começaram ainda no Governo Sarney, de transformações institucionais que mudaram a face do setor público brasileiro, particularmente nas finanças públicas e na gestão da política monetária e dos bancos sociais. O Banco Central é hoje um banco completamente diferente do que era nos anos 80. O Banco Central chegou a ter carteira de desenvolvimento. O Banco Central chegou a ter equipe de análise de projeto. Tinha equipe com engenheiros, advogados, economistas. Isso é coisa do passado. Nós temos um Banco Central hoje de grande credibilidade, de grande previsibilidade e que se beneficiou profundamente dessas transformações que foram feitas no passado. Esta é a primeira crise dessa magnitude em que se começarmos o período que ela se agravou, de setembro para cá, de setembro para cá, em um ano de setembro para cá nós vamos ver coisas que era ao contrário do que acontecia antes. Dessa vez a taxa de juros vai cair. Nas outras a taxa de juros subia. A taxa de inflação vai cair, nas outras subia. A relação entre a dívida e o PIB vai se estabilizar ou cair, nas outras subia. O Tesouro Nacional é credor em moeda estrangeira. Naquela época ele era devedor. O Tesouro Nacional limpou de seu endividamento os papéis cambiais, naquela época tinha papel cambial. Só para lembrar, na máxima valorização de 1983, 40% da dívida pública eram papéis denominados em moeda estrangeira. Papéis cambiais. O que significa numa noite a dívida pública aumentou 12%. 40% era câmbio, 30% desvalorização. Aumentou 12%. Dessa vez o tesouro fica mais rico por assim dizer quando a desvalorização cambial acontece. E uma coisa interessante, os nossos pecados, isso foi chamado atenção pelo Edmar Bacha ouro, os pecados brasileiros nessa crise viraram virtude. São os pecados que nós temos que nos livrar em algum momento deles, mas nesse momento foi bom que não tivéssemos livrado, como lembrou outro dia a revista The Economist da semana passada. Ou seja, nível elevado de compulsório foi uma vantagem nessa vez. Porque bastou reduzir esses compulsórios para injetar a liquidez de que o sistema financeiro carecia, enquanto que nos Estados Unidos e na Europa foi preciso inventar certas linhas de crédito para prover o sistema de liquidez. Nós temos uma forte participação do... Estado no sistema financeiro que algum dia terá que ser reduzido, nesse momento foi adequado. Ou seja, os bancos públicos não têm a mesma preocupação com a sua solvência futura que tem um banco gerido, olhando os interesses dos acionistas e os bancos públicos começaram a assumir uma participação maior no crédito na economia, particularmente o Banco do Brasil e a Caixa Econômica e ultimamente também o BNDES. E a elevada taxa de juros. Taxa de juros mais alta do mundo nesse momento é um bônus. O banco da Inglaterra e o Fred Reserve não tem mais espaço para atuar para enfrentar a crise porque a taxa de juros já se aproximou de zero. Agora já estão fazendo o que eles chamam ação quantitativa, isto é, o Banco Central começar a comprar papéis para injetar liquidez. Não será o caso no Brasil, embora já tenha gente sugerindo que o Banco Central comece a comprar papéis públicos. Acho que nem isso é possível, a Constituição não permite. Eu acho que no campo fiscal, como reagir a essa crise? Acho que no campo fiscal tem muito pouco a fazer, embora o Governo faça uma propaganda muito grande do que está fazendo. Por uma razão simples. A partir da Constituição de 88 e de medidas posteriores, o sistema orçamentário brasileiro ele se tornou absolutamente emprestável para ações de natureza contra cíclico, dado o seu grau elevado de rigidez. Mais de 90% da receita pública tem que ser gasto em despesas obrigatórias, vinculações de receitas, a despesa. O PAC representa, do que é orçamentário, o PAC, se funcionar, e parece que começa a funcionar, representa 1% do PIB de investimento. Não tem o poder de ser uma ação contra cíclico relevante. Nós temos reduzido espaço para diminuição da carga tributária exatamente por conta do nível que já chegamos de despesa pública no Brasil. O ideal seria uma ação para transferir gastos de custeio para investimento. Outro ponto que vem sendo comentado muito, diz o Senador Dornelles, o que você não faria? Eu não faria o uso que está se pretendendo dos bancos oficiais. Espero que não se faça. O uso dos bancos oficiais como mecanismos de se contrapor aos efeitos da crise. A experiência no Brasil nesse campo é muito ruim, mostra que todas as vezes que os bancos são usados pelo Governo para prover crédito que o sistema privado não está provendo, os bancos se tornam em algum tempo o grande depositário de operações mal sucedidas. E nós vemos isso no início dos anos 90, com a recapitalização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica literalmente quebraram. Eu vejo com muita preocupação, por exem-

plo, e eu não faria isso, usar o Banco do Brasil para crédito imobiliário. O Banco do Brasil não tem nenhuma tradição no crédito imobiliário. Mas está sendo anunciado nessa... Programa aí de construir um milhão de casas populares que o Banco do Brasil vai ser o elemento. Ele não tem nem recurso para isso, não tem experiência, não tem estrutura, não tem mecanismos. Claro que vai terminar fazendo se o Governo mandar. Esse é um ponto que me preocupa. Na verdade, eu tenho conversado com os amigos que ainda tenho no Banco do Brasil, e eu vejo uma preocupação entre os mais antigos com essa pressão sobre o Banco do Brasil para que ele reduza spread, para que ele oferte crédito a segmentos que não estão tendo acesso no sistema privado, e o Banco do Brasil depois do desastre que levou à capitalização forte do Tesouro Nacional, a spenas do contribuinte, o Banco do Brasil adotou um conjunto de medidas, contratou consultorias e despersonalizou a concessão de crédito. A concessão de crédito no Banco do Brasil é toda feita através de comitês. Provavelmente ninguém se lembrou que um dia apareceria o risco de o Governo Federal mandar o Banco do Brasil no atacado fazer coisas que o leve novamente a situações periclitantes do ponto de vista de sua solvência. Então, eu creio que um dos riscos que nós estamos correndo, ou melhor, eu mencionaria dois riscos. A provocação correta do Senador Dornelles. A primeira essa de uso inadequado dos bancos oficiais, seja para fazer coisas para as quais não estão preparados, seja para forçá-los a generosos financiamentos com taxa de juros subsidiadas, inclusive para segmentos que não precisam. O incentivo é enorme para tomar dinheiro em banco público quando a taxa de juros é camarada. Eu também não faria o que está se chamando uma cruzada contra o spread. A mim me surpreende que o Governo Federal esteja sendo o canal pelo qual se promove uma espécie de um protesto contra o spread, o alto spread no Brasil. Eu acho que o Governo não precisaria ir tão longe. Ou poderia entender melhor essa situação, porque o Banco Central do Brasil, há 10 anos tem um grupo de pessoas qualificadas examinando exatamente essa questão. O site do Banco Central, hoje, é provavelmente o maior repositório no mundo de estudos técnicos de autoria do pessoal do Banco Central e de participantes da academia em outros países em questão de spread bancário. Essa é uma área muito estudada, muito mapeada. Não precisa ir muito longe, nem fazer cruzada. É só olhar quais são os fatores estruturais que fazem com que o spread bancário no Brasil seja tão elevado. Aqui já foi dito muito, por exemplo, o principal deles é a inadimplência. A inadimplência representa hoje perto de 38% do spread e é fácil de entender. O Brasil é um país onde é muito difícil recuperar crédito. Por razões do processo judicial, por razões legais. Há um ambiente pró devedor e contra credor. Dificilmente encontrado em outro país. Eu gostaria de mencionar aqui, há cinco, seis anos atrás, o Armando Pinheiro conduziu uma pesquisa entre juízes, e ele fez uma pergunta. Entre decidir que um contrato seja cumprido e olhar os aspectos sociais da transação, como o senhor decidiria? 88% disseram que decidiria pelas questões sociais. E isso gera uma segurança jurídica. O efeito jurisdicional no crédito no Brasil é muito elevado. Você tem a questão tributária, mesmo que se considere somente os impostos indiretos, ele tem uma participação relevante no spread bancário. Agora, o que a gente tem visto também, outro dia surgiu um estudo da FIESP comparando o Brasil, o spread no Brasil com spread em outros países. E é um estudo que impressiona, você vai olhar o spread do Brasil é muito mais alto do que na Colômbia, do que nos Estados Unidos. Só que tem um detalhe, o estudo está errado. Profundamente equivocado. Porque esse estudo compara banana com laranja. O Brasil é o único país em que o Banco Central divulga o spread bancário considerando o conjunto de todas as operações creditícios. No resto do mundo se divulga o spread bancário apenas para chamadas operações prime, isto é, as operações de baixíssimo risco, as operações AAA. Provavelmente se o Brasil divulgar o spread nessa metodologia ele vai ser menor do que o da Colômbia. Mas dá pra impressionar por que a gente tem um spread tão alto. E assim por diante. Outra coisa, eu vi outro dia levantado e está nos papéis que o Senador Dornelles nos mandou, alguém pergunta: Escuta, os bancos hoje ganham muito com tarifa. Tarifa não existia há 10 anos atrás. Portanto, está na hora de reduzir muito sua lucratividade. Só que tarifa existia. A tarifa existia só que não tinha esse nome. A tarifa era o imposto inflacionário apropriado pelos bancos. Daí porque o sistema financeiro brasileiro desenvolveu nos anos 80 um grande esforço de atrair operações para se cobrar carnê, taxa de condomínio. Porque o banco ganhava com o imposto inflacionário. E o imposto inflacionário era uma forma destorcida de cobrar tarifa. Acabou imposto inflacionário, isso tem que ser substituído pela tarifa efetiva, com a vantagem de que ela fica transparente, o Banco Central pode acompanhar, pode divulgar, pode fazer comparações entre bancos e assim por diante. Enfim, o spread bancário é um assunto muito complexo. Não pode ser tratado de forma simplista. É preciso examinar suas causas estruturais, e não associá-las a uma questão de ganância, a uma questão de lucratividade do banco. O Governo novamente não precisa muito esforço, basta usar o que ele já tem no Banco Central,

e a idéia de que o spread pode ser reduzido na marra ou por uma cruzada contra os bancos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Ministro, desculpe a interrupção. Chegou aqui o nosso Presidente. Eu queria cumprimentá-lo e convidar para sentar aqui nessa Mesa. Por favor.

MAÍLSON DA NÓBREGA: Como está, Presidente? Tudo bem? Presidente é Presidente.

MAÍLSON DA NÓBREGA: Bom, concluindo. Senador Dornelles me perguntou o que eu faria se eu estivesse no Governo. Eu faria um grande esforço para aprovar o Projeto de Lei do cadastro positivo. Esse projeto tem implicações muito importantes para atacar a questão do spread bancário elevado. Primeiro, porque ele atua sobre um componente importante do spread, o mais importante que é a inadimplência. Segundo, porque ele termina também atuando no chamado resíduo do banco. É preciso debater bem esse assunto, até porque começa a haver incompreensões com a função desse projeto. Outro dia fui perguntado por um jornalista o que eu achava do cadastro positivo porque estava se falando que era um projeto para beneficiar banco, e na verdade é um projeto para beneficiar o tomador. E segundo é imaginar que o cadastro positivo não terá nenhuma função na redução do spread, uma vez que os bancos trabalhariam com taxas padronizadas de juros, produtos padronizados, e portanto o spread bancário não teria nenhuma função na medida em que ele não reduziria nenhuma assimetria de informação que hoje existe. Os bancos já consideram isso. Na verdade isso é um equívoco, basta perguntar aos bancos, tanto público quanto privados, os bancos trabalham com diferentes níveis de risco, alguns têm dezenas de níveis de risco e uma redução da assimetria de informação que viria pelo cadastro positivo certamente produziria queda da taxa de juros em muitos desses níveis de risco estabelecidos pelos bancos para suas operações. Claro que vai levar tempo, ninguém pode imaginar que a aprovação do cadastro positivo possuo produziria no outro dia da sua sanção, da sanção do projeto uma queda da taxa de juros, porque vai levar tempo para formar o histórico de crédito, mas é provavelmente uma das medidas mais importantes a serem adotadas. E finalmente, Senador Dornelles, voltando ao que eu não faria, eu não correria o risco de uma intervenção do Estado para reduzir o spread bancário. Seria um desastre, a meu ver. Seria o tiro pela culatra. Eu me lembro em certo momento da vida brasileira o Ministério da Fazenda chegou a pensar em tabelar o spread. Ou seja, o Ministério calcularia o custo de tabelação e calcularia o spread. Felizmente uma idéia sem sentido como essa não foi avante, e portanto deixe-me repetir isso. É importante olhar as cláusulas estruturais do spread, é importante não se iludir com comparações internacionais descabidas, e é fundamental atacar essas causas em vez de imaginar que a retórica, a agressividade na retórica resolverá essa questão do spread bancário. Muito obrigado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria antes de dar a palavra a V.Exª pela ordem, dizer ao Presidente Sarney, aqui estou falando em meu nome, em nome do Presidente Garibaldi e todos os Senadores, é uma honra muito grande receber V.Exª nessa reunião de hoje. Nós estamos aqui discutindo assuntos relacionados com o acompanhamento dessa crise financeira, procurando dar o enfoque muito especial a alguns problemas que preocupam o Senado, preocupam a sociedade brasileira e acabamos de ouvir aqui a exposição extremamente competente de quatro economistas e que eu acho que serão da maior importância para o diagnóstico que nós vamos preparar. Nós vamos agora, se V.Exª permitir, passar aqui e ouvir alguns dos Senadores inscritos.

SENADOR JOSÉ SARNEY (PMDB-AP) Eu acho que essa Comissão é uma das grandes medidas tomadas pelo Senado Federal, no momento em que se agrava a crise internacional e é uma contribuição que estamos dando e convocando as inteligências do país nesse setor para pensarmos sobre soluções, sobre decisões, e uma maneira de mostrar que o Senado Federal está atento e pode colaborar com isso, com essas soluções. E tenho a satisfação de ver que essa Comissão é Presidenta por V.Exª, um homem de tão grande experiência, tão grande vivência e de tamanha capacidade. E essa Comissão está caminhando muito bem, hoje é um dos focos de interesse do país sobre os trabalhos do Senado, o documento que já produziu é um documento eu acho muito importante, e estamos agora recolhendo esses subsídios e devemos agradecer a todos aqueles que aqui estão para colaborar conosco. Muito obrigado a V.Exª. Minha presença aqui é justamente pela importância da Comissão e estou saindo de presidir a Ordem do Dia para dizer o quanto nós somos gratos no Senado ao trabalho que vem sendo realizado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Gostaria só... Como tem uma ordem de inscrição dos Senadores, eu respeitarei a ordem que foi estabelecida.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a palavra o primeiro inscrito, que é o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente desta Casa, Presidente Sarney, Presidente Dornelles, Presidente da nossa Comissão, Presidente

Garibaldi, ilustres senhores professores que nos honram muito com a sua presença, agradecer a presença de todos aqui. Eu gostaria de fazer algumas perguntas e ser o mais objetivo possível. Um dos objetivos dessa Comissão é poder contribuir de uma maneira relevante para a mitigação dos efeitos dessa crise no país, ou via parlamentar, via legislativa, ao mesmo tempo em que nós possamos acompanhar os desdobramentos dessa crise, criticando aquilo que nós achamos que deva ser criticado e fazer aquelas sugestões que nós achamos devidas. Nós já tivemos algumas reuniões com o Ministro da Fazenda, com o Banco Central, e a meu ver alguns fatos ficaram claros pra mim. Primeiro, o crédito ainda não normalizou no Brasil. O crédito, principalmente, não, basicamente os bancos chamados médios e pequenos estão parados. Estão completamente parados. Esses bancos são os grandes intermediários de uma série de operações de transações que são fundamentais para o funcionamento da economia. O juro aí é juro Selic, spread, continua alto. Quer dizer, e de... Com razões ou sem razões nós estamos na contramão do mundo. Enquanto o mundo todo está baixando nós estamos aumentando, para o juro e spread nós estamos aumentando. Como foi dito aqui por praticamente todos, o motor da economia é o crédito. Não há chance nenhuma de retomada enquanto as coisas continuarem como estão. Então, a primeira pergunta é: Sugestões que os senhores dariam para que o crédito no Brasil, dentro das características do sistema financeiro nacional volte a operar com normalidade. Segundo, que sugestões... E aqui foi dito pelo Ministro Maílson que o Banco Central já tem uma série de estudos sobre a questão do spread, e quais são essas sugestões principais fora o cadastro positivo? Eu sou cético em relação ao cadastro positivo. Não que não acho que seja uma boa medida, mas eu já trabalhei aqui, uma delas aqui com o meu querido amigo professor Marcos Lisboa que a gente se matou de trabalhar aqui na lei... Da nova Lei de Falências. Em que nós achávamos que estávamos resolvendo um sério problema da questão do spread, e ele disse que melhorou... Pode ser. Mas na verdade não é a sensação da maioria da população brasileira. Eu quero colocar também algumas observações. A questão da inadimplência, Ministro Maílson, hoje de manhã mesmo nós estivemos no Banco Central, e o Presidente Meirelles fez uma amostra que a taxa de aplicação hoje no Brasil, não sei se você já chegou a comentar isso, está ao redor de 40%. Alguém comentou isso aqui? Estava ao redor de 40%. E eu disse para ele: É a inadimplência na certa. Porque quem pega dinheiro a 40% não vai pagar. A inadimplência... Nós estamos vivendo um ciclo vicioso. Então, dentro dessa perspectiva não tem jeito, você está cavando um grande problema para o futuro. E a outra observação que eu gostaria de fazer também sobre essa questão do spread, e não vi ninguém comentando especificamente aqui é a questão da concorrência. Da velha e boa concorrência. Porque enquanto a gente... Nos Estados Unidos tem sete mil, oito mil bancos, aqui são 30, sei lá, 40 bancos que existem, sendo que hoje grandes bancos são quatro, três, quatro bancos apenas e a concentração tende a ser cada vez maior e do jeito que vão as coisas a concentração vai ficar maior ainda. A questão da concorrência, a questão dos riscos que o sistema financeiro americano, por exemplo, teve que incorrer não foram também consequências diretas de concorrência altamente sofisticada que obrigou a inovações e essas inovações aumentaram o risco, etc., enquanto aqui evidentemente o sistema financeiro mais acomodado os interesses à inovação são menores. Isso é mais ou menos um bê-á-bá de teoria econômica. E mais outra pergunta especificamente ao professor José Márcio Camargo, é uma pergunta que ele fez e não respondeu. Quer dizer, de onde vem esse dinheiro? E eu queria de onde veio esse dinheiro. Fora o Brasil... Porque eu fui Governador, professor, e eu me lembro que para levantar um bilhão a mais, um bilhão a menos... Era uma loucura. E agora eu vejo tantos cem bilhões para lá, 200 bilhões para cá, 100 bilhões para casas populares, 100 bilhões para o BNDES, abre mais 100 bilhões. E eu vejo o orçamento e não vejo de onde sai tantos bilhões. Essa explicação eu queria entender, que eu realmente até agora não consegui entender.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado Senador Tasso Jereissati. Eu pergunto aos Senadores se a resposta deveria ser individualmente ou se nós poderíamos ouvir... Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bom, primeiro saudar o Presidente Sarney, saudar o nosso Presidente Garibaldi, da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Francisco Dornelles, Presidente da Comissão de acompanhamento da crise, cumprimentar o professor Zé Márcio Camargo, meu caro amigo professor Marcos Lisboa, Sr. Luis Guilherme Schymura, Ministro Maílson da Nóbrega. Primeiro, mais do que nunca acho que registrar aqui a lucidez das exposições, que sem dúvida nenhuma vão ajudar muito o Congresso Nacional e o Senado Federal a tratar dessas questões e discutir aqueles projetos que são importantes para o país no momento como esse que nós estamos vivendo, ou que o mundo vive, melhor dizendo. Acompanhei atentamente a exposição de cada um dos senhores e concordo com o professor Zé Márcio Camargo, especialmente nas medidas para socializar

especialmente os benefícios basicamente voltados para quem emprega, e mais do que nunca, facilitando não só a formalidade, mas aumentando o poder aquisitivo através daquelas pessoas que trabalham, uma medida absolutamente ampla e sem nenhuma segmentação. Essa observação achei muito importante. Também acompanhei de perto o professor marcos Lisboa, as considerações sobre spread, as considerações especificamente sobre infra-estrutura, as necessidades de redução do custeio, a priorização dos investimentos, investimentos em infra-estrutura. Ouvi também o professor Schymura falar sobre alguns projetos que tramitam aqui no Congresso. Primeiro a questão da concorrência. Isso é fundamental, e no meu ponto de vista um dos projetos prioritários aqui no Congresso Nacional. O segundo, as agências reguladoras. Esse projeto das agências reguladoras ele continua parado na Câmara dos Deputados. E eu volto, há muitas discussões em torno dessa questão, mas o meu entendimento é que essas agências reguladoras, esse projeto ele tem que sair da Câmara e vir aqui para o Senado, sendo as agências um instrumento de Estado, e não de Governo. E ao mesmo tempo também os marcos regulatórios da infra-estrutura. Nós aqui inclusive, com o Senador Garibaldi, foi criada uma Subcomissão que tratou especificamente dos marcos regulatórios. Todo esse conjunto de medidas e de ações para trazer segurança para quem investe, ou que pretende investir no Brasil. Seja alguém que esteja lá fora ou alguém que esteja aqui dentro. Seja privado ou seja estatal. E também as observações do Ministro Maílson, até pelo bom entendimento dessa crise, ou talvez não se consolidar uma posição simplista de tudo aquilo que vem acontecendo já praticamente mais de um ano, ou mais intensamente nos últimos três meses, sete meses. E com experiência que V.Exª tem com a máquina pública. Mas eu queria, já que o Senador Dornelles e pra ser bem objetivo, perguntou ao Ministro Maílson, e eu aproveito, vou expandir mais a pergunta para os demais... Para as demais... Para os professores, enfim, para os técnicos experientes que aqui se fizeram presentes, se o Ministro Dornelles perguntou se o Ministro Maílson fosse Ministro o que ele faria e o que não faria, e Ministro respondeu, perguntar: Se os senhores fossem parlamentares, quais os projetos que os senhores colocariam como prioridade em função desse momento que nós estamos vivendo? E um último ponto que eu gostaria de perguntar, porque de certa maneira é um fato que está correndo em paralelo, mas é um fato que vai ser importante pelo que representa a Petrobras no crescimento do país. Os últimos números que vi, chega a quase... No crescimento do PIB chega a quase 0,9, talvez 1%. A leitura dos senhores com relação às regras do pré-sal. Até porque isso vai impactar efetivamente o futuro do país, e esse projeto também não é um projeto que... É muito... Naturalmente essa modelagem trará impactos naquilo que já existe hoje no modelo que já existe hoje em função da lei 9478 como também no futuro. Quer dizer, resumindo, se os senhores fossem parlamentares, quais os projetos deveríamos seguir aqui para ter uma pauta propositiva para o país? E a questão do modelo da área de petróleo e gás que no meu ponto de vista vai ser muito importante em função dos obstáculos que nós vamos enfrentar e desenhando aí um futuro de país melhor. Muito obrigado e quero dar os parabéns a todos os expositores, especialmente ao Ministro Dornelles que preocupou com a sua habitual competência essa Audiência Pública.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Delcidio. Eu passo a palavra agora ao terceiro debatedor, que é o Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Srs. Senadores, Presidente José Sarney, Presidente Garibaldi Alves, Senador Francisco Dornelles, nossa saudação. José Camargo, Maílson da Nóbrega, Luis Guilherme e Marcos Lisboa. Cumprimentá-los pela exposição, cumprimento os Srs. Senadores. Aqui foi dito que estamos na melhor posição entre os países expostos. Realmente é o que nós escutamos quase que diariamente. E também foi dito que o grande vilão de toda a crise globalizada é o crédito. As saídas todos nós pensamos um pouco e vou fugir um pouco das que aqui foram apresentadas, porque o custo do crédito, a solução com o crédito, quer seja aqui no mundo, o espaço para crescermos sem construir novas plantas industriais também nos parece que é uma realidade muito forte para o Brasil, mas eu levaria para outro segmento que não foi falado até aqui, e que hoje a agricultura, o agronegócio, a agroindústria, todo segmento, o setor produtivo primário, ele hoje representa 34% do PIB do Brasil. Ele é responsável por um terço das exportações. Por 37% dos empregos no país. Ele foi nos últimos cinco anos o responsável pelo total da balança... O superávit da balança comercial. E eu vejo de que os estoques no mundo estão caindo. O consumo, principalmente na Índia, na China, considerando a elevação da classe média no mundo, levando em consideração ainda o próprio câmbio, com a desvalorização do dólar... Aliás, do real, faz com que viabilize com mais facilidade a entrada de mais reais no mercado, e conseqüentemente ajudando a produção. Temos ainda o crescimento da urbanização, que é um fato concreto. O crescimento... O aumento da demanda interna e externa é uma realidade. Nós temos um potencial de crescimento extraordinário. Puxado pelo complexo soja,

milho, trigo, etanol, leite e carne. Sem desconsiderar os demais. E também esse segmento ele precisa de dinheiro. Só que ele dá uma resposta no plantar e colher de 120 dias. E na agroindústria dificilmente passa de seis meses, principalmente no frango e no suíno. Considerando esse quadro de... Com a rapidez em que ele se movimenta, e certamente com a demanda, e aqui me apareceu um estudo hoje feito por técnicos de nível nacional e internacional, em que o Brasil nos próximos 10 anos será responsável por 61% do mercado mundial na carne de bovinos. 90% da carne de frango, e 21% da carne de suínos. Eu vejo nesse segmento talvez o mais propício, o mais profundo para encontrarmos o primeiro caminho para a solução não só para a alimentação dos 190 milhões de brasileiros, mas principalmente para ajudar a alimentar o mundo e trazer divisa. E nós ocupamos hoje, senhores debatedores, somente 7% do solo brasileiro na produção de cereais. Temos à disposição desse Brasil terras ociosas em torno de 20 milhões de hectares. Temos 30 milhões de hectares de terras degradadas nas fazendas, e poderemos ainda incorporar sem agredir o meio ambiente e o desmatamento 90 milhões de hectares de terra no centro-oeste e no cerrado, centro-oeste e nordeste. Eu deixo como reflexão, até para ouvirmos a experiência de todos os senhores que possamos dessa experiência buscar talvez a nossa participação na ajuda dos grandes problemas que o país tem. Obrigado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Neuto de Conto. Dou a palavra agora ao próximo Senador inscrito, que é o Senador Roberto Cavalcanti.

ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de complementar toda a Mesa em nome do Senador José Sarney, que teve o talento e a experiência de criar esta Comissão e nos proporcionar um momento como esse que é um momento de muito aprendizado. Eu assisti com extrema atenção, minha formação é economia, e tive o privilégio de fazer aqui as minhas anotações sobre as talentosas observações de todos os palestrantes. Parabenizo-os, mas vou concentrar minhas observações ao meu conterrâneo, amigo, ex-Ministro Maílson Nóbrega. E vou concentrar minhas atenções no sentido de concordar e discordar. Eu iria pelo lado positivo, que é de que de toda crise se tira uma aprendizagem, de toda crise se tira uma lição, e aqueles efeitos que motivaram aquela crise deverão, a princípio, não se repetirem. Não é regra, mas é a tendência. E diria que talvez nós possamos sair, nós brasileiros, nós mundo, possamos sair enriquecidos no futuro com essa... Da saída dessa crise, porque em minha opinião nós vivíamos num mundo irreal, vivíamos num mundo em que se aplicava num boi que não se tinha. Não se tinha nem o boi, não se tinha a fazenda e o cidadão apresentava um papel dizendo “tenho tantos milhões e boi, e tal...” Então, era uma coisa que para nós que saímos da atividade privada e produtiva, achamos que era uma irrealidade. Irrealidade também se sentar na beira da praia e se ter um rendimento maior do que o rendimento de quem está dentro de uma empresa, quem está dentro de uma indústria, está dentro de um comércio. Então, nós que estávamos na atividade produtiva estávamos no limite de sermos ridicularizados. Então, acho que essa experiência, os limites, o uso do cartão de crédito nós brasileiros temos uma mania de imitarmos o americano, então nós estávamos imitando esse modelo americano do cartão de crédito e estavam migrando, inclusive, para o modelo da... Do setor imobiliário. Se não tivesse aconteço essa crise nós teríamos imitado também e feito um sistema brasileiro similar ao americano no tocante às hipotecas e às casas próprias. No tocante aos lados positivos, aí vem a minha discordância no setor bancário brasileiro. O setor bancário brasileiro tem aspectos extremamente positivos, sua solidez, parte dessa solidez consolidada em função das regras brasileiras do Banco Central, isto é verdade porque existem bancos que operam no Brasil e que sua situação internacional não é a mesma brasileira, o que prova de que os bancos nacionais, bancos brasileiros na verdade são mais sólidos hoje até que esses bancos que vieram ao Brasil, porque eles estão fragilizados nas suas bases. Então, a solidez do modelo bancário brasileiro se alicerce fundamentalmente nas regras brasileiras de comportamento do Banco Central. Na modernidade do sistema bancário brasileiro e na capilaridade da aplicação do sistema bancário brasileiro. Agora, um brasileiro não pode entender como é que ele aplica na poupança a zero vírgula alguma coisa e este mesmo cidadão brasileiro tem que pagar um cartão de crédito a 15%, por exemplo, ao mês. Então, é uma... O operário brasileiro que aplica no FGTS, a base de poupança, e é a zero vírgula alguma coisa e depois tem que pagar suas contas com as taxas bancárias brasileiras. Acho que o sistema bancário brasileiro ele sempre se beneficiou de todas as circunstâncias brasileiras, e esse spread brasileiro, vamos dizer, embutido, mascarado. Na forma de que a culpa é do spread não é só do spread. É do spread, é das taxas. O que importa é quanto o cidadão brasileiro paga de juros estando aí embutido todas as taxa de juros para tomar algum dinheiro. E foi citado aqui pelo Senador Tasso Jereissati o exemplo de que se tomar um empréstimo. Se o cidadão brasileiro, empresário, qualquer outro cidadão tomar um empréstimo na base de 40%, nós com a experiência empresarial que temos sabemos que jamais vai pagar. Mas o banco ele ar-

risca aquilo pela ganância do imediatismo. Ele arrisca aquilo que alguns vão pagar e esses alguns que vão pagar eles vão ter essa positividade. O cadastro positivo eu acho instrumento perigosíssimo. Acho que o cidadão brasileiro já é invadido na sua privacidade de informação ao extremo. Então, eu particularmente sou extremamente contrário ao cadastro positivo que eu acho que os bancos brasileiros já detém um manancial de informações extremamente precisa e já detém de todos os instrumentos que pra se tomar um empréstimo num banco brasileiro se abre toda privacidade de todo cidadão, privacidade de todas as empresas, todas as informações contidas já estão lá. Então, eu acredito que se possa fazer alguma coisa no tocante a superarmos essa crise com maestria, com a criatividade brasileira, mas sem dúvida vai ter que passar por alguma adaptação do sistema bancário brasileiro. Foi falado aqui que a crise começou em 2007, 2008, se pegarmos os balanços dos bancos brasileiros de 2007 e 2008 esses resultados brasileiros são maiores que os resultados internacionais desses bancos. Então, algo está sendo tirado do povo brasileiro imerecidamente. Esses eram minhas observações. Agora vou fazer minha pergunta que é a seguinte, vou pegar a carona do Luiz Guilherme Schymura que ao tempo do Carlos Lacerda que ainda é do meu tempo, era perguntado que quem desse uma resposta era que menos informado estava sobre a crise. Mas eu venho aqui em busca de uma resposta. Então, eu gostaria de mesmo com o atrevimento, com a margem de erro, nós tivéssemos uma noção, uma expectativa de até onde e até quando se pode ter a expectativa de nós superarmos essa crise brasileira? Até onde se chega, a que nível nós estamos, pelas experiências que os senhores economistas tem de que a que patamar nós estamos hoje e até quando se tem a perspectiva de uma reversão de curva. Meu muito obrigado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador Roberto Cavalcanti, agradeço muito a objetividade como V.Exª colocou suas questões, sua precisão, e passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Francisco Dornelles, Sr. Presidente Senador José Sarney, Presidente Garibaldi Alves e quero primeiro cumprimentar nossos quarto expositores, marcos de Barros Lisboa, Luis Schymura de Oliveira, Maílson da Nóbrega, ex-Ministro, e meu caro José Márcio Camargo. Eu visitei os Estados Unidos no último dia 27, 8 e dia primeiro, e me deparei ali com o livro doPaul Davidson, sobre John, onde ele observa que na verdade o maior homem que contribuiu para as possibilidades de democracia e de uma sociedade civilizada no século 20 alguns poderiam pensar que foi, mas neste livro ele procura demonstrar como foi John, ainda que não tenha sido eleito para um posto eletivo. Mas dada a importância da sua contribuição que inclusive ganhou enorme relevo nos últimos meses, e economistas os mais diversos tiveram a oportunidade de salientar isto. Eu próprio neste encontro da associação de economistas do leste dos Estados Unidos tive a oportunidade de ouvir os nobres de economia, Josef Steindl e Paul Krugman, este último prêmio Nobel que ressaltou isso. O próprio Paul Krugman, na sua exposição para centenas de economistas presentes, recomendou fortemente a todos que procurassem reler com atenção a Teoria Geral da moeda, do emprego e do juros e os ensaios de persuasão. Assim como também recomendou que lessem as obras de James, que foi um grande Keynesiano. Eu gostaria de lhes perguntar a respeito, mas inclusive com respeito a um tema que de alguma forma poderia ter sido tocado, mas dentre as proposições colocadas não chegou a ser feito. De alguma maneira o professor José Márcio Camargo tocou em tema relacionado, mas não direto. E eu gostaria aqui de ouvir a opinião dos quatro Economista que muito respeito e fazer uma pergunta semelhança a que eu mesmo fiz ao Paul Krugman, porque todos aqueles como eu que admiramos tanto John Maynard Keynes e James Tobin, gostaríamos de saber o que ele achava, e a pergunta eu coloco para os quatro, da sugestão que John Maynard Keynes fez em 1939, em... No momento de crise econômica em que o Reino Unido se deparava com a necessidade de realizar uma guerra contra a Alemanha, e depois o Japão, e Itália, então ele recomendou a todos que se separasse o volume de recursos necessários para a defesa, mas que também dado que iria haver problemas sociais graves em meio à guerra, que se deveria prover a todos os ingleses uma renda básica. E em 1972 foi o James Tobin quem, assessorando o candidato à Presidência George que enfrentou e perdeu a eleição para Richard Nixon, propôs naquele momento a instituição de um... Que seria justamente uma renda básica inconstitucional para todos os americanos. Bom, eu tive o privilégio, na verdade a honra de ter... Foi em agosto de 1991, um diálogo coordenado pelo então chamado responsável coordenador do Governo paralelo do então Presidente de honra que havia perdido a eleição de 89, do Presidente Lula, mas Walter Barelli reuniu cerca de 50 economistas do PT ou que tinham afinidade com os nossos propósitos em Belo Horizonte. E eu havia... E o Senador José Sarney, Senador Pedro Simon e Garibaldi Alves são testemunhas, aqui apresentado em abril de 91, ainda não havia sido votado sequer pela Comissão de Assuntos Econômicos e pelo Plenário do Senado, a primeira proposta de

garantia de renda mínima, e ali expus juntamente com Antônio Maria da Silveira, que infelizmente faleceu há uns três anos de câncer, mas naquela oportunidade eu e Antônio Maria da Silveira expusemos a proposição de um Imposto de Renda negativo que provaria a todos a garantia de uma renda. E foi então que José Márcio Camargo, poderá me recordar com precisão, disse para nós todos ali presentes: Olha, Eduardo, a garantia de uma renda é uma boa idéia, mas avalio que seria bom se ela primeiro fosse destinada àquelas famílias com crianças, uma vez que um dos principais problemas no Brasil é o número tão grande de crianças que precocemente são instadas para ir ao mercado de trabalho para auxiliar seus pais que não têm o suficiente. Cristovam Buarque já pensava algo semelhante. Mas o próprio Prefeito José Magalhães Teixeira, em 94, tendo lido os artigos de José Márcio Camargo em dezembro de 91 e outro em dezembro de 93 na folha o chamou, trocou idéias, depois me chamou, e ali se iniciaram em Campinas, no Distrito Federal, depois Belém, Belo Horizonte, Rio Preto, Mundo Novo e todos... E hoje nos 5563 Municípios se iniciaram os programas de renda mínima associados à educação, e em 96 o maior defensor desta proposta, o filósofo Philip veio ao Brasil e eu o levei para uma audiência junto ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, e ali ele mencionou: Presidente, iniciar relacionando a garantia de uma renda às oportunidades de educação é uma boa iniciativa. Está relacionado aos investimentos em capital humano. Seria bom assim começar. E foi assim que iniciaram-se as primeiras propostas em 2001.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Há quantos anos faz essa luta já de V.Exª, essa aplicação diária?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O dia que eu cheguei aqui, eleito em 90, junto com V.Exª.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador, pela ordem, pediria a V.Exª se pudesse concluir porque nós estamos com problema de horário.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Certo. De tal maneira que quando José Márcio Camargo diz que diminuiria os impostos e taxas sobre a força de trabalho para maior... Eu quero dizer que estou favorável a isso e tenho sido aqui favorável a que nós venhamos a transferir os encargos sociais para o valor adicionado, e não sobre a folha de salários. Mas, como sabem todos que a garantia de uma renda básica para os 190 milhões de brasileiros é já lei aprovada em 2004, sancionada pelo Presidente Lula e quando Marcos Lisboa é Secretário-Executivo do Ministro Antônio Palocci, certamente acompanhou quando o Ministro da Fazenda disse ao Presidente como foi aprovado de maneira a ser instituído por etapas, gradualmente, é factível, pode sancionar. Mas quando vai começar, Senador Francisco Dornelles? É isso que eu quero informar a V.Exª e a todos. Da mesma maneira que as primeiras propostas de garantia de renda mínima associadas à educação se iniciaram, localmente, é possível que na sexta-feira da semana próxima, num Município de sete mil pessoas, sete mil habitantes, ali na serra da Mantiqueira, junto à pedra do baú, Santo Antônio do Pinhal, o Prefeito que em 2004 tinha 55% dos votos, agora com 79% dos votos resolveu implementar uma renda básica para os sete mil habitantes, irá colocar isso. Chama-se José Augusto Pereira. Estarei lá na Câmara Municipal, no dia seguinte na praça, convidado o povo todo para ver como se iniciará uma experiência pioneira da transição do Bolsa Família para a renda básica incondicional. E gostaria, para concluir, Sr. Presidente, encaminhar a todos os presentes a carta que os participantes do Congresso 8º da renda básica em Nova York, domingo, dia primeiro de março, encaminharmos ao Presidente Barak Obama para que ele considere este instrumento como um dos instrumentos chaves para enfrentar a crise econômica. E distribuo a todos os membros da Mesa, aos economistas visitantes. Ao mesmo tempo em que pergunto a sua análise sobre tal instrumento. Muito obrigado. Um dia, Senador Pedro Simon, tenho certeza que ainda com nós dois em vida, ao longo desse mandato nós vamos isso do Oiapoque ao Chuí. Muito obrigado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Suplicy. Eu passo a palavra ao Senador. Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Ilustres Presidentes, Senador Sarney, Senador Garibaldi Alves, Senador Dornelles, nobres palestrantes. Eu vou saltar o intróito e vou direto as minhas dúvidas. A primeira eu faria ao Dr. Marcos Lisboa. É apenas uma dúvida conceitual. Eu tenho visto desde o início como uma das razões básicas da crise americana a crise de liquidez. Uma das explicações. V.Sª diz que a crise de liquidez, ou pelo menos coloca como sendo uma crise... Falta de moeda circulante, corrigida pelo ingresso de moeda e pelos governos. Eu entendi como uma falta de liquidez de crédito, basicamente do sub prime imobiliário. Onde é que está a nossa divergência conceitual? A pergunta seguinte eu faria ao Dr. Schymura, planejando o Senador Tasso Jereissati e Senador Roberto Cavalcanti. Eu também acredito que a alta inadimplência brasileira é conseqüência absoluta da excessiva alta taxa de juros aplicada aqui no nosso país. É verdade ou não é verdade? É verdadeiro ou não é verdadeiro essa tese? Perguntaria ao professor Maílson da Nóbrega, e pediria a ele que pudesse explicar melhor, o senhor conceituou como uma política desastrada do Governo

estabelecer um limite na taxa de spread dos bancos. Engraçado, eu tinha colocado... Foi na finalização da sua colocação. Eu tinha colocado isso como minha segunda pergunta. Qual seria o efeito real e imediato na economia se o Governo, por exemplo, estabelecesse um teto mecanismo na taxa de spread das instituições financeiras? Claro, somado a instrumentos que pudessem aumentar a eficiência na recuperação dos créditos. Então, somado a instrumentos que pudessem aumentar a eficiência da recuperação dos créditos, se pudesse estabelecer um teto máximo no spread... O que no fato concreto isso acarretaria na economia brasileira? E por fim eu perguntaria ao Dr. Jose Márcio a opinião do nobre professor sobre a conveniência de se aplicar em programas sociais recursos oriundos de empréstimos externos. O que isso acarreta também na nossa economia? Muito obrigado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Srs. Economistas, eu anotei, se houver alguma falha eu pediria que os Senadores me dissessem, o resumo das questões. Em primeiro lugar, o problema do crédito, volta à normalidade, o que tem que ser feito, sugestões para a redução do spread, por que... Qual é a sugestão que os senhores fariam caso fossem parlamentares, o marco regulatório do gás e do petróleo, a participação da agricultura no processo de atenuar os efeitos da crise sobre o Brasil, o cadastro positivo, o spread, até onde e quando os senhores acham que essa crise vai prevalecer, a renda básica, se o problema da alta da taxa de juros não é responsável pela inadimplência, em que ponto uma política de administração de spread realmente porque seria considerada desastrosa e a aplicação de recursos externos em programas sociais. Acredito que tentei resumir.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): De onde vem o dinheiro para pagar. Então, eu perguntaria o seguinte, se os Srs. Senadores concordassem, eu daria a cada um dos senhores seis minutos para examinar esse ponto sendo que alguns dos senhores abordasse essa... Abordasse o problema, talvez pudessem saltar para outro tema. Eu começando aqui da minha direita, pelo Deputado José Márcio Camargo. Eu digo Deputado porque eu quero que ele seja Deputado pelo Rio, e qualquer hora ele vai ser. Ou Senador.

JOSÉ MÁRCIO CARMARGO: Imagina. Bom, muito obrigado pelas perguntas, muito obrigado Senador. Vamos tentar responder o máximo possível na medida do que a gente pode saber, porque nem todas as perguntas eu tenho, eu pelo menos tenho resposta. Na minha avaliação não há a menor dúvida que a questão do crédito do Brasil não foi normalizada. Quando você olha os dados de crédito no Brasil... Não foi normalizada no sentido de que a demanda continua muito maior do que a oferta de crédito na economia brasileira. Seja porque teve uma redução na oferta de crédito, seja porque teve um aumento na demanda vinda das empresas que demandavam lá fora e que agora estão demandando aqui dentro, porque o crédito lá fora ficou escasso. Quais são as sugestões para normalizar essa situação? Eu vou ser absolutamente sincero. Acho que o Banco Central fez muito do que poderia ser feito para normalizar essa situação. Reduziu o compulsório, emprestou diretamente para os exportadores, para resolver problema de crédito para exportação, fez uma série de operações diretas no mercado, inclusive com algum risco, risco que normalmente o Banco Central não deveria tomar, mas que nessa situação que essa não é uma situação normal ele tomou e eu espero que não dê problemas no futuro, provavelmente não vai dar. Então, eu acho que o Banco Central tem atuado de forma extremamente ativa no sentido de normalizar essa situação. E a minha avaliação é que este problema só não se transformou num problema mais grave exatamente pela atuação do Banco Central. Agora, eu não acredito que o spread bancário e a taxa de juros vão cair para os níveis anteriores tão cedo, exatamente porque a demanda é muito maior do que a oferta e o preço vai refletir isso. Esse é o primeiro ponto importante. Segunda coisa que acho que é importante é o seguinte, essa questão da inadimplência. Olha, eu consigo fazer um argumento na mesma linha da idéia de que a inadimplência é grande porque a taxa de juros é muito alta. Um argumento que é muito parecido com o argumento que se fazia para o mercado de trabalho europeu. Por que o mercado de trabalho europeu na década de 80 mostrava uma taxa de desemprego tão alta enquanto que o mercado da Inglaterra, de trabalho na Inglaterra e nos Estados Unidos a taxa era tão menor. A explicação que alguns importantes economistas tinham na época, inclusive o atual Economista chefe do Fundo Monetário Internacional tinha na época, era uma coisa chamada histereses, ou melhor, esclerose, um nome melhor do que histereses. E a idéia era muito simples, a idéia era seguinte, a taxa de desemprego é alta porque ela é alta. No fundo era isso. Ou seja, as empresas se acostumaram... Eu vou tentar ser bem simples nisso. As empresas se acostumaram com uma taxa de desemprego muito alta quando a taxa de... E os sindicatos se acostumaram com taxas de desemprego múltiplas quando a taxa de desemprego começava a cair, sindicatos e empresas começavam a pressionar o salário com tal forma que a taxa de inflação aumentava, o Banco Central tinha que aumentar juros, a taxa de desemprego voltava a subir. O que eu quero dizer com isso? Quero dizer o seguinte, é possível que

no Brasil você tenha, eu não gostava dessa explicação lá e não gosto dessa explicação aqui agora. Quero só dizer pra vocês que existe um argumento tradicional em economia que vai nessa direção. Qual é a adaptação para a taxa de juros brasileira? Uma coisa parecida. Uma coisa um pouco na linha que vocês estão falando. As empresas se acostumaram com uma taxa de juros muito alta e isso gera uma inadimplência muito alta. Na hora que a taxa de juros. Agora. Suponha que agora a taxa de juros caia. Se a taxa de juros realmente cair agora, como eu acho que vai cair, porque você não tem nenhuma pressão inflacionária, então as empresas vão começar a se acostumar com a taxa de juros mais baixa. Se a inadimplência cair, você vai entrar num equilíbrio diferente. É uma coisa que a gente chama em economia de duplo equilíbrio, vários equilíbrios, equilíbrios múltiplos. É possível que seja verdade. Agora, nenhum Banco Central vai se arriscar fazer isso no momento que a economia está crescendo. Eu se fosse Presidente do Banco Central nunca me arriscaria a testar este argumento. É só esse que é o problema. Agora, como a taxa de juro vai cair porque a recessão vem pelo mercado de crédito, não vem pelos juros, então é possível que você chegue numa situação que o Banco Central olhe lá na frente e fale: Veja, a taxa de juros, a inadimplência caiu, não precisa mais subir os juros. É possível. Eu não me arriscaria como Presidente do Banco Central e não me arriscaria como Presidente em nenhum banco privado. Esse que é o ponto. Eu não correria este risco. Mas é possível que esta seja uma oportunidade de você chegar numa taxa de juros de equilíbrio um pouco menor do que a economia brasileira teve no passado. Eu não tenho certeza. Quero só chamar atenção que existe esta possibilidade. Vai um pouco na linha do que vocês estão falando aí da inadimplência e da taxa de juros. A questão das regras do pré-sal, olha, eu vou ser muito sincero sobre essa questão do pré-sal. Eu acho o seguinte, eu acho que o Brasil tem uma institucionalidade no mercado de petróleo que é das melhores do mundo. Eu não mudaria. O mundo está com falta de oferta de recursos para investimento. O Brasil precisa atrair recursos para investimento. As regras do mercado de petróleo brasileiro foram muito atraentes ao longo dos últimos anos. Eu não vejo nenhuma razão minimamente razoável, na minha avaliação, para você mudar as regras neste momento. Nenhuma. A idéia de criar uma estatal... Uma estatal pura de... Eu acho que é mexer numa coisa que está dando certo. Eu, se eu tivesse que dar alguma sugestão aos senhores, era tentar evitar ao máximo mudar as regras do mercado de petróleo. Eu, se eu tivesse que dar alguma sugestão, seria nessa direção. Eu concordo com o Senador que a agroindústria é fundamental. Na verdade, uma das razões pelas quais o Brasil vai sofrer menos do que o resto do mundo é porque o Brasil é uma potência na agroindústria, e só pra dar uma notícia para o senhor, uma razão pelas quais a balança comercial em fevereiro foi melhor do que o esperado, foi o fato de que a demanda por soja na China aumentou, o preço da soja aumentou e a balança comercial brasileira como o Brasil é um exportador grande de soja, a balança comercial brasileira melhorou mais do que todo mundo estava esperando exatamente por causa do agronegócio. Então, eu concordo, acho que uma das razões pelas quais o Brasil vai se dar melhor do que a média é exatamente o fato de que o Brasil é uma potência na agroindústria, é o país mais importante hoje na agroindústria, e agroindústria vai ser provavelmente o setor, ou um dos setores menos afetados por toda essa crise internacional que é uma crise extremamente importante. De onde vem o conselheiro? Eu não sei, Senador. Essa é uma pergunta que está me atormentando. Porque esse dinheiro pode vir de diferentes lugares. Esse dinheiro, por exemplo, pode vir de emissão de moeda nos países desenvolvidos, que é um pouco o que está acontecendo. Agora, por que me preocupa. Eu vou dizer por que me preocupa. Me preocupa pelo seguinte. Se não tiver dinheiro... O dinheiro vai aparecer. Não tenha dúvida. O dinheiro não tem jeito de não aparecer. Os déficits vão ter que ser financiados de alguma forma. O dinheiro vai aparecer. Qual é o sinal de que o dinheiro está curto? O sinal de que o dinheiro está curto, da mesma forma que aqui no Brasil, o sinal de que o dinheiro está curto é quando as taxa de juros dos títulos longos, 10 anos, do Governo americano começarem a subir. Ou seja, quando os poupadores começarem a demandar dos títulos do Governo americano taxa de juros mais altas para financiar o déficit lá nos Estados Unidos. Provavelmente o primeiro movimento quando isso começar a acontecer é bom, o Banco Central americano já disse que quando isso acontecer eles vão começar a comprar títulos para diminuir, para aumentar o preço e conseqüentemente diminuir a taxa de juros dos títulos longos. Provavelmente o primeiro movimento dos poupadores vai ser caminhar para títulos mais curtos. O que aconteceu no Brasil exatamente assim ao longo do processo inflacionário. Os poupadores param de comprar títulos longos, porque está rendendo muito pouco, e passam a comprar títulos mais curtos, dois anos. Dois meses. A dívida começa a encurtar. Quando a curta começar a encurtar, o passo seguinte é fugir pra bens. E aí o passo seguinte é gerar inflação. Ou seja, pagar todo esse déficit via inflação. Então, o dinheiro vai aparecer. Seja via inflação, seja de alguma outra forma.

Agora, eu tenho conversado muito com o Samuel sobre isso, minhas preocupações aí com relação a esse problema. Porque o ponto é o seguinte, a taxa de poupança privada em alguns países vai aumentar. Vai. Não tenho a menor dúvida. Por exemplo, nos Estados Unidos vai aumentar. As pessoas vão poupar mais porque elas têm... A riqueza delas diminuiu muito, como a riqueza delas diminuiu muito as pessoas poupam para viver bem no futuro. Como a riqueza delas diminuiu, elas têm menos dinheiro para viver quando se aposentar. Então, elas vão tentar repor sua poupança agora para poder quando se aposentar daqui a 10 anos ter uma vida boa. Então, a taxa de poupança privada vai aumentar. Como que isso vai... Como que isso vai... Compensar o aumento do déficit, é difícil saber. Mas eu não estou convencido que a poupança privada vai ser suficiente para cobrir todo esse déficit. Finalmente, Senador Suplicy, que já foi embora... Ah, está aqui.

JOSÉ MÁRCIO CAMARGO: Não, quer dizer, eu quero só agradecer a referência, quer dizer, eu... Eu também me lembro com muito carinho daquela reunião lá do PT em Belo Horizonte, lá em agosto de 91, foi uma reunião muito interessante porque eu devo... Quer dizer, eu... Eu acho o seguinte, eu acho que o maior problema da sociedade brasileira hoje é o fato de que o investimento em educação que as famílias brasileiras fazem nos seus filhos é muito baixo, dado as necessidades de capital humano que o país tem. E a segunda coisa que eu acho importante é o seguinte, a única forma sustentável de você gerar crescimento com distribuição de renda é via equalização do acesso à educação de qualidade. E esse programa de... Essa coisa do Bolsa Família, bolsa escola, Bolsa Família, etc., foi uma forma de exatamente favorecer esse acesso. Então, eu sou muito... Tenho muito orgulho desse programa, e eu só... Eu acho o seguinte. Eu acho fundamental deixar claro que esse é um programa de investimento nas crianças. Não é um programa só... Não é um programa social no sentido tradicional da palavra. Este é um programa de investimento nas crianças brasileiras. Quando que isso vai se transformar num programa de renda mínima generalizado, a minha avaliação é o seguinte. Eu só faria isso quando o problema de educação das crianças brasileiras estivesse resolvido. Eu tentaria concentrar o investimento na melhora do acesso à educação de qualidade para todas as crianças brasileiras. Pobres e ricos. Só a última resposta sobre a questão do financiamento dos programas sociais com recursos de empréstimos externos, só tem um problema. Bom, você tem empréstimos que tem a ver com Banco Mundial, tal. Isso é uma coisa. Outra coisa é o seguinte, se você vai pegar dinheiro no banco, tem que pagar de volta. Programas sociais não têm retorno monetário. Tem retorno social. Esse programa do Bolsa Família tem retorno monetário no longo prazo. Porque você está educando a criança agora, está aumentando a qualidade do capital humano agora que vai produzir mais no futuro. Então, é o seguinte. Se você se endivida com um programa que não vai dar retorno financeiro para pagar este programa, você vai ter que pagar com o dinheiro do orçamento. Então, não vejo qual é a vantagem. Realmente acho que não faz menor sentido.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a palavra o Marcos Lisboa.

MARCOS DE BARROS LISBOA: Obrigado. Vou tentar responder algumas das perguntas, em respeito ao tempo. Primeiro a discussão sobre taxa de juros e inadimplência. A estatística tem maneiras de testar o que causa o que. Regra geral: Todos trabalhos que eu conheço, todos, quando você pega os dados, vai de inadimplência para taxa de juros. Eu lembro que em 2002 teve uma discussão no Brasil parecida, que era o prêmio de risco e taxa de juros. E tinham os economistas que diziam que o prêmio de risco era alto, chegou a 2400 pontos naquela época porque a taxa de juros era alta. Essa seria a razão. Era que o truque era baixar a taxa de juros no Brasil que o prêmio de risco ia baixar. O Governo veio e fez ao contrário. Subiu o juros e subiu o primário. E o prêmio de risco caiu. Então, eu acho que é muito tentador dizer que tem uma solução fácil para problema difícil. E às vezes a gente acaba criando mais... Aumentando as dificuldades. Quer dizer, o risco de você tentar fazer um processo de limitação pode ser muito custoso para a sociedade brasileira, o S C V S foi isso e temos custos até hoje desse programa. Significativos. 50 milhões de reais no orçamento.

MARCOS DE BARROS LISBOA: Concordo. Sobre a questão da concorrência, o país diferente é os Estados Unidos. E o Brasil também era. Os Estados Unidos tinha uma Legislação que proibia bancos nacionais. O banco tinha que ser local. E aí tinha a multiplicidade de bancos. Os demais países, em geral, o sistema tem lá, o Brasil tem até bancos em geral que os demais países e é mais... É menos concentrado que a maioria dos países desenvolvidos. Então, aí não tem... É a grande diferença. O que houve no Brasil é que o Brasil teve uma dificuldade muito grande na saída da inflação. Na saída da inflação o Estado Brasileiro teve muita dificuldade. E o Banco Central se institucionalizou e se profissionalizou e adotou medidas muito mais duras que os demais Bancos Centrais do mundo. O banco brasileiro pode se alavancar muito menos que os outros países. O índice no Brasil é 11% o mínimo. E os bancos trabalham com 16. No resto do mundo é

oito. É a metade. Então, ou o Banco Central do Brasil, dada a grave crise que houve em 94, e o Brasil passou pela crise que o sistema financeiro internacional está passando hoje em 94, 95, no fim da inflação, o Banco Central teve uma atitude muito importante naquela época. Essa situado extremamente importante e corajosa à época de dirigir banco bom, banco ruim, fazer um processo de saneamento do sistema foi muito bem conduzido, o Brasil saiu rápido daquela crise, uma crise que poderia ter sido muito grave e pela tempestividade e coragem do Banco Central não foi, e o sistema adotou medidas tanto os bancos quanto o Banco Central muito mais providenciais do que os demais países. Então, o nosso Banco Central é mais cauteloso, sim, os bancos brasileiros são mais cautelosos, sim, desde então. Porque passamos pelo problema antes. Passamos pelo problema antes e eu acho que nunca se fez o reconhecimento do trabalho que se deveria do Gustavo Loiola, Presidente do Banco Central à época que às custas pessoais gigantescas enfrentou a imensa dificuldade que foi o PROER, com imenso sucesso e à época foi extremamente criticado, e hoje se o mundo talvez fizesse isso mais rápido a crise não estaria tão grave. A nossa não foi, graças ao belo trabalho do Banco Central à época que tem que ser reconhecido. Eu me lembro uma vez, nesta Casa e nessa sala, discutindo a Lei de Falências, e perguntaram: É para reduzir o spread? Eu e o Secretário Goldberg, e a resposta foi: Não é essa a prioridade. A prioridade é evitar empresa fechada durante 30 anos. Eu me lembro desde garoto, tinha o Hotel Nacional na praia de São Conrado, um hotel redondo, imenso, e um dia quebrou a empresa que eu administrava. O prédio virou um esqueleto. Isso que era a Lei de Falências antiga no Brasil. Era uma lei que a empresa quebrava, ela ficava fechada, e nunca mais abria as portas. Destruía ativos, destruía o patrimônio. O caso Arapoã, que começou eu era estudante de faculdade, já faz muito tempo, acabou agora. Hoje a empresa não fecha mais. E esse é o objetivo da Lei de Falências. Ela permitia que a empresa conseguisse negociar, eventualmente ela troca de patrimônio, de dono, sim, os acionistas perdem o patrimônio, mas os ativos continuam a produzir, continuam a gerar empregos e isso que é o importante, esse é o objetivo primordial. Sobre o spread, com todas medidas adotadas, eu volto ao número, dados do Banco Central. O spread entre 2003 e 2007, antes da crise, caiu a metade pra pessoa física. 60, 30%. Aquela metade. E o consignado tem um juros que é um terço do crédito pessoal. É o mesmo banco, o mesmo cliente. E o juros é um terço. Então, essas reformas institucionais elas são mais surpreendentes do que possa parecer. Eu entendo a preocupação do senhor, Senador, com o cadastro positivo. A invasão de privacidade. A Legislação que foi enviada, inclusive medidas muito cuidadosas de proibir o acesso telemarketing. Essa preocupação tem no mundo inteiro, para garantir que seja utilizado apenas para separar o mau pagador contumaz, do bom pagador. Porque isso que é o objetivo da lei, separar. Tem um trabalho recente publicado no exterior, em revista especializada, Jean Cof e outros autores eles estudam 125 países que adotaram cadastro positivo. Invariavelmente a taxa, o spread, a taxa de juros cai, o volume de crédito cresce e o prazo médio aumenta. Trabalho publicado, trabalho técnico, são 125 países. O Brasil é um dos pouquíssimos países do mundo que tinha um monopólio do resseguros, e não tem cadastro positivo. É exceção. Era nós e Cuba sem com monopólio de resseguro, Costa Rica e... Se fosse parlamentar... A pergunta provocadora. Eu acho, tem um continuar da agenda institucional que ela não andou e ela seria muito útil para retomada do crescimento. Para que no processo de retomada o Brasil estivesse sólido. Nós temos dificuldades importantes na infra-estrutura no país. De estradas, portos, dos setores, enfim, que no geral tendem a ter uma agência reguladora. Fortalecer as agência regulatórias, garantir o bom marco institucional, o processo difícil que teve debate longo na sociedade, mas acho que avançou bastante. É importante para garantir uma estrutura legal e estável para que quando a economia volte a crescer, ela volte a crescer com força. E se não tiver o sistema regulatório bem arrumado, o investimento em infra-estrutura fica mais difícil, fica a depender apenas da ação pública que encontra as dificuldades e encontra dificuldades importantes, e aí basta o gargalo da indústria. O agronegócio tem dificuldade de escoar, o custo de trazer soja de Sorriso para os portos no litoral. É imenso o custo. As dificuldades, a quantidade de viagem que um caminhão pode fazer dada as filas nos portos. Então, aliviar essas condições de infra-estrutura reduz o custo de produção, reduz o custo de transação, reduz o custo Brasil e permite o Brasil sonhar mais competitivo, produzir mais, ser mais rico. Então, um ponto importante é fortalecer a agência reguladora. O segundo é a lei de defesa da concorrência. Concordo inteiramente com o Schymura, a lei resolve. Hoje nós temos três órgãos cuidando de concorrência, tem o CADE, tem o SDE, tem a se ai, dois Ministérios, a lei ela arruma, ela cria uma agência nos moldes das agências internacionais, com os advogados, com os economistas chefes, com um processo estruturado e que inverte o ônus. Hoje no Brasil você começa a fusão e dois, três anos depois, dependendo da protelação legal você consegue fazer análise administrativa do caso. E aí, como é que

você faz? Já é um fato. A lei inverte, ela faz o que se faz no resto do mundo, primeiro pede autorização e o Poder Executivo tem um prazo restrito para avaliar se é um caso simples, vai adiante, se vai ser analisado e o processo resolve com muito mais serenidade e ordem. E, por fim, o cadastro positivo, como eu disse, todas as evidências empíricas que eu conheço, e eu posso passar os trabalhos internacionais que nós realizamos, inclusive na época da redação do projeto e digo que invariavelmente, 125 países, e tenho os casos interessantes dos países do leste europeu que não tinham, como Polônia, Tchecoslováquia, introduziram e o impacto importante isso teve no spread, no alongamento do crédito, similar ao que houve com o consignado, que criou mercado de crédito que não existia. Em dois anos foram quase 60 bilhões de reais criados com juros para pessoa física, um terço do que ela pagava até então com prazos duas, três vezes maiores. Esses impactos importantes dessas reformas eu deixo as demais perguntas para os demais membros. Obrigado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, professor... Agora professor Luis Guilherme Schymura. Agradeço muito ao Marcos Lisboa e dou a palavra ao Luis Guilherme Schymura também por seis minutos.

LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA: Obrigado, Senador. Vou começar respondendo um questionamento do Senador Tasso Jereissati com relação à concorrência do setor bancário. Uma coisa que eu tive sempre dificuldade de entender é por que a Caixa Econômica Federal tem que dar lucro. Uma empresa estatal, eu acho que ela tem que obviamente ter uma estrutura de custo condizente com a estrutura de custo de mercado, tem que ter um salário de mercado, uma estrutura organizada de um banco competitivo, mas dar lucro pra quê? Está aí a acompanhei. A acompanhei para o setor bancário, se é que não existe ou existe, que hoje a gente tem um problema todo da questão do risco sistêmico e tal, pode vir naturalmente com grande força, com grande possibilidade através da Caixa Econômica Federal. Isso é uma maneira tranquila, sem violentar o mercado, de baixar, de botar a Caixa Econômica Federal com resultado baixo. Porque o banco estatal passa a ser sempre, num exercício, um líder do processo. Se o lucro dele é alto, se por acaso fora alto ou ele tiver algum lucro, incentiva os demais participantes a terem lucro também. Se tiver, o que significa a Caixa Econômica Federal ter lucro baixo? Significa que o dinheiro ela vai emprestar a uma taxa menor. Porque está tendo um lucro menor, está tendo um lucro baixo. Se tem um lucro alto, o dinheiro vai emprestar a uma taxa maior. Enfim, os diversos componentes de receita da instituição vão cair. A questão do spread bancário acho uma questão, como já foi colocado aqui por todos, uma questão extremamente complicada. A própria parte da inadimplência, a taxa de juros afeta, como o professor Marco levantou, a perspectiva de crescimento da economia afeta, porque se vai crescer, ninguém vai perder o emprego, cai a inadimplência. Porque a inadimplência aí do ponto de vista do setor, do banco que empresta, não é inadimplência ocorrida, é a percebida. É uma inadimplência que ocorre antes. Quando empresta o dinheiro, o banco não sabe se vai receber de volta ou não. Há a perspectiva de receber de volta. Então, a inadimplência que serve, que vale, é a inadimplência com relação ao que o banco percebe naquele momento. Enfim, acho que a contribuição, volto essa caminha posição, eu acho que até do ponto de vista dos desafios dos parlamentares, a própria Caixa Econômica Federal deveria explicar o porquê do lucro tão grande. Se o lucro está grande é porque está cobrando muito de alguém. Dos correntistas, ou a tarifa está alta, ou o spread que ele está cobrando do empréstimo está alto... Enfim, tem alguma explicação para isso. Por que isso? Por que nos vangloriarmos porque temos um banco estatal que ganha muito dinheiro. Não entendo. Eu confesso que tenho dificuldade, sempre tive muita dificuldade de compreender isso. E força a acompanhei que o senhor colocou, é o único modelo, a única forma que eu vejo de forçar a acompanhei se é que não existe. Até porque é difícil avaliar se existe ou não a acompanhei no mercado. Que parâmetro a gente tem hoje para dizer que o mercado financeiro não é competitivo ou é competitivo? O lucro compara com outros setores da economia para ver se o lucro é alto ou não. Como é que faz isso? Como é que a gente sabe se está com concentração, não está, com questão de riscos sistêmicos envolvidos. Acho que está aí nas nossas mãos, Caixa Econômica Federal. Enxuta, funcionando de maneira eficiente com lucro baixo, com lucro mais baixo possível. Parlamentares, os desafios, acho que essa questão da caixa é uma questão importante, eu acho que a questão do sistema brasileiro de defesa da concorrência, o marcos aqui também já tocou no assunto, o marco regulatório eu destacaria... Acho que basicamente isso, olhando para o Brasil pra frente, eu acho que hoje nós fazermos alguma previsão com relação à crise é complicado, porque não depende de nós, Senador. Hoje a crise, como eu mostrei o gráfico, o índice de confiança do consumidor nos Estados Unidos, que já vinha péssimo, caiu mais ainda em fevereiro. Quer dizer, é um número assim inimaginável. Para quem trabalha com esse tipo de pesquisa, esse nível que atingiu o índice de confiança do consumidor nos Estados Unidos é alarmante. Preocupante era em

outubro, novembro. Agora é alarmante. Então, para onde vai isso? Ninguém sabe. A crise de crédito. Qual é a solução? Eu vejo economistas que eu respeito muito, de calibre internacional, pessoas extremamente qualificadas, com as propostas mais heterodoxas do mundo. Propondo coisas mirabolantes que eu fico até às vezes envergonhado de ler uma proposta daquela, de tamanha ousa dia. Pessoas que são ponderadas, tal o desespero que tomou conta do mercado macroeconômico. Aliás, os macro economistas estão até muito calados. Quem menos fala hoje sobre crise é macro Economista. Quem dá os palpites vem muito mais de micro Economista do que macro Economista. Com relação... Eu acho... Bom, eu acho que cobri tudo. Muito obrigado, Senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Professor Schymura, muito obrigado. Passo a palavra aqui ao Ministro Maílson da Nóbrega

MAÍLSON DA NÓBREGA: Bom, eu vou incluir aqui um item que não estava na sua pauta, porque eu não consigo... Eu não resisto a comentar. Eu tenho dificuldade de aceitar a tese do Schymura de que a Caixa Econômica poderia ser posta a serviço de uma redução do spread. Até porque isso foi um assunto muito debatido nos anos 80, nos meus tempos de Ministério da Fazenda, de burocrata do Ministério da Fazenda, burocrata do Banco do Brasil, que era a idéia de que o Banco do Brasil tinha um poder moderador. Nunca entendi poder moderador porque é moderador do império, do imperador, que era o poder de intervir no sistema político. Mas se cultivava muito a idéia de que o Banco do Brasil tinha um poder moderador no sentido de que a medida que ele gera crédito a taxa de juro mais baixa, ele provoca uma redução das taxa de juros no resto do sistema. Essa tese nunca se provou correta. E deu como resultado um tremendo buraco no Banco do Brasil. Eu não consigo. Eu não consigo enxergar se uma redução do lucro da Caixa Econômica... E é bom lembrar que a Caixa Econômica tem um capital que é do Estado, 100% da Caixa Econômica é do Estado, e o Estado tem um custo. Tem um custo que é o da sua dívida pública. A rigor, a Caixa Econômica deveria remunerar seu acionista no mínimo pelo seu custo de oportunidade. Fecha esse parênteses. Depois a gente discute isso daí. Sobre as questões levantadas pelos Senadores, primeiro a... Quando que volta à normalidade? Levantou o Senador Tasso Jereissati. Eu acho que a volta à normalidade tem a ver com confiança e redução de incertezas. Porque o crédito diminuiu porque aumentaram muito as incertezas. O banco não sabe quando ele empresta pessoa física ou sabe menos do que antes, se ele vai ficar desempregado, se a empresa que ele vai emprestar diante da crise se ela vai sobreviver. É por isso que os bancos mudaram muito as suas regras de avaliação de crédito, passaram a concentrar mais seus recursos em clientes de menor risco. Isso é uma atitude de autodefesa muito comum no sistema financeiro, no sistema financeiro maduro. E os que não adotam esse tipo de reação, de proteção, terminam indo para o buraco. Então, eu acho que a volta à normalidade não está associada somente ao provimento de liquidez pelo Banco Central, mas essencialmente a percepção de que os riscos diminuíram e isso deve demorar a acontecer. E aí passaria para a questão do Senador Roberto Cavalcanti. Até onde vai essa crise? Também por essa razão é difícil dizer. Como eu afirmei aqui e outros também, enquanto a questão do crédito nos Estados Unidos não for equacionada e resolvida, é muito difícil dizer quando e como essa crise vai evoluir ou acabar. Eu acho que talvez um pouco um exercício de otimismo dizer como fez o Presidente do Banco Central americano esta semana, que ele calcula que o pior estará acontecendo aí por volta de meados do ano e no final do ano a exceção começa a ceder e provavelmente a economia americana iria para 2010, num ritmo de... Ainda longe de seu potencial, mas já no processo de recuperação. O único consolo é que, e nisso eu concordo com o Presidente Lula, é que o Brasil vai sair antes. Tudo indica que o Brasil vai sair antes dessa crise. Sobre o cadastro positivo, também uma questão levantada por V.Exª, além do que o Marcos falou, que a meu ver responde adequadamente a sua questão, é que no ponto levantado por V.Exª, da intimidade, na privacidade, é bom lembrar que o cadastro positivo só funciona para quem autoriza. Então, eu como devedor, eu como cliente potencial de um banco, eu posso achar que não devo expor o meu histórico de crédito ao conhecimento dos demais. E eu pago um preço por isso, que é a minha taxa de juros individual não deve cair. Então, acho que vai ser uma avaliação de cada brasileiro, com os cuidados que o marcos levantou aqui de não permitir que isso vá para os... Como é que chama, Marcos? Telemarketing. Bom, também levantado por V.Exª a questão da poupança versus cartão de crédito. Como que o brasileiro olha, quanto ele recebe de juro para a poupança que ele faz e quanto que ele paga no cartão de crédito, né? Em primeiro lugar, o sujeito pega cartão de crédito e guarda dinheiro em caderneta de poupança está fazendo uma operação equivocada. Ele está pondo dinheiro para render 6% mais TR, e se endividando em cartão de crédito para pagar juro muito alto.

Mas o FGTS não, né?

MAÍLSON DA NÓBREGA: Não. O FGTS. A rigor, o FGTS deveria acabar. Desculpa, isso é outra questão. Porque agora vamos usar o FGTS para progra-

ma habitacional reduzindo mais ainda a remuneração dos trabalhadores. O que está na imprensa é que o Governo vai subsidiar pesadamente esse programa de crédito habitacional às custas do trabalhador no FGTS. Fecha esse parênteses. Então, olha, você tem diferentes níveis de taxa de juros em qualquer economia. Cartão de crédito é a taxa de juros mais elevada. Por uma razão simples, é a operação de maior risco. E o risco está associado, assim como o spread, a taxa de juros. Se você olhar nos Estados Unidos, a taxa de juros do cartão de crédito gira em torno de seis a oito vezes a taxa de juros prime. Então, se alguém paga 40% aqui e for a taxa de juros prime, sei lá, 35, 40, não é surpresa que o cartão de crédito vá perto de 200. Porque ele encerra um risco de crédito muito elevado. Outro ponto que eu gostaria de comentar, por último, os outros já foram todos comentados, mas eu não resisto a fazer um comentário sobre essa. Já feito pelo Zé Márcio, sobre a regra do pré-sal. Se eu fosse um parlamentar eu rejeitaria a mudança do marco regulatório. Num momento como este. Em primeiro lugar, como diz o Zé Márcio, o marco regulatório do petróleo no Brasil é muito bom, e produziu resultados. A abertura que o Brasil fez no Governo Fernando Henrique está aí, empresas estrangeiras se associaram à Petrobras, investiram mais esse prospecção, grande parte do que estamos obtendo agora de descoberta de novas jazidas tem a ver com a abertura do mercado realizada no Governo anterior. E mais, eu não consigo concordar com essa idéia de uma empresa estatal nos moldes noruegueses. Até porque não são os noruegueses que vão dirigir essa empresa. Ela dá certo na Noruega, não estou. Isso é uma afirmação meio irresponsável, sei lá, meio cruel, mas nós não temos as condições que os noruegueses têm. É bom lembrar que na Noruega é esta empresa que escolhe os parceiros, sem concorrência. Isso é um perigo. Lá não é. Então, eu não faria nenhuma alteração. Até porque o Presidente da República tem o poder de, por Decreto, aumentar a taxa de participação. E isso eu acho que qualquer empresa de petróleo aceita. Se o risco diminui, de prospecção. Claro que o pagamento para o Estado tem que ser maior. E portanto, o país tem como extrair mais recursos fiscais do pré-sal sem mudar a sua regra. Finalmente, finalmente, eu tenho esquecido do ponto levantado pelo Senador Edison Lobão Filho, que é a questão de tabelar o spread. Por que seria um desastre? Primeiro lugar, porque você terminaria tendo que tabelar diferentes níveis de risco. Não pode ser um só. Como eu falei aqui, o risco de um endividamento de um cartão de crédito é diferente de o risco da Petrobras.

MAÍLSON DA NÓBREGA: Pois é, botar o teto máximo dá no mesmo. Seria uma volta piorada ao que já aconteceu no Brasil. Provavelmente V.Exª não se lembre, mas os mais maduros aqui se lembram, o Brasil já teve tabelamento de taxa de juros. Teve o tabelamento de taxa de juros até mais ou menos 1977, 78. E foi o Ministro Simonsen que teve a coragem de abolir o tabelamento de juros. E o tabelamento de juros não levou a muito lugar, não. Primeiro que se cobrava por fora de alguma forma. E segundo lugar porque isso limitava o acesso ao crédito. E terceiro lugar porque gerava enormes distorções na economia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dr. Maílson, o senhor permite?

MAÍLSON DA NÓBREGA: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O tabelamento de juros estava presente na Constituição de 88.

MAÍLSON DA NÓBREGA: E felizmente, o Presidente Sarney se lembra de uma reunião dramática sobre o tabelamento da taxa de juros, que é um dos grandes equívocos da Constituição de 88, o Brasil se esposo, desculpa dizer assim, ao ridículo de ser o primeiro país do mundo a incluir a taxa de juro real na sua Constituição. Isso ninguém jamais fez.

MAÍLSON DA NÓBREGA: Não, mas só pra... Presidente Sarney deve se lembrar disso, às vésperas da entrada em vigor da Constituição de 88, 4, 3, 4 de outubro, ele presidiu uma dramática reunião da equipe econômica com o consultor geral da República, o Ministro da Justiça e o Banco Central tinha feito uma avaliação extremamente pessimista da entrada em vigor do limite da taxa de juros. O Brasil, na avaliação do Banco Central, o Brasil pioraria muito a crise que já vivíamos naquela época. E eu me lembro que houve um argumento jurídico do então consultor geral da República, o Saulo Ramos, levantou nessa reunião que ele seria comprasse de fazer um parecer defendendo que a aplicação do limite dependeria de regulamentação. E eu me lembro até hoje disso, porque ele saiu da reunião, ele trabalhou a noite inteira e produziu um documento de 50 páginas em que ele defendia a necessidade da regulamentação do artigo 162, parágrafo terceiro da Constituição. Nunca mais esqueci esse dispositivo. E o Supremo acabou acatando esta interpretação e instou o Congresso regulamentar. Felizmente o Congresso decidiu por uma proposta do então Senador José Serra a revogar esta maluquice. Essa é a palavra. Então, voltar esse tema à questão do spread bancário teria várias consequências. A primeira conseqüência seria uma perda tremenda de credibilidade do país. Os ganhos de racionalidade na

gestão do país, na gestão macro econômica que nós tivemos nos últimos 25 anos, eu vou mais que Zé Márcio, já estou falando de 25 anos, porque foi por volta de 84 que começaram alguns estudos que levaram ao fim da conta de movimento, a criação da secretaria do tesouro, caminhar o Banco Central para ser um Banco Central clássico, com responsabilidade de defender a estabilidade da moeda, eu acho que tudo isso iria por terra. Um país que se tornou tão sério, tão confiável, tão previsível na gestão macro econômica chegaria ao desplante de retroceder a tal nível que em vez de tabelar a taxa de juros chegaria a tabelar o spread. Então, eu entendo a preocupação, eu entendo a necessidade que o Brasil tem de reduzir a sua taxa de juros, particularmente a taxa de juros para o tomador final. Mas olha, Senador, eu não me lembro quem é autor. Eu estava tentando lembrar aqui mas não me lembro, não consegui. Alguém disse o seguinte: Para todo problema complexo tem uma solução simples. E geralmente errada. Então, não há solução simples para o spread. O spread é alto no Brasil por razões estruturais muito complexas, de difícil solução no curto prazo. Tentar o atalho do tabelamento, por maior que seja a boa vontade, o objetivo de contribuir, poderia ser um tiro pela culatra. Muito obrigado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu quero agradecer ao Senador Edison Lobão, Delcidio Amaral, Tasso Jereissati, Neuto de Conto, Roberto Cavalcanti, pela brilhante participação que tiveram nessa audiência, cumprimentar o Ministro Maílson da Nóbrega, professores José Márcio Camargo, Marcos Lisboa, Luis Guilherme Schymura, dizer ao Senador Garibaldi Alves que foi uma honra muito grande participar dessa audiência juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos, eu acredito que nós vamos fazer muitos trabalhos juntos, muitas audiências juntas. Na realidade podemos considerar uma Comissão junta para que nós possamos atingir todas as metas que nós procuramos alcançar, dizer que uma honra enorme para nós ter aqui o Presidente do Senado, Presidente José Sarney, essa pessoa por quem todos nós temos um grande carinho, um grande respeito, de que eu tive o privilégio de ser Ministro e de acompanhar todo o importante trabalho que ele desenvolveu no processo de consolidação do regime democrático do país, e passar a palavra ao Presidente Garibaldi Alves, que... Que comandou essa reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero agradecer aos Senadores que aqui estão, tanto os da Comissão de acompanhamento da crise como os da CAE, e desejar também que possamos continuar a fazer esse trabalho de forma integrada, juntos, como fizemos hoje, e nesse instante eu peço ao Presidente Sarney que encerre essa sessão, ele que teve a iniciativa de criar a Comissão Especial e que veio até aqui para prestígio de todos nós.

SENADOR JOSÉ SARNEY (PMDB-AP) Sr. Presidente Garibaldi Alves, agradeço profundamente sua gentileza de transmitir-me a Presidência da Comissão para encerrar esta reunião. Eu quero também agradecer ao Ministro e Senador Francisco Dornelles pelo trabalho que ele vem realizando, pelo que ele representa para o Senado e para o nosso país, e ao mesmo tempo em nome do Senado Federal agradecer a presença dos professores José Márcio Camargo, Marcos de Barros Lisboa, e Guilherme Schymura. E também deixei por último o professor, mestre e ex-Ministro Maílson da Nóbrega, a quem tenho um só pedido, que ele não se meta mais a correr em maratona, porque já teve que recorrer à bengala e nós precisamos ainda muito que ele trabalhe com a cabeça e não com as pernas. Que ele correu na maratona e teve um problema de joelho que ele está sofrendo até hoje com esse problema de joelho. Ninguém mais do que eu sabe da competência, da qualidade moral, pessoal do que o Ministro Maílson da Nóbrega. Com ele trabalhei muito e passamos momentos muito difíceis, mas estava dizendo agora à ele, felizmente não passamos por esta crise que estamos passando neste momento. E quando idealizei, conversei com o Dr. Dornelles para criarmos esta Comissão no Senado, é porque realmente eu sou um velho que não sou daqueles que ficam louvando muito o passado. Também me preocupo com o presente, mas eu posso dizer como o padre Vieira que sempre tenho saudade do futuro. Então, vi logo que nós estávamos em face de uma crise singular, e a palavra singular aí é a que nós podemos usar, que só acontece uma vez, e pela primeira vez nós estamos assistindo, que é uma crise que acontece na sociedade de comunicação em que a globalização financeira pegou o mundo e encurtou-o e transformou os problemas econômicos num contágio extraordinário, que ninguém pode mais fugir e nem ficar isolado a tudo que acontece em qualquer lugar. Essa crise chegou muito devagar, sem nenhuma previsão maior, os que hoje falam que fizeram grande previsão não estão se apropriando do que não fizeram, porque realmente foram todos os países tomados de surpresa, e aconteceu uma coisa que hoje eu tenho lido, não tenho me limitado a ler somente os jornais brasileiros, tenho lido jornais europeus, porque leio mal em inglês, confesso, não tenho tido tanto acesso assim, mas para os jornais europeus eu tenho lido bastante, e neles eu tenho visto como eles estão retratando, o que está sofrendo, e como eles tiveram oportunidade de fixar que não sabem como essa crise terminará, por uma

coisa muito especial, aí a palavra singularidade que eu ia dizer, é que pela primeira vez nós estamos sentindo também em matéria econômica que aquelas leis clássicas elas não estão... Causas não estão causando os mesmos efeitos. Quer dizer, em momentos de crise essa crise demonstrou, quer dizer, não simplesmente elas não estão funcionando. No momento que se adota uma medida daquelas que classicamente tinha efeitos previsíveis, nós não verificamos esses resultados. Então, isso é uma surpresa com que os economistas, os homens que comandam as grandes economias estão lidando, e que nós devemos compreender sobre isso. De tal modo que eu tive oportunidade de ler semana passada no El País, e até amanhã estou fazendo uma certa glosa sobre ele, sobre esse artigo na Folha de São Paulo que aquilo que todo mundo esperava e que desejava que fosse o juro zero, eles agora estão todos amedrontados de chegar ao juro zero. Porque quando se chega ao juro zero é porque a situação está caótica e fora de qualquer controle. Vai-se então tomando, tomando, tomando essas providências e chega a um ponto em que realmente é impossível, porque a lei que sobreviveu é realmente a lei do caos. Não há nenhuma previsão. E o Brasil está sofrendo bastante. Basta ver a surpresa que nós tivemos com os resultados do crescimento do PIB no último semestre. Basta ver também aquilo do aumento de desemprego rapidamente que passamos de 6,4 para 8%. E nos Estados Unidos que eles passaram de 4,4 para 9%. Quer dizer, eu então passo a não me impressionar tanto, me impressionando bastante, porque sei que ele é o fundamento da... Do fechamento dos bancos, mas o que representa sobretudo o fechamento de empregos pelo mundo inteiro, de milhões de pessoas que são elas no fundo que são os motores da economia. Então, esta Comissão é uma Comissão que no princípio ninguém tomou conhecimento dela quando anunciamos, mas que hoje já os jornais e o país inteiro verifica e acompanha, vendo que os resultados que estamos tendo, o debate e as reflexões que ela está fazendo são realmente desinteressados, e nele engajados só homens que não têm nenhuma vontade de interesse partidário, mas sobretudo um grande e profundo interesse patriótico como são todos aqueles que estão participando desta Comissão. Por isso nós agradecemos em nome do Senado a todos aqueles que estão conosco aqui e os professores que estão nos honrando com suas presenças e também com o seu trabalho, com suas inteligências para que a gente possa, não dar soluções, porque não somos... No momento não somos capazes de dar soluções, porque até mesmo se desse hoje me disse o pastor Crivella, nós não devemos orar para mudar o mundo, porque então nós queremos desfazer aquilo que Deus fez, que foi um mundo cheio de problemas. Então, quero terminar com esses agradecimentos, dizer que a crise é tão grave que ontem eu tive oportunidade de ver uma... Duas coisas já me mostraram a crise. Uma delas foi que eu moro em São Luís, na frente da bacia onde os navios esperam. A sua chegada ao porto para carregar minérios. Um exercício de felicidade de contá-los, e era uma média de 30 navios. No dia 3 de janeiro abri a janela e tinham dois navios na bacia de espera, nós que exportamos pelo porto de São Luís 110 milhões de toneladas de ferro no ano passado. E aí eu disse: Acabo de olhar a crise pela janela. Depois pensei que fosse passageiro, mas voltei, um mês depois e olhei, oito navios. O que já de certo modo pode criar um certo ânimo na gente. Mas ontem eu tive a profunda noção do que é a crise. O príncipe Charles visualizou o Congresso e chegou 40 minutos atrasado. Ela foi capaz de destruir a tradicional pontualidade inglesa. Muito obrigado a todos os senhores.

Sessão encerrada às dezoito horas e trinta e dois minutos.

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta minutos do dia dezessete de março do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Tião Viana, Marcelo Crivella, Antônio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Wellington Salgado, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Raimundo Colombo, Aldemir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, João Tenório, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, José Agripino, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino, Gim Argello, Osmar Dias e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Inácio Arruda, César Borges, Neuto de Conto, Pedro Simon, Efraim Morais e Arthur Virgílio. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Presidente comunica o recebimento do seguinte documento para conhecimento, Aviso nº 15/09, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de

crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de janeiro de 2009. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A seguir, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta, Item 01- Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "altera dispositivos da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar e aplicar sanções administrativas", tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 02- Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para a segurança pública não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira", tendo como Relator o Senador Gilvam Borges que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03- Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2007, terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero na Contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Confins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos", tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda de Redação nº 02, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 01-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE. Em 14/10/2008, foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá, que devolveu com Voto em Separado pela rejeição da Matéria. Após a leitura do Relatório pelo Senador Marcelo Crivella, o Voto em Separado do Senador Romero Jucá é lido pelo Senador Tião Viana, que o subscreve. Usam da palavra para discutir a Matéria os Senadores Eliseu Resende, Tião Viana, José Agripino, Antonio Carlos Júnior, Flexa Ribeiro, João Tenório, Wellington Salgado, Raimundo Colombo, Francisco Dornelles, Adelmir Santana. Encerrada a discussão, o Presidente da Comissão Senador Garibaldi Alves Filho encerra a discussão e adia a votação da Matéria; Item 04- Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra", tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CRA (Substitutivo), aprovada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Subemenda que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Em 06/05/2008, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 05- Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2008, terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que "dispõe sobre incentivo fiscal ao empregador para construção de habitação para o empregado", tendo como Relator o Senador Sérgio Zambiasi, que oferece Parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01-CAS (Substitutivo). A apreciação da Matéria é adiada; Item 06- Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2008, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de registro do porte do tomador em todas as operações de crédito das instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil", tendo como Relator o Senador Jefferson Praia que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07- Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Carlos Eduardo Cadoca, que "estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga as Leis nºs 8.884, de 11 de junho de 1994, e 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 10/03/09 foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08- Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para impor às concessionárias de serviço público e de obras públicas e permissionárias o dever de elaborar escrituração contábil e elaborar e publicar demonstrações financeiras, referentes a cada exercício social, nos termos dos

artigos 175 a 188 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976", tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria será apreciada ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Raimundo Colombo, o Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 09- Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2006, terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 para conceder benefício no imposto de renda para empresas que utilizem produtos de plástico biodegradável ou hidrossolúvel", tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02, que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10- Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2006, não terminativo, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que "acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Cícero Lucena que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta, aprovando, ainda, as Emendas nºs 03 e 04, de autoria do Senador Pedro Simon. A Matéria será apreciada, ainda, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11- Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "altera a redação dos §§ 1º e 3º do artigo 1.361, do Código Civil, e dá outras providências (altera as formas de constituição e de transferência da propriedade fiduciária)", tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01, de autoria do Senador João Vicente Claudino. A Matéria será apreciada ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12- Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2007, terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica", tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Parecer favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda nº 01, de autoria do Senador Gerson Camata. A apreciação da Matéria é adiada. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 14/2009-CAE, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer, nos termos regimentais, Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença do Ministro de Estado dos Transportes, Sr. Alfredo Nascimento, do Presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Sr. Clésio Andrade, e do Presidente da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), Sr. Sérgio Reze, para tratar de assunto relativo às dificuldades por que passa o setor de caminhões no Brasil, especialmente os relacionados à comercialização, bem assim a situação dos compradores desses veículos, que fizeram a aquisição por meio de financiamento e estão com suas atividades paralisadas ou pouco ativas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 15/09 do Ministério da Fazenda. Encaminhando em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de janeiro de 2009. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Comunico aos membros da Comissão que teremos a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária, e a 3ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, a realizar-se em 18 de março de 2009, quarta-feira à 14h30 na sala de reunião nº 19 na ala Alexandre Costa, com a seguinte pauta... Desculpe, Senador Dornelles se eu investi as coisas. A primeira Comissão é a de Acompanhamento da Crise, que é uma pauta da Comissão que nós vamos nos juntar para apreciar conjuntamente.

Audiência pública sobre o tema "Operações de crédito, spread bancário e taxa Selic", com a presença da Presidente da Caixa Econômica Federal, Sra. Maria

Fernanda Ramos Coelho, e do Presidente do Banco do Brasil, Sr. Antonio Francisco de Lima Neto. Portanto, repito, amanhã esta Reunião vai ser realizada na sala de reunião nº 19. Eu estou frisando, porque não vai ser aqui. É falha de iniciante. Vocês têm que perdoar.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas tem uma reunião que não vai ser aqui. 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos... 4ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade e a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária, a realizar-se em 19 de março de 2009, nesta quinta-feira, às 10h30 na sala de reunião nº 19, ala Alexandre Costa, com a seguinte pauta: audiência pública sobre o tema: Construção Civil e Indústria.

Com a presença dos Sr. Antoninho Marmo Trevisan, Coordenador do Comitê de Monitoramento da Crise do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES; os Srs. Clemente Ganz Lúcio, Germano Rigotto, José Lopes Feijó, Paulo Godoy e Zilda Arns, integrantes do Comitê de Monitoramento da Crise e integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Sr. Paulo Safady Simão, conselheiros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, e Sr. Vicente Matos, Presidente do Sindicato da indústria da Construção do Estado da Bahia. Vou repetir: quinta-feira, às 10h30 na sala de reunião nº 19, nessa mesma, na ala Alexandre Costa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Assim que V. Exa. terminar, podia me conceder?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Se V. Exa. quiser falar agora. Posteriormente darei a palavra a V. Exa.

7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, a realizar-se em 24 de março de 2009, terça-feira, a próxima terça-feira, daqui a oito dias, às 10 horas na sala de reunião nº 19 da ala Alexandre Costa. Audiência pública com a presença como expositor o Dr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras, a fim de discorrer sobre o planejamento estratégico da Petrobras, e seu plano de negócio para o período 2009/2013, e ainda para prestar esclarecimento sobre a liberação pelo Tesouro Nacional de 100 bilhões para ampliação da capacidade de empréstimo do BNDS, bem como, sobre a destinação de 20 bilhões para a Petrobras e seu plano de negócio para o período de 2009/2013. Em atendimento aos Requerimentos nº 3/09, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e de 5/09 da CAE de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati.

8ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária, essa é dia 24, na próxima terça... Da Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura a realizar-se em 25 de março de 2009, quarta-feira às 10h na sala de reunião nº 19 da ala Alexandre Costa. Audiência pública com a presença como expositor do Exmo. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de discorrer sobre os elevados spreads bancários, e a identificação de possíveis soluções. Eu até, Senador Francisco Dornelles, eu até faria um apelo para que agora, nesse caso, desta audiência, a Comissão de Acompanhamento da Crise se integrasse nesta audiência.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, a Comissão de Acompanhamento da Crise, faz o que V. Exa. desejar e mandar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Cuidado senão eu vou depor V. Exa que é o presidente.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Pode, com o maior prazer. O Senado sairia ganhando.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Sr. Henrique Meirelles falará ainda sobre a forte desvalorização da moeda brasileira, bem como, a política monetária e cambial adotada face à crise financeira e econômica internacional. Em atendimento aos Requerimentos nº 4, 6 e 10/2009, de autoria dos Senadores Jefferson Praia, Marcelo Crivella, Aloizio Mercadante, respectivamente, e atendendo a Resolução nº 32/2007 do Senado Federal. Repetindo: a realizar-se com a presença de Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, Ministro, Presidente do Banco Central, a realizar-se em 25 de março de 2009, quarta-feira, às 10h que foi o dia solicitado por S. Exa., e o entendimento com a Comissão.

Antes de entrar na pauta e dar a palavra ao Senador Gerson Camata, eu queria comunicar que eu estou pensando em fazer um mutirão na Comissão para que nós possamos ter apreciação de cerca... São 500 processos que estão na Comissão, aqui na Comissão com relatores de modo que possamos ter uma apreciação dessas matérias num ritmo mais ágil.

Para isso eu vou ter que sobrecarregar os Senadores que em vez de apresentarem relatórios apenas sobre um processo, apreciarão sobre cinco, sobre seis; mas com uma diferença, é que nós vamos juntar os processos sobre o mesmo assunto. E aí poderemos fazer esse trabalho.

E agora eu concedo a palavra ao Sr. Gerson Camata. Desculpe, ao Senador.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Obrigado a V. Exa., Sr. Presidente.

Não é o objetivo da minha fala que eu solicitei a V. Exa., mas seria excelente a ideia desse mutirão. Eu sugeriria a V. Exa. que fizesse uma semana um mutirão dos terminativos e depois um mutirão dos não terminativos, porque com isso haveria uma fluidez, maior rapidez na apreciação.

Eu vejo agora, por exemplo, alguns setores da imprensa, reclamando que nós votamos poucas matérias. Mas de terminativos que nós mondamos para a Câmara, nesse mês, foram mais de 200 projetos, que não aparecem na pauta como aprovados lá, mas foram, efetivamente, aprovados nas Comissões Técnicas terminativas e remetidas para a Câmara, eles não entram na contabilidade da produtividade do Senado, quando, no meu entender, deveriam também entrar. Então, se V. Exa. separar uma semana para os terminativos e uma semana os não terminativos já poderia haver uma boa fluidez, uma boa resolutividade para desentancar(F) esses inúmeros projetos que ficam parados, às vezes, nas Comissões. E ajuntada também, muito importante, porque muitos, talvez, juntando se reduz até pela metade.

Mas o objetivo meu, Sr. Presidente, eu queria registrar que na última segunda-feira, ontem, portanto, em Varginha, 25 mil cafeicultores foram às ruas de Varginha protestar contra a situação que se encontra a cafeicultura brasileira.

Pela primeira vez, eu conversava agora com o Senador Francisco Dornelles, o Brasil está ameaçado de perder uma posição quase secular de maior produtor de café do mundo. Nós somos o maior produtor e o segundo maior consumidor. Certamente, continuaremos a ser o segundo maior consumidor, mas poderemos perder, a qualquer momento, o fato de sermos o primeiro produtor de café do mundo. Para V. Exa. ter uma ideia, só no Espírito Santo que é o segundo maior produtor de café do Brasil, depois de Minas Gerais, 310 mil empregos poderão começar a se perder, porque os preços desabaram no mercado internacional. E nós vimos o Governo arranjar dinheiro para banqueiro, arranjar dinheiro para as fábricas de automóveis, arranjar dinheiro para os frigoríficos, que está arranjando agora, conseguir dinheiro para as grandes empresas dos fundos de reserva do Brasil financiarem no comércio exterior, mas não colocou um centavo, sequer, nas lavouras cafeeiras e na produção de café.

Para V. Exa. ter uma ideia de como está a situação, há dois anos se comprava com uma saca de café, nove sacas de adubo, hoje se compra duas e meia. O adubo disparou e o café desabou nos seus preços. É uma situação gravíssima. O custo de produção de uma saca de café hoje é 300, e no Espírito Santo ela está alcançando 110 reais e em Minas 150. De modo que esta Comissão precisa se solidarizar com esses produtores que apesar de todo o esforço, corre o risco de perder o nome e a secular posição do Brasil, como o maior produtor de café do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gerson Camata, eu vou aguardar uma proposição de V. Exa., de como iremos prestar essa solidariedade, inclusive, se convocando a autoridade pertinente, aquela que teria a ver com a solução ou possíveis soluções para esse grave problema.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu vou convidar dois líderes da cafeicultura e dois ministros. Eles poderão vir aqui, e talvez surja aqui um debate que possa se encontrar soluções, como aplicação de recursos do Funcafé com mais intensidade, aplicação, renegociação das dívidas dos pequenos produtores de café no Brasil, que a maioria é pequeno produtor, e algum tipo de financiamento para o comércio exterior, como foi concedido para carne, como foi concedido para o papel, para celulose, como foi concedido para os automóveis, e eu acho que os produtores de café também merecem uma certa consideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu não preciso dizer que nós temos que fazer isso urgente V. Exa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para a próxima semana já estarei com as pessoas aqui, comunicarei a V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pela ordem também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tem que ser pela ordem. Então, pela ordem, com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior. Depois V. Exa. terá a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria aqui de apoiar a proposta de V. Exa., no sentido de nós realizarmos um mutirão para votarmos projetos, e, digamos, que são importantes que estão estocados na Comissão, e, inclusive, me coloco à disposi-

ção para ajudar nesse mutirão. Já fico à disposição de V. Exa., como um soldado para fazer parte do grupo que possa acelerar os relatos e consequentemente a votação desses projetos. Então, me coloca à disposição de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu agradeço a V. Exa. E V. Exa. pode se preparar para receber uma carga de processo.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores, eu peço pela ordem em progressos, Sr. Presidente, que é para ajudá-lo nesta missão que V. Exa. desempenha com proficiência. E também a exemplo do Senador Antonio Carlos Júnior, quero me colocar à disposição de V. Exa., para naquilo que eu puder ajudá-lo para que possamos desobstruir a pauta na CAE.

Mas o meu pedido, pela ordem, Sr. Presidente, era para solicitar a V. Exa. a instalação ou a aprovação, discussão e aprovação de um requerimento que eu apresentei à Comissão para a criação de uma subcomissão para que nós possamos discutir a revisão do pacto federativo. Ainda na sessão legislativa anterior eu apresentei o mesmo requerimento, mas face à instalação de uma subcomissão com maior amplitude que foi presidida com competência pelo Senador Tasso Jereissati, e teve como relator o Senador, nosso Ministro, Francisco Dornelles que tratou da questão da reforma tributária, ela não pode ser instalada. Então reapresentei o requerimento, porque a questão da revisão do pacto federativo é urgente. Os Estados e os Municípios precisam ter acesso a essa revisão, porque a concentração hoje dos recursos arrecadados pela União chega a 60% do total, ficando para Estados e Municípios 40% da divisão entre eles, de 24 e 16. Então, isso é importante, Presidente, que se faça essa discussão, até porque todas as ações do Governo Federal de incentivo ao setor produtivo, e eu não sou contra essas ações, mas todas elas recaem sobre o IPI, ou seja, e muitas delas até de forma indevida sobre o ICMS. Então, com essa redução nesse incentivo você acaba prejudicando mais os Estados e Municípios, porque o componente do IPI do imposto de renda na distribuição dos fundos estaduais e municipais é da maior importância.

Eu acredito que esses incentivos possam ser feitos com outras fontes de recursos, como são as contribuições, ou então, que se estude, Senador Dornelles, a participação dos Estados e Municípios também nas contribuições, não somente no imposto de renda e no IPI.

Então, essa é a proposição, Presidente Garibaldi Alves Filho, que acredito que V. Exa. que foi governador, por duas vezes, do grande Estado do Rio Grande do Norte, vai com sede absoluta, e é municipalista poder abrir essa discussão sobre a revisão do pacto federativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro, já está sobre a mesa o requerimento de V. Exa. para ser votado. O que acontece é que nós vamos extinguir, vamos extinguir, não, foram extintas as seguintes subcomissões: da Previdência Social, da Cultura Nacional, do *Royalties*, o problema foi de prazo, sobretudo.

E agora nós vamos apreciar o relatório porque não é possível que uma subcomissão se constitua, e sendo uma subcomissão da CAE, a CAE não aprecie os relatórios, a CAE precisa apreciar os relatórios da subcomissão da dívida pública, da liquidação de instituições financeiras, da regulamentação dos marcos regulatórios e da reforma tributária para liberar esse relatório, porque muitos projetos serão apresentados pela própria CAE e por membros da CAE baseado no relatório. Não adianta fazer subcomissão sem que tenha uma conclusão dessa. Que fica uma coisa inócua.

Mas V. Exa. pode me cobrar, porque na próxima Sessão nós vamos já apreciar o requerimento de V. Exa.

Vamos entrar--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --Com a palavra o Senador--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Estou inscrito aqui, Sr. Presidente. Havia me inscrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --Senador Marcelo Crivella, depois Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Apenas para manifestar, Sr. Presidente, preocupação com o setor de caminhões no País.

Ano passado tivemos um crescimento da economia até o terceiro trimestre acima de 6% do PIB, 89 mil caminhões foram comercializados, e a maioria deles com financiamento. E agora, Sr. Presidente, a queda no transporte é muito grande.

Então, eu queria propor a V. Exa. e aos meus companheiros na Comissão de Assuntos Econômicos, daqui a pouquinho eu vou entrar com o requerimento, está sendo preparado no gabinete, para que a gente traga aqui à Comissão os representantes dos setores,

não só os fabricantes de caminhões, como também o Ministro do Transportes, mas também o representante dos caminheiros, e possamos discutir com o Governo uma solução, Presidente. Há estacionamentos em São Paulo, há parques com mais de 400 caminhões parados por falta de frete. Como a maioria desses caminhões novos são caminhões financiados, logo, logo, Sr. Presidente, nós vamos ter uma crise de crédito muito grande, além, do que a produção está caindo.

Na Europa, no ano passado, de abril a setembro a Volvo, a maior fábrica de caminhões da Europa, vendeu apenas 700 unidades. Imagina, Sr. Presidente, de abril a outubro, a maior fábrica de caminhões da Europa vendeu apenas 700 unidades em toda a União Européia.

Então, a crise no setor é muito grave, e eu gostaria que V. Exa. desse atenção para que nós fizéssemos essa reunião e discutíssemos o assunto importantíssimo para eles e para o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu aguardo a proposição de V. Exa. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Como o Senador Romero Jucá, relator do Projeto de Lei que trata do Sistema Brasileiro de Defesa e Concorrência não está hoje, então acredito que esse item... Porque ele se encontra viajando, será adiado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem razão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E eu gostaria, Sr. Presidente, de propor ao líder do governo, Senador Romero Jucá que possamos, antes de apreciar esse assunto, na próxima semana, possa haver uma reunião prévia, onde, sobretudo, venhamos a discutir alguns aspectos principais, principalmente que foi retirado do Projeto de Lei aprovado na Câmara, o dispositivo que exigia reconhecimento de culpa, em termos de compromisso de sensação em casos de cartéis com acordo de leniência e manteve-se fora do texto a previsão então contida na Lei 8.884/94, eliminada pela recente Lei 11.482/2007, de que a celebração de qualquer termo de compromisso de sensação não importa a confissão, quanto à matéria, de fato, nem reconhecimento de licitude na conduta analisada. Ora, se trata de um tema bastante importante que merece a análise. E eu gostaria de propor que as partes, sobretudo, por exemplo, no setor de suco de laranja, dos produtores de suco de laranja, possam ter uma reunião com o líder do governo, o relator da matéria, comigo próprio e outros Senadores interessados e os representantes das partes interessadas, como o presidente da Só Citrus representando os produtores de laranja, também os representantes das empresas de sucos de laranja.

Em verdade, Sr. Presidente, eu propus uma audiência pública sobre este assunto que foi aprovado e, quem sabe até se esta audiência pública puder, eventualmente, ser realizada antes da apreciação do Projeto de Lei, referente ao Sistema Brasileiro de Defesa de Concorrência, acredito que poderíamos ter mais elementos ainda para o exame da matéria.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Suplicy, o senhor permite um aparte?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu, inclusive, tencionava pedir audiência pública para que a gente pudesse discutir melhor o projeto, e nós podemos, inclusive, fazer um conjunto com V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Bem, tendo em conta que houve há cerca de três, quatro semanas o fechamento de uma indústria de sucos de laranja em Bebedouro, relacionada a uma das quatro grandes empresas produtores de suco de laranja, eu até propus que com a presença do CAD, do SDE, do Ministro da Indústria. que pudéssemos aqui, e com a presença dos representantes de produtores de suco de laranja, a presidência do Sr. Viegas que é Presidente da Só Citrus, que possamos ter um diálogo, uma audiência pública aqui e isso poderia trazer luz à discussão do projeto sobre o sistema de defesa do consumidor.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Na verdade, eu tencionava fazer audiência pública para discutir o próprio projeto, o projeto em si.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem. Mas os dois temas estão relacionados.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Nós podemos analisar isso. Porque eu acho importante que nós debatamos o projeto para que fique de conhecimento de todos os Senadores para que ele possa ser aprovado com tranquilidade e não simplesmente ser votado sem que nós tenhamos conhecimento pleno do seu conteúdo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se V. Exa., quiser então propor um requerimento, eu assinarei, mas com o propósito, mas eu acho que aquela audiência também pode trazer luz para apreciação deste projeto--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): E também o Senador Francisco Dornelles tem

interesse também em discutir em audiência pública esse assunto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sobre o Sistema de Defesa da Concorrência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eduardo Suplicy, Senador Antonio Carlos Júnior, Senador Francisco Dornelles, o requerimento do Senador Eduardo Suplicy já foi aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É um dos 13 requerimentos já aprovados aqui em 2009, e nós vamos agendar de acordo com os convidados.

Projeto de Lei do Senado item nº 1, nº 297/2007, não terminativo. "Altera dispositivo da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel para arrecadar e aplicar sanções administrativas. O projeto é de autoria do Senador Renato Casagrande, o relator é o Senador Arthur Virgílio. O aparecer é favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado pelo relator e a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com decisão terminativa". O Senador Arthur Virgílio é o relator e fez um pedido para retirar de pauta. Deveremos ter apreciação da matéria na próxima sessão.

Item nº 2. "Altera o § 2º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados no orçamento da União para a segurança pública não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relator: Senador Gilvam Borges". O relator não está presente. Isso impede que nós tenhamos apreciação da matéria e o parecer é favorável.

Terceiro item. Projeto de Lei, esse terminativo, de nº 160/2007. "Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI e incidente em produtos escolares, e estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/PASEP e na Contribuição para Financiamento da Segurança Social - COFINS sobre a importação e a receita decorrentes da venda desse produto. Autoria do Senador José Agripino, o relator é o Senador Marcelo Crivella, o parecer é favorável ao projeto, com a emenda de redação nº 2, que apresenta, e pela rejeição da emenda nº 1. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o parecer favorável ao projeto com a emenda nº 1 da Comissão de Educação. Em 14/10/2008 foi concedida vista ao Senador Romero Jucá que devolveu com voto em separado pela rejeição da matéria".

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, relator do projeto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, trata-se de Projeto de Lei do Senado 160/2007 do ilustre Senador José Agripino que cria benefícios fiscais para produtos escolares. A proposta possui seis artigos, Presidente. O primeiro isenta de IPI os seguintes materiais: cola, artigos escolares confeccionados de plástico, borracha de apagar, pasta, mochila para estudante, agenda, caderno, classificador, pincel, caneta esferográfica, caneta e marcador com ponta de feltro e lápis. Os artigos 2º, 3º e 4º alteram respectivamente as Leis 10.837/2002, 10.833 de dezembro de 2003 e 10.865/2004, 30 de abril, para instituir alíquota zero à contribuição para os programas de integração social e de formação patrimônio do servidor público, PIS/PASEP e de COFINS sobre a receita bruta decorrente da venda dos produtos escolares mencionados, bem como, para reduzir a zero alíquota do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação desses materiais.

O art. 5º enuncia que o Poder Executivo, com vistas ao cumprimento disposto na Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, estimará o montante da renúncia da receita decorrente do disposto nessa lei e o incluirá no demonstrativo que acompanhar o Projeto da Lei Orçamentária. O art. 6º determina a vigência da lei na data de sua publicação, mas suspende seus efeitos até o exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado no disposto no art. 5º. Ou seja, tem que ter antes a previsão orçamentária. A Constituição preconiza ser dever do Estado, garantir o acesso à educação, e contribuir para que a evasão escolar diminua. Além da situação crítica do ensino público nacional, verifica-se a dificuldade enfrentada pelos estudantes para se manter nas escolas. Um dos problemas é aquisição de material didático que possui carga tributária federal bastante alta em alguns casos. Esse é o obstáculo que o PLS visa superar com a instituição dos benefícios fiscais. A medida foi distribuída à Comissão de Educação. Isso aqui eu não vou ler, Presidente, porque o senhor já fez aí todo o resumo do andamento da matéria. Análise: a competência da CAE para análise da matéria em decisão terminativa está fundamentada no art. 99, inciso IV e 91, inciso I no nosso regimento interno. O PLS 160 coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo, quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria. Ainda sob o ponto de vista da constitucionalidade o projeto atende a exigência de lei federal específica

para concessão de benefício fiscal prevista no § 6º do art. 150 da Constituição. A proposição pelos seus art. 5º e 6º observou a determinação do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal mostrando-se adequado em termos orçamentários e financeiro. A lei ordinária norma adequada para o estabelecimento de isenção do IPI de alíquota zero para PIS/PASEP e COFINS, inclusive, quando incidente na importação e inexistem óbices regimentais ou jurídicos ao PLS. Os comandos da Lei Complementar 95 de 26 de fevereiro de 98, foram observados, motivo pela qual a proposição encontra-se correta em termos de técnica legislativa. Será necessária, contudo, alteração na redação do art. 4º do PLS em virtude da modificação da Lei 10.865/2004 realizada após a apresentação do projeto. Trata-se apenas de renumerar o inciso inserido pelo art. 4º do PLS no § 12(F) do art. 8º da mencionada norma.

Quanto ao mérito, não há o que opor ao projeto. E um país como tantas dificuldades como o Brasil, já é consenso a necessidade urgente de focarmos a educação dos nossos cidadãos. Devemos envidar todos os nossos esforços nesse sentido, pois um dos maiores patrimônios que um ser humano pode ter é o seu conhecimento. E se o preço do material didático fundamental para o aprendizado e formação dos nossos jovens, e também dos adultos tem sido empecilho à educação, devemos reduzir a carga tributária. Ora, se estamos reduzindo a tributação de bens de informática, de obras de infra-estrutura, de máquinas e de equipamentos, inexiste razão para não fazermos o mesmo com material escolar.

Quanto à Emenda nº 1º da Comissão de Educação, que suprime o art. 1º do PLS, sua justificativa está tecnicamente correta, pois o produto da arrecadação do IPI e do imposto de renda, a União entrega 21,5 ao Fundo de Participação dos Estados e 23,5 ao Fundo de Participação dos Municípios, em observância ao comando disposto no art. 159, inciso I, alínea A, B e D da Constituição Federal. Entretanto, além de vários dos produtos beneficiados pelo projeto, já [ininteligível] de alíquota zero do IPI, cola, borracha de apagar, caderno, pincel e lápis, acreditamos que a retirada do art. 1º do PLS poderá tornar inócua a norma, pois as alíquotas do IPI podem, em regra, ser alteradas por meio de decretos do Poder Executivo. Assim, com a redução a zero das alíquotas de contribuição para o PIS/PASEP da COFINS, inclusive, as incidentes na importação, as atuais alíquotas do IPI, dos produtos em questão, poderiam ser elevadas para compensar as perdas tributárias mantendo assim altos preços de materiais didáticos.

Voto: em vista do exposto, votamos pela rejeição da Emenda nº 1 da Comissão de Educação e pela aprovação do projeto do Senado 160/2007, com a seguinte emenda de redação: dê-se(F) a seguinte redação ao art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 160/2007. Art. 4º, § 12 do art. 8º da Lei 10.865 de 30 de abril de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XII, desculpe, XVII. Produtos classificados nos códigos 350610, cola; 39261000, artigos escolares confeccionados de plástico; 401692, borracha de apagar; 42021, pasta e mochila para estudante; 482010, agenda; 482020, caderno; 402030, classificador; 960330, pincel; 960810, caneta esferográfica; 960910, lápis; todos da tabela de incidência do Imposto sobre Produto Industrializado aprovado pelo Decreto 6.006 de 28 de dezembro de 2006. Sala das Comissões, relator Crivella.

Presidente, há ainda um voto em separado do Senador Romero Jucá pela rejeição, porém, eu defendo que o projeto em meritório deva ser aprovado.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente, pela ordem.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Tião Viana. Pela ordem. Lembrem-se que já temos três oradores para discutir inscritos.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Presidente, para discutir, eu gostaria de uma informação rápida. Apenas para dizer, Presidente, que eu tenho uma audiência com o Presidente da Câmara e vou ter que me ausentar agora. A votação é terminativa, entendo que há quórum. De qualquer maneira, se for permitido e se for cabível, eu gostaria de antecipar o meu voto favorável ao relator.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): A minha questão antecede em alguns segundos o Senador Eliseu Resende. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem a palavra.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente, com todo o respeito ao Senador José Agripino Maia, um brilhante Senador em toda a sua responsabilidade de conteúdo político, uma visão de Estado, uma visão econômica consolidada na matéria, mas há um voto em separado do Senador Romero Jucá sobre esse tema, que, regimentalmente, diz que deve ser discutido o voto em separado e votado. E como o autor do voto em separado, que é o Senador Romero Jucá, não está presente, porque perdeu o avião e não pode chegar a tempo, e sendo uma matéria que vai envolver danos à Zona Franca de Manaus, vai envolver aspectos de importação e exportação, afetando a economia nacional em alguns aspectos, e tem mérito, por outro lado, eu gostaria de fazer um apelo a V. Exa. que consideras-

se, lido o voto do Senador Romero Jucá, mas que a votação fosse feita apenas na outra reunião.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Não, porque leu voto em separado, tem que ser votado voto em separado, e lido o voto do Senador Crivella também. É o apelo que eu faço à V. Exa.: para que seja dado como lido tanto o do Senador Crivella como em separado do Senador Romero, mas que a matéria só seja votada na próxima reunião. Porque ela envolve aspectos que são delicados, como a Zona Franca de Manaus e outros itens da indústria nacional.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador José Agripino, autor do projeto.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, uma ponderação. Eu acho que o relator já teve a oportunidade, e eu quero cumprimentá-lo porque ele teve a capacidade de perceber, com a devida profundidade, todo o alcance do projeto.

Eu gostaria de também ponderar à V. Exa. o seguinte: ambos os votos são do conhecimento do plenário, tanto o voto do relator, como o voto em separado que foi distribuído com a devida atenção. Eu acho que o plenário tem todas as condições de fazer a sua opção pelo voto, sobre uma matéria ou sobre a outra matéria, sobre a concessão ou não concessão de benefícios à educação pela isenção de impostos ao material escolar. É a ponderação que faço à V. Exa. Esta matéria está em pauta já há muitas sessões, ela é oportuna, o IPCA do mês de fevereiro, que deu 0.56, deveu-se em 60% a majoração no preço do material escolar, e, até por isso, impõe-se a votação de uma iniciativa do Legislativo, no sentido de combater custos à educação, principalmente da educação das famílias mais pobres deste país. Eu pondero a V. Exa. sobre... A matéria está em pauta há muito tempo, o voto em separado é do conhecimento do plenário, o relator fez um relatório circunstanciado, a matéria pode ser debatida e pode ser levada a voto nesta sessão.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente, eu só concluo--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, para contraditar, o Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Pela ordem. Lembrando que o Senador Arthur Virgílio se porta sempre como um guardião da Zona Franca do Amazonas, com toda razão, com inteira responsabilidade sobre as questões regionais, e ele não estando aqui, numa matéria que afeta diretamente a Zona Franca de Manaus, afeta a indústria nacional, é respeitável do ponto de vista do método, mas envolvem controvérsias, o apelo que eu faço é que o voto possa ser dado na outra sessão da Comissão, em razão até do autor do voto em separado não estar aqui por razões de um incidente de perda de voo. É o apelo que eu faço, final.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu acho que a educação está, neste país, acima de qualquer interesse, de qualquer região, de qualquer matéria. Eu acho que a educação tem que ser matéria prioritária. Nós estamos tratando de um assunto prioritário, muito mais importante do que o assunto que vai ser amanhã discutido, na CCJ, que é a questão das cotas para educação. Essa matéria antecede a discussão das cotas, ela fala de evasão escolar, por carência da família pobre, neste país.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou designar um relator *ad hoc* para ler o voto vencido, porque não foi lido ainda. O voto vencido, o voto... Desculpe, o voto em separado. Eu já estou querendo derrotar o voto. Minha isenção está sendo posta, agora, em questão. Eu vou colocar agora, vou pedir, aliás, ao Senador Antonio Carlos Júnior que ele faça a leitura do voto em separado. Depois, prosseguiremos na discussão, porque nós queremos acelerar a tramitação. E aí veremos se votaremos hoje ou não.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, eu vou logo antecipar que, embora, atendendo a designação de V. Exa. para ler, o meu parecer quanto ao voto em separado é contrário. Eu sou favorável ao parecer do Senador Marcelo Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero retificar o que foi decidido, agora, por mim e, na verdade, estou sendo advertido, no bom sentido, de que só teremos a leitura do voto em separado se algum senador quiser subscrever o voto em separado. Aí, neste caso, o voto em separado será lido por aquele senador que subscrever o voto. Algum senador se dispõe a isso, a subscrever o voto?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Qual voto?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O voto em separado.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Claro, Presidente. Eu me proponho.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. subscreve.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Subscrevo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E passará a ler o voto em separado.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Claro, sem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, com a palavra o Senador Tião Viana para fazer a leitura do voto.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Sobre o projeto. "Projeto de Lei do Senado 160/2007, de autoria do Senador José Agripino, dispõe sobre a isenção de imposto sobre produtos industrializados, incidente em produtos escolares, e estabelece alíquota zero na contribuição para PIS/PASEP e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos. Justifica o proponente que a Constituição Federal preconiza que o ensino será ministrado com base nos princípios de igualdade e condições para o acesso à permanência na escola, que é dever do Estado, além de garantir o acesso à educação, contribuir para redução de evasão escolar, dentre os vários motivos que apresenta, como a queda de qualidade do ensino, a dificuldade de permanência nos bancos escolares, de morar bem, de vestir decentemente. O proponente elege a dificuldade da aquisição de material didático como a primeira justificativa para a concessão dos benefícios propostos. Por final, aponta a redução da carga tributária como um caminho viável para a solução das questões de acesso à educação no Brasil, excluindo outros reflexos políticos e sociais que a educação poderia trazer ao país como justificativa para concessão de isenção e para os materiais escolares. Além do art. 206(F), inciso I, da Constituição que preconiza que o ensino será ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, citada na justificativa do projeto, a Carta Magna dispõe em seu art. 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercer-se da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Análise: dentro do enfoque citado como objetivo primordial de promover o acesso à educação, considerando que a educação é atividade diferenciada, descumprindo os princípios de seletividade, em função da assistencialidade do produto que considera essencial e daquele produto que intrinsecamente possui as características de sua dispensabilidade, é que se tem atribuído alíquota zero do IPI a alguns produtos, tais como: lápis, borrachas, pincéis e cadernos. Alguns produtos, como diz o do código 392610000, 1000, artigos de escritório e artigos escolares; 42021, baús para viagens, malas e maletas, incluindo as de estocador, e as maletas de pasta para documentos de estudante e artefatos semelhantes; livros de registro e de contabilidade, blocos de notas de encomenda, recibos de apontamento de papel para cartas; agendas e artigos semelhantes, classificadores capaz de encadernação, exceto as capas para livros e capas de processo, destaque para canetas esferográficas não retratáveis. Canetas e marcadores com ponta de feltro, ou com outras pontas porosas, não atendem aquela premissa constitucional, porque não são utilizadas precipuamente para os fins que se quer alcançar. O setor educacional, via de regra, são utilizados para outros fins: profissionais, comerciais, industriais, artísticos. Portanto, muito dos usuários, pertencentes a esses setores, como se pode depreender das discussões, acima mencionadas, em rigor, prescindem de favor fiscal. Por outro lado, é de se observar que o IPI também incide na importação, assim como a contribuição, para o PIS/PASEP, importação, e COFINS, importação. A desoneração desses produtos pode favorecer ainda mais a importação desses produtos com sérios danos à indústria nacional.

O governo tem, reiteradamente, se manifestado contrariamente à concessão ou ampliação de benefícios fiscais em razão da percussão negativa, na formação das receitas tributárias da União, e, consequentemente, na sua distribuição para a União e os entes da federação, determinado pelo art. 159 da Constituição Federal.

É fato que a finalidade da tributação é angariar recursos para o financiamento das atividades dos Estados, dentre os quais, as relativas à Seguridade Social, a arrecadação. Tenho que fazer face às despesas autorizadas, ou seja, sem uma arrecadação suficiente, não haverá recursos para suprir os gastos do Governo. Nesse caso, quem mais irá sentir será justamente a população mais necessitada. O fato é que a desoneração, solicitada para empresas que fabricam os produtos indicados nesse projeto, não irá garantir que cheguem mais baratos à população carente. Não há meios de aferir se a desoneração pleiteada atingirá ao objetivo proposto; ao contrário, se realmente os produtos ficarem mais baratos, ficarão para todos, não fazendo distinção entre os menos e os mais carentes. O que se tem observado em relação a incentivos semelhantes, ao que ora se pretende, é que eles tenham, efetivamente, atingido os fins... Não tenha atingido, efetivamente, os fins a que se propõe. Por isso a política de desonerar alguns produtos, independentemente da criação de uma rede formal, uma real forma de controle da redução de preços, tem se mostrado ineficaz. A necessidade, além, de acompanhamento de comprovação de repasse do benefício fiscal, do produto final da afirmação com a União, do compromisso do

ajustamento da conduta, nos termos do § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347, de julho de 85.

Em se tratando, especificamente, da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, vale ressaltar que o setor de educação tem recebido especial atenção do Governo Federal conforme se verá adiante. A Lei 10.673, de 2002, conversão da MP 66, de agosto de 2002, dispõe sobre o regime de apuração não cumulativo da contribuição para o PIS/PASEP, que passou a ser a regra geral da apuração dessa contribuição. Entretanto, o seu art. 8º trouxe uma lista de exceções a esse regime, aos quais permaneceriam sujeitos ao regime de apuração cumulativa.

A não cumulatividade, ao permitir a sistemática do desconto de créditos, não implica, necessariamente, no aumento da carga tributária para o setor. No entanto, alguns setores, em virtude da baixa quantidade de créditos, acabam por obter a exclusão da regra geral. A Lei 10.833, de dezembro de 2003, com versão da MP 135, de outubro de 2003, estabeleceu o regime de apuração não cumulativa da COFINS, também como regra geral de apuração. Entretanto, o rol de exceções a não cumulatividade foi ampliado; o art. 10, da citada lei, as novas hipóteses de exclusão estendidas para a contribuição para o PIS/PASEP, art. 15.

Por meio da Medida Provisória 135, de 2003, a prestação de serviços de educação, foi incluída, entre as exceções, a não cumulatividade. Logo a atividade já se encontra submetida ao regime de apuração mais vantajoso para o setor, ou seja, permanece favorecida em relação a outros setores de serviço do país, conforme se constata no inciso XV, do art. 10, do inciso V, do art. 15, da Lei 10.833, de 2003. Vale ressaltar também que, caso a Constituição de Educação não tenha fim lucrativo e atenda ao disposto no art. 12, da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 97, apurará a contribuição para o PIS/PASEP sobre a folha de salários, estando isenta da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, sobre as suas receitas próprias, conforme o inciso III, do art. 13, e inciso X e § 1º, do art. 14, da Medida Provisória 2.15835, de agosto de 2001.

As instituições de educação, com ou sem fins lucrativos, que aderirem ao ProUni, Programa Universidade Para Todos, ficarão isentos da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, conforme o art. 8º, da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Conclusão: dos dispositivos citados, constata-se que o Poder Executivo tem atuado diretamente em medidas, inclusive, tributárias, que contribuam para o acesso à educação dos mais necessitados. As desonerações desse projeto repercutem na melhoria da educação e, apenas indiretamente, à dependência de acompanhamentos difíceis de serem conduzidos, como é o repasse a preços, o que resulta, portanto, a incerteza de atingir os mesmos efeitos das atuais políticas de incentivo à educação.

Não se pode duvidar que o montante da arrecadação da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS é destinado a atender objetivos dos mais relevantes para a sociedade brasileira, principalmente para aquela parcela mais carente e dependente de serviços públicos. A contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS tem como finalidade o financiamento da Seguridade Social, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Com isso, qualquer impacto negativo na arrecadação dessas duas contribuições tem de ser cuidadosamente analisado e estimado, tendo em vista a situação crítica em que se encontrarão as contas de Previdência Social. A desoneração tributária é feita no âmbito das contribuições sociais, pode gerar implicações financeiras importantes às contas públicas, devendo revestir-se de total cautela. Ademais, o produto de arrecadação de contribuições para o PIS/PASEP financia o Programa Seguro-Desemprego, abono anual de um salário mínimo aos empregados que percebem(F) de empregados que contribuem para o PIS/PASEP de até dois salários mínimos de remuneração mensal, nos termos do art. 239, da Constituição Federal.

É importante lembrar ainda que o PL não atende ao preceito mencionado no art. 14, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2001, Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe: art. 14: a concessão e ampliação de incentivo ao benefício de natureza tributária, da qual decorra a renúncia de receita, deverá estar acompanhada de estímulo, de estimativa do impacto orçamentário, financeiro, no exercício de que deva iniciar a sua vigência nos dois seguintes, atender ao disposto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, é, pelo menos, uma das seguintes condições. Um: demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa da receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará os mesmos resultados fiscais, previstos no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Dois: está acompanhada de medidas de compensação no período mencionado no caput, por meio do documento da receita, proveniente da elevação da alíquota e ampliação da base de cálculo, majoração, criação de tributo ou contribuição.

A renúncia compreende anistia, remissão, subsídios, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração da alíquota ou modificação de base de cálculo, que implique redução discriminada de atributos ou contribuições, e outros benefícios que corresponda ao tratamento diferenciado. § 2º: se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou be-

nefício de que trata o caput desse artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas(F) no mencionado inciso. Em que pese o fato de haver obrigatoriedade do Poder Executivo estimar o montante de renúncia da receita, não se vê qualquer dispositivo relativo à obrigatoriedade e apresentação de medidas de compensação, conforme o que foi mencionado no art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Pela redação do art. 5º, do PLS, não fica clara a estimativa do montante de renúncia da receita, e a previsão demonstrativa, ali mencionado, cumprem os dispostos legais constante do art. 5º, inciso II, § 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Alerta-se também que, atualmente, há leis que estabelecem os regimes diferenciados, estabelecem prazos de vigência, ao contrário do que ocorre com a proposição em comento. Isso torna o favor fiscal perene, sendo que há ausência de prazo e duração retida, flexibilidade da administração de incentivo, dificultando a sua revisão periódica quanto ao alcance de seus objetivos e também quanto à possibilidade de o Governo Federal rever a concessão do benefício fiscal. Dessa forma, verifica-se que o projeto não atende a importante norma do direito financeiro, público, motivo pelo qual defendo a sua inadequação financeira e orçamentária, propondo a rejeição da matéria. Assina o Senador Romero Jucá".

Então, este é o voto em separado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senado Tião Viana e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, todos nós sabemos da importância da educação para o desenvolvimento do país. O investimento em educação é fundamental, é básico, é importante, e, portanto, o projeto do Senador José Agripino, relatado pelo Senador Marcelo Crivella, é meritório no sentido de fazer estender o acesso do material escolar às camadas mais baixas de renda, que são responsáveis, inclusive, por uma evasão escolar muito grande, por falta de condições de manter os alunos na escola, em função de carência de material e impossibilidade de freqüentar a escola.

Então, esse projeto tem o mérito de buscar estender a faixas mais baixas da população o mais fácil acesso ao material escolar.

Eu queria rebater aqui alguns pontos do voto em separado. Ele apresenta aqui como justificativa, para que rejeitasse o projeto do Senador José Agripino, seis leis que incentivam a educação, digamos, de uma forma mais ampla. Essas leis são importantes, mas com medidas complementares, quer dizer, há uma complementaridade entre essas leis, e o projeto do Senador José Agripino, ambos vão no mesmo sentido, na mesma direção. E a aprovação do projeto, junto com o funcionamento dessas leis, isso vai fazer com que o alcance das medidas, tanto das leis como do próprio projeto do Senador José Agripino, que o alcance vai chegar a uma faixa da população maior, vai produzir um resultado mais efetivo. Então, eles não podem substituir, eles são complementares.

Então, eu não vejo como que essas seis leis sejam substitutivas do projeto. Eles são absolutamente complementares. E, se há alguns detalhes em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, isso não se verifica, porque a lei vai entrar em vigor, e, a partir do exercício que haja previsão orçamentária, ela será implementada. Então, não vejo problema para que... óbices para aprovação do projeto do Senador José Agripino. Por isso, o meu parecer, digamos, o meu voto é contrário ao voto em separado e a favor do projeto do Senador José Agripino.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Garibaldi Alves e Srs. Senadores, não há, Presidente Garibaldi, o que discutir com relação à relevância de todos os projetos que tem como objeto dar melhores condições ao ensino, à educação. Por outro lado, aí considero meritório o projeto do Senador José Agripino. Por outro lado, ainda há pouco, na abertura desta sessão da Comissão, eu levantei a questão da revisão do pacto federativo, que as isenções atribuídas ao IPI, elas vêm para apoiar, evidentemente, o setor produtivo, mas vão de encontro aos interesses da sociedade, ao nível de redução do FPM e do FPE.

Eu fico, realmente, numa dificuldade para poder estabelecer um juízo de valor e proferir o meu voto. Eu gostaria de pedir ao Senador José Agripino que me esclarecesse alguns pontos de dúvidas minha. Primeiro, no seu projeto, ele isenta alguns itens, como foi colocado aqui no voto em separado pelo Senador Jucá, que não dizem respeito, fundamentalmente, à questão do ensino, maletas e outros... pincéis e outros itens, marcadores, canetas. 'Canetas' fica muito genérico, Senador Agripino. Se o projeto vier isentar na importação de caneta, nós vamos ter a possibilidade de comprar canetas Mont Blanc, sem pagar IPI, sem pagar PIS, sem pagar COFINS.

Então, eu acredito que haveria, sim, a possibilidade de se aprovar o projeto, mas que viesse, Senador João Tenório, apoiar a indústria brasileira, ou seja,

se isentasse, Senador Crivella, esses produtos todos, mas produzidos no Brasil, não isentá-los na importação também. Por que o que é que vai ocorrer? Vai haver uma concorrência predatória em relação aos produtos fabricados em nosso país.

A mesma coisa eu perguntaria ao Senador Tião Viana, que foi o relator *ad hoc* do voto em separado, ele entra em contradição, quando ele diz que nem sempre a política de desonerar os produtos tem se mostrado eficaz. Ou seja, o que é que o voto em separado quer levar que entendamos? É que a redução do IPI ou do PIS e COFINS não traz benefício para a sociedade. É isso que está sendo dito aqui. É o caso de se colocar em dúvida se a redução do IPI para a indústria automobilística trouxe, ou não, benefício à sociedade, com a redução de preços. E nós sabemos, pelo noticiário, que sim. Mas ele, aqui, coloca em dúvida.

Um outro assunto que eu, inclusive, vou fazer uma proposição nesse aspecto, Senador Agripino, é que o Governo tem sido bastante pró-ativo em isentar o imposto, o IPI e o imposto de renda e, com isso, penalizar estados e municípios, e que eu vou mandar fazer um estudo na consultoria, de tal forma que essas isenções, procuradas pelo Governo, seja dado somente na parte que cabe ao Governo Federal, e não na parte que vem aos estados e municípios, que representa 45% do IPI e do imposto de renda.

Então, que ele dê a isenção dos 55 que cabe à União. Eu acho que isso a gente começa a direcionar. Precisa ser dado o apoio? Sim. Precisa ser dado o estímulo à educação, precisa ser dado estímulo à indústria brasileira, mas, também, nós temos que olhar na ponta, ou seja, o que é que acontece com a redução do FPE e do FPM que está inviabilizando os estados e, principalmente, os municípios brasileiros.

Os prefeitos têm vindo aqui à Brasília, em comitiva, e têm nos procurado--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V. Exa., me permite um aparte?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O maior consumidor desses produtos são os prefeitos. Eles são os que mais compram material escolar para dar para as crianças da escola pública.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não discordo de V. Exa., mas não quer dizer que tudo que a prefeitura ou o estado compre sejam isentos. Então, não é esta a premissa que nós estamos discutindo aqui. A minha discussão, Senador Agripino, para poder votar favoravelmente ao projeto de V. Exa., é da possibilidade de retirar do projeto a subvenção ou o incentivo na importação. Se o incentivo for para a indústria brasileira, nós vamos apoiar a educação e vamos apoiar a indústria brasileira. No momento em que nós abrimos a possibilidade de enfraquecimento da indústria brasileira e pode, ou não, vir a trazer o incentivo, como disse no voto em separado, eu fico em dúvida e pediria que V. Exa., com a competência que lhe é peculiar, pudesse me esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tendo em vista o elevado número de oradores inscritos para discutir a matéria, vamos fixar um tempo, e eu peço a concordância do plenário para que isso ocorra, eu gostaria, em três minutos. Mas...

[pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não. Assim V. Exa... V. Exa. falou 30 e, agora, quer limitar para dois. Então, vamos ter os três minutos. Eu peço aí ao secretário Gonzaga, da Comissão, e peço desculpas aos Senadores, porque nós temos uma pauta de 12 matérias.

Com a palavra o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, política monetária, política tributária, ela tem demonstrado ser um instrumento absolutamente eficiente para o desenvolvimento de alguns segmentos quando se quer promover o consumo de alguns setores. Mas até do que a política monetária. Nós temos visto no mundo hoje, hoje mesmo de manhã, a zona do euro baixando de 2 para 1,5 a taxa de juros, e os Estados Unidos com taxa de juro negativa já há algum tempo. Enfim, e isso tem mostrado uma eficiência apenas relativa no que diz respeito à retomada do processo de desenvolvimento.

Então, ela é um instrumento importantíssimo na medida em que o Senador José Agripino propõe a redução de uma certa carga tributária, de uma incidência de carga tributária sobre alguns produtos fundamentais para a educação, na verdade, o que ele está querendo é estimular o consumo desses produtos. Por outro lado, política fiscal, política tributária, sobretudo, é um instrumento importantíssimo para, digamos assim, a dissipação do desenvolvimento econômico do país. Hoje nós temos uma concentração ainda exagerada no núcleo, no centro de desenvolvimento brasileiro, qual seja São Paulo, Minas Gerais. E é preciso que se crie estímulo, que se mantenha estímulo no sentido de que essa diversificação, essa criação de novos pólos seja efetivada e seja, digamos, consolidada. Daí por que eu fico numa dúvida cruel, se de um lado estimular com a isenção de imposto, proposta pelo Senador José Agripino, para que o nível de consumo de produtos dedicados à educação cresça; de outro lado, me constrange, como nordestino que sou, como

habitante de uma região absolutamente subdesenvolvida, necessitando muito de oportunidade econômica, que se faça qualquer medida tributária no sentido de reduzir as oportunidades e reduzir a possibilidade de que regiões como a região Amazônia apresente dificuldades para manutenção e a consolidação do seu pólo de desenvolvimento.

Dentro desse cenário eu, como [soa campainha] nordestino e, evidentemente, com a condição socioeconômica muito parecida com a do norte do país, eu fico com o voto em separado que foi lido pelo Senador Tião Viana.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente Garibaldi e demais Senadores, o que nós estamos julgando aqui neste momento é o seguinte: nós acreditamos que o investimento em educação quando você diminui o imposto para material que vai ser usado na educação das crianças, na educação dos jovens, se isso é mais importante do que você arrecadar o imposto que vai ser distribuído para os Municípios para dar sustentação aos Municípios que precisam dessa distribuição. É essa a questão. Discutir se vai haver importação de caneta Mont Blanc, isso não está aqui em questão, e até mesmo porque a Receita Federal vai analisar isso. Isso não vai entrar na questão e nem ninguém vai ser maluco de colocar isso em questão, Senador Flexa Ribeiro. O que está em discussão é o seguinte: será que diminuindo esse imposto, tirando esses impostos desse material nós vamos dar condições de ter um crescimento alto sustentável na educação? Porque não adianta você criar ProUni como o Presidente Lula e o Ministro Haddad criou, no adianta você criar remuneração melhor para os professores se o aluno não tem condições de comprar o material didático, ou se o próprio Governo não tem dinheiro para comprar para todos esse material didático. Ninguém pode adquirir conhecimento se ele não tiver um livro, se ele não tiver o que a gente chama de unidade didática, se ele não tiver o material que dê condições dele aprender sozinho em casa recebendo somente a orientação do professor. Então, é essa a questão aqui. Essa é a essência do projeto do Senador José Agripino. O que cada Senador irá votar é no que ele acredita, ele acredita que tirando esse imposto, o material ficando mais barato, isso vai ser melhor para os estudantes. Eu defendo isso. Eu defendo, inclusive, que um aluno que vai para a universidade federal se não der para ele computador, se não der livro para ele estudar, se não ter condições de se alimentar, ele não vai agüentar acompanhar o grau de ensinamento de um aluno que vem de escola particular. Isso é a pura verdade, e eu sou do ramo. Não adianta achar que simplesmente dar vaga ou porque ele é negro, porque ele é índio que vai dar condição dele competir de igual para igual dentro da universidade. O difícil não é entrar, o difícil é sair da universidade. Quem estudou sabe. [soa campainha].

Então, Srs. Senadores, eu vou votar com o relator, o Senador José Agripino, que eu vejo isso como um passo muito importante para a educação. Inclusive, buscar tecnologia para que possamos fazer uma melhor educação. Hoje a educação está muito mais centrada nos meios do que no próprio professor. Hoje você tem acesso à DVD, você tem acesso à Internet, você tem acesso à antena parabólica, e o ensinamento vai ao local que você esteja. E nós precisamos importar materiais que dê sustentação para que esse ensino possa acontecer dessa maneira, ou seja, centrada nos meios tecnológicos, não mais centrada no professor. A verdade é essa. Então, eu declaro o meu voto, acompanhando o autor, Senador José Agripino.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, eu entendo que esse projeto do Senador José Agripino é um projeto muito bem concebido. Ele está de parabéns pela iniciativa.

A sociedade mede o IDH pela evasão escolar. A pessoa pobre que vê o aluno ao lado tendo a régua, a caneta, a borracha e o caderno, e ele que não tem nada, é uma situação extremamente humilhante. Eu fui prefeito três vezes, e eu convivia na periferia com crianças que não tinham, que iam de pé no chão, porque não tinham o tênis. Isso fez com que nós tomássemos a iniciativa de distribuir a todos os alunos da rede municipal, tênis, o abrigo, a camiseta, assistência, assistência coisa nenhuma, é dar condição de igualdade mínima a uma pessoa, a uma criança para que ela não seja humilhada pela sua realidade social.

Nós temos aqui dois aspectos positivos: um é a redução de impostos. Todos nós falamos que há necessidade de derrubar a carga tributária, de diminuir. Aqui nós temos uma medida prática, é possível e mais, nós vamos beneficiar aquilo que é essencial para o desenvolvimento da nossa sociedade que é a educação. Então isentar de IPI caneta esferográfica, caderno, borracha, régua não vai derrubar a receita pública de nenhum lugar do mundo. É realmente uma coisa sem escala considerar isso como uma coisa que possa prejudicar a receita pública, de tal forma que nós temos que aprovar esse projeto e fazer com que ele se torne realidade e que a gente possa ajudar em educação com impacto

social na vida das pessoas. Não tenho dúvida de que o mérito é realmente ótimo, e nós devemos aprovar uma matéria. E esse é o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não havendo mais oradores inscritos--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vou encerrar a discussão--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra o Senador José Agripino; em seguida, o Senador--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu podia, se o Senador Agripino concordasse, somente um minuto.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Claro.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria, Sr. Presidente, dizer ao Senador Agripino que, por todas as razões que ele apresenta, eu vou votar favoravelmente ao seu projeto.

Agora, eu me sentiria mais à vontade se fosse possível V. Exa. aceitar as ponderações do Senador Flexa Ribeiro, colocando a isenção para aqueles produtos fabricados no Brasil, sem que o importado tivesse o benefício. Apenas eu acho que seria um ponto que, ao mesmo tempo, nós daríamos um grande incentivo para a educação, sem atingir a situação da indústria nacional. Eu quero dizer que votarei com V. Exa., mas me sentiria mais à vontade se prevalecesse as ponderações do Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o autor do projeto, o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, há um visível movimento de esvaziamento do quórum. O Senador Tião Viana está aí em frente, acho que comandando esse processo, não sei em nome de que causa, mas que está, está.

Senador Francisco Dornelles, a opinião de V. Exa. para mim é muito importante. Deixa eu fazer algumas considerações. O que é que me preocupa à evasão escolar? Amanhã vai haver uma sessão da CCJ, onde, mais uma vez, vai haver uma discussão acalorada em torno de cotas, cotas para negros, cotas para índios, cotas para A, B, C, para raças, privilegiando essas raças nas vagas das escolas técnicas e nas universidades do Brasil.

A minha preocupação é antecedente, é com evasão escolar, é com aqueles que não chegam a disputar um lugar na escola técnica, muito menos na universidade. Por quê? Por carência. A minha preocupação está em que o livro escolar já tem isenção de impostos, o livro escolar, a peça principal da escola pública ou privada já tem a isenção de impostos. O que me moveu a preparar esse projeto? Dar similitude ao material escolar que é classificado, dar similitude ao livro escolar.

A dúvida do Senador Flexa Ribeiro eu esclareço, muito fácil, com uma emenda que sabiamente o relator Marcelo Crivella colocou. No inciso XVII, ele coloca a isenção do IPI, nominando por código. Não há dúvida, o código 9608.10.00 refere-se à caneta esferográfica, não há nenhuma hipótese de ser confundido com caneta Mont Blanc, nenhuma, está escrito na lei, por iniciativa do Senador Marcelo Crivella, coqueiro de coco plantado na praia da cor verde. Não há nenhuma dúvida. Zero. Dúvida zero. “Ah, não, mas tem a caneta com marcador com ponta de feltro”. É a caneta hidrográfica, código 9608.20.00. Não há dúvida nenhuma. O que é que aconteceu agora em fevereiro? O IPCA deu 0.56. Senador Dornelles, 60% desse IPCA foi a correção do custo do material escolar para as famílias pobres. O que é que eu estou querendo? Baratear o preço do material escolar, para que o IPCA não sofra tanto a influência do material escolar com a inflação. Eu estou querendo, com esse projeto, combater a inflação com a melhor das causas, incentivando a educação, combatendo a evasão escolar, fazendo com que mais famílias possam comprar o lápis, a régua. “Ah, não, o fundo de participação vai ser prejudicado”. Como prejudicado? Senador Garibaldi, o IPI de cola, borracha de apagar, caderno, pincel, lápis, já é zero, já é zero, não contribui com nada para o fundo de participação. Já é zero. O que eu estou querendo é acabar com o PIS, COFINS, PASEP, que é o que pesa mais, estender para alguns poucos produtos do receituário da escola pública que prejudica, aí sim, o pai de família ou a mãe de família pobres.

A proposta que me faz o Senador Francisco Dornelles com autoridade de ex-Ministro da Fazenda, ex-Secretário-Geral da Receita Federal não poderia deixar de ser considerada por mim. Se ela agasalha o voto do Senador Flexa Ribeiro e de outros que possam vir eu estarei de acordo. Mas desde que a gente não boicote a aprovação dessa matéria, porque os que boicotarem estarão contra a educação, têm que assumir que estão contra a educação, tem que botar na testa escrito: “Eu estou contra a educação. Eu estou contra”. Agora assuma: “Eu estou contra”. Então, o que eu desejo... Eu faço qualquer concessão aceitável, em nome da apro-

vação desse projeto, que não vai beneficiar a mim, vai beneficiar é a família do estudante pobre. Esse projeto terá um enorme alcance sobre o combate à inflação, sobre a igualdade de oportunidades para pobres e ricos, e para, evidentemente, combater o principal do mal na educação, que é a evasão escolar.

Com essas palavras, eu quero agradecer, e agradecer mesmo, a dedicação com que o Senador Marcelo Crivella dedicou, a dedicação que o Senador Marcelo Crivella destinou ao relatório que ele preparou de forma laboriosa sobre a matéria, demonstrando claramente para ele que educação é prioridade e que uma matéria como essa, que trata da educação, ele dedicou o melhor de sua inteligência. Cumprimento a S. Exa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado. Senhor. Presidente, apenas para--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao relator, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, para esclarecer uma coisa. O autor da matéria fez uma exposição muito brilhante sobre os objetivos e o alcance dessa matéria. Quanto à parte do art. 4º, que trata da importação, Sr. Presidente, eu lembro que uma das coisas que mais se discute hoje, no momento, e foi até motivo do pronunciamento, um dos itens do pronunciamento do Presidente Lula, ontem, lá na sua conferência em Nova Iorque, é de que nós precisamos incentivar o comércio exterior. Nós vamos tomar aqui uma medida, a meu ver, protecionista, que defende o preço do material escolar barato no país, quando a gente tem oportunidade de comprar mais barato lá fora. São pequenos itens de tal maneira que, se o autor, para não sacrificar a lei, acata, eu acato também. Eu acho que o alcance será, vamos dizer, menor, mas a garantia efetiva de que os preços não serão abusivos é uma concorrência externa, muitas vezes, regulando isso daqui. Agora, o produto que for importado, Sr. Presidente, não será apenas isento isso aqui. Não, ele terá tributação do produto de importação, imposto de importação, e não terá também o PIS, COFINS; será... Perdão. Terá também, vai reduzir a zero as alíquotas do PIS/PASEP e do COFINS, mas ele continuaria, segundo o art. 4º, ainda com os impostos naturais da importação.

Apenas para lembrar isso, Sr. Presidente, e com mais aqui um argumento para nossa meditação antes de votarmos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana. Antes, eu gostaria de consultar o Senador Francisco Dornelles se ele vai formalizar a emenda agora. Porque nós vamos encerrar a discussão, e o Senador Marcelo Crivella poderia dar já o parecer.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu, como disse ao Senador José Agripino, eu vou votar favoravelmente o projeto, mesmo como ele está.

Agora, eu ponderaria, eu me sentiria mais confortável [soa a campainha] se ele e o Senador Marcelo Crivella, meu companheiro do Rio, concordasse em não limitar a isenção àqueles fabricados dentro do Brasil, sem importação. Eu acredito que isso daqui não vai agredir e nem passar como medida protecionista, e vai me deixar mais confortável para nós podermos dizer: “Nós reduzimos esse produto”. Grande parte desse produto já não é importado. Grande parte desse produto já é fabricado no Brasil. Quer dizer, nós não estaríamos mantendo essa isenção para aquilo que for feito no Brasil, nós já estamos atendendo 95% dos casos e não estaríamos aparecendo como uma abertura para importação, numa hora dessa, difícil, nas nossas relações comerciais.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente, só uma colaboração à manifestação do Senador Dornelles. A OMC é altamente contrária a essa iniciativa, e ela denuncia países que adota esse tipo de providência sobre o mesmo item. Então, nós sofreríamos uma retaliação a partir disso. Não é que eu sou contra, ele está absolutamente correto na sua intenção e na defesa da indústria nacional. Mas isso fere normas claras da OMC.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, o fato de conceder isenção a um produto fabricado no Brasil não atinge as regras da OMC. Se for um problema que estabelece aqui... Do contrário, nós teríamos aqui... A OMC teria que entrar com mais de 200 situações como essa.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Quando restringe para o importado, sim, Senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não acredito. A minha opinião é que não existe essa restrição da OMC.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, eu queria, de pronto, dizer que sou favorável ao relatório do Senador Crivella.

Acho que o país tem uma dívida social imensa com relação à questão da educação. E o mérito do projeto foi muito bem defendido pelo autor, o Senador Agripino, nosso líder, diz respeito à questão da evasão, a preocupação com a evasão. A evasão significará, portanto, engrossamento desses percentuais, que

nos envergonha a todos, do índice de analfabetismo no Brasil.

Então, acho que todas as medidas que visam a melhoria, que visam facilitar a questão educacional, têm que ser analisadas com muita atenção por todos nós e facilitada a sua condição. Acho que um projeto dessa natureza, que visa baratear os custos para aqueles estudantes mais pobres, e aí estão aqueles que engrossam os índices de evasão exatamente por falta de recursos para comprar o material escolar, é muito bem.

Eu queria, portanto, dizer que essa dívida social... São medidas como essas, pequenas medidas, que, certamente, vão diminuir essa dívida que nós temos com o nosso país. E a dívida social é imensa na área de educação. Não é justo que tenhamos ainda milhões de analfabetos no Brasil, em torno de 15 milhões, que nem sabem nem mesmo assinar o nome. Então, tudo que fizermos, objetivando melhorar e facilitar o acesso à educação, tem, da minha parte, a aprovação. E eu queria aqui formar fileiras com os nossos defensores do projeto do Senador Agripino, bem como do relatório do Senador Crivella. Então, o meu voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou encerrar a discussão. A essa altura, a votação está prejudicada, neste momento [soa campainha], pela falta de quórum. Sendo assim, a matéria fica adiada para a próxima reunião como--

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu consulto a V. Exa.: não seria possível iniciar o processo de votação e interromper por falta de quórum, para que aqueles que estão presentes já pudessem estabelecer, manifestar o seu voto?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não é possível, Senador José Agripino, porque não há acolhimento no regimento desse processo, sugerido por V. Exa., de votação.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): É só para lembrar, Sr. Presidente, que, quando nós fizemos aqui a legislação da isenção do IPI para táxi, ela só pega para carros produzidos no país, o carro importado não tem isenção do IPI, que é dada aos carros nacionais. De modo que existe uma série de situações em que a isenção dada a um produto fabricado no Brasil não é atingido(F) àquele importado.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Quando houve tal convenção para táxi, o acordo da OMC não estava em vigor, Presidente.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Essa isenção para carro já foi prorrogada várias vezes, Sr. Presidente, inclusive já existe até proposta do Governo no sentido que ela seja prorrogada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Francisco Dornelles, V. Exa., então, não vai apresentar a emenda? Senador José Agripino com a palavra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): O que o Senador Dornelles deseja é ver a essência do projeto aprovada. O que ele deseja é... É claro que boicotaram o quórum, lamentavelmente boicotaram o quórum. Se nós tivéssemos quórum agora, nós até negociaríamos uma forma de aprovar a essência; vão-se os anéis e ficam os dedos. O que S. Exa. está disposto é a colaborar para que fiquem os dedos, e o dedos significam a colaboração do Senado a uma melhoria no setor de educação do país. Ele está combinado, coordenado comigo, no sentido de ver a essência do projeto aprovado. Como boicotaram o quórum, nos reservamos para o momento seguinte, para tentarmos negociar a aprovação do projeto, como está posto ou de forma negocia,l como ele propõe.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, vamos ter encerrada a discussão. A matéria vai ser votada na próxima reunião ordinária, e, tendo em vista a falta do quórum para aprovação de matérias terminativas, nós vamos passar para o item 8. "Não terminativo, altera a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 95, para impor às concessionárias de serviço público e de obras públicas e permissionárias o dever de elaborar a escrituração contábil, elaborar e publicar demonstrações financeiras referentes a cada exercício social, nos termos dos arts. 175 a 188, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Autor: Senador Marcelo Crivella. Relator: Senador Raimundo Colombo. Parecer: favorável ao projeto. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania". Com a palavra o relator.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2007, de autoria do nobre Senador Marcelo Crivella.

"A proposição tem por finalidade acrescentar dispositivos ao art. 31, da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Essa é a Lei das Concessões. Com vistas a impor às concessionárias e permissionárias dos serviços públicos o dever de elaborar escrituração contábil, elaborar e publicar demonstrações financeiras, referentes a cada exercício social, nos termos dos arts. 175 a 188, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 76, que dispõe sobre a sociedade por ações.

A obrigação se estenderia a todas as concessionárias e permissionárias, independente do tipo societário adotado, e a companhia fechada, com patrimônio líquido não superior a 1 milhão de reais. Não estaria dispensada da elaboração e publicação da demonstração das origens e publicação de recursos, ao contrário do previsto na lei das sociedades anônimas.

A demonstração financeira deverá ser publicada não somente nos órgãos referidos no art. 289 da Lei das SAs, como também na rede mundial de computadores. Na justificação da proposição, o seu autor, o Senador Marcelo Crivella, argumenta que o exercício de serviço público por empresa privada, concessionária ou permissionária, merece ser conduzido com maior transparência, o que se faz impondo à concessionária ou à permissionária a elaboração de laudos contábeis, capazes de demonstrar a margem de lucro, resultante do exercício da atividade, bem como o custo efetivo da prestação de serviço público ou execução da obra pública, com descriminação das despesas correntes e gastos com investimentos de capital. Alega ainda que a transparência deve ser perseguida também mediante a imposição de publicação das informações contábeis, descritas na rede mundial de computadores, a Internet, tendo em vista que isso facilitará a fiscalização das concessionárias e das permissionárias pelos usuários e a conseqüente repressão de eventuais abusos cometidos.

O projeto, ao qual não foram apresentadas as emendas, foi distribuído a esta Comissão e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Lá, será a decisão terminativa. A análise do projeto é totalmente favorável, e ela se fundamenta no sentido da transparência. A partir do momento em que determina a pessoa jurídica, ela passa a ser concessionária de serviço público, passa também a ser obrigada a publicar suas demonstrações financeiras periódicas, ainda que a legislação específica não lhe imponha".

Aqui tem vários pareceres que consolidam esse projeto, dão a ele a substância e a segurança de que ele se aplicará em benefício da sociedade. Dessa forma, eu cumprimento o senador autor, o Senador Marcelo Crivella, e encaminho o meu voto pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, o projeto do Senador Marcelo Crivella, 434, de alteração nas regras relativas à apresentação e demonstrações contábeis e financeiras de empresas, quando concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, ao incluir na lei que rege os institutos da comissão e da permissão, obrigação de apresentação de demonstrativos contábeis e financeiros, listados nos art. 175 a 188, da lei de SAs, tem por objetivo prover maior transparência às contas de empresas que prestem serviço público em nome do Poder Público. Ele amplia a aplicação de obrigações contábeis, associadas a empresas constituídas sobre o regime de sociedade anônima, a empresas de diferentes características societárias, como a sociedade por cotas e responsabilidade limitada, em comandita, sociedade civil.

Parece-me muito positivo, e eu estou de acordo com o objetivo de se obter maior transparência para aquelas empresas que participam dos processos de concessão e permissão de serviços públicos.

Gostaria, entretanto, de estudar melhor estas alterações, inclusive para as atuais, futuras e futuras empresas concessionárias e permissionárias, para examinar o seu impacto. Como a Lei 8.897/95 é norma geral sobre a matéria emanada da esfera federal, também observada pelos demais entes da federação, os reflexos dessa alteração se propagarão a todos os contratos de concessão e permissão, não só do Governo Federal, mas também das demais instâncias estaduais, distrital e municipais, o que exige maior atenção de nossa parte.

Por esta razão, Sr. Presidente, concordando com os méritos do projeto, e acredito que votarei favoravelmente, mas solicito o prazo de uma semana, e por isso peço vistas, de forma construtiva, aos objetivos do Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pode ser vista coletiva, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, é concedida a vista coletiva.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bom? Eu estou de acordo com o seu objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item nº 10. "Acresce parágrafo único ao art. 48, da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os art. 182 e 83 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Autora: Senadora Roseana. Relator: Senador Cícero Lucena. Favorável ao projeto com as emendas nº 1 e 2 que apresenta, aprovando as emendas 3 e 4 do Senador Pedro Simon. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com decisão terminativa". O relator, Senador Cícero Lucena, está ausente no momento. Está prejudicada por hoje a apreciação da matéria.

Item 11. "Não terminativo. Relator: Senador Delcídio. Autor: Senador Magno Malta". O relator está ausente. Está prejudicada a apreciação da matéria.

Item 12. "Terminativo", está prejudicado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Talvez possamos concluir, então, os trabalhos de hoje, Sr. Presidente. Apenas com respeito ao requerimento que propõe a audiência para a área das indústrias de sucos de laranja, produtores de laranja, está presente entre nós, hoje, que veio acompanhar a votação do Projeto de Lei do Sistema de Defesa à Concorrência, o Sr. Flávio Viegas, Presidente da Associtrus. Apenas gostaria, depois de concluída a reunião, apresentá-lo, porque ele diz que se dispõe a vir à CAE quando V. Exa. marcar essa audiência pública. Então, ele é uma das partes interessadas no debate a respeito. Obrigado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, apenas para... Se V. Exa. me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não. Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu acho que a presença do CAD nessa audiência pública será fundamental, porque em poucos setores da economia ou da agricultura do nosso País se viu tamanha concentração, eu diria, de poder econômico. As pequenas propriedades de São Paulo acabaram cedendo espaço para grandes produtores, grandes empresas, grandes esmagadores. E eu não sei até que ponto, Sr. Presidente, isso favorece a distribuição de renda no país, a diminuição da desigualdade, com tamanha concentração num setor tão importante. O Brasil é, hoje, o principal produtor de suco de laranja do mundo.

Sr. Presidente, eu quero apresentar à V. Exa. um requerimento, pedindo à V. Exa. que coloque em votação o convite ao Sr. Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes, Sr. Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional de Transportes, e o Sr. Sérgio Reze, Presidente da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores. Então, eu tenho aqui, Sr. Presidente, o pessoal da Confederação dos Trabalhadores, o Ministro, tem também o Presidente da Federação Nacional da Distribuição, da Fenabrave. Então, o segmento de transporte de cargas é um dos mais importantes para a atividade econômica do Brasil, haja vista que a produção brasileira é basicamente conduzida pelo sistema rodoviário. Empresas especializadas e caminhoneiros autônomos são grandes compradores dos veículos para transporte de carga, outra parte é exportada para diversos países.

Ocorre que a crise econômica global vem atingindo fortemente o setor de caminhões e de peças e acessórios, resultando numa retração do mercado interno e externo. O problema afeta negativamente a comercialização do nosso veículo na ordem de 30%. Outro ponto a considerar é a situação dos caminhoneiros, principalmente os autônomos, que acreditaram no "boom" econômico e se endividaram na aquisição de seus veículos. Agora, estão com suas atividades estancadas, sem os recursos necessários para pagar as prestações. Objetiva-se, portanto, debater o crédito para aquisição dos caminhões, tanto para empresas quanto para profissionais autônomos, sabendo que o FINAME, gerido pelo BNDES, tem basicamente duas modalidades, que, a princípio, não atendem satisfatoriamente o setor. Outro ponto a ser debatido é a situação financeira das empresas e dos caminhoneiros que adquiriram os seus veículos por meio de financiamento e estão com dificuldades para pagar dívida, em razão da retração do mercado de transporte de carga.

Esse é o requerimento que eu pediria à V. Exa. para colocar em votação, se fosse possível, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Colocaremos em votação o requerimento de V. Exa.

Vamos retomar, aqui, a discussão do item 10, porque o autor, o relator, desculpe, o Senador Cícero Lucena solicitou que retomássemos a apreciação da matéria, já que S.Exa. é o relator.

Enquanto isso, Sr. Presidente, vamos colocar em votação o requerimento do Senador Marcelo Crivella, para realização de uma audiência pública de convite à S.Exa. e o Sr. Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes; Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional dos Transportes; Sr. Sérgio Reze, Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores - Fenabrave. Em votação o requerimento. Os Senadores e Senadoras que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, vamos encerrar a reunião. Mas queremos, novamente, comunicar aos senadores que foram extintas as seguintes subcomissões, criadas no âmbito desta Comissão: Subcomissão da Previdência Social, a subcomissão extinguiu-se por não ter sido instalada até o término do prazo, do respectivo prazo; a Subcomissão da Cultura Nacional, da mesma forma, e a Subcomissão Temporária dos Royalties, da mesma forma.

Quero lembrar que, amanhã, haverá uma reunião, que será a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária, e a 3ª Reunião da Comissão de

Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, a realizar-se amanhã, 18 de março de 2009, quarta-feira, às 14h30, nesta sala de reuniões nº 19, com a presença da Presidente da Caixa Econômica, Maria Fernanda Ramos Coelho, e do Presidente do Banco do Brasil, Antonio Francisco de Lima Neto.

A discussão será sobre operações de créditos, spread bancário e taxa selic.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h21

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, E TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2009, ÀS 14:30 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinqüenta e seis minutos do dia dezoito de março do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, do Senador Francisco Dornelles, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Pedro Simon, Wellington Salgado, Antonio Carlos Junior, Efraim Morais, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro e Osmar Dias e, ainda, da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Marco Maciel. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Tião Viana, César Borges, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, João Vicente Claudino e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública sobre o tema "Operações de Crédito, Spread Bancário e Taxa Selic", com a presença da Presidente da Caixa Econômica Federal, Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho, e do Presidente do Banco do Brasil, Sr. Antonio Francisco de Lima Neto. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Aloizio Mercadante, João Tenório, Marcelo Crivella, Gilberto Goellner, Eduardo Suplicy, Tasso Jereissati, Jayme Campos, Antonio Carlos Junior, Pedro Simon. Arthur Virgílio, Rosalba Ciarlini, Wellington Salgado e Adelmir Santana. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador **Francisco Dornelles,** Presidente da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sob a proteção de Deus, declaro aberta a reunião das Comissões de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, e da Comissão de Assuntos Econômicos.

A presente reunião destina-se a uma audiência pública sobre o tema: Operações de crédito, *spread* bancário e taxa Selic, com a presença da Presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, e do Presidente do Banco do Brasil, Antonio Francisco de Lima Neto.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade para dar continuidade a nossa reunião.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é uma honra muito grande para nós recebermos hoje a Presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho e o Presidente do Banco do Brasil, Antonio Francisco de Lima Neto, pessoas que honram a administração pública brasileira, pela competência, pela seriedade, pela maneira como vem administrando as suas instituições, que hoje todas duas são modelo apresentado de seriedade, e que tem dado uma grande contribuição ao Governo Federal, de forma o atenuar os efeitos de uma crise externa sobre o Brasil.

Minha cara Presidente, meu caro Presidente, o objetivo nosso foi simplesmente um dos fatos que nos preocupa, são os elevados *spreads* bancários. E nós queríamos saber de vocês o que é que pode ser feito, se o Congresso pode fazer alguma coisa, se vocês têm sugestões que nós pudéssemos reduzir indiretamente essa taxa de juros, de forma que as pequenas e médias empresas e o setor privado não seja tão penalizado pela situação que ocorre. E também queríamos conhecer a atuação de cada uma das instituições, na implementação das políticas do governo para atenuar os efeitos dessa crise.

Eu passo a palavra ao Presidente Antonio Francisco de Lima Neto... E damos ao Presidente do Banco até 20 minutos para que ele possa utilizar o tempo que precisar.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Muito obrigado a todos. Sr. Presidente da Comissão. Muito obrigado pelo convite. É uma honra para o Banco do Brasil estar aqui com os senhores para debatermos os temas que estão na pauta, notadamente o papel dos bancos públicos naquilo que se convencionou chamar a crise econômico-financeira que estamos vivenciando, e contribuir para o debate em torno da questão dos *spreads*.

Primeiro eu gostaria de fazer um breve histórico a respeito, no que tange ao Banco do Brasil, das nossas ações a partir dos primeiros sinais da crise econômico-financeira no nosso país. Primeiro, vale dizer, que o Banco do Brasil, naquele momento de setembro, aliás, na última semana de setembro de 2008, nós estávamos em meio a uma execução orçamentária para aquele ano de 2008, extremamente positiva. Vale dizer, que durante o ano de 2008 nós crescemos a nossa carteira de crédito em 41%, aliás, quase 42%. Nós tínhamos imaginado para o ano de 2008 atingirmos em outubro, quando nos duzentos anos do Banco do Brasil, uma carteira de crédito de 200 bilhões de reais. Pois bem, nós atingimos esse número em junho, o que dá a exata dimensão de quão bem estava a execução orçamentária, a economia, o contexto e a dinâmica da economia brasileira.

Nos primeiros sinais da crise nós articulamos para agirmos em três frentes que têm a ver com a vocação do Banco do Brasil. A primeira delas é a questão da execução do plano de safra. Nós tínhamos saído, estamos saindo de um período de safra agrícola, de formação da renda do agricultor brasileiro, muito pressionado nos anos 2005/2006 pela questão de preço, e a questão de algumas intempéries, secas, principalmente, na região centro-sul. E nós fizemos para a safra 2008/2009 um plano de safra, que no caso do Banco do Brasil, significava aporte de 30 bilhões de reais para o agronegócio brasileiro. Nós optamos por reforçar essa frente, e hoje nós temos uma execução da safra 2008/2009 muito melhor do que tivemos no mesmo período da safra anterior, tendo desembolsado cerca de quase 40% a mais nessa safra. A segunda questão é exportação. Como os senhores sabem o Banco do Brasil é líder no financiamento ao comércio exterior brasileiro. Antes da crise, naquele período de setembro nós tínhamos cerca de 25% do financiamento ao comércio exterior brasileiro. Nós reforçamos também a presença do Banco do Brasil, e nesse período agora, em fevereiro, nós temos mais de 1/3 do financiamento ao comércio exterior brasileiro. E a outra frente é reforçar capital de giro, notadamente para micro, pequenas e médias empresas, e aumentar a participação do Banco do Brasil nos grandes conglomerados, no que diz respeito a financiamento de capital de giro, exportação e outras coisas mais.

O fato concreto é que hoje nós temos uma carteira de crédito no Banco do Brasil da ordem de 240 bilhões de reais. Então, repassando, nós imaginávamos chegar em outubro de 2008 com 200 bilhões de reais, chegamos em outubro de 2008 com 212 bilhões de reais. E hoje tendo quase dois trimestres do que convencionamos chamar de crise econômico-financeira, nós temos uma carteira de crédito do Banco do Brasil apontando para 240 bilhões de reais, o que demonstra, sem equívocos, o compromisso do Banco do Brasil em manter, digamos, a dinâmica de capital de giro, o financiamento, a corrente de comércio exterior brasileiro, e o esforço na safra 2008/2009.

Quando dos primeiros sinais da crise, das primeiras especulações, de qual seria o comportamento, e qual deveria ser o comportamento do Banco do Brasil, de um banco com aquele tamanho de ativos, e sendo então a maior carteira de crédito desse País, a lógica que nós desenvolvemos com os analistas que acompanham o Banco do Brasil, os articulistas do mercado financeiro que escrevem e analisam o mercado financeiro, foi o seguinte: ter 212 e 216 bilhões de crédito naquele momento e você sair desmontando isso traz um risco para a economia no qual isso espraia uma condição de fragilidade não só para o Banco do Brasil, para toda economia e todo o sistema financeiro.

Imaginem os senhores se o Banco do Brasil, de repente, chegasse para cada tomador de crédito deste País, pequena empresa, média e grande corporação dizendo: “Eu não renovo mais as linhas de capital de giro que você tem comigo”. Ora, com isso você travava a economia e o Banco do Brasil, com certeza, ia sofrer as conseqüências dessa ação, aumentando a inadimplência. Então, o nosso objetivo foi garantir a fluidez de crédito. Nós não travamos e não colocamos qualquer medida de contingência, travando o limite de crédito, travando linhas(F) ou travando alçadas dentro do Banco do Brasil.

Então, é com satisfação que nós chegamos ao final do mês de março, com quase 240 bilhões de crédito e tendo, digamos, o sinal de que o canal de crédito da parte dos bancos públicos. A Maria Fernanda depois tem dados mais concretos sobre isso, mantém ativo e dinamizando a economia brasileira.

No que diz respeito a ações mais específicas do Banco do Brasil dentro do contexto da crise, nós temos atuado aproveitando a crise como uma oportunidade,

e não baixando a guarda e se tornando pessimista enquanto atividade bancária, porque os bancos têm uma pró-ciclidade muito grande, nos momentos de euforia eles tendem a exacerbar, como aconteceu, não aqui no Brasil, mas em outros lugares, a exacerbar a alavancagem, e nos momentos de depressão eles se tornam extremamente pessimistas e puxam, desculpem a expressão, freio de mão, e aí aprofundam ainda mais no espiral declinante à crise.

Mas entendendo a crise como oportunidade, o Banco do Brasil, entrando um pouco mais no chassi da sua operação de crédito. Nós tínhamos no Banco do Brasil dois elementos que faltavam para um banco que tem 28 milhões de correntistas hoje em dia. Nós temos 28 milhões de correntistas. Que dois elementos serão esses? Primeiro o crédito imobiliário. Nós não tínhamos o crédito imobiliário, e conseguimos em meados do ano passado, com implementação no final do semestre do ano passado, também operar com crédito imobiliário. É uma carteira ainda pequena, sem dúvida nenhuma, mas temos aprendido muito com isso, e, tenho certeza, que isso se tornará uma carteira relevante no Sistema Financeiro Nacional. E a outra questão, mais importante, dada a vocação do Banco do Brasil, é que a participação do Banco do Brasil no financiamento daquilo que se convenciona chamar da pessoa física urbana, é muito baixo. A carteira de crédito da pessoa física urbana do Banco do Brasil agora ultrapassou a marca de 40 milhões de reais. Quando nós começamos a tratar isso de uma forma mais consistente, lá pelos 2004 e 2005, a carteira de crédito do Banco do Brasil, naquele momento, passava pouco de 12 bilhões de reais. Ou seja, o Banco do Brasil tem a sua pujança de crédito muito focada em empresas, muito focada na formação de renda ao agricultor que tem um impacto muito grande nas médias e pequenas cidades deste País, nos pequenos e médios municípios deste País, mas faltava a ele uma dinâmica de crédito a pessoa física urbana, e, notadamente, no financiamento de bens duráveis.

A nossa carteira de crédito de financiamento de veículos em 2005, ela pouco passava de 100 milhões de reais. Ou seja, para um banco que, naquele momento, tinha os maiores ativos deste País, ranqueado, em primeiro lugar, não ter uma participação no financiamento a bens duráveis, ele estava perdendo uma oportunidade, além, de não estar alinhado aos interesses econômicos da sociedade brasileira.

Foi que a partir daí, hoje nós construímos uma carteira de financiamento de veículos que chega a quase 7 bilhões de reais só no Banco do Brasil, e adquirimos também uma participação societária em um banco que é especialista no financiamento de veículos.

Então, o Banco do Brasil, durante a crise, ajudou, passou a ajudar a suportar uma carteira de financiamento de veículos de 22 bilhões de reais. Então, não tínhamos financiamento de veículos, hoje temos 28 bilhões de reais, ajudando a fomentar a indústria, a manter a atividade na indústria automotiva, principalmente, dando liquidez nessa cadeia de vendas, na questão dos veículos usados. Quer dizer, uma parte substancial da lógica de venda e financiamento de bens duráveis e veículos envolve uma solução para financiamento de carros usados.

Uma outra questão também do Banco do Brasil, foi a questão da micro e pequena empresa. O Banco do Brasil é o líder no financiamento à pessoa jurídica, e é o líder no financiamento à micro e pequena empresa, é uma carteira de ultrapassa 40 bilhões de reais só nesse ponto micro, pequena e média empresas. Nós temos dinamizado mais linhas a esse público, nós aperfeiçoamos as nossas linhas no que diz respeito à conveniência. Hoje uma pequena empresa, uma média empresa pode ter o seu financiamento dentro do seu escritório, através de um computador ligado ao Banco do Brasil, conectado ao Banco do Brasil.

Isso e só para reforçar que não impusemos nenhuma medida de contingência travando crédito.

No que diz respeito ao *spread*. E aqui eu peço licença aos senhores para detalhar um pouco mais o entendimento da formação de taxas do Banco do Brasil, quando surgiram as primeiras discussões dentro do contexto de crise. A lógica de negócios do Banco do Brasil, e não poderia ser diferente a um banco público é ter preços atrativos, porque nós temos um público, nós temos uma atuação num público, podemos chamar de menor renda, menor renda, micro e pequenas empresas; também lidamos com médias e grandes corporações. Mas o modelo de negócio do Banco do Brasil tem que ser a busca de eficiência para oferecer, e tendo atrelado a isso preços, digamos, que sejam palatáveis para o público que ele atua.

Então, o preço praticado pelo Banco do Brasil nas suas agências, no primeiro momento ele pode parecer que nós tínhamos extrapolado. Primeiro ter aproveitado o momento de crise para subir as nossas taxas, e segundo para travar o crédito. No que diz respeito a travar o crédito os números demonstram que claramente o Banco do Brasil não fez isso, claramente aumentamos os volumes e os números que são públicos, colocados, que eu os repeti agora a pouco, mostram a força que um banco público pode ter nesse momento que estamos atravessando.

O que tivemos no Banco do Brasil foi um erro de informação do Banco do Brasil para base de dados do Banco Central, no que diz respeito à questão de IOF.

Então, nós tínhamos em algumas linhas o efeito de 0,5% ao mês, que ao ano dá mais de 6%, que trazia o Banco do Brasil aparecendo muito mal nos primeiros rankings que foram colocados a público. Hoje essa informação está consertada, e os dados que mostram no Banco do Brasil são para o mesmo tamanho de banco, são dados extremamente razoáveis.

Uma outra questão que está sendo trabalhada que é a classificação do Banco Central para algumas linhas de capital de giro é extremamente, digamos, restrita, ou você tem capital de giro, ou você tem você conta garantida. O capital de giro convencional que nós entendemos e o senso comum entende, é um capital de giro de doze meses com prestações mensais. Esse é o capital de giro básico que, praticamente, deixou de existir no mercado. Hoje os capitais de giro que nós colocamos, é o caso do Banco do Brasil, são capitais de giros rotativos, não mais de doze meses, e, sim, de 24 meses. Nós temos uma linha no Banco do Brasil chamada BB Giro Flex, que admito, foi uma linha idealizada para o momento de crescimento com muito dinamismo, porque é uma linha de capital de giro de 24 meses com extrema flexibilidade para as datas de pagamento. O tomador pode escolher se paga mensal, bimestral, bimestral, 24 meses e renováveis, quer dizer, se pagou três prestações, ele pode ter as três prestações de volta renováveis com extrema conveniência. E logo, é uma operação com preço um pouco maior do que as demais.

Ocorre que o Banco do Brasil ao classificar isso no Banco Central, ele classifica isso como capital de giro convencional, capital de giro de dozes meses, porque não existe outra classificação. O que destorce completamente o preço no caso do Banco do Brasil nas estatísticas que estiveram lá atrás. Então, isso explicando um caso particular do Banco do Brasil. No que diz respeito à discussão estrutural sobre o *spread*, eu entendo que o produto empréstimo, as medidas governamentais para se contribuir para um melhor preço tem que ser medidas que visem a tornar esse produto elástico. O que é que eu quero dizer com isso? É que cada participante ao aumentar o preço em 1%, em um ponto percentual, ele tem uma redução na demanda superior a isso, dado que o tomador tem opções. Então, as medidas de governo nessa linha, têm que ser a linha da transparência, tem que ser a linha de dar opções. E vejo o debate instalado hoje no Congresso, a respeito do cadastro positivo com algo importante nessa linha. Porque ele dá ao tomador final, digamos, ele devolve ao tomador final no preço em benefício, tendo o benefício no preço, o fato dele ter tido um bom comportamento de crédito. Eu acho que essa é uma medida extremamente importante. Vale dizer também que o governo tem desenvolvido uma agenda microeconômica importante para destravar alguns itens que poderiam agravar o *spread* lá atrás, mas que hoje já não existe mais, que são medidas na linha de mais institucional nas questões judiciais você ter um rito mais adequado. Então, eu coloco no topo do *ranking* no que diz respeito a medidas estruturantes para a redução do *spread* a questão do cadastro positivo. Porque isso você está, de fato, a opção, existe uma tendência disso, dar dais mais opções ao tomador de crédito. Vale ressaltar também que nós temos duas medidas que os seus efeitos estão em curso, e que trarão benefícios muito bons aos tomadores de crédito, principalmente, as pessoas físicas, que é a questão da portabilidade de suas contas salários. As empresas privadas têm os seus funcionários já com essa opção, e os servidores públicos terão, a partir de janeiro de 2012, também essa opção.

Eu gostaria de destacar também o consignado. O consignado hoje, enquanto banco público, nós somos os líderes nesse seguimento, ele trouxe, foi uma medida extremamente acertada, ele trouxe uma competição interessante entre os bancos pelo consignado, dado o risco menor que essas operações têm.

Então, em resumo eu destaco, o governo tem tomado medidas estruturantes, uma agenda interessante que não é da crise, mas que começou lá de trás com vistas à redução de *spread* e preço na ponta. Destaco a agenda micro econômica de ter um ajeitamento mais institucional nas questões legais quando da recuperação de crédito, destaco a questão da portabilidade de contas de salário, destaco o consignado. Acho que um item importante para a agenda que está em discussão é a questão do cadastro positivo. Acho plenamente.

No que diz respeito ao Banco do Brasil, na crise nós não travamos crédito, aumentamos crédito e tivemos, digamos, um desentendimento inicial no que diz respeito ao Banco do Brasil, que poderia trazer uma leitura de preço, mas que isso já foi dissipado, e hoje estamos adequados.

Então, digamos, como ponto inicial para circunstanciar a situação do banco e colocando alguns pontos na mesa, Sr. Presidente, eu acho que fico por aqui. E agradeço a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, eu agradeço muito a sua exposição. Estou certo que alguns pontos específicos serão levantados aqui, principalmente, àqueles relacionados com o que pode ser feito. A posição que eu coloco, se o senhor fosse Ministro da Fazenda, Presidente da República, que medida o senhor tomaria para reduzir o *spread*? Mas isso, certamente, são questões que serão apresentadas aqui, bem objetivas

que nós temos que fazer esse diagnóstico, e queríamos ouvir do setor bancário o que é que pode ser feito, o que deve ser feito, ou se nada pode ser feito para fazer com que o *spread* bancário do Brasil, que é um dos mais elevados do mundo, possa ser reduzido.

Eu tenho o prazer de passar a palavra à querida e prezada presidente da Caixa Econômica, que a gente tem o maior respeito pela sua competência, seriedade, que é a Dra. Maria Fernanda Ramos Coelho.

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: Agradecer o convite da CAE, da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira, em nome do Senador Garibaldi Alves, o Senador Francisco Dornelles. E aproveitar deste momento e fazer um agradecimento à grande parceria que tem havido por parte desta Casa em relação aos assuntos, que são assuntos afetos à Caixa. Então, nesse momento aproveitar também aqui a presença dos demais Senadores, agradecer a cada um de vocês.

E essa oportunidade é um honra para a Caixa, nesse momento, nesta Casa, fazer uma apresentação. Excelência, eu trouxe uma apresentação curta, mas eu acho que ela é relevante no sentido de trazer alguns dados, como já disse o Presidente Lima Neto, que demonstram a participação, a atuação e a vocação dos bancos públicos, e, principalmente, a sua atuação neste momento da necessidade de políticas anticíclicas que venham trazer uma resposta do governo perante a crise.

Então, eu queria começar com a primeira tela, eu acho que é uma tela importante.

Essa é uma tela, é uma informação do Banco Central, a posição é de janeiro de 2009, e é uma informação que eu considero da maior relevância, é o que demonstra a importância dos bancos públicos no Sistema Financeiro Nacional. Os senhores observam aí que hoje 36,5% dos bancos públicos é a nossa participação no mercado de crédito total. Notadamente, há uma relevância muito grande na nossa relação com o setor público, com a habitação, e com o setor rural. Então, nós percebemos que hoje, de fato, os bancos públicos exercem uma liderança, um protagonismo e uma atuação que, de fato, venha beneficiar o País. Próxima tela.

Aqui, então, a demonstração claramente logo após a crise financeira. Os senhores observam aí, esse também é o dado do Banco Central, os senhores observam aí o setor privado nacional, a avaliação do crédito nos últimos doze meses. Então, os senhores observam que ela vinha num movimento, de certa forma, permanente, e depois, a partir de agosto, ele é decrescente. Os senhores observam também aí os bancos estrangeiros uma certa estabilidade, mas também decresceu a partir de outubro, setembro, outubro. E os senhores observam aí, principalmente, a atuação do setor público. Então, exatamente, na mesma data se a gente for pegar ali agosto observa a extraordinária participação, e como foi determinante para o País, para o cidadão, para os empresários contar com o setor público nesse momento. Eu destaquei ali também o crescimento da Caixa. Então, o nosso crescimento chegou a ser superior ao crescimento dos bancos públicos. Nós estamos também dentro daquela linha do banco público, mas tivemos também uma exceção muito significativa. Então, eu acho que essa tela traz uma demonstração muito grande, e isso tem sido comentado no mundo todo da relevância e da importância do Brasil ter bancos públicos estruturados, bancos públicos com uma participação e uma credibilidade muito grande.

Então, eu acho que neste momento, de fato, a crise encontrar o País com uma situação de ter um banco de fomento como o BNDS, um banco com a história e com a memória, como é o Banco do Brasil, uma instituição também como a Caixa, demonstra a nossa condição de ter uma melhor resposta perante a crise. Próxima tela.

Aqui então especificamente em relação à Caixa, nós trouxemos os recursos nossos em créditos direcionados. Aí, principalmente, habitação, saneamento, infra-estrutura e fomento, e os recursos livres que são exatamente destinados às pessoas físicas e à pessoa jurídica.

Importante ressaltar aqui que cerca de a nossa variação no último período, nós tínhamos, inicialmente, Senador, no início do ano de 2008 uma meta de crescer 30% o nosso crédito total. O senhor observa aqui, os senhores observam que no crédito total nós tivemos 46,3%. E nós trouxemos um destaque, que eu considero que é um destaque importante. Nós estamos neste ano, porque esses dados aqui são consolidados, de janeiro de 2008 a janeiro de 2009, nós temos um destaque importante, que é o aumento da nossa média no crédito imobiliário. Para que o senhor tenha ideia, nós tivemos em janeiro e fevereiro mais de 111% comparado com o mesmo período janeiro e fevereiro de 2008 de crescimento no crédito imobiliário. E a nossa média diária, isso é dia, dias úteis, nós estamos contratando quase 3 mil contratos no crédito imobiliário nas agências da Caixa, por dia. Então, isso demonstra, de fato, que como a própria divulgação hoje que houve dos dados do CAGEDque já demonstra uma mudança na inflexão na questão do desemprego, no mês de janeiro um dos poucos segmentos que teve, inclusive, um nível de emprego positivo foi o setor da construção civil. E aí a demonstração da importância

e da presença de uma instituição pública, como a Caixa, cuja vocação é exatamente a implementação das políticas públicas do Governo.

Eu acredito que também é importante salientar da vocação da Caixa. Acho que a próxima tela demonstra isso também bem.

É exatamente. E aí a evolução do nosso saldo. Observem, e isso é um dado relevante. Eu acho que o Lima Neto trouxe essa observação e é importante. Na realidade, o governo tem tomado diversas ações não só da crise para cá. Mas, notadamente, para o setor da construção civil desde 2004 tem sido constante a atuação no que se refere à discussão do patrimônio de afetação, a desoneração da vários itens tributários. Então, os senhores observam que é um crescimento permanente, é um crescimento consistente, e é um crescimento que demonstra, vamos dizer assim, o acerto nas políticas adotadas, notadamente, para esse segmento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: Continua 2009. Eu vou trazer esse dado logo mais. Próxima tela, por favor.

Importante aqui. E esse é um dado que eu considero relevante. Até porque nós vamos fazer aqui uma discussão, que eu considero uma discussão muito pertinente, em relação à discussão do *spread* bancário. Mas aqui nós temos uma participação muito importante, principalmente, nos recursos direcionados. Aí é a vocação da Caixa. Sendo um banco público, na implementação das políticas públicas, no pagamento, na transferência de renda, notadamente, o Bolsa Família, o nosso foco tem sido muito trabalhar nos recursos direcionados. Nos recursos livres nós temos hoje 3,1% em relação ao sistema financeiro, isso já representa um crescimento muito grande. Para que os senhores tenham ideia até 2003, praticamente, a Caixa não operava no segmento de pessoa jurídica. Então, tem sido um processo de aprendizado. 2003 para cá foi que nós desenvolvemos toda a nossa estratégia perante esse segmento. Habitação e poupança não. Praticamente habitação e poupança é a marca da Caixa, é a cara da Caixa, e isso se reflete nesse percentual de participação no Sistema Financeiro. Então, cerca, hoje, de 75,8% dos recursos da presença do *market share,* da nossa presença no mercado é da Caixa.

E aqui o dado, que é um dado relevante. Dos recursos livres, o Sistema Financeiro, então vocês veem que, praticamente, o gráfico se investe. Enquanto que no Sistema Financeiro Nacional 70% dos bancos trabalham com recursos livres e 29% com recursos direcionados, na Caixa 32% se destinam aos recursos livres e e67% aos recursos direcionados. Importa dizer, o Senador, inclusive, conhece muito bem acerca do Fundo de Garantia, toda a experiência que o senhor tem. Então, se trabalha sempre com *spreads* menores. Então, o recurso direcionado, na realidade, ele tem no seu conceito exatamente uma taxa de juros, que é uma taxa de juro diferenciada que possibilita ao cidadão ter acesso à casa própria, que possibilita aos estados e municípios trabalharem as suas políticas de saneamento, mas isso também está demonstrado com taxas menores e *spreads* menores.

Aqui e trouxe esse dado porque eu considero que é relevante, a atuação, principalmente, dos bancos públicos. Isso é uma pesquisa do Procon. Essa divulgação foi feita pela Fundação Procon e saiu em todos os grandes jornais, na grande imprensa que demonstram as taxas praticadas, agora em março, esse dado é bem recente, saiu na primeira semana de março divulgado nos principais jornais, que demonstra que os bancos públicos, na realidade, eles ancoram as menores taxas. É importante dizer que da crise para cá, não só a Caixa não aumentou as taxas, como ela ainda reduziu por três vezes as taxas praticadas. Nós temos reduzido de forma sistemática taxas e *spreads* bancários.

A próxima tela mostra a mesma informação, só que ela vinda do Banco Central. Então, aqui é no empréstimo pessoal. Novamente os bancos públicos estão entre as menores taxas ofertadas pelo mercado. Empréstimo pessoal. Aqui na pessoa física, então essas duas telas foram da pessoa física. E a próxima.

Aqui já é a fonte ao Banco Central. O Banco Central divulga semanalmente as taxas praticadas pelas instituições. Então, os senhores observem aqui essa marca azul, é exatamente os dados da Caixa. De fato, há uma distância aqui considerável em relação às taxas praticadas pelas instituições públicas e pelos demais bancos, os bancos privados. Pode passar.

Essa próxima tela também para pessoa jurídica. A informação do Banco Central também assim demonstra. Se os senhores observarem aqui a partir de setembro o movimento, então você tem aqui uma pequena subida, mas isso tem a ver com a média que acontece, mas pode ver que a tendência permanece como sendo as menores taxas praticadas pelo mercado.

E a próxima tela também, uma outra operação que é uma operação muito popular no segmento de pessoa jurídica, que é a operação de desconto de duplicatas. Então, também uma operação onde se observa que a Caixa, notadamente, ali ela também mantém as menores taxas praticadas pelo mercado.

Então, eu acredito que para discussão do *spread* acho que há dois elementos que são muito importantes no âmbito do Sistema Financeiro. O primeiro deles é

a transparência. Não há dúvida de que quanto maior publicidade for dada aos dados e às informações do Sistema Financeiro Nacional, isso torna mais visível para o cidadão que é aquele que acessa os produtos e serviços ofertados pelas instituições financeiras, isso torna mais claro o processo. Então, nesse sentido eu concordo com o que o Presidente Lima Neto trouxe, que há vários fatores que influenciam o *spread* no Brasil Sem dúvida que um deles que considero da maior relevância é a baixa concorrência no setor bancário. E há um elemento que, sem dúvida, vai também modificar esse cenário, que é o fato de nós temos o cadastro positivo. Porque já foi instituída a portabilidade, o que permite que o cidadão ele possa migrar a sua conta salário para a instituição na qual ele tenha, enfim, que ele considere que é mais importante. No caso do cadastro positivo isso vai dar condição à instituição de que ela receba as informações do perfil daquele cliente, do histórico daquele cliente, e isso vai nos possibilitar dar ao cidadão, a pessoa física ou a pessoa jurídica, a pessoa física, desculpe, a pessoa física, vai nos permitir dar a mesma taxa os as mesmas condições que ele tinha no banco onde ele operava. Então, eu não dúvida que você conciliar portabilidade com cadastro positivo, isso irá ter um impacto muito significava no debate dos *spreads* notadamente em relação às instituições públicas e privadas.

Acho que nesse momento nós temos uma responsabilidade muito grande. A Caixa também tem um papel no que se refere à inclusão bancária, nós temos hoje, Excelência, mais de 7 milhões de contas abertas, no que a gente chama de Conta Caixa Fácil, é aquela conta bastante simplificada, onde o cidadão apenas apresenta os seus documentos, e ele tem acesso a uma conta bancária, e ele tem acesso também ao micro crédito, ao micro penhor. Então, isso traz também um caráter que nós consideramos que é um caráter anticíclico, porque possibilita aos pequenos empreendedores, eles terem a condição de gerar trabalho, gerar emprego e gerar renda. Então, esse momento a Caixa também tem uma situação onde acabamos de criar e aprovada aqui por esta Casa, e agradeço novamente a possibilidade da Caixa aumentar a sua competitividade no mercado que foi a possibilidade da criação da nossa empresa de participações. Nós estamos num momento de finalização da parte legal e burocrática, mas também que vai nos permitir trabalhar em outros mercados. Então, quanto maior for essa nossa condição de implementar as políticas públicas do governo, e de trazer para o cidadão uma condição de competitividade maior, isso é o que vai garantir, de fato, a redução dos *spreads*, e vai fazer com que as instituições tenham a condição de dar uma resposta e atender no que for importante.

Então, agradecer esse momento e essa oportunidade. E nós colocamos também aqui à disposição para indagações e outras perguntas. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Queria cumprimentar a nossa Presidente por essa aula brilhante que acaba de dar aqui no Senado.

E vamos aqui aos debates. E eu queria perguntar aos senhores o seguinte: se nós podíamos fazer, se vocês estiverem de acordo, de três em três, pode ser? Então, aqui o primeiro... Eu também pergunto quanto para cada debatedor, quantos minutos? 5 minutos? Vamos admitir aí, vamos ficar na média de quatro. E o primeiro Senador inscrito é o Deputado Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deputado?

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador, Governador. Ele é tudo que ele quiser.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É a saudade da época que nós fomos deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Você sabe que o problema é o seguinte, nós tivemos muitos anos juntos. Eu tive o privilégio de apreender muito com ele, desde a Câmara dos Deputados. De modo que continuo aprendendo no Senado, mas ele para mim é deputado, senador, governador, presidente nosso, que tenho por ele muito apreço.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Senador Meirelles é sempre essa inteligência apurada e ironia fina. Nós é que todos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Meirelles?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É que ele está hoje no papel de Meirelles coordenando os bancos públicos, o nosso querido Dornelles. E ele sempre que ensina de forma bastante competente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Chumbo trocado não dói.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não vale, mesmo porque Meirelles prestou um grande serviço ao Brasil. E, tenho certeza, que todos veem dessa forma. Deixa eu, então, iniciar a minha intervenção.

Eu queria saudar o nosso Presidente Garibaldi Alves, Antonio Francisco Lima Neto, a D. Maria Fernanda. Agradecer a exposição, bastante objetiva, bastante concreta.

Queria colocar alguns pontos, que são os pontos que tem nos movido nessa reflexão. A primeira ques-

tão, nós estamos enfrentando uma dramática crise de crédito internacional, uma crise de confiança onde grandes bancos internacionais que tinham um papel fundamental no financiamento dos países em desenvolvimento, estão insolventes, alguns já quebraram, outros estão sendo nacionalizados, e, dificilmente, nós teremos a volta desses bancos, e o volume de crédito que nós tínhamos pré-setembro. Acho que imaginar que essa é uma crise passageira, rápida, e que nós voltaremos brevemente à situação de agosto de 2008, é mais do que acreditar em Papai Noel, não há essa possibilidade, é uma crise muito profunda. Só olhar o Citibank que era o maior banco do mundo, valia 258 bilhões de dólares em agosto de 2008, sexta-feira retrasada valia 4 bilhões de dólares, e o Banco Central Americano já comprou 40% do banco. Então, já foi nacionalizada, apesar de não ter sido assumido. Estou pegando a exemplo do Citi porque é o maior, mas esse é o quadro geral, Europa não é diferente, quer dizer, a moratória dos principais países do leste europeu, uma brutal pressão sobre o Sistema Financeiro Europeu sobre os bancos europeus que dependem muito da agilidade e da capacidade do FMI de administrar a crise no leste europeu, para não agravar o problema da solvência nos bancos europeus. E a Ásia, tirando a China, que é um caso específico, o quadro também é bastante delicado.

Então, nós temos que ter consciência, vamos trabalhar durante um longo período com cenário de crise de confiança, espero que isso seja superado, e com restrição ao crédito internacional.

Nós perdemos aí alguma coisa, quer dizer, o crédito internacional era responsável diretamente por alguma coisa em torno de 97 bilhões de dólares. E uma parte volta, mas volta numa proporção muito pequena do que era antes, e a primeira pergunta é: qual a capacidade dos bancos públicos, brasileiros de proverem parte desse financiamento, especialmente, a rolagens das grandes empresas brasileiras. Nós temos aí um passivo de 36 bilhões de dólares, de empresas que tem divida a serem roladas neste ano. O Banco Central promulgou o Conselho Monetário Nacional uma decisão alocando 36 bilhões de dólares das reservas para estimular rolagem dessas dívidas. Quanto que o Banco do Brasil já fez de operação nessa área? Em que medida ele está sendo demandado para fazer essas operações? E qual é a avaliação de vocês sobre a eficácia dessas medidas na rolagem da dívida em dólar das empresas brasileiras? Cujo volume é, mais ou menos, esse.

Segundo: as antecipações de contrato de câmbio, as ACCs voltaram. Houve um esforço muito grande de suprir essa demanda por crédito. Qual é ainda o déficit? E em que medida nós temos como financiar o comércio exterior brasileiro que é um ponto central, as nossas exportações, felizmente, caíram bem menos que a média da queda do comércio mundial, o comércio mundial caiu em torno de 43%, as nossas exportações em torno de 23%. Mas, de qualquer forma, é um tema que nós precisamos entender.

Terceira questão: os dados agregados mostram um esforço muito grande dos bancos públicos, e eu tenho total concordância com a análise mais profunda. Ou seja, é fundamental para o Brasil ter preservado os bancos públicos, eles nesta crise. A própria The Economist reconhece isso. São essenciais para amenizar o impacto da crise de crédito e ajuda, são cerca de 37% do sistema, eles ajudam decisivamente o esforço do país em suprir essa demanda diante desta crise econômico-financeira global.

Mas se os dados agregados mostram um crescimento importante dos bancos públicos, e uma queda dos bancos privados, essa queda é fundamentalmente em pequenos e médios bancos. Então, qual é a visão do Banco do Brasil e da Caixa? Porque se não tiver mais concorrência, dificilmente nós teremos mais eficiência no crédito e menor custo no crédito; e o Sistema Financeiro Brasileiro é bastante concentrado, não só os três bancos públicos ou 37% do sistema, Unibanco e Bradesco, Itaú-Unibanco e Bradesco são 29% do sistema, e depois alguns bancos estrangeiros mais 14, quer dizer, há uma concentração muito grande, seis bancos respondem por quase 80% do crédito do Brasil.

Então, como é que vocês veem o fortalecimento dos médios e pequenos bancos, que não pode ser só comprar carteira, porque nós estamos concentrando mais o sistema, nós precisamos de uma política sistêmica de fortalecimento dos pequenos e médios bancos. Quais são as medidas que poderiam ajudar? Ainda que sejam concorrentes de vocês. Mas é bom que haja mais concorrência no sistema.

Quarta questão: os dados agregados apresentados, mostram um crescimentos do volume de crédito, mas há um efeito substituição, efeito substituição de grandes empresas que tomavam o financiamento lá fora, que não existe mais nesse mercado, os IPOs acabaram, e que entram no mercado doméstico, muitas vezes, nos bancos públicos, também nos grandes bancos privados, e empurram para fora do sistema as médias e pequenas empresas, micro empresas que tem mais dificuldade de acesso ao crédito, na crise, quer dizer, a crise de confiança e os dados da inadimplência que, evidentemente, aumentam num processo como esse, e vão crescer no Brasil, seguramente, geram uma certa prudência bancária e uma cultura,

especialmente, instituições como o Banco do Brasil que são seculares, que tem uma série de *rating* das empresas e etc., o *rating* piora. Daqui a pouco eu tenho uma reunião com a Standard & Poor's está fazendo uma visita ao Brasil. Vou me encontrar com eles e sei exatamente como é que eles estão vendo o papel das agências de risco. Erraram muito as agências lá fora e atrasaram muito em reconhecer o Brasil, felizmente, a crise mostrou que eles estavam corretos no que se refere ao Brasil.

Mas qual é a medida? Porque se nós não tivermos audácia na crise, se nós não dermos liquidez ao mercado, e a crise de crédito continuar se agravando, nós vamos dificultar a retomada do crescimento e vamos agravar a inadimplência, porque a economia não volta. Então, quais as medidas para dar mais agilidade ao crédito? Até onde é possível nós modificarmos alguns padrões, evidentemente, respeitando a prudência, mas para poder incorporar, especialmente, esses segmentos que estão fora do mercado.

Mais um comentário. Nós tivemos aí alguns avanços na legislação que ajudaram a baratear o custo do crédito do Brasil. O crédito consignado é um êxito inquestionável, *leasing* de automóveis as taxas de juros são bastante baixas, a garantia bancária é eficiente, a desafetação do patrimônio foi outra medida importante lá na construção civil, os resultados estão aí crescendo. Fizemos um esforço muito grande. Outro dia o Senador Tasso, inclusive, mencionou isso na Lei de Falência, a lei de recuperação das empresas, o impacto foi muito pequeno em termos de taxa de juros. E agora estão falando na portabilidade. A portabilidade das contas salariais. Eu apresentei um projeto há cinco anos atrás, não sei por que nós vamos esperar até 2012 para os servidores públicos. Realmente, nós precisamos acelerar esse processo. A portabilidade da concorrência bancária. Porque hoje os bancos negociam a folha de pagamento com as empresas e pagam, inclusive, para ter acesso a essa folha de pagamento, e, na realidade, transfere o custo disso para o servidor. Quem paga é o assalariado. Quer dizer, a folha de pagamento deles hoje é o instrumento das empresas fazerem bons acordos com os bancos, e eles vão pagar conta no custo do crédito. Então, nós temos que dar concorrência ao sistema. Uma forma de dar concorrência é a livre movimentação bancária que, felizmente, já existe no setor privado.

Por último. O cadastro positivo é colocado aqui como um instrumento, e eu espero que seja, de fato, que vai dar portabilidade as empresas, vai dar o currículo delas e pode ajudar a estimular o crédito. Agora a última questão: as duas tabelas, tanto do Procon, como do Banco Central mostram que os bancos públicos praticam *spreads* menores que todos os demais bancos no Brasil. Portanto, vocês ajudam a reduzir os *spreads*. Mas os *spreads* brasileiros continuam absurdamente elevados, desproporcional o tamanho dos nossos *spreads* quando a gente compara com outras economias. É verdade que a nossa taxa Selic também ainda é muito alta, ela vem caindo mais fortemente, mas ainda é muito alto, mas os *spreads* são muito altos. Então, o que é que pode ser feito para reduzir *spreads*? Até onde vocês serão mais agressivos para puxar com mais eficiência essa redução do custo dos *spreads*? Onde que a cunha fiscal incide? Qual é o peso dela? A margem fiscal que o governo tem é pequena na crise, não tem, nós temos que desonerar vários setores, se nós formos fazer alguma coisa em *spread,* qual é o retorno em relação à cunha fiscal? Mesmo porque o fim da CPMF não deu nenhum ganho em redução de *spread*. Foi aventado como grande contribuição, você tirou uma cunha fiscal do sistema, o impacto nos *spreads* é absolutamente marginal. Então, até onde que a cunha fiscal pode ajudar?

E na questão do financiamento habitacional, seguro de vida é um encargo extremamente oneroso para as famílias, eu acho descabidamente oneroso, e que encarece muito o custo do financiamento habitacional. Como é que nós vamos reduzir isso num programa habitacional para poder massificar o sistema? Enfim, onde que o Banco do Brasil e a Caixa veem medidas concretas, além, do cadastro positivo, medidas eficazes para ajudar reduzir o *spread*, baratear o custo para que a gente possa amenizar o impacto da crise e poder gerar produção e emprego no Brasil, que a gente possa ter uma linha de resistência à crise mais eficiente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Aloizio Mercadante. O próximo Senador inscrito, é o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira, Senador Francisco Dornelles, Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Garibaldi Alves, Dr. Antonio Lima Neto, Presidente do Banco do Brasil, Dra. Maria Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica.

Primeiro de tudo eu gostaria de fazer uma referência elogiosa a essa iniciativa das duas Comissões em trazer essa discussão do *spread* bancário para esse momento. Eu acho que nós perdemos um tempo muito grande, há um esforço, um foco muito grande na discussão da taxa básica no Brasil, taxa primária da Selic, e está, mais ou menos, provado que existe uma desconexão quase que absoluta entre as taxas

básicas exercidas aqui no Brasil e a taxa na ponta, ou seja, o valor do *spread*.

Eu tenho uma informação aqui que foi conseguido pela minha assessoria, que mostra que de janeiro de 2004 a agosto de 2004 a Selic flutuou, mais ou menos, de 16,5 a 16%. O juro de empréstimo, no caso, segundo o Procon de São Paulo variou de 87 a 82% desse mesmo período. A taxa de cheque especial variou de 153 a 152%. Nos últimos seis meses a taxa Selic variou de 11.75 para 13.75, a taxa de juro de empréstimo variou de 92 a 107, e a taxa de cheque especial de 173 a 191. Isso mostra que o nosso esforço, esforço do Congresso Nacional e o esforço da imprensa nacional, o esforço da inteligência nacional, buscando, pressionando no sentido exclusivamente da queda da Selic, ele não tem induzido, digamos assim, de uma maneira concreta e absoluta a queda na ponta do juro, esta, sim, responsável pelo desenvolvimento ou não desenvolvimento dos mercados internos nacionais, e, consequentemente, da empregabilidade. Então, eu acho que essa iniciativa das duas Comissões de trazer esse tema para aqui, clarifica muito esse efeito. Eu acho que nós temos que discutir também, e, sobretudo, a questão do *spread* nacional, que tem sido uma série de explicações, uma tentativa de explicações tais como, por exemplo, a cunha fiscal que se referiu o Senador Mercadante, tais como a inadimplência que se comenta muito que uma das grandes razões para a existência desse *spread* tão largo seria a inadimplência, e, a meu ver, isso parece um equívoco muito grande, porque se assim fosse os lucros bancários, sobretudo, o lucro dos bancos particulares, não seriam tão grande o quanto eles são. Então, se a inadimplência fosse uma coisa importante nesse País, o lucro não seria de uma maneira que são. Então, eu acho que é uma boa explicação para os bancos, mas não é uma realidade que acontece na economia nacional.

Então, esse é o primeiro ponto que eu gostaria, mais uma vez, de fazer essa reflexão do trabalho que essas duas Comissões fazem trazendo esse tema para cá. Eu acho que *spread* bancário é um serviço que é prestado pelo Sistema Financeiro, e ele é um serviço como outro qualquer, e toda vez que você tem uma oferta maior do que uma demanda o preço do serviço aumenta, aliás, o preço do serviço cai. Quando é ao contrário o preço do serviço aumenta. Então, o que eu acho que foi levantado aqui pelo Senador Mercadante com a Dra. Maria Coelho, e a Dra. Maria confirmou isso, há uma necessidade no Brasil clara, e uma maior competição entre aqui os *players,* os atores do Sistema Financeiro Brasileiro. Eu acho que essa, talvez, seria a única coisa concreta que possa se fazer no sentido de rebaixar esses níveis no *spread* brasileiro.

Uma outra coisa que eu acho que mereceria uma avaliação, uma reflexão, é sobre a concentração excessiva que nós damos à questão das taxas de juro no processo de desenvolvimento nacional e, consequentemente, de empregabilidade. Convém lembrar que a maioria dos países desenvolvidos no mundo estão trabalhando hoje com taxa negativa, Estados Unidos, Japão, a União Européia anteontem baixou de 2% para 1,5%. São taxas absolutamente negativas. E não estão conseguindo relançar os níveis da atividade econômica. Então, esse é um fato que tem que ser analisado.

Por outro lado, o Brasil deu uma amostra recente e que tem um outro ingrediente importantíssimo que pode ser utilizado no sentido de promover o desenvolvimento, que é a questão tributária. Nós estávamos com a indústria automobilística muito recentemente entupida de carro, com os estoques lá em cima, e, de repente, com a variação pequena das taxas de imposto que incidem sobre os carros se vendeu absolutamente tudo.

Então essa questão de dizer que apenas as taxas de juros são responsáveis pelo desenvolvimento maior ou menor da nossa economia eu acho que ela é equivocada, ela tem o seu componente, ela é importante; mas o mundo está mostrando que ela sozinha não resolve o problema.

Então, repito, os Estados Unidos, o Japão, a União Européia, estão trabalhando todos com taxa de juros tão baixa quanto nunca tiveram no mundo, antes das suas respectivas histórias, e nem por isso tem relançado as suas respectivas economia. E o Brasil deu um exemplo, repito, muito recente, de que a utilização da política fiscal, da política tributária pode também dar uma contribuição importante no sentido de relançar a economia e garantir a empregabilidade, tema esse que é fundamental na discussão dessas duas Comissões.

Eram essas as reflexões que eu gostaria de deixar com os senhores que nos dão oportunidade de trazer informações tão importantes. Eu gostaria de dizer que esses números e essas referências que eu estou a fazer, sai muito da esfera dos bancos privados, é uma visão geral do processo econômico que hoje afeta a economia nacional, como um todo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu quero agradecer ao Senador João Tenório. E passar a palavra ao caro Senador Crivella, Senador do meu Estado, o Rio de Janeiro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com muito orgulho, Presidente.

Quero saudar V. Exa. por essa iniciativa. Quero saudar o nosso Presidente Garibaldi, o nosso Presi-

dente Antonio Francisco de Lima Neto, quero saudar também Maria Fernanda que fez aqui uma exposição cicatrizante da ação da Caixa Econômica em favor do emprego e do combate à recessão nessa crise mundial. Aliás, ela nos mostra com toda essa exuberância, não só a beleza, a graça, o charme; mas também a cultura. E eu diria, a pujança da mulher brasileira. Parabéns.

Vamos aqui agora então ao assunto da nossa audiência pública, que nós estamos preocupados aqui é com *spread*, não é Presidente? Preocupação com o *spread*. Então, a pergunta é o seguinte: nós acreditamos que quem irá diminuir o *spread* bancário absurdo, indecente, pornográfico na economia brasileira serão os clientes. Porque o interessado é sempre o melhor agente da transformação. Agora ele precisa ter instrumentos. Não é aquele discurso que a gente fez há três, quatro anos: "Tem que levantar o traseiro, e não sei o que", mas aí o sujeito o gerente ri dele. Como é que ele vai negociar? Então, nós precisamos da portabilidade e precisamos também, efetivamente, termos o cadastro positivo.

E eu pergunto aos nossos presidentes dessas instituições públicas se há um programa para ampliação de agência e também campanha educativa? Nós precisamos que o povo brasileiro descubra os instrumentos que as instituições públicas estão lhe dando para que cheguem a uma agência bancária, não envergonhados, constrangidos; mas municiados e poder negociar o seu crédito, o seu futuro, destino e o bem-estar da sua família.

Eu queria saber também, presidente da nossa Caixa Econômica, eu vi o crescimento que a senhora falou na concessão de crédito agora no setor da crise, 127% aumentou para as pessoas jurídicas, mas isso não é muito Petrobras, não? Será que teve empresas de pequeno e menor porte? Eu fico imaginando. Agora a Petrobras, ela não devia pegar recursos dos bancos públicos não, porque ela participa com 11% do superávit primário. Nós é que devíamos, nesse período de crise, reduzir esse superávit primário, na minha opinião, há uma condição de possibilitar investimento público. Porque o Japão no século passado, na última década do século passado, ele também fez programas anticíclico priorizando o crédito, a assistência ao Sistema Financeiro, e não lançou a sua economia, e o Japão patina até hoje, e diminuíram a tributação, baixaram os juros, mas política anticíclica, acho que desde o *New Dio*(F) não foi comprovado estar errado, são programas de obras públicas. E aí eu queria fazer também uma pergunta aqui aos nossos presidentes: os senhores estão entrando na habitação. Há possibilidade de financiar também os móveis? Porque a pessoa compra a casa própria, mas ela não tem, às vezes, recursos para mobiliar a casa. Então, eu queria saber... E nós precisamos relançar a indústria moveleira, sobretudo, lá no Rio de Janeiro. Nós temos indústria importante de móveis no Rio de Janeiro, não é só no Rio não, eu tenho certeza que muitos senadores aqui vão defender o setor porque ela está espalhada pelo País. Mas nesse programa de casa própria, é possível o cliente também financiar os móveis e alguns eletrodomésticos? Nós estamos trabalhando aqui junto com o setor de eletrodomésticos para criarmos umas linhas mil, como criamos os carros; uma linha mil de geladeira, uma linha mil de máquina de lavar, uma linha mil de fogão para, de repente, nós podermos contemplar as pessoas que sonham com isso, e, às vezes, não tem o crédito.

E por último, eu gostaria aqui de falar uma coisa, os Estados Unidos, nós todos sabemos a crise, conhecemos tudo da crise, todos nós aqui somos doutores nessa crise e sabemos da sua grave conseqüência em todas as economias, sobretudo, os países emergentes. Agora teve um congressista americano que meados do ano passado, não me recordo o nome, ele é Democrata, ele disse: "Eu não vou tentar convencer os republicanos do congresso a abrirem mão de um direito republicano que é executar a dívida". Então, o credor tem direito a executar a dívida, isso é um princípio republicano pétrio do sistema capitalista americano. Porém, eu gostaria de propor aqui uma lei para desestimular. A gente executar os 7 milhões de inadimplentes do setor imobiliário, porque nós vamos criar um caos. E acreditava-se que essas hipotecas lastreadas em imóveis nos Estados Unidos, que o preço de imóvel podia variar de um Estado para o outro, mas jamais haveria um colapso, então as garantias eram firmes. Pronto. Não conseguiram o acordo. Os políticos não conseguiram um acordo e começou-se a executar. Executar, executar; só depois que a vaca foi para o brejo foi que eles então chegaram num acordo, e hoje não se executa mais. Hoje os Estados Unidos é um programa de renegociação intenso.

Eu estou preocupado e vou terminar já, Sr. Presidente, porque nós temos, ano passado, os brasileiros empolgados com o crescimento, bom de crescimento, compraram só em janeiro do ano passado 200 mil carros, nós batemos recorde na produção automobilística, muito disso foi financiado pelo Banco do Brasil, inclusive, o meu automóvel. Eu espero não ficar inadimplente. Mas caminhões foram 100 mil. Agora eu pergunto: haverá um programa no caso da crise se agravar de renegociação de dívidas? Ou nós vamos simplesmente executar, executar, executar criando problemas no mercado?

Sr. Presidente Francisco Dornelles, eu profundamente agradecido com a generosidade de V. Exa. em me ouvir com tanta paciência, e eu diria até caridade, encerro aqui o meu pronunciamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Crivella.

Eu passo a palavra ao Presidente do Banco do Brasil, Dr. Antonio Francisco de Lima Neto.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Muito obrigado.

Eu vou percorrer de início o raciocínio desenvolvido pelo Senador Mercadante, que eu acho que as perguntas ele cobriu, eu acho que todas as faces dos impactos da crise econômica financeira no Sistema Financeiro Nacional, e, por conseqüência, na economia, no lado real da economia brasileira, juntando a isso as reflexões do Senador João Tenório e as ponderações do Senador Crivella.

Eu gostaria de começar primeiro com a questão do efeito substituição de linhas externas por linhas domésticas, Senador. De fato, naquele primeiro momento de setembro, nas duas últimas semanas de setembro, nós tivemos o fechamento quase que por completo das linhas de crédito externas que os bancos captam para financiar o capital de giro do comércio exterior brasileiro, notadamente, aquilo que se convenciona chamar de ACC e ACE que são as principais linhas de capital de giro que levam o exportador brasileiro a custear o seu capital de giro para as exportações.

Eu me lembro que ali secaram por completo, porque começou os bancos em investimento no exterior a sofrerem bastante. Existe uma linha bastante convencional, até então no mundo de antes de setembro que são as famosas operações de recompra no exterior que chamava de repals(F) no qual nós financiávamos cerca de 1/3 do comércio exterior brasileiro. E o principal provedor dessa linha são bancos de investimento. Quando o primeiro banco de investimento quebrou o Lehman Brothers Cecal(F) e a partir daí o comércio exterior brasileiro começou a sofrer bastante.

Eu me lembro que durante duas semanas o Banco do Brasil ficou praticamente sozinho, financiamento de capital de giro, claro que naquele momento você tem que ter, tem que fazer escolhas, não dá para financiar todos os lotes que caiam para o Banco do Brasil, mas conseguimos por duas semanas. A partir de então o Banco Central começou a dispor linhas para fomento de ACC e ACE e o quadro de hoje é de que o Banco do Brasil tem feito por mês o mesmo volume pré-crise, cerca de 1 bi a 1 bi e 300 de financiamento todo mês de capital de giro em ACC e ACE.

Então, hoje em ACC e ACE nós não temos problemas, Senador. O financiamento continua acontecendo. E no caso do Banco do Brasil nós aumentamos a nossa participação de financiamento de 1/4, 25% para 1/3, de fato, nós aumentamos a nossa participação e continuamos financiando o comércio exterior.

Com relação aos bancos médios e bancos pequenos, Senador, a minha--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Lima, só entender uma coisa. Vocês aumentaram para 1/3 do volume total das ACCs, o Banco do Brasil é que faz?

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: --Isso. Isso antes era 1/4, agora é 1/3.

Com relação aos bancos médios e aos bancos pequenos a minha posição é: nós temos hoje um Sistema Financeiro que o senhor traçou um quadro de segmentação dos grandes conglomerados, aquilo que nós chamamos de bancos universais, que são os bancos de largo espectro, aquele banco que opera do micro e pequeno empreendedor à grande corporação, traduzindo isso para o Banco do Brasil, nós financiamos a agricultura familiar no interior do Nordeste brasileiro e financiamos as importações de grandes empresas, empresas nacionais.

Ocorre que um grande banco, desse tamanho, agora estamos indo para mais de 600 bilhões de ativos, quando consolidamos todas as nossas participações, as metodologias de crédito do Banco do Brasil não poderia ser diferente, elas são muito padronizadas. O que é que eu quero dizer com isso? Elas estão formatadas para grandes volumes e grandes quantidades.

Ocorre que os bancos pequenos e os bancos médios, eles atuam em determinados nichos no qual eles podem sentir a peculiaridade de determinados negócios que os grandes bancos não fazem, não tem como sentir. E admito, inclusive, o Banco do Brasil. Se pegarmos um banco médio que atua em São Paulo, ele pela ligação que tem com determinado setor e determinado segmento, ele consegue estabelecer limite de crédito para aquela realidade que um banco grande não consegue capturar, ou não estabelece limite de crédito ou estabelece limite de crédito aquém das necessidades daquela pessoa lá. Sejam, notadamente, micro, pequenas e médias empresas.

Então, eu acho que os bancos pequenos e os bancos médios cumprem uma função importante no Sistema Financeiro Nacional e deve se procurar uma maneira de robustecer a permanência e o trabalho que esses bancos fazem. No que diz respeito à rolagem, Senador, achei uma medida bastante acertada como uma opção adicional, ou seja, tirou-se da agenda uma dúvida de que faltava crédito para rolagem de dívidas

tomadas no exterior. O que o Banco Central fez ao colocar essas linhas foi dar uma opção adicional aos grandes tomadores para refinanciar essas dívidas via bancos nacionais.

Nós, efetivamente, o Banco do Brasil não assinou nenhuma, mas temos várias em negociação sendo construídas, porque são dívidas de montantes elevados e precisam ser formados sindicatos, no qual o Banco do Brasil e outros bancos participam. Acredito que até o final dessa semana deveremos anunciar a primeira de um montante importante.

No que diz respeito à capitalização dos bancos, quer dizer, até onde pode se suportar uma falta de irrigação de crédito externo para a economia nacional. O dado concreto é que os bancos brasileiros são muito bem capitalizados, o indicador síntese que demonstra isso é o famoso Car, o Índice de Basileia. No caso dos bancos públicos nós temos bons Índices de Basileia, a Basiléia do Banco do Brasil em 31 de dezembro fechou em 15, mais de 15%, isso significa uma alavancagem de mais de 100 bilhões de reais adicionais.

Então, no caso dos grandes bancos, e no caso do Banco do Brasil, em particular, não existe a escolha a ser feita entre a grande corporação e a pequena empresa. Nós atuamos muito bem nos dois lados, quer dizer, não existe o efeito substituição, eu atendo a grande empresa e não atendo a pequena, ou vice-versa. Tanto que o crédito a micro e pequena empresa também tem crescido, e à média empresa também tem crescido, carteira total tem crescido e nesses dois segmentos também.

No que diz respeito à composição do *spread*, o Banco Central publica anualmente um documento chamado Relatório de Economia Bancário. Ele é um documento bastante interessante, porque ele esmiúça as várias variáveis que respondem pela qualidade, pela robustez do Sistema Financeiro Nacional. É um dado de 2007, no qual eles chamam de decomposição do *spread* bancário. Na decomposição do *spread* bancário, se nós olhamos o dado de 2007 que é o último disponível, nós temos os impostos diretos, representando 10.53% daquilo que se convencionou chamar de *spread*. Nós temos os impostos indiretos com 7.82, nós temos os custos administrativos com 13.50, nós temos a inadimplência – esse, sim, é o maior item - com quase 38%. Então, a inadimplência representa 38% daquilo que nós chamamos de decomposição do *spread*. Agora no *spread*, ao analisar o *spread*, nós temos que ter em mente duas questões: quando se publica uma relação de taxa de juros em vários segmentos e a partir dali se deriva o *spread*, entre o que se imagina ser uma taxa de capitação e aquela taxa praticada lá, na realidade, aquilo que se chama tecnicamente de *spread*... Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Como se calcula essa taxa de inadimplência é a realizado ou é a projetado?

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: É a projetado. E é um pouco do que eu ia detalhar agora. Quando se fala em *spread*, nós temos que ter em mente duas questões: a primeira delas é aquele *spread ecsant*(F), é um nome técnico para, ao se publicar uma taxa de juros, em qualquer tabela, em qualquer órgão, em qualquer associação a partir daí está se cobrando determinado percentual na ponta, e o custo de capitação de um banco é Selic e essa diferença é um *spread*. O que vai aparecer lá é um número grande, de fato. E existe o *spread* export. O que é um *spread* export? É aquilo que se realiza nas DREs, nos balanços, nos bancos, nos seus resultados. Um *spread* que, às vezes, chega a se colocar de 100%, 80%, esse é um *spread* ecsant(F), não é um *spread* que, na realidade, se realiza. O retorno sobre o patrimônio líquido do Banco do Brasil fica na casa de 22, 23%, não é de 100%, não é de 40, não é de 80%, é de 20 e poucos por cento, o nosso retorno supera. Na decomposição do resultado de qualquer banco, e não poderia ser diferente no caso do Banco do Brasil, aquela diferença enorme que a princípio se vê entre uma taxa praticada e o custo de capitação, ela é decomposta em custos administrativos, em custo de provisão para suportar futuras inadimplências, dos impostos diretos e os impostos indiretos, e, assim sucessivamente. Então, o principal item que explica o *spread* em dados da análise do Banco Central no seu relatório de economia bancária de 2007 37.35% vem de inadimplência. E como combater o impacto da inadimplência na formação do resultado dos bancos e, por conseqüência, no *spread*? A provisão de crédito no Brasil, por uma regulação chamada 2682, é uma resolução do Conselho Monetário Nacional, e bastante correta. Ela é realizada quando no momento do empréstimo. Isso foi uma evolução, porque a provisão antes dessa resolução era feita quando acontecia o defalt da operação, quando acontecia o não pagamento. A partir do não pagamento se tinha garantia, não tinha garantia você começava a provisionar a operação. A partir da 2.682 eu contrato uma operação hoje, a minha expectativa de perda em relação àquela operação eu tenho que provisionar o equivalente à minha perda estipulada, que eu imagino, na partida. Isso é estabelecido graduações de risco, de um menor risco até o risco maior, vai de uma provisão de zero para os melhores riscos para operações de pequeno valor, até operações mais gravosas de até 100% na cabeça. Isso é o que explica, que se chama,

se convencionou provisão para inadimplência, aquilo que os bancos provisionam dada uma expectativa de inadimplência. Como se combate isso? Combate-se isso com linhas como consignado. Imaginem os senhores, o consignado no Banco do Brasil hoje representa mais de 20 bilhões de reais. Não fosse o consignado os *spreads* do Brasil seriam muito maiores do que é hoje. Então, você combate isso com regulação, com normas, possibilitando a diminuição de riscos. O conjunto de atitudes, de ações que foram tomadas para desonerar o processo de recuperação da questão imobiliária citado já, também foi uma delas. A questão do cadastro positivo também pode ser uma delas. E a questão da portabilidade também.

O Senador Mercadante mencionou um aspecto que é interessante. Se a portabilidade não entrar permanentemente, quer dizer, não entrar na sua totalidade, quem captura o benefício do preço de uma folha de pagamento é o ente privado ou ente público. Então, o que acontece hoje? Você contrata uma folha [soa campainha] de pagamento com uma empresa, pagando uma empresa para ter acesso àquela folha de pagamento, o benefício desse valor está indo para uma empresa, e não para a massa de assalariados vinculados àquela empresa. A mesma coisa vale para o setor público, o setor que até 2012 isso acontece, porque a portabilidade só vai entrar em 2012. Então, eu acredito que portabilidade, e acredito que o cadastro positivo vão ajudar muito nessa questão.

Um outro ponto importante tem a ver com... Que capturei aqui das reflexões tem a ver com renegociações de dívidas. Nós tivemos um momento no Sistema Financeiro Nacional em que os bancos eram muito binários. O que é que eu quero dizer com isso? Ou você me paga ou você não me paga. Se você me paga eu continuo tendo relacionamento com você, se você não me paga eu nunca mais quero lhe ver aqui no banco. Hoje em dia não é mais assim. Hoje em dia não se pode ser mais binário, a pior coisa que pode acontecer para um banco com um incremento da competição é você perder um cliente. Então, hoje existem facilidades para renegociações de dívidas. No caso do Banco do Brasil, por exemplo, se um cliente, pessoa física, usar costumeiramente o seu cheque especial acima de 30% daquilo que é concedido a ele, automaticamente o Banco oferece um CDC de 24 a 86 meses refinanciando aquela dívida a uma taxa de juros mais baixa. Por que é que fazemos isso? Porque entendemos que pessoa que usa cheque especial por muito tempo, acima de níveis já citados será um inadimplente. Então, nós tomamos determinadas atitudes para não sermos--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, desculpe-me.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Pois não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Isso inclui a carteira de automóveis que o senhor falou que está chegando aí a 12 bilhões? Há possibilidade de se renegociar dívidas de automóveis? Porque a garantia é o automóvel.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Há possibilidade sim também. Eu peguei o exemplo de cheque especial, mas por filosofia, no caso dos bancos, em geral, e falando aqui pelo Banco do Brasil, há muito nós superamos a premissa e o paradigma, digamos assim, inadimpliu vai para a lista negra eterna. Com o tempo essas coisas foram amadurecendo, e hoje já existe uma disposição muito grande dos bancos na negociação. E não poderia ser diferente no caso do Banco do Brasil. Vale dizer também que nesse ano o Banco do Brasil está envolvido numa renegociação da ordem de 4 bilhões de reais das dívidas agrícolas. Então, veja o desafio do banco. Nós temos que executar, estamos executando muito bem, tendo desembolsado cerca de 30% acima do que desembolsamos no mesmo período do ano passado na safra agrícola.

Nós temos um plano de safra de 30 bilhões de reais que estamos executando, e temos esse ano uma renegociação de 4 bilhões de reais das dívidas rurais que significa a regularização de dívidas de anos muito ruins 2005, 2006 para esse ano. O que por si só dá a dimensão do esforço do Banco do Brasil na questão de renegociações de dívidas.

No que diz respeito à operação bancária em si, quer seja agência, quer ser seja bancarização. Nós tivemos um fenômeno, dois fenômenos no Brasil que são muito ligados e são recentes, e que dizem muito a respeito do Banco do Brasil. Falei para os senhores que nós temos no Banco do Brasil cerca de 28 milhões de correntistas. Há pouco tempo atrás nós tínhamos 12 milhões de correntistas, são 28 milhões de correntistas. Pois bem, 10 milhões de correntistas no Banco do Brasil recebem até um salário mínimo. Então, a operação do Banco do Brasil é muito espraiada em realidades boas, de municípios com excelente renda per capta, mas em realidades muito duras também. Então nós fazemos uma operação bancária, digamos, muito comprometida e transforma a realidade muito adversa. E é um fenômeno também não só da bancarização, mas como alternativa de atendimento. E aí uma medida que eu coloco também e falo muito sobre ela é a questão do correspondente bancário. A regulamentação mais aprofundada do correspondente bancário permitiu levar mesmo em aglomerados urbanos de realidades muito pobres de grandes aglomerados onde não se tinha agência bancária e um

atendimento bancário. Se olharmos aqui a Maria Fernanda pode explorar a questão das lotéricas, a rede de correspondentes bancários do Banco do Brasil faz a mesma coisa. Então, a ampliação de agências e o atendimento bancário, via correspondente bancário e bancarização é um fenômeno que vai continuar, não tenham a menor dúvida disso, no caso do Banco do Brasil nós somos muito comprometidos com essa alavanca de resultado para o banco.

Então, em suma, é isso. Eu acho que tivemos, de fato, um efeito substituição de dólar por real aqui dentro. Os bancos estão bem capitalizados e podem suportar. Não acredito num efeito, digamos, numa escolha muito forte entre atender o grande e deixar de atender o pequeno, Senador, na visão do Banco do Brasil, porque nós temos uma capacidade de alavancagem muito boa e somos muito segmentados. Vale dizer, os 28 milhões de correntistas do Banco do Brasil não são vistos como manada(F), todos iguais, são muito bem segmentados dentro do banco. Todo mundo dentro do Banco do Brasil tem um limite de crédito adequado a seu segmento, ele é atendido por uma pessoa que entende daquele segmento, e assim sucessivamente. E nós temos da mais pujante agência no melhor mercado de renda per capta nos aglomerados industriais, até a agência numa pequena comunidade do interior nordestino, existem metas de resultados e volumes anuais, e o encarreramento, a meritocracia de cada funcionário em cada time desse é vinculado ao cumprimento dessas metas e esse acordo de trabalho. Então, no banco ter cem mil pessoas, 28 milhões de correntistas, 18 mil pontos de atendimento, tudo é muito bem parametrizado e com metas constantes de crescentes consistentes ano a ano. Então, é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Presidente. Passo a palavra à nossa Presidente da Caixa, Maria Fernanda.

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: Muito obrigada. Agradecer aqui as reflexões dos Senadores Aloizio Mercadante, João Tenório, Senador Crivella.

Bem, eu acho que há um aspecto importante na intervenção do Senador Aloizio Mercadante no que se refere aos pequenos e médios bancos. Eu acredito que a decisão também do Banco Central no que se refere à liberação dos compulsórios, sem dúvida, trouxe uma condição de atuação dessas instituições. Elas têm, normalmente, um perfil muito específico, ou seja, elas definem o seu nicho de atuação de forma muito clara. Ou trabalham na pessoa física, no consignado, ou trabalham com foco na média e grande empresa, enfim. Mas eu acho que a grande condição de competitividade dessas instituições, eu acredito que com essa decisão do Banco Central da liberação do compulsório, sem dúvida, trouxe novamente uma condição de permanecer no mercado e de continuar atuando.

Acho que do ponto de vista da agilidade do crédito, acho que V. Exa. toca num ponto que é fundamental. Sem dúvida, quanto mais ágeis as instituições consigam ser no que se refere a atendimento ao cidadão, isso possibilita a inserção no sistema de pessoas que, historicamente, estiveram fora. A Caixa tem feito um investimento muito grande nos últimos cinco anos, principalmente no seu parque tecnológico, na sua rede de unidades, nos correspondentes bancários, nos correspondentes lotéricos.

Hoje, por exemplo, eu posso lhe dar o dado atual da Caixa, são mais de 46 milhões de clientes. Então, na realidade, vamos dizer assim, aquela expectativa das pessoas que saíram do sistema, não tiveram para onde ir, não, nos bancos públicos elas tiveram não só acesso a uma conta bancária, mas também tiveram acesso a crédito. Acredito que o que o Lima Neto trouxe é verdadeiro, nós trabalhamos com métodos estatísticos. Então, para você tratar uma massa de 46 milhões de pessoas, você tem uma padronização na sua definição do risco desse cliente. Então, não existe, por exemplo, para a Caixa uma condição de que pessoas que não tenham acesso em outras instituições, porventura, não viriam a ter acesso na Caixa, de forma alguma. Então na Caixa, pelo contrário, a própria conta Caixa Fácil, a conta de inclusão bancária na qual mais de 7 milhões de pessoas tiveram acesso a crédito, demonstram exatamente essa nossa... E é bom dizer também, essa nossa estratégia. E é bom dizer também que nós não alteramos em nada no que se refere à nossa prudência no trato com os recursos financeiros, ou seja, nós mantivemos os mesmos modelos de risco, de avaliação de risco que nós tínhamos pré-crise. Não houve, no caso, um “afrouxamento”, qualquer que seja, da nossa atuação.

Sem dúvida, o consignado deu outro patamar ao crédito no Brasil. Ele representa uma diferenciação para o cidadão onde ele teve a oportunidade de trabalhar com taxas muito mais flexíveis, e tem uma condição de acesso ao crédito de forma muito melhor. Hoje você tem taxas que iniciam nessa operação em torno de 0,99% ao mês. Então, são, de fato, taxas diferenciadas. Mais de 1/3 da carteira, hoje, da Caixa está nessa condição.

Na relação financiamento habitacional, a observação que o senhor fez, e o do seguro habitacional, nós já fizemos nos últimos dois meses, também uma redução muito significativa. O seguro, na realidade, representa uma garantia para o cidadão. Eu contraio

hoje um empréstimo, o Senador citou aqui, fez uma operação de veículos, mas eu, por exemplo, contraio empréstimo e tenho a minha família. Então, se eu tenho uma condição de contratar o seguro por morte ou invalidez permanente, isso traz tranquilidade à família, ou seja, se sabe que no caso de falecimento do tomador não restará dívida para a família, ou seja, a família vai ter a garantia de que aquele bem se torna um bem deles. Então, eu acredito que o seguro cumpre um papel importante. Houve um grande debate também em relação ao custo desse seguro e isso está sendo... Já foi revisto pela Caixa. E no âmbito do novo programa a ser lançado pelo Governo Federal, também terá uma condição diferenciada. Essa é uma das discussões que está havendo no âmbito da discussão do novo programa.

Eu acredito que do ponto de vista mais geral, do ponto de vista da estratégia, sem dúvida, a portabilidade e o cadastro positivo trarão, principalmente, com a aprovação do cadastro positivo eles trarão um outro patamar da discussão dos *spreads* bancários, como disse inicialmente. Isso se reflete na questão da transparência que vai ser dada ao sistema.

Eu acredito que o Senador Crivella trouxe duas observações que eu acho que são relevantes. Primeiro do ponto de vista do atendimento. Eu acho que o grande diferencial, principalmente, das duas instituições aqui presentes: Caixa e Banco do Brasil, é a nossa ampla rede de agências. Nós tínhamos, até o ano passado, 8.800 correspondentes lotéricos. Iniciamos um processo licitatório o ano passado, porque a casa lotérica é uma concessão pública, ou seja, ela é dada através de processos licitatórios, são mais de 2 mil novas casas lotéricas inauguradas. Significa que mais de 4.500 municípios brasileiros terão a presença de uma agência lotérica. E uma casa lotérica hoje disponibiliza praticamente todos os produtos e serviços bancários. Então, o cidadão tem acesso ali, não só a uma prestação de serviço que inclui pagamento de concessionárias, mas também a possibilidade de receber os benefícios das políticas públicas e das políticas sociais do governo, notadamente, o Bolsa Família. Então, hoje são mais de 20 mil pontos de atendimento que a Caixa tem entre agências, correspondentes e lotéricos. E, então, a nossa estratégia também de ampliação de agência, Senador, ela inclui ainda nesse ano de 2009, abertura de mais de 40 pontos de venda. Então, o senhor concilie aí os lotéricos, as agências, e também a estratégia dos correspondentes, que eu considero uma estratégia extraordinária. É você ter pequenas unidades, pequenos supermercados em comunidades, em bairros que eles prestam também esse serviço ao cidadão. Então, a estratégia dos correspondentes bancários também se reflete como uma estratégia muito importante para o cidadão. Porque significa que a instituição está lá e a instituição está próxima.

Eu acho que o senhor traz também uma reflexão em relação às campanhas educativas. Nós temos na Caixa um programa permanente de renegociação de dívidas. O que, às vezes, acontece é que a gente faz uma campanha, então durante a campanha você dá condições diferenciadas. Mas a qualquer momento o cidadão pode buscar as nossas áreas e ter a condição de renegociar a sua dívida. Até citando o que o senhor falou da linha branca. Nós fizemos um lançamento em outubro, para o senhor ter ideia do que foi a ousadia, nós fizemos o lançamento em outubro, de uma linha específica para o lojista, que nós chamamos bens de consumo duráveis para o lojista. É condição do lojista ter recursos da Caixa para financiar o seu cliente. Nós já contratamos só nessa linha, mais de 100 milhões de reais. E o senhor tira que é de outubro para cá. Há uma perspectiva também do lançamento de um programa da troca de geladeiras, principalmente, no que se refere à questão da energia que a Caixa deverá atuar também.

Agora eu gostaria de trazer alguns dados que eu acho que são relevantes, porque, às vezes, há uma preocupação no que se refere ao atendimento a micro e a pequena empresa e ao atendimento a grandes empresas. É importante que se diga: não há concorrência de recursos para o atendimento às empresas. Se eu faço uma concessão à grande empresa, isso não retira recursos do micro e pequeno empresário, de forma nenhuma. O que a crise trouxe, e aí o Lima trouxe, que a crise traz alguns aspectos e oportunidades, e é fato. É que as grandes empresas não reconheciam na Caixa a sua condição de crédito. Então, historicamente nós só operamos com a micro e pequena empresa. A partir desse momento quando outras instituições passaram a restringir o acesso, nós fomos procurados por grandes empresas, grandes e foram várias. Para que o senhor tenha ideia, tirando a Petrobras do nosso cômputo, nós cremos 50% na pessoa jurídica o ano passado, e crescemos na micro, na pequena e na grande empresa. Então, deixando bem claro, qualquer empresário que busque hoje uma agência da Caixa, ele tem acesso a crédito. Não há nenhuma concorrência em relação a esses dois, porque a Caixa tem [ininteligível], tem recursos suficientes para operar com esse segmento.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Maria Fernanda, qual é a tua carteira de crédito? Quantos bilhões?

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: Hoje a gente tem de recursos livres cerca de 27 bilhões.

É como eu disse no início da exposição, Governador, desculpe, Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Deus a ouça.

[risos].

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: Como eu disse no início da exposição. Nós temos ainda uma participação pequena nesse mercado, mas ela vem num crescendo. Nós tínhamos uma expectativa de crescer 30% o ano passado, e nós crescemos, tirando a Petrobras, nós crescemos mais de 50%, isso significa um esforço. Na realidade, não é um esforço, eu diria que isso significa uma vocação e a responsabilidade que os bancos públicos foram chamados a ter nesse momento de crise.

Também gostaria de dar alguns dados em comparação da média dos últimos quatro meses, de setembro a janeiro de 2009/2008, comparado com a média do mesmo período. Nós crescemos em 2008 para 2007, 2 bilhões na pessoa jurídica, e crescemos no mesmo período do ano passado 4,31 bilhões de reais. Então, quer dizer, o senhor observa que realmente houve um crescimento muito significativo.

Agora eu acredito que na discussão do *spread*, e o que se refere à inadimplência, as instituições trabalham com a perda esperada. Então, você trabalha, de fato, com a expectativa que você tem em relação a essa carteira. Agora a discussão do *spread*, se você pensar apenas no ponto de vista da inflexão dos bancos públicos, se nós temos hoje 36% desse mercado, há que se ter um debate mais amplo com as demais instituições, no que se refere a que instrumentos que poderíamos ter para, de fato, vamos pensar na condição de fazer uma discussão em relação ao que seria um *spread* justo que pudesse estar colocado para o cidadão. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Presidente Maria Fernanda.

Nós temos agora inscritos o Senador Gilberto Goellner, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Tasso Jereissati. Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vou direto à pergunta que eu quero dirigir especificamente ao Presidente Lima Neto do Banco do Brasil. Presidente Lima Neto, o senhor mesmo afirmou aqui que a carteira de crédito rural do Banco do Brasil renegociou ao redor de 4 bilhões esse ano. Nós sabemos que o total da dívida do agronegócio brasileiro, os empréstimos, os financiamentos que existem no banco tanto de Securitização pesa, como os investimentos, custeios, toda a carteira de todos os setores de todos os bancos públicos e privados, chega à ordem de 120, 110 a 120 bilhões de reais. Muito bem. O Congresso fez a sua parte aqui nos últimos dois anos, foram renegociadas dívidas.

E a minha pergunta é a seguinte: o senhor não acha que a avaliação de risco de crédito desses produtores que tiveram seus financiamentos alongados, ele hoje está praticamente no mesmo patamar de uma avaliação de um CDC, de um cheque especial. E essas operações de crédito renegociadas foram bem alongadas, então uma operação de cem que era para ser pago em quatro anos, pagando 25, o saldo devedor de quatro anos foi negociada, a maioria das vezes, por mais cinco anos, então facilitou, vai facilitar a capacidade de pagamento do produtor, passa para a metade o valor das prestações anuais. E essa avaliação de risco está impedindo a contratação de novos créditos, principalmente, o crédito de custeio, é aquele de plantar, é o que possibilita o produtor de continuar na atividade, ter liquidez de recursos, ter renda, inclusive, principalmente para fazer frente a essas operações renegociadas também. Então, o que eu vejo que é uma incoerência grande que o Banco Central está impedindo, possivelmente, a norma como está, impede o banco de operar de uma forma diferenciada. Um exemplo, um produtor que está num risco B e Com, ele, pelo fato, de ter negociado parte da parcela, aqueles 40%, ele simplesmente já vai lá para o risco H e isso o impede de tomar novo empréstimo no banco. Então, esse é um ponto fundamental, eu diria que o plano de safra do país vai se comprometer esse ano ainda mais do que foi o ano passado. Nós não vamos ter tomadores por falta de um plano novo de avaliação de crédito desses produtores rurais de todo o país. E são milhares. Então, eu vejo que nós precisamos rever essa posição. O Banco do Brasil é o banco fundamental nessa conjuntura e vai possibilitar esse remanejamento, essa reavaliação, possibilitar que o país continue produzindo, tendo alimentos baratos, como tem até hoje, e possibilitando o país a voltar a exportar, como tem sido uma referência na balança comercial, o superávits realizado pelo agronegócio brasileiro.

Essa é a minha solicitação que é rever o sistema de risco dos produtores para possibilitar o limite de crédito possível para novos empréstimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Obrigado, Senador Gilberto Goellner, pela maneira como V. Exa. abordou a questão apresentada.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quero cumprimentar os Presidentes Francisco Dornelles e Garibaldi Alves Filho por esta seqüência de audiências que estão sendo muito instrutivas para nós e

para todos que nos acompanham. E gostaria de cumprimentar a exposição de ambos: Antonio Francisco Lima Neto, Presidente do Banco do Brasil, e a Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho, ambos tem tido uma excelente gestão à frente das instituições Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

A Sra. Maria Fernanda nos mostrou a evolução do crédito, por exemplo, no setor de habitação, mostrando uma evolução desde dezembro de 2004 a dezembro de 2008, sempre positiva, uma evolução alvissareira, porque se passa de um patamar de 16 bilhões em dezembro de 2004 para 46 e poucos bilhões em dezembro de 2008. E não se nota qualquer momento de declínio. Parece que a Caixa Econômica, nesse aspecto, vem tendo resultados sempre melhores de progresso.

E eu pergunto se poderia nos dar a informação e, no caso, então também no Banco do Brasil se pudermos ter uma evolução do total do crédito concedido para todos os setores, não apenas da Habitação, especialmente a partir de setembro do ano passado, nós estamos em março, para termos uma ideia em que medida ambas as instituições tão importantes para a economia brasileira no setor público, em que medida a sua movimentação de crédito foi atingida e/ou não pela crise que aconteceu na economia internacional, e com efeitos para a economia brasileira? Se para os demais segmentos também houve uma evolução positiva tal como aqui para o setor de habitação, uma vez que houve o propósito do governo, vamos justamente fazer a economia andar bem na área da habitação, para minimizar os efeitos da crise econômica. Então, se puder a senhora e o senhor também nos dar essa informação, seria relevante para a nossa análise.

Com respeito à questão do *spreads*. Eu acrescento aqui, mas gostaria que pudesse nos informar se haveria alguma medida adicional que na avaliação de ambos devesse autoridade monetária o Banco Central adotar para diminuir o *spread* e, além da taxa de juros, e também as diversas formas de tarifas pelos mais diversos tipos de serviços que os bancos normalmente adotam. Se avaliam que o sistema bancário brasileiro tenha um grau de concorrência bastante saudável combinado à forma pela qual a autoridade monetária acompanha e promove uma maior concorrência para justamente se poder diminuir as taxas cobradas, sejam as taxas de juros, sejam os *spreads* e demais tipos de tarifas cobradas pelas instituições financeiras.

Gostaria ainda de perguntar se em relação ao crédito consignado, se seria o caso de imaginar possível modificação na margem consignada dos servidores do número de prestações. Parte dos servidores públicos que tem feito esse tipo de empréstimo, será que poderiam ter um aumento na margem se esta saltasse para algo de 30 a 40% do salário do servidor, já que hoje se limita a 30%, e a alternativa seria a elevação do número de prestações, será que isto poderia ser efetivado de maneira a se reduzir o valor da prestação atual? E assim ampliar uma nova fonte de crédito e melhorar o problema de liquidez na economia.

E, finalmente, Sr. Presidente, eu fiz um convite à Presidente Maria Fernanda Ramos Coelho, para que possa acompanhar nesta sexta e sábado a experiência pioneira que se realizará de um município que vai iniciar a transição do Programa Bolsa Família para a renda básica de cidadania, ali em Santo Antonio do Pinhal. Eu fiz o convite oral, encaminhei por e-mail, juntamente com o prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, mas aqui faço questão de encaminhar a carta por escrito, e vou dar uma cópia ao Sr. Antonio Francisco de Lima Neto, porque será importante que o Banco do Brasil, como todos aqui presentes acompanhem. Imagine a experiência de passar em Santo Antonio do Pinhal, de 344 famílias que recebem hoje o Bolsa Família, algo como 1.400 pessoas, para 7.000 pessoas que constituem os habitantes da cidade. Em que medida o senhor acha que pode acontecer que de 11 milhões e pouco de famílias, talvez 13 milhões ao final deste ano, correspondendo a 45, 50 milhões de pessoas, para chegarmos numa data que o senhor irá de convir com o seu bom senso qual será para termos 190 e poucos milhões como pessoas que vão ter o cartão magnético na instituição de responsabilidades da Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho. Então, vai passar de 46 milhões para aproximadamente, quem sabe, com 140 milhões de adultos que serão responsáveis pelas pessoas de 0 a 18 anos, mas vai triplicar o número de clientes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Passo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Dornelles, Srs. Presidentes do Banco do Brasil, Dr. Lima Neto, Presidente da Caixa Econômica Federal, D. Maria Fernanda Coelho. Interromper para que o Ministro possa, o Senador possa dar o seu importante exemplar de renda mínima. Posso continuar?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Claro.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Na verdade, essa comissão foi formada, Dr. Lima Neto e Dra. Maria Fernanda para que nós pudéssemos acompanhar pelo Senado Federal o desenvolvimento da crise no nosso País. Então, o nosso objetivo é entender como estão se desenvolvendo esses mecanismos e qual a evolução deles, em que profundidade e de que maneira nós podemos auxiliar aqui na nossa atuação

legislativa no sentido de mitigar os efeitos dessa crise. Por outro lado, também ouvirmos [soa campainha], trazermos e levarmos as sugestões que nós temos ouvido e trazemos de nossos Estados e das nossas bases.

Por esta razão eu gostaria de fazer algumas colocações, primeiro que são as duas preocupações básicas em relação a esse momento, é a questão do crédito, de uma maneira geral, o crédito ainda não está normalizado neste País. Os bancos pequenos não estão captando, não estão emprestando, praticamente tem um setor fundamental do crédito do sistema creditício brasileiro que não está atuando como deveria. Deixando aí, principalmente, acho que o Dr. Lima Neto, fez referência a isso, deixando, principalmente, as pequenas e médias empresas que são as que trabalham, costumam trabalhar com banco desse porte sem acesso a crédito. O que é um assunto que nos preocupa e que está acontecendo hoje. Nós não estamos discutindo se está, está acontecendo. Por outro lado, existe toda a questão internacional que está aí e etc, e que uma série de empresas de grande porte se voltaram para o mercado de crédito interno buscando recursos que costumavam conseguir no mercado externo.

Então, a nossa preocupação é justamente com isso, e, evidentemente, o custo de dinheiro que se reflete na questão do *spread*. Então, eu faço a seguinte pergunta: a meu ver, a Caixa Econômica, especificamente, diante do quadro de crise que nós estamos vivendo, deveria se voltar justamente para esse mercado, o mercado de pequenas e médias empresas que é o que ficou órfão durante esse projeto. Não significa dizer que vai negar crédito às grandes empresas, às empresas que não precisavam e agora estão precisando. Então, deveria haver uma concentração e um enfoque maior a essas empresas de médio e pequeno porte, já que elas estão órfãs, e hoje os grandes bancos já voltaram, os grandes bancos brasileiros já voltaram a atuar, já estão autuando quase que dentro de, eu diria, não como antes, mas dentro de uma certa normalidade. No entanto, nós não estamos vendo isso. Apesar dos quadros, e eu não vi exatamente os quadros, principalmente a Caixa Econômica me preocupa em relação à construção civil, médias empresas e pequenas empresas.

No meu Estado, por exemplo, o Estado do Ceará é uma queixa generalizada das empresas de médio porte porque não tem acesso à Caixa Econômica. Os indicadores, a burocracia e os indicadores requeridos, praticamente, inviabilizam o financiamento de construtoras de médio porte, isso deve estar acontecendo, com certeza, o Senador Garibaldi já ouviu isso no Rio Grande do Norte, o Senador Marco Maciel não sei se ouviu isso em Pernambuco, o Senador Jayme em Mato Grosso; mas é uma queixa generalizada, e várias empresas já desistiram de obter crédito junto à Caixa Econômica, porque apesar de existir o dinheiro, a burocracia, o nível de exigência, o nível de demandas que é exigida pela Caixa Econômica Federal, praticamente, inviabilizam o acesso dessas empresas. E mais, eu, outro dia, perguntei como é que as grandes empresas de vem de fora, principalmente, de São Paulo tem esse crédito? Que hoje o crédito é centralizado. Em São Paulo o cadastro é feito em São Paulo e já vem pronto de São Paulo. Então, existe uma série de exigências, de indicadores econômicos, patrimônio líquido, verso isso, verso aquilo que são inteiramente tomados, e elas não tem o menor acesso. Isso me parece um problema gravíssimo e inviabiliza todo e qualquer programa habitacional que venha a ser feito.

Eu vi o próprio Presidente da República, já lançou uma série de projetos habitacionais que no Ceará não deslanchou, com certeza, na maioria do Brasil não deslanchou, e só quem tem acesso a esses recursos sãos as grandes empresas. Prova disso, e aí fica aqui essa pergunta, é que pelo SIAF, 200 milhões de reais para habitação e saneamento não foram usados no ano passado e retornaram, e que eram para ser repassados, basicamente, pela Caixa Econômica Federal.

Essa questão me parece fundamental hoje para que seja de uma maneira ou de outra reativado o crédito nessas áreas da pequena e média empresa, e na retomada da construção civil, de uma maneira geral, não concentrado apenas em grandes empresas. O Dr. Lima Neto até começou a falar sobre a decomposição do *spread* e não foi até o final. Eu gostaria de entender margem de lucro, qual é a margem de lucro, ouvi falar, por exemplo, em impostos, é um ponto que sempre o nosso Senador Dornelles bate, coloca-se na composição de custos a questão de impostos diretos, eu não entendo imposto direto como custo, porque aí eu não conheço nenhuma fábrica que coloca o imposto de renda como custo do seu produto. Queria entender direito essa composição, essa decomposição, e se essa decomposição é a mesma para o banco público e para o público privado. E por fim uma outra pergunta à Dra. Maria Fernanda. Aqui foi feita uma sugestão, principalmente, à Caixa Econômica e menos ao Banco do Brasil, porque o Banco do Brasil é uma empresa de capital aberto que tem ações na bolsa e etc., por que não a Caixa liderar como referência, assim como tem uma Selic hoje que é uma referência, a Caixa virar uma referência do juro bancário final, portanto, da Selic mais do *spread*. Por que não? Como entende essa sugestão? Se acha válida essa sugestão e que ela vire essa referência. Então, ela sinalize qual deve ser a taxa de juro final, já que tem possibilidades, inclusive,

de capitação mais barata de ter e por ser empresa de sociedade fechada de dar sinalização para baixo já que o Presidente da República insistentemente e o próprio Ministro da Fazenda tem repetido que a questão do juro do Brasil é de falta de vergonha, não é questão de *spread*, é de falta de vergonha, governança dos bancos e etc. Olha, diante disso por que não a Caixa acabar com essa falta de vergonha?

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Antes de passar a palavra ao Presidente Antonio Francisco de Lima Neto e à Presidenta Maria Fernanda.

Eu só quero fazer um adendo de um minuto em relação ao Senador Tasso Jereissati, se as exigências que a Caixa está fazendo para liberar recursos para essas operações, principalmente no setor imobiliário parte da própria Caixa, uma exigência da própria Caixa ou se decorre de alguma legislação federal? Com a palavra o Presidente do Banco do Brasil.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Obrigado, Senador, obrigado Senador Jereissati pelas reflexões e perguntas.

Eu tenho aqui a decomposição do *spread*, eu usei como parâmetro, como eu já mencionei, um documento, um relatório do Banco Central chamado economia bancário todo ano--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Relatório de estabilidade?

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Não de economia bancária no qual a questão de estabilidade bancária está incluído, o último disponível é 2007. Então num gráfico de pizza aqui então nós temos o seguinte: a inadimplência responde por 37.35 do *spread*, o custo do compulsório 3.59%, o custo administrativo 13.5%, os impostos indiretos basicamente impostos de renda e contribuição sobre o lucro líquido 7.82, o FGC que é a contribuição para o Fundo Garantidor do Crédito que recebe como garantia os depósitos, em caso de algum problema, 0,28%, e os impostos diretos sobre receita, notadamente, PIS, PASEP, COFINS 10.53%, e a margem líquida daquilo que iria para o lucro líquido dos bancos 26.93%. Basicamente essa é a composição.

Isso foi feito dentro de uma metodologia pelo próprio BACEN, Senador, ele leva em conta o conjunto dos dados do Sistema Financeiro Nacional, valendo para bancos públicos e bancos privados. Então numa amostra do sistema, como um todo, essa é uma aproximação dos bancos do *spread* bancário e sobre a composição, como um todo, numa amostra.

No que diz respeito à questão dos impostos, aí vai aqueles dois entendimentos possíveis em relação ao *spread*. Nós podemos entender o *spread* como simplesmente uma diferença entre aquilo que eu cobro do tomador final, dependendo do tamanho, do porte desse tomador, vis-à-vis é uma capitação. Isto não é um *spread* gordo, e cá entre nós, sendo bem franco isso não diz muito, porque são muitos os segmentos, muitas as alternativas, muitas as probabilidades de inadimplência. Aí vai desde uma grande corporação como a pequena corporação. Quer dizer a taxa de capital de giro que é publicada, que a Maria Fernanda até trouxe um gráfico aqui, aquilo é uma média ponderada pelo volume.

ntão, um banco de atacado, um banco que lida com grandes corporações, se olhar naquele ranking ele tem uma taxa menor do que a da Caixa, menor do que a do Banco do Brasil para capital de giro, por quê? Porque ele realiza operações com empresas em baixo risco e grandes volumes, então a taxa dele na estatística é muito baixa. Se você pega no caso do Banco do Brasil que opera com espectro muito grande de pequenas empresas, micro empresas e até grandes corporações, é uma taxa que aparece ali junto com a da Caixa, próxima da Caixa. Depende também muito do dia. Se um dia você fez operações mais arriscadas, sua taxa ali vai aparecer maior, e assim sucessivamente. Então, esse *spread ecsant*(F) diz muito pouco. O que eu gosto de trabalhar e acho que esse se detalhando dá para se tomar as medidas corretas e estruturante numa trilha para baixar o *spread* e reduzir preço é questão daquilo que acontece mesmo, de fato, nas demonstrações de resultados dos bancos, onde ali não existe outra forma, incide em impostos diretos e impostos indiretos. Não tem jeito. O imposto de renda incide para todas as companhias. E uma margem detalhando esse empréstimo que realmente acontece, o nome técnico de *expost(F)* acontece, na realidade, é uma margem de 26.93%, com dados compilados a partir de uma leitura, de uma inferência do Banco Central.

Uma outra questão que eu acho importante é a questão do crédito bancário, quer dizer, para o crédito bancário acontecer na ponta, ele ser efetivo, não adianta você ter limite de crédito, não adianta você ter bancos bem capitalizados, não adianta você ter uma boa regulação, se, na verdade, não está acontecendo na prática, não acontece o crédito. Então, hoje nós temos uma regulação no Brasil que tem nos diferenciado, é uma regulação prudencial. O Brasil, ao longo dos anos, e isso vem de muitos anos, tem implementado uma agenda de robustecer, de tornar muito bem ajeitado o Sistema Financeiro Nacional, e isso começou há muito tempo. E hoje nós temos o Sistema Financeiro sólido que responde bancos públicos, inclusive, bancos públicos bem capitalizados por conta de uma série de medidas através dos anos.

E aqui eu pego uma reflexão feita pelo Senador Gilbert, que é a questão do crédito rural. O crédito rural é um crédito bancário. Muito tem se falado aqui na questão de provisão, de inadimplência, mas para a provisão acontecer ela não pode existir de uma maneira discricionária, caso a caso feito pelo banco. Ela tem que ter um padrão de racionalidade e esse padrão perdurar por um período, não adianta você ficar provisionando no caso a caso: "Ah, eu acho que esse camarada hoje melhorou, amanhã ele está pior", e vou mudando a provisão ao meu bel-prazer.

Então, o fato concreto é: se nós estamos saindo de um período ruim de formação de renda do agricultor brasileiro, do agronegócio, em geral, e, vale dizer, que o crédito rural brasileiro responde por 1/3 da formação de investimentos e custeio de um agronegócio. Esse é o numero que está aqui, mas deve ser isso, Senador, o senhor é um profundo conhecedor desse tema. Então, as safras 2005 e 2006 está refletindo no agravamento de risco para os planos de safra anual a partir desse ano. E aí a sensibilidade do Banco do Brasil é tendo presente uma regulação, e tendo presente a importância do crédito rural para a economia brasileira, e, vale dizer também, que o Banco do Brasil tem 60% do crédito rural brasileiro. Essa é uma carteira de mais de 60 bilhões de reais, por coincidência 60%. Então, o que nós temos feito é compreendendo essas, digamos assim, esses ciclos bons e ciclos ruins na formação de renda do agricultor do agronegócio brasileiro, é tentar, no máximo possível, que a regra geral de formatação de crédito, de limite de crédito do Banco do Brasil atenda o máximo possível, e não ter preconceito para analisar o caso a caso, que eu acho que esse é um papel do Banco do Brasil. E contribuir para a formatação de uma nova política de crédito rural brasileiro, vale dizer, muitos dos normativos que temos no crédito rural brasileiro é da década de 60 e década de 70. Ora, o mundo mudou muito de lá para cá. E hoje nós temos um grupo de trabalho capitaneado pelo Ministério da Agricultura, com a participação do Banco do Brasil e Ministério da Fazenda e outros levando essa visão do Banco do Brasil de que precisa mudar de fato, porque se não mudar nós podemos ter um estrangulamento logo aí na frente que não atenderá os interesses do País.

Então é isso. O Banco do Brasil tem mantido a sua participação no crédito rural. Eu coloquei aquele número de 4 bilhões, mas é o que nós temos para renegociar isso no âmbito da lei aprovada da 11.775. Estamos fazendo um esforço monumental na rede de distribuição do Banco e vamos conseguir. O nosso objetivo é não expulsar produtor, o nosso objetivo é que ele reorganize o seu endividamento, por conta de dois anos que por fatores exógenos à sua atividade, que organize o seu endividamento e volte para a atividade, continue a atividade produzindo. Basicamente é isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente Maria Fernanda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se puder responder a questão relativa ao volume de crédito de setembro para cá, que eu perguntei. Eu agradeço.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Desculpe. Em números brutos, dando ordem de grandeza. Como eu falei no início, nós esperávamos chegar em outubro de 2008 com 200 bilhões de reais em crédito, nós ultrapassamos essa marca em junho de 2008. Em outubro de 2008 nós tínhamos 212 bilhões de reais, hoje nós temos 240 bilhões de reais.

Por dia o Banco do Brasil desembolsa em reais, linhas em reais fora o crédito direcionado, a saber, crédito rural, crédito imobiliário e as linhas externas para financiamento de capital de giro de exportação ACC e ACE, fora isso nós desembolsamos por dia 1 bilhão de reais na economia brasileira. Todo dia o Banco do Brasil coloca 1 bilhão de reais, desembolsa 1 bilhão de reais. No ano passado nós desembolsamos 190 bilhões de reais, isso no total, em 2008. E foi um número recorde, maior do que 2007, e continuamos no mesmo ritmo esse ano na casa de 1 bilhão de reais.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Presidente, eu gostaria de um minuto só fazer aqui uma pergunta ao Dr. Antonio.

Em relação aos 60 bilhões aplicados à agricultura, proporcionalmente, para os grandes, ou seja, o grande negócio, o grande produtor médio e pequeno, quanto que proporcionalmente esses 60 bilhões ficam distribuídos?

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Infelizmente, eu não tenho esse número aqui. Mas eu tenho, digamos, algo que pode derivar para um entendimento. Agricultura familiar, no caso, o Banco do Brasil é responsável por 2/3 dos desembolsos para a agricultura familiar brasileira.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Que representa algo parecido em torno de que, 20?

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Por ano, na última safra, nós desembolsamos 6 bilhões de reais, e esse ano nós queremos desembolsar 7 bilhões de reais. É isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Muito obrigado.

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: Agradecer aqui as observações dos Senadores Gilberto, Eduardo Suplicy, Senador Tasso Jereissati.

O Senador Eduardo Suplicy pediu exatamente os dados do período das contratações. Eu não tenho de setembro para cá, mas eu vou lhe passar, nesse momento, os dados consolidados 2007/2008, e depois eu lhe trago, por mês, a nossa contratação. Na pessoa física nós saímos de um volume de contratações de 27,7 bilhões em 2007 para 31,6 bilhões em 2008. Crescimento de 14,2%. No crédito à pessoa jurídica, nós saímos de 2007 de 25,8 bilhões, para 37,8 bilhões, um crescimento de 46,5%. E na habitação nós saímos em 2007 de 21,1 bilhões, para 24,3 bilhões, um crescimento de 15%.

Eu posso dar para o senhor aqui os dados que nós temos atualizados que são da habitação deste ano, janeiro, fevereiro e agora até março, até o último dia 10 de março. Nós contratamos em janeiro 93 milhões de reais, em fevereiro 128 milhões de reais, e em março nós contratamos 107 milhões de reais. Então, esse volume é um volume bastante... Desculpe. Essa é a média/dia. 93 milhões/dia em janeiro, 2.232 contratos/dia. 128 milhões/dia, com 2.618 contratos, e agora em março 2.903 contratos/dia 107 milhões. O total disso dá 5 bilhões de reais de contratação na habitação até agora. Para o senhor ter ideia, o volume que nós contratamos em 2003 foi exatamente 5,3 bilhões de reais. Então, praticamente nesse período agora nós fizemos em habitação o mesmo que fizemos durante todo o ano de 2003. Essa evolução que o senhor percebeu no relatório é exatamente uma série de decisões que foram tomadas pelo governo que nos permite hoje ter esse número de contratos.

Eu acho que é bom salientar também que nós colocamos no site da caixa o www.caixa.gov.br um simulador habitacional. Então, qualquer cidadão pode entrar no site e procurar saber se ele compra uma casa, coloca a sua renda e faz várias simulações. Isso nós temos percebido que tem facilitado enormemente o conhecimento para que o cidadão saiba que ele pode ter acesso à casa própria. Então, eu acho que esse é um dado relevante. Agora, de fato, Senador eu não tenho o de setembro, mas posteriormente mando.

Eu acredito que o senhor faz uma observação em relação ao consignado se é possível aumentar o percentual. Veja. Esse percentual tem um limite prudência. Então, não é interessante também que o servidor, e a gente tinha isso antigamente; o servidor recebia o seu contracheque praticamente com nenhum valor por quê? Porque tudo estava ali e as instituições financeiras conseguiam debitar na conta de servidor e o salário no final era, praticamente, zero. Então, eu acho que o limite estabelecido hoje é um limite prudência. Nesse sentido eu não acredito que haja uma perspectiva de aumento.

Primeiro agradecer ao senhor o convite que o senhor me deu também. Infelizmente, não poderei estar lá na sexta-feira...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A senhora vai perder--

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: Porque é o conselho--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: ...do Rio de Janeiro, encantou o Rio com essa exposição.

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: Eu tenho uma reunião do conselho de administração da Caixa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Encantou o Rio.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas é porque Santo Antonio do Pinhal é um lugar muito bonito também.

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: Sem dúvida.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Em breve poderá ir. Eu aqui faço o convite para, na primeira oportunidade, está lá e ajudar a implementar a renda básica de cidadania, pode até convidar o Senador Arthur Virgílio que quer conhecer também.

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: Eu já tinha falado para o Senador.

Acho que o Senador Tasso Jereissati traz uma observação importante no que se refere ao foco da Caixa. Eu acho que alguns dados também são dados que a gente precisa trazer. 95% dos clientes da Caixa hoje são pequenas e médias empresas, micro e pequenas empresas.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Em volume?

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: Em volume dá 68%, então, praticamente, 70% de todo o crédito da Caixa é destinado exatamente a esse segmento. E posso lhe dizer com muita tranquilidade, se tivéssemos algum problema de [ininteligível] que a Caixa não tem, mas se a gente tivesse que fazer alguma escolha no que se refere à concessão de crédito, o foco seria a micro e a pequena empresa, porque essa, de fato, tem sido a estratégia da Caixa nesse segmento de pessoa jurídica.

O que tem acontecido de setembro para cá é que nós fomos procurados por grandes empresas que tiveram dificuldades e elas aí, sim, passaram a receber o crédito na Caixa.

Acho que o senhor traz uma observação que eu acho importante, no que se refere à burocracia da ins-

tituição. Primeiro acho que a gente tem que fazer um reconhecimento de que a burocracia existe e é real. O Senador me fez uma pergunta aqui, que eu acho que é muito pertinente. Essa burocracia se dá através de exigências legais ou exigências de corporação?

Nós temos feito... Eu acho que eu queria separar um pouco aqui a nossa relação com Estados e Municípios que tem se intensificado muito com o PAC, depois do Programa de Aceleração do Crescimento, na qual o governo destinou 140 bilhões para que nós pudéssemos operar habitação e saneamento, e também na relação direta com as construtoras e com as pessoas físicas. No que se refere à relação com Estados e Municípios, o que nós buscamos fazer foi o seguinte: foi deixar muito claro o que é exigência legal, o que é significa que para gente executar uma obra você precisa exigir o licenciamento ambiental, todas as RTs daquele projeto, ou seja, o que é exigência legal e o que é exigência do programa. V. Exa. trouxe o dado dos 200 milhões do SIAF. Nós tínhamos 5,9 bilhões de reais para aplicar, aplicamos 5,7, ou seja, faltou 200 milhões. Eu não sei exatamente se foi em função da dificuldade da Caixa ou também porque esses programas exigem que a prefeitura se mobilize, realize um processo licitatório. Então, às vezes, não dá tempo. Então, não posso nem afirmar aqui de forma assertiva se foi da Caixa ou se foi dos Estados e Municípios. Mas é importante dizer qual foi a nossa relação em relação a isso para os Estados e Municípios? Este ano nós formulamos um programa chamado "gestor municipal". É um programa que nós abrimos a inscrição pela Internet, quase 3 mil municípios indicaram o seu gestor municipal de contratos. Significa o seguinte: que, às vezes, há uma dificuldade na interlocução da Caixa com o Município, com os Estados é menos, até porque os Estados têm, de fato, uma estrutura já diferenciada para a discussão dos projetos. Mas com Municípios, notadamente, os pequenos municípios brasileiros, o que a gente verificava era uma dificuldade de entender os programas, porque, na realidade, Excelência, a Caixa opera programas de 17 Ministérios, e, de fato, alguns Ministérios têm exigências muito específicas na execução desses programas. Então pensamos esse programa do gestor municipal, aproveitando que recém houve eleições de prefeituras, houve uma renovação muito grande dos quadros. Quase 3 mil municípios se inscreveram. Nós começamos segunda-feira com um treinamento e uma capacitação que vai viabilizar: primeiro que o município eleja um representante para fazer relação com a Caixa, ou seja, ele vai saber exatamente qual é a dificuldade de um determinado projeto, de um determinado programa. E, por outro lado, também a Caixa coloca sob a responsabilidade do gestor local essa relação. Eu não tenho dúvida que isso vai viabilizar, primeiro: a disseminação do conhecimento no que se refere ao cumprimento das regras dos programas. E segundo a Caixa disponibilizar também todo o seu conhecimento acerca dos programas que ela implementa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dra. Maria Fernanda, essa limitação ou esse número de 3 mil municípios foi a Caixa que limitou ou foram os...

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: Não, não. Foram os que se inscreveram. Na realidade, não é obrigatório. A Caixa fez um convite aos gestores municipais para que eles participassem nesse primeiro momento. Mas não impede, Senador, que a gente abra um segundo movimento. Nós vamos ter um treinamento em todas as regiões do Brasil. Todos os Estados a gente vai ter uma equipe somente tratando dos programas que são de repasse dos recursos dos orçamentos geral da União e de programas de habitação e de saneamento.

Da parte agora da relação com as construtoras que foi o foco que o senhor trouxe, eu queria dizer o seguinte: há um dado aqui que eu acho que é um dado relevante. Das duas mil construtoras hoje cadastradas na Caixa, 1600 são pequenas e médias. Eu diria até para o senhor que eu acho que é muito por isso que a gente consegue ter aqueles dados, do nosso dado diário, do nosso dado cotidiano.

Foi criada, de fato, uma em São Paulo, o objetivo, na realidade, foi para tentar diminuir a burocracia, por quê? Porque você tem uma equipe especializada que conhece muito bem as grandes empresas, e a análise das grandes empresas, e essa análise é feita lá para as grandes empresas, a partir de um determinado patamar de faturamento, exatamente para tornar mais ágil, mas nós temos gerências que analisam o risco das empresas também nos Estados, inclusive, no Ceará a gente também tem uma gerência nesse sentido.

E aí para finalizar eu queria dizer que é até uma meta da instituição manter as menores taxas bancárias. Eu acho que a Caixa tirou isso como uma estratégia: queremos ter, de fato, as menores taxas bancárias.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A senhora permita-me interromper.

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: Pois não.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas eu queria só dizer um fato: não estão andando os processos com médias empresas, eu digo especificamente no Estado do Ceará porque eu conheço e aonde eu tenho contato diário. Não estão andando, estão inviabilizadas por causa do nível de exigência. E isso é uma reclamação que eu já ouvi de outros Es-

tados. Se a senhora quiser eu posso trazer e mandar ao seu gabinete o grupo de pessoas ligadas a isso. A mesma coisa acontece com os Municípios. Os Municípios são inviabilizados também. Se inscreveram 3 mil, se esse ritmo de exigência continuar, provavelmente, vão se inscrever mais 500 e 3.500 não vão ter acesso a esse programa. É um fato e que eu posso provar para a senhora, se a senhora quiser. E me preocupa isso porque nós estamos aqui discutindo a crise, se se anuncia o programa, e agora se anuncia o programa de um milhão de habitações populares com esse nível, se isso não for permeabilizado através de pequenas e médias, não digo nem pequenas, médias empresas; esse projeto não vai acontecer, como esses projetos de habitação que foram lançados agora, até agora esses novos recursos não estão acontecendo.

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: À vontade se o senhor quiser indicar um grupo de empresários para gente receber aqui no gabinete, como o senhor queira, enfim, estamos à disposição.

Nós tivemos, a própria Casa Civil, uma preocupação muito grande também. No que se refere a gente ter essa celeridade. E nós participamos desde a semana passada de diversas reuniões com o setor. Então, o setor da construção civil trouxe uma série de observações que estão sendo vistas pela Caixa para a redução do que seriam as dificuldades apresentadas pelo setor para que a gente venha a ter velocidade. Então, tanto o Sinduscon quanto a Ademi, enfim, todas as instituições do mercado imobiliário estão num processo de discussão, nesse momento, com a Caixa.

E para encerrar em relação ao juro, de fato, a Caixa tem uma proposta de ter as menores taxas. Só que eu acho que a gente não pode ilusão no que se refere ao impacto disso. A Caixa detém ainda uma participação no mercado, que ela é uma participação pequena, esperamos que continue a crescer da forma que vem crescendo, mas ainda é uma participação pequena. Aí, inclusive, está até demonstrado na tela nesse momento. Mas, de fato, é uma iniciativa nossa, manter as menores taxas praticadas, e é isso que a gente tem conseguido fazer, principalmente, nos últimos seis meses. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): ... Aquele que aqui chegou em primeiro lugar, o Senador Jayme Campos, o Senador Antonio Carlos Júnior, o Senador Pedro Simon e o Senador Arthur Virgílio.

Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Francisco Dornelles, Sr. Presidente desta Comissão aqui, Senador Garibaldi, Sr. Presidente do Banco do Brasil, Dr. Lima Neto, Sra. Presidenta da Caixa Econômica, Dra. Maria Fernanda, eu serei bem pragmático. Naturalmente, o objetivo maior desta audiência é para tratar até do juro, do *spread*, entretanto, vou sair um pouco fora da linha para ser bem objetivo em relação às minhas indagações.

O Dr. Lima Neto tem acompanhado, eu imagino, a crise do setor da área frigorífica no nosso País. Lamentavelmente, nós tivemos nesses últimos dias o fechamento de várias indústrias no nosso País. Todavia, eu, particularmente, estou aqui até para falar em nome do meu Estado de Mato Grosso, na medida em que lá nesses últimos 60 a 75 dias algo parecido em torno de 15 a 16 indústrias frigoríficas fecharam. Isso, certamente, trouxe um transtorno, trouxe uma crise sem procedência, nessa atividade econômica que era da pecuária, e, sobretudo, formando uma cadeia que desde o pequeno empresário até o maior empresário, sobretudo, trabalhador foram prejudicados. E uma das alegações do setor, sobretudo, das indústrias frigoríficas, é de que com essa crise, diante dessa crise internacional, lamentavelmente, além, de cair um pouco, naturalmente, as exportações, com isso prejudicou, com certeza, a sua rentabilidade, mas acima de tudo que é mais importante chamarmos atenção é de que ele tem dito diante da falta de pagamento aos seus pecuaristas, aos seus credores de que é por falta de ACE, ou seja, da linha de adiantamento de crédito de exportação.

Pergunto a V. Exa. se o Banco do Brasil tem atendido de forma plausível as antecipações de crédito da área frigorífica, na medida em que as ponderações que estão fazendo aos seus credores que nos motiva a falta de pagamento dentre elas, naturalmente, é a falta desse crédito, na medida em que eles estavam conseguindo os créditos internacionais, ou seja, alavancar dinheiro de fora para dentro, e agora nem de fora para dentro, e muito menos no mercado nacional. Pergunto: qual a providência, qual o apoio que o Banco do Brasil e a própria Caixa Econômica Federa nas suas carteiras comercial pode oferecer para o setor? A minha preocupação é não só, naturalmente, com os [ininteligível] receber, mas, sobretudo, a questão do desemprego. Para que V. Sa. tenha noção do tamanho da crise, é algo parecido de 30 mil pessoas desempregadas direto e indireto, porque o setor não emprega só dentro da área frigorífica, mas os indiretos, desde os transportadores do produto lá sendo o boi da roça para o frigorífico, como também lá da cidade para os grandes centros consumidores e até para os mercados, ou seja, para os portos de exportação. Pergunto a V. Exa., o que é que o Banco do Brasil, o que é que a Caixa Econômica pode fazer, sobretudo, da questão desses ACE? Ou seja, é uma das reclamações do

setor de que não está sendo ofertada essa linha para nossas áreas que é uma área muito importante e vital para a economia mato-grossense.

É só isso, Sr. Presidente. Agradeço o Senador Francisco Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Obrigado, Senador Jayme Campos.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Srs. Presidentes Garibaldi Alves, Francisco Dornelles, Maria Fernanda Coelho e Antonio Francisco Lima Neto. No Brasil... Eu não vou fazer perguntas, vou fazer somente comentários. No Brasil o custo efetivo do dinheiro está muito distante da taxa básica de juros, normalmente, a questão do *spread*, na verdade, uma redução da taxa básica não tem um reflexo forte na redução do custo do dinheiro, tem uma redução muito mais expressiva na redução do custo da dívida pública, mas não tanto na operação de crédito, aí é questão do *spread* que é uma questão que vem sendo debatida há muito tempo aqui. No caso para os recursos direcionados o *spread* tem uma variação mais estreita, e no caso dos recursos vivos pela diversidade das operações, é claro, a variabilidade do *spread* é muito grande. Você tem diversos tipos de riscos, diversos tipo de operações, são riscos diferentes. Mas no caso para pessoa física, o cálculo do *spread* ainda é um cálculo que não está tão aperfeiçoado que possa, efetivamente, diferenciar créditos bons de créditos ruins, na pessoa jurídica isso já é mais tranqüilo. Então nós temos aí um agravamento do *spread* da pessoa física em função dessa dificuldade ou dessa pouca condição que se tem de separar créditos de primeira linha, na pessoa física, de créditos primeira linha da pessoa jurídica. Outro componente também importante do *spread* são os custos administrativos. Agora as instituições financeiras têm três tipos de receitas importantes, as receitas das operações de crédito, as receitas das aplicações financeiras e as receitas das tarifas bancárias. Na verdade, o custo administrativo vai acabar pesando só sobre o *spread*. Não está sendo distribuído em cima das outras receitas. Esse é um ponto. Outro ponto que já não depende da instituição, são questões dos impostos. Os impostos diretos são normais, eles existiriam para qualquer tipo de empresa em qualquer lugar do mundo. Mas os impostos indiretos, normalmente, a culpa não é das instituições, a culpa é do Governo, porque é a forma fácil de arrecadar, eles pesam, digamos, indevidamente em cima do *spread*. Então, esse é um ponto que está, digamos, na alçada do governo para que pudesse resolver. Sei que na época de queda de arrecadação não é muito fácil fazer, mas é um ponto que mais adiante tem que ser tratado.

Depois também a magnitude do compulsório. Nós temos o compulsório mais escandaloso do mundo. E é claro que essas taxas altas vêm desde o Plano Real, após o Plano Real ele foi para quase 100% e acabou se estabilizando num patamar elevado que não se justifica hoje, eu sei que não é fácil derrubar um compulsório de 50 e poucos por cento no depósito à vista, mas de qualquer maneira, o compulsório é um fator também encarecedor do custo do dinheiro em cima do *spread*. O compulsório e impostos são pontos que dependem fundamentalmente do governo, o governo terá que tratar disso, mais dias, menos dia. E, por fim, a margem líquida de lucro que aí é uma questão das metas de lucro de cada uma das instituições. Mas o que é importante colocar é que existem formas, existem ações que podem agir, que podem ser colocadas em cima do *spread* bancário para que ele seja reduzido, e na mão do governo nós temos impostos e temos o compulsório. Na mão das instituições a questão de uma melhor análise do crédito, principalmente, de pessoas físicas para que isso possa ter uma avaliação melhor e pode claramente derrubar esse *spread*. São meros comentários para reflexões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Antonio Carlos.

Com a palavra Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sra. Presidente da Caixa Econômica, Maria Fernanda Ramos Coelho, e Sr. Presidente do Banco do Brasil, Antonio Francisco de Lima Neto. Primeiro eu gostaria de saber qual seria o provável efeito em pontos percentuais de uma eliminação ou redução substancial dos depósitos compulsórios sobre *spread*? Qual foi o impacto da redução nas alíquotas observadas desde o último trimestre [soa campainha] de 2008 sobre o *spread*? Qual a participação das operações com cheque especial e cartões de crédito nas receitas de empréstimos considerando a receita total e a obtida junto a pessoas físicas, e qual a participação dessas modalidades na inadimplência?

Se o presidente, me permite, apenas uma pergunta, Sr. Presidente, a imprensa tem publicado que o seu banco quer comprar o banco do Rio Grande. E o nosso banco vai muito bem, obrigado. O nosso presidente não pensa em vender, a governadora também não. E me pergunto o que é que há com o Banco do Rio Grande? O senhor podia me informar qual é o interesse que o senhor tem no Banco do Rio Grande? Porque eu não entendi até agora a compra da Nossa Caixa que dizem alguns que o Presidente Lula foi muito

magnânimo com o Governador Serra, porque num ano eleitoral são 400 milhões por mês que ele deu para a campanha eleitoral do Serra. Diz até que teria sido um entendimento mais paulista com paulista do que presidente com governador. Agora no Rio Grande eu não entendo, porque o Banco vai bem, o governo não pensa em vender, e a imprensa publica que o Banco do Brasil faz questão de comprar o Banco do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Passo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, antes de mais nada, não sei se compreendi bem o Senador Pedro Simon, mas, obviamente, que não foram 400 milhões lançados à conta da campanha do Governador Serra, porque seria um crime praticado pelo Presidente Lula e um crime praticado pelo Governador Serra. Então nós teríamos aí no banco dos réus o principal governador do País e o Presidente da República. Mas eu entendo que foi um negócio dentro da visão que tinha o governo de--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Senador, eu não entendi onde é que tem crime. Pelo amor de Deus.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --Não é que jogar na campanha, pega o dinheiro do banco e joga na campanha, transforma em cartaz e *outdoor*, não foi isso que V. Exa. disse.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pelo amor de Deus, você não entendeu a ironia. Claro que foi um negócio que se o governador vendeu que foi um grande negócio, e se o Lula comprou é porque foi um bom negócio. Eu estou apenas brincando no sentido da ironia que não deixou de ser interessante o gesto de um vender e o outro levar um dinheiro... Até com toda sinceridade, mostrando grandeza, tanto de um com o outro e de fazer uma operação dessa natureza. Não leve para o lado... Pelo amor de Deus, não me passou pela cabeça.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Está esclarecido. Isso aí seria um bom negócio para o pessoal que faz material de campanha, porque seria dinheiro demais, enfim.

Mas, Presidente, eu quero cumprimentar a Dra. Maria Fernanda, o Presidente Lima Neto, e aqui tecer algumas considerações. Em primeiro lugar eu fico muito feliz de estar numa reunião como esta por duas razões: primeiro o fato de que o Senado está mergulhado numa série de [ininteligível], desgastes diários desnecessários que exige mão firme por parte do Presidente que dirige esta Casa, de modo a passarmos a limpo esta Casa. Não há possibilidade de coexistência eterna entre democracia e parlamento que não se moralizem, enfim. É bom nós estarmos aqui discutindo a crise, porque a contribuição do Senado paralisado como está para o combate, às vezes, tem sido mínima. Eu considero que o governo, por sua vez, é tímido ao enfrentar a crise, é muito tímido. Medidas não sistêmicas, o setor tal pressiona e sai a redução do IPI para os automóveis. E aqui já estou eu reivindicando uma linha de crédito especial para os eletroeletrônicos e para o pólo de duas rodas no meu Estado, por que não? Terceiro pólo industrial do País por que é que não merecia o tratamento dado aos automóveis? E óbvio, se assim se não há visão sistêmica por que é que também não se observa esse outro pedaço que o desemprego está muito grave no meu Estado.

Mas eu vejo que nós temos respostas tímidas. O Senador Antonio Carlos que eu vejo cada dia mais aplicado, cada dia mais Senador mesmo, o Senador fala do compulsório. Acontece que o compulsório quando existe a quebra de confiança na economia o compulsório redunda num outro fenômeno que é o fenômeno do empossamento, ou seja, o banco não empresta em função do medo da inadimplência, em função da queda da atividade econômica, enfim. E eu gostaria de dizer ainda que entendo que o Presidente Lula está diante de um dilema, ele ainda tem tempo para resolver esse dilema positivamente. Ele, inegavelmente, é um homem inteligente, sensível. O Presidente Lula é muito mais inteligente do que todos nós juntos nessa sala, ele saiu de trás e chegou à frente. Ele foi esquecido na estrada e conseguiu que o pessoal do caminhão se lembrasse dele. Depois eu comparo o Presidente Lula com o Vavá, irmão dele, e eu digo: “O homem é genial”, porque a impressão que me dá é que ele comeu a comida do Vavá na estrada, se proteinizou todo e deixou o Vavá sem nada, porque eu respeito muito a capacidade dele de atingir o povo, enfim. Mas está faltando dessa vez a marca do estadista quando nega a extensão da crise, quando nega a profundidade da crise. Quando o Ministro Mantega se desacreditava como técnico dizendo aquela tolice de tamanho oceânico de que o Brasil ia crescer 4%, quando qualquer pessoa sabia que não, qualquer pré-vestubulando de economia sabia que não. E agora depois de maneira mais simplória ele divide por dois e diz que o Brasil vai crescer dois. Eu dizia que não àquela altura, e digo que não de novo, não vai crescer dois, coisa alguma, e não se divide conta por dois quando se quer, inclusive, pregar uma peta em alguém. Se diz: 2.75 fica mais crível, embora inverídico, enfim. Não cresce dois, cresce zero, menos que zero, um pouco mais do que zero, é melhor nós trabalharmos isso.

Eu vejo uma crise fiscal se armando, uma crise fiscal grave, e essa crise fiscal está às mãos do Presidente de resolvê-la. O Senado tem cento... Eu soube hoje, fiquei estarrecido, 163, sei lá, 136 diretorias. Eu fico até meio sem moral para criticar o Presidente Lula, porque eu já considero um absurdo ele ter 37 ministérios, levando em conta que aqui é menor do que o Brasil, o Brasil tem 200 milhões de habitantes. Eu fico impressionado onde é que socam tantos secretários. Se convocarem todos vai ter um tremor de terra aqui no Senado, se todos vierem ao local de trabalho ao mesmo tempo, isso aqui dá um tremor de terra, enfim. Mas era preciso prosseguir na reforma, era preciso cortar no custeio para valer, era preciso preservar os investimentos para valer, porque falam, falam, falam no PAC, mas o fato é que o PAC representa 1% do PIB, e não mais do que 1% do PIB, o resto é propaganda que talvez custe mais do que, quem sabe, esse 1% do PIB.

O que ainda segura o Brasil, eu quero ser bastante justo, Presidente Dornelles, o que segura o Brasil ainda é o Plano Real com o Itamar, com o Fernando Henrique, são as reformas do Governo Fernando Henrique, sobretudo primeiro e do primeiro Governo Lula. Eu valorizo muito as reformas microeconômicas do primeiro governo do Presidente Lula. É a Lei de Responsabilidade Fiscal contra a qual o Presidente Lula e o PT se insurgiram tanto e que foram tão importantes para o Presidente Lula conseguir manter a economia estável, e o PROER, na minha opinião. O PROER, que o Presidente Lula já tentou exportar para o Presidente Bush, o Presidente Bush, de tolo, só gosta de guerra, não importou uma coisa tão boa, que na época era visto como demônio. Dinheiro para banqueiro se está dando agora nos Estados Unidos, naquela época não, se punia banqueiro, não é mais banqueiro, se investia 1,5% do PIB para se dar à saúde que o sistema bancário brasileiro tem hoje. A Argentina perdeu 12% do PIB, a Venezuela 14% do PIB, o México 17% do PIB, porque não souberam fazer o PROER, enfim.

Mas muito bem, eu vejo que nós temos uma crise fiscal armada, eu tenho muito medo de que o não reconhecimento da crise agora plante as bases para uma crise depois da crise, ou seja, quando a crise dos outros acabar começaria uma nossa em função dessa tentativa de dizer que não tem crise, porque a crise quando é diagnosticada erradamente os remédios vem errados, e aí gera novas doenças, enfim.

Eu estou, por exemplo, estarrecido com alguns fatos, Presidente Garibaldi, essa interferência na constituição da Embraer, parece até que nós temos... É bom porque essa é uma reunião técnica, eu rejeito essa política do bonzinho contra a mauzinho, mas essa história de se dizer: "Estou defendendo o emprego, porque não quero que a Embraer demita 800 mil empregados no Brasil de novembro para cá". Aí o Presidente implica com a Embraer. É hora de parar de brincar com uma empresa importante como a Embraer, é hora de parar de brincar, isso é brincadeira de mau gosto.

O Tribunal de São Paulo não está no século passado, ele está no século passado, sim, mas na época da "carta dei lavoro"(F) do Mussolini, é uma obra muito ruim essa intromissão nos negócios de uma empresa privada. Aliás, a outra intromissão que eles fez nas coisas do País, foi aquele prédio do juiz Nicolau que foi de em fausta memória(F), enfim.

A Embraer fica paquerando quem sai do ITA, os melhores cérebros, contrata antes de completarem o curso, investe dinheiro, gasta dinheiro. E no final das contas a Embraer é obrigada a demitir por que quer? Por sadismo? Isso é uma coisa para ser decidida com bandeira vermelha da CUT que, de repente, voltou a se agitar e estava tão mansa ao longo de tantos momentos do governo do Presidente Lula. Isso é hora para isso? Obviamente que não, obviamente que não tem o menor sentido essa intromissão. Isso está fazendo, uma empresa como a nossa, perder ímpeto, perder peso e perder densidade para competir com a Airbus, para competir com a Bombardier. Quem sabe a ideia boa fosse negociar com as empresas aéreas brasileiras, elas passarem a comprar aviões da Embraer que está em condições de servir a todas elas, enfim.

O que eu quero dizer com isso? O jogo da demagogia devia acabar porque não ajuda, não resolve. O Presidente Lula tem um exemplo à frente dele que é o exemplo do primeiro-ministro, o Ministro Churchill da Inglaterra, ele salvou a Inglaterra dos nazistas. Isso lhe custou tantos preços de popularidades que quando ele foi disputar a reeleição dele de deputado no condado da Inglaterra ele perdeu a eleição lá para um qualquer, esse qualquer eu não sei, ninguém sabe, o Senador Pedro Simon [ininteligível], ninguém sabe, nenhum assessor seu sabe. A Dra. Maria Fernanda que é a melhor comunicadora do governo depois do Presidente Lula, não sabe, ninguém sabe. Quem é o coitado que ganhou a eleição do Churchill, do Churchill nós sabemos quem ele é.

Então, é hora do Presidente perceber que ele é presidente de um país, e tem que liderar o país, ele não é candidato a miss simpatia de concurso de miss Brasil, ele é simplesmente o líder deste País, e líder tem que botar a canela no jogo - ele gosta de futebol -, tem que se arriscar, tem que perder popularidade quando for necessário. O diagnóstico errado da crise leva a nós prolongarmos a agonia que o povo brasilei-

ro começa a perceber, enfim. Eu, então, vejo que nós temos que olhar alguns fatos.

Eu vim mais para fazer esse diagnóstico, e fico muito feliz de vê-los aqui. Não pude ouvir a exposição do Dr. Lima Neto, mas ouvi a exposição que é bastante clara, da Dra. Maria Fernanda. E eu tenho aqui algumas perguntas a fazer a ambos. O nosso Presidente Lula, muitas vezes, ele faz oposição ao governo dele, e eu sinto... Eu sei uma pessoa grande. Eu, um dia, li no jornal de que ele queria me derrotar na eleição. Não é candidato contra mim, de repente, me derrotar através de terceiros é porque ele é o super-homem e eu o super-neném, super-titica, talvez seja isso, enfim, pode ser que isso aconteça, enfim. Mas eu nunca me elegi para mandato de 16 anos e nem de 34 anos, eu não sou o Chaves. Elegi-me com mandato de oito anos que eu quero cumprir na inteireza.

Então, o Presidente Lula faz oposição... Eu sou líder de partido de oposição, ele faz oposição ao governo dele, às vezes. Aí eu digo: "Será que ao invés de me derrotar" que seria uma coisa mesquinha, "Ele não quer tomar o meu emprego de líder de um partido de oposição?" Porque quando ele faz oposição a ele eu fico sem ter o que dizer. Essa coisa do *spread*, ele reclama, reclama, reclama, e têm tantas razões técnicas que impedem o *spread* de baixar que eu pergunto: "Por que então que nos bancos deles, nos bancos oficiais não baixam o *spread* para os níveis idéias do Presidente Lula? Por que é que são parecidos com os *spreads* dos bancos particulares?" Enfim. Eu sei que a resposta será técnica. A outra é uma opinião que eu peço ao senhor e a senhora que me deem ao PROER. Não falem mal porque podem perder o emprego, porque o Presidente elogiou o PROER para o Bush, mas respondam do jeito que acharem que deve, quem sabe até perdendo o emprego, enfim. Agora pergunto à Dra. Maria Fernanda duas coisas mais: acredita mesmo que o governo no seu nível de capacidade gerencial levando em conta o que ele fez, sobretudo, o que não fez no PAC, ele é capaz de construir um milhão de casas populares em 19 meses? Ele que no restante não construiu praticamente nada? E segundo, outra pergunta é mais amena. A senhora vai com o Senador Suplicy a Santo Antonio do Pinhal?

[risos].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Um dia vai.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria perguntar, pedir autorização aos senhores. Têm mais dois senadores inscritos, a Senadora Rosalba Ciarlini e o Senador Wellington Salgado. Eu poderia dar a palavra em seguida a eles. Por favor, Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, presidente Senador Francisco Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu estava pensando em responder em conjunto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente do Banco do Brasil, Dr. Lima Neto, Presidente Garibaldi, Dra. Maria Fernanda. É uma alegria muito grande está aqui com você, ainda mais para como mulher eu me sinto muito fortalecida, vendo uma mulher aqui debatendo economia, falando em questões que, na realidade, os meus conhecimentos são muito, digamos assim, diminutos, porque a minha questão é muito mais... A minha formação é muito mais na área médica, apesar de ter tido experiência como administradora, prefeita, tive a oportunidade de trabalhar bastante com a Caixa dentro da sua visão social, e tive também a oportunidade, de recentemente, estar com o Dr. Lima Neto num encontro lá em Natal, onde nós numa pequena grande obra com o apoio do Banco do Brasil, pequenos empresários do artesanato através do financiamento do Banco do Brasil estavam tendo a oportunidade de ter cada qual a sua lojinha.

Então, é exatamente com esta visão muito mais do social que eu gostaria aqui de fazer algumas colocações e também algumas interrogações. A crise que nós sabemos que é mais do que clara, verdadeira, ela está aí, os seus reflexos já estamos sentindo, ela, inegavelmente, vai atingir a todos, até agora as notícias são muito mais de apoio, vamos dizer assim, de compensações a grandes empresas, a bancos. Mas nós sabemos que ela está começando a desempregar, e começando a desempregar começam as questões sociais a serem ampliadas.

Eu gostaria de saber com relação a atividades que são pequenas e, muitas vezes, passam sem muita repercussão, mas que são geradoras de emprego e renda neste País, que são exatamente os pequenos e micro empresários deste Brasil que geram milhares e milhares, milhões de empregos diretos e indiretos, se existe, além, do que os programas que já existiam dentro de uma normalidade se já está sendo tratado, se já existe algo a ser anunciado que dê um apoio maior a que esses pequenos possam ser apoiados nas suas atividades com crédito fácil, rápido, que dê condições à manutenção das suas atividades para que o desemprego não seja ainda maior no nosso País. E atividades que eu falei pequenas, muitas vezes, elas se transformam em atividades grandiosas para o nosso País que é um grande vilão para gerar emprego e renda que é a questão do turismo. Nós sabemos que o turismo está presente na atividade econômica do nosso País, gerando emprego para milhões de brasi-

leiros, no Nordeste é fundamental, no meu Estado é importantíssimo, na cidade de Natal ainda maior, que é a nossa capital. Aproveito, inclusive, para quem ainda não conhece, conhecer porque é linda, e vocês vão gostar bastante do calor e do calor humano de todos nós potiguares.

Mas essa atividade também está sofrendo já os efeitos da crise e, principalmente, o turismo internacional que reduziu. Há uma ampliação, se fala que os números do turismo interno aumentam, mas à proporção que o desemprego for crescente ela vai também reduzir. Então, eu gostaria de saber se existe já algum estudo, alguma análise, algum incentivo, algum apoio para também essas atividades, as pessoas poderem continuar a caminhar pelo nosso País e, ao mesmo tempo, manter vivas essas atividades. Porque a preocupação aqui não é... Ontem eu estava em Curitiba num encontro dos Conselhos Municipais de Assistência Social e já muitas questões dessa área foram levantadas no contato, porque eu sou muito de conversar com as pessoas, Secretários Municipais de todo o Brasil, ouvi muito; passei horas e horas lá conversando, ouvindo das dificuldades, das preocupações já com as questões sociais no orçamento que isso aqui foi cortado violentamente, que, provavelmente, a partir de julho os recursos já vão ser menores, mas fica sempre se dizendo: "Mas vai aumentar a Bolsa Família". Mas não é isso que nós queremos, que o desemprego aumente, que cheguem as pessoas à condição de ter que aumentar a Bolsa Família, nós queremos é que existam condições das pessoas se emanciparem, das pessoas terem condições dignamente de poder sair dessa condição de miserabilidade. Então, é isso que eu queria colocar, essa preocupação, com os pequenos, com o micro, com o turismo, com as atividades de serviços que realmente, com certeza, já devem estar sendo atingidas.

E eu acredito que como o Senador Antonio Carlos aqui colocou com muita propriedade, com conhecimento, o Senador Tasso; todos que anteriormente aqui se colocaram, conhecendo, sendo "expert" na parte da economia, eles já deram sugestões importantes que possam potencializar aqui com reduções de juro, com uma série de implementos que se faça na economia, possam os bancos, que é do povo brasileiro, que é dinheiro nosso para o trabalhador e que tenha uma importância muito maior no social possam realmente chegar para atendimento a essas questões.

Era isso que eu queria colocar e agradecer a atenção dos senhores, e também dizer o quanto é importante que estejam aqui para que a gente possa tirar dúvidas. Infelizmente eu não pude chegar no início da reunião para ouvir detalhadamente a apresentação dos senhores. Eu estou levando aqui o material para ver em casa, ou da viagem que farei ainda hoje. Mas quero agradecer e deixar aqui as nossas preocupações. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado pela sua participação. Com a participação o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente Garibaldi, Senador Francisco Dornelles, demais Senadores, eu como cheguei atrasado não tenho... Estava atendendo no gabinete e não tenho muito direito de... Quer dizer, tenho o direito de questionar, mas eu acho que as respostas que virão, com certeza, irão me atender.

Com relação... O Senador Arthur Virgílio é sempre polêmico e eu sempre digo que o Senador Arthur Virgílio não é um Senador na Amazônia, é um Senador do Brasil, o mesmo nível de Senador que chegou também o Senador Pedro Simon, sem querer desmerecer os demais senadores. E, às vezes, mas eu acho que ele, às vezes, extrapola um pouco, porque nós vimos o posicionamento do ano passado, onde V. Exa. colocou várias vezes que o Brasil não cresceria a um determinado índice de crescimento, ele passou do índice que V. Exa. falou que o Brasil cresceria. E eu acho que isso também é muito difícil para gente saber o que é que vai acontecer amanhã. Estamos vivendo um momento difícil. Momento que o Brasil não tem culpa, nem o Presidente Lula, nem o PSDB, nem PMDB, nem ninguém, esse problema veio de fora para dentro. Está afetando Minas tremendamente, porque é um Estado exportador de minério, de commodities, estamos sofrendo bastante com o desemprego, diminuição de arrecadação, onde nós temos um governador do partido de V. Exa. que está no partido de V. Exa., mas para mim é geneticamente PMDBista, então uma hora ele vai voltar às origens. Não tem jeito.

Agora uma questão que me aflige bastante, e como Senador da República eu fico sempre muito curioso de perguntar, e vou aproveitar esse momento, porque eu acho que aqui é o momento. Eu tenho visto que o governo tem agido... Qual é o grande problema que nós temos? O problema de crédito. Alguns bancos pequenos emprestam em longo prazo, e, de repente, essa fonte de recurso está cobrando esse recurso mais rápido do que o que eles emprestaram, consequentemente, eles não têm caixa para pagar o empréstimo, já que procuraram recurso lá fora.

Eu tenho notado que os bancos oficiais, o governo tem usado uma estratégia diferente de que outros governos usaram. O que é que os outros faziam? Pegavam o dinheiro e iam diretamente naquelas institui-

ções e aplicavam. Eu sinto... Se eu estiver errado, os senhores me corrijam. Eu sinto que o governo utiliza o dinheiro da Caixa e do Banco do Brasil para, de repente, comprar recebíveis de outros bancos, só que corretamente, no meu posicionamento, para que não ocorra um risco sistêmico, ele não diz de quem está comprando esses créditos, consequentemente, também não diz qual é a taxa de deságio desses créditos, isso poderá levar a um dia a saber o seguinte: essa taxa de deságio com que o banco está comprando é uma taxa atrativa em nível de mercado nesse momento ou não. E, consequentemente, como isso será questionado no futuro, num futuro poderá se falar se isso é uma taxa de atratividade correta ou não nesse momento. Eu sinto que isso poderá ocasionar, se o Senador Dornelles achar que eu estiver errado, me corrija, eu acho que isso poderá ocasionar questões jurídicas no futuro. Não sei se com a Caixa porque tem uma administração diferente ou o Banco do Brasil também. Mas eu gostaria de saber como está sendo blindada essa operação para que essa diretoria não tenha questionamentos futuros sobre taxa de atratividade nesse momento, taxa de deságio, se é compatível, será que a taxa que foi emprestada é maior do que a taxa que os senhores estão comprando, de quem são os bancos, se é correto não identificar qual é o banco, já que poderia ocorrer um saque, uma correria para saque. E uma vez eu ouvi uma frase de um grande banqueiro, não sei se foi o Amador Aguiar, foi o único amador que deu certo. Ele falava que a diferença entre um banco forte e um banco fraco quando todo mundo resolve sacar é que o banco forte quebra cinco minutos depois, porque ele não tem o recurso disponível.

Então, era só essa a minha pergunta. Se realmente o que eu falei está correto ou não, e se existe uma blindagem jurídica para que não ocorra isso no futuro, se, de repente, eu não sei, eu sei que o governo que vai ganhar, consequentemente, vai ser uma continuidade desse governo, Dilma Rousseff, mas sei lá, se acontece alguma outra coisa e pode mudar a linha de pensamento, e pode acontecer...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É claro, pode ser alguém do PMDB. Desculpe, Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Vou dar essa fita para o Aécio, vou entregar para o Aécio essa fita.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Vou pedir aos senhores. A presidente da Caixa havia um compromisso dela permanecer aqui até a 5h, de modo que já são 6h, de modo que eu queria...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu serei rápido, Sr. Presidente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, é rápido. É só porque eu esqueci de colocar essa interrogação aqui, é com relação à construção das casas. O sistema que está sendo pensado para um milhão de casas vai ser descentralizado diretamente de recursos para o município será formado algum conselho municipal que possa agilizar essas questões? Porque se for ter que fazer aquele sistema burocrático de vir aqui e depois procurar o Estado, termina o ano e termina o segundo ano, e as casas não começam, porque a senhora é testemunha que muitos desses exemplos nós temos na Caixa de programas que são feitos com o Governo do Estado que fica numa dependência da parte que precisa ser da contrapartida que não chega, e os municípios, muitas vezes, se prejudicam quando poderiam...

Eu tenho certeza, com a experiência que tenho que diretamente com os municípios haverá condições de se construir mais casas e de resolver o problema local. Porque lá tem pequenas empresas que estão quebrando, muitos trabalhadores desempregados, e o dinheiro ficará circulando, com certeza, dentro da cidade, porque, muitas vezes, esses programas quando são anunciados e feito a licitação mas ampla, são grandes empresas que vão ser beneficiadas gerando recursos que poderiam permanecer em maior volume nas cidades, eles, muitas vezes, vão para as cidades maiores onde as empresas têm sede. Era isso que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado por sua intervenção.

Com a palavra o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Francisco Dornelles, Presidente Garibaldi, Presidente Antonio Lima Neto, D. Maria Fernanda. Eu queria pedir escusas, eu também não estive presente nas exposições, mas este é um assunto recorrente. Todos nós aqui no Senado e do País sabemos que a primeira questão dessa crise foi uma questão de confiança, depois veio a questão do crédito, e hoje a gente discute muito a questão do emprego.

Eu ouvi atentamente, quando estava chegando a Presidente Maria Fernanda falando do volume de crédito direcionado para as pequenas empresas. Nós sabemos que os bancos oficiais: o BNDS, o Banco do Brasil, Caixa Econômica foi feito um esforço enorme, pelo menos, foi revelado de recursos que seriam destinados a esses pequenos negócios. Quando ocorre

uma demissão de uma grande empresa, 400, 2 mil, isso é largamente noticiado e comentado como sendo uma grande dificuldade. Agora no percentual de volume, no percentual de pequenas empresas, médios negócios que tem no Brasil, se cada uma delas demitir diariamente um ou dois, ou por mês ou ano, isso vai representar muitas Embraers, muitas grandes empresas. E necessário que a gente tenha um tratamento diferenciado, que a gente fixe esse tratamento diferenciado para os pequenos negócios, para as micro e pequenas empresas.

Ainda ontem o governo americano discutia essa matéria e estipulava percentuais de emprego ou de destinado, de emprego, não, de recursos destinados aos pequenos negócios e criava mecanismos de fiscalização, para ver se, de fato, esses recursos estão sendo direcionados aos pequenos negócios. No Brasil a gente vê muito noticiário, mas vimos aqui várias explanações, eu não vou ser repetitivo, de que esses recursos não estão chegando aos pequenos negócios. É preciso que se estabeleçam percentuais de aplicação e mecanismos de acompanhamento porque, senão isso poderá significar muitas Embraers no volume de demissões que vão ocorrer nos pequenos negócios que ainda não foram atingidos sistematicamente, mas, certamente, o serão se essa crise recrudescer, porque a crise é de empregos. E na minha visão uma das formas de mantermos os empregos é irrigando esses pequenos negócios, é facilitando o acesso ao crédito para a respectiva manutenção dos negócios e, consequentemente, dos empregos.

E esse um questionamento apenas que eu faço, de nós criarmos nos bancos oficiais linhas de créditos percentuais estipulados, mas também mecanismos de fiscalização para ver se, de fato, esses recursos estão chegando à ponta, porque o que nós vimos aqui e assistimos foram Senadores de vários Estados fazendo as afirmações de que esses recursos, esses créditos não estão chegando aos pequenos negócios.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Para encerrar aqui dou a palavra ao Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu tenho duas perguntas, duas dúvidas que eu vou apresentar rapidamente. A primeira ao Dr. Antonio Lima Neto, Presidente do Banco do Brasil.

Eu tenho uma informação que há no Banco do Brasil operações com rentabilidade negativa, que obriga o banco a remunerar o *spread* das demais operações de uma forma mais alta para compensar aquelas operações negativas, ou seja, uma espécie de subsídio cruzado de juros. E para a Dra. Fernanda. O FGTS tem apresentado rentabilidade negativa nos últimos anos. O governo está estudando alguma alternativa em termos de mudança na sistemática de remuneração em benefício dos trabalhadores?

E agradecer, Presidente Francisco Dornelles, agradecer a participação tanto do Presidente do Banco do Brasil, como da Presidente da Caixa que estão respondendo a todas as perguntas, e trazendo subsídios para que nós possamos examinar as soluções para essa grave crise financeira mundial.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Obrigado, Presidente.

Com a palavra o também Presidente Antonio Francisco de Lima Neto.

SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE LIMA NETO: Muito obrigado.

Vamos percorrer aqui um conjunto de observações feitas e dúvidas que eu acho que é importante nós esclarecermos.

O Senador Jayme Campos colocou a questão dos frigoríficos. Eu amplio a sua questão, Senador, muito bem colocada para a indústria de proteína animal, eu coloco aí suínos, frangos, e como o senhor, muito bem colocou, a questão dos frigoríficos. Sendo bem franco, no caso do Banco do Brasil a resposta é não. Nós não temos contigenciado ou limitado crédito a esse setor. Nós temos uma exposição interessante nesse setor e vem muito, digamos, da nossa vocação, porque como no caso da produção de frangos e suínos como exemplos integrados à empresa âncora, nós temos duas ou três grandes empresas âncoras no País, você tem uma cadeia de pequenos produtores que tem muito a ver com a questão de agricultura familiar, e que nós temos uma presença importante.

Reconheço que notícias públicas e daquilo que nós conhecemos, de fato, por questões exógenas a essas empresas, questão de queda lá fora, queda da falta... Total ausência para alguns mercados de cartas de crédito a ser tomada por importadores lá fora para que os nossos exportadores pudessem exportar. Acabaram por conta de crises bancárias lá no exterior. Mas nós temos mantido o nível de ACC e ACE para os frigoríficos e a indústria no geral de proteína animal. Eu gostaria de afirmar. E temos, digamos, coletado dados, informações e contribuído no debate do governo naquilo que pode ser feito adicionalmente para trazer algum alívio para essa cadeia, que eu acho e entendo de extrema importância.

O Senador Antonio Carlos colocou uma ponderação a respeito da questão das pessoas físicas. Uma leitura que eu tenho, Senador, de fato o senhor está correto na sua ponderação, porque a pessoa física você tem, ao banco de varejo, e aí não importa o tamanho, mas ao banco de varejo a escolha que ele faz é: eu

quero estar ou não estar em determinado segmento de pessoa física. Se a resposta é: "Eu quero estar". A que preço? Então, como exemplo um banco que financia motos usadas ele quer estar desde que o preço compense. Um banco que financia consignado, no caso do Banco do Brasil: "Eu quero estar". "Por quê?" Porque é uma linha de crédito barata compatível com o jeito de ser do Banco do Brasil que opera muito com servidor público, e tem hoje 18 bilhões de consignados, e começou do zero em 2006.

Então, de fato, a questão do *spread* na pessoa física você tem que ter instrumentos indutores da competição, porque se deixar, digamos, pela mão invisível, se o banco escolher estar no segmento ele vai cobrar taxa que ele acha adequada aquilo lá ponderado o risco. A sua ponderação é correta. E fica, voltamos, digamos, à mensagem inicial, as medidas estruturantes para estimular competição, e aí voltamos à questão do cadastro positivo que é um item importante.

O Senador Pedro Simon. Senador, o senhor me pediu um esclarecimento e dois dados. Um dado eu tenho como conceito, mas não como, digamos, numérico e posso lhe enviar, assumo o compromisso de lhe enviar.

Da liberação dos compulsórios que foram feitos de setembro para cá, eles tiveram uma liberação bastante direcionada. Elas foram direcionadas para aquisição de CDs de bancos pequenos que estavam precisando para compra de carteira, quer dizer, isso não influenciou naquilo que se convenciona *spread* à pessoa física. Basicamente, eram estímulos de operações interbancárias para desempossar a liquidez que foi um problema até colocado aqui por um dos senhores.

Mas no que diz respeito à composição da receita do Banco do Brasil vis-à-vis o que significa o cheque especial e outras linhas, eu não tenho aqui e me comprometo a enviar para o senhor, tão logo quanto possível, voltando ao banco já providencio e, pessoalmente, venho lhe entregar, lhe mostrar as lâminas.

No que diz respeito ao Banrisul, Senador, não existe da parte do Banco do Brasil, e afirmo de uma maneira bem franca, nenhuma conversa ou interesse organizado em adquirir aquela instituição. Respeitamos muito o Banrisul. Vai o testemunho que é uma excelente operação bancária. Os gaúchos estão de parabéns no que diz respeito ao seu banco estadual, mas nós não temos e nem desenvolvemos nenhuma conversa organizada a esse respeito.

No que diz respeito à questão Nossa Caixa, o que nos moveu na Nossa Caixa foi tão somente, e tivemos apoio do nosso acionista majoritário, foi tão somente uma questão de estratégia para o Banco do Brasil. O Banco do Brasil no Estado de São Paulo era o quarto banco, pasmem os senhores, o maior banco deste País, o Banco do Brasil, era no Estado do São Paulo, o quarto banco. A diferença de agências do Banco do Brasil para o bloco de liderança de agências é da ordem de 500 a 600 agências. Então o Banco Nossa Caixa para o Banco do Brasil se apresentou como uma excelente oportunidade de se tornar líder no Estado de São Paulo, levando para o Estado de São Paulo, aproveitando a distribuição da Nossa Caixa que é uma excelente distribuição levando o padrão Banco do Brasil de operação bancária que foi excelente para os dois lados e do lado do Banco do Brasil o que nos moveu foi tão somente uma estratégia de expansão. E lhe afirmo isso com toda transparência, convicção e franqueza.

No que diz respeito, Senador Arthur Virgílio, o senhor colocou a questão do PROER. Falando pelo Banco do Brasil, eu entendo o PROER como um capítulo importante num filme de excelente gestão dos bancos públicos, quer seja estadual, quer seja banco federal no caso, especificamente, o Banco do Brasil. Vale dizer, o PROER veio num contexto de federalização de bancos, de consolidação das dívidas dos Municípios, dos Estados, e o próprio Banco do Brasil se beneficiou do capítulo PROES, não do PROER recebendo naquele momento 6 bilhões de reais, duas capitalizações e 6 bilhões de um processo que se concluiu em 2001 quando nós transferimos para a União as dívidas organizadas do setor rural que já vinham de algum tempo.

E aí eu entendo como um capítulo de um filme bem-sucedido, porque de lá esse filme evolui também, quer dizer, o sócio majoritário anterior e o sócio majoritário atual nós tivemos brilhantes, digamos, considerações a respeito do Banco do Brasil. O sócio majoritário atual deu passos importantes no Banco do Brasil. Nós fomos ao novo mercado. Hoje nós temos 21% das nossas ações em mãos de acionistas majoritários que não o bloco de controle, não estou falando de BNDS, não estou de Previ, não estou falando de Tesouro. Nós temos de brasileiros e acionistas estrangeiros 21% das nossas ações, e o novo mercado só foi possível por conta de compromisso do atual acionista majoritário. Então, eu entendo o PROER como uma boa solução, uma excelente solução, bastante engenhosa; mas devemos acrescentar também que o capítulo inicial PROER, mas o filme subseqüente também veio, digamos, blindar a gestão dos bancos públicos federais, para, de fato, termos hoje bancos bem capitalizados e nessa mesa debatendo com os senhores o papel dos bancos públicos como agentes de políticas contracíclicas.

O Senador Wellington Salgado... Eu estou pulando as ponderações todas tomadas em boa nota, a questionamentos aqui. Senadores Wellington Salgado, eu quero lhe afirmar e com toda transparência e franqueza também, e é meu compromisso fazer isso e não poderia ser de outra forma, que as aquisições de carteira que nós fizemos, elas nos moveram também por uma questão estratégica. Compramos bons ativos, que estavam até então originados por bancos pequenos e médios a preços adequados. Em nenhum momento nós praticamos preços aviltantes, praticando preços abaixo do que captamos ou abaixo de nosso custo de oportunidade que é a Selic, a taxa colocada pelo Banco Central. O senhor pode ficar absolutamente tranqüilo, dou esse testemunho até porque nossos dever de diligência é fazer negócios razoáveis dentro do interesse da companhia. Então, ao acionista majoritário total tranquilidade nesse negócio e o acionista minoritário também fizemos com toda segurança e a preço adequado.

Senador Garibaldi, nós não temos no Banco do Brasil, nós não temos nenhuma linha de crédito ou linha de negócio com rentabilidade negativa. Até não podemos ter. O que nós temos são linhas de negócios com rentabilidade distinta, que é diferente. Nós não temos rentabilidade negativa, e sabemos que a rentabilidade adequada da agricultura familiar tem que ser algo menor do que uma rentabilidade de varejo urbano. Isso está claro, é natural, é do negócio bancário, é do negócio daquela realidade de agricultura familiar, a questão do microcrédito e, assim sucessivamente. Vale dizer, também nós não temos no Banco do Brasil nenhuma agência deficitária, nós temos agências com rentabilidades compatíveis à realidade onde elas atuam. Uma agência numa dura realidade numa região de baixo IDH do interior nordestino, ou no Vale do Jequitinhonha, ou do Vale no Mucuri no norte de Minas Gerais, todas elas têm uma rentabilidade adequada, o que é diferente de uma rentabilidade de um bairro com alta renda per capta de São Paulo. Mas nunca uma rentabilidade, nunca um resultado negativo.

Senador Adelmir Santana, o senhor como, enfim, profundo conhecedor das questões envolvendo os micro e pequenos empresários, o compromisso dos bancos públicos não poderia ser diferente do Banco do Brasil, é de crescer. Temos crescido. Os números da carteira de 240 bilhões de ativos, 40bi, é mais de 40bi, isso é dedicado a micro e pequena empresa. E de setembro para cá temos crescido, crescido a uma velocidade maior do que a velocidade da carteira como todo.

Eu acho que a questão, uma leitura a ser aprofundada, eu acho que o fato crítico do sucesso na micro e pequena empresa é aprofundar as linhas existentes. Ao abrir novas frentes eu acho que leva um tempo de amadurecimento, de tocar essa linha nova, eu acho que nós temos é que radicalizar, digamos, nas linhas existentes que elas são bastante efetivas, o PROGER, o BB Giro Rápido que o senhor conhece muito bem lá no Banco do Brasil, que o micro e o pequeno empreendedor pode sacar do seu computador lá na sua pequena empresa.

Então, é isso que eu queria, digamos, esclarecer, ponderar, afirmar e tirar algumas dúvidas nas colocações que os senhores e senhoras fizeram. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Presidente Antonio Francisco.

Passo a palavra a nossa Presidente Maria Fernanda.

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: Agradecer, então a intervenção dos Senadores Jayme Campos, Senador Antonio Carlos, Senador Pedro Simon, Senador Arthur Virgílio, Senadora Rosalba, Senador Wellington Salgado, Senador Adelmir Santana e Senador Garibaldi Alves.

Eu vou pedir licença para inverter um pouco a lógica da resposta, porque alguns comentários convergem, e eu vou deixar o tema do lançamento do Programa de um milhão de casas ao final, porque eu acho que facilita a seqüência das respostas.

Eu acho que o Senador Garibaldi trouxe a questão do Fundo de Garantia. É importante dizer, Senador, nós recebemos uma pauta com esse tema das centrais dos trabalhadores, mas é bom que se diga, o Senador Francisco Dornelles acompanhou isso muito bem, conhece profundamente. A TR corrige não só as contas dos trabalhadores, mas corrige todos os contratos que existem com esse indexador, notadamente, todos os contratos habitacionais que são feitos com recursos do Fundo de Garantia também tem esse indexador. Então é importante que neste debate nós estejamos todos atentos que ao mexer na taxa para melhorar, vamos dizer assim, para tornar mais atrativa a remuneração dos trabalhadores nas contas do Fundo de Garantia, nós vamos, obrigatoriamente, ter que trabalhar também junto aos mais de 2 milhões, hoje, de clientes que têm operações na área habitacional com esse indexador. Então, eu diria que é uma discussão que precisa ser feita com muita prudência, com muita maturidade, com muita avaliação do impacto porque o impacto não é só do lado das contas dos trabalhadores, mas também da garantia que os trabalhadores têm com que recursos do Fundo de Garantia eles têm acesso à casa própria. Que essa é uma observação pertinente.

O Senador Adelmir e a Senadora Rosalba trouxeram uma preocupação que é comum a todos nós, a preocupação com micro empresário, com pequeno empresário, com a garantia que esse setor tenha acesso ao crédito. Posso garantir para ambos, notadamente, na Caixa o setor de turismo tem uma importância enorme. Cheguei a receber, inclusive, com o Senador Garibaldi uma delegação muito importante que fez exatamente uma exposição do trabalho intenso que é feito no seu Estado, no que se refere ao setor.

A Caixa elegeu alguns nichos, vamos dizer assim, prioritários de atuação. A construção civil, até por uma questão, vamos dizer assim, da própria história da Caixa, mas o setor de turismo tem uma importância enorme. Os dados até foram apresentados. Eu li recentemente essa semana pelo Ministro do Turismo, foi um dos setores que cresceu no País, graças ao estímulo que tem havido por parte das instituições.

Então, eu poderia dizer que é preocupação, é foco da Caixa. Eu concordo com o Presidente Lima Neto, nesse momento você pensar, talvez, novas linhas seja mais difícil, melhor otimizar as que nós já temos, melhorar o processo da concessão de que o empresário possa ter acesso a esse crédito, e, principalmente, eu acho que o tema que o senhor traz que é um tema importante que é exatamente mecanismos de fiscalização. Eu acho que nós já temos e podemos, cada vez mais, tornar transparentes esses dados, essas informações. Como eu disse aqui anteriormente, 95% de todo o nosso cliente é micro e pequena empresa, quase 70% do nosso recurso é destinado a segmento. Então, eu acho que é isso que a gente deve, de forma permanente, trazer, trazer ao conhecimento dos senhores, trazer essa informação a público para que demonstre o compromisso das instituições, notadamente, da Caixa, instituições públicas, Caixa, Banco do Brasil e BNDS com o segmento da micro e da pequena empresa.

Eu acredito também do ponto de vista da observação que o Senador Antonio Carlos fez, eu acho que o Presidente Lima Neto foi muito feliz na resposta. Eu queria apenas fazer um comentário em relação à questão tributária, que o senhor levantou a questão dos impostos. É importante dizer que eles não afetam de uma forma linear todos os produtos. Então--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMBA): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: Isso. Então, é importante que a gente tenha isso claro, porque senão se cria uma expectativa que--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMBA): Mas isso é muito mais, segundo as operações livres. No Brasil direcionada normalmente elas não têm.

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: E mesmo na livre, se você tem produtos diferenciados pode criar uma expectativa que se eu mexer num determinado tributo eu vou ter o mesmo impacto em todas elas, de fato, não há. Então, no demais eu acho que o senhor trouxe a observação pertinente.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMBA): Foi correto o seu comentário. Inclusive, no início eu fiz até uma diferença entre os *spreads* das operações de recursos direcionados com os *spreads* das operações de recursos livres.

SRA. MARIA FERNANDA RAMOS COELHO: Isso.

O Senador Pedro Simon também trouxe a observação da questão do *spread* bancário, a nossa receita... Se eu entendi, o senhor perguntou também, o impacto da nossa receita no que se refere ao cheque especial e ao cartão, ela vai de 4,3% a 7,7%, isso com os dados consolidados nossos em dezembro de 2008.

Eu acredito o seguinte. Eu acredito que nós, em relação à crise, eu acho que em relação à crise eu acho que eu poderia dizer duas coisas e poderia falar um pouco do compromisso da Caixa, do compromisso dos bancos públicos no que refere a essa resposta. Aliás, antes o Senador Wellington Salgado trouxe a questão da sua preocupação em relação às taxas, aquisição das carteiras. É importante dizer, Senador, essa é uma operação bancária, ela se enquadra nos mesmos trâmites das demais operações que a instituição faz. Compõe uma estratégia do banco, da instituição, porque, por exemplo, para a Caixa nos permite trabalhar em alguns segmentos nos quais nós ainda não temos experiência. Isso permite que a instituição conheça melhor o segmento e traga experiência. Mas é importante que se esclareça toda operação passa pelo mesmo trâmite de análise do risco da precificação de todos os trâmites de governança da instituição. Então, não existe perigo de daqui a dois anos, alguém, vamos dizer assim, querer levantar que essa operação não deu retorno. Não, essa operação passa assim como qualquer outra operação de crédito, feita pela instituição, ela passa por todos os trâmites de análise e precificação, e de que esse resultado tenha rentabilidade e tenha segurança para a instituição. Então, desse ponto de vista o senhor pode ter tranquilidade e a segurança nesse sentido.

Eu acho que do ponto de vista da crise, vejam, a Caixa, assim como o governo, essa crise, sem dúvida, depois da de 29 nós temos uma crise de uma amplitude, de uma magnitude que eu acredito que nenhum de nós esperávamos desse porte. Eu acho que o Brasil, a crise

pegou o País numa situação que é, de fato, com dois itens que eu queria ressaltar aqui. Primeiro a partir de 2003 nós termos um mercado de consumo interno, o que nos permitiu, de fato, ter uma condição diferenciada, nós passamos a depender menos da nossa relação externa e foi criado um mercado de massas aqui que permitiu mais de 20 milhões de pessoas ascenderem das classes D e E para a classe C. Então, eu acho que esse é um elemento. O segundo elemento, vejam, que eu considero da maior importância e da maior relevância, é a garantia que o Presidente Lula trouxe, a garantia que o Governo Federal trouxe da manutenção dos investimentos públicos, notadamente, pela Caixa, o Programa de Aceleração do Crescimento com os investimentos em saneamento e infra-estrutura, e os investimentos também nos programas de transferência de renda. Então, em nenhum momento houve qualquer tipo de instabilidade no País, de que essas pessoas fossem perder o direito e o acesso aos programas, ao Bolsa Família, não. A primeira coisa que o governo fez foi garantir que os programas existem, e eles continuam a existir por quê? Porque o PAC também trouxe um pouco a inversão de uma lógica de investimentos. Ele deu a condição aos Estados e Municípios de se planejarem. Então, a partir do momento que você tem a garantia desse investimento, permanecem os investimentos nas obras públicas, permanecem as condições de que ao elaborar o projeto, esse projeto sendo aprovado pela Caixa você tem a garantia que o recurso vai ser aplicado. Então eu acredito que a visão que o governo tem é uma visão de continuar a ter os mecanismos de resposta à crise. Agora é fato, se a gente tivesse, infelizmente, não temos, uma condição de saber como responder a uma crise dessa magnitude seria uma coisa extraordinária.

Agora da construção de um milhão de casas populares, vejam só. Eu acho que a Caixa fez o ano passado, nós fizemos quase 600 mil contratos na área habitacional, foram 597 mil contratos. Que significa que no ano 2008 nós tivemos 597 mil pessoas que ou compraram um imóvel novo, ou compraram um imóvel usado, ou tiraram operação de material de construção para construir a sua casa ou fazer a reforma da sua casa.

Então, eu gostaria de dizer que o Presidente vai fazer uma ampla divulgação desse Programa, eu, realmente, não gostaria de, nesse momento, antecipar, até porque não tenho autorização para tal, mais elementos desse Programa. Agora a Caixa está preparada, a Caixa hoje tem 78 mil empregados distribuídos em mais de 2.200 unidades, e a Caixa está preparada para o lançamento de um programa de tal magnitude. Nós capacitamos toda a nossa equipe para operar nesse segmento. Nós tivemos nessa segunda-feira mesmo, nós estamos hoje quarta-feira, segunda-feira, reunidos o Vice-presidente Jorge Hereda com diversos setores da construção civil de 254 itens que havia, nós reduzimos para 54 as especificações técnicas que são exigidas para que a gente possa ter velocidade e celeridade.

Então, eu posso dizer o seguinte: a Caixa está preparada para o programa. É importante dizer que isso não é uma ação apenas do setor público, isso é uma ação do setor público e privado. As construtoras também vão se mobilizar nesse momento para poder viabilizar a construção dessas unidades. Então, para não criar uma expectativa, se ao final dos dezenove meses, o que teremos feito, eu vou me permitir, Excelência, se o senhor me permite, me convidar para vir aqui no final do ano, em dezembro, para dizer o que nós fizemos no ano de 2009. Eu acho que fica mais realista, mais verdadeiro. Muito obrigada.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, para uma réplica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Por favor, Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Perfeitamente.

Dra. Maria Fernanda, algumas observações muito respeitosas às suas ponderações. V. Exa. disse que fica difícil de saber qual o remédio para enfrentar uma crise dessa magnitude. Eu tenho um de efeito psicológico a sugerir, sem nenhuma pretensão de ser dono da verdade, primeiro se falar a verdade diante da crise, se reconhecer que a crise é imensa, não é marolinha, é algo, de fato, avassalador, e a partir daí se poder imaginar qual seria o medicamento justo para debelar o mal. Na minha cabeça é uma reforma fiscal, porque se presume que a crise leva à queda de arrecadação, e se é assim, obviamente, que os gastos correntes que subiram, a meu ver, desmesoradamente(F), nos últimos anos, sempre acima da inflação em termos reais, esses gastos correntes significam, ao contrário do que possa alguém de maneira otimista propalar, significam esses gastos correntes, fixos, crescentes e com previsão de mais crescimento para este ano de crise, há impossibilidade de se avançar em políticas, efetivamente, contracíclicas, do tipo de aumentar os investimentos públicos. Eu entendo que é 1%. O PAC, a meu ver, é um conjunto de obras, 22 obras, 30 obras foram juntadas, muitas já faziam parte dos planos estratégicos de empresas importantes, muito dinheiro estatal na história toda, já faziam parte dos planos, de repente, virou PAC e virou PAC para tudo. E outro dia a minha mulher brigou comigo, e eu disse: “Por favor, vamos fazer o PAC da paciência”. E ela, parece, que sensibilizou. A propaganda é uma coisa muito forte,

ela se sensibilizou e me levou ao cinema. Então eu tenho o remédio, sim, ajuste fiscal forte, não despertar falsas expectativas.

E V. Sa. quando diz que em 2008 fizeram 600 mil contratos entre ampliação, entre casas novas, se pudesse me mandar, talvez não disponha dos dados agora...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sem problema, Presidente. São duas pessoas com emergência, o Senador Suplicy e o Senador Garibaldi, essas duas estão com emergência. Uma na direção do banheiro, porque eu vejo o outro no gabinete. [risos]. Mas, de qualquer maneira, se V. Exa. pudesse me decupar isso, mandar por mera curiosidade intelectual. A que renda se destinaram esses 600 mil contratos? Porque pelo que eu entendi, seriam um milhão e 900 mil casa em dezenove meses destinados à renda baixa, à baixa renda, foi o que eu entendi. Eu gostaria de saber a que renda se destinou esse volume de 900 mil contratos?

No mais é lhe desejar muita sorte e revê-la vai ser sempre um prazer. Aqui em dezembro será ótimo. E eu adoraria que V. Exa. chegasse e dissesse assim: "Olha, Senador, já estamos com um milhão de casas feitas porque..." Eu adoraria. Vou aplaudi-la aqui de pé, enfim. Mas espero que isso aconteça, porque em relação ao PAC o nós vemos é muita propaganda e nós vemos um desencaixe baixo, um nível de realização baixo igualmente. Para mim falta um certo aperto gerencial, nós contamos com uma brutal dificuldade de infra-estrutura no País. E eu procuro distinguir muito bem o que é realidade do que é fantasia. Para mim o Brasil tem uma saída muito clara enfrentar a crise, aceitando a crise. É hora de fazer o ajuste fiscal porque aí, sim, se vai poder baixar juros de maneira conseqüente, e não porque o fulano quer e o beltrano não quer. Mas se baixar juros de maneira conseqüente, aproximando os juros brasileiros dos padrões internacionais. Se não se faz o ajuste fiscal não se pode falar em política contracíclica, porque a grande verdade é que no período da bonança não se fez a poupança, no período da bonança se aumentou o gasto corrente de maneira muito expressiva, na fábula, foi o papel da cigarra que cantou, cantou e no inverno não estava tão bem assim. Outros países podem falar em políticas contracíclicas, o Chile, por exemplo, porque o Chile poupou no período da bonança, e nós sabemos que é, e eu vou dar um palpite. Espero que dessa vez não diga, aqui é um ambiente bom, porque é um ambiente técnico, enfim, não diga: "Ah está torcendo contra". Eu não torço contra, eu torço a favor do país que é o meu país, eu torço muito a favor do Flamengo, sempre ainda que na fase ruim que está.

Agora, vejam bem, eu vejo que nós temos crise, não sei se na mesma intensidade, tomara que não, pelo governo inteiro do Presidente Lula, e talvez por dois anos do próximo governo, e quando voltar à normalidade, porque a situação anterior de tanta bonança não era uma situação normal, essa normalidade voltará em níveis medíocres se comparados com a bonança anormal que nós vivemos nos últimos cinco anos. Isso significará que nós vamos ter que nos adaptar a governos peritos, ou melhor, os governos vão ter que se adaptar à exigência de perícia, não vai ser mais cair do céu, eu tenho sorte, porque não é sorte, não é loteria, não estamos em Las Vegas, é perícia, e perícia exige gerência, exige que se diga: "Eu estou fazendo um milhão de casas em dezenove meses estribada em muita segurança técnica", e isso vai acontecer, não vai acontecer como aquele plano do primeiro emprego, perecia, enfim. Eu lhe desejo muita sorte, porque entendo que quando um país amadurece, e não tem nada a ver quando o meu querido Senador Wellington falou em eleição, e ele ficou indeciso entre o Aécio e a Dilma, enfim, mas eu não vejo nada disso. Eu vejo que o que vai definir o resultado de eleição é a própria definição madura do povo brasileiro, achando que ou faz por fulano ou faz por beltrano a decisão do seu voto. Não há necessidade de se desejar que um país vá mal para se herdar uma terra arrasada, e depois se possibilita o surgimento de um aventureiro. Eu vejo virtudes e vejo defeitos no governo que aí está. Eu vejo a virtude de ter continuado políticas macroeconômicas sensatas que herdou, e vejo defeitos de não ter sabido se preparar para momentos de viriam depois de acabar a bonança, porque a impressão que dava era que era um carnaval que chegava quarta-feira continuava carnaval, quinta-feira carnaval, e aí a gente entrava na quaresma carnaval também. E não é assim, em algum momento pára. Minha previsão, Senador Dornelles, já concluo, peço a V. Exa. um pouquinho de paciência, minha previsão é que, aliás, depois desse tempo todo discutindo se o diretor roubou, se não roubou, eu estou tão feliz de encontrar pessoas que estão discutindo economia com a gente. Aqui está um ambiente, realmente, respirável, enfim, é quase que uma psicanálise. Não me cobra a consulta, mas eu estou me sentindo psicanalisado, enfim. Mas o fato é que virão tempos normais e tempos normais são tempos duros. O mundo terá, por algum tempo, um tempo longo crescimento medíocre, o que não ajudará o Brasil a ter crescimento brilhante. Então, o Brasil tem que cuidar muito da inflação baixa, tem que cuidar muito da sua situação fiscal, tem que cuidar muito de retomar algo que foi

esquecido, que são as reformas estruturais que nos prepararíam muito melhor para a crise que aí está. O Brasil está menos vulnerável do que já esteve para crises internacionais.

Eu digo isso como alguém que tem o dever de fazer as suas observações lhe desejando muita sorte, muito êxito, que V. Exa. realize uma boa gestão, e que volte aqui em dezembro com boas notícias para nós. E me mande o perfil das pessoas que foram beneficiadas pelos empréstimos, porque tudo aquilo que significar empréstimo, contratos para alta renda, para renda média eu, sinceramente, vou torcer um pouco o nariz, eu queria saber para baixa renda o qual percentual disso aí. Vou esperar isso com muita ansiedade, com muito respeito, com expectativa de que a baixa renda foi atendida. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria cumprimentar aqui, em nome do Senador Garibaldi Alves, espero eu que tenha conduzido esta sessão respeitando as diretrizes e o roteiro estabelecido pelo Senador Garibaldi Alves. Cumprimentar aqui os Senadores. E dizer ao Presidente do Banco do Brasil e da Caixa que foi uma honra enorme estar aqui presente para ouvir essa aula que vocês acabaram de dar, e que vai ser da maior importância para os subsídios que nós vamos levantar nesta Comissão de Acompanhamento da Crise.

Muito obrigado a todos vocês.

Sessão encerrada às 18h32.

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, E QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DE EMPREGABILIDADE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10:30 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinqüenta e dois minutos do dia dezenove de março do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Francisco Dornelles e, em seguida, do Senador Delcídio Amaral, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, com a presença dos Senadores Tião Viana, Marcelo Crivella, Gerson Camata, Pedro Simon, Efraim Morais, Adelmir Santana, Jayme Campos, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Flexa Ribeiro, Jefferson Praia e, ainda, do Senador Marco Maciel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Inácio Arruda, César Borges, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, João Tenório, tendo falta justificada em virtude de compromissos assumidos fora de Brasília, Arthur Virgílio, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública sobre o tema "Construção Civil e Indústria", com a presença dos Senhores Antoninho Marmo Trivisan, Coordenador do Comitê de Monitoramento da Crise do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, José Lopes Feijó e Paulo Godoy, Integrantes do Comitê de Monitoramento da Crise do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Paulo Safady Simão, Conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES e Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, e Vicente Mattos, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Tasso Jereissati, Flexa Ribeiro, Jefferson Praia e Gerson Camata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinqüenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Francisco Dornelles,** Presidente da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade – Senador **Delcídio Amaral,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sras. e Srs. Senadores. É uma satisfação muito grande dar início a mais essa Reunião Conjunta da Comissão de Economia e da Comissão de Acompanhamento da Crise, que vai discutir problemas relacionados com a construção civil e a empregabilidade, ou seja, o objetivo nosso é ouvir os representantes do setor privado para que eles nos digam quais são as dificuldades que eles estão encontrando para investir, para gerar renda, para gerar emprego, porque muitas vezes nós temos a tendência de ouvir representantes do Governo, que é uma audiência importante, mas nós precisamos ouvir o outro lado porque muitas vezes medidas tomadas e anunciadas não chegam nas bases. E esse setor hoje, o setor de construção, é aquele que tem maior potencialidade de geração de renda e emprego. Hoje nós temos aqui os representantes do Comitê de Monitoramento da Crise - CDES,

o Conselhão, representado pelo Antoninho Trevisan, temos aqui conosco também o Paulo Godoy, que é o Presidente da ABDIB, o Paulo Simão, Conselheiro também do Conselho de Desenvolvimento, o mesmo ocorre com o José Lopez Feijóo. Eu dou a palavra ao Antoninho Trevisan.

SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN: Obrigado, Senador Dornelles. Bom dia Srs. Senadores, autoridades aqui presentes, é uma satisfação enorme, meus colegas do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social criou justamente esse Grupo de Acompanhamento da Crise e este grupo está desde setembro do ano passado se reunindo e apresentando propostas para o Presidente da República, que é o nosso papel como Conselheiros. Nós já produzimos duas moções ao Presidente chamando a atenção daquilo que para nós é fundamental nesse momento de crise.

O primeiro documento que o Conselhão produziu, esse Comitê de Crise, no dia 17 de outubro do ano passado, para o Presidente Lula, mencionou três pontos fundamentais naquele momento que a crise explodia nos Estados Unidos e na Europa, que era o crédito, que para este nosso grupo se fazia fundamental que não fosse paralisada a irrigação para o setor produtivo, chamamos a atenção naquele momento nesse documento para a questão dos juros, Senador, e que, então, o COPOM ainda vinha numa fase de aumentar a taxa de juros e nós, então, defendíamos de que não havia espaço, pelo contrário, o espaço era para diminuir a taxa de juros, e o terceiro ponto que discutíamos então com o Presidente Lula foi a questão da empregabilidade, da geração de empregos.

A crise para o nosso grupo, naquilo que discutíamos, ela vem de um processo, desde a primeira crise que nós tivemos, que foi no Século XVI das grandes descobertas, toda vez que tem quebra de paradigma você tem uma crise se instalando no mundo. A segunda, que foi a da Revolução Industrial, no Século XVIII, e esta nossa que decorre da velocidade produzida pela tecnologia da informação, que acelerou os processos e que, no nosso entendimento, Senador Dornelles, produziu uma rápida globalização financeira, rapidíssima globalização financeira, o sistema internet, a comunicação rápida produziu isto, uma rápida globalização comercial e de fluxo de mão-de-obra, os fluxos de gentes se aceleraram no mundo e, sobretudo, os fluxos comerciais, e acabou ficando para trás a globalização institucional, que é naturalmente mais lenta, e esta é aquela que estamos, agora, nos encontramos, quer dizer, a globalização produziu vantagens fundamentais para o mundo, mas as instituições não conseguiram acompanhar a mesma velocidade da globalização financeira e da globalização comercial. Concluímos que, então, a crise é estrutural, porque ela é global, e ela levou o Estado a perder, Senador Dornelles, certas funções. Uma delas é o controle sobre a parte do próprio território e a perder o poder político sobre a população, que passa a obedecer regras de poderes paralelos, quer dizer, a globalização produz, através da informação, essa possibilidade, perde o poder sobre a manobra das suas políticas públicas e fica refém de um terceiro poder, que é o poder financeiro.

O nosso grupo tem feito uma reflexão sobre a taxa de juros e, sobretudo, sobre o *spread*. Nós consideramos que parte da crise está também ligada ao *spread*. O que é que nós concluímos? É de que há uma discussão, Senador Dornelles, sobre as necessidades de regulamentação dentro do sistema financeiro ou para proteger o sistema ou para acelerar. Um deles o senhor citou na reunião passada, na quinta passada, uma lista, até eu anotei, o patrimônio de afetação foi atendido, foi uma demanda do setor financeiro, a Lei de Falência foi uma demanda do setor financeiro, a cédula de crédito bancário foi uma demanda, o senhor citou isso e eu estou repetindo, sistema brasileiro de pagamento, aprimoramento da central de risco, penhoro eletrônico e, agora, a moda é o cadastro positivo, quer dizer, assim que saiu o cadastro positivo acabaram-se os problemas no Brasil e o *spread* cairá, como se previa e se esperava, Senador, que caísse na mesma proporção em função das outras demandas.

O que nós concluímos lá no Conselhão é de que a discussão está falsa. A questão é de outra natureza. A questão é: quem é que paga o *spread*? E aí é de se avaliar então se é possível que este que paga possa pagar. Então vamos lá. Quem é o tomador? O tomador é o setor produtivo, é aquele que gera riqueza. Como é que gera riqueza? Ele gera riqueza produzindo produtos e serviço. A que taxa, Senador Dornelles? Levantamos isso. A uma taxa de lucro, Senador Pedro Simon, que vai de 7% a 12% ao ano. Classicamente este é o lucro que o setor produtivo consegue ter sobre os seus investimentos. Ora, então é elementar concluir-se o seguinte: se ele está pagando uma taxa de 40% ao ano, pelo menos, quando ele tem uma boa relação com o sistema bancário, é fatal que inicia-se um processo de aguamento do capital, a empresa não quebra no dia seguinte a que ela toma o empréstimo, há um processo de aguamento, e eu falo aqui como contador, como auditor, e ao longo do tempo ela vai perdendo força até quebrar.

Ontem mesmo os jornais publicaram a pesquisa do SEBRAE sobre os empreendedores brasileiros e os empreendedores no mundo e o Brasil é muito bem

posicionado em relação a isso. O Brasil tem 12% da sua população entre 18 e 64 anos produzindo empresas, produzindo negócios, dirigindo negócios. O lado triste disto é que ao cabo de cinco anos, a mesma pesquisa mostra, mais da metade, precisamente 56% dessas empresas, quebram. E quebram por quê? Porque o empreendedor inicia o seu processo produtivo e busca o chamado capital de giro, ele desconta duplicatas. Ora, ele começa esse processo e, ao longo do tempo, ele vai, então, gerando a necessidade de um fluxo a uma taxa que é muito superior àquela que ele está produzindo. Então se ele tem uma taxa de juros de 40% e o lucro que ele tem sobre investimento é de 7%, 8%, 9%, 12% ao ano, é fatal que ele quebra. E ele quebra mesmo, só que ele não quebra de repente. Esse é um primeiro fator. Daí então a discussão sobre *spread*, Senador, nós entendemos que está mal posicionada. Não é discutir a cunha fiscal do empréstimo, porque nós vamos nos perder, nós vamos passar talvez cem anos discutindo isso e não vai baixar o *spread*, mas sim é inverter o processo. Quem é que remunera o empréstimo, quem é que remunera o *spread*? E aí verificar se existe capacidade de geração de receita e de renda para pagar o *spread* que é cobrado hoje no Brasil.

O segundo ponto está ligado, e nós discutimos isso no nosso grupo de trabalho lá no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, é a questão dos prejuízos. Se existe prejuízo a ser tomado frente às eventuais inadimplências, é fatal que isso deveria aparecer na última linha dos balanços do Sistema Financeiro Brasileiro, só que não aparece, pelo contrário, com todas as provisões, com todas as perdas consideradas no *spread*, que o *spread* grande, uma parte dele é sobre a expectativa de inadimplência, ela não se verifica. Por que é que ela não se verifica? Ao se olhar a última linha, o chamado lucro líquido, vai se verificar que este lucro líquido é da ordem de 25%, 28%, 30%, 32% ao ano. Consequentemente houvesse ali a perda, ela já estava ali registrada, quer dizer, há um excesso de *spread* sendo cobrado no Brasil e produzindo, portanto, o que nós, os contadores, chamamos de aguamento do capital da companhia.

Bom, a crise, portanto, iniciou-se com um problema de crédito, foi para a questão dos juros e bate na questão da confiança. Nós também concluímos que a consequência desta situação, a suspensão do crédito externo que foi o que aconteceu abruptamente, a queda expressiva das importações, quer dizer, o mundo deixou de comprar na mesma velocidade, a suspensão dos investimentos diretos, isso trouxe como consequência quebra de contratos nas empresas, entre as empresas, pela falta, pela ausência do fluxo, comprometimento financeiro pela ausência de capital de giro e uma brusca redução de compras pelas famílias pela ausência de crédito ou pela perspectiva de perda de emprego. Os juros aumentaram, ao invés de cair. E aumentaram por quê? Pela menor oferta de dinheiro. Na verdade houve uma redução desta oferta do dinheiro externo, os bancos privados nacionais e públicos, principalmente, tiveram que substituir esta oferta que não mais existiu do mercado externo e, consequentemente, houve uma elevação da taxa de juros. Houve uma queda brusca do ciclo financeiro e demissões.

As reações nas empresas, que é a parte que eu estou mais envolvido. Num primeiro momento, Senador Marco Maciel, houve perplexidade, afinal vinha-se num ritmo acelerado de crescimento e instalou-se um pânico no mundo corporativo, não entendendo o que estava acontecendo porque foi abrupto ali a partir do mês de setembro, mais profundamente em novembro e dezembro. A primeira reação das empresas: queimam-se os estoques e, ao se queimar os estoques, obviamente quem tem estoque de frango trata de vender o estoque de frango e não entrega e não compram os frangos que estão na granja. Aqueles frangos, por conseguinte, não tem para quem entregar e comem eles entre si, porque a ração não mais é entregue para aqueles frangos. Então a queda abrupta das relações produz o impacto nas empresas que é a queima de estoque. A China para de comprar por quê? Está com estoque de minério suficiente para vários meses, então não compra o minério. Naturalmente que aqui a Vale do Rio Doce fica sem entregar, os navios vazios, o frete cai de cem dólares para doze dólares a tonelada. Só para a gente ter uma ideia, Senador Pedro Simon, do impacto que causa, de cem dólares cai para doze dólares, porque não tem o que levar para os seus países.

Inicia-se o quarto passo, que é o atraso no pagamento de tributos, Senador Dornelles, é a fase que se encontra agora, passando para uma terrível, que é o atraso no pagamento dos fornecedores. Inicia-se, portanto, uma cadeia viciada. Você não paga para mim, eu não pago para o outro e assim sistematicamente. Férias coletivas, meu caro Feijóo, e, finalmente, as demissões. Nós estamos aqui entre o quarto e quinto, digamos que as demissões ainda não se iniciaram de forma efetiva.

As ações urgentes que o Senador Dornelles insistiu muito e com razão de que apresentássemos propostas objetivas. Ações urgentes, Senador, que nós entendemos e que esse Senado pode e muito ajudar e contribuir. A questão de um choque na taxa de juros. É necessário este choque. Se nós estamos vivendo uma situação em que existe um choque na sociedade, seja na sociedade civil, seja nas corporações, é necessário

que também haja um choque na taxa de juros de modo que ele tenha uma queda, mas uma queda acentuada para produzir as reações que se deseja. Qual é? A não perda do estímulo, a não perda da confiança, a vontade de investir. Se ele for caindo gradativamente você não recupera o sentimento da confiança. Por quê? Porque as empresas e os empresários ficam em pânico e eles não confiam, e, ao não confiar, não investem. Portanto, precisam ter um grande empurrão. Depois o impacto nas contas públicas. Com a queda da taxa de juros há uma folga no superávit, no superávit fiscal, não necessitando, portanto, de mais impostos. Consequentemente, se poderia usar um ponto percentual da redução da taxa de juros, que representa cerca de sete bilhões de reais ao ano. Com esse recurso que decorre da redução da Taxa SELIC, pode se constituir fundos ou pode se constituir fundo, Feijóo, para a habitação, e eu pegaria até como exemplo o que o Rio Grande do Norte... Eu não sei, acho que não tem nenhum Senador do Rio Grande do Norte aqui, mas nós sabemos que o Rio Grande do Norte instalou um modelo no setor habitacional, Paulo Simão, que eu estive conversando com a secretária da Receita, a Dra. Alina, e ela então me contou o processo onde se criou um sistema de cartão de cartão e as pessoas, então, que estavam no Bolsa-Família, se serviam, através desse cartão de crédito, de compras em lojas de material de construção e, com isto, conseguiu-se dar casa para as pessoas de mais baixa renda e, ao mesmo tempo, reativou-se o comércio e a construção civil. Usar parte do fundo para compensar imediatamente uma desoneração da folha. Nós entendemos que, quando você começa a operar de maneira muito pontual, é fatal que se criem injustiças. É notório que o impacto no setor automobilístico foi benéfico, nós não perdemos vendas nesse setor, mas em outros já não se consegue medir precisamente. Portanto, é mais conveniente que se faça de maneira mais geral. Por exemplo, a folha de pagamento. Há um custo de pelo menos 20%, um custo patronal, as empresas pagam. Ora, como as empresas estão em situação de uma maneira generalizada difícil, a retirada deste custo para as empresas imediatamente permitiria restituir o capital de giro e, possivelmente, com certeza, nós poderíamos compensar, porque não pode deixar a previdência evidentemente sem esse recurso, com esse fundo decorrente do melhor superávit que se teria com a redução da taxa de juros. E dar ao cidadão, o cidadão desempregado... O cidadão desempregado entra num processo de baixa estima violento. Além de não ter renda, uma baixa estima. O que nós pensamos é num cartão educação que o cidadão desempregado pudesse, pelo menos, através de um cordão educação... Tivemos no tempo em que o senhor foi secretário da Receita um estímulo enorme à reciclagem das pessoas e ao aperfeiçoamento profissional, e, com isto, você permite que o cidadão desempregado possa cursar escolas e, consequentemente, se aprimorar para quando voltar a trabalhar, porque a crise, ela é episódica, evidentemente que ela não vai durar a vida toda, e usar parte desse fundo para pagar, sim, a dívida que os Governos têm para com o setor privado, quer dizer, se nesse momento o setor público tem seus recursos melhorados e tem seu caixa organizado, seria justo que o Governo começasse a pagar, por exemplo, a dívida que ele tem decorrente das empresas que exportam, que têm o crédito de IPI ou o crédito do PIS/COFINS, que é um direito dessas empresas, e elas, até hoje, não conseguem receber. A alegação do Governo e a alegação da Receita Federal é de que ela não tem certeza se esses créditos procedem, Senador. Mas é um exercício muito singelo e simples: é só fazer uma certificação, aliás, pode usar até auditores independentes para isso, Senador, e acelerar esse processo de pagamento da dívida de créditos de exportação que as empresas têm acumulado. Eu digo que isso é direto na veia das empresas. É melhor que esses recursos cheguem, cheguem logo, cheguem rápido para que a crise não se acentue.

E aí, Senador, eu diria que o nosso grande desafio é sustentar os investimentos, gerar novos empregos e manter os atuais. E o nosso entusiasmo no Conselho com este convite que o Senador nos fez era no sentimento de que todo o ambiente político, econômico, empresarial, sociedade civil, nós temos que nos dar as mãos. Nós temos que humanizar as nossas relações. O seminário que fizemos lá no Conselho de Desenvolvimento, há duas semanas, com vários integrantes vindo de vários países, a palavra de ordem foi: humanização nas relações. Nós vimos o representante dos Estados Unidos, o representante da Europa tratar... Eu nunca tinha visto, geralmente os banqueiros, os economistas, dizem até que o olho que se emociona no banqueiro é o olho de vidro e não o olho natural, o de vidro é que mostra alguma emoção, mas mesmo os banqueiros preocupados com essa questão. Todos ali concluímos, nesse seminário, de que o que é que gerou esta crise? Foi a ausência de relações mais humanas entre as pessoas. E, portanto, para a nossa satisfação, Senador, esse Comitê que o senhor lidera aqui no Senado, a alegria do Conselho de poder partilhar aqui e, eventualmente, colaborar da mesma forma em que certamente esperamos que esse Comitê possa colaborar conosco. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado ao professor Antoninho Trevisan, meu professor de contabilidade.

SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN: Faz tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Meu professor de contabilidade. Anos e anos, hein Antoninho?

SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN: Olha, eu ficava impressionado. Isso foi em 1984, o Senador Dornelles ia ser Ministro, e ele se dava ao trabalho de às sextas-feiras à tarde, eu lá ia para o Rio de Janeiro, levava lá os casos práticos, ele resolvia aquilo, na sexta seguinte me entregava concluído e foi muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Naquela época o objetivo era de poder cobrar melhor imposto dos outros [risos]. Mas, Antoninho, muito obrigado. Você sabe que o objetivo desta nossa Comissão é justamente de recolher todas as reivindicações do setor privado, todos aqueles que produzem, que investem, que geram renda e emprego, conhecer para encampar e defender junto ao Executivo, tornar uma posição mais presente do Congresso nesse processo de decisões sobre a crise que está tomando conta do Brasil. Muito obrigado pela sua posição. Eu dou a palavra ao Dr. Paulo Godoy, Presidente da ABDIB.

SR. PAULO ROBERTO DE GODOY PEREIRA: Bom dia a todos, bom dia Senador, Srs. Senadores. Primeiramente é reforçar isso que o senhor acabou de dizer, eu acho que é importante e cumprimentamos a iniciativa do Senado de criar um grupo para interagir com os assuntos que estão envolvidos aí com as consequências da crise no Brasil e estender essa interlocução com os setores da sociedade brasileira, porque por aqui certamente passarão muitas das decisões e muitas das tarefas que nós temos que empreender no Brasil que nós venhamos a ter uma consequência minimizada dos efeitos dessa crise internacional. Acredito que para que essa iniciativa possa fluir com objetividade nós precisamos ser objetivos. Nós precisamos entrar na interação expondo pontos de vistas específicos, porque nós temos uma agenda de longo prazo que tem que continuar, que são reformas, são reformas estruturantes, combater o anacronismo de instituições da burocracia. Essas são tarefas permanentes, mas nós temos agora que nos debruçarmos em coisas mais pontuais e mais de curto prazo.

Nós fizemos e já tivemos a oportunidade de conversar com alguns dos Senadores aqui e encaminhar algumas das preocupações e algumas das tarefas que nós acreditamos que sejam fundamentais para o Brasil. O pano de fundo disso é acreditarmos que o setor de infraestrutura e o setor de construção civil podem exercer um papel relevante no combate dos efeitos da crise. Isso não exclui a iniciativa de outros setores. Mas por que isso? Porque a construção civil e a infraestrutura dependem fundamentalmente de dois grandes fatores, que não são fáceis de serem resolvidos.

Primeiro, recurso público. Aparentemente poderia se imaginar, então, os Governos com a arrecadação tributária destinarem mais recursos para investimento na infraestrutura e na construção civil através dos recursos orçamentários. Não é uma tarefa fácil porque escolhas vão ter que ser feitas. Se a arrecadação tributária é uma só e tende a declinar, é preciso escolher aonde vai se aplicar os recursos. E se quiser manter o investimento, é preciso, obviamente, racionalizar a utilização dos recursos e priorizar o investimento. E às vezes isso, só por isso, isso só às vezes não é suficiente, que às vezes tem recurso e não consegue gastar. Então aí é uma outra parte da agenda que é revisitar esses caminhos da burocracia e da legislação para facilitar no aspecto ambiental, no aspecto das licitações públicas, dos sistemas de controle do Estado, para fazer com que neste momento as coisas possam fluir com maior rapidez e agilizar o impacto que essas ações possam exercer sobre a atividade econômica e, portanto, sobre o emprego e sobre o desenvolvimento do país.

O segundo grande campo é o campo das concessões e aí também agilizar os processos de concessões, promover novos processos em áreas em que ainda estão pouco atendidas pelo sistema de concessão. E aí podemos mencionar os portos, podemos mencionar os aeroportos, podemos agilizar os processos de recuperação das nossas estradas, porque gargalos e deficiências estão espalhadas pelo país inteiro. E para agilizar os processos também é preciso ter licenciamento ambiental. Nós em outras ocasiões aqui na Comissão de Infraestrutura já alertamos sobre o crime que está se cometendo no setor elétrico brasileiro ao empurrar o Brasil a utilizar-se de fontes mais caras e não renováveis de energia porque não se consegue licenciamento ambiental das hidrelétricas, isso é um exemplo, e, tampouco, favorecer as energias renováveis e ecologicamente corretas.

Bom, para fazer isso nós nos debruçamos em alguns dos pontos, o Trevisan já mencionou boa parte deles, apenas apoio as colocações que ele fez com relação à redução da taxa de juros, a realidade de se reduzir os *spreads* e os caminhos e nós sabemos que esta Comissão, inclusive, anuncia que está se debruçando fortemente na identificação dos componentes do *spread,* em que atitudes poderiam ser tomadas para minimizar esses efeitos no custo final do tomador, consumidor ou o investidor.

Eu acrescentaria também agora, Trevisan, aí na nossa pauta, diante da redução da SELIC, esperamos que continue na próxima reunião do COPOM, a neces-

sidade de repensarmos também a TJLP. A TJLP, que é a Taxa de Juros de Longo Prazo, que financia grande parte do sistema industrial brasileiro e grande parte da infraestrutura brasileira, com a redução da SELIC, ela começa a se aproximar, considerando a TJLP mais os custos e os *spreads* das operações que são vinculadas à TJLP, acaba se aproximando à própria taxa da SELIC, portanto, aproximando a taxa de longo prazo da taxa de curto prazo, o que desfavorece o estímulo a um investimento de longo prazo na infraestrutura.

Ampliar os investimentos públicos, já mencionei, quer dizer, depende aí de vontade e de opção política do orçamento público da União, dos Estados e dos Municípios. Nós, também na política macro, acrescentamos as importações. É preciso agora revitalizar a nossa pauta de exportação e a diversificação dos nossos produtos. Muitas das áreas que o Brasil frequentava na pauta de exportação foram inviabilizadas pelo câmbio subvalorizado com relação ao dólar, quando nós estávamos na relação 1,60, 1,50, muitos setores exportadores brasileiros saíram fora do mercado, saíram do mercado, e nós acreditamos que agora é preciso fazer uma recuperação de certos mercados utilizando-se agora de taxa de câmbio mais equilibrada.

E, também, a questão do acesso ao crédito, que esse vem sendo apontado como o principal desafio mundial, quer dizer, como restabelecer a confiança, o Trevisan mencionou, e, restabelecendo a confiança, como restabelecer um fluxo de crédito que possa minimamente manter a atividade econômica num determinado patamar que ainda é desconhecido. E aí nós mencionamos e temos mencionado os créditos para as médias e pequenas empresas, com a capilaridade que isso pode trazer na economia, que é um desafio que se apresenta e que não está resolvido, apesar de todas as iniciativas que foram tomadas de liberação de compulsório, de linhas de financiamento. Agora o Banco Central anuncia a possibilidade de refinanciamento de dívidas de empresas brasileiras no exterior com recurso da reserva cambial, isso deverá trazer algum efeito na pressão do crédito interno, mas é preciso ainda fazer mais. Nós acreditamos e trabalhamos num cenário que a publicação dos balanços dos bancos e das grandes companhias agora no final desse trimestre poderá trazer um conhecimento mais próximo dos efeitos da crise na saúde do sistema e aí possibilitar reduzir a crise de desconfiança que ainda paira sobre o sistema financeiro. A crise de desconfiança produz uma retração, cada um fica preocupado com a saúde financeira do outro, então eu não faço negócio com você, não empresto dinheiro para o outro e nós contaminamos todo o processo, retraído, aplicando em recurso do Tesouro e, no caso internacional, aplicando no recurso do Tesouro americano, japonês, etc.

Bom, nós achamos também que os bancos públicos podem exercer um papel importante ao promover essa competição no crédito, mas não fazendo o jogo do mercado e, sim, a atuação. Nós não estamos aqui pleiteando que os bancos oficiais façam operações danosas, mas que produzam nas suas operações *spreads* que sejam justificáveis, e aí ela, automaticamente, vai produzir um efeito competitivo nos outros bancos, que eu acho que nenhum outro banco privado gostaria de ficar assistindo perder terreno para os bancos públicos. Então essa é uma outra tarefa que seria necessária.

Nós também identificamos que ainda existe muito recurso que foi captado através dos fundos de pensão com a criação de fundos de investimento em infraestrutura que estão sem ser aplicados, porque é exatamente esse fenômeno, esses fundos estão acabando por priorizar a aplicação na renda fixa. Então tem aproximadamente dois bilhões e meio de reais que estão captados, contratados e não estão investidos no campo da infraestrutura. Essa é uma outra tarefa que nós estamos debruçados, em auxiliar as instituições a promover esses recursos para investimento.

No campo tributário tem uma série de coisas, a lista é grande, mas nós achamos que nesse momento é preciso nos identificarmos rapidamente, nós temos pleiteado o aumento do recolhimento dos tributos. As medidas que foram tomadas nesse Comitê de Monitoramento da Crise, organizado pelo Poder Executivo, pelo Ministério da Fazenda, eles foram ainda muito incipientes para produzir os efeitos que se espera de uma desoneração mais completa. Então nós pleiteamos a ampliação dos prazos de tributos. Todas essas colocações que eu estou fazendo estão num documento que eu entreguei ao Senador Dornelles e que esperamos que possa fazer parte dos anais dessa Reunião e desta Comissão. A agilização do uso de crédito tributário. Esses é um outro problema grave no Brasil que não se consegue resolver, quer dizer, se você tem crédito tributário, você tem tributos a pagar, a lógica leva à necessidade de você poder compensar, e isso não acontece nem com os créditos de ICMS, nem tampouco com os créditos federais. Ao contrário, e chamamos a atenção aqui, na Medida Provisória nº 449, existe um dispositivo no art. 29 que precisa ser derrubado, porque indo na contramão disso que eu estou dizendo, exatamente esta Medida acabou dificultando compensação até de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com o imposto de renda a pagar, quer dizer, quem tem crédito de imposto de renda não consegue mais compensar o imposto de renda que tem

a pagar. Então é uma coisa pontual, Senador, que eu havia já conversado com o senhor, e colocar o alerta dos Srs. Senadores para esses temas mais específicos. Nós temos pleiteado, também, ampliar o limite de enquadramento de empresas para pagar imposto no lucro presumido. Este limite de 46 ou 47 milhões está fixo há mais de cinco anos, quer dizer, isto ajudaria a levar para a base de tributação um maior número de empresas que pudessem pagar com o lucro presumido e com isso diminuir tanto a burocracia da fiscalização quanto a própria arrecadação. Crédito de PIS/COFINS e aquisições de bens de capital no Brasil e no exterior. É o mesmo problema, eu não vou entrar em tanto detalhe aqui.

Nós temos a Política de Desenvolvimento Produtivo, que foi anunciada pelo Governo, está muito completa, ali tem diversos elementos positivos do desenvolvimento no país, o que nós precisamos trabalhar para fazer isso tornar-se eficaz, porque ali tem uma série de boas ideias e muitas delas com grande dificuldade de se tornarem realidade.

Ainda nos regimes de desoneração, nós temos positivamente feito pelo Governo o chamado REIDI, que é esse Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura, isso foi muito positivo, propiciou a redução do custo do investimento nas áreas que estão cobertas por esse mecanismo, mas ainda têm setores que estão fora da utilização desta possibilidade de desoneração de PIS e COFINS. É o bem de capital sob encomenda que estão fora deste alcance.

Em programas especiais nós temos, ainda, o Programa Habitacional, que eu vou deixar para o Paulo Simão estender, nós acreditamos que seja importante, nós acreditamos que o Programa Habitacional, esperamos que seja bem elaborado e bem pensado, possa--

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria registrar a presença do Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente da CAE, que nos honra aqui para presidir essa Reunião conjunta com a Comissão de Acompanhamento da Crise.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Só explicar, Presidente, do meu prazo, porque não abriram a votação para a escolha do dirigente da ANTAC, só depois de toda a sabatina, pois todos nós estávamos lá na Comissão de Infraestrutura ainda. Eu peço desculpa aos convidados e aos Senadores que estão aqui presentes.

SR. PAULO ROBERTO DE GODOY PEREIRA: Já que o Senador Delcídio chegou, mais uma vez coloquei os problemas na área de energia, do problema de licenciamento das hidrelétricas, que o Senador acompanha bastante isso, que é uma das tarefas aí que nós precisamos nos dedicar.

Então eu falava do Programa Habitacional, o Paulo Simão vai comentar sobre isso, mas nós acreditamos que, se bem elaborado, ele pode ser um bom instrumento. Eu acho que nós não devemos ficar preocupados, Paulo Simão, se vai ser um milhão, novecentos, oitocentos ou um milhão e meio de habitações. Eu acho importante ter um programa sustentado em bases sólidas que possa ser executado e possa surtir esse efeito. A quantidade de casas vai ser aquilo que a lógica do mercado e dos consumidores produzir e aí nós poderemos ter um avanço também neste campo da habitação popular.

De uma forma geral é essa a doença crônica que nós temos, o combate a essa burocracia e instrumentos do Estado que, às vezes, nós somos *experts* em produzir em nome do controle, produzir verdadeiros mamutes que acabam emperrando o desenvolvimento do país. Eu vou chamar a atenção inclusive aqui dos Srs. Senadores de uma matéria que está na CAE inclusive, a Lei de Proteção de Mercado e de Concorrência, que envolvem as operações do CADE, o cuidado que nós temos que ter para não transferir excesso de burocracia e de atribuições para o CADE e acabar, depois, acontecendo o que ocorrera em outras instituições do Estado: se acumula uma série de atividades em nome de uma defesa correta, que é a defesa da livre concorrência e não concentração do mercado, acaba se produzindo um excesso de tarefas que acaba se produzindo em burocracia, em atraso de decisões e em atraso de desenvolvimento dos negócios.

Bom, feito isto, Senador, nós vamos deixar essas contribuições aqui e estamos sempre nos colocando à disposição da Comissão, à disposição do Senado para interagir nesses temas e melhor explicitá-los no momento em que o senhor achar mais adequado e se for isso necessário. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado ao Dr. Paulo Godoy. O objetivo nosso, como eu disse, é colher sugestões. Eu acredito que o Senador Tasso Jereissati deve apresentar o seu primeiro relatório sobre *spread* ainda no mês de abril, não é Senador, encampando várias propostas e preocupações do setor privado e vamos fazer, da minha parte, um grande esforço para encampar também algumas propostas que o senhor acabou de falar. Eu acho que, realmente, não há razão para não aumentar a base do presumido e nem impedir compensação de imposto de renda. A burocracia também é uma das preocupações da nossa Comissão, nós vamos procurar fazer todo o esforço possível para fazer proposta de eliminação desses setores. Eu dou

a palavra ao Dr. Paulo Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria de Construção e Conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

DR. PAULO SAFADY SIMÃO: Muito obrigado Senador Dornelles, Senador Delcídio Amaral, Srs. Senadores, companheiros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social aqui presentes, também da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, senhores jornalistas, bom dia a todos. Muito obrigado pelo convite e parabéns, Senador, por essa iniciativa e pela constituição dessa Comissão Especial que é muito importante.

Eu vou, depois dessas duas aulas aqui, que foram dadas pelo Trevisan e pelo Godoy, eu vou tentar fugir um pouco, o máximo possível de tudo que eles já colocaram, apesar de não ser de todo possível, mas, enfim, vou tentar fugir um pouco do que eles falaram para ver se a gente fica muito repetitivo.

Eu, como o Senador Dornelles colocou, além de membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, nós presidimos a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que os senhores certamente devem conhecer, que representa nacional e internacional as entidades empresariais da indústria da construção e do mercado imobiliário, que é uma entidade que hoje está nas vinte e sete unidades da Federação.

Fala-se muito da importância do setor da construção civil no combate à crise, sempre se fala na questão do emprego, mas, na verdade, é muito mais do que isso. As características da construção que levam a esta afirmação, ela é composta por pequenas e médias empresas, hoje nós temos 115 mil empresas formais dentro dessa linha, não depende de recursos externos, isso é outra característica importante dentro dessa crise, não depende de importação de insumos, praticamente nenhum, outro fator importantíssimo dentro da crise, é importantíssimo na formação bruta do capital fixo, portanto, nos investimentos do país, outro fator importante nesse momento, e, também, a sua cadeia produtiva é importante na arrecadação de impostos para o país. Portanto, ela tem todo... Além da geração de empregos, ela hoje, a cadeia entre formais e informais, ela emprega 9,3 milhões de pessoas, segundo os dados oficiais, ela tem toda aquelas características.

Como bem colocou o Paulo, dentro de todos os programas, quando a gente fala em habitação, a gente não está falando só no atendimento de uma expectativa da sociedade, mas nós estamos falando na melhoria da saúde, portanto, na expectativa de vida, nós estamos falando na redução da violência doméstica e urbana, nós estamos falando no melhor rendimento escolar e na melhor condição de acesso e emprego. Eu digo isso porque é muito importante quando a gente começar a falar sobre habitação daqui para frente, nós vamos falar um pouco sobre isso hoje, que a gente tenha em mente a importância que a moradia, o conceito de moradia tem hoje, que é completamente diferente do que tinha no passado e que está inteiramente envolvido com essas quatro áreas que nós estamos colocando ali e que muitas vezes a gente só enxerga a habitação como um lar, como um endereço para o indivíduo morar, mas, na realidade, esquece da influência importantíssima que ela tem sobre essas quatro áreas. Hoje há um relatório da ONU, que foi apresentado no ano passado, que os senhores devem conhecer, que é muito impressionante, ele quantifica, ele orienta no sentido de cada área dessa, mostrando o benefício que uma moradia digna traz para uma família nessas quatro áreas.

Bom, esse é o cenário da construção para mostrar, mais uma vez, a importância da construção na crise. Independentemente do período, o azul é a construção, ela sempre está puxando, mesmo nas baixas do PIB, a construção civil sempre está segurando um pouco para cima, é impressionante, na construção, quando ela puxa para baixo, ela puxa o PIB, quando ela puxa para cima, ela puxa o PIB, quer dizer, ela tem uma influência bastante pesada no PIB, tanto é que ela tem 38% de peso na formação bruta do capital fixo. Na sequência, por favor.

Aí eu queria falar um pouco de uma experiência que eu acabo de viver. Eu fui representando o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social agora nessa semana, voltei ontem, em Bruxelas, numa reunião do Comitê Econômico e Social Europeu, que fez uma reunião em torno do Plano de Recuperação Europeu. Estava presente também o Presidente José Manuel Barroso, que fez lá uma exposição, fez uma abertura desta reunião.

Eu fiquei impressionado, primeiro, com a preocupação geral, com o que foi colocado não só pelo Presidente Barroso, mas por todos os vinte e sete Presidentes das Comissões, dos vinte e sete países que compõem o Comitê, mostrando a preocupação com a crise, mostrando, ainda, para onde essa crise ainda vai, preocupados em não conhecer o final dessa crise, preocupadíssimos com a questão do protecionismo dentro do mercado europeu, preocupados com o retrocesso da comunidade europeia. De maneira geral todos os países tomaram as mesmas medidas que estamos tomando aqui nas três áreas que muito bem colocou o Trevisan, portanto, não há muita novidade nesta área de saneamento do sistema financeiro, de estimular créditos, de aumentar investimento público. O setor da construção sempre muito contemplado. O

grande desafio, certamente, é a questão da geração de emprego, que lá está tendo um aspecto muito mais danoso neste momento do que aqui. E uma preocupação grande, que vai ter agora uma reunião em maio do Comitê Europeu, com esta preocupação da desunião da comunidade europeia, que é um item muito forte dentro da discussão da comunidade europeia hoje. Os países do Leste Europeu certamente ainda vão sofrer uma queda muito grande, isto já está previsto, e isto leva a essas preocupações que nós estamos falando. A palavra, como bem disse aqui o Trevisan, já que aqui a palavra foi humanização, a palavra de ordem lá é solidariedade, é responsabilidade, é união no sentido de se fazer um projeto de recuperação único para evitar que haja, realmente, maiores prejuízos ao emprego.

Portanto, eu quis dizer isso para mostrar que realmente a crise ainda não chegou ao seu final na Europa, ao contrário, eles estão esperando a sua piora, o seu aprofundamento, não veem ainda sinais de momento de recuperação, mas, claro, todos unidos e num esforço muito grande na certeza de que haverá necessidade de uma profunda modificação do sistema financeiro internacional, isso é um discurso absolutamente unânime dentro deste novo conceito da humanização, da solidariedade. Portanto, eu acho que seja esse talvez o grande ganho que essa crise vá deixar para nós lá na frente e talvez aí o Brasil possa realmente estar bem colocado e possa ter a sua grande oportunidade. Portanto, esse é um quadro que está colocado lá e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social brasileiro hoje guarda uma grande relação com o Conselho Europeu e paralelamente a gente está acompanhando também mundialmente esse desenrolar. Portanto, esta é a realidade.

Então em que é que a construção pode ajudar, e agora eu vou ser bem objetivo também, em que a construção pode ajudar no enfrentamento da crise e em que essa Comissão pode ajudar, mesmo, Senador Dornelles, que não seja atribuição direta desse Senado, mas que o Senado pode colaborar, que eu acho que isso é muito importante.

Primeiro, é bom entender quais são os segmentos que nós temos hoje para participar dessa crise. É o mercado imobiliário, é o mercado de habitação de interesse social, é a área de infraestrutura e, eu diria, também, dentro da área de infraestrutura as obras em separado da Copa do Mundo. São quatro grandes elementos de obras que poderiam, nesses dois anos, eu estou falando em dois anos, só para citar esses dois anos de crise que eu entendo que serão piores, que poderiam estar contribuindo muito para o país no sentido de minimizar os efeitos dessa crise.

O mercado imobiliário, esta Casa, o Congresso Nacional, depois que aprovou a Lei 10.931, em 2004, tomou um rumo completamente diferente, um novo marco regulatório e com segurança, com transparência, com tranquilidade. Chegou a se falar num grande "bum" no ano passado e realmente tivemos momentos muito interessantes, que depois da crise teve um reafecimento e voltou para um patamar que eu diria normal, nós dizíamos que voltou para um patamar de 2006, que era um patamar muito bom, e que nós agora estamos ainda avaliando, nós estamos no meio de uma crise, nós estamos aguardando um pouco mais para fazer a avaliação, mas a nossa expectativa é boa. Os resultados que estamos tendo em janeiro e fevereiro nos indicam que estamos estabilizando dentro de um área de um nível bom. Para os senhores terem uma idéia, a evolução dos investimentos no mercado imobiliário ao longo do tempo, vejam bem que até 2004, este azul escuro são os recursos da poupança, isso é mercado imobiliário, em 2004 nós tínhamos 3 bilhões de investimento da poupança em novos empreendimentos; em 2008 já foram 30 bilhões. Portanto, de 2004 a 2008, dez vezes mais. Lembro que a Lei foi aprovada em agosto de 2004, portanto, ela começou a surtir efeito mesmo em 2005. Portanto, eu estou dizendo que foram quatro anos mesmo, 2005, 2006, 2007 e 2008, em que houve um acréscimo de trinta vezes. O azul claro é a evolução da aplicação dos recursos do FGTS na área de habitação e de interesse social. Portanto, também houve uma evolução razoável. Em 2004 era praticamente 4 e foi para 10,5 em 2008, claro que uma evolução bem menor. O seguinte.

Aí é o estoque de empregos formais. Também olha a curva de evolução que teve a partir de 2003 e 2004. Claro que aí tem uma contribuição grande do mercado imobiliário, nós saímos de 1 milhão e 50 mil em 2003 para 1 milhão e 872 em 2008. Isso são empregos formais e são dados do CAGED. Infelizmente ainda prevalece no nosso setor a informalidade, isso é uma coisa que nós vamos que um dia conversar com um pouco mais de profundidade. O seguinte.

É bom lembrar que para cada 10 milhões de reais investidos o setor é capaz de gerar 360 empregos diretos e 160 indiretos. Isso são dados da Fundação Getúlio Vargas, revistos recentemente dentro de um estudo novo. Isso é média geral do macro setor. Portanto, são dados bastante recentes, isso dá uma dimensão do que é que está acontecer.

O que é que não pode acontecer agora nessa emergência? O Paulo colocou muito bem: nós temos que pensar no longo prazo? Claro, e nós vamos pensar um pouco sobre isso, mas nós estamos numa emergência. O que não pode acontecer, Senador Dornel-

les, é isso aqui, por exemplo. Isso é orçamento geral da União, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Então nós temos em 2006 um orçamento de 1,5 bilhão, só conseguimos gastar 420 milhões. Nós tínhamos um 1,20 bilhão em 2007, só gastamos 500 milhões, e tinha 1,100 bilhão em 2008 e só gastamos 500 milhões, quer dizer, a ineficiência do Estado para gastar é uma coisa louca. Essa coisa precisa um dia mudar, quer dizer, nessa dificuldade que a gente tem, a gente fala assim: "Ah, os bancos estão esterilizando recursos, os bancos estão esterilizando". O Estado esteriliza muito mais que os bancos, porque tem dinheiro para gastar e não consegue gastar. Aí vem burocracia, aí vem TCU, aí vem meio ambiente, aí vem uma série de itens que favorecem essa questão. Isto é uma coisa que nós temos que estar atentos. Eu acho que o Senado pode muito bem perseguir isso e conseguir alguma coisa nisso aí.

No auge da crise, outra coisa que pode acontecer. No auge da crise o Governo foi muito ágil em tomar algumas atitudes, por exemplo, para a questão do capital de giro das empresas autorizou-se, em outubro, o Conselho Monetário Nacional, a utilização de 5% das poupanças, isso significava mais ou menos 10 bilhões de reais para todos os agentes privados, dentro de certas regras, para capital de giro das empresas, inclusive o Governo abrindo mão de um bilhão de reais de seus dividendos para criar um fundo, sabendo que isto iria gerar crédito com riscos maiores, o Governo, então, fez um fundo de um bilhão de reais para dar sustentação a esses empréstimos para cobrir esse eventual acréscimo de risco. À Caixa Econômica Federal cabiam 3 bilhões desses 10. Acaba o prazo agora, já foi prorrogado, e dos 3 bilhões nós só conseguimos contratar 50 milhões, quer dizer, isso é uma demonstração clara de que as coisas não estão funcionando. Razão: as normas que a Caixa impõem são mais restritivas do que a concessão de um crédito normal dentro do seu programa. Portanto, são coisas que não podem acontecer, sob pena de prejudicar todo um programa e todo um projeto que o Governo pretende fazer para aliviar o setor.

Bom, o que precisamos fazer também, continuando a fazer? O Programa Habitação de Interesse Social, esse é um grande projeto que o Governo vem trabalhando junto com o PLANHAB, junto com a sociedade, e aí eu falo no longo prazo, a sociedade mesmo, a CBIC coordenando, fizemos um programa grande, que é o Moradia Digna, que é um projeto de quinze anos, que é um projeto feito há várias mãos, com as Centrais Sindicais, com os movimento sociais, com os Secretários de Habitação de todos os Estados, com a área financeira, que prevê, ao longo deste prazo, erradicar de vez o déficit habitacional brasileiro, porque este é um problema que só o Brasil não resolveu ainda entre os países considerados em desenvolvimento, considerados países equivalente ao Brasil. Nós precisamos resolver esta questão. E por que é que nós não resolvemos ainda? Aí tem muito a ver com aquilo que eu disse lá atrás da habitação. É porque a habitação, a moradia não está ainda no Brasil sendo vista dentro daquele enfoque que nós colocamos. Apesar de estar na Constituição com os mesmos direitos que tem a saúde, que tem a educação, ela não tem um tratamento, dentro do Congresso Nacional e dentro da sociedade, como tem a educação e a saúde. Então, por isso, tivemos dificuldades até hoje de avançarmos num programa desse, mas está maduro hoje, existem dois projetos que estão convergindo em condições de, se aprovados, para que a gente possa implantar um programa de longo prazo para o país. Este projeto passa por uma PEC que já está dentro da Câmara dos Deputados, é uma PEC que reserva recursos temporariamente para esse programa até que ele seja cumprido, isto certamente vai avançar, chegará aqui no Senado, eu gostaria muito de pedir aos senhores uma atenção muito especial para isto, porque senão este programa não vai avançar, eu acho que está na hora de se discutir esse assunto. Portanto, esse é um programa que nós não podemos deixar de analisar do ponto de vista de longo prazo, mas temos um problema emergencial que é resolver um problema agora de 2009 a 2010. O Governo acena em anunciar esse programa agora no dia 25, na quarta-feira que vem, começou com o anúncio de um programa de um milhão de unidades, concordo com o Paulo Godoy, eu acho que o que menos importa nesse momento é a meta, é o volume de unidades que serão construídas, eu acho que falar em um milhão de unidades a essa altura, já estamos no final de março, no ano que vem é a eleição, seguramente é uma meta muito ousada, mas não estamos mais... Eu acho que talvez não seja esse o grande problema, mas, sim, a forma como isto vem, quer dizer, a proposta terá que ser uma proposta que nós apresentamos ao Governo, uma proposta... O seguinte, por favor.

É um programa que, obviamente, tem o objetivo de gerar emprego, tem que gerar emprego, mas estimulando a formalidade. A importância de um fundo garantidor que atraia e traga para o processo todos os agentes privados. É uma ilusão achar que um projeto desse poderá ser sustentado única e exclusivamente pelo agente público, que é a Caixa Federal. O Banco do Brasil está começando esse trabalho, portanto, exigir do Banco do Brasil que ele entre de cabeça num programa desse não é certo, não é correto. Certamente

o Banco do Brasil não vai entrar nesse projeto sem antes fazer as suas experiências e, também, cobrar da Caixa que ela saia do patamar de atividade para um patamar desse também não é correto, portanto, os agentes privados terão que entrar.

A questão da desoneração tributária é fundamental. Os senhores aprovaram, por ocasião da Lei 10.931, um regime especial de tributação de 7% para os impostos federais, para a área imobiliária. A nossa proposta é que esse RET(F) seja de zero ou alguma coisa próximo de zero para as habitações populares. Não tem sentido nós cobrarmos impostos de uma família pobre para depois dar subsídio para ela, quer dizer, então nós temos aí alguma incoerência, temos que pensar nisso.

A questão do emprego é uma realidade, nós temos hoje um problema real com isto, nós temos que criar instrumentos que tranquilizem a pessoa com relação a eventual desemprego ou saúde, nós temos solução para isso. Nós criamos, por exemplo, a figura do "N+2", que é um contrato que tem dois anos a mais do que o período de pagamento para que o indivíduo possa ter, dentro desses dois anos, uma liberdade total na eventualidade do desemprego ou na eventualidade de um problema de saúde ele não pagar as suas prestações. Naturalmente isso é uma coisa já pactuada previamente, portanto, isso dá uma tranquilidade prévia ao indivíduo. O seguinte.

Ganhos fiscais com a redução da SELIC, certamente isso vai gerar ganho fiscal, isso poderá ser investido no setor. A reativação imediata do PAR, isso o Governo já está fazendo, este é um programa que deu certo, o Programa de Arrendamento Residencial. Dos agentes eu já falei, e, claro, manter o ritmo dos financiamentos normais atuais, porque é um programa que está dando certo e que tem, como eu disse naquela curva, caminhado muito bem. Eu acho que este é um programa que pode realmente ajudar demais nesse momento, mas tem que ter esses componentes, não adianta também a gente querer soltar no mercado um programa que não tenha começo, meio e fim, senão a coisa não vai funcionar.

Bom, com relação a obras de infraestrutura, o Godoy já falou muita coisa, mas eu gostaria de avançar aqui com alguma coisa, fazer também alguns comentários. Estamos vivendo hoje, aí eu vou falar um pouco sobre o PAC, o Paulo Godoy não falou, mas eu vou falar do PAC. Como eu disse, nós temos o mercado imobiliário indo bem, a habitação de interesse social, se este programa for implantado, vai dar uma grande contribuição, as obras da Copa serão feitas depois quando houver a definição das sedes e, agora, vem as obras de infraestrutura, que o Paulo falou alguma coisa, mas eu vou falar agora especificamente sobre as obras do PAC. Estamos tendo problemas seriíssimos com o desenvolvimento de obras do PAC. E por que é que nós estamos tendo problemas seriíssimos? Aqui eu chamo a atenção para umas coisas. Por exemplo, a grande maioria das obras do PAC, que foram feitas e que estão sob a coordenação da Caixa, que representam dezoito órgãos públicos, elas foram feitas sem projetos executivos concluídos. Mais uma vez estamos pecando pelos mesmos erros. Foram projetos básicos, muitos deles muito básicos e que agora, no meio do caminho, precisam ser revistos e aí começa a se criar todas as confusões possíveis. Nós estamos já com obras paralisadas, obras sem recebimento, estamos agora correndo atrás. É verdade que o Governo está fazendo um esforço grande, estamos aí tentando fazer Portarias para resolver o problema. Estas Portarias, aí eu vou para o segundo item, por melhor que elas sejam, quando elas vão para a ponta, elas não são sem sequer entendidas, e aí é outro problema sério que o país tem, que às vezes as ordens e determinações que saem de Brasília chegam na ponta e não são atendidas ou por desentendimento ou porque há um problema sempre de preocupação daqueles que assinam de estarem se comprometendo com coisas que amanhã vão comprometer a sua própria vida e aquilo emperra, são questões que têm que ser analisadas com muito cuidado, porque isso está emperrando o país, nós temos que ver isso com calma.

Eu volto ali, Srs. Senadores, na questão dos projetos executivos, para lembrar um fato aqui que é muito importante. Está aqui nesta Casa, foi discutido aqui nesta Casa, Senador Dornelles, e vai qualquer hora dessas estar em Plenário, a discussão da revisão da Lei 8.666. Um dos instrumentos que está colocado aqui dentro, que foi colocado aqui dentro do Senado, foi a ampliação exagerada dos limites do pregão e da inversão de fase. Eu pergunto ao senhor: imagine que nesta fase, dando este exemplo do PAC, neste momento da forma como está, imagine se o pregão estivesse em andamento? Imagine aonde que nós estaríamos com essas obras do PAC, da forma como foram licitadas, se nós tivéssemos o pregão funcionando, a confusão que iríamos estar. Então eu gostaria muito que fosse refletida essa coisa. Eu acho que isso pode trazer uma grande confusão numa hora dessas. Eu acho que a gente tem que pensar nisso, é hora de a gente ter muita consciência do que estamos fazendo para não trazermos maiores problemas para o mercado.

Bom, outro problema grave que nós estamos vivenciando nessas obras do PAC, quer dizer, na hora de resolver essas questões, claro que vêm os projetos definitivos com os seus aditivos e aí não há recursos

para os seus aditivos, jogam para os Municípios, sendo que muito menos os Municípios têm recursos. Portanto, estão aí os problemas que estão criados. Então nós temos problemas graves com obras do PAC que estão relacionadas com dezoito organismos federais ligados a Municípios que nós estamos tentando resolver e que eu acho que o Senado pode perfeitamente entender. Eu vou encaminhar para o senhor, Senador Dornelles, o dossiê completo sobre isso, o levantamento completo, que eu acho que o Senado pode dar uma grande contribuição para a gente resolver isso, para desobstruir esses caminhos que são muitos importantes para a gente ter essas obras funcionando.

Para completar, o que tem dentro do Congresso Nacional é fundamental, outra coisa que está travando o país é a questão do licenciamento ambiental. Temos que completar--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Só um minuto.

SR. PAULO ROBERTO DE GODOY PEREIRA: Pois, não, Senador.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com relação a essa oferta do Dr. Paulo Simão do dossiê completo das obras do PAC, seria interessante que nos enviasse.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O senhor poderia nos remeter?

SR. PAULO ROBERTO DE GODOY PEREIRA: Claro, isso hoje à tarde vai estar na sua mão, já está pronto e será encaminhado hoje à tarde.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu quero concordar com a solicitação do Senador Tasso, mas eu pergunto ao Presidente Paulo Simão se o dossiê é este aqui, porque esse aqui é um material de propaganda do Governo tão-somente. É esse que nós vamos receber?

SR. PAULO ROBERTO DE GODOY PEREIRA: Não, claro que não, este é o balanço do PAC que foi feito pelo Governo. Nós vamos apresentar o trabalho feito pela CBIC no Brasil inteiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O mais rápido possível.

SR. PAULO ROBERTO DE GODOY PEREIRA: O José Carlos está aí. Temos condições de apresentar hoje à tarde, José Carlos, já está pronto? Amanhã, amanhã estará na mão do Senador Dornelles.

A questão da definição clara da competência da concessão de licenciamento ambiental, isso é uma coisa que está dentro do Congresso se arrastando, eu sei que têm lá as suas dificuldades, mas há que se enfrentar essa situação e resolver. Isso está trazendo problemas gravíssimos para o país todo. Fala-se muito que o país não tem projetos. Isto é verdade, nós continuamos sem projetos. A proposta que vem sendo trabalhada é que se faça, através do BNDES, um grande banco de projetos no país, através do BNDES, de projetos que sejam importantes para o país e que esteja sempre em prateleira, fora do Governo, que seja um projeto para o Estado, que sempre tenhamos projetos para o país importantes, que sejam determinados, para que quando tivermos necessidade, não sairmos correndo atrás de projeto como estamos tendo agora. Isso são propostas que o BNDES aceitou, precisamos avançar nisso. Isto é outra coisa importante que também tem muito a ver dentro do Congresso Nacional, que os recursos sejam destinados para obras que estejam realmente em condições de serem executadas ou próximas de serem executadas. Muitas vezes os recursos são destinados para obras que sequer têm projetos básicos ou sequer têm condições de ser e às vezes ficam ali esterilizados os recursos e se perde uma montanha de recursos ou grandes oportunidades.

E, finalmente, Senador Dornelles, que nós todos sabemos também, isto aqui é um fato, que ao longo do tempo o Tribunal de Contas da União, sempre preocupado em preservar, claro, o patrimônio, os recursos públicos, vem trabalhando e avançando, sempre baseado na LDO, em funções que muitas vezes nós entendemos que extrapolam o avanço, inclusive, um pouco além das suas funções. Nós estamos terminando um trabalho que será apresentado ao Congresso Nacional propondo algumas coisas com relação à mudança disso, sugestões que vão ser trazidas para cá. Mas o mais importante de tudo é que realmente a gente possa encarar esta questão aí, e o Congresso Nacional é fundamental, e aí a LDO é que vai ser o grande orientador dessas mudanças, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, no sentido de regulamentar ou retomar essas funções naturais e normais do Tribunal de Contas da União para evitar esses excessos. Hoje o Tribunal de Contas da União, inclusive, orienta na área técnica, da definição técnica, talvez até por não ter ninguém que esteja fazendo. Então eu acho que é uma questão que tem que ser analisada com mais detalhes, porque isso também tem sido objeto de estar travando e estar inibindo o andamento das obras e do caminho. O que nós queremos é isso, nós queremos que as coisas fluam, claro, se tiver problema, que sejam apontados, mas que não sejam paralisadas coisas indevidamente ou de maneira inadequada. Eu acho que nós temos condições de avançar nessa pauta e isso tudo virá em benefício da desburocratização, da maior fluidez, da maior agilidade dos processos e, portanto, de benefícios para o país.

É isso, Senador Dornelles. Eu fico, então, com a incumbência de encaminhar para V. Exªs. até amanhã o dossiê completo sobre essas obras para que a gente possa tentar avançar nisso aí e resolver essas questões. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu agradeço ao Dr. Paulo Simão pela belíssima exposição feita e dou a palavra agora ao Dr. José Lopez Feijóo, também membro integrante do Comitê de Monitoramento da Crise do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e membro da CUT, representante da CUT nesse Conselho.

SR. JOSÉ LOPEZ FEIJÓO: Primeiro um bom dia a todos e a todas. As nossas propostas sobre esses temas que nós estamos vivenciando, ela parte da análise que nós temos da origem da crise. É verdade que a crise aparece com o episódio *subprime* americano, mas a nosso ver a origem da crise é anterior. Ela tem origem quando se cria um conceito de que os países podem abrir mão das suas capacidades produtivas, dispensarem empregos industriais, rebaixar salários, destruir direitos e, portanto, atacar o mercado de consumo. Esse processo é bastante visível nos Estados Unidos, na Europa e, depois, copiado por uma série de países, inclusive o Brasil. Essa é, a nosso ver, a grande receita da crise. O *subprime* é consequência. Vocês sabem, todo mundo aqui sabe que o *subprime* foi originado num processo especulativo, mas tem também como base o fato de que a renda das famílias americanas não cresce há trinta anos exatamente por este processo, essa filosofia de dispensa e de rebaixamento de direitos, empregos industriais e nenhum programa de rede de apoio social.

Portanto, a nosso ver a saída da crise não se fará repetindo as mesmas receitas. Então propostas que visam reduzir salários, reduzir direitos, facilitar demissões, elas vão na contramão do enfrentamento da crise porque elas são receitas para aprofundar a crise. Todo mundo sabe que uma pessoa, para fazer uma compra de um bem durável, ela pensa duas vezes se achar que o seu emprego está em risco, porque um bem durável se lastreia no crédito e se lastreia na expectativa de renda futura. Se eu tenho garantia que eu vou estar empregado e, portanto, vou poder pagar o crédito que eu estou consumindo para adquirir um bem, seja um imóvel, seja um automóvel, seja uma geladeira, seja uma televisão, seja o que for, eu faço a compra; senão, não faço.

Portanto, aqui no Congresso tem hoje um projeto que é o reconhecimento da Convenção nº 158, da OIT, que a nosso ver contribuiria muito neste momento para evitar episódios, por exemplo, como o da EMBRAER, onde quatro mil e duzentos trabalhadores foram demitidos sem nenhum processo de negociação, sem nenhuma prestação de contas da empresa à sociedade. Uma empresa que cresceu, que gerou lucros com forte apoio do BNDES, governamental, com investimento de fundos e que não teve nenhum cuidado na hora de administrar esse procedimento que ela acabou realizando.

Nós apostamos na construção de uma agenda diferenciada. O que foi dito aqui sobre desburocratização, nós temos acordo com desburocratização, agora nós não confundimos desburocratização com desregular, porque desregular também está na origem da crise e hoje há um consenso mundial de que a excessiva desregulação e facilidade de atuação do sistema financeiro é o maior componente da crise. Os países estão discutindo exatamente como regular esse sistema, porque chegaram à conclusão de que só as leis de mercado, ou, aliás, que as leis de mercado não resolvem nada, e nós vimos aí falas muito interessantes de gente dizendo que estava equivocada porque acreditava que o mercado se autorregularia. Aqueles que defendiam que o Estado devia ser mínimo, agora é o Estado máximo que deve protegê-los e salvá-los. Então essas coisas a gente precisa aprender com a crise para também não repetir erros. Então desburocratizar não pode ser desregular. É verdade que quando se toma um decisão, muitas vezes ela demora para chegar na ponta, e às vezes por pequenos burocratas que estão no meio do sistema. No primeiro ano do aumento da renda do PRONAF, Senador Delcídio, eu me lembro que eu recebi uma ligação de um companheiro no Vale do Ribeira se queixando que o gerente do Banco do Brasil, naquela região, não estava liberando crédito do PRONAF, não estava liberando, enquanto os gerentes do entorno estavam. Então este poder dado a um burocrata qualquer no meio no sistema de travar decisões essenciais para o desenvolvimento, isto sim é desburocratizar, isso tem que ser revisto. Eu disse aos companheiros: "Ocupem a agência que ele vai ter que prestar contas e resolve". Eles ocuparam e resolveu.

Nós precisamos discutir o papel do sistema financeiro. Qual é a responsabilidade do sistema financeiro brasileiro? Que responsabilidade ele tem? O sistema financeiro deve ser suporte de apoio à produção, ele ganha dinheiro emprestando dinheiro. O sistema financeiro brasileiro não tem essa preocupação, ele não é um suporte de apoio à produção. Eu entendo que o Congresso e o Senado podem atuar fortemente na direção de produzir regulamentação que obrigue o sistema financeiro a cumprir o papel a que ele se destina, como parte de apoio do sistema produtivo, ao crédito. Aí nós entramos na questão das taxas de juros. As taxas de juros no Brasil não se justificam. Se

eles cobrassem como taxa de juros o triplo da SELIC eu estaria feliz, mas eles cobram muito mais que isso, sem nenhuma justificativa. 38% é o peso do *spread*. Eles provisionam recursos para possível inadimplência que não tem fundamento real e isso vai para a taxa de *spread*. Falam em cadastro positivo. Bom, quer um cadastro positivo? O banco que eu tenho conta que analise o meu histórico, ele tem lá o cadastro positivo. Por que é que então eu pago a mesma taxa de juros do que qualquer outra pessoa? Então o sistema financeiro não cumpre o seu papel. Nós precisamos fazer com que ele cumpra.

Eu quero dizer aqui e anunciar que nesse sentido de estabelecer inclusive concorrência, ontem nós assinamos um acordo com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nós quem?

SR. JOSÉ LOPEZ FEIJÓO: Nós, a Central Única dos Trabalhadores, onde vamos produzir um acordo de eliminar as tarifas bancárias, reduzir a taxa do cartão de crédito, a taxa do cheque especial e, mediante este acordo, nós vamos fazer campanha em todas as nossas bases para que os trabalhadores transfiram as suas contas para essa posição, esse acordo que lhe dá melhores condições. Já fiz isso, já fizemos isso nos metalúrgicos do ABC, onde eu fui Presidente até julho do ano passado. Nós estávamos incomodados com o fato de que a folha de salário era negociada pela empresa, que recebia todos os benefícios, e o trabalhador pagava todas as taxas. Nós dissemos aos bancos que atuam na nossa base e às empresas: "Nós queremos tarifa zero, o trabalhador não pode pagar tarifa". A categoria se esforça para ter 1% de aumento real, 2% de aumento real, 3% de aumento real, e o banco, sem nenhum esforço, na base da tarifa, arranca dos trabalhadores entre 1% e 3% da sua renda mensal a título de tarifa. As contas simples mostram que no mínimo um salário mínimo por ano é tirado do trabalhador a título de tarifa. Hoje nós temos no Brasil cerca de 140 mil metalúrgicos que não pagam nenhuma taxa bancária, nenhuma tarifa bancária, conseguimos arrancar isso, e agora estamos evoluindo para esse contrato com a Caixa e com o BB para produzir o mesmo acordo e aí poder transferir, quem sabe, quinhentas mil, um milhão, dois milhões de contas e aí os outros bancos vão ter que vir atrás. Então nós temos que estabelecer concorrência. Isso significa que nós temos uma trava, porque o sistema público, o sistema, o emprego público, só em 2012 vai ter portabilidade. Isso pode ser abreviado, isso pode significar estímulo à concorrência. Nós temos a portabilidade já, a partir desse ano, para os trabalhadores da iniciativa privada, mas no serviço público federal, estadual e municipal só em 2012. E por que é que os bancos, então, compram folhas de pagamento por quantias milionárias sem dar nenhuma contrapartida para os trabalhadores e toda a contrapartida para os que vendem as folhas? Isso poderia ser revisto, poderia se antecipar para, digamos já, que também no emprego público os trabalhadores pudessem transferir as suas contas para onde os bancos não cobrassem tarifas e reduzissem as taxas de juros e as taxas de crédito.

Muitas empresas no começo da crise, por conta dela, pisaram no freio de forma muito forte, fizeram ajustes de caráter preventivo, ajustes pesadíssimos, que a realidade posterior mostrou que foi de fato um grande exagero. Teve muita gente que se aproveitou da crise para fazer ajuste, que não precisava. Nós começamos ter episódio, em alguns lugares, já de recontratações porque exageraram na dose. É verdade que os setores altamente dependentes de exportação, empresas que têm 50%, 60%, 70% da sua produção voltada para exportação têm problemas, disso nós sabemos, mas isso é 15% da economia brasileira, é 15%, não é a totalidade. A crise atinge de forma diferente os diversos setores e ao longo das cadeias produtivas também de forma diferente.

Por último, nós temos no Brasil, e uma das coisas que pode ajudar a segurar os efeitos da crise internacional, é a rede de proteção social que nós temos, onde se inclui os recursos da seguridade social, aí incluído previdência, contribuição previdenciária, os recursos que vão diretamente para a seguridade social e os programas sociais. Qualquer proposta feita no sentido de exonerar folha de pagamento, nós temos espaço para diálogo e negociação, mas tem uma coisa que nós fazemos questão: tem que identificar qual é a nova fonte de recursos, exclusiva, com destino para o sistema. Então se for tirar da folha a contribuição previdenciária que sustenta a aposentadoria futura e que constitui uma poderosa rede de proteção social nesse país, e os países que não têm estão revendo as suas políticas, nós temos que dizer para onde é que vai. Eu sou defensor da tese que tem que ir para o faturamento, acho que inclusive é mais justo se cobrar a contribuição previdenciária patronal sobre faturamento. As empresas altamente empregadoras de mão-de-obra não precisariam informalizar e as altamente poupadoras pagariam um pouco mais, mas é justo que elas paguem um pouco mais, porque todas têm que contribuir para essa rede de proteção social. Então não pode ter simplesmente desoneração, tem que dizer de onde vem e para onde vai. Aqui no Congresso está a proposta de reforma tributária. Tem uma série de pontos que nós julgamos absolutamente positivos: unificação da legislação de ICMS, a modifica-

ção do sistema de cobrança de origem para destino, a unificação de imposto único em imposto federal, tudo isso achamos positivo, simplificação e tudo mais, mas do ponto de vista das contribuições da seguridade social o Congresso não pode cometer o equívoco de não identificar de onde elas serão cobradas e garantir o seu destino, porque senão nós estaremos cometendo um erro que vai contribuir para uma crise futura.

Então essas são as primeiras coisas que eu gostaria aqui de deixar claras. Ah, e uma outra coisa: nenhum programa, nenhuma programa, seja de ordem creditícia, de ordem tributária ou de qualquer tipo de apoio que tenha origem governamental, portanto, recursos públicos, pode ser feito sem que tenha uma clara, mas uma clara contrapartida da garantia do emprego, da renda e do aumento dos postos de trabalho e da sua formalização.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, meu caro José Lopes Feijóo. Nós passamos agora para os debates. O primeiro inscrito é o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente Francisco Dornelles, Senador, quero parabenizá-lo pela iniciativa de termos nesta manhã uma Reunião muito interessante, quando percebo aqui propostas que devem, no mínimo, serem intensificadas no debate. Eu vou fazer algumas considerações e alguns questionamentos.

Primeiro, eu acredito que essa crise vai fazer com que nós, e já estamos fazendo isso, temos a oportunidade de rever muita coisa do Brasil. Veja bem, nós estamos discutindo aqui questões importantíssimas, que deveríamos ter decidido há muito tempo atrás, e agora, diante de um contexto de crise, passamos a nos aprofundar para que o Brasil avance.

O Brasil tem uma economia com diversos problemas, que neste momento alguns problemas até nos ajudam, por exemplo, a economia informal. Temos quase 50% do PIB na informalidade, que neste momento é um problema que nos ajuda, porque isso faz com que muitos dos nossos brasileiros possam sobreviver diante da situação que se encontram na atualidade. Eu gostaria, já dentro desse contexto da informalidade, eu gostaria de ouvir a opinião do Dr. José Lopez, o que é que ele pensa sobre esses trabalhadores que estão aí na informalidade. Como fazer, dentro desse contexto que temos na atualidade de discussão, fazer com que nós avancemos para trazer aqueles que estão aí atuando dentro do contexto da informalidade? Veja bem que por mais que as nossas atenções estejam voltadas para a crise, para o curto prazo, curtíssimo prazo, mas é claro que estamos vendo um Brasil lá na frente. Nós temos que trabalhar um Brasil que passe essa crise e ele saia muito mais fortalecido do que estamos na atualidade.

Muito bem, o Dr. Antônio Trevisan tocou num ponto importantíssimo, que foi também observado pelos demais, a questão do *spread*, não dá mais. Eu falei para o nosso querido Senador Francisco Dornelles ontem, tivemos uma reunião muito interessante aqui sobre a discussão do *spread* no Brasil, não dá mais para continuarmos da forma como essa questão se dá no nosso país. Nós temos que aprofundar o debate, verificarmos o que está acontecendo dentro desse contexto. E aí eu aproveito a observação feita pelo Dr. Paulo Godoy, quando ele coloca a importância dos bancos públicos. V. Sa. coloca por que não os bancos públicos ajudarem dentro de um contexto de promover a competição e, é claro, estabelecerem *spreads* mais justificáveis. Então são pontos que, por exemplo, que estão nas mãos do Governo e que ele poderia avançar.

O Dr. Paulo Godoy coloca agilizar processo de viabilização de estradas. A sua observação foi dentro do contexto da infraestrutura. Aí eu perguntaria aos senhores, que são membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do nosso país, como é que vocês estão trabalhando os entraves, as diferentes opiniões que muitas vezes nós temos nos diversos Ministérios, por exemplo, Ministério do Meio Ambiente, Ministro Minc, Ministro do Transporte, Ministro Alfredo Nascimento. Um problema, BR-319, exigências por parte do Ministério do Meio Ambiente que estão sendo, salvo engano, atendidas pelo Ministério do Transporte, como fazer com que haja um entrosamento por parte desses Ministérios no sentido de resolver questões dessa natureza? Como conciliar crescimento econômico com preservação e conservação ambiental, como trabalhar isso? Porque isso, é claro, isso vai ao encontro, resolvendo esse problema, do que nós queremos, que é fazer com que tenhamos aí o desenvolvimento econômico.

O Dr. Paulo Simão coloca, para mim um dos pontos dentro dos mais diversos que foram colocados aqui, eu não vou ficar relatando ponto por ponto, solicitar obras com processos executivos concluídos, só destinar recursos para obras que tenham pelo menos projeto básico. O senhor foi muito feliz nessa observação. Hoje nós temos no nosso país, talvez, milhares de obras inacabadas. Primeiro porque nós não planejamos, não existe planejamento no Brasil, não existe um planejamento de médio e de longo prazo, não existe planejamento nos Governos, não existe planejamento nas prefeituras. Nós fazemos o orçamento aqui, e aí é um ponto nosso que nós temos que olhar aqui para o nosso papel, destinamos as nossas Emendas muitas vezes para atender o Prefeito tal que quer fazer a obra

tal e que não sabe direito nem como que vai fazer, e eu me coloco dentro desse contexto, fiz isso agora no orçamento que vamos viabilizar este ano, que foi muito bem conduzido pelo nosso Senador Delcídio Amaral, mas é um ponto que temos que observar, essa questão das obras públicas, e aí eu gostaria de saber por parte dos senhores como é que deve ser esse sistema de controle? Quais são as partes desse sistema de controle em relação às obras públicas do nosso país? Como é que deve ser isso? Nós estamos trabalhando, por exemplo, nós não estamos fazendo isso dentro de um contexto de longo prazo, qual é o Brasil que nós queremos para daqui há dez ou quinze anos? Nós não sabemos disso. Então nós vamos ter que rever, esse é um ponto, para revermos essa questão, porque não adianta apenas os recursos, destinam recursos, aí depois nós passamos a enfrentar outros problemas.

Revisão da Lei 8.666, excelente observação, nós percebemos isso. O Brasil cria burocracia, viabilizou a burocracia para tentar coibir, reduzir a corrupção, e isso não aconteceu, não acontece no nosso país. Nós vamos ter que rever essa questão da burocracia e eu aproveito aí a observação muito bem colocada pelo Dr. José Lopez, quando ele diz que desburocratizar não é desregular. Eu concordo plenamente com V. Sa., mas nós precisamos verificar o que está travando o Brasil. E aí, Presidente, temos que fazer, por exemplo, verificar o que compete ao Senado. O que é que está competindo? Nesse momento está nas nossas mãos. Qual é o nosso papel? Nós temos aqui alguma coisa que podemos trabalhar dentro desse contexto, como falou muito bem o Dr. Paulo Simão, que está no Congresso um processo que trata da revisão desta Lei, nós vamos ter que trabalhar no sentido de vermos como é que nós vamos agilizar isso. E aí é cada um, Poder Executivo, Legislativo, verem como é que podem trabalhar o mais rápido possível. Nós temos a curto prazo decisões para serem tomadas muito rapidamente. A médio e a longo prazo verificarmos tudo isso que está acontecendo.

Para finalizar, eu gostaria de fazer as seguintes sugestões: eu acho que temos, essa Comissão, ela junto com a Comissão de Assuntos Econômicos, ela está muito bem estruturada, quando V. Exª. está tornando dinâmica essa Comissão. Eu estou muito feliz de estar aqui hoje, falei isso para V. Exª., porque dá oportunidade para que nós possamos tornar as coisas de forma muito mais práticas e também revermos as nossas posições. Então, portanto, enfrentar essa questão do *spread*, para mim, é uma questão fundamental. A questão da burocracia, temos que ver como é que nós vamos fazer isso aí. Fazer grupos de trabalho, vamos sentar, grupos de trabalho para discutir o *spread*. Chama as instituições, vamos ver até chegar no entendimento de como é que nós vamos fazer com a burocracia no nosso país, vamos fazer uma grande discussão para destravar o país. Intensificar o investimento do Governo, eu acredito que ninguém é contra isso aqui. Investir na capacitação e qualificação profissional, os trabalhadores que estão aí desempregados, nós temos uma coisa muito boa no nosso país que os brasileiros são empreendedores. O nosso cidadão brasileiro, ele procura uma maneira e às vezes fazendo um churrasquinho de canto de rua, ele ganha dinheiro, dá-se um jeito, faz funcionar essa economia que nós estamos aí percebendo que é a economia informal. E, para finalizar, trabalharmos um planejamento para o nosso país. Nós temos, portanto, ações de curto, médio e longo prazo. Está na hora do Brasil discutir, nós teremos discutir qual é o Brasil que nós queremos para daqui há vinte anos, qual é o Brasil que nós queremos para daqui há quinze anos. Eram essas as nossas contribuições e parabenizo V. Exª. e todos os expositores por terem sido muito claro nas observações. Eu acho que é dessa forma que nós vamos avançar para termos um país melhor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Agradeço ao Senador Jefferson Praia. O próximo inscrito é o Senador Gerson Camata e o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu acho que a crise já trouxe um grande resultado hoje. Eu vi aqui a CUT, o Trevisan, o Godoy e o Paulo Simão pensando igual, com soluções próximas. Já é um grande resultado. Nós começamos a ter ideias e sei que o Feijóo já avançou.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Até daria para dizer exageradamente, próximas.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Próximas.

[risos]

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O Feijóo já avançou, ele já está fazendo, já está derrubando o *spread* bancário, já está negociando.

Agora eu queria, Presidente, primeiro fazer uma observação que o Feijóo é um privilegiado aqui. Quando eu tentei tirar a gravata, tornar mais informal a nossa Reunião, todo mundo aqui foi contra. O Feijóo está aqui sem gravata, ele pode e eu não posso, quer dizer, disseram: “Ah, mas se tirar o paletó, a gravata, aonde vai a dignidade da Casa? O Feijóo está aí cheio de dignidade sem gravata sem nenhum problema.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É que o prestígio da CUT está bem melhor do que o do Senado. Se nós tirarmos a gravata não sobra nada.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O mais interessante, eu quero cumprimentá-lo, foi uma beleza, a crise começou a produzir resultado.

Eu queria perguntar ao Paulo Simão, que eu tenho uma preocupação que eu tenho conversado com o pessoal da construção civil do Espírito Santo, onde V. Exª. inclusive esteve lá, o pessoal está com preocupado com falta de mão-de-obra agora. Estão buscando trabalhadores na Bahia, em Belo Horizonte, teve até um grupo que eles estão puxando agora os aposentados de volta da construção civil para trabalhar. Se começar a fazer um plano muito avançado, nós vamos ter um problema de rapidez para a formação de mão-de-obra, e até me disse um empresário da construção civil lá que o grande concorrente da mão-de-obra na construção civil não são as outras empresas, é o seguro desemprego, porque ele trabalha ali alguns meses, corre lá, "Me dá uma dispensa para eu pegar o seguro desemprego durante alguns meses ou eu não volto e vou para outra empresa quando eu voltar", quando diante da escassez de mão-de-obra a empresa é obrigada a demiti-lo e contratá-lo informalmente para que ele receba dos dois lados, quer dizer, a gente tem que pensar nesse aspecto também. É bom que falte mão-de-obra, que sobre o salário, a demanda.

Outro problema que eu coloco e quem colocou isso foi o Trevisan, a baixa dos juros, claro, mas talvez não pode, se ela for muito repetida, começar uma inflaçãozinha de demanda se de repente haver uma baixa muito...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Que seja bem-vinda, que seja bem-vinda.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Uma inflaçãozinha de demanda. Então é sempre uma preocupação que a gente observa nas falas do nosso Meirelles, que esteve aqui também.

E outra coisa, Presidente, cumprimentando a todos, foi uma aula de pós-graduação que nós tivemos aqui e uma aula de concorrência, dizer o segmentado: estamos fazendo na CAE, eu queria que se agregasse também a essa Comissão, o problema de produção de café no Brasil. 25 mil produtores de café, segunda-feira em Varginha, foram para as ruas. O Brasil está ameaçado, depois de quatro séculos, de deixar de ser o maior produtor de café do mundo. A Índia vai nos passar, porque a crise, para V. Exª. ter uma ideia, por exemplo, o óleo diesel nos últimos anos, de 1994 a 2008, ele subiu 503%; o calcário subiu 460%, um trator 317 %; e uma saca de café subiu 18% de 98 até agora. Situação difícil, sem crédito para exportar, a produção entancada nos portos ou entancada nas cooperativas, sem recursos para financiar a produção e, veja, são pequenos produtores, no Brasil todo raríssimos são grandes. No Espírito Santo, por exemplo, que tem 3 milhões de habitantes, 320 mil pessoas trabalharam nas lavouras de café. Imagine um "baque" desse o que pode acontecer. Então eu acho que seria bom, porque virá o Presidente do Conselho Nacional do Café, o Presidente da Cooperativa de Varginha, o Secretário de Agricultura do Espírito Santo, se englobasse também essa coisa para encontrar alguma solução, porque o que eles dizem é que deram dinheiro para os automóveis, deram dinheiro para os banqueiros, deram dinheiro para os grandes exportadores e, para o pequeno produtor, nada, com muita e justa razão.

Era só uma observação que eu queria fazer, cumprimentando a todos, foram tão elucidativos que a única dúvida minha era essa, a dúvida da inflação, e eu repito que o grande benefício da crise já chegou: nós estamos concordando com a saída dela e com as soluções, gregos e troianos. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado Senador Gerson Camata. Com a palavra o Senador Tasso Jereissati e, posteriormente, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Dornelles e senhores convidados. Eu gostaria de colocar algumas questões, mais perguntas para esclarecimento no sentido de que nós possamos dar a essa Comissão realmente a possibilidade de trazer resultados concretos no nosso trabalho, que é a orientação dada pelo nosso Presidente Francisco Dornelles.

Nossa preocupação é de avaliar tudo aquilo que está sendo feito em relação ao acompanhamento da crise no sentido de mitigar a crise, sugerir melhoras e entender a profundidade para que nós possamos estar atentos à profundidade e à extensão dessa crise. Por isso eu queria colocar aqui algumas perguntas específicas diante de alguns resultados. Nos parece claro, é uma conclusão que nós estamos chegando, de que o crédito não se normalizou, quer dizer, existe a volta de grandes bancos operando de uma maneira bem mais moderada, mas voltam a operar, os pequenos e médios bancos parados e o Banco do Brasil e a Caixa Econômica ainda não conseguiram, de alguma maneira, repor esse vazio deixado pela atuação dos grandes bancos.

A primeira pergunta que eu faço é a seguinte: o reflexo de várias preocupações aparecem aí nas pequenas e médias empresas, de uma maneira geral, e especificamente na construção civil que, como foi explicado aqui muito bem, a construção civil tem uma capacidade de responder rapidamente, principalmente na geração de emprego e tem uma cadeia de geração de emprego muito grande. Esta não volta

da normalidade bate com o estágio atual da construção civil? A pergunta é mais objetiva é: a construção civil voltou ao normal? Eu queria fazer uma visão do estágio: antes da crise, caiu durante a crise e em que ponto se encontra hoje? Isso porque nós ouvimos aqui ontem, por exemplo, a Presidenta da Caixa Econômica Federal, e ela deu uma explicação, deu uma explicação não, fez explicação de números em que praticamente a Caixa Econômica Federal estaria expandindo de uma maneira realmente sensacional o crédito à pequena e média empresa, principalmente na construção civil. Já o que nós temos ouvido nos nossos contatos nos nossos Estados é ao contrário, é que apesar dos números anunciados e V. Sa. deu aí o exemplo desse número, foi anunciado, se eu não me engano, 3 bilhões para capital de giro e só 50 milhões foram liberados. O que eu tenho ouvido, por exemplo, no meu Estado, no Ceará, que as empresas médias não estão conseguindo o acesso aos financiamentos da Caixa Econômica não só pela burocracia, mas as exigências inviabilizam. Algumas exigências são de tal forma que inviabilizam a grande maioria das empresas a terem acesso a esse recurso.

Aí me fica a seguinte questão: antes da crise havia realmente uma expansão do crédito muito grande. No entanto, antes da crise as Leis e as burocracias eram as mesmas e isso não impediu a expansão desse crédito. Veio a crise, não mudaram essas Leis, não houve uma sensível orientação no sentido de diminuir as exigências e, no entanto, o crédito está seguro, principalmente aí em volta da questão dos bancos oficiais, porque os bancos oficiais é que seriam, neste momento de crise, os grandes responsáveis por suprir as lacunas e, também, o grande agente de retomada de crescimento do Governo Federal, principalmente na área de construção civil. Como explicar essa diferença entre os números que o Governo mostra ou que a Caixa Econômica demonstra, e isso é importante porque eu já fui Governador, aqui vários já foram Governadores, e às vezes você lança um programa, o Camata, o Senador Camata também já foi Governador, você lança um programa, você executa um programa, seus assessores dizem que aquele programa está indo maravilhosamente bem, mas não está acontecendo lá na ponta. E às vezes o Governo está pensando que isso está acontecendo e não está, na ponta está acontecendo outra coisa que me parece que é o que está acontecendo hoje naquilo que é considerado, até agora, a espinha dorsal do programa do Governo de combate à crise. Ora, se esse de 3 bilhões que a Caixa Econômica, que é o agente principal, não está conseguindo implementar de fato, imagine esse de um milhão ou quinhentos ou seiscentos mil casas que estão por aí e que também a Caixa Econômica vai ser o principal agente, quer dizer, não adianta nós nos iludirmos com factóides, quer dizer, grandes lançamentos, grandes programas, gigantescos programas, grandes eventos para comemorar o lançamento do programa, que eles não tenham consequência concreta porque nós vamos ficar sempre sendo surpreendidos com notícias como nós fomos no último trimestre do ano passado, pensando que vai tudo bem, grandes programas, grandes programas, grandes programas, e há uma queda do PIB de 3,6%.

Então essa é a questão que eu gostaria de colocar e que me parece fundamental dentro daquilo que nós estamos aqui querendo discutir, e me parece que eu não vejo condições da Caixa Econômica tocar sozinho um programa nem de quinhentas mil casas, quanto mais de um milhão de casas daqui até o final do ano, então me parece, por exemplo, Senador Dornelles, que dentro desse contexto o fundo garantidor seria urgentíssimo e essencial para resolver esse problema e dar maior capilaridade e agilidade a um programa como esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati. Eu pergunto aos senhores: temos dois Senadores inscritos. Eu poderia dar a palavra aos dois Senadores e, posteriormente, aqui os nossos debatedores fariam uma análise geral. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Francisco Dornelles, Senador Delcídio Amaral, Srs. Senadores, senhores convidados.

Foi bastante importante a constituição dessa Comissão por parte do Senado Federal de acompanhamento da crise financeira e da empregabilidade, principalmente tendo à frente na presidência o nosso Ministro Francisco Dornelles, pela sua competência e a sua experiência. Eu acho que é uma preocupação que perpassa a todo brasileiro de qualquer classe. Mais ou menos, mas todos nós nos preocupamos com o desenrolar desta crise.

A primeira pergunta que eu faço aos nossos ilustres convidados, fiquei preocupado quando o Senador Camata disse que os nossos convidados, o Paulo Godoy e o Paulo Simão estavam com o mesmo pensamento do José Feijóo. Isso já me deixou sobressaltado, mas o Senador Pedro Simon disse que é muito próximo, ou seja, não é igual. Aí já fiquei um pouco mais tranquilo. O que eu queria perguntar aos nossos convidados, todos participam do Conselho, o nome é Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Conselhão, todos participam, e eu queria perguntar, a primeira questão é a seguinte: se V. Sªs. nas reuniões

do Conselho colocam o pensamento de forma transparente, ou seja, dizendo ao Governo que não adianta propagandear notícias que são plantadas porque na base, como disse aqui o Senador Tasso Jereissati, na ponta, é completamente diferente, a realidade é outra, a realidade é outra, ou seja, se algum dos nossos convidados chega no Conselhão e diz assim: "Olha, o rei está nu", ou seja, a realidade não é esta. Esta é uma questão que eu coloco de forma genérica.

Nós sabemos que nós temos dois Brasis: o Brasil oficial e o Brasil real e os dois estão em contraponto. Há uma indução que eu acho que até em determinado nível tem que ser feita mesmo, não há porque se dar ênfase a uma crise, mas também não se pode deixar de acreditar ou de informar que a crise existe, que lamentavelmente ela é real. O Brasil, lamentavelmente, surfou no "bum" da economia durante cinco anos. O mundo todo em expansão, a China comprando o que produzia e o que não se produzia, principalmente e basicamente de insumos, nós exportamos o minério de ferro e importássemos produtos industrializados, ou seja, nós estamos exportando emprego, exportando emprego. O emprego, ao invés de ser criado aqui no Brasil, estava sendo criado lá fora. Essa é a realidade. Não nos preparamos achando que essa fase de bonança ia ser eterna, quando nós sabemos que é cíclica.

Eu não tive a oportunidade de assistir, com certeza, o brilhante pronunciamento do Dr. Antoninho Trevisan, nem do Paulo Godoy, estava na Comissão de Infraestrutura, mas só pelos questionamentos já me posicionei, vou lê-los depois nas notas taquigráficas, mas o que nos preocupa a todos, me parece aqui, é a questão do acesso ao financiamento, quer dizer, uma ação anticíclica tem que... Agora mesmo temos notícia de ontem de que nos Estados Unidos, o Banco Central dos Estados Unidos autorizou a emissão de 1 trilhão, 150 bilhões de dólares. Isso vai atingir um montante de quase 4 trilhões de dólares já colocados pelo Governo americano sustentar a maior economia do mundo. E aí a gente ainda acha que o Brasil vai apenas sofrer uma morolinha. Deus nos permita que assim fosse, ninguém quer aqui crise não. Nós queremos continuar no desenvolvimento. Mas o *spread*, como foi dito aqui, que o Governo, o banco oficial tem que dar o exemplo, tem que dar o exemplo, porque o *spread* é o custo do dinheiro, é livre concorrência, quer dizer, nada impede que um determinado banco ofereça um valor de taxa menor do que o outro e isso só será feito se for induzido pelo próprio Governo, ou seja, os bancos oficiais que têm recursos públicos, que têm custos, muitos deles, sem nenhum valor de depósito, alguns deles a custo zero, eles têm que dar o exemplo e fazer com que o setor, como um todo, caia o custo do financiamento eles dando o exemplo, porque aí vai ter concorrência. E o que se vê, lamentavelmente, foi colocado aqui pelo Paulo Simão e já ressalvado pelo Senador Tasso, é que a Caixa Econômica vem aqui, eu não estive presente na última Reunião aqui, vem e diz que ela está atendendo à demanda de financiamento. Existe 3 bilhões colocados à disposição, 50 milhões liberados, ou seja, a realidade... E o que se vê, Senador Tasso, no Pará, é a mesma coisa. No Pará ainda há uma superposição de crise: crise internacional, nacional e da gestão do Estado, que é uma calamidade pública.

Então eu perguntaria ao Presidente da CBIC que todos nós temos conhecimento e sabemos, já foi dito isso pela imprensa, o setor da construção civil não tem capacidade de produzir um milhão de casas daqui para junho do próximo ano, ou seja, em um ano e dois meses. Isso é de conhecimento de todos. Nós não temos porque a própria Caixa Econômica não tem capacidade de gestão para chegar com os financiamentos, não há capacidade de produção, a indústria não vai atender, mas continuamos apregoando que vamos construir um milhão de casas, ou seja, nós criamos uma expectativa na classe menos favorecida de que vai ter casa inclusive, como já foi dito, de doação, de doação. Já houve propostas do núcleo do Governo de que as casas têm que ser doadas, não têm que ser adquiridas. Eu acho que tem que ter subsídio sim. Em nenhum lugar do mundo construção de baixa renda pode ser arcada pelo salário. O Governo Federal já devia ter feito isso há bastante tempo, tem que subsidiar o custo da habitação social. Então é preciso, mas que haja, por parte de quem está comprando, a dignidade de poder contribuir com alguma coisa, até para valorizar aquilo que está sendo incorporado.

Eu perguntaria, então, por que é que a CBIC não diz qual é a capacidade do setor de produção, como é que deve ser feito esse processo, ou seja, transparência no programa que está sendo alardeado, senão nós vamos ter aqui uma peça de Hollywood, da Broadway, para fazer mais um anúncio de palanque e não vamos ter a contrapartida. Agora mesmo o Dr. Paulo Godoy, que aqui está como representante do Conselho, mas é o Presidente das Indústrias de Base, da Associação das Indústrias de Base, sabe que o próprio Paulo Simão já disse o que PAC não avança, não avança. Motivos foram colocados aqui, mas o relatório do Governo diz que ele está adequado, ou seja, está dentro, e aí nós vamos ver a estatística de 2006, 2007 e 2008, do que tinha para ser investido em habitação social e o que foi investido. Se não fizemos em 2006, não fizemos em 2007 e não fizemos em 2008, vamos fazer em 2009? Deus queira que sim, mas a preocupação é que se faça 10% do que está prometido e se chegue, Sena-

dor Tasso, no palanque e digam: "Os outros 90% serão feitos pelo meu sucessor ou minha sucessora". Esse é mais um estelionato eleitoral que possa estar sendo preparado para a sociedade brasileira.

Com relação ao Dr. José Feijóo, V. Sa. entrou em contradição em alguns pontos. Falou em Estado máximo, Estado mínimo. Eu não acredito nem em Estado máximo e nem em Estado mínimo, eu acredito em Estado necessário. O Estado tem que agir aonde a economia não dê retorno, aí ele tem que estar presente, principalmente induzindo o desenvolvimento das regiões periféricas subdesenvolvidas no Brasil, cumprindo um preceito constitucional que é de diminuir as desigualdades regionais, e, lamentavelmente, o que nós temos assistido no Brasil é que essas desigualdades, esse fosso tem aumentado ao invés de diminuir. Mas V. Sa. colocou aí um questionamento com relação às demissões. Fique certo que nenhum empregador, nenhum, faz demissão por vontade, porque quer desemprego, quer produzir desemprego. O empregador tem na qualificação dos seus recursos humanos o maior ativo da sua empresa. Não existe empresa sem ter recursos humanos e não existe emprego se não tiver empresa. Então aí há uma contradição que tem que ser levada em consideração. Então você desemprega num momento extremo de necessidade, porque você não sabe se vai mais adiante ter possibilidade de retornar aquela mão-de-obra em que muitas das vezes você teve investimento pesado de qualificar esta mão-de-obra, principalmente num setor como é o da construção civil, que você tem baixa qualificação na mão-de-obra. Mas aí V. Sa. colocou dizendo que lamentava, e todos nós lamentamos, evidentemente, a demissão dos empregados, e fez referência à EMBRAER. E aí em seguida V. Exª. diz que entende as demissões nas empresas exportadoras. Olha, a EMBRAER têm mais de 90% do seu faturamento para o mercado externo. Então eu só queria entender qual é o discurso correto, se é o primeiro ou o segundo. E dizendo sempre que Deus queira que nós possamos sempre aumentar o número de empregos, empregos formais.

Para encerrar, Senador Dornelles, eu quero aqui também fazer uma pergunta: a minha preocupação, Deus queira que ela não seja verdadeira, Senador Delcídio, é com relação a esse incremento de crédito que foi dado no passado, na fase da bonança. Várias pessoas estiveram me procurando, aposentados, pensionistas, que foram atraídos pelo crédito facilitado e que hoje o seu contracheque, o seu holerite vem quase que com recursos que não dá para pagar a conta de luz ou o seguro-saúde. Então essa é uma preocupação que eles têm, eles têm. Então o crédito tem que ser estendido, evidentemente que sim, mas nós temos que ter ações que possam vir a ter à frente um combate a uma crise como que nós estamos vivendo, senão nós não vamos ter carros abandonados aí no meio da rua porque é mais fácil largar o carro do que continuar pagando, ou então o Governo vai ter que comprar carteira de bancos que estenderam o crédito a automóveis e que agora, com noventa meses para pagar, não tem condições de serem resgatados.

E, por último, se o financiamento que foi colocado à disposição, me parece, essa é uma dúvida que eu gostaria de esclarecer, que o Governo colocou um financiamento para o setor da construção, mas teria restringido esse financiamento só para as obras do PAC. Isso tem fundamento ou não?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual financiamento?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Financiamento público para o setor da construção civil, para financiar aquelas empresas que estavam executando obras do Plano de Aceleração do Crescimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Passo a palavra ao último orador inscrito, o Senador Marcela Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Serei breve, Presidente, serei breve e quero ser bem específico.

Ontem aqui naquela Audiência que fizemos com a Caixa Econômica e com o Banco do Brasil, eu fiz uma proposta, quer dizer, fiz uma consulta, eu disse se era possível incluir no financiamento da casa própria mobiliário e utensílios, tipo geladeira, fogão e máquina de lavar, que são hoje imprescindíveis na vida moderna, até porque a mulher trabalha, financiamento, que já é adotado em outros países. A minha preocupação também é com a indústria moveleira. O meu Estado é muito artesanal. Eu não sei se vocês viram hoje, a arrecadação de fevereiro caiu 27% em relação a janeiro. Em relação a fevereiro do ano passado, 11%, quer dizer, a arrecadação tributária. Agora o maior fator da redução da arrecadação, Ministro Dornelles, foi o IPI. Então a indústria está sofrendo muito.

A construção civil é a nossa grande esperança de relançar a economia. Seus insumos são todos nós nacionais e nós temos técnicas. Eu falo isso como engenheiro, eu fiz muitas obras, participei de muitas obras desde o meu tempo de menino, vinte e um, vinte e dois anos, vivi em canteiro durante vinte anos e sei da potência, da pujança da construção civil no Brasil. Agora é preciso lembrar da indústria. Casa própria, se a gente puder financiar junto com a habitação utensílios, utensílios até eu fiz uma proposta aqui à indústria, de a gente lançar utensílios da linha mil, tipo a linha

mil de carro, que não agridam o meio ambiente, que seja economicamente viável em termos de consumo de energia e que não tenham tantos itens de luxo para que possam ser mais baratos. Até hoje no jornal saiu a notícia que eu estava propondo bolsa-sofá. Não é verdade. Eu acho, assim, que a imprensa, vocês desculpem, eu vou até desabafar, mas certos setores da imprensa se monstrificam porque eles não conseguem harmonizar os impulsos direitos da liberdade de imprensa com outro direito que o antecede e o sobrepõe, que é o direito à verdade, à dignidade humana de um político poder fazer uma proposta e isso ser retratado de maneira correta. Fica aqui o meu desabafo.

Mas o que eu queria propor aqui, Senador, é o seguinte: nós temos um problema sério que foi tocado aqui que é projeto executivo. Nós temos problemas no projeto executivo que são complicados, são complexos e muitas vezes nós encontramos obstáculos na execução da obra que é impossível de ser previsto pelo arquiteto na prancheta do seu gabinete, por melhor que ele seja. Não tem como. Obras do PAC imensas, às vezes atravessam... Problemas de cabos de telecomunicações, esgoto, ou, então, encontram... Você faz quarenta pontos de sondagem, mas de repente ali no meio tem uma rocha imensa e aí você tem que quebrar aquela rocha, fazer um monte de coisa.

Outra coisa: os equipamentos, o método(F) construtivo, é difícil você propor no projeto porque você não sabe qual é a empresa que vai ganhar e quais são os equipamentos que ela possui. Então, Ministro Dornelles, eu aqui faço uma proposta concreta. Nós não nos devemos nos ater aos reflexos, aos sintomas, às consequências dessa crise. Nós temos que ir ao fundo e lá embaixo, nas causas, nós nos revestirmos de coragem, planejarmos com criatividade, executarmos com tenacidade para a gente dar uma contribuição para a nossa Comissão que é muito importante. Por que não os projetos executivos serem executados por aqueles que estão fazendo a obra? É claro que isso fica sobre a aprovação do contratante, a fiscalização do Tribunal e do Ministério. Mas adiantaria tanto, porque o próprio empreiteiro não tem interesse de que aquela obra sofra dissolução de continuidade ou que os recursos obriguem a uma desmobilização, que é ruim para todos. Agora nós precisamos vencer aquele estigma de que obra é ponto de corrupção, que o político está ganhando dinheiro, que o empreiteiro é corrupto, que perde-se o controle. Vencido esse estigma, eu acho que nós caminharíamos muito se pudéssemos, de alguma forma, encontrarmos uma forma de flexibilizar esse ponto, que é realmente um grande entrave. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado ao Senador Crivella. Eu dou a palavra agora, com a autorização do Antoninho, ao Paulo Godoy, que parece que tem um compromisso. Por favor.

SR. PAULO ROBERTO DE GODOY PEREIRA: Obrigado, Senador, obrigado companheiros aí pela deferência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Três minutos para cada um.

SR. PAULO ROBERTO DE GODOY PEREIRA: Em três minutos cada um, eu vou tentar rapidamente fazer algumas colocações aqui que os Srs. Senadores fizeram.

Ao Senador Jefferson, eu acho que a sua pergunta básica, de certa forma, está respondida. Eu acho que uma atribuição fundamental é do Congresso Nacional, que é se debruçar nesses elementos que criam confusão nas atribuições dos órgãos do Estado. Há sobreposição de funções a órgãos e instituições se sobressaindo ou se colocando na condição de exercer funções que são de outros órgãos e isso gera uma possibilidade de conflito judicial fantástico. Grande parte dos conflitos em licenciamento ambiental são motivados exatamente por não estarem esclarecidas as competências dos órgãos ou da União ou dos Estados em proceder ao licenciamento. Então o Ministério Público e outras instâncias interessadas em postergar empreendimentos acabam se utilizando destas brechas. E aí tem ou do Tribunal de Contas ou de outras instituições, até vinculadas ao Poder Judiciário e de fiscalização, acabam produzindo esse efeito. Então eu acho que uma das tarefas precípuas dessa matéria é realmente o Congresso Nacional se dedicar em pinçar esses elementos e tentar dar encaminhamento a essa solução. A outra passa pela Lei de Licitações como foi citado. Como normalizar isso? Alguns exemplos já foram dados: tem que ter projeto executivo, tem que ter recurso e a Lei precisa ser modernizada, quer dizer, essa Lei de Licitações, nós não vamos entrar aqui no detalhe, eu acho que têm outros fóruns, outros dias que nós podemos fazer isso, ela foi elaborada numa época com clamor de determinadas circunstâncias. Agora ela precisa ser modernizada porque ela não está surtindo o efeito que ela deveria produzir, que é fazer com que o Poder Público contrate com prazo, qualidade, com decência e com a empresa contratada entregando aquilo que foi contratado. Ela não está conseguindo cumprir com isso. Então ela precisa ser revista. Nós temos ideias sobre isso e às vezes até conflito com outras, mas temos ideias sobre isso.

Com relação ao crédito, Senador Tasso Jereissati, é de fato aí que se reside todo o problema. Eu vou

separar aquilo que é de infraestrutura, porque desde o início nós entendemos que era preciso que o BNDES estivesse fortalecido, porque ele reciclava parte do seu *funding* no mercado internacional e isso secou. Então era fundamental, primeiro, a tarefa de fazer com que o BNDES tivesse condições de continuar o seu programa de desembolso. Isso não resolve totalmente o problema porque, como todos sabem, o BNDES financia parte dos programas que variam de 50% a no máximo 80%. O restante dos recursos eram fornecidos pelo sistema bancário privado ou através da Caixa, o Banco do Brasil. A Caixa ainda não, eu vou falar especificamente sobre isso. Aí é que se reside o problema, quer dizer, encontrar formas de... Neste momento o crédito ficou super caro. Para o senhor ter uma ideia, as grandes empresas de infraestrutura financiavam esse lote de recursos que complementam a dívida de longo prazo em 110%, 118%, no máximo 120% do CDI. Esses números passaram para 130%, 140%, há casos de 160%, há casos até de 180% de CDI. Então aí é que nós abrimos as duas frentes: uma é pegar esses fundos de investimento e outra com os bancos públicos, para que eles possam fazer empréstimos ponte, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil. E há de se colocar aqui que a Caixa Econômica Federal tem ajudado bastante nesse sentido, porque a Caixa Econômica Federal entrou num segmento que ela não atuava, que é o banco de investimento e empréstimos, que nós chamamos de empresas privadas, vamos dizer, o *Corporation*, operações de atacado. Isso ela não fazia, agora ela está entrando e isso está incomodando bastante a rede bancária tradicional porque está promovendo a competição por outra via. Então aí realmente se reside um grande desafio e, também, se a gente tivesse uma varinha para dizer faz isso e faz aquilo era fácil. É claro que o mundo inteiro está procurando encontrar caminhos para fazer fluir essa liquidez. Eu acho que a publicação dos balanços, como eu disse, a publicação dos balanços de grandes corporações de bancos poderá trazer uma estabilização na desconfiança e aí é capaz que volte um pouquinho a operar, aí começar a operar e começa a reduzir os *spread*, independentemente das outras ações.

Com relação ao Conselho, Senador Flexa, eu acho que um dos grandes segredos lá do Conselho é exatamente isso. Por quê? Cada um de nós tem as suas próprias convicções e os seus próprios caminhos de fazer, discutir ou prevalecer ou debater as suas próprias ideias. Isso continua. Nós continuaremos, a CBIC e a ABDIB, com uma agenda própria, como a CUT e os outros elementos que estão lá. Agora o que nós procuramos lá fazer é identificar aqueles que são comuns. Então nós traçamos uma bandeira geral que é consenso aqui nessa Casa também, que é o que nós podemos fazer para beneficiar o país. Então tem uma agenda que é comum a todos os brasileiros de boa intenção. Nessas nós exploramos as nossas convergências. Aquelas que são divergentes, não há como fazer. Nessa nós não vamos trazer e contaminar o Conselho com divergência, vamos tentar trabalhar naquilo que é convergente. Aquilo que for divergente, cada um tem a sua forma de pensar, vai continuar pensando e vai continuar divergindo em outros fóruns. Essa é a mentalidade que nós procuramos ter lá.

O Senador Crivella também menciona o projeto executivo, está inserido nesse contexto, quer dizer, eu acho que aí a Lei de Licitações, o Deputado Ulisses Guimarães dizia: "Quando você começa uma CPI, você sabe quando ela começa, mas não sabe como ela termina". Serve para a Lei de Licitações. Quando você mexe na Lei de Licitações, você sabe como ela começa; como ela termina, ninguém sabe, porque aí entra uma avalanche de ponderações, de muita demagogia, de muito holofote e acaba que você quer melhorar a Lei de Licitações e, no final, acaba é piorando, criando mais uma amarrazinha ali para coibir não sei o que, pá, pá, pá, pá, e no conjunto ela não está cumprindo a sua obrigação, que é propiciar ao Poder Público contratar bem e executar bem as suas encomendas. Obrigado, eu vou me desculpar, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado ao Dr. Paulo Godoy. Apenas que o senhor ficou de depois mandar para nós alguns pontos específicos, quais são aqueles pontos que de imediato criam tanto burocracia e que a gente podia eliminar, fazer uma proposta de eliminação o mais rápido possível.

SR. PAULO ROBERTO DE GODOY PEREIRA: Farei isso, farei isso com esses elementos aqui em meio eletrônico para que o senhor possa facilitar a tramitação e faremos essas ponderações que eu acabei de citar também para contribuir com o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado. Passo a palavra ao Dr. Paulo Simão.

DR. PAULO SAFADY SIMÃO: Muito bem, Senador Dornelles. Eu tenho aqui uma série de questões que foram encaminhadas a nós, de modo que eu vou pedir um pouco mais do que os três minutos.

Vou começar pelo Senador Jefferson Praia, o senhor falou com relação à burocracia. Eu acho que eu até fiz essa proposta ao Presidente Lula num evento nosso, talvez fosse um grande momento de voltar com a Secretaria da Desburocratização. Brinquei com o Paulo aqui, talvez até criar a Agência Nacional da Desburocratização. O país nunca esteve tão burocrati-

zado como está nesse momento. Talvez nós devíamos pensar nisso. E até para o futuro. Eu acho que para o país, esse é um gargalo violentíssimo que o país está vivendo, isso é uma coisa que a gente tinha que pensar, e atrás dessa burocratização que vem se agravando e existe uma série de problemas aí que poderiam ser resolvidos. Isso é uma coisa que eu deixaria para reflexão, Senador Dornelles, eu acho que isso é um negócio gravíssimo.

O Senador Gerson Camata não está aqui, ele falou na questão da mão-de-obra no Espírito Santo. Eu confesso que eu não tinha essa informação neste momento. Já tive no passado. O Espírito Santo tem uma característica muito forte, ele tem uma concentração enorme de grandes obras nesse momento, porque tem lá a Vale do Rio Doce, o Porto de Tubarão, então é possível que nesta retomada esteja tendo problema sim. E aí me deu a oportunidade de dizer o seguinte: nós temos um projeto, assinado com o Ministro Patruz, de treinamento de pessoas do Programa Bolsa-Família, são 175 mil pessoas, já em estágio avançado, para capacitar pessoas para obras do PAC dentro da construção civil. Já estão sendo treinados os monitores, o estágio é esse, no Brasil inteiro, nas grandes capitais, região metropolitana, eu vou até ver como está isso no Espírito Santo, se a gente pode acelerar para ver se a gente consegue formar pessoas mais rapidamente no Espírito Santo para ajudar os companheiros lá. Esse é um ponto--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

DR. PAULO SAFADY SIMÃO: Também está precisando lá. Pois é, mas também temos esses projetos dentro de todos esses Estados.

Bom, o Senador Tasso Jereissati faz algumas questões com relação à Caixa. Senador, eu tenho muito cuidado de falar da Caixa, até porque toda vez que eu falo da Caixa, eu sou mal interpretado lá dentro, sempre eu sou muito mal visto lá porque eu sempre falo com uma certa verdade. Eu concordo com o senhor, às vezes há muitas divergências dos números que a Caixa fala e a gente fala, até porque os enfoques são diferentes. Quando a Caixa fala nos números dela, ela fala com outros números que às vezes a gente não está olhando. Você não sabe se ela fala... Ela do fundo de garantia, da poupança, ela fala dos vários programas dela, ela fala de imóveis novos, usados, atendimento habitacional, então tem uma série de programas que ela engloba tudo. É verdade, a Caixa tem tido um desempenho, ninguém pode negar, muito positivo, tem trabalhado positivamente e isso é inegável. E mais: neste momento ela tem feito um esforço muito grande de melhorar os seus procedimentos, os processos, para poder agilizar. Isto é um fato, a nível central. Então quando o senhor pergunta: o crédito está chegando na ponta? Não está chegando na ponta. Estamos com dificuldades enormes na área imobiliária de contratar na ponta. O senhor tem toda a razão. Estamos com muita dificuldade no Brasil inteiro neste momento de contratar com a Caixa e com os agentes privados, é geral. Então está muita seletividade, muita morosidade, muita dificuldade na contratação de novos empreendimentos, de coisas novas, de produção de coisas novas. Na contratação do mutuário final, na compra de imóveis usados, não. Isto aí tem agilidade, mas na produção de novas coisas, de novos empreendimentos, realmente tem muita dificuldade no Brasil inteiro e isto é um problema que nós vamos ter que resolver. Então isto é verdade. Mas aí, como eu disse, está neste bolo, eu acho que neste anúncio do Projeto da Habitação do Interesse Social, vem junto todo esse programa que está sendo feito de melhoria dos procedimentos, pode ser que a gente consiga nesta hora um avanço também na questão da contratação de mão-de-obra. Tenho colocado para o Governo com muita objetividade: se nós não contratarmos novos empreendimentos, eu estou falando somente na área imobiliária, até julho, agosto desse ano, nós vamos ter problema de desemprego na área imobiliária em 2010 e 2011, porque hoje nós estamos bem de emprego, neste mês já foi positivo, janeiro e fevereiro o nosso setor foi positivo, pouca coisa, mas já foi positivo, mas isto aí são empregos que foram gerados em contratação de empreendimentos lá atrás. As grandes empresas, aquelas dos IPOs, não contrataram novos empreendimentos ainda e nem vão contratar ao longo desse período, ao menos que haja condições especiais de contratação, ou seja, enquanto houver esta falta de liquidez, de recursos, elas não vão colocar recursos próprios, a menos que haja recurso de financiamento para elas contratarem novos empreendimentos. Isso está sendo colocado com muita clareza para que não tenhamos surpresa no ano que vem ou depois com relação a desemprego nesse segmento da área imobiliária. Então isso nós estamos tratando com o Governo.

Senadores, se faltar alguma vez, por favor, os senhores me cobrem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

DR. PAULO SAFADY SIMÃO: No ano passado o setor cresceu 8%. Na verdade ele cresce mais, porque as estatísticas no Brasil são muito complicadas, esse número vai ser revisado lá na frente, mas, enfim, foi o número oficial que foi publicado, o setor da construção cresceu 8%, contra 5% do Brasil, do PIB Brasil. Seguramente não vamos crescer isso esse ano. Portanto,

haverá uma redução no nível de atividade, por melhor que seja o esforço, por maior que seja a nossa... Agora o nosso setor tem condições de crescer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já temos algum número de janeiro e fevereiro?

DR. PAULO SAFADY SIMÃO: Não temos nada oficial. O nosso setor imobiliário de janeiro cresceu, teve um investimento muito expressivo, superou janeiro do ano passado, quase dois bilhões de reais, 17 mil novas unidades, foi um bom indício de que o negócio não caiu muito. Mas, como eu disse, nós voltamos aos níveis de 2006, porque nós estávamos num mundo irreal antes da crise, nós estamos numa atividade, na área imobiliária, meio irreal, tanto é assim que nós temos praças hoje, e eu cito Salvador como uma delas, está aqui o nosso companheiro Vicente, que está enfrentando problemas hoje por causa de muita oferta, que houve uma irrealidade de muita oferta e hoje está tendo algum problema com isso. Então naquele "bum" que tinha do setor imobiliário, tinha um certo espírito de Dubai ali que caiu por terra. Então voltou para uma certa atividade que eu diria normal, que nós vamos apurar no final do primeiro trimestre. Nós temos uma Comissão analisando isso mês a mês e que nós vamos fazer uma análise melhor agora, mas eu posso afirmar que nós estamos num nível de atividade muito bom em relação à crise, claro que menor do que em relação a 98, mas eu não quero falar em números porque nós estamos apurando isso melhor.

O Senador Flexa Ribeiro, sobre o que o Paulo Godoy falou, Senador... Ele está falando, eu vou deixar ele acabar ali, eu vou respondendo ao Senador Crivella enquanto você termina aí.

O Senador fez uma série de observações aqui. Com relação ao Conselhão, o Paulo Godoy falou um negócio que não é verdade, mas eu quero dizer o seguinte: foi uma das coisas mais inteligentes, melhores que esse Governo fez, foi a criação desse Conselho, eu acho que foi uma grande oportunidade de nós todos ali dentro nos conhecermos e nos entrosarmos. O senhor fez essa brincadeira minha com o Feijóo. Nós temos hoje não só dentro do Conselho, mas dentro da CBIC, convênios não só com Centrais Sindicais, mas com os movimentos sociais em processos de convergência que são espetaculares, sempre trazendo e criando coisas que são positivas. Claro que temos divergências e nós vamos continuar tendo, mas as coisas positivas que a gente está fazendo são realmente muito interessante para o país. Então eu que isso é um ganho muito grande e eu credito muito ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social que nos ensinou a ter essa convivência e aproveitar bem essa convivência. Então eu acho que isso é muito positivo. E nesse momento nós estamos trabalhando lá a questão, um grupo de trabalho, a eficiência energética, que eu estou participando e até muito ativamente, porque a nossa intenção é trabalhar a questão da construção sustentável, e aí eu vejo o Senador Crivella falar em financiamento de equipamento, e isso está inserido lá, Senador, a questão de equipamentos dentro dessa questão da construção sustentável, na linha da eficiência energética, preocupados na criação do *Green Job*(F), do "Emprego Verde", porque essa é uma realidade que vem para o futuro, esta é uma realidade que o mundo inteiro está pensando, quer dizer, a criação de novos empregos também vai ter que ter criatividade e esta é uma linha que se abre e que nós vamos explorar bastante e isto é um produto que está sendo criado dentro do Conselho. Então eu acho que têm coisas muito importantes para a gente fazer ali.

O Senador fala se eu acredito na capacidade da produção de um milhão de unidades. Eu não acredito que vão fazer um milhão de unidades, eu não sei qual foi ser a proposta que o Presidente da República vai lançar no dia 25, nem sei mais se ele vai lançar um milhão de unidades. O senhor tem razão, nós estamos no final de março, no ano que vem é um ano que termina, o senhor falou junho, eu acredito que até agosto, que seja até agosto, são dezoito meses. Só para os senhores terem uma idéia, no ano passado, de 2006, eu estou falando do sexto ano do Governo, a Caixa Econômica Federal produziu 125 mil novas unidades. Ora, ninguém sai de 125 mil novas unidades em um ano para fazer um milhão em um ano e meio, isso não existe na minha cabeça, por melhor que sejam os esforços, por maiores que sejam os trabalhos. Agora o que nós vamos fazer, nós temos que ter transparência, qual o produto, o que é que nós vamos fazer? Eu não sei, eu não posso fazer ninguém dimensão sem conhecer quais são as regras que vão ser colocadas. E apesar de estarmos participando no dia-a-dia de construção de tudo, eu posso te afirmar o seguinte, Senador: só saberemos as regras no dia que o Presidente da República anunciar, porque ele é que vai decidir quais serão as regras que vão ser aplicadas e implantadas. E para a gente fazer uma avaliação, eu preciso saber qual o dinheiro que vai estar disponível, qual o subsídio que vai estar disponível, se vai ter fundo garantidor, quais os agentes que vão participar, qual o produto que vai ser usado, qual o preço desse produto, quais as condições que eu vou contratar para eu poder fazer uma avaliação. Eu posso te afirmar que o setor tem capacidade de fazer muita coisa, desde que tenha as condições para produzir, e eu não tenho condição hoje de afirmar o que é que a gente pode produzir. Nós apresentamos uma proposta ao Governo, dentro

da emergência, com sete ou oito itens, falamos: "Olha, com esses sete ou oito itens nós garantimos, em dois anos, a realização de algumas centenas de milhares de casas", algumas centenas, e eu ainda arrisquei: "De quinhentas a seiscentas com absoluta certeza e, dependendo das condições, até mais", mas tem que ter esses sete ou oito itens, isso para o anúncio que ia ser feito no dia 28 de janeiro. Portanto, até agora--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

DR. PAULO SAFADY SIMÃO: Que foram aqueles que eu coloquei e estão na tela ali. Então isto não aconteceu ainda. Eu não sei o que é que vai ser colocado no dia 25, então no dia que for colocado nós vamos fazer uma avaliação. Eu duvido, duvido que o Presidente vá lançar um programa de um milhão de unidades para fazer até o final do ano que vem. Eu, nesta altura da vida, não acho que o Presidente vá fazer uma coisa dessas, porque não há possibilidade. Então eu acho que isso aí, vamos ver.

Deixa ver se faltou alguma coisa aqui.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O projeto executivo.

DR. PAULO SAFADY SIMÃO: Projeto executivo, isso é fundamental. Aí, Senador Dornelles, o senhor vai me desculpar, eu não quis entrar mais profundamente na questão da Lei 8.666 por quê? Porque nós exaustivamente fizemos isto aqui durante a discussão dessa Lei 8.666.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Já estamos com o tempo esgotado.

DR. PAULO SAFADY SIMÃO: Já estamos com o tempo esgotado? Mais um minutinho, o senhor me dá mais um minutinho? Quando o Governo entrou na Câmara dos Deputados para a revisão da Lei 8.666, há dois anos atrás, entrou em regime de urgência porque era urgentíssimo porque precisava se contratar. Se têm dois anos e tanto, o regime de urgência era esse. Então a coisa foi aprovada na Câmara com todas as inovações que uma Lei dessa precisa, mas com a prudência de se fazer um projeto piloto para não se testar essas inovações de uma maneira mais ou menos que poderia estragar tudo. Aqui no Senado, me permitam os senhores, foram introduzidos instrumentos que eu considero extremamente perigosos. Nós estamos sofrendo hoje um risco muito grande, Senador, porque estamos ameaçados de ter uma Medida Provisória que vá implantar de imediato o pregão em inversão de fase, numa hora perigosa dessa, que vai tumultuar completamente o sistema. Então a gente tem que ter muito cuidado com essa coisa toda para que a gente não possa tumultuar.

Eu acho que se a gente tiver que começar com essas mudanças, que a gente utilize o projeto que for aprovado na Câmara, que contêm todos os instrumentos, que têm os limites menores para se testar os instrumentos para depois avançar. E neste projeto, Senador Crivella, a questão do projeto executivo está lá com todas as letras. Eu lembro da discussão da própria empresa a fazer o projeto, isso foi terminantemente proibido aqui dentro do Senado, foi uma discussão que foi feita aqui dentro que foi uma coisa que foi cortada assim absolutamente, não podia nem se discutir. Então eu acho que se tiver que voltar à discussão de uma coisa dessas, eu acho que seria bastante saudável, mas num outro contexto, talvez não seja nesse momento nem razoável que a gente levante uma questão dessa, porque numa hora de uma crise dessa, se a gente for fazer uma discussão, eu tenho--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas é o grande problema do PAC.

DR. PAULO SAFADY SIMÃO: É um problema gravíssimo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Nós não temos condições, o Governo não tem condições de fazer projeto executivo.

DR. PAULO SAFADY SIMÃO: Gravíssimo, gravíssimo, esse é um problema gravíssimo que está na base de tudo, o senhor tem toda razão, e que nós estamos agora enfrentando com soluções de esparadrapo, porque vai ter que fazer, tem que fazer e aí como é que faz? Esse é um problema que temos que estar muito atento.

Eu acho que eu extrapolei o tempo. Peço desculpas, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado.

DR. PAULO SAFADY SIMÃO: Se o senhor me permitir mais um segundinho. Eu quero fazer, lamentavelmente, registrar aqui um fato que esta Casa, lamentavelmente, acabou sendo aprovado pela Câmara em desacordo com o que se aprovou e se fez acordo aqui dentro do Senado, o banco de investimento da Caixa, com todas as possibilidades de compra de ações de empresas da construção, apesar de todos os privilégios de informação que tem a Caixa Econômica Federal. Eu acho isso uma distorção, isso foi uma briga que nós tivemos enorme aqui dentro dessa Casa, pelo Senador Valter Pereira foi feito um relatório, foi feito um acordo com o Governo, foi aprovado, sim, a possibilidade de se comprar ativos da construção civil através da SPE e através de patrimônio de afetação, mas nunca de comprar empresas, isso pode trazer distorções enormes, e na volta para a Câmara dos Deputados, eu diria que até de uma maneira não muito

correta, porque foi no dia daquela votação das Mesas, essa folha foi, voltou à redação anterior e foi aprovado o banco de investimento com todas as possibilidades de comprar qualquer empresa, em qualquer dia, com todas as possibilidades, sem nenhuma limitação. Isto é um negócio extremamente perigoso e que poderá trazer grandes problemas para nós no futuro. Eu estou registrando isso aqui porque realmente ficou assim e a gente tem que ajustar(F). Muito obrigado, desculpe aí ter extrapolado o meu tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, meu caro Paulo Simão. Eu concordo plenamente com V. Exª. sobre essa observação última dessas mudanças feitas na legislação aprovada pelo Senado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só um minutinho, se me permite, porque essa informação é muito grave. Eu gostaria de falar aqui com os representantes da base do Governo, aliados(F), Senador Delcídio, porque com relação a isso foi feito um acordo, foi feito um acordo aqui no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Mas lá rompeu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas lá rompeu e, se rompeu, foi a base do Governo.

DR. PAULO SAFADY SIMÃO: Olha, eu conversei com a pessoa do Aloizio Mercadante, ele disse que não houve rompimento, conversei com o Ministro Mantega, que foi com quem eu fiz pessoalmente o acordo, diz ele que não houve uma orientação do Governo. Portanto, eu fiquei muito surpreso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não é a primeira vez que repete a falta de cumprimento de um acordo aqui.

DR. PAULO SAFADY SIMÃO: Me orientaram, inclusive, que eu encaminhasse um pedido de veto ao Presidente da República, eu fiz o pedido de veto, mas infelizmente não foi vetado e a coisa está aprovada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Por favor, nós estamos aqui no avançado da hora, mas ainda dou a palavra aqui ao Dr. José Lopez Feijóo.

SR. JOSÉ LOPEZ FEIJÓO: Obrigado. Senador Jefferson Praia, a questão da informalidade. Na Itália, durante muito tempo, foi propagandeado que a grande força da sua economia era a informalidade. Com o passar do tempo, isso que pareceu ser uma coisa muito forte, se revelou extremamente frágil. A Itália, entre os países europeus, é um dos que não cresce há muito tempo, independente de crise ou não. A informalidade, ela tem diversas formas de se expressar. Há aquele trabalhador informal que compra uma quantidade de mercadorias, ele vai para a rua vender. Mas há um tipo de trabalhador informal e trabalhadora que era o trabalhador e a trabalhadora que estava num local de trabalho, era empregado formalizado, com direitos, e ele foi excluído desse processo produtivo, foi levado a ir para a sua casa, muitas vezes, e com a ilusão de que ele estava se terminando um microempresário, a única coisa que ele virou foi um trabalhador de uma linha de montagem informal, usando a sua mão-de-obra, muitas vezes a mão-de-obra da família, sem os direitos que tinha anteriormente, mas continua na mesma cadeia produtiva. Isso, por exemplo, é muito visível no vestuário, na metalurgia também. Vai lá a dona de casa que estava antes lá no emprego formal, compra uma máquina de costura e a empresa onde que ela trabalhava lhe dá uma quantidade de peças para ela produzir e ela continua na mesma cadeia produtiva com uma outra jornada, com menos direitos, com muitas vezes menos rendimento e acaba utilizando inclusive às vezes a própria mão-de-obra de filho, filha, não sei quem mais. É na base deste pensamento que se constroem as crises. Essa é a nossa visão. Essa é a nossa visão. Então há que encontrar maneiras de formalização da mão-de-obra dos trabalhadores e trabalhadoras porque a economia informal não faz bem a nenhum país. Por exemplo, todo processo de pirataria de CD, de DVD, de aparelhos eletrônicos, de vestuário falso, é tudo informalidade em tese, mas não é informal, está numa cadeia produtiva, muitas vezes “gangsterizada”.

Então há aqui que fazer um belíssimo estudo sobre o tema para ver como se desinformaliza essa parte da economia encontrando formas de que estes custos do sistema produtivo possam sofrer reduções que permitam a formalização. Eu acho que algumas medidas já foram tomadas, por exemplo, aquela história de recolhimento do INSS do trabalhador não pelo total que deveria recolher ele, mas o empregador se estivesse ele empregado, agora(F) 11% e recolhe, está formalizado, por exemplo, perante o INSS. Há a questão do Super Simples que o Congresso aprovou, para mim é uma forma de formalização absolutamente importante. Os microempresários se queixam que com o Super Simples muitos Estados acabaram tirando os seus simples locais(F) e acrescentam problemas, mas isso é uma questão de articulação de política, eu acho que pode se resolver. Então essa questão da informalidade não é tão real assim que seja um movimento que fortalece a economia. Na verdade, para mim, ela é uma mostra de fraqueza de uma economia que nós precisamos corrigir.

Evidente que nós aqui temos divergências muito cristalizadas sobre coisas que nós acreditamos. Eu quando digo, Senador, que não acredito em Estado mínimo, é porque eu não acredito mesmo. Eu passei a

vida dizendo que Estado mínimo é um equívoco, porque ele nunca é mínimo. Ele é mínimo para alguém e máximo para alguém. E, normalmente, o que se revela é que o Estado é mínimo para que os que mais precisam e máximo para aqueles que, em tese, não deveriam precisar. A crise nos mostra isso, a crise nos mostra isso. Bolsa-Família, para muita gente, é esmola. Socorrer banqueiro não é. Socorrer banqueiro que faliu o sistema, socorrer montadora nos Estados Unidos, socorrer não sei o que não é problema. Então há aqui uma divergência de fundo de pensamento, evidente que há. Mas, como disse aqui os nossos companheiros de Conselho, nós buscamos encontrar o que nos unifica para melhorar e não aquilo que nos torna divergentes. Agora nós temos concepções diferentes de Estado. Para mim a indústria naval brasileira foi recuperada nesses últimos anos, estava falida, voltou a ter grande produção, recuperou empregos, por conta de uma medida que para mim qualquer Estado obviamente deveria tomar, de produzir, por exemplo, plataformas de navios no Brasil ao invés de fazer licitação porque era mais barato para produzir em Cingapura. É uma questão de concepção. Eu tenho essa concepção.

Quando eu falo aqui que uma empresa, eu reconheço as dificuldades de uma empresa exportadora, basicamente exportadora, mas não reconheço o direito dessa empresa no meio de uma crise, sem tratar seus trabalhadores com dignidade, não chame os representantes dos trabalhadores, os próprios trabalhadores, discuta a crise que está envolvida e que fórmulas é possível construir para sair ou para amenizar os efeitos da própria crise. Como é que uma empresa como a VALE, que lucrou em dois anos 40 bilhões, no primeiro momento da crise, ainda sem sequer saber o que vai acontecer lá na frente, preventivamente anuncia demissões? Vai me querer convencer que a VALE não tinha condições de segurar os trabalhadores mais um pouco, negociar com os sindicatos, encontrar fórmulas? Ora, se eu lá na Volkswagen, uma empresa privada multinacional, em Taubaté, consigo negociar um banco de horas e a empresa, ao invés de demitir, efetiva 630 trabalhadores, formaliza e torna um contrato temporário, um contrato de prazo indeterminado, vai me dizer que a VALE não pode? A EMBRAER é exportadora. Quem financia as exportações da EMBRAER? O BNDES. Grande parte das vendas da EMBRAER são relações de Estado. Como é que a primeira atitude da EMBRAER é demitir 4 mil e 200 trabalhadores num momento de crise sem atentar que esta atitude avoluma a crise, manda um sinal ruim para a economia e não se reúne com o sindicato, presta informações, negocia alternativas? Há na Lei mecanismos que nos permitem alternativas. Então eu tenho que criticar esse tipo de postura sim, ela não é aceitável. É porque no Brasil é fácil demitir. Não é caro demitir, é mentira que é caro demitir. O Brasil, no ano passado, gerou 1 milhão e 500 mil postos de trabalho positivo, só que demitiu 15 milhões e contratou 16,5 milhões, tão alta é a rotatividade. Demitiu 15 milhões e contratou 16,5 milhões. O saldo é positivo, agora com base numa altíssima rotatividade. Aí eu escuto empresário: “Aqui nós temos problema de vender(F), mas no Brasil é caro demitir”. Se fosse barato, como é que seria? E aí eu digo: o Congresso tem responsabilidade, responsabilidade social. Está no Congresso, foi enviado, a Convenção nº 158 da OIT para ser ratificada. Ela não proíbe demissões. Ela obriga empresa em situação de crise, de necessária demissão, a conversar, a expor se de fato ela está em crise efetiva e a partir daí negociar alternativas. Ninguém de nós aqui, trabalhadores, quer sufocar uma empresa e levá-la à falência. Eu não quero, porque queremos os empregos. Agora também não podemos assistir irresponsabilidade social, irresponsabilidade social apenas como marketing. Isso é inaceitável. Então essas são as nossas ponderações.

Aí onde é que vai? De novo eu repito: precisa cobrar a responsabilidade do sistema financeiro privado, ele tem que ter um papel de apoio e suporte ao desenvolvimento e à produção. Segundo, tem que ter mecanismo de baixar *spread* sim. O *spread* no Brasil é alto e falseado. Terceiro, tem que baixar a tarifa bancária. Hoje a folha de pagamento dos bancos se paga com tarifa e sobra dinheiro. Quarto, não é possível submeter trabalhadores a um monopólio de não poder mover a sua folha de pagamento porque ela foi vendida pela empresa ou pelo serviço público para um banco. Então quando eu digo aqui que o serviço público precisa antecipar o que já está na iniciativa privada, que é a portabilidade da conta-salário, eu estou dizendo que isso incentiva a concorrência e ajuda a baixar juros *spread,* traz benefícios para trabalhadores e trabalhadoras, sobra dinheiro para o consumo. É isso que nós queremos. Então o Congresso pode contribuir nisso.

Quando eu reivindico aqui que nenhuma política de desoneração tributária, que nenhuma política de apoio do Estado, que nenhuma política de qualquer caráter que o Estado faça para o desenvolvimento de apoio às empresas pode estar desvinculada de contrapartidas claras com relação a emprego, esse é o tipo de pensamento que eu tenho, defendo e acho que tem que ser isso mesmo, porque aquele dinheiro também me pertence e eu quero que ele seja usado para gerar emprego. Então eu não posso assistir que se dê dinheiro para uma empresa e essa empresa não assuma a responsabilidade social.

Essas são as nossas posições com relação a esses temas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado pela sua brilhante e objetiva exposição. Para encerrar eu passo a palavra ao professor Antoninho Trevisan.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mestre.

SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN: Ele não me perdoa por isso [risos]. O Senador Dornelles é um contador, não é Senador? Eu sou um contador e sempre gosto de olhar sob essa ótica: origem, aplicação de recurso, débito, crédito, e o Luca Pacioli, o pai da contabilidade, meu caro Feijóo, já também ensinava a gente. Na hora que você pega um gráfico e este de entradas e saídas, o Brasil teve uma rotação, saídas de empregados das empresas, por um fator muito positivo, que foi a demanda por pessoas, quer dizer, não foi porque as empresas demitiam, mas seguramente sofremos todos esta mutação por conta de que as pessoas estavam... Não, que é positivo também, agora como eu faço as contas e sei quanto custa, custa caro sim, Feijóo, custa demitir pagando 40% do fundo de garantia, é só o Brasil que tem essa peculiaridade.

SR. JOSÉ LOPEZ FEIJÓO: Podemos trocar pela Lei que substituiu o fundo de garantia. Você topa?

SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN: A gente pode conversar, vocês imaginam, agora respondendo ao Senador Flexa Ribeiro, imaginam como foi no começo lá no Conselhão, quando a gente passou a conviver com os sindicatos, foi um longo aprendizado. Eu, por exemplo, pensava, não é Feijóo, que a CUT comia criancinha.

SR. JOSÉ LOPEZ FEIJÓO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN: Pois é, exatamente [risos]. Eu sabia que você ia fazer essa resposta, por isso que eu disse. Mas a gente vai aprendendo a conviver, aprendemos a conviver e os sindicalistas, eles são craques, grandes negociadores, e a gente decidiu lá, até por uma questão de a gente avançar, identificar os pontos em que acordamos e os outros vamos continuar em frente. E as nossas reuniões, Senador Flexa Ribeiro, são muito interessantes. O senhor certamente vai apreciar como empresário como é que elas se dão, porque todos aprendemos.

Os banqueiros tiveram lá da nossa parte, são debates e discussões acaloradas. Por exemplo, uma que aprovamos, que foi a redução, por exemplo, do número de membros do Conselho Monetário, aliás, a ampliação dos membros. São três membros. Nós do Conselhão entendemos que deveríamos ampliar para permitir um debate adicional, porque é tão importante o Conselho Monetário Nacional para ficar na mão de três representantes e os três do Governo, que é o Ministério do Planejamento, da Fazenda e o Banco Central. Os três é que sentam e decidem. Nós entendemos e aprovamos essa moção.

SR. JOSÉ LOPEZ FEIJÓO: Por unanimidade.

SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN: Por unanimidade, exatamente, e encaminhamos ao Presidente da República. Então o ambiente do Conselho é um ambiente tenso, temos os grupos de trabalho e muitas vezes, não é Feijóo, os debates foram mais do que acalorados, mas conseguimos chegar a boas conclusões.

Para citar um exemplo, que eu acho tão relevante, a igreja, Senador Crivella, tem a participação. No debate da previdência, quando debatíamos como incidir o custo da folha de pagamento, como incidir a previdência que hoje é sobre a folha de pagamento, às tantas já do debate o representante da igreja se levantou e disse: "Olha, a vida é um direito natural das pessoas. Por mais que as pessoas queiram que a previdência só pague aqueles que cumpriram e que receberam salários, fatalmente o Estado vai ter que responder pelo cidadão depois que ele tiver setenta, oitenta, noventa anos". E daí nasceu, que o próprio Feijóo agora a pouco citou, a decisão, a proposta nossa de levar parte da incidência sobre o faturamento, porque entendíamos que uma empresa de software e etc., por exemplo, ela não tem empregados, por exemplo, ou pode ter muito poucos, mas ela depende da sociedade. Isso avançou e está bem encaminhado.

O Senador Dornelles me chama: "Professor, por favor, mais objetividade", ele me passa aqui um recado, que, aliás, ele fazia isso, gente, o tempo todo nas aulas. Eu chegava, começava a explicar a contabilidade, Luca Pacioli, ele dizia: "Professor, mais objetividade", que é o que ele está fazendo aqui. Quando alguém chegar tarde, o senhor puxava a orelha, não é Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não deixava entrar.

SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN: Não deixava entrar [risos]. Para encerrar eu proporia o seguinte: tanto o Senador Jefferson como o Senador Crivella abordaram o problema destes contratos que não andam e um dos debates nosso foi com o Tribunal de Contas, com a Sra. Miriam Belchior e com outros representantes dos Ministérios da Infraestrutura. Concluímos o seguinte: é preciso fazer como os outros países fazem em relação a esses contratos, o que a gente chama de auditoria previamente acordada, quer dizer, o setor privado, eu passei trinta e oito anos como auditor, aprendi isso, ele pode antecipadamente auditar estas propostas, Senador Tasso, de modo que ela possa depois ganhar celeridade. É uma auditoria prévia que

se faz nos contratos e, com isso, ele ganha, digamos assim, um certificado que ele pode avançar no projeto sem depois encontrar um problema mais adiante. Os países desenvolvidos fazem isso há bastante tempo.

Por fim, dizer que nessa questão, Senador Tasso, dos bancos, a crise tomou todos de uma forma imprevista, vamos dizer assim. Quando a gente analisou a crise, a gente viu que nós tivemos a globalização financeira que se deu de uma forma muito rápida, a globalização comercial de uma forma muito rápida, mas a globalização institucional não aconteceu na mesma velocidade. É por isso, não é Feijóo, que as coisas aconteceram desta maneira e hoje a gente cobra mais regulação. Por quê? A institucionalização, ela não se deu. Por exemplo, agora os bancos estão ainda sob a égide do Acordo de Basiléia I e II que define comitês de créditos e regras prudenciais fortíssimas para um período em que o mundo e a economia andavam num patamar lá em cima. Essas regras prudenciais não se alteraram e aí então os bancos ainda são obrigados a olhar por esse ângulo.

Com relação à preocupação do Senador Gerson Camata, a queda da taxa de juros, ele estava preocupado que a inflação pudesse nascer, é um fato novo para nós a não inflação, e ela se dá muito por conta da desindexação. Os senhores podem perceber que, apesar de nós termos um descolamento da taxa cambial, nós não tivemos um impacto na taxa de inflação. Por quê? Porque não se dá mais, não é Senador Dornelles, o que acontecia no passado, era automático, direto na veia. Houve uma variação cambial, pronto, todos os balanços das companhias já tinham que identificar aquela perda e registrar no balanço, corrigir seus ativos, tudo era automático. Então nós seguramente hoje, se não temos um problema, é pressão inflacionária. E como a crise é uma crise brava, não adianta você dar um Melhoral, você tem que dar um remédio forte, como foi no passado. Lembrem-se que quando teve a crise da Rússia, para subir a taxa de juros o Banco Central não pensou duas vezes: saiu de 17%, o senhor lembra, Senador Jereissati, e jogou para 42%. Agora curiosamente a recíproca não é verdadeira quando ele tem que baixar. É necessário dar um choque para poder motivar os setores produtivos.

Finalmente, Senador, eu queria aqui em nome do Conselho agradecer ao senhor por ter nos convidados e nos ter trazido aqui, e a experiência do Conselho, eu quero fazer também das palavras do meu colega Paulo Simão as minhas e dos meus companheiros que eu sei que pensam assim, o Conselho nos ensinou muito. Agora, inclusive, estamos tendo essa aproximação com o Congresso, com o Senado, o que é muito positivo, mas ensinou-nos a entender melhor a democracia, nos ensinou a ter paciência, nos ensinou a ouvir os longas falas do Feijóo, às vezes duas horas, mas todas muito importantes, ou quando um intelectual se levanta e apresenta a sua posição, e nós todos ali, empresários, passamos a perceber que é muito bom quando a gente divide essas posições. O Conselho tem sido prática também de outros países e em São Paulo, na semana passada, o Governo de São Paulo também anunciou a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social lá no Estado de São Paulo, que será certamente uma experiência muito interessante. Eu quero aqui também aproveitar, como membro do Conselho e do seu Comitê Gestor, convidar o Senador Flexa, que é muito interessante mesmo as nossas reuniões, os nossos debates, muito produtivos também como aqui os do Senado.

Muito obrigado, Senador, e eu queria entregar em nome do Conselho--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu sei que já está extrapolamos o tempo, até eu tenho um compromisso às treze horas, mas eu não poderia perder a oportunidade de uma informação importante para mim, que eu não tenho essa informação: o Conselho, ele trabalha na sua agenda um planejamento de médio e longo prazo para o nosso país ou não estão se discutindo?

SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN: Não, tem, é verdade, é a primeira coisa que a gente faz. O Comitê Gestor tem um plano trienal, anual e um plano mensal, quer dizer, então nós começamos o ano com as pautas estabelecidas, com os temas que vamos discutir e com as datas já pré-acordadas, fazemos um planejamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu quero agradecer ao professor Antoninho Trevisan, ao Dr. José Lopez Feijóo, ao Paulo Godoy, ao Paulo Simão pela brilhante exposição que fizeram. Cada uma dessas exposições foi gravada, os assessores nossos estão presentes e vão tirar essas projeções para que nós possamos examinar--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pontualmente eu gostaria que o Dr. Trevisan informasse se as sugestões aprovadas pelo Conselho, até algumas por unanimidade, foram acatadas pelo Governo?

SR. ANTONINHO MARMO TREVISAN: Não, certamente não. Nós, às vezes, ficamos frustrados porque o Conselho, como diz o nome, é apenas um aconselhador. A gente aconselha, agora a tomada de posição é do Executivo. Nós temos, aliás, só para lembrar, Senador Flexa, temos um levantamento, um inventário, melhor dizendo até, pouquíssimas foram as que não foram acatadas. Nós temos um inventário

no nosso site acompanhando o que aconteceu no Governo, nesse período de seis anos, e o que decorreu de recomendações. Não foi 100%, mas eu diria para o senhor que uma média talvez de uns 80% das nossas recomendações foram acatadas. O site é muito completo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador Delcídio Amaral, eu espero que eu tenha conduzido essa Sessão de acordo com as diretrizes e o roteiro traçado por V. Exª. Eu passo a V. Exª. para nós termos o privilégio de seu encerramento.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, é só, primeiro, mais uma vez parabenizá-lo pelo trabalho à frente dessa Comissão, importantíssima, nós já nessas duas semanas fizemos reuniões com lideranças que têm nos ajudado muito, inclusive num momento onde nós só discutimos, lamentavelmente, no momento em que o Congresso, especialmente o Senado tem uma agenda absolutamente negativa, o que nós estamos salvando é nas Comissões Permanentes e especialmente nessa Comissão Especial, Feijóo, que nós estamos tendo a oportunidade de discutir com agentes importantes do Governo, do mercado, dos movimentos sociais, conseguindo consolidar uma pauta que o Congresso efetivamente tem reais condições não só de discutir e de votar. Então isso é muito importante e, mais do que nunca, Presidente Dornelles, parabenizá-lo não só pela seletividade dos convidados, mas pela profundidade dos temas. Eu não tenho dúvida que dessas reuniões nós vamos apresentar uma pauta onde, finalmente, eu espero, o Senado venha a discutir coisas importantes, importantes para o crescimento do Brasil, para o desenvolvimento do Brasil e, acima de tudo, para a cidadania que todos nós perseguimos. Parabéns, meu caro Senador Dornelles, todos os convidados, palestrantes.

A Sessão está encerrada, porque saco vazio não para em pé.

Sessão encerrada às 13h50.

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADAS EM CONJUNTO, EM 24 DE MARÇO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e seis minutos do dia dezenove de março do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, do Senador Fernando Collor de Melo, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Expedito Júnior, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Pedro Simon, Romero Jucá, Lobão Filho, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Jayme Campos, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Osmar Dias, Jefferson Praia e, ainda, da Senadora Serys Slhessarenko e do Senador Mão Santa. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Neuto de Conto, Adelmir Santana, João Tenório e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Antes de dar início à Reunião, o Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, comunica o recebimento do seguinte documento para conhecimento, Aviso nº 17/09, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de fevereiro de 2009. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública sobre "o planejamento estratégico da Petrobras e seu plano de negócios para o período 2009-2013" e, ainda, para "esclarecimentos sobre a liberação pelo Tesouro Nacional de R$ 100 bilhões para a ampliação da capacidade de empréstimos do BNDES, bem como sobre a destinação de R$ 20 bilhões para a Petrobras", com a presença do Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras, e ainda do Sr. José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobras Distribuidora, em atendimento aos Requerimentos nºs 03 e 05/09-CAE e 06/09-CI, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante, Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, e da Senadora Ideli Salvatti, respectivamente. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Aloizio Mercadante, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Ideli Salvatti, Lobão Filho, Osmar Dias, Jefferson Praia, Eduardo Suplicy, Valdir Raupp, Arthur Virgílio, Antonio Carlos Júnior, Inácio Arruda, Rosalba Ciarlini, Roberto Cavalcanti, Antonio Carlos Valadares e Marcelo Crivella. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às

quatorze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número, declaro aberta a 7ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 4ª da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Registro aqui a presença do Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Fernando Collor. Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovadas. As Atas, portanto, estão aprovadas e serão publicadas no diário do Senado Federal.

Comunico aos membros desta Comissão que ela recebeu o seguinte documento para conhecimento de V.Exas. Aviso nº. 17/09, do Ministério da Fazenda, encaminhando em cumprimento ao Art. 41 da resolução do Senado Federal nº. 4301 - Relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de fevereiro de 2009. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A nossa pauta de hoje, Sras. e Srs. Senadores, consta da presença como expositor do Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras, a fim de discorrer sobre o planejamento estratégico da Petrobras e seu plano de negócios para o período 2009-2013. E ainda para prestar esclarecimentos sobre a liberação pelo Tesouro Nacional de 100 bilhões de reais para a ampliação da capacidade de empréstimos do BNDES, bem como sobre a destinação... Bem como a destinação de 20 bilhões para a Petrobras em atendimento aos requerimentos de nº. 309 desta Comissão, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, de nº. 509, CAE, dos Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, e de nº. 609 da Senadora Ideli Salvatti.

De acordo com o Art. 94, § 2º e 3º, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado, que eu peço para sentar ao nosso lado... O convidado fará a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem da inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do convidado. Pergunto ao Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Fernando Collor, se quer fazer alguma consideração antes de conceder a palavra ao Presidente José Sérgio Gabrielli.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Nenhuma consideração, Sr. Presidente, apenas dar as boas vindas ao Presidente da Petrobras e desejar a ele uma boa exposição e para que os resultados dessa sessão, reunião conjunta da CAE e da Comissão de Infraestrutura tragam os resultados esperados por cada um dos Senadores. Obrigado, Presidente Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V.Exª e convido, para nos dar a honra de sentar à Mesa aqui da direção dos trabalhos, o ex-Presidente da Petrobras, ex-Senador José Eduardo Dutra, que nos dá a honra de sua presença.

Portanto, concedo a palavra ao Presidente da Petrobras, o Sr. José Sérgio Gabrielli, para fazer a sua exposição. Sua senhoria disporá de 20 minutos, e sendo necessário terá ainda a prorrogação da sua palavra.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Bom-dia, Exmo. Senador Garibaldi Alves, Exmo. Senador Fernando Collor de Mello, Srs. Senadores membros dessa Comissão, ex-Senador José Eduardo Dutra e ex-Presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra.

Meus senhores e minhas senhoras; é com muita satisfação, muito orgulho que eu estou aqui atendendo esse convite das duas comissões para fazer uma apresentação que vou tentar ser o mais rápido e breve possível, sobre os nossos planos para os próximos cinco anos. O primeiro elemento que eu acho que seria importante nós chamarmos atenção, próximo slide, por favor, é a situação do mercado internacional e qual é a perspectiva de demanda no mercado internacional de petróleo. Esse gráfico mostra uma situação em que se a demanda internacional crescer 1% ao ano, se ela crescer 1% ao ano, em 2020 nós teremos esta demanda de petróleo no mundo. Este gráfico mostra... Essa área azul clara ela indica que se não houver novas áreas incluídas na oferta de petróleo, o petróleo declinará de acordo com esta curva. Portanto, em 2020 nós teríamos essa diferença entre a demanda de petróleo e a oferta de petróleo em 2020. Como hoje nós temos técnicas que aumentam a capacidade de produzir o petróleo das reservas existentes, a tendência de declínio natural nesse período será essa tendência de declínio aqui. Portanto nós estaremos em 2020 com um déficit se a demanda crescer apenas 1%, entre 55 e 65 milhões de barris, por dia, em relação à produção atual. Somente considerando o declínio da produção atualmente existente. Esses 55, 65 milhões de barris serão adicionados, serão cobertos, serão atendidos

por novas áreas produtoras, por melhoria na tecnologia de produção das áreas existentes, e pela busca de alternativas energéticas aos combustíveis derivados do petróleo.

Portanto, nós não vemos no período que estamos falando, nenhum problema significativo de redução de demanda que pudesse impactar e impedir a expansão de nossa produção em termos de mercados para viabilizar a oferta futura. Nossa produção pretende crescer até 2020 em torno de 3 milhões de barris por dia de petróleo e gás equivalentes. Portanto, nós não vemos nenhum problema, mesmo que haja um período longo de redução do crescimento internacional, de demanda do petróleo para o crescimento que nós estamos planejando de nossa produção. Próximo, por favor.

Os fluxos internacionais do petróleo mostram que ainda nesse período o Oriente Médio continuará sendo a principal fonte produtora de petróleo, vocês podem perceber que o Brasil aqui nesses fluxos, que são atuais, representa um país importador de petróleo. Nós vamos inverter esse processo transformando o país, não somente num país importador, mas um país relativamente robusto na sua exportação de petróleo. Os Estados Unidos e a Europa continuarão sendo áreas importadoras de petróleo importantes, e, portanto, os fluxos de produtos e de petróleo que sairão do Brasil deverão atingir fortemente Estados Unidos e Europa, mas também o leste da África, principalmente na área de produtos. Produtos derivados de petróleo. Próximo, por favor.

Isto aqui mostra um pouco a relação existente no passado, de 2000 para cá, entre a variação anual do PIB e a projeção que se tem para o futuro. Nós temos, então, duas projeções e o cenário pessimista e um cenário otimista que indica um aprofundamento da crise aqui em 2009 e uma recuperação a partir de 2010, com o crescimento desse tipo de demanda, que, portanto, crescerá provavelmente mais do que 1% projetado aqui para 2010. A relação entre esta demanda e a demanda global de petróleo indica que em 2008, final de 2008 uma grande redução da demanda de petróleo, particularmente nos países da OCDE, os países desenvolvidos, porém, uma manutenção da demanda nos países da demanda de petróleo, nos países fora da OCDE, mesmo em 2009, quando você tem aqui uma situação extremamente forte de uma comparação entre o crescimento dos países da OCDE com os países não a OCDE. Para 2010, em diante, no entanto, o crescimento previsto para os países não da OCDE tendem a recuperar e, portanto, nós vamos ter, provavelmente, uma mudança significativa do destino, da demanda internacional de petróleo com aumento da importância dos países fora da OCDE como demandadores de petróleo no futuro.

Do ponto de vista dos preços, essa é uma curva que mostra mais ou menos o que aconteceu nos últimos tempos. Aqui é janeiro de 2007, o preço do petróleo estava aqui, nós atingimos 137, 140 dólares em junho de 2008, e hoje nós estamos aqui na faixa dos 40... Hoje está em... Ontem estava em 54, mas a média do trimestre é em torno de 42, 43 dólares o barril nesse período. Essas outras curvas aqui indicam o comportamento do mercado futuro do petróleo. Esse é um dado extremamente importante, porque o petróleo, na verdade, ele é muito fortemente influenciado pela entrega futura do petróleo. Você quando compra um navio de petróleo, você... O preço que você paga é o preço quando o navio chega, e não quando o navio sai do porto de origem. Portanto, o preço futuro tem papel extremamente importante na decisão de compra. O que nós observamos aqui são curvas futuras medidas em 19 de fevereiro de 2007, 2008 e 2009. O que nós observamos é que as curvas que eram desse tipo, ou seja, que se projetavam para o futuro uma queda de preços, hoje tem esse comportamento. O que essa curva indica? Que se nós olharmos o preço do petróleo hoje, previsto para 2010, ele vai estar acima de 60 dólares. Para 2011, 2012, 2013 e 2014, a tendência do mercado futuro é que os preços convirjam aqui para uma faixa acima de 70 dólares, em 70 e 80 dólares com projeção do mercado futuro hoje. Evidentemente que isso não se reflete no mercado *spot* imediato. Se nós olharmos os estoques de mercado de petróleo, particularmente nos Estados Unidos, que é o maior mercado do mundo, nós vamos ver que neste momento nós temos estoques que estão muito acima do que as médias tradicionais dos estoques, o que significa, portanto, uma pressão baixista ainda grande sobre o preço, *spot*, sobre o preço de curto prazo do petróleo, porém, como a curva futura indica aumento de preço e o petróleo não é um produto que se compra em prateleira, e o petróleo não se produz facilmente, você precisa de um período longo, investimentos grandes, que levam sete, oito anos para começar de fato a produzir, isso significa, portanto, que o mercado futuro é um elemento determinante, fundamental para as orientações dos investimentos. Próximo, por favor.

Aqui, o que nós consideramos como nosso plano de investimento. No nosso plano de investimento nós estamos projetando para nosso, dois tipos de cenários, um cenário que nós chamamos de preço básico, que é um cenário que em 2009 nós temos 37 dólares o barril do petróleo *Brent*. 2010 - 40 dólares do petróleo *Brent*, e 2011 em diante, 45 dólares estável e para sempre. Esse é o caso chamado de caso base, é o caso de

robustez. E o caso base ele atinge preços mais ou menos altos e no longo prazo estabiliza em 60 dólares, portanto, nossa projeção de... Não é expectativa que os preços serão esses, mas os cálculos que nós fizemos, o nosso plano de investimento leva em conta uma situação de estresse que quer seja possível suportar permanentemente um preço de petróleo a 45 dólares, ou um preço de longo prazo acima de 60 dólares no longo prazo. Essa situação, portanto, mostra que nós estamos com projeções para nossos cálculos financeiros muito abaixo do que o mercado faz e do que a tendência do mercado está se apresentando. Portanto, nós estamos na linha mais conservadora na geração de receitas, ao mesmo tempo em que estamos usando para nossas projeções de investimentos os custos correntes que estão refletindo, que refletem os preços elevados que nós tivemos em 2008. Portanto temos dupla condição de robustez, de um lado nos custos, nós temos custos muito elevados, projetados, e do outro lado na receita nós temos receita com preços mais conservadores. Próximo, por favor.

Aqui, mostra um pouco a situação dos preços da gasolina na bomba. Há uma discussão muito importante sobre preço de gasolina, isso aqui é a média de 208, isso aqui mostra mais ou menos o seguinte. Se nós compararmos o preço Brasil na refinaria, o preço Brasil refinaria, o preço Rio de Janeiro refinaria, o preço Uruguai refinaria, o preço Chile refinaria, o preço Peru refinaria, o preço Estados Unidos refinaria, o preço Canadá refinaria, o preço China refinaria, o preço Japão refinaria, o preço Reino Unido refinaria, o preço Alemanha refinaria e o preço Itália refinaria, nós vamos ver que eles estão mais ou menos na mesma faixa, em torno de... Próximo de 50 centavos por litro em quase todos os lugares. Portanto, há certo alinhamento do preço na refinaria, o preço da gasolina entre os diversos países do mundo. No entanto, quando nós consideramos o preço na bomba, os preços diferenciam porque você tem tributos, você tem margens de distribuidores que são diferentes em cada país. Mas nas refinarias os preços são relativamente homogêneos em preços internacionais. Evidentemente que o Brasil tem um componente a mais que é o componente etanol, que é misturado à nossa gasolina, obrigatoriamente. Portanto, nós estamos com os preços na média de 2008 relativamente alinhados com os preços internacionais, ainda que não tenhamos, em 2008, elevado os preços nacionais da mesma forma que o petróleo se elevou e que alguns mercados internacionais elevaram na ponta, esses preços. Então, consequentemente, nós tivemos uma volatilidade dos preços brasileiros em 2008 muito menor do que a volatilidade do preço internacional na maioria dos mercados internacionais. Próximo, por favor.

No óleo diesel é a mesma situação. Portanto nós temos aqui uma relativa homogeneidade do preço do diesel na refinaria com uma diferença razoável do preço do diesel nos postos de gasolina, nos postos de distribuição, no posto de diesel, porque na verdade essas distribuições refletem a situação no mercado distribuidor e a estrutura tributária sobre os diferentes mercados do mundo. Próximo, por favor.

Aqui nós estamos falando dos preços atuais. Se nós considerarmos os preços atuais... Eu falei do mercado futuro de petróleo, aqui estou querendo considerar os mercados futuros de diesel, de gás natural e de gasolina. Se nós olharmos, isso aqui foi às 13h54 de ontem, portanto a cada minuto isso se altera, às 13h54 de ontem o preço de um mês adiante da gasolina, nos Estados Unidos, a gasolina nos Estados Unidos, no diesel, nos Estados Unidos, era 464,25 centavos por... 464,25 dólares por metro cúbico, e isso aqui para abril, maio, junho, julho. Para julho está em 491. Portanto, o mercado futuro de diesel indica aumento do preço do diesel em preços internacionais. A gasolina, que estava a 1,49 dólares o galão, aponta para 1,53 dólares o galão nos próximos quatro meses. O *Brent*, que estava 53,34, a projeção para abril, maio, junho, é 56,06.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só um esclarecimento. Qual é a importância do mercado futuro em termos do volume de negócios no setor?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Nove vezes... Era em 2008 nove vezes mais no mercado futuro do que no mercado *spot*. É muito grande. Hoje é menor, a proporção é menor do que nove vezes, evidentemente, mas é bastante significativo. Então, se vocês 'verem' aqui a diferença, aqui às 13h54 e 17h32 tem diferenças. Porque isso aqui muda a cada momento. Ontem, 13h54 e 17h32. Então, aqui era 464, foi para 466, aqui era 491 foi a 496, aqui era 149 foi para 148, aqui era 153 foi para 152. Mudança de 13h54 para 17h32. Então, esse é um mercado que está permanentemente em flutuação e evidente que ninguém pode basear nesse tipo de preço para decidir investimentos. Você tem que basear num preço mais longo, mais estável para decidir seus investimentos. Próximo.

A taxa de câmbio também tem uma diferença importância e para nós é fundamental, e essa taxa de câmbio, na época que o preço de petróleo atingiu o pico, foi de 1,59 reais por dólar, em dezembro estava 2,27, atingiu aqui em janeiro 2,39, e agora está em torno de 2,31 e o preço do Brasil é um preço em reais, portanto é fundamental também utilizar a taxa de câmbio como elemento importante e a projeção futura da taxa de câmbio. Próximo.

Do ponto de vista dos investimentos: frente a esse quadro, a Petrobras, olhando para 2013 e também com a visão de 2020, mas focando um plano de negócios para 2009 a 2013, nós definimos um conjunto de mais de 600 projetos que, somados, os investimentos são de 174,4 bilhões de dólares. Desses 174,4 bilhões de dólares, o que significa mais ou menos, trinta e poucos bilhões de dólares por ano, é um investimento substantivo, talvez seja o maior pacote de investimento entre todas as empresas de petróleo do mundo. Eu acho que entre as empresas de petróleo do mundo é o maior. Entre as empresas do mundo eu não sei se é o maior pacote de investimentos, mas é um pacote de investimento bastante substancioso. 104,6 é para exploração e produção de petróleo. 43,4 para o refino. Os outros estão distribuídos em petroquímica, distribuição, 2,8 bilhões de dólares para biocombustíveis, investimentos em tecnologia e investimentos em formação, tecnologia de informação e pesquisa em desenvolvimento em torno de dois bilhões de dólares, dividindo em termo de Brasil/exterior 90% dos investimentos, 91% dos investimentos no Brasil, 9% dos investimentos no exterior, 16,2% de investimentos no exterior, e comparado com o investimento do período anterior, nós estamos aqui 2009 a 2013, se nós considerarmos 2008 a 2012, o nosso investimento era de 112,4 bilhões de dólares, portanto nós estamos falando num aumento em plena crise em mais de 50 bilhões de dólares do programa de investimentos da Petrobras para esse período. Próximo, por favor.

O que é que fez diferença? O que tem de diferença entre o programa de investimento do 111,2 e o 174, 4? Por que é 111,2? Porque aquele pacote de 112 bilhões de dólares que eu mencionei antes é o pacote referente à 2008/2012. Aqui, aquele pacote, no período de 2009 a 2013, corresponderia a 111,2 bilhões de dólares. Nós tivemos novos projetos, 47,9 bilhões de dólares, aumento de custos nos projetos anteriores, 17 bilhões de dólares, mudança de escopo de projeto que correspondem 3,5 bilhões de dólares, a taxa de câmbio tem um impacto nos nossos projetos, principalmente naqueles que são em reais de 2,9 bilhões de dólares, e outros, um conjunto de vários elementos somados juntos, mais e menos dando 8,1 bilhões de dólares. Portanto, a diferença de 174 para 111 depende fortemente dos novos projetos que nós acrescentamos ao nosso pacote de investimentos. Próximo, por favor.

Do ponto de vista do financiamento desse tipo de projeto. Nós temos uma diferença muito significativa do histórico da Petrobras com o futuro. No histórico até hoje da Petrobras, do ponto de vista dos investimentos, nós investimos 2003 a 2008 em torno de 83 bilhões de dólares, esses investimentos foram fortemente financiados por fluxo operacional, por recursos próprios da Petrobras gerados em atividades próprias após o pagamento de dividendos. Para esse novo pacote nós estamos prevendo um aumento da dívida líquida da Petrobras. Nós vamos continuar gerando fortemente um fluxo operacional de recursos bastante significativo, porém, vamos aumentar a dívida da Petrobras para viabilizar esses investimentos, uma vez que nós consideramos que o custo da dívida é menos que o retorno que nós teremos desses investimentos no longo prazo e, portanto, do ponto de vista de futuro e de adicionar valor para a Petrobras esse programa de investimentos ele é viável, rentável e economicamente justificável. Próximo, por favor.

O que nós estamos atuando? Nós estamos atuando fortemente hoje na redução de custos. Para reduzir os nossos custos nós estamos trabalhando em três dimensões. De um lado na cultura da empresa. A empresa é uma empresa empreendedora, com grande inovação tecnológica, com engenheiros altamente qualificados e inovadores, mas que nós precisamos adotar na formulação dos projetos, uma formulação mais simplificada, uma formulação mais padronizada, a utilização mais ampla de equipamentos de prateleira, de tal maneira que nós possamos, pela simplificação, pela padronização, e pela utilização de equipamentos de prateleira, reduzir custos. Um segundo elemento importante: nós estamos alterando também formas de contratação. Nós tínhamos muito fortemente nos grandes projetos, a contratação de grandes pacotes com empresas que são especializadas em engenharia, compras e construção, os chamados epecistas, nós estamos reduzindo esses pacotes, estamos fatiando esses pacotes em tamanhos menores, de tal maneira que nós possamos ter mais competição de empresas menores disputando pacotes menores de tal maneira que nós possamos também incorporar maior competitividade no fornecimento de produtos e serviços para a Petrobras e que evidentemente vai exigir da Petrobras, da engenharia da Petrobras, uma maior atividade de integração e substituição das empresas que faziam esse papel integrador no passado. Por outro lado, os nossos projetos também precisam ser mais especificados, nós pretendemos ir a mercado com projetos mais claros para diminuir os riscos dos fornecedores e, portanto, viabilizar uma redução de custos do ponto de vista dos fornecedores. Próximo, por favor.

O que nós estamos fazendo? Nós estamos adotando normas de caráter universal na simplificação e padronização de equipamentos, revisando a especificação de materiais para diminuir redundâncias desnecessárias, estamos cancelando algumas licitações

importantes por preço excessivo, estamos renegociando afretamentos, estamos revisando escopo de grandes projetos, estamos revisando e cancelando compras de grandes máquinas, e unidades de refinarias, para sinalizar de forma clara para o mercado que nós queremos capturar parte dos ganhos que vêm do ajuste de custos que é internacional hoje em função da crise internacional e do impacto que isso traz em vários setores produtivos do mundo. Próximo, por favor.

Qual é a nossa meta produtiva? Nós estamos produzindo, a nossa produção hoje está em torno... Hoje está em torno de 2,4 milhões de barris, de óleo e petróleo, 1855 milhões de barris por dia de óleo, nós pretendemos chegar em 2009 com dois milhões e 50 mil barris por dia, uma produção total de óleo e gás de 2,75 milhões de barris, mas estamos projetando para 2013 sair de 2,7 milhões de barris para 3,6 milhões de barris atingindo em 2020, 5,7 milhões de barris. 5,7 milhões de barris é uma produção maior do que a Exxon hoje, é uma produção mais do que a metade da Arábia Saudita, mais do que a metade da Rússia. Portanto, nós estamos falando de um crescimento de 7,5% que é um crescimento extremamente elevado, mas que colocará a Petrobras e o Brasil numa situação de um dos grandes produtores mundiais em 2020, já em 2013 com a taxa de crescimento bastante elevada de 8,8% ao ano. Diferente de outras empresas de petróleo do mundo, essa capacidade de crescer a nossa produção, não depende de aquisições de novas reservas, nem depende de novas descobertas. Essa capacidade de crescimento está baseada exclusivamente no portfólio atual de reservas que nós temos e das descobertas já identificadas hoje. Portanto, as novas descobertas e o potencial de expansão estão fora desse plano porque esse plano se baseia exclusivamente no que nós já temos no nosso portfólio exploratório.

Aqui no pré-sal nós só estamos incluindo no pré-sal as áreas concedidas... Atualmente concedidas, não as áreas não concedidas. As áreas não concedidas não estão incluídas aí. Do ponto de vista do pré-sal nós estamos falando que o marco regulatório existente para as áreas concedidas, nós estamos assumindo para essa projeção que o marco regulatório para as áreas concedidas se mantém intacto. A produção do pré-sal prevista de 2009 até 2013 nós estamos prevendo para 2013 acrescer aqui do pré-sal 219 mil barris por dia, desses dois milhões 680 mil barris, em 2013. Em 2020 essa produção do pré-sal, dos 3 milhões 920, nós estamos falando em 1 milhão e 800 do pré-sal da bacia de Santos e da bacia do Espírito Santo. Portanto, nós estamos falando mais ou menos, pouco menos da metade da produção da nossa de 2020 vem do pré-sal, e um décimo, mais ou menos, um décimo da produção nossa de 2013 vem do pré-sal. Próximo, por favor.

Aqui é um pouco o desafio da Petrobras. A Petrobras levou 54 anos para atingir a produção atual de 1,8 milhões de barris no Brasil, de petróleo, nós levamos 45 anos para atingir o primeiro milhão de barris. Nos campos da bacia de Campos, nós levamos 27 anos para atingir o primeiro milhão de barris. Dos campos gigantes da Bacia de Campos nós levamos 22 anos para atingir o primeiro barril, e agora no pré-sal nós pretendemos atingir o primeiro milhão com 12 anos de trabalho. Portanto, notem que isso é uma meta bastante agressiva, é uma meta bastante audaciosa, mas é uma meta possível porque nós já estamos produzindo do pré-sal, aqui é basicamente o pré-sal. Nós já estamos produzindo do pré-sal e vamos começar o teste de longa duração em maio deste ano que vai alterar substancialmente o nosso conhecimento sobre a região.

O pré-sal: o que é o pré-sal? Em última instância o pré-sal é uma área que nós estamos delimitando nesse gráfico com essa área azul clara, essa área é a área das rochas reservatórias que existem abaixo da camada de sal. Essa rocha reservatória tem algumas características, chamam-se microbiolitos, ela tem algumas características de carbonáticas e ela se estende, portanto, do norte de Santa Catarina até o sul do Espírito Santo. Você tem aqui uma área de 112 mil quilômetros quadrados que é uma área maior do que o Golfo do México americano. Dessa área de 112 mil quilômetros quadrados, 41 mil quilômetros quadrados, portanto 38%, já estão concedida nos leilões atualmente existentes. Portanto, 62% não estão concedidas ainda e nós não estamos considerando essa área não concedida no nosso plano. Nós só estamos analisando no nosso plano os 38% que correspondem às áreas já concedidas. A área da participação da Petrobras, desses 41 mil quilômetros quadrados a Petrobras tem 35 mil quilômetros quadrados, portanto nós temos quase... Pouco mais de 60% da área concedida total. Próximo, por favor.

Qual é a previsão que nós temos? Como eu disse antes, a produção em 2013 do pré-sal é de 219 barris por dia. Em 2015, 582 mil barris por dia, em 2017, 1 milhão e 336 mil barris por dia e em 2020, 1 milhão 815. Portanto, em 2020 a produção do pré-sal das áreas concedidas no nosso plano é de 1 milhão 815. Qual é o investimento necessário para atingir esse 1 milhão 815, da parte da Petrobras nessa produção? Na verdade a Petrobras é 1 milhão 183 e os parceiros 632. A parte da Petrobras no investimento da parte da Petrobras até 2013 é um investimento de 28,9 bilhões de dólares, até 2020 de 111,4 bilhões de dólares. Por-

tanto, nós temos investimento na área de Santos de 18,6 bilhões de dólares e 10,6 bilhões de dólares no Espírito Santo. Aqui tem uma diferença substantiva importante, porque a Petrobras tem 100% das áreas concedidas no Espírito Santo e só tem 60% das áreas concedidas em Santos. E, além do mais, as áreas do Espírito Santo são áreas mais perto da costa, com uma camada de sal mais fina e, portanto... E nós já temos infraestrutura produtiva instalada no parque das baleias e, portanto, essa produção ela é uma produção que tem mais rentabilidade e ela pode ser antecipada mais rapidamente do que na bacia de Santos. Porém, no longo prazo o investimento na bacia de Santos é um investimento muito maior do que a bacia do Espírito Santo, de tal maneira que nós vamos investir dos 111 bilhões, 99 bilhões aproximadamente na bacia de Santos.

Qual é o problema fundamental hoje do pré-sal? O pré-sal não tem grandes problemas tecnológicos. Não tem grandes problemas tecnológicos. Nós temos... As características do pré-sal, dadas as tecnologias atuais, ela pode produzir com tecnologias existentes. As inovações tecnológicas aumentam a rentabilidade da exploração. Nós temos inovações tecnológicas importantes, tanto na área da logística e da montagem do sistema de produção, como nos sistemas submersíveis, na corrosão dos óleos e na utilização do gás a ser produzido. Mas, o mais importante conhecimento que nos falta hoje do pré-sal é o conhecimento sobre a geologia e sobre os reservatórios do pré-sal. Esse é um conhecimento que ninguém tem, porque esses reservatórios são únicos no mundo. E como tal, o conhecimento desses reservatórios, da dinâmica dos fluidos, da permeabilidade entre as diversas camadas, de como esse reservatório reage a pressões incrementadas com aumento para injeção de gás e de água para a produção, ninguém conhece. A única maneira de conhecer isto é através da produção. E é isto que nós vamos fazer, já estamos fazendo no Espírito Santo e vamos fazer na bacia de Santos no que nós chamamos de teste de longa duração. O teste de longa duração que se iniciará no dia 1º de maio de 2009, portanto, este ano, nós vamos testar dois poços. Nesses dois poços nós vamos levantar informações sobre essas características dos reservatórios, essas informações serão preciosíssimas para desenhar e definir o projeto de exploração futuro. É com base nessas informações que nós definiremos a quantidade de poços que nós precisamos perfurar. É completamente diferente uma situação de um poço que produz 10 mil barris por dia e um poço que produz 30 mil barris por dia e de um poço que produz cinco mil barris por dia. Qual é o poço que nós vamos fazer? Isso vai depender dessa informação que só poderemos obter depois do teste de longa duração. E esse teste de longa duração vai permitir, portanto, dizer que esses 111,4 bilhões de dólares previstos, que são com o conhecimento que nós temos hoje, provavelmente será menor do que este, porque dado mais conhecimento nós poderemos reduzir significativamente o número de poços e cada poço custa hoje 60 milhões de dólares.

Portanto, se nós reduzimos de três mil poços para 500 poços, isso é uma redução gigantesca do volume de investimento. Se nós reduzirmos de mil poços para 700 poços, nós vamos ter uma grande redução de custos. Então, a redução de poços depende do conhecimento geológico que nós só teremos depois de algum tempo do teste de longa duração. Isso é vital e não há outro caminho, não há laboratório, não há transferência tecnológica, não há nada que se possa fazer a não ser produzir para conhecer. Próximo.

Evidentemente que elevar esse volume de produção não pode ser feito apenas com um poço perfurado. Você tem toda uma infraestrutura necessária para viabilizar essa produção. E aí mostra um pouco o tamanho desse projeto. Esse tamanho é um projeto de novas embarcações, gigantesco. Nós estamos falando aqui de 2009 a 2013, de 153 embarcações. 44 navios de grande porte. 92 barcos de apoio. 15 plataformas de produção. Duas TLWP e uma jaqueta e um TLWP. 153 até 2013. 65 de 2013 a 2015. 78 de 2016 a 2020. Portanto, nós estamos falando num gigantesco programa de equipamentos que são altamente capital intensivos, fortemente impactantes sobre estaleiros navais, uma indústria naval, altamente disseminadores de novas tecnologias com enorme impacto sobre a indústria de mecânica, a indústria metalúrgica, indústria... Engenharia, desenho de projetos, tubulações, ligas, etc. Portanto, com um enorme impacto no conjunto de atividades econômicas do país. Além disso, nós sistemas... Vamos precisar de navios sondas e plataformas para perfuração. São navios extremamente sofisticados que nós nunca produzimos no Brasil. Nós estamos prevendo uma compra de... Aquisição ou via licitação ou via afretamento ou via compra de 28 sondas a partir de 2013, para receber a partir de 2013, e nós deveremos ir a mercado solicitando a compra dessas sondas ou o afretamento dessas sondas, ainda este ano de 2009, para que estas sondas sejam construídas no Brasil. Portanto, ao exigir que sejam construídas no Brasil, nós estamos dando cinco anos para que a indústria naval se aproprie e possa viabilizar a capacidade de produzir essas sondas que são sondas importantes para a produção, para a perfuração dos postos e indispensável para o desenvolvimento, tanto da atividade explorató-

ria, como para a atividade de produção no petróleo no Brasil e no exterior. Próximo, por favor.

Do ponto de vista do mercado. Qual é... Do ponto de vista que é o mercado de produtos. A nossa previsão é que o mercado brasileiro de 2008 até 2013 nós vamos ter um crescimento médio do mercado de combustíveis de 3% ao ano. O maior crescimento, como os senhores podem ver, vai ser o crescimento dessa faixa azul que é o crescimento do mercado de diesel. O Brasil é um país hoje que importa diesel. Nós não temos diesel suficiente para atender o mercado brasileiro hoje. Nós somos exportadores de gasolina e importadores de diesel, de nafta e de GLP. Nós somos exportadores de gasolina, de óleo para navio e de óleo para combustível. Nós exportamos produtos de menor valor agregado e importamos produtos de alto valor agregado. Evidentemente que isso significa que mesmo tendo uma balança positiva, comercial positiva do ponto de vista volumétrico, nós temos uma balança comercial negativa do ponto de vista comercial pela natureza dos nossos produtos. Nós temos que mudar isso, nós temos que investir também em refino para viabilizar exatamente a alteração significativa dessa estrutura de comercialização que nós temos.

Então, nós vamos investir num conjunto de refinarias. Nós estamos investindo nas refinarias atuais, então nós temos aqui o Revamp da Replan que começa em 2010 a operar, com 33 mil barris por dia, teremos em 2011 a refinaria do nordeste e o Revamp da Repá(F), portanto com impactos na produção em 2011. Teremos o COMPERJ, a primeira unidade, unidade de petroquímicos básicos do COMPERJ entrando em 2012, teremos a refinaria prêmio 1 e a refinaria prêmio 2, no Ceará e... No Maranhão e no Ceará em 2013 e 2014. De tal maneira que em 2020 nós teremos uma capacidade de refino no Brasil de 1 milhão 779 mil barris para 3 milhões de barris por dia em 2020. Portanto, não somente aumentando a quantidade de processamento de petróleo processado, mas também aumentando a produção de diesel, que é o nosso produto que nós precisamos aumentar a produção, aumentando a produção de GLP e aumentando a produção de nafta.

Além disso, nós temos um pacote de investimentos bastante significativo para a qualidade da gasolina diesel, essencialmente aqui, é a redução do enxofre na gasolina e no diesel, nós temos projetos que envolvem investimentos acima de nove bilhões de dólares para, exclusivamente reduzir a quantidade de enxofre na gasolina em 2010, no diesel em 2010, 2011, 2012 e 2013 para reduzir a quantidade de enxofre, atendendo, portanto, as especificações brasileiras internacionais desse diesel. Significa, portanto, que nós estamos falando de volumes de investimentos que não agregam novos produtos, mas melhoram os produtos existentes. Próximo, por favor.

Do ponto de vista de fertilizantes nós temos duas plantas de fertilizantes da Petrobras, uma na Bahia e uma em Sergipe, nesse momento, que são plantas de fertilizantes nitrogenados que usam o gás natural para produzir esses nitrogenados, nós estamos estudando a possibilidade, uma planta adicional, mas não temos ainda uma localização definida e nem temos ainda a situação de análise de mercado em função dos custos do gás e da disponibilidade de gás que nós temos nesse momento, mas estamos analisando e deveremos decidir nesse horizonte uma nova planta de fertilizantes nitrogenados para atender o mercado brasileiro.

Em termos de terminais, nós estamos falando de 26 terminais aquaviários, 20 terminais terrestres, um investimento de 3,7 bilhões de dólares nesse período em logística de dutos e terminais, estamos falando na expansão da capacidade de armazenamento em Santos Paranaguá, melhoria do tratamento de efluentes em São Sebastião, São Francisco do Sul, Cabiúnas, Ilha Grande e TEDUT(F). A implantação da adequação do suprimento de petróleo em São Paulo, especialmente, e a intervenção nos dutos que nós temos de derivados hoje no Estado de São Paulo. Melhoria do sistema no nordeste, particularmente no Temadre, na Bahia, e de novo em São Paulo e Paranaguá. Próximo, por favor.

Estamos falando também em gás. Nós temos um volume de investimentos em gás que termina um ciclo e abre outro ciclo de investimento. O ciclo de investimento que nós estamos terminando é um ciclo de investimento que termina até 2010, que é um investimento que foi realizado para consolidar o mercado brasileiro de gás. Isso significa que nós montamos uma infraestrutura de gasodutos, montamos uma infraestrutura de compressão, montamos uma infraestrutura de produção e de importação de tal maneira que nós vamos construir mais 2300 quilômetros de gasodutos até 2010, mais 19 usinas de energia, mais 1,2 mil megawatts de capacidade de geração elétrica até 2010 e concluir, já estamos praticamente concluindo, daqui um mês ou dois, nós teremos o terminal de GNL da Baía da Guanabara e já temos também o terminal de GNL do Ceará em operação. Portanto, nós teremos... Nós temos hoje uma situação de consolidação da infraestrutura necessária para ter um mercado nacional de gás. A característica especial do mercado de gás brasileiro é que ele é um mercado de gás que tem uma parcela muito grande da demanda de gás que é intermitente. Que não é firme. Que é a demanda de gás que depende da chuva, demanda de gás que depende da acumulação de água nos reservatórios, e,

portanto, depende essencialmente da projeção que se faz do declínio desses reservatórios para minimizar o risco de uma perda de capacidade de geração elétrica no nosso parque hidroelétrico.

Nós teremos uma situação... Para nosso investimento, o Senador está perguntando aqui sobre a autossuficiência. Eu peço a ele um minutinho que chegarei lá em um minuto. Nós temos hoje uma situação que precisamos passar para aumentar a flexibilidade da oferta. Para aumentar a flexibilidade da oferta, nós vamos ampliar gasodutos para flexibilizar e fechar todos os *geps,* que nós temos na nossa rede de gasoduto, vamos aumentar a capacidade de compressão para viabilizar mais eficiência na rede e estamos pensando em construir mais dois terminais de GNL, sendo que um deles deve ser um terminal flexível, de tal maneira que ele possa regaseificar o gás e também liquefazer o gás. De tal maneira que nós possamos, quando tenhamos uma situação de excesso de oferta de gás, liquefazer esse gás, embarcar esse gás nos navios metaneiros, e, portanto, entregar esse gás em qualquer mercado que nós quisermos. Em termo de autossuficiência, o próximo, por favor. Antes disso, por favor. Então não está aí. Volta aí, por favor.

Em termos de autossuficiência, respondendo a pergunta do Senador Collor, nós estamos projetando para 2012, 2013, uma demanda brasileira de 135 milhões de metros cúbicos/dia de gás. Esses 135 milhões de metros cúbicos/dia de gás serão atendidos pelas seguintes fontes. 30 milhões da Bolívia. Até 30 milhões da Bolívia. Nós temos um contrato com a Bolívia até 2019, e esse contrato nós queremos honrar, como a Bolívia honrou até agora, até 2019. Portanto, isso envolve a capacidade de compra da Bolívia de até 30 milhões, e uma obrigação, nossa, de trazer no mínimo 19 milhões por dia, da Bolívia. Isto, portanto, significa que nós estarmos projetando a manutenção dessa fonte até 2019 de 30 milhões da Bolívia. 135 menos 30 dão 105 milhões que ainda faltam. Desses 105 milhões, 71 milhões nós vamos aumentar a produção nacional para ofertar para o mercado mais 71 milhões de gás e metros cúbicos de gás por dia da produção nacional. E teremos 34 milhões de metros cúbicos por dia de GNL, através dos terminais que já temos em Pecém no Ceará, na Baía de Guanabara e outros dois que teremos, que nos darão flexibilidade e que assim que for necessário precisar de gás excepcional, além do que nós já temos, nós trazemos o navio e encostamos no terminal e injetamos na rede. Então, nós temos flexibilidade de 34 milhões de metros cúbicos de GNL, mais a diferença entre os 30 milhões que nós podemos trazer da Bolívia e os 19 milhões que somos obrigados a trazer da Bolívia. Então, nós temos um adicional flexibilidade na oferta de gás brasileiro, enorme flexibilidade. Significa que nós não ficaremos... Nós seremos... Teremos autonomia e independência, mas não teremos autossuficiência na produção de gás.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E desses 71, quanto que nós estaremos produzindo este ano?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: O mercado brasileiro este ano está em torno de 45 milhões de metros cúbicos. Nós trouxemos em torno de 30 milhões... Esse ano quer dizer 2008. Nós trouxemos 30 milhões da Bolívia, portanto a entrega nacional foi em torno de 17, 18 milhões de metros cúbicos/dia em 2008. Para 2009 isso vai chegar a 28 milhões. Em 2013 nós fizemos o plano chamado Plangás que está aumentando a capacidade de transporte e aumentando a capacidade de produção de gás. Para biocombustíveis nós estamos alocando... Nós estamos alocando para biocombustíveis 2,8 bilhões de dólares nesse período. 2,8 bilhões de dólares é relativamente pouco em relação aos 174 bilhões que nós estamos falando, mas em referência ao setor de etanol e ao setor de biodiesel, 2,8 é um dos maiores volumes de investimentos alocados por esses dois setores, onde nós queremos atuar fortemente na montagem da logística para diminuir o custo de exportação e na capacidade de aumentar a produção voltada para o mercado internacional, portanto, viabilizando a expansão internacional de etanol e de biodiesel. Próximo, por favor.

As exportações nós estamos prevendo crescimento de exportações de 40% de etanol e 17,9% da nossa exportação... Da nossa produção de biodiesel até 2013. O mercado principal que nós estamos focados nesse momento é o mercado asiático, especialmente o Japão. Os Estados Unidos não é o nosso principal mercado. Nós consideramos os Estados Unidos um mercado extremamente promissor e atraente, porém, não somente eles têm um volume de produção de etanol de milho muito grande, como eles têm barreiras alfandegárias muito altas que tornam o nosso produto não tão competitivo quanto outros mercados. Então, o nosso *target*, o nosso alvo é o mercado asiático nesse momento, ainda que tenhamos possibilidade de ampliar essa expansão também para os Estados Unidos, se houver; como nós achamos que vai haver mudanças na situação americana em termos de escolhas e produtos para produzir o etanol. Nós estamos também investindo fortemente na tecnologia, nós temos já patentes de álcool celulósico, patentes desenvolvidas pela Petrobras, mas ainda não temos nenhum vislumbre num horizonte de quatro, cinco anos de capacidade de transformar essas patentes em produtos

industriais, em fase industrial, e estamos começando agora na fase de protótipo para prestar o aumento de escala da nossa tecnologia. Próximo.

Do ponto de vista do conteúdo nacional nós achamos que o nosso plano de investimento, ele é um plano de investimento que não necessariamente precisa ter associado com ele numa política para cadeia de suprimentos. O conteúdo nacional é um elemento importante no nosso plano, nós pretendemos aumentar a capacidade instalada no Brasil para viabilizar a expansão da cadeia de fornecedores do setor, nós precisamos atrair, não somente aumentar a capacidade dos já instalados, mas atrair novos competidores, aqui envolve uma atração de capitais internacionais para trazer, não somente tecnologia, mas capitais para... Em associação com brasileiros aumentar capacidade do mercado brasileiro. Com isso nós esperamos obter menores preços ao longo do tempo, não de imediato, é claro que teremos aqui algumas políticas de indústria... Indústria infantil que precisa de certa proteção num certo tempo, mas o nosso objetivo não é de ter uma indústria que seja protegida ao longo do tempo, mas que ela convirja para ter a competitividade internacionais. Vamos aumentar, na medida em que aumentar o mercado brasileiro, as opções de flexibilidade e teremos mais disponibilidade para isso, portanto, como nós temos isso numa situação de mercado em que a Petrobras e a expansão do mercado brasileiro que são muito, intrinsecamente ligados pela natureza da Petrobras em relação a outras empresas de petróleo, a Petrobras é a única grande empresa de petróleo do mundo que tem a maior parte de sua produção de petróleo voltada para a sua capacidade de refino, voltada para o seu mercado doméstico, as empresas ou são grandes exportadoras de petróleo cru ou são refinadoras e atendem mercados múltiplos, a Petrobras é a única que está integrada inteiramente com o mercado nacional, de tal maneira que integrada no produto nós também temos que avançar na integração, na cadeia de suprimento. Próximo.

É claro que isso evita e minimiza o efeito que na indústria de petróleo se tem que é o efeito de que um setor crescendo muito rapidamente gera reservas internacionais, aprecia a moeda nacional, impede que outros setores cresçam e ao mesmo tempo, do ponto de vista fiscal, vira a única fonte de financiamento do Estado e, portanto, impede o conjunto das atividades econômicas. Na medida em que você faz com que o conjunto do setor também cresça, isso faz com que esse... Essa tendência da chamada doença holandesa seja minimizada e, portanto, nós tenhamos um efeito menor desse risco, dado à velocidade e o crescimento que estamos apresentando. Próximo, por favor.

Os investimentos no Brasil, como eu disse, significam 158 bilhões de dólares, nós vamos ter uma compra no Brasil de 100 bilhões de dólares nesse período, o que significa um conteúdo nacional de 64, o que significa que isto é uma demanda para os produtores brasileiros atenderem as demandas da Petrobras, portanto nós estamos falando aqui em quase 20 bilhões de dólares de compra de produtores brasileiros por ano nesse país. Próximo, por favor.

Aqui é impacto sobre emprego. Esse plano de negócios 2008/2012 nós estávamos projetando uma demanda de mão-de-obra a partir de 2009, de 69 mil pessoas a serem treinadas para atender a cadeia de suprimento da Petrobras. Com o novo plano nós saímos de 69 para 174 mil pessoas a serem treinadas para atender a cadeia de suprimento da Petrobras. Esse é um volume enorme de mão-de-obra que precisa ser treinada para atender, não a Petrobras diretamente, mas para atender a cadeia de fornecedores da Petrobras. Portanto, isso exige um esforço muito grande, não só da Petrobras, mas de vários órgãos do Governo e do setor privado que nós estamos articulando através do Programa Nacional de mobilização da indústria de petróleo que faz, portanto, a montagem de um sistema que envolve mais de três mil cursos, envolve mais de 76 instituições de ensino, envolve, portanto, o treinamento de 174 mil pessoas, o que é um treinamento extremamente significativo nesse período. Próximo, por favor.

Do ponto de vista da demanda de Recursos Humanos, só para o plano de negócios, aí não somente no pré-sal, mas o conjunto das atividades, nós estamos falando aqui numa demanda adicional de mão-de-obra, equivalentes aos novos projetos, aos projetos do plano de negócio. As sondas que vamos fazer, aos 146 barcos de apoio, às novas plataformas de produção, ao Promef II, que são os navios da Transpetros, o afretamento de 19 navios, a Refinaria Premium I e II, isso vai implicar nessa cadeia 243 mil postos de trabalho a serem treinados, o que significa, portanto, um significativo impacto sobre o mercado de trabalho em 2009 em diante. Próximo.

Em termos de investimentos por regiões nós temos aqui claramente no sudeste a maior parte de nossos investimentos, geologicamente é aqui que estão os maiores reservatórios que nós temos, aqui estão as maiores reservas, aqui estão as maiores refinarias, mas nós temos investimentos espalhados pelo país, no nordeste 25 bilhões de dólares, no norte 2,7 bilhões de dólares, no centro-oeste 0,4 bilhões de dólares e no sul 10 bilhões de dólares com demanda de postos de trabalho no sudeste de 615 mil postos de trabalho, no nordeste de 187 mil postos de trabalho, no norte 18.500

postos de trabalho, no centro-oeste quatro mil postos de trabalho e no sul de 80 mil postos de trabalho, portanto com um... Além disso, com projetos no valor de 17 bilhões de dólares que são projetos nacionais que não são possíveis de alocar regionalmente essas demandas de postos de trabalho. Portanto, nós estamos falando num programa de investimento que envolve 1 milhão de postos de trabalho a cada ano. Não são 1 milhão de postos de trabalho novos, mas que sustenta 1 milhão de postos de trabalho nos próximos cinco anos. Próximo, por favor. Próximo.

Do ponto de vista de valor adicionado: em termos de valor adicionado por esse programa nós estamos falando em torno de 309 bilhões de reais por ano, sendo que a Petrobras tem um valor adicionado de 170 bilhões, a cadeia produtiva dos investimentos de 73 bilhões e a cadeia produtiva dos gastos operacionais de 66 bilhões, portanto nós estamos falando aqui em aproximadamente 10% do PIB brasileiro associado a esse programa.

Principais desafios: nós temos evidentemente a situação de melhoria da infraestrutura, que é um elemento fundamental para viabilizar esse plano, principalmente para a cadeia de fornecimento, nós temos vários materiais críticos que são equipamentos especiais que levam de longa duração para serem feitos e que estão internacionalmente com capacidade esgotada, nós temos a necessidade de garantir as sondas de perfuração, nós temos necessidade de garantir os sistemas de posicionamento dinâmico, tanto dos navios como das sondas, a produção de aços, de aços especiais pode ser um problema, o treinamento da força de trabalho pode ser um problema, a financiabilidade poderia ser um problema, mas nós acreditamos que a financiabilidade está relativamente resolvida e eu vou detalhar um pouco mais e a otimização dos custos ela é um desafio permanente nesse momento. Próximo, por favor.

O que aconteceu com a Petrobras nesse período? Do ponto de vista de... Aqui temos alguns indicadores de 2002 para cá. Isso aqui, por exemplo, indica... É um indicador que indica a despesa operacional sobre a receita operacional líquida, nós tivemos um ligeiro aumento desse indicador em 2007 e 2008, mas ele está em linha com o nosso histórico dos últimos 10 anos. Dos últimos seis anos. A despesa operacional em relação ao lucro ela inclusive tem diminuído, o que significa que a nossa lucratividade em termos desse período tem aumentado. Próximo.

Do ponto de vista da despesa administrativa sobre o lucro bruto nós temos uma tendência declinante, a despesa de venda sobre o lucro bruto relativamente estável, outras despesas operacionais sobre o lucro bruto relativamente estável. Portanto, os indicadores que nós temos do desempenho da companhia, os indicadores usualmente utilizados para a avaliação de desempenho indicam que a companhia está dentro dessa mudança significativa de escala de tamanho, comportando-se relativamente estável em termos de sua eficiência econômica. Próximo.

O custo do petróleo tem uma elevação extremamente associada ao preço do petróleo, evidentemente uma vez que nós temos o principal componente de nossos custos é o preço do petróleo e, portanto, o custo sobre receita operacional tende a ter um crescimento, uma vez que o custo do petróleo tende a ter um crescimento maior do que a margem do refino. Próximo.

Do ponto de vista de impostos e contribuições nós tivemos em 2008 o pagamento de quase 80 bilhões de reais de impostos e contribuições para o Governo Brasileiro, tanto o Governo Federal como os governos estaduais e, portanto, nossa previsão, é que a média mensal de pagamentos em 2008 é de quase 7 bilhões, 6,7 bilhões de reais e nós vamos continuar provavelmente crescendo isso uma vez que a nossa produção vai aumentar.

Em termos do preço do petróleo, nós tivemos um aumento da receita operacional líquida, do lucro bruto e do lucro operacional. Próximo.

Em termos de investimentos nós saímos de um investimento realizado de 22 bilhões de reais em 2004, em 2008 nós realizamos 53,3 bilhões de reais, o que é um investimento recorde na nossa história, sem dúvida nenhuma. A nossa previsão para 2009 é um investimento de mais de 60 bilhões de reais. Portanto, nós temos uma tendência de crescimento significativo dos investimentos realizados pela Petrobras nos últimos anos. Próximo. Pode passar, já falei sobre isso. Pode passar.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos dar início--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Me inscreva por favor, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não. Vamos dar início ao debate. De acordo com a inscrição nós temos cerca de 16 Senadores inscritos. Vamos dar prioridade, claro, aos autores dos requerimentos e concedo a palavra, por três minutos, ao Senador Aloizio Mercadante e pergunto se posso agrupar os Senadores de três em três ou de quatro em quatro. Quatro em quatro é melhor? Quatro. Agora, primeiro os autores. Depois é que haverá o agrupamento. Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, meu caro companheiro Dutra, José Sérgio Gabrielli, quero parabenizar a exposição pela competência, pela consistência que reflete, não só a história dessa empresa, que é um orgulho do Brasil, mas também o preparo que essa Presidência tem demonstrado à frente da gestão da empresa. Eu queria levantar algumas questões. A primeira, a pergunta é se as grandes [ininteligível], as grandes empresas produtoras de petróleo estão mantendo seus planos de investimento dado a profundidade desta crise e o impacto tanto financeiro como de desaceleração e de recessão da economia global, especialmente os grandes mercados importadores, como Europa, Estados Unidos e Ásia. Então, se estão mantendo. Porque tirando PDVSA e Gaspron, que claramente cortaram investimentos; perderam o foco, enfim, perderam um pouco o papel de liderança, as grandes empresas como estão diante dessa questão.

E associado a isso, a Petrobras para manter seu programa de investimentos pretende aumentar o endividamento da empresa num cenário de severa restrição ao crédito de pouca liquidez, de redução dos investimentos externos, da disponibilidade de recursos. Então, se no curto espaço, naquele momento que houve um travamento global do crédito, um pânico generalizado, a Petrobras teve que recorrer com mais força às fontes domésticas, como Caixa Econômica, BNDES, neste plano de médio prazo, eu pergunto qual vai ser o papel, a expectativa dessas instituições. Porque se houver uma sobrecarga da Petrobras e de outras grandes empresas que recorreram pela falta de recursos externos, nós estamos prejudicando na ponta, pequenas e médias empresas, que não têm a mesma facilidade de acesso ao crédito. Então, como é que resolve esse problema de financiamento da Petrobras, qual é a expectativa, como é que vocês estão vendo?

Em relação à redução de custos, que na medida em que caíram fortemente os preços internacionais, eu imagino que toda cadeia de suprimento tenha alguma indexação. Não é direta, mas alguma indexação ao preço final do produto. Então, foi dito de forma genérica aqui, um esforço de redução de repactuação de contratos para reduzir custos e adequar a essa nova realidade. E vi no jornal *O Estado de São Paulo,* ontem, uma manchete falando num corte de 30%. Pergunto se procede. Qual é a expectativa de corte de custos, como é que isso está sendo feito de forma mais concreta?

Em relação ao pessoal, eu queria saber qual foi a política da empresa nesses anos em termos de valorização do pessoal, participação no resultado, promoção, contratação... Porque nós estamos diante de uma greve na empresa, qual é a avaliação da direção em relação a essa greve e é legítimo que os trabalhadores reivindiquem, mas é evidente que o país vive uma situação, a economia mundial vive uma situação extremamente difícil, o preço do petróleo caiu violentamente e nós temos que adequar toda a estrutura de custos a essa nova realidade, inclusive do meu ponto de vista política de pessoal tem que ser pactuado e negociado.

Eu tenho só mais três comentários. Em relação ao pré-sal. Para manter os investimentos no pré-sal, além do debate do novo marco regulatório que o Governo tem um compromisso de encaminhar um projeto ao Congresso, como é que nós vamos fazer nas áreas que já foram licitadas? Se o reservatório descoberto, por exemplo, o poço de Iara, evidentemente maior do que o bloco que foi licitado. Aquela parte não licitada pertence à União. Como é que será feita a unitização dessas áreas, como é que a União entrará nesse processo se a Petrobras defende pelo menos o que eu vejo que é o melhor caminho, a União aportar como capital a empresa fortalecer a Petrobras nesse processo dessas reservas e com isso ela recebe os dividendos e os resultados desse processo de produção. Como é que vai, para não paralisar o processo, acelerar a exploração desses blocos e o entorno desses blocos já licitados, qual é a visão da Presidência da Petrobras?

Em relação... Só mais duas questões. Em relação à qualidade do produto. Nós tivemos um atraso no cronograma previsto, em termos de qualidade dos combustíveis no Brasil. A melhoria da qualidade do diesel, da gasolina... Hoje mesmo teve um episódio, simbólico, um navio do *Greenpeace* tendo que ir até a Argentina para se abastecer com diesel de qualidade porque não tem no Brasil essa disponibilidade. Por que nós atrasamos o cronograma de investimentos, de compromisso em relação à mudança da qualidade dos combustíveis e esse cronograma, esse projeto estratégico de negócio, em que medida resolverá isso, quando e como? Que eu acho que é um tema de grande interesse e o Brasil e a Petrobras vem fazendo esforço grande em bioenergia, etanol, nós temos uma marca importante aí na matriz energética, é muito importante que a gente avance nessa direção.

Por último, em relação ao preço dos combustíveis para o consumidor: é verdade que quando subiu violentamente o preço, o Brasil não sobe; como em outros países, está indexado ao preço internacional. E agora que caiu nós não tivemos a queda. Mas, qual é a expectativa de redução de preços da gasolina e do diesel, dado que este cenário de uma queda brusca sinaliza ser um cenário duradouro. Não voltará a ter o preço anterior. Seguramente pode não estar no patamar

de hoje, mas o preço não deve voltar a estar 120, 130, 140 dólares. Como é que nós vamos repassar parte desse benefício ao consumidor, considerando que tem um plano de investimentos, considerando que o setor de etanol, setor sucroalcooleiro tem um problema no curto prazo de financiamento, de custos, qual é a expectativa e a visão da Petrobras em relação à redução do preço dos combustíveis?

São muitas perguntas, mas o plano é muito complexo e eu gostaria de fazer outras, mas não quero prejudicar os demais inscritos e por isso eu peço desculpas por ter me estendido. Procurei ser o mais objetivo possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente eu gostaria de fazer uma sugestão. Nós somos 16 Senadores inscritos. 19. Se cada Senador fizer três perguntas nós vamos a 60 perguntas. Eu acho que nós deveríamos limitar o número de perguntas por Senador. Porque senão nós vamos varar aqui a de madrugada.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, para contraditar. Só queria dizer o seguinte. Não tem menor sentido nós reduzirmos o número de perguntas. Reduzir o tempo, sim, cada um usa como quiser. Mas o número de perguntas é absurdo. Se for necessário a gente faz uma continuação dessa audiência outro dia. Por sinal, só falta uma pergunta. Cultura. Pararam os programas todos? Quando é que volta e como?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Essa foi uma boa vingança, hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Dr. Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Em relação às grandes empresas de petróleo, a maioria delas estão ampliando investimentos. A Exxon está ampliando investimento, Shell está ampliando investimento, a B P está ampliando investimentos, a Total está ampliando investimentos. Algumas empresas estão com problema de ajuste de portfólio porque fizeram grandes aquisições. A Philips e a Devan fizeram grandes aquisições no ano passado e tiveram que ajustar pelas novas regras contábeis e estão mantendo investimentos.

Porém, nenhuma delas tem um volume de investimento da Petrobras. Porque historicamente nos últimos três anos elas vinham usando os excedentes de caixa dela para comprar as suas próprias ações, fazendo programa de *share buy-back*, chamados de *share buy-back*, que é comprar suas próprias ações. Porque elas estavam com dificuldade de acesso a novas áreas produtoras e dificuldade de acesso a novos projetos. Portanto, elas hoje intensificam os investimentos mesmo na crise porque o mundo vai continuar andando de carro, os automóveis vão continuar andando, os aviões vão continuar voando, os ônibus vão continuar andando, as pessoas vão continuar usando aquecimento e ar-condicionado e, portanto a crise é transitória, mas a demanda vai continuar. Essa é a visão das empresas.

Aumentar endividamento, como financiar. O nosso plano envolve investimentos de 175 bilhões de dólares. Mais ou menos 30 e poucos bilhões de dólares por ano em média. Neste ano de 2009 nosso investimento é de aproximadamente 30 bilhões de dólares. Desses 30 bilhões de dólares, 61 bilhões de reais. Como é que nós financiar 2009? Se o preço do petróleo *Brent* ficar na média anual 37 dólares, nós vamos gerar de nossas atividades operacionais 10 bilhões de dólares de caixa operacional livre. Depois do pagamento de dividendos e amortizações, 10 bi. Portanto, dos 30, que nós precisamos investir, 10 será gerado pelo caixa próprio. Nós conseguimos de um conjunto de bancos internacionais e nacionais, Santander, JP Morgan, HSBC, Société Genérale da França e Banco do Brasil conseguimos 6,5 bilhões de dólares de um empréstimo ponte, para nos próximos dois anos nós irmos a mercado para fazer emissões de debêntures no mercado internacional. Fizemos a primeira emissão em fevereiro desse ano em plena crise. A primeira emissão que nós fizemos, nós tivemos uma demanda de nossos papéis de 5,3 bilhões de dólares em fevereiro. Capitamos 1,5 bilhões de dólares. Há uma taxa, há um cupom de 7,85 e uma taxa de rendimento de oito e um oitavo, oito e doze e meio. Hoje no mercado secundário esses papéis estão sendo transacionados a 7,80. A um custo mais alto do que o anterior, porém, ainda viável do ponto de vista dos nossos cálculos. Além disso, nós terminamos o ano com 16 bilhões de reais no caixa. Portanto, nós estamos 100% financiados em 2009.

Vamos olhar 2010. 2010, se nós precisarmos investir 35 bilhões em 2010, nós temos garantido do BNDES 10 bilhões de dólares, 20 bilhões de reais. Significa, portanto, que dos 35 nós temos 10 garantidos. Com o aumento de nossa produção e fazendo a estimativa de que o preço do petróleo vai ser 41 dólares em 2010, nós vamos gerar em 2010, 16 bilhões de dólares. Portanto, precisamos financiar para 1010, 19 bilhões de dólares e temos, portanto, 2009 e 2010

para levantar 19 bilhões de dólares. A partir de 2011, se o preço do petróleo for 45 dólares o barril nós vamos gerar o suficiente para, praticamente, manter estável o nosso endividamento até 2013.

Portanto, do ponto de vista financeiro nós achamos que em condições de estresse a 37 dólares do barril do petróleo *Brent*, a média do primeiro trimestre foi 46, ele está hoje a 54, mas estamos considerando a média de 37. Ele gera caixa livre, em 2011... 2010 a 41 ele gera caixa livre, e cada um dólar na média do *Brent* anual, acrescenta no nosso caixa 500 milhões de dólares. Cada um dólar no *Brent* eleva... Portanto, se nós tivermos uma média de 47 dólares o barril em 2009, nós não vamos gerar só 10 bilhões de dólares. Nós vamos gerar 15 bilhões de dólares no nosso caixa. Portanto, nós achamos que do ponto de vista financeiro nós não temos nenhum problema grande para financiar esse investimento.

Redução de custos. Nós temos dois tipos... Em linhas gerais nós temos dois grandes tipos de projetos. Projetos são mais de 600 projetos que está no nosso programa de investimentos, nós temos projetos que estão em fase de construção, pós-contratação. E temos projetos que estão em fase de projeto, ainda interno, em fase de aprovação interna e que ainda não foram a mercado, hoje estão em processo de negociação com o mercado. Nesses projetos que não saíram do mercado ou que estão em negociação com o mercado, nós esperamos uma redução de custos maior do que nos projetos que já estão contratados, onde há redução de custo, mas essa margem é menor. Nós não estamos legitimando um número, para não fazer com que os nossos fornecedores tenham um número que seja o batente, que eles acham que vai ser a nossa negociação. Em cada caso nós temos metas destinas. Cada tipo de projeto, cada tipo de situação nós temos metas destinas. Mas nós queremos apropriar o máximo possível, para os nossos custos sem matar, sem inviabilizar a economicidade da cadeia de fornecedores, a mudança na conjuntura internacional. Em termos de pessoal, como o Senador falou, nós temos uma greve em andamento, essa greve tem essencialmente três grandes demandas, a demanda nº. Um é a demanda para aumentar a participação nos lucros e resultados dos trabalhadores da Petrobras, no resultado da Petrobras, eu vou dar os números daqui a pouco; a segunda reivindicação é estender o que se chama de extraturno, que é o pagamento para os trabalhadores que trabalham em regime especial de turno ininterrupto, estender para eles o pagamento do feriado, quando o feriado cair no momento que ele está no turno; e o terceiro que é uma revisão da estrutura de política de segurança e meio ambiente.

Nós estamos, primeiramente, abertos para a negociação, nós estamos convocando os sindicatos para ter uma reunião hoje às três horas da tarde, apesar de estarem em greve e queremos discutir com eles essas três questões. A PLR na aprovação do conselho de administração, nós alocamos 1,3 bilhões de reais que corresponde a quatro e poucos por cento do lucro liquido da companhia, para pagamento do programa de lucros e resultados. Mas estamos dispostos a discutir a distribuição e discutir esse volume, na medida em que seja, minimamente, razoável essa discussão.

No que se refere ao extraturno, nós achamos que esta situação há uma definição legal que nos impede avançar, e em relação às condições de política de segurança e meio ambiente nós estamos inteiramente abertos para sentar e discutir com os trabalhadores. Nós saímos de uma situação em que a companhia passou 10 anos sem contratação de pessoal, nós temos hoje 60% dos trabalhadores da Petrobras com mais de 18 anos de Petrobras e temos 40% com menos de oito anos na Petrobras, e a partir de 2000, 2001 nós voltamos a contratar, estamos, portanto com cerca de 40% dos trabalhadores da Petrobras hoje admitidos de 2000 para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Presidente, eu vou pegar aqui carona no seu esclarecimento, porque há uma pergunta... Gostaria que o senhor indagasse ao Presidente da Petrobras sobre os concursos, pois existem três em vigência. No entanto, estão todos com as convocações suspensas. E, além disso, se a substituição dos terceirizados vai ocorrer de fato. Ano passado a Petrobras realizou o maior concurso de sua história, no entanto está se acabando o prazo e a empresa só chamou a metade dos aprovados.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Na verdade nós fizemos esse concurso, um concurso que fizemos para 2600 vagas, tivemos 415 mil candidatos. Mas tivemos 2600 vagas. Mas foram 415 mil candidatos. O que demonstra, digamos assim, a atração que a Petrobras tem hoje no mercado de trabalho brasileiro. Os concursos, os concursos eles têm um prazo de validade, nós vamos cumprir os prazos de validade dos concursos, não pretendemos nesse momento parar as contratações, pretendemos continuar realizando os concursos porque para realizar esse programa que eu apresentei para os senhores, não há possibilidade de realizar com a força de trabalho que nós temos. Nós precisamos de mais gente para operar esses equipamentos. Portanto, faremos mais concursos.

Do ponto de vista da terceirização nós estamos acelerando os processos de substituição de empregados terceirizados, evidentemente, que dada a na-

tureza de uma série de atividades na empresa, particularmente, na área de manutenção e na área de construções, nós vamos precisar ter terceirizados, é inevitável ter terceirizados, e mais nas áreas... Fim da atividade da empresa nós queremos intensificar o processo de primeirização. Do ponto de vista dos trabalhadores, o rendimento dos trabalhadores têm aumentado a proporção da folha de pagamentos, que hoje está em torno de nove bilhões anuais, numa empresa que tem o faturamento de 280 bilhões de reais anuais, ele é hoje em torno de 6, 7% do nosso faturamento. O que é um faturamento importante, porém, não tem nada como outros setores mais intensivos em trabalho em que a folha de pagamentos é o principal custo das empresas.

No que se refere ao pré-sal, a unitização das áreas. A atual Legislação estabelece que uma vez identificado que os reservatórios vão além das áreas concedidas, é obrigatório o processo de unitização, então, portanto a isso a lei atual exige a unitização, obrigatoriamente. O que a lei atual não diz é o que a União fará com essas áreas que pertencem 100% a elas. Há discussão sobre a alocação disso, é parte da discussão do marco regulatório, é parte da discussão que o Governo está fazendo na Comissão interministerial coordenada pelo Ministro Lobão, para discutir esse tema. E essa alocação se vai ser aportado à Petrobras, o que nós vemos com bastante atração e bastante interesse essa política, mas é uma decisão que o Governo vai ter que tomar, o que fazer com essas áreas, mas a unitização é inevitável. A utilização dessa unitização é uma decisão que Governo terá que tomar. Aí, em termos de qualidade nós, na verdade, nós seguimos estritamente a regulação brasileira, nós não deixamos de cumprir a regular brasileira, a especificação dos combustíveis é competência da ANP. A ANP definiu essa especificação somente dois anos atrás. Portanto, nós não consideramos que em relação às especificações existentes houve atraso da Petrobras. Houve atraso da Petrobras em relação a uma... A uma expectativa geral sobre emissões de particulados. Porém, a emissão de particulado não necessariamente dá a especificação do conteúdo de enxofre do diesel e da gasolina. O conteúdo do enxofre do diesel e da gasolina é uma especificação de combustível que não depende do meio ambiente, mas depende do regulador dos combustíveis brasileiros que é a ANP. Isso foi feito em 2008, ou 2007. E, portanto nós estamos dentro do prazo.

Porém, além disso, existe um outro problema que é importante chamar atenção. A utilização de enxofre de um diesel com 50 partes por milhão de enxofre em caminhões e ônibus cujo motor foi feito antes de 98, praticamente não tem impacto no volume de emissão de particulados na atmosfera. Porque esses motores e esses... Esses motores são... Não tem filtros que sejam sensíveis a essa redução. Nos motores produzidos depois de 2008 até hoje, eles têm um impacto relativamente pequeno desta melhoria do enxofre. O impacto positivo, significativamente positivo, da redução de enxofre no diesel na emissão de particulados, depende de um motor que nós não temos no Brasil ainda, que é um motor que usa um filtro com base em uréia e esse filtro captura o enxofre e, portanto elimina a emissão do enxofre no conjunto de particulados emitidos para a indústria brasileira.

Portanto a disponibilidade de motores que permitem a efetiva captura dos benefícios ambientais, e diesel com menor teor de enxofre virá da expansão da indústria automobilística brasileira, produzindo esses motores para substituir os atuais motores dos ônibus e dos caminhões brasileiros. Isso significa, portanto, uma política de aumento da produção de motores desse tipo, significa um aumento do custo da renovação da frota de caminhões e de ônibus brasileiros. Portanto, não depende apenas da Petrobras essa situação.

Em termos do preço. O que eu mostrei aqui é que o preço da gasolina, e o preço do diesel no mercado internacional em dólar está apontando para crescimento nos próximos três, quatro meses, e não para queda. No entanto, se os preços internacionais se estabilizam, se diminui a volatilidade dos preços internacionais, a Petrobras não poderá manter o preço brasileiro em reais, desconectado do preço internacional. Nós temos quase duas dezenas, duas centenas de distribuidores no país, o mercado brasileiro é livre, os distribuidores vão importar e, consequentemente, o mercado vai se ajustar no longo prazo aos preços internacionais. Isso é inevitável. Não depende apenas da Petrobras e ela vai ajustar na medida em que essa volatilidade futura dos preços e do câmbio, porque o câmbio é importante também, apontar para uma certa estabilidade. Lembre que você importa o navio de diesel, ou um navio de gasolina e ele leva 30 dias para chegar. O preço que se paga é o do momento que ele chega, e não no momento que se ordena. Consequentemente o mercado futuro é determinante para a capacidade de competição internacional com o mercado brasileiro.

Cultura. Nós evidentemente que temos um grande programa cultural, nos orgulhamos muito bem de sermos um grande patrocinador das atividades culturais brasileiras, agora, parte desses investimentos e substantiva dessa parte desses investimentos está associado à nossa lucratividade. Como a lucratividade tem caído, é provável que o volume de recursos para esse tipo de projeto tenha que ser ajustado em fun-

ção da lucratividade da companhia. Espero que tenha respondido todas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente. Para pacificar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Mercadante pediu para contraditar o Senador Lobão Filho. Eu quero pacificar a base do Governo. Eu acredito que as perguntas que estão sendo feitas pelos Senadores, elas esgotam algumas que sejam feitas pelos Senadores que virão em seguida. Então, eu acho que o Senador Mercadante, Senador Lobão Filho, os três minutos é mais do que suficiente. Até porque o sem número de perguntas que eu iria fazer o Presidente Sérgio Gabrielli já respondeu para o Senador Mercadante. Só vou fazer algumas para concluir o meu questionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa. O próximo orador inscrito é o Senador Arthur Virgílio. Acontece que S. Exa. não pôde estar presente a esta reunião nesse início e só virá depois. E em seguida vem o Senador Tasso Jereissati. Portanto, com a palavra o Senador Tasso Jereissati, que é autor de um dos requerimentos de convite ao Presidente da Petrobras.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente Garibaldi, Presidente Senador Collor, Presidente da Petrobras, Dr. Gabrielli, Presidente da BR Sr. Dutra, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Primeiro eu queria parabenizar ao Senador Flexa Ribeiro pela sua sempre presente preocupação em economizar as palavras e a brevidade, e eu queria parabenizá-lo. Eu gostaria de fazer algumas questões, talvez leve um pouquinho mais de três minutos, mas vou ser o mais objetivo possível.

Em relação à questão dos investimentos da Petrobras, especificamente em relação à questão das fontes de financiamento. É impressionante e eu acho que é razoável entender, até certo ponto, o crescimento do grupo Petrobras em relação aos organismos oficiais de crédito, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES. No fim do ano passado o endividamento da Petrobras com esses... Com essas três instituições federais chega a 20 bilhões. 3,6 bi para a Caixa Econômica, 5,1 bi para o Banco do Brasil, 10,7 bi para o BNDES. No caso do BNDES, em particular, mas também da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, nós já passamos em alguns casos do limite de endividamento das instituições financeiras em relação aos critérios de Basiléia, os fundamentos de Basiléia do acordo de Basiléia. O BNDES, por exemplo, já estamos com 10,7 bi, V. Sa. falou da possibilidade de pegar mais 10 bilhões de dólares do BNDES, e iríamos para ao redor de 30 bi sendo superior ao patrimônio líquido do BNDES. Esse endividamento da Petrobras com o BNDES ficaria superior ao patrimônio líquido do BNDES. Ou seja, basicamente, quem está financiando de uma maneira ou de outra é o Estado. E a meu ver, a médio prazo, um país que, hoje, está com problema de crédito para pequenas e médias empresas, a Petrobras, com sua preferência clara dessas instituições oficiais, está sufocando as três instituições de crédito que teriam possibilidade de espalhar esse crédito para as pequenas e médias empresas. Portanto, a meu ver isso precisa ser revisto. O enquadramento da Petrobras nessas instituições precisa ser colocado no outro nível de discussão, olhando não apenas as prioridades dos investimentos da Petrobras, que são importantes, mas olhando também as consequências disso daí. A meu ver é risco que o BNDES não deve assumir, e do ponto de vista técnico é equivocado chegar a esses limites, passar dos limites de dívida de risco com uma empresa só. Então, é preciso que a Petrobras volte a ser, e, mercados internacionais já começam a ficar mais abertos, volte a ser mais eficiente na procura de recursos fora dos órgãos federais, pois isso, com certeza, virá a acontecer se já não está acontecendo.

Eu queria colocar outra coisa, uma dúvida que ficou também em relação a essa questão de caixa e essa relação entre receita, entre União e Petrobras. Existe aqui uma... Está falando comigo? Existe aqui uma questão que eu gostaria de ser esclarecida. A Receita Federal, ultimamente, fez menção a uma compensação de um retorno de cerca de três bilhões, se não me engano, três bilhões de retorno que foi feito à Petrobras, por pagamento indevido que a Petrobras teria feito durante o mês de novembro ou mês de outubro. 3,57 bilhões. A minha pergunta é: A Petrobras recolheu tributos federais de forma indevida nesses últimos três meses? Por quê? Por que a Petrobras recolheu três bilhões indevidamente? Já está todo compensado esses recolhimentos indevidos? Isso foi auditado pela Receita Federal, auditado por auditoria externa da Petrobras, dos auditores externos independentes? Os acionistas minoritários CVM foram devidamente notificados nesse pagamento? Estou falando de três bi, Presidente Gabrielli, é muito dinheiro para fazer um pagamento indevido. Porque se há dúvida, normalmente, isso se coloca numa questão judicial qualquer, mas simplesmente não se recolhe e se volta atrás. Enfim, gostaríamos de ver esclarecido o que aconteceu com o pagamento indevido de três bilhões.

Às vezes tem gente que diz: "Esse pagamento indevido de três bilhões foi a Petrobras que num momento precisou fazer com que a Receita Federal não deixasse cair a sua arrecadação, que já começava a cair". Os outros diziam ao contrário: "Não, esse pagamento foi dúvida em dívida, mas a Petrobras como está com um certo aperto de caixa, foi uma maneira de voltar o dinheiro para a caixa da Petrobras". Porque V. Sa. há de convir que três bi é muito dinheiro para se fazer o pagamento indevido.

Em relação ao preço eu voltaria também à mesma questão, ao preço da gasolina, mesmas questões colocadas aqui pelo Senador Mercadante. Mas gostaria de lembrar algumas coisas que me chamaram atenção, que no último trimestre caiu o lucro da Petrobras de uma maneira bastante significativa. E as despesas operacionais da Petrobras cresceram... Despesas operacionais, 36% em comparação com o último trimestre do ano anterior da Petrobras. É um crescimento muito acima do crescimento da receita, muito acima do explicável, o que dá, evidentemente, um desequilíbrio, aponta para um desequilíbrio futuro na lucratividade da Petrobras que já aparece no terceiro trimestre. E esse desequilíbrio no lucro, a queda no lucro da Petrobras, ela chama mais atenção ainda porque houve uma queda no preço do petróleo. A Petrobras não compensou, e essa queda no preço do petróleo, evidentemente, faria com que a Petrobras começasse a aumentar o lucro e não a diminuir. A minha pergunta é a seguinte: Esse aumento de custos que está aqui escrito no balanço, de alguma forma é o que está evitando com que a Petrobras venha praticar, já que é o órgão que claramente que tem o controle do Governo Federal, uma política realmente anticíclica, ou seja, num momento como esse em que os preços do petróleo estão lá embaixo, para ajudar o país a retomar o crescimento, para ajudar o país a evitar receios de inflação e, portanto, inclusive, diminuir a taxa de juros, era fundamental que a Petrobras se liderasse um processo de diminuição, que ela pode fazer em função do preço da queda drástica do preço do petróleo no mercado internacional e fica a pergunta: Por que não faz? Será porque ela não tem posição em função desse crescimento absurdo das despesas operacionais no último trimestre? Em função disso é que ela está impedida e fazendo dessa maneira, trazendo dessa maneira um prejuízo importante à política econômica do Governo neste momento. Queria colocar que a... Que esse momento a média que V. Sa. apresentou aqui do preço do petróleo é em relação à média do ano passado. As condições desse ano são completamente diferentes, dos preços internais são completamente diferente, e praticamente em todos os países do mundo baixaram o preço final da gasolina e do diesel para o consumidor final. [Soa a campainha] É essa a colocação que eu gostaria de fazer. Muito obrigado pela sua atenção.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Exmo. Senador, vou tentar responder o mais objetivamente possível as perguntas que V. Exa. fez.

Primeiro, o endividamento que nós aumentamos com os bancos brasileiros em 2008, que o senhor mencionou em torno de 20 bilhões, não significa, a conclusão que o senhor chegou de que o Estado que está financiando, os bancos federais estão financiando investimentos da Petrobras. Vou dar números para 2009. Nós estamos prevendo investimentos, aproximadamente, de 30 bilhões de dólares em 2009. Desses investimentos, aproximadamente, depende como o câmbio fica, de 30 bilhões de dólares, nós temos seis bilhões de dólares de bancos internacionais. Seis bilhões de dólares de bancos internacionais. Nós temos 10 bilhões de dólares de geração própria de caixa. 16 bilhões de dólares. Metade do investimento será com base em bancos internacionais e geração própria de caixa. Isso na hipótese de que ao final do ano a média do petróleo é 37 dólares o barril. No primeiro trimestre foi 46. A probabilidade do segundo trimestre é maior ainda. A cada dólar acima disso significa 500 milhões de dólares em nosso caixa. Portanto, se nós mantivermos o que foi no primeiro trimestre, nós vamos ter mais 20 bilhões de dólares de geração própria de caixa. Então, não vai ser os bancos públicos que vão financiar os investimentos da Petrobras em 2009. Nem em 2010, nem 2011, nem nos 174 milhões. A maior fonte de financiamento nossa é o mercado internacional. É público que nós assinamos o memorando de entendimento com o Banco de Desenvolvimento chinês. E público e nós estamos ampliando nossas relações com as chamadas agências de exportação internacionais *ECAs-Export Credit Agencies*, que são agências de vários países do mundo que financiam produtos e serviços. Nós não estamos baseados nosso financiamento no crédito público brasileiro. Então, os números indicam que não é correto essa conclusão que o senhor chegou em função do quarto trimestre de 2008.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu estou pegando os números existentes.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Isso, do quarto trimestre de 2008.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): As intenções eu acredito na Petrobras, na capacidade... Mas baseado nos números do quarto trimestre--

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: O quarto trimestre--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): É verdade o que eu estou dizendo.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: É verdade o que o senhor está dizendo. Vou dizer exatamente o que aconteceu no quarto trimestre, para explicar os dois bilhões que nós tomamos da Caixa Econômica em outubro e os três bilhões que no final do ano o que nós tomamos do Banco do Brasil em 2003. Porque o empréstimo do BNDES só vai entrar em 2009, não entrou em 2008. Então, o número do senhor só tem um...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas já tem um empréstimo anterior do BNDES.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Mas é muito pequeno. E esse está associado a projetos externos da Petrobras.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): 10 bi, Presidente.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: A cadeia de serviço de suprimento.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, desculpe, eu não quero polemizar, mas já tem 10 bi. V.Sa. é que fez uma alusão que vai pegar mais 10 bi de dólares. 10 bi já existem na Petrobras, no balanço do quarto trimestre. Estou falando que já existem 20 bi.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Esse 20 bilhões que o senhor está mencionando ele refletiu um momento e aí vou aproveitar isso para responder o segundo problema. Eu não uso a palavra indevido, pagamento indevido que nós fizemos. O que aconteceu com todas as empresas brasileiras, não foi só com a Petrobras, é que durante o ano de 2008 nós tivemos uma transição no sistema contábil brasileiro para adotar uma regra de transição para atingir o IFRS, que é o novo sistema contábil brasileiro. Isso provocou três impactos importantes sobre as empresas. Primeiro como é que você mensura o impacto variação cambial. O segundo é como é que você mensura as variações dos estoques, e o terceiro é como é que você mensura se você pode ou não pode fazer juros sobre o capital próprio. Os três elementos afetam fortemente o caixa das empresas, particularmente no último trimestre do ano. Então, o que aconteceu com a Petrobras no último trimestre do ano desse ponto de vista? As variações do câmbio, em relação a nossos ativos no exterior, são feitas pelo câmbio do final do período. Ao fazer a variação do câmbio no final do período quando o câmbio acelera-se, o impacto que isso tem sobre a valoração da empresa é muito grande. Isso faz, portanto, com que você tenha um ganho cambial nos ativos que você tem no exterior, que aumenta o ativo que você tem no exterior. Você paga imposto sobre isso. No entanto, você não teve um centavo no seu caixa. Houve apenas uma apreciação da moeda externa nacional. Uma depreciação da sua moeda.

Isso foi corrigido com a nova regra contábil, e só é possível essa correção no último trimestre do ano de 2008. E essa correção envolvia, exatamente, passar a usar retroativamente as taxas de câmbio médias desses valores e não a taxa do final do período. Com esta, só isso provocou uma enorme diferença no volume de impostos que nós tínhamos que pagar. Por outro lado os estoques, quando se compra petróleo, o petróleo leva 30 dias no navio. Além de levar 30 dias no navio, leva 45 dias em média nos tanques, antes de ir para o mercado. Portanto, portanto, durante 75 dias os estoques, o petróleo entra... Ele só é custeado, ele só vira custo no momento que você usa. E ele entra pela média do preço do período. Se eu tenho no início do período um preço a 140 e no final dos 75 dias eu tenho 45, a média disso impacta fortemente o seu estoque. E ao impactar o seu estoque, também o seu tributo se diferencia. Então, o que aconteceu foi uma conjunção de impactos de mudança cambial no quarto trimestre de 2008, e não foi só com a Petrobras isso. Isso deve ter acontecido com todas as empresas brasileiras que têm ativos no exterior, e que têm grandes estoques. Isso significou, portanto, que tinha que se ajustar o imposto a ser pago. E isso foi o que aconteceu no último... Não é que houve um pagamento a mais e nós conversamos com a Receita Federal e teve um ajuste de conta. Não é isso. Houve uma mudança decorrente da transição que as empresas brasileiras tiveram no sistema contábil entre 2008 e 2009. E que isso impactou fortemente os resultados do quarto trimestre.

Em relação aos custos operacionais, dois elementos importantes sobre a lucratividade da Petrobras no último trimestre valem a pena chamar atenção. Primeiro porque 45% da receita da Petrobras é diretamente atrelado ao preço internacional. Portanto, o preço da nafta, o preço do [ininteligível] de aviação, o preço dos lubrificantes, o preço do bunker, o preço do óleo combustível, o preço do gás, o preço de vários... 45% da nossa receita é diretamente atrelado ao preço internacional. Portanto, como houve uma queda brusca, rápida do preço do petróleo internacional no quarto trimestre isso impactou 45% em nossa receita. Isso é evidente nos dados do quarto trimestre. Por outro lado isso impactou fortemente os estoques já acumulados, o que afetou aumentando o nosso custo. Porque nós estamos fazendo um produto com custos mais altos do que estamos vendendo. Isso dá prejuízo. Isso reduziu nossa lucratividade fortemente no quarto trimestre. Então, o quarto trimestre, ele é a expressão da mudança contábil brasileira e a expressão da aceleração da queda do preço do petróleo. Então, esses são as duas causas que explicam os resultados... Principais coisas que explicam o resultado do quarto trimestre.

Em relação aos custos operacionais, nos custos operacionais estão incluídos aí variações dos estoques. É parte da variação do custo operacional. Então, uma parte substantiva da variação dos custos operacionais não é um aumento do custo direto, operacional, mas é um aumento do custeio nos estoques em relação à venda dos produtos com preços menores. O que faz com que haja uma redução da rentabilidade, em função do aumento desse custo relativo ao que a gente vai realizar no final.

Em relação ao preço do petróleo, eu já mencionei, nós temos, portanto um impacto sobre metade da nossa receita diretamente associado ao preço do petróleo, portanto reduzido no último trimestre. Em relação ao primeiro trimestre de 2009. O senhor mencionou aí que eu trabalhei com a média de 2008. Mas eu apresentei aí no dia de ontem o mercado de hoje de gasolina e diesel. E não apresentei porque eu tomei o dado de ontem que no mês de fevereiro a gasolina subiu 8,4% nos Estados Unidos. O diesel subiu 8,6, o *heating oil* subiu 48%. E isso é o que aconteceu no mês de fevereiro desse ano. O nosso câmbio em julho de 2008 era 1,60, nós estamos a 2,31 hoje. Então, esses efeitos é que estamos precisando ter uma estabilidade desses preços para ajustar o mercado interno. Não é, eu agradeço inclusive o empenho do Senador em defender a política do Governo, porque não é porque o Governo precisa reduzir a inflação, etc, que nós vamos fazer uma política ou outra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu sou profundamente empenhado em defender, e todos aqui são testemunhas, de tudo aquilo que o Governo pratica que eu acho que é correto e, agora mesmo, faço esforço em relação ao acompanhamento da crise. Por isso, meu preocupa, quando eu vejo problemas com a empresa orgulho do Brasil, como a Petrobras, que não está ajudando em função de não colocar os preços a níveis internacionais da gasolina final para o consumidor brasileiro. Este é o problema. Nós temos hoje uma defasagem em relação à média internacional gigantesca, e a meu ver, pela explicação própria que V. Sa. acabou de dar aí, em função de caixa da Petrobras que ela não está realizando. Se ela não tivesse, Petrobras eu estou vendo pelos números, ela tem um problema que para realizar os investimentos não está conseguindo, pelo menos, por enquanto, vai conseguir porque a Petrobras tem tudo para conseguir, é uma questão momentânea. Mas o fato de ela estar monopolista e ter crescido muito seus custos, está impedindo que o consumidor brasileiro desfrute do preço de gasolina do mercado internacional que baixou no mundo inteiro. Isso é um fato, e que só no Brasil não baixou.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Eu queria chamar atenção do Senador que o preço da refinaria... A Petrobras vende um litro de gasolina, hoje, mais barato do que um litro de água engarrafado. É um real. 0,94, sendo mais exato. É o preço da gasolina hoje na refinaria. É menos que um litro de água engarrafado. Essa que é a diferença. Agora, essa diferença aqui envolve uma diferença internacional muito grande. Mas se o senhor comparar o preço da refinaria aqui com o preço dos Estados Unidos. Os Estados Unidos, inclusive, é mais caro do que aqui, na refinaria americana. Nos Estados Unidos a refinaria cobra mais caro do que nós cobramos aqui.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas a distribuição é de V. Exa, também aí de V. Sa. que está aí. O preço final é mais alto... Primeiro, essa média é a média de 2008. Então, é a média de 2008 não corresponde ao que está acontecendo no primeiro trimestre. E eu estou falando do preço final ao consumidor brasileiro que depende, essencialmente, da Petrobras e Petrobras distribuidora.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O ex-Senador José Eduardo Dutra, não é nem por ele ter sido Presidente da Petrobras, mas por ter sido colega de tantos Senadores, ele tem o direito de falar e ele pediu a palavra. Com a palavra o Senador...

SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA: Quase que eu invoquei o artigo 14, ou 8º, né? Aquele azul lá, Senador, é a margem da distribuição e da revenda. É o total das duas margens. A margem da distribuição posso garantir a V. Exa. que é bem menor do que aqueles 20 centavos de dólar que estão colocados lá.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu não estou falando de margem, eu estou falando de preço final.

SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA: Não, mas ali dentro do...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Aquele preço... Aquela média é a média de 2008. Na média de 2008 nós temos períodos de pique em 2008, em que o petróleo chegou a 150 dólares, se não me engano, e períodos de baixa. Então, ali aquela média é falsa porque é a média de 2008. Eu quero saber a média depois que o preço do petróleo caiu e do primeiro trimestre desse ano. Por exemplo, a média do primeiro trimestre. E eu não estou falando de margem, Senador.

SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA: Porque aquele gráfico ali--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Aquele gráfico é fácil. Ele não me interessa. Porque ele pega petróleo de 150 dólares ali. [soa a campainha]

SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA: Eu pedi pra falar só porque o senhor citou a distribuição. Eu estou dizendo que aquele preço ali, naquela parte azul, está incluído a margem do distribuidor e revendedor. Eu não estou tratando do preço da Petrobras até porque nós somos iguais ao filho da professora. Eu sei tanto quanto V. Exª se a Petrobras vai aumentar ou não o preço. Além de que a distribuição da BR representa 34% do mercado. Não é o mercado total.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Quem jogou o problema para V. Sa. foi ele, não fui eu, não. Ele disse que o problema da refinaria estava resolvido. O problema era no preço final.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Mas a BR só tem 34% do mercado. 65% são outros...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O fato é que estamos com preço hoje acima do mercado internacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A solução mais fácil era realmente baixar logo o preço da gasolina.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Esse é o mercado... 8,4% subiu o preço da gasolina em fevereiro, e a previsão é de sair de 149 para 154 nos próximos quatro meses. Por galão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, autora de Requerimento de convite ao Presidente da Petrobras, Dr. Sérgio Gabrielli. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria parabenizar o Presidente desta estatal que tanto nos orgulha, que é a Petrobras, Sérgio Gabrielli, e também dizer que é com muito prazer que a gente tem a presença também do nosso sempre querido Senador Eduardo Dutra. E dizer que é impossível fazer o debate deste plano de investimento, descolado do papel que a Petrobras obrigatoriamente tem que ter num momento de crise como este. Então, estarmos aqui detalhando, debatendo qual é o potencial, qual é a perspectiva, quais são as garantias, qual é inclusive a sustentabilidade desse plano de investimentos, tudo isso não pode estar desconectado da crise. Até porque a crise, ela equivale a uma verdadeira queda do muro de Berlim para os que advogavam o Estado mínimo, o papel absoluto do mercado, tudo se regula, tudo se resolve, tudo avança, tudo evolui sem que o Estado seja e atue como o indutor do desenvolvimento, o alavancador das políticas e tal.

Portanto, imaginar que nós vamos ter capacidade de sair desta crise... Primeiro que nós não estaríamos na condição que estamos hoje, o Brasil não estaria na condição que está hoje de enfrentamento da crise, sem ter mudado significativamente o papel do Estado, dos bancos públicos e das empresas estatais brasileiras. Portanto, esta questão é de fundamental importância. Tem uma série de críticas, Presidente, a questão dos financiamentos dos bancos públicos. Banco do Brasil, BNDES... Agora, qual é o resultado? Porque assim, se há o investimento, a Petrobras tem como detalhar o resultado deste investimento, em termos de geração de emprego, em termos de alavancagem de outros setores... Por exemplo, o que vai significar aquelas 153 embarcações em termos de desenvolvimento da indústria naval e de geração de emprego altamente qualificado? Porque indústria naval é emprego de tope de linha, né? Então, o que significa isso? Até pra gente ter o entendimento, Presidente, do que é, e como é que se responde para os que acham tão absurdo assim banco público estar alocando recursos para financiar o plano de investimento da Petrobras, neste momento. Que eu volto a reafirmar, o papel da Petrobras no momento de enfrentamento de saída da crise, eu não tenho dúvida nenhuma que é de fundamental importância. Então, se nós temos, um pouco mais detalhado, de qual é o repique que o plano de investimento que a Petrobras tem em outros setores, geração de emprego, em desenvolvimento.

Além deste impacto do investimento na economia, de maneira geral, tem outras áreas... O senhor não respondeu aquela pergunta da questão de cultura, vai retomar, não vai retomar, que o Mercadante aproveitou aqui a diminuição das perguntas do Senador Lobão. Mas, assim, tem impacto em outras áreas, como por exemplo, a redução dos patrocínios e dos investimentos na área cultural é uma catástrofe em termos culturais do Brasil. Então, estamos todos impactados e aguardando uma modificação.

Agora, temos na parte da educação, mas tem algo, Presidente, que eu queria que nós pudéssemos, inclusive, detalhar que a questão do desenvolvimento regional. Quando... Eu vou pedir ao Senador João Pedro... Isso, obrigada. Quando o senhor expôs a questão da amplitude do pré-sal que vai desde o norte de Santa Catarina até acima do Espírito Santo, todas as perspectivas que temos de refinarias em vários locais, em várias regiões do nosso país e tal, o investimento da Petrobras ele tem um impacto no desenvolvimento regional fundamental. Portanto, mesmo que... Eu diria até mesmo que economicamente fosse mais vantajoso concentrar tudo em uma ou duas regiões, os investimentos, a política da Petrobras tem que ser, e eu imagino que seja e eu gostaria até que pudéssemos detalhar isto, uma distribuição de investimentos em no máximo possível de regiões. Porque efetivamente alavanca.

E aí eu vou puxar a sardinha para a minha região, Presidente. Porque nesta ótica do desenvolvimento regional o Diretor da área de exploração e produção, Dr. Estrela, ele anunciou em Santa Catarina, comemorou a perspectiva de 10 poços agora a curto prazo, para a exploração lá no nosso litoral, apesar de toda a polêmica de royalties, e a gente está bem no litoral catarinense e o royalty ou vai para o Paraná, ou para São Paulo, aquela polêmica toda que temos aqui. Mas assim, essa previsão se concretiza dos 10 postos para Santa Catarina? Quando que isto vai iniciar? Naqueles dois pontos de regaseificação de GNL que estão previstos, um deles os estudos técnicos apontam o local com maior viabilidade ser exatamente a baía da Babitonga, ali no norte de Santa Catarina. Então, nós temos perspectiva. Quando é que vai ser anunciado? Qual é a possibilidade desse terceiro pólo efetivamente se instalar em Santa Catarina e mais, quando é que está prevista a batida do martelo deste terceiro e quarto ponto de GNL?

A outra questão é que nessa perspectiva dos 10 poços, o nosso escritório da Petrobras em Itajaí já foi unidade de produção. Deixou de ser no final do Governo que nos antecedeu, ali entre 2001 e 2002. E há uma grande expectativa exatamente pelo potencial dos 10 poços, do gás, de nós voltarmos a ter a unidade de produção sul instalada lá no nosso Estado. Então, eu estou fazendo perguntas, extremamente, voltadas para o interesse do sul do Brasil, de forma muito especial Santa Catarina, acoplada com esta questão do potencial da Petrobras, contribuir com o desenvolvimento regional. E queria aqui terminar, Presidente, já pedindo ao Presidente das duas comissões de que esta audiência ela poderia ser completada em novas atividades aqui das duas comissões, com a oitiva, o Senador Eduardo Dutra deu apenas uma pequena resposta, mas eu acho que seria fundamental nós podermos ter um detalhamento maior da BR distribuidora, de termos um detalhamento maior da área de exploração e produção com a vinda do Dr. Estrela, um detalhamento maior da questão de gás e energia com a vinda da Dra. Graça... Portanto, eu acho que um desdobramento, Presidente, Senador Garibaldi e Senador Collor, um desdobramento para nós podermos ter o detalhamento exato do que é que significa esse plano de investimento da Petrobras. Seria obrigatório nós termos uma continuidade com a vinda da graça do Estrela e também com mais tempo para o Senador Eduardo Dutra poder, estarmos aqui detalhando. Então, eram essas minhas perguntas que eu deixo aí como um interesse bem local, mas eu tenho certeza que outros Senadores também vão estar preocupados com este... De pegar a fatia neste plano de investimento para cada uma de suas regiões.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Dr. Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Excelentíssima Senadora Ideli, eu acho que a senhora levanta uma questão importante, mais do papel do Estado e do papel das estatais na conjuntura atual, porque de fato depois de passarmos por vários anos de um discurso único de Estado mínimo, a crise mostra que o Estado acabou sendo em última instância a salvadora dessa questão. E alguns países infelizmente, em relação ao Brasil não têm sequer os instrumentos para que o Estado intervenha adequadamente. O Brasil pelo menos ainda manteve esses instrumentos, portanto eu concordo com a senhora.

Em relação à cultura eu acho que eu respondi a questão. Nós não queremos interromper nosso programa cultural. Evidentemente que a expansão de nosso apoio cultural vai depender um pouco dos resultados e do ajuste que a crise vai apresentar, mas nós vamos manter nossa atividade cultural. Eu concordo inteiramente, também, com a senhora sobre a importância [soa a campainha] do desenvolvimento regional, mas infelizmente a nossa indústria às vezes tem um problema que é a localização de nossas atividades depende do que aconteceu a 160 milhões de anos atrás. E não dá muito pra escolher onde aconteceram esses fenômenos geológicos a 160 milhões de anos atrás. E, portanto, em alguns lugares onde tem acumulações concentradas são os lugares onde nós temos que investir mais necessariamente. A atividade exploratória também depende um pouco disso.

A programação da atividade exploratória depende primeiro, da possibilidade de fazer a atividade exploratória. Segundo, da disponibilidade de sondas para realizar as perfurações. Nós estamos tentando resolver fortemente a disponibilidade de sondas, para o caso lá da região, uma vez que já temos do ponto de vista sísmico, a indicação que devemos fazer a atividade lá. Quando vai ser feito isso não é uma coisa determinística, que a gente possa dizer vai ser em tal dia ou em tal momento. Estamos na nossa prioridade que é muito grande para a região, trabalhando nessa direção. O fato de ter uma unidade de produção ou não vai depender do resultado e do sucesso exploratório, e das perspectivas que nós tenhamos para a região. Explorar lá, claro. Então, com certeza nós estamos com muita atenção, muito cuidado com a situação lá de Santa Catarina. O terminal de GNL claro que estudos preliminares indicaram uma boa perspectiva para o terminal de Santa Catarina, mas nós estamos fazendo uma reavaliação geral dos investimentos em função da nova demanda elétrica, da expansão da ca-

pacidade hidráulica, dos leilões que foram realizados para tentar ver a melhor localização. Mas com certeza a localização que a senhora mencionou está entre nossas prioridades.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, Presidente, é sempre bom realçar que os únicos Estados que dependem, exclusivamente, do gás boliviano são exatamente o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Portanto, não que ninguém aqui está advogando parar a compra do gás boliviano, mas a gente não ter a dependência, a gente poder ter a alternativa do GNL para o sul do Brasil é de fundamental importância.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: E eu acredito que tanto o Presidente da BR como nossos diretores estão mais do que disponíveis para, se receberem os convites, virem aqui fazer o detalhamento desse plano nas suas áreas como nós fizemos em vários eventos e vários lugares e com certeza no Senado para nós seria uma honra ser convidado para fazer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A Senadora vai formalizar, a Senadora Ideli. O convite. Com a palavra o Senador Edison Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente Garibaldi, veja só quão pertinente foi a minha colocação. Fico triste que eu provavelmente não terei oportunidade de ouvir, apesar de desejoso, meu querido Senador Crivella já que ele é o 19º Senador a perguntar. E nós já consumimos por três Senadores até meio-dia e quinze.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas eu lembro o que disse Jesus: "Os últimos serão os primeiros".

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Mas, Presidente Gabrielli, eu tenho três dúvidas. A primeira, no seu quadro exposto aqui, na página 12, V. Sa. coloca que nós teremos incremento de custos nos investimentos projetados pela Petrobras, na ordem de 17 bilhões de dólares. O que representa mais ou menos 15%. E esses incrementos de custos, me causou estranheza porque eles não se referem a variação cambial, não se referem a novos projetos, não se referem a mudança do escopo do projeto, se referem, exclusivamente, a aumento de custos. Se o discurso de V. Sa. é no sentido de aumento de produtividade, eficiência, de eficácia, por que existir de forma tão significativa aqui aumento de custo?

A minha segunda pergunta é em relação ao custo do produto vendido que também faz parte do seu quadro da página 40, e esse custo do produto vendido, no período de 2002 a 2008, ele é mais ou menos estável. Mas isso em considerando que a maior componente do seu custo é o preço do barril do petróleo, e este nós sabemos que aumentou assustadoramente entre 2007 e 2008, ele não se reflete aqui nessa sua curva de custo do produto vendido. Eu também não entendi isso. E por fim eu tenho uma pergunta e uma curiosidade. A pergunta é: Por que a Petrobras dentro de um panorama mundial e nacional, que se projeta de investimento em petróleo, de características fantásticas que foram descobertas no nosso solo, no nosso país em relação a novas reservas, por que a Petrobras investe, por exemplo, em usinas hidrelétricas? Por que ela não se foca no petróleo, na distribuição de petróleo? Isso não tira um pouco o foco da empresa, quando ela investe em outros setores que não sejam petróleo e seus derivados? E por fim eu perguntaria qual é a composição exata do capital social da Petrobras, percentualmente, falando. O que compõe o capital... Que tipo de capitais compõem o capital da Petrobras? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, Senador Garibaldi, Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Fernando Collor, Presidente José Gabrielli e o nosso Senador José Eduardo Dutra. Eu, como todos os Senadores aqui e, com certeza, todos os brasileiros, não precisamos repetir que nós temos orgulho da Petrobras, estamos satisfeitos, principalmente por saber que ela está sendo muito bem conduzida, com muita competência, por V.Exa. Os números são todos impressionantes. Todos os números são impressionantes. E já que os números são impressionantes, eu vou refazer a pergunta do Senador Tasso e do Senador Aloizio Mercadante, mas colocando números também. É o seguinte: quando o dólar estava a 1,70, o barril do petróleo estava em torno de 145. Chegou até a mais do que isso. Mas eu peguei aqui a média de 145, que esse 145 ficou um período maior. Aí, dava na minha conta, aqui, 247 reais o barril de petróleo. Ou seja, multiplicando 1.70 por 145. Hoje o dólar está 2,26 e o barril de petróleo a 51. É isso? Fiz o cálculo, cheguei a 115 reais o barril de petróleo.

Se nós compararmos o preço em reais, em real, hoje, 115, com o preço daquele período de 2007, nós vamos constatar que o preço, hoje, representa 46%, em reais, daquele preço médio de 2007. Pois bem. Todas as vezes que qualquer Senador viaja pelo interior do país, ele ouve muitas perguntas, mas essa ele ouve todo dia, em todo lugar. Por que a Petrobras não baixou o preço da gasolina e do óleo diesel? Eu vou falar mais do óleo diesel, até.

O Senador Raupp me mostrou uma tabela aqui que o valor do óleo diesel chega, no Acre, a 2,47. Deixa

eu ver se é isso mesmo aqui, que... 2,47, preço médio. Aí, vai variando, variando, e o preço mais barato está em torno de 2,45, 2,43, em Goiás; e parece que é o preço mais baixo aqui. Não, é 2,098, lá no Ceará. Então, é difícil para qualquer brasileiro entender, fazendo esses cálculos, porque é impossível baixar o preço do óleo diesel, principalmente porque se nós pegarmos a agricultura, a gente constata o seguinte: que 10% do custo de produção de qualquer lavoura, hoje, que vai ser implantada, é óleo diesel; 45 é fertilizante.

Então, o produtor já tem que colocar 55% numa cesta, somando aquilo que tem relação com o dólar, o mercado externo. O fertilizante que nós importamos muito e o petróleo que nós produzimos, mas depende do mercado internacional. Mas ninguém entende. Essa conta aqui, a gente não consegue entender. Então eu vou fazer duas perguntas e gostaria que V.Exa. respondesse. Primeiro, qual o lucro da Petrobras em 2007, quando o preço do petróleo estava nessa média de 145, e qual o lucro da Petrobras em 2008, quando ele teve essa redução? E por que, com essa margem, teoricamente, de 54% em reais, por que o preço não cai, em reais, dos combustíveis, tanto gasolina quanto óleo diesel? Essa é a pergunta que eu deixo.

Eu não estarei aqui, porque eu tenho, agora, que ir no gabinete, porque eu almoço mais cedo que os outros senadores, então eu vou lá. Mas eu vou ficar vendo. V.Exa. pode responder, que eu estarei na televisão, assistindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Osmar Dias, eu fiquei com uma curiosidade agora. Por que V.Exa. almoça mais cedo que os outros?

[risos]

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Porque eu levanto mais cedo, Presidente. Presidente, lá na roça, a gente acorda muito cedo, dorme muito cedo e almoça cedo também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o... Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, após o Senador Jefferson Praia, eu tive motivos bastante fortes para não estar aqui, eu sou um dos autores do requerimento de convite ao Dr. Sérgio Gabrielli, tenho muita alegria de ver aqui o Senador José Eduardo Dutra também, mas após o Senador Jefferson Praia, se V.Exa. pudesse me dar a palavra, eu agradeceria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V.Exa. será atendido.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, se V.Exa. quiser conceder a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio como o autor... Posso fazer? Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Jefferson Praia. Inclusive eu vou pedir ao Senador Arthur Virgílio para completar, aqui, os quatro, que nós estamos fazendo agora de quatro em quatro senadores. Então, nós chamaríamos os quatro senadores, ele responderia aos quatro e V.Exa. começaria o outro bloco. Ou V.Exa. está apressado, agora? Não? Podemos fazer assim? Agradeço a V.Exa.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu vou ser breve. Meus questionamentos, Dr. José Sérgio Gabrielli, Dr. José Dutra; primeiro, nessa questão do preço final da gasolina, que estamos tratando muito aqui. Percebemos claramente o peso da tributação. Acho que esse é o grande desafio que temos que enfrentar. Mas se você for perceber dentro do contexto de formação do preço, a tributação tem um peso muito elevado na formação do preço final da gasolina no nosso país. Já no diesel, a participação é um pouco menor. Mas, na gasolina, está aqui, basta dar uma olhada na página 7, vamos perceber claramente essas questões.

Agora, meu questionamento, eu queria uma rápida avaliação do Dr. Sérgio Gabrielli quanto à questão do potencial, na Amazônia, de gás e petróleo, como é que a empresa está percebendo essa questão relacionada a esse potencial, como utilizar, qual é a política da empresa para o aproveitamento do potencial que temos na região amazônica. Existe a possibilidade de termos lá um pólo petroquímico, especialmente aproveitando, ali, o gás e petróleo de Urucu, e eu falo aí, especificamente, de termos esse pólo petroquímico no Estado do Amazonas? Segundo questionamento, são quanto às alternativas de energias limpas, ou seja, fontes de novas alternativas. E aqui eu vejo o trabalho de vocês, da Petrobras, em relação ao etanol. Agora, eu queria saber o seguinte: a Petrobras trabalha alguma coisa dentro do contexto da energia eólica, dentro do contexto da energia solar, estimula pesquisas? Vocês estão vendo algum trabalho nesse campo? E nós que somos da Amazônia, nós temos uma preocupação muito grande com comunidades isoladas. E aquelas comunidades isoladas, um dos grandes problemas [soa a campainha] é quanto à geração de energia. E aí temos as plantas amazônicas, que poderíamos aproveitar em adensamentos florestais naturais, para serem geradoras de energia. Como é que vocês vêem esse aproveitamento de plantas amazônicas na geração de biocombustíveis? Eram essas as perguntas. Obrigado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não era bloco de cinco, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Se os senadores concordarem que se aumente o bloco de quatro para cinco... Concordam? Então... Mas ainda temos um que vale por dois. É o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Porque ele fala devagar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, prezados Presidente José Sérgio Gabrielli, da Petrobras, e querido Senador José Eduardo Dutra, que bom vê-lo aqui, entre nós, sempre com uma contribuição relevante, parabéns também por sua contribuição às empresas do conjunto Petrobras, agora que colabora tão de perto com o Presidente José Sérgio Gabrielli, que o sucedeu.

Em primeiro lugar, com respeito ao preço dos derivados, podemos compreender que quando houve o grande aumento de preço de petróleo, que chegou ali aos pícaros dos 150 dólares por barril, a Petrobras não aumentou tão significativamente o preço dos derivados e agora, quando houve esta diminuição também, pelas explicações dadas, não houve de pronto o ajuste. Eu pergunto se há uma fórmula aproximada e que diz respeito às quais fatores que eventualmente poderão ser considerados para que possa, a opinião pública, ter uma previsão de como é que será o procedimento de definição de preço dos derivados ao longo do tempo, para o futuro, se há uma fórmula que podem todos estar considerando e acompanhando que, com o tempo, vai significar tal ou qual tendência. Segundo, pela experiência [soa a campainha] da Petrobras e tendo em conta a natureza da organização do mercado de petróleo no mundo, a existência, por exemplo, da OPEP e possíveis outros desenvolvimentos, que previsão poderia, o Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, fazer da evolução de preço do petróleo, digamos, nos próximos cinco ou dez anos? Tem a Petrobras uma avaliação do que é que poderá acontecer? Terceiro: diante da descoberta de novas reservas de petróleo embaixo da camada do pré-sal na costa sudeste do Oceano Atlântico, e graças, sem dúvida, à competência tecnológica acumulada da Petrobras, seus engenheiros e seus técnicos, e a presença, segundo o Presidente Lula, de Deus, no Brasil, que forma tomará o fundo que, segundo o Presidente, servirá para que o Brasil possa, efetivamente, prover boas oportunidades de educação a todos os brasileiros e erradicar a pobreza absoluta de maneira eficaz?

E finalmente, gostaria de perguntar sobre os impactos de novas tecnologias e novos combustíveis nos planos da Petrobras, pois, conforme a sua exposição, os projetos da Petrobras amadurecerão, entrarão em operação principalmente a partir de 2020, quando estiver pronta a fase de investimentos que nos explicou. Num horizonte de 35 anos, é possível que o mundo venha a consumir outros tipos de combustíveis, e a Petrobras certamente está acompanhando as possibilidades de utilização do hidrogênio, do etanol celulósico e outros. Como esta nova realidade impactará os projetos da Petrobras? Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Valdir Raupp, completando os cinco.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, Sr. Presidente da BR distribuidora, Senador José Dutra. Sr. Presidente Gabrielli, segundo dados da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, a Fecombustíveis, o consumo de óleo diesel caiu 10% entre dezembro e janeiro, ante igual período entre 2007 e 2008.

A própria federação atribui a retração do consumo à desaceleração, reconhecendo que o consumo do diesel está sempre muito estreitamento ligado ao desempenho da economia. Isso é o óbvio, não é? Por outro lado, a Petrobras, embora reconheça que o óleo diesel vendido em suas refinarias está mais caro que no mercado internacional, afirma que só irá reduzir seus preços após recuperar as perdas que acumulou no ano passado, por não ter repassado, na ocasião, a forte alta das cotações do petróleo no mercado externo, que atingiu 145 dólares o barril. Em vista desse quadro, formulo a V.Sa. as seguintes questões: primeiro: a Petrobras afirma que sua política de preços para gasolina e diesel é de longo prazo, e que ela não repassa a volatilidade dos preços internacionais a curto prazo. Isso é louvável. No entanto, ao permitir uma defasagem excessiva no ano passado, teve o prejuízo que agora quer recuperar as custas dos consumidores de diesel.

Se foi a empresa que errou na sua gestão, como justificar que sejam os consumidores de diesel que, agora, tenham de pagar o preço? Segundo: compreende-se que a Petrobras precise recuperar prejuízos sofridos em decorrência da crise, mas como pode uma empresa com tamanha responsabilidade econômica e social neste país manter preço de diesel artificialmente altos, as custas de toda a cadeia de produção que depende tão fortemente do diesel?

Eu estava olhando aqui, as tabelas dos preços, nas últimas quatro semanas, do diesel e da gasolina, e a diferença de preço entre um estado e outro é muito grande. Saudade do tempo que existia... Que era... Tinha equalização de preço em todo o país, era um preço só. No Estado do Acre, a gasolina chega a quase

3 reais; 2,937. O diesel: 2,473. Em Rondônia, o diesel chega a 2,30, em alguns municípios. Então, os quatro estados que têm o preço mais alto é Rondônia, Acre, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Aí eu vejo por que é que o Ceará, o Maranhão e outros estados gritam, brigam por uma refinaria; porque os preços próximo das refinarias realmente são mais baratos. Hoje os preços mais baixos estão no Rio de Janeiro, em estados onde tem as refinarias. Então, faço aqui esse apelo já feito pelo Senador Osmar Dias e por outros senadores, porque o agronegócio sofre fortemente pela alta, principalmente do óleo diesel. Já não vou falar nem da gasolina e do álcool, mas, sobretudo, do óleo diesel. Ele é fundamental para diminuir os custos na produção. Então, eu faço aqui esse apelo em nome da bancada do PMDB, que já tivemos reuniões, nesse sentido, com o Ministro Edison Lobão, para encontrar uma fórmula de baixar, para o agronegócio, o custo do óleo diesel. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Dr. Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Bom, o Exmo. Senador Edison Lobão levantou uma questão referente ao incremento de custos, especialmente do CPV. Eu queria chamar atenção do senador, que o que nós apresentamos aqui, na página... Na página 40, e aí serve para responder a última pergunta do Senador Valdir Raupp também, essa página 40 mostra que em 2002, o custo dos produtos vendidos em relação à receita operacional da Petrobras representava 64%. Em 2008, esses custos do produto vendido como receita operacional líquida é 68%. É 4% a mais. Mas, de 2003 a 2007, ele fica em torno de 56, 57%, estável. O que representa isso, qualitativamente? É a diferença entre o preço do petróleo e o preço do diesel e da gasolina. Ou seja, se isso se mantém estável, significa que nós estamos ajustando o preço mais ou menos em linha com o custo do petróleo. Porque, senão, nós aumentaríamos a receita, relativamente ao custo de produto vendido e, portanto, aumentaria, esse valor cairia e não subiria. Então, não é correto que nós estejamos explorando o povo com preço mais alto no longo prazo. Pelo contrário, o nosso custo do produto vendido está aumentando em relação ao preço que nós vendemos. Portanto, nós estamos absolvendo prejuízos, e não aumentando o nosso lucro. Então, não é correto dizer que, pelo fato do preço no curto prazo ter uma certa diferença em relação ao mercado internacional, que nós estejamos absorvendo isso.

Os números mostram claramente o preço do petróleo de 2002 a 2008 subiu 292% em dólar. O preço do petróleo subiu 292% em dólar. Nossa receita operacional, incluindo aí o volume, subiu 236. E nosso custo de produto vendido subiu 256. Então, nesse período de seis anos, nós aumentamos nossos preços domésticos menos do que o preço do petróleo internacional.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tanto é que o barril foi a 140 e você não subiu os preços.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Exatamente. Pontualmente. Mas eu estou falando aí num horizonte de mais de seis anos. De médio/longo prazo. Então, consequentemente, da mesma maneira que eu imagino que o Senador Valdir Raupp deseja que nós baixemos o preço do diesel hoje, que está sendo vendido no mercado internacional, por favor, página 06. Página 06, não, página... Página 09. O preço do metro cúbico de diesel, hoje, está sendo vendido no mercado internacional por 464 dólares, hoje. Mas, o preço em abril, maio, junho e julho estará 491. O que o senador gostaria, que nós aumentássemos o preço em julho? Da mesma maneira que vamos baixar hoje? Essa é a nossa política. Nossa política de não repassar, no dia a dia, os preços internacionais, que variam... Ali, só para situar, deixa, por favor, a página 09, aí. A anterior, por favor. O anterior. Aí. Só para mostrar: entre as 13h54 de ontem e as 17h32 de ontem, o diesel de abril subiu de 464 para 466, em três horas. Três horas. 464,25 para 466,05. Nós não podemos fazer isso no mercado brasileiro. Seria uma desestruturação completa do mercado brasileiro.

Então, do ponto de vista dos custos, o que aconteceu, e com o CPV, o que aconteceu foi isso. O senador também refere-se sobre o foco. Por que é que nós estamos investindo em usinas hidrelétricas? Nós tivemos uma situação em que a Petrobras ampliou a sua presença na área de gás natural. Ao ampliar sua presença na área de gás natural, ela tem uma série de investimentos na área de gás natural. A característica central do gás natural brasileiro é que você tem que montar uma infraestrutura fixa, fixa, você tem que botar o gasoduto, tem que perfurar o poço, tem que montar a estação de compressão, tem que montar as redes de distribuição... Fixas. No entanto, a demanda não pode ser fixa, porque a demanda física vai depender do despacho elétrico. Então, ter uma posição mais integrada com o despacho elétrico faz com que a cadeia, como um todo, tenha viabilidade. Ao passo que se nós ficássemos só no gás, sem entrar também na área de geração elétrica, a partir do gás, nós diminuiríamos a possibilidade de ganhar a cadeia como um todo. Portanto, é claro que isso envolve um volume de investimento maior, porém, minimiza o risco de perdas no médio e longo prazo. Essa é a razão porque nós ampliamos a nossa presença na área de geração elétrica.

A composição exata do capital da Petrobras é muito difícil fazer exata. Vou dar aproximada. O Governo Brasileiro tem, hoje, 37%, aproximadamente 37% do capital da Petrobras, tem 56% das ações ordinárias, portanto, tem 56% das ações com direito a voto. Hoje, 40% das ações da Petrobras estão relacionadas a ADRs na bolsa de Nova Iorque. Nós temos hoje, nós somos, provavelmente, entre as empresas internacionais, uma das empresas que tem mais volume de negociação diário na bolsa de Nova Iorque. O volume de negociação diário das ações da Petrobras é na ordem de dois bilhões de dólares por dia. A Petrobras, nesse sentido, ela é muito mais pulverizada do que a maior parte das empresas controladas por grupos privados. Na bolsa de... Da Bovespa, ela tem um papel, hoje, que representa, mais ou menos, 14, 15% do volume diário do movimento da Bovespa, e além dos 37% do Governo, o BNDESPAR tem mais 4%, que dá um total, para Governo e BNDESPAR, em torno de 40, 41% do capital da Petrobras, hoje.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V.Exa. poderia nos informar ADR? O termo utilizado na bolsa de Nova Iorque, o que significa, por favor?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: American Depositary Receipts. Significa depósitos americanos de ações. Ou seja, a ADR tem um vínculo estável com as ações. É a forma de negociar na bolsa americana. O Senador Osmar Dias fala dos preços do diesel, e eu espero que ele tenha ouvido a minha resposta, e essencialmente, a nossa posição, e eu queria aproveitar isso, também, para responder ao Senador Eduardo Suplicy, é que nós não temos fórmula para avaliar os preços. Mas nós temos algumas variáveis que são importantes serem levadas em conta. Primeiro, eu já mencionei, claro, o preço do petróleo é um relevante componente. Segundo, o preço futuro do petróleo é uma variável componente. Do mercado futuro do petróleo, particularmente três a seis meses. Terceiro, o câmbio, a taxa de câmbio é uma variável relevante e também a taxa de câmbio futura no curto prazo também é relevante. Quarto, o custo dos combustíveis alternativos, particularmente no caso da gasolina ou álcool. É uma variável relevante no Brasil. Quinto, o comportamento do mercado brasileiro. A situação sazonal do mercado brasileiro. Parte importante da queda da venda de diesel no último trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009 é o mesmo comportamento do último trimestre de 2007, primeiro de 2008, do último trimestre de 2006 e primeiro de 2007, do último trimestre de 2005 e primeiro de 2006. Porque, sazonalmente, a demanda de diesel, nesse período, cai.

Então, portanto, nós temos que levar em conta a sazonalidade, preço de produtos alternativos, custo de matéria-prima, preço futuro da matéria-prima e dos produtos, e do câmbio. Mas não temos fórmula para isso. É uma avaliação que se leva para isso. Da mesma maneira que a maior parte dos produtos não tem fórmula para isso. Você tem contratos e quando tem contratos se atrela o preço a algum indicador externo, como é o caso de 45% de nossa receita, que são contratos onde nós temos esses preços... Vários tipos de atrelamento de preço. O preço do mercado, o que nós vendemos de gás, por exemplo, para as distribuidoras brasileiras está muito próximo ao que acontece a um conjunto de óleo diesel, óleo combustível, no mercado internacional. Então é atrelado no contrato.

O Senador Jefferson levantou o problema da tributação, e eu concordo com ele; a tributação é um papel muito importante no Brasil. Como eu disse, o preço da gasolina na bomba de... Na refinaria, custa menos do que custa um litro de água, e produzir um litro de gasolina não é a mesma coisa que produzir um litro de água. Ele pergunta algumas questões referentes à Amazônia. Nós temos ampliado nossa atividade exploratória na Amazônia, nós temos algumas sondas, atualmente, dedicadas à atividade exploratória da Amazônia. No entanto, eu acho que dado o conhecimento que nós temos hoje, da Amazônia, o volume esperado de produção de gás para o Estado do Amazonas é um volume de produção de gás muito vinculado à demanda termoelétrica. Então, dificilmente nós teremos disponibilidade de gás, na Amazônia, para um pólo petroquímico, nesse momento. Um pólo petroquímico exige um volume de gás que nós não temos, hoje, num horizonte visível, para a Amazônia. Em relação à energia eólica e solar, a Petrobras fez uma opção nas áreas de energias renováveis para o etanol e o biodiesel, no que se refere à eólica e solar, nós estamos investindo localizadamente em atividades de pesquisa e em partes, no caso da eólica, em partes do sistema de geração eólica e, no caso de solar, na parte... principalmente na parte do rotor, gerador de eletricidade e na parte de solar, no armazenamento da energia solar. Mas não temos nenhum investimento grande na energia.

O Senador Eduardo Suplicy menciona a situação da evolução dos preços e eu queria chamar atenção do senador para os gráficos da página 5 e 6, onde nós, essencialmente, damos essa visão que temos para o futuro. Ou seja, o horizonte do gráfico na página 5, nós temos aí o mercado futuro apontando, até 2014, os preços chegando aí, convergindo para próximo de 80 dólares o barril, esse é o mercado futuro de ontem, portanto é a avaliação que o mercado apresenta para o preço futuro, essa curva aqui, apontando para próximo de 80 em 13 e 14. A situação atual, o preço é

aqui, mas a tendência é crescer. No passado, nós tivemos aqui... Em verde é este... É 2007. Em 2007, nós tínhamos esse comportamento, quer dizer, o mercado futuro tenderia a ficar abaixo de 100 dólares o barril, apesar de estar muito alto aqui, em 2008, na verdade, quando o preço subiu. Então, a perspectiva que tinha quando o preço estava aqui é que ele tenderia a cair e a perspectiva que se tem hoje é que o preço tende a subir. Do ponto de vista dos estoques, hoje nós temos estoques excedentes, o que significa que isso deu uma pressão baixíssima para o preço do curto prazo. Porém, dado o declínio esperado, de produção, provavelmente o preço voltará a crescer. Próximo, por favor. A nossa projeção de longo prazo, até 2020, nós estamos trabalhando com um preço que eu chamei de preço de robustez até 2013, 2014, em torno de 45 dólares o barril de longo prazo e a partir de 2014, no longo prazo, até 2020, com 60 dólares o barril de longo prazo, o que são estimativas abaixo de outros estimadores, como a Paira(F), que é uma consultoria importante da área de refino, a Wood Mackenzie, que é uma consultoria importante na área de petróleo.

As outras perguntas. As novas tecnologias, o impacto das novas tecnologias. Nós levamos em conta as novas tecnologias. Mas, dado o conhecimento que nós temos hoje, tanto da área de hidrogênio quanto da área de combustível, de veículos híbridos quanto da área de veículos elétricos quanto da área de lignocelulose, não nos aponta para volumes comercialmente significativos, num horizonte que nós estamos considerando até 2020. Portanto, os impactos que nós temos sobre o mercado dessas novas tecnologias é relativamente pequeno. O maior impacto que nós achamos que vamos ter é na área de biocombustíveis e isso significa aí, provavelmente, alguma coisa abaixo de 10% da demanda de combustíveis até 2020. No que se refere ao pré-sal, evidentemente que ele levanta um problema, de como utilizar os recursos do pré-sal para um pacto intergeracional, de forma a viabilizar a educação, saúde, para o futuro do Brasil.

Hoje, nós, de cada três barris que nós produzimos, dois nós pagamos impostos, portanto nós temos já, hoje uma... Um pagamento de imposto bastante significativo, esperamos que o modelo regulatório das áreas não concedidas do pré-sal amplie a parcela que o Governo vai obter dessas áreas produtoras e, portanto, a utilização desses recursos em fundos que viabilizem essa transição intergeracional dos recursos de hoje, para viabilizar o futuro. É uma decisão que o Governo vai ter que tomar, não está nas mãos da Petrobras essa decisão.

O Senador Valdir Raupp falou do consumo do diesel, eu já tentei respondê-lo, e... A diferença de preços... Talvez aí, até o José Eduardo possa falar mais do que eu, a diferença de preços entre os estados não depende apenas da existência de refinarias. É claro que a proximidade das áreas produtoras é relevante, mas é bom lembrar que o sistema de refinarias brasileiro, nós temos 11 refinarias hoje, é um sistema que é planejado e otimizado como um todo. Então, não necessariamente a refinaria que está num determinado lugar produz os combustíveis que vão ser usados naquele lugar. Esta refinaria vai produzir aquilo que é melhor para o mercado brasileiro como um todo. E, às vezes, não é necessariamente o melhor lugar que a refinaria está, dada as suas características de seu hardware, do seu equipamento, produzir o tipo de produto que é necessário para cada mercado. A logística e o transporte, evidente que impacta o preço final, mas um outro elemento importante é a diferença da tributação entre os estados. O ICMS não é igual entre os estados e isso impacta na ponta, na bomba de gasolina, valores diferentes para a gasolina e para o diesel, para o consumidor, porque o ICMS de cada estado não necessariamente é igual.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço mais uma vez ao Dr. José Sérgio Gabrielli, e antes de dar a palavra ao Senador Arthur Virgílio, autor de um dos requerimentos de convite ao Presidente da Petrobras, eu quero lembrar que amanhã, às 10 horas, estará presente a essa Comissão, o Presidente... O Ministro Presidente do Banco Central do Brasil, o Dr. Henrique Meirelles, que vem falar, também, para uma Audiência Pública Conjunta, dessa vez da Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, a nossa Comissão, e a Comissão de acompanhamento da crise. Dr. Henrique Meirelles, amanhã, aqui, às 10 horas da manhã. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Dr. Gabrielli, Senador Dutra. Eu, pelo que pude ouvir e ver na televisão do Senado e ouvir no Rádio Senado, eu, muitas das minhas perguntas se esgotaram. Por exemplo, na atuação do Senador Tasso Jereissati, que foi muito consistente ao argumentar na nossa linha de raciocínio. Eu tenho, porém, algumas observações a fazer. Eu creio que está na hora de o Brasil encarar com muita seriedade a crise. Aquela história da marolinha do Presidente Lula não ficou bem. E nem ficará bem daqui a três semanas ou quatro essa história da "gripe do cabra macho contra a gripe do cara fino". Não é assim que se enfrenta um momento delicado como esse.

Para mim, labora em equívoco brutal esses que imaginam que havia um Estado mínimo no Governo anterior e supostamente aí o Estado ideal agora. O

Estado, hoje, é inchado. Gastos correntes, descontada a inflação, sempre 4%, 5% acima do crescimento do PIB. O que inviabilizaria uma família, se fôssemos ao particular, e viabilizaria, ao longo do tempo, o público. Se não houvesse crise nenhuma, um dia haveria uma crise fiscal no país. Que Estado mínimo era aquele que praticou aquela intervenção nos bancos, tão criticada pelo PT à época, o PROER, o Presidente Lula hoje é fã do PROER como eram fãs da Emilinha Borba os que iam para o programa de rádio dela, enfim. Ele quis até passar para o Bush. "Vou entregar o PROER para o Bush aprender como é que faz", enfim. Aquilo foi demonstração de Estado atento. Não de Estado mínimo. Estado atento, que inclusive preveniu o chamado [ininteligível], ou seja, puniu os banqueiros, coisa que os Estados Unidos não estão, hoje, podendo, não diria não sabendo, não estão podendo fazer. [soa a campainha] Eu gostaria de puxar a conversa para um outro patamar. Para mim, o que ainda segura o Brasil nessa crise não é o PAC. Nós sabemos que tem uma belíssima peça de publicidade em torno dele, mas o investimento público nesse país é de 1% do PIB. Essa que é a verdade. Que o Governo optou por inchar o custeio. Essa é a verdade. O que segura esse país, ainda, são reformas no Governo passado, o PROER - eu tenho a impressão que o Dr. Gabrielli não vai jamais falar contra o PROER, porque o Presidente Lula pode até demitilo da Petrobras, tão fã que ele ficou do PROER - a Lei de Responsabilidade Fiscal, os esqueletos que foram retirados dos armários e que significaram um primeiro momento de aumento da dívida pública interna, depois a dívida continuou crescendo. Ela é o dobro do tempo anterior e os esqueletos não foram retirados do armário. Eu não fico aqui, fazendo discurso, dizendo que a dívida não teria que ter aumentado, porque eu compreendo as razões econômicas pelas quais a dívida aumentou. E eu diria mais: que os resultados, a meu ver, convincentes do primeiro mandato do Presidente Lula, quando era Ministro o Deputado Antonio Palocci. E mais: com nossa ajuda, algumas reformas microeconômicas, feitas também no Governo Lula. A Lei Geral das micro e pequenas empresas, a lei de recuperação das empresas, projetos que estavam adormecidos há muito tempo. Havia uma oposição muito aguerrida, que via o mal em tudo que o outro Governo queria. E, por outro lado, eu vejo o Governo empacado, sem trocadilhos, fala em políticas contracíclicas sem poder fazê-las, até porque não poupou, feito a cigarra, não poupou na época da bonança, o Chile fez, aqui, não. Não vejo como que possa, sem futuros prejuízo para o equilíbrio das contas públicas brasileiras, expandir os investimentos. Teria que cortar drasticamente o custeio. Cortar drasticamente os gastos do custeio. E sem essa conversa cansada de Estado mínimo, Estado médio e Estado máximo, porque não se trata... Se trata de um Estado inchado hoje, e houve uma reforma no Estado que, a meu ver, deveria merecer agradecimento por parte de quem hoje dirige este país. Mas eu gostaria, Dr. Gabrielli, de fazer algumas observações. Eu tenho aqui uma tabela que mostra que a nossa gasolina é a mais cara em comparação com Bélgica, França, Alemanha, Itália, Holanda, Reino Unido, Estados Unidos... E eu sempre... Eu vejo assim, desde 2002 que não se aumenta o preço do botijão de gás. E eu acreditava que aquele projeto, aquele programa que havia no governo passado, [ininteligível], era melhor porque ele dava... Aquele subsidiava só quem precisava do gás. Não aumentando o botijão, beneficia todo mundo, beneficia um amigo nosso muito pobre que é o Dr. Antonio Ermírio de Moraes, por exemplo. Isso eu não acho que seja justo. Era preferível plotar, como se fez no Bolsa Família, plotar as pessoas pobres, necessitadas, e ajudá-las, enfim. Mas, em relação ao preço da gasolina... Para encerrar aquela coisa de Estado mínimo, nós estamos aqui pertinho da Venezuela. Lá o Estado é máximo. E não há uma pessoa que possa, em sã consciência, dizer que não se avizinha um desastre de proporções inimagináveis. Está se criando o quadro de um desastre. Porque o Governo do "Coronel" Chávez, irresponsavelmente, perdeu a época do barril de petróleo de 167 dólares. Eu não sei como é que ele vai continuar trocando banana por petróleo na América Central com o barril de 50 dólares, enfim. Agora, eu aqui, na modéstia do meu conhecimento, de gasolina eu vou dizer para V.Exa. que... Perdão?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Esse é o gráfico que nós temos do preço da gasolina. Necessariamente, pode não corresponder aos números que o senhor está...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Isso é média de 2008 [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu estou pegando aqui o mês de fevereiro. Mês de fevereiro de 2009, é 0,47 na Bélgica, 0,44 na França, 0,42 na Alemanha, na Itália é 0,50, na Holanda é 0,50, 0,37 no Reino Unido, 0,47 nos Estados Unidos, 0,84 no Brasil. Veja bem, eu, na minha cabeça e na minha racionalidade, e eu espero que não tenha havido a figura eleitoral nisso, mas o fato é que eu não conseguia conceber como é que o petróleo ia para 167, o barril, e a gasolina não sofria aumento. Eu achava aquilo estranhíssimo, enfim. Agora, depois, eu estou parecendo aquele personagem do Elio Gaspari, aquele "Eremildo, o idiota". Eu, enquanto idiota, digo assim: "Meu Deus, agora com o barril de petróleo a 39, como estava, obviamente que vai cair o preço da gasolina".

Então, eu e o Eremildo não estamos entendendo. Por que é que o barril é o de sempre? Ou foi subsidiado antes por razões eleitoreiras, isso seria de uma irresponsabilidade muito grande, ou está havendo... Ou hoje tem alguma explicação de contabilidade interna que não permite que se chegue à verdade do preço. Agora, o fato é que não dá para eu e o Eremildo entendermos, e talvez mais alguns brasileiros, por que é que, com 167 o barril, o preço é o mesmo e até aumentou um pouquinho, quando cai drasticamente o preço do petróleo, enfim. E gostaria ainda de dizer ao senhor que... Dr. Gabrielli, que essa expressão, gostaria muito de ouvir. Tenho muita curiosidade sobre ela, mas... E lhe perguntar como estão os investimentos no gasoduto Coari-Manaus, porque gostaria de saber diante do... Como ficam os investimentos, enfim, e mais, se há planos da Petrobras para se aproveitar o gás do rio Juruá. Porque a impressão que se tem é que, com a economia em ritmo médio, em 10, 12 anos se esgota o manancial de gás de Urucu. E não se explorava o de... Não se tentou explorar antes o do Juruá porque não havia o consorciamento com o petróleo, fica muito mais caro, pelo que eu sei, se explorar o gás e o petróleo.

Mas, me parece que aí, já que se muda a matriz energética de uma região, se tem que pensar agora, a sério, em suprir, quem sabe com um duto que leve do Vale do Rio Juruá, do Município de Carauari até Coari, o gás que, em 10 anos, 12 anos, a depender do ritmo de crescimento econômico, se depender de mim, o Brasil cresceria sustentavelmente, de modo a acabar com o gás em oito anos. Eu preferiria assim. Mas, se crescer pouco, em 12 anos. V.Exa. pode me dar dados mais, assim... Mais técnicos? Mas eu queria saber como está, primeiro, como estão as obras, o que eu posso esperar, houve já sucessivos adiamentos, enfim, estou preocupado agora, porque vejo as dificuldades que estão aí, impostas para todos, e gostaria de saber se há planos de... Se já está se pensando em substituir o gás que, porventura, se exaura, pelo gás que antes era antieconômico e agora poderia ser econômico. Mas a minha curiosidade fundamental é essa, porque eu estava crente que eu ia chegar numa bomba e, com o troco, tomar uma Coca-Cola. Aí não deu. Então eu... Isso me preocupa muito. Agora, quanto a essa história de Estado máximo, Estado mínimo e frases feitas, eu tenho a impressão que nós obramos melhor se nós cuidarmos de construir uma união nacional contra essa crise. Uma crise que tem razões externas e razões internas, sim. Não dá para ficar empurrando para fora. Tem os gastos correntes que impedem uma política contracíclica para valer, aqui no Brasil. Tem, sim, as razões internacionais, que colocaram a nu o que antes estava mascarado. Estava dando tudo muito certo, graças a Deus. Agora é o momento de perícia, se exige menos frases feitas e mais perícia. Perícia administrativa.

Eu entendo que sem se mexer na questão fiscal de maneira rigorosa, sem se cortar gastos de custeio e sem se retomar, até pelo efeito psicológico e também pelo efeito prático que viria no médio prazo, o ciclo de reformas estruturais, nós não vamos ter vida boa ao longo desse período, porque não vejo que a crise, como está posta aí, que ela simplesmente... Tem alguns ingênuos que imaginam que vá aparecer uma mágica e “agosto acabou”, como se fosse uma brincadeira de roda. Não é. A crise vai durar bastante. A meu ver, ela entra com seus efeitos menores pelos primeiros dois anos, talvez, do outro Governo. E quando se disser tecnicamente, claramente, politicamente, que a crise acabou, eu não consigo enxergar um mundo líquido como aquele de antes. Não consigo enxergar um mundo brilhante como aquele que foram os primeiros anos do Presidente Lula. Não consigo enxergar. Vamos ter que esperar por uma outra época de bonança, que poderá vir daqui a mais 30, 40, 50 anos. Afinal de contas, os últimos cinco anos antes da crise, foram os melhores dos últimos 40 e, portanto, nós temos que nos preparar daqui para frente a trabalhar com o sentido da escassez, administrar sem escassez é uma coisa muito fácil. Administrar na escassez é que testa a qualidade do gestor. Então, eu gostaria de saudar sua presença, Dr. Gabrielli, e lhe dizer que nós devíamos ter tido essa conversa há mais tempo, enfim, mas ela acaba enriquecida por tantos fatos que aconteceram, tantos fatos que, a meu ver, deveriam... Deviam aproximar as vontades para um projeto comum de Brasil e não essa historinha pequena, miúda, de Estado mínimo, de essas implicanciazinhas. Porque só falta agora dizer que a culpa é do Fernando Henrique, da crise, enfim. Se não fosse o Fernando Henrique, não teria crise. Não é do Bush, também.

Tem uma parte nossa e tem que ser assumida essa parte. Isso faz parte de uma coisa chamada hombridade. Cada um assumir as suas consequências. Assumir o que faz, assumir a sua parte. O Presidente Lula deveria fazer uma autocrítica da marolinha. Não foi uma forma pedagógica de lidar com o povo brasileiro. Porque estimulou pessoas a gastarem o que não deviam gastar, até porque, na minha região, no meu estado, Zona Franca de Manaus, havia 90 mil empregos. Tem 60 mil empregos de pessoas especializadas, mão de obra que só pode trabalhar ali, altamente especializada. 30 mil empregos em 90 mil. Ou seja, nós estamos vivendo algo muito desalentador no meu estado, muito desalentador. E se o meu estado é assim,

se a minha província, minha aldeia é assim, Tolstói haveria de me aconselhar que as demais aldeias devem estar sofrendo muito. E não é com simploriedade, dizendo que é uma crise internacional, não tem nada comigo e Ronaldão resolve. Ronaldão não resolve. O último jogo ele não fez gol. Ronaldão não resolve. Nós temos que pensar em Brasil. O Brasil precisa ter o projeto comum de enfrentar a crise. Volto a dizer: no momento em que o Presidente quiser maduramente dialogar com as oposições sobre saídas para a crise, estou aqui, absolutamente às ordens, como o meu partido está absolutamente às ordens. Não queremos tirar casquinha eleitoral de crise, que não nos interessa herdar país em terra arrasada. Nós queremos simplesmente que o país vá bem. É o país dos meus filhos, é o país dos meus dois netos. Quero que o país vá bem. Acredite nisso, que eu lhe digo isso do fundo do meu coração. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Dr. Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: O Senador Arthur Virgílio levanta algumas questões num espaço mais amplo. Eu queria, para responder as questões gerais, aproveitar um pouco essa visão, como ele chamou, da aldeia, e olhar um pouco o mercado de petróleo. Queria que projetasse aí o slide da página nº. 4. Página nº. 4. Esse slide mostra uma coisa que eu acho muito interessante. Se nós olharmos a demanda global de petróleo do mundo em 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005, nós temos que a parte da coluna que está escura representa os países fora da OCDE; fora da OCDE.

Então, nós vamos ver aqui que, em 2001, 2002, 2003, 2004, particularmente de 2003 em diante, houve um declínio relativo do crescimento da demanda de petróleo dos países fora da OCDE. Isso aqui, esse período é o período, digamos, em que a maioria desses países aqui começaram a adotar políticas de Estado mínimo. Ao mesmo tempo que acontecia isso, os países da OCDE que já tinham adotado política de redução no tamanho do Estado, no passado, elas tiveram uma redução do seu crescimento. Quando nós olhamos 2007, 2008 e 2009, o que nós observamos aqui? Nós observamos, aqui, que a crise se agrava, originária dos Estados Unidos, essencialmente, e a redução da demanda de petróleo do mundo ocorre fortemente nos países da OCDE. Fortemente nesses países.

O que é que segura a demanda do petróleo nesses últimos quatro anos? O que segura a demanda do petróleo nesses últimos quatro anos é a demanda da China, a demanda da Índia, a demanda do Brasil, a demanda dos países em que tem Estado. Objetivamente, são fatos. Nos últimos três anos, aqueles países... Alguns chamam de que foram atrasados nas reformas, estão em melhor condição do que outros países. Eu chamo aqueles países que não foram tão ávidos à política de Estado mínimo estão em condições melhores para enfrentar a crise atual do que as anteriores. Mas quando nós olhamos um país como os Estados Unidos hoje, que é o centro da crise--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Dr. Gabrielli, uma saída boa seria reestatizar a Telebrás, é isso?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não. Pode até ser. Eu não estou dizendo setorial, não estou dando uma política setorial. Estou falando uma questão geral de arquitetura institucional do Estado e mercado. Essa discussão desse plano mais geral. Não estou dando nenhuma saída setorial, que aí depende--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, me permite. Não estou entendendo, realmente.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Eu vou chegar lá.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu estou igualzinho o Eremildo. Eu estou, aqui, por fora.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Consequentemente, eu estou querendo dizer que a fala, com todo respeito a fala do Senador Arthur Virgílio, é uma fala saudosista. Porque tenta manter o discurso de que o problema fundamental de manter a estabilidade econômica são as reformas que reduzem o tamanho do Estado. Eu estou dizendo que essa política, mundialmente, hoje, ela é um fracasso. É só isso que eu estou dizendo. É mundialmente um fracasso. Não estou falando de Fernando Henrique Cardoso--

[falas sobrepostas]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O senhor desconhece as crises cíclicas do capitalismo?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não, não desconheço. Não desconheço as crises e sei que em cada crise cíclica predomina uma determinada ideia. Quando nós tivemos, até 1945, uma determinada política, de 45 em diante, até a década de 70, a nova política, de 70 para cá outra política, por causa das crises cíclicas do capitalismo de longo prazo, eu estou dizendo exatamente isso, que nós estamos entrando na nova fase--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É que você explica a falência do leste--

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: O leste é outro exemplo. O leste é o maior exemplo disso. O leste europeu, em 80, se montou e hoje é o pior desastre,

porque não tem estrutura institucional nenhuma para enfrentar essa crise.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas por que é que não manteve a opção anterior?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não, mas ela foi derrotada em 90. Essa opção foi derrotada em 90. Agora, esse momento acelerou-se... O leste é o exemplo da desmontagem do Estado. A aceleração da desmontagem do Estado no leste europeu. O que é que tem, hoje, no leste europeu? Um desastre social e um desastre econômico. Estônia, Letônia, Ucrânia...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Estava bem antes?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não. Antes, se tentou fazer uma reconstrução de um mercado dominante. Era só mercado que valia. Se nós olharmos o leste europeu, de 1990 até 2007, 2008--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, eu não estou entendendo nada.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Eu estou respondendo a discussão no plano ideológico.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): É que eu não entendi algumas coisas, que eu estou aqui, pior--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Acho que V.Exa. fez média com alguma corrente de extrema esquerda do PT, porque--

[falas sobrepostas]

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Quer dizer que os países fora da OCDE estão melhores, estão melhores--

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Estão sustentando a demanda de petróleo. E isso reflete a demanda mundial.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu queria lhe perguntar o seguinte: o país como a Índia, a China, estão melhores do que a Alemanha, o Japão... Em qualidade de vida, saúde...

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Conjuntura.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Conjuntura não vale.

[falas sobrepostas]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não é o lado capitalista da China que segura a demanda do petróleo?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Quem foi que fez a China? O que é que fez a China crescer?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: O Estado chinês.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas o Estado chinês estava fechado até... [soa a campainha]

[falas sobrepostas]

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O que foi responsável por essa grande expansão mundial? Quais foram os países responsáveis por essa grande expansão mundial?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Foi o mundo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O mundo. Em que sistema?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Vários sistemas.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não, não, não...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu peço ao Senador Tasso e ao Senador Arthur Virgílio para que nós voltemos ao tema específico, mais específico.

[falas sobrepostas]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Os demais Senadores têm o direito de falar e têm o direito de perguntar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tem, tem todo direito.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Só responder de Coari-Manaus, porque o senador, eu sei que ele tem um carinho especial pelo gasoduto Coari-Manaus. Nós já concluímos o gasoduto Coari-Manaus, estamos na fase de remontagem do GLPduto entre Coari e Urucu, para substituir o gás natural, o GLP, por gás natural e, portanto, a partir de setembro, nós teremos ele operacional. Mas ele já está concluído--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu preciso ir, mas eu pediria sua licença e aos outros senadores, que eu queria saudar, antes de ir, ao regime da Albânia, do nosso querido Senado, como o regime que deve prevalecer.

[falas sobrepostas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É uma provocação de saída.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Como eu disse antes, nós estamos aumentando nossa atividade exploratória lá, para tentar garantir a sustentabilidade da produção de gás no longo prazo, para atender a demanda da região amazônica e, em particular, a demanda termoelétrica da região amazônica.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E Juruá?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: É, a Bacia do Solimões e a Bacia do Amazonas são áreas que nós estamos intensificando a atividade exploratória, mas tem que ter atividade exploratória antes de se fazer a produção.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, que seja observado o tempo de três minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, é o seguinte--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A sessão do Congresso vai começar daqui a pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos, os autores de Requerimento têm um tempo maior. É verdade que esse tempo maior, também extrapolaram nesse tempo. Mas agora não é o problema do Estado mínimo, vamos voltar o tempo mínimo. Com a palavra o--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente Garibaldi Alves, Dr. Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras, Senador José Eduardo Dutra. Presidente Gabrielli, me preocupa a questão da política, no longo prazo, dos preços para os derivados do mercado interno. Esse assunto, agora, em prazo recente, nós tivemos momentos em que a Petrobras bancou o aumento dos preços internacionais e depois, num segundo momento, bancou a desvalorização do real, não alterando significativamente o preço dos combustíveis e, posteriormente, também não repassou a queda do preço internacional do petróleo, que foi significativa. Ora, eu não acredito que haja volatilidade grande, espero que não haja, daqui pra frente, tanto no... Tanto no... No valor do real, quanto, também, na questão dos preços internacionais do petróleo.

Porém, essa volatilidade lá atrás... Quer dizer, a questão dos preços gerou volatilidade na geração de caixa da Petrobras. É óbvio. E o que preocupa é que se isso acontecer de novo, a Petrobras tem um ambicioso programa de investimentos de 184 bilhões, dos quais 148 seriam financiados com recursos da própria geração de gás, ou seja, 86%, no período de 2009 e 2013, então, havendo volatilidade, como é que haveria compatibilização da política de preços da Petrobras com esse ambicioso programa de investimentos, com financiamento [soa a campainha] de 86%, com geração de caixa. Eu queria sua posição sobre esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Antonio Carlos, pela colaboração com relação ao tempo, e concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, inicialmente, eu sou a favor do tempo mínimo no relógio grande, e sobre a questão do Estado, eu... Uma opinião breve, porque uma coisa está entrelaçada com a outra. O problema é saber se nós temos vontade, disposição, no nosso país, para ter um Estado com capacidade de tocar um projeto de nação. Porque todas essas nações que aí estão, que foram apresentadas pelo Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, China, mesmo a Índia, com dificuldades, busca montar seu Estado nacional e ter o seu projeto. Acho que essa que é a tentativa do Brasil, de ter o seu Estado. E a Petrobras, por sorte nossa, por pouco, por muito pouco, não perdemos a própria Petrobras. Porque é uma sorte ainda ter a Petrobras para poder desenvolver um projeto da envergadura que nós estamos tendo hoje. O que só foi possível porque se retomou a capacidade de investir do Estado. Se fosse naquela onda liquidacionista do Estado Brasileiro, nós não teríamos capacidade de nada. Nós estaríamos muito pior do que a Albânia e o leste europeu em conjunto; que é a liquidação total, talvez com base americanas ocupando o território, que é o que tem, atualmente, naquela região do mundo, infelizmente. Acho que nós conseguimos, pelo menos sustentamos algumas empresas que têm a capacidade de ajudar num projeto nacional e de ser indutora de segmentos enormes da economia brasileira. As várias... Os vários painéis que foram apresentados dão a ideia do que você pode puxar de empresas privadas brasileiras e de investidores externos para o Brasil, via a ação [soa a campainha] de uma empresa com a capacidade como tem a Petrobras.

Então, acho que essa é uma discussão boa. É uma discussão boa. É um bom debate, para que a gente possa aumentar a unidade das forças políticas, econômicas e sociais em torno de um projeto nacional, um projeto de Brasil. Acho que aqui nós temos terreno. É um bom debate. E eu gostaria de agregar um interesse, digamos assim, regional. O específico do Estado e da região. Temos ali o Gasene. Então, o que eu estou imaginando? É que a gente possa ampliar esse transporte de gás numa capacidade adequada, porque hoje o que nós temos chegando ao Ceará, vindo de Guamaré, a nossa bitola está muito estreita. O gás que chega lá já está liquidado. Para o Rio Grande do Norte, para Pernambuco, a parte que vai até Pernambuco, e da parte do Rio Grande do Norte é que vai até o Ceará. Então, isso aí já está todo mapeado, todo usado, não tem mais como expandir. Nós temos um problema ecológico grave, que não é só nosso, do Ceará. É um problema do Ceará, é um problema do Rio Grande do Norte, é um problema de parte da Paraíba, é um problema na região do Piauí... Nós temos centenas de olarias; centenas, que queimam lenha ilegalmente, porque o IBAMA nem dá licença

para ele retirar essa lenha. Essa lenha não praga tributo nenhum, porque ela vai... Ela é ilegal. Se ela for legalizada, vai tributada. Então ela não é legal. Ela é uma lenha ilegal, que vai para essas fornalhas todas. Então, nós poderíamos ter uma alternativa. Agora, nós precisamos ampliar essa nossa capacidade. Hoje ela não é suficiente. Além dos grandes consumidores que nós temos na ponta, lá, no Maranhão. Mas, passando pelo Ceará, evidentemente.

Então acho que nós poderíamos aproveitar... Eu tenho essa idéia, de que o Gasene chegue até a ponta do Nordeste, que é em São Luís. Isso nos ajudaria. Eu sei que a alteração da lei do gás talvez diminua os interesses da Petrobras. Mas não tem só a Petrobras no setor. Tem as empresas estaduais. Nós podemos nos consorciar. Nós podemos trabalhar em conjunto para o benefício de uma região inteira, que tem grandes perspectivas para ajudar o Brasil numa situação dessa, crítica, de crise que nós estamos vivendo, provocada pelos americanos, mas com forte impacto em todo mundo, é um potencial, o nordeste brasileiro.

E por último, então, quer dizer, projeto não está faltando, Presidente Gabrielli. Esses projetos, muitos foram... Os projetos técnicos, estudos ambientais, etc., muitos foram contratados pela própria Petrobras, já tem isso pronto, é uma questão de decisão, de se encontrar a melhor maneira, o financiamento, e construirmos essa alternativa tão importante para aquela região. A outra é que nós temos ali um terminal de gás. Mas depois eu fiquei encucado com o nosso terminal de gás no Pecém. Por quê? Porque nós estamos fazendo uma troca de temperatura com o mar. Nós estamos jogando... É como se estivesse jogando frio no mar. Então, precisa ter a ideia de que isso está acontecendo, porque se estiver acontecendo, eu prefiro o terminal em terra, para que a gente faça essa troca direto com galpões refrigerados, jogando esse frio nesses galpões, para que a gente possa aproveitar, porque o terminal do Pecém é um terminal de frutas, flores, pescados, e que exige você ter um tratamento de refrigeração muito adequado.

Então, você instalar um grande armazém para comportar esse tipo de carga, [soa a campainha] exige um investimento muito importante nessa área de refrigeração e de aproveitamento do frio. Então, eu gostaria de saber... Nós estamos jogando frio no mar, esses mais de 170 graus negativos estão sendo jogados no mar ou nós podemos aproveitar esse frio em terra? Como é essa troca de frio ali, naquela região, se pode ser aproveitado para refrigeração, também, em galpões que possam ser a logística da nossa área de pescados, de flores e de verduras e frutas, na exportação que nós fazemos ali, naquela região.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Dr. Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras, Senador José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobras Distribuidora. Presidente Sérgio Gabrielli, como eu disse no início da Audiência Pública, as perguntas que já foram feitas já esclareceram algumas dúvidas que eu também iria pedir esclarecimento. Eu só queria fazer uma primeira pergunta ao Senador Inácio Arruda. Ele está com dúvida que, se não fosse a crise, o Presidente Lula iria privatizar a Petrobras? Porque ele disse por pouco, muito pouco, quer dizer, ele passa uma informação para os telespectadores da TV Senado que precisa ser esclarecida. Porque me parece que a dúvida dele é de que, se não houvesse a crise, a Petrobras seria privatizada pelo Presidente Lula. Só queria, depois, que o senador pudesse me esclarecer esse questionamento, porque a Petrobras é um patrimônio nacional, que tem o respeito e admiração de todos nós, brasileiros.

Então eu quero que, depois, ele, realmente, explique melhor essa dúvida dele, esse quase muito pouco. Mas, Presidente Gabrielli, eu vou fazer três perguntas só; uma questão, acho que é técnica política. A questão do preço dos combustíveis, que já foi colocado por diversos senadores, eu tenho um requerimento aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia, para que façamos uma Audiência Pública com esse objetivo, para que a gente possa esclarecer à sociedade, aos usuários, como é que é composto esse preço. Por que é que ele sobe quando o dólar sobe e não baixa quando o dólar baixa?

Então, essa questão [soa a campainha] que foi levantada pelo Senador Tasso, pelo Senador Antonio Carlos Júnior, vários senadores, de saber se o Governo está fazendo caixa ou não com o bolso do consumidor. V.Sa. mesmo disse que a cada dólar, no preço do barril, que sobe, a Petrobras tem um ganho, na aplicação, de 500 milhões de dólares, se eu entendi bem. Ou seja, na capacidade de investimento dela. Não seria o caso... Não seria o caso de que, no momento de crise, o Governo estar sugando mais do povo do que o necessário para manter uma ação midiática? Aí é a pergunta que nós vamos poder responder, e eu solicito ao Senador Garibaldi Alves, vou encaminhar um requerimento do mesmo teor do da Comissão de Ciência e Tecnologia, para que façamos em conjunto: CAE, Ciência e Tecnologia, para que possamos e diria até falar com o Senador Casagrande, de Defesa do Consumidor, para que possamos abrir essa caixa-

preta, que é como se compõe o valor dos combustíveis em nosso país.

Mas eu lhe perguntaria, Presidente Sérgio, José Sérgio Gabrielli, quando V.Sa. esteve aqui, naquele momento de embate com a Bolívia, numa das vezes, V.Sa. se colocou contrário à renegociação do contrato de fornecimento de gás. Clara, foi inclusive elogiado por todos aqui, que lhe escutaram. Lamentavelmente, tivemos que ceder à pressão do Governo boliviano. Eu perguntaria a V.Sa.: no momento em que há uma redução de demanda, há uma redução no preço do barril, há uma redução no preço do gás, não é... Chegou o momento, também, de agora ser uma ação do Governo Brasileiro, de renegociar de novo com a Bolívia, em novos patamares do que aqueles que foram renegociados anteriormente? É uma questão que eu gostaria que V.Sa. me pudesse esclarecer. Uma outra, já diretamente com relação ao plano de investimento da Petrobras no exterior, que chegariam a quase 20 bilhões de dólares. Quanto deste valor será investido na Bolívia, e se haverá investimento na Bolívia, se a Petrobras não aprendeu a lição, ou melhor, o Brasil não aprendeu a lição, de ter seus ativos confiscados pelo Governo boliviano.

Outro que diz respeito ao meu Estado do Pará, Presidente Gabrielli, nós todos queremos ter uma rede de gás que seja a nível nacional. Eu pergunto a V.Sa.: Quando que nós vamos ter gás no Pará? Senador Inácio falou no Gasene, gás para o Nordeste, gás... Agora, quando nós vamos ter gás em Belém, em Barcarena, em Carajás, Parauapebas e Marabá? Porque não se fala nisso. É preciso que o gás chegue também... Falam que vai vir do Amazonas, através lá, do gasoduto que vem lá de... O município lá que produz. Coari, não é, que produz o... Gostaria de saber quando nós vamos ter gás no Pará. E por último: no plano de negócios que V.Sa. apresentou aqui, a Petrobras prevê refinarias em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, também companhias petroquímicas no Rio e Pernambuco. Como é feita essa escolha da localização das refinarias? É técnica ou é política? Porque se for política, eu quero, aqui, fazer um apelo à Governadora Ana Júlia, que é do partido do Presidente Lula, que ela também se esforce.

Governadora Ana Júlia, por favor, vá lá com o Presidente Lula, nós vamos ter uma refinaria no Maranhão, parabéns para o Ministro Edison Lobão, está defendendo o Maranhão. Vamos ter no Ceará, parabéns ao Senador Tasso. Mas nós temos que ter no Pará. Vá até lá e eu quero saber, Senador(sic) Gabrielli, como é que é feita essa escolha. É técnica ou política? Porque se for técnica, o Pará tem todas as condições de sediar e ter--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Flexa, não esquece de parabenizar o Arruda também, pela refinaria do Ceará. Não é só o Tasso, lá tem três Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Dr. Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras, Dr. José Eduardo Dutra, nosso sempre Senador. Olha, a questão, vou ser muito objetiva, até porque eu acho que quem está nos assistindo, nos ouvindo, não está interessado em saber qual regime de tal país, por que é que isso aconteceu ou deixou... Está querendo saber, realmente, como a Petrobras, que tem sido uma empresa que, realmente, eu sempre defendi, até porque eu sou do Rio Grande do Norte, conheço a Petrobras desde quando, no Hotel Thermas de Mossoró, jorrou petróleo, foi uma descoberta... Em busca de água se achou petróleo; lá na minha cidade, Mossoró.

Então, a minha pergunta é a seguinte: desde a década de 70 que a nossa região é produtora. E sempre que se falava em refinaria, uma nova refinaria no Brasil, e se dizia que a localização deveria ser no Nordeste, nós alimentamos e acalentamos o sonho de que seria no Rio Grande do Norte. Até porque nós produzimos e sabemos que o nosso petróleo é um petróleo em terra, é um petróleo de custo de produção muito baixo, comparativamente com outros, que são na plataforma marítima, apesar da nossa produção ser relativamente pequena e está caindo, e aí já deixo a primeira pergunta. A queda da produção já é em função de que os postos já estão começando a rarear, quer dizer, o óleo já está realmente acabando ou é por falta de novos investimentos? Isso já está trazendo muita preocupação e sempre que falamos na refinaria que, por questões técnicas... E aí, Senador Flexa, por questões técnicas, por produzirmos, nós achávamos [soa a campainha] que deveria ficar onde se produzia e porque seria, de certa forma, uma compensação, porque o petróleo é finito.

Mas, quando surgiu a primeira refinaria do Nordeste, o Presidente anunciou para Pernambuco. Nada contra Pernambuco, muito pelo contrário, eu tenho uma neta pernambucana. Mas, acontece que, quando procuramos saber... As questões seriam técnicas? Não foi essa a resposta. Disseram que foi uma exigência do Hugo Chávez, do Presidente da Venezuela, que, através da PDVSA, seria o parceiro para esta refinaria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente. Então eu gostaria de saber... Inclusive

escolhendo o nome, Refinaria Abreu e Lima, Pernambuco. O que é que há de concreto sobre isso? De vez que, chegou a ser anunciado a opção de Pernambuco, que foi por pressão do próprio Hugo Chávez. Então eu queria saber isso. Então, [soa a campainha] perdemos a primeira oportunidade, mas também o Presidente é Pernambucano e tem aquela velha história, "Mateus, primeiro os meus, depois os teus."

Aí, veio, mais uma vez, a nossa esperança, a nossa expectativa com a refinaria a prêmio. No Maranhão. O Lobão Filho saiu, mas ele também, Presidente, Ministro, se detectou que o Maranhão era onde realmente, tecnicamente, deveria ser. Mas veio uma terceira oportunidade, e que aí tem um pouquinho a ver, que o Ceará também contribui nessa bacia. Foi para o Ceará. Mais uma refinaria. E se diz lá no estado, toda hora, que nós vamos ter uma refinaria. Eu entendo... Me desculpe, eu não tenho... Infelizmente, o conhecimento técnico que o senhor tem, que o Dr. José Dutra deve ter, até porque os técnicos da área... Mas eu entendo, quando fala em refinaria, é algo que vai pegar o óleo e vai tirar dele todos os seus subprodutos, inclusive a nafta, que é o subproduto que dá condições a que seja associado um pólo petroquímico. Porque aí, sim, quando o petróleo acabasse no Rio Grande do Norte, nós poderíamos dizer: "Ficamos com compensação para garantir o emprego, a renda, as oportunidades no nosso estado".

Então, lá no Pólo de Guamaré, que fica na região, ali, do Vale do Açu, próximo à Macau, e o Senador Garibaldi conhece bem, foi Governador; lá, desde 2001, eu era Prefeita, e tive a oportunidade, ele Governador, Dr. Horácio Lugon era o superintendente, Dr. Clauder(F) era o responsável pela área, principalmente Mossoró, quando se estava inaugurando uma planta, se não me engano foi em 2001, de processamento de óleo diesel, anunciando o início da preparação para o processamento da produção de querosene de aviação. Agora, naquele momento, aliás, se inaugurando a produção de querosene de avião e se anunciando que iríamos ter uma planta de gasolina. Só gasolina.

Então... Agora, quando houve essa discussão e toda a bancada, Governadora, se procurou o Governo... Com certeza o senhor deve ter recebido muitos dos representantes do nosso estado, perguntando pela nossa refinaria, se anunciou que ia ter uma refinaria. A Governadora já colocou até o nome, Refinaria Clara Camarão, em homenagem a uma grande mulher do nosso Rio Grande do Norte. Mas eu quero dizer com toda clareza, qual é o investimento real que vai acontecer no Rio Grande do Norte e qual é o investimento da prêmio lá do Maranhão? Por que é que nós... Se nós vamos ser refinaria, por que é que só vai ser uma planta de gasolina? São isso que eu gostaria de saber. Porque eu acho que nós estamos, realmente, há mais de 30 anos produzindo, na esperança, nesse sonho, de termos uma refinaria. E sentimos e eu quero até um esclarecimento, como eu falei ao senhor, a minha área é a de saúde, eu não sou... Sou parte técnica, principalmente na engenharia do petróleo, aprendi... O pouco que sei foi de ver, de assistir, de acompanhar e quero, aqui, aproveitar e dizer, quando se fala na área cultural, a Petrobras tem sido parceiro de grandes projetos, nós temos o melhor teatro do Nordeste, que foi construído em parceria. 25% foi recursos que a Petrobras, através da Lei Rouanet e da lei de incentivo... Lei de incentivo, no nosso estado, à cultura, colocou, e o restante foi a Prefeitura de Mossoró, com recursos próprios do nosso povo. Mas foi um grande avanço e, com o teatro e outros investimentos que foram feitos da própria Prefeitura, outros também, em parceria com a Petrobras, como o Museu do Petróleo, acho que é o único local onde temos o Museu do Petróleo, lá na Estação das Artes; nós conseguimos avançar tanto nessa área cultural que a cidade passou a ser chamada de "Capital da cultura do Rio Grande do Norte".

Então, gostaria que... Nessa página 23 tem investimentos para aumentar a capacidade de refino. Que nós sabemos que é primordial para que a Petrobras possa aumentar sua lucratividade e deixar de importar tantos produtos, principalmente a nafta e a gasolina, não é? Então, nós temos aqui, pelo que eu vi, a Prêmio 2, a Prêmio 1, a Replan, não sei se Replan se refere à região da Bahia... É isso que o senhor... Gostaria de esclarecimentos sobre Replan, RNE , UPB e Repar. E também, volto a repetir: qual investimento realmente que vai ser feito no Rio Grande do Norte e comparativamente com a refinaria prêmio? O que nós vamos refinar e o que é que os outros vão refinar? Porque fica essa dúvida. Eu acho que é uma planta de gasolina que vai se associar à planta de querosene e à planta de óleo diesel. Não é realmente uma refinaria para valer. E acho que é justo que se diga ao povo, com clareza, porque não será por isso que vou desistir da luta, porque o nosso Rio Grande do Norte tem direito. Muito obrigada.

E ainda tem mais uma pergunta, é sobre o gás. Nós mandamos gás para Fortaleza, nós mandamos gás para Pernambuco... O nosso gás está sendo, graças a Deus, ajudando, chegando, são gasodutos para vários recantos. Mas o nosso estado ainda é muito carente de gasodutos. Quando é que vamos ter um investimento que possa levar gás da própria região onde é tirado o gás, que é o Vale do Açu e a região do Seridó? Porque nós sabemos da importância que o gás promove para

o desenvolvimento, impulsionando indústrias e atraindo novos investimentos. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Rio Grande do Norte agradece a Senadora Rosalba. Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti. Em seguida, ao Senador Antonio Carlos Valadares e, como os últimos serão os primeiros, o último será o Senador Marcelo Crivella.

[pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, é tudo em bloco. O bloco, agora, é de oito. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Garibaldi Alves, presidindo essa brilhante sessão ao Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli e o nosso Senador José Eduardo Dutra. Vou tentar ser, efetivamente, o máximo objetivo. Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer uma constatação que data de final de 2006, início de 2007, quando numa luta em função de incluir a Paraíba, nosso estado, nas licitações das áreas da Petrobras à época. E tive a oportunidade, o privilégio de estar com o Dr. Sérgio Gabrielli e V.Sa. nos atendeu de forma extraordinária, inclusive iniciando esse nosso... A nossa aproximação, diria uma emboscada, no bom sentido, num café da manhã, num hotel, em Montevidéu, lá no Uruguai. Tive, por parte do Dr. Haroldo Lima também, da Agência Nacional do petróleo, da ANP, extraordinário atendimento aos pleitos da Paraíba. À época, a Paraíba estava fora [interrupção de áudio] estão tendo oportunidades diferenciadas das oportunidades que têm a Paraíba.

A pergunta se refere à já citada Refinaria Abreu e Lima... Dr. Sérgio. Da Refinaria Abreu e Lima, que tem... Terá um reflexo muito positivo para o Estado da Paraíba no sentido de que se, efetivamente, houve um atraso, este atraso, de que forma está dimensionado e qual a previsão efetiva para essa refinaria entrar em operação. Gostaria, também, de me referir à página desse material distribuído aqui, aos presentes, que se refere aos investimentos, especificamente no Nordeste, que totalizam 24,9 bilhões de dólares. Bastante dinheiro, gerando um emprego total de 187 mil, 219 mil empregos. Que percentual a Paraíba terá disso? Porque nas nossas avaliações deverá ser diminuta a participação. E a Paraíba, efetivamente, necessita, da [soa a campainha] mesma forma que foi pleiteado pelo Estado do Rio Grande do Norte, com muita justiça, a Paraíba precisa para o seu desenvolvimento. Essa é uma bandeira que eu carrego há vários anos, de projetos estruturantes, e a Petrobras, sem dúvida, poderá ser uma das pilastras desse projeto estruturante.

E, para finalizar, aqui, nesse material distribuído, na página 15, referente à otimização de custos, no último item fala da revisão e cancelamento dos processos de compra de grandes máquinas e unidades para as refinarias. A minha pergunta vem se esta otimização se refere a falhas em projetos ou falhas de dimensionamento. Porque se [interrupção de áudio] empresarialmente falando, na hora que se faz uma revisão ou cancelamento de projeto de grandes compras de máquinas e unidades para refinarias, numa época em que a Petrobras está investindo em refinarias, está tendo um projeto, um mega projeto de expansão, esse cancelamento e revisão desses processos de compra, eu acredito que seja uma autocrítica no sentido de que algo estava sendo comprado errado. Eu gostaria de uma justificativa por parte de V.Sa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. Concedo a palavra ao Senador sergipano, Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Srs. Presidentes da Petrobras e da Distribuidora, eu gostaria de, em primeiro lugar, enfatizar, aqui, uma... Um elogio que foi feito assim, de forma muito acintosa, sobre o PROER. Houve quem aqui declarasse o PROER como uma saída milagrosa para a solução dos nossos problemas financeiros, e que deveria estar sendo copiado pelo mundo inteiro. Na verdade, o nosso PROER não resolveu os nossos problemas financeiros. Tanto isso é verdade que ele foi lançado no Governo anterior, no Governo de Fernando Henrique Cardoso e, em 99, o Brasil praticamente quebrou. O Brasil teve que ingressar no FMI com toda velocidade, do contrário não poderia pagar seus compromissos externos; financeiros externos.

Por isso, eu não considerei uma medida milagrosa, antes, pelo contrário, foi uma ajuda que foi dada, na época, aos bancos falidos, aqueles que, através da fraude, do suborno, conseguiram, com a complacência do Banco Central, efetuarem operações perigosas e altamente danosas ao nosso país, fazendo com que pelo menos 30 bilhões de reais fossem jogados na fogueira da irresponsabilidade por aqueles administradores que passaram pelo Banco Central. E segundo lugar, o [soa a campainha] Senador Flexa Ribeiro, por quem nós temos uma grande admiração, principalmente porque é um grande debatedor e uma pessoa que está sempre presente nas comissões, ele se referiu a uma declaração do Senador Inácio Arruda, e o Senador Inácio Arruda me autorizou a... Me delegou que eu respondesse. Porque, na época, ele não era senador. Mas eu era Senador da República, inclusive, também

era Senador da República o Senador José Eduardo, que hoje é Presidente da distribuidora da Petrobras.

E o que aconteceu naquela época, Senador Flexa Ribeiro? Eu apresentei uma emenda constitucional na Comissão de Justiça, proibindo terminantemente a venda da Petrobras durante a tramitação do projeto da queda do monopólio. E essa proposição foi aprovada por unanimidade na Comissão de Justiça e estava prestes a ser aprovada também pelo Plenário e isso implicaria no retorno do projeto do monopólio, que Fernando Henrique tinha mandado para cá, da quebra do monopólio, implicaria no retorno da proposta para a Câmara dos Deputados. Como havia uma pressa do Governo em quebrar o monopólio do petróleo, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso mandou uma carta pessoal para todos os Senadores. Não só para mim, mas para todos os senadores, comprometendo-se, aqui, durante a sua administração, apesar de ficar a porta aberta para a privatização da Petrobras, ele jamais faria isso. Então, realmente, a nossa proposta foi colocada na gaveta pela Mesa de então, e o projeto da queda monopólio foi aprovado sem nenhuma emenda. Era [soa a campainha] a emenda que eu ia apresentar.

Então, Sr. Presidente, na verdade, as privatizações que houve no Brasil comprovam que algumas delas foram feitas de forma equivocada e empresas como a Vale do Rio Doce foram vendidas a preço de banana, e hoje o movimento que antes era condenado, da estatização de determinados setores como do petróleo, o que está acontecendo hoje é que há um movimento na Europa, inclusive na Inglaterra e nos Estados Unidos, ao contrário, de estatização até de bancos. Ou seja, do ingresso de dinheiro público para salvar bancos falidos, inclusive empresas de seguro, como aconteceu com a AIG, onde o próprio Obama está sofrendo críticas tremendas, nos Estados Unidos, por causa da dinheirama que foi jogada em cima de uma empresa praticamente falida, como a AIG. De sorte que, aqui no Brasil não há que se elogiar o PROER, porque o PROER, a meu ver, foi uma medida que redundou em prejuízos incomensuráveis ao nosso país, ao erário, ao Tesouro Nacional.

E, por fim, Presidente, gostaria apenas de fazer duas perguntas. Aqui na página 35, os investimentos e postos de trabalho no país tem destaques para o Sudeste, em primeiro lugar, com 103 bilhões de dólares, e em segundo lugar o Nordeste, com 24,9 bilhões de dólares, com a demanda de postos de trabalho, para o Nordeste, de 51 mil empregos diretos e para o Sudeste, de 144 mil de empregos diretos. Eu pergunto: dentre os investimentos a serem feitos no Nordeste, V.Exa. poderia destacar, pelo menos em síntese, quais desses investimentos, por exemplo, em termos de usina e em termos de duplicação de uma fábrica de fertilizantes que nós temos em Sergipe, comandada pela Fafen, que é uma subsidiária da Petrobras, se há, por parte da Petrobras, interesse, e é uma antiga reivindicação dos sergipanos, antiga reivindicação de quantos aqui, que trabalharam no Senado, como o José Eduardo Dutra, como eu próprio e o próprio Governador Marcelo [ininteligível], se há, por parte de V.Exa., essa prioridade em duplicar a fábrica da Fafen em Sergipe.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao último orador inscrito, graças a Deus. E é logo um pastor.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Presidente. Olha aqui. Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu tenho assuntos importantes aqui, Sr. Presidente, que é para tratar sobre o Rio de Janeiro. Aliás, eu gostaria até de... Silêncio. Silêncio. Sr. Presidente, eu tenho aqui, nas minhas mãos, uma revista, que é a "Caros Amigos", mês de março. E a nossa Maria da Conceição Tavares, aos 79 anos de idade, ela já adquiriu... Vamos dizer assim, o caráter de ser inquestionável, porque aos 79 anos de idade ela já passou do tumulto dos ódios e paixões da juventude, da idade madura, seja lá do que for. E ela diz aqui o seguinte, que... Para tratar desse assunto aí, do Estado. "O Serra me mostrou o protocolo com o FMI. Estava tudo lá, inclusive privatizar o Banco do Brasil e a Petrobras". Eu fico feliz de ver o Flexa dizendo que a Petrobras é um grande patrimônio. Aliás, foi o discurso do partido dele, hoje, aqui, que eu aplaudi, nós todos aplaudimos. Petrobras é um patrimônio intocável, sagrado... Agora, estava lá.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E por um triz não foi vendida.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): E o Banco do Brasil também, com 250 bilhões que nós temos para investir agora. Banco do Brasil duas vezes e meio o BNDES. Mas, o que eu quero dizer aqui, Sr. Presidente, é que eu estou preocupado com o Rio. Nós temos alguma política da Petrobras, para compensar a perda dos royalties do petróleo? A Governadora de Campos, a Rosinha, ela... Eu vou pedir até para dar um biscoito, ali, para o Senador Garibaldi, para ele deixar eu falar, sem ele conversar com o Gabrielli. Leva lá para mim, faz favor. Enquanto ele come biscoito, a gente faz aqui a última pergunta. Ele quer, ele está morrendo de fome ali.

[pronunciamento fora do microfone]

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É pinha. Lá é produção de pinha, na Bahia. Mas, Presidente, a Prefeita de Campos disse que só nos dois primeiros meses do ano, ela perdeu 170 milhões de royalties. Existe... Eu sei que baixou, mas tem alguma política anticíclica?

Por exemplo, a Petrobras vai priorizar investimentos nessas áreas onde está havendo perdas substantivas de royalties? É a minha preocupação. Porque muitas pessoas vieram de outras áreas do Brasil em busca de emprego, de infraestrutura, incharam as cidades e agora estão com problema. Então, essa é a primeira pergunta, Presidente, a questão dos royalties.

Segunda pergunta: como é que está o cronograma do COMPERJ? Nossa refinaria é a redenção de toda aquela área de São Gonçalo, onde existe centenas de milhares de desempregados. Há uma esperança imensa da população para que a Petrobras não reduza o ritmo das obras, não diminua os investimentos. Quero aplaudir V.Exa., quando disse aqui, hoje, que gostaria de incluir, na cadeia de fornecedores, prestadores de serviços do sistema Petrobras, pequenas e médias empresas. Aí eu queria dar uma sugestão, queria me atrever. V.Exa. é brilhante, fez aqui um discurso extraordinário, no setor ideológico, na prática, na governança, com os números... Petrobras é um orgulho para nós todos, vibramos aqui, nesse Senado, muitos fizeram discurso quando o senhor disse que tivemos um lucro de cinquenta e tantos bilhões no ano passado, não, trinta e tantos bilhões no ano passado, 57% acima do ano anterior. Tudo isso foi, para nós, aqui, momentos de muito regozijo.

Agora, eu pergunto a V.Sa.: nas estatais, existe muito aquela política de renovar, de renovar contratos emergencialmente porque o setor que faz as licitações está sempre muito ocupado e nem sempre dá tempo. [soa a campainha] Então, a gente acaba renovando contratos de maneira emergencial. Como está agora, esse setor da crise pode nos dar condições de renovar contratos com menores custos, porque as empresas também estão cortando seus custos, e há tantas empresas que nesse momento da crise fazem imensa questão de trabalhar no sistema Petrobras, eu gostaria de sugerir a V.Sa. de que aplicasse recursos nos setores de licitação e concorrência, para que menos contratos fossem renovados emergencialmente, se a gente pudesse fazer licitação de todos, tenho certeza que vamos economizar bastante.

Lembrar a V.Sa. um problema sério que estamos encontrando na frota de automóveis. Já se fizeram [interrupção de áudio] 400 milhões para infraestruturas. No Brasil, serão aplicados 91% e 9% no exterior. Gabrielli, eu estive agora, no carnaval, Dutra, lá na África. Morei 10 anos na África. E passei o carnaval na Zâmbia. E o Presidente Rupiah Banda estava me dizendo, a mim e ao Embaixador do Brasil lá, - o Brasil abriu embaixadas em todos esses países - uma coisa que a gente já sabe. Expectativa de vida dos países da África Austral é de 40 anos. As pessoas estão morrendo com 40 anos de idade. Um rebanho foi dizimado pela tuberculose e eles têm, lá na África Austral, com exceção do Zimbábue, eles têm uma tradição de poucos conflitos, uma estabilidade democrática, digo aí Namíbia, África do Sul, Lesoto, Suazilândia, Moçambique, Malaui, Quênia, Uganda, a própria Zâmbia... Vou deixar o Zimbábue de lado, pelas questões que nós estamos todos acompanhando, mas eles têm um imenso desejo de entrar na produção de biocombustíveis. Tem solo fértil e tem também muita água nesses países. Mão de obra abundante.

Eu pergunto a V.Sa.: há algum plano da Petrobras, de desenvolver biocombustíveis na África Austral, sobretudo nesses países ali, da bacia do Rio Zambeze, ou os países mais pobres... Não a África do Sul. A África do Sul, ela extrai seu combustível do carvão. Eles têm uma tecnologia desde a época que morei lá, são autossuficientes, ou quase autossuficientes; é um país que agora conseguiu explorar diamante na sua bacia continental, no mar; assim como nós temos plataformas para extrair petróleo, eles têm plataformas para extrair diamantes, é um país muito rico, mas os demais citados aqui, todos eles... Acho que no Deserto do Kalahari, Namíbia, Botsuana, não seria muito o caso, mas os outros seriam países onde a Petrobras poderia prestar um trabalho humanitário extraordinário a uma população que, agora, está morrendo aos 40 anos de idade. Muito obrigado pela paciência, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Presidente da Petrobras, Dr. José Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Bom, respondendo ao Exmo. Senador ACM Júnior, pediria que colocasse na tela a página 40, porque eu acho que essa é uma coisa extremamente importante e chama atenção. Quando nós dissemos que nós não repassamos o preço internacional, a volatilidade do preço internacional para o preço doméstico, nós estamos dizendo isso desde 2003, quando o José Eduardo era Presidente da Petrobras. Essa política é uma política que tem seis anos, já. E essa política, portanto, teria que se refletir, depois de seis anos, na relação entre as nossas receitas que dependem dos preços que nós cobramos no Brasil, porque nós vendemos 90% dos nossos produtos, no Brasil, em preços brasileiros, com os nossos custos, incluindo aí os custos de produção de petróleo e nossos custos de importação de

petróleo. Se nós olharmos de novo essa questão, nós vamos ver que, ao longo desses últimos seis anos, nós mantivemos uma consistência dessa política, que significa que nós não alteramos significativamente a relação entre o custo do petróleo e o preço vendido na bomba. Isso significa, portanto, que, apesar de flutuações de curto prazo e momentos de curto prazo que nós vendemos o preço, ficamos com o preço estável enquanto o preço internacional estava subindo e outros momentos em que o preço internacional está variando, nós mantivemos, portanto, a volatilidade do mercado doméstico menor do que a volatilidade do mercado internacional. Como nós aumentamos produção, como nós tivemos eficiência em custo e como o câmbio, em alguns momentos, movimentou-se em direção inversa ao preço do petróleo, nós conseguimos manter, portanto, uma rentabilidade e uma estabilidade dos ganhos, ao longo do tempo, na Petrobras, nos últimos seis anos, portanto, com a continuidade clara da política iniciada pelo Presidente José Eduardo Dutra e continuada por mim.

Ao Senador Inácio Arruda, eu queria chamar atenção a ele em duas questões importantes. Hoje, o Gasene, ele está em construção, a parte final do Gasene, que vai de Cacimbas, no Espírito Santo, até Catu, na Bahia. É um gasoduto de 20 milhões de metros cúbicos de capacidade, ele não iniciará transportando essa quantidade de gás, mas ele estará preparado para transportar essa quantidade de gás. Esse gasoduto deve ficar pronto em março de 2010, março, abril de 2010. A continuidade desse gasoduto, em relação às malhas que saem da Bahia e chegam até o Ceará, ela tem um conjunto de investimentos relativamente grandes para otimizar essa malha, para aumentar a capacidade de compressão em alguns setores, para aumentar o diâmetro em outras áreas, de tal maneira que a gente atenda o crescimento do mercado previsto para o nordeste brasileiro.

No que se refere particularmente ao Ceará, é bom lembrar que a produção do Rio Grande do Norte, que é, durante muito tempo foi a origem do gás levado para o Ceará, como perguntado pela Senadora Rosalba, a produção do Rio Grande do Norte é declinante. E é declinante não por falta de investimento, ao contrário. Os nossos programas de investimento têm mantido a continuidade dessa produção por muito mais tempo do que seria, digamos, o normal e o natural, mas, infelizmente, na natureza, a velhice não é só um problema dos seres humanos, a velhice também ocorre nos campos de petróleo e de gás, e há um declínio da capacidade de produção, que é inevitável. E nós temos vários campos na área do Rio Grande do Norte que estão entrando em fase de declínio. Então, a perspectiva de longo prazo da produção de gás e de petróleo do Rio Grande do Norte é de declínio no médio e longo prazo.

Portanto, como nós temos que pensar no longo prazo, nós temos que viabilizar novas fontes de gás e novas fontes de suprimento para o Rio Grande do Norte e para o Ceará. Uma das fontes para o gás é o GNL. O GNL, que é trazer o gás comprimido de qualquer lugar do mundo, injetar na malha, em Pecém, e a partir da malha de Pecém, talvez até alimentar o Rio Grande do Norte. Vai chegar um determinado momento que é possível que tenhamos uma inversão de fluxo entre Rio Grande do Norte e Ceará em termos de gás. Depois eu responderei a refinaria em forma particular. No que se refere, portanto, à situação de origem do gás, nós vamos, provavelmente, ter novas fontes de gás, usando o Gasene para levar gás até o Ceará e usando o GNL para alimentar a necessidade de gás do Ceará em alguns momentos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas qual é a perspectiva do Gasene?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: O Gasene, ele vai levar até 20 milhões de metros cúbicos, chegando no Nordeste inteiro. Agora, a idéia do Gasene é um gasoduto de integração nacional. Você vai ter um gás nacional. Você vai injetar gás da Bolívia, vai injetar gás de Santos, gás do Espírito Santo, vai injetar gás em GNL e vai usar na malha nacional.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A Petrobras vai contratar.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: É. É gás nacional. Não é que a Petrobras vai contratar. A Petrobras já está fazendo, isso já existe.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Estou dizendo isso, porque são etapas. Você vai fazendo por etapa.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não, não. Hoje, estamos concluindo a obra, nós já temos quase 700 quilômetros de dutos feitos, ou 900, nós estamos concluindo essa obra em março de 2010, o Gasene. A obra está em andamento. Da Bahia até o Ceará já está pronto. Já está... Já existe, da Bahia até o Ceará já existe o gasoduto. Já existe.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que esse gasoduto de hoje, o que tem hoje, a malha que está no Ceará, ela não é suficiente.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não, aí vou chegar no problema da malha suficiente para atender a demanda local. Qual é o problema com a demanda local, e aí vou usar o Ceará, e o Seridó e o Açu, do Rio Grande do Norte, que é o mesmo problema, como outras áreas, como Piauí, como Brasília, como Minas Gerais, algumas áreas de Minas Gerais; que é o seguin-

te: o gás, para ser transportado como por gasoduto, é um investimento extremamente alto. Dificilmente você conseguirá ter viabilidade econômica no gás, por gasoduto, para substituir a lenha. Para substituir a lenha, nós temos que pensar numa nova política para substituir a lenha. Porque o gás será inviável economicamente, insustentável montar um gasoduto para substituir lenha. Você pode viabilizar a expansão da cerâmica industrial moderna, internacional, há condições internacionais de competição e aí, talvez, você possa usar o gás nesse sentido. Mas a substituição da lenha na pequena olaria e na pequena cerâmica tem que ter políticas distintas, que não vão ser baseadas num gasoduto para levar gás, porque ele é insustentável.

No entanto, é possível ter alguns modais distintos, por exemplo, o gás comprimido, transportado em sistemas de compressão. Ainda assim, se não tiver uma demanda âncora nessas regiões, ele pode se tornar também inviável. Então, a solução, me parece, tanto para o Açu como para o Rio Grande do Norte, para o Ceará, em alguns momentos, é estudar uma política de substituição da lenha e de expansão de modais distintos até que o mercado cresça, para justificar um gasoduto. Esse é um problema que a Petrobras está discutindo e a solução não pode ser *a priori* construir um gasoduto para isso. No caso particular do Açu, exatamente esse é o problema. Nosso compromisso com o Governo do Rio Grande do Norte é viabilizar o GNC e não um gasoduto, porque não tem mercado suficiente que justifique um gasoduto para isso.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas o senhor já imaginou a quantidade de indústrias que a gente perde por não ter gás para oferecer?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não, mas o problema é que você tem que... Alguém tem que começar a fazer. Você tem que começar a crescer o mercado, para ter uma escala mínima, para justificar um gasoduto. Essa é inevitável. Alguém tem que bancar isso por 10 anos. Não leva menos de 10 anos crescer uma demanda dessa. Eu entendo que temos que enfrentar o problema, mas a solução pode não ser um gasoduto para levar gás, para resolver a substituição da lenha, sem pagar imposto. É quase impossível o gás concorrer com isso. O GNL é um sistema fechado, não há troca de temperatura com o meio ambiente, há experiências de uso de terminais de GNL, para fazer frigoríficos, particularmente no Japão é uma experiência desse tipo, a troca de temperatura com o mar ocorre em Portugal, mas os terminais mais novos e particularmente os flutuantes, como é o caso nosso, não tem essa troca de temperatura com o mar, para não fazer peixe congelado automaticamente na natureza. Então, não tem essa troca que o senador mencionou. Mas a ideia da criogenia e da utilização de frigorífico é uma possibilidade, mas aí envolveria--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É isso que eu estou querendo. Estou querendo--

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Envolveria um novo tipo de investimento e uma nova arquitetura do terminal, que não é o terminal que nós temos hoje em Pecém, que é um terminal flutuante, como um navio flutuante.

O Senador Flexa Ribeiro, eu não vou entrar na discussão da privatização da Petrobras, ele fez uma afirmação que eu queria, pelo menos, contextualizar. Não é verdade, senador, que quando o dólar sobe, a gente aumenta o preço da gasolina e quando o dólar baixa, a gente não baixa o preço da gasolina. Nós não fazemos isso nem quando o dólar sobe e nem quando o dólar cai. Nós tentamos manter uma relação de longo prazo, que levou... A última variação nossa foi de novembro de 2005 a maio de 2008. De novembro de 2005 a maio de 2008, nós não alteramos o preço da gasolina. Alteramos o preço da gasolina na refinaria em maio de 2008. Portanto, antes que o preço chegasse a 147, que foi em julho de 2008, e de maio de 2008 até hoje, não alteramos o preço da gasolina.

Portanto, nós estamos mantendo estável, estamos diminuindo a flutuação e não subindo quando o preço sobe ou subindo quando o dólar sobe e não baixando quando ele cai. De novo, lembro a resposta que eu dei para o Senador ACM, que a nossa receita, em reais, mantém uma relação entre o preço de nossos insumos e o preço de nossos produtos, relativamente estável ao longo do tempo. Claro que, em cada mês, cada dia vai ser diferente, mas olhando no horizonte de seis anos, nós mantivemos isso relativamente estável.

Em relação à Bolívia, nós estamos fazendo investimentos, sim, na Bolívia. Vamos continuar fazendo investimentos na Bolívia, porque a Bolívia vai continuar fornecendo 30 milhões de metros cúbicos, por dia, de gás, no Brasil. Nós achamos que isso é absolutamente indispensável. 50% do gás brasileiro, hoje, vem da Bolívia, 70% do gás de São Paulo e quase 100% do gás dos estados do Sul vêm da Bolívia e nós não seríamos irresponsáveis de, em função de uma posição contra o Governo da Bolívia, vir a romper ou alterar esses contratos.

Por outro lado, eu reafirmo, aqui, a posição que eu tive da outra vez, de ser contrário à renegociação do contrato com a Bolívia. Não fizemos a renegociação, não alteramos o contrato com a Bolívia, o contrato com a Bolívia é exatamente o mesmo que tínhamos antes, as mudanças de preços decorrentes desse contrato são decorrentes da fórmula de preço que nós temos, associada a três tipos de óleo combustível. Como esses

preços são variáveis internacionalmente, eles sobem e descem. Hoje, eles estão relativamente mais caros do que o óleo combustível, portanto o gás da Bolívia tem hoje um preço. E é impossível você fazer uma refinaria que vai usar tanques e cargueiros pesados, que precisam de 17, 18, 20 metros de calado, no porto... Nos portos do Rio Grande do Norte. Então, no Rio Grande do Norte, por razões objetivas, por razões geológicas, até que se faça um porto desse tipo, é impossível ter uma refinaria que seja uma refinaria além do mercado do Rio Grande do Norte. O que nós estamos fazendo? Estamos fazendo uma refinaria no Rio Grande do Norte, do tamanho do mercado do Rio Grande do Norte. Uma refinaria de 35 mil barris por dia--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quer dizer que não vai refinar nem o que nós produzimos?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Eu vou chegar lá. Essa refinaria, por exemplo, não vai usar o petróleo do Rio Grande do Norte. Vai usar o petróleo da Bahia, que vai subir para o Rio Grande do Norte, enquanto que o petróleo do Rio Grande do Norte vai ser exportado para outros lugares. Por que isso? Porque a característica do petróleo do Rio Grande do Norte, ele não tem... Ele não é um petróleo naftênico. Consequentemente, ele tem características técnicas, que é melhor você usar esse petróleo, produzido no Rio Grande do Norte, em outros lugares do que usar na própria refinaria do Rio Grande do Norte. Enquanto que há outras áreas que produzem petróleo que podem ser usados de forma melhor, a custos menores do sistema, no próprio Rio Grande do Norte. Então, nós teremos uma refinaria no Rio Grande do Norte, sim. Essa refinaria deve começar a operar em finais de 2010.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O que ela vai refinar, na realidade?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Ela vai refinar petróleo e vai produzir diesel e querosene de aviação--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Diesel já produz, querosene já produz. Vai acrescentar--

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Uma refinaria não é uma soma de unidades. Uma refinaria é um conjunto integrado que modifica o processo de produção da... Nós vamos investir--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vai produzir nafta?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não, nafta, não, porque não tem nafta no petróleo do Rio Grande do Norte. E o petróleo que vai para lá também não terá nafta. Nós, hoje, produzimos dois terços do mercado brasileiro de nafta. Porque nós não temos petróleo naftênico. O país não tem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Deixa eu só aprender mais um pouquinho aqui. O senhor disse que não vai refinar o petróleo do Rio Grande do Norte porque não é naftênico. Vai vir um petróleo de fora, que também não é naftênico.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Que é naftênico, mas não será otimizado para produzir nafta. Ele será otimizado para produzir diesel e gasolina no mercado do Rio Grande do Norte.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E o nosso lá, já produz diesel, gasolina...

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: E o nosso lá... O de lá vai entrar nas correntes que entrarão na produção da Refinaria Landolfo Alves(F), que tem unidades já instaladas, que processa o petróleo do Rio Grande do Norte, gerando mais diesel, gerando mais querosene de aviação e gerando mais gasolina do que se fosse processado no Rio Grande do Norte.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom, é porque eu quero só entender qual é essa mágica. Porque nós não podemos ter refinaria porque não temos porto.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: A refinaria é grande, porque aí seria uma refinaria para mercado regional, e não para mercado local.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E aí, vai para onde tem um porto grande, onde o Governo está fazendo grandes investimentos para que esse porto, realmente, seja grande.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Sim, mas enquanto não tiver...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós não tivemos nenhum investimento no nosso...

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Estou falando em termos de refinaria.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A ponto do porto se transformar num porto possível. Mas aí nós vamos ter que trazer o petróleo.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Mas em navios pequenos. Esse petróleo, que será do tamanho de 35 mil barris, é uma refinaria pequena.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E quanto é que vai ser a refinaria prêmio lá do Maranhão?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: No Maranhão? É 600 mil barris.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, por que é que nós não... Não foi colocado para a gente uma refinaria maior?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Porque não é possível colocar uma refinaria de 600 mil no Rio Grande do Norte, senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas, pelo menos de 100, de 200... 35 mil. Será que vai compensar quando o nosso petróleo acabar e nós vamos ficar sem nada?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Senadora, tem módulos. Refinaria não é discreto o tamanho dela. Ela tem módulos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu, agora, não posso ficar calado, porque um norte rio grandense não pode ficar calado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu pergunto o seguinte: a produção do Rio Grande do Norte é declinante, como o Presidente já falou, de petróleo e de gás. Mas ela não é tão declinante que chegou a 35 mil barris, não. Ela ainda... Ela ainda está no patamar de uns 70 mil, que era de 100.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Ela deve estar em torno de 60, 70 mil.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E essa outra quantidade de petróleo, para onde irá?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: O problema é o seguinte, senador: a refinaria, as unidades das refinarias, elas processam tamanhos discretos. Ela dá saltos, 30, 35, 70, cento e tantos... E aí muda a natureza da refinaria. Consequentemente, para você ter uma refinaria otimizada, você tem que combinar esse equipamento da refinaria, esse processo que está sendo definido na refinaria, com o tipo da carga que vai ser processada, de forma a obter o melhor produto final, que é um conjunto de produtos. Nenhuma das refinarias da Petrobras, nenhuma das 11 refinarias da Petrobras é programada para ser autônoma. Nenhuma das refinarias da Petrobras, ela é programada como se fosse uma refinaria isolada. Todas as refinarias da Petrobras são programadas em conjunto, para otimizar, em última instância, a produção de diesel nacional, para, em segundo lugar, aumentar a produção de GLP, para, em terceiro lugar, manter a produção de QAV, para produzir, minimizar a produção de óleo combustível, porque óleo combustível não é um bom produto e para aumentar, portanto, os produtos que dão mais valor agregado no conjunto das refinarias.

Então, nós planejamos nossos investimentos em refinaria e operamos nossas refinarias como se elas fossem um sistema nacional, e não isoladamente, cada refinaria isolada. Da mesma maneira que o gás. Não adianta nós pensarmos no gás do Rio Grande do Norte como o gás do Rio Grande do Norte, o gás da Bahia como o gás da Bahia, o gás do Espírito Santo como o gás do Espírito Santo, o gás da Bolívia como o gás da Bolívia. Nós temos que pensar no gás como uma matriz nacional. Porque nós estamos investindo 26 bilhões de dólares só para montar essa matriz nacional de gasodutos. E só se viabiliza isso se tivermos o mercado nacional. Se nós tivéssemos mercados locais, nenhum desses investimentos se justificava.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora, só um minutinho. O problema do Rio Grande do Norte, então, é o porto?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Para uma refinaria... Porque, aí, significa o quê? Se você tem um porto... Por exemplo, a refinaria do Maranhão. A lógica da refinaria do Maranhão são duas lógicas econômicas. Uma é a proximidade dela dos mercados americanos e o mercado europeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Que o Rio Grande do Norte tem.

[falas sobrepostas]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós estamos na esquina.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Porto. Porto. Calado dos navios. O navio... O petróleo é transportado em navios muito grandes, que precisa--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Amplia o porto e faz [interrupção de áudio]--

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: O COMPERJ. O cronograma do COMPERJ está em pleno andamento, nós estamos com as obras de terraplanagem a todo vapor, nossas... A parte de projeto e desenvolvimento de desenho dos projetos estão andando, as licitações de grandes equipamentos já estão em processo e aí eu vou responder a pergunta do Senador Roberto, sobre a suspensão de processos licitatórios e processos de compra.

O que aconteceu foi que nós iniciamos alguns desses processos de algumas unidades grandes em setembro, outubro de 2008. Em setembro, outubro de 2008, nós temos... os preços estavam naquele pico do preço internacional, esses processos não são compras em armarinho, são compras em equipamentos bastante complexos, que levam tempo para desenhar, para fazer cotações, etc., isso vieram... Essas ofertas chegaram em nossas mãos em janeiro desse ano, esses preços chegaram muito acima da nossa expectativa, então nós dissemos: “Olha, a esses preços, nós não vamos fazer a compra”. Então, nós cancelamos as licitações, estamos reiniciando o processo de redefinição das especificações e de negociação nos casos que forem possíveis, para reduzir os custos.

Então, o que houve não foi uma autocrítica, o que houve foi uma adaptação a uma mudança muito

rápida do mercado, que ocorreu. As pequenas e médias empresas que o senador mencionou, é a nossa preocupação, nós temos, hoje, crescentes redes que envolvem pequenos e médios empresários, envolvendo o SEBRAE, envolvendo as instituições de pequenos e médios empresários; isso, evidentemente, que dado o tamanho da Petrobras, tem diferentes dimensões de diferentes lugares, provavelmente dado o volume de algumas de nossas compras, os pequenos e médios empresários terão melhores condições competitivas de serem fornecedores dos fornecedores do que fornecedores diretos da Petrobras. Nós estamos estimulando essa cadeia a se desdobrar e esperamos que isto tenha um impacto grande nas pequenas e médias empresas. Não pretendemos fazer renovação, por razões de emergência, em grandes contratos. É possível que em alguns casos, de pequenos contratos, contratação de táxi em determinados momentos, contratação de serviço xerográfico e, em um outro momento, você acabe fazendo uma prorrogação por mais 45 dias, 50 dias, porque não é a prioridade, provavelmente, do setor, mas a nossa política, em geral, é tentar renegociar todos os contratos que nós possamos renegociar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Duas perguntas nossas deixaram de ser respondidas. Uma é sobre o andamento... Da Abreu e Lima, e outro é dos 25 bilhões de dólares, se cabe alguma coisa à nossa querida Paraíba.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: A Abreu e Lima. A Abreu e Lima, nós estamos, hoje, com três turnos funcionando na Abreu e Lima. As licitações suspensas, nós fizemos 14 licitações nos últimos três meses, para comprar grandes equipamentos e grandes sistemas para a Abreu e Lima. Dessas 14, nós cancelamos e estamos negociando cinco grandes; e as outras, nós estamos assinando os contratos, acabamos de assinar os contratos. Portanto, do ponto de vista da Refinaria Abreu e Lima, nós não estamos antevendo nenhuma modificação ou atraso, na refinaria, em relação à previsão existente no momento que lançamos o plano estratégico. Evidentemente que nós temos um certo atraso ou um certo deslocamento em relação ao projeto inicial, que envolvia uma unidade entrar em operação em 2010, e nós estamos entrando essa operação em início de 2011. Mas é um atraso de um trimestre ou dois trimestres, no máximo. Nada significativo em termos de atraso de uma refinaria que vai levar quatro, cinco anos para ser feita.

Em relação aos 25 bilhões... Esse é um problema da Petrobras. Quer dizer, a Petrobras não pode investir em qualquer lugar que ela escolha. Ela depende aonde tem os recursos naturais. Eu sei que Sousa(F) é uma área muito atraente, a região de Sousa(F)... Porém, até agora, não se confirmaram perspectivas exploratórias significativas em Sousa(F). A gente está avançando nos estudos, as áreas estão em processos de... Na ANP, estão em processo de análise... Porém, os investimentos por estado vão depender muito, em termos de volume, da existência de gás, da existência de mercado para o gás, da existência de petróleo e da existência de unidades já estabelecidas. Nós não podemos, por mais regionalista que nós sejamos, alocar o investimento porque a indústria de petróleo não basta botar dinheiro para achar petróleo. É preciso, primeiro, o petróleo existir, para depois tirar.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, eu reconheço as dificuldades paraibanas no tocante à geologia e a profundidade da sua costa e lembro uma opção que poderia ser feita, que foi demonstrada aí, brilhantemente, que é a necessidade de treinamento que vai ter que haver e poderíamos priorizar a Paraíba como um centro de treinamento desta mão de obra, qualificação de mão de obra. É uma especialidade paraibana, a Universidade da Paraíba é das maiores universidades do país, então, talvez se a Petrobras pudesse focar, junto com o Governo da Paraíba, o Governo Federal, o Ministério da Educação, um projeto de priorizar que, nesses estados que têm essa menor vocação, parte desses investimentos fossem, então, canalizados para essa parte, que seria esses centros de treinamento e formação de mão de obra.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: A Universidade da Paraíba, por exemplo, nós temos com ela um enorme investimento na área de Ciência e Tecnologia. Nós estamos fazendo investimento aí de... A quase três bilhões de reais, fizemos nos últimos três anos, montando uma rede nacional de Ciência e Tecnologia e com certeza a Universidade da Paraíba é um centro importante desse investimento.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Algo tem que ser feito pela Paraíba.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, a África. Vamos fazer biodiesel na África?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: África, biodiesel. Nós temos, hoje, dois programas de desenvolvimento de biodiesel na África, na Tanzânia e Moçambique, não temos nos estados que o senhor está mencionando, mas a Petrobras, muito dificilmente ela pode ser pioneira e única nesse tipo de atividade. É necessário que haja um mínimo de organização local para viabilizar a entrada da Petrobras. A gente não pode... Não é possível que nós chegamos num país e vamos fazer um programa de

biodiesel aqui. É necessário que haja uma mobilização local que viabilize um determinado projeto que permita que regionalize e se decida se entra ou não entra.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadores... Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só pedir ao Dr. Sérgio Gabrielli que depois nós possamos continuar, no seu gabinete, esse convencimento, que, até agora, não me foi suficiente, porque é lastimável, Presidente Gabrielli, o Pará, há décadas atrás, perdeu o escoamento do seu minério de ferro, quando a Vale ainda era estatal. E isso, até hoje, o estado perde investimentos importantes. Se daquela altura se dizia que o porto do Pará não era suficiente para navio de grandes calados, se falava em 300 mil toneladas. E está comprovado que o Pará tem áreas... Não tem o porto, mas tem áreas disponíveis para isso. Mas não para uma refinaria. Então, nós estamos novamente... Norte-sul. Norte-sul vai chegar a Barcarena(F). Vai chegar em Belém e Barcarena(F). Então, ela também interliga as mesmas razões que V.Exa. colocou para que a refinaria seja no Maranhão, nós temos todas elas no Pará. Então, nós vamos continuar reivindicando, saber o porquê. Não sou contra o Maranhão, não. Acho que Natal tem que ter, Fortaleza tem que ter...

[pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. Mas está provado que tem, está aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concluo, Presidente. V.Exa. defendeu o Rio Grande do Norte sem limite de prazo. Me dê a oportunidade de defender o Pará. O plano de negócios da Petrobras prevê refinarias em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, no Ceará, no Maranhão... Eu não sou contra nenhuma delas. Eu só quero que o Pará seja contemplado. E aí, eu volto a dizer: nós vamos ter que fazer um movimento para que esse... A Petrobras, pelo menos, possa justificar para mim, até agora, o injustificado. Eu gostaria de ter continuidade nessa nossa conversa.

E mais, só para... Eu pedi ao meu querido amigo, meu irmão, Senador Antonio Carlos Valadares, que permanecesse, porque ele... A explicação, melhor, não defesa, que eu pedi ao Senador Inácio Arruda foi terceirizada ao Senador Valadares. E eu quero dizer a ele que eu tenho maior respeito por ele. Sergipe tem o privilégio de ter o Senador Valadares honrando a sua representação aqui no Senado, pela sua forma--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu concordo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --obstinada e competente que ele o faz. Mas, Senador Valadares, primeiro, ele respondeu o que o Senador Inácio não me respondeu, ou seja, a preocupação dele foi no Governo Lula. Porque o Presidente Fernando Henrique encaminhou ofício, dizendo que no Governo dele não haveria privatização da Petrobras. Então, isso já me tirou a dúvida se houve risco, eminente risco, de privatização, foi no Governo do Presidente Lula. E depois, Senador Valadares, V.Exa. está cometendo novamente equívoco quando fala no PROER. O PROER, ele permitiu que o Brasil pudesse enfrentar esta crise sem que tivesse todo esse problema que está no setor financeiro mundial ocorrendo aqui. Tudo isso se colhe depois de ser plantado. É muito fácil saborear a fruta, mas tem que dar valor àqueles que araram o terreno e plantaram a semente. Obrigado, Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, como eu fui citado, pelo art. 14, serei rápido. Em primeiro lugar, agradecer os elogios do Senador Flexa Ribeiro, que eu retribuo com a mesma estima, o mesmo carinho e consideração que tenho por ele. O Senador Flexa Ribeiro é um dos senadores mais atuantes e interessados, não só pelo desenvolvimento do Brasil, notadamente pelo seu estado, o Estado do Pará, que ele representa com muita dignidade e diplomacia, diga-se de passagem. Agora, eu não concordo que o PROER é que está resolvendo o problema da crise atual que atravessa o mundo e está tendo reflexos no Brasil. Ora, o que está se passando no Brasil, que está absorvendo a crise mundial, que não está sofrendo as consequências de outros países, como nos Estados Unidos e na própria Inglaterra, ou na Europa, porque nós tivemos uma política econômica consequente, responsável, com a participação do Governo Lula. Como eu disse a V.Exa.: o Brasil quebrou no Governo anterior. Em 99, depois do PROER. Então, se o PROER fosse essa santidade toda, o Brasil não tinha passado aquele vexame que passou. Agradeço a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero agradecer ao Presidente da Petrobras, o Dr. José Sérgio Gabrielli e ao Senador Eduardo Dutra pelo brilhantismo da exposição e, sobretudo, como ele respondeu a todas as perguntas. Nada ficou, aqui, sem resposta. Pode ser até que a resposta não tenha agradado a todos, mas que ele respondeu objetivamente, não fugiu a nenhuma questão, por isso mesmo eu quero agradecer a V.Exa. e agradecer ao Senador Eduardo Dutra, convocando uma Sessão Extraordinária para amanhã, Audiência Pública com a presença do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 14h45.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às doze horas e quarenta e dois minutos, do dia quatro de março de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador JOÃO DURVAL, com a presença dos (as) Senadores (as) FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, EXPEDITO JÚNIOR, MARINA SILVA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, GARIBALDI ALVES FILHO, MÃO SANTA, ADELMIR SANTANA, ROSALBA CIARLINI, EFRAIM MORAIS, RAIMUNDO COLOMBO, MARISA SERRANO, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, LOBÃO FILHO, ROMERO JUCÁ, LEOMAR QUINTANILHA, HERÁCLITO FORTES, JAYME CAMPOS, JOSÉ AGRIPINO e EDUARDO AZEREDO. Comparecem também o Senador Arthur Virgílio e o Senador José Nery. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2009/2010. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores Garibaldi Alves Filho e Augusto Botelho para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente - Senadora Rosalba Ciarlini, com 13 votos a favor; para Vice-Presidente – Senador Paulo Paim, com 13 votos a favor. São declarados eleitos por unanimidade a Senadora Rosalba Ciarlini e o Senador Paulo Paim, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Às doze horas e cinqüenta e três minutos a Senadora Rosalba Ciarlini assume os trabalhos como Presidente eleita da Comissão de Assuntos Sociais. A Presidente convoca os Senadores membros para a próxima reunião que realizar-se-á na próxima quarta-feira, dia onze de março de dois mil e nove, às 11:00 (onze) horas. Encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente.

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2009, ÀS 12 HORAS E 42 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião de Instalação da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os senadores que a aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2009 e 2010. Temos como candidatos a Senadora Rosalba Ciarlini, como Presidente, e o Senador Paulo Paim, como Vice-Presidente. As cédulas de votação encontram-se sobre a Mesa, à disposição dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Chamada nominal. Senador Flávio Arns. Senador Augusto Botelho. Senador Paulo Paim. Senador Marcelo Crivella. Senador Expedito Júnior. Senador Tião Viana. Senadora Marina Silva. Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Gilvam Borges. Senador Paulo Duque. Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Mão Santa. Senador Adelmir Santana. Senadora Rosalba Ciarlini. Senador Efraim Morais. Senador Raimundo Colombo. Senadora Lúcia Vânia. Senadora Marisa Serrano. Senador Papaléo Paes. Senador Flávio Arns. Chegou agora, tudo bem. Senador Heráclito Fortes. Senador Jayme Campos. Ele está aí? Senadora Maria do Carmo Alves. Senador José Agripino Maia. Senador Lobão Filho.

Convido o Senador Garibaldi Alves e Augusto Botelho para fazerem a contagem dos votos. 13 votos para a Senadora Rosalba, também 13 votos para o Senador Paulo Paim. Ambos eleitos. Eu convido a Presidente, a Senadora Rosalba, para assumir o seu lugar. E o vice também, Paulo Paim.

[troca da presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): No instante que assumirmos, eu como Presidente e o Exmo. Senador Paulo Paim como Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais para o próximo biênio, gostaríamos inicialmente de agradecer a confiança de todos os colegas que, com o seu voto, depositaram em nós a expectativa e a esperança de um trabalho que, com certeza, iremos devotar nos próximos dois anos de forma determinada, persistentes, para que possamos contribuir para a melhoria das questões sociais no nosso país.

Encerro convocando para a próxima reunião que será realizada quarta-feira, às 11h00 da manhã. Muito obrigada.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h54.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e sete minutos, do dia onze de março de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora ROSALBA CIARLINI, com a presença dos (as) Senadores (as) FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, EXPEDITO JÚNIOR, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, PAULO DUQUE, GARIBALDI ALVES FILHO, ADELMIR SANTANA, EFRAIM MORAIS, RAIMUNDO COLOMBO, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATTI, JOSÉ NERY, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS, EDUARDO AZEREDO e GIM ARGELLO. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação das matérias. ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2008 "Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma". Autor: Senador Renan Calheiros. Relator: Senador Papaléo Paes. Parecer: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer favorável com a Emenda nº 01 – CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, para prosseguimento de sua tramitação. O Senador Efraim Morais solicita que seja incluído um requerimento extra-pauta de sua autoria, convidando o Ministro das Cidades – Márcio Fortes, para prestar esclarecimentos aos Membros desta Comissão sobre notícia publicada no jornal O Estado de São Paulo em 11 de março de 2009 referente à devolução da União ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID da quantia de US$57 milhões que era destinada ao saneamento básico de 129 municípios do semi-árido do Nordeste em 4 anos. A Presidente solicita a Senador Efraim Morais que formalize o Requerimento que será apreciado oportunamente. ITEM 05 - MENSAGEM (SF) Nº 37, DE 2009 "Submete à consideração do Senado Federal o nome da Senhora MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA". Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar. A presidente abre a palavra às Senhoras e Senhores Senadores para os questionamentos e posteriormente é dada a palavra à Senhora Maria Cecília Martins Brito para sua exposição e resposta às indagações dos Senadores. É iniciada a votação em cédulas, devidamente rubricadas pela Presidente. Encerrada a votação, a Senadora Rosalba Ciarlini convida a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Garibaldi Alves Filho para servirem como escrutinadores. Resultado: Aprovado o nome da Senhora Maria Cecília Martins Brito, para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com 21 (vinte e um) votos favoráveis. Enquanto os Senhores Senadores se dirigem à urna para votar, a Presidente comunica que existem mais de cinqüenta requerimentos pendentes de realização de audiência pública. Sendo assim, e após entendimentos com o Vice-Presidente da Comissão Senador Paulo Paim, a Presidente solicita aos senhores membros da Comissão que os referidos Requerimentos sejam reapresentados de acordo com a urgência e a pertinência de seus assuntos, para que se possa fazer uma melhor organização da agenda de audiências da Comissão. A Senadora registra a presença do ex-Ministro da Saúde e Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA José Agenor Álvares da Silva e do também Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA Dirceu Brás Aparecido Barbano. Às onze horas e trinta e quatro minutos o Senador Paulo Paim assume a Presidência. Às onze horas e quarenta e sete minutos a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. ITEM 01 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, DE 1999 "Proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de diclorodifenilticloretano - DDT e dá outras providências". Autor do Substitutivo: Câmara dos Deputados. Autor do PLS 416 de 1999: Senador Tião Viana. Relator: Senador Augusto Botelho. Parecer: Pela rejeição da Emenda Substitutiva da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 416, de 1999, e pela manutenção do texto aprovado no Senado Federal. Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Emenda Substitutiva da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 416 de 1999, e pela manutenção do texto aprovado no Senado Federal. ITEM 03 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2008 "Altera a Lei

nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual". Autor: Senador Expedito Júnior. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer favorável com Emenda nº 01 – CAS. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para prosseguimento de sua tramitação. ITEM 04 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, DE 2007 "Altera o inciso III do art. 2º da Lei nº 11.476, de 29 de maio de 2007, para permitir que os portadores de diploma de técnico de nível médio em Enologia e os alunos que ingressaram em curso deste nível até 29 de maio de 2007 possam exercer a profissão de Enólogo e dá outras providências". Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Inácio Arruda. Parecer: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Lido o relatório e iniciada a discussão, a matéria fica adiada. EXTRA-PAUTA ITEM 06 - REQUERIMENTO Nº 01, DE 2009 - CAS "Requeiro, nos termos do art. 93 do RISF, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater a devolução pela União de US$ 57 milhões de saneamento ao BID. Para tanto, convidamos Excelentíssimo Senhor Ministro do Estado, Márcio Fortes, para expor as razões da devolução de parte do financiamento". Autor: Senador Efraim Morais. Resultado: Aprovado. ITEM 07 - REQUERIMENTO Nº 02, DE 2009 – CAS "Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal. Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a debater e conhecer o novo indicador social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, devendo ser convidados representantes do IPEA e outros a serem definidos pela própria comissão". Autores: Senador Paulo Paim e Senador Inácio Arruda. Resultado: Aprovado. ITEM 08 - REQUERIMENTO Nº 03, DE 2009 "Senhor Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal. Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes ao Crescente Desemprego no País e os desafios diante da Crise Financeira, devendo ser convidados as entidades representativas do setor patronal e empregados, representantes do Governo, DIEESE e outros a serem definidos pela própria comissão". Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 09 - REQUERIMENTO Nº 04, DE 2009 "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Guido Mantega, Ministro da Fazenda, para debater, em audiência pública, sobre o enfrentamento da crise econômica pelo governo brasileiro, em sessão conjunta desta comissão com as Comissões de Infra Estrutura e de Assuntos Econômicos". Autor: Senador Inácio Arruda. Resultado: Aprovado. ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 05, DE 2009 "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em duas sessões, conjuntas com a Comissão de Assuntos Econômicos, para promover debate sobre o mercado de trabalho e o enfrentamento da crise econômica, com a presença das seguintes entidades e representações: em uma primeira sessão, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - Dieese; o Instituto de Pesquisa e estatística Avançada - IPEA e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Em uma segunda sessão, a Central Única dos Trabalhadores - CUT; a Confederação Nacional da Indústria - CNI; a Central Geral dos Trabalhadores – CGT; a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB e a Força Sindical". Autor: Senador Inácio Arruda. Resultado: Aprovado. ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 06, DE 2009 "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, para debater, em audiência pública, sobre o enfrentamento da crise econômica pelo Brasil, em sessão conjunta desta comissão com as Comissões de Infra Estrutura e de Assuntos Econômicos". Autor: Senador Inácio Arruda. Resultado: Aprovado. ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 07, DE 2009 "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, sobre a Política Nacional de Saúde Mental, hoje amparada pela Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, com os seguintes convidados: Dra. Helena Calil, professora de psiquiatria da Escola Paulista de Medicina; Dra. Maria Alice Toledo, professora de psiquiatra da UNB; Antônio Geraldo da Silva, presidente da Associação de Psiquiatria de Brasília e um representante do Ministério do Saúde". Autores: Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Flávio Arns e Senador Inácio Arruda. Resultado: Aprovado. Fizeram uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Papaléo Paes, Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Paulo Duque, Fátima Cleide, Efraim Morais e Roberto Cavalcanti. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será

assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente.

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2009, ÀS 11 HORAS E 08 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Convido o Senador Paulo Paim, vice-presidente da Comissão, para sentar aqui na mesa dos trabalhos.

Com a presença do Senador Efraim Morais, do Senador Valdir Raupp, Senador Marcelo Crivella, Sr. Senador João Durval.

Queremos propor a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Por unanimidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nessa reunião, nós temos cinco itens a serem analisados, itens terminativos e não terminativos. E também vamos ter a sabatina da Sra. Maria Cecília Martins Brito, indicada para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme Mensagem nº 37/2009 da Presidência da República.

Convido os demais Senadores membros da Comissão que se encontram nas demais Comissões da Casa a se fazerem presentes.

Passamos, agora, à análise do item 2.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Qual é o item 2 da pauta?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O item 2 é uma decisão não terminativa, é um Projeto de Lei 390/2008 do Senador Renan Calheiros que é o autor, e o relator é o Senador Papaléo Paes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu queria sugerir a V.Exa. que, se for possível, até que se tenha quorum para decidirmos matérias terminativas, se pudesse, inicialmente, ouvirmos a Dra. Maria Cecília Martins Brito, e, em seguida, daremos continuidade da pauta, se for esse o entendimento dos demais Srs. Senadores e Senadoras. É uma proposta que fica a critério de V.Exa. na condição de presidente desta Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de ouvir a opinião dos Srs. Senadores. Se os senhores concordarem com a inversão da pauta, permaneçam como se encontram.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu acho que é de bom senso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É do bom senso. Pronto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu não só concordo, Sra. Presidente, e se tratando que é uma recondução, se pudesse abrir também o processo de votação, se tivermos quorum para iniciar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos, primeiro... Então vamos fazer o seguinte: como o relator, que é o Senador Flávio Arns, ainda não se encontra na Comissão, nós poderíamos ir analisando o item 2, que é não terminativo, que é um assunto extremamente importante e interessante, porque fala exatamente da questão ligada ao diabetes. Então, nós poderemos analisar essa questão, que é importante, de apoio, de proteção, de incentivo para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde, cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentaria ou reforma.

Então eu gostaria aqui de... O autor é o Senador Renan Calheiros, e o relator é o Senador Papaléo Paes.

O parecer é pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta e conceder a palavra ao Senador Papaléo Paes, para proferir o seu relatório.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Sr. Senador Paulo Paim, vice-presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Eu poderia aqui ficar, falar 30 minutos sobre essa questão, e, tenho certeza absoluta, que os meus pares iriam concordar de falar 30 minutos. Mas eu quero ser bastante prático porque, indubitavelmente, a proposta que faz através do seu Projeto de Lei, o Senador Renan Calheiros foi muito feliz, e faz justiça a esse grupo de doentes que são portadores de doenças crônicas degenerativas, dentre as quais o diabete mélito, foi muito feliz essa proposta. Por isso voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 390/2008, com a emenda abaixo. A emenda diz: Dê-se a ementa do projeto do Senado

390 de 2008 a seguinte redação: altera o inciso 14 do art. 6º da Lei 7.713 de 22 de dezembro de 1988 para incluir o diabete mélito e fibrose cística entre as doenças e agravos à saúde cujos portadores é concedida a isenção de imposto de renda sobre os proventos de aposentaria ou reforma. Está bem determinado. Então, de acordo, Sra. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para discutir, presidente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Meu voto é a favor pela aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós vamos passar agora para a discussão. O Senador Crivella já está inscrito. E trata-se, como eu tinha falado anteriormente, de um assunto que é de importância muito grande para milhares e milhares de brasileiros que tem essa questão da diabete e também da fibrose cística, que precisam de um apoio, de uma proteção, já que os tratamentos, muitas vezes, são bastante onerosos.

Então, com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Apenas para parabenizar o autor e o relator do projeto, que encontraram uma maneira, eu diria, Sra. Presidenta, de fazer justiça tributária, fiscal, a um grupo de brasileiros que, hoje, eu diria, e, sobretudo, numa certa fase da vida mais vulnerável, encontram dificuldades para custearem o seu tratamento. Acho que o Senador Renan faz aqui, apresenta a esta Casa um projeto de extrema relevância. O Governo Federal, a meu ver, deveria sancioná-lo e imediatamente adotar suas regras, até porque uma renúncia fiscal nesse setor iria diminuir as despesas do SUS. Então, eu tenho a impressão, Sra. Presidente, de que hoje aqui estamos aprovando um projeto, tenho a impressão, não, tenho certeza, que estamos aprovando um projeto importantíssimo, meritório, e que ninguém melhor do que o Senador Papaléo Paes que é médico, que conhece e foi a fundo do projeto, e acrescentou as suas emendas para aperfeiçoá-lo, e até espero e faço votos que na CAE ele possa entrar em pauta rapidamente para que possamos aprová-lo, e assim trazer alívio aos brasileiros que sofrem dessa doença, vítimas também, Sra. Presidente, de uma indústria alimentícia que tem exagerado na sua química, no seu açúcar para fidelizar clientes. Isso faz com que crianças, desde cedo, se habituem a ingerir muitas quantidades de açúcar, de doce, de bala e acabem desenvolvendo, numa idade mais dura, a diabetes. Então, parabéns ao relator, parabéns ao relator, parabéns à Comissão por um projeto tão relevante como esse.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não havendo mais quem queira discutir a matéria, eu passo à votação. Encerro a discussão e passamos à votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em aprovação também a emenda que foi apresentada, de incluir fibrose cística também dentre as enfermidades para ter esse tipo de atenção. Srs. Senadores e Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. A emenda do relator. Aprovado.

A matéria vai agora à Comissão de Assuntos Econômicos. E esperamos, como bem falou o Senador Marcelo Crivella, que seja rapidamente analisada também na CAE, porque trata-se de matéria da mais alta importância para os que são afetados dessas enfermidades.

Passamos, agora--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora, eu ia só pedir sem ser o seu encaminhamento, se com a presença do Senador Flávio Arns, nós aceitando a sugestão do Senador Efraim e do Senador Valdir Raupp que a gente iniciasse já o processo já de ouvi-la e ir já à votação. Essa seria a minha sugestão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos então passar agora para análise do item 5 que submete à consideração do Senado Federal o nome da Sra. Maria Cecília Martins Brito para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Convido a Sra. Maria Cecília Martins Brito para ocupar o seu lugar à mesa.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Enquanto a Dra. Cecília chega à mesa, eu queria só pedir a V.Exa. que incluísse extrapauta... Sra. Presidente, que fosse incluída extrapauta logo após esgotada a ordem do dia requerimento de minha autoria convidando o Ministro Fortes para vir a esta Comissão para explicar aos membros desta Comissão, bem como e debater em audiência pública matéria que é de maior interesse não só do Brasil, mas, principalmente, do Nordeste, que diz respeito à manchete do jornal O Estado de São Paulo no dia de hoje em que mostra que a União devolve ao BID 57 milhões de saneamento, dos quais previa o atendimento de 129 municípios em quatro anos, só uma cidade foi beneficiada. Então, veja, V.Exa., que o objetivo era atender 129 municípios e 41% no semi-árido do nosso Nordeste. Por isso, vou formalizar a proposta e queria que fosse votada ainda hoje,

a título de convite para que o Ministro venha fazer os esclarecimentos sobre essa questão.

É claro que, apesar de o país, ter 47,5 milhões de brasileiros sem acesso à coleta de esgoto, e 19 milhões viverem sem água tratada, o governo do Presidente Lula decidiu, semana passada, devolver 57 milhões de reais que estavam propostos. É o PAC empacado. Então, nós precisamos exatamente votar essa matéria para esclarecimento e da forma elegante que trata os Srs. Senadores, os Srs. Ministros, estamos apenas fazendo um convite para que o Sr. Ministro venha em audiência pública debater sobre a presidência de V.Exa. essa matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Efraim, eu gostaria que o senhor, realmente, formulasse de forma oficial esse convite para que nós possamos depois deliberar. Já que também nós temos outros requerimentos que já foram entregue à mesa e que precisamos também fazer essa avaliação.

E quero aproveitar aqui a oportunidade, antes de iniciarmos o debate com a Dr. Maria Cecília, uma análise aqui da mensagem do Sr. Presidente com relação à recondução ao cargo da Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, colocar para os senhores que também temos uma questão que já tivemos discutindo com o Senador Paulo Paim, vice-presidente, mas gostaria de colocar para os senhores a decisão que tomamos. Existem mais de 50 pedidos de audiências públicas que não foram realizadas o ano passado. Então, nós vamos devolver todos esses pedidos, e os senhores, de acordo com a pertinência de cada caso, com a urgência vão refazer as solicitações, para que na próxima reunião nós possamos deliberar, e assim dar um novo ordenamento às audiências públicas, que nós sabemos o quanto é importante, tanto audiências que são importantes para que possam trazer elucidações sobre projetos que estão em debate, como também para discutir questões da mais alta importância como essa que o Senador Efraim nos traz relacionadas ao saneamento básico, saneamento básico quer saúde, quer desenvolvimento e quer geração de emprego e renda. Era só isso que eu queria...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Só uma correção. Presidente, pela ordem. Só uma correção. Eu me enganei em falar em 57 milhões de reais. Na realidade, são 57 milhões de dólares, equivalente a mais de cento, aproximadamente 130, 140, 150 milhões reais. Só para fazer essa correção. Agradeço a V.Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada.

Agora, passamos, então, ao relator, Senador Flávio Arns.

Antes, Senador Flávio Arns, eu gostaria de registrar aqui a presença do Ministro José Agenor Álvares da Silva, dos diretores... E o Diretor substituto Dirceu Barbano. E também dar às boas-vindas ao nosso Senador Roberto, lá do Estado da Paraíba.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Sr. Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, como se trata de uma recondução, e aqui há tantas atividades, e a Comissão de Constituição e Justiça está em andamento, tem as comemorações da Batalha de Jenipapo que eu gostaria de fazer um discurso em homenagem ao povo do Piauí, valoroso o povo do Piauí. Eu queria ver se V.Exa. permitiria que nós pudéssemos abrir o processo de votação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Crivella, logo que o relator termine a leitura do relatório, nós abriremos.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero destacar que o relatório é suscito, e que, em alguns minutos aí, já teremos, então, condições de apreciar o relatório.

Com base no art. 52, inciso 3º, alínea F da Constituição Federal e de conformidade com os termos do art. 10, § único da Lei 9.782 de 26 de janeiro de 99, o Presidente da República submete à consideração dos membros do Senado Federal o nome da Sra. Maria Cecília Martins Brito para ser reconduzida, como o Senador Crivella colocou, ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, encaminhando para tanto a mensagem nº 37/2009, mensagem nº 74 de 12/02/2009, na origem, na qual está incluído o Curriculum Vitae da indicada, e que faz parte, inclusive, dos documentos em posse dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

A Sra. Maria Cecília Martins Brito é brasileira, tem formação superior em farmácia e bioquímica pela Universidade Federal de Goiás e é especialista em saúde pública pela universidade Estadual de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Participou de inúmeros cursos de aperfeiçoamento profissional, a maioria dos quais nas áreas de medicamentos, exames laboratoriais, gestão em saúde e vigilância sanitária. Ministrou e coordenou diversos cursos direcionados a profissionais de saúde nos Estados de Goiás e São Paulo, além, de proferir palestras em congressos e conferências sobre temas e interesse para a saúde pública.

Sua experiência profissional inclui a de servidora da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás desde 1984, nos últimos 25 anos, portanto, atuando como

chefe do Laboratório Regional de Análises Clínicas do Município de Ceres, farmacêutica do Ambulatório Geral de Anápolis, inspetora de vigilância sanitária e chefe da divisão de controle de qualidade da Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado de Goiás.

Entre 1999 e 2005, ocupou o cargo de superintendência de vigilância sanitária da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, gerenciando ações de vigilância em saúde nas áreas de saneamento, saúde do trabalhador, alimentos, medicamentos, cosméticos e correlatos, bem como, em estabelecimentos de saúde.

A Sra. Maria Cecília possui, ademais, uma produção científica relevante para o seu campo de atuação, sobre a forma de trabalhos e estudos apresentados em congressos e eventos científicos no País e no exterior, tendo sido premiada, algumas vez, em função da qualidade da importância desses trabalhos.

Em dezembro de 2005 teve seu nome aprovado por esta Casa e passou a exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, cargo para o qual é proposta sua recondução. Nessa posição supervisionou as áreas de vigilância sanitária de alimentos, descentralização das ações de vigilância sanitária, gestão do conhecimento técnico - cientifico, farmacopéia brasileira e tecnologia da informação daquela Agência.

Em face do histórico profissional apresentado e, aqui resumido, somente, entendemos dispor a esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a recondução da Sra. Maria Cecília Martins Brito ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Quero destacar a importância disto, a necessidade do trabalho ter continuidade, a constituição da equipe, o esforço que vem sendo feito nas áreas apontadas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, razão pela qual o relatório endossa, na verdade, a possibilidade de recondução, e peço nesse sentido, também o apoio dos colegas Senadores e das colegas Senadoras desta Comissão de Assuntos Sociais. Obrigado Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigado, Senador Flávio Arns. V.Exa., como sempre, competente nos seus relatórios. E, agora, passamos a palavra à Sra. Maria Cecília. E abrimos a votação.

SRA. MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO: Exma. Sra. Presidente desta Comissão, Senadora Rosalba Ciarlini, nobres Senadores aqui presentes, diretores e demais colegas da ANVISA que não só ofertam o seu melhor trabalho para a saúde pública brasileira, e que também me fazem digna, me faz digna de pleitear a recondução para a diretoria da ANVISA, amigos aqui presentes, o meu bom dia.

Venho pedir a esta Comissão o seu voto para continuar exercendo o papel de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Sou farmacêutica profissional de carreira do serviço público do Estado de Goiás, especializada em saúde pública... Obrigada, Senador. Trabalhei em diversos estabelecimentos públicos e privados, exercendo cargos de gerente de chefia. Fui sabatinada e assumi em 2006 a diretoria da ANVISA.

Nesse período, considerando a natureza, a complexidade da vigilância sanitária, a extensão da sua área de atuação, a necessidade de uma intervenção eficaz. Realizamos vários trabalhos. Utilizamos nossas ferramentas, escrevemos novas regulamentações, inspecionamos e monitoramos produtos no mercado, comunicamos o risco, exercemos as relações com outros países, produzimos, armazenamos e divulgamos informação e conhecimento, e coordenamos o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Destacamos a Câmara Setorial de Alimentos onde trabalhamos com a indústria, o Poder Público e a sociedade, trabalhamos nela a redução dos teores de sódio, açúcar, gordura trans e saturadas nos alimentos, a liberação da embalagem pet reciclada para alimentos, a investigação de surtos por intoxicação por tapioca e rapadura. Inspeção e monitoramento para busca de substâncias sob regime especial de controle nos alimentos. Verificamos a presença de bactérias com resistências a antibióticos na carne de frango. Fizemos o alerta sanitário em relação ao consumo de mel e conservação do ovo. Ajudamos o Uruguai a implantar a rotulagem de alimentos semelhante à nossa. Cooperamos com os países da América amazônica no enfrentamento da contaminação do açaí pelo trypanosoma cruzi. Cooperamos com Cabo Verde para desenvolver lá a área de alimentos. Criamos a certidão de exportação de alimentos para facilitar a exportação de produtos brasileiros. Estabelecemos cooperação na produção de padrões para medicamentos, substâncias químicas de referência com a Argentina. Propusemos no triênio da nossa gestão e a diretoria colegiada acatou o incremento de 48% no repasse financeiro para Estados e Municípios. Saímos do patamar de 62 milhões para 128 milhões de repasses. Instituímos um piso municipal de 7.200 reais para todos os municípios deste País, um repasse anual de 23 milhões para os laboratórios de saúde pública, instituímos incentivo de 12 milhões de reais para a política de educação permanente. Fomentamos a implantação da Vigilância Sanitária nos municípios que saiu de um patamar de 791 municípios para 2.821. Cooperamos com a inserção dos instrumentos de planejamento nos

serviços estaduais e municipais da Vigilância Sanitária. Ministramos cursos isoladamente ou em parcerias com outros órgãos sobre o enfoque do risco em alimentos. Revitalizamos a biblioteca especializada. Repassamos recursos para as Escolas Estaduais de Saúde Pública desenvolverem a capacitação continuada em vigilância sanitária para os municípios. Fizemos pesquisas como a do corante amarelo de tartrazina da citreoviridina, a toxina encontrada no fungo que existe no arroz cateto de produção familiar do sul do Maranhão e alguns estados vizinhos. Estamos em plena revisão de 1700 monografias da farmacopéia brasileira, entre tantas outras. Atendemos as denúncias, iniciamos a implantação de um sistema de informação moderno, seguro e comprometido com a necessidade da instituição e sociedade concretizando um sonho de dez anos.

Na terceira parte de minha apresentação, falo sobre o plano de trabalho para o próxima gestão que será construído de forma participativa e legitimada pelos diversos atores da sociedade, Poder Público e setor produtivo. No tocante a novos projetos destaco a política de inclusão dos pequenos produtores de alimento no mercado de produtos seguros, aperfeiçoar os critérios de repasse do financiamento do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, utilizando outros critérios, além, do per capta. Aprimorar o processo de divulgação para melhor comunicar o risco em alimentos.

Finalizando. Peço aos Srs. Senadores o seu voto de confiança. Sou testemunha dos grandes avanços alcançados no Sistema Único de Saúde, na Vigilância Sanitária e na ANVISA, e participo com satisfação dos grandes sucessos alcançados por essa instituição nesses dez anos de sua criação. Ressalto a responsabilidade social e técnica imbuída em cada um dos nossos profissionais, o seu zelo com a saúde pública da população e o cuidado com a lisura. A admissão de concursados é, sem dúvida, uma das grandes vitórias, o processo de melhoria da regulamentação proporcionando clareamento no processo das consultas e audiências públicas, e analisando o impacto das nossas normas. Atuação de nossa ouvidoria, da nossa área internacional e da comunicação institucional à prática do planejamento consolidado.

Com tudo isso, Srs. Senadores, peço o seu voto. Acreditem que aqui se encontra uma servidora pública devotada, orgulhosa pelo caminho percorrido e preocupada com os inúmeros desafios. Muito obrigada.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhores e senhoras, eu primeiro cumprimento a Sra. Maria Cecília Martins Brito. Desculpem-me o gesto aqui informal, mas eu vi que ela estava emocionada, mas no final isso é bom, que bom ver que as pessoas defendem no que acreditam com emoção e mostra o compromisso.

Senadoras a Senadores, a palavra está à disposição. A Senadora Fátima Cleide é a primeira inscrita. Ao mesmo tempo, aviso a todos que as cédulas estão na mesa, quem quiser votar o processo já foi iniciado. Senadora Fátima Cleide.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Permita-me, Senadora Fátima Cleide, é um minuto só.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, Senador.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): O processo deflagrado em votação, todavia, o que é que ocorre? Quanto aos membros titulares, naturalmente, os suplentes não votariam. Nesse caso, particularmente, faço a consulta a V.Exa., essa avaliação, mesmo aqui pelo que me consta no plenário, esta Comissão não está com o número completo de Senadores que fazem parte.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós já temos aqui, pela listagem, que muitos já votaram e já saíram.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu faço uma consulta a V.Exa. Sou suplente desta Comissão, entretanto, alguns membros titulares não compareceram, pergunto e consulto se nós vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza, V.Exa. votará. Está convidado, já.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, a título de tentar ajudar aos trabalhos, eu sugeriria à V.Exa. de que fosse feito o chamamento nominal dos presentes, porque aqueles titulares que não tiverem não poderão, daqui a pouco reclamar, e os suplentes poderão votar à medida que fosse falando, para que já que é iniciado o processo, e o nosso Senador Jayme Campos tem razão, não pode esperar até o final para ver se o titular chega.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro que não.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu sugeriria que fosse feito um chamamento, ou liberado que os que aqui tivessem votassem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para mim... É isso mesmo. Na Comissão de Di-

reitos Humanos, eu iniciativa sempre às 9 horas da manhã; quem estava presente, votava. Então, todos que estão aqui presentes, votem, e se o titular chegar depois, fazer o quê. A vida é assim.

Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Como a vida é simples, Senador Paim. Eu só quero, aqui, ressaltar a importância da votação no nome da Sra. Maria Cecília Martins, neste momento, neste mês de março, em que nós estamos comemorando e celebrando o Dia Internacional da Mulher. E que a tônica da celebração deste ano é justamente as mulheres no poder. Eu queria ressaltar o fato de que a Dra. Maria Cecília é a única mulher entre os cinco diretores da ANVISA. Então, nessa busca de equilíbrio de gêneros no poder, quando a Brasil, infelizmente, ocupa ainda o 106º lugar entre 188 países na ocupação de cadeiras das Câmaras Federais por mulheres, nós aqui temos apenas 46 mulheres na Câmara Federal e 10 aqui no Senado. Faço questão, Sr. Presidente, fazer esta ressalva, porque a Dra. Maria Cecília já comprovou ser uma profissional competente e que pode estar aqui... É sexo também, Senador Papaléo. A questão é competência e é sexo também, porque na hora de fazermos cerimônias para comemorar o Dia da Mulher, todo mundo comemora dizendo que as mulheres estão avançando. E eu quero dizer que ainda avançamos muito pouco. Somos apenas 10 aqui no Senado, somos apenas 46 na Câmara Federal, e a Dra. Maria Cecília é apenas uma mulher entre cinco diretores na ANVISA, que é uma agência importantíssima para tratar da saúde do povo brasileiro.

Então, Dra. Maria Cecília, meus parabéns pela sua competência, pela sua recondução. É com muito prazer que eu voto na sua recondução para a ANVISA. E dizer, Sr. Presidente, que é sempre assim, nós somos poucas, mas toda vez que a gente apresenta um projeto--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas o debate é bom.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): --É um bom debate e uma boa luta das poucas mulheres no Congresso. Mas quero dizer também, Sr. Presidente, que nessa busca de equilibro a gente vai também no peito e na raça conquistando esses espaços que, eu tenho certeza, que não foi fácil para a Dra. Maria Cecília estar aqui hoje sendo reconduzida, ter sido indicada e estar sendo reconduzida; assim como não é fácil para qualquer mulher que ocupa qualquer espaço de poder, e as pessoas já dizem: "Ocuparam demais. São muitas". E quero fazer aqui também a ressalva. A nossa Comissão de Assuntos Sociais é a única presidida por mulher no Senado Federal, Senador Papaléo, e hoje nós já temos também com muita raça e com disputa no peito e na raça duas mulheres na mesa do Senado Federal que é a Senadora Serys e a Senadora Patrícia. Por competência todas nós teríamos condições de estar lá. Então, só para ressaltar. É importante a competência, mas a disputa, infelizmente, ainda é desigual, Senador Paim. Eu acho que esse ano a gente faça a discussão da reforma política e que, enfim, o Congresso Nacional aprove o financiamento público de campanha, porque aí, sim, as mulheres terão condição de igualdade e a sua competência será ressaltada, porque todas as mulheres são competentes também.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só convidaria o Senador Flávio Arns que não votou, a Senadora Fátima Cleide que não votou. Se puderem votar, e o Senador Roberto também não votou. Se quiser votar está sendo convidado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente. Eu só gostaria de destacar antes de votar que independentemente da questão de gênero, porque, inclusive, uma pessoa entre cinco na ANVISA já representaria percentualmente 20%, 10 entre 81 significa menos de 15%. Então a representação feminina no Senado Federal ainda seria menor do que na ANVISA.

Mas, independentemente disso, eu quero destacar que a Dra. Maria Cecília vem fazendo um trabalho exemplar, importante com a constituição de uma equipe que está muito afinada com os objetivos que a ANVISA tem que propor para o Brasil. As áreas mencionadas pela sua fala como se apresentando para o plenário, são áreas as mais fundamentais, se nós pensarmos na questão... A ANVISA, em si, é um órgão que tem que receber do Poder Público, seja ele federal, estadual, municipal todo apoio; a vida de toda a população depende também da ANVISA, que é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, é o bar, é o restaurante, é a comida, é o medicamento. Mas o que V.Sa. colocou, a senhora colocou, foi no sentido de dizer: "Olha, estamos com a preocupação toda com a questão de alimentos, com a questão dos alimentos, com a questão das toxinas, com a questão da descentralização". Tem que haver equipes nos Municípios, nos Estados. O Senador Papaléo Paes é médico também, porque nós temos que ter toda uma estrutura no Brasil e passar de 700 municípios para em torno de 2.500 municípios foi um avanço, que tem que ser consolidado, acompanhado. Então, é um desafio que a senhora tem junto com os colegas diretores e junto com todo corpo funcional também, porque todo mundo lá na ANVISA tem que estar imbuído desse espírito de consolidar uma estrutura que é essencial para o Brasil.

Então, eu conheço o seu trabalho, eu conheço a sua dedicação, o empenho, a constituição de equipe,

a discussão com a sociedade. A senhora colocou de uma maneira muito clara a necessidade de reunir esses atores todos, a sociedade, o setor produtivo, pode a ANVISA melhorar nessa área exportação fica mais fácil, fica mais tranqüilo, o consumo interno fica mais adequado. É uma segurança. Então, quero parabenizá-la pelo trabalho, pelo empenho. E concordar, sem dúvida alguma, com a Senadora Fátima Cleide que a mulher tem que ocupar os espaços importantes, mas que nós tenhamos sempre pessoas competentes, capazes que escutem, que dialoguem, que pensem, que ponderem as variáveis todas, e a senhora tem esse espírito, este perfil para que esse espírito bom suprapartidário, porque na ANVISA a gente não pode imaginar que tenha uma questão partidária, mas que supra a favor da população que seja sempre a tônica do trabalho. Parabéns.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela inscrição, só para orientar o plenário.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Exa. está inscrito, inclusive. Senador Papaléo Paes está com a palavra. Em seguida, o Senador Roberto Cavalcanti e o Senador Paulo Duque. Papaléo Paes, por favor.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Excelência, eu ainda há pouco conversava com assessores ali e dizia: “Não é questão de sexo, é questão de competência”. E aí a Senadora Fátima Cleide ouviu, e de uma maneira até equivocada, interpretou diferente do que eu quis dizer.

Eu volto a dizer, eu estou votando na senhora, Dra. Maria Cecília, não porque a senhora é mulher, é porque a senhora é competente. Hoje em dia, eu estou falando sério mesmo, não estou falando gracinha. Hoje em dia, não cabe discurso nem machista e nem feminista. As oportunidades estão para todos. Se as mulheres tiveram um passado que realmente esse passado atrasou que elas chegassem onde estão hoje, por terem sido até escravas dentro de casa, não podiam ir ao portão, tinham que ficar cuidando do filho, lavando roupa, cozinhando. Essa fase já passou. A mulher hoje tem a liberdade suficiente para chegar em números de assumir cargos, a mesma do homem. Então, é o mesmo que acontece com as pessoas em níveis sociais baixos, se não chegam até onde nós chegamos é porque não tiveram oportunidade de escola, de saúde, de moradia, enfim, por causa disso; mas hoje não há mais necessidade desse discurso feminista. Não há. Não é porque, volto a dizer, a senhora é mulher que eu estou votando na senhora, absolutamente. É pela sua competência. E eu lhe digo que falo isso porque eu tive experiências como Secretário de Saúde em 1984, tinha 30 anos de idade, e desde então eu compus um quadro de assessores aonde 60% eram mulheres. Quando fui prefeito de Macapá eu compus um quadro de pessoas, principalmente, os cargos da maior confiança de mulheres. E justifico o porquê. Aí eu vou ser discriminador sim. Eu vejo que a mulher é honesta, é competente, é responsável, não vai para as bebedeiras e chegar atrasada no trabalho. E o homem acontece muito isso. Eles têm mais tendência ao alcoolismo, ao vício, e assim por diante. Então, me interessava isso. Eu estou falando sério mesmo. Agora ficar com discurso e até me colocando em situação difícil que eu estou sendo discriminador. Não estou sendo não. Eu não posso deixar de dar minha opinião. A mulher tem as mesmas oportunidades hoje e está tirando aquilo que perdeu no passado, quer dizer, está tirando a diferença, e vai tirando pouco a pouco. Há 20 anos nós tivemos a primeira Senadora, hoje nós temos, se não me engano, nove ou dez, a Senadora pode me dizer.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Infelizmente, são apenas dez.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Infelizmente, dez. Mas eu pediria que, pelo menos, uma das dez sempre tivesse, pelo menos, na abertura da sessão para dar um quorum lá com a gente. Então, nós temos que ser tratados todos iguais.

Então, eu quero deixar registrado isso para não me deixar em situação difícil perante às mulheres, porque senão vou apanhar lá em casa.

E outra coisa: eu tenho duas filhas, não tenho um filho homem, e se tivesse que ter mais filhos queria ter mulher, sim, E elas estão encaminhadas, tiveram oportunidade de estudar e serão alguma coisa na vida, desde que também tenham, busquem por isso, e tenham capacidade para isso, não é porque o sexo é feminino.

Então, eu agradeço muito. E dizer também que nós já temos que nos preocupar com isso, nós vamos ter, futuramente, ter a nossa delegacia dos homens e outras coisas mais. Um grande abraço. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sra. Presidente, por favor. Eu acho que fui mal interpretada na minha fala, e eu queria dizer ao Senador que equivocado é a gente querer sempre desviar o foco. Quando eu fiz a minha fala ressaltando a importância de votar na Dra. Maria Cecília, eu quis dizer aqui que nós estamos buscando e estamos ainda muito lentamente galgando os espaços na busca de equilíbrio da relação de gênero. Mas sempre que a gente faz essa fala da busca

de igualdade, de oportunidade também, essa fala chega a incomodar. Quero dizer que não é uma questão de ser machista ou feminista. O que nós temos hoje é uma realidade, que, inclusive, Senadora Rosalba, a senhora como presidente estava ausente no momento em que eu falei, queria apenas explicar e esclarecer que esta Comissão, inclusive, deve buscar discutir as desigualdades existentes nas relações de gênero na nossa sociedade brasileira, na nossa, infelizmente... Inclusive na sociedade ocidental, que se explique, inclusive, na hora em que nós vimos, Senador Paim, as desigualdades no salário. As mulheres, realmente, são competentes, infelizmente ainda não ocupam em mesmo grau de igualdade as posições de poder. Agora no dia-a-dia das mulheres mais pobres, no dia-a-dia da grande maioria das mulheres brasileiras que se reflete essa posição machista de que mulher não precisa ter igualdade quando chega na hora do pagamento de salário. Infelizmente, todas as pesquisas mostram que mesmo tendo escolaridade maior, mesmo tendo a competência técnica, mesmo tendo competência política as mulheres sempre ganham salários inferiores aos homens. Isso é apenas um exemplo que eu estou dizendo aqui da necessidade de nós discutirmos com muita franqueza, com muita calma essa questão da mulher, mas com muita determinação para que a gente possa superar as desigualdades e a falta de oportunidade existente para as mulheres brasileiras. Esta é uma tarefa nossa do Congresso Nacional, do Senado Federal.

Por isso, mais uma vez, Dra. Maria Cecília, parabéns. A senhora como uma mulher competente engrandece a todas nós mulheres brasileiras, e nos representa muito bem na área da saúde. E eu faço questão de ressaltar isso em todos os lugares que for possível sempre que uma mulher galgar um espaço de muita importância e disputando. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos agora a palavra ao Senador Paulo Duque, inclusive, que teve a paciência de ouvir, mais uma vez... Mas porque é uma questão muito nobre.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu indago de V.Exa. exatamente sobre um motivo porque ela está aqui. Ela veio aqui para ser sabatinada, para ser questionada, para ser indagada. Nós já ouvimos tudo que era possível falar, dizer sobre a beleza da mulher brasileira, a missão das filhas e etc. e tal. Agora eu quero saber o seguinte, doutora, eu estava curiosíssimo com a sua presença aqui, sobre o meu Estado do Rio de Janeiro. Eu gostaria de saber quais são os órgãos, qual é a equipe, com quem a senhora conta no Rio de Janeiro para dar assistência àquelas populações de 750 favelas do meu Estado, da minha cidade no Rio de Janeiro. Tem que ser um plano muito especial. Não pode ser como se faz, por exemplo, num estado pequeno, uma população exígua. Lá não, lá é diferente de qualquer outro Estado do Brasil. Sobre isso é que eu gostaria de ouvir uma explanação inteligente que eu sei que a senhora é, e não machista ou feminista, mas realista a respeito da minha cidade do Rio de Janeiro. Gostaria de ouvir V.Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos a palavra...

SRA. MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO: Muito obrigada pela pergunta. O Estado do Rio de Janeiro foi visitado muitas vezes na nossa gestão, e em gestões anteriores também na promoção da descentralização daquele Estado.

Nós temos, nesse momento, um superintendente de vigilância empenhado na melhoria da condição, à estruturação da vigilância sanitária, na gestão passada ela foi muito valorizada, continua esse longo processo. E nós não podemos esquecer que a vigilância sanitária trata da prevenção e da proteção. Isso faz com que a assistência acabe tomando grandes espaços em Estados muito populosos como o Rio de Janeiro, nós temos realmente uma grande necessidade de cuidar da assistência, e acabamos deixando a área da promoção e a proteção, senão num segundo plano, mas como um menor impacto nas ações de vigilância.

Entendo que nesse momento a ANVISA foi várias vezes ao Rio de Janeiro nessa gestão. Conversamos desde a organização da estrutura, desde a estrutura organizacional da vigilância sanitária do Estado do Rio de Janeiro, até o seu plano de ação, como é que ela fez o planejamento dela. Trabalhamos em todas essas situações e entendo que o Estado do Rio de Janeiro encontrou o seu caminho, tem uma grande coordenadora nesse momento, um superintendente Dr. Vitor que faz um excelente trabalho. Nós estamos tranqüilos com o Estado do Rio de Janeiro.

Na questão do município do Rio de Janeiro, a ANVISA, algumas vezes, já conversou, inclusive, com o prefeito, com o Secretário de Saúde Municipal a respeito do equívoco em se tentar colocar vigilância sanitária na área de arrecadação e não na área de saúde.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Isso que eu gostaria que V.Exa. explicasse com bastante tranquilidade, calma, porque é muito importante.

SRA. MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO: A vigilância sanitária tem na sua forma de trabalhar a arrecadação de taxas e a arrecadação de multas. Todas as vezes que nós vamos penalizar na vigilância sanitária, nós podemos penalizar de várias formas, nós pode-

mos interditar, nós podemos suspender, nós podemos apreender e nós podemos cobrar multas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Cobrar multas?

SRA. MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO: Cobrar multas. Foi cometido um ilícito dentro de um processo administrativo, identifica-se que a multa pecuniária é o mais adequado para penalizar aquela empresa ou aquele serviço.

Com isso, a vigilância sanitária acaba gerando alguns recursos para os cofres do Estado, do Município, e mesmo da União. E nessa situação--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Dra. Cecília, me desculpe interromper V.Sa., mas quais são as multas mais comuns aplicadas?

SRA. MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO: Normalmente, Senador, está muito relacionada com a questão de falta de qualidade o desvio da qualidade de produtos e serviços. O desacordo com ás normas, é realmente a nossa maior causa de multa. Mas, muitas vezes, nós nem utilizamos a multa, nós podemos interditar um estabelecimento, publicizar essa interdição, entendendo que aquele serviço não deve ser procurado pela população. Mas o fato de gerarmos essas multas, faz com que, muitas vezes, o administrador, o gestor público nos vejam como arrecadadores, e um grande equívoco, um equívoco para o gestor que pensa que arrecadar multas é uma função de vigilância sanitária, e um equívoco para quem pensa que vigilância sanitária vai se arrecadando multas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Aí é que esta, Dra. Cecília. No Rio, não sei se é assim no Amazonas, no Rio Grande do Sul, se há uma uniformidade de procedimentos. Isso é importante.

SRA. MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO: Senador, a uniformidade, além, do português nesse País é uma coisa a ser perseguida, nós temos culturas diferentes, pessoas diferentes em vários lugares, até a percepção do risco de norte a sul desse País é diferente e nós temos que aprender a lidar com isso. A uniformidade nós estamos perseguindo. Não pude retratar de forma muito clara aqui, por causa da extensão que seria esse discurso, mas nós trabalhamos hoje com a harmonização de procedimentos. Dentro da nossa área de descentralização nós estamos trabalhando uniformizando a nossa fala. Na atuação com a dengue é uma primeira recomendação que já foi feita. Nesse momento nós estamos fechando várias recomendações, um dos motivos do pedido da minha permanência que é, efetivamente, como que se fiscaliza uma farmácia de norte a sul, como fiscalizamos um supermercado de norte a sul, como fiscalizamos um hospital de norte a sul. Por que é que é diferente, por que é que a equipe de vigilância sanitária, e essa inspeção é diferente nos Estados, porque é descentralizada, é competência do Estado e do Município, então, por que é que diferente? Nós só vamos conseguir isso trabalhando na capacitação, no desenvolvimento e na harmonização dos procedimentos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A senhora está conseguindo isso?

SRA. MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO: Conseguimos...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Já começou?

SRA. MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO: Já começamos. Já temos a recomendação da dengue já faz parte, inclusive, do programa do Ministério da Saúde, e estamos com algumas normas nesses últimos momentos. Como que nós fazemos? Nós descobrimos alguns Estados e Municípios que já tem normas suplementares construídas, e aí nós trazemos até Brasília, e nós em conjunto com vários Estados e Municípios, geralmente em torno de 10, 12 Estados e Municípios nós harmonizamos um procedimento. Entendendo que a governabilidade política de cada Estado e cada unidade federada está preservada e ele tem então uma recomendação e não uma norma padrão para que todo mundo faça igual, atendendo essa peculiaridade da diversidade nesse país.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Senador Paulo, me permite um aparte? Ainda, Dra. Cecília, só para complementar esse raciocínio. O quadro da ANVISA, hoje, o quadro de funcionário é suficiente para atender a essa fiscalização? São cargos, vamos dizer, são funcionários concursados, existem terceirizados e etc.? Qual é o quadro funcional, o quadro técnico que evidente que é um assunto muito importante e que precisa também, quem sabe, aqui a senhora também reclamar e pedir mais gente para trabalhar.

SRA. MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO: Senador, exatamente tenho que dizer para o senhor que número não é o nosso maior problema. O nosso maior problema é realmente a condição de nós termos uma carreira específica de vigilância sanitária para o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Essa carreira já existe no âmbito federal. Nós somos em todos o País, pelo censo que nós realizamos, 33 mil servidores de vigilância sanitária. A Organização Mundial de Saúde, ela recomenda um agente de vigilância e não só de vigilância sanitária, temos as epidemiológicas, um para cada 5 mil habitantes. Se nós fizermos essa conta nós nem chegamos à metade. Falta sim. Mas o que nós carecemos mesmo é de um plano de carreira dentro do Sistema Único de Saúde que nos propicie, Senador, principalmente garantir a exclusividade de que quem

trabalha na vigilância sanitária não presta serviço nem em outro município e nem qualquer outro lugar. Quem trabalha no laboratório de saúde pública que verifica a adequação dos produtos e dos serviços não trabalha em nenhum outro lugar. Nós temos um indicador de periculosidade. Quando nós trabalhamos, nós, muitas vezes, podemos ser agredidas. Nós temos até... Esses dias atrás a nossa equipe que foi seqüestrada numa empresa, estava fazendo inspeção e foi seqüestrada durante a inspeção. Então, questões como essa nos fazem perceber que, muitas vezes, a vigilância sanitária fica relegada a um segundo plano, porque quem é médico da vigilância sanitária não pode exercer a medicina em outro lugar, quem é odontólogo da vigilância sanitária não deve exercer a odontologia.

Quando nós somos profissionais de vigilância sanitária nós somos servidores públicos a serviço da saúde da população, inspetores de vigilância sanitária; eticamente não é bom, economicamente não é bom. Trabalhamos muito mais nesse próximo ano com a intenção de harmonizar e de igualar esse procedimento dentro de todo o País.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está inscrito o Senador Roberto Cavalcanti. Eu gostaria de passar a palavra para ele, e depois o senhor poderá também colocar suas sugestões, suas idéias e suas avaliações.

Antes, inclusive, eu gostaria, até, de aqui complementar, Dra. Maria Cecília, porque quando a senhora falou da questão da uniformização, eu quero dar o meu testemunho; fui prefeita e sei desse esforço.

Lá em Mossoró, não sei se a senhora lembra do Município de Mossoró, no Rio Grande do Norte, quando eu era prefeita, e esse trabalho vem continuando, até porque, como médica, os colegas sempre estão me colocando a par de como andam as coisas na questão da vigilância sanitária. E realmente, Senador Paulo Duque, é porque cada município hoje também, de certa forma, ele já tem uma certa autonomia, o Estado, mas a vigilância em nível central passa todas as coordenadas, podemos assim dizer, para que possamos ter um trabalho mais uniforme. E é muito importante, que realmente possa ser o máximo uniforme, respeitando, claro, as particularidades e as peculiaridades de cada região.

Então, parabéns. Porque eu sei que esse trabalho está sendo feito, e sei que a senhora faz um grande esforço nesse sentido.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A minha solicitação é no sentido de estabelecer exatamente a finalidade do debate aqui, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza. E outra coisa importantíssima é que a gente... veja essa questão de plano de cargo, de carreira nessa área, sem interferência de questões menores, questões políticas, questões partidárias, porque, na realidade, essa é uma questão de vida para todos os brasileiros.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quantos funcionários temos lá no Rio de Janeiro, mais ou menos?

[pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Será? Mais ou menos. Da um chute.

SRA. MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO: Acredito que, no Estado, nós devemos ter em torno de 200 profissionais e nos diversos municípios é uma média bem maior, Senador, se nós juntarmos com os municípios. Normalmente, tem de três, cinco; em grandes municípios de 40 mil habitantes, acima, 80, 60. Não tenho essa estimativa, mas posso fornecer para o senhor. Tenho certeza que a minha chefe da descentralização está coçando de vontade de contar para o senhor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, agora passamos a palavra para o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de cumprimentar a Dra. Maria Cecília, e dizer que na minha verdade eu estou fazendo uma justificativa de votos. Já votei sim. E no Nordeste dizem que deve ser a última coisa que você deva fazer seja votar, porque o eleitor tem valor até o momento que vota, depois que vota ele perde todo o valor. Então, voto declarado eu já perdi grande parte do meu valor.

Mas eu gostaria de transmitir algumas observações que é a seguinte: eu sou de uma família de médicos, três gerações de médicos. Meu avô era médico sanitarista, meu pai é médico psiquiatra, e, quando criança, me colocavam três anéis no dedo dizendo como é que eu gostaria que fosse o quarto anel, tendo em vista, essa tradição familiar na medicina. E por razões de foro íntimo, de vocação eu fiz economia, uma atividade completamente distinta da medicina, mas na casa de médico, se adquire a cultura médica, quer queira, quer não queira.

Então, eu prestei muita atenção a esta indicação. Eu procurei acessar o site do Ministério da Saúde e fiquei, realmente, espantado com a potencialidade da ANVISA, as atribuições são gigantescas, a responsabilidade é gigantesca, e também na ciência de alguns fatos que são fatos extremamente positivos na ANVISA, e no tocante ao perfil profissional da senhora. Tive, eventualmente, oportunidade de conhecê-la de

forma mais superficial, mas busquei as informações possíveis e as obtive da melhor forma.

Eu gostaria também de ressaltar que a senhora teve uma sorte muito grande de ter como relator o Flávio Arns, porque eu assino em baixo o que ele diz. Ele é uma pessoa que tem uma credibilidade, um respeito, uma competência que somente ao ler o relatório do Flávio Arns, para mim já seria suficiente para votar sim na senhora.

Outro ponto que eu gostaria de ressaltar é a continuidade de gestão. Eu venho da iniciativa privada, e acho que a continuidade da gestão pública é fundamental. Lamentavelmente, nós vivemos num País que sede na gestão pública de forma ao humor em decorrência de contingências políticas, e, muitas vezes, essas indicações interrompem trabalhos que são feitos de formas extremamente competente. Então, eu sou favorável ao extremo de que haja continuidade no serviço público.

Outro ponto que eu gostaria de ressaltar é que quão jovem é a ANVISA, porque num Brasil de 509 anos a ANVISA tem apenas 10 anos, e 10 anos estes dos quais a senhora é responsável quase por 1/3 desse período, a senhora é responsável por três anos em dez, seria quase 30% desse período. E quando a senhora concluir essa gestão, essa nova gestão se somariam seis anos de gestão sob a responsabilidade da senhora. O que significaria aproximadamente 50% do tempo de existência do órgão. Então, é uma extrema responsabilidade que a senhora tem, porque este órgão terá, sem dúvida, a cultura da senhora. Era isso que eu tinha a dizer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos agora a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pedi a palavra apenas para desejar à Maria Cecília todo êxito na sua nova ascensão à ANVISA. E, tenho certeza, Maria Cecília, você honra o Estado de Goiás com o seu trabalho, com a sua dedicação, e, principalmente, com a sua preocupação.

Eu tive a oportunidade durante o seu período de ver uma das reuniões de treinamento que você tem dado nos Estados, e a gente pode atestar a seriedade do seu trabalho. É muito bonito e muito bom para Goiás ter uma profissional do seu nível, respeitada, admirada e cumprindo bem a sua função. Não é à-toa que você volta novamente para o posto, porque eu acredito, ninguém melhor do que você poderia exercê-lo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora encerrando a votação eu gostaria de convidar a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Garibaldi para fazer...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora, eu só queria fazer uma observação em relação aos sanitaristas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Desculpe-me Senador Augusto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Permita-me elogiar a Dra. Maria Cecília por estar retornando ao cargo. Sei que vai desempenhar bem a sua função, como desempenhou até agora, com toda essa equipe maravilhosa que nós temos na ANVISA.

Mas eu queria fazer uma observação em relação aos sanitaristas, ao pessoal que trabalha em sanitarismo. A medicina sanitária sempre foi encarada pelos médicos que tinham mais idealismo do que vontade de ganhar dinheiro com a medicina. Claro que nós temos... Eu sou cirurgião e faço minha profissão por idealismo também. Mas todo sanitarista é isso. Mas nós que corrigir, nós da área aqui desta Casa corrigir essa injustiça que fazem com os sanitaristas, porque são eles que provocam a maior economia na área de saúde quando exercem bem o seu mandato, porque eles previrem as doenças, eles vão em cima das doenças quando elas aparecem para reduzir os seus focos de doença. Então, é um trabalho muito importante que não é valorizado pelos órgãos públicos. O sanitarista só trabalha em órgão público, não tem outro lugar para ele trabalhar, não tem nenhuma empresa que tem um sanitarista trabalhando para ela, eles têm médico do trabalho, mas sanitarista não tem. Então, são pessoas, principalmente, idealistas e que eu tenho certeza que desempenham bem o seu trabalho, e que lutam. E que esse SUS que está aqui foi gestado principalmente pelos nossos sanitaristas deste País. Eu quero fazer justiça aos médicos sanitaristas que são os que mais trabalharam na instituição e na organização do Sistema Único de Saúde. O SUS é uma coisa que nós todos defendemos aqui nesta Comissão, principalmente, o Senador Paim, a Senadora Rosalba, todos nós lutamos para fortalecer o SUS. E vocês, com o trabalho de vocês, são o braço do SUS que começou, que apareceu e que está mostrando para que veio. Meus parabéns pelo trabalho e vamos continuar defendendo a saúde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada Senador.

Agora passamos aí aos escrutinadores: Senador Garibaldi e Senadora Lúcia Vânia. Enquanto... Nós tivemos a votação máxima. Parabéns à Dra. Maria Cecília e à nossa Comissão que começa com o pé direito. 21 votos.

Já quero convidá-los para a próxima reunião. Ainda temos alguns assuntos a serem debatidos, que o Senador Flávio Arns e o Senador Augusto Botelho

são relatores. Mas queria agora também aproveitar enquanto--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E há um requerimento de minha autoria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --O requerimento também para ser analisado. E queria propor já o seguinte: sendo aprovado, Senador... Unanimidade. 21 votos.

[aplausos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado.

Quero parabenizar à Dra. Cecília por essa brilhante vitória e desejando a ela que continue avançando cada vez mais nessa questão tão importante para a nossa saúde, que é a questão da vigilância sanitária.

E concedo a palavra à Dra. Cecília.

SRA. MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO: Agradeço a votação. Fico muito emocionada, realmente. E vou dizer que agora, conhecendo os senhores como eu conheci nesse nosso último trabalho, fico muito mais confortável para fazer a necessária integração entre o Legislativo e a vigilância sanitária.

Nós estamos à disposição de todos os senhores no nosso gabinete, o nosso diretor presidente, o nosso Diretor-Presidente Substituto, Dr. Agenor. Todos nós estamos à disposição dos senhores. Entendemos a importância desta Casa e a importância de seguirmos o direito sanitário dentro do marco legal e aqui que se fazem as leis. Muito obrigada. E espero por vocês para comemorar não só essa vitória, mas todas as outras vitórias do nosso Sistema Único de Saúde. Muito obrigada.

[aplausos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Dra. Maria Cecília. E queremos agora, voltando à nossa pauta...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu peço só urgência no plenário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns, a matéria vai à secretaria geral da mesa, e não precisa pedir urgência ao plenário. Ela irá tramitar sem nenhum obstáculo. E continue contando com esta Comissão que vai estar, com certeza, durante esses próximos dois anos que estarei na presidência e o Senador Paulo Paim como vice-presidente, nós estaremos sempre procurando integrar cada vez mais o nosso trabalho, porque temos um só objetivo. É fazer mais pela saúde do nosso país.

Vamos aos nossos trabalhos. Voltando à pauta, eu gostaria de convidar o Senador Augusto Botelho, relator do item 1. É uma decisão não terminativa, substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 416 de 1999. Eu gostaria, inclusive, que os senhores entendessem que nós vamos, a nossa intenção, minha e do Senador Paulo Paim, é que possamos fazer um trabalho intenso para que fatos dessa natureza não volte a acontecer. Esse projeto é de 1999. Dez anos. [soa campainha]. Então, nós queremos, realmente avançar, caminhar e termos uma pauta mais desobstruída, porque muitas questões ligadas à área social são urgentes e deixamos, muitas vezes de analisar em função de projetos que já se encontram na Casa há muito tempo.

Então, vamos lá. O autor do PLS 416/99 é o Senador Tião Viana. E concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho para proferir o seu relatório.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 416 de 1999 de autoria do Senador Tião Viana foi aprovado nesta Casa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Sociais. Na Câmara dos Deputados a proposição tramitou como Projeto de Lei nº 6.385/2002. E em 27 de novembro de 2002, a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e minorias daquela Casa aprovou, por unanimidade, parecer favorável ao projeto na forma de substitutivo. Em 11 de setembro de 2003, a Comissão de Constituição e Justiça de redação da mesma Casa aprovou, também por unanimidade, o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PLS 416/1999 e do substitutivo a ele apresentado. O substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados promoveu as seguintes alterações no texto enviado ao Senado Federal para revisão. Art. 1º do substitutivo passou a indicar o objeto da lei, o art. 1º original foi transformado em caput do art. 2º do substitutivo. O § 1º do art. 2º que excetua as proibições devidas no caput às ações voltadas ao controle de vetores de doenças humanas implementadas pelo órgão federal competente da área de saúde pública ou por esse, especificamente autorizado e supervisionadas. E mais outras alterações foram feitas. Em 15 de outubro de 2008 a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal aprovou o parecer pela rejeição do substitutivo, o que significa a ratificação do texto enviado para revisão da Câmara dos Deputados. Da análise, Sra. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. O PLS 416/99 nos termos em que foi encaminhado para revisão na Câmara dos Deputados resultou em amplas discussões na CCJ e na CAS, a proibição total de fabricação, importação, manutenção de estoque, comercialização e uso do DDT foi a opção no Senado Federal com a finalidade de proteger a população e o meio ambiente dos efeitos altamente nocivos dessa substância sobre diversos órgãos dos seres vivos. DDT é aquele inseticida

usado antigamente e tudo que fica no meio ambiente por 50, 100 anos.

A exceção das proibições inserida pela Casa revisora destina-se a permitir que o DDT continue sendo utilizado no controle de vetores de doenças humanas em ações implementadas por órgão federal competente ou por ele autorizadas. Em outras palavras, o texto aprovado na Câmara dos Deputados permite a continuação do uso de uma substância que já causou várias mortes e outros danos severos à saúde, principalmente, nos trabalhadores encarregados de sua aplicação. Durante esses dez anos ele continuou sendo utilizado no Brasil. Então, provocou mais danos durante esses dez anos, de 99 para cá.

O relatório com voto pela rejeição do substitutivo da Câmara dos Deputados apresentado pelo Senador Osmar Dias na CCJ e aprovado em 15 de outubro de 2008, evidencia o fato de que a existência de alternativas mais seguras para uso do DDT justifica o seu banimento do arsenal de armas químicas contra os vetores de doenças, como já o fizeram vários países. Vários países já não usam o DDT há muitos anos, mais de quase 20 anos, e nós ainda continuamos usando esse tempo todo.

Não cabe ao Senado Federal rediscutir aspectos que já foram amplamente debatidos no âmbito das duas Comissões que apreciaram e aprovaram o PLS 416 de 99, razão pela qual ratificamos, na íntegra, o parecer da CCJ no sentido de rejeição do substitutivo em apreciação.

Meu voto, Sra. Presidente, em vista do exposto, o voto é pela rejeição da emenda substitutiva da Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei do Senado 416 de 1999, e pela manutenção do texto aprovado no Senado Federal. Esse é o meu voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Srs. e Sras. Senadores que concordam com o voto do relator, permaneçam como se encontram.

Então, o voto do relator é pela rejeição do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 416 de 1999 e pela manutenção do texto aprovado no Senado Federal. A matéria agora vai à secretaria da Casa. Aprovado.

Passamos, agora, ao item 3. Decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 24/2008 que altera a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual. O autor é o Senador Expedito Júnior, relator Senador Flávio Arns. O parecer é pela aprovação do projeto com emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para proferir o seu relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado, Sra. Presidente. Eu quero, em primeiro lugar, enaltecer a preocupação do Senador Expedito Júnior que tem por objetivo propiciar, na verdade, a inclusão social da pessoa com deficiência visual, cegueira e resíduo visual em termos do acesso aos serviços e terminais eletrônicos de atendimento nas instituições financeiras. Então, é uma preocupação pertinente, e, ao mesmo tempo, com a apresentação do Projeto de Lei nós pensamos que ele poderia ser estendido para as demais pessoas com deficiência, porque é um bom Projeto de Lei, então, a gente ficaria pensando não só para as pessoas com deficiência visual, mas também para as pessoas com deficiência física, com deficiência auditiva, e as pessoas com deficiência visual que são objeto do Projeto de Lei do Senador Expedito Júnior.

E nós já temos um decreto no Brasil que regulamenta essa situação, que é o Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Contudo, o decreto, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa em função de um decreto, a pessoa só se vê compelida a fazer alguma coisa ou deixar de fazer em função de lei. Então nós trouxemos o texto do decreto para a emenda ao Projeto de Lei. O texto do decreto como emenda ao Projeto de Lei.

Então, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senador Expedito Júnior com a ementa que a gente apresenta transcrita do decreto de acessibilidade que já foi objeto de uma ampla discussão. Acho, considero muito pertinente a transposição do texto do decreto para o texto da lei, e aproveitando a iniciativa do Senador Expedito Júnior e ampliando então a abrangência do projeto para todas as áreas de deficiência.

Então, a emenda transcrita, como eu disse, com exceção da última parte, as botoeiras demais sistemas de acionamento dos terminais de auto-atendimento de produtos e serviços e outros equipamentos em que haja interação com o público, devem estar localizados em altura que possibilita o manuseio por pessoas em cadeiras de rodas, e possuir mecanismos para utilização autônoma, sozinhos, porque isso significa inclusão social, sem ajuda, porque pode haver até fraude, perigo da manipulação por pessoas com deficiência visual e auditiva, conforme padrões estabelecidos nas normas técnicas de acessibilidade.

Então, a partir de uma iniciativa do Senador Expedito Júnior ampliou-se para que o projeto seja aprovado.

Então, em face do exposto, e reconhecendo a constitucionalidade e o mérito da iniciativa, votamos

pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 24/2008 com a emenda que acabamos de ler. Obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco em votação. Os Srs. e Sras. Senadores que aprovam a matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em votação, também, a emenda apresentada pelo relator. Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O item 4 é terminativo. Como o relator se encontra presente, o Senador Inácio Arruda, nós gostaríamos que fosse lido o relatório para... É um projeto de autoria do Senador Sergio Zambiasi que trata da regulamentação do técnico de nível médio em enologia.

Então, passamos a palavra ao Senador Inácio Arruda para leitura do relatório.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro quero ressaltar a iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi, tenho certeza, que em consonância com seus colegas gaúchos, Paulo Paim e Pedro Simon porque se trata das atividades mais importantes do Estado do Rio Grande do Sul, e que hoje se espalhou pelo Brasil. Daqui a pouco o Efraim vai está na Paraíba, mas a produção de uvas--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Se chegar no Ceará eu já me animo, depois chega na Paraíba.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): --Nós temos hoje a produção de uvas destinada à produção de vinhos como uma atividade nacional pelos gaúchos, os catarinenses, os pernambucanos, os baianos já estão produzindo uvas destinadas à produção de vinhos, e isso tem um papel muito importante. E os profissionais dessa área, não há dúvida, tem que ter a sua atividade regulamentada. Por isso eu quero destacar a iniciativa do Senador Sergio Zambiasi, dizer que o nosso relatório é pela aprovação, o nosso voto assim inexistindo vícios de inconstitucionalidade ou juridicidade e presente as razões de mérito expostas pelo autor na sua justificativa e examinadas por mim no meu relatório, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 498/2007 de autoria do nobre Senador Sérgio Zambiasi, com a seguinte emenda: dê-se ao inciso III do art. 2º da Lei nº 11.486 de 29 de maio de 2007 modificada pelo PLS nº 498 de 2007 a seguinte redação, art. 2º, inciso III: os possuidores de diploma de nível médio em enologia e os alunos que ingressarem em curso deste nível até 29 de maio de 2007, desde que sejam diplomados em escolas oficiais públicas ou privadas reconhecidas ou credenciadas pelo Poder Público. Sala das Comissões. É o voto com a emenda, Sra. Presidente, pela aprovação. Obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Quem quiser discutir a matéria. Eu fiz contato aqui com o Senador Sérgio Zambiasi para ver se nós conseguimos o quorum adequado, e me parece que está difícil.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Eu sugiro, Sra. Presidente, que encerrada a discussão, a gente proponha que o projeto venha como item 1 da pauta para a próxima sessão da Comissão de Assuntos Sociais.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós vamos manter a discussão, porque ela já será adiada para a próxima reunião, e assim nós teremos, também esperamos ter a votação já que é terminativo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sra. Presidente, eu proponho que a gente encerre a discussão, porque fica ainda o encaminhamento da votação, e a gente já inicia...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Será muito difícil o Sérgio Zambiasi não discutir essa matéria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Então, deixa aberto, que o Sergio Zambiasi pode querer...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos deixar em aberto e na próxima reunião já será o Item 1º. Quero colocar já como Item 1º e os senhores já... Sei que é uma matéria de interesse não somente do Rio Grande do Sul, mas que é muito... Senador Paulo Paim por ser da região, vamos dizer assim, que tem a característica muito...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E todo interesse nesse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Todo interesse. Porque se outras regiões no Brasil hoje também têm interesse como Pernambuco, e até onde o vinho também já está sendo produzido, mas nós sabemos que tudo começou lá nos pampas gaúchos.

Agora nós gostaríamos de colocar em votação o requerimento é extrapauta do Senador Efraim Morais, nos termos no art. 93 a realização de audiência pública nesta Comissão de Assuntos Sociais com o objetivo de debater a devolução pela União de 57 milhões de dólares de saneamento ao BID. Para tanto convidamos o Exmo. Ministro de Estado Márcio Fortes para expor as razões da devolução de parte do financiamento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, eu só queria na mesma linha do Senador pedir se for possível se nós votássemos também, é simbólico, três requerimentos de minha autoria. Eu, naturalmente, votaria a favor do seu requerimento que vão na mesma linha--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Independente, eu votarei já a favor dos três, V.Exa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --Na verdade, são duas audiências públicas, e uma é que se crie uma Subcomissão aqui de Emprego e Previdência. Se V.Exa. puder botar em votação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria, Senador Paim, porque como existem outros pedidos e criação de subcomissões, e algumas são muito similares, e que nós deixássemos a apreciação das subcomissões para a próxima reunião.

Mas passamos aqui à leitura do seu requerimento--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos, primeiro, aprovar o requerimento...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim, vamos agora...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pode votar em bloco.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por mim, tudo bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não pode ser em bloco. Não pode, tem que ser um por um.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A parceria da Câmara dos Deputados...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Srs. e Sras. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Gostaria, inclusive, de sugerir, Senador Efraim, se fosse possível, já que nós vamos... Às reuniões da Comissão acontece na quarta-feira às 11h, mas como temos muitas audiências públicas para serem realizadas, nós vamos fazer as audiências públicas na quinta-feira na parte da manhã, às 9 da manhã.

Então, gostaria já de sugerir se fosse possível na próxima quinta-feira já só audiência pública.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, só questão de ordem, evidente que nós sabemos da agenda do Ministro, não é fácil. Eu sugeri que essa Presidência através da sua assessoria fizesse contato com a do Ministro para ver a disponibilidade do Ministro já que se trata de um convite, o que nós queremos aqui é tratar de um assunto que diz respeito a todo o País, e, principalmente, ao nosso Nordeste. Porque a matéria é chocante. Ela precisa de esclarecimento, e veja V.Exa. de que a manchete é uma manchete nacional que o jornal O Estado de São Paulo traz dizendo: "A União devolve ao BID 57 milhões de dólares de saneamento". E isso significa 134 milhões de reais que estão sendo dissolvidos, ao mesmo tempo, em que o Governo acaba com o PASS, o Programa de Ação Social em Saneamento. E veja bem aqui no caso do nosso Senador Arruda, no ano passado a conclusão foi deixar o PASS com apenas seis cidades, além, de Limoeiro do Norte do Ceará que parece que foi a única que iniciou, foi cancelado Quixeramobim no Ceará, Açu no Rio Grande do Norte, lá na terra de V.Exa., Senadora Rosalba. Senadora Rosalba, o município de Açu estava beneficiado com esse recurso e foi retirado, foi encerrado no município de Açu. O município de Ipojuca em Pernambuco, Santa Cruz de Capiberibe em Pernambuco e Surubim em Pernambuco. Só uma obra foi iniciada, duas licitações realizadas, o restante dos editais preparados; mais uma vez, tudo foi suspenso. A decisão tomada em conjunto pela equipe econômica e staf do Ministro das Cidades Márcio Fortes responsável pelo PASS foi de encerrar o contrato com o BID e passar tudo para o PAC, inclusive, as obras de saneamento em andamento. Veja bem, um projeto que já tinha sido aprovado, já tinha sido discutido, estava em fase de licitação, recursos aprovados pelo BID, e aí, de repente, todas essas promessas, esses discursos que foram feitos em cada um desses Estados ou cidades, de repente, encerra, acaba tudo e põe para o PAC, o PAC das milhões de casas populares, e logo em seguida tem aqui: "Habitação teve 212 milhões perdidos no orçamento". Enquanto o Governo vem dizer que vai fazer 1 milhão de casas, o ano passado no orçamento deixa de repassar 202 milhões. Repassar não, nem sequer empenhou, foram também liquidados. Então, o Governo está com um discurso e quando nós vamos exatamente verificar através do SIAFI é outra totalmente diferente. Por isso, eu acho que tanto essa questão do saneamento, dos 57 milhões de dólares que foram devolvidos ao BID, é bom que se deixe claro, nós temos mais que saber do Ministro por que é que esses 202 milhões de reais não foram eles liberados para a construção de casas, onde hoje é a obra de fantasia, eu diria de lançamento da candidatura da Dilma. Então, é isso que nós precisamos saber do Ministro para que venha exatamente aqui a esta Comissão num convite aprovado por unanimidade de todos os membros para que esclareça por que 41% do nosso semi-árido está sendo prejudicado. E não é nada mais, nada menos deixar registrado de que 47,5 milhões de brasileiros não têm acesso à coleta de esgoto, e 19, quase que 20 milhões de brasileiros estão sem água tratada, e nós

não entendemos, Senadores, porque esse recurso é devolvido sem uma explicação ao povo brasileiro...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para discutir, Sra. Presidente, o requerimento, bem rápido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero dizer que sou totalmente favorável. Eu acho que o Ministro Márcio Fortes está fazendo um trabalho muito bom, não é do meu Partido, é do PP, e seria uma oportunidade dele explicar se existe ou não esse problema. Então, sou totalmente favorável que ela venha aqui. Estou convicto que ele dará as explicações necessárias, até pelo trabalho que eu percebo que ele está fazendo, e olha que eu quase não sou de elogiar ministros. Mas, então já criou essa dúvida. Ele não é, inclusive, do meu Partido, repito, é do PP, mas está fazendo um trabalho, que percebo um trabalho muito bom, e já que se criou essa dúvida é mais do justo, inclusive, é justo que V.Exa. peça para ele vir aqui explicar o que está acontecendo.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu quero, inclusive, aditar as minhas palavras ao que V.Exa. tem dito. Eu considero o Ministro Forte como um Ministro que vem fazendo um trabalho realmente relevante. Mas é um assunto que toca diretamente a todos nós, principalmente, aos nordestinos que estão sendo atingidos por essa medida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, eu gostaria de encerrando a discussão, dizer que a matéria está aprovada, que a Comissão vai agilizar as providências para convidar o Ministro a trazer esses esclarecimentos que, realmente, são da mais alta importância. Meu Deus do céu. Saneamento básico nós sabemos o quanto isso é importante para esse País ter uma vida mais digna, com mais saúde e com mais oportunidade.

Eu tive a experiência, minha gente. Fui prefeita três vezes e fiz um trabalho de saneamento básico. A cidade era uma cidade onde não havia, onde não existiam construções verticais, porque não existia saneamento básico. Além, do nível de saúde que era realmente algo muito preocupante. Então, nós fizemos um trabalho intenso de saneamento básico, usando de convênios, de emendas, de recursos próprios; tudo que foi possível. Peguei a cidade com 8% saneada e deixei uns 62%. Esse trabalho está tendo continuidade.

Então, houve um desenvolvimento muito grande que continua com o trabalho que a prefeita Fafá Rosado está dando continuidade e também a chegada de indústrias, de novos empreendimentos, a cidade hoje é uma cidade que tem outra fisionomia, e eu digo com toda sinceridades, saneamento básico foi fundamental, foi fundamental para a melhoria, inclusive, dos índices de saúde da população. O Índice de Desenvolvimento Humano foi acompanhado, foi só crescente. Isso mostra que cresceu a expectativa de vida, diminuiu a mortalidade infantil. As doenças, tiveram setores que eu tive a oportunidade de acompanhar num bairro chamado Santo Antonio que foi um bairro saneado, nós acompanhamos com detalhes através do Programa de Saúde da Família, a questão das doenças endêmicas, das epidemias que aconteciam, e vimos que houve uma queda, realmente monumental, e que os grandes beneficiários foram, principalmente, as crianças.

Então, vejam o quanto é importante. Então, devolver recurso de algo que tão... O ministro, com certeza, irá nos esclarecer as razões. Então, está aprovado. E eu gostaria também, Senador. Pois não, Senador...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só tinha dito antes--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ainda tem um requerimento para ser aprovado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --Enquanto a senhora utilizava a palavra, porque falava de saneamento, inclusive, para economizar, porque cada real empregado em saneamento significa menos 4 reais empregados na saúde. Quer dizer, é um investimento para economizar quatro vezes mais na saúde. Mas eu só quero me associar ao requerimento do Senador Efraim Moraes e a fala do Senador Paulo Paim, porque essas três áreas dentro dos objetivos desta Comissão não significam infra-estrutura, quer dizer, são direitos sociais básicos ter acesso a casa, saneamento, água e para evitar as questões de saúde que são, inclusive, especificamente objeto desta Comissão. Então, quero concordar também com o convite ao ministro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós temos aqui mais três requerimentos de audiência pública eu gostaria já de--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Já está aprovado esse.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Esse já está aprovado. Então, vamos passar à leitura dos outros três que eu acredito que poderiam ser votados em bloco.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Inácio Arruda, se me permitir. Só um apartezinho. É que estão votando na CCJ a questão dos demitidos do Governo Collor--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Eu vou para lá.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --Eu quero votar esse requerimento e correr para lá, de medo de perder a apuração.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Eu também.

Mas é que existe aí na mesa, Sra. Presidente, acho que os requerimentos também que eu dei entrada, eu também gostaria de aprová-los se for possível, porque nós queremos fazer coisas em conjunto, inclusive, com a Comissão de Assuntos Econômicos aqui da Casa e com a tal Comissão da Crise. Eu acho achei meio estranho que nós termos uma Comissão de Assuntos Econômicos por que é que a gente vai criar uma Comissão de Crise, mas como foi criada e existe. Então, a minha idéia era fazer essa atividade conjunta. Nós já aprovamos lá na Comissão de Assuntos Econômicos esse requerimento que tem esse teor de fazer em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais. E, na minha opinião, até nós deveríamos chamar a Comissão de Economia da Câmara, porque a gente convida aqui o Ministro, depois convida na Câmara, convida na outra Comissão, isso termina criando uma dificuldade para gente cumprir essas agendas todas. Se a gente faz em conjunto algumas que são importantes melhora para o desempenho da nossa Comissão e das demais, que são assuntos correlatos que tudo sobre a crise que nós estamos vivendo, e da participação que nós queremos que os trabalhadores tenham também no debate, porque senão ficam discutindo governos, empresários, e os trabalhadores ficam fora do debate.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por isso, Senador Inácio Arruda, eu estava querendo que votasse porque eu apresentei um requerimento exatamente pedindo que esta Comissão debata a questão da crise, mas até o momento nós não conseguimos votar. Eu tenho que sair.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos colocar aqui em votação os dois. Todos são relacionados com a crise, com exceção do requerimento que eu tenho que é um novo requerimento de uma audiência pública que não aconteceu no ano passado sobre saúde mental. Mas aqui vamos colocar o do Senado Paulo Paim que é com fundamento do exposto do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal culminados com o art. 90. Requeiro a realização de audiência pública com vistas a debater e conhecer o novo indicador social do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – Ipea, devendo ser convidados representantes do Ipea e outros a serem definidos pela própria Comissão. Bastante interessante e nós precisamos... Em votação. Aprovado.

Srs. Senadores--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 26 de março. Eu consegui falar já... De março. Porque eu já falei com o presidente do IPEA, essa data ele pode. É uma quinta pela manhã.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): 26 de março. As datas nós vamos definir e comunicamos que já têm outros que estão colocados na frente.

Sr. Presidente da Comissão de Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal, com fundamento no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal culminados com o art. 90, inciso II que requeira a realização de audiência pública com vista a tratar das questões atinentes ao crescente desemprego do País e os desafios diante da crise financeira. Devendo ser convidadas as entidades representativas do setor patronal e empregados, representantes do Governo DIEESE e outros a serem definidos pela própria Comissão. Esse requerimento é semelhante ao requerimento do Senador Inácio Arruda que também passarei a...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aprova. Aprova os dois, que os dois, no fundo, é a mesma coisa.

[pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É a mesma coisa. Fizemos tudo junto com as Comissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Requeiro nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal seja convidado o Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda para debater em audiência pública sobre o enfrentamento da crise econômica pelo Governo Brasileiro em sessão conjunta desta Comissão com as Comissões de Infraestrutura e Assuntos Econômicos.

Requeiro nos termos do art. 96, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública em duas sessões conjuntas com a Comissão de Assuntos Econômicos para promover um debate sobre mercado de trabalho e enfrentamento da crise econômica com a presença das entidades e representações em sua primeira sessão, Departamento Intersindical e Estatístico de Estudos Sócio Econômico – DIEESE, Instituto de Pesquisa Estatística Avançada - Ipea, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e uma segunda sessão, a Central Única dos Trabalhadores, a Confederação Nacional da Indústria, Central Geral dos Trabalhadores - CGT, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a Central Geral dos Trabalhadores – CGTB e a Força Sindical.

Requeiro nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal que seja convidado o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para debater em audiência pública conjunta sobre o enfrentamento

da crise econômica no Brasil Comissões de Infraestruturas, de Assuntos Econômicos e Ação Social. E aqui o requerimento para que seja realizada audiência pública sobre a Política Nacional de Saúde Mental, hoje amparado pela Lei nº 10.116 de 6 de abril de 2000, com os seguintes convidados: Dra. Helena Calil, Professora de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina, Dra. Maria Alice Toledo, Professora de Psiquiatria da UNB, Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação de Psiquiatria do Brasil e um representante do Ministério da Saúde.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Assinado por quem esse requerimento?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Rosalba Ciarlini.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ah, não porque eu queria--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Também assinar?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, não. Sem dúvida, assinar, mas eu queria lembrar a V.Exa. que é ótimo o requerimento, concordo, aprovo; mas nós também aprovamos no ano passado um requerimento na área da saúde mental e V.Exa., inclusive, participou do debate para que nós até fizéssemos talvez não só uma audiência pública, mas um ciclo de debate, um ou dois dias dada a importância do assunto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente Senador. No começo da reunião, não sei se o senhor estava presente, nós colocamos que todos... Fizemos o requerimento e foi aprovado os pedidos de audiência do ano passado que passam de 50, como ficaria difícil já com o número novo de audiências que estão chegando e muitos assuntos já não eram pertinentes, já tinham ficado superados em função de novas leis, de novos projetos, então nós retiramos e pedimos que cada um encaminhasse aquele que achasse. Então, esse já é um retorno do que foi colocado--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Exa. me permiti assinar, subscrever com prazer o que V.Exa. está colocando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --Então, o senhor vai assinar, subscreve. Será um prazer muito grande. Isso vai, com certeza, engrandecer a nossa solicitação.

Em votação os requerimentos. Srs. e Sras. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Presidente, só para... Claro, dar conhecimento a todos esses requerimentos e abrir um espaço para que possamos sugerir algum nome, se for o caso, de qualquer um dos Srs. Senadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza. A mesa está à disposição para sugestões que os senhores puderem fizer.

Os requerimentos estão aprovados. E está encerrada a reunião, convidando a todos para a próxima reunião, quarta-feira, às 11 horas.

Sessão encerrada às 12h52.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às doze horas e cinco minutos, do dia dezoito de março de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora ROSALBA CIARLINI, com a presença dos (as) Senadores (as) FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, PAULO DUQUE, MÃO SANTA, ADELMIR SANTANA, EFRAIM MORAIS, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATTI, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS e EDUARDO AZEREDO. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação das matérias. ITEM 04 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 699, DE 2007 “Altera o Art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para permitir a compensação de débitos previdenciários com créditos referentes a outros tributos federais”. Autor: Senador Renato Casagrande. Tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 492, DE 2007 “Suprime o parágrafo único do art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para incluir as contribuições previdenciárias no procedimento de compensação de iniciativa do contribuinte, previsto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996” Autor: Senador Flexa Ribeiro Relator “ad hoc”: Senador Augusto Botelho. Parecer: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 699, de 2007, com uma emenda que apresenta, e pelo arquivamento do PLS nº 492, de 2007. Resultado: Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, para prosseguimento de sua tramitação. ITEM 05 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, DE 2007 “Acrescenta artigo a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que “Dispõe

sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências". Autor: Senador Pedro Simon. Relator: Senador Adelmir Santana. Parecer: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, para prosseguimento de sua tramitação. ITEM 09 - EMENDA DE PLENÁRIO (Nº 05-PLEN) AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 566, DE 2007 "Altera dispositivos do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para regular a cobrança de anuidades pelo Conselho Federal de Contabilidade". Autor do PLS 566 de 2007: Senador Neuto de Conto. Autor da Emenda: Senador Eduardo Suplicy. Relator: Senador Adelmir Santana. Parecer: Pela Aprovação da Emenda. Resultado: Aprovado o parecer favorável à Emenda de Plenário nº 05, ao PLS 566 de 2007. ITEM EXTRA-PAUTA ITEM 11 – REQUERIMENTO Nº 08, DE 2009-CAS "Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, V, VIII e IX, e de 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o convite dos Ministro de Estado do Trabalho, Sr. Carlos Roberto Lupi; Ministro de Estado da Previdência Social, Sr. José Barroso Pimentel e do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social, Sr. Patrus Ananias, para debater as políticas, programas e projetos a serem implementados pelos Ministérios ao longo do ano de 2009". Autores: Senadores Rosalba Ciarlini, Flávio Arns, Marcelo Crivella, Adelmir Santana e Augusto Botelho. Resultado: Aprovado. ITEM 12 – REQUERIMENTO Nº 09, DE 2009-CAS "Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, V, VIII e IX, e de 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o convite do Senhor Paulo Bernardo, Ministro de Estado do Planejamento, para expor sobre os recursos orçamentários disponíveis nas áreas social e de saúde". Autores: Senadores Rosalba Ciarlini, Marcelo Crivella, Flávio Arns, Adelmir Santana e Augusto Botelho. Resultado: Aprovado. ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº 10, DE 2009-CAS "Nos termos do caput do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e do § 1º o art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a convocação do Ministro de Estado da Saúde, Dr. José Gomes Temporão para debater, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), as políticas, programas e projetos a serem implementados pelo Ministério ao longo do ano de 2009, bem como a situação atual do Programa Mais Saúde ("PAC da Saúde")". Autores: Senadores Rosalba Ciarlini e Papaléo Paes. Resultado: Aprovado. ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS "Nos termos do art. 73 combinando com o inciso IV, art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a extinção da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência Social, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, bem como, a criação da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social". Autores: Senadores Paulo Paim e Flávio Arns. Resultado: Aprovado. A presidente parabeniza o Senador Eduardo Azeredo pelo trabalho desempenhado na presidência da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. O Senador Flávio Arns salienta a importância da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência e da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, expressando seu desejo pela continuidade das mesmas. A Senadora Rosalba Ciarlini comunica ao Senador Flávio Arns que será dada orientação à Secretaria da Comissão para que sejam feitas as indicações dos membros e agendamento para instalação das referidas Subcomissões. A Presidência comunica o recebimento de convite da Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde para a 8ª reunião do Fórum Nacional de Saúde Mental Infanto-Juvenil a realizar-se nos dias 25 e 26 de março no Distrito Federal, indicando o Senador Augusto Botelho como representante desta Comissão. Os itens 01, 02, 06, 07 e 08 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Augusto Botelho, Flávio Arns, Adelmir Santana, Marcelo Crivella, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes e Inácio Arruda. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente.

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2009, ÀS 12 HORAS E 07 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Vamos passar à análise do item 4, é uma [interrupção no áudio] terminativa, Projeto de Lei do Sena-

do nº 699/2007: "Altera o art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para permitir a compensação de débitos previdenciários com créditos referentes a outros tributos federais". O autor é o Senador Renato Casagrande. Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 492 de 2007: "Suprime o parágrafo único do art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para incluir as contribuições previdenciárias no procedimento de compensação de iniciativa do contribuinte, previsto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de janeiro de 1996". O autor é o Senador Flexa Ribeiro e o relator o Senador Wellington Salgado.

O Senador Wellington Salgado justificou sua ausência e pediu para que fosse designado um relator ad hoc. Eu designo o Senador Augusto Botelho, para a leitura do relatório.

Concedo, então, a palavra ao Senador Augusto Botelho para proferir o relatório.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado Sra. Presidente, eu vou ler o relatório do Senador Wellington Salgado. O relatório:

"Os Projetos de Lei do Senado, PLSs, de nºs 492 e 699, ambos de 2007, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Renato Casagrande, respectivamente, alteram a Lei 11.457, de 16 de março de 2007, objetivando autorizar a compensação dos débitos e créditos tributários indicados na ementa.

O PLS 492, de 2007, pelo seu art. 1º, revoga o parágrafo único do art. 26 da Lei 11.457, de 2007. A vigência da lei oriunda da proposição seria imediata.

Já o PLS nº 699, de 2007, tem três artigos. Por meio de seu art. 1º, o PLS altera o caput do art. 26 da Lei nº 11.457, de 2007, para nele incluir a remissão ao § 1º do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que trata do pedido de compensação de créditos e débitos tributários mediante a entrega, pelo sujeito passivo, de declaração de compensação.

O art. 2º revoga o parágrafo único do art. 26 da Lei 11.457, de 2007, e o art. 3º estipula que a lei oriunda da proposição entrará em vigor após decorridos cento e vinte dias de sua publicação.

Segundo as justificativas do art. 74 da Lei 9.430, de 1996, permitiu que os débitos relativos a imposto ou contribuições administrados pela extinta Secretaria da Receita Federal, SRF, pudessem ser compensados com créditos relativos a qualquer tributo sob administração daquele órgão. Posteriormente, com a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil pela Lei 11.457, de 2007, que unificou a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária, proibiu-se a compensação, por declaração, de débitos relativos a contribuições previdenciárias com crédito de outros tributos, a despeito de estarem, a partir de então, sob a mesma administração, o que não seria razoável e prejudicaria, inclusive, as empresas exportadoras.

Em 16 de abril de 2008, nesta Comissão de Assuntos Sociais, foi aprovado parecer favorável ao PLS nº 699, de 2007, com a Emenda 01 da CAS, que altera a emenda da proposição. Não foram apresentadas outras emendas. Em virtude da aprovação do Requerimento nº 627, de 2008, do Senador Jucá, os projetos tramitam em conjunto e após a análise desta CAS serão encaminhados à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa".

Análise, Sra. Presidente.

"Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 100, do inciso I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições pertinentes a previdência social e outros correlatos, como é o caso.

Os PLS coadunam-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo, quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria.

As proposições não criam benefício e nem geram renúncia fiscal, mostrando-se desnecessária análise sobre impactos orçamentários e financeiros.

O mérito de ambas é indiscutível. Elas versam sobre a mesma matéria e buscam o mesmo objetivo, mas de forma diversa. Enquanto o PLS 492, de 2007, suprime o parágrafo único do art. 26 da Lei 11.457, de 2007, o PLS 699, de 2007, além de revogar esse parágrafo, também altera o "caput" do dispositivo, autorizando expressamente o pedido de compensação de débitos relativos às contribuições previdenciárias mediante a entrega, pelo sujeito passivo, de declaração de que trata o § 1º do art. 74 da Lei 9.430, de 1996.

Antes da unificação da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária, era defensável a proibição de compensação de créditos e débitos previdenciários com outros tributos federais. Com a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil por meio da Lei 11.457, de 2007, contudo, era de se esperar que as restrições então existentes fossem eliminadas.

Vale destacar que o art. 114 da Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, oriunda da chamada 'MP do Bem', alterou o art. 7º do Decreto-Lei 2.287, de 23 de julho de 1986, para determinar ao Fisco federal que, antes de proceder à restituição ou ao ressarcimento de tributos, verifique se o contribuinte deve à Fazenda Nacional e, existindo débito, compense o valor da restituição ou ressarcimento, total ou parcialmente, com o valor do débito da restituição ou ressarcimento.

Especificamente no que se refere a débitos das contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do

parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, ou das contribuições instituídas a título de substituição e em relação à Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social, o dispositivo prevê o mesmo procedimento, ou seja, a autoridade fiscal deve compensar de ofício créditos de tributos federais com créditos previdenciários antes de qualquer ressarcimento ou restituição. Ato conjunto das antigas Secretarias da Receita Federal e Secretaria da Receita Previdenciária, consubstanciado na Instrução Normativa Conjunta 629, de 10 de março de 2006, dispõe especificamente sobre o procedimento a ser adotado para a compensação.

Nota-se, portanto, que as compensações de débitos de tributos federais com débitos de contribuições administradas pela extinta Secretaria da Receita Previdenciária já eram realizadas, independentemente de requerimento do contribuinte. Injustificável que o procedimento deva ser feito apenas de ofício, razão pela qual entendemos um avanço a autorização para que essas compensações também se dêem com base em declaração do contribuinte, nos moldes do art. 74, da Lei 4.930, de 1996. Os projetos tornam possível também a compensação de créditos decorrentes de contribuições previdenciárias com outros tributos federais.

A mudança legislativa proposta diminui a burocracia, torna o sistema mais lógico, justo e isonômico, além de não trazer qualquer prejuízo às contas públicas ou à organização da Seguridade Social.

Como dito acima, os projetos utilizam técnicas diversas para alcançar o mesmo objetivo. Entretanto, acreditamos que a forma utilizada pelo PLS 699, de 2007, é mais adequada, pois além de igualmente revogar o parágrafo único do 26 da Lei 11.457, de 2007, altera a redação do 'caput' do artigo, para fazer expressa menção ao § 1º do art. 74 da Lei 9.430, de 1996.

Ademais, é importante conceder um prazo para a entrada em vigor da futura norma, como faz o PLS 699, de 2007, haja vista a necessidade de providências administrativas a serem tomadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para possibilitar a compensação ora autorizada.

Finalmente, apenas para tornar mais claro o objetivo do PLS nº 699, de 2007, apresentamos emenda de redação alterando sua ementa. Frisamos que o texto ora apresentado é o mesmo da Emenda 01 da CAS, já aprovada por ocasião da apreciação, nesta Comissão, do relatório ao PLS 699, de 2007, ocorrida antes do apensamento das proposições em análise.

Desse modo, ficará indicado que será permitida a compensação não apenas de débitos previdenciários com créditos de outros tributos federais, mas também dos créditos previdenciários com débitos de outros tributos federais".

Do voto, Sra. Presidente.

Diante do imposto, o relatório do Senador Wellington Salgado, que eu estou sendo relator ad hoc, votamos pela aprovação do PLS 699, de 2007 com a seguinte emenda e pelo arquivamento do PLS 492, de 2007.

"Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado 699, de 2007:

Altera o art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para permitir, mediante declaração do contribuinte, a compensação de créditos e débitos de contribuições previdenciárias com os demais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil".

Este é o relatório do Senador Wellington Salgado, do qual eu sou relator ad hoc, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada Senador Augusto Botelho. Em discussão a matéria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu pessoalmente, eu sou totalmente favorável ao projeto. Eu sei que a Receita Federal tem dúvidas em relação à exequibilidade, quer dizer, como tornar isto exequível. Eu penso que em termos sociais, é importante compensação de créditos, de débitos, isso... E agora que a Secretaria da Receita Federal está atendendo os impostos de uma maneira geral, eu acho que é até mais fácil que isso seja feito através da Receita Federal.

Portanto, como o projeto não tem natureza terminativa nesta Comissão, ela irá para Comissão, ou ele irá, o projeto, para a Comissão de Assuntos Econômicos, para uma apreciação mais detalhada, eu penso também, que essa discussão sobre se é possível se não é, quer dizer, eu acho que isso pode ser feito, Senador Augusto Botelho, também lá na Comissão de Assuntos Econômicos.

Então apesar de haver as dúvidas em termos da Receita Federal, eu voto favoravelmente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada. Marcelo... Podemos então, já que ninguém quer mais discutir passar à votação. Senador Adelmir o voto.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Encerrei. Pela aprovação do parecer. Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Da mesma forma, Presidente, com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o relator... O relator... E a Emenda agora, em votação a Emenda. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos, e como aqui colocou o Senador Flávio Arns, realmente existem ainda algumas questões referentes à sua forma de executar que precisam ser melhor detalhadas e mais debatidas.

Mas na Comissão de Assuntos Econômicos, onde ela é terminativa, eu acho que terá realmente o fórum adequado para continuarmos as discussões.

Passamos agora ao item 05 que é uma decisão não terminativa do Projeto de Lei do Senado nº 641, de 2007, que "Acrescenta artigo a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências". O autor é o Senador Pedro Simon, o relator Senador Adelmir Santana. E o parecer foi pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana, para proferir o seu relatório.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sra. Presidente, esse projeto após a feitura do nosso relatório, recebeu e vem recebendo algumas manifestações com relação a alterações.

Entretanto, como ele não é terminativo aqui nesta Comissão, ele ainda irá a Comissão de Assuntos Econômicos, eu tenho argumentando com os que fazem referências ao projeto para que deixarmos essa discussão na Comissão de Assuntos Econômicos, que é terminativo.

O autor, ele sua justificativa esse projeto, assinalando que a proposição atende a demanda de tomadores de empréstimos, notadamente esses empréstimos consignados, com desconto em folha de pagamento ou benefício de seguridade, que vêm sendo levados a equívocos ou iludidos pelas facilidades nas ofertas de obtenção de créditos, por meios de comunicações, particularmente as eletrônicas, o telemarketing. Então, tais ofertas e facilidades levam à tomada do crédito, sem a devida reflexão e atenção do tomador.

O autor assinala ainda que a proposição foi apresentada por sugestão de um cidadão comum, que foi vítima de um procedimento desse.

"O Projeto, portanto, altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e estabelece que os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto da folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil, concedidos pelas instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos".

Mas o que... Os óbices que ele quer criar aqui... Ele quer criar não, ele quer que tenha a presença do tomador, para evitar esses dissabores de concessões, às vezes ocorridas através de telemarketing.

"Não há óbices constitucionais ao projeto, pois o inciso XIII, do art. 48, da Constituição Federal, estabelece que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e sua operações. Também nós não observamos injuridicidade na proposição legislativa".

Quanto ao mérito, nós somos favoráveis ao Projeto portanto, eu... O nosso voto é pela aprovação nesta Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão o parecer.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sra. Presidente, eu gostaria de perguntar ao nobre Senador Adelmir, se é possível hoje fazer sem a presença, porque eu acho isso tão estranho, de que maneira isso ocorre?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Através de... Liga para a instituição bancária, pelo telemarketing, diz lá o número da matrícula, ele já recebe os seus proventos por aquela instituição, autoriza o débito em conta, crédito consignado, esses empréstimos consignados, sem a presença do tomador. É exatamente o objetivo desse projeto, é evitar esse tipo de procedimento.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito bem. Sra. Presidente eu, embora, haja aqui até uma solicitação do Governo para que haja um pedido de vistas, como aqui é questão de mérito, vamos deixar para pedir ou para discutir...

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Permite um aparte, Senador? Foi exatamente isso a argumentação que usei com relação aos que me procuraram.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB RJ): Para Vossa Excelência...

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Como aqui vai ainda para a Comissão de Assuntos Econômicos, lá a gente vai...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Discutimos isso, a posição do Ministério, lá na Comissão de Economia. Meu voto é favorável, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em... Vamos encerrar a discus-

são e passamos a votação. Os senhores senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto irá para a Comissão de Assuntos Econômicos.

E eu quero aqui parabenizar o Senador Adelmir pelo seu relatório, parabenizar o Senador Crivella, pelo bom senso, porque eu acho que é uma questão de bom senso, que o projeto vá, como não é terminativo, na Comissão de Assuntos Econômicos, com certeza muitas dessas questões serão levantadas, debatidas, porque, na realidade, é um assunto que trata de uma questão que está no dia-a-dia de milhões de brasileiros, que são esses empréstimos por consignações, e o Senador Pedro Simon, que é o autor do projeto, ouvindo, com certeza, vários que foram prejudicados, em função das normas como são feitas atualmente, achou por bem entrar com esse projeto.

Então acho que ele é muito justo e é algo que vai de encontro com essa realidade que vivemos social, e que nós podemos "priorá-lo", com certeza, na Comissão de Assuntos Econômicos e foi um bom senso que eu digo, é porque nós precisamos que os projetos caminhem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Perfeito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente, caminhem--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, V.Exª me permite um aparte?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu me lembro que quando fui àquela missão para trazer brasileiros que viviam ilegalmente nos Estados Unidos, que, aliás, estavam presos, eu vi uma reportagem sobre uma quadrilha que operava no Estados Unidos, descobrindo pessoas que tinham Alzheimer, e fazendo financiamentos, porque lá também está essa facilidade, faz por telefone, por Internet, explorando as pessoas.

E então, o sujeito com Alzheimer ele depois não podia nem se defender, se ele tinha feito ou não, porque, às vezes, o sujeito tem lapso de lucidez, mas, na maioria do tempo, ele está sem lucidez e ele não sabia se tinha feito, se não tinha feito. E foi uma reportagem que eu vi na televisão americana.

Quer dizer, é muito importante mesmo que haja a presença da pessoa, na hora de tomar um empréstimo e contrair uma dívida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na realidade, a gente sabe, Senador Marcelo Crivella, que nós estamos sempre em busca de reduzir a burocracia, mas, nesse caso, não é somente os que têm Alzheimer, sofrem de alguma deficiência, mas também as pessoas idosas, que são, muitas vezes, ludibriadas por pessoas que acompanham, por pessoas, muitas vezes, até da própria família, que utilizam daqueles dados e via internet, via telefone, é passo, e conseguem esses empréstimos.

Então, eu acho... Vamos finalizar aqui a discussão desses comentários sobre essa matéria e encaminhá-la à Comissão de Assuntos Econômicos e dar as boas-vindas ao Senador Mão Santa, que chega para participar da nossa Comissão.

Passamos agora ao item 09.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu queria me justificar, porque estava na reunião da Mesa Diretora com o Presidente Sarney, mas gostaria de estar era aqui na sua Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas a sua presença nesse momento vem realmente dar condições que a gente possa dar prosseguimento e aprovação aqui das matérias.

Item 9, é decisão não terminativa, a Emenda de Plenário número 05 ao Projeto de Lei do Senado número 566 de 2007: "Altera dispositivos do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para regular a cobrança de anuidades pelo Conselho Federal de Contabilidade." O autor da emenda é o Senador Eduardo Suplicy, o autor do PLS é o Senador Neuto De Conto, o relator é o Senador Adelmir Santana, e o parecer é pela aprovação da emenda de plenário, nº 5, o Projeto de Lei do Senado número 566 de 2007.

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana para proferir o seu relatório.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Como bem a Sra. Presidente definiu na ementa, há um projeto que define um valor fixo para recolhimento de contribuições nos Conselhos de Contabilidade. Essas contribuições, pela Emenda, que verdade eu desejo, é que elas sejam fixadas pelas suas instituições nas suas assembleias, e não através de projeto de lei, até porque o valor, muitas vezes pode ser módico para um determinado, uma determinada região, mas pode ser ostensivo para outra região.

Então, a análise que fazemos é que o projeto, conforme, muito bem apontou o autor da emenda, deve tratar somente da fixação da cobrança de contribuições que sejam de interesse das categorias profissionais, as chamadas contribuições parafiscais, o art. 149 da Constituição Federal, que deve ser disciplinada por intermédio de lei.

"A criação de outras taxas, ou taxas por serviços prestados, não deve ser objeto de lei, mas de resolução dos conselhos profissionais que têm competência para adequar a necessidade e a complexidade dos

serviços prestados à capacidade contributiva de seus associados".

Portanto, o nosso voto, nós opinamos pela aprovação da emenda de nº 5 de Plenário, ao Projeto de Lei do Senado número 566, de 2007.

É isso aí, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Senador... É simbólico... Senhores senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto vai agora... A Emenda ao Projeto de Lei do Senado nº 566, de 2007, vai agora para a Secretaria Geral da Mesa.

Sobre agora, passamos agora à leitura de Requerimentos.

Eu gostaria de comunicar os senhores senadores que na próxima reunião, será de fundamental importância que todos os que aqui estão e que não puderam estar hoje, estejam presentes, porque nós vamos apresentar algumas normas para o andamento de nosso trabalho.

Existem muitos projetos importantes que precisam caminhar com mais rapidez e também com relação, na realidade eu já trago aqui, requerimentos e subscrito pela Comissão, de convocação dos Ministros, cujas pastas têm relação com a nossa Comissão, para que eles aqui venham, apresentem qual é a sua... O seu programa de trabalho para o ano de 2009 e assim também as discussões acerca do orçamento.

Eu quero aproveitar também, e dizer que ontem que eu tive a oportunidade, ontem à noite, de estar na cidade de Curitiba, na terra do Senador Flávio Arns. Muito... A cidade linda, continua cada vez mais bonita, um clima maravilhoso, inclusive, estava quente, Senador.

[risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós nordestinos esperamos chegar em Curitiba pelo menos com 15 graus, chegamos lá estava com mais de 30, era um dia que estava parecido com meu sertão lá do Rio Grande do Norte.

Mas, na realidade, o calor humano, esse passa de mil graus, porque o povo de Curitiba, do Paraná nos recebe muito bem.

Eu fui para a abertura da Reunião do Colegiado Nacional de Conselhos Municipais de Assistência Social, CONGEMAS. E foi muito importante, até porque, tivemos a oportunidade de conversar com vários conselheiros com secretários dos mais diversos recantos do nosso país, prefeitos e prefeitas que lá estavam também.

E a grande preocupação com as ações sociais, inclusive, relacionadas com o orçamento, porque nessa fase de crise muitos cortes aconteceram e alguns que vão, de certa forma afetar diretamente as ações voltadas à assistência social.

Então eu acho muito... Será muito produtivo que nós possamos aqui ter a presença do Ministro da área, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministro Patrus Ananias, como também das outras áreas, de saúde, de trabalho, que são as áreas relacionadas com a nossa Comissão.

Então, esse Requerimento, é exatamente um convite ao Ministro, é um requerimento nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, 5º, 8º e 9º, de 93, o segundo o Regimento Interno do Senado Federal: "Requeiro o convite dos Ministros do Trabalho, de Estado de Trabalho, Sr. Carlos Roberto Lupi, Ministro de Estado da Previdência Social, Sr. José Barroso Pimentel, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social, Sr. Patrus Ananias, para debater as políticas programas, e projetos, a serem implementados pelos ministérios ao longo do ano de 2009". Em aprovação o requerimento. Os Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

"Nos termos do disposto no art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, 5º, 8º e 9º, de 95, segundo o Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o convite do Sr. Paulo Bernardo, Ministro de Estado do Planejamento, para expor sobre recurso orçamentário disponíveis nas áreas social e de saúde". Em votação o requerimento. Srs. e Sras. Senadoras, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Temos aqui mais um requerimento, passo já [ininteligível]. A palavra, Senador Flávio Arns.

"Nos termos do caput do art. nº 50, da Constituição Federal, combinado com o inciso III, do art. 90 e o §1º do art. 397, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a convocação do Ministro de Estado da Saúde, Dr. José Gomes Temporão, para debater no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção Acompanhamento e Defesa da Saúde, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, as políticas programas e projetos, a serem implementados pelo Ministério ao longo do ano de 2009, bem como a situação atual do Programa Mais Saúde, PAC da Saúde". Requerimento assinado pela Senadora Rosalba Ciarlini, e o Senador Papaléo Paes.

A vinda dos Ministros será cada um numa data a ser pré-agendada, até porque eu acho que cada área deverá ser debatida, ser... As informações virem em separado para que a gente possa, conhecendo

melhor os programas, as ações, possamos com essa Comissão dar a nossa contribuição, importante para que as políticas de saúde, de desenvolvimento social e de combate a fome e de trabalho, possam, possamos apoiar e ajudar para que elas realmente possam chegar cada vez mais ao nosso povo. Com a palavra o Senador Flávio Arns, já tinha, depois, o Senador Augusto Botelho.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, da minha parte Sra. Presidente, eu concordo amplamente com o encaminhamento, considero importante, fundamental as vinda dos Ministros, para serem escutados e haver o debate individualmente. Então eu não tenho dúvida nesse sentido.

Eu gostaria até de solicitar a V.Exª, que depois da votação desse requerimento, porque eu gostaria de fazer uma observação em relação a Subcomissão, só que é, não sei se já faço agora mesmo.

Porque em relação a Subcomissão, Sra. Presidente, nós tínhamos, eu da minha parte, gostaria que continuassem duas subcomissões que mostraram, assim, relevantes serviços aqui para o debate, não só na Comissão, mas dentro do Congresso Nacional, que é a Subcomissão da Pessoa com Deficiência, que é uma parcela significativa da população e a questão da saúde, da previdência, da assistência, do trabalho, do trabalho, então, para pessoa com deficiência, os desafios são grandes, da previdência também.

Tem que ser aprovada a lei complementar também da aposentadoria do servidor público com deficiência, da aposentadoria da pessoa com deficiência, no regime geral da previdência, a questão da saúde, fisioterapia, fonoaudiologia, são todos desafios, assim, enormes, na área da assistência também, da Promoção um debate grande que acontece no Brasil, sobre o envelhecimento o processo de envelhecimento da pessoa com deficiência. Então é um desafio grande.

E a outra comissão, Sra. Presidente, é a Comissão de Saúde, há um nome mais... Mais longo, mas vamos dizer, em síntese, é a Comissão de Saúde e esta eu considero também fundamental, porque os desafios são grandes, as audiências foram feitas, o Senador Papaléo Paes conduziu de maneira muito adequada os trabalhos dessa Subcomissão.

Então, eu faria um apelo a V.Exª, Sra. Presidente, para que tanto a Comissão de Saúde, com seu nome nada mais completo, Saúde, Acompanhamento... Como que é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Promoção, Acompanhamento e Defesa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, está ótimo, mas em síntese é a da Saúde, e da saúde, a senhora, V.Exª, como médica, inclusive, todos nós como brasileiros, a gente sabe que precisa ser debatido o tempo todo e a vida toda. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada Senador Flávio Arns, realmente acho que todos nós concordamos, inclusive, nós temos aqui para encaminhar... Pois não Senador Augusto. Só concluir, nos já temos aqui, é um dos assuntos para serem encaminhados, mas passamos a palavra ao Senador Augusto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nessas duas Subcomissões, nós vamos promover uma audiência, ontem nós discutimos isso em plenário, em relação a pessoa portadora de deficiência, que existe uma determinação do Ministério da Educação de acabar todas as escolas especiais. E nós vamos convidar aqui uma pessoa do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, para gente discutir em conjunto essa atitude, nós pessoalmente Senador Flávio Arns achamos que é uma medida que não é... Uma medida que vá de encontro, que vá beneficiar as deficiências mais graves.

Então, principalmente, porque, doravante, as crianças para continuar tendo a LOAS, tem que estar matriculada em alguma escola. Se acabar a escola especial, como é que vai matricular essas pessoas, que não tem condições de conviverem em uma escola de pessoas que não tem deficiência?

É mais um assunto de requerimento que nós vamos fazer, assim que instalar essas duas Comissões.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E eu até, se a senhora me permita, só para acrescentar a esse debate, porque quando a gente fala na educação da pessoa com deficiência, a senhora, V.Exª, sabe que os casos de deficiências são os mais variados possíveis, como pode ter uma necessidade pequenininha, às vezes a pessoa com 15 anos, 16 anos, 17 anos está aprendendo a lavar a mão, se vestir, comer sozinho, tomar banho.

E não tem cabimento que a gente diz, uma pessoa com 15 anos com essa necessidade, ir lá numa turma que esteja vendo Química, Física, Biológica, por causa das necessidades... A gente tem que ter o direito de ser diferente, como muitos costumam e as nossas necessidades têm que ser atendidas.

E, além disso, esse processo de educação desse jovem vai para 18 anos, 20 anos, 25 anos, educação

para o trabalho, trabalho supervisionado. Em Mossoró, a senhora sabe como o pessoal lá trabalha e tudo.

Então, nestas áreas, nós temos que ir com calma, não é nada de sermos xiitas: "Não, tudo desse jeito", "Não, botar todas as pessoas com deficiência na classe comum". Eu digo: já falouo com o pai, já falou com a família, já falou com a pessoa com deficiências? Eles têm que ser respeitados, eles tem que decidir, tem que ajudar, tem que ver.

Agora, ninguém é contra, falando-se isso, ninguém é contra que haja espaços da classe comum, ninguém, absolutamente... Somos todos favoráveis, mas a realidade é tão diversa nesta área e as necessidades individuais do ser humano com deficiência, tem que ser bem atendidas.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Flávio e Senadora, passo usar a palavra? Agora eu vou dizer como nosso Senador Mão Santa: quis Deus que a nossa Presidente da Comissão fosse uma pediatra, médica que tem larga experiência com esse problema de deficiência de pessoas. Então nós vamos, com certeza, nós vamos andar bastante nesse território e vamos avançar muito para defender os direitos dos portadores de deficiência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria que inclusive, Senador Azeredo, parabenizá-lo pelo trabalho que o senhor vinha realizando e dizer que o Senador Flávio Arns que também é dessa área, como Presidente Nacional das APAEs conhece de perto toda essa dificuldade que eu também tive, infelizmente nós como médicos conhecemos.

E é muito, realmente, não se admite que de repente haja essa mudança tão brusca. Isso é um processo que passa por dotar também as escolas de condições para poder bem atender as pessoas que lá chegam com deficiência. E não são todas que poderão frequentar uma escola normal, uma escola, vamos dizer assim, de ritmo normal.

Nós sabemos que é muito louvável a questão de síndrome de Down, de tantas e tantas deficiências, o preconceito que se corta quando você passa a crianças a conviveram, a fazer todo esse trabalho social e conjunto, isso é muito importante para as famílias, para os que acompanham para os que passam por...

Mas tem casos, muitos, não são poucos, como o Senador Flávio Arns falou, que é uma coisa totalmente diferente do aprendizado. É um aprendizado mais lento, um aprendizado mais específico, mais detalhado. Passo a palavra ao Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente eu quero agradecer suas palavras aí e dizer realmente da importância que nós tenhamos essa Subcomissão com continuidade.

É conhecido que o Brasil tem realmente muitos avanços na legislação em relação às pessoas com deficiência, é claro que na prática muito ainda tem que ser feita. A própria questão do trabalho, quer dizer, nós temos uma legislação avançada, mas ele não é totalmente cumprida por vários motivos.

Existe uma questão também que já é realidade em países mais avançados, mais ricos, que é a questão mesmo do acompanhamento das pessoas com deficiência, esse é um ponto que nós ainda precisamos avançar, que é o poder público dar condições das famílias de terem alguém acompanhando a pessoa com deficiência. Evidentemente com todas as regras e tudo, que em alguns países isso já e realidade. Eu me espantei até a pouco tempo, e não era só com pessoa com deficiência, idosos tem, quando vão comprar passagens em alguns países, passagens de trem, por exemplo, não é ele que tem desconto não, é o acompanhante, para o idoso poder ter, um acompanhante para exatamente auxiliá-lo, veja bem o que é o avanço da sociedade. Uma pessoa mais idosa realmente precisa... É evidente, eu falei que são países que já são mais ricos que o nosso, mas nós vamos chegar lá, vamos chegar lá.

Mas especificamente, na Subcomissão, eu quero já aproveitar para indicar o nome do Senador Flávio Arns para ser o nosso Presidente na próxima Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu acho que é um nome, que realmente preenche todos os requisitos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não sei se pode acumular o Presidente da Comissão com o Presidente da Subcomissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não sei se a gente já pode fazer essa campanha também puder...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas se puder já conta com meu voto.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já orientamos a Secretaria da Comissão para que proceda as medidas necessárias para que a gente possa preencher...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senadora Rosalba, mesmo não, não...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A designar os membros e proceder instalação e se possível, já na próxima reunião, fazermos a votação das duas comissões, tanto a Comissão de saúde, como de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Subcomissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): As duas subcomissões, a de Saúde e a subcomissão que trata dos deficientes, das pessoas portadoras de deficiência.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sra. Presidente, peço pela ordem a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Com o intuito de solicitar a leitura do item 3 da pauta, mesmo não tendo quórum, mas se a senhora permitir eu já faria a leitura e a discussão e a votação ficaria para próxima sessão. Se V.Exª permitir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos atender a solicitação do Senador Inácio Arruda, que é o relator, até porque esse item já constava da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 23 de 2004: "Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação". Autor é o Senador Marcelo Crivella, relator Senador Inácio Arruda. E concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda para proferir o seu relatório, o parecer é pela aprovação do projeto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sra. Presidente, senhoras e senhores senadores. Eu tive a felicidade de dez anos depois do Senador Pompeu de Souza dar entrada no projeto que regulamentava a Constituição Brasileira, do capítulo de política urbana, ser o relator dessa matéria na Câmara, em 1999 e no esforço conjunto de todas as forças políticas e de todos os interessados, os trabalhadores, os semteto, as associações, as empresas, o setor organizado do empresariado, de nós conseguirmos aprovar o Estatuto da Cidade, que é uma lei muito importante que tem grande impacto na formação dos municípios e que, ora, lá atrás nós discutimos esse assunto, se a gente já poderia ali, no Estatuto da Cidade, já introduzir esse mecanismo do aproveitamento da energia solar para aquecimento da água servida nas propriedades que eram construídas como conjuntos habitacionais, prédios, todos financiados pelo sistema financeiro na habitação.

Mas um acordo político não permitiu que essa matéria já fosse tratada dez anos atrás. Quer dizer o Pompeu de Souza, juntamente com a assessoria e a consultaria do Senado, já em 99, em 89, já pensavam e tratavam do aproveitamento da energia solar para o esquecimento de água. Dez anos depois, nós não conseguimos um acordo que permitisse já a introdução no Estatuto da Cidade. E dez anos depois do Estatuto da Cidade, a matéria volta a ser discutida com projeto de iniciativa do Senador Crivella.

É... na leitura que eu faço, do relatório que eu apresento, Sra. Presidente, nós somos amplamente favoráveis, favoráveis e pela aprovação do projeto, é o nosso relatório mostrando o significado do aproveitamento da energia. Aqui não é a energia gerando energia elétrica, há que se fazer essa distinção, porque senão a compreensão fica enviezada. É a energia solar sendo aproveitada para aquecimento da água que é servida em prédios e casas construídas com o recurso do Sistema Financeiro da Habitação.

É importante fazer essa distinção, porque vez ou outra no debate, se levanta que o custo será muito alto, que é muito caro gerar energia solar. E é fato. Porque a geração de energia solar hoje exige que você tenha um conjunto grande de acumuladores, e isso tudo para o aproveitamento é muito difícil ainda para você fazer uma escala razoável.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É do preço da casa, não é exatamente do preço da casa, mas o custo é perto, para produção da energia elétrica. Agora para aquecimento, você precisa apenas de uma placa que vai ser sobreposta ali na caixa d'água, para o aquecimento, aproveitar o sol para aquecer a água.

Isso pode ser utilizado no Brasil inteiro, não há nenhuma região do Brasil, nós somos um país efetivamente tropical, com algumas zonas, pouquinhas, temperadas, mas o aproveitamento será para o Brasil inteiro e o custo é baixíssimo, muito, muito baixo, hoje fica menos de 500 reais, que é acrescida na construção de uma casa popular, ou mesmo uma casa para setores médio da população.

Então, não há nenhuma razão para nós não aprovarmos essa importante iniciativa que já vinha sendo discutida muitos e muitos anos, nós tivemos a oportunidade de debater esse assunto na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, depois aqui no Senado. O Senador Crivella toma essa iniciativa que é de grande alcance social e vai gerar economia, porque nós vamos deixar de usar a energia elétrica, fornecida pelas companhias, evidentemente, e isso evidente que é economia para população e é economia também para o país, de um modo geral, no uso de energia.

Nós fizemos duas emendas para tirar toda e qualquer possibilidade se levantar algum vício de consti-

tucionalidade do projeto do Senador Crivella, que nós apresentamos aqui no projeto é a Emenda nº 1 que está baseada nos seguintes termos:

"Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do PLS do nº 23, de 2004:

Art. 1º. O art. 2º da Lei nº 10.257", que é o Estatuto da Cidade, "de julho de 2001 passa a vigorar acrescido do inciso seguinte:

Art. 2º, inciso XVII. Instituição pelos municípios de normas e critérios de conversação e racionalização do consumo de energia em edificações, de uso coletivo pública e privadas sob sua jurisdição, considerados os insumos disponíveis e as tecnológicas aplicáveis".

E a Emenda de nº 2, nos seguintes termos:

"Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 23 de 2004:

Art. 2º. A Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo.

Art. 13-A. Os edifícios de uso coletivo somente poderão ser construídos com recursos do Sistema Financeiro de Habitação se contiverem sistemas para aquecimento de água que permitam a utilização, presente ou futura, de energia solar ou de outras fontes alternativas a energia elétrica".

Emenda de número 3:

"Dê-se à Emenda do PLS nº 23, de 2004 a seguinte redação:

Altera com vistas a fomentar a utilização de fontes energéticas alternativas, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, para instituir diretriz a ser observada pelos municípios e a Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964, para considerar a obtenção de financiamento no âmbito do sistema financeiro de habitação".

Então, Sra. Presidente, o nosso relatório é pela aprovação, o nosso voto e pedimos também que aprovassem-se as três emendas, porque elas têm esse objetivo de tirar qualquer vício possível de inconstitucionalidade, e nós temos essa importante conquista à mão do povo brasileiro. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. A matéria é terminativa, nós vamos ter que deixar como item, um dos primeiros itens para a próxima reunião, para que possamos continuar as discussões e a votação desse assunto que é fundamental, que é importante.

Além do mais, Senador Inácio Arruda parabenizá-lo pelo seu relatório, pela sua experiência, o senhor que conhece bem, porque trabalhou na questão do Estatuto da Cidade. Veja que a energia solar, principalmente o nosso Brasil praticamente em todas as regiões.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Na nossa, especialmente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É uma fonte inesgotável, principalmente no nosso Nordeste, Senador Mão Santa. Eu tive experiência, fui prefeita e implantei vários sistemas de energia solar na zona rural, onde o custo da energia convencional, era algo que a prefeitura não tinha condições de realizar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nesse caso das regiões remotas, o custo dessa energia convencional, que é, digo assim muito barata, nos maiores centros urbanos, fica muito cara lá nessa região remota.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E a energia solar passa a ser barata.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O sistema para chegar é caríssimo, caríssimo e muitas vezes, o custo- benefício, a população que ia atender é muito pequena. Então, aglomerados de seis, sete, nove, dez, casas, nós fizemos com energia solar. Um sistema simplificado, poços com energia solar, dessalinizador com energia solar. Foi uma experiência, realmente, que mereceu, inclusive, da Fundação Ford, e da Fundação Getúlio Vargas, com o BNDES, nós recebemos prêmios, inclusive, a Fundação Ford, um prêmio que além de você ser premiado, já ter essa referência da Fundação Ford, com um projeto que era "Água Viva Luz do Sol", porque esse programa aproveitava energia solar em poços para fazer pequenas irrigações. Era "Água Viva Luz do Sol", porque você fazia com que a água, além de impulsionar um dessalinizador, com energia solar, levando água de qualidade para aquelas comunidades, que o senhor conhece tão bem, porque é sua... É semelhante a nossa região, aquela água salobra dos poços artesianos, do calcário jandaíra.

Então, nós conseguimos também utilizar em pequenas irrigações. Então você levava vida pela água de qualidade, vida pelo trabalho e pela geração de renda. E esse projeto recebeu dois anos seguintes, fomos premiados, recebendo, inclusive, recursos para reinvestir no programa. Então, acho algo que deveria, não somente a energia solar ser utilizada nesse projeto, que é específico para o aquecimento de água, no que vai reduzir custo, vai, inclusive, trazer um benefício ainda maior, porque é uma energia limpa, uma energia limpa para o nosso país, também poderia, e eu espero que um dia esse Brasil veja o potencial que nós temos.

Enquanto, muitas vezes, gastamos milhões e recursos imensos, e muitas vezes até agredindo o Meio Ambiente com instalações para gerar energia, quando

nós temos uma fonte inesgotável no nosso país que é a luz solar.

Então, com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente, até não é em relação a esse assunto, porque V.Exª está adiando a votação, em função do fato do projeto ser de natureza terminativa.

Mas, no item 10 da pauta nós temos um requerimento do Senador Paulo Paim, ele não está presente. E ele me solicitou que eu também subscrevesse, o que eu faço com prazer também, porque as áreas, a área apontada é uma área extremamente pertinente, que é a questão do emprego e da previdência social. Então, eu subscrevo junto com o Senador Paulo Paim, para que o requerimento possa ser apreciado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [interrupção no áudio] Também a presença do Senador César Borges e do Senador Papaléo. Seu requerimento, Senador, já foi aprovado.

Agora passamos a leitura do Requerimento do Senador Paulo Paim, subscrito pelo Senador Flávio Arns: "Nos termos do art. 73 combinando com o inciso IV, do art. 89, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a extinção da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência Social, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, bem como, a criação da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social". Se algum senador quiser discutir a matéria em discussão. Passamos então à votação. Senhores senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Na próxima reunião, nós trataremos também os membros e os procedimentos necessários para as indicações das Subcomissões.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria também aqui, para finalizar: "Recebemos da Coordenação da Saúde Mental do Ministério da Saúde, convite para 8ª Reunião Do Fórum Nacional de Saúde Mental Infanto-Juvenil"... Senador Papaléo, gostaria de contar aqui com sua colaboração, um minuto, "a realizar-se nos dias 25 e 26 de março, em Brasília, Distrito Federal".

Nós fazemos parte desse fórum nacional, a Comissão de Assuntos Sociais. Então, o convite é para participar, e eu gostaria, inclusive, vou estar presente na abertura do dia 29, às 09h00, mas não vou poder permanecer, em função de outros compromissos. E gostaria, inclusive, é muito importante que tivéssemos um membro dessa... Nessa reunião. E eu estou aqui sugerindo o nome do Senador Papaléo para que ele seja o nosso representante no Fórum Nacional de Saúde Mental e Infanto-Juvenil. Se o senhor puder, nos dias 25 e 26, até porque são questões que o senhor tratou na Comissão anteriormente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu, eu... Foi, foi. Mas agora existe uma... Eu quero fazer justiça, no caso ao Senador Augusto Botelho, que deverá ser o nosso candidato a Presidente da Subcomissão de Saúde. E eu vejo que a indicação dele, apesar de não oficializarmos isso, termos oficializado, seria uma indicação louvável. Por isso eu passo...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não Senador Papaléo. E eu gostaria, inclusive, de dizer que é importante isso para sua contribuição continuar, aí o brilhante trabalho que o senhor vinha realizando na Comissão de Saúde, a Subcomissão de saúde.

E quero aqui dizer que acredito o senhor está lançando o nome do Senador Augusto Botelho acredito, que todos nós deveremos na próxima reunião já fazer essa avaliação, que é um nome que preenche todos os requisitos, até porque, é médico com uma larga experiência na área social. Muito obrigado e está encerrado.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem. E também, coitado, ele estava cansado de ser Vice, chegou a vez dele. Um médico experiente, sempre nos acompanhou aqui, sempre as minhas presenças como Presidente, tiveram sempre o incentivo dele, a indicação dele.

Então, nunca ele... Ele sempre fez questão da minha presença como Presidente. Foi possível a primeira eleição porque era uma subcomissão temporária, a segunda eleição porque já passou a ser subcomissão permanente e a terceira, a reeleição porque mudou de período legislativo, não é isso?

Então, agora não existe mais essa condição. Então, mais do que justo o Senador Augusto Botelho ser o Presidente da Comissão, Subcomissão de Saúde, e a brincadeira que fiz a respeito do vice, não é porque ele cansou não, porque ele fazia questão que eu fosse Presidente e ele sempre nos acompanhou como vice.

Então, ele é o nome indicado pelo bom senso, acredito de todos, para ser Presidente. E seria indicação dele, também, para nos representar na, na... Com esse assento importante que nós vamos ter na área de saúde mental, exatamente pelo fato de presidir depois e repassar para nós o que for importante. Muito obrigado Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, fica designado o Senador Augusto Botelho, inclusive, Senador Papaléo, eu acho que como o Senador Azeredo também está sen-

do convocado para continuar na Comissão como vice do Senador Flávio Arns, que está se colocando como candidato, eu acho que seria justo também que o senhor continuasse a dar essa contribuição e pudesse ser o vice, inverter esse papel.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB AP): [pronunciamento fora do microfone] de V. Exa. e de meus colegas senadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigado. Está encerrado, até a próxima reunião, quarta-feira.

Sessão encerrada às 13h06.

ATA DA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e vinte e um minutos, do dia vinte e cinco de março de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador PAULO PAIM, com a presença dos (as) Senadores (as) AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, EXPEDITO JÚNIOR, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, PAULO DUQUE, EFRAIM MORAIS, LÚCIA VÂNIA, MOZARILDO CAVALCANTI, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATTI, JAYME CAMPOS e MARISA SERRANO. Justifica a ausência o Senador João Durval. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica a todos a retificação do Requerimento nº 10, de 2009-CAS, onde se lê "convocação", leia-se "convite". Passa-se à apreciação das matérias. A Presidência sugere a inversão da pauta, sugestão que é acatada pelos Senadores presentes. ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº 12 , DE 2009-CAS "Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com o objetivo de obter informações e discutir sobre a situação da dengue em todo o território nacional, e especialmente no Estado Bahia. Com as participações dos seguintes convidados: Ministro de Estado da Saúde José Gomes Temporão; Presidente da Confederação Nacional de Municípios Paulo Ziulkoski; Secretário de Saúde do Estado da Bahia Jorge José Santos Pereira Solla; Presidente da União dos Municípios da Bahia Roberto Oliveira Maia da Silva e Representante do Tribunal de Contas da União". Autores: Senadores César Borges e Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 14 - REQUERIMENTO N° 13, DE 2009-CAS "Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para discutir as gorjetas pagas em bares, restaurantes e similares, as suas implicações econômicas, trabalhistas e previdenciárias e, conseqüentemente, instruir o PLS nº 725, de 2007, que "Acrescenta parágrafos ao art. 457 da Constituição das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre gorjetas pagas aos garçons e dá outras providências", de autoria da Senadora Patrícia Saboya. Para a audiência pública devem ser convidados representantes das seguintes entidades: 1- Associação Brasileira de Bares e Restaurantes; 2- Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares; 3- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade; 4- Ministério Público do Trabalho; 5- Ministério do Trabalho e Emprego". Autores: Senadores Eduardo Azeredo, Augusto Botelho, Rosalba Ciarlini e Paulo Paim. Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 14, DE 2009 - CAS "Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência para debater a regulamentação do Aviso Prévio, bem como o Adicional de Insalubridade dos Trabalhadores, devendo ser convidadas as entidades representativas do setor, Ministro do Trabalho, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, Confederação Nacional da Indústria e outros a serem definidos pela própria comissão" Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 421, DE 2007 "Altera a Lei n° 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção total do imposto de renda da pessoa física aos rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de setenta anos, iniciando-se com isenção de vinte por cento dos rendimentos aos sessenta e seis anos". Autor: Senador Efraim Morais. Relator: Senador Jayme Campos. Parecer: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as emendas 01 e 02 - CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, para prosseguimento de sua tramitação. ITEM 02 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2007 "Altera o Art. 1º da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, estendendo as regras desse diploma legal a todas as empresas que venham a contratar ou transferir trabalhadores para prestar serviço no exterior". Autor: Deputado Júlio Re-

decker. Relator "ad hoc": Senador Efraim Morais. Parecer: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto. O Senador Paulo Paim declara seu voto favorável ao projeto em homenagem póstuma ao Deputado Júlio Redecker. ITEM 09 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, DE 2008 "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para autorizar o INSS e os Municípios, no âmbito da sistemática do parcelamento de débitos previdenciários dos municípios, modificar a forma de corrigir monetariamente o montante das dívidas dos municípios". Autor: Senador Antônio Carlos Valadares. Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti. Parecer: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado requerimento nº 15-CAS, de 2009 de sobrestamento (item 16 de extra-pauta) de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. ITEM EXTRA-PAUTA ITEM 16 – REQUERIMENTO Nº 15, DE 2009 - CAS "Nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2008, que "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro 2005, para autorizar o INSS e os Municípios, no âmbito da sistemática do parcelamento de débitos previdenciários dos municípios, modificar a forma de corrigir monetariamente o montante das dívidas dos Municípios", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares". Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti. Resultado: Aprovado. ITEM 12 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007 "Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica". Autor: Deputado José Carlos Elias. Relator "ad hoc": Senador Mozarildo Cavalcanti. Parecer: Pela aprovação do Projeto, na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o relatório, foi concedido vista ao Senador Jayme Campos. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2008 "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre a impressão do número do lote e das datas de fabricação e de validade de medicamentos". Autor: Senador Papaléo Paes. Relator "ad hoc": Senador Jayme Campos. Parecer: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, para prosseguimento de sua tramitação. ITEM 03 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2004 "Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)". Autor: Senador Marcelo Crivella. Relator: Senador Inácio Arruda. Parecer: Pela aprovação do Projeto, com as três emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, devido a apresentação de novo Relatório pelo Relator, Senador Inácio Arruda. Os Senadores Paulo Duque e Efraim Morais fazem um apelo à Comissão sugerindo convocação extraordinária a fim de votar o Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2007 de autoria do Senador Sérgio Zambiasi. O Presidente acata a sugestão, comunicando que havendo quorum para deliberação, as matérias serão pautadas na reunião do dia seguinte, 26/03/2009 antes da Audiência Pública. Os itens 01, 04, 05, 06, 07 e 08 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Efraim Morais, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Duque e Jayme Campos. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Paulo Paim,** Vice-Presidente

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2009, ÀS 11 HORAS E 20 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadores e Senadoras, vamos iniciar a nossa Reunião da Comissão de Assuntos Sociais. Eu já peço desculpas pelo atraso. Eu inicio sempre no horário e o meu compromisso aqui hoje era iniciar às onze horas, mas eu estava fechando a Comissão de Direitos Humanos, o Senador Cristovam está viajando, o Senador José Nery estava numa outra atividade, que é a Campanha da Fraternidade, o ato no Plenário do Senado, e eu tive que presidir aquela Comissão. Por isso eu peço desculpas, senão eu teria iniciado onze horas em ponto, porque o Senador que chega, não é correto ficar esperando que o próprio Presidente chegue atrasado. Por isso que eu faço questão de imediato abrir e vamos começar a votar. Começaremos a votar os não terminativos, há já quorum suficiente de assinatura, e os requerimentos. E vamos, com isto, torcer para que dê o número regimental para votar os terminativos. Se não tiver, se encerra a Sessão, votando aquilo que for possível dentro da norma regimental.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores e Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Estamos fazendo só uma correção aqui de um convite encaminhado. Eu gostaria de comunicar a todos a retificação do Requerimento nº 10, 2009, da CAS. Onde se lê "convocação", leia-se "convite". Agradeço a compreensão de todos.

Vamos aos não terminativos. Se algum dos Senadores presentes, inclusive, tiver preferência por algum terminativo ou algum requerimento, eu de imediato vou botar em votação o pleito dos Senadores que estão presentes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Efraim Morais, por favor, com a palavra.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Aliás, eu gostaria de fazer uma reclamação à Secretaria que no nosso nome comete dois erros, tanto no Efraim como no Morais. É Efraim e o meu Morais é Morais de pobre, que é com "i", o de "e" é que é de Ermírio de Moraes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A nossa competente secretária já está providenciando a correção, que foi um erro de quem datilografou. Não é mais datilografou, é computador [risos].

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): É o PLS nº 421, não é isso? Eu não sei se é terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Relator é o Senador Jayme Campos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): O Senador Jayme Campos, a meu entender, não é mais membro da Comissão e--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele é membro suplente da Comissão. Se nós pudéssemos fazer um apelo que alguém ligasse para ele, ele já assinou a lista.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu farei esse contato.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V. Exª. faz o apelo?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu tentarei, pediria à Secretaria que fizesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso, e ele chegando nós já botamos em votação o projeto suscitado por V. Exª.

Vamos começar a votar os requerimentos que estão na mesa.

Requerimento, Item 13 da pauta, autor o Senador César Borges. "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante essa Douta Comissão com o objetivo de obter informações e discutir sobre a situação da dengue em todo o território nacional, especialmente no Estado da Bahia. Com as participações dos seguintes convidados: Ministro de Estado da Saúde José Gomes Temporão; Presidente da Confederação Nacional dos Municípios Paulo Ziulkoski; Secretário de Saúde do Estado da Bahia Jorge José Santos Pereira Solla; e o Presidente da União dos Municípios da Bahia Roberto Oliveira Maia da Silva". Em discussão a matéria. Incluímos, nesse momento, por sugestão que chegou à Mesa, um representante também do TCU. Em discussão a matéria. Se não há quem queira discutir, vamos ao voto. Não havendo então quem mais queira discutir, encerro a discussão. Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 14, também requerimento. Autores os Senadores Eduardo Azeredo, Augusto Botelho e Rosalba Ciarlini, Presidente dessa Comissão, que não está aqui porque está numa missão fora de Brasília. "Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para discutir as gorjetas pagas em bares, restaurante e similares, as suas implicações econômicas, trabalhistas e previdenciárias e, consequentemente, instruir o PLS nº 725, de 2007, que "Acrescenta parágrafos ao art. 457 da Constituição das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre gorjetas pagas aos garçons e dá outras providências", de autoria da nobre Senadora Patrícia Saboya. Para a Audiência Pública devem ser convidados representante das seguintes entidades: 1- Associação Brasileira de Bares e Restaurantes; 2- Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares; 3- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade; 4- Ministério Público do Trabalho; 5- Ministério do Trabalho e Emprego. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu só queria informar--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Primeiro agradecer à V. Exª. pela tolerância, já que é também do conhecimento de V. Exª. que às quartas-feiras pela manhã, realmente, são complicadas em relação à agenda de todos nós Senadores no que diz respeito à presença em diversas Comissões. Eu contatei a pouco com o Senador Jayme Campos, que se encontrava na Comissão de Assuntos Econômicos, e que já está se deslocando para que nós possamos discutir essa matéria, que é um projeto de nossa autoria, que concede isenção total do imposto de renda da pessoa física aos rendimentos de aposentaria e pensão para os maiores de setenta anos,

iniciando-se com a isenção de 20% dos rendimentos aos sessenta e seis anos. Matéria que V. Exª. já discutiu, participou conosco dessa discussão. São duas Emendas e o Senador Jayme campos, que tinha essa matéria já preparada, pronta para ser votada ainda no ano passado, não conseguiu, mas traz agora e feliz não só do Senador Efraim Morais, não só do Senador Jayme Campos também, mas dos aposentados desse País que terão o prazer de aqui na Comissão de Assuntos Sociais ver aprovada na presidência de V. Exª. que é, sem dúvida e longe de qualquer discussão, o parlamentar brasileiro que tem, levando-se em consideração o Congresso Nacional, com muita competência, sabedoria e transparência discutido a questão dos aposentados do nosso País. Então eu já antecipadamente agradeço a tolerância de V. Exª., ao lado aqui do nosso Senador Paulo Duque, que também nos ajuda nesse sentido, para que a partir daqui possamos chegar ao Plenário com essa matéria, para se juntar a essa luta que vem de todos nós que defendemos os aposentados no nosso País, tendo V. Exª., sem medo de errar, como o nosso líder, como o nosso comandante nessa luta que é justa e merecida em função daqueles que trabalharam a vida toda em defesa do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador Efraim Morais, pelas palavras, que eu estendo para todos Senadores e Deputados, já que essa Casa, que às vezes é tão criticada, teve a ousadia de aprovar, por unanimidade, os três projetos que pautaram grande parte da sociedade brasileira, com eventos em todos os Estados, para garantir o fim do fator, o reajuste integral para os aposentados com o percentual dado mínimo e também a reposição das perdas. Num primeiro momento disseram que era uma irresponsabilidade, chegaram a dizer. Hoje já a Câmara chegou ao entendimento, primeiro, que tem que votar mesmo o fim do fator, já é unanimidade na Câmara, inverteu, os que criticaram num primeiro momento, e já está crescendo, com certeza absoluta, tanto que já está no Plenário para votar, a Comissão Especial já aprovou, que tem que estender o mesmo percentual para os aposentados, o dado mínimo. Então as críticas, em certos momentos, elas vêm, elas são por nós até acatadas de forma responsável, equilibrada, mas eu sempre digo que o tempo é o senhor da verdade, como esse projeto de V. Exª. também vem na mesma linha. Nós vamos votar ele em primeiro lugar, o Senador Jayme Campos já está chegando.

Eu aproveitaria, enquanto ele chega, eu queria, se os senhores assim entenderem, um requerimento de minha autoria extrapauta, é só uma Audiência Pública. Eu submeto, primeiro, a V. Exªs. se concordariam que eu colocasse um requerimento de minha autoria extrapauta, que tem como objetivo discutir a questão do aviso prévio e o adicional de insalubridade. Chamaremos os empresários, os trabalhadores e o próprio Ministério do Trabalho. Se os senhores concordarem, eu colocaria em votação, primeiro, se concordam que eu inclua extrapauta. Se os senhores concordarem, eu daí farei a votação.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Por unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então eu faria a leitura rápida. Aprovado extrapauta. Enquanto esperamos o Senador Jayme Campos, eu também já lembro aqui a Mesa, se tiver alguns dos projetos não terminativos, que o Parecer esteja aqui, já venceu o número de Sessão correspondente, que a gente aguarda o Relator principal dar o Parecer, se ele não tiver, eu passaria para os Senadores ad-hoc aqui presentes, para a gente votar pelo menos hoje os nossos terminativos.

Então o requerimento por mim apresentado: "Com fundamento no disposto do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combino com o art. 90, inciso II, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e Previdência ou desta Comissão Especial - se assim nós entendermos e pode ser nela - para debater a regulamentação do aviso prévio, bem como o adicional de insalubridade dos trabalhadores, devendo ser convidadas as entidades representativas do setor, o Ministério do Trabalho, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), Confederação Nacional da Indústria e Centrais Sindicais e Confederações, aí representando os trabalhadores". Esse é o requerimento. Os Srs. Senadores e Senadoras que quiserem discutir... Encerrada a discussão, vamos à votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Enquanto aguardamos a chegada do Senador Jayme Campos, eu convidaria o Senador Efraim Morais a relatar o Item 2, PLC 59, de 2007, decisão não terminativa: "Altera o art. 1º da Lei 7.064, de 6 de dezembro de 1982, estendendo as regras desse diploma legal a todas as empresas que venham a contratar ou transferir trabalhadores para prestar serviço no exterior". O autor, olha só que coincidência, o autor, eu que já fiz homenagem a ele, é o infelizmente falecido Deputado Júlio Redecker. A Relatora é a Senadora Marisa Serrana. Eu digo porque ele é gaúcho, foi aquele acidente do avião da TAM, onde o Júlio Redecker, com cerca de duzentas pessoas, infelizmente faleceu. O Parecer da Senadora Marisa Serrano é pela aprovação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, Senador Valadares, que já presidiu e muito bem essa Sessão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Muito obrigado. Presidente, é o seguinte: o Item 9º, é o Projeto de Lei nº 262, de 2008, que tem como Relator o Senador Mozarildo Cavalcanti, eu sou o autor dessa proposta que altera a legislação para autorizar o INSS e os Municípios, no âmbito da sistemática do parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios, a modificar a forma de corrigir monetariamente o montante das dívidas dos Municípios. Como o Presidente, o Governo baixou uma Medida Provisória que, posteriormente, será discutida no âmbito do Plenário, eu peço o sobrestamento dessa proposta, até para que ela sirva como sugestão para a eventualidade de uma Emenda melhorando a proposta do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presidência acata o pedido de V. Exª--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu agradeço a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --para que ela saia de pauta. Eu de imediato--

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, eu solicitaria a V. Exª., como houve uma inversão de pauta--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): --e o Senador Jayme Campos que deixou uma das Comissões e precisa voltar urgentemente, que eu seria--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V. Exª. relata em seguida o número Item nº 2?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com o maior prazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mozarildo, o que a assessoria está informando é que V. Exª. que tem que fazer o pedido. Eu considero como o pedido tenha sido feito por V. Exª., mas pode formulá-lo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu quero dizer que ratifico o pedido do autor e, realmente, concordo que é oportuno o pedido de que seja retirado de pauta e aguarde, portanto, a análise do momento oportuno para--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acatado o pedido de V. Exª., Senador Mozarildo Cavalcanti. Então conforme combinado, nós, primeiro, pedimos a inversão de pauta. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram, conforme havia sido combinado, para que agora seja votado agora o projeto do Senador Efraim Morais. Pelo que eu entendi, aprovada a inversão de pauta. Passamos de imediato a palavra ao Relator e pedimos a presença de todos, porque essa Comissão, por duas vezes, se comprometeu com o Senador Zambiasi de votar o seu projeto. O projeto do Senador Zambiasi é terminativo, mas está pronto, já foi lido, é só ir a voto.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Na realidade, Presidente, eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faço um apelo aos Senadores.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Na realidade, Presidente, permita-me uma manifestação muito rápida. Esse projeto está aqui na Comissão de Assuntos Sociais há um ano para ser votado e ele aguarda exatamente essa votação terminativa para corrigir uma falha do projeto original, votado em 2007, que regulamenta a profissão de enólogo e técnicos em vitinicultura no Brasil, não é apenas no Rio Grande do Sul. Hoje, felizmente, o Brasil inteiro já produz bons vinhos, Bahia, Pernambuco, outros Estados são associados ao Rio Grande do Sul. E ficou, por falha no encaminhamento, um grupo de recém formados e um grupo de estudantes, cerca de duzentos ou trezentos profissionais, eu não lembro, eles acabaram fora da regulamentação. Então é um resgate com estas pessoas, porque o projeto, ele já contempla todos os próximos formandos, ele já nos dá a condição de termos no Brasil enólogos, não havendo mais necessidade de trazer a assinatura de um italiano, de um chileno, de um argentino, de um espanhol ou de um português para a nossa produção vitivinícola. Hoje, felizmente, nós temos lá em Bento Gonçalves uma Escola Técnica e uma Faculdade de Enologia, são as duas primeiras escolas brasileiras, dando condição, portanto, que tenhamos uma produção adequada, com todo o acompanhamento para que a produção vitivinícola brasileira possa atingir os padrões de qualidade e de competitividade como já está alcançando. Nós já temos vinhos de alta competitividade no Brasil. O único problema agora são os impostos, porque as isenções do MERCOSUL fazem com que vinhos argentinos e uruguaios, até chinelos, cheguem ao Brasil com preços menores do que os que chegam ao Rio Grande do Sul. Então é isso, Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi feito o apelo pelo Senador Zambiasi para que venha à Comissão de Assuntos Sociais. O projeto já foi lido, há o acordo, é só votar. Eu tenho certeza que será aprovado por unanimidade.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra de imediato ao Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. É com muito prazer e, sobretudo, honrado sobremaneira como Senador da República que nós fomos designados para relatar o Projeto de Lei de autoria do Senador fariam de

Moraes. Por sinal, antes de mais nada, eu quero lhe cumprimentar, tendo em vista que o projeto do Senador Efraim de Morais é um projeto meritório, sobretudo preocupado também, como V. Exª. sempre foi, com os nossos aposentados, na medida que é um projeto que busca efetivamente acabarmos, durante cinco anos, quando o Senador(F) aposenta, com o imposto de renda, que pesa também sobremaneira em relação aos salários dos nossos aposentados que, lamentavelmente nesse Brasil aqui, nesse País, não é tratado com respeito e com dignidade.

Então para concluir, dizer ao Senador Efraim de Morais que me sinto feliz de ter essa oportunidade ímpar de, como Senador da República, relatar um projeto de envergadura invejável, tendo em vista que mostra a preocupação do Senador Efraim de Morais com os nossos aposentados, aqueles que recolhem 27,5% daquilo que ele poderia receber. Entretanto, quando recebe, na verdade recebe já descontado e quase com um salário de miséria.

Trata-se do Projeto de Lei, PLS nº 421, de 2007, de autoria do valoroso Senador Efraim de Morais, que altera a legislação do imposto de renda de pessoa física nos termos da Emenda transcrita acima.

Se me permite, Sr. Presidente, eu vou na fase de análise, tendo em vista que a matéria já se encontra aqui nessa Comissão, eu imagino que todo mundo já teve acesso, já leu. Entretanto, como V. Exª. não falou no início da sua fala, é da Comissão de Assuntos Sociais, Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2007, que "Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção total do imposto de renda da pessoa física aos rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de setenta anos, iniciando com a isenção de 20% dos rendimentos nos sessenta e seis anos". Essa é a essência do projeto do Senador Efraim de Morais.

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 100, inciso I e IV do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições pertinentes à previdência social, relações de trabalhos e outros assuntos correlatos, como é o caso. O PLS nº 421, de 2007, coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar, no processo legislativo no art. 61, caput, da Constituição Federal, quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria do art. 24, inciso I, art. 48, do caput, do inciso I, 153, inciso III, da CF. Ainda sob o ponto de vista da constitucionalidade, o projeto atende as exigências da Lei Federal específica para a concessão de qualquer isenção de imposto previsto no § 6º do art. 150 da Constituição. A proposição, nos seus arts. 2º e 3º observou a determinação do art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, mostrando-se adequado em termos orçamentários e financeiros.

No mérito, o objetivo alivia a tributação dos aposentados, pensionistas e militares das reservas ou reformadores maiores de sessenta e seis anos. Nesse sentido, é louvável e coerente com o pleito recorrente da sociedade, qual seja, redução da carga tributária. Além disso, consoante dispõe o art. 230 da CF, o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. Contudo, entendemos que o projeto necessita de aperfeiçoamento, mormente para evitar que sejam prejudicados os contribuintes atualmente beneficiados com a isenção prevista no inciso XV, do art. 6º, da Lei 7.713, de 1988, no valor mensal de R$ 1.372,81 no corrente ano de 2008. Além disso, é necessária a imposição de limite a movel(F) isenção. Destarte, propomos a manutenção da redação do inciso XV, do art. 6º, da Lei 7.713, de 1988, e a inclusão do art. 6º nessa norma, concedendo a isenção progressiva do imposto de renda da pessoa física e incidente sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão para os maiores de sessenta e seis anos, sem prejuízo da atual parcela isenta enunciada na tabela de incidência mensal do Imposto de Renda. Também propomos o teto mensal de até R$ 3.800,00 para o benefício.

Voto. Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2007, com as seguintes Emendas: "Dá-se a seguinte redação à Emenda do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2007: Altera a Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção progressiva do imposto de renda da pessoa física incidente sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão para os maiores de sessenta e seis anos". Emenda: "Dá-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2007. Art. 1º: a Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo: Art. 6º: Além da isenção prevista no inciso XV, do caput, do art. 6º desta Lei, e sem prejuízo da parcela sessenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto, os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, de transparência para a reserva remunerada ou de forma pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidades de previdência privada, ficam isentos do imposto de renda até o limite mensal de R$ 3.800,00, nos seguintes percentuais: 1) 20% dos rendimentos a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e seis anos de idade; 2) 40% dos rendimentos a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e sete anos de idade; 3) 60% dos rendimentos a partir do mês em que

o contribuinte completar sessenta e oito anos de idade; 4) 80% dos rendimentos a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e nove anos de idade; 5) 100% dos rendimentos a partir do mês em que o contribuinte completar setenta anos de idade".

Esse é o meu voto, Sr. Presidente Paulo Paim, demais Senadores. Eu gostaria de cumprimentar este valoroso e competente homem público desse País, que é o Senador Efraim de Morais, pelo projeto que certamente todos nós, parlamentares, e, acima de tudo, o povo brasileiro aplaude V. Exª. pela iniciativa, ou melhor, pela feliz iniciativa de propor esse projeto que atende, com certeza, as pessoas que contribuíram muito com este País, sobretudo construindo a grandeza da nossa Pátria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra para o autor do projeto, Senador Efraim Morais, para os que chegaram agora, que foi relatado pelo Senador Jayme Campos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente Senador Paulo Paim, eu não tenho muito o que acrescentar, pelo contrário, eu quero parabenizar ao Senador Jayme Campos pela competência, pela rapidez com que concluiu o estudo que foi por nós proposto e que recebe essas duas Emendas. Nós, na condição de autor desta proposta, acatamos perfeitamente, porque vem aperfeiçoar e tecnicamente deixar o nosso projeto em condições de caminhar com maior rapidez para que possamos juntos lá no Senado, junto aos projetos de V. Exª., aos projetos dos Senadores no que diz respeito à aposentadoria, possamos garantir essa nova possibilidade de termos, realmente, os nossos aposentados, aposentados brasileiros, e que o Estado possa, já que é dever dele amparar as pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade e, principalmente, com dignidade. Que possa, a partir daí, os aposentados brasileiros, que prestaram e prestam grande serviço ao nosso País, tenham melhores condições e mais dignidade de vida.

Por isso, eu agradeço ao Senador Jayme Campos e peço aos companheiros todos que aqui se encontram para que possamos aprovar esse projeto e aprovar por unanimidade, porque é mais uma prova de que o Senado se preocupa com a situação dos nossos aposentados, dos nossos irmãos aposentados brasileiros. Agradeço a V. Exª., ao Relator e aos demais companheiros que aqui se encontram, que eu tenho certeza, em nome dos aposentados, haveremos de aprovar por unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Seguindo a orientação aqui da assessoria, só vou ler a Ementa pela importância e ficar nos anais. O Projeto de Lei é do Senador Efraim Morais, relatado pelo Senador Jayme Campos. "Altera a Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção total do imposto de renda da pessoa física aos rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de setenta anos, iniciando-se com isenção de 20% dos rendimentos aos sessenta e seis anos". A matéria ainda vai à Comissão de Assuntos Econômicos. Não é terminativo.

Terminada a discussão, não havendo quem mais queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2007, com duas Emendas que apresenta o Relator. Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Pergunto a todos se mantém o voto também nas duas Emendas? Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Parabéns ao Senador Efraim Morais e parabéns ao Senador Jayme Campos que relatou a matéria.

Vamos para o Item 2. Eu vou fazer aqui o que manda o Regimento. Item 2, decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2007, "Altera o art. 1º da Lei 7.064, de 6 de dezembro de 1982, estendendo as regras desse diploma legal a todas as empresas que venham a contratar ou transferir trabalhadores para prestar serviço no exterior". O Autor é o Deputado Júlio Redecker. Rendo aqui, mais uma vez, as minhas homenagens ao, infelizmente, falecido tragicamente num acidente da TAM, em São Paulo, ao gaúcho Júlio Redecker, que era muito voltado a esse tema da exportação. Com certeza o Brasil perdeu um grande patriota, um Deputado que se destacou pela sua ação. Foi nosso colega, Efraim, na Câmara dos Deputados.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então é com alegria que eu passo a relatoria de forma ad-hoc, substituindo a Senadora Marisa Serrano, ao Senador Efraim. Só lembra que também não é terminativo, ele ainda vai para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Não, ele já foi aprovado no dia 18/10/2007 na Comissão de Relações Exteriores. A matéria constou na pauta da Reunião de 18/03/1999. Ele vai diretamente ao Plenário, porque veio da Câmara.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, para mim é uma honra muito grande relatar essa matéria, primeiro, substituindo a Senadora Marisa Serrano, que fez um belo trabalho no que diz respeito à relatoria e, depois, como frisou V. Exª., é o saudoso Deputado Júlio Redecker, que tivemos a honra, eu e V. Exª., de juntos convivermos na Câmara dos Deputados

e, claro, traz para a análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2007, que estende para todos os trabalhadores a incidência da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982.

A referida Lei disciplina as relações de trabalho daqueles que foram contratados no Brasil para prestar serviços no exterior, mas limita o seu campo de atuação aos empregados de empresas prestadoras de serviços de engenharia. E aí, como engenheiro, eu acho que me enquadro bem nessa matéria.

A proposição recebeu Parecer favorável nas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. Nesta Casa recebeu o Parecer favorável na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, não havendo sido apresentada nenhuma Emenda até o presente momento.

A análise foi feita, e é atribuição desta Comissão, a teor do que dispõe o art. 100, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre o Projeto de Lei referenciado. Não há quaisquer vícios a apontar, nem relativos à constitucionalidade e nem à juridicidade, estando atendidos os disposto nos arts. 22, inciso I, e 61, da Constituição Federal.

Também no que importa ao mérito, não há reparos a fazer à iniciativa, que trará o implemento no tratamento dispensado pela Lei aos trabalhadores contratados no Brasil para prestação de serviços no exterior. Na sistemática atual, somente os que forem contratados por empresas prestadoras de serviço de engenharia, consultoria, projetos e obras, montagem, gerenciamento e congêneres são regidos pelo diploma legal específico, qual seja, a Lei nº 7.064, de dezembro de 1982. A Consolidação nas Leis do Trabalho, a nossa CLT, não traz determinação específica no que importa à remoção para o exterior. Para solucionar os conflitos de Lei Trabalhistas no espaço, aplica-se, então, a regra geral, qual seja, a relação jurídica é regida pelas Leis vigentes no País da prestação de serviço e não por aqueles do local da contratação. Essa é a chamada regra da territorialidade, consignada na Convenção de Havana, em 1928, e ratificada pelo Brasil e seguida pela jurisprudência trabalhista Pátria no Enunciado nº 2007 do Tribunal Superior Eleitoral do Trabalho.

A Lei nº 7.064, de 1982, fixa uma parcial isenção no princípio da territorialidade, deixando claro que se aplicam aos contratos por ela regulados a legislação do local da prestação de serviço, mas permite a aplicação da legislação mais favorável ao trabalhador. Todavia, Sr. Presidente, como apontado anteriormente, a Lei em comento tem aplicação restrita aos trabalhadores que forem contratados por empresas prestadoras de serviços de engenharia, consultoria, projetos e obras, montagem, gerenciamento e congêneres.

A solução que os Tribunais têm encontrado para resolver esse conflito, respeitando o princípio da igualdade, consagrado no art. 5º da Constituição Federal, é aplicar por analogia a Lei nº 7.064, de 1982, às remoções externas implementadas pelos demais empregadores situados no Brasil. Mas ficar a depender da intervenção judicial para uma solução justa não nos parece adequado, ainda mais se considerarmos que nem todos os trabalhadores procuram Tribunais para fazer valer os seus direitos. A iniciativa que ora analisamos corrige essa distorção, equacionando, da melhor forma possível, o problema desses milhares de trabalhadores brasileiros.

O Voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Face ao exposto, votamos pela aprovação do PLC nº 59, de 2007. É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Parecer pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2007. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado também por unanimidade.

Eu quero declarar que o meu voto é numa homenagem póstuma ao Deputado Júlio Redecker, eu acho que de toda Comissão. Que conste em Ata pela perda desse grande brasileiro.

Nós temos que formalizar, Senador Mozarildo Cavalcanti, então eu vou ler para que o Plenário tome conhecimento do seu requerimento, para que a matéria saísse de pauta. “Nos termos do Requerimento nº 335, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2008, que altera a Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, para autorizar ao INSS e aos Municípios, no âmbito do sistema de parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios, modificar a forma de corrigir monetariamente o montante das dívidas dos Municípios”. A autoria é do Senador Antonio Carlos Valadares. O autor desse requerimento é o Senador Mozarildo Cavalcanti. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto sai de pauta.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, há uma matéria bastante--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): --interessante, e antes, se houver algum pedido de--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De inversão?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): --alteração de pauta, sei da situação de V. Exª., claro, que presidindo a sessão, tem um projeto de autoria de V. Exª., que eu não sei se é terminativo, que eu tive a oportunidade de discutir, cujo Relator é o Senador Heráclito Fortes. É matéria também que diz respeito à pensão por morte, naquele que tiver no mínimo cento e oitenta contribuições mensais. Se V. Exª. e, for possível, e me permitir, eu quero é me nomear Relator ad-hoc com a autorização de V. Exª., evidentemente, e de todo o Plenário, por se tratar de uma matéria da maior importância.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já está nomeado. Se nós conseguirmos o quorum, porque ele é terminativo--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Ele é terminativo, porque é matéria da maior importância e, como sempre, V. Exª. trazendo à discussão dessa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu estou vendo com a assessoria do Senador Zambiasi, que tem todo o interesse na votação de um projeto. O do Zambiasi também é terminativo. Eles estão eu acho que nas Comissões buscando outros parlamentares. Se for possível, nós votaríamos os dois aí, esse de fato que se faz... Porque acontece uma grande injustiça. Esse projeto eu acabei apresentando mediante centenas de correspondências que recebi. Eu vou citar uma de Porto Alegre onde o cidadão faleceu e ele tinha contribuído, se eu não me engano, vinte e oito anos e a mulher ficou sem nada porque nos últimos anos ele ficou desempregado. Então esse projeto busca, e aí na justificativa eu faço a devida adequação, fazer justiça nesse sentido.

Mas vamos então ao Item 12, que não é terminativo. Projeto de Lei da Câmara. Eu convidaria, se possível, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu queria pedir vistas desse processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V. Exª. pede vistas?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): O Item 12 da pauta, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos designar o ad-hoc, conforme orienta aqui a Mesa, faz a leitura do relatório e V. Exª. daí em seguida pede vista.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Combinado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então Item 12, decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007, "Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistente social nas escolas públicas de educação básica". O autor é o Deputado José Carlos Elias. O Relator é o Senador Flávio Arns. Parecer pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. Concedo a palavra ao Senador ad-hoc, Item 12, o Senador Mozarildo Cavalcanti, que vai fazer a síntese ou a leitura do relatório, e em seguida ele sairá de pauta porque foi pedido vista pelo Senador Jayme Campos.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com isso tudo estamos ajudando o Senador Zambiasi para dar o quorum.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu quero, ao fazer a leitura do Parecer do Senador Flávio Arns, ir diretamente para o voto, já que ele apresentou um substitutivo.

Então em vista do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 60, na forma do substitutivo a seguir apresentado.

O substitutivo, no art. 1º, diz que as redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de assistência social para atender necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais; § 1º: As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais; § 2º: O trabalho de equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político pedagógico das redes públicas de educação básica e dos estabelecimentos de ensino. Art. 2º: Necessidades específicas de desenvolvimento por parte do educando serão atendidas pelas equipes multiprofissionais da escola e, quando necessário, em parceria com os profissionais do SUS. Artigo 3º: Os sistemas de ensino disporão de um ano, a partir da data da publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento das mesmas. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação – art. 4º.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O projeto sai de pauta a pedido do Senador Jayme Campos.

Senador Jayme Campos, eu pediria a V. Exª. se V. Exª. não quer relatar o Item 10, que é o último não terminativo que nós temos aqui. É o Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2008.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está com vista?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi dado vista já, já concedi a vista inicial.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): O Item 10?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Decisão não terminativa, eu vou ler aqui. Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2008, "Altera a Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre a impressão do número do lote e de datas de fabricação e da validade de medicamentos". O autor é o Senador Papaléo Paes e o Relator é o Senador Augusto Botelho. Eu agora solicitei ao Senador Jayme Campos que leia o relatório como Relator ad-hoc. O Parecer é pela aprovação. Observação: A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para prosseguimento de sua tramitação. Concedo a palavra ao Relator ad-hoc, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores. O Projeto de Lei do Senado, PLS nº 259, de 2008, do Senador Papaléo Paes, tem por objetivo obrigar que os rótulos e as embalagens de medicamentos apresentem, de maneira clara e inteligível, o número de lote, as datas de fabricação e validade.

Como já é de conhecimento dessa Comissão, Sr. Presidente, eu vou na fase de análise para que essa Comissão possa ter, com certeza, um trabalho mais eficaz e, sobretudo, possamos colher mais êxitos.

É inegavelmente meritório o objetivo de melhorar a legibilidade dos rótulos e embalagens de medicamentos, produtos cujos usos incorretos constituem uma das maiores causas de intoxicação em nosso País. De fato não tem cabimento a situação atual em que as pessoas, não só os idosos, mas todos os adultos precisam recorrer ao uso de lupas e lentes de aumentos para ler as informações sobre a validade dos remédios que consomem. Por essa razão, somos totalmente favoráveis à proposição e esperamos que ela prospere até a sua transformação em Lei.

A única observação é que temos a fazer é com relação cuja comercialização no mercado interno independa da prescrição médica presente no § 2º, do art. 11, tanto do projeto como na Lei em vigor. Tem caráter restritivo, não explicação e, portanto, não deveria estar entre vírgulas. Propomos, assim, que essa correção seja feita na redação final do projeto.

Voto. O nosso Voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2008. Esse é o Voto, Sr. Presidente Senador Paulo Paim, deste relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2008, relatado de forma documental pelo Senador Augusto Botelho e o relatório ad-hoc que foi feito pelo nobre Senador Jayme Campos. Então os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Eu só gostaria de--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, na Sessão da semana passada nós aprovamos um requerimento convocando o Ministro Márcio Fortes, não convocando, convidando o Ministro Márcio Fortes para que fosse, com a vinda do Ministro a essa Comissão, para que nós pudéssemos ouvir do Ministro os esclarecimentos que é de grande importância para o País e, principalmente, para o nosso Nordeste, Norte e Nordeste, regiões mais pobres, para que ele viesse explicar a devolução do recurso dos BID, em torno de 57 milhões de dólares que foram devolvidos para saneamento e infraestrutura, além de 202, se eu não me engano, 202 milhões de reais para a habitação, que deixaram de ser aplicados no ano passado e que foram contingenciados e não, evidentemente, empenhados no orçamento da União de 2008. Daí tem uma outra informação. É que me parece, não sei se a Senadora Marisa Serrano ou outro parlamentar, aí não vem à memória agora, falha, também aprovou no decorrer dessa semana, em uma outra Comissão, eu não sei se Infraestrutura ou Assuntos Econômicos, eu pediria à assessoria que depois verificasse, também fazendo essa convocação, ou melhor, este convite ao Ministro. Agora é importante que essa reunião fosse presidida aqui pela Comissão de Assuntos Sociais, porque o primeiro requerimento foi aprovado aqui e nós, acima de tudo, precisamos mostrar a importância dessa Comissão para a sociedade brasileira. Por isso, a minha solicitação é que a assessoria verifique em qual Comissão que foi apresentado um novo, um outro requerimento, nos mesmos termos, só que após o nosso, e que seja convidado a se fazer uma reunião conjunta das duas Comissões, mas com sendo sede a Comissão de Assuntos Sociais. É esse o pleito que faço a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador Efraim. A assessoria já me informa que está confirmada a Audiência Pública solicitada por V. Exª. para o dia 1º de abril, ou seja, a próxima quarta-feira.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas, 1º de abril, não levando em consideração o dia da mentira?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nada a ver.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É que como as nossas reuniões são nas quartas-feiras, o Ministro Márcio Fortes confirmou a sua presença e as tratativas com a CMA estão sendo feitas pela assessoria da nossa Comissão e tudo indica que o seu pedido será aceito e a reunião será realizada aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Eu queria, ainda, antes de encerrar esta reunião, lembrar a todos que amanhã nós teremos uma Audiência Pública com vista a debater e conhecer o novo indicador social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Convidados: o Exmo. Sr. Ministro Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União; Dr. Paulo Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária; Dr. Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Dr. Ladislau Dowbor, Doutor em Ciências Econômicas - Professor Titular do Departamento de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Essa Audiência inicia-se amanhã às dez horas.

Diante dos fatos, votamos todos os nossos não terminativos, um foi pedido vista, votamos todos os requerimentos, só não votamos os terminativos que, com certeza, votamos na próxima semana. Mas eu, assim mesmo, faço um apelo aos Senadores e Senadoras da importância da presença para que a gente possa votar os projetos terminativos. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu peço a palavra, Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu ontem, em Plenário, assisti à votação de um projeto do Senador Gerson Camata apresentado ao Senado há dez anos, dez anos. Em dez anos acontece muitas guerras, muita coisa, muita mudança, muitas descobertas, mas simplesmente o projeto ficou adormecido no Senado Federal durante dez anos. Então só isso me comoveu a vir aqui hoje nessa Comissão. Eu fui o primeiro a chegar, cheguei às dez horas, a fim de apreciar um apelo do Senador Sérgio Zambiasi, que já tem um projeto aqui nesta Comissão há um ano ainda sem decisão, sem discussão, sem uma afirmação.

Vejo que o autor não está aqui, os Deputados assinaram a presença, mas, foram embora, os Senadores, aliás, é que eu fui Deputado muitos anos e fiquei com esse hábito, mas ele já era. Então eu pergunto se não haveria a possibilidade de convocar uma Sessão Extraordinária dessa Comissão para hoje ainda, seja a hora que for, a fim de apreciar esse projeto que está há um ano na Comissão? É uma indagação. Combinar com o autor e apelar para a boa vontade dos demais membros que apenas chegaram, assinaram e foram embora.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, apenas--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para discutir a proposta do Senador Paulo Duque.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): --pela ordem, para discutir, eu acho válida a proposta do Senador, porém vejo dificuldade em função das atividades da Casa e, principalmente, pela Ordem do Dia que chegará e aí nós ficaremos impedidos de realizar. Agora eu sugeriria que amanhã, antes da Audiência Pública, se colocasse como matéria e até ir mais além, que se colocasse todas as matérias terminativas que estão com o relatório pronto, inclusive o de V. Exª., para que nós possamos tentar conseguirmos o quorum amanhã para a votação. O problema é a questão do quorum, mas não deixa de ser uma tentativa. É a sugestão que eu deixo em função da dificuldade, e eu não sei se regimentalmente teria-se como atender ao Senador Paulo. Por isso, Paulo Duque, por isso eu sugeriria ainda como tentativa de--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De votarmos essa semana.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): --fazermos essa Sessão para que possamos, depois, degustar o vinho lá do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu consultei aqui a assessoria, não há problema nenhum. Eu tenho certeza que o Presidente do IPEA, o Márcio Pochmann, que está convocado para as dez horas, ele não criará nenhum obstáculo de esperar mais uma meia hora, se for o caso, para que a gente possa votar, pelo menos, tomara outros, mas pelo menos esse do Senador Zambiasi, que eu vi o esforço do Senador Zambiasi ontem no Plenário, ele foi a cada membro da Comissão pedindo, e veja, é apenas uma correção de redação de uma injustiça que foi feita da forma que saiu a redação final. Então eu acato na íntegra, eu diria na íntegra, porque nós vamos fazer a nova convocação, do pedido do Senador Paulo Duque com o adendo feito pelo Senador Efraim, e nós, amanhã, tentaremos votar pelo menos esse projeto na abertura da Sessão que, em seguida, vai para a Audiência Pública, onde quem vai expor, na verdade, é o Dr. Márcio Pochmann, essa nova visão dos indicadores sociais do próprio IPEA. Ok?

Está encerrada a presente Reunião. Obrigado ao Senador Mozarildo, ao Senador Efraim e ao Senador Paulo Duque. Até amanhã.

Sessão encerrada às 12h14

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2009.

INSTALAÇÃO

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia quatro de março de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Romeu Tuma e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Gilvam Borges, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Álvaro Dias, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, José Nery, Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Educação, de Cultura e Esporte. Assinam o livro de reunião, após o encerramento da votação, os senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Heráclito Fortes, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Neuto De Conto, Lobão Filho, Efraim Morais e Mozarildo Cavalcanti. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2009/2010. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente, Senador Romeu Tuma, convida os Senhores Senadores Marisa Serrano e Gerson Camata para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente - Senador Flávio Arns, 17 (dezessete) votos, para Vice-Presidente - Senadora Lúcia Vânia, 17 (dezessete) votos. Prosseguindo, o Presidente, Senador Romeu Tuma, proclama eleitos e empossados os Senadores Flávio Arns e Lúcia Vânia como Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente. Usam da palavra os Senhores Senadores Kátia Abreu, Marco Maciel, Eduardo Azeredo, José Nery, Marisa Serrano e Cícero Lucena. A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra ao Presidente recém-empossado, Senador Flávio Arns. Após o discurso do Presidente eleito, Senador Flávio Arns, encerra a reunião às onze horas e cinqüenta e nove minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2009.

INSTALAÇÃO

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A presente Reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Foi registrado até o presente momento a seguinte chapa: para Presidente, Flávio Arns e para Vice-Presidente, Senadora Lúcia Vânia. Sobre a mesa encontram-se à disposição dos Srs. Senadores, cédulas de votação devidamente rubricadas pela presidência que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação.

Será procedida a chamada nominal obedecida as composições partidárias. Os Srs. Senadores podem votar, eu não vou fazer a chamada por que vão chegando e votando. Eu queria que alguém viesse para marcar a presença. Tem que votar sim, não ou abstenção. Vota ali e põe a cédula lá direto. Tem que ter uma caneta aí. Senador Francisco Dornelles, Senador Flávio Arns. Eu pediria à Secretaria que insistisse na presença dos Srs. Senadores para a votação. Usar o telefone, da urgência da presença.

Eu pediria aos Srs. Senadores que ocupassem os seus lugares, por favor, que eu vou dar por encerrada a votação, tendo em vista alcançado o quorum exigido pelo regulamento. Estamos esperando só o Senador Marco Maciel, um voto importante para essa Comissão.

Pergunto se todos os Srs. Senadores presentes já votaram. Não havendo ninguém que não votou, dou por encerrada a eleição. Convido o Senador Camata e a Senadora Marisa para fazer a apuração. Dezessete, confere com o número de eleitores.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezesseis, dezessete. Unanimidade, dezessete votos sim tanto para o Presidente quanto para a Senadora Lúcia Vânia, Vice-Presidente. Parabéns para os dois.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Agradeço ao Senador Camata. Eu não promulguei o resultado ainda [risos]. Parece que tem

um recurso aqui sobre a mesa [risos]. Nós temos que discutir o recurso ainda, Senadora.

Encerrada a votação, os senhores escrutinadores, a quem agradeço a finalidade da apuração, dou como resultado final dezessete votos, o que corresponde ao número de eleitores presentes.

Eu queria, antes de passar a presidência ao Senador Flávio Arns, saudá-lo pela importância do seu trabalho no Senado em todas as Comissões que tem tido a presença, sempre dedicado aos menos favorecidos. Tem nos ensinado a trabalhar no sentido daqueles que têm necessidades físicas, na área da educação e tantos outros projetos que aqui se discute e que ele estuda, se aprofunda e acompanha de perto aqueles que têm necessidade. Tenho certeza que eu, Senadora Marisa, o Senador Alvaro, os Senadores todos estaremos presentes para colaborar com V. Exa. nessa presidência a qual submeto vossa presença para ser--

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero, da minha parte, agradecer a todos os companheiros Senadores e Senadoras pelo voto, pela confiança.

Dizer que esta é uma das Comissões, sem dúvida, mais importantes para o país, porque educação, cultura e esporte constituem a base, sem dúvida alguma, de progresso, de desenvolvimento, de independência, e o chamamento é para que todos nós façamos deste período um bom período, bem participado, bem dialogado, bem discutido, enfrentando os desafios, vendo tudo aquilo que pode ser feito, chamando a sociedade e que a gente possa, em conjunto, se orgulhar do trabalho que vá ser desenvolvido nesta Comissão.

Quero destacar o belo trabalho que a Comissão vem fazendo sob a presidência anterior e as anteriores também, mas o Senador Cristovam Buarque. Quero agradecer também a indicação do partido para que pudesse participar como Presidente desta Comissão. Enaltecer a Senadora Lúcia Vânia, com quem a gente já trabalha também em conjunto há muitos anos na área, inclusive, da promoção social, da assistência, da educação, da pessoa com deficiência, enfim, num conjunto de áreas. Eu dizia agora a pouco que eu me sinto, assim, muito confortável e gratificado porque as pessoas, Senadores e Senadoras que fazem parte dessa Comissão, são pessoas muito dedicadas e com uma atuação importante nesta área no Brasil. Então em conjunto podemos trabalhar.

Pedir o apoio do Júlio, da assessoria, da assessoria dos Senadores e Senadoras, da Comissão, da consultoria, que a gente possa lá no futuro dizer: "Que bom, foi bom, foi um prometo período, avançamos e valeu a pena". Obrigado a todos e a todas vocês, Senadores e Senadoras, pela indicação.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo a palavra à Senadora Fátima Cleide, em seguida ao Senador Eduardo Azeredo, o Senador José Nery, a Senadora Marisa Serrano e Senador Marco Maciel.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Flávio Arns, é com muita alegria que eu saúdo V. Exa. nesse momento, parabenizando em nome do Partido dos Trabalhadores, parabenizando também a Senadora Lúcia Vânia e dizendo da nossa certeza de que V. Exa. dará continuidade aos trabalhos da Comissão de Educação, que já vem sendo desenvolvidos nesta Casa, com o mesmo rigor com que a gente trabalhou até agora e, também, com a mesma dedicação, o mesmo compromisso com a educação pública, gratuita, laica, de qualidade e para todos nesse país.

Então meus parabéns, Senador Flávio Arns, e conte comigo, conte com a bancada do Partido dos Trabalhadores e do bloco para estar ao seu lado em mais esta missão e este desafio à frente da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço à Senadora Fátima Cleide. Sem dúvida alguma vamos estar juntos.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Flávio Arns, eu vou pedir uma preferência por uma razão muito simples, porque eu tenho um compromisso agora a seguir, que é a instalação da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Eu gostaria apenas, a exemplo do que disse a Senadora Fátima Cleide, cumprimentar a V. Exa. pela sua eleição para presidir esta importante Comissão, uma das Comissões mais importantes do Senado, porque a educação é o grande desafio brasileiro ainda não respondido, e estender os meus comprimentos também à Senadora Lúcia Vânia, que foi eleita para ocupar as funções de Vice-Presidente da Comissão. Ainda a pouco a Senadora Marisa Serrano lembrava justamente que há aqui na Comissão, como em outras também, uma certa integração entre Presidente e Vice-Presidente, embora de legendas diferentes.

Então eu quero cumprimentar a V. Exa., estender os cumprimentos à Senadora Lúcia Vânia e formular votos de pleno êxito no exercício dos trabalhos que serão certamente proveitosos e importantes para o país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado, Senador Marco Maciel. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flávio Arns, eu quero também cumprimentá-lo, tenho certeza que essa Comissão estará em ótimas mão, não é em boas mãos não, estará em ótimas mãos com o seu trabalho dedicado aqui, sempre com essas questões sociais.

Não podemos esquecer que a educação está por de trás de tudo. Veja aí que nós estamos com outras discussões como combate à corrupção. Começa a se combater corrupção é na educação: é na educação das crianças, é no respeito das regras de convivência no dia-a-dia da sociedade. Portanto, a importância da educação. Ela é, eu diria, fundamental, e esta Comissão sabe e saberá continuar mudando o que for necessário para a evolução da sociedade brasileira. De maneira que meus parabéns, eu estarei sempre presente aqui para lutar junto com V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado. Eu acho, só repito, de fato que é, sem dúvida, uma Comissão essencial para o Brasil. Educação está atrás de tudo que é importante, na frente e fundamentando toda a caminhada. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Flávio Arns, Sras. e Srs. Senadores, Senadoras. Primeiro cumprimentar a V. Exa. pela eleição para a presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, tendo como Vice-Presidente a Senadora por Goiás Lúcia Vânia. Quero, além de parabenizar, desejar que o trabalho da Comissão sob a presidência de V. Exa., que tem sido aqui um exemplo da defesa das causas sociais, seja na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Assuntos Sociais, na Comissão de Educação, em todas as Comissões que o senhor participa a marca do trabalho de V. Exa. é a coerência, a busca da cidadania.

Na presidência desta importante Comissão, fundamental para melhorarmos, aprimorarmos a legislação brasileira, em referência a todos os níveis da educação que o Estado tem por obrigação garantir gratuita, de qualidade e para todos, tenho certeza que esse período sob a presidência de V. Exa. será muito profícuo e aqui vamos desencadear juntos muitas iniciativas, além das iniciativas legislativas, propiciar uma participação cidadã, um debate das grandes questões da educação brasileira e, sem dúvida nenhuma, aproximar cada vez mais a Comissão de Educação da sociedade brasileira e dos segmentos que trabalham e lutam para que a educação seja reconhecida, priorizada como política pública nº 1 do país, porque a partir dela nós teremos o sucesso ou o insucesso em todos os ramos das atividades humanas no conjunto da Nação brasileira.

Portanto, quero estar junto com o senhor e com todos os membros da Comissão, com todos que acreditam, Senadora Marisa, Senador Cícero Lucena, com todos que acreditam que a educação tem que ser de fato a prioridade nacional, dita, reafirmada, porém, ainda distante, mas eu creio que nós devemos oferecer uma importante contribuição no próximo período aqui a partir da Comissão de Educação que todos temos a honra e a satisfação de ser presidida por V. Exa., que além do compromisso tem uma sensatez, uma forma de encaminhar as questões, os conflitos, de uma forma exemplar e, com certeza, estaremos todos nós aqui aprendendo com V. Exa. na condução dos trabalhos dessa importante Comissão. Parabéns, sucesso ao senhor e à Senadora Lúcia Vânia nesse trabalho e a todos os membros desta Comissão que, com certeza, contribuirão muito para o país no próximo período. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exato. Eu agradeço, quero enfatizar esse trabalho conjunto de todos nós, seja da presidência, da vice, mas de todos os membros junto com os Ministérios, as assessorias, a comunidade, a sociedade, para que a gente faça da educação, da cultura e do esporte, que a gente faça desta Comissão um espaço privilegiado para os debates, encaminhamentos, legislação, o que for necessário nas três áreas. Obrigado. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Presidente. É um prazer enorme poder chamá-lo de Presidente da nossa Comissão. Quero endossar as palavras do Senador José Nery. É importante que a gente veja a Comissão não só porque nós somos da área, mas é realmente a prioridade, tem que ser a prioridade nacional. É através da educação, da cultura e do esporte que nós podemos realmente fazer com que o povo se sinta mais incluído.

Quero lembrar, também, que há uma coisa interessante. Pode ter dificuldade as outras Comissões de se reunir, pode ter dificuldade as outras Comissões de debater questões, de fazer Audiências Públicas, de reunir pessoas, mas nunca, Júlio, a Comissão de Educação. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte sempre atrai os seus representantes, os titulares e os suplentes, como também é a visibilidade desta Casa em todas as áreas.

A educação é prioridade nacional. A cultura é fundamental porque um povo sem história, sem cultura, não tem como garantir as suas raízes e nem transmitir o seu legado. E hoje o esporte e o lazer são fundamentais. Não há local, não há classe social que possa dizer essa é uma prerrogativa nossa. Em qualquer bairro, seja da periferia, o mais pobre, as pesso-

as estão caminhando, estão fazendo exercício, estão pedindo uma praça, um lazer, sendo motivo de socialização da comunidade.

Portanto, essas três áreas que nós estamos trabalhando aqui, eu acredito que são fundamentais para o povo brasileiro. Eu fico feliz que V. Exa. hoje assuma essa presidência, era um desejo nosso que V. Exa. estivesse aqui e eu fico muito contente em saber que nós vamos ter dois anos de profícuo trabalho e muitas realizações. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado, Senadora Marisa Serrano. O desafio está aí colocado. E, realmente, dentro da perspectiva colocada por V. Exa.: educação, cultura, esporte, seja recreativo, seja de lazer, educacional. E a cultura com toda a possibilidade aí que é importante para a cidadania, para a educação, para o esporte, para o desenvolvimento. Que as três áreas sejam assim objeto de uma grande abordagem de todos nós. Obrigado. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente Flávio Arns, para mim é motivo de muita alegria participar dessa Comissão nesse novo período, já tenho tido o prazer de também trabalhar nos dois anos anteriores sob a presidência exemplar do Senador Cristovam Buarque.

Mas ao iniciarmos esse trabalho, faço o registro da minha satisfação, por esses dois anos que convivemos nessa Casa, eu tive a felicidade de em muitas Comissões nós trabalharmos juntos e, mais do que isso, de perceber que todos nós, como Senadores ou Senadoras, temos um dever com a Nação, mas sempre é bom nós lembrarmos os nossos compromissos para com o próximo, nós estarmos colocando nas nossas decisões e nas nossas ações a nossa formação religiosa e, sem dúvida nenhuma, eu sei que na educação, a exemplo do que foi feito com o Senador Cristovam Buarque, nós iremos fazer um belo trabalho, principalmente com o objetivo de despertar em cada um, cidadão e cidadã brasileira, de que ele também pode ser responsável pela educação no nosso país.

Então isso vai desde um gesto isolado àqueles que ocupam cargos públicos, independente da esfera, independente também da graduação desse cargo, mas que todos nós poderemos fazer muito por esse país se nós contribuirmos para reconhecer a importância e o valor que tem a educação para uma sociedade mais justa, mais humana e mais solidária. Daí a minha alegria de estar nessa Comissão sob a sua presidência e a vice-presidência de Lúcia Vânia, da Senadora Lúcia Vânia, até porque contamos com a equipe técnica que, sem dúvida nenhuma, vai continuar a colaborar e nos ajudar para desenvolvermos esse trabalho. Meus parabéns e que Deus nos proteja.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço as palavras, Senador Cícero Lucena. Realmente é o desafio que está colocado, vamos caminhar e encaminhar as questões em conjunto. Que bom, obrigado.

Eu quero, novamente, destacar a importância do trabalho realizado pelo Senador Cristovam Buarque, pelos Presidentes anteriores, dizer que esta é uma caminhada que tem que ser continuada, consolidada, inovada, avançar-se sem perder de vista toda uma sistemática que vinha sendo adotada. Para isto é essencial a participação de todos e todas vocês, das assessorias dos Senadores e Senadoras, dos Ministérios da Educação, do Esporte, da Cultura, da sociedade, sem dúvida alguma, a participação tem que estar sempre, assim, evidentemente, marcantemente presente nesta Comissão e, ao mesmo tempo, dizer da importância do trabalho de todas as pessoas, dos profissionais que dão sustentação a esta Comissão, o Júlio e todos e todas que estão aqui. Vamos trabalhar juntos também.

Como mencionei, a Vice-Presidente, Senadora Lúcia Vânia, é uma pessoa voltada para a área social, já exerceu cargos no Executivo também como Secretária Nacional de Assistência Social e, em conjunto, vamos, então, organizar toda a sistemática junto com todos os membros da Comissão, pensando nas Subcomissões, nas Audiências Públicas, nos debates, nos projetos de lei para que o resultado no final possa ser positivo. Que a gente possa, no futuro, dizer que valeu a pena, não é verdade?

Então eu agradeço a todos e a todas a confiança, principalmente. Declaro encerrada esta Reunião, convocando uma Reunião, a próxima Reunião da Comissão de Educação, para o nosso dia e horário habituais, que vai ser, como sempre, na sexta-feira, às onze horas da manhã, pontualmente. Então onze horas estaremos, já quinze para as onze, sentados nessa mesa aguardando aí a presença das pessoas todas para começarmos a Reunião. Obrigado.

[palmas]

Sessão encerrada às 11h59

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2009.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia dez de março de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e

com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Cícero Lucena, Marisa Serrano, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, José Nery, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Guerra e Gilberto Goellner reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marina Silva, Expedito Júnior, Valter Pereira, Álvaro Dias, Heráclito Fortes, José Agripino e Eduardo Azeredo, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2003, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Octávio, que "Faculta às pessoas jurídicas o armazenamento dos livros comerciais 'Livro Diário' e 'Livro Razão' em meio magnético". O relator designado é o Senador Adelmir Santana e o parecer favorável, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, é aprovado. Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2008, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, que "Institui o Dia Nacional dos Agentes de Autoridade de Trânsito". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável é aprovado. A Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que já há quórum para a votação de projetos terminativos. Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2008, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "Inscreve o nome de Getúlio Dornelles Vargas no Livro dos Heróis da Pátria.". O relator designado é o Senador Pedro Simon e o projeto é aprovado por 20 (vinte) votos favoráveis. Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2008, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Denomina 'Ponte Luís Carlos Prestes' a ponte transposta sobre o rio Gravataí na BR-116, Km 270, nos municípios de Canoas e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul". A matéria foi lida e iniciada a discussão na reunião do dia onze de novembro de dois mil e oito. O relator designado é o Senador Pedro Simon e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2008, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, "Altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.466, de 23 de abril de 1986, que 'dispõe sobre a comemoração do feriado de 1º de Maio - Dia do Trabalho'". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE aprovada por 14 (quatorze) votos. Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Jayme Campos, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Araguaia (UNIVALE), com sede no município de Barra do Garças". O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CE e 02-CE aprovadas em globo por 14 (quatorze) votos. Neste momento o Senhor Senador Inácio Arruda requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2008, que "Institui o Ano Nacional Patativa do Assaré, em 2009". A Presidência esclarece que por deliberação deste colegiado no ano de 2008, proposições não serão incluídas extrapauta, salvo quando o Plenário decidir de forma contrária. A Presidência informa que o referido projeto será pautado para a próxima reunião. Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2008, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Gladson Cameli, que "Denomina Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul/AC - Marmud Cameli o aeroporto localizado na cidade de Cruzeiro do sul, Estado do Acre". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer favorável é aprovado. Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "Cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. Neste momento, o Senador Augusto Botelho e o Senador Romeu Tuma requerem, oralmente, a inclusão extrapauta, de Requerimento para realização de Audiência Pública visando instruir a matéria, o que é aprovado. (Extra-Pauta, Item 001). Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 01/09 – CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Romeu Tuma, que "De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada Audiência Pública para discutir o PLS nº 179, de 2008. Para compor a mesa do debate solicito sejam convidados representantes do Ministério da Educação, Ministério do Planejamento, Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA, e da Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul". O Requerimento é aprovado. A matéria fica sobrestada na Comissão, até a realização da Audiência Pública. Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 112, de

2008, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Enio Bacci, que "Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de todo o País, e dá outras providências". O relator designado é o Senador Neuto De Conto e o parecer favorável, com as emendas nº 01-CE e 02-CE, é aprovado. Item 013: Comunicados da Presidência: Comunicado 01: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC 008.848/2006-3, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação, cujo objetivo foi de avaliar a gestão dos fundos setoriais de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico quanto às questões referentes a sua estruturação, desempenho, transparência, pagamento de taxas de administração e despesas operacionais e vinculação das receitas". Comunicado 02: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de posse da Professora Miriam da Costa Oliveira, no cargo de Reitora da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e a recondução do Professor Ricardo Motta Miranda ao cargo de Reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a realizar-se no dia 17 de março do corrente, às 11h, na Sala de Atos, no 9º andar do edifício-sede do Ministério da Educação". Ficam adiadas as seguintes matérias: Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2008; Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 003, de 2008; Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 089, de 2008. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e quatro minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Inicialmente, submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Em primeiro lugar quero novamente dar as boas-vindas ao Senadores e Senadoras, membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte convidando a todos para o enfrentamento conjunto dos desafios para este ano e para o próximo ano, em termos de aprovação de leis, realização de audiências públicas, debate com a sociedade, acompanhamento do orçamento nacional para a educação, cultura e esporte; também o acompanhamento dos programas federais nessas três áreas, criação de grupos de trabalho. Enfim, tudo que for necessário para que todos nós de uma forma corresponsável possamos enfrentar e encaminhar os desafios para esta área.

Eu quero lembrar a todos também e a todas que nós temos aqui na Comissão de Educação, a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. A Senadora Marisa Serrano, inclusive, era vice-presidente desta Subcomissão nos dois anos anteriores. E quero destacar que muitas reuniões, discussões foram feitas nesta Subcomissão que teve um trabalho muito importante no encaminhamento dos conteúdos e das necessidades da área. Então, eu quero dizer a todos e a todas que o nosso secretário, o Júlio, vai entrar em contato para ver do interesse das pessoas em participarem desta Subcomissão. Penso que muito mais importante do que eventualmente irmos por um caminho de indicação dos líderes, penso que a manifestação do interesse da pessoa pode nortear aí, o recomeço, o reinício das atividades da Subcomissão, inclusive, a prerrogativa regimental é que o presidente indique essas pessoas das subcomissões. Mas eu quero ouvir da parte do plenário depois, individualmente, no contato que o Júlio fizer, e eu mesmo farei do interesse em participar. A mesma coisa eu quero colocar em relação à Subcomissão de Esporte. A Subcomissão de Esporte já foi também criada, e os Senadores e Senadoras que tiverem interesse em participar da Subcomissão de Esporte, também depois nos contatos que eu e o Júlio mantivermos, por favor, externem essa vontade, se for o caso, de participar da Subcomissão de Esporte.

Eu quero também dizer a todos e a todas que a nossa reunião sempre começa às 11h, não está marcada para começar às 11h. São agora 11h30, mas sempre há uma questão de a gente se lembrar de quando estivermos nos dirigindo à Comissão de Assuntos Econômicos ou circularmos aqui pelos corredores, já nos lembrarmos de virmos aqui só para assinar, por-

que aí nós já podemos começar com os projetos não terminativos, os debates, os informes e a assessoria da Comissão, seja através da Andréa, da Renata, do Nivaldo ou de outras pessoas estarão colhendo já as assinaturas, desde antes das 10h, para que a gente possa, às 11h já começar.

Muito bem. Nos últimos anos esta Comissão adotou a praxe de na terceira sessão da ausência em que se verifica a ausência do relator de uma determinada matéria que seja indicado o relator ad hoc. Então, nós vamos continuar com a mesma sistemática, primeira sessão a pessoa pode ter uma dificuldade, a segunda também, e na terceira sessão, então será indicado um relator ad hoc. E todos os demais procedimentos serão continuados em relação àquilo que vinha sendo adotado, como é o caso, por exemplo, das orientações que estão lá na sala de reunião da presidência, da secretaria, aqui na entrada do plenário, enfim, o trabalho é sempre um trabalho de continuidade, de consolidação e de inovação também.

Então, tudo aquilo que os meus colegas aqui presentes disserem assim: "Vamos pensar nesse assunto, naquele". Podem ter absoluta certeza que as sugestões serão muito bem vindas.

Na nossa pauta constam projetos de natureza terminativa e projetos de natureza não terminativa. Então, como nós temos o quorum já no livro, mas o quorum não presente para projetos de natureza terminativa. Nós vamos para aqueles não terminativos. E o primeiro deles é o item nº 4 Projeto de Lei do Senado nº 136/2003 que faculta as pessoas jurídicas o armazenamento dos livros comerciais, livro diário e livro razão, em meio magnético. A autoria do Projeto de Lei é do Senador, ex-Senador Paulo Otávio, a relatoria é do Senador Adelmir Santana, e o parecer é favorável na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, e a Comissão tem a sua... O projeto tem a sua decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Portanto, com a palavra o Senador, com prazer, com alegria, Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente e Srs. Senadores. Esse projeto, na verdade, Sr. Presidente, veio para cá quando esta Comissão ainda funcionava em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia. Portanto, na verdade, ele nem deveria estar sobre análise desta Comissão, mas naquela época ainda funcionávamos em conjunto, é um projeto, portanto, de 2003. E o objetivo é facultar as pessoas jurídicas, veja bem, facultar as pessoas jurídicas o armazenamento em meio magnético dos livros comerciais denominados livro diário e livro razão. Tem por objetivo, portanto, reduzir custos das empresas, permitindo a utilização de tecnologia moderna, a tecnologia do armazenamento desses livros que são obrigatórios, livros contábeis obrigatórios, mas de pouca praticidade no que diz respeito aos arquivos encadernados. Então, na verdade, tem por objetivo facilitar a vida das empresas, e atendendo, naturalmente, ao crescimento da ciência, da parte da ciência, da tecnologia da informação.

Ele foi, inicialmente, submetido à Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE, depois foi para a Comissão de Educação, e decisão terminativa na Constituição, como o senhor bem fez referência, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ele foi encaminhado, posteriormente também a exame da Comissão de Ciência e Tecnologia por força de um Requerimento de nº. 662, como eu disse, funcionava em conjunto do Senador Wellington Salgado. No entanto, a matéria recebeu na CCT, ofereceu como substitutivo ao projeto original, e esse também recebeu novo substitutivo na Comissão de Assuntos Econômicos que contemplou o primeiro substitutivo. O segundo parecer aprovado na CAE o substitutivo daquela Comissão, isto é, da CCT traz a adição às considerações contempladas pelo substitutivo anterior da CCT, sugestões apresentadas, inclusive, pela Receita Federal, houve um acordo entre essas comissões e a Receita Federal para que toda a escrituração possa ser realizada por meio eletrônico, não somente como o projeto original dizia do livro diário, e também seja dispensado para o livro razão, uma vez que os dados são os mesmos do livro diário, e meio eletrônico, qualquer organização da informação é facilmente implementável pela autoridade fiscalizadora. O efeito é a redução da carga burocrática, a simplificação e a desoneração dos contribuintes. Portanto, na nossa análise eu quero cumprimentar os membros da CCT e da CAE pelo excelente trabalho que fizeram na elaboração desses substitutivos que foram incorporados tanto numa como pela outra comissão.

A aprovação desse substitutivo ao Projeto 136 nos termos em que vem da CAE de 2003 será, portanto, benéfico aos empresários, às empresas por diminuir essa força da burocracia do estado brasileiro, e os custos, naturalmente, com armazenamento físico de um volume de livros que chegam a impressionar de acordo com o tamanho da empresa.

Ademais essas medidas também têm um efeito interessante que contribui para a redução da utilização de papel no Brasil que não deixa de ser uma preocupação de todos nós com relação às questões ambientais e a preservação do meio ambiente e da natureza. Então, vai também contribuir nesse aspecto.

O voto, Sr. Presidente, diante do exposto é pela aprovação do PL 136/2003 na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos que contempla ou que insere o substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia. Esse é o nosso voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, Senador Adelmir Santana. Portanto, o parecer é favorável na forma do substitutivo.

Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, esta matéria terá sua decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passamos ao item 6 da pauta que é de natureza não terminativa. O nosso quorum para decisões terminativas está quase...

[pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O 5, também, mas é que o Senador Augusto Botelho não está presente, e sempre o nosso critério é que na terceira sessão, a gente indique uma pessoa, um relator ad hoc.

Então o item nº. 6 de natureza não terminativa, institui o Dia Nacional dos Agentes de Autoridade de Trânsito. É o Projeto de Lei da Câmara nº. 102/2008, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota que está sendo relatado pelo Senador João Vicente Claudino.

A matéria já constou na pauta de reunião nos dia 11/11, 18/ 11, 9/12, 16/12 de 2008. E nesse sentido peço ao Senador Sérgio Zambiasi, designo o relator Sérgio Zambiasi para ser o relator ad hoc da matéria. Com a palavra V. Exa.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Flávio Arns. Obrigado pelo privilégio de relatar como ad hoc este projeto que tem na relatoria do meu querido companheiro, meu colega João Vicente Claudino, e pelo reconhecimento também educativo, acima de tudo, educativo, acima de tudo, do trabalho que esses profissionais fazem nas regiões metropolitanas e nas cidades pólo de cada Estado. Infelizmente, nós ainda não temos esse trabalho em todos os municípios do Brasil. Mas eu entendo que o agente de trânsito deveria ser já um elemento presente em todos os municípios, porque eles atuam, não apenas na fiscalização, eles atuam na educação, e o trânsito é fundamental.

Nós ainda temos hoje um índice de mortes realmente assustador no trânsito, exatamente porque ainda não vemos a questão do trânsito como um processo de educação, e é, é da educação, e tem que estar aqui realmente na Comissão de Educação esse trabalho. E o reconhecimento do trabalho desses profissionais.

Lá em Porto Alegre nós os chamamos, carinhosamente, de azulzinhos, porque o seu uniforme é azul, não por serem gremistas, tem muitos colorados também. O seu uniforme que é azul.

É uma profissão, relativamente nova ainda. Em 23 de setembro deste ano completa 12 anos. Então, é ainda uma atividade relativamente recente para a sua importância. Porque até então eram as polícias militares com moção ainda nos municípios onde não há o agente de transito. Quer dizer, o PM, no caso no Rio Grande do Sul, nós chamamos de brigadianos, eles têm que acumular, muitas vezes, a atuação de fiscais do trânsito com a área da segurança para a qual é a sua legitima formação.

Então, à medida que os municípios forem incorporando esses agentes, os PMs passam a ficar liberados para a sua atividade fim que é cuidar da segurança pública.

Então, nós reconhecemos, realmente a importância dessa atividade. E eu entendo, Presidente, que nós devemos dar celeridade à apreciação desse projeto, para que nesse próximo dia 23 de setembro já possa ser celebrado o dia do agente, o Dia Nacional dos Agentes da Autoridade de Trânsito.

O autor, o Deputado Gonzaga Patriota, ele disse aqui que é inegável a transformação que houve no cotidiano dos brasileiros com a nova lei de trânsito. É inegável também como os agentes da autoridade de trânsito se tornaram indispensáveis na administração do sistema e no contato direto com os seus usuários, tal relacionamento do Poder Público com a sociedade, em geral, traduzido nas ações dessa nova categoria, exige um perfeito treinamento, especialização em diversas áreas afins e motivação para o trabalho. E um dia para celebrar também ajuda muito na auto-estima dessas pessoas que, às vezes, encontram sujeito despreparado, inclusive, para estar ao volante e que reage de forma, às vezes, agressiva e violenta diante de uma chamada de atenção. Então, este homem, esta mulher, este agente tem que estar realmente preparado para isso, e faz um trabalho reconhecido na segurança de todas as cidades. E eu, mais uma vez, clamo, e aqui conclamo as prefeituras do Brasil para que instituam esta atividade em seus municípios.

Ela ainda está muito restrita às regiões metropolitanas, às cidades pólos, as principais cidades; mas nós deveríamos ter em todos os municípios do Brasil o agente de trânsito, para que ele possa estar lá na escola, ali junto à estação rodoviária, e na avenida principal nas pequenas cidades orientando e acompanhando a segurança e o cotidiano do trânsito.

O Senador João Claudino fala aqui na sua análise que o crescimento econômico no Brasil, nos últimos

anos, vem promovendo um aumento acelerado da frota de automóveis, e como conseqüência um agravamento de problemas relacionados ao trânsito.

Nesse contexto, a atuação dos agentes da autoridade de trânsito torna-se imprescindível, criada há 12 anos, este ano são 12 anos de criação. A profissão constitui hoje um elemento fundamental, especialmente, nas nossas grandes cidades.

Por isso eu acompanho o voto do relator principal, Senador João Claudino, aprovando, pela aprovação desta lei, desse Projeto de Lei da Câmara de autoria do Deputado Gonzaga Patriota.

O parecer é favorável com cumprimento a todos os agentes de trânsito do Brasil, e um olhar especial para os meus queridos amigos da região metropolitana e os azulzinhos da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a V. Exa. o parecer, portanto, do Senador Sérgio Zambiasi. É favorável. E está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Está aprovada.

Nós temos quorum para a deliberação de matérias de natureza terminativa. Eu só peço realmente um esforço de todo mundo para nós darmos segmento na pauta e com agilidade possível, sem prejuízo da qualidade que votemos os projetos de natureza terminativa. E pedindo a compreensão até do Senador Augusto Botelho que é relator de um de natureza não terminativa.

Passamos ao item 2 da pauta que tem o relator presente. É o Projeto de Lei do Senado nº. 107/2008 e inscreve o nome de Getúlio Dornelles Vargas no Livro dos Heróis da Pátria. Autoria Senador Marconi Perillo, e a relatoria do Senador Pedro Simon, para quem eu passo, com prazer, a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu felicito o Senador Marconi Perillo pela felicidade da escolha deste projeto. Agradeço ao Presidente da Comissão que me escolheu para relator. E eu não nego, Sr. Presidente, que eu tive uma inveja, uma inveja cristã, não foi uma inveja... Porque eu gostaria de ter sido autor deste projeto.

Na verdade, na verdade, aquele monumento, no início, ele foi feito para ser um monumento em homenagem a Tancredo Neves. Eu era Ministro, e nós fizemos uma grande homenagem ao Dr. Tancredo. Mas depois eu não sei o que é aconteceu, e no fundo a gente não sabe direito o que é que é. Mas seria então o panteão dos heróis. Eu acho que nós não temos no Brasil, nem a história, nem a tradição de valorizarmos a nossa história e de valorizarmos os nossos heróis. Quem vai aos Estados Unidos, por exemplo, em Washington é qualquer coisa de emocionante se verificar que ficam na fila as delegações de jovens que fazem excursões a Washington, só para ver monumento a Jefferson, a Lincoln, para fazer homenagem aos heróis daquele país. No Brasil, infelizmente, não temos. O primeiro grande monumento nesse sentido foi feito aqui em Brasília que é o Panteão Juscelino Kubitscheck e JK. A outra é lá no Maranhão que tem o monumento a José Sarney que realmente é muito bonito. Fora isso...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tancredo Neves também.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, não tem. Tem Tancredo, tem uma estátua em homenagem a ele, mas não um memorial.

Então, nesse memorial colocar o nome Getúlio Vargas me parece absolutamente correto. Eu repito, nós não temos o costume de ilustrar, guardar homenagem, a história dos nossos heróis. Tiradentes um grande nome, se eu for perguntar a um jovem estudante ou quem quer que seja: “Quem é Tiradentes?” “Pois ele morreu. Foi trucidado”, mas não tem a biografia.

Eu acho, eu Pedro Simon, que D. Pedro II foi uma das figuras mais extraordinárias da história brasileira. Eu acho que os 50 anos do império de D. Pedro II foi qualquer coisa de fantástica, de espetacular na dignidade, na correção, na paixão que ele tinha pelo Brasil, mas eu duvido que 90% dos brasileiros saibam. Getúlio foi esse homem. Mas polêmico? Polêmico. Não há como deixar de reconhecer que de 37 a 45 nós vivemos no estado novo uma ditadura. É verdade que aquela época o mundo vivia um estágio, era o nazismo na Alemanha, era o fascismo na Itália, era o comunismo na Rússia, era uma guerra mundial onde parecia que a democracia ia desaparecer. E nós tivemos dois fatos graves no Brasil que foi a Intentona Comunista querendo implantar o comunismo no Brasil, fazendo uma luta e invasão nos quartéis e foi Intentona Integralista onde o Dr. Getúlio Vargas, a sua filha, inclusive, de pistola na mão nas janelas do Palácio do Catete se defenderam da investida integralista querendo tomar o poder. Eu não estou dizendo que isso justifique, eu estou apenas dizendo o que aconteceu. Mas a grande verdade é que terminada a guerra o Dr. Getúlio se antecipou, ele marcou eleição, quando ele foi derrubado ele foi derrubado, porque a velha UDN golpista sentiu que quem ia ganhar a eleição era o candidato do Dr. Getúlio que era o Marechal Dutra e não o Brigadeiro Eduardo Gomes, por isso afastaram o Getúlio. Mas eu só quero dizer que quando afastaram o Getúlio a eleição já estava marcada, os candidatos já existiam e já estavam na rua. Getúlio voltou ao poder e foi levado ao suicídio.

Eu quando vejo a Igreja, eu sou um católico praticante, mas eu não sou um fanático que me dizem e eu tenho que obedecer, eu quero que me explique. Por exemplo, eu ouvi com muita mágoa a declaração do Arcebispo de Pernambuco. Eu acho que ele podia bem ter ficado calado, não precisava falar nada, mas ficar quieto ele fazia muito bem.

A Igreja diz que suicídio não vai para o céu. Mas, na verdade, o Dr. Getúlio Vargas foi um herói ali... E o Dr. Tancredo Neves um guri, Ministro da Justiça, quando encarregaram o início da guerra, Zenóbio da Costa para conversar com os generais, com os homens da Marinha e da Aeronáutica que estavam tramando o golpe no sentido de encontrar uma fórmula que o Dr. Getúlio se afastaria da presidência para eles apurarem tudo que existia, e depois ele voltasse, veio o Zenóbio e disse: "Não, os militares não aceitam o seu afastamento. Exigem a sua renúncia". E foi aí que o Tancredo teve uma página histórica. Por isso que a caneta do Dr. Getúlio, a caneta que ele assinou a carta testamento ele entregou na hora para o Dr. Tancredo. O Tancredo disse: "Presidente, o senhor me nomeia Ministro da Guerra que eu hoje vou lá e prendo esses golpistas". Disse na cara do Zenóbio, que vinha comunicar que ele tinha que renunciar. E podia ter acontecido. Mas seria uma grande guerra civil com conseqüências imprevisíveis, e o Dr. Getúlio preferiu a morte.

Agora se nós olharmos na nossa história é difícil imaginar praticamente o que aconteceu na transformação do Brasil e o que não foi nos 15 anos de 30 a 45, foram nos cinco anos de 50 a 54. PETROBRAS, Vale do Rio Doce; toda a transformação do Brasil foi na época do Dr. Getúlio.

E quando eu digo aqui que a CPI do Impeachment do Collor começou no meu gabinete, e eu fui coordenador e não me arrependo. Mas que nós fôssemos analisar hoje, voltar atrás para ver o que é que tinha lá contra o Collor. O Fiat Elba e o pagamento das contas da Dinda nós tínhamos que mandar o processo do Collor para o julgado de pequenas causas com a corrupção que está acontecendo hoje neste País. Aí eu vejo a acusação, o escândalo que tinha contra o Dr. Getúlio Vargas. Ele, realmente, autorizou o Banco do Brasil a dar um empréstimo para o jornalista Samuel Wainer criar um jornal: A Última Hora. Porque toda a imprensa estava contra ele, toda a imprensa era golpista e queria derrubá-lo. E ele deu um empréstimo oficial, garantido, com juros, não foi nem escondido não, um empréstimo. E aí a imprensa não admitiu. A imprensa tradicional, a condessa do Correio da Manhã, a família de O Estadão em São Paulo. Aqueles grupos tradicionais que mandavam, de repente, um judeu qualquer vinha aí e botava um jornal. E foi uma guerra. A outra acusação que tinha contra ele é que o segurança dele, um morenão lá do Rio Grande do Sul que vinha... O Fábio Gregório que vinha lá da fazenda dele, e que era da guarda pessoal dele. Hoje o nosso querido Lula só a filha dele lá não sei aonde tem meia dúzia de agentes, mais três carros e não sei o que para fazer a segurança dela. Pois o Sr. Getúlio tinha esse Gregório e não sei mais o que, e a acusação que tinha que esse Gregório era uma pessoa importante. Então, que as pessoas iam lá ao Gregório e falavam com ele, e o Gregório mandava um bilhetinho e telefonava para o Banco do Brasil e os caras conseguiam um empréstimo de 500 pilas, não sei o que, não sei o que. Essa era a segunda acusação. Isso é o que tinha contra o Dr. Getúlio. Quando ele morreu o inventário dele, é importante dizer isso, o Dr. Getúlio era filho de um milionário, aquela época as fronteiras do Rio Grande do Sul, os fazendeiros eram, ou melhor, as grandes fontes de riqueza do Brasil era a pecuária, e o pai dele era um desses homens ricos. Quando ele morreu, depois de ficar 20 anos na Presidência da República, ele deixou para o filho dele um inventário metade do que ele recebeu do pai dele. Metade do que ele recebeu do pai dele. Não tinha nenhuma casa, nenhum apartamento no Rio de Janeiro, não tinha nada no Rio de Janeiro, onde ele foi presidente 20 anos. Não tinha nada, nem um bem em Porto Alegre onde ele foi governador e tudo mais. Ele tinha a casinha que ele herdou do pai dele em São Borja, mais metade do que ele tinha recebido. Esse foi o Dr. Getúlio. Esse foi o Dr. Getúlio que não queria entrar na guerra, mas quando... E eu até hoje não sei, com toda sinceridade, eu fico me perguntando se o Brasil e a Argentina, a Argentina foi até o fim, quando terminou a grande guerra a Argentina era talvez o país que tinha a maior reserva de ouro no mundo, porque ela tinha uma produção agrícola fantástica, e ela vendia para os Estados Unidos, para a Inglaterra, para a Alemanha e para a Itália, e só vendia a peso de ouro. Contam que quando o Perón caiu os porões da Argentina era uma montanha de ouro. O Brasil não, o Brasil só vendia para o americano e para os aliados.

E se nós formos analisar onde é que começou a crise do Brasil, começou ali, quando na guerra nós mandávamos alimentos para os aliados, e os aliados não nos pagavam nada, ficávamos congelados de guerra, porque depois o Dutra quando assumiu a Presidência da República, o Getúlio entregava os alimentos para os aliados, não recebia nada, emitia dinheiro para pagar os produtores, e a resposta era o seguinte: quando terminava a guerra nós íamos receber de volta, iam nos pagar o dinheiro e nós íamos retirar de circulação esse dinheiro. Derrubaram o Getúlio e entrou o Dutra. E os americanos, em companhia, nos pagaram em matéria

plástica. Eu me lembro criança, como se fosse hoje, quando eu vi o primeiro aviãozinho, a primeira coisa, foi uma invasão de plástico, e fazia uma coisa fantástica, e a dívida nos pagaram em plástico.

A única coisa que o Getúlio conseguiu, mas ele conseguiu, foi Volta Redonda, para ele entrar ele exigiu do Roosevelt naquela reunião, que ele teve lá em Natal quando o Roosevelt veio aqui, e foi aí que o Brasil entrou na indústria pesada e nós tivemos a indústria de Volta Redonda. Ele foi um grande estadista, Sr. Presidente, foi um grande homem, foi um dos homens mais fantásticos da nossa história. Eu não tenho nenhuma dúvida nesse sentido.

Ele é de uma escola lá no Rio Grande do Sul positivista, sim, Júlio de Castilho foi o grande mestre, uma figura que vale a pena conhecer a sua biografia, a sua história; mas a questão da honradez, da dignidade, da correção era uma questão de honra de todo aquele grupo fantástico que ele compunha.

Eu acho, Sr. Presidente, eu acho Juscelino um grande nome, acho um grande nome, mas na história do Brasil, a história do Brasil o grande vulto se chama Dr. Getúlio Dornelles Vargas. A sua morte para mim, eu não tenho nenhuma dúvida, foi um papel de herói. Ele morreu para não ver uma guerra civil, ele preferiu morrer a ver um derramamento de sangue que teria conseqüências imprevisíveis. Ele foi um grande herói, Sr. Presidente. Derrubado, com as eleições já marcadas, isso é importante, não foi a UDN, não foi o golpe que marcou a eleição em que redemocratizou o Brasil. Mentira! As eleições já estavam marcadas, já estava tudo previsto. Os candidatos já estavam escolhidos, era o Dutra e era o Brigadeiro. Ele se elegeu senador por dois Estados e deputado federal por sete Estados.

Foi para o Senado, a UDN abriu uma guerra contra ele para desmoralizá-lo. Ele saiu e foi para São Borja, e ficou todo o tempo em São Borja. E lá de São Borja sem poder, sem força, sem dinheiro, sem absolutamente nada, ele que tinha sido derrubado como ditador, ele volta a Presidente da República. Umas das peças mais lindas que eu vi na minha vida, uma das peças mais lindas que eu vi na minha vida é o discurso do Dr. Getúlio quando chega em São Borja depois de percorrer o Brasil na caminhada. "Volto a São Borja, trago nos olhos a imagem da minha pátria, trago nos ouvidos o clamor dos oprimidos tão necessitados. E quero dizer, meus irmãos, que eu chego aqui e me lanço a Presidente da República sem mágoa, sem ódio e sem ressentimento, e não previsão contra ninguém. Quem tiver esses ódios que se alimente deles. Eu penso no futuro da minha pátria". Eu acho que nós estamos vivendo aqui um momento muito importante nesse momento, Sr. Presidente. Quando o Cristovam presidiu a reunião e lançamos a discussão desse projeto, e depois por falta de quorum foi transferida e hoje está sendo votada, eu dizia naquela ocasião e repito hoje: Esse é o momento mais importante que nós possamos imaginar. Porque esse é o momento que vai ficar na nossa história. Nós estamos aqui votando que uma figura que nem o Dr. Getúlio Dornelles Vargas seja colocado o seu nome lá no Panteão dos Heróis da Pátria. Ninguém mais do que ele merece isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Está em discussão a matéria. O Senador Wellington Salgado, em seguida o Senador Cristovam Buarque e o Senador Inácio Arruda. O Senador Wellington Salgado está...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE): Vou substituir o Wellington.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Wellington quer discutir a matéria? Com a palavra V. Exa.

SENADOR WELLINGTON DE OLIVEIRA SALGADO (PMDB-MG): Eu não poderia discutir essa matéria, depois do pronunciamento do Senador Pedro Simon.

Eu estava aqui mais que apreendendo na oratória do Senador que, realmente, além, dele conhecer bem a história, viveu momentos que eu não vivi. Por isso é que dentro do próprio PMDB eu sempre paro para ouvi-lo e aprender um pouco mais. Estou satisfeito em absorver esse conhecimento passado pelo Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, no sábado passado eu passei quase todo o dia visitando e convivendo com um grupo de jovens em um reformatório para infratores. E perguntei ao diretor, Senador Pedro Simon, quem eram os heróis deles, desses meninos? E o diretor me respondeu imediatamente que era Fernandinho Beira-Mar. E eu disse: "Eu não estou brincando, estou falando sério". Ele disse: "Eu também". Ou seja, esse é um país sem heróis para esse tipo de jovens, mas também é um país sem heróis para a maior de nós.

Não somos um país com um grupo, panteão de heróis. Por alguma razão na nossa história, pela passividade, ou pelo pacifismo, como queiram chamar, este é um país sem heróis. Nem a guerra do Paraguai nos deixou conjunto de heróis. Nesse vazio de heróis, ao lado de Tiradentes, por exemplo, e outros, mas poucos, está Getúlio Vargas. Getúlio Vargas está como herói, não apenas pelo que ele fez por este País, mas ele está como herói porque ele é daqueles que conseguiu, e ele conseguiu pela vontade própria, morrer antes da

própria lenda. Que eu acho que deveria ser o sonho de todo homem público, com êxito, morrer antes da lenda. Se John Kennedy morresse agora era preciso explicar nos jornais quem tinha sido ele. Mas ele morreu antes da lenda, e ficou na história. Che Guevara também. Imagine Che Guevara hoje velhinho num hospital. Amanhã ia ter que explicar quem foi Che Guevara, mas ele morreu antes da própria lenda.

Getúlio é um daqueles brasileiros, dos raríssimos brasileiros que morreram antes da própria lenda, no pleno vigor, apesar da idade. E por vontade própria, e por resistência, não por entregar-se. Ele morreu para resistir, para salvar o Brasil de uma guerra civil, como disse o Senador Pedro Simon, e também para evitar um golpe de Estado da Direita naquele momento.

É por isso, pela falta de heróis que nós temos que eu sou totalmente favorável à inscrição do nome de Getúlio Vargas no Livro dos Heróis da Pátria. E quero dizer que o Getúlio fez uma coisa que jamais poderíamos esperar, um discurso como esse que fez o Pedro Simon há pouco.

Eu gostaria que esta Comissão transformasse o discurso do Senador Pedro Simon em um documento publicado para que os jovens de hoje lembrem-se de um dos raros heróis brasileiros, e que para isso ficar firme o nome dele esteja no nosso Panteão.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Agradeço o Senador Cristovam Buarque.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, só um minuto. Como eu tenho um compromisso inadiável, vou ter que me retirar. Eu gostaria até de solicitar, se fosse possível, que já fizéssemos a votação, e se não for possível eu queria deixar aqui registrado o meu voto de aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só peço que as pessoas inscritas utilizem-se do tempo mais rapidamente possível para que possamos fazer essa votação, que já foi adiada do ano passado. Senador Inácio Arruda e o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE): Sr. Presidente, nesta matéria o único que não pode ser breve sou eu, porque talvez a única restrição que o Partido Comunista do Brasil possa fazer a essa proposição, está restrita a um episódio grave de extradição que se põe novamente para o Brasil, a extradição de uma revolucionária, uma mulher que foi extraditada durante o Governo do Getúlio. Tem muitas explicações, muitas razões que levaram àquela extradição.

Mas ora veja, Sr. Presidente, o principal dirigente do nosso partido, o Partido Comunista do Brasil que nós temos uma proposição na Comissão a respeito dessa figura também da história do Brasil que foi Senador da República Luiz Carlos Prestes logo após o fim da guerra, convocação da Constituinte, o Carlos Prestes subiu no palanque com o Getúlio.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Uma das cenas mais lindas e mais fantásticas que eu vi na minha vida é exatamente o Prestes que sofreu na cadeia, que teve a sua mulher entregue aos nazistas, à defesa da causa da liberdade e subiu na tribuna com o Dr. Getúlio e apoiou o Dr. Getúlio, e o Dr. Getúlio apoiou os Prestes. Ali foram dois líderes extraordinários que viveram umas das páginas mais bonitas que eu vi na minha vida, colocar um país na frente de tudo mais. Muita gente não entendeu, mas o Prestes, o Governo de Getúlio entregou a mulher dele para as nazistas sabendo que ela morreu como morreu.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE): Grávida. A filha nasceu na prisão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sensacional.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE): Então, acho que sublinhando essa opinião correta do Senador Pedro Simon de que nestes episódios que a gente examina, nós estamos examinando a história, o herói é isso, examina a história, o que ocorreu. E esses homens todos: Getúlio, Luiz Carlos Prestes, eles na hora... Imaginamos nós, agora, aqui guardarmos ainda as mágoas e ódios em relação àquela batalha, se lá na hora os homens que vivenciaram aquela batalha e mulheres, concluíram que para o Brasil, não era para eles, não é para o meu partido, o Partido Comunista do Brasil, nem era para o partido do Getúlio, e nem para o Carlos Prestes e nem para o Getúlio, era o Brasil, era uma causa maior que estávamos enfrentando naquele momento. E por isso eu considero que o Getúlio recebe uma homenagem merecida do povo brasileiro através do Senado da República, junto com tantos heróis do povo, tantos. Olha, Senador Flávio Arns, o que tem de gente brava, forte. Nós aprovamos agora a pouco ainda aqui na Comissão de Educação, V. Exa. lembra, o nome de uma mulher como heroína do povo brasileiro, aliás, heroína de duas pátrias: o Brasil e a Itália; porque ela foi combatente aqui no Brasil, lá no Rio Grande do Sul, lá em Santa Catarina, e foi combatente para formar a república italiana, unificar a Itália e constituir aquele país. Então Anita Garibaldi foi aprovada por nós aqui, também, o título de heroína para aquela brava mulher. E temos inúmeros outros, homens do povo, mulheres do povo, dirigentes, políticos que tiveram a capacidade de enxergar, a necessidade de buscar a unidade do Brasil. Não é fácil.

Sr. Presidente, Getúlio teve que enfrentar uma das forças mais capciosas, porque é capaz de divulgar para o povo opiniões permanentemente, diariamente, e hoje

por meios mais sofisticados que àquela época, mas Getúlio teve que enfrentar a própria mídia. Não foi uma batalha fácil, teve que enfrentar com muita disposição, coragem para poder dizer: "Não, mas vamos firmar o projeto do Brasil". Porque parte daquela mídia, de ontem e de hoje estavam comprometidas com interesses de fora, com os seus sócios fora das necessidades do Brasil, fora do projeto Brasil, e sempre que se levanta a ideia de que a nação pode estar unida, pode ter uma maioria política capaz de levar à frente um projeto que diga: "O Brasil está integrado do mundo, o Brasil é aliado do progresso, da paz, da unificação da América do Sul, das relações ótimas com todos: Estados Unidos, Europa, China, Japão, Rússia", mas nós somos um país, nós somos, como disse o Darcy Ribeiro, um povo, existe um povo brasileiro, e a razão da vida, da luta e também do suicídio de Vargas, foi esse projeto. O Brasil tem um projeto para o povo brasileiro com seus defeitos, com certeza, tinham muitos defeitos, mas o que prevalece foi a vocação dele em dizer: 'Aqui existe um país, aqui tem o Brasil". Acho que nós estamos tendo essa oportunidade hoje também de firmar um projeto nacional.

Por isso, uma homenagem correta e merecida também por Getúlio Vargas de ser colocado lá no Panteão dos Heróis da Pátria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço o Senador Inácio Arruda. O último Senador inscrito para discutir, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, iniciando eu gostaria de cumprimentá-lo pela sua posse nesta Comissão. E me solidarizar com o autor desta proposta, o Senador Marconi Perillo, Pedro Simon que tão bem defendeu essa homenagem ao estadista, ao grande estadista brasileiro, e agora herói da pátria, Presidente Getúlio Dornelles Vargas.

Ele, realmente, marcou sua época, ele redefiniu o estado brasileiro, ele conseguiu iniciar o processo de industrialização do País, e ele deixou sementes, sementes que foram partidos fortes há época que se sucederam à sua morte, e ele defendeu o Estado até o ponto que ele tirou a sua própria vida para redemocratizar o estado brasileiro, e fazer disso, realmente, ele se tornou um herói brasileiro. Então, os meus parabéns. E uma justa homenagem que após 50 anos se faz a esse eminente homem público Getúlio Vargas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Primeiro cumprimentá-lo pela presidência da Comissão de Educação, embora, estou com problema aqui de gota, mas fiz questão de estar aqui com V. Exa., neste momento, e cumprimentar o trabalho feito pelo Senador Cristovam durante todo o período em que presidiu esta Comissão.

Eu só quero dizer uma frase para agilizar os trabalhos: teria toda uma simbologia, Senador Flávio Arns, se os Senadores ficassem aqui até votar o item que faz também uma homenagem pequena, singela e justa a Luiz Carlos Prestes. Nós já fizemos o debate desse projeto que faz homenagem ao Getúlio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE): Senador Paim, faz homenagem a Prestes e Vargas, ao mesmo tempo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É o que eu estava tentando dizer. Eu estava tentando dizer e V. Exa.--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE): Você ia chegar lá.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --Só me deu uma atropelada gentilmente, porque é o relator--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Se S.Exa. permitir, Senador Paim, eu até pediria que pudesse votar logo após esse o outro projeto que dá o nome à estrada que é exatamente o Luis Carlos Prestes. Seria muito interessante se nós votássemos juntos os dois projetos, seria até um fato de grande emoção. O projeto que vem depois, eu pediria o 12 que V. Exa. antecipasse para nós votarmos também que é o projeto que dá o nome da rua, a estrada Aloisio Carvalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isto. Então, eu peço, inclusive, a compreensão do plenário para o fato de que nós temos só mais dois projetos terminativos com relatores presentes. E um deles, inclusive, por solicitação invertendo-se a pauta.

Passamos à votação, então. Encerrada a discussão do item nº 2, Projeto de Lei do Senado nº 107/2008. A votação precisa ser nominal por ser terminativa. Flávio Arns. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gilvam Borges está lá na sala. Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON DE OLIVEIRA SALGADO (PMDB-MG): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marisa Serrano. Já saiu. Raimundo Colombo. Rosalba Ciarlini que estava presente. Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sérgio Zambiasi. Cristovam Buarque. Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Voto com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Roberto Cavalcante.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pedro Simon. Voto conhecido. Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gilvam Borges está.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Presidente, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com o relator. Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então está aprovado o projeto de natureza terminativa, item 2 da pauta.

Passamos ao item 10 da pauta.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para informar que o Senador Simon já leu o relatório também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Então o item 10 é o Projeto de Lei do Senado nº 341/2008, denomina Ponte Luis Carlos Prestes, a ponte transposta sobre o Rio Gravataí, na BR 116, Km 270, nos municípios de Canoas e Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul. O autor é o Senador Paulo Paim, o relator é o Senador Pedro Simon. O parecer já lido, o voto já lido é favorável. E passamos, portanto, à votação da matéria.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Não vai ser discutida?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Que já foi lido e discutido. Mas, quer dizer, que foi iniciada a discussão, mas se V. Exa. desejar complementar a discussão, V. Exa. está com a palavra. Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria, Sr. Presidente, Senador Arns, porque foi a Coluna Prestes liderada por Luis Carlos Prestes que abriu as primeiras clareiras no oeste de Santa Catarina, em 1924, e por sua passagem por este Estado, quando todo o seu batalhão ele deixou marcas muito sólidas iniciando-se no município de Mondaí na divisa com Rio Grande do Sul, aonde parte da sua comitiva lá ficou em Monte Maria, hoje uma comunidade, e o nome se deve a João Maria, um de seus liderados. No município de Descanso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ele descansou, e hoje pela sua parada naquele município, por seu descanso com a tropa, leva o nome de Descanso em homenagem à parada daquela tropa naquela comunidade.

No município de São José do Cedro tem a grande derrubada, também uma comunidade chamada de Derrubada em razão que ali também num descanso fizeram uma clareira maior para descansar alguns dias.

Mas foi Dionísio Cerqueira perto da divisa com o Paraná, quando o comando central do governo descendo com a comitiva do Exército, com o batalhão do Exército, liderado pelo Tenente Melo, que se deu a grande batalha da separação. E hoje lá existe a comunidade da separação, e existe lá o cemitério dos tombados. E ficou muito claro na nossa mente e na minha região de Santa Catarina, no meu grande oeste, aonde esta caminhada e abertura dessas matas foram que começou a grande colonização do oeste de Santa Catarina, o sudeste do Paraná, todos eles da segunda e terceira geração de europeus, alemães e italianos que partiram do Rio Grande do Sul para colonizar Santa Catarina.

Registro nessa história a minha satisfação de estar aqui para votar, para dar o nome desse ilustre brasileiro que também fez história por tudo aqui que já se disse, principalmente, pelo Senador Pedro Simon.

Eu sou favorável. Muito obrigado pela oportunidade. Mas não poderia deixar de registrar a passagem desse brasileiro em 1924 pelo nosso grande oeste catarinense.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está encerrada então a discussão do item 10 da pauta.

Passamos à votação por ser um projeto de natureza nominativa. Votação nominal. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gilvam Borges. Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON DE OLIVEIRA SALGADO (PMDB-MG): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Raimundo Colombo. Marisa Serrano. Rosalba Ciarlini. Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cristovam Buarque. Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Voto com o autor e com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pedro Simon. Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gilvam Borges também que chegou.

Então, está aprovado o projeto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE): Sr. Presidente, eu pediria ciência, porque o próximo item é terminativo, e diz muito respeito a Getúlio e a Luis Carlos Prestes. E é uma alteração para o [ininteligível] do trabalho.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu pediria mais um esforço ainda que existem só dois itens com os relatores presentes, que são os itens 2 e o item 8, a relatoria do 2, o 3 e o 8. O 3 Senador Inácio Arruda.

Então, eu passo a ler. Eu peço só a compreensão para haver ainda também a votação desse item e do item 8. Projeto de Lei do Senado nº 103/2008. Altera a redação do art. 1º da Lei 7.466 de 23 de abril de 86 que dispõe sobre a comemoração do feriado de 1º de maio, Dia do Trabalho. Autoria Senador Paulo Paim, relator Senador Inácio Arruda. O parecer é favorável com a emenda oferecida. Portanto, serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda. A matéria constou na pauta da reunião do dia 16 de dezembro do ano passado.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE): Sr. Presidente, há plena concordância com os termos do projeto apresentado pelo Senador Paulo Paim que identificou essa necessidade de uma pequena alteração, mas que tem significado, que você vai expressar na comemoração o dia do trabalhador. Eu fiz uma pequena emenda, em concordância com o Senador Paulo Paim que é do trabalhador e trabalhadora, em homenagem às mulheres, exatamente porque esses dois movimentos ocorreram em conjunto. Em 83 as mulheres foram incendiadas numa fábrica, transformando o dia 8 de março também no Dia Internacional das Mulheres. Em seguida, três anos depois, os trabalhadores, dirigentes sindicais foram enforcados, nos Estados Unidos, porque também queriam, era a mesma causa, que era a redução da jornada de trabalho que era escorrachante naquela época, 16h de trabalho diário em péssimas condições. Então, por essas causas, as mulheres foram queimadas, e os homens, três anos depois, foram enforcados. Então, acho que a proposição do Senador Paulo Paim é muito correta, justa. E a nossa emenda agrega a trabalhadora, porque é uma luta também das mulheres hoje para serem reconhecidas no mercado do trabalho como trabalhadoras. Então é trabalhador e trabalhadora. É a nossa emenda. E eu peço a aprovação dos meus pares a essa iniciativa do Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Encerrar a discussão. Votação nominal. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inácio Arruda. Voto conhecido.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE): Com o autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gilvam Borges. Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON DE OLIVEIRA SALGADO (PMDB-MG): Com o autor e com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Francisco Dornelles. Marisa Serrano. Raimundo Colombo. Rosalba Ciarlini. Adelmir Santana. Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A favor, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Voto sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está aprovado o projeto. Pergunto ao plenário se o voto em relação à emenda permanece o mesmo? Permanecendo o mesmo, então a emenda está aprovada também.

Passamos ao último item de natureza terminativa. Relator presente que é o item nº 8 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 602/2007. Autoriza o Poder Executivo a criar Universidade Federal do Araguaia UNIVALE, com sede no município de Barra do Garças. Autoria do Senador Jayme Campos, relatoria do Senador Gilberto Goellner. O parecer é favorável com as emendas oferecidas.

Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas. A matéria constou na pauta da reunião dos dias 11 de novembro, 9, 16 de dezembro de 2008.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu vou diretamente à análise.

Trata-se do Projeto de Lei nº 602 que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Araguaia com sede no município de Barra do Garças no Estado de Mato Grosso.

Com relação ao mérito da iniciativa, percebe visível necessidade de atuação mais efetiva do Poder Público na expansão da oferta de educação superior para dar vazão à crescente demanda dos jovens economicamente carentes. Nesse sentido, já estão em andamento ações previstas no plano de reestruturação e expansão do ensino superior implantado pelo Ministério da Educação.

Quanto à instalação da Universidade em Barra do Garças, onde já se encontra com boa infraestrutura a medida justificada pelo potencial de desenvolvimento econômico e social da região.

A existência de uma instituição autônoma dedicada à pesquisa na região do Vale do Araguaia poderá contribuir para dinamizar na forma sustentável a economia e o setor educacional dos Estados do Mato Grosso e do Goiás. Em face da eventualidade se arguir à constitucionalidade e à juridicidade dos projetos autorizativos, cabe lembrar que nesta Casa tais propostas encontram amparo no parecer nº 527/98 da Comissão de Constituição e Justiça. Segundo e qual com efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo como forma de colaboração à prática de ato de sua competência.

Assim sendo, não existido óbice de natureza constitucional e jurídica, resta sugerir a correção de pequena impropriedade vocabular na expressão universidade de que dispõe essa lei, presente no art. 4º do PLS. Para tanto será oferecida a emenda com objetivo de tornar o dispositivo mais claro, conforme prescreve as normas da técnica legislativa inseridas na Lei Complementar nº. 95.

Concluindo: tendo em vista, que já existe instituição de educação superior com a sigla sugerida que é a UNIVALE que tramita Projeto de Lei com a mesma denominação, entendemos ser oportuno substituí-la. A nosso ver, a mudança do nome para Universidade Federal de Barra do Garças, UNIBARÇAS não traria prejuízo à proposição. Por isso nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº. 602 com as seguintes emendas: emenda 1ª: Substitua-se no Projeto de Lei do Senado 602 onde couber a denominação Universidade Vale da Araguaia, UNIVALE por Universidade Federal de Barra do Garça, UNIBARÇAS. Emenda 2: Dê-se ao

art. 4º do Projeto de Lei do Senado a seguinte redação: Art. 4º: a instalação da UNIBARÇAS subordina-se à prévia consignação no orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Esse era o nosso voto pela aprovação, e as emendas em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Gilberto Goellner. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Encerrada a discussão. Em votação. Votação nominal. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Pelo PMDB e pelo Brasil. Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON DE OLIVEIRA SALGADO (PMDB-MG): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Francisco Dornelles. Marisa Serrano. Raimundo Colombo. Rosalba Ciarlini. Adelmir Santana. Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Roberto Cavalcanti. Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Seja muito bem vindo. Sempre presidente. Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está aprovada a matéria. Pergunto ao Srs. Senadores se mantenho o mesmo voto para as duas emendas apresentadas? Sim. Então, as emendas estão aprovadas da mesma forma.

Este era o último item de natureza terminativa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE): Tramita na Casa já com o parecer do relator, porém, devolvido à Comissão, porque o relator deixou a Comissão, que é o Senador Antonio Carlos Valadares, o Projeto de Lei que denomina o ano de 2009, ano Patativa do Assaré, esse grande poeta do povo brasileiro. O projeto é de minha autoria. Eu pedia à V. Exa. se é possível colocar na pauta de terminativo, se é possível; se não for possível a gente já adotar providência imediata para que a gente possa dar tramitação célere a essa proposição.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu peço a V. Exa. a compreensão para que a gente faça da seguinte maneira, porque o relator, como foi mencionado, não faz mais parte da Comissão, e como se trata de uma iniciativa extrapauta, apesar de não haver qualquer contencioso e nem conflito, nós estamos adotando até o momento o que já vinha sendo adotado anteriormente, em termos de procedimento para que nós não incluamos projetos extrapauta, para que todos tomem conhecimento com tranquilidade, com antecedência do conteúdo das matérias a serem apreciadas.

Então, nós podemos, perfeitamente, incluir esse projeto na pauta da semana que vem, porque é de natureza terminativa, como V. Exa., inclusive, colocou, e vários Senadores, inclusive, já tendo se retirado nesse momento. Mas semana que vem há o compromisso então com V. Exa.--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B- CE): Estou de acordo com V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --De se incluído.

Então, passamos aos itens, Srs. Senadores, de natureza não terminativa. Vamos apreciar então o item 5 da pauta que é o Projeto de Lei da Câmara nº. 127/2008. Denomina Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul Marmud Cameli, o aeroporto localizado na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre. Autoria do Deputado Gladson Cameli, a relatoria do Senado Augusto Botelho, o parecer é favorável e a matéria constou na pauta da reunião do dia 16 dezembro do ano passado.

Com a palavra V. Exa., Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A proposição é submetida à apreciação desta Comissão. Atribui o aeroporto localizado na cidade Cruzeiro do Sul no Estado do Acre, a denominação de Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul Acre, Marmud Cameli. Segundo o autor o deputado Gladson Cameli, o homenageado teria sido um empresário respeitado de grande visão na região do Vale do Juruá, tendo sido um pioneiro no ramo madeireiro. Fundou a empresa Marmud Cameli e Cia Ltda., que atua no ramo da construção civil, contribuído, assim, para a geração de empregos e desenvolvimento da região. Na Câmara dos Deputados o projeto foi aprovado pelas Comissões de Viação e Transportes, de Educação e Cultura, e de Constituição, Justiça e Cidadania. No Senado foi distribuída exclusivamente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Análise, Sr. Presidente. A matéria é de competência da União, não havendo reserva de iniciativa em favor do Poder Executivo. A denominação de aeroportos e aeródromos é regida pela Lei de nº. 1.909 de 21 de julho de 1953. Segundo essa lei, sempre mediante lei especial para cada caso, poderá um aeroporto ou um aeródromo ter a designação de um nome de brasileiro, que tenha prestado relevante serviço à causa da aviação, ou de um fato histórico nacional. Entre outras áreas da construção civil em que atuou, o homenageado Cameli contribuiu por meio da empresa que fundou para ampliação do sistema aeroportuário do Estado do Acre, com que fica atendida a exigência legal.

Do voto, Sr. Presidente. Ante o exposto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade voto também pela adequada técnica legislativa, e no mérito pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 127 de 2008. O nosso voto é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço o Senador Augusto Botelho. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovada a matéria, o item 5 da pauta.

Eu quero lembrar que o item 9 da pauta é de natureza não terminativa. A relatoria é do Senador Romeu Tuma, porém existe uma solicitação do Senador para a retirada de pauta para um reexame melhor da matéria, bem como, uma solicitação de realização de audiência pública sobre esse assunto. Então, em função desses aspectos é que o item 9 não está sendo apreciado. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu gostaria só de explicar, felizmente, o nosso Senador Sérgio Zambiasi concordou com a audiência pública, que foi uma solicitação de membros do Governo em razão de algumas dificuldades. Mas nós fecharemos questão na hora que o Sérgio Zambiasi decidir qual é o ponto de vista melhor para o projeto dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está ótimo. Senador Sérgio Zambiasi com a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, o item 9 é o Projeto de Lei do Senado 179/2008, de minha autoria, que cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa cientifica e tecnológica.

Há uma demanda, uma angustia e uma ansiedade em todas as universidades do Brasil para que estes profissionais ganhem, no mínimo, visibilidade para a sua atuação, Presidente Flávio Arns. Eles têm um papel fundamental e preponderante na segurança de alunos, de professores, de funcionários das universidades e do patrimônio público, também destas universidades.

O relator Senador Romeu Tuma, ele, inclusive, corrigiu no seu relatório o projeto, porque ele pudesse ganhar constitucionalidade e pudesse, inclusive, ser apreciado aqui na Comissão já que não é terminativo. Porque no meu entender à medida que a Comissão de Educação reconhece a importância destes profissionais da vigilância das universidades, nós estamos dando uma oportunidade para que essa atividade ganhe um mínimo de visibilidade e de reconhecimento.

O Senador Augusto Botelho com a concordância do Romeu Tuma e minha concordância, solicita uma audiência pública que eu acho importante.

Eu acho que trazer aqui o Governo, trazer aqui estes agentes da segurança das universidades e da pesquisa científica e tecnológica é oportunizar um debate para qualificar ainda mais esta atividade profissional. Melhorar a condição desse profissional, significa também melhorar a segurança pública, dar treinamento adequado a estes profissionais envolvido com a segurança dos campings universitários, incremento nas condições de trabalho dos vigilantes universitários e adequação da remuneração dos vigilantes às atividade-

des que desempenham. Esse, aliás, é o objeto deste Projeto de Lei.

Agora acho que realmente o ambiente adequado para audiência pública é esta Comissão, porque assim nós podemos ouvir o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Planejamento, o Governo, e, ao mesmo tempo, se oportuniza aqui as lideranças dessas atividades profissionais importante em todos os campings universitários do Brasil também possam aqui manifestar as suas angústias e as suas preocupações, dando visibilidade a uma atividade que, muitas vezes, fica ali restrita ao ambiente universitário, quando, na realidade, a sua atuação repercute intensamente na vida de milhares de pessoas, milhões de pessoas em todo o País.

É por esta razão que eu concordo com a segunda possibilidade, a possibilidade da proposta do Senador Augusto Botelho e o relator Romeu Tuma para uma audiência pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador equilibrado, tranqüilo, objetivo, ter um esclarecimento completo.

Nós tivemos alguns incidentes graves nas universidades. Então, se não tiver pessoal preparado para controlar, não ter confronto e trazer uma maior tranquilidade para as universidades, é claro que cada vez fica mais difícil esse controle.

Mas eu queria informar a V. Exa. que há um outro projeto de maior envergadura que é a modificação e atualização do que é o vigilante profissional. Então, estar junto com a Polícia Federal, com os órgãos competentes, principalmente o sistema bancário e outros, para se discutir a importância da vigilância, porque há muitas empresas clandestinas que nos trazem uma intranqüilidade muito grande. São grupos armados que, às vezes, agem sem o respeito à legislação em vigor.

Então, eu ano que é um tema difícil, sério. E a discussão que o Senador Sérgio se propõe a concordar é importante não só para esta Comissão, mas para outras que estão em discussão outros projetos idênticos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Sérgio Zambiasi, com a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flávio, apenas para complementar, apenas lembrando que neste caso do vigilante universitário é um servidor concursado, é um servidor federal; ele é exclusivo para essa atividade dentro dos campings, não é terceirizado. Portanto, não está submetido, digamos, à proposta pertinente que o Senador Tuma está organizando, aqui apresentando que é exatamente a regulamentação dessa segunda atividade que é o vigilante profissional.

E que, muitas vezes, um cidadão na lei ela monta uma empresa de segurança de uma rua, e você vai ver os seus integrantes, põe uma arma na cinta e instala como vigilante. Eu acho que realmente essa proposta do Senador Tuma é muito ampla, necessária e tem que vir, obviamente, com todo o acompanhamento técnico das polícias, tanto estaduais, quanto a Polícia Federal. Neste caso são vigilantes universitários, servidores federais, que atuam especificamente nos campings, tem uma atividade específica, porém, estão à sombra das próprias universidades, e vão ganhar um mínimo de visibilidade e reconhecimento hoje na sua atividade. A segurança não dos prédios apenas, mas da vida daquele que lá estudam, dos técnicos, dos servidores, das universidades e dos professores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Concordo, só quero dizer que concordo, da minha parte, com os dois pontos de vista da importância que os dois temas sejam abordados.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E nós já estamos com o requerimento na mesa, e o mesmo será votado em alguns minutos, depois do relatório do Senador... Se o Senador Neuto De Conto permitir, por sugestão, e eu acho que é pertinente, vamos votar, de imediato, o requerimento, porque o assunto está em debate. De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal requeiro que seja realizada audiência pública para discutir o PLS nº 179/2008. Para compor a mesa do debate, solicito que sejam convidados representantes do Ministério da Educação, Ministério do Planejamento, Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras - FASUBRA, e da Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sala das Comissões, 11 de março. Assinado pelos Senadores Augusto Botelho e Romeu Tuma. Está em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Aprovado.

Passamos ao item 11 da pauta, não terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 112/2008 que cria a semana de educação para a vida nas escolas públicas de todo o País, e dá outras providências. Deputado Enio Bacci, relatoria do Senador Neuto De Conto, parecer favorável com as emendas de redação oferecidas.

Se V. Exas. só me permite, eu li no Requerimento 11 de março, e hoje é dia 10 de março. Então só foi

um equívoco na data colocada no requerimento que eu corrijo então nesse instante.

Com a palavra V. Exa. Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O Projeto de Lei da Câmara PLC 112/2008, de autoria do Deputado Enio Bacci. Institui a semana de educação para a vida nas escolas da rede pública do País, com a finalidade de trabalhar conteúdos extracurriculares, tais como: ecologia, meio ambiente, sexualidade e educação para o trânsito entre outros.

Neste contexto consideramos que a semana de educação para a vida sugerida pelo PLC em análise constitui oportunidade ímpar de trabalhar temas relevantes para a vida diária dos estudantes, sem, no entanto, inviabilizar organização dos currículos escolares, além disso, deve ser observado que a forma de apresentação dos conteúdos avançados favorece a espontaneidade, a criatividade e a oportunidade de vivências prazerosas. Concluindo: cabe ressaltar que não encontramos óbice de natureza constitucional ou jurídica que contrapõe a tramitação da matéria que se apresenta, ainda redigida de acordo com a boa técnica legislativa.

Apenas julgamos necessário fazer pequenos reparos no texto da emenda do art. 1º do PLC com o intuito de tornar claro que a proposta da semana de educação para a vida dirige-se às escolas públicas de ensino fundamental e médio.

Nessa circunstância, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 112/2008 com a seguinte emenda de redação: dê-se a emenda do Projeto de Lei à Câmara 102/2008 a seguinte redação: cria a semana de educação para a vida nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País e dá outra providência. A emenda segunda: dê-se o art. 1º do Projeto de Lei da Câmara 112/2008 a seguinte redação: todas as escolas de ensino fundamental e médio da rede pública do País realizarão em período a ser determinado pelas Secretarias Estaduais de Educação, atividade denominada semana da educação para a vida.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço o Senador Neuto De Conto. Está em discussão a matéria. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu cumprimento o Senador Neuto De Conto. E é interessante que esta semana de educação para a vida trata de conteúdos extracurriculares que é o problema da ecologia, meio ambiente, sexualidade e educação para o trânsito. Coisas que hoje na vida normal tem agredido à população e criado problemas sérios no dia-a-dia da nossa vida.

Eu acho que ela teve uma importância muito grande, e vem em boa hora, talvez com atraso normal dos projetos que são apresentados na Casa, que daqui a pouco o Governo faz uma medida e liquida o trabalho dos Parlamentares, mas eu acho que ele é importante nesta discussão. Até porque, Senador Neuto De Conto, nós estamos aqui numa aflição, numa angustia profunda ao que vem acontecendo com os casos de pedofilia, que as crianças não têm orientação nenhuma, e não se protegem de ações de criminosos dessa envergadura que V. Exa. tem acompanhado de perto. Talvez aqui conversando, explicando, orientando nós, talvez, possamos salvar várias crianças de ações deletérias de alguns criminosos sem escrúpulo. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero, inclusive, destacar também que sempre é objeto de discussão, de debate a criação de dias ou de semanas para determinados assuntos. Agora eu quero também dizer dos resultados positivos que todos podemos observar pelo Brasil quando da realização de dias específicos para celebrar, para lembrar, para alertar, e a semana de valorização da semana de educação para a vida é no sentido de, realmente ressaltar esses aspectos todos que são levantados, educação para a vida pelo meio ambiente, educação para a vida pelo trânsito, educação para a vida pelo respeito; quer dizer, uma semana concentrada no Brasil para que este aspecto do projeto e relatado pelo Senador Neuto De Conto possa ser valorizado no Brasil inteiro.

Encerrada a discussão. Em votação a matéria. A matéria está aprovada.

Existem dois comunicados da presidência. O primeiro deles: comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento e correspondência do Exmo. Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Walton Alencar Rodrigues, na época, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC 008.848/2006-3, bem como, do relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação cujo objetivo foi de avaliar a gestão dos fundos setoriais de apoio e desenvolvimento científico e tecnológico quanto às questões referentes à sua estruturação, desempenho, transparência, pagamento de taxas de administração e despesas operacionais e vinculação das receitas.

Senadores e Senadoras que desejar uma cópia do aviso poderão se dirigir à secretaria desta Comissão.

Eu quero alertar também a todos que a acompanham a Comissão de Educação, Cultura e Esporte pela TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado que tenham acesso também ao documento do Tribunal de Contas, porque uma das formas que temos para tornar toda a relação governo, sociedade, Congresso, sociedade mais transparente é dando uma atenção maior aos relatórios do Tribunal de Contas da União

a respeito dos temas específicos, e a questão do desenvolvimento científico e tecnológico, fundos setoriais de apoio, sem dúvida, interessam a várias pessoas e instituições pelo Brasil.

Eu, inclusive, antes de mandar a matéria para o arquivo, eu vou discutir com a assessoria da Comissão para vermos como que isto, como que conteúdos dessa natureza podem ser enviados para universidades, para órgãos de pesquisa para que todos tomem conhecimento, opinem, reflitam e valorizem o trabalho do Tribunal de Contas em relação a esses aspectos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exa. ofereceu acesso. Eu pergunto se precisa fazer por escrito ou V. Exa. já autoriza a secretaria nos fornecer cópia do parecer?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, está autorizado, e ressalto que esses relatórios do Tribunal de Contas têm muito valor, são bem detalhados. E para os Senadores e Senadoras que têm interesse nesses assuntos, mas para a sociedade, de uma maneira geral que pode até colaborar com essa Comissão, sem dúvida, pode colaborar lendo, discutindo, refletindo e nos encaminhando as ponderações que julgarem importantes.

Segundo comunicado. Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação Fernando Haddad para a solenidade de posse da professora Mirian da Costa Oliveira no cargo de reitora da Fundação Universidade Federal de Ciências da saúde de Porto Alegre, e a recondução do professor Ricardo Mota Miranda ao cargo de reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a realizar-se no dia 17 de março do corrente, semana que vem, portanto, às 11h na Sala de Atos no 9º andar do Edifício Sede do Ministério da Educação.

Então agradeço. Nada mais havendo a tratar está encerrada a presente reunião. Obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A primeira sessão foi muito educado, Senador, parabéns.

Sessão encerrada às 13h04

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2009.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia dezessete de março de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Gilvam Borges, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Adelmir Santana, Álvaro Dias, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, Valdir Raupp, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes, João Vicente Claudino e Jefferson Praia reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Marina Silva, Expedito Júnior, Valter Pereira, Geraldo Mesquita Júnior, Wellington Salgado de Oliveira, Heráclito Fortes, Lúcia Vânia e Marisa Serrano. Justificam a ausência os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2006, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Altera as Leis nºs 3.268, de 1957, e 4.324, de 1964, para dispor sobre o exame de proficiência dos médicos e dos cirurgiões-dentistas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o parecer é pela rejeição. É concedida vista à Senadora Ideli Salvatti, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. Item 003: Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 2008, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Fernando Ferro, que "Institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional do Jornalista". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer favorável é aprovado. A Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que já há quórum para a votação de projetos terminativos. Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2008, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Autoriza o Poder Executivo a criar, no Ministério da Educação, o Programa Cesta Básica do Livro, para garantir um acervo mínimo de livros às famílias de estudantes do ensino público fundamental e médio". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer é favorável. O parecer é proferido e iniciada a discussão. É concedida vista à Senadora Ideli Salvatti, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2008, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, que "Denomina Rodovia Agnaldo Salles o trecho da rodovia BR-491, entre as cidades de Alfenas e Varginha, no Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é favorável. O projeto é re-

tirado de pauta, atendendo à solicitação do relator. Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2008, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o parecer é favorável. É concedida vista ao Senador Gerson Camata, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 0309 – CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Marco Maciel, Cristovam Buarque, Gerson Camata, João Vicente Claudino e Álvaro Dias, que "Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, VIII e IX, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas para que sejam ouvidos nesta Comissão, individualmente, os Excelentíssimos Senhores Ministros da Educação, Fernando Haddad; da Cultura, João Luiz Silva Ferreira; e do Esporte, Orlando Silva, sobre os programas prioritários, as metas e os recursos orçamentários disponíveis para 2009, no âmbito dos respectivos Ministérios". O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 02/09 – CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Nos termos regimentais, requeiro que esta Comissão encaminhe ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo, José Serra, com a justificativa a seguir. Hoje, no Programa Bom Dia Brasil, da Rede Globo, foi apresentado um livro didático distribuído na rede pública do Estado de São Paulo, em que continha um mapa da América do Sul com graves equívocos, entre eles, mudança da posição do nosso país vizinho, o Paraguai. A própria matéria jornalística disse que o Governo de São Paulo se negava a recolher o livro por ser um "mal menor". Um livro como esse traz, obviamente, conseqüências graves para a educação dos nossos alunos, além da repercussão negativa nos países vizinhos. Por essas razões, requeiro que esta Comissão solicite ao Excelentíssimo Senhor Governador de São Paulo, Senhor José Serra, que providencie, urgentemente, o recolhimento de todos os exemplares desse livro, assim como a destruição imediata e a correção com igual rapidez, para que sua nova distribuição não traga prejuízos para os alunos, pela perda de tempo. Solicito também, que este requerimento seja acompanhando de uma sugestão para que toda a edição do referido livro passe por uma revisão completa". O Requerimento é aprovado. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, comunica que a Senhora Deputada Maria do Rosário (PT/RS), Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, foi convidada para vir a esta Comissão, a fim de aprimorar o relacionamento entre esta Comissão e as Comissões da Câmara dos Deputados. Informa, ainda, que vai encaminhar convite de igual teor, para o Presidente da Comissão Permanente de Turismo e Desporto, Deputado Afonso Hamm (PP/RS). Item 015: Comunicados da Presidência: Comunicado 01: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite para o Seminário Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos na América Latina: Direito e Desafio de Todos, a realizar-se dia 24 de março do corrente, das 9h00 às 17h30, no Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados. O Seminário é promovido pela UNESCO, Ministério da Educação (MEC), Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e Fundação Santillana. O evento também cumprirá a função de divulgar a Sexta Conferência Internacional da UNESCO em Educação de Jovens e Adultos (CONFITEA VI) a realizar-se em Belém do Pará, de 19 a 22 de maio do corrente". Comunicado 02: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite para o lançamento do Instituto Claro, criado no âmbito da empresa Claro Telefonia, que tem como objetivo fomentar a discussão e o desenvolvimento de práticas que estimulem um novo olhar para a educação, além de promover ações criativas e inovadoras, a realizar-se dia 30 de março do corrente, a partir das 19h00, no Museu da Língua Portuguesa, Praça da Luz, S/Nº, São Paulo-SP. Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". Ficam adiadas as seguintes matérias: Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2007; Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 079, de 2006; Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2008; Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2008; Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 056, de 2008; Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 603, de 2007; Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2008; Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 089 de 2008; Item 014: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a

presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto inicialmente a apreciação do Plenário, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores e senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de destacar, que foi já elaborado para esta semana, o boletim, cuja iniciativa, já aconteceu na gestão anterior do Senador Cristovam Buarque, denominado Observatório da Educação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):É, exatamente. Então, nós queremos que todos os temas da educação, da cultura e do esporte, que são as três áreas fundamentais abordadas nesta comissão, e das mais importantes para o Brasil, seja objeto das notícias desse boletim.

Então, todos os senadores e senadoras que tiverem ideias, sugestões, estamos pensando também, em ainda expandir mais a boa ideia que foi desenvolvida, em termos de entrevista, de projetos de leis em tramitação, aqui na comissão, pontos de vistas. Enfim, sugestões que possam ser dadas, para o aprimoramento deste nosso documento, são todas as sugestões muito bem-vindas.

Quero destacar também, reforçar o convite da semana passada que nós temos a Subcomissão Permanente de Cultura, de Cinema, Teatro, Música e Comunicação social. Os Srs. Senadores, senadoras que desejarem participar dessa Subcomissão Permanente, por favor, no decorrer aí dos nossos contatos se manifestem, nesta direção, porque pretendemos, se for possível, na semana que vem, já indicarmos, então os nomes dos parlamentares interessados. Não só indicando, mas já instalando a comissão se for possível.

E a outra Subcomissão Permanente, que será a Comissão de Esporte, também todos e todas que desejarem participar, podem também, no decorrer aí desses dias, se manifestarem, para que esta comissão também possa ser instalada. E é uma das Comissões das mais importantes.

E os temas de educação, serão sempre debatidos, nas nossas reuniões e já assumem, pela importância do educação, também, assim, uma abordagem, assim, bastante intensa.

Eu quero destacar também que nós estaremos, ao final desta reunião, aprovando requerimento para o convite aos Ministros das três áreas, da educação, da cultura e do esporte, para que eles venham aqui falar sobre os planos, os projetos, os orçamentos, os desafios para áreas. Já os Ministros, já se manifestaram em termos da vontade, do desejo de participar, e, naturalmente, que desejamos, como habitualmente acontece, fazer um trabalho em sintonia com aquilo que os Ministérios pretendem e julgam fundamental nessas áreas.

Quero também destacar para os senadores e senadoras, que temos tido reuniões administrativas. Eu vou sempre pedir que a secretaria comunique a todos e todas das reuniões administrativas que acontecem aqui na Comissão de Educação, no período a parte, das reuniões. Hoje, às 3 horas da tarde, nós iremos receber o Conselho federal de Biblioteconomia, para discutirmos os entrosamentos possíveis com essa instituição, que tem muito a oferecer para o processo de educação, de cultura e de esporte. Amanhã estaremos nos reunindo com o ECAD, para tratar dos direitos autorais, da mudança de legislação, do debate que vai acontecer nessa área, nesses dois anos, nessa comissão.

Na quinta-feira estaremos nos reunindo com as universidades comunitárias, confessionais, filantrópicas, que também vem discutir, colocar os pontos de vista necessários para esta área.

Na semana passada, tivemos uma audiência muito proveitosa, com Conselho Nacional de Educação com a presença da Presidente do Conselho Nacional de Educação, Dra. Célia Brandão, e também com o Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho, que é o Dr. César Calegari. E também naquela ocasião discutimos, assim, a sintonia, a convergência, que pode haver, com os esforços significativos, que no decorer dos anos, o Conselho Nacional de Educação desenvolve, e com aquelas iniciativas da Comissão de Educação.

Inclusive, o Conselho Nacional de Educação, está se debruçando, a partir do dia 31 deste mês, que é uma terça-feira, às 9, 9h30 da manhã, vai haver o início de um grande debate sobre a revisão do Plano Nacional de Educação. E é uma tarefa em torno da qual esta comissão também pretende, e tem que, até por

obrigação, se debruçar. Então, uma discussão sobre o Plano Nacional de Educação.

Então, nós queremos, assim, deixar em aberto para que esses debates todos, possam se aprimorar, a sociedade possa se envolver, que os senadores e senadoras, todos nós desta comissão, nos sintamos, assim, muito participantes deste processo, dos debates, dos grandes temas nacionais.

Se vocês tiverem observado também, nos meios de comunicação existe, atualmente, um grande debate sobre segurança nas escolas, que temos que trazer essa discussão aqui, para essa comissão também, a valorização, qualificação dos professores, que seria um segundo tema, de acordo com a população. Quando se pergunta para população: "Que mais preocupa você em termos de escola?" A primeira resposta foi segurança na escola. Não é qualificação, valorização, mas o drama da segurança na escola, do crime, da droga, do envolvimento, do medo do professor dar aula.

Então, a população disse: "Olha o problema principal é a segurança"; segundo problema: qualificação, valorização do professor, e terceiro tema é a qualidade do processo em si na aprendizagem. Então, até isso surpreendeu, de acordo com o depoimento que eu vi na televisão, o próprio Ministro da Educação, e ele poderá, inclusive, abordar este tema, como outros fundamentais, quando da presença dele, para este debate com a comissão, não é verdade?

Mas segurança é um tema que vem preocupando todas as pessoas, e eu próprio, conheço muitos professores que dizem: "Olha eu não vou dar aula lá, porque eu tenho medo de chegar na escola, eu estou sendo ameaçado não posso entrar na escola, não consigo sair da escola ". Então, segurança na escola é algo assim sobre o que a gente tem que abordar e pensar sobre esse tema. Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria, na direção em que V.Exa. está fazendo a exposição, hoje no jornal a Gazeta, de Vitória, aparece um professor na Polícia Federal pedindo porte de armas, para dar aula, porque ele já apanhou três vezes dos alunos. Então, aparece a fotografia dele com a mão marcada de pancadas que ele levou no rosto e na Polícia Federal, para continuar dando aula, ele pedindo um porte de armas, para ele poder ser respeitado na escola pelos alunos que os espancaram já várias vezes. Veja V.Exa., tudo que V.Exa. falou se resume nessa lamentável notícia que eu vi hoje no jornal, de doer o coração.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O pior Presidente, é que a gente vive um círculo vicioso. A violência é causada por anos e anos, e anos, de má educação. Não só no sentido de exclusão, no sentido de gente que não estuda, como de um conteúdo educacional que não tem vínculos com a consciência da paz.

E, tendo violência, a escola fica ruim, porque professor precisa de armas, porque o professor apanha, porque aluno tem medo, cria um círculo vicioso; a escola é ruim por causa da violência, e a escola ruim cria violência. Tem que cortar esse círculo. E aguentar um tempo para cortar. Esse aguentar exige mais seguranças nas escolas. Não dá para amanhã dizer: "Vamos melhorar a escola, e deixa a escola sem policial".

Eu tenho um Projeto de Lei que defende a criação, no Governo Federal, de uma secretaria para Segurança Escolar. Esse é um assunto federal, não dá para deixar nas mãos dos municípios e nem resolver com porte de arma para professor. E daqui a pouco, aluno também vai querer.

Então, essa Secretaria teria que ter um prazo determinado: dez anos. Nesses dez anos, gente fazia a revolução educacional, porque a gente já sabe como é que se faz. Essa comissão fez uma série de audiências o ano passado, que terminou com um relatório que diz como fazer. Mas eu fico satisfeito que esse tema venha aqui.

Eu só queria, não sei se está na hora ainda, esperando o quórum, dizendo que eu estou querendo fazer, apresentar um requerimento, Presidente. Eu vi agora de manhã no Bom-dia Brasil, uma matéria sobre um livro de geografia distribuído no programa de livros didáticos, no Estado de São Paulo, em que tem um mapa da América Latina errado. Eles mostraram o mapa, o Paraguai está no lugar do Uruguai. A Bolívia e o Paraguai juntos como um só país.

Nós temos criticado muito a hipótese, que até hoje eu não confirmei, de um mapa nos Estados Unidos, em que a Amazônia é um território internacional. Que moral a gente tem de criticar esse mapa, que até hoje é a hipotético, para mim, quando hoje aparece na televisão esse mapa. O meu requerimento é no sentido de que o Governo de São Paulo recolha esse livro, porque eles disseram no programa, que o livro não será recolhido, porque esse é um erro menor. Não é um erro menor colocar Paraguai no lugar do Uruguai. Deixar os meninos aprendendo geografia, como se o Paraguai tivesse um litoral, e é uma vergonha que vai repercutir internacionalmente.

A gente vive já em conflito com Paraguai por causa de Itaipu. Imagine agora, sair no Paraguai, já deve ter saído, porque o Bom-dia Brasil chega lá, de que no Brasil o mapa da América Latina desconsiderada o Paraguai, ao ponto de mudá-lo de lugar e desfazê-lo, porque no lugar do Paraguai não tem nada, é uma imensa Bolívia, escrito Bolívia e Paraguai juntos. Eu

queria colocar um requerimento [interrupção no áudio] em que o mapa na América Latina está errado, é muito maior do que refazer o livro. Então, eu queria que fosse como um pedido da Comissão de Educação, ao Governador Serra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É América Latina ou América do Sul.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): América do Sul, eu estou falando tudo, mas, de fato, se concentra na América do Sul. Paraguai e Bolívia estão juntos e escrito Brasil... Paraguai e Bolívia. E o Uruguai não existe, no lugar está escrito Paraguai. Dá vontade de rir se não fosse uma coisa tão dramática.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero sugerir a V.Exa., diante da argumentação já externada pelo Senador Cristovam Buarque e o requerimento vai ser apresentado, e que a gente possa como, Comissão de Educação, oficiar, então, ao Estado de São Paulo, pedindo o recolhimento, conforme... Conforme o solicitado pelo Senador Cristovam Buarque. Caso até seja possível, se todos concordarem, até já votamos verbalmente nesse momento e os senadores assinam em conjunto, conjuntamente, está ótimo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso, exatamente. Então, nós na sequência, como eu disse, oficiaremos no Estado de São Paulo, em nome da Comissão de Educação, com a assinatura dos senadores todos. Muito bem. A nossa pauta, como todos podem observar, possui itens de natureza terminativa, e outros de natureza não terminativa. Como o quórum ainda, já na lista é suficiente, mas a pessoas estão em outras comissões, vamos começar pelos itens de natureza não terminativa.

Então o Senador Papaléo Paes, que seria, o Relator, será o relator, do item nº 3. É o projeto não terminativo, o Projeto de Lei de senador, nº 102/2006, "Altera as Leis 3.268 de 1957, e 4.324, de 1964, para dispor sobre exame de proficiência dos médicos e dos cirurgiões-dentistas". Autora, senadora Serys Slhessarenko, o parecer é pela rejeição. No dia 30 de outubro de 2007, foi realizada audiência pública para instruir o projeto. A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

"O Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, torna obrigatória a obtenção do registro profissional de médicos e odontólogos, a aprovação em Exame de Proficiência, destinado a comprovar o nível de conhecimento indispensável para o exercício das profissões de medicina e odontologia.

Para atingir o objetivo, o art. 1º da proposta inclui um Parágrafo único no art. 17 da Lei 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina, enquanto o art. 2º do projeto inclui um § 5º no art. 13 da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia.

Os artigos alterados nas duas leis, por meio da inclusão de parágrafo, tratam do exercício legal da medicina e da odontologia, respectivamente.

A cláusula vigente do projeto, art. 3º, determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Por força da aprovação do Requerimento nº 586, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, o projeto vem primeiro a esta Comissão de Educação, de onde seguirá à Comissão de Assuntos Sociais para ser apreciado em caráter terminativo.

Ressalte-se que, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLS nº 102, de 2006".

Da análise.

"A despeito do mérito da proposição em tratar da grave questão da qualificação dos médicos e odontólogos, preocupam-nos os inquestionáveis argumentos contrários à implementação da medida, quais sejam:

I) após anos de estudo, no caso da medicina, seis anos só para a graduação, que em geral acarretam sacrifícios e vultosos dispêndios feitos pelas famílias, os graduados poderão ser penalizados pela impossibilidade de exercerem a profissão, em muitos casos, não por responsabilidade deles e, sim, devido à deficiência do ensino que receberam; ressalte-se que, ao contrário dos bacharéis em direito, que têm uma ampla gama de possibilidades profissionais fora do exercício da advocacia, são poucas as áreas onde médicos e odontólogos podem utilizar seus conhecimentos e habilidades;

II) a melhoria da qualidade da formação profissional é atribuição da área da Educação e qualquer medida avaliativa precisa ser implementada durante o próprio período de formação dos profissionais;

III) dificilmente essa melhoria pode ser obtida por meio de uma imposição legal, ou seja, pela elaboração de um projeto de lei, pois ela depende de empenho e engajamento de todos os segmentos da sociedade brasileira;

IV) ao contrário do que se imaginava, os péssimos resultados há anos obtidos pela maioria dos bacharéis em Direito no exame da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, pouco têm servido para ensejar a melhoria nas

faculdades de Direito e o que se observa é que esses resultados só pioram a cada ano e que muitas escolas, em vez de elevar o padrão de conteúdo, tornam-se 'cursinhos' para aprovação no exame da OAB.

Assim, em termos de mérito, parece-nos que não se justifica aprovar o projeto em análise".

Pela razão, ou pelas razões apresentadas, eu quero acrescentar mais uma, Sr. Presidente, é que é uma verdadeira disparidade, entre o, como exemplo, da OAB, para os Conselhos de Medicina e Odontologia. O número de escolas, de faculdades, universidades, que formam bacharéis em Direito, é infinitamente maior do que Medicina. Só em Macapá nós temos seis faculdades que formam e nenhuma em medicina, formam bacharéis em direito, e nenhuma em Medicina. Muito maior o número do que em Belém, que tem duas faculdades de Medicina, três agora com uma particular, e acredito que umas 13 ou 14 faculdades de Direito.

Então, eu já fiz minha exposição, que está escrita em todos os relatórios, sobre a Mesa dos senadores, e voto pela rejeição do PLS 102 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão, então, o relatório do Senador Papaléo Paes. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, até a pedido da autora do projeto, que é a Senadora Serys Slhessarenko, nós estamos fazendo um pedido de vista, até porque há fatos novos, segundo a autora do projeto, que poderão ensejar a realização de pedido de nova audiência Pública, para esclarecimento.

Então a senadora Serys que estaria impossibilita de estar presente, ela me pediu que fizesse o pedido de vista para que ela pudesse aí, na próxima reunião, dar o encaminhamento mais adequado ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não. Então, vistas concedidas à Senadora Ideli Salvatti.

Passamos ao item 06 da pauta, também de natureza não terminativa. É Projeto de Lei da Câmara, nº 169 de 2008, que institui o dia 07 de abril como o dia nacional do jornalista. Autuaria do Deputado Fernando Ferro e a relatoria é do Senador Gerson Camata, com parecer favorável. Com a palavra V.Exa., Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores. Eu até estava querendo pedir o adiamento, porque diante dessa situação do Senado, diante da imprensa, poderia parecer que nós estamos aprovando um projeto para tentar qualquer conciliação, qualquer agrado.

Eu queria dizer que esse relatório foi feito o ano passado, favorável desde o ano passado. E esse projeto transmita, do Fernando Ferro, lá na Câmara desde 2005. Não tem nada a ver. E eu não poderia me escusar de cumprir o dever de relatar, diante dessa situação que está aí. Então é apenas o roteiro normal da comissão. O relatório foi feito no final do ano passado e já era favorável. É que no dia 7 de abril coincide com a fundação da ABI, a Associação Brasileira de Imprensa, em 2008, fazendo cem anos de sua fundação.

E ele então, escolheu essa data para uma homenagem, fixar o dia nacional do jornalista. Já tem o dia nacional da imprensa, o dia nacional do repórter, e tal, mas nenhum foi criado por lei. Esse não, agora é uma lei, vai fixar no Brasil, o dia nacional do jornalista, dia 7 de abril, data de fundação da Associação Brasileira de Imprensa. É o relatório favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Então o relatório do senador Gerson Camata é favorável a instituição do dia 7 de abril, como dia nacional do jornalista. Está em discussão a matéria. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Excelência eu quero cumprimentar o autor desse projeto, eu acho que, de fato, estava faltando o dia de jornalista. E quero felicitar também, o Senador Camata, não só por estar favorável, mas também por ter apresentado o projeto, o parecer. Porque senador se hoje a gente não colocasse, porque eles poderiam dizer que estamos tentando cooptá-los, se a gente aprovasse e pareceria cooptação, se a gente recusasse eles iam botar que foi represália.

[risos].

Então, de qualquer maneira, o risco é muito grande de que esse projeto seja mal interpretado. Mas a gente tem que ir de acordo com o que é, certo independente das repercussões. Eu creio que é um bom projeto, demorou até muito a ser apresentado, não sei como nenhum parlamentar teve essa ideia antes e demorou muito no processo, no procedimento, está na hora de aprovarmos, eu voto favorável.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Me faz lembrar o intervenção do senador Cristovam--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Obrigado. Aquela história do político mineiro que ia atravessar a cidade onde havia manifestação contra ele. E o motorista perguntou: "Como é que a gente atravessa aqui, doutor?" Ele falou: "Nem tão devagar que pareça arrogância, e nem tão depressa que pareça medo".

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, continua a discussão. Não havendo

mais quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Está aprovado então, o projeto do item 06. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu gostaria, que se possível, que pudesse me conceder a palavra, para relatar o item um, terminativo, da pauta da reunião da hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Se for possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, sim é possível. Nós estávamos em função do quórum, como eu já disse, as pessoas, os senadores estão também em outras Comissões, então, nós estávamos apreciando inicialmente os projetos de natureza não terminativa. Mas como os demais relatores dos projetos não terminativos, não se encontram presentes, nós passaremos ao item. Se eles vierem, nós naturalmente retomaremos os projetos dessa natureza.

Mas vamos passar ao item nº 1 da pauta, que não poderá ser votado, mas já poderemos fazer a leitura, discussão, e eventualmente, no meio tempo, também mais senadores estejam presentes para a votação. Então o item nº 1 da pauta, de natureza terminativa, é o Projeto de Lei do Senado, nº 278 de 2008, que: "Autoriza o Poder Executivo, a criar, no Ministério da Educação, o Programa Cesta Básica do Livro, para garantir um acervo mínimos de livros às famílias de estudantes do ensino público fundamental e médio". A autoria do Projeto de Lei é do Senador Cristovam Buarque, a relatoria está a cargo do senador Marco Maciel, o parecer é favorável, e a matéria constou na pauta da reunião do dia 16 de dezembro de 2008.

Então, com a palavra o senador Marco Maciel, para apresentar o relatório.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Caro Presidente Senador Flávio Arns, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Chega à essa comissão, Sr. Presidente o Projeto de Lei do Senado número 278 de 2008, de autoria do ilustre Senador Cristovam Buarque, aliás, ex-presidente dessa comissão, pelo qual se autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito no Ministério da Educação, MEC, o programa cesta básica do livro.

O art. 1º confere a sobredita autorização ao Poder Executivo e fixa o objetivo do programa, a saber, a provisão de um acervo mínimo de livros às famílias de estudantes de ensino fundamental e médio, públicos.

No art. 2º atribuiu-se a cada família que tenha um filho ou filha entre seis e oito anos de idade nas escolas públicas, por bimestre, dois livros de conteúdo literário, artístico ou científico, constante de catálogo elaborado pelo MEC e aprovado com periodicidade de dois anos, pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Finalmente, o art. 3º, Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, dispõem que os recursos constaram do orçamento anual da União, e que essas despesas não serão consideradas de manutenção e desenvolvimento no ensino, nos termos do art. 70, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Não foram oferecidas emendas ao projeto, que deverá ser apreciado, como a isso já me referi, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte em caráter terminativo.

Análise. Sr. Presidente, três considerações nos parecem fundamentais na análise desse projeto, de inconteste valor para a educação e a cultura de nosso país.

A primeira é de que se trata de projeto de caráter autorizativo, respaldado pelo parecer 527 de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da lavra do saudoso Senador Josafá Marinho, que tanto perlustrou esse Colegiado, que estabelece que traçou posições(F), apesar de carecem de força coercitiva, servem de indicação ao Poder Executivo. Nesse sentido, nada obsta, e eu subscrevo nisso a visão que teve o Senador Josafá Marinho, nada obsta que tramite no Senado, embora, muitos desses projetos não logrem a aprovação na Câmara dos Deputados, por entendimento diverso daquela Casa, sobre a admissibilidade das proposições dessa natureza.

A segunda consideração, Sr. Presidente é a do mérito da iniciativa, por alinhar-se entre tantas outras que tem contribuído para a melhoraria do nível de aprendizagem dos alunos e da cultura da população. Eu sempre parto do pressuposto, Sr. Presidente, que toda vez que se dá a um estudante um livro, nós estamos criando condições para que surja, não somente o eleitor, mas quem sabe também um escritor, porque certamente o livro faz desabrochar uma vocação, que às vezes se encontra recôndita.

Louvou-se, por oportuno e aqui está presente o autor do projeto, o Senador Cristovam Buarque, que autoriza tanto o Ministério de Educação, MEC, quanto o Conselho Nacional Educação, CNE, a estabelecer listas de livros que certamente funcionará como farol, para os currículos das escolas do Brasil.

Por fim constata-se que haverá distribuição de, pelo menos, 150 milhões de livros por ano, para criação

de bibliotecas domiciliares, o que terá efeito positivo duplo. O primeiro é o incentivo à editoração de boa literatura, a preços mais baixos, dada a economia de escala e o segundo é o efeito capilar na distribuição desses livros em grandes, médias e pequenas cidades na área urbana e nas suas periferias.

Sr. Presidente, eu gostaria também de aproveitar a acusação dizer que era Ministro da Educação quando criamos o PRODELI, o programa do livro didático que tem sido êxito total. E a época se discutia se esse programa teria franco sucesso, o que na realidade aconteceu. E hoje, podemos dizer que nós ampliamos e muito o acesso do estudante carente ao livro. E o livro de boa qualidade, posto que o MEC faz essa escolha em função de levantamentos feitos, avaliados por Comissão, que opina sobre os livros que devam ser comprados ou licitados.

Feitas essas considerações, Sr. Presidente, meu voto é pela aprovação do PLS 278 de 2008. E cumprimento o autor pela... O senador Cristovam Buarque, pela iniciativa do bem inspirado projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, eu indago se o autor da proposta gostaria de salientar aspectos em relação ao Projeto de Lei que acabou de ser... Cujo o parecer acabou de ser lido.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes mesmo de falar do projeto, eu quero agradecer o parecer do Senador Marco Maciel e reafirmar a importância que ele teve como Ministro na criação do hoje Projeto do Livro Didático, que, poucos sabem, mas é a maior compra de livros feitos por um único programa no mundo inteiro.

Porque o México tem um programa parecido inspirado no Brasil, mas o México optou por não comprar os livros, o governo produz os livros. É um programa muito diferente. Nenhum país do mundo compra essa quantidade de livros e distribuiu. Do ponto de vista de compra é o maior e do ponto de vista de logística é considerado um fenômeno, que umas das revistas semanais dedicou até um bom espaço recentemente.

Esse programa tem sido ampliado aos poucos, a partir de 2003 chegou, embora, só foi executado um pouco depois ao ensino médio. E eu creio que essa ideia de colocar livros nas casas, é apenas um passo naquele projeto que o senador Marco Maciel começou 20 anos trás e que foi evoluindo.

O caminho que eu encontrei para colocar livros nas casas, foi a ideia da cesta básica do livro, ou a inclusão de livros nas próprias cestas básicas que são distribuídas às camadas mais pobres da população.

A Venezuela escolheu outro caminho, a Venezuela preparou uma biblioteca, eu creio que entre doze, quinze livros, imprimiu o Governo nas suas gráficas públicas, e entregou em todas às casas, essa pequena biblioteca com alguns clássicos. Eu escolhi ao invés dos clássicos deixar mais aberto para criar o gosto por livros que sensibilizem mais a população. Nem sempre as pessoas começam a ler pelos clássicos, embora eles sejam mais importantes.

Então a ideia é de que haja a escolha desses livros por uma comissão, e que esses livros sejam colocados nas cestas básicas ou separadamente entregues às famílias brasileiras. Em poucos anos, todas as casas terão uma pequena biblioteca.

E é preciso lembrar que livro, como o futebol, como qualquer coisa, você só usa se tiver acesso. Se não houvesse bolas de futebol espalhadas pelo Brasil, a gente não tinha tanto jogadores de futebol. Quem nunca viu uma bola não joga futebol, quem nunca viu um livro, quem nunca pegou num livro, quem nunca abriu um livro, não lê, mesmo que tenha aprendido a ler na escola.

Esse é o objetivo do projeto, que é autorizativo, e que eu espero que essa Comissão aprove para que... E espero, com muita convicção, que o governo imediatamente o execute.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu acho que em primeiro lugar, o senador Cristovam já fez referência a algo que eu também iria abordar, que é este projeto fantástico, que inclusive, gerou uma reportagem de fôlego, de umas revistas semanais, que é não só a aquisição, mas o processo todo de distribuição, de nada mais, nada menos, do que 103 milhões de livros didáticos.

Esse projeto, é algo que não existe, em outro lugar do Planeta e que efetivamente faz com que os nossos estudantes, possam ter acesso ao livro didático. Muitas vezes com alguns problemas, delicados e graves, como o que o próprio Senador Cristovam aqui, se referiu, do Estado de São Paulo com um erro do estado, do Estado de São Paulo, com um erro gravíssimo ali, e um mapa da América, da América do Sul.

Mas um programa, inclusive, que vem sendo aperfeiçoado, ano a ano, que sofre um processo de avaliação permanente, do próprio Ministério da Educação, para que a gente possa ir superando as falhas e atender cada vez mais a necessidade dos nossos alunos.

Agora, nós temos outras formas de levar os livros à população brasileira. Por exemplo, tem alguns muni-

cípios brasileiros que tem a biblioteca itinerante; ônibus montados especialmente para isto, que se deslocam aos bairros, ficam, durante dias, instalados numa praça, a população pode acessar, retirar, emprestar, devolver. O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem um projeto muito interessante, que se chama Arca das Letras, que é uma pequena biblioteca, transportada, inclusive, o pessoal na área rural transporta lá em Santa Catarina, por exemplo, é transportado pelas "tobatinhas", que se locomovem nas propriedades e também permite acessar, os livros ficam na comunidade durante metro bom período.

O projeto que o Senador Cristovam estabelece, autorizativo, da cesta básica, é algo que avança de forma... Eu acho que é um passo bastante significativo, que é o de fazer a entrega do livro, de um volume, de um conjunto de livros, para a residência, para as pessoas terem na suas casas, nas suas residências. Como é autorizativo, é um projeto que efetivamente ficará na responsabilidade do Governo poder fazê-lo ou não dentro das possibilidades.

Como nós temos outras alternativas de fazer chegar o mais próximo possível, a não ser pela escola, pela biblioteca das escola, como eu citei vários outros exemplos, eu não sei, porque aqui nós não temos quórum para deliberar. Se fosse no horário da [ininteligível] com quórum para deliberação, eu iria pedir vistas para ter uma semana, não no sentido de ser contrário, porque eu acho que a iniciativa do Senador Cristovam, é extremamente importante, mas quem sabe de aproveitar uma carona, Senador Cristovam, para poder implementar talvez programas nesta linha, das bibliotecas ambulantes, que a gente pudesse ter algo a mais, entende, além da proposta original. Se não tivermos o quórum, eu não faço pedido de vista e a gente ganha a semana, eu vou ganhar a semana para poder fazer da mesma forma.

Então eu queria apenas deixar, se não tiver a deliberação, fico sem o pedido de vista, porque aí eu ganho a semana para poder fazer essa análise, essa avaliação de alguma Emenda ou projeto, se por deliberado, eu vou pedir vista para ter essa semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso, só se V.Exa. me permitir, o procedimento que vamos adotar, assim, para termos rapidez também, nos encaminhamentos. É que nós temos o quórum praticamente, praticamente temos o quórum, a gente faz o apelo, inclusive, que os senadores e senadoras, possam ficar mais algum tempo aqui, porque na eventualidade da chegada dos outros senadores, nós retornaríamos a esse item para a votação, quer dizer, encerraríamos a discussão e iríamos para a votação.

E com os outros processos, e projetos de natureza terminativa, penso assim que um bom procedimento seria dessa natureza. Lemos o parecer, fazemos o debate, e esperamos a ocasião com o quórum, por ser de natureza terminativa.

Então eu não podo assegurar à V.Exa., em outras palavras, que nós não votaremos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Que o mais adequado seria para não ter risco o pedido de vista, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está, quer dizer, o pedido de vista está concedido, é regimentalmente correto e passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque. Sobre esse mesmo assunto?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, se já está concedido não tem o que conversar. Eu só poderia dizer, de qualquer maneira, à senadora, que já houve outros projetos de minha autoria pedidos de vista e que não voltaram, que eu gostaria de solicitar a ela que apressasse o parecer, o novo parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cristovam Buarque, o que--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, eu pedi a palavra apenas pelo seguinte: primeiro, eu conheço demais o projeto Arca das Letras, foi um projeto do meu Governo, do PT, no Distrito Federal.

Nós colocamos aqui, 520 bibliotecas, cada uma delas com 300 livros em casas, e uma casa de cada rua. Esse projeto eu levei para o Ministério e foi implantando quando eu saí, e lamentavelmente tiraram do MEC, levaram para o Ministério da Assistência Social, que eu acho um equívoco completo... Do Desenvolvimento Social, e tenho participado, inclusive, desse projeto.

Agora, é outra ideia completamente diferente. A Arca do Livro é uma pequena biblioteca pública, maravilhosa, mas não é o mesmo que a biblioteca na casa. É um salto adiante. E é muito importante, porque embora uma pequena biblioteca na rua já possa atrair jovens para entrarem naquela casa e aqui, se quiserem, eu levo a muitas para visitar em Brasília, que continuam funcionando, mas ter um livro em casa é uma diferença.

Outra coisa, gente é feita de comida e livros, e cultura na verdade. Cesta básica só de comida serve para animais, mas para seres humanos precisa complementar com cultura. E o primeiro passo é o livro, e eu espero que um dia tenha ingresso para cinema na cesta básica, tenha ingresso para teatro, tenha in-

gresso para ir a orquestra, para que aí a cesta básica seja uma instituição realmente humana.

Por isso eu quero insistir que a gente pudesse votar hoje se tiver quórum e o governo, como é autorizativo, terá todo tempo para pensar, mas tenho certeza que o Ministro da Educação vai ficar contente com esse projeto autorizativo. Agora, se não tiver jeito, eu queria pedir à senadora que apressasse um pouco, já tem outros projetos que estão lá... Tem um, não é? Mas é que tem outros que foram pedidos vista e faz bastante tempo. Tem um, por exemplo, que é aquela que criaria uma câmara para intermediar as negociações entre professores e governo para evitar greves, por exemplo, como está para arrebentar uma aqui que ninguém sabe quanto tempo vai durar. E cria-se uma dificuldade do diálogo. Então, cria-se uma câmera especial, que nem obrigaria o sindicato a recuar, nem o governo a cumprir. Então, eu preferiria que não houvesse pedido de vista, senadora, mas é um pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agora, Senador Cristovam, a gente só para... A senadora pediu vistas e é regimentalmente correto, e mesmo que não se fosse votado hoje, por ser de natureza terminativa, teria que voltar a pauta na semana que vem. Então eu só quero assegurar a V.Exa. que esse projeto constará da pauta na próxima semana.

Então o pedido de vistas é de cinco dias, a senadora Ideli certamente quer fazer consultas, e discutir e voltará à pauta na próxima semana. Estaria bem assim? Assim, com um compromisso que isto aconteça, não é Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, passamos ao item... Eu faço um apelo para que os senadores e senadoras permaneçam, porque nós praticamente temos o quórum para projetos de natureza terminativa, vamos avançar um pouco nos de natureza não terminativa, mais alguns minutos.

O senador Eduardo Azeredo é relator do item 09 da pauta. Senador Eduardo Azeredo, de natureza não terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2008, que "Denomina Rodovia Agnaldo Salles o trecho da Rodovia BR 491, entre as cidades de Alfenas e Varginha, no Estado de Minas Gerais". Autoria do deputado Geraldo Thadeu, Senador Eduardo Azeredo é o relator e o parecer é favorável. Com a palavra V.Exa..

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, existe uma... Estou sendo alertado, de que essa rodovia, ela está no meio daquelas rodovias estaduais que foram repassadas para os estados, ao fim de 2002, mas que os estados, na verdade não assumiram essas estradas efetivamente. Nós temos aí um buraco negro que ficou... Mas também não devolveram o dinheiro não, os estados não devolveram dinheiro também não.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Quem faz a manutenção da estrada?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pois é, ainda tem o problema quem faz a manutenção, ficou está em aberto até hoje. O senador Eliseu Resende, aprovou o novo plano viário que nós aprovamos aqui. Nesse plano viário, está se estabelecendo, está ficando mais clara a questão de poder fazer pelo menos a manutenção, mas o fato é que eu estou sendo alertado de que do ponto de vista legal, essa estrada não é hoje federal, que ela já seria estadual, porque a medida provisória não foi revogada.

Então eu acredito que talvez seja melhor, e já entrei em contato com o Deputado Geraldo Thadeu, nós pudermos retirar de pauta, então, para ter um esclarecimento maior a respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Então, a pedido do senador Eduardo Azeredo, relator da matéria, o item está retirado da pauta.

Passamos ao item 02 da pauta, de natureza não terminativa, que é o Projeto de Lei do Senado número 240 de 2008.

Aqui cabe um esclarecimento. O procedimento que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte vem adotando é no sentido de, na 3ª reunião, em que o relator, porventura, não esteja presente para relatar, designa-se um relator ad hoc. A não ser que o relator abra mão da relatoria e nos comunique.

Então, nesse sentido, o Senador Wellington Salgado, considerando a importância do projeto, e consultado pela assessoria, ele abriu mão da relatoria e nós estamos designando então, o Senador Cícero Lucena, para ser o relator ad hoc dessa matéria.

É o Projeto de Lei, não terminativo, do Senado, nº 240 de 2008, que concede isenção do imposto sobre produtos industrializados, IPI, da contribuição para o PIS/PASEP, e da COFINS, incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por prefeituras municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas, habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar. Autoria do Senador Alvaro Dias, que está aqui presente e o relator é o Senador Wellington Salgado, sendo indicado o Senador Cícero Lucena, como relator ad hoc. E a matéria é terminativa, o parecer é favorável, e a matéria é terminativa na Comissão de

Assuntos Econômicos. Então, com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado Presidente, inclusive, pela indicação de ser, ter o prazer de ser o relator ad hoc, de um projeto que consideramos muito importante, devido a todos os problemas que nós conhecemos na questão do transporte escolar pelo Brasil a fora, em particular também, na minha região, onde nós sabemos das dificuldades que é transportar os alunos e obviamente que esse projeto vem, com uma bela iniciativa do Senador Alvaro Dias, contribuir para que esses problemas sejam amenizados.

Então, eu irei direito à análise, Sr. Presidente.

"A medida proposta, segundo nosso alvitre, é necessária para implementar parte das condições básicas para o desenvolvimento nacional da educação, tanto quanto a construção de prédios com fins arquitetônicos educacionais, a merenda escolar nutricionalmente equilibrada para a idade e equipamentos modernos, mormente os de comunicação.

Na análise da questão realizamos um recorte para responder do ponto de vista exclusivo da educação, isto é, que a medida é positiva, pois o transporte escolar no País, como um todo, e no meio rural, principalmente, é precário e se constitui em óbice para o desenvolvimento do potencial dos jovens escolares.

Sabemos, concretamente, que o transporte de estudantes feito pelas prefeituras é, muitas vezes, de causar lástima, realizado em veículos adaptados, ou velhos, ou, freqüentemente, sem condições mínimas de segurança.

Assim, o projeto não apenas constitui medida que permitirá aos estudantes o simples deslocamento à escola, mas, adicionalmente, dará mais segurança pessoal aos usuários, sem os riscos de uma jornada perigosa.

Como citou o autor na "justificação", com a polarização das escolas rurícolas, o caso do transporte escolar adquire tintas dramáticas. É ele, sem dúvida, o elemento-elo que proporcionará uma escola de melhor qualidade para os brasileiros que moram em localidades longínquas, não atendidas ou atendidas precariamente por escolas de educação básica. Esta via permitirá, outrossim, que haja maior integração entre os estudantes que vivem em determinadas áreas, provocando o conhecimento das diferentes realidades locais de modo mais aprofundado, além de estabelecer e fortalecer laços de solidariedade.

Há, ainda, distintos horizontes que atingem outras estratigrafias de necessidades do nosso povo, como o da relevante cessão de bolsas para as famílias dos estudantes que, com a existência do transporte, poderão ir à escola e gozar desse benefício suplementar, dando condições de sobrevivências mais adequadas a seus familiares. Apesar de surgir como efeito residual desta proposição, sua importância social é enorme. Do ponto de vista das políticas públicas, o projeto parece ser maior que simplesmente o transporte dos estudantes, embora apenas este aspecto fosse suficiente para garantir sua aprovação.

A isenção para a aquisição de veículos atinge, dentre outros, pessoas com deficiência e motoristas de táxi. No primeiro caso, a aquisição com isenção atende as necessidades especiais de deslocamento do deficiente. No segundo caso, há isenção para uma atividade formal que gera emprego e lucro. Ademais, a população é beneficiada pela prestação de serviços prestados pelos motoristas pracistas. Não vemos como ignorar o mérito da isenção para os fins educacionais estabelecidos na proposição.

A educação é uma espécie de cura para o espírito e pode redimir toda uma cultura nacional, num prazo que vai de médio a longo. Esta Comissão tem apenas de tecer louvores à iniciativa, pois trata, de forma resoluta, de um gargalo importante na oferta de educação básica aos estudantes do Brasil".

Faço parênteses, Sr. Presidente, no sentido de que existe algumas iniciativas, projetos importantes, a exemplo do que foi implantado pelo ex-Governador da Paraíba, Cássia Cunha Lima, de Pedala Paraíba, onde distribui, inclusive, bicicletas para os estudantes daquele estado em áreas de difícil acesso, que o veículo motorizado não teria oportunidade. Então, ele centraliza através da distribuição também de bicicleta.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso voto, pelo exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado número 240 de 2008 parabenizando o relator Wellington Salgado, que eu tenho a oportunidade de ler esse voto, bem como a iniciativa do Senador Alvaro Dias.

É o voto Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço Senador Cícero Lucena, está em discussão a matéria. Eu passo a palavra ao Senador, ao autor, pode ser que V.Exa. quiser escutar primeiro, ou como V.Exa....

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu acho que eu prefiro escutar primeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Escutar primeiro. Senador Alvaro Dias é o autor do projeto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Até para agradecer o apoiamento dos que se manifestarem.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente eu quero me manifestar favoravelmente ao projeto, na verdade nós sabemos a dificuldade que existe ainda em várias regiões do país para o transporte de alunos e as dificuldades que as prefeituras, em especial, tem para poder fazer essa aquisição.

De maneira que essa isenção, que já aconteceu em alguns momentos específicos, mas ela ficar definida como prevê o projeto do Senador Alvaro Dias, é uma isenção muito importante. A realidade das regiões menos desenvolvidas é muito cruel e alunos, às vezes, tem que andar a pé, andar em lombo de burro, tendo que caminhar, às vezes, por regiões que sequer tem estradas.

De maneira que você poder ter a proximidade de um ponto de ônibus em que os alunos sejam buscados para poder ir para aula é fundamental. E essa isenção veio dentro da proposta de facilitar a compra pelas prefeituras.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Mais alguém que queira? Antes do senador Alvaro Dias, também colocar a sua posição, da minha parte eu quero também enaltecer o projeto de lei, a questão do transporte escolar é um dos grandes desafios no Brasil. Quando os prefeitos vêm à Brasília, o tema transporte escolar é recorrente para municípios, para estados.

E a questão dos que transportam os alunos e que se dedicam exclusivamente a essa atividade, que é uma outra questão, que o Projeto de Lei aborda.

Para a pessoa com deficiência, nem se fala, quer dizer as escolas especiais pelo Brasil, às vezes estão já em zona urbana e o aluno não consegue chegar na escola por falta de transporte escolar.

Então, ter-se iniciativas nesta área, que permitam a isenção tributária, discutirmos, assim, para vemos como essa área pode ser na verdade facilitada, para que o direito constitucional de acesso à educação e de permanência depois do aluno, com qualidade, possa ser garantido.

Então, eu considero, assim, o projeto meritório, importante, foi interessante que já pudemos aprovar hoje, inclusive, pode haver, inclusive, dúvidas em relação a questão tributária, quanto que isso implicará? Qual é a dificuldade? Mas eu quero dizer a todos que no mérito, eu estou analisando o mérito, quer dizer, a importância do projeto que é objeto dessa Comissão.

Agora, irá, na seqüência para Comissão de Assuntos Econômicos, onde essa discussão tributária também vai acontecer. Mas pensando, assim, na realidade, na necessidade educacional, eu acho que não há dúvida de que o transporte escolar é um desafio para todo mundo e nós temos que discutir em conjunto, as possibilidades para que esse problema, de fato, seja ultrapassado.

Não só lá na prefeitura, na educação infantil, que é próximo da residência, ou lá na primeira a quarta série, mas é um problema de quinta a oitava, é um problema no ensino médio, é um problema no ensino superior. É um problema, assim, uma discussão que merece, assim, um profundamente dessa Comissão.

Até, me desculpo, porque eu estou na Presidência. Mas eu gostaria de emitir esse parecer também, esse ponto de vista. Só antes de passar para o Senador Alvaro Dias que é o autor, só a relator gostaria de acrescentar alguma coisa, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Presidente. Bastante rápido, até para dizer o seguinte: mesmo com a preocupação municipalista, da preocupação de redução do IPI que compõe a cesta do fundo de participação, mas eu tenho certeza absoluta que haverá compreensão dos prefeitos, porque eles, melhor do que ninguém, sabem da necessidade, da importância desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Muito obrigado Presidente, primeiramente o agradecimento a V.Exa., pelo apoio ao projeto e aos demais que se pronunciaram, Senador Cícero Lucena, Senador Eduardo Azeredo. Os agradecimentos também ao relator, primeiro Wellington Salgado e o relator ad hoc Cícero Lucena pela aprovação do projeto.

Eu creio que os já se pronunciaram disseram muito bem da importância da proposta, tendo em vista a realidade brasileira. O ideal é ter a escola perto da residência do estudante. Mas esta não é a realidade do nosso país, infelizmente. Quem conhece bem as localidades longínquas, quem percorre o interior desse país sabe da dura realidade vivida pelos estudantes pobres, especialmente da área rural.

Os filhos dos nossos lavradores, muitas vezes, não estudam, aliás, Senador Flávio Arns, o meu pai, que já é falecido, ele era um homem do campo e ele não teve a oportunidade de estudar, exatamente porque não havia próximo de onde ele vivia uma escola. E certamente não existia também um meio de transporte para que ele pudesse se deslocar.

Eu mesmo, Senador Marco Maciel, veja que não é uma realidade tão distante de todos nós, quando garoto residindo no interior de São Paulo, no município de Quatá, vivia na propriedade rural dos meus avós e

percorria cinco quilômetros a pé para estudar, numa estrada boiadeira, com areião, que afundava até a metade da canela, retirava a Alpargatas Roda do pé e caminhava ainda, certamente no escuro da madrugada, porque era preciso sair muito cedo, cinco quilômetros, levando todos os sustos possíveis na caminhada, para chegar até a escola.

Então não é uma realidade desconhecida de todos nós. Mas hoje, em que pese a evolução à vida, ainda há dificuldades incríveis a serem transpostas no interior do Brasil. E eu, fui Governador, senti o drama dos prefeitos, aqui no Senado, Senador Flávio Arns, quantas vezes, ainda algum tempo trás, algum tempo, nós tentamos melhorar a legislação em relação ao transporte escolar, facilitando para as prefeituras municipais.

Vejo esse projeto como uma iniciativa que pelo menos traz o tema ao debate e vai proporcionar ao governo alternativa, se não desejar essa. Mas relativamente a essa questão que é preocupação de todos, do Senador Gerson Camata, que conversou comigo a pouco, também de V.Exa. que manifestou, sobre a questão tributária, o art. 6º do projeto oferece o caminho para que o governo apresente a solução. Eu acho que o governo tem mais instrumentos do que nós aqui, para fazer esse cálculo do valor que importará a renúncia de receita decorrente, exatamente, dessa proposta; é uma exigência do art. 14 da Lei Complementar nº 101, que é de 4 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nós não estamos ignorando o fato, tanto é que prevemos aqui no art. 6º o mecanismo para que o Governo possa encontrar a forma de dar plena legalidade, juridicidade e constitucionalidade a essa nossa proposta. O governo terá um prazo de 60 dias após a publicação da lei para apresentar o demonstrativo a fim de que se estabeleça com exatidão o montante do valor da renúncia fiscal.

Portanto, Sr. Presidente, creio que cabe a essa Comissão discutir mérito, como V.Exa. já afirmou, e nós devemos aprovar o projeto, a Comissão de Assuntos Econômicos terá a oportunidade também de debater mais profundidade essa questão, e certamente lograremos êxito com a aprovação do projeto no Senado Federal, para que esse benefício seja oferecido aquelas que dependem do transporte escolar. As Prefeituras realmente não possuem condições financeiras para bancar o transporte escolar e nós temos que oferecer facilidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não. O Senador Gerson Camata, que pediu a palavra também.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente até agora falaram os bonzinhos e agora vai falar o ruinzinho.

Então eu queria dizer o seguinte: eu sou a favor do projeto, voto a favor do projeto, até porque recentemente retiraram o IPI dos automóveis, dos ricos, por que não podem tirar o IPI dos ônibus que transportam os pobres para escola?

Mas a Receita Federal me pediu, que quer fazer um calculo agora, até a semana que vem, de quanto é a perda da receita diante do projeto. Então eu peço vista, mas terça-feira pode colocá-lo na pauta, se a Receita Federal mandar o estudo bem, se não mandar amém, eu voto com o projeto, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, então está concedida vista, estão concedidas as vistas.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Talvez a Receita Federal não tenha observado com mais cuidado o art. 6º, porque está exatamente nas suas mãos, certamente o Presidente da República antes de sancionar o projeto, encaminharia à Receita Federal para esse cálculo, então não teríamos problema.

De qualquer forma, o Senador Gerson Camata assumindo o compromisso de na próxima terça-feira aprovar o projeto e eu tenho certeza que isso ocorrerá terça-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Então o assunto voltará à pauta na reunião da próxima terça-feira. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente eu tenho uma reunião de bancada de partido agora, que é aqui ao lado, quer dizer no corredor a seguir. Então, telefonar eu venho para aqui imediatamente. Mas a reunião foi marcada para 20 horas, já está iniciada. Então, eu virei assim que haja necessidade de minha presença.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até quero dizer que os projetos de natureza não terminativa eram esses, os de natureza terminativa, evidentemente o quórum para votação não é possível de ser conseguido hoje.

O senador João Vicente Claudino é o relator de um Projeto terminativo eu sou relator de outro, V.Exa. foi relator. Então, a discussão já aconteceu, foi concedida vistas. E o projeto vai voltar na próxima semana.

Então, nós em termos da pauta nós vamos ficar nesse ponto, e retornaremos a todas com itens na próxima semana. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com permissão de V.Exa. e demais membros da Comissão,

eu queria apenas registrar, por ser aqui a Comissão própria para fazê-lo, que amanhã à tarde vai ser lançado no Espírito Santo este maravilhoso livro sobre a história da migração européia no Espírito Santo, escrito pelo professor Renzo Grosselli, um historiador italiano.

Ele se debruçou em pesquisas na Itália, pesquisas no Brasil, e produziu esse alentado volume, uma parte dos quais foram produzidos pela gráfica do Senado. Eu quero agradecer a V.Exa., ao Presidente José Sarney, que também é Presidente do Conselho Editorial.

Ele focaliza aqui colônias imperiais na terra do café, camponeses trentinos, vênetos e lombardos, nas florestas brasileiras. Então ele registra aqui a vinda dos colonos, como é que eles substituíram a mão escrava, porque vieram logo após a liberação dos escravos; as lutas que tiveram por aqui e aqui eu fui descobrir, que eu não sabia disso, eu nunca imaginei, que o Espírito Santo já foi um grande produtor de vinho e o maior produtor de seda do Brasil. Chegou a ganhar prêmios de seda em 1878, na exposição de Bruxelas e menção honrosa na exposição da França. Hoje nós não produzimos nem um centímetro de seda, e involuímos em alguns aspectos.

Mas, de qualquer maneira, trata-se de um alentado trabalho que vai servir futuramente, e claro, para o presente também, para aqueles que se debruçarem sobre a história nacional, a história do Brasil e história daqueles que, vindo de longe, ajudaram a colonizar e fazer crescer o Espírito Santo e o Brasil, como na terra de V.Exa., no Rio Grande do Sul, São Paulo e todos os demais estados. Muito obrigado a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao comunicado, parabenizo também o estado, o autor, e é sem dúvida uma contribuição importante, para consolidar, para resgatar para tornar conhecidos os fatos históricos que motivaram também a escrita do livro.

Eu quero ler o Requerimento nos termos do disposto no art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, 5º, 8º, e 9º e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, "Requeremos a realização de audiências públicas para que sejam ouvidos nesta Comissão, individualmente, os Exmos. Srs. Ministros da Educação, Fernando Haddad, da Cultura, João Luís Silva Ferreira, e do esporte, Orlando Silva, sobre os programas prioritários, as metas e os recursos orçamentários disponíveis para 2009, no âmbito dos respectivos Ministérios". Está assinado por mim, pelo Senador Marco Maciel, pelo senador Cristovam Buarque, pelo senador Gerson Camata, pelo Senador João Vicente Claudino e pelo Senador Alvaro Dias, representando, de uma certa forma, os partidos políticos desta casa. Está em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Quero comunicar que esta Presidência fez um convite para a Deputada Maria do Rosário, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte... Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte... Lá eu acho que não é esporte? Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, para que ela venha a esta Comissão nossa, de Educação, Cultura e Esporte, para procurarmos, assim, consolidar, aprimorar o relacionamento entre as duas comissões, Comissão de Educação, Cultura e Esporte aqui do Senado e Comissão de Educação e Cultura lá da Câmara dos Deputados e depois do Esporte, também, que convidaremos o Presidente da Comissão, para durante dez, ou quinze minutos falar aqui com os membros desta Comissão, e convergimos, naquilo que for possível, para um trabalho conjunto.

Um outro comunicado, comunico aos Srs. Senadores e Senadoras, o recebimento de convite para o Seminário Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos na América Latina: Direito e Desafio de Todos, a realizar-se no dia 24 de março do corrente, portanto, terça-feira da próxima semana, das 9 às 17h30, no Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados. O seminário é promovido pelo UNESCO, Ministério da Educação, Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e Fundação Santillana. O evento também cumprirá a função de divulgar a VI Conferência Internacional da UNESCO em Educação de Jovens e Adultos, a realizar-se em Belém do Pará, de 19 a 22 de maio do corrente. Portanto, terça-feira, da semana que vem, dia 24, no Auditório Nereu Ramos.

Também quero comunicar o convite para lançamento do Instituto Claro: "Vimos por meio desta, convidar os integrantes da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado para o lançamento do instituto Claro. Gostaríamos de recebê-los para que conheçam a filosofia dessa nova iniciativa, que nasce com o objetivo de fomentar a discussão e o desenvolvimento de práticas que estimulem um novo olhar para a educação, além de promover ações criativas, e inovadoras, com base nas novas tecnológicas, que façam do aprendizado e da construção do conhecimento uma experiência interessante. O evento de lançamento dar-se-á em 30 de março de 2009, portanto, daqui a duas semanas, a partir das 19 horas, no Museu da Língua Portuguesa. O endereço do Museu é Praça da Luz, sem número, São Paulo, São Paulo".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minutinho. Como é que é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim. Todos esses materiais que estamos lendo, sempre ficam disponíveis aqui na Secretaria da Comissão para que as pessoas que desejarem, senadores, e senadoras, comunidade, sociedade, assessorias, queiram mais detalhes, eles estarão sempre disponíveis e teremos o máximo prazer em atender.

Quero destacar novamente, as reuniões administrativas que vem sendo feitas, como eu mencionei já reunião com o Conselho Nacional de Educação, Conselho Federal de Biblioteconomia no dia de hoje, com o ECAD, para discussão dos temas relacionados aos direitos autorais, no dia de amanhã, com as instituições confessionais e filantrópicos do Terceiro Setor na quinta-feira.

E temos na semana que vem, até para os estudantes e pesquisadores do Brasil, uma discussão sobre o PET, uma reunião administrativa, em função de dificuldades que foram apontadas pelo Comitê Executivo do PET, que é o Programa... Zuleide, me ajude... De Educação Tutorial, exatamente.

É um grande programa de pesquisa, de iniciação cientifica, de incentivo para que os jovens também se insiram nessa realidade no contexto universitário e dificuldades foram levantadas. Qual é o procedimento dessa Comissão? Então, levantamos essas dificuldades, enviamos todas as dificuldades para o Ministério da Educação, para que a resposta venha por escrito, e nós promoveremos uma reunião na semana que vem, uma reunião administrativa, como eu mencionei, com a participação dessa Comissão, com a participação do Comitê Executivo do PET e do Ministério da Educação, para chegar-se a um consenso sobre os problemas que estão surgindo e como ultrapassar esses problemas.

Eu acho que isso é pré-passo, vamos dizer, para uma audiência pública. Depois nós podemos só relatar o resultado, porque assim a gente evitaria a realização de uma audiência pública, que depois nós podemos falar sobre o PET, em termos assim dos desafios, da importância, das novas perspectivas, e não propriamente para dirimir problemas e dificuldades, que eventualmente estejam surgindo, não é verdade?

Eu acho que isto funciona, ajuda, as pessoas se reúnem e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a nossa Comissão, pode contribuir para essa finalidade.

Quero lembrar que já solicitei para as assessorias, e quero falar melhor com as assessorias, para termos o acompanhamento do orçamento, que já foi mencionado, execução.

Quer dizer, todo mês termos o acompanhamento do orçamento nas áreas do esporte, da cultura e da educação, para numa forma, assim, que toda a população possa também ter acesso, sem aquele ranço, vamos dizer, de uma peça orçamentária, que esteja bem acessível. E ao mesmo tempo queremos acompanhar todos os programas dos três Ministérios, para que possamos ser práticos, objetivos.

Quando alguém fala, por exemplo, em termos de uma bolsa atleta, vamos dizer, e tem algum problema, que a gente possa então acessar esse programa e direcionar para que possa ser bem atendido. Então, temos um acompanhamento de todos os projetos, de todos os passos e programas dos três Ministérios.

Já aprovamos antes, já foi aprovado, não é? O Requerimento do Senador Cristovam Buarque, para essa Comissão expondo as dificuldades do livro didático no Estado de São Paulo, com os mapas equivocados, que surgiram e que essa Comissão vai oficiar então àquele estado em nome da Comissão e de todos os senadores e senadoras, a partir do Requerimento apresentado para que os livros possam ser recolhidos, porque isto causa, sem dúvida alguma, nós temos que ter qualidade, no material e sem erros aí que possam, interferir no próximo de aprendizagem também. Senador Cristovam Buarque com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só quero desejar que o Presidente consiga uma coisa que eu não consegui em dois anos.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Qual que é?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Reduzir... Aumentar a temperatura dessa sala, é fria demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Olha aí, ó.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu sei que para um paranaense é capaz de baixar mais ainda.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para mim está ótimo.

[risos].

Esse que é o problema. Agora, se for para dizer vamos aumentar a temperatura dos debates, das discussões, aí estamos juntos.

[risos].

Que bom. Então está bem. Agradeço a participação de todos e declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 2009, ÀS 11:00 HORAS.

Às treze horas e um minuto do dia quatro de março de dois mil e nove, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador VALTER PEREIRA, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores RENATO CASAGRANDE, MARINA SILVA, JOÃO RIBEIRO, LEOMAR QUINTANILHA, WELLINGTON SALGADO, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, FÁTIMA CLEIDE, INÁCIO ARRUDA, GERALDO MESQUITA, FLEXA RIBEIRO e JEFFERSON PRAIA. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Presente também o Senhor Senador ANTONIO CARLOS VALADARES, não pertencente à Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e encaminha a deliberação da pauta, que é destinada à eleição do Presidente da Comissão. São eleitos, por unanimidade, respectivamente, os Senhores Senadores RENATO CASAGRANDE e CÍCERO LUCENA, Presidente e Vice-Presidente da Comissão. O Senhor Presidente, Senador VALTER PEREIRA, transfere a direção dos trabalhos ao Presidente eleito, Senador RENATO CASAGRANDE. Usam da palavra os Senhores Senadores LEOMAR QUINTANILHA, CÍCERO LUCENA, MARINA SILVA e ANTONIO CARLOS VALADARES. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA EM 04/03/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião de Instalação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente desta Comissão. E foi registrada, até o presente momento, a chapa encabeçada pelo Senador Renato Casagrande. Aliás, não posso nem dizer "chapa" porque, na verdade, é só o Presidente que será eleito agora e, em outra sessão, será eleito o Vice-Presidente. Sobre a Mesa encontra-se à disposição dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, as cédulas de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal, que eu passo a fazer a seguir.

E quero registrar aqui que eu estou exercendo a Presidência aqui e talvez pela primeira vez na condição de privilégio decorrente da idade. Acontece que esta Comissão é composta só por jovens Senadores, e como eu sou o jovem mais... Menos jovem, então, eu sou compelido a exercer a Presidência desta memorável sessão.

Vamos então começar a chamada nominal. Senador Renato Casagrande, que é o único candidato registrado à Presidência. Senadora Marina Silva. Senador João Pedro. Senador João Ribeiro. Senador Leomar Quintanilha. Senador Wellington Salgado. Senador Gilvam Borges. Senador Gilberto Goellner, está na comissão, nesse momento, presidindo a Comissão de Agricultura. Senadora Kátia Abreu. Senador Heráclito Fortes. Senador Eliseu Resende. Senador Arthur Virgílio. Senador Cícero Lucena. Senadora Marisa Serrano, minha conterrânea. Senador Gim Argello. Senador Cristovam Buarque. Senador Geraldo... Senador Jefferson. Senador Inácio Arruda. Senador Geraldo Mesquita. V. Exa. votou, mas está inscrito para falar.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu cedo o lugar para V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Suplentes. Aliás, titular. Senador Gilberto Goellner. Tem mais algum titular? Suplentes.

Srs. Senadores, esta Comissão estava sendo presidida, até esta data, pelo Senador Leomar Quintanilha, na qualidade de titular e a Senadora Marisa Serrano, vice.

Esta Comissão agradece ao trabalho, ao desvelo, a competência com que houve no comando desta Comissão, os dois eminentes parlamentares, Senador Leomar e a Senadora Marisa. E na condição de Presidente interino, Presidente desta sessão, quero formular ao Senador Renato Casagrande uma profícua gestão. V. Exa. tem o grande compromisso com a questão ambiental, com os interesses do consumidor, e tem sido

extremamente vigilante na questão das contas públicas. Portanto, assume o comando de uma Comissão para a qual, já no exercício do seu mandato, à Tribuna desta Casa, tem sido extremamente competente e dedicado em todas essas áreas, portanto, no lugar ideal, a pessoa ideal, o parlamentar ideal.

Com todos esses atributos, só posso desejar a V. Exa. que tenha sucesso. E no que depender de nossa contribuição saiba que terá todo o nosso apoio. Fiz essas considerações precocemente, já que não havíamos, sequer, feito a apuração dos votos, porque V. Exa. é o único candidato registrado e, portanto, fatalmente será eleito.

E, a propósito, eu quero designar o Senador Gilberto... Não, Senador... Senadora Fátima Cleide, é da Comissão? Suplente, para assumir o escrutínio junto com o Senador Antonio Carlos Valadares. Então, a Senadora Marina, as duas mulheres vão assumir o escrutínio porque não vai ter problema nenhum na contagem dos votos. Tenho certeza absoluta. Senador Leomar, gostaria de usar a palavra?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, enquanto as eminentes colegas cuidam do escrutínio e, por necessidade de me ausentar para promover a eleição da Comissão de Desenvolvimento Regional, eu gostaria de aproveitar esses momentos para registrar os meus cumprimentos ao Senador Renato Casagrande, que assume os destinos desta tão importante Comissão. Comissão que tem um escopo bastante alargado, Comissão que cuida das questões ambientais, que cuida dos interesses do consumidor, e cuida da fiscalização e controle. Senador Casagrande, membro efetivo desta Comissão, se houve com destaque nas atribuições a que lhe foram acometidas, sempre um membro atuante, efetivo, elevando o conceito e os trabalhos da Comissão, nada mais justo, nada mais meritório do que ele, agora, assumir os destinos desta significativa Comissão.

Tenho certeza de que sob a sua condução esta Comissão estará honrando esta Casa, honrando o povo brasileiro que vê aqui um dos mais importantes foros de debate das questões momentosas, das questões tão importantes para a população.

Eu quero desejar ao meu companheiro, meu colega Renato Casagrande, ao lhe dizer que estarei integrando a Comissão, estarei integrando a Comissão para continuar dando a minha modesta contribuição ao seu, seguramente, eficaz e proveitoso trabalho.

Desejo, portanto, ao Senador Renato Casagrande boa sorte e muito sucesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu quero dizer... Já tinha feito referência à gestão de V. Exa. frente a esta Comissão, e cumpre-me apenas ratificar o que já havia dito anteriormente, agradecendo a profícua administração que realizou frente a este colegiado. O resultado dos escrutinadores foi o esperado. Por unanimidade, foi eleito Presidente o Senador Renato Casagrande com 11 votos apurados por duas extraordinárias escrutinadoras. A Senadora Marina Silva e a Senadora Fátima Cleide.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Mesa recebeu, antes de V. Exa. comunicar, receber a palavra... A Presidência recebeu a comunicação de que, por decisões dos componentes do colegiado de lideranças, foi escolhido como candidato a Vice-Presidente.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Indicado pelo PSDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Indicado pelo seu partido, pelo PSDB. De sorte que não vejo necessidade de nova votação. Acredito que por aclamação--

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Podemos dizer por aclamação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Por aclamação, V. Exa. é declarado, juntamente, com o Senador Renato Casagrande, o Vice-Presidente desta Comissão, encabeçada pelo eminente Senador Renato Casagrande. Então, como houve aclamação, eu quero apenas, neste momento, passar o comando da Comissão, a Presidência desta sessão para o ilustre Senador Renato Casagrande que, a partir deste momento, é o Presidente desta Comissão.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quero agradecer ao Senador Valter Pereira, que nem se apresenta com essa idade toda, parece bem mais novo, não tem quem diga que tem essa idade toda para presidir uma Comissão, mas também agradecer aos membros da Comissão, eu e o Senador Cícero Lucena, que fomos eleitos pelos membros da Comissão, muito obrigado pelo apoio, pelo carinho. Quero agradecer ao líder Valadares, do meu partido, e ao líder Mercadante. O Mercadante me fez a indicação, fez a minha indicação apoiada pelos Senadores do PT, do PR, do PCdoB, naturalmente do PSB.

Então, agradecer a todos os Senadores pela minha indicação para compor essa Comissão. Uma Comissão, Cícero, que nós vamos ter a tarefa de de-

senvolvermos um trabalho e que teremos que ter, naturalmente, muita responsabilidade, como tudo que a gente tem que fazer na vida.

Aqui nós temos uma Ministra, uma ex-ministra, a Marina Silva, reconhecida internacionalmente como uma liderança da área ambiental, do desenvolvimento sustentável, figuras e pessoas aqui, importantes, dessa área ambiental, e do debate de um novo modelo de desenvolvimento. Então, nós temos aqui assuntos que são extremamente importantes. O assunto do meio ambiente, é um assunto extremamente importante para que nós possamos discutir recursos hídricos, desmatamento, destruição dos recursos naturais, uso racional... Nós temos temas que nós teremos que debater e já debatemos sob a liderança aqui do Senador Leomar Quintanilha, mas nós vamos, naturalmente, aperfeiçoando cada vez mais o trabalho.

Então, o tema ambiental é um tema fundamental para todos nós, a inter-relação da Secretaria da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Agricultura que V. Exa. é eleito agora Presidente, tem temas que inter-relacionam, que se chocam às vezes, mas que o diálogo pode levar a uma solução. Então, nós teremos que fazer um debate intenso entre essas duas comissões. Temas de fiscalização e controle nós não precisamos nem dizer, estamos durante a semana toda debatendo a reformulação das instituições, necessidade de métodos de controle, de transparência, se abre as contas ou não abre as contas, se... Como é que se comporta o Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo.

Então, nós temos aqui um campo fértil pra que a gente possa colher bons frutos do nosso debate. E defesa do consumidor. Esta Comissão é uma Comissão de três grandes temas, três importantes temas, para que eu e o Cícero, para que nós possamos conduzir bem esta Comissão precisaremos, naturalmente, de contar do apoio, além dos assessores que estão aqui nos ajudando, contar muito com a participação de todos senadores e senadoras. É com esse espírito que eu, com alegria, com orgulho e com honra, assumo hoje a Presidência da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Então, está aberta a palavra, se alguém quiser manifestar... Senadora Marina Silva, depois Senador Cícero Lucena.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Muito brevemente, Sr. Presidente, muito mais para parabenizá-lo por assumir a Presidência da Comissão e nós nos antecipamos, já também escolhemos o nosso vice, o Senador Lucena, dizer que o Senador Quintanilha conduziu os trabalhos até aqui, mas, como V. Exa. disse, é um processo cumulativo e que cada vez mais nós vamos assumindo novas... Novos desafios e novas competências para o trabalho da Comissão. Eu não tenho dúvida de que este ano de 2009 a nossa Comissão vai ter uma agenda muito intensa, mesmo que seja uma Medida Provisória que tramita numa Comissão Especial, que é da regularização fundiária, eu acredito que esta Comissão tem a obrigação de promover o debate sobre a regularização fundiária na Amazônia. Então, eu mesmo já estou tomando a iniciativa de apresentar uma série de requerimentos sugerindo audiências públicas, e ainda que não tramite na Comissão, acho que nós temos que fazer o debate porque se trata de destinar 64 milhões de hectares de terra pública na Amazônia, para um processo de regularização fundiária que, no meu entendimento, nós temos que fazer o esforço para separar o joio do trigo.

E outros temas que V. Exa. sabe muito bem, no contexto de uma mudança do sistema climático que afeta cada vez mais o planeta, e que o Brasil tem uma responsabilidade muito grande em relação a tudo isso. Da minha parte, cumprimento V. Exa., sou membro da Comissão, estarei trabalhando para ajudar naquilo que for possível, que conseguir ajudar, e não tenho dúvida de que esta Comissão, com a Presidência de V. Exa. pode assumir uma dinâmica de promover debates e de evocar para a Comissão temas importantes referentes, não só à questão de meio ambiente stricto sensu, mas na dinâmica do desenvolvimento, que é aí que a gente faz a diferença.

Meio ambiente não é algo que está separado do processo de desenvolvimento. É como integrar as duas coisas, como desenvolver com proteção e como proteger desenvolvendo. Esse é o desafio deste século e este é o grande debate não só do Brasil, mas de todo mundo. Ninguém pense que vai discutir saída para a crise econômica preterindo a crise ambiental, global que está nos alcançando. Acho que o Presidente Obama está dando um bom exemplo em relação a isso, porque quando ele está fazendo socorro para a indústria automobilística, ele está cobrando contrapartida na área ambiental.

Nós estamos agora com o setor da indústria florestal certificada indo à falência em função da crise, e nós não estamos tendo o mesmo apoio para esse setor. Inclusive, eu advogo que esta Comissão promova o debate nessa direção para que possamos colocar aqui a questão do desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões, econômica, ambiental, social, cultural, em todos os aspectos. Acho que esse é o grande trabalho que a Comissão pode realizar, dando a sua contribuição na realização, na relação com

os demais setores. Parabéns a V. Exa. e parabéns ao nosso vice. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado Senadora Marina, e a contribuição de V. Exa. vai ser fundamental. Acho que nós deveríamos, na semana que vem, fazermos uma reunião administrativa que envolvesse os membros da Comissão que têm interesse de participar, para que façamos minimamente um planejamento de trabalho da Comissão, porque nós temos condições de realizarmos uma Audiência Pública por semana, um debate por semana, além da sessão normal. Então, acho que... Eu vou pedir aqui ao Secretário da Comissão que nós precisamos fazer uma reunião. Reunião administrativa, interna, convidando os membros junto com vocês pra que a gente possa discutir um planejamento de trabalho para a nossa Comissão. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Casagrande, nosso Presidente, eu quero dizer da minha alegria, primeiro, de participar desta Comissão mais uma vez, reconhecendo todo o trabalho que foi feito pelo ex-Presidente Quintanilha, e dizer que essa alegria se amplia no momento em que tenho o prazer de ser seu companheiro para, juntos, nós, vamos dizer, coordenarmos esse trabalho, já que temos pessoas nesta Comissão, senadores e senadoras, a exemplo da Ministra Marina Silva que, sem dúvida, tem uma larga experiência, uma contribuição já vivida nesse país e que poderá colaborar, como sempre fez, para que nós possamos avançar naquilo que é o nosso papel e a nossa responsabilidade.

E dizer que ao tê-lo como Presidente pra mim é motivo de satisfação, entre outros motivos, pela experiência que temos juntos nessa questão ambiental do aquecimento global, de tudo que nós já vivemos juntos e procuramos dar essa contribuição no sentido de que não só chame atenção, mas que tenha ações concretas em favor dessa preocupação que é de todos nós. A Senadora Marina Silva chamou atenção de uma ajuda financeira nesse momento de crise que está dando o Presidente Obama, mas com contrapartida ambiental. Eu acho que o Brasil, no caso automobilístico, nós já temos um grande avanço que é a alternativa flex. Mas não quer dizer que nós não possamos também cobrar da indústria automobilística outros avanços, outras conquistas no sentido também dessa preocupação ambiental ou qualquer outro tipo de ajuda que o Governo Federal venha a dar.

Acho que esse debate será um debate bastante construtivo, se assim nós provocarmos no sentido de colaborar com o governo para que ele, ao adotar medidas de saneamentos financeiros, de ajuda financeira para o enfrentamento da crise, leve sempre como ponto referencial, essa questão ambiental. Então, quero renovar e além de agradecer a confiança do meu partido ao me indicar, bem como de todos os Srs. e Sras. Senadoras aqui presentes que na votação me conduziram à condição de Vice-Presidente, pra mim, com muita honra. Meu muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Senador Cícero Lucena, Senadora Marina. Senador Valadares, pra que a gente possa encerrar a nossa reunião pedindo a paciência do Cícero e da Marina.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu gostaria de aproveitar esse ensejo para felicitar V. Exa. e ao Senador Cícero Lucena pela eleição, visando à direção dos trabalhos desta Comissão, que tem uma importância fundamental no desenvolvimento do nosso país, porque nós temos que fazer um desenvolvimento de forma sustentada, respeitando o meio ambiente, fazendo estudos e debates aqui nesta Comissão a respeito das emissões de carbono. O Brasil é signatário de todos os acordos internacionais e, além do mais, esta Comissão pontifica pela sua atribuição, que considero também importante e fundamental para o Poder Legislativo que é a fiscalização dos atos do Poder Público, e V. Exa. tem experiência nesses dois campos. Além do mais, fiscalização, controle e defesa do consumidor.

Quer dizer, outro ponto nevrálgico, fundamental, o respeito ao consumidor e, tanto isso é importante, que existe um código, o Código de Defesa do Consumidor, daí a importância desta Comissão em zelar, em velar pelo fiel cumprimento de suas atribuições essenciais. Portanto, eu tenho certeza absoluta que V. Exa. representando o PSB, o bloco de apoio ao governo, haverá de conduzir ao lado do Senador Lucena esta Comissão com muita competência, da qual fazem parte tantos eminentes Senadores e eminentes Senadoras, a exemplo da nossa ex-Ministra Marina Silva que aqui se encontra presente, a quem eu homenageio, não só na qualidade de integrante desta Comissão, mas de uma política que tem um respeito desta Casa, o respeito de todo o Brasil pela defesa que ela faz de forma intransigente, da preservação das nossas florestas, do nosso meio ambiente, do desenvolvimento respeitando a qualidade de vida.

Meus parabéns, Senadora, pela sua performance como política, como pessoa identificada com a moralização da vida pública e a defesa do meio ambiente. Meus parabéns e felicidades, meu Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado meu líder, já fiz o agradecimento a V. Exa. aqui, a hora que eu iniciei o pronunciamento, o apoio que V. Exa. me deu, a V. Exa., ao Senador Mercadante e todos aqui membros da bancada. Obrigado e vamos ao trabalho.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h29.

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e cinqüenta e dois minutos do dia dez de março de dois mil e nove, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador RENATO CASAGRANDE, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores JOÃO PEDRO, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELNNER, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, GIL ARGELLO, JEFFERSON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, FLEXA RIBEIRO, SÉRGIO ZAMBIASI e CRISTOVAM BUARQUE. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. EXTRAPAUTA, são deliberados os requerimentos a seguir relacionados. REQUERIMENTO Nº 1, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO, que "requer, nos termos do art. 90, III e IX do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão, audiência pública para debaterem sobre a proposta de diretrizes para leilão de contratação de energia de reserva – fonte eólica, tendo em vista a Portaria nº 52, de 10 de fevereiro de 2009 do Ministro de Minas e Energia", com a presença dos seguintes convidados: Ministério do Meio Ambiente – Ministro Carlos Minc; ANEEL – Edvaldo Alves de Santana – Diretor Geral interino EPE – Empresa de Pesquisa Energética – Maurício Tolmasquim – Presidente ABEEÓLICA – Associação Brasileira de Energia Eólica – Sérgio Marques – Conselheiro ANACE – Associação Nacional dos Consumidores de Energia – Paulo Mayon – Diretor Presidente e UnB – Universidade de Brasília – Ivan Marques de Toledo Camargo – Professor Titular de Engenharia Elétrica". Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado. REQUERIMENTO Nº 2, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, convocado a comparecer perante esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os atos de 'bandidagem' da atual diretoria da entidade fechada de previdência complementar dos funcionários da empresa Furnas Centrais Elétricas – S.A. – a Real Grandeza, Fundação de Previdência e Assistência Social". Autoria: Senadora MARISA SERRANO. Resultado: Aprovado como convite ao Ministro. REQUERIMENTO Nº 3, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO, que "requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada diligência pública na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, sendo convidadas as autoridades e instituições abaixo, para discutir a Medida Provisória nº 458/09, que trata da regularização fundiária da Amazônia: Deputado Belarmino Lins, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas; Dr. Eduardo Braga, Governador do Estado do Amazonas; Desembargador Jovaldo dos Santos Aguiar, Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; General Augusto Ribeiro Heleno, Comandante Militar da Amazônia; Dr. Edmilson da Costa Barreiros Júnior, Procurador da República no Estado do Amazonas; Dr. Abidias Júnior, Presidente do Banco da Amazônia (BASA); Professor Doutor Adalberto Luís Val, Presidente do instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Professor Doutor Hidembergue O. da Frota, Reitor da Universidade Federal do Amazonas; Delegado José Renan Rocha Ribeiro, Superintendente da Polícia Federal no Estado do Amazonas; Dr. Edivar dos Santos Almeida, Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Amazonas; Dr. Henrique dos Santos Pereira, Superintendente em Manaus do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Dra. Socorro Nunes, Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Amazonas; Dr. Otávio de Souza Gomes, Procurador-Geral de Justiça / Ministério Público Estadual do Amazonas; Dr. Denis Minev, Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas; Deputado Eron Bezerra, Secretário de Estado de Produção Rural do Amazonas; Dra. Nádia Cristina D'ávila Ferreira, Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Professora Doutora Marilene Corrêa da Silva Freitas, Reitora da Universidade Estadual do Amazonas; Dr. Daniel Borges Nava, Titular da Secretaria Executiva Adjunta de Geodiversidade e Recursos Hídricos / Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvol-

vimento Sustentável do Amazonas (SDS); Dr. Domingos Macedo, Titular da Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Ambiental / SDS; Dr. Sebastião Nunes, Presidente do Instituto de Terras do Estado do Amazonas; Dr. Edimar Vizolli, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas; Dr. Néliton Marques, Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas; Professor Doutor Odenildo Sena, Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas; Dr. Raimundo Valdelino Cavalcante, Diretor-Presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas; Dr. Pedro Falabella, Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Estado do Amazonas; Prefeito José Thomé Filho, Presidente da Associação Amazonense de Municípios; Dr. Eurípedes Ferreira Lins, Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas; Dr. Paulo Caralo, Secretário de Política Agrícola e de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Dra. Brenda Brito, Secretária-Executiva do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)". Autoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Resultado: Aprovado. Em razão da ausência dos relatores, a Presidência adia os itens 1, 2 e 3 da pauta. Item 01) OFÍCIO "S" Nº 9, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO, que "encaminha ao Senado Federal, o Relatório sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, referente ao ano de 2007". Autoria: Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente". Relatoria: Senador HERÁCLITO FORTES. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Adiado. Item 02) OFÍCIO "S" Nº 5, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis referentes ao ano de 2007, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste". Autoria: Banco do Nordeste do Brasil S.A. Relatoria: Senador ALMEIDA LIMA. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e apresentação de Requerimento de Informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional. Resultado: Adiado. Item 03) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO, que "modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que 'estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências', para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais". Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria: Senador ALMEIDA LIMA. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. A Presidência adia o item 04 da pauta, após discussão. Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2007 – TERMINATIVO, que "altera o art. 8º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir as regiões geográficas brasileiras entre os âmbitos possíveis para a elaboração dos planos de recursos hídricos". Autoria: Senador CÉSAR BORGES. Relatoria: Senadora MARISA SERRANO. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. Em razão da ausência da autora e sendo o parecer contrário à matéria, o Senhor Presidente, Senador RENATO CASAGRANDE, adia o Item 05 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 90, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO, que "susta a aplicação do artigo 3º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003". Autoria: Senadora KÁTIA ABREU. Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. A Presidência encaminha a deliberação do Item 06 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO, que "altera a Lei nº 8.666, de 1993, que 'regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências', para determinar a obrigatoriedade da comprovação de origem da madeira utilizada em obras e serviços financiados com recursos públicos e dá outras providências". Autoria: Senador GERSON CAMATA. Relatoria: Senador CÉSAR BORGES. Parecer: Favorável à matéria com quatro emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer com as emendas nºs 1 a 4-CMA. Em razão da falta de quórum, a Presidência adia os demais itens da pauta. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2007 – TERMINATIVO, que "acrescenta parágrafos ao art. 37 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para dispor sobre publicidade". Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO. Relatoria: Senador VALTER PEREIRA. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO, que "acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do

Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça". Autoria: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR. Relatoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO, que "acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato". Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO. Relatoria: Senador ALMEIDA LIMA. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. Usam da palavra os Senhores Senadores FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, CÍCERO LUCENA, JEFFERSON PRAIA, JOÃO PEDRO e CÉSAR BORGES. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA EM 10/03/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a sessão de hoje, e temos uma pauta já anunciada e divulgada, e quero fazer uma proposta de inclusão de um Requerimento de minha autoria extrapauta que é um Requerimento para que nós possamos tratar da consulta pública que o Ministério de Minas de Energia está fazendo com relação a leilão de eólica, de energia eólica. Nós temos até o dia 15 de março para que a gente possa manifestar alguma proposta, alguma sugestão com relação ao leilão de eólica que o Governo vai fazer, que eu acho que é uma conquista importante, todos nós já tínhamos pedido que o Governo pudesse estabelecer rotina da geração de energia eólica, porque isso gera mercado, isso gera um comércio de equipamentos, de materiais, isso gera a possibilidade de custo ser reduzido com uma produção em escala desses equipamentos, especialmente, dos aelegeradores(F), então o Governo vai fazer esse leilão. Publicou um edital, colocando em consulta pública as normas e as regras para que a gente pudesse interferir e sugerir alguma proposta para esse edital. Então, eu estou pedindo para que haja inclusão extrapauta dentro do convite ao Ministério do Meio Ambiente, Ministro Carlos Minc; ao Diretor Geral da ANEEL, Edvaldo Alves de Santana; a Maurício Tolmasquim que é Empresa de Pesquisa Energética; da Associação Brasileira de Energia Eólica, ABEÓLICA, o Sr. Sérgio Marques; da Associação Nacional de Consumidores de Energia, Paulo Mayon; e da Universidade Nacional de Brasília, da UNB, Ivan Marques de Toledo Camargo para que ele possa discutir leilão de eólica que o Governo está consultando a população com relação a esse tema. Então, a minha proposta é que eu possa colocar em extrapauta. Coloco em apreciação da Comissão aceitação da inclusão extrapauta deste Requerimento. Os Senadores que forem favoráveis, por favor, permaneçam como se encontram. Aprovado. Coloco em apreciação o Requerimento. Os Senadores que forem favoráveis--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --À audiência pública. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero parabenizá-lo pela autoria do Requerimento desta audiência pública, possamos discutir a questão dos leilões que o Governo promove geração de energia eólica. E é importante que se discuta, porque, como bem sabe o Senador Cícero Lucena, que tem no Nordeste, também já algumas plantas gerando energia através dos ventos, de que, lamentavelmente, essa energia apesar de ser uma energia que utiliza os ventos e deveria ser uma energia das mais baratas, ela ainda tem um preço bastante alto na geração, talvez por tecnologia, algo que ainda não conseguiu transformá-la num segmento de produção de geração de energia mais baixa, mais limpa e que deveria ser expandida em todo o território nacional, porque nós temos, em função do nosso clima, ventos em todo o Brasil. Então, é importante que se discuta, e V. Exa. traz essa questão aqui para a Comissão de Meio Ambiente, para que possamos ter através da ANEEL, através das empresas que fazem a geração eólica, através do próprio Governo saber o motivo e incrementar a utilização como um fator importante à geração eólica no contexto da produção de energia em nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Também acho que o debate que V. Exa. acrescenta que as informações são fundamentais, eu acho que esta Comissão aqui tem uma função de incentivar

o uso e a popularização de energias renováveis e alternativas. Agora mesmo eu fiz uma proposta à Ministra Dilma e ao Presidente Lula para que nesse Programa de Habitação Popular que o governo está se propondo a construir um milhão de casas que nós possamos usar o aquecimento solar, possamos usar a energia do sol para o aquecimento da água, não tem razão de a gente usar chuveiros elétricos num país com tanta energia do sol que nós temos. Eu espero que o Governo... O Governo está avaliando, espero sinceramente--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tem um custo, Presidente, também vamos encontrar um obstáculo na relação do custo dessas placas de geração--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Do aquecimento solar não, pelo aquecimento de água pelo sol o custo é pequeno, ainda mais se for em escala... Eu posso lhe dizer que com menos de 500 reais você faz o aquecimento de água de uma habitação popular, e isso é um acréscimo, mas é uma forma de popularizar também esse meio, e reduzir custo até para que outras residências possam utilizá-lo. Então, eu acho que o Governo tem que avaliar, muitos países utilizam o aquecimento de água pelo sol, eu acho que a gente precisa avaliar de forma efetiva esse método, e eu espero que o Governo consiga avaliar, acho que pediu essa avaliação técnica, espero que os resultados seja um resultado positivo. Em votação o Requerimento. Os Senadores que concordam com o Requerimento, permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento.

Informo também que eu recebi, e também o Senador Cícero Lucena recebeu um comunicado nos parabenizando pelas funções que passamos a exercer a partir de agora, de hoje do Senador Flexa Ribeiro, que é presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação. Então, eu aproveito para informar à Comissão do ofício, e também para que a Comissão parabenize o Senador Flexa Ribeiro que assumiu a presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação que é uma importantíssima Comissão para o nosso País. Parabéns, Senador Flexa Ribeiro. E obrigado pela sua correspondência.

Item 1 da pauta é um relatório. Encaminha ao Senado Federal relatório sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, referente ao ano de 2007. O relator é o Senador Heráclito Fortes. O Senador Heráclito Fortes não se encontra presente. Eu acho que nós poderíamos, posteriormente, até combinarmos com os membros da Comissão que tipo de matéria a gente pode transferir aqui no momento da nossa reunião, da nossa sessão para outros senadores e para outros senadores, mas como é a primeira reunião nossa eu sugiro, até pela importância da matéria, essa matéria é importante. Eu lembro a vocês que há dois anos atrás, o Ministério do Meio Ambiente esteve aqui apresentando esse relatório, é um relatório importante. Nós aprovamos uma Lei de Concessão de Florestas Públicas. Nós, talvez, mais do que um relatório devêssemos, de fato, aprofundar o conhecimento de como está indo a aplicação desse método de concessão de florestas públicas, mas então acho que é melhor a gente esperar. A minha sugestão é que a gente não vote essa matéria, esse item. Que nós possamos passar para o item seguinte, esperando aqui na próxima reunião a presença do Senador Heráclito Fortes. Senador Cícero Lucena. Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Gostaria de solicitar a V. Exa. que colocasse como extrapauta o Requerimento de minha autoria que se encontra sobre a mesa. Se for da anuência de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente Senador Casagrande, eu gostaria de fazer uma sugestão, acho muito oportuna a sua proposta, proposta de V. Exa., no sentido de que, pela relevância desse assunto, nós possamos participar desse debate com a presença do relator Heráclito Fortes.

Mas a minha proposta vai no sentido de que nós pudéssemos estabelecer na Comissão alguns critérios em relação a projetos que entram em pauta. Então estabelecermos um número de duas ou três sessões sem a presença do relator, e após passadas essa sessões, caso ele não se encontre presente que possa ser nomeado então um relator ad hoc para que a gente tenha uma certa sequência na votação desses projetos. Esse que o senhor propôs agora, nós concordamos plenamente, ou todos do dia de hoje, mas que talvez a Comissão passasse a adotar como critério que entrando em pauta primeira, segunda, talvez, já na terceira ou na quarta vez, possa ser então, automaticamente, nomeado um relator ad hoc. Essa é a sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exa. uma atenção quanto a um Requerimento que estamos apresentando nesse momento, para que pudéssemos ter no Estado do Amazonas uma discussão sobre a Medida Provisória 458/2009, que trata da regularização fundiária da Amazônia. Sr. Presidente, e demais Senadores e Senadoras a presente iniciativa procura articular um fórum para o debate da Medida Provisória 458 que possibilite a canalização de sugestões ao futuro relator/revisor da matéria no Senado Federal, ainda

ser designado tão logo ela seja enviada pela Câmara dos Deputados, onde está sendo relatada pelo nobre deputado Asdrúbal Bentes. Então, a proposição é para que possamos realizar no Estado do Amazonas, é que uma discussão sobre a medida provisória que trata de um assunto importantíssimo que é essa questão da regularização fundiária na Amazônia. Esse é o Requerimento que eu pediria de V. Exa. e os demais Senadores a atenção para que pudéssemos tratar desse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tem um Requerimento do Senador Jefferson Praia e um Requerimento da Senadora Marisa Serrano, pedindo inclusão extrapauta. Então, primeira função minha aqui é colocar em apreciação. O Requerimento do Senador Jefferson Praia foi lido, o Requerimento da Senadora Marisa Serrano.

"Requeiro nos termos do art. 58, § 2º e 3º da Constituição Federal culminado com o art. 90, 3º do Regimento Interno, seja o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, convocado a comparecer perante a essa Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, a fim de prestar informações sobre as acusações atribuídas a ele pela imprensa sobre atos de "bandidagem" da atual diretoria da entidade fechada de previdência complementar dos funcionários da empresa Furnas Centrais Elétricas, a Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, razão pela qual S.Exa. pretende destituir parte dessa diretoria."

Então, o Requerimento é este, o objetivo tem justificação. E coloco em apreciação, primeiro a inclusão dos dois Requerimentos extrapauta. Em discussão. Em votação. Os Senadores que forem favoráveis à inclusão, permaneçam como estão. Está incluído extrapauta. Vamos passar à votação de Requerimento a Requerimento. Só faço a sugestão à Senadora Marisa Serrano como tem sido uma prática desta Comissão de que nós pudéssemos fazer a alteração de convocação por um convite ao Ministro Edison Lobão para que nós possamos manter até o atendimento do pleito essa forma de relacionamento em termos de convite ao Ministro Edison Lobão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, como é regimental, é convocação. Então, é por isso que foi colocada a convocação. Mas não tem nenhum óbice que se faça gentilmente o convite. Agora, regimentalmente, o termo do nosso Regimento é convocação. É por isso foi usado dessa forma. Mas não há nenhum problema em que a gente possa transformar em um convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok. Então agradeço à Senadora Marisa Serrano. Um convite feito ao Senador Ministro Edison Lobão para que venha a esta Comissão fazer uma justificativa e explicação das suas declarações. Senadores que forem favoráveis a esta matéria, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Requerimento do Senador Jefferson Praia, seria realizada diligência pública nas Assembléias Legislativas do Estado da Amazonas, sendo convidadas essas autoridades e instituições abaixo para discutir a Medida Provisória 458 que trata da regularização fundiária da Amazônia. Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir. Em discussão. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Renato Casagrande, Sra. Senadora e Srs. Senadores. Há pouco na reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, também por iniciativa do Senador João Pedro, nós aprovamos um Requerimento convidando os Ministros, inicialmente, pelo Requerimento do Senador João Pedro, o Ministro de Meio Ambiente e o Ministro de Desenvolvimento Agrário, e eu aditei também o convite ao Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, para que nós pudéssemos discutir antecipadamente, como bem o faz, no Requerimento, o Senador Jefferson Praia, a Medida Provisória 458 que trata da regularização fundiária na Amazônia, e que tramita, inicialmente, na Câmara Federal. Ela recebeu mais de duas centenas de emenda lá na Câmara e também aqui no Senado. E, lamentavelmente, a prática tem nos mostrado que essas medidas provisórias são esgotadas no seu tempo de discussão na Câmara, e chegam aqui com 24/48 horas de prazo para a sua extinção, e nós temos que votá-las de forma açodada sem que possamos entrar na discussão do mérito, e ela já tendo, inclusive, dado validade a todos os atos que foram tomados pelo Executivo, porque tem força de lei desde que editadas. Então, essa proposta do Senador Jefferson Praia é da maior importância, essa medida provisória vai chegar aqui, é uma ação efetiva não de discurso, de se trabalhar no sentido de extirpar esse câncer que é o desmatamento e devastação da Amazônia, mas para isso é preciso muito mais que discurso, é preciso de ações. E a questão da regularização fundiária é o primeiro passo. O zoneamento econômico/ecológico é o passo seguinte, sem esses dois instrumentos nada vai ser feito na Amazônia que surtam ações que nós queremos, ou seja, impedir que se derrube uma única árvore a mais, porque não há necessidade disso, basta que se utilizem as áreas já antropizadas que são da ordem de 18% dentro do limite da reserva legal de 80% que não se pretende mexer, e nem há necessidade de ser mexida. Eu quero apoiar o Requerimento do Senador Jefferson, mas solicitar a

ele que como ele pede, me parece, no Requerimento que seja ouvida também a Assembléia Legislativa do Amazonas, que seja também aditada aí a do Pará, porque o Pará é o Estado mais atingido por este mal que devasta as nossas florestas. O Amazonas ainda é talvez o Estado menos atingido pela devastação.

Então, só incluindo o Pará, e, talvez, pudéssemos fazer essas audiências em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Reforma Agrária do Senado Federal.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Presidente, só a título de informação--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): --O Requerimento, Senador Flexa Ribeiro, é para que possamos discutir na Assembléia Legislativa essa Medida Provisória ouvindo as representações, as entidades, as instituições do Estado do Amazonas. Então, V. Exa. poderia fazer também até a título de sugestão, um Requerimento para que lá no Pará, na Assembléia Legislativa, fosse discutido e ouvido o povo do Pará quanto a essa medida provisória.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Porque só uma explicação, Senador Flexa Ribeiro, a audiência pública já está aqui estabelecendo as pessoas que o Senador está propondo que sejam ouvidas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só pergunto ao Senador Jefferson Praia, Presidente, porque me parece que o Requerimento dele então é para que haja uma audiência pública na Assembléia.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Lá no Amazonas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas há necessidade de nós aprovamos aqui no Senado autorizando uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Uma ida oficial da Comissão sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É nesse sentido? A ida oficial da Comissão.

Eu não entendi ainda, então, eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Segundo a assessoria chama-se diligência.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, é uma participação da Comissão de meio Ambiente do Senado na audiência que vai ocorrer na Assembléia da Amazonas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas quem estaria realizando a audiência seria a Comissão de Meio Ambiente do Senado. Nós estamos nos deslocando para lá. Eu acho que é mais uma audiência pública mesmo, mais do que uma diligência; diligência é mais uma coisa de investigação, mas... Uma audiência pública sendo lá, lá no Estado do Amazonas que é perfeitamente possível, desde que esta Comissão aprove.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quais são os--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Convidados?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O deputado Belarmino Lins que é o presidente da Assembléia; o Dr. Eduardo Braga que é o Governador; o Desembargador Geovaldo dos Santos Aguiar, Presidente em exercício do Tribunal de Justiça; General Augusto Ribeiro Heleno, Comandante Militar da Amazônia; Dr. Edmilson da Costa Barreiro Júnior, Procurador da República do Estado do Amazonas; Dr. Abdias Júnior, Presidente do Banco da Amazônia; Professor e Doutor Adalberto Luis Alves, Presidente do Instituto Nacional de Pesquisa do Amazônia; Professor e Doutor Idelberg da Frota, Reitor da Universidade Federal do Amazonas; Delegado José Renan Rocha Ribeiro, Superintendente da Polícia Federal do Estado do Amazonas, Dr. Edvar dos Santos Almeida... São 29, senhores. Quer que eu continue?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Obrigado. Eu vou votar favoravelmente a proposta do Senador Jefferson Praia, mas acho que 29 numa audiência pública não vai haver...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Talvez pudesse sugerir ao Senador Jefferson Praia uma redução. É impossível fazer audiência pública com 29 pessoas. Mas sim, a critério de V. Exa., naturalmente, essa avaliação. Senador Flexa Ribeiro, depois Senador João Pedro, depois Senadora Marisa Serrano.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. Eu já estou satisfeito, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Reflete um pouco sobre o número de pessoas, enquanto o Senador João Pedro e a Senadora Marisa Serrano vão se pronunciando. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, Srs. Senadores e Sra. Senadora. Primeiro para parabenizar o Senador Jefferson Praia que está preocupado com a discussão da medida provisória. A medida provisória tem um foco na regularização fundiária, não é uma medida simples, é complexo o tema. Então, fazer a discussão pode aperfeiçoar a própria medida provisória que já está em vigor.

Então, eu gostaria de fazer uma sugestão ao Senador, ao Senador Jefferson Praia, tem uma relação, mas eu penso o seguinte: tem alguns interlocutores da questão fundiária que representam esse debate, que no meu ponto de vista, por exemplo, o Instituto de Terras do Amazonas que pertence à estrutura do Governo do Estado, ela tem que se fazer presente. O INCRA que é o Instituto de Colonização e Reforma Agrária que representa o Governo Federal e no Estado do Amazonas, 70% do Estado são terras públicas, quem responde é o INCRA, e a Federação dos Trabalhadores Rurais que representa os trabalhadores. Então, esses segmentos, eu não sei se essas instituições, não sei se estão contempladas, mas ouvir o Instituto de Terras que é ouvir o Governo do Estado, ouvir o INCRA e os trabalhadores. Lá tem uma organização no Amazonas, Srs. Senadores, que é o Conselho Nacional dos Seringueiros, de respeito a um território, a uma área que tem de forma secular o plantio da seringa. Então, por exemplo, as duas organizações sociais, a Federação dos Trabalhadores Rurais e o Conselho Nacional de Seringueiros eu considero muito importante. E, além, dos órgãos oficiais que detêm o cadastro rural, que detém o debate sobre a questão fundiária que é o ITEAM - Instituto de Terras do Amazonas e o INCRA no Amazonas; eu acho que são instituições que vão ajudar a esclarecer, a suscitar a tirada de dúvidas, a resolução de dúvidas, Enfim... Agora eu considero importante a ida da Comissão como fazer essa audiência pública, para mim é uma audiência pública. Fazer o debate, eu quero aplaudir a iniciativa do Senador, eu acho que ajuda o Senado a compreender a profundidade, o alcance, os reflexos da medida provisória que regulamentam as terras públicas na Amazônia brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para corrigi-los, só por regime tecnicamente, o nosso secretário José Francisco estava aqui me dizendo que, de fato, assim, audiência pública só em Brasília, lá é uma diligência. Nós participamos de uma audiência pública organizada pela Assembléia do Amazonas ou qualquer outra entidade. Então, uma diligência. Nós vamos lá participar, os membros da Comissão quem puder ir vai participar de uma diligência da Comissão e uma audiência lá no Estado do Amazonas. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Era só para esclarecer justamente isso, Sr. Presidente. Porque na minha ótica se nós temos uma audiência pública para discutir a questão de uma medida provisória na Amazônia, para que essa Comissão se deslocasse era necessário ouvir os atores que são impactados aí. Eu acredito, Mato Grosso, norte do Mato Grosso, Acre, Rondônia, Pará e Amazonas têm que estar reunidos, porque o objetivo é o mesmo, a medida provisória impacta em todos, e esta Comissão não pode, acredito eu, não pode não. Mas sempre que possível deve dar a satisfação a todos aqueles que estão, se encontram sob a égide daquela medida provisória, ou de qualquer outra legislação que seja pertinente. Então, era isso que eu queria saber. Se for que junte todos, ou se não for que a gente vá lá, quem quiser ir, me interessa muitíssimo, não mesmo que o meu Estado não esteja impactado, mas é uma questão, por isso o pré-sal que interessa muito a nós.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): --Eu gostaria de fazer uma prévia análise sobre o que está sendo colocado pela nossa Senadora.

Veja bem, uma coisa não impede a outra. Eu acredito que a sugestão que V. Exa. faz, Senadora, é muito importante. Nós podemos fazer, fora essa diligência no Estado do Amazonas, poderemos fazer uma audiência pública aqui ouvindo todas as representações, os representantes das Assembléias Legislativas dos Estados da Amazônia Legal. Então, essa é uma sugestão, seria um outro Requerimento. Um outro Requerimento que poderia ser feito, que as diligências fossem feitas em todos os Estados da Amazônia Legal, é uma outra proposição também. Quer dizer esta Comissão iria, por exemplo, o Senador Flexa Ribeiro iria se responsabilizar numa diligência lá no Estado de Pará, no Estado do Amazonas eu e o Senador João Pedro, V. Exa. no seu Estado. E aí ouviríamos todos os Estados da Amazônia Legal. Portanto, uma coisa não impede a outra. Nós estaríamos aí fazendo um trabalho fundamental que é de ouvir aqueles a quem nós representamos, ouvir lá no Estado aqueles que querem dar as suas opiniões, as suas sugestões que serão mais à frente colocadas para o relator/revisor quanto às sugestões ouvidas nos Estados. Portanto, é uma outra proposição que poderemos encaminhar nesse sentido ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então em discussão. Em votação o Requerimento da realização da uma diligência no Estado do Amazonas, convidando essas pessoas para serem ouvidas.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): E todas as sugeridas pelo Senador João Pedro que se não estiverem contempladas no Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, não estão contempladas. Teremos que acrescentar mais três entidades.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Então serão convidadas também. Acredito que nós temos que ter o máximo de instituições presentes, foi muito bem lembrado pelo Senador João Pedro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, com inclusão das sugestões feitas pelo Senador João Pedro. Senadores e Senadora que concordam com o Requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos agora para o item 2 da pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, o item 1 foi sobrestado?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, o item 1 nós sobrestamos uma vez que o relator não está presente. Assim, como o item 2 e o item 3 o Senador Almeida Lima também não se encontra. A sugestão do Senador Cícero Lucena, Vice-presidente da Comissão, é que nós possamos combinar com os Senadores, depois desta primeira reunião, na ausência do relator por mais de duas sessões, nós vamos designar ad hoc um relator para que nós não prejudiquemos o trabalho da Comissão. Mas daí eu quero depois então a gente faz uma combinação a partir da próxima sessão, nessa primeira sessão nós vamos respeitar a ausência dos relatores.

Então, o item 2 e o item 3 o Senador Almeida Lima que é o relator não se encontra. Nós também sobrestaremos.

E o item 4 a Senadora Marisa Serrano é a relatora. O Projeto de Lei do Senado 127/2007 altera o art. 8º da Lei 9.433 de janeiro de 97 para incluir as regiões geográficas brasileiras entre os âmbitos possíveis para elaboração dos planos de recursos hídricos.

Com a palavra a Senadora relatora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero cumprimentar o Senador César Borges porque são problemas que preocupa a todos. E nesta Comissão nós temos discutido muito a questão das bacias hidrográficas, andado pelo País. Eu estive com a ex-Ministra, Senadora Marina Silva, vendo toda a questão da Cantareira, da bacia hidrográfica que garante a água para o Estado de São Paulo, mas principalmente para a capital que é a maior demanda que nós temos no País.

E eu queria aqui explicar o porquê da minha, justificar aqui o meu relatório. Compete à nossa Comissão aqui apreciar o mérito das matérias relativas à proteção e defesa do meio ambiente, especialmente, sobre conservação e gerenciamentos dos recursos hídricos. De acordo com a norma legal mencionada os planos de recursos hídricos são planos diretores que visa fundamentar e orientar a implantação dos planos nacionais e o gerenciamento de recursos hídricos, são planos de longo prazo com horizontes e planejamento compatível com o período de implantação dos seus programas e projetos. Devem ser elaborados por bacia hidrográfica, unidade territorial para implantação dos planos nacionais e atuação dos sistemas nacionais pela respectiva agência de águas e submetido à apreciação do Comitê da Bacia Hidrográfica correspondente.

A lei do plano nacional garante na composição dos Comitês de Bacia a participação de representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, cujos territórios se situem. Ainda que parcialmente em suas respectivas áreas de atuação dos usuários das águas sob sua jurisdição e das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia. Consoante à lei vigente os planos consistirão, no mínimo, de diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos, análise das alternativas de crescimento demográfico, de evolução das atividades produtivas e de modificação dos padrões de ocupação do solo, balanço entre disponibilidade e demandas de futuras dos recursos hídricos, meta de racionalização do uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis, medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados. Também prioridades para outorga de direito do uso de recursos hídricos, diretrizes e critérios para cobrança pelo uso dos recursos hídricos, propostas para criação de áreas sujeita à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos. Como o objetivo do plano nacional figura justamente a utilização racional e integrada dos recursos hídricos com vistas a assegurar a necessária disponibilidade de água para o desenvolvimento sustentável. E nas diretrizes gerais de ação dessa política inclui-se a articulação do planejamento dos recursos hídricos com setores usuários e com planejamento regional, estadual e nacional. Embora, reconhecendo a preocupação do nobre autor da proposta, no tocante à importância da oferta dos recursos hídricos em quantidades e qualidade satisfatórias para a consecução do desenvolvimento sustentável, entendemos que o objeto desse PL sobre exame prescinde normatização, uma vez que as ações voltadas à preservação, à conservação e ao uso racional dos recursos hídricos estão ampla e satisfatoriamente sistematizados pela Lei 9.433 de 97, inclusive, nos aspectos atinentes à elaboração e execução dos planos de recursos hídricos e a participação do Poder Público, dos usuários e da sociedade civil no processo.

Além disso, a determinação contida no § 2º da proposição parece, no mínimo, inócua, uma vez que o Poder Executivo ao elaborar Projeto de Lei orçamentário anual deve se sujeitar ao que estabelece à lei das

diretrizes orçamentárias do plano plurianual todas essas leis, aliás, por força do art. 165 da Constituição Federal de iniciativa do Presidente da República.

Mas eu quero aqui, resumindo, dizer que eu tenho visitado alguns comitês de bacia, e essa é a forma que se achou para que todas as vozes de todos os atores tivessem participação efetiva na conservação dos nossos recursos hídricos, e os comitês de bacias, às vezes, extrapolam, realmente, a questão geográfica, depende muito da bacia em que está instalada, e a idéia mais moderna é que não seja por região geográfica, mas que seja por bacia hidrográfica. Essa é a forma que tem sido feita nesse País, tenho participado de algumas reuniões de bacia. E, realmente, o trabalho que todos fazem, o Município, o Estado, a União, a sociedade civil, todos eles aptos a garantirem a conservação dos nossos recursos hídricos.

A minha proposta, portanto, é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado do Senador César Borges, porque não me afigura que seria uma retroação a se passar a trabalhar com as regiões geográficas e não com bacias hidrográficas, como o Brasil está fazendo, que me parece ter sido uma proposta mais coerente e mais moderna e que o mundo todo está adotando. Eram essas as minhas concepções.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão, com a palavra o autor do projeto, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, por todos os motivos eu tenho que me pronunciar sobre esse assunto.

Em primeiro lugar para dizer a V. Exa. que é uma velha e antiga aspiração do Nordeste brasileiro que entre as políticas públicas deste País possa existir um plano decenal ou bi-decenal de recursos hídricos para o Nordeste brasileiro. O Nordeste brasileiro é diferente de qualquer outra região do nosso País. Tem uma aguda falta de recursos hídricos que traz uma continuidade dolorosa e até odiada, porque se fala em indústria de seca, sempre a sua população sendo submetida a esses momentos de constrangimentos e de sofrimentos por falta desse líquido que é necessário à vida humana, e, inclusive, à base econômica para subsistir populações pobres que vivem em regiões semi-áridas, como é o nosso caso.

Então, o Nordeste brasileiro é um semi-árido que abrange praticamente todos os nove Estados nordestinos.

Há muito nós defendemos... Eu fui governador da Bahia, acho que o Senador Cícero aqui também entende dessa problemática, para quem vive com pouco e escasso recursos hídricos para que houvesse um plano continuado, que fosse uma política pública definida até em constituição pelo Governo Federal para investir anualmente no Nordeste brasileiro, perenizando os nossos rios, procurando água no subsolo; toda política pública é necessário armazenar água de qualquer forma para poder matar a sede do nordestino e também permitir a base econômica.

Por isso é que aqui, na verdade, eu estou aproveitando um Projeto de Lei que era do Senador Ney Suassuna, da Paraíba, para instituir esse plano decenal de recursos hídricos, e faço sem cerimônia nenhuma, pelo fato de que também na Bahia, eu, o ex-governador Paulo Souto, o Senador Antonio Carlos, sempre defendemos a necessidade desse plano decenal de recursos hídricos. E a legislação institui que os planos de recursos hídricos serão elaborados por bacia hidrográfica.

Mas veja bem, Senadora Marisa Serrano, como esse assunto agora se encaixa perfeitamente numa profunda discussão que nós passamos no Nordeste brasileiro que é a questão da transposição de águas de bacias. Então, o Governo Federal enceta um programa de uma transposição do Rio São Francisco que abraçado por uma grande esperança pelos nordestinos setentrionais, aqueles que residem e que moram no Estado do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, e sofrem resistência dos nordestinos do Nordeste meridional, que é o Estado da Bahia, que é o doador principal, o Estado de Sergipe e o Estado da Alagoas. Nós não temos até hoje um entendimento completo. Houve uma forçação por parte do Governo Federal em se fazer a transposição do Rio São Francisco, mas não houve uma aceitação, e todos acompanharam a delonga dessa discussão que tem não fim ainda. O ex-governador do Sergipe João Alves não aceita. E nós estamos falando de bacias totalmente diferentes, uma bacia que corre lá para o Estado do Ceará, outra que corre para o Estado do Rio Grande do Norte, outra para a Paraíba, e a bacia do Rio São Francisco que não correm para esses Estados, mas estão, essas bacias, e essas problemáticas estão imbricadas diante da necessidade de água para o Nordeste.

Se nós ouvirmos o Senador da Paraíba, o nosso Cícero Lucena ele vai ser defensor aí ativo da transposição, porque ele vê como uma solução. Já pela Bahia eu sou contra, porque eu acho que se os recursos fossem aplicados melhor tanto no Nordeste setentrional, como na Bahia nós teríamos melhores condições de perenizar os nossos rios, de fazer o aproveitamento da água jusante, de procurar água de subsolo. E esses pequenos investimentos dão melhores resultados do que uma grande obra, que no fundo, nós sabemos que não vai atender aos propósitos, aos quais eles são divulgados, divulgados e divulgados. Mas tudo bem, eu

respeito a opinião, a posição do Governo, e o Governo está tocando a obra. Mas vejam, é uma bacia que não tem nada a ver com as bacias do Nordeste setentrional, mas nós estamos dentro de uma mesma região.

Então, foi por isso, e eu acho que uma região específica como o Nordeste precisa de um plano de recursos hídricos específico para a região nordestina, porque ela vive uma situação específica bastante diferente, por exemplo, da região Amazônica, bastante diferente do Centro-Oeste que tem água de sobra.

Então, eu queria que o Governo Federal se debruçasse sobre essa questão. Então, quando eu aproveitei o projeto do Senador Ney Suassuna foi achando dessa forma, até porque, Senadora, veja bem, as bacias compõem um país, as bacias compõem um Estado. Na Bahia eu fui governador, fiz planos de cada bacia do Estado, eu fiz um plano de gestão de recursos hídricos, depois englobei todos eles num plano estadual de recursos hídricos para o Estado da Bahia. E acho que esses planos todos vão se imbricar num plano nacional de recursos hídricos. Agora, nós no Nordeste temos situação específica, e queremos que haja uma prioridade. Na verdade, quando nós colocamos aqui, modificando a Lei 9.433 de 8 de janeiro de 97, foi dizendo que os planos de recursos hídricos serão elaborados por bacia hidrográfica, que poderá continuar sendo elaborada por bacia hidrográfica, por Estado e por região geográfica, e também para o País. No § 1º instituiu um plano de recursos hídricos para a região Nordeste destinada a assegurar o aumento da oferta e o manejo racional da água. Quer dizer, nós queremos dar, efetivamente, uma ênfase, chamar uma atenção, dizer que é preciso tratar de forma diferenciada o Nordeste, que a situação hídrica do Nordeste é especial, é bastante diferente do restante do País. Sem nenhum demérito às outras regiões e às outras bacias hidrográficas.

Então, por isso, Sr. Presidente, eu quero encerrar pedindo vênia à Senadora Marisa Serrano que ela possa refletir para aprovar esse projeto que não acredito que seja inócuo, acho que ele é importante e terá valia. E caso ela não concorde, aí seria solicitar vista do relato para que eu pudesse oferecer o voto discordante para tentar aprovar o projeto aqui junto com os Srs. Senadores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, primeiro, Senador César Borges que inócuo que falei--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Marisa Serrano, depois o Senador Cícero Lucena.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Foi em termos do orçamento, só do orçamento, não foi sobre o projeto.

Algumas coisas que eu acho que são importantes. Primeiro que na lei já prevê o compartilhamento de bacias. Então, mesmo que sejam bacias diferentes há a possibilidade de compartilhar as bacias nos estudos que se requeiram. E depois é tão importante o trabalho que se faz por bacias, por exemplo, que nós estamos trabalhando agora, quer dizer, o nosso País com o Paraguai, e houve até uma reunião grande próximo à cidade onde eu nasci, em Bela Vista, porque o rio Apa que transpõe duas bacias, e o Paraguai estava todo presente junto, porque também estão interessados em compartilhar bacias.

Então, eu quero dizer que a transposição também, algo que o Senador César Borges falou aqui, a gente pensa, quando fala do São Francisco, às vezes a gente pensa que estamos inovando, transposição de bacia nós já estamos fazendo. O sistema Cantareira faz uma transposição de bacia, ele está pegando água do sul de Minas, são quatro municípios do sul de Minas transpondo água para São Paulo, e está fazendo transposição. E já existe isso e fui lá ver, eu e a Marina Silva fomos lá verificar como é que se dá, e estão fazendo transposição. Quer dizer, isso já existe na prática. Principalmente, porque São Paulo estava precisando e já está utilizando isso.

Quer dizer, isso tudo é muito importante. O que o Senador César Borges está colocando aqui é extremamente importante, concordo com ele que o Nordeste precisa de uma atenção específica. Mas eu não acredito que vá ser trabalhando, principalmente por regiões geográficas que nós vamos resolver o problema do Nordeste. Eu acho que nós temos que... Esta Comissão acho que tem que trabalhar especificamente na região Nordeste para ver como é que nós poderíamos ajudar a resolver o problema. Concordo que valeria a pena nós termos uma audiência pública nesse sentido. Concordo que nós devíamos fazer uma legislação específica, mas que precisaria nós demandarmos mais estudo para não mudarmos a legislação nacional para uma região do País, porque aí nós estamos abrindo também, com a devida vênia, o caminho para retalharmos uma legislação que hoje em dia é considerada uma das mais modernas do mundo. Era uma proposta que eu queria fazer ao Senador César Borges. Se precisar retirar de pauta, qualquer outra coisa que puder ser feita, eu estou de acordo. Eu acho que o Nordeste merece uma atenção exclusiva porque é a região do país mais castigada pela secas, que mais precisa de recursos hídricos; mas eu não acho que seria prudente nós mexermos e trabalharmos numa linha que não

é a linha que o Brasil tem seguido todos esses anos, e pelo qual tenho lutado tanto, e é tão bem visto em termos de legislação de águas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, Senadora Marisa, Senador César Borges e demais Senadores, eu fico muito à vontade em tratar desse assunto, como bem disse o Senador César Borges, ex-governador da Bahia, por ter vivido a experiência também como ex-governador da Paraíba em 1994, onde chegamos ao ponto de fazer uma transposição de trem, através do trem, a água através do trem, porque no município, por exemplo, de Soledade que fica a cerca de 180 quilômetros de João Pessoa, 50 de Campina Grande, não tinha onde pegar água com carro-pipa, e essa transposição que nós fizemos através dos trilhos, quero lhe dizer que fez com que nós tivéssemos uma preocupação muito grande, porque chegamos a conviver, e esse é o grande, grande embate, não, mas faz parte dos argumentos dos a favores e os contra à transposição, de que nós tínhamos localidade, e esse foi um exemplo que tinha o feijão, mas não tinha a água para cozinhar o feijão nas casas dos agricultores, na zona rural de algumas cidades da Paraíba, daí porque a razão maior de nós sermos defensores da transposição, e hoje sermos membros também da comissão de acompanhamento da transposição que esta Casa instalou o ano passado.

E devo lhe dizer que a sua preocupação é por demais válida. Nós compreendemos a fundo essa proposta, até porque se nós analisarmos a questão do São Francisco, o compartilhamento da Bacia do São Francisco, nós vamos ver que ela extrapola, inclusive, a questão regional, até porque as suas nascentes são no Estado de Minas que não compõe o Nordeste brasileiro. Da mesma forma nós temos a preocupação de estabelecermos um projeto de gerenciamento de recursos hídricos que já é parte do projeto da transposição do Rio São Francisco, pelo menos, no Estado da Paraíba, eu cheguei, em determinado momento, ocupar a Secretaria de Planejamento, já naquela oportunidade nós discutíamos como será feito o gerenciamento desses recursos hídricos irão ser disponibilizados.

Devo dizer, Senador César Borges, que Deus me deu a oportunidade após o Governo de Itamar Franco que lançou o projeto inicial da transposição, embora, alguns dizem que está desde D. Pedro II, mas, pelo menos, que veio publicizar essa necessidade, em seguida eu substituí o Ministro Aluísio Alves do Ministério da Integração no Governo Fernando Henrique Cardoso. E naquela oportunidade, por exemplo, na Paraíba não só passava à tomada da transposição do São Francisco no interior da Paraíba, no sertão praticamente de passagem para o Rio Grande do Norte, e foi na nossa administração, nosso gerenciamento desse projeto que nós criamos o eixo leste que vem exatamente garantir ao ponto mais crítico do Estado da Paraíba, inclusive, a Soledade a condição de ter esse abastecimento. E digo mais, Senador, João Pessoa nossa capital é litorânea, é na zona da mata, é litorânea, e nós vamos ver, se Deus assim nos permitir, a cidade de João Pessoa se abastecendo com água do Rio São Francisco. A cidade de Campina Grande em 94 passou pelo risco eminente de racionamento, risco não, ocorreu o racionamento, porque um dos maiores açudes no Nordeste e o segundo da Paraíba, o Epitácio Pessoa, chamado de Boqueirão estava ameaçado de secar e não ter o volume suficiente para abastecer a cidade de Campina Grande, quanto mais as adutoras que hoje foram implantadas para abastecer Soledade, Juazeirinho e outras e outras cidades no Estado da Paraíba.

Então, daí a defesa desse compartilhamento, como a Senadora bem disse, citando algumas bacias daqui. Nós temos o próprio Rio de Janeiro que hoje bebe água do Rio Paraíba do Sul, fruto de uma transposição lá atrás. Eu discordo daqueles que consideram que a transposição vai ser a redenção do Nordeste, não, em absoluto; mas ela é necessária e fundamental para a sobrevivência humana de alguns pontos do nosso Estado.

Então, eu acho que esse assunto que temos acompanhado, inclusive, comunico aqui que no próximo dia 26 estamos fazendo uma visita através da Comissão, do acompanhamento dos recursos do São Francisco, que alguns senadores estarão indo fazer essa visita às obras, e, obviamente, que esta Comissão, se assim desejar encaminhar algum senador para o acompanhamento, será muito bem vindo.

E dizer que minha solicitação, e pelo que eu vi sempre com a ponderação, com o equilíbrio da Senadora Marisa Serrano eu também sugiro que se ela assim concordar e permitir, até foi ela quem levantou também a preocupação de nós retirarmos de pauta e fazermos uma discussão um pouco, vamos dizer assim, mais profunda sobre o assunto para que, assunto esse de tão alta relevância possa ser devidamente amadurecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador João Pedro e depois Senadora Marisa Serrano.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Vai nesse caminho aí. Eu acho que se a gente puder travar um debate lá, porque uma coisa é a lei que externa princípios, tem um componente técnico nisso. Eu peço vista pelo espírito aqui, é vista coletiva--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu sugiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vista coletiva.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): --Permita-me. Eu sugiro a vista, nós teríamos um prazo para voltar, e a retirada permite uma discussão mais ampla.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Então vamos sobrestar. É melhor.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, eu acho que se nós sobrestássemos essa proposta e chamaríamos também o Presidente da Ana, o José Machado, e nós discutiríamos aqui uma mudança na política nacional, no plano nacional. E que nesse plano nacional o Nordeste teria... Nós colocaríamos o Nordeste como prioritário na análise.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sugiro que V. Exa. Senador César Borges elabore um Requerimento convidando o Presidente da Ana para que a gente possa debater um plano de água para o Nordeste, recursos hídricos para o Nordeste, mudança na legislação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Achar uma saída que fizesse...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu aceito plenamente, inclusive, porque eu sei que a Ana já desenvolveu quase que um plano que nós queremos para o Nordeste, já desenvolveu, ela já fez um estudo com diversas intervenções. Porque como disse o Senador Cícero Lucena, a transposição é um passo, mas não será a solução definitiva. Assim também como eu quero dizer, Senador Cícero Lucena, que nunca me oporia a levar água para abastecer João Pessoa, Campina Grande, Soledade; qualquer necessidade. O que se opõe é você levar água para utilização econômica de grandes projetos de irrigação quando não está sendo utilizado ao longo do Rio São Francisco. Essa é a divergência com relação ao processo.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Principalmente a revitalização que tem que ser feita lá--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Porque o rio está... Exatamente. Mas a nossa divergência é pontual com relação a abastecer a população lá da Paraíba, que claro que seria inadmissível alguém ser contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, vamos retirar a proposição, e esperamos um Requerimento de V.Exas. para que a gente possa deliberar sobre ele.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Resolvido, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Resolvido.

O item nº 5 eu sou o relator, mas a autora não está presente. Meu voto é pela rejeição, e nós também vamos retirá-lo para que a gente possa esperar a autora, a Senadora Kátia Abreu a estar presente e fazermos um debate.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, sobre--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Era essa solicitação que eu ia fazer a V. Exa. pela ausência da Senadora Kátia Abreu, ela, inclusive, está hoje pela manhã no meu Estado, Estado do Pará, na capital Belém protocolando um pedido de intervenção federal no Estado pelo não cumprimento de mandatos de reintegração de posse já transitado em julgado no Judiciário do Estado. Então, ela como não pôde estar aqui, e faz isso não como Senadora, mas o faz como Presidente da Confederação Nacional da Agricultura em defesa dos produtores rurais que estão sem atendimento por parte do Governo do meu Estado, da reintegração de suas áreas produtivas. E ela me solicitou que pedisse a V. Exa. exatamente isso, que sobrestasse também esse item 5 para que pudesse discuti-lo na reunião da semana próxima.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está atendida a solicitação de V. Exa..

Item 6, relator Senador César Borges que altera a Lei 8.666 de 93 que regulamenta o art. 37 da Constituição Federal, institui novas licitações e contrato da administração pública e dá outras providências para determinar a obrigatoriedade da comprovação de origem de madeira utilizada em obras e serviços financiados com recursos públicos e dá outras providências.

Com a palavra o Senador César Borges. Relatoria do Senador Gerson Camata.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não, é autoria do Gerson Camata.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Autoria Senador Gerson Camata e relatoria Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois não, Sr. Presidente.

Então, a proposição acrescenta os arts. 12A e 16A, a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 93 que é a Lei de Licitações para estabelecer que a madeira utilizada em obras e serviços financiados com recursos públicos, e a madeira adquirida com recursos públicos deverão ser comprovadamente oriunda de plano de

manejo florestal sustentável devidamente aprovada pelo órgão ambiental competente.

Altera também os arts. 30 e 55 da mesma lei para adequá-los aos arts. 12A e 16A. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Compete a esta Comissão no termos do art. 102ª, inciso II A e C do Regimento Interno do Senado Federal apreciar o mérito das matérias relativas à proteção do meio ambiente, conservação da natureza e preservação, conservação, exploração e manejo de floresta. Relativamente ao mérito o Projeto de Lei em exame procura estabelecer consoante o autor da proposição o bom exemplo do Poder Público que determinará no médio e longo prazo a modificação do comportamento de importante parcela do setor produtivo e da sociedade brasileira no que se refere à conservação de seus recursos florestais. Devemos observar que diversos países, em especial, os europeus adotaram normas que determinam a aquisição pelo Poder Público de bens e serviços ambientalmente sustentáveis, as chamadas compras verdes. A argumentação para adoção de tais medidas é que o poder de compra do Estado pode, eu diria até deve estabelecer um novo padrão no mercado, de forma a tornar comercialmente interessante para as empresas a oferta de bens e serviços ambientalmente sustentáveis, já há quem fala numa econologia, uma economia derivada da ecologia. Portanto, medidas que aprimorem a Lei 8.666 de 1993 com o objetivo de incentivar o desenvolvimento sustentável, orientar o padrão de consumo pelo poder de compra do Estado são bem vindas, deve-se também salientar que o Poder Público, conforme estabelecido no art. 225 da Constituição Federal tem obrigação de preservar e proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado para gerações presentes e futuras e que o projeto atende diretamente tal preceito constitucional. Entretanto, as medidas preconizadas do atual PLS, o 247 são amplas demais se estendendo além das compras realizadas pelo Poder Público, pois abarcam as obras e os serviços levados a cabo por entidade de Direito Privado financiado com verbas públicas. O art. 37, inciso XXI da Constituição Federal regulamentado pela Lei 8.666 de 93 versa sobre os princípios que regerão as obras, serviços, compras e legislações da administração pública direta e indireta dos poderes da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios. Desse modo a proposição necessita alteração para adaptar-se aos limites constitucionais da Lei 8.666, e não abrange as atividades econômicas dos entes privados.

Portanto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 247 com as seguintes emendas. E aí encaminhamos quatro emendas, Sr. Presidente, que visa exatamente fazer a devida adaptação que nós já falamos com relação a não adentramos pelas administrações privadas que não compete a nós fazermos a regulamentação.

Então, esse é o nosso voto, esse é o relato, Sr. Presidente.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a palavra, em discussão, com a palavra o Senador Cícero Lucena para discutir.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador César Borges, me preocupa, e eu quero parabenizá-lo pelo relatório, onde o senhor toca nos pontos fundamentais da proposta inicial do Senador Gerson Camata. Mas me preocupa saber se não há uma legislação que já nos obriga a comprar madeiras só com origem justificada, devidamente ilegal. Se já existe essa legislação, se já existe a exigência para que o transporte e o corte dessa madeira, o transporte dessa madeira tem que ter a origem legal, tem que ser de forma legal, nós não estaríamos apenas reforçando a tese de que se fazem leis no Brasil para não serem cumpridas. Nós não estaríamos botando apenas mais uma legislação? Porque ela tem que ser cumprida pelo Poder Público e tem que ser cumprida pela iniciativa privada, a legalidade da compra de madeiras que tenham origem devidamente autorizada. Essa é a minha preocupação, Senador César Borges, por mais meritório que seja o projeto.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Reforçando que hoje você não pode retirar madeira ilegal.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Isso.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas ela é retirada.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): E você pode comercializá-la de forma ilegal e não é obrigado a quem contratar uma obra pública que tenha comprovação que comprou a madeira legal. Essa obrigação não existe.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas ela aqui permite, por exemplo, quem o servidor público ou a empresa contratada ela será penalizada em quê?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Ela impõe que a empresa deverá obedecer.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Deverá é muito vago.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu posso, por exemplo, ler o art. 12A. “Sem prejuízo de outros requisitos previstos nessa lei, toda a madeira utilizada

em obras e serviços financiados com recursos públicos deverá ser comprovadamente oriunda de plano de manejo florestal sustentável devidamente aprovado pelo órgão ambiental competente". Então, a lei está dizendo: "deverá". O Projeto de Lei é assim: "deverá". Então, é uma obrigação da empresa contratada para fazer o serviço público que ela mantenha ali as comprovações da origem dessa madeira que seja de manejo florestal sustentável. Agora multa, a aplicação poderá o órgão público, claro, suspender o contrato, penalizar a empresa, caso ela esteja comprando madeira que não seja dessa origem florestal sustentável.

O art. 16A: "Sem prejuízo de outros requisitos previstos nessa lei, toda madeira adquirida com recurso público deverá ser comprovadamente oriunda de plano de manejo sustentável devidamente aprovado pelo órgão ambiental competente".

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): A minha preocupação é quem vai fiscalizar a execução dessa lei são os mesmos que já têm a obrigação de fiscalizar a questão ambiental, que, inclusive, tem uma pena maior do crime ambiental de quem, efetivamente, provocar o desmatamento ou o uso da madeira que não seja devidamente autorizada.

Então, eu fico muito preocupado. Eu acho que a intenção do autor é muito importante. O senhor como relator se preocupou com alguns detalhes que são fundamentais que aprimoraram o projeto. Mas eu não posso deixar de registrar essa minha preocupação, porque, de repente, nós estamos fazendo mais uma legislação que, em tese, já estaria contemplada, e mais ainda, estamos botando para fiscalizar os mesmos que teria a obrigação de fiscalizar a questão maior que é o desmatamento ilegal.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Veja bem, eu vou insistir, Senador Cícero Lucena. Porque o órgão contratante é que estará fazendo a fiscalização. Então, uma prefeitura municipal, um Governo do Estado, o Governo Federal contratou determinada obra, nessa obra você está utilizando madeira, é o órgão que contratante que vai fiscalizar a contratada para que utilize madeira sempre com comprovação da sua origem. Não é o órgão ambiental, nem o IBAMA; quem vai fazer é o órgão contratante, nesse caso aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, encerrada a discussão. Colocar em votação a matéria. Os Senadores que concordam com o relatório do Senador César Borges, permaneçam como estão. Aprovada a matéria.

A matéria vai à CCJ. E será na CCJ terminativa.

Eu anuncio que os próximos itens são terminativos, nós não temos quorum para deliberação. Portanto, está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 12h59

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2009, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia doze de março de dois mil e nove, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador RENATO CASAGRANDE, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores JOÃO PEDRO, CÍCERO LUCENA, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, ALMEIDA LIMA, ADELMIR SANTANA, MARIA DO CARMO ALVES e FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Presentes também os Senhores Senadores LOBÃO FILHO e IDELI SALVATTI não pertencentes à Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01/2009-CMA, de sua autoria, com a finalidade de debater "a proposta de diretrizes para leilão de contratação de energia de reserva – fonte eólica, tendo em vista a Portaria nº 52, de 10 de fevereiro de 2009 do Ministro de Minas e Energia". Comparecem os seguintes convidados: Edvaldo Alves de Santana – Diretor Geral interino da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Ivan Marques de Toledo Camargo – Professor Titular de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília (UnB); Sérgio Marques – Conselheiro da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEÓLICA); Paulo Mayon – Diretor Presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE) e Ana Lúcia Dolabella – Assessora da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores IDELI SALVATTI, FLEXA RIBEIRO, CÍCERO LUCENA, JEFFERSON PRAIA e LOBÃO FILHO. EXTRAPAUTA são deliberados os requerimentos a seguir relacionados. REQUERIMENTO Nº 4, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO, que "requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização por esta Comissão de audiência pública com o intuito de discutir a utilização de fontes alternativas de energia renováveis, sendo que a lista de convidados para a audiência pública será definida posteriormente, mediante sugestões dos integrantes

desta Comissão". Autoria: Senador CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado. REQUERIMENTO Nº 5, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO, que "requer nos termos do art. 73, combinado com o art. 76, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação dos trabalhados da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, pelo período de um ano, mantido o mesmo número de membros". Autoria: Senador CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado. REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO, que "requer nos termos regimentais, que seja feita comunicação conjunta oriunda desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da Comissão de Ciência e Tecnologia ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, a Excelentíssima Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil Dilma Roussef e ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia Senhor Edison Lobão, manifestando o entendimento das duas Comissões de que é oportuna e conveniente a utilização de aquecimento solar da água das residências populares a serem construídas no âmbito do programa de construção de casas populares anunciado recentemente." Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado. REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO, que "requer a realização de Sessão Solene no dia 24 de março do corrente, no Congresso Nacional, em comemoração ao Dia Mundial da Água". Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA EM 12/03/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Gente, vamos dar início, havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Os senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada.

Bem, essa reunião destina-se à realização de Audiência Pública com o objetivo de debater a proposta de diretrizes para leilão de contratação de energia de reserva, a fonte eólica, tendo em vista a Portaria 52, de fevereiro de 2009, do Ministério de Minas e Energia. Estão aqui presentes conosco o Sr. Edvaldo Alves de Santana, Diretor da ANEEL; Ivan Marques de Toledo Camargo, Professor da Universidade Nacional de Brasília; Paulo Mayon que é da ANACE, Associação Nacional de Consumidores de Energia; o Sérgio Marques que é Conselheiro da Associação Brasileira de Energia Eólica, ABEÓLICA.

Estamos aqui esperando a representante do Ministério do Meio Ambiente, acabou de chegar, Dra. Ana Lúcia, seja bem vinda, por favor. Dra. Ana Lúcia. E não compareceram, justificaram a ausência, representantes da Empresa de Pesquisa de Energia, está certo? Então, nós estamos, no momento, concorrendo com uma grande Audiência Pública, onde o Ministro da Justiça está presente, discutindo o caso Cesare Battisti. Vamos, então, fazer a nossa reunião, porque nós temos prazo, tem o prazo de 15 de março, que é para definição desse termo de referência para publicação do edital.

Nós achamos isso já um avanço, independente de ajuste do termo de referência, de como vai ser o edital, eu acho que o governo tem avançado na publicação, na definição de um edital específico de energia eólica. Para nós já é um avanço importante. Nós que trabalhamos e militamos na ampliação de fontes renováveis e alternativas do nosso país, para que a gente mantenha uma matriz energética, um bom perfil ambiental, achamos isso muito adequado. Só informar também a vocês que nós estamos fazendo diversas gestões junto ao Governo Federal para que, neste programa de habitação popular, nós possamos ter o governo adotando como critério o aquecimento de água pela energia do sol, porque acho que seria uma forma da gente popularizar, da gente estabelecer uma produção em escala maior, de placas de aquecimento solar.

Então, já conversei com o Presidente Lula, já conversei com a Ministra Dilma, com o Ministro Edison Lobão, já encaminhamos diversos documentos, tanto documentos meus, pessoais, como da Comissão de Fiscalização e Controle, Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, como da Comissão de Ciência e Tecnologia. Então, estamos fazendo diversas gestões para que nós possamos avançar neste assunto também do aquecimento de água por energia solar. Pelo sol, acho que isso é uma oportunidade que nós temos no nosso país, o governo pode dar um passo importante. Mas o nosso tema hoje é eólica, não é aquecimento solar, é eólica. Queremos, então, fazer essa audiência e poderíamos na ordem, talvez, começarmos ouvindo o Diretor da ANEEL, Dr. Edvaldo, para que ele possa falar.

O tempo concedido são 10 minutos, mas não tem problema gastar menos e não tem problema gastar mais também, está certo? Chegou a Senadora

Ideli, eu a convido para se posicionar aqui na Mesa, porque nós trocamos hoje, os Senadores aqui, e os convidados lá. Então, o Diretor Edvaldo, com o tempo que achar necessário, sabendo que a gente tem aqui a necessidade de rapidez.

SR. EDVALDO ALVES DE SANTANA: Claro, claro. Exmo. Senador Casagrande, Presidente da CMA e Exma. Senadora Ideli Salvatti, de Santa Catarina, Estado onde moro há 35 anos. Bom, a ANEEL vê com bastante empolgação a idéia de aquisição de energia de fontes eólicas. A rigor, em 2007, já foi realizado um leilão de fontes alternativas em que, infelizmente, não foi bem sucedido, foi muito pouca energia comercializada, mas já foi um primeiro passo. Esse passo agora, eu acho que, por ser um leilão específico para energia eólica, acho que já vai ser uma coisa mais organizada.

Obviamente que a Empresa de Pesquisa Energética poderia falar com maior propriedade sobre as diretrizes que estão disponíveis no site da ANEEL, mas eu posso falar alguma coisa também sobre ela. Na realidade, vai ser um leilão, como eu já disse, para contratar energia de fonte eólica. O preço final dessa energia vai ser o preço que vai ser cobrado, os leilões em geral, eles são realizados com um preço teto, dali em diante começa um preço descendente. É muito provável que esse seja assim também, e não temos ainda qual vai ser a sistemática do leilão.

Porém, uma coisa é importante, por ser esse caso, específico para energia eólica, vai ser uma contratação do tipo energia de reserva, ou seja, energia de reserva é um tipo de contrato, foi feito um leilão recente para a biomassa, também como um leilão de reserva, que é uma energia que fica, está sempre disponível para o operador, para despachar. E isso aumenta o total da garantia física do sistema interligado como um todo. Embora, e isso é uma característica importante, ela não sirva de lastro para contratos de revenda de energia. É como se o governo tivesse comprando energia, o consumidor vai comprar e quem vai fazer uso dessa energia é o operador do sistema. Isso é importante. Isso é uma característica de energia de reserva. Isso, embora ela tenha um preço e tal, mas ela não tem compromissos com o contrato, e sim, compromisso com a segurança do sistema elétrico como um todo.

No mundo inteiro, tem se expandido, de forma bastante acentuada, o parque de geração por meio de eólica. Estará disponível no próprio site da ANEEL uma nota técnica, que mostra em diversos países como isso tem acontecido, mas hoje já tem, no mundo inteiro, mais de 150 mil megawatts instalados de energia eólica. Sendo as maiores capacidades as da Alemanha, Dinamarca, Espanha e Estados Unidos. Hoje, tem um pequeno problema em todo mundo que, como a energia eólica, relativamente, é mais cara do que outras fontes... Na União Européia, por exemplo, onde se utiliza muito hoje, tem um déficit tarifário, ou seja, a tarifa de energia elétrica não cobre o custo da eólica, significa que tem um déficit, em 2007 esse déficit era de cerca de 8 bilhões de euros, coisa que dificilmente aconteceria aqui, porque aqui no Brasil todo o custo da energia é pago pelo consumidor.

Bom, mas hoje, nós fizemos aí uma série de leilões e contratamos energia térmica a óleo, com certeza mais cara do que energia eólica. Então, se nós contratamos em leilão, energia térmica a óleo, que é mais cara do que a eólica, então, é bastante plausível se contratar a eólica, pelo menos, na capacidade que foi contratada das térmicas a óleo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. EDVALDO ALVES DE SANTANA: Não, não, não está definida. Aí é o que eu falo agora sobre edital. Aqui apenas a portaria do Ministro, mais a nota técnica, definem apenas diretrizes para o edital, que vai ser elaborado pela ANEEL. E aqui outro aspecto. Esse edital, também a ANEEL coloca em Audiência Pública por mais um tempo. Ou seja, então, além dessa Audiência Pública, dessa portaria, tem outra oportunidade de uma discussão mais ampla, quando nós colocarmos o edital em Audiência Pública. Aí sim, vai ter o preço, vai ter como as usinas vão se interligar, as garantias exigidas, ou seja, os detalhes técnicos estariam no edital. O edital também já vai ter a sistemática do leilão, como vão ser os leilões e etc.

Em resumo, a idéia posta é excelente, eu acho que o Brasil precisa cada vez mais de expandir. Hoje é o país que, talvez, mais tenha geração de energia com fontes renováveis e fontes renováveis, além disso, eólica com a quantidade de vento que nós temos, é excelente, eu acho que não faz sentido o Brasil, nas condições atuais, ter tão pouca energia eólica, comparativamente a outros países. Então, nós na ANEEL, somos grandes incentivadores disso e, à medida que a gente tenha essas diretrizes aprovadas e o edital, nós podemos discutir com muito mais detalhes a proposta. Por enquanto eu fico só nisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Edvaldo. E passo a palavra para o Ivan, Professor da Universidade Nacional de Brasília.

SR. IVAN MARQUES DE TOLEDO CAMARGO: Senador Casagrande, é uma honra para mim estar aqui, Senadora Ideli, é um prazer. Falar sobre energia eólica aqui no Senado eu considero importantíssimo, só que é difícil falar depois do meu amigo, Professor

Edvaldo, porque ele falou, mais ou menos, tudo o que eu teria para falar. Foi bem preciso, mas eu combinei com o Roberto que me fez o convite, de uma pequena apresentação de cinco minutinhos, cinco minutinhos só para deixar claro dois pontos, que eu acho importantíssimos nesse edital e nesse processo.

Então, como o professor não aguenta falar um pouquinho do histórico, a gente tem que mostrar claro, como está a evolução da energia eólica no mundo e a próxima transparência mostra isso e esse crescimento exponencial mostra que o Brasil vai ter energia eólica em breve. O mais importante que eu considero é a gente se preparar para isso. A gente tem que se preparar para entrar nesse mercado mundial que é crescente e exponencial. Está certo? O próximo slide mostra o potencial brasileiro que é enorme também, 140 gigawatts de potência que a gente pode instalar, isso no atlas antigo, pode ser maior ainda o potencial. Então, o potencial do Brasil é enorme, temos tudo para entrar nessa onda que, na minha visão, é irreversível, está certo?

E aí tem que falar também no próximo slide das dificuldades. Não é só sonho, energia eólica, a maior dificuldade é que não armazena vento, não armazena energia elétrica. Gerou tem que usar, como o Edvaldo falou, o operador vai ter que batalhar com essa história de você... O vento está passando, você usa aquela energia, porque você não consegue armazenar. Então, essa é uma dificuldade real e, evidentemente, o consumo da energia elétrica não tem essa... A gente consome na hora que a gente liga a luz, liga o chuveiro, liga o ar condicionado. Além de tudo, o vento varia, e quando varia a potência gerada varia com o [ininteligível] do vento.

Se o vento variar 10, a potência vai variar 1000. Então, é uma variação interessante, importante, tem que se levar em consideração e, mais importante de tudo, como foi falado pelo Edvaldo também, a energia eólica ainda é uma energia cara. Com todas as dificuldades, eu ainda tenho que falar para os senhores quais são as características no Brasil. E o próximo slide fala disso que, exatamente, são as nossas vantagens competitivas. A energia não consegue se armazenar. Mas nós, no Brasil, temos uma característica muito particular, que nós temos água, isso vale uma fortuna. Então, aquela dificuldade da energia eólica, no Brasil, ela é remediada, ou diminuída, pela acumulação de energia nos nossos reservatórios, que a gente tem que prezar muito porque vale uma fortuna para o Brasil.

A questão do preço, que é outra dificuldade sensível, não é, no caso da energia eólica. É cara, ainda está cara e não tem diminuído muito o preço. No Brasil, na situação atual, nós estamos contratando energia muito mais cara, nós estamos contratando nos leilões, nos últimos leilões, uma porção gigantesca de energia a óleo combustível, 400 reais megawatt/hora em algumas estimativas. Portanto, bem mais cara que energia eólica, e como disse o Senador Casagrande no início da reunião, nós temos que manter a característica do nosso setor elétrico, referência mundial, em termos de energia renovável. Então, apontar nessa direção de energia eólica, no meu entender, pelo potencial, pelo crescimento no mundo, é indispensável.

E aí são os pontos que eu queria levantar, rapidamente, são algumas propostas que estão no próximo. Eu acho que essa discussão tem que ser feita aqui, tem que ser feita no Senado, porque a gente tem que pensar no longo prazo, você tem que pensar em 20 anos. Tem que pensar, eventualmente, em mudança de governo, a mudança de governo não pode provocar mudança no rumo do planejamento energético do país, portanto, o lugar certo de discutir é aqui, por isso eu me sinto tão honrado, de ter sido convidado para esta discussão. Projeto, portanto de longo prazo, discutido com todos os partidos, aqui no Congresso Nacional.

E outra coisa que eu acho fundamental, aí puxando a sardinha para o meu amigo Edvaldo que é o Diretor Geral da ANEEL hoje, é indispensável que tenha regularidade nas regras, que é a única forma da gente conseguir alguma modicidade tarifária, está certo? Não adianta, não tem milagre. Portanto, essa constância, esse pensar no longo prazo é em defesa do consumidor. Para encerrar, então, eu ainda faço uma proposta. Os Estados Unidos estão fazendo um programa gigantesco, enorme, de energia eólica, 300 gigawatts em 20 anos. A gente podia ter uma coisa parecida, nós temos o consumo de 10% nos Estados Unidos. Por que não pensar 30 gigawatts? 30 gigawatts nos próximos 20 anos.

Eu acho que seria uma sinalização fantástica porque nós temos carga para isso. As possibilidades, nós temos outras possibilidades também, mas aumentar a forma de energia, a diversidade da nossa matriz é positivo, é interessante. E, na situação atual, por incrível que pareça, é mais barato. Então, teríamos que ter um plano de longo prazo que garantiria a modicidade tarifária, que eu acho que todos nós estamos procurando. Finalmente, em termos desse edital, o que eu acho importante no edital, que o Ministério tenha, e a ANEEL tenha muito cuidado, é que garanta a competição, garanta a competição e muitos atores. Se tiver uma competição equilibrada entre os atores, de alguma forma, vai sair o preço que seria o mais razoável para o consumidor.

Então, o que eu proporia nesse negócio? Pensar não edital, mas pensar em longo prazo, além disso,

garantir nesses editais que várias empresas teriam acesso a isso aí. E esses eram os dois pontos que eu queria falar. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado o senhor pela sua contribuição. Dr. Paulo Mayon da ANACE.

SR. PAULO MAYON: Senadora Ideli Salvatti, Senador Cícero Lucena, queria cumprimentá-los, e agradecer pelo convite. O Dr. Sérgio fez uma solicitação de trocar a fala comigo, porque ele trouxe uma apresentação também no computador e, como o consumidor é que paga a conta, eu não me incomodo em falar por último, porque eu acho que eu tenho muita coisa para falar, e eu acho que eu vou poder explorar os pontos que forem colocados pelo empreendedor que ele vai vender energia.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dr. Sérgio, então, com a palavra.

SR. SÉRGIO MARQUES: Obrigado Senador, obrigado Paulo. Primeiro gostaria de agradecer, senador, pela oportunidade de posicionamento da Associação, é uma tecnologia nova, é um espaço novo que nós estamos tentando, há um longo tempo, conseguir no Brasil, particularmente, eu já estou há 10 anos trabalhando com energia eólica no Brasil, já vivi tempos bons, tempos ruins. Tempos bons, tivemos aí um alívio em 2004 que foi o PROINFA, contratamos 1426 megas, boa parte deles estão implantados, outra boa parte vai estar implantada. A energia eólica sofre muitos preconceitos que, na realidade, deviam ser determinados como “pré conceitos” infundados.

E eu gostaria aqui de passar alguns pontos de como a Associação vê. Nós já estamos há 4 anos. Vai fazer 5 anos, sem contratação no Brasil de energia eólica. A última contratação foi em julho de 2004, porque o único ambiente que houve, de energia eólica, foi o PROINFA, desde então, muito bem falado pelo Professor Ivan. E fica um questionamento, que eu gostaria até de que os senhores me respondessem, no final da apresentação. Por que é bom para todo mundo, e é ruim para o Brasil? Esse é um ponto que a gente vinha falando com a EPE. Por que os Estados Unidos, Alemanha, toda a Europa, a China, a Índia, estão caminhando fortemente para a eólica, inserindo energia eólica?

Somente no ano passado, nos Estados Unidos foi 8700 megas de energia eólica, que correspondeu a 57% da inserção de nova energia no grid americano e, no Brasil, ela é tão desconsiderada? Então, eu gostaria de passar, mostrar um pouco o panorama de energia no Brasil hoje. O plano decenal de energia elétrica, da EPE, que seria importante a EPE estar aqui também... Nós sentimos falta da EPE em vários dos discursos, em várias discussões nós sentimos falta da EPE. Infelizmente, nós estamos falando e não estamos sendo ouvidos. Com um PIB de 4 a 5%, nós precisaríamos de uma inserção média de 2800 a 3175 megawatts médios. Numa revisão do PIB, que já foi feita pela própria EPE de 2 a 3%, um crescimento de 2 mil a 2700 megawatts médios anuais.

Isso nós já estamos considerando nessas apresentações: A redução do PIB brasileiro, haja vista a crise internacional. Ainda estamos com um cenário, para alguns, otimistas; outros, realistas, mas um crescimento de PIB na ordem de 2%. Próximo.

Essa seria hoje, o slide não ficou... Mas a capacidade instalada do Brasil, principalmente hidroelétrica, é a parte maior, não está... Eu acho que não... Será que não aparece, o próximo, não? Não, não é. É porque ficou transparência. Mas, basicamente, eólica é aquele filetezinho menor, Senador. Hoje é 0,27% da matriz energética brasileira. Aquele grande é hidroelétrica, o segundo maior é termoelétrica.

Então, hoje nós temos uma capacidade instalada de 76% de hidroelétricas. Dr. Edvaldo pode me corrigir se eu tiver... E o restante, 23%, 24% de termoelétricas... Vai gás, biomassa, PCH, nuclear... Então, infelizmente ficou bem maior, senadora, bem maior. A nuclear, hoje, corresponde... Se não me falha a memória, 2,5% da matriz energética brasileira, ou seja, dez vezes mais. O próximo, por favor.

Aqui um pouco o grid, como ele está separado, em termos a divisão de submercados, Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, a interligação é um ponto importante, senador, para os próximos anos, principalmente como consumidores. Acho que o Paulo vai falar lá na frente, a interligação de mercados, para que não haja diferença entre submercados. Isso aumenta a factibilidade de eólica, de poder vender, no submercado Sudeste, energia eólica que, principalmente, é gerada no submercado Nordeste e, hoje, com essa divisão de submercado, existe uma diferença de preços, que o gerador arca. E sempre que o gerador arca, senador, isso reflete em tarifa. Minimizando as distorções, muitas vezes, distorções de legislação, isso impacta em tarifa.

Então, acho que isso também é um ponto que o legislador está buscando junto com a ANEEL, já existem pleitos de unificação do sistema interligado. Acho que é uma coisa que o Paulo vai falar mais na frente, não gostaria de me posicionar. O próximo, por favor.

Hidroeletricidade, eu gostaria de passar cada uma das fontes, mostrar o nosso posicionamento. Os reservatórios são fundamentais para outras fontes de energia, integra o sistema, são fontes sazonais, intermitentes. Infraestrutura virtual de armazenamento, é

isso que o Professor Ivan falou. A hidreletricidade hoje, no Brasil, o perfil de hidreletricidade é totalmente complementar com eólica.

Então, quando chove não venta, quando venta, não chove. O Brasil tem uma dádiva, ele é um dos poucos países do mundo, onde a complementaridade é altamente acentuada, destacada. Então, hoje nós conseguimos armazenar energia eólica nos reservatórios das hidroelétricas. Então, quando você está no período entre chuvas, que você... Não está chovendo, seco, você consegue armazenar água e gerar hidroeletricidade com vento. Essa sazonalidade, essa complementaridade é um dos grandes pontos da energia eólica do Brasil, e ela está sendo sub aproveitada, ela não está sendo destacada na matriz energética brasileira.

Hoje nós temos um sistema que vem crescendo... De hidrotérmico, quando não chove, liga a térmica, quando chove desliga a térmica. Existe um ditado no setor energético brasileiro que hoje a gente depende de São Pedro e da PETROBRAS. Se não chover, tem que chamar a PETROBRAS para gastar combustível, se chover, São Pedro está ajudando. Então, a eólica ela entra, exatamente, nessa complementaridade, entre a hidráulica e a térmica. Nós não somos concorrentes de hidroeletricidade. A eólica não quer ser matriz energética no Brasil.

Quando a gente... Um dos pontos que a gente vem falando muito e quando, em várias apresentações mostram o potencial de energia eólica de 140 gigas, dez vezes Itaipu. A potência instalada do Brasil hoje é de 102 mil megawatts. Nós temos o total conhecimento de que a energia eólica é uma energia complementar, ela é uma energia complementar à hidroeletricidade. Nós não queremos ser matriz energética, não existe essa pretensão da eólica. O que nós temos que determinar e aí, sim, uma política de longo prazo, é: Qual é o tamanho da energia eólica na matriz energética brasileira? Isso é o principal. Vai ser 5%, vai ser 10%?

É essa a discussão que a gente gostaria de encaminhar, em cima de uma perspectiva de longo prazo. Esse daqui é um pouco... A fonte ANEEL, mostrando um pouco a escassez de projetos hidráulicos, como é que está a situação hoje, muitas vezes aqui vai estar a representante do Ministério do Meio Ambiente... [soa a campainha].

Então, colocando a conta na quota do Ministério do Meio Ambiente, que não está licenciando hidroelétricas, e por causa disso entra termoelétricas. Eu não acho que isso seja correto, não é o posicionamento da Associação. Deveria se explorar mais novas tecnologias, do que inserir termoelétricas, opções há. Também não se pode, hoje, licitar grandes reservatórios com grandes impactos ambientais. Nós somos contrários. Então, a eólica vê que tem que haver um encaminhamento da hidroeletricidade crescendo, corretamente, dentro de reservatórios bem dimensionadas, complementares à energia eólica. Ou seja, as duas andando casadas. Podia passar para o próximo, por favor?

Esse é um pouco da regularização de oferta entre eólica e hidráulica, mostrando a carga e o crescimento da hidroeletricidade. Então, pode-se ver que vai haver mais carga consumidora do que hidroeletricidade daqui para frente. E essa diferença tem que ser complementada. Próximo, por favor. Gás natural, algumas dificuldades geopolíticas no Brasil, aspectos aí de atrasos de equipamentos, alguns gargalos no GNL, essa é a realidade do gás natural. Próximo, por favor.

Carvão importado, basicamente, a EPE nos últimos leilões tem priorizado muito óleo combustível e carvão importado. Nós estamos importando poluição, a realidade é essa. Enquanto os países estão comprando crédito de CO2 para amenizar as suas emissões, o Brasil está importando poluição. Tem dito aí, para vendedor e gerador, que esse carvão é menos poluente. É engraçado que é o mesmo carvão que era lá de trás, hein, agora ele se tornou menos poluente. O próximo, por favor.

Energia nuclear, é um viés que tem que ser desenvolvido no Brasil, entendemos que a diversificação da matriz energética brasileira é necessária. Não há que haver uma concentração em uma ou duas fontes, como há hoje, em hidroeletricidade e termoeletricidade. A gente costuma dizer que a matriz energética brasileira é de piscina rasa, cabe para todo mundo, criança, velho, adulto... Então, cabe nuclear, cabe termoelétrica, cabe eólica, tem que se determinar, sim, os percentuais de cada uma. Próximo, por favor.

Óleo combustível, que foi falado aí... Uma contratação que o Dr. Edvaldo, grande, de óleo combustível, nos últimos leilões, que tem impactado o preço. Eu vou deixar, senador, um estudo que foi feito pela ABEÓLICA. E esse estudo foi que subsidiou o Ministério à contribuição da ABEÓLICA à EPE no leilão de... Para a formatação, até o dia 15, do leilão de eólica. E esse estudo foi feito pela PSE, que é uma consultoria respeitada no setor, Dr. Mário Veiga, nós contratamos ele desde o ano passado, rodamos duas mil séries de new wave. E hoje, eólica não é cara, pelo contrário, ela barateia a energia.

Nós conseguimos provar que, com a inserção de eólica no longo prazo, determinamos um cenário de 400 megas médios, por ano, nos próximos 10 anos, e o que esses 400 megas médios, por ano, nos próximos 10 anos, impactariam? Foi rodado o new wave que é o software do Sistema Elétrico Nacional, fizemos duas mil séries de vazões hidroelétricas para a fren-

te. E quais foram as conclusões? Eólica reduz em 15 reais o PLD, que é o preço de liquidações diárias, que isso é para os consumidores livres é muito importante, isso é custo, isso é modicidade tarifária. Reduz em um bilhão e 200 milhões de reais, por ano, os custos de termoeletricidade, porque a eólica, ela... Como é hoje o sistema? Hídrica, quando não chove liga a térmica. A eólica, ela entra nesse meio e desloca a térmica, ou seja, aciona menos a térmica.

Se você for comparar a tarifa de eólica, hoje, que é uma tarifa que nós estamos falando na casa de 200, 220 reais, com uma termoelétrica funcionando, que é algo em torno de 520 a 600 reais, e o tempo em que elas funcionam, hoje, a eólica barateia a energia no Brasil. Então, nós acabamos com o mito de que eólica é cara, que a eólica não é para o Brasil, que está sendo feito um leilão pela matriz energética. Hoje, nós conseguimos provar para a EPE, e esse é o viés de modicidade tarifária, que a eólica está barateando a matriz energética. Esse estudo eu vou deixar com o senhor, eu acho que a senadora já teve acesso.

Então, poderia passar para o próximo... Esse é o balanço de mercado, vamos mais para frente um pouquinho, o próximo. Esse é um ponto importante. Esse é o PDE, senador. Que é hoje, o PDE, o plano de desenvolvimento energético da EPE. O novo PDE está em discussão, que é o plano de inserção de tecnologia. Se o senhor olhar, a eólica está com uma previsão de inserção, no longo prazo, de 0,2% da matriz energética brasileira. Então, a EPE continua não olhando para a fonte eólica. Então, existe, e esse era um ponto da EPE estar presente. Por quê? Num documento oficial dela, ela coloca a inserção de 0,2% e, ao mesmo tempo, faz um leilão. Qual é o tamanho desse leilão? Qual é o tamanho desse leilão? Que tamanho vai ser esse? Fazer um leilão para contratar 200, 300 megas? Não vamos trazer indústria, não vamos ter continuidade, vai frustrar o mercado e não vamos ter... Mais uma vez, vamos perder a oportunidade de inserir a eólica.

Então, mais importante agora, do que discutir se vai haver, ou não, leilão, é discutir como vai ser o leilão? Qual é o tamanho, qual é a regra, qual é o volume, isso é importante. Isso é importante para o setor, para ter a visão de continuidade. E como bem falou o Professor Ivan, não basta ser um leilão isolado. O que aconteceu no Brasil com o PROINFA? Tivemos uma contratação em 2004, claramente foi dito pelo Ministério, pela então Ministra Dilma, e pela Assessoria, pela coordenação de energias renováveis que não haveria nova contratação, se não houvesse a implantação do PROINFA. E isso frustrou totalmente o mercado. Vários empreendedores, vários fabricantes de equipamentos. E a gente vai mostrar o que o impacto de emprego e renda, que viriam para o Brasil e tinham essa pretensão, foram parar nos Estados Unidos, que incentivaram fortemente a eólica.

Então, a indústria vem, a indústria responde, desde que haja uma sinalização. Quando existe uma sinalização de que vai haver uma regularidade de contratação. Se vai ser por menor preço, se vai ser uma concorrência de vários projetos, que isso é salutar, isso não importa. O que precisa é determinar um horizonte. Modicidade tarifária é fundamental. Leilão é um dos instrumentos que consegue trazer modicidade. Eu acho que, nesse sentido, a Associação e a EPE estão convergentes, mas precisamos ter uma visão de longo prazo, não ficar unicamente, como foi o PROINFA, e repetir os erros do PROINFA. Eu acho que não precisamos repetir os erros do PROINFA.

E um dos erros principais foi a falta de continuidade do programa eólico. E isso aqui é muito ruim, senador, porque num documento oficial a EPE coloca, claramente, para o mercado, e um investidor estrangeiro, um diretor de SIEMENS, um diretor de GE, ele pega um documento oficial e se baseia nisso. Não adianta discurso, ele acha que esse é o ponto de partida. E ele fala: “Como é que eu posso investir numa fábrica no Brasil, em que a política energética prevê uma inserção de apenas 0,2% de energia eólica?” Então, isso é um sinal trocado. É importante a EPE também unificar o discurso. Os documentos oficiais que saem da EPE estão totalmente distintos, divergentes do discurso atual da instituição.

Podia passar o próximo, por favor? A energia eólica no mundo, acho que o Professor Ivan mostrou um pouco o crescimento. O crescimento da indústria eólica tem sido, na média, de 25% ao ano. Uma média de 25 a 27% ao ano, é uma das tecnologias que mais crescem. Ponto importante, senador. Só existem hoje duas tecnologias no mundo que reduzem de preço: Eólica e solar. São as duas tecnologias que, com o aumento da tecnologia, com o aumento da capacidade de produção, elas estão diminuindo drasticamente de preço. Se você for analisar todas as outras tecnologias: Nuclear, carvão, hidroeletricidade... Existe um crescimento contínuo no custo de geração, de equipamentos. Então, crescimento em eólica, volume em eólica, se reflete em preço.

Programas acanhados custam caros. Programas de longo prazo, como nos Estados Unidos, como na Europa, trazem a factibilização da tecnologia. Isso é o histórico que tem se visto em todos os países do mundo. No Brasil não deveria ser diferente. Próximo. O potencial eólico já foi falado pelo Professor Ivan, 140 gigas. Nós estamos, existem várias ações pontuais, como agora São Paulo está fazendo o atlas eólico do

Estado de São Paulo, Ceará está fazendo a revisão do atlas eólico, Rio Grande do Norte, a revisão do atlas eólico, Maranhão fazendo atlas eólico, esse é o atlas eólico do Brasil.

Acreditamos que esse potencial vai crescer e vai ser mais determinativo, com essa determinação de novos atlas eólicos pontuais. Próximo.

Essa é a complementaridade. Dá para ver claramente a vazão do Rio São Francisco em detrimento às chuvas e ventos. Ou seja, quando chove não venta; quando venta não chove. Esse é um ponto que a gente tem que usar muito. Isso é custo, quando o consumidor, essa sazonalidade de tecnologias, isso se reflete em custo. Então, esse é um ponto forte que tem que ser absorvido pela tecnologia no Brasil. Próximo.

Outro ponto, senador, pode passar, por favor. A inserção de eólica no mercado livre. O senhor tem um Projeto de Lei, que é o 379, que está andando aqui na Casa, que é de fundamental importância para a eólica. A tecnologia eólica não pode ficar apenas a reboque de mercado regulado. Tem que ser viabilizada a energia eólica no mercado livre. O seu projeto é aumentar o incentivo da TUSD, aumentar o incentivo da TUSD, ou taxa de fio. A gente vai mostrar esse impacto aqui. E viabilizar ela no mercado livre. Então, a eólica, hoje, com aquela sazonalidade que nós mostramos, é complementar à hidráulica, ela é totalmente factível a ser vendida no mercado livre. Desde que haja factibilização. Próximo, por favor.

O crescimento do mercado livre, isso aqui é o que o Paulo vai falar, hoje já é 27% da matriz energética, ele vem crescendo consideravelmente desde 2003 até agora. Esse é um ambiente de contratação que a energia eólica precisa entrar também. Próximo, por favor.

A venda ao consumidor final. Hoje nós temos quatro tarifações, desde gerador até o consumidor, TUSD, TUST, [ininteligível], para chegar ao consumidor final. Próximo, por favor.

Aqui a gente trouxe, senador, um exemplo prático do que está acontecendo no Brasil. Essa é uma conta de luz de um cliente A4, submercado Sudeste. O que ele está pagando hoje pela energia dele? Se o senhor for ver, ele, reais/megawatt, ele está pagando 421 reais por megawatt/hora. Quando a gente fala aqui de uma eólica custar 200, 220. E não estamos conseguindo viabilizar essa tecnologia no Brasil. Nós estamos falando de uma tarifa, que é metade da tarifa que o consumidor final paga.

Ninguém está falando aqui na inserção de uma tecnologia que seja 20, 30, 50% mais cara do que a energia que o consumidor paga. Nós queremos a viabilização de uma tecnologia, que é metade do que o consumidor paga e ainda não conseguimos. Pode ser... O próximo, por favor.

Por que não conseguimos? Isso aqui é a tarifa hoje, senador. Tarifa média mensal. Como é que ela está decomposta? 30% da tarifa são encargos de fio, distribuidora, remuneração de ativo de distribuidora, 30%, perdas técnicas, perdas comerciais. Encargos setoriais: 8,36%, CCC, CDE, PROINFA, perdas. 38% do custo final de energia é a energia. 22% são impostos: ICMS, PIS, COFINS, Contribuição Social sobre o lucro líquido, Imposto de Renda. Então, hoje nós estamos ali em 38%, e não conseguimos ainda viabilizar uma tecnologia. Próximo, por favor.

Isso aqui é um exemplo, senador, bem claro, um distribuidor Sudeste A4. Quem é o cliente A4? São os clientes que estão conectados na mais baixa tensão, que estão dentro de centros urbanos, que tem a tarifa mais alta. Vamos dizer, shopping centers, agências bancárias, hotéis. Então, esse tipo de cliente que quer consumir uma energia mais barata e não consegue. Por quê? Se o senhor pegar, hoje, o mercado como ela está, e essa tarifa de 276 reais mais os impostos e fica em 367. Se a gente só pegar o que é a energia com os encargos setoriais e TUSD, nós vamos ver que, 160 reais é a tarifa, 86 reais é TUSD, tarifa de uso, que é o que o seu projeto quer isentar, o seu projeto, a proposta é, exatamente, a última coluna. E 29 reais são os encargos setoriais.

Hoje, como é que nós estamos? Uma redução de 50% da TUSD, isso vai para 43 reais e 30 centavos. Esses 43 reais podem ir para a tarifa. Na sua proposta, senador, aumenta para 100% a isenção da TUSD e só paga os encargos. O que é que nós fizemos aqui? Fizemos em exercício, essa linha branca é um desconto de 15%. Então, eu sou eólica, vou vender para um consumidor livre, e ainda vou dar um desconto de 15% na tarifa dele. Ou seja, eu viabilizo minha tecnologia e o consumidor fica 15% mais barato. Nessa visão, atualmente, eu poderia praticar uma tarifa no mercado livre de, no máximo, 136 reais, com a legislação atual de 172 reais. E, na sua proposta, senador, chegar a 209 reais. Já viabiliza a eólica, com 209 reais, você já tem eólica no mercado livre. Então, hoje nós estamos barrados aqui, na segunda coluna, 170: Não viabiliza. Com 209: Já viabiliza, dando 15% de desconto. Próximo, por favor.

Se nós formos para o submercado Nordeste, senador, o caso se agrava. A energia é mais cara do que no Sudeste, ou seja, a região menos desenvolvida tem várias distribuidoras que tem energia mais cara do que o Sudeste. Então, levando a mesma... O custo da energia no Nordeste está em 327 reais. Mais impostos, ela vai para 477 reais. Com a tarifa de mer-

cado livre adicionando os descontos, nós podemos chegar, senador, no seu projeto de lei, a uma tarifa de até 250 reais. Não quer dizer que isso seja praticado porque, se você quer aumentar a maior quantidade possível de clientes, você reduz o preço, isso é a regra de mercado.

O que nós precisamos é factibilizar o mercado no Brasil, e isso não está ocorrendo. Então, no submercado Nordeste, eu poderia praticar uma tarifa, vamos dizer, bem mais baixa do que esses 250 reais, aplicar um desconto maior para o meu consumidor final, e ainda viabilizar uma tecnologia limpa. São esses os entraves que a gente, hoje, tem. Próximo, por favor. Por favor, o próximo.

Esse é o... O que nós acreditamos que podemos atingir no mercado brasileiro com a eólica, no mercado livre. Seria algo em torno de 115% do mercado, isso seria o target máximo. O que é o mercado livre hoje? O crescimento dele com a liberação de tensão, a redução do tamanho de consumidor, que isso está contemplado no seu projeto. E nós quantificamos o que seria isso de eólica no Brasil? Seria algo em torno de 15% da matriz energética. Isso é uma visão otimista dentro do enquadramento financeiro, não quer dizer que chegue. Próximo, por favor.

Perspectiva de longo prazo. Isso já é um estudo que foi feito pela Eletrobrás dentro do PROINFA, que se nós inserirmos, e essa é a proposta do projeto, da proposta da ABEÓLICA, que foi entregue para a EPE. Se inserirmos 400 megas médios anuais, nós teremos 4 mil megas médios em 10 anos. Isso são, mais ou menos, 10 mil megawatts instalados. Isso, pelo fator de carga, de potência, que as usinas eólicas têm no Brasil. Volta e meia nós escutamos que eólica produz pouco, eólica tem um fator de capacidade de 25%, eólica tem um fator de capacidade de 30%. Isso é mentira. Eu, particularmente, eu estou medindo o vento há 10 anos no Brasil, e tenho projetos com fator de capacidade de 40%, certificados. Instalei torre. Hoje eu tenho 30 torres no nordeste brasileiro, medindo vento, 24 horas por dia, 365 dias por ano, ao longo de seis anos. E posso dizer aqui, que é mentira.

A EPE, se ela quiser, de alguma forma, dizer que são outras as informações, ela pode pegar outros parques, mas os nossos fatores de capacidade, sim, são consideráveis. E você pode trazer isso para a tarifa. Além do trabalho que eu faço na ABEÓLICA, eu sou presidente de uma empresa, que é uma das maiores investidoras de energia eólica no Brasil. Então, estão medindo e investindo fortemente nesse setor. Então, a gente pode dizer disso. Basicamente, oito milhões de toneladas de CO2/ano evitadas, e geração de divisas, algo em torno de 160 milhões de euros por ano. Próximo, por favor.

Isso aqui é um mapa do Brasil, que ficou transparente, mas o que nós, da Associação, diante dos últimos projetos que foram cadastrados nos leilões, acreditamos que vai ser a implantação?

Normalmente se fala: “A energia eólica vai toda para o Nordeste.” É outra mentira. Nós temos, hoje, projetos no Sudeste, temos projetos no Sul, Santa Catarina é um dos Estados que está investindo fortemente. Existem projetos do PROINFA. Isso depende do leilão. Isso daqui é uma visão de que, vamos dizer, ao longo do tempo, dos 10, vamos dizer, no final de 10 anos, hoje a visão da ABEÓLICA é de que teria esta formatação de divisão, ou seja, 34% do Nordeste, 32% no Sudeste e 34% no Sul. Ou seja, não é uma concentração única no Nordeste. A eólica ela cria também um desenvolvimento homogêneo em várias regiões, que não apenas o Nordeste.

A região Norte tem potencial, senador, Amapá é um potencial. O que acontece? Nós precisamos investigar mais. Existe uma regra básica no setor de energia, que é dos melhores aproveitamentos para os piores. Por quê? Dos melhores você tem maior factibilidade, mais facilidade de implantação, e você vai exaurindo as boas jazidas para trazer. Caso concreto, temos Itaipu e temos Madeira. Então, são duas situações bem distintas. Região Norte tem? Tem. Mas precisa ser investigado. Vai chegar? Vai. Quando? Quando começar a ter um projeto de longo prazo. Próximo, por favor.

Esse é um pouco, senador... O que a gente... Esse foi um trabalho, esse foi um estudo feito pela Eletrobrás, para o PROINFA, de geração de emprego. Então, para mil megawatts de eólica, são gerados 10.160 empregos, isso não é um dado nosso, isso é um dado da Eletrobrás, que foi auferido ao longo da implantação dos projetos. Então, nós temos na implantação de 50 megas médios, emprego direto de 200; na implementação indireta de 300, operação três, indireto 30. Na terceira de geração de empregos, com a política de longo prazo, nós temos mais de 100 mil empregos diretos e indiretos, ao longo de 10 anos, somente na indústria eólica.

Então, não é somente uma diversificação na matriz energética, senador, é também uma política de crescimento, uma política de inserção de uma nova tecnologia com crescimento de emprego e renda. Próximo, por favor.

Alguns exemplos, senador, que eu acho importante mostrar, que mesmo sem visão nenhuma de continuidade, existem empresas investindo e acreditando no Brasil. Nós temos duas fábricas hoje, da Wobben Windpower, fabricando, geram 1200 empregos diretos

e exportam toda a produção. Porque não tem visão de continuidade. Tem duas fábricas Pecém e Sorocaba, 1200 empregos diretos, implantadas há 10 anos no Brasil. Segundo, por favor, de aerogeradores. IMPSA, também, mesmo sem uma visão de longo prazo, montou uma fábrica em Pernambuco e já está gerando 500 empregos diretos. Outro, por favor. TECSIS, tem oito fábricas instaladas no Brasil.

Se os senhores não sabem, o Brasil é o segundo maior fabricante de pás eólicas do mundo, somos exportadores de pás eólicas, exportadores de componentes eólicos e não temos indústria no Brasil. A TECSIS é uma fornecedora de pás eólicas para a GE, para a Clíper(F). Hoje 60% do equipamento GE americano é fabricado no Brasil, bad plate, multiplicadoras, pás eólicas. A TECSIS emprega 1500 empregados, em Sorocaba, é uma empresa de tecnologia, fabrica pás com designers dos mais modernos, e ninguém sabe, porque não é incentivada no Brasil. O outro, por favor.

SIEMENS é patente, foi anunciado aí nos jornais, a SIEMENS está trazendo a divisão de eólica dela dos Estados Unidos para o Brasil, querendo uma diversificação. Já está em Jundiaí e essa nova divisão que vai exportar para a América Latina e Europa vai gerar 3 mil empregos no setor, somente em geração de energia eólica. Jundiaí, São Paulo. Conclusões do leilão. Cria um incentivo, não um subsídio. Nós não queremos subsídio, queremos incentivo, o que a indústria eólica precisa é ser estimulada, incentivada, nós não estamos sendo incentivados, não estamos sendo estimulados.

Se o senhor pegar o histórico do que houve no Brasil, nós temos um histórico de hidroeletricidade no Brasil de 120 anos. Nós temos um histórico de termoeletricidade, de quase 100 anos. Nós temos um histórico de eólica de apenas 5 anos. O que acrescenta em emprego e em renda você crescer termoeletricidade? Muito pouco. Uma SIEMENS, uma GE que vai produzir uma turbina térmica, ela produz a mesma quantidade com a mesma quantidade de funcionários. Ou seja, a eólica tem um viés de desenvolvimento, diversificação, incremento de renda, e emprego no Brasil. Previsão de geração de mais de 100 mil empregos diretos e indiretos. Gera receita estrangeira com venda de créditos de carbono, não impacta na arrecadação de impostos e encargos de setor, pelo contrário, nós aumentamos. Diversifica a matriz energética brasileira, diversifica a indústria brasileira e contribui para os mecanismos de desenvolvimento limpo. Próximo, por favor.

Esse é um ponto importante também, senador, mostrar um pouco do viés que a indústria tem tido nos últimos anos. Eu sou sócio, um dos sócios fundadores da ABEÓLICA e quando a gente começou tinha três associados. Nós viramos 2007 para 2008 com oito associados, e terminamos 2008 com 41 associados. Então, o momento de eólica é agora, e precisamos estimular essa tecnologia. Se, mais uma vez, deixarmos de passar a oportunidade e tivermos um leilão acanhado, modesto, não teremos...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O que é um leilão que não seja acanhado e modesto?

SR. SÉRGIO MARQUES: Um leilão que contrate 400 megas médios, esse é um leilão da ABEÓLICA.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Um leilão contrate 400 megas?

SR. SÉRGIO MARQUES: Médios, que daria algo em torno de mil megas instalados. É esse o que está no target da EPE.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Um leilão que instale mil megas, 40% disso, 400 megas?

SR. SÉRGIO MARQUES: Exatamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. SÉRGIO MARQUES: Isso, contratações, exatamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Por que em 2004 teve um leilão, é isso?

SR. SÉRGIO MARQUES: Não, 2004 houve o PROINFA que era uma contratação distinta, via Eletrobrás pela Lei 10438.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E a contratação do leilão para a contratação do PROINFA qual a diferença?

SR. SÉRGIO MARQUES: Não existia... No PROINFA, a regra era contratação por licença ambiental mais antiga. Houve uma regionalização de projetos e você contratou um contingente predeterminado para uma tarifa predeterminada. Não houve concorrência entre os empreendedores. No leilão, é totalmente diferente, você habilita os projetos, existe um, vamos dizer, uma diligência pública, onde os projetos são habilitados, isso é um ponto muito importante. O mercado está altamente represado nos últimos anos, estamos há 5 anos sem contratação. Saiu no edital de que precisa de uma medição mínima de 12 meses. A ABEÓLICA acredita que precisa até de mais. Existem empreendimentos, hoje, com mais de 5 anos de medição de vento. Quanto mais prazo, maior a segurança do investimento e da geração de energia. Então, acreditamos que um prazo mínimo de 18 meses de medição seja mais coerente. Certo? E, nesse ambiente de contratação, existe um leilão, onde então os melhores empreendimentos vão concorrer, em todo o país. E vai ganhar

aquele que apresentar a menor tarifa para remunerar o seu investimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O ideal é que tenha um leilão por ano?

SR. SÉRGIO MARQUES: O ideal é que tenha um leilão por ano, porque você vai dar continuidade. Por exemplo, eu sou investidor, eu comprei minha turbina, 70% do custo de geração de energia, senador, é turbina, ta? 70% do investimento total é turbina. Eólica é um fluxo de caixa, eólica você faz todo o investimento no ponto zero e, ao longo dos 20 anos que esse projeto viver, você vai amortizar esse projeto. Então, é muito importante o custo de implantação. Por que leilões continuados, na hora que você traz leilões continuados você traz a indústria. Na hora que você traz a indústria você reduz custo. Na hora que você reduz custo, você reduz o custo de investimento porque isso se reflete em tarifa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agora, Sérgio...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só um minutinho, naquele do PROINFA de 2004, foram 1426 megawatts. Você está dizendo que um bom leilão seria algo em torno de 1000 megawatts.

SR. SÉRGIO MARQUES: Anuais, para os próximos 10 anos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Quando nós estávamos ali, olhando a questão do planejamento de ter na matriz energética 0,2% apenas de energia eólica, o que significa em termos de megawatts atualmente esse 0,2%?

SR. SÉRGIO MARQUES: 200 megas, 20% do que nós estamos propondo...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Do que vocês estão propondo por leilão?

SR. SÉRGIO MARQUES: Isso naquela inclusão até 2016, ele está falando de 200, 300 megas até 2016. Nós estamos falando de... Como, senador?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: -- em 10 anos –

SR. SÉRGIO MARQUES: Existe um crescimento também na matriz energética, então, você cresce--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em 10 anos, se fosse para uns 4 ou 5%, a capacidade cresce até, não é?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Seria, inclusive, a forma de substituir o percentual elevado que nós temos hoje em termoelétrica?

SR. SÉRGIO MARQUES: Exatamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não seria... Seria quase que uma substituição, não é? Entraria naquela outra fatiazinha da pizza lá?

SR. SÉRGIO MARQUES: Isso. Exatamente. Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos dar a palavra a—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, só fazer uma pergunta. Quanto foi o megawatt no leilão de... no PROINFA de 2004?

SR. SÉRGIO MARQUES: A tarifa é uma tarifa escalonada, ela começava em 189 reais e terminava em 204 reais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E, na época, a geração hídrica era quanto?

SR. SÉRGIO MARQUES: Na época, no PROINFA foi vendida a 145 reais, o PCH.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso dá uma diferença de quê? 30%?

SR. SÉRGIO MARQUES: Por aí. Essa é uma diferença entre uma tarifa e outra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. SÉRGIO MARQUES: Sim, esse... Nós estamos falando de uma tarifa de hidráulica, hoje, de PCH, que é uma fonte renovável, na ordem de 170 reais por megawatt/hora, e estamos falando de uma eólica na casa de 210 reais. Então, o target, numa e outra é de 40 reais.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E a térmica é de 600?

SR. SÉRGIO MARQUES: É. Então, nós não estamos falando de uma... O dobro da tarifa. Nós estamos falando 20, 30 reais. É o que nos separa da PCH hoje, no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É, o Senador Flexa Ribeiro quer fazer uma colocação, depois eu queria... Eu comecei desorganizar a reunião, eu comecei a perguntar. Nós vamos dar...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nós viemos atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu vou pedir desculpa... Nós vamos dar seqüência depois.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu fico muito preocupado, Dr. Sérgio, com essa questão de estatística, você começa a fazer a média, é comum se falar que se colocar os pés a menos dez graus e a cabeça a mais 100, na média você poderia até sobreviver, mas a morte é iminente. Então, não dá para comparar estatisticamente em nível de custo da geração hídrica e a geração térmica e chegar ao meio como algo suportável. Eu perguntaria a V. Exª , a V. Sa., se a Associação Brasileira de Energia Eólica de-

fende a repetição do PROINFA, que eu acho que é um assunto que eu vou levantar no Senado Federal. Esse programa foi criado no Governo Fernando Henrique e implantado no Governo Lula e que deveria ter sido mantido e aperfeiçoado.

Houve, lamentavelmente, uma suspensão do programa. Mas nesse programa se evitava os leilões e se definia como V. Sa. colocou bem, os limites de preço, até para incrementar a utilização de uma energia renovável nova, no caso, eólica ou solar. Ainda ontem, na terça-feira, melhor dizendo, na Comissão de Ciência e Tecnologia, o próprio Senador Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, ele levantou uma questão junto com o Senador Crivella, no sentido de massificar o uso da energia solar, propondo que as duas Comissões, em conjunto, encaminhassem um ofício ao Presidente Lula, à Ministra Dilma, ao Ministro Edison Lobão, no sentido de que esse programa do governo, de construir um milhão de casas populares, Deus queira que ele saia do discurso e venha para a prática, sejam também colocados geração de energia solar para o aquecimento da água de banho.

E para espanto, eu acho que de todos, o Senador Crivella trouxe um equipamento da USP que, disse ele, que o custo, porque, à primeira vista pareceria que o custo era incompatível com o modelo de habitação popular, mas que o custo estaria na ordem de 400 reais, para atender a questão da água para o banho. E seria possível, num programa de massificação do uso, diminuir esse valor. É o mesmo caso da energia eólica. Hoje nós temos um custo muito alto de geração para um bem que é entregue de graça, que é o vento. Você tem o... E o Brasil é pródigo nos ventos, que pode ter uma geração importante no segmento eólico.

Então, eu pergunto objetivamente a V. Sa. se é melhor para massificar o uso dessa... Retomar o PROINFA ou manter os leilões em que você pode colocar, inviabilizar o uso da energia, em função da disputa comercial. Ou seja, você vai colocar um valor de energia, como bem foi colocado aqui, impossível de ser gerado a eólica, porque não vai competir com os outros tipos de geração.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador, eu só quero só pedir encarecidamente o seguinte. São duas e vinte, nós... Eu, pelo menos, a Ideli já teve que se ausentar, daqui a pouquinho a gente começa a ter uma... Então, se o senhor pudesse concluir a sua explanação, respondendo ao Senador Flexa, para depois a gente ouvir o Paulo e a Ana Lúcia.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Questão de ordem. Eu queria sugerir que ele fosse possível o Dr. Sérgio encerrar a sua palestra, e os palestrantes porque, no caso, eu, em particular, teria algumas perguntas a fazer. Então, ele responderia depois ao Senador Flexa e aos demais...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O senhor já encerrou, Dr. Sérgio?

SR. SÉRGIO MARQUES: Tem outra aí? Não, isso é muito interessante, senador, pode ir passando rapidinho, por favor, numa seqüência, pode ir passando, isso é uma seqüência, senador, das obras, dos impactos que são tidos em eólica, a movimentação de emprego, de renda, isso é um dos parques que foram implantados agora dentro do PROINFA, a grande movimentação...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Aonde é?

SR. SÉRGIO MARQUES: Esse é no Ceará. Pode ir passando mais rápido, as estradas, as vias de acesso, o pouco impacto ambiental. Isso é abrindo uma vala para a instalação de canais, as estradas, as vias de acesso, a grande... Isso aí é o estaqueamento, o estaqueamento de cada uma das fundações. Aí já as estacas colocadas, começa a parte de concretagem, grande quantidade de mão-de-obra que é inserida nessas obras. Mão-de-obra, senador, pouco... Vamos dizer, são pedreiros, é pessoal que você tem muito volume. Isso é a parte de montagem das fundações. Então, uma grande quantidade de aço que a gente consome, a Gerdau aí agradece muito, porque, então...

Essa é a logística trazendo as torres, movimentação de porto, trazendo as torres, a Anaceli, todos esses são equipamentos importados, a grande quantidade de caminhões que são adaptados. Isso é voltando para o parque, as instalações são simultâneas, a concretagem de uma fundação dessa demora 24 horas. Uma fundação dessa está pronta em 20 dias. Isso aí são as plataformas, toda a parte de concretagem. Depois começa a parte de montagem dos aerogeradores, a montagem de parte por parte, montamos um aerogerador desse, hoje, senador, em 48 horas. Então, desde quando começa o processo...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A média são 100 metros?

SR. SÉRGIO MARQUES: De içamento, desde o processo, desde o que o senhor viu ali, da escavação à preparação das estradas, a concretagem e a montagem de um aerogerador, comissionado. Eles são... Algo em torno de 45 dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): São 100 metros de altura?

SR. SÉRGIO MARQUES: Essa turbina é 80 metros de altura com um rotor de 88.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok.

SR. SÉRGIO MARQUES: Isso é bom, mostrar o pouco impacto ambiental e a seqüência de implantação e, vamos dizer, a velocidade. Respondendo ao Senador Flexa, o senhor quer que eu responda agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor poderia responder depois.

SR. SÉRGIO MARQUES: Ah, desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos ouvir o Paulo Mayon, eu acho que pelo que o Sérgio falou, vai ter menos para falar.

SR. PAULO MAYON: Vou, depois de tudo o que ele falou. Sobrou um pouco, quem paga a conta sempre tem o que falar. Na verdade, queria cumprimentar a Mesa, reforçar o que já foi falado sobre a importância da Audiência Pública e o trabalho que está sendo conduzido nesta Casa para falar sobre a energia eólica, da importância dela. Registrar, alguns projetos que foram colocados, o projeto do senador que dá o desconto na tarifa do fio. Tem o projeto do Deputado Paulo Teixeira, também do PT, que cria a figura do autoprodutor independente, para eólica, para energia solar, também. Ou seja, tem várias iniciativas que estão convergindo para a necessidade de uma matriz que contemple mais fontes renováveis.

A ANACE é uma associação que defende os interesses, tanto de consumidores livres, que foram falados aqui, quanto dos consumidores cativos, aqueles que pagam a tarifa. Só para fazer uma explanação muito rápida para que haja o entendimento de todos os senhores, o consumidor livre é aquele que pode pagar para a distribuidora, apenas o transporte da energia, e que negocia livremente, pelo prazo que quer, e pelo indexador que quiser, e pelo preço combinado, com os geradores diretamente.

Existem essas duas categorias e o consumidor livre, hoje, já consome 27% da energia que é produzida no Brasil. Por isso a importância desses dois ambientes, onde o empreendedor escolhe o quanto ele vai alocar em cada um, para rentabilizar o seu investimento, sabendo que o consumidor livre contrata por prazos mais curtos, e que os mecanismos de leilões contratam, dependendo do empreendimento, 30, 20, 15 anos. Então, essa diferença é importante de chamar a atenção. Porque, aí, o Senador Flexa Ribeiro falou sobre a estatística. E eu queria fazer uma... Porque as pessoas podem falar: Por que uma Associação dos Consumidores está defendendo, por exemplo, um potencial preço de energia de 180, 200 reais, se a energia do Madeira sai a 70 reais? É o problema da estatística. Na verdade, o consumidor cativo paga um mix, uma mistura de várias contratações que as distribuidoras fizeram, onde entram os 70 reais do Madeira, mas entra o óleo, entra o carvão, entra o gás.

Então, só para fazer uma referência, no ano passado, houve um grande debate, vai ter raciocinamento, não vai ter raciocinamento? Por quê? Porque as chuvas atrasaram. O período úmido atrasou. Os consumidores livres e cativos pagaram um bilhão e 900 milhões de reais para bancar as térmicas, que funcionaram para garantir o abastecimento. Garantir o abastecimento é bom, agora, se a gente parar para pensar que essa matriz hoje tem 0,17 ou 0,20 de eólica, e pensar que esses dois bilhões de reais poderiam, por exemplo, ter sido investidos num parque eólico, de enormes proporções, a gente poderia estar tendo um outro tipo de configuração, e para o futuro o impacto muito menor.

Na prática quando o Sérgio apresenta o plano decenal e o plano decenal que já foi revisto, o que é demonstrado é que a gente vai depender de óleo diesel e a gente vai virar importador de óleo diesel nos próximos anos, por conta da necessidade de complementação térmica, já que o plano está abandonando, ou não está dando a relevância que a energia eólica deveria. Então, a defesa do consumidor em relação a uma participação maior da eólica, é por entender que a eólica ela vai deslocar esse custo alto que a gente está tendo hoje da complementaridade térmica. É esse o motivo do nosso, da nossa convergência em relação à diversidade da matriz.

Porém, cabem algumas reflexões porque como a gente, eu até brinquei, pagando a conta, a gente gostaria até de usar alguns dados que o Sérgio trouxe hoje e aproveitar também a presença da ANEEL e da própria Academia para chamar a reflexão. A gente acha que a iniciativa do leilão é muito boa. Na verdade, parece que é um leilão que vai ter competição. Então, um pouco diferente do PROINFA, com regras claras, bem organizadas, essa competição pode gerar uma redução do preço, que vai impactar menos a tarifa, isso é bom para o consumidor. O leilão para falar dos pontos bons do leilão, ele também trata e vai tratar, eu entendo que vai tratar de forma mais adequada a questão das estações coletoras para capturar essa energia.

Mas eu queria tocar no primeiro ponto que foi colocado aqui. Competição é muito importante e quanto mais competição melhor. Agora, a gente tem que tomar muito cuidado com a qualificação dos participantes. Porque pior do que pagar um preço caro na energia é não ter essa energia que você acreditou que teria. O Sérgio coloca aqui o aspecto da leitura, da medição de um ano, que é uma das condições do edital. A gente também, não sei se são 18 meses, mas a gente acha que para contratar energia durante 20 meses, em cima de uma fórmula matemática, talvez, 12 meses seja um

período curto de observação, e que pode dar um desvio padrão, que pode frustrar e gerar algum desconforto. Só lembrando que de 98 a 2008, nós tivemos 4.9 mil megawatts habilitados, que não iniciaram a sua construção até hoje.

A ANEEL está fiscalizando, está acompanhando isso, ela presta os relatórios, mas é uma demonstração, não estou dizendo que o problema foi qualificação, tem várias justificativas, crédito, taxa de juros, problemas na importação dos equipamentos. Tem diversas questões, mas já que a gente vai agora, realmente, criar um marco com esse leilão, é fundamental que a qualificação seja um ponto muito importante, para que a gente tenha bons participantes e bons vencedores. Usando um pouco a oportunidade que o Sérgio me deu na hora que ele me definiu que o combustível dele não tem preço, ou seja, é de graça, o vento, você não paga pelo vento, é diferente da térmica, e que a estrutura dele de investimento começa com um grande investimento e que depois é praticamente manutenção e operação e a amortização, eu queria sugerir a reflexão sobre o seguinte, ou a modalidade do leilão, ou que a ANEEL estudasse a possibilidade de criar uma equação econômica, onde essa tarifa ela fosse decrescente e não flat como ela está sendo proposta e corrigida pelo IPCA.

Porque se a gente considerar que a tarifa é flat, e corrigida pelo IPCA, essa tarifa vai ter, no mínimo, através da sua correção, uma reta dessa natureza, enquanto o empreendedor está tendo o movimento ao contrário. Ele fez o investimento e está tendo esse tipo de regressão. Sob o ponto de vista de impacto inflacionário, percepção da sociedade em relação ao preço da energia eólica, se a gente pudesse buscar uma equação aonde houvesse uma escala gradativa, isso poderia ser para o consumidor um esforço razoável. Para o empreendedor, talvez, dependendo da equação, não alterasse a taxa interna do retorno dele, mas para o sinal tarifário poderia ser uma vantagem.

O outro ponto importante, é lembrar que o projeto, todos os projetos que estão entrando, eles tem duas características importantes, é que as grandes usinas que foram recentemente licitadas, os empreendedores também usaram. Primeiro é que, esse é principal, é muito mais parecido, é que a antecipação de cronogramas de obras podem significar a possibilidade de vender esta energia antecipadamente para outros mercados. Então, isso pode contribuir para uma maior agressividade do leilão, e para uma coisa que a gente quer, o mercado livre, o participar também da contratação dessa energia, principalmente, se houver um desconto na tarifa do fio maior do que ela tem hoje.

E o outro aspecto é que esse empreendimento vivo, funcionando, já em processo de amortização, nada impede que você possa ir adicionando aerogeradores. Eu entendo que você tenha a possibilidade de ir aumentando a capacidade do parque, o que permite também você ter outras alternativas de rentabilizar o acionista desse projeto. Então, eu entendo que, para o empreendedor de eólica, ele precisa enxergar o mercado livre como uma alternativa de fazer um mix de rentabilidade e que pode, portanto, ou antecipando o cronograma, ou adicionando capacidade no futuro, oferecer para o consumidor cativo, uma tarifa mais agressiva e mais adequada, contribuindo para a modicidade tarifária.

Só para terminar, seria o último pleito, para que o... Principalmente para que o consumidor livre contrate a energia eólica onde ela... Você tem uma, você não tem a garantia [soa a campainha] do fornecimento durante um determinado período, ou seja, quando eu compro energia de uma empresa, se eu quiser comprar a energia da empresa do Sérgio... Eu vou ter que complementar essa energia com uma outra fonte, ou seja, eu tenho que fazer um composto para garantir que eu esteja contratado. E se eu quiser fazer isso por um longo prazo, a gente precisa de ter um pouco de mais flexibilidade do que as regras hoje pretendem.

As regras hoje dizem o seguinte. Se o consumidor livre contratar por 20 anos a energia do Sérgio e vier uma crise internacional, como veio hoje e, por exemplo, como está acontecendo com vários associados da ANACE, eu adio um projeto, ou a minha produção cai 50%, hoje eu sou proibido de vender essa energia para o Dr. Ivan. Ou seja, o marco legal não permite que o consumidor, assim como ele faz com outras matérias primas, ele não pode pegar essa energia e deslocar ela. Tendo essa imprevisibilidade da economia mundial e as incertezas que fazem parte da natureza econômica, e tendo essa incapacidade de vender aquilo que você contratou errado, como é que um consumidor livre vai fazer um contrato por 20 anos?

Então, uma das coisas mais importantes que... E isso é importante que o Ministério trabalhe, a ANEEL já acatou esse pleito, entendeu essa necessidade que ela gera eficiência, porque o Ivan vai precisar dessa energia, só que eu não posso vender para ele. Eu posso apenas liquidar essa energia todo o mês pelo preço de spot, que a gente chama, que é o preço de curto prazo. Então, na prática eu contratei energia a 140, o preço do spot está 40 reais hoje, e é esse o prejuízo que eu levo para casa, enquanto, talvez, o Ivan comprasse a 115, e eu conseguisse sair desse fluxo negativo em que a minha empresa entrou.

Então, a gente traz aqui um pleito que... Focalizando a energia eólica, focalizando a possibilidade, até futura, de consumidores, ou de comercializadores participarem, não do leilão de reserva, mas do leilão de compra direta de energia eólica, a gente reforça o pleito que os consumidores possam ter essa flexibilidade de decidir o que fazer com a sobra de contratos, não no mês a mês, como é hoje, ou como o Ministério está olhando nesse momento, como uma alternativa, mas que eu possa tomar uma decisão de deslocar um pedaço desse contrato, já que eu não vou consumir e oferecer para o Ivan gerando eficiência no mercado, e que essa eficiência gere competitividade para o Ivan e reduza do prejuízo da minha companhia.

Eu diria que o mercado livre pode crescer muito, Sérgio, em cima das fontes renováveis, existe uma quantidade enorme de consumidores hoje cativos, que querem migrar para o mercado livre comprando a sua energia, mas eles precisam ter a flexibilidade de que, comprando a sua energia, caso o mercado vire e o setor, exemplo, o setor cerâmico que a gente tem dentro da Associação, se sofrer um impacto, ele vai poder destinar essa energia para um terceiro, para uma comercializadora, etc, além do incentivo que já foi falado. Então, eu queria só terminar, é um pleito, mas que ele tenha a conexão direta com incentivo às fontes renováveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Paulo. Dra. Ana Lúcia.

SRA. ANA LÚCIA: Está ligado?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está ligado.

SRA. ANA LÚCIA: Ok. Então, eu gostaria primeiro de agradecer o convite, em nome do Ministro Carlos Minc e da Secretária Suzana Kahn. Cumprimentar o Senador Renato Casagrande e os demais senadores por meio desse, e gostaria de, primeiro, justificar a ausência do Ministro e da Secretária, porque ambos estão em missões fora de Brasília e, no caso, a Secretária fora do Brasil.

Bom, então, queria dizer rapidamente algumas palavras que eles me orientaram para falar aqui, primeiro pela oportunidade da gente receber subsídios, porque o Ministério do Meio Ambiente está se organizando, em termos de como fazer para atuar junto com os outros setores de governo no fomento às fontes renováveis de energia, aí isso inclui a eólica, isso porque em dezembro do ano passado, o Presidente da República lançou o Plano Nacional sobre mudanças do clima. E o plano tem como um dos objetivos a manutenção da matriz energética brasileira com a participação de renováveis que existe hoje, quer dizer, isso é um desafio, quando a gente pensa que... Bom, haverá crescimento populacional e torcemos todos que haverá crescimento econômico também.

Então, a pressão por maior energia vai realmente ser grande. Então, já há um esforço de manutenção da participação de renováveis na matriz hoje é um grande desafio e que foi apontado no plano. E o plano não é um plano do Ministério do Meio Ambiente, é um plano que teve a participação de 17 Ministérios e mais o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Então, ele é realmente uma proposta do governo como um todo, incluindo o Ministério de Minas e Energia.

Bom, outra coisa que eu gostaria de falar rapidamente é que o Ministro e os Secretários eles tem discutido com equipes e com... Tanto representantes do setor privado, quanto o próprio... Especialistas na área de energia renovável, de eólica. E eles enumeraram algumas barreiras para expansão do uso de eólica no Brasil e, dentre elas, pontuaram a necessidade, realmente, de um programa de longo prazo, como foi apontado aqui. E o Ministro defende a proposta de que tenha, realmente, leilões anuais de energia eólica por, pelo menos, 10 anos. E isso aí, dentro de tudo o que o Sérgio já falou, com relação ao estabelecimento de um mercado no Brasil.

Outra questão diz respeito ao marco regulatório, quais sãos as regras, quem licencia? E aí, nesse aspecto o Ministério do Meio Ambiente já está trabalhando junto com o Ministério de Minas e Energia na definição de critérios para o licenciamento de renováveis. Isso é uma coisa importante que já está em andamento.

A questão também do índice de nacionalização que é uma outra questão muito importante, quer dizer, o Ministério defende que esse índice de nacionalização tem que ser crescente, mas ele tem que começar baixo, para que se realmente se viabilize a indústria. Também a questão de incentivos fiscais, devem ser buscados incentivos fiscais, tudo dentro da visão de que nós temos um objetivo dentro do plano de mudanças climáticas. E a questão final, relacionada a créditos de carbono, que é óbvio. Esse objetivo foi colocado no plano, exatamente, para que o Brasil alcance a sua meta de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Apesar da participação maior do Brasil em termos de emissão de gases de efeito estufa estar na questão do uso da terra e do desmatamento, nós temos também uma grande participação com relação à energia, ao setor energético, e isso deve ser demonstrado no próximo inventário nacional, que deve sair nesse ano, no máximo, em 2010. Bom, então, essas foram as mensagens que me pediram para passar aqui e, para nós, realmente, é estratégico nessa reunião. Nós também estamos discutindo a questão do fomento à

energia solar, no Plano Nacional de Habitação, de interesse popular. Então, todas essas contribuições são importantes para que o Ministério do Meio Ambiente, no âmbito das suas atribuições, é óbvio, possa contribuir para que se alcance essas metas de aumento de fomento de energia. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Ana Lúcia. Só para também dar uma informação de um projeto, nós aprovamos no Senado, está na Câmara. Eu acho que estabelecer metas é uma forma de mobilizar políticas públicas e privadas em torno daquele objetivo. Tanto é que tem meta para redução de desmatamento, até 2015, redução de carbono. Eu, aprovamos no Senado, está na Câmara, para que a gente, nos próximos 10 anos, tenha 10% de geração de energia renovável, alternativa, 10% da geração brasileira ser energia renovável.

Então, trás sua meta e trabalha em torno dessa meta, tomara que a gente consiga a aprovação no projeto lá na Câmara. Bem, nós precisamos de saber o seguinte. Nós estamos com um termo de referência que está em Audiência Pública, está em consulta pública, desculpe, um termo de referência que está em consulta pública. Vocês, depois, precisam nos dizer se tem alguma sugestão para a gente apresentar a esse termo de referência. Mesmo que seja reforçando a posição de vocês, está certo? Depois do edital publicado o Edvaldo disse que o edital vai estar em consulta pública também?

SR. EDVALDO ALVES DE SANTANA: Primeiro em Audiência Pública por, pelo menos, 30 dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ah, então o edital, que será publicado, ficará em Audiência Pública antes?

SR. EDVALDO ALVES DE SANTANA: Sim, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, está bom, então nós temos ainda uma barreira para que a gente possa, aí, analisar. Então, vamos às perguntas. Eu sei que... Não, todos já foram ouvidos. O Cícero é o primeiro inscrito. Depois, se alguém quiser se inscrever para as perguntas está aberta a inscrição.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Agradecer, Sr. Presidente, aos convidados também aqui. Lamentar, em função de outras Comissões, não ter tido a oportunidade de ouvir a todos, mas, sem dúvida, eu quero registrar a minha satisfação do acerto desta audiência, no sentido de que possa esta Comissão, que tem a responsabilidade da preocupação da questão ambiental, do meio ambiente, mas, sem dúvida nenhuma, tratando de um dos itens de infraestrutura muito importante para o país, para o seu desenvolvimento, para o nosso crescimento, mas sem perder de vista a oportunidade de termos a preocupação com o meio ambiente. Dizer que considero de suma importância, Sr. Presidente, e aí estarei apresentando a esta Comissão, até porque não é a oportunidade, que nós possamos fazer audiências como esta para discutir outras fontes renováveis de energia, para o nosso desenvolvimento, já que, cada vez mais temos a consciência de que há uma busca mundial, no sentido de que tenhamos essa preocupação pelo aquecimento global, pela questão ambiental e de buscarmos...

E, sem dúvida, o Brasil tem várias alternativas, damos exemplo do biocombustível, damos o exemplo da energia eólica, da energia solar. Se a eólica está engatinhando, a solar ainda nem nasceu, praticamente, podemos assim dizer, pela expressão que não existe, na geração de energia no nosso país. Mas tudo isso é muito importante. Eu cheguei, já peguei, praticamente, a participação do Dr. Sérgio, e ele disse que a energia eólica é considerada ruim aqui no Brasil, há um conceito, não que ela seja, mas há um conceito no Brasil. Eu pergunto: Por quê? Na verdade, eu ia perguntar qual o potencial eólico, vamos dizer assim, já fizemos uma projeção, como o Dr. Edvaldo disse, que pode até chegar, possivelmente, daqui a uns 10 anos, se estabelecermos, chegarmos a 15%, é isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 4 ou 5.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): 4 ou 5, mas o potencial seria de 15. A capacidade seria de 15. Para mim isso está, devidamente respondido. Eu pergunto também ao Dr. Sérgio, se ele considera que esse planejamento proposto por ele é o suficiente para, efetivamente, nós consolidarmos o desenvolvimento da indústria de produção de energia eólica. Se essa demanda estabelecida para 10 anos seria o suficiente. Nós sabemos que a energia, se o Ministério do Meio Ambiente também considera que a energia eólica não tem passivo ambiental, e sim crédito ambiental, se essa é a opinião do Ministério do Meio Ambiente, bem como de algum dos senhores que assim queira emitir, eu gostaria também da informação, talvez pela ANEEL, ou qualquer um dos senhores, o custo médio de cada fonte geradora de energia hoje no nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós vamos, não vamos responder agora, não. Vamos ouvir o Senador Jefferson Praia, depois se o Senador Lobão quiser se pronunciar também, depois vocês fazem as respostas de vocês e as considerações.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Bom dia a todos, prazer em conhecê-los. Me apresento rapidamente, sou senador há oito meses, estou aqui sucedendo um grande Senador, chamado Jefferson Peres, e tenho uma grande preocupação dentro do contexto

de que estamos tratando hoje aqui. A minha preocupação é muito com a minha região, que é a região Amazônica e, principalmente, no meu Estado que é o Estado do Amazonas. Lá, vocês sabem, que a matriz energética nossa é toda baseada em termoelétricas, somos altamente dependentes do óleo diesel e eu tenho buscado caminhos para ver como nós podemos resolver essa questão já que a região Amazônica e o Estado do Amazonas, poderíamos colocar assim, é uma região é uma região que está no escuro. Então, nós precisamos pensar naquela região.

Aí eu penso em energia solar como, talvez, a primeira opção aqui, a energia eólica, nós não temos informações, mas eu gostaria de que pudéssemos trabalhar. Foi colocado pelo Sérgio, essa questão de futuras verificações, quanto ao potencial ali naquela região, muito embora, nós saibamos que a questão dos ventos ali, teríamos que ver aonde, principalmente, no Estado do Amazonas que é aonde eu estou mais focando as minhas observações, aonde poderíamos ter, quem sabe, um projeto piloto, para termos um aproveitamento da energia eólica lá. E aí temos as plantas amazônicas, aproveitar aí, dentro do contexto do biocombustível, embora, claro, aproveitando adensamentos florestais naturais, ninguém quer desmatar nada, mas aonde já existam plantas que você possa fazer alguma coisa voltada às comunidades isoladas.

Portanto, é mais um desafio dentro dos desafios que foram colocados por V. Sa.s, que é essa questão relacionada à geração de energia na Amazônia. Temos lá várias iniciativas, mas dentro do contexto que estamos discutindo aqui, caberia ver como podemos aproveitar a energia eólica, que eu vejo com bons olhos para o nosso país e também para aquela região. No mais, quero parabenizar V. Sa.s pela explanação, gostaria de... Acho que nós ficaremos com as apresentações, não é, de ter acesso a todas essas informações.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Isso, eu gostaria que vocês deixassem, quem fez a apresentação, que deixassem as apresentações para gente.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Isso é importante para que nós possamos digitá-las e verificarmos como é que nós podemos contribuir para que o Brasil possa aproveitar melhor essa fonte fantástica que é a fonte de geração de energia eólica. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Senador Jefferson Praia, Senador Lobão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, senhores, antes de mais nada, queria parabenizar o Dr. Edvaldo, que esteve aí no comando interino da ANEEL, no período em que o Dr. Nelson Hubner ainda não pôde assumir. Acho que assume amanhã. Parabéns pela sua gestão. Tenho recebido informações muito positivas da sua gestão. Eu gostaria de fazer a seguinte pergunta. Primeiro. É verdade que há diferentes tributárias, eu perguntaria ao Dr. Sérgio, entre os fabricantes de equipamentos de turbinas hoje instalados no Brasil e aqueles empreendedores que importam equipamentos, ou seja, há uma condição desfavorável para o fabricante que hoje está montado aqui no Brasil? Primeira pergunta. Segundo. Qual é a área média utilizável para gerar, por exemplo, 100 megawatts? Qual é a área que os geradores ocupam de 100 megawatts? E terceiro, é uma curiosidade. Eu queria saber se é verdade a tese, se é verdade mesmo, a tese de que a geração eólica é complementar à hídrica, em função dos regimes de vento e chuvas? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos, então, quem não tiver pergunta a responder, faça só a sua consideração; quem tiver, responda com objetividade para a gente poder tentar ver se até a uma hora a gente conclui a nossa audiência. Dr. Edvaldo, na mesma sequência.

SR. EDVALDO ALVES DE SANTANA: A pergunta mais direta que foi feita, quanto aos custo médio das diversas fontes. Lembrei, assim, por alto, a hidroelétrica, em torno de 120 reais por megawatt/hora, considerando algumas mais caras e, agora, um custo médio com as usinas do Rio Madeira, que foram bem mais baratas. E aqui eu faço um detalhe importante também sendo bem rápido. As PCHs antes do PROINFA, quando elas foram comercializadas no PROINFA, tinham um custo de quase 180 reais por megawatt/hora. Hoje as PCHs tem um custo igual a das grandes hidroelétricas, por uma razão muito simples. O PROINFA incentivou a construção de PCH, nunca foi construída tanta PCH como nos últimos 5, 6 anos.

A capacidade instalada de PCH no Brasil não chegava a 300 megawatts, hoje já está quase dois mil megawatts de capacidade instalada em pouquíssimo tempo. Então, se tem uma indústria que cresceu bastante, daí porque começar, 400, mil megawatts de eólica, ir crescendo, isso reduz os custos. Com certeza, os próximos virão, serão mais baratos. Essa é a iniciativa do Ministério de já colocar uma coisa dessa, tornar público é muito importante. Bom, é uma térmica a gás, 145 reais por megawatt/hora, gás. Térmica a óleo, médio, 400 reais, tem térmica a óleo de 800 reais de megawatt/hora, esse é um valor médio. 400 reais. Térmica carvão, 155 reais por megawatt/hora e o resultado do último leilão. E eólica eu acho que em torno de 200, entre 200, por aí.

Portanto, isso dá para ter uma boa idéia dos diversos cutos. O Senador Flexa Ribeiro, embora já tenha saído, ele fez uma pergunta importante sobre se o ideal era contratar a eólica como foi feito no PROINFA ou por meio de leilão? Se for num ambiente de contratação regulada e as distribuidoras que pagam a conta, só pode ser mediante o leilão. Tem duas distribuidoras, só pode pagar a conta se a energia for comprada em leilão. Então, não pode se repetir, o PROINFA, aliás, como o Dr. Sérgio, muito bem, falou, o ideal é mesmo o leilão. O problema do leilão é saber calibrar o preço teto para não dar um leilão vazio. Pois não, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dr. Edvaldo, pedi consentimento ao Presidente, eu sei que não é o momento, mas o Dr. Paulo levou em consideração, levantou uma preocupação sobre a questão da compra do mercado livre e se possível o mercado...

SR. EDVALDO ALVES DE SANTANA: Vou falar sobre isso. Está aí o Sr. Senador que fez uma pergunta simples: E no Norte? Que falamos Sul, Sudeste. O Norte, de fato, não sei se já foi feito medições de vento, mas o sistema do Norte, especialmente, o sistema isolado utiliza muita a eólica, caríssima, o Brasil inteiro paga a conta. Claro que é uma boa idéia interligar também ao Norte. Mas outra idéia é as gerações locais, por meio de eólica, por exemplo, a Ilha de Marajó, o Amapá, por exemplo, poderia complementar o óleo com eólica, e ter um incentivo razoável, que é a sub-rogação da CCC. Hoje o consumidor paga 75% de qualquer fonte, até de linha de transmissão, o consumidor do Brasil inteiro, desde que economize combustível. Esse incentivo já existe, também criado pela mesma Lei do PROINFA.

Então, isso é importante. A pergunta do senhor, eu acho que o Norte se jamais foi estudado, eu estou lá. Eu não posso ficar dizendo para os investidores o que eles têm que fazer, mas é um caminho que já está aberto, criado por lei e há bastante tempo. Claro, eu poderia falar sobre tudo isso aqui, mas não vou monopolizar. O problema do consumidor poder pegar a energia que contratou e não pôde utilizar, de revender ou entregar para alguém. Isso é essencial. A ANEEL já se manifestou por escrito para o Ministério, há cerca de um ano. O Ministério tem bastante interesse na solução do problema, está todo mundo empenhado, tem que mudar uma lei, porque a lei atual que é a 10848 diz, classifica lá quem é do setor elétrico como comprador e vendedor. E o consumidor só está classificado como comprador.

Então, isso é mudar e dizer sim, na forma a ser regulamentada pela ANEEL. Aí a ANEEL diz como é que isso vai ser regulamentado. Mas é uma mudança sim, acho isso essencial para incentivar, não só o leilão de grandes fontes, como de fontes alternativas. Eu acho que ninguém é contra isso. Entendeu? Eu acho que isso é só chegar e fazer. Bom, aí eu deixo as respostas para os demais para não monopolizar.

SR. IVAN MARQUES DE TOLEDO CAMARGO: Senador, também vou ser muito breve, só para reforçar algumas questões que foram ditas. Em primeiro lugar, eu também, como o Edvaldo, concordo e incentivaria a competição, como uma forma de garantir a modicidade tarifária. Quanto à região Amazônica, os sistemas isolados, no meu entendimento, é a solar, fotovoltaica, resolve esse problema. Caríssima, mas resolve esse problema. Tirar o óleo combustível, eventualmente, eventualmente, com gás de urucu, talvez fosse uma idéia razoável. Agora, o potencial eólico da região, ao que tudo indica, ainda é bem pequeno. Me parece também muito bacana a idéia de tirar os chuveiros elétricos, a solar com essa história de aquecer água, no Brasil inteiro, me parece que é um projeto que vai na direção correta. Está certo? Os preços das energias--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E quanto mais faz mais reduz custo, não é?

SR. IVAN MARQUES DE TOLEDO CAMARGO: E também, quanto mais faz e mais reduz custo, e me parece um absurdo a gente usar uma energia, tão sofisticada, quanto a energia elétrica, para queimar numa resistência e esquentar a água, não é? Temos o sol e tal, então, eu considero que é o caminho correto, em termos de meio ambiente, em todos os sentidos. Em termos de custos, só complementando, a eólica, que nós estamos falando aqui, ainda é cara, mas tem sim, viu Senador Lobão, essa complementaridade, a gente poder armazenar a energia nas nossas usinas hidráulicas, me parece, uma vantagem competitiva da eólica no Brasil no médio prazo.

Agora, o ponto fundamental é exatamente isso, é discutir aqui no Senado para que tenhamos um projeto de longo prazo e o Senador Casagrande pediu o número. Eu acho que o número, eu não tinha conversado com o Sérgio, antes da reunião, eu não conhecia, mas eu acho que mil megawatts nos próximos 10 anos, e dois mil nos outros 10, para a gente falar de longo prazo mesmo, falar de 20, falar de 20 anos, que seria uma coisa interessante para o Brasil e aí cabe ao Congresso dar essa sinalização. É isso. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Ivan, pela sua contribuição. Sr.Paulo Mayon.

SR. PAULO MAYON: Muito rapidamente, os preços que foram citados pelo Dr. Edvaldo estão corretos, a diferença é essa mesma, a média das hidroelétricas

é 120. O gás ele... A térmica ela varia, dependendo da fonte por conta do combustível, mas tem de 400, 600, 500. E eu queria só fazer uma lembrança quando a gente fala do preço. A crise mundial praticamente fez os preços das commodities, o aço, inclusive, dos equipamentos, que a capacidade instalada estava toda tomada. Você hoje encontra espaço para negociação, ou seja, tudo indica que... Ninguém gosta de crise, mas ela acabou provocando um efeito que pode baratear o investimento. Tem o lado ruim das linhas de crédito, das taxas de juros e da possibilidade de acesso aos financiamentos internacionais, mas o BNDES está participando desses projetos.

Então, a gente entende que tem uma oportunidade, inclusive, para os empreendedores em relação à formação de preço por conta desse impacto da crise. Um outro ponto que foi importante, só voltando à pergunta do Senador Cícero, 15% de potencial, 5% é uma sugestão dentro da energia eólica ocupar a matriz. Mas quando a gente fala do potencial mapeado de 15%, esse potencial mapeado não considera o potencial chamado offshore, ou seja, o potencial onde você colocava os geradores dentro do oceano. Ou seja, se a gente for considerar, e isso já é feito em vários países, se a gente for considerar isso, a gente não tem ainda nem a dimensão do que seria esse potencial como um todo.

Em relação à região Amazônica também a gente considera que o alívio de reduzir a conta do combustível fóssil na região, para todos os consumidores, é muito bem vindo. Então, qualquer investimento, qualquer esforço, a gente também estimula que os empreendedores façam essas medições, porque essa é a eterna luta dos consumidores, a gente entende a necessidade de subsidiar as necessidades da região, mas eu acho que usar a energia fotovoltaica e, se houver a possibilidade de dentro do grid lá da região, ter alguma energia eólica para reduzir e deslocar a CCC, você tem os benefícios da sub-rogação do crédito de carbono. Eu acho que a equação deve ser muito boa.

E, por fim, agradecer o posicionamento da ANEEL em relação a essa necessidade, o Senador também levantou, da comercialização de excedente, mas o ponto é a gente... Esse pleito tem dois anos e meio, a ANEEL, em fevereiro do ano passado, encaminhou esse ofício para o Ministério. E, como o Edvaldo falou: "É fácil, é só fazer." Mas são dois anos, 3 anos, e ninguém fez. E o nosso entendimento é que carece de um projeto de lei. E eu acredito que, talvez, fosse melhor que esse projeto de lei saísse dessa Casa, talvez, e que isso andasse mais rápido do que alavancar--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor faça uma minuta do projeto e encaminhe para a gente, por favor.

SR. PAULO MAYON: Por favor. [risos] Porque o Executivo está com várias, vários, vários projetos importantes e esse é tão simples que não entra na prioridade. Então, eu acho que, por ser até necessário um projeto de lei, eu acho, talvez, o ideal fosse a gente caminhar por essa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Paulo Mayon.

SR. EDVALDO ALVES DE SANTANA: Senador, isso que ia falar é importante. Desculpa, eu nunca gosto de interferir, o Paulo falou uma coisa, usinas eólicas no mar.

Recentemente, tivemos um empreendedor que procurou a ANEEL, ele quer o projeto de instalar, me pediu para não falar o nome, mas dois mil megawatts de eólica no mar, no Ceará. E por incrível que pareça, a dúvida dele é a autorização para gerar. É a ANEEL quem dá, ou o Ministério? Mas ele disse: "Para quem eu peço autorização para utilizar o mar?" Eu achei que era na Marinha. Aí ele foi à Marinha. E na Marinha não era bem assim, tem que procurar a Secretaria de Patrimônio, ou seja, se isso ficar também--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tem que procurar a Secretaria de Patrimônio da União, não vai sair não...

SR. EDVALDO ALVES DE SANTANA: É uma coisa que todo mundo quer, se esta Casa definir quais são os passos para fazer isso, é importantíssimo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] [Risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A Paraíba também.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sérgio Marques, com a palavra.

SR. SÉRGIO MARQUES: Começar aqui, anotei aqui. O primeiro ponto, que o Senador Flexa perguntou, se seria mais interessante a questão de se reeditar um PROINFA, ou a questão de leilões. Como bem falou o Dr. Edvaldo, hoje a gente tem a Lei 10848, que determina para a compra de geradores, com distribuidores, tem que passar através de leilão, apesar de que, Dr. Edvaldo, a Lei 10438 ainda existe e não foi revogada. Então, o acréscimo de 10% na matriz energética, com compra direto do PROINFA, ela é uma letra morta, mas existe na lei. Ela é lei. Existe, então, são legislações divergentes e leis que não foram... A lei 10438 não foi revogada.

Então, qual é o meu sentimento, senadores? O único país do mundo que fez leilão de eólica foi à Irlanda, e não deu certo. Existem três sistemas de

contratação no mundo de eólica, que são os históricos, FIDIN(F), créditos tributários, e leilões. A maioria dos países em que, fortemente, foi incentivada a eólica e que tem os melhores resultados são sistemas FIDINS(F), são sistemas, como foi o PROINFA, de tarifa prefixada, com visão de longo prazo, e inserção na matriz energética em cotas anuais. Esse é o sistema FIDIN(F), ou seja, você predetermina uma tarifa, essa tarifa ela pode ser regressiva ou não. O que Paulo falou de ser mais cara, Paulo, basicamente está sendo utilizado isso na Alemanha, principalmente, em empreendimentos de baixa atratividade. Por que baixa atratividade? Os melhores sites já foram tomados, e agora você precisa, e é a política de governo você continuar incentivando eólica.

Então, você dá uma tarifa maior porque o projeto, o vento é menor, a rentabilidade, para que esse projeto... Que o investidor sinta interesse em investir e que, ao longo do tempo, ela chegue a patamares de tarifas mais competitivas. Eu não sei se, nesse momento no Brasil, esse degrau seja, é interessante para o consumidor, mas para o gerador, como a gente vai ter uma competitividade natural através de leilão, eu não acredito que isso seja tão interessante nesse momento. Nos sistemas de leilões, você tem uma competitividade natural, os melhores empreendimentos é que sobrevivem, esse é a técnica. Eu acho que a gente vai testar um fator novo. O Brasil vai ser, a questão de leilão, de inserção de longo prazo, ela não tem histórico ainda, a não ser a Irlanda num caso pontual, e não deu certo.

O caso dos Estados Unidos foi um caso de créditos tributários e quem gerasse energia eólica ganhava um crédito tributário numa compensação de impostos. Também eu não considero como sendo a solução melhor, porque acabou concentrando a maior geração em grandes players, em grandes distribuidoras, em grandes geradoras de impostos. Então, eles tinham incentivo de gerar energia para abater os impostos. E isso cresceu demasiadamente, os Estados Unidos está revendo essa determinação agora. E isso vai de encontro com a Lei 10438, e eu acho que é um grande elemento que vem se firmando no Brasil, e para a ANEEL também, que é o produtor independente autônomo.

Quando o senhor falou de PCH, e esse incremento de PCH e a redução dos custos, ela é principalmente feita por piers, os produtores independentes autônomos, empresas pequenas que estão buscando esse nicho de mercado, onde os grandes marginalizam esse empreendimento. Então, no sistema tributário de créditos, você acaba naturalmente excluindo os pequenos, porque você não consegue absorver o imposto dentro da cadeia. Então, na minha visão, uma renovação agora do PROINFA seria, vamos dizer, tirar o foco. Eu acho que primeiro a gente tem que testar o leilão. Eu acho que tem a Lei 10848 e nós estamos, acho que no 10º leilão, 12º, mas ela está sofrendo, vamos dizer, os leilões estão amadurecendo.

Eu acredito que as regras tem que ser claras, os volumes tem que ser atrativos, mas o instrumento momentâneo é esse momento interessante. O senhor me perguntou por que é ruim a energia eólica? Por que eu disse por que era ruim? No Brasil, existia um preconceito. Se o senhor vir o sistema, Dr. Cícero, da gestão no Brasil de energia, nós temos 70% das distribuidoras privadas, 30% públicas. Na geração é o contrário, 70% públicas, 30% privadas. O brasileiro, costumo dizer, que é um povo muito reativo e não, muitas vezes, proativo. Então, quando você vem com uma idéia nova de mudança de energia, com uma tecnologia nova, isso causa resistência. Nós já fomos taxados de energia de boutique, energia cara.

E hoje a gente consegue provar que a energia eólica é uma energia barata, mais barata, porque barateia o sistema, mais barata de que uma térmica. Então, existia muito preconceito, mas quando eu falo preconceito, são conceitos predeterminados de que eólicas eram pouco produtivas, eólicas afetavam muito o grid de conexão. Hoje você tem sistemas de controle altamente avançados nas turbinas, existe muito pouco impacto hoje das eólicas em sistema reativos, operativos. Então, isso é uma desmistificação que está vindo ao longo do tempo. Então, nós tínhamos, principalmente, um setor elétrico altamente concentrado em hidroelétricas, que tinham preconceito com uma nova tecnologia que o Brasil não dominava.

Mas eu acredito que isso está modificando. Um próprio vetor que nós vemos claramente é a Eletrobrás, era uma empresa que, num primeiro momento, lá no PROINFA, eu participei desse processo. Ela era um tanto quanto reativa à idéia de inserção e hoje é uma das empresas que mais são proativas nessa inserção, tá? O senhor me perguntou também: 10 anos consolida? 10 anos dá uma visão. Eu acho que para um empreendedor a gente pode determinar aqui, a inserção de uma quantidade de energia anualmente, por lei. Isso pode ser feito. Mas a gente não tem como determinar a implantação de uma indústria por lei. Então, a indústria vem com uma visão, a indústria vem atrás do mercado.

Na hora que você dá a visão de mercado a indústria vem e se estabiliza. Dez anos é o começo, todos os históricos de todos... De onde está no mundo, é somente o começo. Se você dá essa visão de continuidade, isso já é uma segurança de longo prazo para o investidor. A Amazônia, basta investigar. No Brasil

não tinha petróleo há 60 anos atrás, hoje a gente tem o pré-sal. Temos que investigar, temos que ir atrás das jazidas de vento como existem jazidas de petróleo. O nome é exatamente isso, jazidas de vento. Temos que investigar, eu acho que um ponto importante também para o Norte, para diminuir a dependência de combustíveis fósseis, é a interligação.

Com a interligação ao sistema interligado, ao SIN, naturalmente, a gente pode quebrar aquela idéia de precisar gerar energia dentro da própria casa. Eu posso gerar energia num outro ponto, que não seja a região Norte, mas que vai beneficiar a região Norte, não é, desde que ela esteja interligada, ou seja, eu vou suprir o combustível que hoje está sendo gerado, como a geração no Maranhão, por exemplo, que é um Estado que hoje, tecnicamente, está enquadrado no Nordeste, mas fisicamente, geograficamente, tem muita interação com o Norte. O potencial eólico do Maranhão é muito grande, do Norte, da Amazônia legal.

Então, essa sinergia, senador, Maranhão, alguns Estados, Amapá, eu acho que tem um potencial grande. Precisam ser investigados. Existem ações pontuais agora, como o Governo do Estado de São Paulo, que ninguém dizia que tinha vento e está sendo feito o atlas eólico do Estado de São Paulo. O Espírito Santo foi feito o atlas eólico do Espírito Santo, Santa Catarina, então, acho que cabe uma ação aí também pontual de...--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tem muita coisa ainda?

SR. SÉRGIO MARQUES: Fabricante nacional que o senador perguntou, o Senador Lobão perguntou. Existe sim uma divergência, hoje o fabricante nacional ele paga ICMS na cadeia, existe um convênio CONFAZ Nº 112, que isenta o aerogerador de ICMS, mas é a venda do equipamento completo. Quando ele compra as partes do equipamento, por exemplo, ele comprou um gerador, ele comprou uma multiplicadora, ele comprou um parafuso. Esse equipamento vem com o ICMS e fica na cadeia, ele fica na cadeia do fabricante, ou seja, esse ICMS ele fica dentro da cadeia produtiva e ele acaba repassando isso. Então, ele não tem ICMS para mim, tudo bem, não tem uma sobretributação, mas tem um preço mais alto porque ele adquiriu com o ICMS, então...--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. SÉRGIO MARQUES: Ele é competitivo. Hoje, por questões tributárias. Hoje, o equipamento nacional é mais oneroso do que o equipamento importado, precisamos desonerar a cadeia. Se quer uma política de longo prazo e incentivo de produção local, seria a desoneração de partes de equipamentos, e esse ICMS fica na cadeia. E ele não consegue repassar isso. Então, hoje é um ponto que ele fica na cadeia. O senhor me perguntou também a área média para 100 megas. A gente tem uma conta de padeiro, mas é uma conta de padeiro de aproximação, de que cada turbina de dois megas utilize dez hectares. Então, num projeto de 100 megas, nós estaríamos com 50 turbinas, algo em torno de 500 hectares.

Então, essa seria uma... Essa regra, senador, é como eu falei para o senhor, é conta de padeiro, porque o que é determinante na área é o vento. Quanto mais forte for o vento, menor a área a ser utilizada, porque você pode juntar mais os aerogeradores. Então, você tem a perda de uma esteira de um aerogerador para o outro e isso é impactante na hora do estudo. Quanto menor o vento maior o distanciamento, por causa do impacto entre as turbinas. Então, em áreas com maior potencial eólico as áreas, você vai necessitar de áreas menores. Áreas com menor potencial eólico você vai precisar de áreas maiores.

Complementariedade de hídrica é total, isso já foi e tem vários estudos da própria CHESF. A CHESF é um dos vetores de maior incentivo hoje da eólica no Nordeste, regularização dos reservatórios da CHESF, via eólica é um estudo que já foi feito há muito tempo, e eles hoje, é uma das empresas que incentivam fortemente a eólica. O atual Presidente da Eletrobrás, Dr. Antonio Carlos Muniz, ele tem um estudo, principalmente é um dos pais de Belo Monte e nós fizemos, recentemente, uma demonstração. A Eletrobrás fez uma demonstração, junto com a ABEÓLICA , da complementaridade da Bacia Amazônica com os ventos do Nordeste. E elas também foram extremamente complementares.

Existia um estudo na viabilização de Belo Monte, devido à sazonalidade com o período seco com o molhado, que é bastante acentuado, de interligar com a Venezuela, trazendo importação de energia da Venezuela. E nós conseguimos comprovar que não há essa necessidade desde que você invista em energia eólica no Maranhão. Então, você colocando o Maranhão, energia eólica no Maranhão e Belo Monte, você tem uma complementaridade fantástica. Então, esse é um ponto que tem que ser...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sérgio, eu vou pedir para você concluir.

SR. SÉRGIO MARQUES: Concluí.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Concluiu? Então, obrigado pela sua participação.

SR. SÉRGIO MARQUES: [Risos]. O senhor manda, eu obedeço. Pedido atendido.

SRA. ANA LÚCIA: Vou falar rapidamente, com relação ao que o Senador Lucena se referiu com relação a passivos ambientais, né? Quer dizer, é muito difícil qualquer fonte de energia não gerar algum tipo de impacto ambiental. Então, o Ministério está trabalhando com a sua equipe para definir critérios por licenciamento porque, de fato, existem impactos ambientais provenientes da geração de energia eólica. O que nós estamos querendo fazer é, com vistas a se chegar a se alcançar o objetivo do plano e conciliar com redução de emissões de gás carbônico é, exatamente, ver quais são esses impactos, quais seriam os critérios ideais para a gente fazer uma análise objetiva e rápida com relação a isso. É isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aproveitando para que comece o estudo em terra e já vá pensando também no mar, que é o IBAMA que, possivelmente, vai ter que dar a licença.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Antes de concluir a Sessão, eu quero só colocar em apreciação, temos quatro requerimentos extrapauta. Primeiro tem que colocar em apreciação a inclusão desses requerimentos extrapautas. Questiono e pergunto aos Senadores se há... Se temos a condição de aprová-los. Quem for favorável à inclusão dos quatro requerimentos permaneçam como se encontram. Aprovado.

Primeiro requerimento do nosso Vice-Presidente Cícero Lucena, que requer Audiência Pública, com intuito de discutir utilização de fontes alternativas de energias renováveis, sendo que a lista de convidados para a audiência será definida posteriormente. Senadores favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

O outro requerimento também do Senador Cícero Lucena que requer a prorrogação dos trabalhos da Subcomissão Temporária sobre gerenciamento de resíduos sólidos pelo período de um ano. Senadores favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Um requerimento da minha autoria, que seja feita uma comunicação conjunta, já aprovada na Comissão de Ciência e Tecnologia, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à Ministra Dilma, ao Ministro Edison Lobão, pedindo de fato a implantação do aquecimento por energia solar. Então, as duas Comissões encaminhariam documento no programa de habitação popular. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento e da comunicação conjunta.

E um outro requerimento da minha autoria que requer a realização de Sessão Solene a ser realizada no dia 24 de março, no Congresso Nacional, em Comemoração ao Dia Mundial da Água, este requerimento em conjunto com a Comissão da Câmara, acho que a nossa Deputada Rebeca, lá do Congresso, a Rebeca, lá do seu Estado do Amazonas aprovou esse requerimento e nos solicitou, e nós estamos pedindo a realização do Congresso Nacional pelo Dia Mundial da Água, no dia 24 de março. Os parlamentares favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado. E eu quero, então, agradecer ao Edvaldo, ele teve que se ausentar por um compromisso, ao Ivan, ao Paulo, ao Sérgio, a Ana Lúcia e esse é um tema que vai ficar permanentemente. Com a publicação do edital nós vamos voltar aqui para o debate do edital. Ok? Muito obrigado pela participação de vocês. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 13h20.

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e nove minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e nove, na Sala nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador RENATO CASAGRANDE, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores JOÃO PEDRO, JOÃO RIBEIRO, LEOMAR QUINTANILHA, GILVAM BORGES, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELNNER, KÁTIA ABREU, HERÁCLITO FORTES, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, JEFFERSON PRAIA, INÁCIO ARRUDA, DELCÍDIO AMARAL, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO e SÉRGIO ZAMBIASI. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se a deliberação da pauta. Item 01) REQUERIMENTO Nº 08, DE 2009-CMA, que requer, "nos termos do artigo 58, inciso II, da Constituição Federal e do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública para contribuir com o debate e instrução do Projeto de Lei nº 260 de 2007, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária. Para tanto, solicito que sejam convidados: Ministério do Meio Ambiente – MMA; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Faculdade de Agricultura e Medicina Veterinária – FAV – UnB; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, representada pela Senadora Kátia Abreu; Grupo Campo, represen-

tado pelo Dr. Alysson Paulinelli e WWF, representado pelo Dr. Cássio Moreira - Coordenador do Programa Agricultura. Autoria: GILBERTO GOELLNER. Resultado: Aprovado. Item 02) OFÍCIO "S" Nº 9, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO, que "encaminha ao Senado Federal, o Relatório sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, referente ao ano de 2007". Autoria: Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente". Relatoria: Senador HERÁCLITO FORTES. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Concedido pedido de vista ao Senador FLEXA RIBEIRO. Item 03) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO, que "modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que 'estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências', para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais". Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria "ad hoc": Senador JOÃO PEDRO. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Aprovado o parecer favorável. Em razão da ausência do Relator, a Presidência adia o item 4 da pauta. Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 718, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO, que "altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário". Autoria: Senador GERSON CAMATA. Relatoria: Senador CÉSAR BORGES. Parecer: Favorável à matéria com cinco emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 05) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 90, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO, que "Susta a aplicação do artigo 3º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003". Autoria: Senadora KÁTIA ABREU. Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Concedido pedido de vista coletivo. Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2007 – TERMINATIVO, que "Acrescenta parágrafos ao art. 37 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para dispor sobre publicidade". Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO. Relatoria: Senador VALTER PEREIRA. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Rejeitado o projeto. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO, que "acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça". Autoria: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR. Relatoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Rejeitado o projeto. Em virtude da ausência do Relator, a Presidência adia o item 8 da pauta. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO, que "acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato". Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO. Relatoria: Senador ALMEIDA LIMA. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. EXTRA-PAUTA, é deliberado o REQUERIMENTO Nº 09, DE 2009-CMA, que requer "nos termos do artigo 49, X; do art. 50, caput; e do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinados com o artigo 397, § 1º, do Regimento Interno, a convocação do Exmo. Sr. Ministro das Cidades para prestar, perante esta Comissão, informações referentes à utilização de recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que deveriam ser aplicados no âmbito do Programa de Ação Social em Saneamento (PASS)". Autoria: Senadora MARISA SERRANO. Resultado: Aprovado como convite. No transcorrer dos trabalhos, ocupa temporariamente a Presidência o Senhor Vice-Presidente, Senador CÍCERO LUCENA. Usam da palavra os Senhores Senadores GILBERTO GOELLNER, HERÁCLITO FORTES, FLEXA RIBEIRO, KÁTIA ABREU, JOÃO PEDRO, JEFFERSON PRAIA e CÍCERO LUCENA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA EM 24/03/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura. Senadores e senadoras, que estiveram de acordo com a dispensa da leitura da Ata, permaneçam como se encontram. Aprovado. Os Srs. e Sras. Senadoras, que estiveram de acordo com a dispensa da leitura da Ata, permaneçam como se encontram. Aprovado. Dispensada a Ata.

O item nº1 da pauta. O Requerimento do Sr. Senador Gilberto Goellner, que requer Audiência Pública para contribuir com o debate e instrução do Projeto de Lei 260, de 2007, que instituiu a política nacional de integração lavoura/pecuária. Para tanto, sugere que seja convidado o Ministro do Meio Ambiente, Ministro da Agricultura, Faculdade da Agricultura de Medicina Veterinária, UNB, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Grupo Campo, representado pelo Dr. Alysson Paulinelli, e WWF, representado pelo Sr. Cássio Moreira. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner, que é o autor do Requerimento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu quero lhe cumprimentar por ter assumido essa importante Comissão, que é a Comissão do Meio Ambiente. Srs. Senadores, Sra. Senadora, essa Audiência Pública tem muito a ver com a recuperação das pastagens degradadas do país, onde se fala muito que a pecuária brasileira ocupa 200 milhões de hectares, tem o rebanho equivalente a também 200 milhões ou 220 milhões de cabeça, e que ela poderia ser mais eficiente. Dentro dessas eficiências, do manejo de gado bovino do país, eu vejo que uma integração com lavoura, com rotação e uma integração com a silvicultura, para permitir avanços e melhoria econômica da atividade pecuária do país, também se insere ao conforto térmico dos animais, manejados num sistema de integração silvipastoril. Então, esse projeto que iniciou, que é da autoria do Senador Expedito Júnior, e que eu sou Relator, eu vejo que nós devemos evoluí-lo, debatê-lo. E aqui estão convidados pessoas e entidades que representam esse debate. Inclusive, uma ONG, WWF, o Grupo Campo, representado pelo Dr. Alysson Paulinelli, o Grupo Campo, que tem experiências nesse sentido, dessa integração silvipastoril, a fazer reflorestamento nos campos de criação de pecuária.

Então, eu gostaria de colocar isso aí à aprovação dessa Comissão, e nós instruirmos e agendarmos urgentemente essa Audiência Pública, para torná-la como instrutiva e debatedora para a aprovação do Projeto de Lei, nº. 260, do Senador Expedito Júnior. Obrigado, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quer discutir, Senador Heráclito? Então, colocamos em votação o Requerimento. Os senadores e senadoras, que estiveram de acordo, permaneçam como estão. Aprovado. Pois não, senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já é o item 2.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já o item 2?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já é o item 2.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está aqui como 12.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, é o item 2. O item 2 é um ofício, é um ofício que encaminha ao Senado o relatório sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, referente ao ano de 2007, ainda, Sr. Senador. Da autoria Serviço Florestal Brasileiro, Ministério do Meio Ambiente. E relatoria, o Senador Heráclito Fortes, para quem eu passo a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A lei de gestão de florestas públicas, nº. 11284, obriga o serviço florestal brasileiro a submeter anualmente ao Congresso relatório de gestão de florestas públicas. Presume-se, então, que a matéria possui caráter rotineiro e protocolar. Trata-se da regulamentação da sua matéria. Quero ser breve, exatamente para não tomar o tempo para os demais itens da pauta. O parecer é favorável. Eu li as considerações finais para...

Finalmente, o relatório-exame identifica a "prioridade do FB para o ano de 2008, entre as quais merece destaque. Completado 200 milhões de hectares de florestas públicas do Estado, realizado primeiro demarcações de floresta pública, assinar os primeiros contratos de contratação florestais, realizar os 2º e 3º editais de licitações para concessões florestais, realizar o PAOF 2009, e ter, pelo menos, 3 PAOFs estaduais na Amazônia e regular o sistema de auditoria independente, cadeia de custódia e rastreamento de frota. Ante o exposto e com base no art. 9º, 102 "a", §2º, e 133, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal, opinamos pelo conhecimento do ofício S, nº. 9, de 2008, e pela remessa do processo ao arquivo". É o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Heráclito. Em discussão. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Renato Casagrande e o Relator Senador Heráclito Fortes, meus senadores, minhas senadoras. Eu... Todo parecer do Senador Heráclito Fortes é muito, muito forte realmente. Tem uma substância bastante grande, mas eu pediria à V.Exa. vista do processo, para que eu possa aprofundar melhor a análise do relatório, não do parecer. Porque a questão das florestas públicas, na Amazônia e no Estado do Pará, é da maior importância, eu quero fazer uma análise mais profunda do relatório do Instituto--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Do Serviço Florestal Brasileiro. Continua em discussão. Apesar de ter pedido vista, é regimental, será concedido vista. Mas eu também quero aproveitar e dizer da importância desse relatório. Eu acho que V.Exa. tem total razão. Há dois anos atrás, nós trouxemos aqui o chefe do Serviço Florestal Brasileiro para uma Audiência Pública, e, talvez, V. Exa. pudesse até sugerir que nós trouxéssemos ele aqui, para ele apresentar quais são os resultados efetivos da concessão de florestas, porque é uma atividade econômica importante e é uma atividade que tem a necessidade de promover proteção da cobertura florestal no nosso país, da Região Norte, especialmente da região da Amazônia Legal, e um debate mais aprofundado sobre o tema, acho que tem toda a procedência. E eu parabenizo V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Casagrande, V. Exa. tem toda a razão. É minha intenção realmente fazer uma solicitação de uma Audiência Pública, que seria de toda a Comissão, com a anuência do Senador Heráclito Fortes. Dado pedido de audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Heráclito Fortes, se não tiver discordância, ele está pedindo a sua permissão para, depois de apresentar o Requerimento, trazermos aqui o chefe do Serviço Florestal Brasileiro, para que ele possa apresentar os resultados iniciais da concessão de floresta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu acho salutar, eu acho que...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se V. Exa. lembra, nós aprovamos essa lei, agora, tem três anos atrás.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Engrandece essa Comissão. Tem todo o meu...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É importante a gente acompanhar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu encaminharei não só do chefe do Serviço Florestal Brasileiro, mas também do contraponto, né, o setor que busca acesso às concessões de floresta pública para ter condições de insumos para indústria madeireira, que está em situação de total insolvência.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem, senador. Então, concedido a vista. E V. Exa. apresentará posteriormente o Requerimento.

Senador Heráclito Fortes se despede da Comissão, por enquanto. Certamente tratará de outros assuntos de interesse do Senado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mesmo com ausência física do senador, ele nunca deixa de estar ausente nas Comissões que ele participa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Item 3 da pauta. Projeto de Lei do Senado, nº. 205, de 2008, projeto não terminativo. Projeto da minha autoria, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Altera as leis 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de maio de 90, 8.666, da lei de licitações, e revoga a lei 6.528, de 11 de maio de 78; e dá outras providências, para determinar que o planejamento para prestação de serviços de saneamento básico inclua o sistema de redução de velocidade de escoamento das águas pluviais". Projeto da minha autoria, Senador Almeida Lima é o relator. Já demos um prazo ao Senador Almeida Lima na reunião passada, e nós não tivemos a presença do Senador Almeida Lima. Para que nós não fiquemos com a pauta engessada e sobrestada, eu vou pedir ao Senador João Pedro que seja o relator ad hoc desta matéria. Só lembrando à V. Exa. que eu tive a oportunidade, e você também teve oportunidade, de ir ao Fórum Mundial da Água, em Istambul, e, lá, nós tivemos a oportunidade de visitar uma cisterna com capacidade de 80 milhões de metros cúbicos de água, feita pelo Imperador Constantino, imperador do Império Romano, feita há 1500 anos atrás. E este projeto tem objetivo semelhante, apesar de ter já sido usado há 1500 anos atrás, lá na época Constantinopla. Então, com a palavra...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria muito, se fosse possível, por cinco minutos, o senhor que é autor do projeto, pudesse explicar ele a nós, antes da leitura do relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O projeto... Acho que vou pedir, então, ao nosso Vice-Presidente que assuma a presi-

dência e me conceda, então, a palavra por solicitação da senadora, e eu possa...

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Está concedido.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Presidente, o projeto que nós estamos apresentando é um projeto que tem objetivo de fazer com que as grandes cidades incluam, no seu plano de saneamento, que tem que incluir abastecimento de água de qualidade, tratamento de esgoto e resíduos sólidos, que inclua, também, locais de armazenamento de água, águas pluviais, grandes reservatórios de águas pluviais, para que essa água não vá, com toda a velocidade, à caixa do rio e promova as inundações dos bairros que margeiam esses córregos, e esses rios. A cidade de São Paulo é um exemplo claro, está a 900 metros de altitude, poderia fazer grandes reservatórios de águas. Já tem até alguns seitos(F), mas não teve continuidade nesse trabalho. E se você tivesse o local para que essa água pudesse ser escoada, que não fosse a caixa do rio, certamente os prejuízos seriam muito menores. Coreia do Sul já usa isso com muito resultado positivo. Eu citei aqui a cidade de Istambul, que nós tivemos oportunidade de participarmos do Fórum Mundial da Água. É porque tivemos a chance de visitar uma cisterna dessa, que, na verdade, é um grande local de armazenamento de água, que, naquela época, era feito para poder abastecer a cidade, mas, ao mesmo tempo, também, com objetivo de se preparar para a guerra. Porque viviam em guerra; então, os inimigos envenenavam a água e cortavam a água. Mas o nosso caso aqui é para que a gente possa ter, de fato, um prejuízo menor com relação às chuvas que, cada vez mais, se concentram no menor tempo do ano, pelas mudanças climáticas, e, ao mesmo tempo, para que a gente possa, até se for o caso, enfrentar períodos de estiagem em algumas grandes cidades, porque essa água, também, bem armazenada, poderá ser utilizada e tratada para utilização das pessoas.

Então, rapidamente, é isso. Passo a palavra ao relator ad hoc, Senador João Pedro.

[troca de presidência]

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Srs. Senadores, Sr. Presidente, o relator é o Senador Almeida Lima. E eu passo para a página 21 da análise do projeto. "A lei de nº. 11.445, de 2007, estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico de forma abrangente, por meio de um conjunto de 60 artigos. Entre esses dispositivos, podemos encontrar a normalização de vários aspectos relacionados com o tema, tais como: seus princípios fundamentais, a titularidade dos serviços, regionalização da prestação desse serviço, a regulação das atividades, o planejamento, os aspectos econômicos e sociais associados, o controle social e a política federal de saneamento básico. O art. 19, da Lei 11.445, de 2007, ao qual o PL, nº. 205, de 2008, acrescenta um novo parágrafo, estatui que a prestação de serviços públicos de saneamento básico deverá observar planos que poderão ser específicos para cada serviço. Segundo o caput daquele dispositivo, esses planos devem abranger, no mínimo... Aí tem inciso I, II, III, IV, V, VI. Prossegue na análise.

Nota-se que as principais características que esses planos devem apresentar são discriminados em oito parágrafos do art. 19, da lei 11.445. O mérito dessa iniciativa pode ser observado quando nos lembramos dos prejuízos provocados pelas inundações, que ocorrem em cidades altamente impermeabilizadas, pela urbanização acelerada. Esse processo responde por uma série de agressões às várzeas das bacias hidrográficas, com incalculáveis prejuízos, além das doenças transmitidas pela água; tifo, a hepatite, e leptospirose, por exemplo. O patrimônio dos cidadãos é severamente atingido quando ocorrem esses fenômenos. É importante ressaltar que uma inundação, mesmo que restrita a determinado rio ou bacia, resulta em impactos diretos e indiretos para economia de todo o estado. Essa impermeabilização é enganosa, pois, aparentemente, significa maior conforto para a sociedade. Contudo, ela não pode ser feita de modo indiscriminado, uma vez que possui um grande potencial para impedir que as águas das chuvas diminuam de volume no solo, antes de alcançar os rios.

Nesse contexto, resta provar que as condições naturais de drenagem não podem ser restabelecidas. Assim, impõe-se a necessidade de criar mecanismos que permitam diminuir a velocidade de escoamento das águas pluviais em direção aos rios. Não se observa, na proposição, qualquer não-conformidade no que se refere à constitucionalidade e à boa técnica legislativa. O voto do relator: com base no exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, nº. 205, de 2008. Sala da Comissão". Tenho dito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, senador. Em discussão. Com a palavra... Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores e senadoras, que estejam de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria. Eu agradeço. Item nº. 4. "Altera o decreto de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagem e vasilhas de produtos de uso veterinário". O Senador César Borges estava na reunião passada, não está nessa. Nós estamos dando uma sessão de carência, quando o relator não se encontra, combinado aqui na Comissão.

Então, nós vamos pedir para que a gente possa deixar o item 4 para a próxima sessão, esperando que o Senador César Borges possa estar presente. Se ele não estiver, logo designamos um relator ad hoc, na sessão da semana que vem.

Item nº. 5. A autora é Senadora Kátia Abreu. "Susta a aplicação do art. 3º, do decreto 4.680, de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela lei 8.078, de 11 de setembro 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares, destinados ao consumo humano ou animal, que contenham ou sejam produzidos a partir de organismo geneticamente modificados, e da portaria 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto do § 1º, do art. 2º, do Decreto 4.680". A autora é Kátia Abreu, e eu sou relator. Eu vou pedir ao Cícero que assuma a presidência, para que eu possa apresentar o meu relatório.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a palavra o relator.

SR. RELATOR SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente Senador Cícero Lucena, a Senadora Kátia Abreu, em síntese, ela quer revogar um artigo do decreto de 2003, que exige a publicidade nos rótulos dos alimentos, alimentos de origem animal, onde o animal use produtos transgênicos. É importante que eu também saliente que eu não tenho posição contrária aos produtos transgênicos, não. Eu tenho posição favorável à publicidade, à informação ao consumidor, ao princípio que rege o Código de Defesa do Consumidor, que é o princípio da informação ao consumidor, do consumidor saber aquilo que está consumindo e do consumidor saber exatamente se altera ou não altera a sua fisiologia, se altera ou não altera o seu dia-a-dia, mas que ele possa ter ciência daquilo que ele está consumindo.

Então, essa informação acho que é uma informação relevante, até pela importância do tema sobre os produtos transgênicos, que se trava hoje na sociedade mundial; não só brasileira, mas da sociedade mundial.

Então, eu não vou ficar lendo meu relatório todo, mas, resumidamente, esta é a tese que nós defendemos. Por isso que, com muita tristeza, podemos dizer assim, me posicionei contra o decreto da Senadora Kátia Abreu, que é Presidente de projeto de uma confederação tão importante, que é a Confederação Nacional da Agricultura, mas que, neste caso, até para respeito ao Código de Defesa do Consumidor, eu tive que me posicionar, com relação a esse tema, desta forma. Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Exposto o voto do Senador Casagrande e relator, contrário à matéria, para discutir com a autora do projeto, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu tenho certeza absoluta que eu não me fiz entender no meu projeto, porque eu penso exatamente como V.Exa. Sou legalista, cumpridora da lei e, portanto, sou a favor da lei de OGMs. Eu acho que todo o produto OGM... Estava conversando aqui com o Senador Gilberto, que discutia esse assunto. Por que não fazer o contrário, o que não for OGM, diz: "Não é OGM"? Mas a lei de OGM está feita, teve o apoiamento de todo o Congresso, e ela é pertinente. Penso exatamente como V.Exa., por isso acho que eu não me fiz entender e eu sou responsável pelo senhor ter votado contra. E espero que, talvez, com minhas palavras aqui, eu possa reverter a sua... não a sua opinião, mas o seu entendimento, por meu projeto não estar bem explicado.

Sr. Presidente, o meu projeto propõe a mudança em duas situações. Um decreto e uma portaria. Certo? O que eu estou pedindo para modificar em um decreto? Que, na realidade, esse decreto está legislando, ele está indo além do que a lei de OGM manda. Ele diz o seguinte, o decreto 4.680, de 2003, deste governo: "Quer rotular produtos e ingredientes, oriundos de animais que foram alimentados com ração que continha OGM ou derivado". Eu vou resumir o que é isso. V.Exa. quer que eu informe, num pudim de leite condensado, que aquele pudim foi feito com leite da vaca, que comeu ração, que tinha milho transgênico, e que o ovo que fez o pudim é de uma galinha que comeu ração transgênica. É isso que o decreto quer.

Então, eu quero só lembrar que não há como eu pedir uma pizza no restaurante e a calabresa da pizza, que usou para fazer a pizza, seja informado que aquele suíno comeu ração transgênica, lá atrás. Isso quer dizer, Sr. Presidente, que, se eu comer rã, não significa que eu virarei uma rã. Se eu comer carne de coelho, eu não vou virar coelho. Eu estou querendo dizer, com esse exemplo bem simples, não para fazer nenhuma chacota, nem uma brincadeira, mas é exatamente isso. Que, às vezes, as ideias e as teses nos confundem.

Então, o fato de um porco, de uma galinha ou de uma vaca ter sido alimentado com ração que continha milho transgênico, essa carne não é transgênica. Então, não há necessidade de informação a respeito desse assunto. A lei de OGM não pede isso, a lei de OGM é clara, quando ela manda rotular apenas o OGM e o

derivado. O que é um OGM? É um milho. E o que é um derivado? O fubá.

Então, Sr. Presidente, não existe, Senador Renato Casagrande, a menor hipótese de isso se viabilizar, a menor hipótese de isso acontecer. Nós estamos, nesse momento, quando aceitamos a continuidade desse decreto, onerando a produção nacional em burocracias desnecessárias, que não tem nenhum fim científico. Então, se é aprovado, é porque é seguro. Ou nós temos que mudar lá atrás as coisas. Ou nós temos que mudar CTNBio, nós temos que modificar todo o Conselho, porque não tem credibilidade no país, e nem para o Senado Federal. Ou nós confiamos os nossos cientistas ou nós temos que desmanchar e proibir transgênicos no país. Porque não dá para permitir o transgênico e, depois, criar condições de situações que vai inviabilizar essa produção. E nós sabemos... Só para os colegas terem ideia, eu sei que a maioria aqui deve saber dessa informação. Só com relação à soja, Sr. Presidente, se nós estivéssemos no ritmo de outros países, com o desenvolvimento da soja, RR, BTR, que já estão lá na frente - nós estamos no Fusca, e eles estão na Mercedes-Benz da transgenia -, nós teríamos economizado na agricultura brasileira mais de 7 bilhões de reais. Com o pouquinho que nós temos, nós conseguimos economizar 2 bilhões de reais. O nosso potencial em economia... Os algodoeiros do país, os plantadores de algodão, ou vão plantar transgênico, você lá do seu Mato Grosso, ou vão parar. Ou vão parar porque é uma coisa inadmissível. 50% do custo de produção do algodão são defensivos, que polui o ar, que polui o meio ambiente, como diz os ambientalistas. E aí eu quero usar um OGM, algodão OGM, que aplica-se metade dos defensivos, também não pode.

Então, uma coisa interessantíssima isso. Porque o defensivo algodão aplica muito defensivo, muito herbicida e fungicida, mas, na hora que eu acho uma condição, que é o transgênico, que ele é resistente àquela pragas, e, portanto, eu vou aplicar menos na natureza, aí querem proibir também. Então, o que eu peço, encarecidamente, aos colegas senadores e senadoras é que nós não possamos ter meio termo. Ou nós proibimos o transgênico no Brasil ou deixamos as coisas acontecer de acordo com a ciência.

O que é que é o segundo ponto que eu estou aqui modificando. Então, não estou contrariando a lei de OGM. A informação é importantíssima. Eu só não posso pôr a informação onde não precisa pôr, onde ela é indevida e praticamente impossível, inexeqüível, de ser colocada, ou nós vamos estar brincando de colocar informação, porque eu não tenho como informar isso, quando eu vou comprar um pudim na padaria.

O segundo ponto, a Portaria 2.658. Ela exige sabe o que, Senador Casagrande, que está no meu projeto? Ela exige que, no alimento vendido para humanos e animais, que contenha OGM ou derivados, eu coloque esse símbolo aqui. Eu gostaria que os senadores pudessem olhar. O que esse símbolo lembra? Esse símbolo lembra o quê? Esse símbolo, gente, é semelhante ao alerta de advertência de trânsito. Então, como é que é justo eu pedir para o empresário do país, que plantou o milho, que industrializou, que empacotou, que pagou imposto, eu ainda vou pedir a ele que coloque isso no seu produto, se os cientistas do país disseram que não faz mal à alimentação humana? Isso não é honesto, Sr. Presidente, não é honesto fazer isso com os empresários. Imagine um pacote, na mesma prateleira do supermercado, um pacotinho de fubá, que o senhor vai comprar para fazer mingau para o seu menino de dois anos de idade, um com esse alerta e outro, sem alerta. Qual o senhor acha que vai vender? É desonesto, é injusto, Presidente, é injusto, senador. Isso aqui não existe. Isso aqui não tem a menor necessidade, não tem em lugar nenhum, na lei de OGMs, que obrigue a colocar isso. Então, vamos proibir o OGM no Brasil de uma vez, vamos votar e vamos proibir. Porque isso aqui não se faz, isso não é inteligente.

Então, se foi aprovado por todos os cientistas, por todos os ministros do conselhão, que, normalmente, recorre-se, se todos os ministros do país referendaram os cientistas, somos nós, senadores, que vamos dizer: "Não, os cientistas estão errados, os Ministros de Estado estão errados e vamos colocar esse símbolo aqui, porque o OGM é perigoso". Porque isso aqui é o mesmo que demonstrar perigo.

Então, nós vamos retirar do ramo aquelas empresas, aqueles produtores que lá de trás... Nós temos que avaliar que a aplicação do transgênico é lá atrás. O que nós queremos com transgênico? Ele é mais gostoso do que um produto não transgênico? Absolutamente. Em gosto, não tem diferença nenhuma. O gosto dele é só no bolso, Presidente. É só no bolso. É só no bolso. É menos hora máquina, é menos combustível poluindo, é menos combustível sendo gasto, é menos defensivo aplicado, é menos fertilizante aplicado. É economia no custo de produção. E o que é que faz o custo de produção? Estabelece o preço na prateleira do supermercado. Então, eu estou tentando produzir alguma coisa barata, para que as pessoas possam comer barato, comer comida barata; de qualidade e barata, como disse a Senadora Marisa, na Comissão de Agricultura, agora há pouco. É importante estabelecer as condições para que os produtores possam continuar produzindo, mas o objetivo maior dessa Casa é garantir o abastecimen-

to do país. Muita comida de qualidade e de preço, que as pessoas possam comprar.

Então, Sr. Presidente, todas as condições que nós pudermos evitar de uma burocracia desnecessária, de uma burocracia injusta, nós devemos evitar. O custo Brasil já é altíssimo. São os impostos, as estradas que não existem, as hidrovias que não são feitas, as ferrovias que não tem, o direito ao consumidor que não é garantido, o direito da concorrência, uma carga tributária de 16.9% na cadeia de alimentos. Sr. Presidente, Senador Renato Casagrande, eu gostaria muito que o senhor pudesse, se permite a opinião, fazer uma reavaliação a respeito. Não acho justo que nós possamos continuar referendando um decreto, uma portaria, que se arvoram além da lei de OGMs. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Ainda para discutir, inscrito o Senador João Pedro, depois o Senador Gilberto Goellner e Valter Pereira.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, eu pedi a palavra para... Eu vou pedir vista, eu estou pedindo vista desse item, desse projeto. Estou pedindo vista... Nós estamos votando. Não se trata aqui de uma discussão simplória, eu preciso formar uma opinião, um juízo, para ser responsável e absolutamente honesto comigo mesmo. Então, estou pedindo vista da matéria.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu gostaria de participar desse pedido de vistas, juntamente com o Senador João Pedro. Agora, como eu era o inscrito posterior, eu gostaria de formular aqui e colaborar com a Senadora Kátia Abreu, quando ela defende, quando ela defende aqui a não rotulagem dos produtos derivados de organismos geneticamente modificados. Eu diria ao Sr. Presidente dessa Comissão, Senador Renato Casagrande, que a sua preocupação foi válida. O mérito, a intenção foi muito válida. O senhor se preocupa com o consumidor final desses alimentos, com a população brasileira, a saúde da população brasileira. E é, sim, pertinente a essa Comissão analisarmos as consequências da ingestão de produtos que foram consumidos por animais, produtos derivados de produtos geneticamente modificados.

Mas eu gostaria de colocar aqui os motivos que foram expostos pelo relatório da Senadora Kátia Abreu, que levaram a sustação dessas normas. Primeiro, desrespeito, e não por ordem de insignificância, o custo do rastreamento e a inexiquibilidade desse rastreamento vai possibilitar, eu diria, um encarecimento desses alimentos no país, e isso, por si, isso por si, já seria um motivo relevante. Porém, na União Europeia, que são os países, hoje, mais exigentes e que têm critérios muito exigentes na configuração dos alimentos, na qualidade dos alimentos, produtos obtidos, produtos animais, alimentados com organismo geneticamente modificados, na União Europeia, não são sujeitos à rotulagem especial. Qual o motivo? Eles já foram aprovados pela CTNBio de lá. Então, esse é o motivo principal. Segundo, já houve uma assertiva dessa comissão de cientista que esses alimentos não fazem mal à saúde humana. Terceiro, esses símbolo, realmente, Senadora Kátia Abreu, pode fomentar uma desconfiança muito grande. Nós estaríamos contra as resoluções da CTNBio. E quarto, não é porque o animal foi alimentado com organismo geneticamente modificado que será classificado como derivado, haja vista que as rações, que ela explicou, que são fator de consumo, não vão transferir diretamente qualquer efeito negativo na qualidade ou na comprovação. Não tem nada comprovado hoje que isso aí seria relevante, seria um atentado à saúde humana.

Então, motivo pelo qual, eu sou contrário, realmente, me leva a ser contrário, por esses motivos, à rotulagem desses alimentos, oriundos de organismos geneticamente modificados, na cadeia de produtos alimentares, principalmente como consequência que a gente discute aqui, que são os produtos animais e também os produtos puros, de origem vegetal.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu consultaria o Senador Valter Pereira e Marisa Serrano, que estão inscritos, bem como o Flexa Ribeiro e o Senador Casagrande, que iria também fazer o seu posicionamento, se nós, já que será concedido o visto, para que nós pudéssemos entrar na votação dos itens terminativos, se nós poderíamos deixar essa discussão desse item para a próxima reunião, quando do retorno do visto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente. Senador Cícero.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sobre a questão da vista, eu gostaria de fazer um apelo ao Senador João Pedro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas o Senador Gilberto pediu também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para que fosse vista coletiva. Mas eu tenho certeza... Não, nós temos mais duas Comissões em que esse projeto tramitará, a de Constituição e Justiça e a de Agricultura e Reforma Agrária. É uma questão só de que a gente possa ter um andamento processual, e a gente pode discutir esse questionamento mais a frente e dar andamento no projeto da Senadora Kátia Abreu, até porque o parecer do Senador Renato Casagrande,

quando ele fez a exposição, ele realmente chama a atenção para a questão de você ter publicidade para o consumidor. Mas a Senadora Kátia Abreu, ela, ao defender o seu projeto, ela foi didática, ela foi didática. Ela mostrou que é impossível você fazer publicidade, não do produto, porque o produto tem a publicidade, mas no animal que consumiu, lá na frente, o produto. E ela tem toda a razão. E eu, como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, tenho que defender que se respeite a questão das pesquisas, do pesquisador. Se, lá no início, essa questão já foi discutida, a comunidade científica já deu o parecer de que não há problema para a saúde humana na utilização dos OGM, nós não vamos, nós, aqui, ficarmos discutindo se nós vamos colocar um símbolo a mais ou a menos, e, mesmo como foi dito pelo Senador Gilberto, a comunidade europeia, que tem uma preocupação muito forte nessa questão, não exige a identificação do símbolo.

Então, só pediria, Senador João Pedro, que nós pudéssemos avançar com o projeto, e V.Exa., então, na Comissão seguinte, que deve ser, ou na CCJ, deve ser terminativo na de Agricultura, possamos tirar as dúvidas e avançar com a proposta da Senadora Kátia Abreu.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a palavra, já que, regimentalmente, o pedido de vista terá que ser concedido àqueles que pediram vista, devido ao levantamento da questão do Senador Flexa Ribeiro, Senador João Pedro. Mantém o pedido?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu estou mantendo vista e quero manter, também, como o estado importante, que exporta açaí, que o mundo consuma açaí com a maior garantia possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Um minutinho, Senador Jefferson Peres(sic).

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Queria dar uma contribuição nessa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não. Só consultaria antes o inscrito...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mantido o pedido de vista, não tem sentido ingressar na discussão. Portanto, afasto a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sem discutir, mas apenas propondo, eu gostaria de já antecipar, queria ver a possibilidade de fazer um Requerimento para que tenhamos uma Audiência Pública, que eu gostaria de ouvir a comunidade científica, eu não sei se ela foi ouvida ou não, e gostaria de ouvir as instituições que defendem os direitos dos consumidores, para que possamos analisar melhor essa questão. Eu faria um Requerimento, para que possamos ter, nesta Comissão, uma Audiência Pública, ouvindo as instituições que tratam desse assunto, instituições de pesquisas e instituição de direito, que tratam de direito de defesa dos consumidores.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Desculpe... Senador Jefferson Praia. Que o senhor formalize, então, esse pedido, lembrando que o pedido de vista tem prazo para voltar, para ser votado o projeto. Então, que essa formalização seja o mais rápido possível. Então, fica concedido o pedido de vista. Devolvo a presidência ao Senador Renato Casagrande.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria pedir a paciência e a permissão de vocês. Nós temos um número já, aqui, que permite votação de projeto terminativo, e temos três projetos terminativos. Temos um projeto terminativo, o relator está presente... Dois projetos, Valter Pereira e o Senador Jefferson Praia, certamente votaremos com rapidez, para que nós pudéssemos aprovar e votarmos essas matéria. O item 6 da pauta, do Projeto de Lei do Senado 293, que "acrescenta § 37 da Lei 8.078, de 11 de setembro, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências para dispor sobre publicidade". Autoria: Senadora Sherys Slhessarenko; e relatoria, Senador Valter Pereira, para quem eu passo a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, o Projeto de Lei de do Senado, PLS nº. 293, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tem por objetivo determinar que toda a publicidade, relativa ao fornecimento de produtos ou serviços, com pagamento parcelado ou financiamento, deve informar, em caracteres que facilite a leitura e a interpretação, todos os encargos financeiros a serem pagos pelo consumidor, inclusive a taxa mensal de juros, o número de prestações, o valor das prestações, o montante do preço a prazo e o preço à vista. Análise. O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a maneira e a legítima iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da lei maior, tampouco, a norma constitucional, que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição e exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida. Não há visto de juridicidade também.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras, previstas na Lei Complementar 95, com as

alterações promovidas pela Lei Complementar 107. Não há inclusão de matéria adversa ao tema tratado na proposição, e a sua redação, ao nosso ver, apresenta-se adequada. No mérito, entretanto, opinamos pela rejeição do projeto. O art. 52, do Código de Defesa do Consumidor, Sr. Presidente, estabelece que, no fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre: o preço do produto ou serviço, em moeda corrente nacional, o montante do juros de mora e da taxa efetiva anual de juros, os acréscimos legalmente previstos, o número e a periodicidade das prestações e a soma total a pagar com ou sem financiamento. A diferença básica entre o projeto e o que estabelece o artigo citado reside no montante em que o consumidor deve ser informado sobre o preço à vista e os dados relativos ao fornecimento, com o pagamento parcelado - juros, acréscimos, número, periodicidade e valor das prestações e soma total a pagar. Enquanto a legislação atual obriga o fornecedor a esclarecer o consumidor previamente à contratação do fornecimento do produto ou serviço, o projeto antecipa, no caso de oferta para pagamento parcelado, o momento em que essa informação será veiculada, que passa a ser justamente na publicidade. Ou seja, se o fornecedor desejar fazer publicidade de algum produto, destacando, por exemplo, o baixo valor da prestação mensal a ser desembolsada pelo consumidor, somente o poderá fazer destacando também os encargos financeiros, a taxa mensal de juros, o número de prestações, o montante total do preço a prazo e o preço a vista também.

Ora, o Código de Defesa do Consumidor estabelece, em seu art. 31, que a oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidades, composição, preço, garantia, prazo de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores. A publicidade é uma forma de oferta; portanto, sujeita às exigências do dispositivo legal mencionado. No entanto, o excesso de informações, exigidas pela lei, eleva, e muito, o custo de publicidade, inviabilizando-a, motivo pelo qual tem sido tolerada a omissão de alguns dos dados citados, sem que tal infringência à lei tenha repercutido na aplicação de sanções aos responsáveis. Desta forma, a lei não tem a efetividade pretendida neste particular. O projeto, ao acrescentar novos dados a serem informados na publicidade, dificultará ainda mais o cumprimento da norma, principalmente em se tratando de publicidade televisiva. Por outro lado, não julgamos imprescindível que a publicidade... Aliás, que, da publicidade, constem as informações exigidas no projeto. O que importa ao consumidor, e isso lhe é assegurado pela norma do art. 52, do Código de Defesa do Consumidor, é que, antes de contratar, tenha conhecimento do preço à vista e de todas as condições para o pagamento parcelado, de forma a facilitar sua decisão.

Além disso, é importante destacar que a inserção de uma torrente de informações de cunho técnico, na mensagem publicitária, desnatura seu caráter objetivo, afastando a atenção do consumidor quanto à qualidade do produto, bem como sobre sua eficácia e sobre a tecnologia empregada na sua elaboração. Veja, Sr. Presidente, todos nós sabemos que a publicidade, para produzir os seus efeitos, precisa ter objetividade. E a publicidade, quando é acrescida de uma infinidade de informações, acaba levando o espectador ou o ouvinte ou o eleitor ao desinteresse. Portanto, a medida acaba não trazendo resultado esperado. Além disso, traz para o setor de comunicação aquele desinteresse que compromete até mesmo o sentido, o objetivo da publicidade.

Portanto, Sr. Presidente, por todas essas razões, o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, legislativa do Projeto de Lei do Senado, de n°. 293. Mas, por essas razões a que me referi, é pela rejeição quanto ao mérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Valter Pereira. Em discussão o projeto.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu quero discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nosso Vice-Presidente com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Quero parabenizar a Senadora Serys, bem coma a preocupação do relator, Senador Valter Pereira, quanto a possível poluição na comunicação de uma publicidade. Mas eu me posiciono com a preocupação do consumidor. Eu acho que nós temos que estar atento às determinadas manipulações de informações que levam, aí, sim, a um prejuízo maior do que visual, do que poluição, na publicidade ao objetivo maior, que é defender o consumidor, no sentido de ele ter as verdadeiras posições. E como o setor de propaganda é um dos setores mais criativos da nossa vida, com certeza, eles irão encontrar fórmulas e modelos para que possa comunicar de uma forma correta, atrativa, convincente, mas protegendo o consumidor. Então, meu voto é contra o parecer, a favor do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Continua em discussão. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nesses últimos anos, uma conquista da sociedade e dos direitos foi o Código do Consumidor, aqui no Brasil. Ele, ou seja, o cidadão, do assalariado ao mais rico, comprou, tem direito à informação, e informação correta, justa. Então, o Código do Consumidor é um avanço. E tudo que possamos fazer como legisladores, no sentido de garantir esse direito à informação, nós temos um padrão ético, um padrão esclarecedor, educativo. A saúde pública, hoje, avança, nós temos, hoje, detalhes do ponto de vista da saúde, e você tem que comprar um alimento sabendo se afeta o colesterol, se o produto é um colesterol bom. Isso diz respeito à criança, ao jovem, à terceira idade. Enfim... Então, essa propositura da Senadora Serys, e, lamentavelmente, ela não se faz presente, com certeza porque tem uma atividade que exige a sua presença, mas eu quero dizer que, no mérito... No mérito, não; na proposta, eu também fico com esse entendimento do Senador Cícero.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Continua em discussão.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Por ser muito importante esse direito de quem compra, de quem paga qualquer produto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Continua em discussão. Matéria. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Renato Casagrande, novamente, nós estamos na questão da publicidade, do direito da publicidade ao consumidor.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É um debate importante dessa Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza absoluta. A Comissão é de Defesa do Consumidor. E todos nós, aqui, queremos que o consumidor tenha o direito de ter a informação correta, até para que ele não fique sujeito a perdas de recursos desnecessários, por má informação. O Senador Valter Pereira, ele, no seu parecer, ele levanta uma questão, Senador Valter, que é da maior importância. Ele diz que a lei já existe, apenas que ela não é cumprida. Ele diz aqui: "A publicidade é uma forma de oferta; portanto, sujeita às exigências do dispositivo legal mencionado. No entanto, o excesso de informações, exigidas pela lei, eleva, e muito, o custo da publicidade, inviabilizando-a, motivo pelo qual tem sido tolerado". É um absurdo isso. Quer dizer, existe uma lei, e aí a sociedade tolera a omissão de alguns dos dados citados, sem que tal infringência à lei tenha repercutido na aplicação de sanções aos responsáveis. Está no parecer do Senador Valter Pereira. Quer dizer, existe uma lei que já define isso tudo e que, pelo que é dito aqui, é tolerada a infringência da lei. Então, eu acho que nós temos que fazer apenas um parecer. Cumpra-se a lei. Pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem. Alguém mais quer discutir? Não havendo mais quem queira discutir, vamos passar à votação, votação nominal. Quem votar com o relator, vai votar não. Quem votar com o relator, vota não ao projeto. Então, como vota o Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): João Pedro vota sim. Como o vota o Senador Valter Pereira? Já conhecemos. Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota a Senadora Kátia Abreu?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Espera aí só um pouquinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Voto com o projeto. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota a Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Voto não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vota não, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Meu voto não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Kátia Abreu vota não. Como vota o Senador Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Voto com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vota não. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com relator, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vota não. O projeto foi rejeitado. Portanto, nós concluímos a tramitação desta proposta,

aqui no Senado da República. Item número 7. Também terminativo. "Acrescenta ao § 6º, da lei 8.078, do Código de Defesa do Consumidor, para dispor as cláusulas dos contratos de adesão que regula as relações entre as concessionárias de serviço público, outorgadas pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas e os consumidores usuários de seus serviços. Devem ser aprovados, previamente, pelo departamento de proteção à defesa do consumidor e Ministério da Justiça". Relator Senador Jefferson Praia, com a palavra. E autoria, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Comissão do Meio Ambiente, Defesa do consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 430, de 2007, que "acrescenta o § 6º ao art. 54, da lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão, que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos, outorgadas pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas e os consumidores e usuários de seus serviços devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor e Ministério da Justiça".

Vou ser breve, Sr. Presidente, dando destaque aqui ao relatório. E a proposta em exame, além da cláusula de vigência, previstas para 180 dias após a publicação da lei, restringe-se a acrescentar o § 6º, art. 54, do Código de Defesa do Consumidor, para "determinar que as cláusulas de contrato de adesão, que regula as relações entre as concessionárias de serviços públicos, outorgados pela União, bem como suas associadas, coligadas e filiadas e os consumidores e usuários de serviços devem ser aprovadas previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor e Ministério da Justiça". Na justificação, o autor do projeto argumenta que vários abusos vêm sendo praticados pelas concessionárias de serviços públicos da União, citando como exemplo os planos de fidelização das concessionárias de serviços telefônicos e de televisão a cabo, destacando que tudo se passa sob os olhares complacentes das agências reguladoras, numa simbiose incompreensível de condescendência, tolerância, complacência e leniência, que termina se transformando em criminosa cumplicidade entre fiscais e fiscalizadores. A justificação menciona ainda que a maioria dos usuários de serviços assina contratos de adesão com as concessionárias, sem tomar conhecimento de seu teor e sem ter conhecimento jurídico, que lhe permita entender o alcance das cláusulas abusivas, neles inseridas, e que o projeto está em consonância com os diversos princípios alencados no art. 4, do Código de Defesa de Consumidor. Para o autor, a submissão dos contratos à prévia aprovação do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor seria um dos remédios possíveis para coibir os abusos praticados pelas concessionárias, ante a omissão das agências reguladoras.

A análise, Sr. Presidente. "Por se tratar de deliberação em caráter terminativo, compete a esta Comissão pronunciar-se não somente sobre o mérito, mas também sobre aspectos constitucionais da matéria. Nesse sentido, vislumbramos inconstitucionalidade formal, na proposição por visto de iniciativa, haja vista o disposto no art. 61, § 1º, inciso II e art. 84, inciso VI, a Constituição que assim estabelece. Art. 61. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: Inciso II, disponham sobre: Letra "e"- Criação e extinção e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, inciso VI. Art. 84: Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre: Letra "a" - organização e funcionamento da administração federal, quando não implica o aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos. Portanto, a lei de iniciativa parlamentar não pode dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal, como no caso da proposição, que cria atribuição para o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça. Também no mérito, entendemos que a proposição dá ensejo a problemas de difícil conciliação.

As agências reguladoras foram criadas justamente com o fim de regular setores da economia, tendo entre suas funções celebrar contratos de concessão e fiscalizar as concessionárias e permissionárias de serviço público. A título de exemplo e considerando que a justificação do projeto faz referências a abusos, praticados por concessionárias do setor de telefonia, ressaltamos que os arts. 19, 4º, 6°, 18° e 93, 9º, da Lei 9.472, 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organizações dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº. 8, de 1995, dão à Agência Nacional de Telecomunicação, ou Telecomunicações, a ANATEL, competência para expedir normas relativas à prestação dos serviços, fiscalizar a prestação de serviços e reprimir as infrações aos direitos dos usuários.

No inciso III, art. 96, do mesmo diploma legal, determina que a concessionária de serviço de telefonia fixa deverá submeter à ANATEL a minuta de contrato padrão, a ser celebrado com os usuários. Além disso, o art. 26, do regulamento do serviço móvel pessoal, aprovado pela resolução ANATEL, nº. 477, de 07 de agosto de 2007, estabelece que a prestadora SMP

deverá submeter aquela agência para homologação de todo e qualquer plano de serviço a ser ofertado aos usuários, podendo a agência solicitar prestação de SMP, informações, modificações ou esclarecimento adicionais, considerados necessários a correspondente homologação".

No mais, Sr. Presidente, para ser mais objetivo, vou direto ao voto. O voto é pela inconstitucionalidade formal do Projeto de Lei. Mas eu não poderia deixar de destacar aqui, Sr. Presidente, a intenção do autor da proposta em coibir o abuso dos contratos de concessionárias de serviços públicos. Entendemos que a medida resultaria sobreposição desnecessária de atribuições das agências reguladoras, do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, a duplicar o custo burocrático das operações dessas empresas e do aparelho regulador e fiscalizador do projeto, do Estado. O voto é pela inconstitucionalidade formal do Projeto de Lei do Senado, 430, de 2007, por visto de iniciativa, e, no mérito, pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É a rejeição.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu entendo bem a preocupação do nosso nobre senador, autor do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): No mérito, desculpa, mas o senhor colocou pela rejeição também.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): É, mas o voto é pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão. Contra. Em discussão. Uma vez que ninguém queira discutir, vamos fazer votação. Votação nominal. Senador João Pedro, como vota?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOLLNER (DEM-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia. Já conhecido. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Rejeitado o projeto.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós temos um outro projeto terminativo, não vamos apreciá-lo, porque é terminativo, o relator não se encontra. Apreciaremos na próxima sessão. Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de pedir o extra-pauta. O Requerimento de minha autoria, que se encontra sobre a Mesa, justamente, pedido de informações ao Ministro das Cidades sobre notícias da imprensa que saíram esses últimos dias e que o BID devolveu o equivalente a 57... Que a União devolveu ao BID a importância equivalente a 57 milhões de dólares americanos, destinados a projeto de saneamento em municípios com baixo índice de desenvolvimento urbano. As menores cidades, aquelas que mais precisavam devolveu o dinheiro... E, segundo a imprensa, é porque a União não teve capacidade de gastar o recurso. Portanto, eu acho que esse Requerimento, nós merecemos saber de uma resposta, para poder dar essa resposta ao povo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em votação a inclusão do Requerimento na pauta do dia, da sessão. Os senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado a inclusão do Requerimento. E, como é de costume, primeiramente, nós faremos um convite. Se o Ministro não atender, a gente transforma em convocação. Então, é um convite que a Senadora Marisa Serrano...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É um Requerimento... [ininteligível] É a convocação do Sr. Ministro. Então, aí seria convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Um convite ao Ministro das Cidades, para que ele possa informar sobre a devolução de recursos. Então, os senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de concluir e de promover o encerramento da sessão, eu quero só informar que alguns membros desta Comissão estiveram presentes em Istambul, na Turquia, no Fórum Mundial da Água. Nós, certamente, faremos uma Audiência Pública... Nós faremos, junto com a Ana, uma Audiência Pública, para que nós possamos dar informações sobre o debate que lá aconteceu, nos pronunciaremos em plenário, mas nós temos uma agenda e uma pauta importante, para que nós possamos tratar com relação aos recursos hídricos no Brasil, na América Latina e no mundo. Então, só para informar a população brasileira e aos membros dessa Comissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para quando seria essa audiência?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós podemos acertar isso, não quero fazer... Acho que nós devíamos... Nós, que fomos, deveríamos fazer uma combinação, um Requerimento, para que pudesse fazer aqui um debate sobre recursos hídricos. Então, queria fazer só essa informação e agradecer a presença de todos e encerrar a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h16.

35ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS-SF; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO–CD; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE–CD, DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO-CD E MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO-CN, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS.

Às quatorze horas e cinqüenta e dois minutos do dia vinte e seis de novembro do ano de dois mil e oito, no Plenário nº 2, Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Mendes Ribeiro Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF); Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, titular da CAE/SF e titular da CMO/CN, Serys Slhessarenko, titular da CAE/SF, suplente da CMA/SF e titular da CMO/CN, Neuto de Conto, titular da CAE/SF e titular da CMO/CN, e Marconi Perillo, suplente da CAE/SF, titular da CMA/SF e titular da CMO/CN, e, ainda, dos Deputados Alfredo Kaefer, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Antonio Palocci, titular da CFT/CD, Bernardo Ariston, titular da CDEIC/CD, Carlito Merss, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Carlos Zarattini, titular da CMO/CN, Chico Lopes, suplente da CMO/CN, Dilceu Sperafico, titular da CMO/CN, Dr. Pinotti, titular da CFFC/CD, Dr. Ubiali, titular da CDEIC/CD, Duarte Nogueira, suplente da CFT/CD e suplente da CFFC/CD, Edson Duarte, titular da CMO/CN, Eduardo Amorim, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Felipe Bornier, suplente da CMO/CN, suplente da CDEIC/CD e titular da CFFC/CD, Félix Mendonça, titular da CFT/CD, Guilherme Campos, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD, Jaime Martins, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Jilmar Tatto, titular da CDEIC/CD, Jorge Bittar, titular da CMO/CN, Jorge Khoury, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD, José Carlos Aleluia, titular da CMO/CN, José Guimarães, titular da CMO/CN e titular da CDEIC/CD, José Rocha, titular da CMO/CN, Júlio César, titular da CFT/CD, Laurez Moreira, titular da CDEIC/CD, Lázaro Botelho, suplente da CMO/CN, Luiz Bittencourt, titular da CMO/CN, Luiz Carlos Busato, titular da CMO/CN, Luiz Carlos Hauly, titular da CFT/CD, Luiz Carlos Setim, suplente da CMO/CN, Marcelo Almeida, suplente da CFT/CD, Marcos Montes, titular da CMO/CN, Mendes Ribeiro Filho, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Osório Adriano, suplente da CFT/CD, suplente da CFFC/CD e titular da CDEIC/CD, Osvaldo Reis, titular da CMO/CN, Paulo Lima, suplente da CMO/CN, Pedro Eugênio, titular da CFT/CD, Raimundo Gomes de Matos, titular da CMO/CN, Rômulo Gouveia, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Waldir Neves, suplente da CMO/CN, Wellington Fagundes, suplente da CMO/CN. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Aloizio Mercadante, Renato Casagrande, Expedito Junior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, Gerson Camata, Adelmir Santana, Antonio Carlos Junior, Eliseu Resende, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de estar participando de reuniões político-partidárias em seu Estado, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar participando de Fórum de Governança da Internet na Índia, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declara-

da aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema: avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços - 1º semestre de 2008, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. A reunião é iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Deputado Mendes Ribeiro Filho, que convida as seguintes autoridades para tomarem assento à Mesa: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Administração; Dr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica; Dr. Alexandre Antonio Tombini, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro; Deputado Pedro Eugênio, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Jilmar Tatto, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; Deputado Dr. Pinotti, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Senador Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; o Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e o Senador Delcídio Amaral, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2009. Em seguida, o Presidente informa que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante dispõe de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permitisse. Conforme o estipulado no mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Em seguida, o Presidente anuncia a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles faz apresentação em datashow sobre o tema em referência, finalizando sua apresentação às quinze horas e quarenta e seis minutos. Prosseguindo, o Presidente faculta a palavra aos Presidentes das Comissões envolvidas na Reunião: Deputado Pedro Eugênio, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Jilmar Tatto, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados e o Deputado Dr. Pinotti, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. O palestrante responde aos questionamentos efetuados pelos Presidentes das Comissões. O debate é iniciado. Interpelam o expositor os Deputados Luiz Carlos Hauly e Dr. Ubiali. Às dezesseis horas e cinco minutos, o Senador Delcídio Amaral, Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2009, assumi a direção dos trabalhos, conforme estabelece o art. 14º da Resolução n°1, de 2006-CN, alterada pela Resolução n° 3, de 2008-CN. Continuando, o Deputado Júlio Cesar interpela o palestrante. Às dezesseis horas e treze minutos, o Presidente reassume a direção dos trabalhos. Dando prosseguimento, interpelam ainda o palestrante os Deputados Marcelo Almeida, Antonio Palocci, Carlito Merss e Alfredo Kaefer. A seguir, o Presidente encerra a lista de inscrição para o debate. Às dezesseis horas e trinta e sete minutos, o Senador Delcídio Amaral, volta a assumir a direção dos trabalhos. Continuando o debate, o Deputado José Carlos Aleluia interpela o expositor. Em seguida, o palestrante responde aos questionamentos efetuados pelos parlamentares. É assegurada réplica aos Deputados Carlito Merss e Júlio Cesar. Finalizando, o Presidente do BACEN responde às últimas intervenções e conclui a exposição. Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente em exercício agradece a presença do Dr. Henrique Meirelles. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 26/11/2008

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Está aberta a presente reunião de audiência pública.

Está presente o Ministro Henrique de Campos Meirelles, que vem a esta Comissão de Orçamento, em conjunto com a Comissão de Finanças e Tributação, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas

monetária, creditícia e cambial, evidenciando impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao primeiro semestre de 2008, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal.

Anuncio também a presença do Dr. Antero de Morais Meirelles, Diretor de Administração; do Dr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica; do Dr. Alexandre Tombini, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro.

Convido os Srs. Presidentes das Comissões e o Senador Delcidio Amaral, Relator-Geral do Orçamento, para comporem a Mesa dos trabalhos.

Está presente também a nobre Senadora Slhessarenko, nossa Relatora da LDO, que fez sua função com muito brilhantismo.

Convidarei os Presidentes Pedro Eugênio, Jilmar Tatto, Dr. Pinotti, Aloizio Mercadante e Senador Quintanilha para participarem da Mesa tão logo cheguem à reunião.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, solicito especial atenção ao estabelecida no art. 398, Incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal.

O palestrante disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, podendo ser aparteado desde que o permita. Certamente, o Ministro não permitirá o aparte, porque ele não acontecerá. Iremos cumprir o Regimento.

Os Srs. Parlamentares inscritos podem interpelar o expositor sobre o assunto da exposição pelo prazo de 5 minutos, tendo interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

A lista de inscrição está aberta para o debate.

Passo a palavra, de imediato, ao Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUES MEIRELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como sempre, é uma grande honra estar nesta Casa expondo para os Parlamentares e exercendo uma das nossas funções mais importantes. Como disse, a presença no Congresso, atendendo à determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, é uma das atividades mais importantes do Banco Central, a qual exercemos com grande honra e grande satisfação.

Daremos, em primeiro lugar, um panorama atual dos resultados do Banco Central, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal; em segundo lugar, um panorama da economia mundial e da crise econômica; em terceiro lugar, como se posiciona, no momento, o Brasil.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Banco Central do Brasil apresentou, no primeiro semestre de 2008, o resultado líquido e de 3,7 bilhões de reais positivos.

De acordo com a legislação aplicável, o resultado no primeiro semestre de 2008 foi transferido ao Tesouro Nacional em setembro.

Como é do conhecimento de todos, foi mudado o sistema de apresentação de resultado do Banco Central, no sentido de se transferir imediatamente para o Tesouro Nacional os resultados referentes à reserva internacional e aos swaps cambiais, as receitas e despesas referentes a esses itens.

Mostrarei a evolução das receitas e despesas desses itens, a fim de que fique claro, exatamente, quais as razões que hoje justificam, mais do que nunca, aquela mudança, na medida em que teremos a oportunidade de observar, nos próximos anos, o resultado do Banco Central exatamente no que interessa de suas operações, como determina a lei, e não ficar discutindo, necessariamente, os efeitos da variação cambial nas reservas ou nos swaps.

Mas hoje, para termos uma visão geral de partida do processo, faremos também uma apresentação dos resultados das reservas e dos swaps.

Resultado de operações de mercado aberto, positivo, 8 bilhões, 482 milhões; operações de moeda estrangeira, negativo, 26 bilhões; operações de swaps, 5.2 bilhões; operações com o Governo Federal, equalização cambial e juros, 13 bilhões e 600 milhões; depósitos compulsórios, 4 bilhões e 600 milhões; outras despesas... Portanto, resultado líquido de 3 bilhões,173 milhões de reais.

Passarei agora às contas de maior expressão, que são aquelas, como mencionei, dos swaps cambiais e das reservas.

No primeiro semestre de 2008, o resultado dos swaps cambiais foi negativo, de 5.2 bilhões de reais, e o resultado das reservas internacionais foi negativo, de 39. 5 bilhões de reais.

Verificaremos agora, para informação das Sras. e Srs. Parlamentares, o resultado das contas no segundo semestre de 2008.

Até dia 31 de outubro, os swaps tinham dado um resultado positivo, um lucro, no caso, de 11 bilhões, 140 milhões de reais, e as reservas internacionais um resultado positivo, um lucro de 102.7 bilhões de reais. Por quê? Porque, evidentemente, esses resultados são influenciados pela cotação cambial do dólar norte-americano frente ao real e a outras moedas. O resultado foi positivo no segundo semestre exatamente em função do aumento da cotação cambial do dólar norte-americano.

Por outro lado, sabemos que o Tesouro Nacional possui uma dívida externa que tem um efeito contrário. Mas não entraremos, no momento, nesse aspecto.

Mostrarei agora o resultado de todo o ano de 2008.

Até 31, de outubro, o resultado de swaps cambiais foi de 5.9 bilhões de reais positivos. Cerca de 6 bilhões de reais de lucro do Banco Central do Brasil com os swaps até 31 de outubro.

Os swaps cambiais reversos, aqueles que foram objeto de grande discussão em passado recente, já foram liqüidados e deram um resultado líqüido expressivo, um lucro ao Banco Central do Brasil expressivo, próximo a esse valor.

Resultado: as reservas internacionais no ano, portanto, cerca de 63 bilhões de reais positivo. Apenas rememorando, no segundo semestre, até outubro, swaps, 11 milhões; reservas 102,7 bilhões de lucro. No caso do ano todo, aproximadamente 6 bilhões para o swaps e 63 bilhões para as reservas.

Se olharmos agora as operações de swaps, apenas para analisarmos essas operações isoladamente, desde o seu início, na primeira operação realizada em 2002 vamos ver a volatilidade que resultou exatamente em função das variações cambiais: 11 bilhões negativos em 2002; 15 bilhões e 600 milhões positivo em 2003; 6 bilhões em 2004; 2,6 bilhões positivos em 2005, e por aí adiante. O resultado total das operações da swaps desde a sua inserção até hoje, 31 de dezembro, um lucro de 5 bilhões de reais aproximadamente.

Em resumo, havíamos explicado em falas anteriores nesta Casa que a avaliação das operações de swaps, por exemplo, não se deve fazer mês a mês, ou semestre por semestre, exatamente porque é uma avaliação meramente contábil. Só podemos saber o resultado das operações no final do processo, quando elas são de fato liqüidadas. No caso dos Swaps Reversos, objeto de grande discussão em muitos momentos, o resultado final foi um lucro positivo acima de 4 bilhões de reais.

Portanto, aí, sim, sabemos qual o resultado dessas operações. Mas apesar dos lucros das reservas e dos lucros dos swap, devemos esclarecer que a finalidade dessas operações não é dar lucro ao Banco Central. A finalidade dessas operações é proteger o País. As reservas internacionais são muito importantes para proteger o País, como vou mostrar, e os swaps cambiais também são instrumentos de política cambial da maior importância, visando proteger os mercados e dar maior liqüidez aos mercados de câmbio.

Se olharmos agora apenas uma evolução das reservas internacionais durante este ano, vamos ver, em azul, como evoluíram e, em laranja, as operações de swaps, que eram Swaps Reversos até setembro, depois a zeragem, e a construção de uma posição menor de swaps.

Vamos agora passar aos objetivos do Banco Central. O objetivo é o cumprimento da meta de inflação estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional para 2008/2009/2010 (4,5% de inflação, com intervalo de tolerância de 2 pontos percentuais.)

Vamos analisar exatamente o comportamento da inflação nos últimos anos. Em azul, a inflação nos últimos anos. Neste ano, objeto dessa discussão, a inflação até outubro de 2008, acumulado 12 meses, 6,41%. Portanto, no limite superior do intervalo de tolerância, dentro do intervalo de tolerância.

As expectativas de mercado para 2008 são de 2,39%, em vermelho; e para 2009, no momento, 5,20%. Portanto, se partirmos agora para uma análise dessas expectativas, vamos ver para 2008, em azul, a evolução das expectativas. Durante o ano de 2008 houve uma subida, durante o correr do ano, por razões sobejamente discutidas nas atas do Comitê de Política Monetária. Houve uma evolução importante de preço de commodities. Existia uma preocupação do Banco Central, nesse período, com a dinâmica da demanda doméstica. Com tudo isso houve uma evolução. A expectativa de inflação sofreu uma queda nos últimos meses e depois uma subida, de acordo com o que mostra o gráfico, até o patamar indicado por nós.

A expectativa de 12 meses à frente, em laranja, e a expectativa de 2009, a evolução, subida. Houve uma estabilidade, houve uma queda e houve uma subida recente, evidentemente influenciada aqui pela evolução das cotações cambiais.

Nós, como todos sabem, não preanunciamos decisões de política monetária, estaremos divulgando o relatório de inflação do Banco Central no mês de dezembro, quando aí, sim, faremos projeções que divulgaremos para o ano de 2009. Àquela altura, uma projeção que deve ser já bastante acurada para o ano de 2008, e também os nossos comentários sobre evolução de política monetária.

O objetivo do Banco Central do Brasil: política de crédito. O BC tem como objetivo ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Então, não há metas formais.

Crédito sobre PIB. Valor mais alto desde o início das séries históricas, em 1995, 40,2% atingido em outubro, em 31 de outubro de 2008. Portanto, o crédito tem aumentado consistentemente nos últimos anos, partindo de um patamar de cerca de 22% até o patamar de 40,2% no mês de outubro de 2008.

Se olharmos a evolução dos diversos tipos de crédito: pessoas físicas, jurídicas e direcionado, veremos

que até durante o ano de 2008 houve um crescimento mais pronunciado do crédito para pessoas jurídicas. Até comparado com a pessoa física houve um crescimento nesse último ano um pouco mais pronunciado, enquanto que nos anos anteriores o crescimento do crédito da pessoa física vinha sendo em patamares mais acelerados.

Houve muitas discussões legítimas sobre a evolução recente do crédito do Brasil. Sabemos que houve uma mudança grande nos mercados mundiais de crédito a partir do mês de setembro, com a falência do banco americano Lehman Brothers. Houve uma grande restrição ao crédito internacional. Isso atingiu o Brasil. No final de setembro tivemos uma contração de crédito importante no Brasil. Houve uma queda de crédito em alguns momentos, chegando a cerca de 13%, 14% numa base semanal, depois uma recuperação gradual.

Se nós compararmos os 8 primeiros dias úteis de novembro frente aos primeiros dias úteis de outubro, no entanto já vemos essa recuperação: 5,7% de recuperação do crédito, concessões de crédito, no caso, comparado os primeiros dias novembro com os primeiros dias de outubro. Pessoas físicas, uma recuperação maior, de 14,8%; pessoas jurídicas, 1,2%.

Portanto, não atingimos ainda os patamares que tínhamos antes da eclosão da crise internacional, mas estamos claramente numa trajetória de recuperação gradual. Tanto que, mais uma vez, o crédito do início de novembro foi já de 5,7%, superior ao crédito do início de outubro, medido por concessões.

Inadimplência do crédito livre. Vamos ver que a inadimplência tem caído nos últimos 2 anos, diria. Desde o início de 2007 temos uma inadimplência que tinha subido substancialmente com o início do processo de crescimento do crédito no Brasil. Durante os anos de 2005, 2006 subiu e depois voltou a cair, estando agora próximo a patamares mínimos e, vamos dizer, mais próximo à média histórica também, mas num patamar inferior.

Se olharmos agora o crédito do Brasil do ponto de vista de qualidade, operações de risco consideradas AA a C vamos chamar de operações normais, em laranja vamos ver que o grande percentual do crédito do Brasil se encontra nessa qualificação.

Risco 1, operações classificadas de D a G, classificações do Banco Central; temos um percentual menor. Risco 2, classificadas como H, que são aquelas operações de alto risco. De fato, volumes bastante menores. Portanto, vemos aqui exatamente a substância do argumento quando dizemos que o mercado de crédito brasileiro, hoje, é solvente, saudável, e que não pode ser comparado com mercados de países que estão enfrentando problemas de crédito graves.

No Brasil, como já mencionamos, voltaremos a isso depois, tivemos um problema de liqüidez, que gerou a redução de crédito, reflexo da diminuição do crédito, de linha interbancária, principalmente, ou mesmo para empresas do crédito internacional. Posteriormente voltaremos a isso.

O índice de capitalização do sistema bancário brasileiro também está acima do padrão internacional exigido. O índice de capital mínimo exigido pela Basiléia é de 11%; o índice da Basiléia é de 8%, que é a faixa aceitável. Vemos aqui que o sistema brasileiro está em 15,8%. Então, o sistema brasileiro está com índice de capitalização superior a dos padrões internacionais.

Discutiremos agora o que já foi mencionado, que é a questão da liqüidez em reais. Como vimos, a crise internacional de crédito afetou o Brasil, via canal de crédito. Isto é, os bancos internacionais, que emprestavam aos bancos brasileiros para financiar exportação e importação ou financiar empresas brasileiras, e colocavam papéis nos mercados internacionais, restringiram muito suas operações. Isso fez com que houvesse, portanto, uma contração de liqüidez no Brasil. Inicialmente, no mercado de dólares; em seguida, no mercado de reais.

Passando agora ao mercado de reais, o Banco Central tomou uma série de medidas, dentre as quais: prover liqüidez principalmente bancos pequenos e médios; destravar o crédito bancário; e aprimorar o mecanismo de redesconto para eventualidade de qualquer problema.

O Banco Central fez uma redução de compulsórios, isto é, liberou os compulsórios dos bancos, depositados no Banco Central do Brasil, no valor de 91 bilhões de reais. Significa, Sras. e Srs. Parlamentares, que o Banco Central do Brasil teve uma atitude prudente, que na época foi classificada como muito conservadora. o Banco Central exigiu, nos últimos anos, que os bancos deixassem uma parte importante de sua reserva de liqüidez no Banco Central, por meio de depósitos compulsórios. Isso está se revelando agora muito importante, na medida em que o Banco Central pode enfrentar a crise de liqüidez liberando depósito compulsório dos próprios bancos, em vez de fazer como os outros países, que têm que usar recursos públicos para prover liqüidez aos mercados, como está ocorrendo em muitos países. Portanto, 91 bilhões de reais, oriundos dos próprios bancos, depositados no Banco Central, que foram liberados.

Provisão de liqüidez desta parcela, direcionada especificamente para bancos pequenos: foram dis-

ponibilizados 29,5 bilhões. Cerca de pouco menos do que 20 milhões já foram usados especificamente. Esse recurso pode ser liberado apenas quando o banco maior apresenta comprovação de que comprou carteira ou repassou para bancos pequenos emprestarem recursos.

Provisão de liqüidez em reais para compra de dólares com compromisso de venda simultânea, basicamente para operações de ACC. Esses recursos de dólares são usados fundamentalmente, disponibilizados 6 bilhões de reais; adicionais para o crédito agrícola, 5,5 bilhões de reais. Ainda não consta nesta apresentação, mas foi anunciada, ontem, a decisão da Diretoria do Banco Central de que parte daqueles 29,5 bilhões de reais poderá ser direcionada até o valor de 6 bilhões de reais para o BNDES, para emprestar para capital de giro de empresas. Em resumo, mais uma medida visando, em última análise, preservar a economia brasileira do efeito da crise internacional. Como vimos, o crédito da pessoa física reagiu mais rapidamente do que o crédito da pessoa jurídica, com os números que mostramos. Concluímos que precisamos dar mais recursos direcionados especificamente a pessoas jurídicas. Uma das formas foi exatamente um direcionamento específico ao BNDES, que trabalha exclusivamente com pessoa jurídica.

Resultados: após queda acentuada, no início de outubro, houve recuperação gradual, como já mostramos, de 5,7% de recuperação, do começo de novembro sobre outubro; e normalização da situação de liqüidez dos bancos médios, inclusive bancos das montadoras. Evidentemente, alguns bancos com maior liqüidez do que outros, mas o fato concreto é que aquele aperto de liqüidez importante já foi, em larga medida, superado. De novo, sempre existe uma outra instituição que não está em situação tão confortável como outras, é normal, mas é um processo de gradual normalização. As preocupações mais importantes já estão endereçadas.

Em relação à política cambial, os objetivos do Banco Central é o aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante. Não há metas, como sabemos, para a taxa de câmbio.

Como mencionamos, houve uma restrição do Sistema Financeiro Internacional para o financiamento das exportações brasileiras, o que gerou contração forte — vamos mostrar isso em algum momento — dos créditos de exportação, ACC. O Banco Central tomou uma série de medidas visando exatamente recompor essas linhas de liqüidez: leilões com recompra, como já mencionei, de cerca de 7 bilhões de dólares; empréstimos com garantias em global bonds de 1,5 bilhão de dólares, para aplicação em ACC; e empréstimos diretamente garantidos por ACC e ACE, de 3,8 bilhões de dólares. Além disso, medidas para prover liqüidez em dólares, geral, para o mercado, de cerca de 6,3 bilhões de dólares. De novo, medidas para atender a necessidades específicas de liqüidez dos mercados, visando não prejudicar a economia brasileira em função da crise internacional.

Felizmente, o Brasil dispunha, e ainda dispõe, de recursos de reservas internacionais elevadas. Outra medida, também objeto de críticas durante alguns anos, porque as pessoas se preocupavam com o custo e carregamento dessas reservas, é no sentido de mostrar que, frente aos benefícios, esses custos são baratos, principalmente porque as reservas, em si, estão hoje dando, na realidade, lucro ao Banco Central.

Injeção total de recursos para prover liqüidez em dólares: 18,5 bilhões de dólares. Deixo mais uma vez claro que a finalidade das reservas não é dar lucro ao Banco Central, mas proteger o País. Estou mencionando que, além disso, neste ano, especificamente, particularmente neste semestre, as reservas estão propiciando lucro considerável. Mas a finalidade da reserva é aumentar a resistência do País aos choques internacionais, como está acontecendo, e permitir que o Banco Central tome as atitudes que está tomando. Portanto, até agora houve uma injeção total de recursos para prover liqüidez, em dólares, de 18,5 bilhões de dólares.

Medidas para ampliar a liqüidez no mercado de derivativos cambiais: cerca de 30 bilhões de dólares. Também medidas muito importantes, porque os mercados cambiais assim funcionam: mercado à vista e mercado futuro. Felizmente, como mencionei, o Banco Central do Brasil tinha posições que seriam equivalentes a posições compradas em dólares nos mercados futuros, o chamado swap cambial reverso, que permitiu que o Banco Central, em momento de crise de liqüidez no sistema brasileiro, pelo número muito grande de empresas que estavam vendidas, em dólares, no mercado futuro, e pôde evitar que o mercado brasileiro entrasse em crise cambial, porque o Banco Central tinha posições disponíveis para atuar nesse mercado. Deu lucro para o Banco Central, mas, repito, a função de swap não é dar lucro ao Banco Central, mas proteger o País. Mas, além do mais, houve lucro, que foi transferido ao Tesouro Nacional.

Além do mais, o Banco Central do Brasil celebrou com FED — Federal Reserve Bank American —, o Banco Central americano, uma linha de swap de moedas, uma troca de moedas. O que é isso? O Banco Central do Brasil pode requerer notificar o FED, e este deposita até 30 bilhões de dólares nas contas do Banco Central do Brasil, que passa a integrar a reserva brasileira; enquanto o Brasil deposita na conta do Federal

Reserve o equivalente em reais. É uma troca de moeda pura e simples. Essa medida já havia sido assinada pelo Federal Reserve americano com bancos centrais de diversos países, com o Banco Central europeu e de diversos países: Inglaterra, Suíça, Japão, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Suécia, Noruega e Dinamarca. Além do Brasil, apenas o México, Cingapura e Coréia, entre os emergentes, tiveram um tipo de acordo semelhante e assinado. Um dos pontos importantes do acordo é que foi anunciado pelo Banco Central americano que só assinaria esse acordo com os países que tivessem uma política econômica saudável, bem administrada, o País que tivesse um fundamento sólido. Portanto, é mais um reconhecimento internacional importante da boa situação do fundamento da economia brasileira, além de propiciar também, caso fosse necessário, mais 30 bilhões de dólares de reforço às reservas cambiais brasileiras.

Estamos mencionando aqui a ação do Banco Central, visando a recompor a oferta de financiamento de dólares para as exportações, que são feitas principalmente através de adiantamento de contratos de câmbio ACC ou ACE. Se olharmos a evolução desde meio de setembro, quando houve a crise americana, vamos ver que ela já vinha numa trajetória de queda, em função da crise nos mercados internacionais, atingindo, portanto, uma média de 106 milhões de dólares no pior momento aqui, no início de outubro. Voltou a se recuperar e voltou a cair fortemente depois, chegando a 78. Mas essa recuperação já vem se dando agora com bastante rapidez, já atingindo na semana de 17 a 21 de novembro 286 milhões de dólares de média semanal. Portanto, isso mostra que as medidas de intervenção nos mercados cambiais estão funcionando a contento, e gradualmente os ACCs estão sendo recompostos.

Os Srs. Parlamentares devem conversar com empresários, alguns deles do segmento exportador, e verão que muitos deles reclamam, certamente, porque para algumas empresas específicas não há ainda uma composição total, o que é normal num processo como esses. No entanto, temos que verificar é que o processo de recomposição gradual já está em andamento.

Efeitos fiscais de política monetária. Já havíamos mencionado, isso já é objeto de uma discussão nestas Comissões e nestas audiências durante já há muitos anos, sobre a questão do impacto, da taxa de juros e da política monetária nas contas públicas. E temos sempre mencionado que o impacto direto da taxa de juros de curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. A política monetária tem impactos fiscais indiretos, por meio de seus efeitos, sobre a expectativa de inflação, a própria inflação, a taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo. Portanto, uma maneira eficaz de se avaliar os efeitos fiscais da política macroeconômica é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao produto.

Se analisarmos a dívida externa — vamos começar com a dívida externa apenas —, veremos que a dívida externa pública atingiu, em setembro de 2003, cerca de 138.6 bilhões de dólares; em outubro de 2008 ela estava em 84.5 bilhões de dólares. Em contrapartida, nós tínhamos reservas internacionais que, em agosto, atingiram cerca de 205.1 bilhões de dólares, o que significa que o País é um credor líquido de dólares. A República brasileira é credora líquida de dólares, na medida em que a reservas são substancialmente maiores do que a dívida pública externa. Voltando aqui ao número: dívida pública de 84,5 bilhões de dólares; em reservas, 205.1 no início da crise. Se olharmos agora no dia 24 de novembro qual o total das reservas, para surpresa de muitos, a reserva aumentou, apesar de o Banco Central ter atuado fortemente no mercado de câmbio. Por quê? Duas razões: primeiro, a maior parte das intervenções não afetam reservas, porque são aplicações das reservas nos bancos brasileiros, com garantias excepcionais de contratos de câmbio e adiantamentos e etc. Portanto, em vez de se aplicar em bancos internacionais ou títulos de Governos estrangeiros, aplica-se em bancos brasileiros com garantia de primeira linha, entre os quais o maior tomador sendo o Banco do Brasil. E além do mais, boa parte das reservas internacionais brasileiras — a grande parte, na realidade — está aplicada em títulos de governos de países que são considerados ratings A, principalmente o governo americano, que são títulos em dólar, e alguns governos europeus. Esses títulos, com a crise, têm aumentado de valor. Portanto, isso compensa, de uma certa maneira, os próprios 6 bilhões de dólares que foram gastos pelo Banco Central nas intervenções diretas de vendas de dólares no mercado, que é a parcela que afeta a reserva, que é a venda no mercado dos spot, que foram 6 bilhões de dólares.

Esse número atingiu o pico, no meio de setembro, de 207 milhões, que foi o valor máximo, 207 e alguma coisa. Mas hoje está, por exemplo, num valor um pouquinho superior ao início do processo, em final de agosto.

Vamos agora falar sobre o impacto dessa crise na dívida pública, dado da maior importância, na medida em que, durante muitas audiências, aqui se discutiu muito corretamente o impacto da dívida pública no carregamento dessas reservas e e até que ponto isso teria um impacto na dívida. Nós dizíamos que num momento de crise isso teria um efeito extremamente

benéfico, e vamos mostrar agora claramente como funcionar o mecanismo.

O que acontecia no passado é que, existindo um choque externo, havia uma deterioração de confiança, uma depreciação cambial, e como grande parte da dívida brasileira, 55% da dívida, era dolarizada, ou era dívida externa ou era dívida doméstica indexando ao dólar, no momento em que subia o dólar, subia a dívida pública. E isso levava a uma outra preocupação: dissolvência da República, o que significava que deteriorava mais a confiança e entrava num círculo vicioso. Hoje o que ocorre? Há uma deterioração de confiança, em função dos choque externo, há uma depreciação cambial, só que agora o Brasil e a República brasileira, o Tesouro é credor líquido em dólares. Significa que sobe o dólar, como temos reservas de dólares, diminui a dívida pública líquida. O efeito funciona, por exemplo, como um protetor contra os efeitos da crise. É a chamada mudança, que aqui vamos chamar de efeito seguro.

E, com isso, vamos olhar a dívida líquida pública nos últimos anos: atingiu o pico de 56% do produto, no final de 2002, e isso veio caindo gradualmente, devido ao sucesso da política econômica, não só do superávit primário, mas também a estabilização econômica foi gerando uma queda gradual nas taxas de juros reais da economia. A dívida pública, com o percentual de produtos, foi caindo gradualmente atingindo até o dia 30 de agosto, antes do início da crise, portanto, cerca de 40% do produto. Devido a esse mecanismo que mencionei, esse seguro construído pelo Governo brasileiro, no momento em que iniciou a crise, o dólar subiu. Em função da deterioração de confiança, o dólar se valorizou no mundo inteiro, e o que ocorre? Cai a dívida pública brasileira com a porcentagem do produto. No final de outubro já estava em 36.6% a dívida pública, e em novembro a estimativa era de 35.7%, é o menor número desde julho de 1998. Portanto tivemos uma queda pronunciada da dívida pública como resultado da crise. E isso significa algo da maior importância, porque, no passado, a dívida pública em momento de crise, como mostrei, era uma fonte de vulnerabilidade. Tínhamos uma crise como essa, o Tesouro ficava mais vulnerável, piorava o problema da confiança. Agora é o contrário: reforça o perfil e a proporção da dívida pública brasileira. Portanto o Governo brasileiro, com isso, pode agir com mais força e passa a ser parte da solução da crise e não parte do problema.

Se olharmos agora fatores condicionantes da dívida líquida do setor público, por exemplo, de 2008, nós veremos que houve uma queda na variação de dívida/PIB, de 42,7%, em dezembro de 2007, para 36,6%, em outubro, caindo, portanto, o equivalente a 6% do Produto Interno Bruto.

O superávit primário foi responsável por 4,5%; os juros nominais, por 4,5%; o superávit baixando a relação; os juros nominais equilibrando isso. Portanto, o superávit primário foi mais ou menos o equivalente aos juros nominais, e hoje inclusive o Banco Central divulgou alguns números que mostram que o déficit nominal do setor público federal foi, neste ano, próximo de zero, o que é algo da maior importância.

A depreciação cambial, portanto, gerou uma diminuição da dívida de 2%; crescimento do produto, 4%, e outros ajustes, 0,1%. Portanto, com o resultado líquido do Produto, em outubro, estávamos com uma dívida pública, de 36,6%.

O diretor está me mostrando aqui — o que evidentemente é uma coincidência, não tem nada a ver com nosso depoimento aqui — que a Bolsa de Valores de São Paulo está subindo 4% agora, o que certamente é um bom momento da economia mundial. São fenômenos não correlacionados.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Agora, neste momento. É, possivelmente, uma reação a diversas evoluções favoráveis nos últimos dias nos mercados internacionais.

Vamos olhar agora a crise. Não há dúvida de que houve uma destruição de riqueza nas bolsas, desde outubro de 2007. Esse é um valor de mercado das bolsas mundiais. Houve uma destruição de riqueza, desde outubro de 2007 até novembro de 2008, de cerca de 29 trilhões de dólares. Se nós compararmos a crise de 1929 com a de 2008, veremos que se compararmos pelo pico a queda até agora foi equivalente. No entanto, notaremos que na crise de 1929 houve uma bolha muito pronunciada no final, nas últimas, digamos, 40 semanas; houve uma subida muito forte no preço das ações, enquanto desta vez houve, sim, uma subida, mas muito menos pronunciada.

Se nós compararmos com os valores que prevaleciam há cerca de 150 semanas, anteriores à crise etc., nós veremos que na crise atual houve queda até maior, o que poderia sinalizar uma duração menor na crise atual, na medida em que boa parte do ajuste já poderia ter sido feita. Em resumo, isso é uma das razões de incerteza dos mercados.

Se nós olharmos as perdas do sistema bancário, veremos que o sistema bancário, em marrom escuro, perdeu próximo de 1 trilhão de dólares — cerca de 900 bilhões de dólares —, dos quais boa parte já foi recomposta, o capital dos bancos, principalmente via aporte de recursos dos governos dos países afetados. Cerca de 600 bilhões de dólares é o total de recursos

já colocados à disposição para recapitalização dos bancos pelos diversos países.

Se olharmos a construção de novas residências nos Estados Unidos, vamos ver que houve queda de 65%, desde janeiro de 2006; índice de preços de residência subindo durante vários anos, depois, queda acumulada de 22%, recente, desde junho de 2006; queda nos últimos 12 meses, 17%. Isso é uma amostra da crise americana.

Se compararmos a crise japonesa da década de 90 com a atual dos Estados Unidos, pela média do preço de residência, nós veremos que houve queda mais rápida agora no preço de residência nos Estados Unidos — comparado com o Japão. De um lado, pode indicar uma severidade maior, e por outro, a análise positiva do fato é que isso pode indicar um ajuste mais rápido, o que significa que a crise não deve ter a duração da crise japonesa, que nós vimos que demorou pouco mais de 15 anos. A crise americana deve ser mais rápida, segundo todas as previsões.

Se olharmos o mercado de crédito, veremos o subprime no pico, depois a falência do Lehman Brothers, quando há queda dramática da oferta de crédito nos Estados Unidos, como mencionamos quando falamos sobre o efeito disso nas linhas internacionais para o comércio exterior brasileiro e nas ações tomadas pelo Banco Central para recompor esse processo.

Taxa de desemprego, nos Estados Unidos, já em 6,5%, portanto a maior desde 1994. Espera-se que atinja patamares superiores durante o correr do ano que vem. Consumo nos Estados Unidos caindo 3,7%; expectativa do PIB neste momento de 0,5%.

Se olharmos a produção mundial de aço, por exemplo, em diversos países, veremos que ela está caindo 48% na Ucrânia; 27% na Rússia; 17% na Turquia; 17%; 17% na China; quase 17% nos Estados Unidos; Taiwan, 14%; no Brasil, 0,1%, praticamente estável, de outubro a outubro.

Produção de veículos. Há muita preocupação de todos nós com a produção de veículos no Brasil. É um mercado muito atingido pela questão de crédito, pela preocupação, pelas expectativas. Comparemos: no Reino Unido, outubro de 2008 versus outubro de 2007, queda de 27%; Estados Unidos, 22,8%; Alemanha, 9,7%; Coréia, 0,5%; Brasil, zero, estável. Não é um bom resultado, certamente não gostamos disso, mas é apenas uma medida comparativa.

O que atingiu o mercado de automóveis no primeiro momento foi a oferta de crédito. Isso já está sendo regularizado, segundo o que me informam as montadoras e as instituições também de revendedores de automóvel. Temos tido contatos constantes com ANFAVEA e FENABRAVE. Mas o que está acontecendo no momento é que há uma preocupação muito grande do comprador, do consumidor. Há uma queda de demanda. O consumidor está preocupado em assumir a dívida. É normal.

Nós vimos algumas pesquisas que mostram, por exemplo, que num grande jornal brasileiro, durante 7 dias, havia uma manchete na primeira página onde havia a palavra “crise” e algumas outras — “calote” ou coisa desse tipo. Naturalmente, a maior parte delas se referindo à crise internacional e de vez quando reflexos possíveis no Brasil. Evidentemente que isso preocupa o cidadão ou cidadã, que adota atitude de maior cautela.

Crescimento do Produto. Estas não são estimativas do Governo brasileiro, mas do Fundo Monetário Internacional, que julgamos, com relação ao Brasil, conservadoras. O Banco Central do Brasil divulgará sua previsão no final de dezembro. A previsão do Governo brasileiro atualmente é de 4%.

Esta é uma previsão do FMI, que, de novo, julgamos um pouco conservadora. Mas, se olharmos o crescimento do Produto Interno Bruto no mundo, veremos que o FMI, para o ano que vem, prevê 2,2% — estamos nos referindo a 2009. Esses números que eu mencionei são de 2009; Estados Unidos, negativo, de 0,7%; Inglaterra, Reino Unido, negativo, 1,3%; Europa, 0,5%, negativo; Japão, 0,2%, negativo.

O mundo, portanto, 2,2% e o Brasil, segundo o FMI, que está bem conservador, cresce acima da média mundial. De novo. Por quê? Se nós olharmos, por exemplo, as previsões do FMI, em novembro, versus as previsões em outubro, nós veremos que o FMI previu crescimento menor para todos. Mas se nós olharmos a Rússia, houve queda, segundo a previsão do FMI, entre uma previsão e outra, de 0,2%; Reino Unido, 1,2%; México, 0,9%; China, 0,5%; Estados Unidos, 0,8%, etc., o Brasil, 0,5%, o mundo, 0,8%.

Isso mostra o seguinte: não só o Brasil tem previsão de crescer acima da média mundial, mas nas próprias previsões, quando feitas para baixo, as do Brasil são numa escala menor, o que mostra a maior resistência da economia brasileira à crise. E já mencionamos as reservas internacionais, as posições dos swaps cambiais do Banco Central, a evolução da dívida pública sobre o produto cadente e os depósitos compulsórios do Banco Central do Brasil. Daqui a pouco, vamos falar sobre as atividades econômicas.

Em relação à situação internacional, o preço das commodities, como mencionei, subiu e depois houve uma queda pronunciada, em função da atividade econômica. E agora, sim, chegando à questão da atividade que mencionei, tenho um dado da maior importância.

O Brasil tem crescido, nesses últimos anos, com uma demanda fortemente impulsionada, em primeiro lugar, pelo consumo doméstico, pela renda. A massa salarial, em outubro de 2008, comparada com outubro de 2007, cresceu 8,6%, em temos reais, acima da inflação. Portanto, estamos com uma economia muito impulsionada pela demanda doméstica, pela renda. A meu ver, é um momento importante, quando analisamos isso em comparação com outros países.

Se verificarmos como se compõe isso, veremos que pessoal ocupado, desde 2004, vem crescendo 3,2%, 3%, 2,3%, 3% e 4%. O número de pessoas ocupadas em outubro de 2008, comparado ao de outubro de 2007, cresceu 4%. Esse é um número importante em qualquer economia. E o rendimento real médio foi de 4,5%, chegando aos 8,6%. Portanto, temos crescimento do emprego e da renda.

A economia brasileira tem mais uma razão para entrar mais forte nessa crise, ao contrário do que já aconteceu muitas vezes.

No que se refere à criação de empregos, até outubro de 2008, foram criados 2 milhões, 148 mil empregos novos formais no Brasil. Taxa de desemprego cadente, a melhor da série, como vimos, é vermelho, comparada com outros números — 2004, 2005, 2006 e 2007. O desemprego é o menor da série para esse período.

Vendas no varejo, crescentes. Crescimento de 12 meses até setembro, último dado disponível: 10,3%. O País entra forte nesse processo.

Produção industrial. Média móvel de 3 meses, crescimento em 12 meses, até setembro: 6,8%.

Dados de outubro. Não existem muitos ainda, mas existem alguns indicadores antecedentes. Um deles, por exemplo, é a carga de energia elétrica com 0,55% de crescimento sobre setembro. Crescimento de 12 meses, até outubro: 3,7%.

Portanto, não há dúvida de que existem previsões de desaceleração da economia, no ano de 2009, em função principalmente das restrições de crédito — 3 canais de transmissão da crise internacional, como mencionamos: crédito, comércio e expectativas. À medida que cai a atividade dos países industrializados, caem as exportações, cai o preço das commodities. Não há dúvida, então, de que se prevê desaceleração da economia. As estimativas variam em relação ao quanto de desaceleração. A previsão do Governo brasileiro, como já mencionei, é de crescimento de 4%. Em relação ao FMI, há outros analistas.

O Banco Central, mais uma vez, divulgará a sua previsão no final do ano, atualizada naquele momento, porque essas revisões são freqüentes. Isso é normal. Mas é importante mencionar que o Brasil entra mais forte na crise do que a maior parte dos países e do que certamente entrou no passado.

Utilização da capacidade instalada na indústria é outro dado. Em outubro: 86,3%, um índice ainda forte dentro da série histórica.

Crescimento do PIB, último dado disponível até o segundo trimestre, comparado a igual trimestre do ano anterior: 6,1%. Não temos ainda o PIB do terceiro trimestre, mas as indicações mostram que o País cresceu de forma robusta até setembro. Não temos ainda indicadores de outubro.

Quando será a divulgação do PIB para o terceiro trimestre?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Nove de dezembro. Portanto, temos de aguardar alguns dias até a divulgação do PIB do terceiro trimestre. Mas o fato é que o País entra mais forte na crise.

Era isso basicamente o que eu gostaria de dizer. Vamos passar para a parte realmente importante, que é ouvir a opinião dos senhores e das senhoras, o que é mais importante ainda, e depois responder às perguntas formuladas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Ministro Henrique Meirelles a exposição. É uma satisfação para a Comissão poder receber tão ilustre autoridade pública.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, Deputado Pedro Eugênio. Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Presidente Meirelles, Presidente da Comissão de Orçamento, demais membros desta Mesa, caros colegas, parece-me que todo o relato do Presidente Henrique Meirelles aponta para a afirmação da força da economia brasileira no enfrentamento da crise.

Todos os dados são positivos. Todos os dados mostram, sobejamente, que a curva descendente, que tem a ver com a crise mundial, encontra uma curva ascendente, que representaria a situação da economia brasileira.

A grande questão que se coloca é exatamente como esses 3 canais de comunicação, efetivamente, afetarão a economia.

V.Exa. já antecipa sua posição ao antever uma taxa de crescimento de 3%, uma taxa de crescimento do PIB que poderia situar-se num patamar em torno de 3%.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Do FMI — 4%.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - A previsão do Banco Central será divulgada no final de dezembro. Nós divulgamos a previsão trimestralmente. Não temos ainda a última previsão do ano. Essa previsão que mencionei é do FMI.

Por que mencionei a do FMI? Para poder comparar com as previsões do FMI para outras regiões do Mundo, para manter uma consistência de previsão. Mas dissemos que essa previsão pode ser um pouco pessimista.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Pois bem, de qualquer sorte, uma taxa de 3%, mesmo a mais pessimista, é uma taxa positiva em relação ao quadro mundial.

O que eu gostaria de expor aqui para sua reflexão e para seu pronunciamento mais adiante é a indagação sobre se há estudos setoriais sobre os quais o Banco Central se tem debruçado e que procurem antever o impacto multiplicador de alguns desses canais, principalmente no âmbito do comércio internacional.

Parece-me que, no tocante ao impacto do comércio internacional, tendo em vista a relativamente baixa participação do PIB brasileiro nesse comércio, que sempre achamos que deveria ser ampliada, neste caso, temos uma proteção. E a pujança do nosso mercado interno é suficientemente forte para garantir taxas de crescimento mais elevadas do que aquelas que o FMI prevê.

Gostaria de saber de V.Exa. se há estudos mais detalhados sobre setores específicos que seriam mais afetados pela economia internacional e quanto se poderia imaginar que eles poderiam rebater no conjunto da economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito, Deputado Pedro Eugênio. O Presidente responderá a todos na sua exposição final.

Deputado Jilmar Tatto, por favor.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO - Cumprimento o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, todos os membros da Mesa, as Sras. e os Srs. Deputados.

Sr. Presidente, queria fazer 3 observações. Primeiro, é verdade que o Brasil está mais preparado para enfrentar as crises e tem demonstrado isso neste momento difícil por que passa o mundo.

Gostaria que V.Exa. comentasse a regulamentação daquilo que o próprio Presidente da República chamou de cassino financeiro em que se tornou o Mundo. Qual é a ação objetiva, concreta, do Banco Central do Brasil, e a articulação política da instituição em relação a uma regulamentação do mercado financeiro mundial, em função dessas perdas trilionárias que estão acontecendo no mundo? Do ponto de vista da ação política do Banco Central, mas também do ponto de vista técnico, o que V.Exa. imagina pode ser feito no sentido de uma regulamentação mundial para evitar essa quebradeira toda e que o mundo seja surpreendido em relação a isso?

Segundo, em relação ao crédito, o Banco Central diminuiu o compulsório dos bancos em 91 bilhões de reais. No entanto, pelo menos no debate que tivemos, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, há uma grita, uma chiadeira quase generalizada de vários setores da economia, reclamando da dificuldade e da preocupação com a falta de crédito do ponto de vista externo, principalmente para aqueles que querem exportar. Que ações o Banco Central pode adotar junto aos bancos, principalmente os privados, no sentido de que, com essa diminuição do compulsório, seja disponibilizado crédito para o mercado, e talvez uma ação do ponto de vista da não-elevação exagerada dos juros quando do empréstimo desses créditos?

Terceiro, sei que V.Exa. e o próprio Governo brasileiro, e com razão, têm preocupação muito forte com relação ao controle da inflação. E é justo isso. Os mais penalizados com o aumento da inflação são justamente os setores menos favorecidos. Tem de existir essa proteção, é importante. Foi um ganho para o Brasil o controle da inflação. Mas agora estamos numa situação de excepcionalidade. Qual é essa excepcionalidade? A crise é excepcional, inclusive uma crise maior do que a de 1929.

Comentários, ações de Governo e declarações, inclusive do próprio ex-Presidente do Banco Central americano, são no sentido de que o momento agora é de o Estado investir, de o Estado gastar, de o Estado, realmente, participar da economia, para haver crescimento econômico.

A pergunta que faço é: neste momento, para garantimos o crescimento econômico, para garantimos que o Brasil tenha geração de empregos para enfrentar essa crise, não seria importante baixarmos os juros de forma agressiva? Sei que para ter os dados da economia imediatamente é difícil, principalmente em alguns setores da atividade econômica, mas parte dos dados apresentados aqui são de setembro ou outubro. É evidente que temos de ver o comportamento de novembro, de dezembro e principalmente do primeiro trimestre do ano que vem.

Então, não seria importante que o Banco Central fosse mais agressivo neste momento excepcional e baixasse os juros de forma mais contínua e mais agressiva?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vou dar início à chamada dos Parlamentares inscritos.

Já disse que o Dr. Henrique Meirelles responderá às indagações do Deputado Pedro Eugênio e do Deputado Jilmar Tatto junto com todas...

O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI - Pela ordem, Sr. Presidente.

Estão presentes aqui o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que poderiam fazer perguntas também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Dr. Pinotti, V.Exa. poderia fazer parte da Mesa. Todos estavam convidados desde o início.

O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI - É que cheguei agora. Estava assistindo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Mas o convite continua existindo.

O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI - Mas posso fazer minha pergunta daqui, até porque não há cadeira na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Faça-a de onde V.Exa. desejar.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI - Em primeiro lugar, cumprimento o Presidente Meirelles, porque sempre nos dá uma razoável injeção de ânimo, coisa de que todos os brasileiros, particularmente os Deputados, precisam.

Em segundo lugar, faço uma pergunta muito curta sobre algo que me deixou um pouco perplexo durante esta semana.

Vi o Presidente Lula, depois da reunião dos Ministros, e mesmo antes, concitar o povo brasileiro a continuar consumindo, fazer suas compras etc. Acho isso perfeito, porque, se o povo parar de fazer compras, vai haver desemprego. Eu tive uma reunião com os revendedores de automóveis, que estão despedindo cerca de 15% a 20% dos seus funcionários.

Mas o que me deixou perplexo e, pela as exposições que ouvi, os outros companheiros também, é que para que haja aumento do consumo, primeiro, não pode haver aumento de juros, mas sim diminuição. Então, estou notando certa incongruência na atitude do Governo de estimular o consumo, o que acho correto, e, ao mesmo tempo, ser um pouco complacente com os bancos por não limitar o aumento de juros e até insistir na sua diminuição, como o Deputado Jilmar Tatto acabou de dizer.

É só essa a questão que eu gostaria de ouvir V.Exa. esclarecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa., Deputado Dr. Pinotti.

Passo a palavra para o primeiro escrito, o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ilustre Ministro e Presidente do Banco Central do Brasil, senhores diretores, na condição de Parlamentar que sempre defendeu a estabilidade econômica e o Plano Real, vejo com satisfação essa exposição, 14 anos e 10 meses depois de implantado o Plano. Percebo que até esse mês de outubro chegamos bem. Este é o ponto de inflexão, exatamente outubro de 2008, 14 anos e 10 meses depois do Plano Real.

Tenho participado de algumas audiências, de alguns debates, em São Paulo e em Brasília, e percebido, como todo o mercado e todos os Parlamentares estão percebendo, a aceleração dos problemas, das dificuldades.

Então, realmente, quero parabenizar, num primeiro momento, o Banco Central pela condução da política econômica e pelo controle da moeda e do crédito. Tenho as minhas restrições, como têm muitos outros colegas em relação às taxas de juros, o que também coincide com a posição do Vice-Presidente da República. Sempre entendemos que essas taxas poderiam ser menores. Mas essa é uma decisão que o Governo Lula, com o seu colegiado, toma.

Vemos também a receita positiva. Hoje de manhã, na Comissão de Finanças e Tributação, a Secretária da Receita Federal apresentou os números positivos até outubro: crescimento real de 10%.

Então, qual é, neste momento, o plano, a estratégia do Governo, do qual V.Exa. faz parte, dentro da política econômica, para enfrentar o que vem pela frente? A nossa preocupação é com o fato de que não temos visto nenhuma estratégia para o caso de essa crise se estender por 1, 2, 3, 10 ou 15 anos, como no Japão. Não quero ser pessimista nem catastrofista. Sou bem realista e pragmático. Concordo com a política macroeconômica, dou apoio a ela, sempre dei, defendo a estabilidade econômica, mas não tenho visto nenhuma estratégia eficiente de combate à crise.

O que se percebe, diante do problema, é a ação de bombeiro para apagar o incêndio naquele momento. Qual é a ação preventiva que teremos com relação aos gastos públicos, à política fiscal do Governo? Qual é a estratégia? Qual é o plano? Estão pensando em aumentar o consumo das massas trabalhadoras? Não. Vi o contrário. Querem aumentar o consumo das classes A e B. A notícia desta semana foi no sentido de que o Governo estuda o estímulo ao Imposto de Renda para aumentar o consumo das classes A e B

e manter a tributação sobre as classes C, D e E, que representam 70% da arrecadação do País, porque o Brasil tem o sistema tributário mais regressivo, mais injusto do planeta Terra e das galáxias.

Evidentemente, se for mexer no consumo, que mexa na tributação das camadas de trabalhadores que ganham até 2, 3 salários mínimos, porque assim teremos uma energia positiva, tirando a carga do Governo sobre o salário, a renda da massa de trabalhadores, e manteremos um consumo de massa estabilizado, gerando milhões de empregos. Isso traria a garantia do crescimento da economia.

A minha intervenção é em cima da situação em que chegamos até outubro. Muito bem, parabéns, ótimo, passou com louvor. Agora, queremos saber como enfrentaremos a crise. Essa é a grande indagação.

O Prof. Beluzzo esteve aqui semana passada e falou sobre a rapidez da disseminação da crise: é a indústria automobilística, são os setores não fechando contratos, são demissões. Então, muito bem, aplaudimos, mas que não fique aqui caracterizado que está tudo bem, céu de brigadeiro, e vamos em frente, com o Presidente Lula: "Continuem comprando". Claro, o povo vai comprar, porque precisa comer, vestir-se, beber. Mas queremos garantias sólidas. Temos um plano? O Governo do Brasil, do Presidente Lula, com o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, têm uma estratégia de curto, de médio e de longo prazo, apresentada ao País?

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu é que agradeço a V.Exa. a participação.

Com a palavra o Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, que essa crise é uma crise que vem de fora para dentro ninguém tem dúvidas; que é uma crise sistêmica e estrutural todo o mundo já sabe; que houve perdas patrimoniais nunca vistas, o senhor acabou de demonstrar; e que parte disso foi a diminuição do papel do Estado, foi a ampliação da concentração da riqueza, todo o mundo sabe também.

Algumas perguntas que eu faria já foram feitas, mas quero reforçar alguns outros pontos. Por exemplo: V.Exa. disse que a dívida pública — V.Exa. demonstrou muito bem, parabéns — está diminuindo. No entanto, o que temos visto com outros dados é que o serviço da dívida tem aumentado e também que, enquanto a liberação do compulsório foi apresentada como grande estratégia do Banco Central para colocar no mercado um dinheiro que era do próprio mercado, o que se viu foi que — e o Presidente Jilmar Tatto se referiu a isso — a maior parte desse dinheiro liberado, na verdade, voltou para o próprio Governo, através da compra de títulos.

Como evitar que isso aconteça, Sr. Presidente? O dinheiro que dava uma renda xis e foi disponibilizado para o mercado, em vez de o próprio mercado pegar, o Governo foi lá e retomou, vendendo títulos da dívida pública.

Por fim, temos observado que, enquanto nos 4 primeiros anos do Governo Lula o déficit de transações correntes caiu, ele voltou a aumentar agora. O que está sendo feito para que isso não seja mais um fator a trazer a crise para dentro do País?

Por falar em trazer a crise para dentro, qual é, na sua observação, a capacidade de entrada dessa crise no Brasil, uma vez que V.Exa. mostra dados tão fortes e tão bons para nossa economia até o momento?

Era só isso.

Muito obrigado, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcidio Amaral) - Muito obrigado, Deputado Dr. Ubiali.

Com a palavra o próximo Parlamentar inscrito, Deputado Júlio César.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Deputados, senhores diretores, eu até cheguei a acreditar que estamos blindados contra a crise. O que ouvimos de manhã, como disse o Deputado Luiz Carlos Hauly, da Secretaria da Receita Federal, e o que estamos ouvindo agora, quando V.Exa., Sr. Presidente Henrique Meirelles, faz um comparativo entre todos os indicativos de crescimento dos países mais desenvolvidos do mundo, a média do mundo e o Brasil, ficamos felizes e aliviados.

Mas há uma coisa que me chama a atenção. V.Exa. disse que disponibilizou 30 bilhões de dólares para uma operação de swap e que idêntica medida foi adotada em linha de crédito pelo FED a Bancos Centrais da Europa, como os da Inglaterra, Suíça, Japão, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Suécia, Noruega e Dinamarca. Todos são países que têm renda per capita acima de 30 mil dólares. Eles são ricos. Nós somos pobres, em relação à renda per capita desses países.

Também me preocupo, Sr. Presidente, porque vi hoje no Bom Dia Brasil que os Estados Unidos vão, com a posse do novo Presidente, chegar ao montante de 2,5 trilhões de dólares em recursos para remediar essa grande crise que assola aquele país. O que isso representa? Quase 20% do PIB americano. Dois trilhões equivalem a 15%, 16% ou 17% do PIB; não deu para fazer a conta.

Eu me preocupo porque as nossas reservas são de 205,7 bilhões de dólares, que estão aplicados no

Tesouro americano e grande parte no Tesouro dos países da Europa, exatamente onde a crise está mais acentuada. Um país em desenvolvimento ter tanto dinheiro aplicado, principalmente nos Estados Unidos, não é uma ameaça para o povo brasileiro?

Aliás, eu gostaria de saber quanto temos lá nos Estados Unidos, porque a China já teve, salvo engano, 1,5 trilhão de dólares aplicados lá, e está diminuindo esse valor. Quero saber também se o Brasil está diminuindo o montante aplicado lá, e o que representa o montante aplicado no Tesouro americano em relação aos 205,7 bilhões de dólares que V.Exa. mencionou aqui.

Outra coisa que me chama a atenção, Sr. Presidente, é o crescimento da energia. Só se fala em crise. Querem fazer aquelas barragens, aquelas hidrelétricas em Rondônia. V.Exa. disse que em 12 meses cresceu 3,7% a carga de energia. De onde veio essa energia? Eu gostaria de saber, porque não tenho conhecimento de que nenhuma hidrelétrica, usina nuclear, parque eólico ou usina de outro tipo tenha sido inaugurada nos últimos 12 meses.

Quero saber de onde isso veio essa energia, porque se fala muito na crise da energia. Há preocupação em se construir essas duas grandes hidrelétricas e outras que estão projetadas para o nosso País. Mas V.Exa. disse que a carga de energia aumentou 3,7% em 12 meses.

Em relação ao BNDES, V.Exa. disse que ele disponibilizou 5,5 bilhões de dólares. O BNDES administra grande parte do dinheiro do FAT, e esse dinheiro, Sr. Presidente, é remunerado pela TJLP.

Vou fazer uma retrospectiva até 2003, o ano que mais me chamou a atenção. Em 2003, de aproximadamente 50 bilhões de reais, o BNDES financiou, com taxa LIBOR mais 0,5% ou 1%, para empresas americanas, a compra dos aviões brasileiros da EMBRAER, que são fabricados lá fora. Quase tudo vem em operação de drawback. O BNDES financiou 6 bilhões de reais.

No mesmo ano, Sr. Presidente, para todo o Nordeste, que naquele ano tinha 48 milhões de habitantes — hoje já tem 53 milhões —, o BNDES financiou 3,6 bilhões de reais.

Então, como o financiamento era pela taxa LIBOR, e os recursos, remunerados pela TJLP, que naquela época era 9%, e a LIBOR era 3,5%, mais a variação cambial, e houve a queda da variação cambial de 2003 para cá — subiu agora, recentemente — como fechar essa conta? Sou leigo no assunto, mas queria que V.Exa. explicasse como isso funciona. E gostaria de saber por que as empresas brasileiras não compram. Elas são impedidas pelas operações de drawback? Se comprarem têm que pagar o imposto? Não compram avião da EMBRAER. Existe até uma Azul que começará a funcionar agora; li nas revistas. Dizem que ela vai comprar, mas através de leasing de empresas americanas. Não sei como funciona.

Queria que V.Exa. explica isso, porque nunca consegui entender este negócio: pagar 9% e emprestar a 4%, na taxa LIBOR, quando a TJLP, naquela época, era 9% — hoje caiu. Mas principalmente em 2003, Sr. Presidente, a taxa LIBOR era 3,5%, e os juros eram 0,5% a 1%.

Tenho todas essas informações porque fiz requerimento ao BNDES para que me repassasse esses dados. Como fecha essa diferença e como o País faz — já fiz essa pergunta — tanta aplicação no Tesouro do país mais desenvolvido do mundo e que está realmente puxando a crise para todos os outros países, inclusive da Europa? E nós ainda trocamos reais correspondentes a 30 bilhões de dólares com eles. Isso não aumenta o risco de um país pobre, com uma renda per capita tão pequena, em relação a esses países nominados por V.Exa.?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Peço, por favor, toda a celeridade possível na participação dos Parlamentares — desculpem-me a ousadia deste Presidente —, porque, em seguida, terá início a Ordem do Dia na Câmara, muito embora isso não interfira no desenrolar desta sessão. Mas combinamos com o Presidente que esta sessão se estenderia até às 17h, e a Comissão de Orçamento ainda quer retomar votação de matéria pertinente ao Orçamento da União.

Passo a palavra ao Deputado Marcelo Almeida.

O SR. DEPUTADO MARCELO ALMEIDA - Obrigado, Sr. Presidente.

Ministro Henrique Meirelles, Senador Delcidio Amaral, primeiro farei uma pergunta ao Senador Delcidio Amaral, depois ao Dr. Henrique Meirelles.

Senador Delcidio, não sou da Comissão, mas fico em cima do que recebo da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. é preparado até para comandá-la.

O SR. DEPUTADO MARCELO ALMEIDA - Já estou me preparando.

Em relação a esse último parecer preliminar, até por causa da crise, li que estamos esperando o Executivo mandar, até o dia 21 de novembro, parâmetros macroeconômicos. Eu disse ao Jorge Cury que isso era antes da crise, que não dava nem para nos basearmos nisso, porque não será esse o PIB, não será essa a inflação, não será essa a Taxa SELIC. Depois podemos conversar para ver se teremos uma nova leitura sobre essa preliminar.

Ao Ministro Henrique Meirelles farei uma pergunta como se fosse um aluno, porque tenho mais dificuldade de entender. Com a crise mundial mudam algumas coisas em relação à Taxa SELIC e também no nosso resultado nominal e no juro que o Brasil tem que pagar da dívida — aumentando a Taxa SELIC, aumentam os juros. Há alguma coisa a ser feita para o País ter os 3 graus de investimentos? Uma suposição: se daqui a 6 anos o País tiver um resultado nominal zero, só a dívida, não ter mais juros de dívida, não precisar fazer superávit para pagar os juros, ele poderá ganhar os 3 graus de investimento? Essa é uma pergunta.

A outra pergunta é — e o senhor sabe, porque tem esta visão mundial — em relação ao valor do barril do petróleo. Como ele despenca 40% de uma hora para outra? Ele custava 111 dólares, foi para 78 dólares e agora para 59 dólares. Qual é a regra no mundo em relação ao preço do barril de petróleo para que ele despenque tão rápido, em poucos dias? Não consigo entender isso muito bem.

Queria novamente, como sempre, parabenizá-los. Pelo pouco tempo que estou entendendo de economia brasileira e de orçamento público, fico muito satisfeito em ser um Deputado Federal da base do Governo e ter o senhor à frente do Banco Central. Continue assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Muito obrigado, Deputado Marcelo Almeida, pela sua participação.

Deputado Alfredo Kaefer.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O Deputado Antonio Palocci não precisa nem se inscrever, pela sua autoridade. Honre-nos com a sua participação, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO PALOCCI - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e também a gentileza do Deputado Alfredo Kaefer. Eu preciso sair para dar um encaminhamento com o Presidente da Casa sobre a Reforma Tributária.

Quero, na presença do Senador Delcidio Amaral, Relator do Orçamento, e dos Presidentes Pedro Eugênio e Jilmar Tatto, cumprimentar a equipe do Banco Central e o seu Presidente, Henrique Meirelles, pela condução da política monetária e cambial e daquilo que está sob a responsabilidade do banco, principalmente num período de maior turbulência como esse, que exige muito mais das autoridades do que os períodos normais. Às vezes, uma situação como essa exige uma atividade sobre-humana, e vemos as equipes da Fazenda, do Banco Central e do Planejamento trabalhando muito corretamente. Isso é muito positivo para o Brasil.

Quero fazer um registro importante sobre a política de acumulação de reservas e de segurança que fez o Banco Central nesses últimos anos.

É muito difícil conseguir enxergar, no período em que você acumulam reservas, a importância delas. É muito difícil. Por isso foi muito criticada a política de reservas do Banco Central, às vezes violentamente criticada, e até hoje entre nós existem críticas sobre as reservas realizadas. Mas o efeito que ela está tendo hoje, quando é posta à prova, sobre a segurança da economia e sobre a redução da nossa dívida pública, mostra o acerto extraordinário da política monetária nesse período.

Como sou médico, nunca entendi dessas coisas da economia, mas eu aprendi uma vez, quando estava no Ministério, quando recebi a conta do meu seguro de vida. Há 14 anos eu pagava o meu seguro de vida e comecei a me arrepender daquilo. Há 14 anos pagando era caro. A boa notícia é que eu não tinha morrido. Demorei a perceber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Para alguns. (Risos.)

O SR. DEPUTADO ANTONIO PALOCCI - Nem para todos.

Quando faz um seguro, na verdade, ele é uma despesa chata sobre a qual se fica sempre em dúvida sobre se vale a pena contratar. Quem é empresário sabe disso. O empresário resiste a fazer seguro porque é caro. Todo seguro é caro. E o seguro que o Banco Central fez foi e é caro, mas nem se compara ao efeito que ele tem hoje num período de teste como este.

Queria só fazer esse registro e deixar uma sugestão ao Presidente do Banco Central e sua equipe. Foi demonstrado que o crédito no Brasil continua tendo evolução bem razoável, continua crescendo. Já existem dados divulgados — não sei se estão aqui neste documento de hoje — ontem pelo Banco Central, informando que em novembro continua tendo crescimento o crédito.

Mas se virmos os dados comparados com o que vemos no dia-a-dia das empresas há uma contradição. As empresas estão com dificuldade extraordinária de acesso a crédito, principalmente para capital de giro. O fato é que, na verdade, a oferta de crédito não caiu tanto com a crise. O que aumentou foi a demanda sobre os bancos brasileiros, na medida em que pelo menos duas fontes de oferta de crédito — o crédito externo e o crédito do mercado de capitais — desapareceram. O crédito externo desapareceu há 1 mês e meio, e o crédito no mercado de capitais há uns 6 ou 8 meses.

Na verdade, o que mudou neste período foi uma queda brusca e forte da oferta de crédito, fazendo com que a pressão sobre o sistema bancário brasileiro au-

mentasse muito, de forma que vemos a curva de crédito melhorando, mas as reclamações das empresas se multiplicando. Existe hoje ainda uma questão relativa a acesso a crédito para capital de giro das empresas.

Ontem li, na imprensa, que o Banco Central tomou uma medida bastante criativa com relação ao depósito compulsório permitindo uma nova linha ao BNDES que possa fazer uma distribuição maior de crédito para atender às situações mais emergenciais.

A minha única recomendação é de que, nesse período mais difícil, o Banco Central continue tomando medidas no sentido de que o mercado de crédito privado e o mercado de crédito público, que, neste momento, têm papel importante, possam suprir as necessidades emergenciais das empresas. Uma coisa evidente é que, com essa crise, o mundo terá uma desaceleração, e o Brasil também. Temos de ajudar para que a crise seja mais amena, mais coordenada e o menos traumática possível. Esse é o papel desempenhado pela autoridade monetária e que pode ter sucesso muito grande, dada a responsabilidade e a competência da equipe do Banco Central.

Sr. Presidente, peço desculpas por não poder permanecer até o final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Deputado Antonio Palocci a participação.

O próximo inscrito é o Deputado Carlito Merss, que vem participar desse processo no momento em que Santa Catarina passa por uma das maiores tragédias da sua história. Embora o Deputado Vignatti, Coordenador da Bancada de Santa Catarina, desejasse participar mais efetivamente do debate, não pôde por estar tomando providências para seu Estado.

Então, Deputado Carlito Merss, quando V.Exa. fala, tenha a certeza de que o faz em nome de todos os catarinenses.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Obrigado.

Sr. Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho, Sr. Presidente do Banco Central, funcionários do banco e demais das outras Comissões, é óbvio que o material mostrado pelo Presidente Henrique Meirelles desagrada a muitos, porque há um embate político pré-eleitoral muito ruim já instalado no País e, muitas vezes, acabamos não conseguindo realizar o debate na medida certa.

O Presidente citou, e também observei, que os grandes jornais de São Paulo, que se consideram quase um país dentro do Brasil, têm clareza da sua posição ideológica e constantemente usam a palavra “crise” e “não vai dar certo”. Nem li as manchetes de hoje, mas sinto que isso infelizmente é possível.

O que estamos discutindo é a crise do capitalismo global, um modelo que transformou o capital do papel 10 vezes maior que o capital real, que é a terra que existe no mundo. É basicamente isso. Grosso modo, o PIB mundial vale 60 trilhões, e o mundo especula com papéis para mais de 600 trilhões! É isso, para que as pessoas entendam. Não entendemos por que o custo de retirada do petróleo é “x” e em menos de 6 meses o barril valer entre 50 e 150 dólares.

Há uma especulação escandalosa do sistema capitalista, principalmente porque, não aprendendo o modelo e a experiência de 1929, as conseqüências — Graças a Deus, o mundo está preparado — não serão as mesmas. Na crise de 1929, surgiu o fascismo, o nazismo e praticamente o desmonte da democracia, ainda incipiente, que havia na Alemanha e em outros países. O mundo está preparado diferente hoje, mas o modelo e a forma são iguais.

Presidente, existe uma saída. Queria apenas ouvir o comentário de V.Exa. a respeito, dada a sua experiência internacional. É óbvio que teremos de ter um mecanismo de regulação completamente diferente dessas ferramentas anacrônicas, que são fruto ainda de Brentwood, daquele momento histórico pós-2ª Guerra Mundial.

Não tenho dúvida de que o Brasil, e tenho essa sensação, já está tendo papel preponderante. O G-20 sempre foi motivo de chacota da mídia mundial, mas hoje não é mais. É dentro desse espaço do G-20, que incorpora os países do capitalismo mais antigo com os emergentes — como brasileiro fiquei muito feliz de perceber isso —, que vemos a postura de todas as autoridades brasileiras na reunião preparatória de São Paulo e mesmo na dos Estados Unidos, abordando, com muita tranqüilidade, essa questão. Queremos um espaço de regulação que não permita mais chegar a esse ponto. Qualquer neófito, qualquer pessoa que não conheça nada de economia sabia que o modelo do subprime dos Estados Unidos é uma coisa escandalosa, literalmente um mico. Como se permitiu que, durante tanto tempo, aquilo acontecesse?

Então, queria ouvir algumas reflexões de V.Exa., pela experiência que tem, sobre algo que o mundo vai ter de decidir, para que não tenhamos de fazê-lo, daqui a 10, 15, 20 anos, depois de a população mundial pagar novamente essa conta ou de o povo dos Estados Unidos pagá-la àquelas montadoras atrasadas que ainda estão querendo dinheiro para fabricar o mesmo tipo de carro atrasado, antiecológico, achando que essa é a saída. Que os banqueiros entendam que o banco é uma intermediação, sim, mas que tem de ter uma lógica calcada na economia real.

Alguns comentários já foram feitos sobre a forma que o Brasil, em especial, e outros emergentes, apesar de esses países não quererem perder seu poder, principalmente o G-8, poderiam influenciar nessa regulação necessária para não passarmos por períodos semelhantes a esse no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vou encerrar as inscrições.

Estão inscritos os Deputados Alfredo Kaefer, José Carlos Aleluia, Chico, no momento em que passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Delcídio Amaral, pois tenho um compromisso, como avisei anteriormente, com os Ministros da Previdência e do Planejamento para tratar de temas relacionados à Previdência. O Senador Delcídio Amaral vai manifestar-se em nome da Comissão, quando julgar oportuno.

O próximo inscrito é o Deputado Alfredo Kaefer. Depois, o Deputado José Carlos Aleluia e, então, V.Exa., que falará em nome da Comissão.

Estão encerradas as inscrições.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Presidentes de Comissões, Sras. e Srs. Deputados, como todos os Deputados e os demais brasileiros, estamos preocupados também com a crise e percebemos na economia real que muita coisa não está andando como muitas vezes lemos nas manchetes.

Hoje, por exemplo, a imprensa divulgou a queda do crédito, diria, a um número inexpressivo. Mas, na verdade, o crédito não está chegando à ponta. Que o diga nosso companheiro Armando Monteiro e consulte os empresários pequenos e médios, agricultores, enfim, todo o segmento produtivo sobre a dificuldade que há hoje. É real a dificuldade de crédito.

Somos liberais e entendemos que a economia de mercado tem de funcionar. Mas, quando necessário, é preciso que o Estado intervenha. Muitas vezes, vem um comparativo dizendo que, se numa cidade não houver nenhuma padaria, o Governo tem de instalar uma.

Neste momento em que a banca privada não coloca recursos à disposição, realmente o Governo tem de irrigar o crédito, e constantemente vemos tantos milhões liberados para o BNDES. Sabemos que o sistema do BNDES é burocrático, moroso, tem toda uma conduta ou um procedimento, e o recurso demora a chegar à ponta. É transferido para os agentes financeiros e depende de crédito, mas os bancos não querem dar crédito, não querem aumentar a exposição de risco.

Então, penso que o Banco Central e o Tesouro Nacional têm de promover a irrigação de crédito no mercado. Diante disso, faço algumas indagações.

O Presidente do Banco Central deve lembrar que, numa das audiências, discutimos a política de câmbio que condenávamos, na época, quando o dólar caía para 1,70, 1,60, até 1,53, que foi o mínimo. Naquele momento, destruímos vários setores exportadores, principalmente de manufaturados. E agora que o dólar está num patamar maior, esses segmentos não conseguirão voltar a exportar tão facilmente.

Sei que o Banco Central tem como dever ser guardião da moeda — eu criticava isso na época — tanto quando o dólar está em alta como quando está em baixa. Agora, o Banco Central tenta intervir e, muitas vezes, não consegue. Na época, dizíamos que teriam de ser criados mecanismos. Isso serve de reflexão para quando eventualmente acontecer novamente.

É preciso ter equilíbrio do câmbio para não se destruir o setor exportador. Hoje temos que exportar e não conseguimos.

Os países têm reduzido drasticamente suas taxas de juros. Sr. Presidente do Banco Central, por que não conseguimos criar outros mecanismos de contenção de inflação que não seja a taxa de juros? Por que não baixar drasticamente, neste momento, a taxa básica de juros, SELIC, que deixaria menos custo para o Tesouro no seu endividamento e irrigaria mais o mercado? Porque sabemos que a economia é movida a crédito.

O Deputado Palocci falou do seguro, que é a nossa reserva internacional, reserva externa. Cada um de nós faz uma poupança, uma reserva, para ela ser usada em momentos difíceis. Por que não usamos agora, neste momento, parte da reserva, trazê-la de volta, repatriá-la, para irrigar, de forma mais consistente, o mercado financeiro?

O Senador Delcídio é autor de um projeto que dispõe sobre repatriamento de recursos que estão lá fora. Vai dar muita discussão, mas o projeto seria bem-vindo neste momento. Por que não repatriar parte desses recursos da nossa reserva, trazê-la de volta paulatinamente e reconstruí-la depois, com o tempo? Por que um país que já teve reserva zero não pode ter 100 bilhões de reserva? Por que não usar metade desses recursos para o lastreamento de operações ou internamento direto? Por que, no momento de liberação de compulsórios, o Banco Central continua tendo que comprar todos os recursos financeiros disponíveis, ou grande parte, não sei exatamente como funciona, e títulos públicos?

Se o Banco Central se retraísse um pouco na compra de títulos públicos, o sistema financeiro automaticamente teria que colocar esses recursos. É muito confortável. Libera-se o depósito compulsório, enxugam-se os recolhimentos, cobram-se as contas e aplica-se o dinheiro no Tesouro, com a maior segurança possível,

e não se precisa arriscar, colocar isso no mercado nem expor o meu banco ao financiamento.

Por que todos os recursos têm de ser aplicados em títulos públicos?

O Banco Central e o Tesouro precisam de mais capitalização. Isso faria com que as taxas de juros também caíssem.

A situação do crédito. Daqui a meia hora membros da Frente Parlamentar da Agricultura irá ao Ministro interino da Agricultura para expor uma situação dramática que ocorre hoje. Já estamos terminando o plantio, mas seguramente vamos ter queda de produtividade, porque, além da falta de recursos oficiais, do crédito rural oficial, faltam elementos que o agricultor não consegue captar: o crédito suplementar, com taxas normais ou de poupança, ou de cheque especial, que não estão disponíveis, e o recurso do fornecedor de fertilizantes e de insumos.

Então, o agricultor tem dinheiro para plantar 50, mas tem 100 hectares. Vai usar a metade dos insumos para plantar toda a área.

Esse é um trabalho que temos de fazer. Vou na esteira do Deputado Hauly. Não temos um projeto macro para saber o que é preciso fazer com a ressaca dos problemas da crise.

O Governo americano solta recursos extraordinários, e nós temos, sim, feito algumas ações, mas as considero incipientes para irrigar a economia, de forma tal que ela possa se revitalizar, não parar, os empregos continuarem se mantendo, e ela manter-se saudável ou pelo menos ter o impacto menor possível.

Como Deputado, sinto-me frustrado. Em alguns países da Europa e mesmo dos Estados Unidos, o Congresso interage de forma plena com o seu Executivo, trocando idéias com o Banco Central, com as autoridades do Governo, no sentido de achar soluções e alternativas para a crise. E nós estamos acompanhando, na maioria das vezes, o noticiário pelo jornal.

Então, acho que o Congresso tem que participar. É função, sim, do Executivo, mas há idéias boas, uma forma muito boa de se fazer a interação com o Executivo e o próprio Banco Central, de criar mecanismos para proporcionar algumas facilidades, como é o caso do câmbio, por exemplo, hoje, no momento em que as exportações estão paradas, alongar o tempo técnico de fazer performance cambial.

Vemos muitos exportadores que chegam ao limite de entregar as cambiais e a exportação não acontecer. Isso leva a ter problemas no Banco Central. Eu gostaria, realmente, que houvesse uma interação mais forte do Congresso com as autoridades, porque o nosso objetivo é único, tal como o do Banco Central, do Governo, de fazermos todo o possível para que se amenize a crise e venham benefícios para a nossa Nação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio Amaral) - Muito obrigado, Deputado Alfredo Kaefer.

Passo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Obrigado, Sr. Relator Presidente. V.Exa. está inovando na função de Relator e Presidente hoje.

Sr. Presidente-Ministro — não sei se o chamo de Ministro ou Presidente do Banco Central —, a vinda de V.Exa. a esta Casa, além de cumprir um dever legal, poderia e é desejável que cumpra um outro dever.

A platéia que aqui está é ampla. O interesse pelo debate com V.Exa. é demonstrado pela presença de Parlamentares. Não é tão normal que estejam praticamente cheios os assentos. Portanto, todos estavam interessados em ouvir o que V.Exa. tem a dizer.

É importante que os que estão aqui —V.Exa. vai ver que não há tanta divergência entre Governo e Oposição — possam levar aos outros Deputados e Senadores um pouco da notícia, não da contabilidade, não do passado, mas do que V.Exa. acena para o futuro.

Para começo, o primeiro recado é para o Relator. V.Exa. traz uma informação do FMI, dizendo que o Brasil deve crescer 3%. Espero que nós façamos um orçamento que não se distancie tanto dos 3% que o FMI, de forma otimista, está prevendo. Portanto, não adianta fazer especulações em torno de valores maiores do que esses.

O que é mais importante, Sr. Presidente — vou pedir ao Ministro-Presidente que relate —, é de que forma o Parlamento pode ajudar. Eu sei como pode atrapalhar. Aliás, já tem atrapalhado sistematicamente. Ontem, por exemplo, o Senado aprovou, sem nenhuma discussão — e com o voto da Oposição —, um aumento para 91 mil funcionários, aumentos que são de 2008, 2009, 2010 e 2011. Sabemos que a economia e a receita não vão crescer como esperado, que o salário médio do povo brasileiro vai cair e o desemprego vai crescer. Portanto, é importante que essa reunião se repercuta no plenário. O plenário da Câmara, hoje, tem na pauta o atrelamento do salário dos delegados ao salário dos juízes, com uma emenda para atrelar também o salário da Polícia Militar aos salários dos delegados. Encontrei, fazendo cooper, um amigo meu, coronel do Exército. Ele me pediu que apoiasse a emenda que atrela o salário dos delegados e da Polícia ao dos juízes e atrelar também o salário do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Portanto, V.Exa. verá que a política monetária vai ficar cada dia mais difícil com este Parlamento. Dessa

forma, a vinda de V.Exa. para expor os dados mostra muito bem que estamos em um ponto de inflexão, em um ponto, Ministro, onde tudo dava certo na iniciativa privada, que fez muita coisa errada, e nos governos.

Agora, vamos passar para o ponto em que tudo vai ser difícil, o que não significa que tudo vai ser errado. Tudo vai ser difícil. Teria de ser o momento em que o Parlamento teria que descobrir que há uma crise.

V.Exa. se recorda que, quando V.Exa. e o Ministro da Fazenda vieram ao plenário, ainda tínhamos mais ou menos 15 dias para o primeiro turno da eleição, ou 3 semanas, se não me falha a memória, eu disse: "Ministro, o mundo real, o crédito, que é uma coisa que interessa diretamente no mundo real, já está se distanciando". Devo dizer a V.Exa. que algumas medidas começam timidamente a responder, mas ainda de maneira muito acanhada, o que é natural. Mesmo que os diretores do banco possam deixar um pouco de lado a prudência, o que não é normal nesse momento, o gerente estabelece prudências novas. Gerentes inclusive de bancos oficiais.

Já tive oportunidade de dar o exemplo de um ex-Deputado amigo meu, de Minas, que tem operações muito simples, muito pequenas na área do café, e foi ao Banco do Brasil na sua região tomar um empréstimo de 70 mil reais, quantia que habitualmente toma para o crédito do custeio. E o gerente do banco disse a ele que o dinheiro estava disponível, porque ele nunca tinha faltado com o pagamento da sua safra anos a fio, mas que neste ano seria necessária a penhora da fazenda. Não que ele não pudesse fazer a penhora da fazenda, mas porque a penhora da fazenda significa mais 20 ou 30 dias de processamento.

Portanto, Sr. Ministro, gostaria que V.Exa. dissesse para os Deputados o que podemos fazer para ajudar o Brasil, além de aumentar as despesas, porque disso nós já sabemos. Que medidas podem ser tomadas para se dizer que o Parlamento está dando uma contribuição para que a crise não se avolume?

V.Exa. é testemunha — aliás, todo o Brasil — de que a Oposição, de modo sistemático e explícito, tem dito que apóia todas as medidas que vierem do Governo para o combate à crise, menos a propaganda. Propaganda, não vamos apoiar. Propaganda significa que a única coisa que vai crescer 4% no Brasil é a verba de publicidade do Governo. Fazer propaganda para que cresça 4% significa aumentar em mais de 4% a verba destinada à publicidade.

V.Exa. poderia nos responder, na área fiscal — que é um pouco fora da área de V.Exa., mas que tem reflexos —, o que podemos fazer em termos de projetos? Como poderíamos ajudar o crédito? Sabe V.Exa. que o Parlamento começou a discutir o cadastro positivo. E aparecem pessoas, Deputados que dizem que isso vai prejudicar o cidadão, como se a inadimplência fosse de 96% e os adimplentes fossem só 4%. Portanto, esse é um tema sobre o qual V.Exa. poderia falar.

Outro ponto é relativo à agilidade do Banco Central. Como o Banco Central poderia ter mais liberdade? Ontem, na reunião de Líderes, o Líder do Governo defendeu a idéia de que poderíamos aprovar alguma coisa na área das fusões bancárias, para dar agilidade à ação do Banco Central, independente do CADE.

Todos acompanhamos, no fim-de-semana, as notícias sobre o Citicorp. Imagino o que se passou nesse fim-de-semana para se salvar o Citicorp. Evidentemente, ele só foi salvo porque se tinha agilidade, tinham-se instrumentos para tanto. Aliás, depois de ter deixado quebrar o Lehman Brothers, se o Governo americano não conseguisse salvar o Citicorp, estaríamos numa crise muito maior ainda.

V.Exa. foi Deputado — foi eleito, foi diplomado, portanto, foi Deputado. Não chegou a assumir, mas foi Deputado. Não pode dar conselhos aos Deputados, mas pode dar sugestões aos Deputados. Os que estão aqui são Deputados que significativamente vão levar às suas bancadas a mensagem de V.Exa.

Portanto, é esse o pedido que faço a V.Exa., louvando a prudência do Banco Central. Não fosse a prudência da política monetária, estaríamos numa situação muito pior — e temos de reconhecer isso. Provavelmente os balanços em real vão dar resultados extraordinários, embora em razão das variações cambiais. Mas isso não é o importante. O importante é de que forma este Parlamento pode ajudar o Brasil a enfrentar a crise e o brasileiro a sofrer menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Muito obrigado, Deputado José Carlos Aleluia.

Presidente Henrique Meirelles, mais uma vez, destaco sua exposição ágil, clara, lúcida mostrando o trabalho que o Banco Central tem feito ao longo destes anos. Não posso deixar de registrar também o trabalho do Deputado Antonio Palocci à frente do Ministério da Fazenda, que, juntamente com V.Exa., executou uma política austera, cautelosa, cuidadosa, cujos reflexos pudemos agora observar na exposição feita por V.Exa. sobre os resultados da economia brasileira e como ela tem reais condições de enfrentar esse período de crise, evidentemente sabendo que teremos conseqüências em virtude da dificuldade que tomou conta das principais economias do mundo.

Respondendo ao Deputado Marcelo Almeida, registro que recebemos, na quinta-feira da semana passada, os novos parâmetros do Orçamento. O barril de petróleo saiu de 111 para 76 dólares; a inflação, de 4,5% para 5,19%; o câmbio, de R$ 1,71 para R$ 2,04,

e um crescimento de 4% em vez dos 4,5% inicialmente previstos, que era a meta. Evidentemente, esperamos que, especialmente no item crescimento, esse número venha a ser confirmado pelo trabalho do Banco Central após o Natal, como disse muito bem aqui o Ministro Henrique Meirelles. Esses são os parâmetros.

O competente Deputado Jorge Khoury, da Bahia, está tendo grande sensibilidade — e o nosso programa está rodando em virtude desses parâmetros — para fazer uma avaliação do Orçamento, para que, assim, possamos ter uma peça orçamentária realista quanto a esse novo quadro que se apresenta.

Serei muito objetivo — o plenário está cheio, o que é muito importante e mostra o quanto os Parlamentares têm interesse em ouvi-lo — e farei somente duas perguntas.

Sr. Presidente, no momento em que os financiamentos ficam rarefeitos, quando os bancos internacionais fecham as torneiras, e a partir do momento em que o Programa de Aceleração do Crescimento tem teor fortemente energético em razão do papel da PETROBRAS, da ELETROBRÁS e de outras empresas estatais, pergunto a V.Exa. se, com a importância que as empresas de energia têm, em relação ao PAC e ao crescimento do PIB, esse novo quadro não afetará o crescimento brasileiro, trazendo o crescimento para patamares menores. Pergunto especialmente porque a PETROBRAS e a ELETROBRÁS representam quase 0,8% do PIB, portanto, valores consideráveis em virtude de tudo aquilo que alavancam.

Segunda questão. Evidentemente, não é função do Banco Central, como foi dito aqui, aconselhamento sobre o Orçamento fiscal. Pergunto, então: dentro de um quadro que nos leva a cortes, até pelas simulações que estão sendo feitas, de 8 bilhões de reais aproximadamente no Governo Federal, e com impacto nos Estados e Municípios de cerca de 7 bilhões em razão dos repasses aos Estados e Municípios e dos royalties do petróleo — e o Deputado Marcelo Almeida disse muito bem, estamos trabalhando com 111 e, no ano que vem, vamos trabalhar com a média de 76 —, hoje, na visão de V.Exa., esses cortes devem predominar sobre o custeio ou sobre o investimento? É a pergunta que faço, até em virtude do momento que estamos vivendo.

Fundamentalmente, mais uma vez, quero agradecer a V.Exa. os esclarecimentos que nos trouxe e a competência com que tem trabalhado no Banco Central. V.Exa. honra o Governo do Presidente Lula e o Brasil pelo trabalho competente, com seus diretores, à frente do Banco Central.

Com a palavra, para responder aos questionamentos, o Presidente Henrique Meirelles.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu fui o último a me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - V.Exa. está inscrito?

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Estou inscrito, e, antes de sair, o Deputado Mendes Ribeiro Filho anunciou que eu era o último inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Se o Ministro e os demais Parlamentares, porque já está acendendo a luz avisando o início da votação nominal em plenário,...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Mas será rápido. Vou ser rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Então, se V.Exa. puder ser bastante ágil, porque precisamos aproveitar...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Se for nessa pressão, retiro o meu nome, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Retira o nome? V.Exa. é Deputado igual aos demais e teria direito ao mesmo tempo, mas estamos premidos pela hora, e a inscrição de V.Exa. não está registrada na folha que recebi. V.Exa. afirma que pediu para se inscrever...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Senador, não aceito ser chamado de mentiroso. Pergunte ao Presidente anterior...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Não, Sr. Deputado...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - S.Exa. disse: "O Deputado Chico Lopes será o último orador". Se alguém ouviu aqui, ajude-me. O Presidente está tentando dizer que eu estou querendo forçar a barra. E eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Não, Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - ... tenho bastante maturidade para isso. Esse cabelo branco aqui é de vida, não é de oportunismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Deputado, quero deixar claro a V.Exa. que o Deputado Mendes Ribeiro Filho foi muito claro quando disse que não mais aceitaria inscrições. E as inscrições estão aqui.

Com a palavra o Ministro Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral.

Vamos, então, endereçar de maneira mais objetiva e rápida possível as questões, exatamente em razão do compromisso dos Parlamentares e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Presidente, só uma pequena interrupção. O Deputado José Guimarães está dizendo que havia pedido ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, mas a Assesso-

ria de S.Exa. não colocou o nome do Deputado Chico Lopes. E eu não poderia deixar de registrar isso até para mostrar a coerência de S.Exa., mas também a exatidão da minha conduta. Estou trabalhando com os nomes listados pela Assessoria e pelo Deputado Mendes Ribeiro Filho.

Presidente Henrique Meirelles, V.Exa. continua com a palavra.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado.

Em primeiro lugar, a pergunta do Deputado Pedro Eugênio sobre estudos setoriais referentes aos setores mais afetados pela crise. Se olharmos os canais de transmissão da crise, veremos, como mencionei, que o primeiro deles é o canal do crédito. Portanto, aqueles setores mais dependentes do crédito, não só no seu financiamento, mas também na sua venda, são os que tendem a ser mais afetados, principalmente aqueles dependentes do crédito internacional, como foi observado com clareza.

O segundo canal de transmissão é o comércio internacional, na medida em que os países grandes importadores, principalmente os Estados Unidos e países da Europa, na medida em que têm recessão, diminuição do produto, certamente demandarão os mesmos produtos importados, o que significa que aquelas companhias que exportam principalmente para os Estados Unidos e para a Europa e aqueles países que são mais dependentes sofrerão mais. Evidentemente, quem exporta para outros países que, por sua vez, exportam para os Estados Unidos, também tenderão a ser um pouco mais afetado. Isso envolve, entre outras coisas, os produtores de commodities, que são grandes exportadores.

Diversos estudos estão em andamento não só em áreas do Governo, mas também no setor privado e em órgãos de pesquisas e universidades. E, com certeza, com o tempo, teremos maior disponibilidade de dados para entender o efeito nos diversos segmentos. Ainda estamos em período muito preliminar da situação em que esses canais de transmissão começam a fazer algum efeito na economia brasileira. Portanto, vamos ter de aguardar um pouco o desenvolvimento desse assunto.

O Banco Central do Brasil tem alguns estudos, inclusive o seu relatório regional e seus relatórios de economia regional, e endereçará isso no seu devido tempo, com outros órgãos, além, evidentemente, do relatório da economia brasileira e de diversos segmentos e, se for aplicável ao caso, também o relatório da inflação.

Perguntou o Deputado Jilmar Tatto — e esta questão também foi feita por outros Parlamentares —, quanto à questão da regulamentação dos mercados internacionais, o que está fazendo o Brasil para conseguir uma melhor regulamentação dos mercados internacionais, visando evitar que se repita essa crise. O Deputado Dr. Pinotti fez a mesma pergunta, além de outros Parlamentares que vou mencionar mais à frente. Para responder isso, em primeiro lugar, é importante mencionar o que está sendo feito no mundo.

Foi constituído um órgão chamado Fórum de Estabilidade Financeira, que é formado por um grupo de países que começaram a propor uma série de norma reguladoras. Desse fórum fazem parte principalmente aqueles países que têm presença no Banco de Compensações Internacionais, que começou com iniciativa dos bancos centrais.

Na reunião do G-20, em São Paulo, o Brasil, que era o Presidente da reunião, fez uma proposta forte no sentido de que se deveria expandir a representação do Fórum de Estabilidade Financeira, que não incluía os países emergentes. E já foi tomada a decisão pelo Fórum de Estabilidade Financeira de incluir alguns emergentes, e temos uma indicação preliminar de que o Brasil deverá ser um dos primeiros a passar a fazer parte formalmente do Fórum de Estabilidade Financeira

Existe uma série de recomendações visando fazer com que o nível de risco assumido pelas instituições financeiras não atinja patamares excessivos, gerando esse tipo de crise, e que a transparência das operações para os agentes econômicos e a sociedade sejam mais transparentes.

E um terceiro tópico da maior importância é a questão das transações globais, operações financeiras globais, que não são apenas em um país específico.

Houve outras perguntas sobre isso — e já vou responder aqui. Já se falou, por exemplo, da questão dos mercados derivativos, dessas operações de alta alavancagem, algumas delas que causaram certa volatilidade dos mercados de câmbio e do crédito do Brasil há algumas semanas, já no processo de estabilização. Mas o que podemos dizer é que, de fato, o grande volume, as operações maiores não foram registradas no Brasil. É um grande banco internacional que faz uma operação com a subsidiária de uma empresa brasileira, ou mexicana, ou coreana no exterior. Essa operação não é registrada no Brasil. Portanto, o Banco Central do Brasil, autoridades regulatórias brasileiras não têm acesso a essas operações.

Estamos conversando com os bancos centrais de diversos países, visando ter acesso a esses dados de operações. E estamos tendo um sucesso relativo, mas o importante é que haja uma estrutura regulamentar de supervisão dessas operações internacionais. Essa,

inclusive, é uma das propostas importantes do G-20. Portanto, isso está em andamento.

Existe um papel a ser desenvolvido pelo Fundo Monetário Internacional, mas eu gostaria de dizer que a grande notícia, como também já foi mencionado, é o fato de que o G-20 passa a ser, cada vez mais, o órgão de maior importância na coordenação das ações governamentais globais, ocupando paulatinamente o lugar antes exclusivo do G-7, na medida em que as economias emergentes passam a representar, cada vez mais, uma parcela mais importante da economia mundial. É natural que se evolua para uma representatividade de governo que inclua os países emergentes na discussão desses problemas.

Outra pergunta do Deputado Jilmar Tatto é em relação ao compulsório e à preocupação com o crédito. Indaga ele qual é a ação do Banco Central exatamente para que o compulsório liberado seja usado de forma mais eficaz.

Podemos dizer a S.Exa. que o Banco Central tem atuado fortemente e monitorado isso com muito cuidado. Em primeiro lugar, existem mecanismos específicos, e a liberação de compulsório só pode ser feita mediante comprovação de compra de carteiras ou de repasse para bancos que, de fato, estão aplicando esse recurso.

Ontem foi tomada, nesse sentido, uma medida da maior importância: a inclusão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social nesse processo, de maneira que tenhamos também uma ação dos bancos públicos, principalmente no caso do BNDES. Por quê? Nas estatísticas que mencionamos, vimos que a recuperação do crédito está se dando mais rapidamente na pessoa física, quando mostramos os dados dos primeiros dias de novembro sobre outubro. A pessoa jurídica cresceu, sim, mas bem menos. Cresceu pouco.

Portanto, esse foi um dos motivadores da ação no sentido de canalizar uma parte da liberação desse compulsório para o BNDES, um banco que aplica exclusivamente em empresas e tem grande experiência nisso.

Além do mais, existe uma determinação do Presidente da República no sentido de que os bancos públicos oficiais — Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia etc. — adotem um papel de liderança nesse processo de concessão de créditos e de normalização das taxas de juros na ponta da aplicação e dos spreads. Portanto, estamos monitorando isso com bastante atenção.

O Deputado pergunta se baixar agressivamente — palavras dele — a Taxa SELIC não seria uma forma de fazer o Brasil crescer mais rapidamente.

Gostaria de dizer a S.Exa. que, em primeiro lugar, já sabemos historicamente, e o Brasil é testemunha disso — é uma experiência mundial —, que não devemos esquecer a inflação. Quer dizer, a inflação não é uma forma de crescer rápido. Se inflação alta levasse a autocrescimento, talvez o Brasil tivesse sido um dos países de maior taxa de crescimento da humanidades, desde 1980. Tivemos a mais longa hiperinflação da história recente da humanidade. Não é por isso que crescemos a taxas de liderança mundial. Muito pelo contrário. Os países que mais cresceram foram aqueles que mantiveram a inflação estável.

Os países industrializados — Estados Unidos, Europa e muitos outros — têm anunciado corte de taxas de juros, certamente, e com razão.

O Presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, disse com bastante propriedade, recentemente, uma coisa muito simples: que a inflação nesses países está caindo fortemente. Nos Estados Unidos, por exemplo, já existem previsões de deflação no ano que vem.

É importante mencionar que os países estão em recessão. Quer dizer, os países estão tendo contração de produto e perspectiva de deflação. Então, a queda da taxa de juros é um processo absolutamente adequado e normal para países que têm meta de inflação. A inflação prospectiva está caindo, há perspectiva até de uma deflação. Os modelos nesses países, certamente, indicam que se deve fazer um corte de taxa de juros.

Outros detalhes importantes são notados. Tanto é que alguns países estão subindo a taxa de juros, principalmente aqueles que estão tendo depreciações cambiais muito fortes. Por exemplo: a Rússia e a Hungria.

De um lado ou de outro, o caso do Brasil é diferente. O Banco Central do Brasil, por meio do seu Comitê de Política Monetária, se reúne a cada 45 dias, aproximadamente. Em dezembro se reunirá. Posso assegurar às senhoras e aos senhores que o País levará em conta todos os fatores econômicos, como sempre fez, a fim de que tome a melhor decisão para a sustentabilidade do crescimento da economia brasileira.

Nós não preanunciamos decisões nem damos dicas antecipadas de decisão, porque isso não faz parte de uma política de boa governança. A não ser que exista uma razão específica para que isso seja feito pelos canais formais. De qualquer maneira, é importante mencionar que o Banco Central do Brasil sempre está atento a todo o desenvolvimento do mercado, faz as suas projeções e toma a decisão mais adequada.

Finalizando, é importante mencionar, também respondendo uma série de perguntas conjugadas, o que fazer para crescer mais. Eu diria que é importante

que cada país tome a decisão adequada ao seu caso. Depois vamos responder a mesma coisa em relação à política fiscal. Temos de ver qual é o problema do país. Qual é o problema de um país que tem recessão e perspectiva de queda muito forte da inflação, e até deflação. Política monetária é para isso. Temos de ver qual é o problema de um país que tem grande perspectiva de queda de demanda, por exemplo, por queda de exportações, como é o caso da China. Então, é preciso fazer uma promoção do mercado interno. Temos de ver qual é o problema dos países que têm liquidez e que, portanto, têm de fazer uma política de gestão de liquidez. Temos de separar gestão de liquidez, promoção de demanda doméstica e questões inflacionárias. Portanto, nas respostas sobre política fiscal, voltarei a mencionar esse assunto.

Em relação à pergunta do Deputado Dr. Pinotti, há aparente contradição. De um lado, o Governo está dizendo para a população continuar a consumir, desde que tenha condições e renda para isso etc. Ao mesmo tempo, está permitindo, digamos, que os juros dos bancos subam. É importante mencionar que estão sendo tomadas medidas importantes para restaurar a liquidez e, em conseqüência, ter um efeito, em última análise, na taxa de juros dos bancos.

Como já mencionei, a ação do BNDES será fundamental no sentido de liderar esse processo de estabilização da taxa de juros. A ação dos bancos públicos também é importante, principalmente do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

O Brasil, nesse aspecto, neste momento, tem uma vantagem importante em relação a outros países. Refiro-me ao fato de ter bancos públicos fortes, com grande penetração; portanto, tem condições de influenciar o mercado na formação de taxas e na oferta de crédito. O Presidente da República já determinou a essas instituições que atuem no sentido de continuar aumentando a sua participação no crédito. O setor privado, certamente, com a estabilização, também irá normalizar no devido tempo a sua atuação.

Gostaria de mencionar também que nós não devemos nos esquecer de que, em 2003... Se pegarmos as taxas de juros que prevaleciam no mercado, por exemplo, em 2003 e compararmos com as taxas de juros dos últimos anos, vamos ver que elas foram caindo substancialmente. Por exemplo, a taxa média de empréstimo a pessoas físicas, em 2003, era substancialmente maior — quase 30% maior — ao ano, em média, na ponta, do que as taxas de juros que prevaleceram durante o mês de outubro.

De fato, subiu a taxa de juros — cerca de 5% a 6% ao ano — nos últimos meses, particularmente de setembro a outubro. Mas devemos mencionar que essa taxa já tinha um patamar muito mais elevado no passado e tem uma trajetória média cadente. Significa que a estabilização da economia brasileira dá uma perspectiva, a longo prazo, de taxas cadentes. Não há dúvida. Essas são as experiências do Brasil e internacional. Dito isso, a curto prazo, a ação dos bancos públicos é fundamental.

O Deputado Luiz Carlos Hauly pergunta qual é o plano para enfrentar essa crise e o que vem daqui para a frente. Ele fala em ação preventiva e corte de impostos. Preocupa-se com algo que teria ouvido: que se prevê corte de impostos para as classes A e B.

Vou responder essa pergunta. Não estou a par de nenhum estudo no sentido de cortar impostos para as classes A e B, exclusivamente, mas vou me informar a esse respeito. Nunca ouvi falar nesse plano especificamente.

Indagam também: o que fazer? Qual é o plano?

Em primeiro lugar, temos uma crise. Se fizermos uma analogia com a questão médica... Existem vários médicos Deputados e Senadores. Então vamos usar o seguinte... A crise é um desarranjo, não há dúvida. É como se fosse uma doença do organismo. Se fizermos analogia médica, vamos ver que um bom médico, num bom hospital, quando chega um doente, tem de fazer o diagnóstico correto. Em se fazendo o diagnóstico, o tratamento tem de ser preciso. Quanto mais adequado o tratamento, melhor. Tanto é que a pesquisa médica evolui e aumenta.

No passado, quando éramos crianças, muitas vezes eram usados antibióticos de amplo espectro. Com a evolução da pesquisa, começou-se a detectar cada vez mais o tipo de doença, o tipo de bactéria e passou-se a usar um antibiótico específico. Quanto mais específico, melhor. Por quê? Não nos esqueçamos de que todo remédio tem efeito colateral. Não é verdade? Então, as ações anticrise também têm efeitos colaterais. Vamos falar sobre isso em seguida.

Qual é a questão? Temos de fazer um diagnóstico o mais preciso possível. E temos de evitar aquela atitude de pânico que às vezes até vemos nas famílias que enfrentam problemas médicos. O vizinho tem uma doença que é um pouco parecida e está tomando o remédio A, B ou C. O outro vizinho está tomando outro remédio. Vamos tomar todos esses remédios de uma vez para ver se conseguimos melhorar o tratamento. Não é assim. Isso pode piorar a situação, porque existem efeitos colaterais. Então o diagnóstico tem de ser preciso.

Por exemplo: o que houve nos Estados Unidos? Uma crise de crédito. Começou no mercado de subprime, evoluiu para o mercado de crédito imobiliário em geral, evoluiu para os empréstimos altamente ala-

vancados — aquelas operações em que o valor dos empréstimos das empresas era muito superior ao do seu capital do negócio —, e isso gerou perdas de crédito muito grandes, o que gerou perdas de capital também muito grande dos bancos, o que fez com que os bancos perdessem a capacidade de emprestar da mesma forma que emprestavam antes. A capacidade de emprestar do banco que tinha um capital de 10 e passou a ter um capital de 5 diminuiu, aumentou a crise de confiança. Ao mesmo tempo, passaram a existir aquelas perdas de valor dos imóveis. Em resumo, houve todo um processo de crise acentuada, gerada por um problema de crédito.

Então, qual é a ação do Governo americano? Restaurar o capital dos bancos, como foi feito, por exemplo, no caso aqui mencionado de um banco — de domingo para segunda-feira, houve injeção de capitais no banco; total anunciado, 250 bilhões de dólares; nessa instituição, aparentemente 20; dar garantias de crédito para alguns papéis do mercado imobiliário e de crédito geral, alavancados ou não. Em resumo, há todo um plano no sentido de, de um lado, restaurar a normalidade do mercado de crédito; de outro lado, recuperar a capacidade dos bancos de emprestar. É um diagnóstico endereçado à crise específica.

Evidentemente, agora, com o aumento da crise, eles estão aumentando a abrangência desse plano, como tem sido anunciado nos últimos dias, de ontem para hoje. Existe a questão da indústria automobilística, entre outras. Em resumo, é feito todo um trabalho no sentido de tratar da questão da crise americana.

A China tem um problema diferente. Ela não tem crise de crédito. O que ela tem é uma grande dependência da exportação, particularmente para os Estados Unidos e para a Europa. Há uma queda das exportações, existe problema de demanda. A China está procurando aumentar a demanda interna com um grande projeto de incentivo fiscal .

O Brasil não tem problema de demanda interna. Já mostrei aqui os números. Nossa massa salarial cresceu 8,6% até setembro. As vendas no varejo estavam crescendo a 2 dígitos, quando entramos no processo.

Então, nosso problema não é falta de demanda doméstica, no momento. Houve uma questão de liquidez — canal de liquidez e canal de comércio internacional, porque era de exportações. Mas esse problema atinge muito menos o Brasil, proporcionalmente, do que a China, por exemplo.

O tratamento tem de ser específico em relação a essas questões, e é o que está sendo feito no Brasil: todas as medidas, sejam de liquidez dos mercados de dólar; todos os leilões feitos pelo Banco Central do Brasil; todas as ações de restauração da liquidez doméstica também em reais, com a liberação de compulsórios; a canalização; a medida de ontem, por exemplo, do BNDES; a ação dos bancos oficiais etc. Ao mesmo tempo, dá-se uma ênfase muito grande à continuação dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento. Então, esse é um plano de ação básica. O plano tem de ser voltado para o problema específico: o efeito da crise no nosso País e não em outros países.

O Deputado Dr. Ubiali manifestou uma preocupação muito grande com o custo da dívida pública, que tem aumentado. Segundo ele, isso seria uma dificuldade, um problema no Brasil, inclusive em relação ao produto. Tem havido um aumento muito grande do custo da dívida pública.

Vou mencionar alguns dados para S.Exa.

Em 2005, o custo de juros da dívida pública foi de cerca de 7,3% do produto; em 2006, de 6,7%; em 2007, de 5,9%; em 2008, até agora, de 4,5%.

Se nós olharmos o acumulado em 12 meses, vamos perceber, mesmo durante a evolução de 2008 — acumulado em 12 meses, porque esses 4,5% que eu mencionei são de 2008 até agora —, que até outubro estava em 5,63%; portanto, inferior ao índice de 2007, e numa trajetória cadente. Dá uma idéia aos senhores. Em julho por exemplo, era de 6,33%; em agosto, de 6,31%; em setembro, de 5,92; em outubro, de 5,63%. Portanto, não há essa trajetória de aumento do custo da dívida. A preocupação de S.Exa. é legítima, mas é importante esclarecer isso.

O Deputado Júlio Cesar preocupa-se com o déficit em conta corrente, que está aumentando muito. O que o Brasil deve fazer para diminuir esse déficit?

Devo informar ao Deputado que o déficit em conta corrente brasileiro, segundo os dados divulgados pelo Banco Central, diminuíram em outubro. O déficit em conta corrente brasileiro, até outubro, no ano, estava em cerca de 24 bilhões de dólares. Portanto, a taxa média mensal era de cerca de 2,5 bilhões de dólares. Em outubro foi de 1,5 bilhão. E a previsão do Banco Central para novembro é que seja inferior a 1 bilhão. Portanto, o déficit em conta corrente brasileiro está numa trajetória cadente. A razão disso é a taxa cambial.

Existe um mecanismo natural, como temos dito nos últimos anos, de ajuste do balanço de pagamento, que é o câmbio flutuante. É a melhor forma de ajuste do balanço de pagamento.

O câmbio flutuante conjugado com reservas elevadas, que dão segurança, é um sistema bastante eficiente de controle de qualquer desequilíbrio estrutural que possa, portanto, ser corrigido.

S.Exa. se preocupa com o swap com o FED, com o que pode significar o swap com o FED. Houve também uma preocupação — depois vou mencioná-la — de outro Parlamentar no sentido de que isso possa gerar... Porque outros países que assinaram o swap têm renda per capita elevada.

Vou voltar também àquela questão, mas diria o seguinte, o Swap com o FED é um acordo muito simples. No momento em que o Banco Central do Brasil e o Governo brasileiro decidirem que é o momento de executar o acordo, notificaremos a oferta ao Reserv americano, eles fazem um crédito de 5 bilhões de dólares na conta do Banco Central, e fazemos um crédito equivalente em reais na conta do Federal Reserv americano. Eles passam a ter reais nas suas reservas, e nós passamos a ter mais 5 bilhões de dólares nas nossas reservas. Achando que é mais um outra parcela, nós notificamos mais 5 bilhões, até um valor total de 30 bilhões.

Não há condicionalidade nessa política, não há juros, uma troca simplesmente de moeda, uma operação extremamente positiva.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - No Câmbio do dia sempre, Presidente?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - No câmbio do dia, exatamente.

Trata-se de uma operação que tem, portanto, uma outra grande vantagem, que é totalmente opcional ao Brasil: podemos ou não fazer. Portanto, não há custos, na medida em que as 2 pessoas se preocupam, por exemplo, porque no passado aquelas operações de outros organismos, etc., em que existiam as chamadas condicionalidades de política econômica. Esse é um acordo anunciado: com países que tenham a política econômica muito bem feita, saudável. Portanto, é simplesmente uma troca de moedas, uma medida muito positiva, que reforça a situação do Brasil.

A outra preocupação do Deputado é em relação ao fato de que os Estados Unidos estão anunciando dispêndios importantes no plano de contenção da crise; até que ponto seria uma preocupação aplicações no título do Tesouro americano. Em resumo, até que ponto isso deveria preocupar o Brasil e outros países que têm aplicações em títulos do Tesouro americano.

Antes de mais nada, vou chamar a atenção para um detalhe importante. O Deputado Júlio Cesar fala exatamente de uma preocupação com efeito colateral. Quer dizer, as medidas fiscais de apoio importantes de promoção de saída da crise não têm ausência de custo — aí já existe uma preocupação com o custo. Se um país gastar excessivamente, pode ter problema de solvência nas contas públicas no futuro.

Em relação aos Estados Unidos da América, no entanto, Deputado, vamos dizer que é uma economia extremamente poderosa, que tem uma grande capacidade de financiamento, e os mercados reagem muito rapidamente a esse tipo de problema. Estamos vendo, com esse processo, que, apesar desse aumento de gastos, os títulos do Governo americano não estão caindo de preço; estão aumentando. É considerado ainda, apesar disso, um porto seguro, no sentido de que se trata de uma economia muito forte, muito poderosa, e os títulos são denominados em dólares, evidentemente a moeda americana. Portanto, é ainda uma moeda reserva.

Outro dado da maior importância é que, por exemplo, outros países não têm necessariamente moedas ou títulos com liquidez internacional que nos permitam comprar. A maioria da reserva mundial está aplicada ainda em dólar ou em euro —uma boa parte está aplicada em euro — exatamente porque existem limitações importantes para se aplicar em outras reservas. Razão pela qual a própria China, além de outras razões, aplica também em títulos americanos.

Eu gostaria de assegurar ao Sr. Deputado que a reserva brasileira está muito bem aplicada, muito segura. Monitoramos isso cuidadosamente, e os títulos do Tesouro americano, na realidade, estão se valorizando, ganhando valor, não perdendo.

Devo dizer, em relação à última pergunta do Deputado “de onde vem a energia no momento em que o Brasil aumenta um pouco o seu consumo energético?” que não sou exatamente um especialista em energia. Excelência, pelo que estou informado, o Brasil tem feito investimento, nos últimos anos, na geração de energia por termoelétrica, seja com uso de diesel, seja até com o uso de gás, além da geração de construção de pequenas e médias hidrelétricas, além evidentemente dos grandes projetos hidrelétricos, fundamentais para o desenvolvimento do País, aqueles que estão sendo feitos para o futuro.

Outra pergunta se refere à preocupação com o fato de o BNDES não estar financiando suficientemente o Nordeste, e inclusive em algum momento ter financiado algumas companhias estrangeiras na compra de aviões da EMBRAER; empresas brasileiras não têm acesso a essa compra. Eu gostaria de dizer que o BNDES tem uma captação variada. Ele capta o FAT, sim, a maior parte, há uma parcela do FAT que tem vinculação à variação cambial, e o resumo de toda a situação é que o BNDES tem dado lucros recorrentes nos últimos anos, o que significa que seu funding certamente tem tido um custo menor do que a remuneração dos seus ativos. Portanto, o Banco tem dado lucros importantes.

Dito isso, certamente vou transmitir ao Presidente Luciano Coutinho — que não é Deputado ainda, como eu, infelizmente, que também não o sou no momento — a preocupação de V.Exa. com referência ao aporte de recursos do BNDES no Nordeste.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Presidente?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Pois não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Perguntei dos 205 bilhões, quanto tem aplicado no Tesouro americano e no europeu.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Vou responder a V.Exa. em 1 minuto, Deputado: 142 bilhões 826 milhões de dólares em títulos do Tesouro americano; 12 bilhões 770 milhões de dólares em títulos de governos europeus, em ouro. Esse é o total de aplicações em títulos desses governos. Devo adiantar também que são posições consistentes com maioria das reservas do mundo. Certamente monitoremos isso cuidadosamente.

O Deputado Marcelo Almeida pergunta se um déficit nominal zero aumentaria as chances ou a possibilidade de recebermos uma melhora no grau de investimento. Não há dúvida de que um dos fatores levados em conta pelas agências de rating é a situação fiscal. Portanto, a melhora nos números do déficit nominal certamente ajuda nesse processo. O número zero é simbólico, mas uma melhora no desempenho do déficit nominal ajuda. Segundo dados divulgados pelo Banco Central, hoje, de janeiro a outubro de 2008, o déficit público nominal é de 0,08. Portanto, pelo menos até o mês de outubro, estamos próximos do desejo do Deputado Marcelo Almeida.

Por que o barril de petróleo caiu tão rápido? Bom, o barril de petróleo caiu rápido por uma série de razões. Em primeiro lugar, pela queda brusca de demanda mundial. Temos notícias, por meio do monitoramento cuidadoso que o Banco Central faz em diversos indicadores econômicos do mundo, por exemplo, de que existe um grande número de navios-tanque parados próximos da China e de outros países asiáticos exatamente pela queda muito forte da demanda por petróleo daqueles países. Não há dúvida, há uma queda brusca do nível de atividade, há uma demanda por petróleo cadente e, portanto, isso reflete, na medida em que o petróleo, tal qual outras commodities, não tem tanta flexibilidade de oferta, a oferta não cai com tanta rapidez, como sabemos. Os poços de petróleo continuam produzindo, as refinarias também, os cortes de produção são cuidadosamente negociados no âmbito da OPEP, da qual nem todos os países fazem parte.

Resumindo, em geral, a oferta de commodities não é inflexível. Existe flexibilidade, sim, num prazo maior, mas não há dúvida de que a demanda, às vezes, tem uma flexibilidade mais rápida, portanto, tem uma variação, tanto que chegou a 150 dólares, em certo momento; quando a demanda estava muito forte, caiu rapidamente. Existe, evidentemente, antecipação dos mercados futuros, etc. —antecipam movimentos e às vezes os acentuam.

O Deputado Antonio Palocci faz uma recomendação no sentido de que o Banco Central continue atento e tomando medidas visando reforçar a oferta de crédito ou prevenir que o crédito venha a contrair. Certamente, concordamos com a recomendação do Deputado. Estamos fazendo isso de forma rigorosa e criteriosa. E, mais uma vez — já estamos falando isso há um ano —, o Brasil está mais forte para enfrentar a crise, mas não é imune a ela. Não devemos ter essa ilusão. Estamos trabalhando fortemente, os números e as previsões internacionais e nacionais, a própria previsão do Governo brasileiro menciona que o Brasil vai ter uma desaceleração o ano que vem, mas não há dúvida de que será melhor do que a média dos países. Há estatísticas que mostram que o Brasil vai crescer mais do que a média mundial. Portanto, está mais forte, está em melhores condições, mas isso não quer dizer que será absolutamente imune. Estamos tomando todas as medidas necessárias, dentro das possibilidades do País, para preservar a economia brasileira dos piores efeitos da crise internacional.

O Deputado Carlito Merss fala do mecanismo de regulação, o que se pode fazer para regular os mercados financeiros internacionais de maneira a evitar uma crise similar. Já respondi a essa pergunta; posso apenas sumarizá-la mais uma vez, dizendo que temos participado intensamente, inclusive no âmbito do G-20. As recomendações estão em andamento, vamos começar a participar do Fórum de Estabilidade Financeira Internacional e claramente vamos ter isso em mente.

O Brasil tem uma boa experiência nesse setor, é considerado um dos países que têm melhor regulação. Apenas um exemplo: um dos problemas nos Estados Unidos é que os bancos de investimento não tinham nem normatização de mercado financeiro nem fiscalização das autoridades que fiscalizam o mercado financeiro. No Brasil, os bancos de investimento são completamente regulados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil.

Isso é um exemplo, há uma série de outros. Os resultados do Brasil, hoje, no sistema financeiro, mostram que pode, sim, através do Banco Central do Brasil e de outros órgãos do Governo, contribuir para a melhora da regulação internacional.

O Deputado Alfredo Kaefer faz uma observação interessante. S.Exa. diz que onde não há padaria, o Governo abre uma panificadora. Então, o Governo brasileiro segue essa linha de ação, no sentido do que mencionei: não só mecanismos de leilões, de linhas em dólares para o mercado de financiamento da exportação brasileira, para que o mercado possa financiar a exportação brasileira, liberação de compulsórios, liberação de recursos para o BNDES — não só do compulsório como de outras fontes, como já anunciado —, e também a ação dos bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Não há dúvida de que existe uma ação claramente de governo.

A outra pergunta do Deputado é por que não usar mais reservas para irrigar o mercado financeiro. De novo, Deputado, digo que o remédio tem de ser aplicado de acordo com o problema e na dosagem adequada. Nós, do Banco Central, anunciamos que atenderemos toda a demanda por linhas em dólares para financiamento do comércio exterior. Estamos fazendo, rigorosamente, pesquisas não só da demanda do uso dos recursos que os bancos receberam do Banco Central via leilões. Podemos assegurar que não há carência de linhas de crédito em dólares para os bancos financiarem as exportações. Poderemos ter dificuldades na ponta de aplicação dos bancos, que é o que estamos discutindo de novo. Aí entra a questão da ação dos bancos públicos para aumentar a competição. De qualquer maneira, é importante dizer que estamos agindo, sim, nesse sentido.

Em relação à outra pergunta do Deputado, se não há outros mecanismos para controlar a inflação que não a Taxa SELIC, se não poderíamos usar o mecanismo que permitisse baixar o juro dramaticamente e ao mesmo tempo crescer e rolar a inflação, devo dizer que o Brasil já tem uma experiência longa nesse aspecto. Na década de 80, inovamos, testamos quase todos os modelos alternativos de controle de inflação. Tivemos tablita, cruzado, planos, confiscos, caça ao boi no pasto, uma série de metodologias. Depois, usamos também tabelamento do dólar.

O que hoje, de fato, funciona com maior eficiência no mundo inteiro, inclusive no Brasil, é o mecanismo de arcabouço de metas de inflação com o uso do instrumento de política monetária. O efeito disso, no Brasil, tem-se mostrado muito positivo, haja vista a estabilidade hoje e a taxa de crescimento média do Brasil nesses últimos anos, que tem tido patamares substancialmente superiores à média histórica brasileira, inclusive os números que aqui mostrei — 2 milhões e 100 mil empregos criados nos últimos 12 meses. Isso tudo é resultado da estabilidade.

Outra pergunta: se o Banco Central não deveria se recusar a captar recursos dos bancos para que não os captassem no mercado e os aplicassem em títulos do Governo. Eu diria que o bancos hoje pagam, por captar recursos do mercado, uma taxa superior àquelas que eles recebem se aplicarem numa operação compromissada do Banco Central um título público. Portanto, é uma aplicação a prejuízo. O Banco Central está tomando medidas importantes nessa área, como, por exemplo, aqueles recursos de compulsório que foram disponibilizados para compra de carteiras ou aplicação em outros bancos que não forem usados — remuneração zero, tudo isso.

Então, realmente o caminho de novo é o de termos cada vez mais uma ação dos bancos públicos, como é o caso do BNDES, que mencionamos, e as outras instituições, aplicando os recursos. Isso certamente estará sendo seguido pelo setor privado também, que já está acontecendo. Inclusive, os maiores bancos têm anunciado crescimento dos valores de crédito. Existe uma questão setorial de bancos pequenos que não estão crescendo. Há todo um trabalho sendo feito para exatamente tentar e, com relativo sucesso, gerando maior liquidez para as instituições menores.

Em relação à pergunta sobre outros países, no sentido de que os Estados Unidos estão gastando valores fabulosos e se não deveríamos fazer o mesmo para promover a economia, eu mencionaria a preocupação do Deputado com a solvência daquele país. Eu acho que os Estados Unidos vão gastar, de fato, recursos importantes, mas não terão problema de solvência. Chamo a atenção para o fato de que existe, sim, um problema de efeito colateral. Ou seja, os países têm de tomar certo cuidado com o uso do medicamento para não criar problemas maiores lá na frente. Portanto, acredito que o Brasil está tomando as medidas adequadas.

Quanto à recomendação de alongar a performance cambial, certamente vamos levar esse estudo — tenha certeza disso, Deputado — à nossa área internacional e analisar com toda a atenção.

Falou-se de maior interação do Banco Central com o Congresso americano. O Deputado mencionou que nos Estados Unidos, principalmente, há intensa discussão sobre medidas a tomar. Deputado, existe um ditado chinês que diz que tudo na vida tem vantagem e desvantagem. Uma das razões dessa discussão toda nos Estados Unidos é o fato de eles estarem em recessão e terem a maior crise da história desde 1929. Isso está fazendo com que tenham dispêndio de recursos fiscais bastante substanciais e tem que passar pelo Congresso.

Existem, no Congresso Nacional, algumas discussões importantes em relação a isso. Algumas já estão na Casa, seja a Medida Provisória nº 242, seja a Medida Provisória nº 243. Existem discussões referentes ao Orçamento. Em resumo, existem medidas importantes, sim. Depois, por sugestão do Deputado José Carlos Aleluia, vou mencionar algumas que acho que são medidas importantes e que devem ser discutidas.

Eu acho que, sim, Deputado, é importante a participação do Congresso nesse processo. Felizmente, no Brasil, nós não estamos vivendo a situação que os Estados Unidos estão vivendo. Felizmente, nós não estamos tendo que viver aquele tipo de discussão dramática. Dito isso, eu acho que a participação do Congresso é fundamental, vital. O Congresso, em última análise, é o Poder representante da população, juntamente com o Executivo.

Particularmente, eu diria que a minha presença no Congresso não é rara, Deputado. No mínimo, venho ao Congresso seis vezes ao ano — no mínimo, quatro vezes ao Senado e duas vezes aqui. Além do mais, estive outras vezes aqui presente. Por exemplo, recentemente, estive aqui duas vezes, em companhia do Ministro Guido Mantega, e acabo de aceitar um convite para vir à Comissão de Constituição e Justiça do Senado, no dia 16 de dezembro. Portanto, eu tenho o maior prazer e a maior satisfação de estar aqui, Deputado. V.Exa. também está convidado para ir ao Banco Central, onde podemos discutir todas essas questões.

O Deputado José Carlos Aleluia me pergunta o que pode fazer o Congresso exatamente nessa mesma linha e que projetos, na nossa avaliação, são importantes e deveriam ser prioritários no Congresso.

Evidentemente, demandado pelo Deputado, tomo a liberdade de dar a minha opinião. Eu acho que o projeto do cadastro positivo é da maior importância. Por quê? Porque nós estamos falando aqui em problema de crédito, e muitas vezes problema de crédito de uma empresa ou de pessoa física que têm dificuldade de acesso ao crédito numa instituição nova. Não se obtém crédito no banco com quem se trabalha há muitos anos e, então, quer-se mudar de banco — e às vezes ouve-se falar de um outro banco. Eu mencionei que há diversos bancos que estão, na realidade, aumentando a sua oferta de crédito. Só que alguém chega lá e não tem cadastro.

Então, isso é um dos mecanismos que emperram exatamente a irrigação do compulsório, como mencionei. Uma das razões é que o cliente tem dificuldade num banco e tem dificuldade de conseguir crédito num outro. Então, uma das maneiras pela qual, na minha opinião, o Congresso Nacional poderia ajudar de fato bastante essa questão de crédito e de liquidez seria discutir e, se possível, aprovar, dependendo do julgamento da Casa evidentemente, o projeto de cadastro positivo. Esse cadastro permite que o cliente vá a um outro banco e autorize o outro banco a acessar o seu cadastro imediatamente. Portanto, a possibilidade de ele mudar de banco fica viabilizada. Na minha opinião, esse é hoje um dos grandes impedimentos para que consigamos o que os Srs. Parlamentares estão a demandar, que é uma melhor irrigação do crédito para todo o sistema.

Além do mais, existem outras medidas. Uma delas é, por exemplo, a questão da conta-salário, que, tenho a satisfação de anunciar, estará em vigor, a partir do dia 1º de janeiro de 2009, para todos os trabalhadores do setor privado nacional. Isso significa que o funcionário de uma empresa que recebe o salário em um banco pode solicitar uma transferência automática, sem taxas, para qualquer banco que ele quiser, a qualquer momento — é uma outra coisa importante. Mas para essa medida já está estabelecido o prazo, que foi dado desde o ano passado e estará em vigor para o setor privado a partir de 1º de janeiro. E o setor público tem regras similares que já estão em implantação.

Outro projeto da maior importância é a questão da definição de funções entre o Banco Central do Brasil e o CADE. É um outro projeto da maior importância. Ele é fundamental porque permite ao Banco Central do Brasil, de um lado, definir aquelas fusões que são de interesse da Nação, interesses da saúde do sistema, que, então, têm que ter um trato mais rápido do que aquelas outras que não têm interesse sistêmico e que, portanto, poderão ser analisadas normalmente pelo CADE. Isso é objeto de um estudo conjunto do CADE e do Banco Central concluído já há alguns anos e, portanto, é um outro projeto que eu recomendo.

Em relação à pergunta do Senador Delcidio Amaral, se a queda do petróleo afetará o Brasil por causa das grandes companhias produtoras de energia no Brasil, particularmente a PETROBRAS, eu diria, Senador, que não há dúvida de que a queda do preço das commodities tem um certo efeito na capacidade de exportação das companhias brasileiras e do Brasil, que é exatamente uma das razões pelas quais se prevê uma certa desaceleração do crescimento do País no próximo ano, como eu mencionei. Mas não há dúvida de que isso é sazonal, melhor dizendo, cíclico, e, certamente, num determinado momento, o petróleo se recuperará. Pelas informações que eu tenho, a PETROBRAS mantém firme os planos de investimento na camada de pré-sal e de não se deixar influenciar por essa queda, que será certamente temporária, cíclica,

do preço do petróleo. A empresa já está preparando o País para o próximo ciclo de aumento da demanda por petróleo e, portanto, aumento da oferta brasileira.

Em relação à questão do corte no Orçamento, deve predominar sob custeio o investimento. Evidentemente que isso é uma decisão da Casa, é uma decisão dos Parlamentares, mas eu diria que, do ponto de vista macroeconômico, não há dúvida de que o corte de custeio teria uma certa procedência da nossa visão sobre o corte do investimento. Não há dúvida de que o investimento é absolutamente fundamental nessa hora. Não estou entrando no mérito de cada despesa de custeio específica ou importante, que pode ser de uma área crítica. Isso aí é uma decisão dos Srs. Deputados.

Mais uma vez menciono que, infelizmente, tudo na vida tem vantagens e desvantagens. De um lado, tive uma satisfação muito grande, uma grande honra de poder servir ao País no Banco Central do Brasil e, de outro lado, eu perdi a oportunidade de exercer o mandato aqui nesta Casa.

Foi a última pergunta. Agradeço a todos a atenção.

Mais uma vez, estamos à disposição no Banco Central para responder a qualquer pergunta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcidio Amaral) - Agradeço a todos os Parlamentares, ao Presidente Henrique Meirelles e aos seus diretores.

A reunião está encerrada.

Muito obrigado.

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e oito, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador LEOMAR QUINTANILHA, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores RENATO CASAGRANDE, MARINA SILVA, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, VALTER PEREIRA, ELISEU RESENDE, GILBERTO GOELLNER, MARCONI PERILLO, JEFFERSON PRAIA, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA, ADELMIR SANTANA e FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da primeira parte da pauta destinada à sabatina do nome do Sr. Paulo Lopes Varella Neto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA. O Senhor Senador LEOMAR QUINTANILHA passa a Presidência dos trabalhos para o Senhor Senador RENATO CASAGRANDE. Item 01) MENSAGEM (SF) Nº 280, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO, que "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, o nome do Senhor Paulo Lopes Varella Neto, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA, na vaga do Senhor Oscar de Moraes Cordeiro. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA. Parecer: Em condições de ser apreciado na Comissão. Resultado: Aprovada a indicação. Após a leitura do parecer, a Presidência passa a palavra ao Senhor Paulo Varella. Apresentam suas interpelações os Senhores Senadores JEFFERSON PRAIA, GILBERTO GOELLNER, MARINA SILVA e FLEXA RIBEIRO. Em seguida, o Senhor Senador LEOMAR QUINTANILHA reassume a Presidência e inicia a deliberação da segunda parte da pauta. O Senhor Senador FLEXA RIBEIRO requer, e a Comissão aprova, a inversão de pauta para iniciar a deliberação pelo Item 3 - REQUERIMENTO Nº 38, DE 2008-CMA – NÃO TERMINATIVO, que requer, "nos termos do art. 76 § 1º, a prorrogação, até o final da Sessão Legislativa de 2009, da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia – CMACAA". Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO. Resultado: Aprovado. A Presidência dá prosseguimento à pauta. Item 02) REQUERIMENTO Nº 37, DE 2008-CMA – NÃO TERMINATIVO, que "nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal e do art. 102-A, letra e, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja realizada pelo Tribunal de Contas da União, em caráter de urgência, auditoria de natureza operacional nos setores administrativos das agências reguladoras que prestam serviços de atendimento, por telefone, aos cidadãos, usuários dos serviços por elas regulados, objetivando verificar a sua eficiência, eficácia e efetividade". Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado. Item 04) AVISO Nº 35, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO, que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.173/2008, proferido nos autos do processo TC 004.844/2007, sobre diligência efetuada junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dedicada a analisar a abertura de

créditos extraordinários por medida provisória, nos termos do disposto nos artigos 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal, tomando-se por base o período compreendido pelos exercícios de 1999 a 2006". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado o parecer. Item 05) AVISO Nº 33, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO, que "encaminha ao Senado Federal, o Relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º trimestre de 2008". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador: JEFFERSON PRAIA. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado o parecer. Item 06) AVISO Nº 27, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO, que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 668/2008, proferido nos autos do processo nº TC 009.240/2007-5, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente a Auditoria Operacional realizada na Fundação Nacional de Saúde - Funasa, no período de 16 de abril a 11 de maio de 2007." Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria "ad hoc": Senador JEFFERSON PRAIA. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado o parecer. Item 07) AVISO Nº 57, DE 2002 - NÃO TERMINATIVO, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 871, de 2002 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF, em atendimento à solicitação feita pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados (TC - 014.041/1999-5)". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria "ad hoc": Senador JEFFERSON PRAIA. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado o parecer. Item 08) AVISO Nº 95, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO, que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.176, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes a recurso de reconsideração interposto pela Petrobras em face de determinações contidas no Acórdão 1.663/2005-TCU (Plenário), prolatado por aquela Corte de Contas ao apreciar o Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras/2003), convertido em tomada de contas especial (TC - 008.037/2006-6)". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria "ad hoc": Senador FLEXA RIBEIRO. Parecer: Pelo conhecimento da matéria; encaminhamento de informações ao Ministério Público da União, principalmente no que tange à possível inconstitucionalidade do Decreto nº 2.745/1998; e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado o parecer. Item 09) OFÍCIO "S" Nº 50, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO, que "encaminha ao Senado Federal o relatório das vistorias realizadas nos bairros Padre Ângelo (Jaderlândia) e Perpétuo Socorro, com relação à construção das obras inacabadas de melhorias sanitárias domiciliares para controle de agravos, incluindo o sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário, assim como também os sistemas de abastecimento de água implantados no Município de São Miguel do Guamá - Pará, pelo Projeto Alvorada". Autoria: Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá – PA. Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado o parecer. A Presidência dá conhecimento, aos membros da Comissão, do resultado dos trabalhos realizados no exercício de 2008 e adia os demais itens da pauta. Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO, que "modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que 'estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências', para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais". Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE. Relatoria: Senador ALMEIDA LIMA. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2007 -TERMINATIVO, que "acrescenta parágrafos ao art. 37 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para dispor sobre publicidade". Autoria: Senadora SERYS SLHESSRENKO. Relatoria: Senador VALTER PEREIRA. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2008 – TERMINATIVO, que "altera a Lei nº 8.666, de 1993, que 'regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências', para determinar a obrigatoriedade da comprovação de origem da madeira utilizada em obras e serviços financiados com recursos públicos e dá outras providências". Autoria: Senador GERSON CAMATA. Relatoria: Senador CÉSAR BORGES. Parecer: Favorável à matéria com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 - TERMINATIVO, que "acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei

n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça". Autoria: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR. Relatoria: Senador JEFFERSON PRAIA. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 - TERMINATIVO, que "acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato". Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO. Relatoria: Senador ALMEIDA LIMA. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. Usam da palavra os Senhores Senadores FLEXA RIBEIRO, JEFFERSON PRAIA e RENATO CASAGRANDE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e onze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 17/12/2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da sessão anterior, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião se divide em duas partes. A primeira destina-se à sabatina do nome do Sr. Paulo Lopes Varella Neto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA. E a segunda parte será destinada à deliberação de matérias da própria Comissão.

Eu solicito à Secretaria da Comissão que conduza à Mesa o candidato Paulo Lopes Varella Neto. Nós faremos, desenvolveremos o trabalho com seguinte critério: nós destinaremos os 15 minutos preliminares para que o Dr. Paulo Lopes Varella possa fazer suas considerações preliminares. Em seguido leremos o relatório e abriremos ao debate dos Srs. Senadores.

Nós, tão logo tenhamos a oitiva do Dr. Paulo Varella, nós abriremos já o processo de votação.

Então tem V.Sa. a palavra pelo tempo de 15 minutos. Eu vou passar, como sou relator desta matéria, vou passar a Presidência para o ilustre Senador Renato Casagrande.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Presidente Senador Leomar Quintanilha.

E dando seqüência aos procedimentos, passo a palavra então, por até 15 minutos, ao Sr. Paulo Varella para que faça a sua apresentação. Só um segundo. O Senador Flexa Ribeiro tem uma questão de ordem. Você quer que o Leomar como relator...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Solicito ao Leomar como relator leia o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Apresente antes.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Antes da...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Leomar Quintanilha, o Senador Flexa Ribeiro está sugerindo que o senhor faça a apresentação do seu relatório, antes de nós ouvirmos o Sr. Paulo Varella.

Eu aproveito e registro a presença do Presidente da ANA, José Machado e os diretores de Agência que estão presentes aqui nesta sessão. Então, com a palavra o Senador Leomar Quintanilha relator deste processo.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle sobre a mensagem nº 280/2008 do Sr. Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Paulo Lopes Varella Neto para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea F da Constituição Federal combinado com o disposto no art. 9º da Lei 9.984 de 17 de julho de 2000, e no art. 3º do anexo I do Decreto 3.692 de 19 de dezembro de 2000, o Sr. Presidente da República submete à aprovação do Senado o nome do Sr. Paulo Lopes Varella Neto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas. O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para após argüição pública aprovar por voto secreto a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. O currículo vitae do Sr. Paulo Lopes Varella Neto, anexado à mensagem presidencial demonstra que sua formação acadêmica e experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado. O Sr. Paulo

Lopes Varella Neto cursou a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e formou-se geólogo em 1980, subsequentemente, conclui o curso de especialização em hidrologia subterrânea na Universidade Politécnica de Barcelona.

Sua experiência profissional é muito ampla, tendo exercido vários cargos de direção em órgãos relacionados à gestão de recursos hídricos. Em âmbito estadual foi Diretor de Recursos Hídricos da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais do Rio Grande do Norte, Diretor Geral do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Norte, Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte e Secretário de Estado dos Recursos Hídricos. Em âmbito Federal ocupou diversos cargos na Agência Nacional de Águas, inclusive, o de Superintendente de Implementação de Programas e Projetos. A longa experiência profissional aliada à formação técnica e acadêmica adequado para o cargo, está comprovado em seu currículo vitae, fica assim a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Paulo Lopes Varella Neto, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas. É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha que deu um parecer pela admissibilidade do nome do Sr. Paulo Varella. E passo agora então a palavra ao Sr. Paulo Varella.

SR. PAULO LOPES VARELLA NETO: Exmo. Sr. Presidente Renato Casagrande, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Leomar Quintanilha, a quem eu quero agradecer a generosidade do relato, Sras. e Srs. Senadores, Diretores da ANA, colegas da ANA. Antes de mais nada, eu gostaria de expressar a extremada honra em estar aqui nesta Casa e ter meu nome submetido à avaliação de V.Sas. para ocupar uma Diretoria da Agência Nacional de Águas. Gostaria também de agradecer ao Ministro Carlos Minc e ao Presidente Lula pela confiança que em mim foi depositada.

A passagem desse momento do maior significado para a minha vida, involuntariamente me arrasta a memórias de minha infância, vivências que seguramente traçaram o meu caminho até aqui.

Venho do semi-árido nordestino e desde tenra idade ao acompanhar meu velho avô nas férias no sertão do Rio Grande do Norte, me intrigava a diversidade de cenários que podiam ser observados no mesmo lugar em diferentes ocasiões. Encantava-me como ruído monocórdio do vento nas folhas murchas e o cinza monocromático da seca davam lugar a uma exuberância de cores, de vida e de esperança nos anos de inverno bom.

Não tardou para encontrar na água e na falta dela, na dinâmica do seu uso, no seu potencial transformador, no seu trato uma paixão para a vida toda. Mas foi no exercício de minha vida profissional nos cargos que aqui foram citados, lá no Rio Grande do Norte, que eu pude vivenciar no dia-a-dia a realidade, as necessidades e os desafios que cercam o tema da água no Nordeste setentrional. Entretanto, foram nos seis últimos anos na Agência Nacional de Água em vivências como de Coordenador Nacional do Projeto GEF Amazonas no âmbito do Tratado de Cooperação dos Países da Bacia onde eu tive a oportunidade de também viver vivências de outras regiões, assim como também, quando ocupei o cargo de Coordenador Nacional do GEF Pantanal e em outras vivências, por exemplo, como representante pelo lado brasileiro no Conselho Superior do Aqüífero Guarani. Aí sim, eu tive a oportunidade de vivenciar as diferentes nuances regionais que caracterizam um país como o Brasil.

Nesse exercício diário experimentei a oportunidade ímpar de interagir com instituições e pessoas que enfrentam as diferentes realidades dos extintos estados da Federação, percebendo com mais clareza a dimensão do desafio de se implementar um gerenciamento adequado em condições como essas. É a expressão da diversidade de um país de dimensão continental que se reflete também nos recursos hídricos exigindo soluções diferentes para problemas específicos em regiões singulares.

Continuar minha trajetória na área dos recursos hídricos como Diretor da Agência Nacional de Água, se assim os senhores entenderem, será uma tarefa que me desafia no íntimo que muito me honrará e a qual me dedicarei no limite da exaustão.

A experiência acumulada me traz a certeza que muito há que se fazer quando o assunto é água. Talvez nenhum outro tema diga tanto por si próprio, influencie tão decisivamente a vida das pessoas e pese em igual fração no equilíbrio sócio e ambiental do planeta.

Não obstante a forma como os recursos hídricos têm sido tratado ao longo do tempo fez com que a poluição e o desperdício tenham tornado a água impura escassa em muitas áreas do planeta. Em conseqüência à saúde pública de forma especial e o desenvolvimento sustentável como um todo são profundamente afetados. Para agravar ainda mais o quadro estima-se que até o ano 2025 o número de pessoas que vivem em países submetidos a grande pressão sobre recursos hídricos, passará dos atuais 700 milhões para 3 bilhões.

Até o ano 2080 a insegurança no acesso à água e as alterações climáticas ameaçam aumentar o número de pessoas subnutridas no mundo de 75 para 125 milhões. Isso, certamente, se traduzirá a imensa pressão para que a produção de alimentos seja incrementada, o que implicará em grande demanda por água fazendo com que a gestão eficiente e eficaz dos recursos hídricos tenha se tornado uma necessidade global.

O Brasil é o país com o maior fluxo interno de água doce do mundo com uma descarga de cerca de 180 mil metros cúbicos por segundo, além, de ser detentor de imensas reservas subterrâneas ainda não totalmente conhecidas.

Por aqui circulam cerca de 18% da água doce do mundo, somos donatários, portanto, de um imensurável patrimônio natural que em tempos de escassez de água planetária traz consigo a responsabilidade de uma liderança protagônica de um encaminhamento global da problemática dos recursos hídricos. No entanto, no plano nacional o acesso à água em quantidade e qualidade adequadas ao consumo ainda é desigual, seja na dimensão territorial, seja nos diferentes extratos da população com os mais pobres, freqüentemente, penalizados. Neste contexto, inequivocamente, a água se constitui num elemento primordial na estratégia brasileira voltada à promoção do desenvolvimento sustentável, uma vez que um importante insumo e veículo de crescimento econômico e nacional com múltiplos usos e funções que precisam ser adequadamente planejados e ordenados sob pena de se realizar tal crescimento ou comprometer sua sustentabilidade.

Sem sombra de dúvida, no último século o progresso do nosso país esteve estreitamente vinculado ao aproveitamento dos seus recursos hídricos.

Atualmente o Brasil vive uma fase de crescimento econômico acentuado, nessa perspectiva a pressão sobre recursos hídricos é intensa. O aumento da produção industrial requer água para o consumo direto e como fonte de energia. Os usos da água para geração de energia hidrelétrica e navegação são essenciais para garantir o crescimento e a competitividade da economia brasileira.

A maior parte do potencial de desenvolvimento desses recursos está localizada em áreas de grande interesse e sensibilidade ambiental, sobretudo, na Amazônia envolvendo decisões estratégicas de elevada complexidade para uma adequada conciliação de objetivos econômicos, sociais e ambientais.

Para ordenar, coordenar e gerenciar esse imenso patrimônio hídrico atendendo as dita dimensões econômicas, sociais e ambientais que neles estão embutidas, o nosso país conta como dernoparato(F) jurídico e institucional. De fato, o Brasil já é reconhecido internacionalmente como um país inovador e líder em matéria de gerenciamento desses recursos.

O Código das Águas de 1934 foi a primeira legislação relevante voltada ao gerenciamento dos recursos hídricos, contudo, foi a Constituição de 1988 o grande marco no tema ao instituir a Política Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e o sistema nacional de gerenciamento desses recursos.

Em obediência ao dispositivo constitucional o Congresso Nacional em janeiro de 1997 aprovou a Lei das Águas a qual incorporou modernos instrumentos e princípios de gerenciamento dos recursos hídricos, tais como a gestão integrada, descentralizada e participativa, a indicação do valor econômico da água, os usos múltiplos, a bacia hidrográfica como unidade territorial e o estabelecimento dos instrumentos de gestão, quais sejam os planos de recursos hídricos, enquadramento, outorga, cobrança e o sistema de informações. Outro passo decisivo ocorreu em julho de 2000 com a criação da Agência Nacional de Águas com a missão de implementar o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos.

Os Estados, por sua vez, aprovaram suas leis e começam ainda que timidamente a estruturar seus órgãos gestores de recursos hídricos, e nesse tema ainda precisa avançar. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos está em pleno funcionamento, e o mesmo ocorre com os Conselhos na maioria dos Estados. Os Comitês de Bacias estão sendo criados e começam a atuar a sustentabilidade de muitos deles, entretanto, também é um tema que precisa ser aprofundado.

Os instrumentos preconizados na lei começam a ser implementados e testados frente à imensa gama de situações Brasil a fora.

A implementação do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos, portanto, avança, não tão rápido quanto gostaríamos, mas inexoravelmente avança. Cabe, portanto, mapear gargalos, sejam eles de natureza legal, institucional ou operacional e superá-los acelerando o passo.

Deixamos para trás um momento de concepção e montagem e o desafio agora se chama implementação. Neste contexto, não obstante, todos esses feitos marcantes alguns desafiam carecem de uma atenção especial, a nosso ver, dois deles parecem assumir caráter estratégico. O primeiro diz respeito às capacidades institucionais para que o Estado Brasileiro possa exercer, efetivamente, suas funções do setor. Especialmente no nível dos Estados é preciso avançar na estruturação dos órgãos gestores no que diz respeito à formação de equipes permanentes com qualificação adequada. O segundo reside na intersetorialidade inerente à água, alguns dos mais graves problemas que

restringe o papel essencial dos recursos hídricos no desenvolvimento, tais como: poluição, escassez, desigualdade de acesso aos serviços e conflito de uso tem sua raiz e repercussões em diversos setores da economia do Governo e da sociedade.

É importante buscar uma melhor articulação e coordenação entre setores para melhor conciliar objetivos conflitantes, mobilizar interesses comuns e deflagrar sinergias. Em ambos os casos a ANA no limite de suas competências tem assumido uma atitude de protagonismo e pró-atividade exercitando o mais puro espírito da lei das águas, todavia, ainda precisa avançar. Por tudo isso que aqui expusemos, enxergo os caminhos do futuro com otimismo, não obstante às muitas dificuldades, o porte dos obstáculos e imensos desafios e terão que ser transpostos.

Antevejo o sistema de gerenciamento integrado dos recursos hídricos pujantes e forte com a adesão de todos os atores que o compõe e a gestão integrada dos recursos hídricos mais além que um conceito, uma prática real introjetada no coração dos usuários de água do nosso País. Visualizo como conseqüência uma efetiva melhoria da qualidade e da disponibilidade de água com rios mais limpos e aqüíferos preservados. Vislumbro em decorrência à indução de desenvolvimento sustentável e redução dos níveis de pobreza com melhoria da qualidade de vida das populações, da atual e daquelas que nos sucederão.

Por fim, com humildade, responsabilidade e o compromisso de me dedicar à tarefa de ajudar a conduzir a ANA nos próximos quatro anos, com o vigor e o interesse que dedicamos às causas que nos são próprias, me coloco a julgamento de V.Sas. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Paulo Varella. E informar aos Senadores e Senadoras que nós já abrimos a votação porque temos outras sabatinas e outras atividades no Congresso, temos sessão no Congresso agora meio dia, então já abrimos a votação. Quem já se sentir em condições de votar, já pode votar. E está aberta a discussão. O primeiro inscrito é o Senador Jefferson Praia, Senador Goellner e depois a Senadora Marina.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com esse nome Praia, não é Senadora Marina, não poderia deixar a minha percepção diante de hoje termos a exposição do Sr. Paulo Varella, conheci a pouco, quero, primeiramente, parabenizar o relatório do Senador Leomar Quintanilha, e colocar algumas questões que gostaria de ouvir de V. Exa.

A Amazônia, como nós sabemos, é a região das águas e das florestas. Nós, na verdade, percebemos muita cobrança em relação à preservação e conservação da floresta, no entanto, temos um enorme desafio quanto à questão das águas na Amazônia. Diversos são os desafios que vão, por exemplo, desde localidades que não temos pessoas tendo acesso ao que temos tanto da Amazônia, por exemplo, Manaus é uma cidade de, aproximadamente, 2 milhões de habitantes e temos bairros em Manaus que as pessoas não têm acesso à água como deveriam ter. E também uma outra questão de grande relevância que é a questão do saneamento básico. Hoje nós percebemos as cidades da Amazônia, vejam bem, que deveriam ter uma ação muito mais intensa nessa questão do saneamento básico, porque rios estão sendo poluídos, igarapés estão sendo poluídos, e já que estamos com tanta atenção em relação àquela região nós precisávamos ter ações muito mais intensas nesse campo. Portanto, na condução da ANA, eu queria saber de V.Sa. quais são as suas prioridades em relação à Amazônia, o que é que o senhor está pensando em relação àquela região:

SR. PAULO LOPES VARELLA NETO: Obrigado, Senador, pela pergunta.

O que nos enseja a, realmente, pensar que a questão do gerenciamento dos recursos hídricos é algo da mais absoluta importância. O senhor bem coloca, mesmo na Amazônia, isso é verdade, nós temos visto isso in loco cercado de água, a país das águas, a terra das águas, ainda algumas populações não são atendidas.

Por outro lado, também nos enseja a ver que a dificuldade da implementação do gerenciamento dos recursos hídricos é que muitas coisas são pensadas, são concatenadas no âmbito dos recursos hídricos, mas para que elas ocorram, elas ocorrem fora desse sistema. Nós não vamos ter rios limpos e aqüíferos preservados se nós não tivermos saneamento, agricultura, enfim, outros setores, navegação e etc. articulados. Nesse particular, evidentemente, que a nossa ação vai ser, inclusive, Senador, de seguir o imenso esforço que a diretoria da ANA nesse momento já implementa. O Dr. Machado tem sido incansável nessa questão de articular os diversos setores para que a gente possa trabalhar de uma forma que possa nos trazer sinergias dentro dessa área. A navegação, a hidroeletricidade; todo esse potencial imenso que nesse momento está mais concentrado na Amazônia, precisa ser visto e a ANA tem visto isso.

Do ponto de vista da questão, inclusive, da região metropolitana, nós estaremos contratando nesse mês ou no começo de janeiro algumas cidades como piloto para uma gerência integrada de gerenciamen-

to de recursos hídricos, e Belém é uma delas. Temos cidades no Nordeste, temos cidades do Norte exatamente para que a gente possa ver como fazer bem esse gerenciamento. É preciso envolver diversas dimensões, não somente na área de recursos hídricos, mas as prefeituras, quem faz a parte de licenciamento de uso de ocupação de solo; tudo isso precisa estar sendo envolvido. Eu acho que a ANA tem que ter um papel quase que de um Itamaraty ambulante, e está exercendo esse papel, está levando o seu mandato no limite do que é possível no real espírito do 9.433. A Amazônia, efetivamente, como um todo, em todos os problemas que ela traz consigo, uma prioridade hoje para a Agência. E a nossa condução dentro desse processo será exatamente nessa direção.

Contem conosco sempre que for necessário. Essa, realmente, é uma região que precisa de todo o empenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria, inicialmente, de parabenizar a ANA por tudo que ela ensejou de gestão da conservação das águas. Mas eu tenho uma sugestão também a fazer que dentro do programa produtor de águas ou algo semelhante, já instituído, já em operação pela ANA, seja realmente dado ênfase a que produtores rurais, conservadores com práticas de conservação das nascentes e todos os mananciais sejam incentivados e sejam colocados como verdadeiros aliados de todo esse processo. Que nós sabemos que a simples fiscalização e a punição não trazem de volta aquele que deveria cooperar.

E eu, numa análise que a gente conhece do meio rural do meu Estado Mato Grosso, nós acreditamos que a consciência ambiental mudou muito nos últimos anos e o produtor está consciente, mais consciente da necessidade de preservação, cada vez maior, dessa fonte imensurável de riqueza que nós devemos, todos, imprimir todos os esforços. Porém, o grande poluidor ainda é o centro urbano, os grandes poluidores de todos esses mananciais. Eles podem vir conservados, e eles, naturalmente, cidades que não dispõem de tratamento, saneamento básico compatível hoje são os maiores poluidores, às vezes, de tudo que é conservado.

Eu gostaria de trazer também uma análise que foi feita de projetos pioneiros que existem já, como o município de Extrema em Minas Gerais que adotou um Projeto de Lei municipal um sistema de cooperação e pagamento por serviços ambientais com medidas técnicas de zelo e de conservação das nascentes e que foi objeto de uma grande reportagem do canal do Globo, no programa Globo Rural durante três domingos consecutivos, e no último mostrou também o que é feito fora do Brasil, cidade de Nova Iorque com mais de 80 quilômetros de distância, hoje são canalizadas águas que são consumidas na cidade de Nova Iorque e que era consumida diretamente sem tratamento específico. Então a prevenção que devemos fazer no país, eu vejo que a ANA é o vetor de tudo que pode ser alcançado. A prevenção de todos os nossos mananciais, principalmente, os que dando prioridade àqueles que abastecem os grandes centros urbanos é primordial, e cada vez mais devemos estar colocando mecanismos de cooperação com cidades, com os produtores rurais, incentivando a todos para se alcançar esse objetivo.

Então dentro dessa introdução que eu fiz eu lhe perguntaria: o que mais a ANA pode fazer para que realmente a gente tenha uma consolidação mais rápida de todos esses processos? A gente sabe que está sendo feito, porém, faltam recursos, falta cooperação entre os Estados, entre os municípios, entre as grandes cidades para gente ver realizado todo esse setor?

SR. PAULO LOPES VARELLA NETO: Obrigado, Senador. A pergunta nos enseja uma breve reflexão de que, realmente, quando eu fazia a minha profissão de fé no sistema e no futuro dele enxergando a participação de todos esses atores, nos faz ver que esse gerenciamento não será conduzido a efeito dos escritórios e nem dos gabinetes, mas do nosso esforço de levar a conscientização a todas as pessoas que trabalham e usam água para todos os usuários.

Mas o senhor toca num ponto específico da questão dos produtores rurais e o projeto produtor de água como exemplo.

Eu acredito que vai chegar um limite de que a gente possa expandir se nós não tivermos, efetivamente, instrumentos econômicos de incentivo, não somente de punição. É claro que quem polui e etc., que está penalizado pela lei deve trazer o seu pago, mas quem faz por onde também beneficia a sociedade, como um todo. Eu acho que é preciso que seja enxergado isso, algum tipo de incentivo e a ANA está pensando um pouco dentro desse processo, o produtor de água é aí um exemplo claro disso.

O senhor fala também do problema das regiões metropolitanas que é verdade. Em 1950 nós devíamos ter 17 milhões de pessoas nas cidades e cerca de 32, 33 no campo, hoje nós continuamos com o mesmo 32, 33, 34 no campo e todo o resto nas cidades. Isso é um problema que impacta violentamente essa questão.

Nós estamos trabalhando nisso, como eu disse aqui, inclusive, contratando vários estudos de pilotos e em gestão de região metropolitana que é algo que, efetivamente, preocupa. Então, a ANA está fazendo essas ações, está trabalhando nessa direção. E termi-

nando diretamente a sua pergunta, eu acho que nós temos na ANA diferentemente ainda de alguns órgãos gestores estaduais e a gente falava isso na nossa fala aqui, a necessidade de uma melhor estruturação. A ANA ainda precisa, mas já está dando exemplo, já fizemos três concursos. Temos um corpo técnico que em grande parte está aqui presente. Quero agradecer a presença de excelência, e estamos caminhando. Agora o senhor toca também num outro ponto que é verdade. A sistemática, contingenciamento, enfim, falta de recursos e de orçamento, nos desafia tremendamente porque temos um Brasil continental com todos esses desafios que aqui a gente toca, e quando nós, embora planejando, pensando corretamente e levando ao limite o exercício da criatividade para levar isso avante, efetivamente, se fosse possível a gente ter os recursos, inclusive, porque existe um recurso previsto pela geração de energia, 075% que é para a ANA, e esse recurso tem sido sempre contigenciado, 110 milhões por ano, já deve estar em alguma centena de milhões que poderiam, se fossem descontigenciados, evidentemente, nos permitir conforme eu dizia aqui na minha fala, acelerar o passo bem mais rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, amigo Senador Casagrande. Primeiro eu quero dizer da minha satisfação de termos aqui o nosso Presidente da Agência Nacional de Águas, o Dr. José Machado, de nossos diretores da Agência Nacional de Águas, o Bruno, o Braga, e, enfim, todos os que estão aqui que compõem a Agência, e de estarmos agora falando, fazendo aquilo que chamamos de sabatina, ao futuro diretor da Agência Nacional de Águas, o Dr. Paulo Varella que vai assumir o cargo que agora fica vago à diretoria que foi ocupada de forma tão competente pelo Dr. Oscar. O Dr. Oscar prestou um relevante trabalho à Agência Nacional de Águas, ele transita nos dois mundos, no mundo da academia e no mundo da vida real, da realidade real e da realidade reportada, e agora retorna para suas atividades na Academia, e eu tenho imensa gratidão pelo trabalho que ele prestou, sobretudo, durante a minha gestão.

Mas essa gratidão também se estende ao Dr. Paulo Varella que como superintendente de projetos da Agência, também serviu durante o período em que estive à frente do Ministério do Meio Ambiente, e esta Comissão deu uma grande contribuição para a minha gestão quando aprovou aqui, pela primeira vez, a condução do Dr. Oscar, depois a condução do Dr. José Machado e a sua recondução para assumir a presidência da Agência Nacional de Águas, do Dr. Bruno, a recondução do Dr. Braga e a condução do Dr. Dalvine. De sorte que esta Comissão tem dado uma contribuição muito significativa para a gestão de recursos hídricos no Brasil na forma como ela é concebida, e eu queria fazer esse registro para que o Dr. Paulo Varella possa se sentir acolhido por esta Comissão. Acolhido no sentido de que já faz parte da trajetória da Comissão fazer essas sabatinas e reconhecer no currículo, na experiência de vida aqueles que podem, efetivamente, contribuir para que a Agência continue o seu percurso de implementação que já é um espaço de consolidação que teve a grande contribuição do Dr. Gerson Kelman e hoje tem a continuidade, mas também um processo de resignificação na gestão do Dr. José Machado.

Eu, ontem, quando tive a oportunidade de conversar com o Varella, ele me dizia, e eu acabei na conversa sentido que nós estávamos fazendo um encontro ali muito interessante do ponto de vista simbólico. Ele que vem da escassez e eu da abundância, e o que nós estamos aqui, se nós observarmos, a maior parte dos Senadores ou são do Nordeste ou da região amazônica, e isso é um sinal muito bom, primeiro porque os que estão vivendo o dilema da escassez buscam uma solução no sentido da reparação, os que vivem a abundância estão aqui para dizer: não vamos permitir que a benção da fartura um dia se transforme numa maldição, e por isso nós queremos a gestão para a abundância e para a escassez. Então o órgão gestor e de execução de políticas de recursos hídricos aqui tem um papel importante.

Eu queria, mais uma vez, dizer da importância que tem sido a sua contribuição, acredito que ela será agora ampliada no desafio que está assumindo de ser o nosso diretor da Agência juntamente com a equipe que ali está. Cumprimentar o Senador Quintanilha pelo relatório que fez, e também dizer que quando o Presidente da Comissão chama para si o relatório, isso é um sinal muito positivo, tanto é que nós temos aqui um conjunto de Senadores, está acontecendo uma sessão do Congresso Nacional, nós temos várias comissões fazendo o mesmo e a audiência desta Comissão está muito alta. Então, é muito mais para dizer da deferência que está sendo dada à Agência e, particularmente, a essa indicação.

Eu não tenho muitas perguntas, até porque como tivemos a oportunidade de trabalhar juntos. A única questão que eu vou fazer, não poderia deixar de fazê-la é muito mais como o senhor percebe o desafio da gestão de recursos hídricos na realidade de um país que é detentor dos 11%, dos 3% de água doce que existe no mundo e que pode, enfim, ser utilizada, sendo que apenas 0,3% é acessível, mas fazer a gestão de recursos hídricos do país que é detentor desses 11%

no contexto das mudanças climáticas, aonde nós sabemos que é necessário uma agenda voltada para os aspectos de mitigação e adaptação. De mitigação que não diz respeito à apenas uma agenda de recursos hídricos, mas ela é tratada de forma integrada, não pode ser separada, e nos aspectos de adaptação porque nós sabemos, o Nordeste será o maior prejudicado com a mudança do sistema climático. É muito mais para que a gente possa fazer esse casamento entre a gestão dos recursos hídricos e a gestão ambiental do recurso no contexto de uma crise ambiental sem precedente, e já dizendo o quanto eu estou agradecida a esta Comissão pelo apoio que eu recebi quando era Ministra do Meio Ambiente e quanto estou mobilizada para continuar dando essa contribuição, sobretudo, agora no gesto que fazemos com essa sabatina que, na verdade, no meu entendimento, não tem esse caráter de sabatina, é mais um diálogo para que possamos aprofundar compromissos e visões em relação à gestão de uma agência, que no meu entendimento, é de um novo tipo, a Agência Nacional de Águas tem a característica de não fazer uma assepsia entre a altíssima competência técnica que tem e a relação com a sociedade. Ela é capaz de fazer as duas coisas sem ser subtraída em nenhuma delas.

Parabéns pela exposição que fez e é muito mais um olhar para a questão da mudança climática e da gestão de recursos hídricos que gostaria de ouvi-lo já, e parabenizando, mais uma vez, o Senador Quintanilha pelo relatório que fez e por ter chamado para si esse relatório dando a esta Comissão uma grande audiência.

SR. PAULO LOPES VARELLA NETO: Obrigado Senadora.

Uma reflexão rápida. Eu diria que a gestão de recursos hídricos já é complicada, ou ela é multifacetada sobre o ponto de vista dos usos múltiplos que é inerente à própria água.

Fazê-la num país de dimensões continentais com realidades tão diversas, como a senhora falou e a gente conversava, eu dizia à Senadora que ela vinha do mundo das águas e eu vinha do mundo da falta delas. E aí pelo meio nós temos todas as variações possíveis. Então, fazer essa gestão de recursos hídricos numa multiplicidade de condições como essa, realmente, é um desafio imenso. Mas eu tenho a impressão que nós temos a ferramenta na mão. A nossa Constituição de 88 que instituiu e criou a política e depois a criação da ANA, enfim, e o sistema que avança, vai nos dar as condições para que a gente possa, efetivamente, enfrentar esse processo, sejam as mudanças climáticas, sejam em outros processos que estão em curso com grande concentração nas regiões metropolitanas, imensa pressão por mais alimento e etc.

Em relação às mudanças climáticas que virão e serão diferentes no território, é difícil planejar quando você tem um território tão variável. E a Lei 9.433 é uma lei que ela trouxe essa vantagem com ela, ela considera o corte territorial, a visão de um planejamento com a territorialidade aí prevista.

Agora eu acho que a gente precisa, cada vez mais puxar a água para a agenda política, e isso está sendo feito. A ANA tem lutado por isso, a senhora e tantos outros têm ajudado, eu acho que nós estamos ganhando terreno nisso. A água já está começando a ser vista aí nesse processo para que a gente possa melhorando os órgãos gestores dos Estados, reforçando o sistema, trabalhando na área também do conhecimento tecnológico poder perceber tão rápido quanto for possível, ainda tem muita incerteza no processo, quais seriam esses possíveis impactos e adequar essa gestão a que ela possa conviver com esses impactos que virão das mais variadas formas dependendo da região. De repente, nós vamos ter em algumas áreas maior precipitação mais concentrada, outras mais distantes, enfim, isso vai fazer com que nós possamos exercitar na sua maior amplitude, na sua melhor grandeza o gerenciamento integrado dos recursos hídricos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro. Depois do Senador Flexa Ribeiro, não sei se o Senador Augusto Botelho quer falar, mas nós vamos partir para a conclusão. Antes, porém, o Senador Leomar Quintanilha vai se pronunciar como relator da matéria. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Casagrande, quero parabenizar o Senador Leomar Quintanilha pelo parecer e ao Dr. Paulo Varella pela sua indicação para a diretoria da ANA.

Já foi dita da importância da água para a sobrevivência do mundo. E nós temos o privilégio da generosidade divina de ter dado ao Brasil e à região amazônica o maior potencial de água doce do mundo. E me parece que até hoje não se teve o devido cuidado na gestão desse importante produto para a sobrevivência do homem.

Nós quando falamos em água, lembramos logo de geração hídrica e nunca lembramos da navegação por onde essas barragens são feitas. Da necessidade de implantação do sistema hidroviário nacional, no sentido de que se possa fazer um transporte da produção brasileira por um meio de custo mais reduzido e de menor agressão, eu diria, ao meio ambiente.

Eu tenho tido vários contatos tanto com a ANA, tanto com a Antac no sentido de que possamos levar adiante esse desafio. Eu gostaria de contar com novo Diretor nesse sentido.

Mas o questionamento que eu quero fazer à V.Sa. é que nós temos tido informações através da imprensa de que navios estrangeiros estão levando água da Amazônia para outros países. Evidentemente, que podem até utilizá-la como lastro para que não voltem sem carga, se fosse o caso, mas há uma preocupação de que ao levar a água da Amazônia se leve também parte da biodiversidade que é uma riqueza incomensurável e que o Brasil ainda não teve nenhuma ação no sentido de defendê-la, porque, na realidade, essa biodiversidade está sendo muito mais pesquisada fora do Brasil do que dentro do nosso próprio País.

Gostaria de ter de V.Sa. uma visão de que realmente se há preocupação, se essa preocupação deve ser levada à frente para que isso possa ter o controle melhor do nosso potencial aqüífero brasileiro.

SR. PAULO LOPES VARELLA NETO: Sobre o primeiro comentário, Senador, acho que, realmente, essa é uma preocupação que tem nos levado na ANA a fazer reflexões continuadas sobre essa questão do verdadeiro conceito dos usos múltiplos, e a ANA através de suas outorgas têm esse mandato, evidentemente, que isso se distribui nos diversos setores.

A navegação e a hidroeletricidade é um caso claro. Não parece aceitável, efetivamente, por exemplo, que a gente tenha toda uma produção ali da área do Mato Grosso sendo transportada sobre rodas para sair por Santos quando poderia sair via Santarém, se nós tivéssemos um planejamento adequado para que a construção dessas hidroelétricas pudessem também permitir, até propiciar, realmente à navegação. A ANA tem se dedicado a isso com vigor, com todo esforço, o nosso Presidente tem feito articulações permanentes com os órgãos que estão aí envolvidos. Eu acho que o País começa a dar passo nessa direção, começa a ser estabelecido algum tipo de consenso de entendimento que esse planejamento do desenvolvimento como um todo precisa incluir no seu íntimo a visão dos usos múltiplos.

Então, eu acho que estamos, talvez já devíamos ter começado antes, mas a presença da ANA e a possibilidade dessa gestão através das outorgas estar fazendo com que isso, efetivamente, se materialize.

Com relação e a gente falava aqui, a Ministra falava que nós temos 11, 12% de geração de água no País, mas circulam por aqui, ademais, quase 18%, se considerarmos as águas que entram. Portanto, sob o ponto de vista de quantidade, vamos dividir isso em duas questões, eu não viria grandes preocupações. Evidentemente, que a quantidade de água que sair dali não vai danificar em nada. Pela quantidade não. Agora o senhor toca em uma outra questão que aí a gente precisa ter certo cuidado, me parece, muito mais até, não pela biodiversidade que possa ir embora nas nossas águas, que elas se regenera, mas pela questão de na descarga dos lastros que vêm, e aí nós temos casos práticos: o mexilhão dourado é um caso que se expandiu, ele está em algumas barragens criando problemas sérios, está se espalhando também no Pantanal. Então, aí eu acho que nós temos que ter algum tipo de preocupação, algum tipo de fiscalização porque talvez possamos aí, efetivamente, ter problemas como já temos na prática.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, para nós encerramos então a participação, o Senador Leomar Quintanilha relator da matéria.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, agradeço e desculpe aqui, é a Rádio Senado querendo informações sobre a Comissão do Meio Ambiente.

Mas eu queria fazer uma pequena observação, achei que não seria conveniente ter colocado no relatório, mas todos puderam observar que o Dr. Paulo Varella já íntegra os quadro técnicos da ANA e agora acende a sua diretoria, diretoria altamente qualificada que vem desempenhando sua Presidência do Dr. José Machado, com rara competência, com raro brilho, um trabalho extraordinário que a Agência tem neste País ao tratar de um bem da humanidade, de um insumo indispensável à vida e ao ser humano. Dá água vista sobre seus diversos aspectos e de uso múltiplo enquanto nós seres humanos e brasileiros, cidadãos tivemos pouco cuidado com a água, e agora ao observar a exaustão dos nossos mananciais, dos nossos recursos hídricos nós estamos caminhando, avançando na direção de aprimorar a gestão sobre esses recursos tão importantes. E a ANA vem fazendo um trabalho extraordinário nessa direção, não só contribuindo para o aprimoramento arcabouço legal e jurídico hoje existente, não só construindo de forma adequada as políticas públicas de aproveitamento desses recursos hídricos, participando intensamente das discussões que o tema suscita nas diversas áreas. A nossa Comissão que era uma Comissão que cuidava da defesa do consumidor e da fiscalização e controle, teve o seu escopo ampliado para cuidar também das questões do meio ambiente, e esta Comissão teve uma interação muito rica e muito importante com o Ministério do Meio Ambiente, sobretudo, na gestão da nossa querida colega Marina Silva quando assumiu a tituralidade daquela pasta. E também de forma muito

intensa e estreita com a Agência Nacional de Águas, sobretudo, na gestão do Presidente José Machado participando e trazendo a esta Casa audiências públicas significativas, falando sobre a importância do trabalho que vem realizando, se preparando para representar o Brasil e levar a experiência brasileira na gestão de recursos hídricos, nessa discussão internacional que ocorrerá em Istambul brevemente nos deixa de, certa forma, gratificado, mas compreendendo a amplitude e a complexidade da responsabilidade da ANA.

Eu até acredito que de tudo que tem sido feito e realizado na direção de proteger os nossos mananciais, de aprimorar as regras do uso desses recursos hídricos, eu imagino que compete também à ANA um trabalho de larga envergadura, complexo também que é de levar a conscientização ao cidadão, ao ser humano que sem a interação do cidadão e do ser humano nós teremos dificuldades ampliadas em cuidar melhor dos recursos hídricos. Então eu acredito que uma atitude, uma ação também de natureza pedagógica, de orientação, seguramente, poderá ter uma absorção melhor por parte de cada cidadão e aí, sim, cada um cuidando, dando a sua contribuição e a sua participação para o aprimoramento, para a melhoria, para o uso adequado desse insumo tão importante dos recursos hídricos. Então tenho segurança de que a ascensão do Dr. Paulo Lopes Varella Neto à diretoria da ANA só irá contribuir para que essa Agência alcance os seus objetivos tão importantes para a vida, para o ser humano e para o nosso País com a celeridade que todos nós esperamos.

Quero cumprimentar V.Sa., mais uma vez, desejar boa sorte e dizer que a nossa Comissão do Meio Ambiente continuará de portas abertas desejosa de continuar interagindo com os trabalhos que a Agência Nacional de Águas vem desenvolvendo em prol do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Leomar Quintanilha. Parabenizo V. Exa. pelo seu relatório e pelo seu pronunciamento final. Assim como V. Exa. teve a honra de relatar a matéria, eu estou tendo a honra de presidir esta Comissão substituindo V. Exa. E parabenizar o Sr. Paulo Varella pela sua apresentação, pelas suas respostas, e dizer também da importância do tema e do assunto para o mundo todo. Nós estamos discutindo mudanças climáticas no mundo, estamos discutindo mudanças climáticas no Brasil, estamos discutindo a situação dos recursos hídricos no Brasil e no mundo. Nós sabemos que a falta de política na área de recursos hídricos atinge, primeiramente, à população pobre, atinge aos mais pobres.

Então nós temos que ter investimentos nessa área, temos que ter política nessa área. Ficamos assim satisfeitos de que a gente está avançando nesse arcabouço institucional para cuidar dos recursos hídricos, a ANA tem um papel fundamental, o Presidente José Machado, V. Exa. tem conduzido a ANA com muita competência junto com seus diretores, com a sua assessoria. Então aproveito também para parabenizar o trabalho que a ANA desenvolve no nosso País. Dizer que... Ressalto aqui dois projetos importantes que o meu Estado está fazendo, que é o projeto do Fundágua, o Fundo de Recursos Hídricos, do Fundo de Água para investimentos em problemas importantes nessa área e do recurso já também para pagamento de serviços ambientais aos produtores que estão preservando suas florestas. São dois protótipos, projetos pilotos importantes relacionada à questão da água, um quando se relaciona à floresta, a floresta tem um serviço de ecossistema muito grande, porque preservar a floresta é preservar a biodiversidade, é preservar a riqueza natural, preservar a água, é preservar o solo; então o serviço de ecossistema patrocinado pela floresta é muito grande. Então, floresta está relacionada com água, vegetação está relacionada com água. Nós temos que conduzir essas coisas em conjunto.

Então faço esse destaque e parabenizo, e vou chamar aqui o Senador Jefferson Praia, o Senador Flexa Ribeiro para fazer a apuração dos votos que, com toda certeza, não tem nenhuma surpresa.

Mas voto é sempre voto. Se alguém tinha que pedir alguma coisa era antes, porque ele entrou e perde o poder agora depois que votou. Então... 11 votos, o número de cédulas coincide com o número de assinaturas, e 11 votos, onze sim. Creio que o eleitor não perdeu força nenhuma, o eleitor elegeu V. Exa. nosso diretor. Parabéns.

[palmas].

Devolvo a presidência ao Senador Leomar Quintanilha e agradecendo pela oportunidade de presidir esta Sessão.

[troca de presidência].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Exa. a palavra, pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu pediria à V. Exa. que ouvia do plenário, pudesse fazer uma inversão de pauta da segunda parte da nossa Sessão de hoje, para que possamos discutir e votar o requerimento de minha autoria do item 3.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Só vamos encerrar a primeira

parte desta Sessão, agradecendo a presença do ilustre sabatinado Dr. Paulo Lopes Varella, comunicando a todos que a decisão da Comissão será encaminhada à Mesa do Senado; com os cumprimentos da Comissão do Meio Ambiente ao indicado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Exa. a palavra, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria que fosse votada em regime de urgência para que a indicação pudesse ir ao plenário e ainda aproveitarmos as sessões de votação antes do término da sessão legislativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A Comissão remeterá imediatamente para a Mesa a decisão hoje aqui adotada. O requerimento de urgência terá que ser formulado em plenário diretamente à mesa do Senado.

Eu interrompo a Sessão por um minuto para nós cumprimentarmos e agradecermos a presença do Dr. Paulo Lopes Varella.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Retomamos os trabalhos da Comissão.

A Mesa consulta o Senador Flexa que havia proposto a inversão de pauta. Poderia V. Exa. repetir, por gentileza.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu solicito à V. Exa. que ouviu do plenário que possamos inverter a pauta para que na segunda parte da nossa Sessão de hoje possamos iniciar pelo item 3. Requerimento de minha autoria que propõe a prorrogação do prazo da Subcomissão temporária para acompanhar a crise ambiental na Amazônia nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vamos submeter à inversão de pauta proposta pelo Senador Flexa Ribeiro. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos então ao item 3, Requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro que propõe a prorrogação até o final da Sessão Legislativa de 2009 da Subcomissão Temporária para acompanhar a crise ambiental da Amazônia. Se V. Exa. desejar defender verbalmente a sua propositura, tem V. Exa. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Presidente Leomar Quintanilha, mas serei bastante breve. Apenas que nós não concluímos o trabalho da Subcomissão Temporária que prevê exatamente acompanhar a crise ambiental na Amazônia que continua. Ainda agora, anteontem, o Presidente da República baixou um decreto que era um decreto que estava sendo negociado com um grupo de trabalho de V. Exa. também faz parte, composto pelo Ministério de Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Comissão de Meio Ambiente, e da Agricultura do Senado e da Câmara, a Frente Parlamentar Ambientalista, Frente Parlamentar Rural que previa, prevê, melhor dizendo, ao longo de cinco meses a revisão do Código Florestal.

Nesse fórum foi negociado que enquanto se discutia a questão da revisão do Código Florestal o Presidente baixaria um decreto suspendendo as penalidades que estão em tramitação, os autos de infração que foram expendidos ao longo das fiscalizações do Ibama, da área ambiental para que pudéssemos fazer com calma essa revisão. O decreto foi assinado, Presidente Leomar Quintanilha, lamentavelmente, incluíram um parágrafo único no artigo retirando desta suspensão por um ano, não é anistiando. É bom que a sociedade brasileira saiba disso. Ninguém está anistiando nada, está apenas suspendendo os efeitos das infrações enquanto se discute a reforma do Código Florestal. E criaram um parágrafo retirando a Amazônia dessa suspensão. Ou seja, vale para o Brasil todo e não vale para a Amazônia. Isso aí eu diria que é um desrespeito para com a nossa região, e V. Exa. tão bem defende. Eu lamento porque sempre a Amazônia que leva o ônus de carregar essa pecha lamentável de que é a responsável por essa crise ambiental que vem recaindo sempre sobre a nossa região. Nós somos favoráveis à preservação da floresta, defendemos a preservação da floresta, não queremos a derrubada de uma única árvore a mais, mas achamos que devemos levar o desenvolvimento à nossa região com a utilização inteligente das áreas já antropizadas, das áreas já alteradas. E isto, lamentavelmente, o Governo através da área ambiental isso era na gestão anterior do Ministério do Meio Ambiente. Continua. Eu tinha uma sensação de que o Ministro Minc que estava de acordo com o decreto, eu não sei por que, eu estou tentando o contato com o Ministro Minc para saber porque, de última hora, foi retirada tão somente a região Amazônia, por isso é que nós precisamos manter esta Subcomissão funcionando para que juntos com os membros da Subcomissão e da própria Comissão do Meio Ambiente tão bem presidida por V. Exa., nós precisamos estar atentos para que a Amazônia tenha o direito de dar aos seus habitantes uma qualidade de vida com dignidade. E para isso ela precisa ser desenvolvida com sustentabilidade que é o que todos nós defendemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Essa Presidência concorda com o sentimento de V. Exa., porque essa decisão quebra

um princípio basilar da legislação que é a universalidade da sua atuação.

Em discussão o Requerimento apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir. Está encerrada a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao item 2...

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, não sei se poderíamos antes do item 2. Eu gostaria de, rapidamente, de forma muito objetiva destacar a diligência que foi aprovada aqui, tivemos lá no município de Iranduba no Amazonas para tratar da questão das olarias que tivemos problema lá. E gostaria de destacar rapidamente o seguinte: eu fui assessorado pela equipe do meu gabinete, aqui pela consultoria legislativa, o consultor Ivan Dutra Farias e da Comissão de Meio Ambiente pelo membro também, foi o José Francisco Carvalho estivemos lá naquela diligência pública decorrente de um requerimento de minha autoria.

Nosso objetivo foi discutir e encaminhar alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis para a continuação das atividades de dezenas de olarias locais que dão emprego direto a mais de 2 mil pessoas.

Quero destacar também que foi formada uma comissão, um grupo de trabalho que está trabalhando dentro do contexto do curto, do médio e do longo prazo para que as olarias continuem funcionando sem causar danos ambientais.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que ficasse, esse é um pronunciamento que eu fiz que pudesse constar em ata desta Reunião, o resultado do trabalho que fizemos da diligência lá no Amazonas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A solicitação de V. Exa. será atendida.

Passamos ao item 2. Requerimento de autoria do Senador Renato Casagrande que propõe que seja realizada pelo Tribunal de Contas da União em caráter da urgência auditoria de natureza operacional nos setores administrativos das agências reguladoras que prestam serviços de atendimento por telefone aos cidadãos usuários do serviço por elas regulados, objetivando verificar a sua eficiência, eficácia e efetividade. Senador Casagrande, tem V. Exa. a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, o decreto assinado pelo Presidente da República que trata da regulamentação do tele-atendimento, especialmente, do Call Center que foi publicado recentemente e com todo o nosso apoio, apoio da população. Esse decreto não atinge a Administração Pública. Hoje, por exemplo, a Agência, a área de comunicação, a agência que trata da [ininteligível] como a Anatel, tem um grande Call Center para receber reclamações, para receber contato do usuário, e nós não temos nenhuma fiscalização sobre esse tele-entendimento, seja na área de comunicação, seja na área de energia, que há uma prestação de serviço grande à população brasileira, e nós estamos pedindo, então uma auditoria do Tribunal de Contas que é função nossa para que isso seja feito pelo Tribunal de Contas, uma vez que o decreto e que as medidas adotadas pelo Governo Federal não são medidas que atingem a esses serviços apreciados pelas agências. Por isso que eu peço a aprovação do Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o Requerimento apresentado pelo eminente Senador Renato Casagrande. Não havendo quem queira discutir. Encerrada a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao item 4. Aviso nº 35 encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão 1.173/2008 proferido nos autos do processo do Tribunal de Contas 4.844/2007 sobre diligência efetuada junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão dedicada a analisar a abertura de crédito extraordinário por medida provisória nos termos do disposto do artigo 62 e 167, § 3º da Constituição Federal, tomando-se por base o período compreendido pelos exercícios de 1999 a 2006. É de autoria do Tribunal de Contas da União, e tem como relator o eminente Senador Jefferson Praia a quem concedo a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, fui designado pelo nobre Presidente desta Comissão para examinar e emitir parecer sobre acórdão nº 1.173/2008 TCU plenário, referente à representação da Secretaria de Macroavaliação governamental, Semag órgão do TCU sobre a observância dos pressupostos constitucionais pertinentes à edição de medidas provisórias versando crédito extraordinário no período compreendido entre 99 a 2006.

O trabalho se centrou na observância dos pressupostos constitucionais de imprevisibilidade e urgência abrangendo também os demais aspectos relacionados às restrições orçamentárias previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias relativas ao exercício de 2006, LDO 2006.

Sr. Presidente, gostaria de destacar dentro do contexto da análise a questão das recomendações, as considerações expendidas nesta representação, a exemplo da excelência e zelo dos trabalhos produzidos

pela côrte de contas. Com efeito os créditos extraordinários têm grande potencial para se transformarem em um orçamento paralelo, caso não sejam respeitados os pressupostos constitucionais comentados.

Com esse fundamento o acórdão proferido decidiu determinar a Secretaria do Orçamento Federal que se abstenha de criar novos códigos e títulos para ações já existentes quando da abertura de créditos extraordinários em respeito a disposições das Leis de Diretrizes Orçamentárias.

O voto, Sr. Presidente, diante do exposto cabe ressaltar que sobre o acórdão em análise não há providências a serem adotadas por esta Comissão, pois a sua finalidade é de dar ciência a esse colegiado acerca das providências adotadas sobre a representação da Semag em referência aos abusos do Executivo na edição de medidas provisórias versando créditos extraordinários.

Desse modo nosso voto é no sentido de que esta Comissão conheça a decisão e delibere pela remessa do processo ao arquivo. Esse é o voto, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório dado a conhecer pelo eminente Senador Jefferson Praia. Não havendo quem queira discutir. Está encerrando a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao item 5. Aviso 33/2008 que encaminha ao Senado Federal o relatório das atividades do Tribunal de Contas da União referente ao primeiro trimestre de 2008, cujo relator é o Senador Jefferson Praia a quem concedo a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em cumprimento ao disposto no art. 71 § 4º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 o TCU remeteu ao Senado Federal em 29 de maio do próximo passado, o relatório de atividades daquela côrte referente ao primeiro trimestre do exercício de 2008, o qual foi registrado como aviso nº 33/2008.

Temos aqui a análise, Sr. Presidente, destacando aspectos legais, as atividades de controle externo, a economia potencial. E quero aqui me reportar sobre as conclusões e o voto.

Conclusões: considerando a ausência de quaisquer normativos emanados do Senado Federal sobre o conteúdo e a forma do relatório de atividades que o Tribunal de Contas da União deve apresentar trimestralmente e anualmente há que se concluir que o relatório apresentado atende as determinações constitucionais legais vigentes. Inegavelmente os dados apresentados pelo Tribunal permitem que o Congresso Nacional tenha uma razoável visão sobre as atividades daquela instituição no trimestre.

Não obstante, para que o Senado tenha condições de proceder a uma melhor avaliação das ações daquela côrte de contas sugerimos que os futuros relatórios façam menção ao andamento dos processos de execução dos acórdãos do TCU, especialmente no que se refere à recuperação dos débitos e multas aplicadas.

O voto, Sr. Presidente. O presente relatório traz importantes assuntos dentre as decisões analisadas e os resultados apresentados, e seguindo a nossa opinião, pelos dados constantes nesse relatório do TCU dentro dos meios a ele colocados à disposição desempenhou a contento o seu papel constitucional.

Ante todo o exposto propomos que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle tome ciência do efeito e encaminhe o processo ao arquivo. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Encerramos a discussão e passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao item nº 6. Aviso 27/2008 que encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão 668/2008 proferidos nos autos do processo nº TC 9.240/2007, bem como, do relatório do voto que o fundamentaram referente à auditoria operacional realizada na Fundação Nacional de Saúde no período de 16 a 11 de abril de 2007. É de autoria do Tribunal de Contas da União, e tem como relator ad hoc o Senador Jefferson Praia, a quem concedo a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o processo em exame trata de auditoria operacional realizada na Fundação Nacional de Saúde - Funasa. Foram avaliados aspectos operacionais relacionados à estrutura física e financeira, tais como recursos humanos e orçamentários comparados com os objetivos e resultados efetivamente alcançados.

A relevância do trabalho é significativa, pois o número de convênios e os recursos movimentados pela Fundação são expressivos. Entre 2000 e 2006 foram liberados mais de 7,2 bilhões por intermédio de 16,2 mil convênios. Diversos aspectos negativos pertinentes à administração do órgão foram detectados e fundamentaram a elaboração do acórdão 668/2008 cujas determinações mais relevantes são a seguir transcritas.

Portanto, são feitas aqui diversas determinações relevantes que constam no relatório, Sr. Presidente, passo ao voto do relator. A auditoria operacional em apreciação neste colegiado encaminhada por intermédio do Aviso 27/2008 objetiva dar ciência a esta

Casa acerca das providências adotadas sobre o processo fiscalizatório do bom e regular emprego dos recursos públicos constitucionalmente deferidos pelo Congresso Nacional com auxilio do Tribunal de Contas da União. Por essa razão o nosso voto é no sentido de que esta Comissão conheça da decisão e delibere pela remessa do processo ao arquivo. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Encerramos a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Aviso nº 57/2002 encaminhando ao Senado Federal cópia da decisão 871/2002 do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram sobre a auditoria realizada no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – Fundef, em atendimento à solicitação feita pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados. É de autoria do Tribunal de Contas da União, e tem como relator ad hoc o Senador Jefferson Praia a quem concedo a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em exame nesta Comissão, o Aviso 57/2002 do Tribunal de Contas da União, mediante o qual a presidência dessa côrte de contas submete ao Senado Federal a decisão nº 871/2002 TCU plenária originada de auditoria realizada do Fundef. Processo TC 014041/1999-5 a pedido da Comissão de Educação, Cultura e Desportos da Câmara dos Deputados, tendo por objeto entre outras questões a aplicação do valor mínimo anual por aluno a que se refere o art. 6º, § 1º da Lei 9.424 de 24 de dezembro de 1996, o padrão mínimo de qualidade de ensino de que cuida o art. 60, § 4º do ato das disposições constitucionais transitórias e a complementação financeira da União ao Fundef.

O TCU faz recomendações ao Ministério de Estado da Educação no sentido de que adote providências necessárias para aperfeiçoar e regularizar o funcionamento do Fundef.

Depois temos aqui, Sr. Presidente, um relato à análise, mas passo direto para o voto que diz: à luz do exposto concluo pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento do Aviso nº 57/2002 do Tribunal de Contas da União, bem como dos documentos que o acompanham. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório apresentado. Não havendo quem queira discutir. Encerramos a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao item 8. Aviso nº 95/2007 encaminhando ao Senado Federal cópia do acórdão 2.176/2007 do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam referentes à recursos de reconsideração interposto pela Petrobras, em face de determinações contidas no acórdão 1.163/2005 prolatado por aquela côrte de contas ao apreciar o relatório de levantamento de auditoria, convertido em tomada de conta especial. É de autoria do Tribunal de Contas da União. E eu solicitaria ao Senador Flexa Ribeiro que funcionasse como relator ad hoc desta matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Leomar Quintanilha, o relator Senador Marconi Perillo que eu tenho a honra de substituí-lo como relator ad hoc, fez o seguinte relatório que eu vou ler as partes de destaque: o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Senado Federal o AVS nº 44/2008 Conselho Nacional, aviso 837 [ininteligível] TCU 208 na origem do Tribunal de Contas da União juntado ao processado do AVN nº 95/2007 que encaminha ao Congresso Nacional cópias do acórdão proferido no autos do processo nº TC 008037/2006-6 pelo plenário desta côrte na sessão ordinária de 26/07/2008.

O acórdão do TCU em análise trata de embargo de declaração oposto pela Petróleo Brasileiro SA - Petrobras, quanto ao acórdão nº 2.176/2007 do TCU do plenário, onde a empresa alega que a decisão é contraditória ao manter o item 972 do acórdão original, pois segundo consigna "o voto do relator incorporar a análise promovida pela Secretaria de Recursos " e "a análise da Secretaria de Recursos reproduzida no relatório do voto do Ministro relator indica que a estruturação do orçamento entre programas e ações e a decisão de cunho político, e no caso da Petrobras cabe ao Ministério das Minas e Energia". Destacamos que o decreto atacado negou provimento a recurso de reconsideração interposto contra o acórdão de nº 1.663/2005 TCU plenário, que dentre outras providências exarou várias determinações.

Voto, Sr. Presidente. Alguns pontos nos chamam atenção. O primeiro é a alegação da Petrobras de que ela não seria responsável pela elaboração de seus próprios orçamentos e não teria influência no assunto, fato que de todos os que participam dos processos orçamentários, sabemos em verídico. Outro aspecto muito relevante é o relativo à inconstitucionalidade aventada pelo TCU do decreto que cuida das compras das estatais, decreto nº 2.745/1998, o que deve ser objeto de apreciação do Poder Judiciário para que tenha efeito Erga omnes. Esclareceu que a Súmula 347 do STF atribui ao Tribunal de Contas da União no exercício

de suas atribuições o poder de apreciar a constitucionalidade das leis e atos do Poder Público. Isto posto, propomos que esta Comissão delibere por a: tomar conhecimento da decisão do Tribunal de Contas da União, b: que seja informado ao Ministério Público da União o fato, principalmente, no que tange a possível inconstitucionalidade do Decreto nº 2.745/1998, e c: remeter o processado para o arquivo. Este é o voto do eminente Senador Marconi Perillo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Encerro a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao item 9 ofício extra nº 50/2007 encaminha ao Senado Federal o relatório de vistorias realizadas nos bairros Padre Ângelo, Jaderlândia e Perpétuo Socorro com relação à construção das obras inacabadas de melhorias sanitárias domiciliares para controle de agravos, incluindo o sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário, assim como também o sistema de abastecimento de água implantados no municípios de São Miguel do Guamá - Pará pelo Projeto Alvorada. É de autoria da Prefeitura municipal de São Miguel do Guamá. E tem como relator o eminente Senador Flexa Ribeiro a quem concedo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Leomar Quintanilha e Srs. Senadores. Trata-se de resposta do Tribunal de Contas da União, o TCU a solicitação desta Comissão no sentido de que fosse efetuada a fiscalização das obras executadas pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa no âmbito do Projeto Alvorada no município de São Miguel do Guamá no Estado do Pará, mais especificamente nos bairros de Padre Ângelo, Jaderlândia e Perpétuo Socorro.

As mencionadas obras se vinculam aos termos dos Convênios nº 4391363, melhorias sanitárias domiciliares, 439620 sistema de abastecimento de água, e 439624 sistema de esgotamento sanitário.

À vista de indícios de graves irregularidades esta Comissão aprovou o parecer nº 1.365/2007 que concluiu pelo requerimento ao TCU com base no disposto nos art. 70 e 71 da Constituição Federal e 102-A do regimento interno do Senado Federal que tratam dos procedimentos de fiscalizações aplicáveis. Em resposta ao plenário do TCU ao tempo em que informa que o objeto da solicitação já se encontra em adiantada fase de apuração nos autos do processo TC012.740/2004-0, encaminha a está Comissão cópia das instruções, despachos e decisões constantes do mencionado documento, a par de determinar que a Secretaria de Controle Externo do Estado do Pará, Secex – Pará que confira tratamento prioritário aos procedimentos "dado o caráter de urgência vinculada às solicitações endereçadas pelo Congresso Nacional por qualquer de suas casas ou pelas respectivas comissões". Análise: em síntese a documentação apensada demonstra que o Tribunal já converteu o processo em tomada de conta especial que busca a restituição ao erário do valor de 3 milhões 583 mil, 6 reais e 4 centavos, tendo sido responsabilizados, 1: Guilherme Antônio da Costa, ex-prefeito. 2: Joari Barriga Filho, engenheiro fiscal da obra. 3: José Júlio Tavares da Costa, Secretário Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo. E 4: KC Empreendimentos Associados Ltda., empresa contratada.

As alegações de defesa serão ainda objeto de exame pela Secretaria do TCU no Estado do Pará. Por fim, informa a côrte de contas que tão logo haja o pronunciamento sobre o mérito do processo, serão encaminhadas a esta Comissão cópia das respectivas deliberações devidamente acompanhadas do voto do relatório que as fundamentarem. Voto: em face do exposto concluo no sentido de propor que esta Comissão tome conhecimento da matéria procedentes em seguida ao arquivamento do processado.

Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório apresentado pelo eminente Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir. Encerramos a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Folgo em dar conhecimento aos membros desta Comissão o resultado dos trabalhos realizados no exercício de 2008. Nós tivemos um ano efetivamente profícuo, pois realizamos 21 sessões ordinárias, 10 extraordinárias, 6 conjuntas; no total de 36. Foram 20 ordinárias. O total de matérias deliberadas foi da ordem de 127. Constituímos e estão em funcionamento dando uma rica contribuição ao escopo desta Comissão as Subcomissões Fórum Mundial das Águas, preparatória para o Fórum Internacional das Águas em Istambul na Turquia, sobre a que versa sobre crise ambiental na Amazônia, proposta pelo Senador Flexa Ribeiro. A que cuida de resíduos sólidos e a que cuida de mudanças climáticas. Além disso, realizamos 15 audiências públicas do maior relevo, das quais eu destacaria a que tratou das questões relacionadas à ampliação da energia eólica na matriz energética brasileira, o ciclo de debate sobre controle público como instrumento de cidadania, a discussão da anistia aos proprietários de terra responsável pelo desmatamento ilegal na Amazônia, a discussão do mercado de cartões de crédito, a compra de terras brasileiras por grupos estrangeiros. Aprovamos também emendas ao orçamento geral da União em número de 5, uma para apoiar a agenda 21

do Ministério do Meio Ambiente, outra para apoiar a defesa da ordem jurídica do Ministério Público Federal, outra para tratar de ações de informática do TCU, outra para o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais, também do Ministério do Meio Ambiente, e por último a construção do edifício sede do Serviço Florestal Brasileiro. Isso mostra o volume de ações e trabalhos realizados por esta Comissão neste exercício, já que hoje é a nossa última reunião. Portanto, eu registro os meus cumprimentos e os meus agradecimentos aos eminentes Senadores que delas participaram e contribuíram, e registro também aos insígnios funcionários, servidores desta Comissão a bela contribuição que deram para que esta Comissão concluísse o ano emprestando uma contribuição muito grande à busca de seus objetivos principais relacionados, diretamente relacionados aos interesses maiores do povo brasileiro.

Senador Flexa Ribeiro, tem V. Exa. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu queria ao encerrarmos os trabalhos desta Sessão Legislativa de 2008 parabenizá-lo, parabenizá-lo pela sua condução à frente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

V. Exa. pelo relatório que fez há pouco dá uma demonstração a toda a sociedade brasileira do trabalho intensivo e eficaz que a Comissão, sobre a sua presidência, desenvolveu ao longo deste ano. Ela é, sem sombra de dúvida, uma das Comissões mais importantes do Senado brasileiro, porque trata da questão que perpassa a todas as atividades produtivas e da qualidade de vida da sociedade que é a questão ambiental. Trata também da fiscalização e do controle dos gastos públicos e trata da questão também da defesa do consumidor que é, sem sombra de dúvida, uma ação das mais importantes para que possamos defender aqueles que não têm voz, aqueles que são atingidos de forma arbitrária e precisam serem defendidos, como o são no Congresso Nacional, e, especialmente, nesta Comissão tão bem presidida por V. Exa.

Quero parabenizá-lo, parabenizar aos nossos pares membros da Comissão ao quadro de assessoria e de funcionários que nos acompanharam ao longo deste ano. E desejar a V. Exa. e a todos, um feliz natal e um ano de 2009 pleno de saúde, felicidade e bençãos divinas.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu gostaria também de, nestes seis meses que estive aqui, participando desta Comissão de dar o deu depoimento, inicialmente parabenizando V. Exa. e todos os técnicos, toda a equipe que deu suporte para que esta Comissão proporcionasse bons resultados à sociedade.

Aqui nós temos uma Comissão importantíssima. Hoje a questão ambiental não é passageira, é uma questão que veio para ficar, o planeta precisa estar com atenção especial por parte de todos nós, e isso passa por esta Comissão.

Portanto, parabéns pelo trabalho realizado. Acredito que todos que estiveram aqui presentes puderem dar a sua contribuição. Isso não significa dizer que não temos muitos desafios pela frente. Os desafios continuam, temos que estar atento a todas as questões ambientais, as questões sociais, e, consequentemente, também econômicas porque esse é o nosso papel aqui no Senado. Mais uma vez, parabéns a todos que conduziram muito bem esta Comissão, a V. Exa. e a todos os técnicos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Jefferson Praia, Senador Flexa Ribeiro, se esta Comissão teve realmente uma atuação profícua e exitosa foi, efetivamente, graças à participação continuada, permanente, inteligentes de V.Sas. e dos demais membros que integram esta Comissão. Os temas instigantes faziam com que cada um dos seus membros se interessasse muito para a ampliação do debate para apresentação de sugestões e idéias para o aprimoramento da legislação brasileira que trata das questões de relevo, como V.Sa. aqui mencionou, sobretudo, ressaltando o escopo muito amplo desta Comissão que cuida, simultaneamente, das questões ambientais, que a cada dia que passa o apelo ambiental, não só nacional, mas no mundo inteiro se torna mais contundente, mais acentuado, provocado recentemente pelas acentuadas alterações climáticas, mas nós cuidamos aqui também da defesa do consumidor, e da fiscalização e controle do dinheiro público.

Se esta Comissão, efetivamente, teve um resultado positivo foi graças ao brilho, à inteligência, à determinação, à participação obstinada de cada um dos seus membros, a quem agradeço, mais uma vez, e aproveito para desejar a cada um dos membros, a cada um dos técnicos, funcionários e servidores da Comissão que dão o suporte necessário para o seu funcionamento e as suas respectivas famílias, um feliz natal e um próspero ano-novo.

Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h11.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2008.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e oito, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador JOÃO TENÓRIO, reúne-se a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com a presença dos seguintes Senadores(as): SIBÁ MACHADO, MARISA SERRANO, NEUTO DE CONTO, CÍCERO LUCENA E VALDIR RAUPP. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Antônio Carlos Valadares e Valter Pereira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador João Tenório, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 1, DE 2008 – CRA-BIO: ASSUNTO: Requer nos termos regimentais, adendo ao Requerimento nº 13, de 2007, aprovado em 11/07/2007, para que também seja ouvida a Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva, a respeito do Zoneamento Agrícola Brasileiro e a Expansão de culturas para Biocombustíveis e outras culturas. AUTOR: Senador João Tenório. Iniciada a discussão, e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Subcomissão. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 2, DE 2008 – CRA-BIO: ASSUNTO: Requer nos termos regimentais, seja realizada, no âmbito desta Subcomissão, audiência pública para tratar do seguinte tema: Pesquisa e viabilidade de matérias primas para produção de etanol e combustíveis automotivos. AUTOR: Senador João Tenório. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto, a seguinte Senhora Senadora: Marisa Serrano. RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Subcomissão. ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 3, DE 2008 – CRA-BIO. ASSUNTO: Requer nos termos regimentais, seja realizada, no âmbito desta Subcomissão, audiência pública para tratar do seguinte tema: Aspectos sobre a expansão da produção de álcool na visão dos produtores. AUTOR: Senador João Tenório. Iniciada a discussão, e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **João Tenório,** Presidente da Subcomissão.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS - CRABIO

1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS, CRABIO, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 27 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Srªs. e Srs. Senadores, havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Passo a palavra ao Presidente Neuto De Conto que gostaria de fazer um comunicado.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nosso Presidente da Subcomissão, eminente Deputado João Tenório, Srª. Senadora... Perdoe, eminente Senador João Tenório, Senadora Marisa Serrano, Senador Sibá, Srªs. Senadoras e Srs. Senadores.

Nós não poderíamos abrir os trabalhos desta Comissão após o passamento... A primeira reunião após o passamento do nosso companheiro, o nosso Líder, o nosso grande amigo Jonas Pinheiro, se não prestássemos nesta Casa e nesta Comissão uma singela, mas profunda homenagem àquele que dedicou toda a sua vida ao setor produtivo primário. E para que as palavras não sejam... a maior força, acredito que cada um de nós podemos fazer a nossa prece, e um minuto de silêncio, de pé, para homenagear esse grande brasileiro que ajudou na agricultura do nosso País. [um minuto de silêncio]. Muito obrigado. Com a palavra ao eminente Presidente da Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Presidente, Srª. e Srs. Senadores, gostaria primeiro de registrar o meu mais absoluto solidariedade com a atitude do Sr. Presidente, acho que o Senador Jonas Pinheiro foi um homem que individualmente um dos mais tinha feito pela agricultura, pela atividade primária brasileira e merece todo o respeito e atenção dessa Comissão.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que com a anuência do Plenário, se assim for, é dada como aprovada.

Inicialmente quero comunicar a Subcomissão que em 2007 foram realizadas 13 reuniões, sendo que nove

Audiências Públicas, ocasiões em que foram tratados vários assuntos de grande importância para o setor de biocombustíveis, bem como da cana-de-açúcar e do biodiesel.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos. O primeiro deles é Requerimento de minha autoria, que solicita... Seja ouvida a Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva, a respeito do zoneamento agrícola brasileiro e a expansão da cultura para biocombustíveis e outras atividades.

Esse é um dos temas que tem sido mais debatido, mais... Traz mais, digamos assim, preocupação no meio nacional e internacional que é essa questão da utilização de áreas inadequadas para a produção de biocombustíveis. Então a presença da Senadora Marisa que é quem lida com essas questões de meio ambiente será sem sombra de dúvida uma contribuição importante para esclarecer esses pontos e trazer um balizamento mais adequado para esse assunto. Gostaria de colocar em votação. Quem estiver de acordo permaneça como está. Estará cumprido a deliberação da Comissão.

O segundo Requerimento, também de minha autoria, requer realização em âmbito dessa Comissão Audiência Pública para tratar do seguinte tema: Pesquisa e viabilidade de matérias-primas para produção de etanol e combustível automotivos.

Há uma dúvida muito grande ainda do que é que é possível e impossível se tratar nessa área. Há uma gama imensa, sobretudo, na área do biodiesel que mereceria uma avaliação mais precisa dessa Comissão para que possamos esclarecer e até contribuir no sentido de que novas matérias-primas, além daquelas já tradicionalmente usadas, possam ser pesquisada, buscada no sentido da produção, sobretudo no biodiesel. Senadora Marisa, com a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão. É que no Requerimento, é claro, não tem o nome das pessoas que poderiam ser convidadas para discutir esse assunto conosco. Mas, como eu acho que é fundamental num País que os pesquisadores não estão tendo vez, como nós gostaríamos, e no mundo como esse de hoje, num mundo globalizado, sem pesquisa, sem estudar, sem se aprofundar nos conhecimentos, fica muito difícil o Brasil ganhar essa corrida mundial para o primeiro mundo e para a tecnologia de ponta.

Portanto, eu acredito que os pesquisadores da EMBRAPA, das universidades, e inclusive, particularmente, das grandes empresas que trabalham com pesquisa, que possam realmente participar.

Eu acho que isso é fundamental. É a área de ciência e tecnologia, pesquisa de ponta, é aquilo que nós precisamos para que o País possa crescer solidamente. Sabendo para onde vai e com conhecimento suficiente.

Portanto iria sugerir aqui quando V.Exª for relatar o nome das pessoas que poderão participar, que a EMBRAPA e as universidades estejam contempladas também.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Senadora. Procede completamente a sua preocupação. Eu gostaria, inclusive, se possível receber uma Requerimento de V.Exª com sugestões de nome que possa contribuir na maneira efetiva para que essa sua preocupação seja superada. Realmente procede, há uma necessidade eminente de que nós possamos andar com essas pesquisas, de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico sem a presença dessas entidades. É praticamente impossível que nós possamos atingir os níveis de conhecimento tão necessário. Um dos problemas maiores do biodiesel, sobretudo, no Brasil é a mais absoluta falta de conhecimento que nós sistemas. É uma coisa incipiente, recomeçada diferentemente da cana-de-açúcar que tem 400 anos de cultura, os biodieseis estão começando agora. É mamona, soja, é pinhão manso, enfim, nós não temos ainda a cana do biodiesel. Então, isso é importantíssimo, Senadora, que possamos trazer pessoas que possam contribuir para que isso possa acontecer.

E finalmente o Item 3, Requerimento de minha autoria para que seja realizada no âmbito dessa Subcomissão Audiência Pública para tratar do seguinte tema: Aspectos sobre a expansão da produção de álcool na visão dos produtores. Há uma preocupação muito grande hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs. Senadoras, no sentido de que há um descompasso muito evidente... um descompasso muito evidente entre o ritmo de crescimento da produção de biocombustíveis, sobretudo do etanol no Brasil e a abertura dos novos mercados. O Brasil disparou a produzir etanol como se mercados externos existissem. E os mercados externos criaram e continuam criando dificuldades de absorção dessa produção, em função do que eles entendem que a produção de biocombustíveis é não apenas uma questão de contribuição aos problemas ambientais, mas também e, sobretudo, uma questão de segurança nacional. E, portanto, há sim um desejo, uma preocupação de que cada País produza o seu biocombustível e isso evidentemente está trazendo uma dificuldade importante para a colocação dos excedentes de produção brasileira.

Portanto, esse tema é um tema que eu gostaria de indicar depois pessoas que pudessem dar uma contribuição aqui. Os senhores que aprovam permaneçam como se encontram. Tanto a nossa sugestão como a sugestão anterior da Senadora Marisa Serrano, considero aprovado. Será cumprida deliberação.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 10h36.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2009.

INSTALAÇÃO

Às doze horas e cinqüenta e sete minutos do dia quatro de março de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata, art. 88 RISF, e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Efraim Morais, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, Valter Pereira, Leomar Quintanilha, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Marco Maciel, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Fernando Collor e Cristovam Buarque, reúnem-se à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixa de comparecer a Senhora Senadora Patrícia Saboya. Comparece à reunião o Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, não membro da Comissão. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Gerson Camata, art.88 RISF, submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2009/2010. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente, Senador Gerson Camata convida os Senhores Senadores Leomar Quintanilha e Eduardo Azeredo para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: Para Presidente - Senador Flexa Ribeiro, doze (12) votos, para Vice-Presidente - Senador Lobão Filho, doze (12) votos. Prosseguindo, o Presidente, Senador Gerson Camata, art. 88 RISF, proclama eleitos e empossados os Senadores Flexa Ribeiro e Lobão Filho como Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente. Usam da palavra os Senhores Senadores: Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Renato Casagrande e Antonio Carlos Valadares, não membro da Comissão. A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra ao Presidente recém empossado, Senador Flexa Ribeiro. Após o discurso, o Presidente eleito, Senador Flexa Ribeiro, encerra a reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data.

Para darmos início aos trabalhos, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Sessão anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com os seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial.

A presente Reunião tem por objetivo a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2009/2010. Foi registrada a seguinte chapa como única até o momento: para Presidente, indicado o Senador Flexa Ribeiro; para Vice-Presidente o Senador Lobão Filho. Ambos encontram-se aqui no Plenário da Comissão. Sobre a mesa encontram-se à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores as cédulas de votação devidamente rubricadas pela presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

A presidência vai proceder à chamada dos Srs. Senadores para que os mesmos votem. Consulto se há algum Senador presente. Então as cédulas estão presentes. Senador Geraldo Mesquita, Senador Lobão filho, Senador Flexa Ribeiro [falha no áudio].

...os seguintes Senadores: Marcelo Crivella, Renato Casagrande que já votou, Magno Malta, Wellington Salgado já votou, Lobão Filho votou, Gerson Camata votou, Geraldo Mesquita votou. Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Efraim Morais, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro já votou, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi e Patrícia Saboya.

E os respectivos suplentes: Delcídio Amaral, Flávio Arns, Valter Pereira, Romero Jucá, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Marco Maciel, Kátia Abreu, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Guerra, Fernando Collor e Cristovam Buarque. São os Senadores suplentes chamados e

habilitados a votar se não comparecerem os seus titulares.

Com número regimental, determino o encerramento da votação e solicito aos Senadores... Aguardamos, com a permissão do novo Presidente, dois companheiros que estão chegando para votar: o Senador Flávio Arns, que acaba de ser eleito Presidente da Comissão de Educação, e o Senador Eduardo Azeredo, que acaba de ser eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Declaro, então, encerrada a votação. Os Senadores Leomar Quintanilha e Eduardo Azeredo serão os escrutinadores. Determino que retirem e confiram as sobrecartas e contem o número de votos para que os números possam ser anunciados.

Por unanimidade, com o voto de todos os que participaram da votação, foram eleitos Presidente o Senador Flexa Ribeiro e Vice-Presidente o Senador Lobão Filho. Convido S. Exa., o Senador Flexa Ribeiro, e S. Exa., o Senador Lobão Filho, a tomarem os seus lugares na qualidade de Presidente e Vice-Presidente eleitos para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço ao nobre Senador Gerson Camata, o mais experiente desta Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, pela condução dos trabalhos que resultou na eleição do nosso nome para presidir a Comissão e do nobre Senador Edison Lobão Filho para dividir conosco, Senador Edison Lobão, a condução dos trabalhos desta Comissão, da maior importância do Senado Federal, no sentido de que possamos implementar, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelo primeiro Presidente desta Comissão, que é a Comissão mais nova, a Comissão Permanente mais nova do Senado Federal, que foi o Senador Wellington Salgado.

O Senador Wellington Salgado teve o privilégio de implantar a Comissão, ser o seu primeiro Presidente e conduziu os trabalhos ao longo desta Sessão Legislativa passada, ao longo desses dois anos, com brilhantismo, competência, no sentido de levar à discussão problema da maior importância e que nós, dentro das limitações nossa, nós vamos, Senador Wellington, tentar seguir os passos de V. Exa. e dar continuidade aos trabalhos que já começaram e outros que virão, com certeza absoluta, ao longo desses dois anos de condução dos trabalhos. Eu quero agradecer a V. Exa., até porque eu, inicialmente, não fazia parte desta Comissão na Sessão legislativa anterior e V. Exa. foi que me entusiasmou para que eu viesse, representando o Partido da Social Democracia Brasileira, colaborar com os trabalhos de V. Exa.

Eu agradeço e quero continuar contando com o trabalho da assessoria, da consultoria do Senado, dos nossos colaboradores na Comissão, que tanto lhe ajudaram ao longo desses últimos dois anos e que, com certeza, também não faltarão, Senador Edison Lobão Filho, ao apoio à nossa gestão, a partir de agora, à frente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Nós vamos trabalhar, evidentemente, voltados aos objetivos da Comissão que, como a própria denominação já diz, Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, buscando, Senador Wellington, aumentar a participação do Governo e do setor privado em pesquisa, desenvolvimento, em inovação para que nós possamos, a nível de país, exportarmos conhecimento e não talento, porque lamentavelmente nós, no Brasil, temos ao longo desse tempo exportado talentos. Os talentos brasileiros têm ido para o exterior e lá desenvolvem trabalhos, pesquisas em várias áreas, quando nós teríamos que dar as condições desse desenvolvimento acontecer aqui em nosso país para exportarmos o resultado desses talentos, quer dizer, que é o conhecimento que eles produzem.

Evidentemente que continuaremos aqueles trabalhos de desenvolvimento na área da comunicação, Senador Eduardo Azeredo. A questão não só da comunicação na convergência tecnológica que estamos hoje vivenciando a nível da tecnologia, como produzir uma nova Lei de Comunicação Social, discutir a questão dos objetivos da TV pública, como é que ela tem se desenvolvido ao longo da sua implantação e, também, a parte de informática, Senador Eduardo Azeredo, que V. Exa. é um competente técnico nessa área, que hoje é reconhecido mundialmente pelo trabalho que V. Exa. desenvolve na área de responsabilizar os acessos na Rede de Comunicação Mundial, que é a Internet, para aqueles que a usam de modo indevido. Então V. Exa. tem um trabalho importante e vai continuar nos ajudando.

Eu quero agradecer ao meu partido pela minha indicação, agradecer aos meus pares que sufragaram o nosso nome, e agradecer ao Senador Edison Lobão Filho, que vai nos ajudar, vamos dividir, Senador Edison, a condução dos trabalhos a partir de agora, e estamos prontos para servir ao país e ao Congresso brasileiro por esses dois anos que se iniciam a partir de agora. Muito obrigado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Na qualidade de ex-Presidente, eu acho que o Senador Wellington tem preferência sobre mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., por ser o mais experiente, já orienta o Presidente que dê a palavra ao nosso ex e permanente Presidente Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa, Senador Lobão Filho, Senador Camata, por quem eu tenho um carinho especial, sempre comento pessoalmente, ele sabe disso.

Eu, simplesmente, queria agradecer as palavras de V. Exa. Como V. Exa. sabe e os demais membros dessa Comissão, eu sou Senador em exercício por ser suplente do Ministro das Comunicações. Então essa Comissão, além de ser uma Comissão que eu tenho um carinho especial, existem algumas responsabilidades por eu ser muito ligado ao Ministro das Comunicações.

V. Exa. e também o Senador Lobão Filho participaram dessa Comissão. V. Exa. viveu todos os momentos dessa Comissão, uma Comissão que saiu da Comissão de Educação. Tecnologia, Comunicação e Informática são matérias que tomaram hoje, no mundo atual, uma importância significante. Hoje eu fico vendo, até com o meu filho, viajei com ele, é o tempo inteiro, à noite, na Internet, conversando com os amigos. É como se ele estivesse ao lado das pessoas. A questão da TV digital que chegou ao país, a questão de hoje o Ministro estar colocando telepontos em todas as escolas com acordo feito com as empresas de comunicação do país, quer dizer, o país está vivendo um momento de comunicação. Hoje não existe mais aquela cidade longe da capital ou longe da capital do país ou longe do Senado Federal. Hoje nós estamos interligados, plugados, para usar algo o verbo plugar, muito comentado na nossa Comissão.

Então eu me sinto feliz que seja V. Exa. o Presidente, porque criar essa Comissão foi difícil. Colocar as emendas de Comissão no orçamento foi difícil. V. Exa. participou, criar uma Comissão nova no Senado Federal, dar credibilidade a essa Comissão, atender aos anseios. V. Exa. vai ver, como Presidente, será convidado e V. Exa. tem que fazer o possível para ir. Muitas vezes os Senadores são convidados para participar de feiras, de eventos, e começam a achar que o Senador está indo para poder ser conduzido numa direção. Não é isso. Como a nossa Comissão é uma Comissão de Tecnologia de ponta, nós temos que estar vendo o que é que está acontecendo nessas feiras. Eu consegui autorização do ex-Presidente Garibaldi e mandamos uma Comissão do Senado para a feira mais importante do mundo, que acontece em abril em Las Vegas. V. Exa., junto com o Lobão Júnior, poderiam também conversar com o Presidente Sarney para que mandássemos uma Comissão para essa feira, porque lá nós temos tudo de tecnologia, de televisão, de comunicação, de rádio que está acontecendo. Não adianta você achar que você vai ler, você tem que ver, sendo que nós conseguimos, no ano passado, a autorização do Presidente Garibaldi para isso. Então eu queria que V. Exa. se dedicasse para ver se uma Comissão nossa de quatro, cinco Senadores, vai a essa feira para poder trazer as informações de ponta do mundo para a nossa Comissão.

Mas essa Comissão entregue, eu tenho aqui o Senador Camata também, que é um homem que começou na comunicação como radialista e, com isso, conseguiu passar o seu pensamento para o povo, foi um grande Governador. Eu não o conhecia, tive um momento que eu passei--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Você não era nascido ainda.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, eu já tinha nascido, porque eu estive no Espírito Santo quando V. Exa. era Governador e eu vi o carinho do povo, eu nem conhecia V. Exa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [Pronunciamento fora do microfone]

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas eu, realmente, vi o grande governo que o Senador Camata fez na época de Governador e isso é fruto de informação, de passar as suas ideias para o povo e o povo acreditar nas ideias e está aí toda a história do Senador Camata, eu não vou ficar aqui contando a história do Senador Camata, porque realmente ele é respeitado.

Mas está bem entregue essa Comissão. Tem uma assessoria muito boa, Presidente. As pessoas que foram nomeadas, com certeza V. Exa. também tem que nomear algumas pessoas de confiança também para poder atuar junto a V. Exa., mas os membros que agem nos bastidores, que muitas vezes não aparecem, nós que somos Senadores é que aparecemos mais, mas é uma equipe competente, entende do sistema, organizada, responsável. Procura sempre, como é uma Comissão nova, a gente tem que despertar os interesses, esse grupo trabalha por gostar e, também, por responsabilidade, mas faz bem feito. Eu até às vezes com a Egle(F), que coordena a equipe, ela despachava comigo até quase no Plenário, porque têm muitas coisas que acontecem rapidamente nessa Comissão.

Mas me sinto muito feliz, do fundo do coração, em ter V. Exa. e o Lobão Júnior à frente dessa Comissão. Então eu desejo sorte, porque na vida você pode ser responsável e trabalhar muito, mas se não tiver um pouco de sorte não adianta. Aliás, muita sorte. E V. Exa. tem sorte e o Lobão Júnior também. Então a nossa Comissão também terá muita sorte.

Um grande trabalho para os senhores e espero que sempre possa ouvir também algumas pessoas que são os assessores, que muitas vezes não aparecem também, mas estão aqui sempre prestigiando a Comissão, presente, que trazem informações do que está acontecendo no mercado para nós da Comissão. Isso é importante. Muitas vezes acham que é lobby. Não é lobby não. Essas pessoas trazem o que está acontecendo. Nós não temos, como Senadores, que entender de tudo. É difícil, Senador Flexa, V. Exa. sabe disso, o Lobão Júnior também. Então essas informações têm que chegar, nós temos que ter tranquilidade de receber as pessoas no nosso gabinete e conversar. Isso aí, cada um tem a sua própria segurança. Eu sempre recebi pessoas para passar informações do mercado para a gente, porque não há, Senador Flexa, na Comissão de Tecnologia é muito rápido. A questão é uma informação atrás da outra, muda o modelo a todo momento. Eu ficava doido, quando eu achava que era numa linha já tinha mudado para outra. Era chinês, japonês, europeu, americano. Abre, vamos abrir o modelo japonês, vai ser o modelo japonês de TV digital por quê? Porque vai abrir uma fábrica aqui para que possamos também dominar a tecnologia. Todas essas negociações acontecem.

Então eu desejo boa sorte para os senhores, tenho um carinho e sou membro dessa Comissão, quer dizer, vou estar aqui com os senhores. Boa sorte então.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, eu agradeço a manifestação de V. Exª, V. Exa. que, pela experiência, como eu disse, conduziu essa Comissão ao longo desses dois últimos anos, sabe das dificuldades que teremos para dar sequência ao trabalho. Mas V. Exa. nos deseja mais do que sorte, eu tenho certeza absoluta, porque V. Exa. será um Senador presente, que estará conosco relatando os projetos, estará conosco nos incentivando e nos dando o apoio para que possamos, realmente, fazer com que a Comissão possa evoluir no sentido de colocar o Brasil na posição de destaque junto à questão de tecnologia, como V. Exa. diz, que muda a cada momento. V. Exa. representa aqui, além de representar o nosso querido Estado de Minas Gerais, V. Exa. também é o suplente do nosso Senador Ministro das Comunicações Hélio Costa, que tem conduzido o Ministério das Comunicações dentro de uma competência, dentro de colocar o Brasil, como o fez, na questão da implantação do sistema digital e dando a oportunidade a que o Brasil possa estar ao lado dos países tecnologicamente considerados de primeiro mundo. Então nós daremos sequência ao trabalho de V. Exa. também no apoiamento às ações do Ministro Hélio Costa à frente do Ministério das Comunicações.

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pois bem, Sr. Presidente. Então eu quero, primeiro, agradecer as palavras do Wellington Salgado e cumprimentá-lo pelo trabalho que ele fez aqui. Ele foi o fundador dessa Comissão, ele foi o primeiro Presidente, ele estabeleceu os alicerces de estabelecimento da Comissão, se dedicou ou a ela e merece os nossos agradecimentos e os nossos cumprimentos. Cumprimentar a V. Exa. que eu tenho certeza que vai continuar junto com o Lobão Filho esse trabalho, que é importantíssimo nesse momento Brasil o Brasil.

Dizer a V. Exa. que eu estou até emocionado porque *tempus fugit* diziam os latinos. Quando eu cheguei aqui essa Comissão era da Comissão de Educação e o Senador mais velho que presidiu foi o Senador Afonso Arinos, de santa memória, há vinte e dois anos, e chegou o dia de eu presidir uma sessão como o Senador mais antigo aqui. Graças a Deus.

Eu queria, então, dizer o seguinte: nós vamos ter muito trabalho aqui e eu vou pedir logo uma pauta de trabalho a V. Exa. Primeiro, concordando com V. Exa. O trabalho que o nosso colega Senador Hélio Costa está fazendo no Ministério das Comunicações é exemplar, moderno, avançado, um Ministro que anda com o pé no futuro, quer dizer, o pé no chão e a cabeça no futuro, ele está antevendo as coisas que estão acontecendo. E o episódio que ocorreu aqui, quando ele veio com a ideia de pegar o sistema japonês e adaptar, eu disse: "Está inventando a roda". Pois ele adaptou e agora aconteceu o episódio que a Argentina foi comprar o modelo japonês, os japoneses falaram: "Pega o do Brasil que está melhor do que o nosso", quer dizer, avançou. Ele convocou cientistas, professores, professores de universidades do Rio Grande do Sul, UNICAMP, USP, UERJ do Rio e conseguiram avançar no sinal de compressão dos sinais de HD e fazer com que a nossa televisão hoje digital seja a mais avançada no mundo. Se baseou num sistema e evoluiu em cima dele. V. Exa. citou e o Wellington citou o avanço da Internet, os pontos de Internet nas escolas públicas brasileiras. Todas vão ser alcançadas. Isso é um passo importante que o Ministro está dando.

Mas hoje os jornais publicam que a ONU declara que o telefone mais caro do mundo é o do Brasil. V. Exa. podia destinar um grupo de trabalho, não só em Subcomissão, mas convocar dois ou três técnicos com assessoria boa que essa Comissão tem, fazer um tudo para saber por que é que o mais caro. É a Companhia, são os tributos que pesam, por quê? Mas também se sabe que a energia elétrica do Brasil é o dobro da energia elétrica dos Estados Unidos. Por que é que é o dobro? O contribuinte precisa saber, a pessoa que paga precisa saber. Por que é que nós passamos o dobro de energia elétrica com todo o potencial hidráulico que nós temos? Por que é que é mais cara que a dos Estados Unidos e a tarifa telefônica é a mais cara do mundo? Nós não somos o país de maior renda per capta do mundo. Não é possível. Essas coisas nós precisamos estudar.

Outro problema que nós temos que ver, o nosso Código de Telecomunicações, é o que V. Exa. disse, com a velocidade ele está defasado. Ele foi feito há uns quinze anos atrás, vinte? 62?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele é de 62.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): 62, acabou. Veja V. Exa. que hoje em dia a Internet joga imagem de televisão, tem TV a cabo para lá, outra televisão, as telefônicas estão jogando imagem de televisão. Mudou tudo e nós ficamos engessados num Código antigo. Nós temos que produzir, e aí V. Exa. poderia já designar um outro grupo de técnicos, com juristas, para se fazer... Eu estive no FAA(F) americano e vi lá, eles sugerem o seguinte: Não façam Leis. Nessas tecnologias rápidas, se você faz uma Lei, você engessa a tecnologia. Faz uma Lei geral e, por Portarias, as novidades que forem chegando, os avanços tecnológicos, vão sendo regulamentados por Portarias como, por exemplo, a portabilidade dos celulares. V. Exa. e o Hélio conseguiram, o Ministro Hélio, conseguiu fazer isso em três meses. Se fosse para uma Lei V. Exa. iria demorar uns três anos e olha lá se conseguia. A regulamentação de direitos autorais. Por exemplo, eu comprei hoje, no celular, uma Bíblia por meio dólar, uma Bíblia inteira para ler. Nove livros por noventa centavos. E o direito autoral desses autores, quer dizer, essas coisas todas que vão chegar rapidinho, nós vamos comprar daqui um pouco tudo isso daqui pelo telefone, vai ser um abalo violento para as editoras, vai ser uma enorme economia de papel, mas os direitos autorais vão ter que começar a ser preservados, porque se eu quiser daqui, eu distribuo para o celular de V. Exa. a Bíblia e os livros todos que eu comprei e que vão chegar de graça.

Então essas coisas todas, a gente já tinha que estar um pouco com o pé avançado, pedir a colaboração do Ministro que tem também um ótimo plantel de técnicos e juristas que cercam o Ministério, para a gente avançar junto com ele para que essas Leis... Por exemplo, a definição de crimes da Internet, nós temos que avançar um pouco. O Senador Eduardo é o autor do projeto, está na Câmara parado, mas avançamos e paramos lá. Todas essas coisas precisam da nossa atenção nesse momento. Talvez aqui, o Wellington falou bem, nós estamos com o pé no chão e a cabeça no futuro e o objetivo nosso é exatamente nos cuidarmos para que nunca sejamos surpreendidos, bem surpreendidos pelas novas tecnologias, mas não surpreendidos pelo mau uso dessas novas tecnologias.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gerson Camata, eu quero agradecer as palavras de V. Exa. e dizer que V. Exa. já começou nos ajudando em dois assuntos que desde agora eu quero dizer que vamos instalar este grupo de Senadores da Comissão para que nós possamos dar a resposta à sociedade brasileira. A mídia tem colocado, ao longo desses últimos dias, essa questão da telefonia móvel e telefonia fixa como sendo a tarifa mais cara do mundo. Então V. Exa. tem toda razão de que nós temos a obrigação aqui de esclarecer, ver por que essa é a tarifa mais cara. Se são os tributos, se realmente o mercado faz com que esse preço seja nesse nível ou se as empresas estão com, eu não digo oligopólio, mas com uma margem que possa ser revisada.

Então V. Exa. tem toda razão, vamos já na próxima semana instalar tanto este grupo quanto o grupo que V. Exa. fez referência com relação às plataformas, que hoje a Lei em vigor, ela data de quarenta, quarenta e cinco anos atrás, onde não existia, estava se dando os primeiros passos a nível do sistema de computação. Hoje não. Hoje não se define mais por onde caminhar a nível de telefonia ou de radiodifusão ou de comunicação, quer dizer, hoje as questões já estão convergindo tecnicamente.

Então nós vamos ter que enfrentar isto, gerar um novo marco legal para que possamos ter a tranquilidade e a garantia jurídica para que os empreendimentos, os empreendedores que atuam nessa área possam ter a tranquilidade de que a legislação brasileira lhe dá uma segurança nos investimentos que farão em nosso país. Desde já acato as sugestões de V. Exa. e faremos a indicação dos dois grupos de trabalho a partir da primeira Reunião da próxima semana.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo e, em seguida, o Senador Vice-Presidente Edison Lobão Filho.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu quero, primeiro, cumprimentar o Senador Wellington, que exatamente fez toda a organização dessa Comissão nesse trabalho que tivemos aí durante dois anos, cumprimentar o Senador Camata que presidiu essa Reunião e cumprimentando o nosso novo Presidente, o Senador Flexa Ribeiro, o nosso novo Vice-Presidente, o Lobão Filho.

Essa Comissão realmente cresce de importância na medida em que a tecnologia vai fazendo parte do dia-a-dia da vida das pessoas. Eu saí ainda um pouco antes para receber o Presidente da Boeing Internacional que está aqui em visita ao Brasil e exatamente ele comentava que os dois problemas maiores que desafiam hoje a segurança nos Estados Unidos são os homens-bomba e o cyber crime, o crime cibernético, são os dois problemas maiores que eles veem hoje, quer dizer, então esse crime tecnológico tem um potencial de dano muito maior até do que o crime que é feito manualmente. Já no Brasil hoje a perda, o roubo de dinheiro por meios eletrônicos é maior do que o roubo de agências, há alguns anos já está acontecendo isso, crescendo cada vez mais.

Então é um desafio grande, quer dizer, o desafio de usar bem a tecnologia, usar a tecnologia para a população na área de saúde, na educação, nas comunicações. Veja que no passado, não tão distante assim, nós tínhamos uma demanda nas cidades que era demanda por luz elétrica. Hoje a demanda é por Internet, a demanda é por telefonia celular, porque a comunicação é fundamental no dia-a-dia.

Então eu quero também desejar sucesso e manifestar o meu compromisso de estar aqui sempre presente discutindo os temas de interesse da tecnologia brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Azeredo. V. Exa. terá uma participação muito importante. V. Exa., como eu disse, hoje é consultado a nível mundial para que possa--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mundial não, só a nível de Brasil está bom, mundial não.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem ido fazer a apresentação do projeto que V. Exa. em tão boa hora apresentou ao Congresso Nacional, tem ido fazer a apresentação do seu projeto em vários países, em vários seminários, em vários encontros.

Como V. Exa. diz, o crime hoje cibernético é hoje, sem sombra de dúvidas, lamentavelmente, um crime que precisa ter, também, uma forma de ser combatido. Para ser combatido, precisa ser identificado quem pratica o mal feito, e V. Exa. está caminhando nessa linha com propostas concretas para isso. Tenho absoluta certeza que V. Exa., apesar de ter assumido a responsabilidade de presidir a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, vai ter uma participação importante aqui na Comissão também de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e informática. Eu agradeço a V. Exa. Com a palavra o Senador Edison Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Antes do Edison não teria como eu fazer uma saudação? O senhor, como Vice-Presidente, não quer falar por último não?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Está franqueada a palavra ao Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado pela atenção. Todos estão dizendo, Flexa, aí no Senado, que nós teremos pouca oportunidade para falar aqui na Comissão. Eu tenho dito que não, que não é verdade isso, entendeu? [risos] Nós teremos muita chance de nos expressarmos aqui nessa Comissão, haja vista essa primeira Reunião, todo mundo falando. Parabéns, porque o senhor quebrou uma expectativa que tinha de que nós não falaríamos.

Eu quero parabenizá-lo, parabenizar o Senador Lobão Filho. Eu já era membro da Comissão, continuo membro da Comissão, uma Comissão importantíssima, dois temas importantes, então parabéns a V. Exa. e ao Vice-Presidente e me coloco à disposição para que a gente possa enriquecer cada vez mais o debate aqui nessa Comissão. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Casagrande. Quero parabenizá-lo também por ter assumido a presidência da Comissão de Meio Ambiente, Controle e Fiscalização do Senado Federal, tendo como vice o Senador Cícero Lucena. Eu também compartilho com V. Exa. da Comissão e vamos trabalhar com a sua colaboração aqui e com a minha colaboração lá. Prometo a V. Exa. que não usarei da palavra lá na sua Comissão e também aqui serei bastante conciso. Com a palavra o Senador Edison Lobão Filho.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, antes do Vice-Presidente eu gostaria de também dar uma palavrinha--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --de reconhecimento à eleição de V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --E do Senador Lobão Filho. V. Exa. que é um Senador dos mais ativos nesta Casa, sempre procura uma oportunidade de participar dos debates, da elaboração de projetos. É um homem que está sempre presente em todos os grandes acontecimentos do Senado Federal. Por isso, mais do que justa a sua eleição. Temos certeza que teremos aqui uma salutar convivência com o Senador Lobão Filho, homem lá do Maranhão, que conhece as comunicações como ninguém, um empresário bem sucedido e que vem dar a sua contribuição, o seu contributo, a sua experiência para o bom desenvolvimento dos nossos trabalhos.

Eu gostaria de dizer que fui indicado hoje e, infelizmente, por essa condição, eu não pude votar nos senhores, vez que a minha indicação vai ser lida no Plenário hoje à tarde. Entretanto, sinta-se como se eu tivesse votado, porque o meu coração ia nessa direção mesmo que eu não fosse membro dessa Comissão, torcendo por V. Exa., pela sua vitória, porque V. Exa. merece essas nossas homenagens ao lado do Senador Lobão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado ao Senador Antonio Carlos Valadares. A amizade que nos une é comprovada agora pela demonstração de carinho de V. Exa. e conto com V. Exa. nos trabalhos da Comissão. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, minhas palavras serão bastante breves. Primeiro para cumprimentar a essa Comissão, ao partido que indicou também V. Exa. e o Vice-Presidente Lobão filho, dizer da minha alegria de ser membro dessa Comissão e, consequentemente, me colocar à Comissão para que juntos possamos corresponder à verdadeira missão dessa Comissão, que é uma Comissão bastante nova, foi implantada pelo Senador Wellington Salgado, que eu aproveito aqui para dar o meu testemunho, o meu reconhecimento e até agradecimento pela condução dele como Presidente dessa Comissão ao lado de toda a equipe técnica que compõe essa Comissão, que colabora muito para que ela possa fazer o trabalho no nível da responsabilidade que ela tem.

Dizer da minha tranquilidade, porque eu sei que as diferenças do senhor com o Senador Wellington Salgado são poucas. Talvez a altura, cabeleireira, mas, sem dúvida nenhuma, o objetivo, o sentimento público é muito coincidente e, consequentemente, essa Comissão será muito bem conduzida pelo Presidente e pelo Vice-Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado ao Senador Cícero Lucena. Realmente há uma diferença visual bastante importante, a partir de agora, em relação à Sessão Legislativa anterior, mas com certeza absoluta com ganho para a atual. É muito mais saudável esteticamente do que era anteriormente com o nosso eterno Presidente. Senador Edison Lobão Filho para que possamos encerrar a Sessão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Eduardo Azeredo, obrigado pelas palavras gentis, Senador Wellington Salgado, Senador Cícero Lucena, Senador Antonio Carlos.

Eu quero, antes de mais nada, fazer um agradecimento especial ao ex-Presidente, o Senador Wellington Salgado, que declinou de sua posição nesta Comissão de Ciência e Tecnologia em meu favor. Muito obrigado, isso demonstra o civismo, a sua civilidade em relação aos seus parceiros, aos seus pares. Obrigado e eu espero, nesta Vice-Presidência, dar continuidade ao seu trabalho com a competência que V. Exa. demonstrou ao longo desses dois últimos anos.

Quero afirmar ao meu companheiro, Senador Flexa Ribeiro, primeiro, da minha amizade a V. Exa., que já é sabida por V. Exa. Em segundo, que estaremos juntos de forma simbiótica aqui nesta Comissão, juntos para o que der e vier para juntos podermos dar a nossa contribuição ao nosso país.

Quero só fazer um último registro da importância desta Comissão no atual cenário brasileiro, uma Comissão que vai privar, que vai lutar, melhor dizendo, pela produtividade do nosso país, porque a produtividade se avança com tecnologia, com ciência, e devido à importância que as telecomunicações têm hoje no cenário brasileiro e mundial, esta Comissão mais ainda se faz necessária, se faz presente. Que através do nosso trabalho legislativo nós possamos mudar para melhor e de forma rápida e eficiente a realidade brasileira. Eu acho que teremos todas as condições, aqui nesta Comissão, de dar esta contribuição e tenho certeza que estaremos sob um comando justo, eficiente, competente nas mãos do Presidente Flexa Ribeiro. Eu espero poder, junto com V. Exa., levar adiante esse plano e, ao final de dois anos, podermos estar juntos comemorando o sucesso que iremos auferir nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço ao Senador Edison Lobão Filho e, como eu disse, vamos conduzir os trabalhos desta Comissão nessa Sessão Legislativa de forma compartilhada. Não haverá Presidente e Vice-Presidente. Nós estaremos trabalhando em conjunto com

os nossos pares, membros da Comissão, para que possamos levar a cabo todas as missões que até aqui nos forem dadas.

Eu encerro esta Sessão agradecendo, mais uma vez, ao meu partido, na pessoa do nosso líder Senador Arthur Virgílio, pela indicação do meu nome para a presidência desta Comissão, e dos nossos pares, membros da Comissão, que nos elegeram pela unanimidade dos votos que foram sufragados. Eu encerro convocando a Sessão Extraordinária, a 1ª Sessão Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para a próxima quarta-feira, dia 11, às oito e trinta da manhã. Está encerrada a Sessão.

ATA DA 02ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2009.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia onze de março de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Gerson Camata, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, Efraim Morais, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, Valter Pereira, Valdir Raupp, Marco Maciel, Kátia Abreu, Eduardo Azeredo, Fernando Collor e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Geraldo Mesquita Júnior, José Agripino e Patrícia Saboya. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2008,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Acrescenta art. 1°-A ao regulamento a que se refere o decreto n° 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de leiloeiro ao território da república, para dispor que se aplicam as disposições do regulamento aos leilões celebrados por meio da rede mundial de computadores." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o parecer favorável, na forma da emenda nº 01-CCT (Substitutivo), é aprovado. **Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº. 88, de 2008,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luiz Bittencourt, que "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da administração pública; e dá outras providências." O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer favorável é aprovado. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 228, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasil de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lagoa Grande, estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 326, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Vale do Rio Pires para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Pires, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 333, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Monte Pascoal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabela, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 334, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Ideal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Avante Lençóis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lençóis, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 352, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Baianópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baianópolis, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 489, de 2007,** de caráter termi-

nativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Santiago FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 330, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Telecomunicações Delfim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 338, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga Autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Verê para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Verê, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Milano FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cianorte, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº**. **322, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Municipal de Assistência Social - AMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Abaeté, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 324, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Simonésia, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 327, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Futura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Comendador Gomes, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 304, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Jovem de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cabixi, Estado de Rondônia." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 305, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Aquidauana Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Monte Negro, Estado de Rondônia." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 72, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádiodifusão para desenvolvimento artístico e cultural de Ouro Fino para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 249, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cabo Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurupi, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 307, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Produtores Rurais do Vale do Rio Preto - APRLVARP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida do Rio Negro, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 336, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 337, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em

onda média na cidade de Pedro Afonso, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 342, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio a Educação, Saúde, Segurança, Esporte, Lazer, Cultura, Turismo e Meio Ambiente às Associações de Bairros de Miracema do Tocantins - TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 345, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Peixe, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 346, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à ONIK Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Miguel do Tocantins, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 349, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatins, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 87, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Ponta Porã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 332, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre - CDDHEP-AC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Branco, Estado do Acre." O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 354, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Nortão Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Borba, Estado do Amazonas." O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Renato Casagrande requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimentos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº. 01, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Nos termos do disposto nos incisos V e IX, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos, separadamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros da Ciência e Tecnologia, **Sergio Machado Rezende** e das Comunicações, **Hélio Costa**, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas, para os próximos dois anos". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº. 02, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que " Nos termos regimentais, seja feita comunicação conjunta oriunda desta Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, a Excelentíssima Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff e ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia Senhor Edison Lobão, manifestando o entendimento das duas Comissões de que é oportuna e conveniente a utilização de aquecimento solar da água das residências populares a serem construídas no âmbito do programa de construção de casas populares anunciado recentemente". O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, as seguintes matérias da pauta: **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 258, de 2008, Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 260, de 2008, Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 261, de 2008.** Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e vinte e um minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira**, **Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data 11 de março de 2009, submeto à apreciação do Plenário à dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com seus termos permaneçam como se encontram, aprovado.

A Ata será publicada no diário do Senado Federal.

Comunico a V. Exª.s que recebi o aviso nº. 177-Gabinete da Presidência/TCU datado do dia 19 de fevereiro último, pelo qual Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Contas da União, Sr. Ubiratan Aguiar nos encaminhou cópia do despacho exarado em 10/02/2009 pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, Relator do processo número TC-027.077/2006-4, que trata de representação acerca de supostas irregularidades ocorridas na concorrência 13/1998-SSR/MC que teve por objeto a outorga de permissões para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada para diversas localidades do Estado de Minas Gerais. Cópia da matéria acima mencionada encontra-se à disposição de V. Exª.s na secretaria desta Comissão.

Srs. Senadores, nesta primeira reunião, segunda reunião, a primeira da eleição da direção da Comissão, nós queremos informar a V. Exª.s que estamos com requerimento que em extra pauta eu coloco à apreciação de V. Exª. para a inclusão, o requerimento que trata do convite aos Srs. Ministros da Ciência e Tecnologia, Dr. Sérgio Machado Rezende e das Comunicações, Senador Hélio Costa para que eles venham até ao Plenário da Comissão para que possam expor aos membros os seus planos de trabalho para o biênio 2009/2010, esse é o termo do requerimento que coloco apreciação para inclusão extra pauta, os que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

O requerimento, como eu disse, trata do convite aos dois Ministros, eu já os contatei por telefone e estamos agendados para na próxima reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nós possamos ter a presença do Ministro Sérgio Machado Rezende, no próximo dia 18 e na reunião da semana seguinte do dia 25, teremos a presença já confirmada também do Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa. Então, os Srs. Senadores, Sras. Senadoras poderão ter nessas ocasiões as informações do plano de trabalho dos dois ministérios que com certeza absoluta irão enriquecer as informações da Comissão e também pautar o nosso trabalho nesse biênio.

Eu tenho absoluta certeza que é uma unanimidade que as atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação são, e a sua incorporação ao processo produtivo nacional são capazes de gerar produtos com maior conteúdo tecnológico e valor agregado e a questão da Ciência, Tecnologia e Inovação é fundamental para a reversão das desigualdades sociais e regionais. O que se observa no Brasil, lamentavelmente, ainda hoje é o investimento muito aquém das necessidades em Ciência e Tecnologia, o Brasil investiu em 2005 menos de 1% do seu PIB quando países já desenvolvidos, como é o caso do Japão e Estados Unidos, Japão investiu 3.33% do PIB, Estados Unidos 2.62, a Suécia 3.89, a Coréia do Sul 2.99.

Eu acho que... Queria propor a V. Exª.s que nós pudéssemos também abrir uma discussão no sentido de garantir esse, o aporte contínuo de recurso suficiente e vedar, Senador Marco Maciel o contingenciamento das verbas dos fundos setoriais, esses fundos setoriais não só na Ciência e Tecnologia como também nas Comunicações e outras na Infraestrutura, eles têm uma destinação específica das suas receitas, e lamentavelmente eles estão sendo utilizados pelo governo para fazer pagamento do serviço da dívida, ou questão do superávit primário. Então, essa é uma questão que eu queria nesse primeiro momento, em que nós abrimos os trabalhos da Comissão, que nós pudéssemos discutir de forma aberta com o Legislativo e o Executivo a forma de que esses fundos sejam, realmente, não contingenciados, porque no momento de crise como hoje, o próprio governo já reconhece, apesar de até então não ter aceitado, lamentavelmente que a crise atingiria o Brasil, hoje, em função do PIB do quarto trimestre do ano passado, uma queda de quase 4%, já o próprio Ministro da Fazenda já reconhece que o crescimento do país agora em 2009 será próximo de zero. Deus queira que não haja um crescimento negativo. Então, no momento de crise e que pode gerar oportunidade o investimento em Ciência e Tecnologia e Inovação é da maior importância. Então, nós temos que fortalecer os fundos setoriais para o que Brasil possa efetivamente através da inovação buscar os caminhos para retomar o desenvolvimento.

Nós pretendemos com o apoio de V. Exª.s. fazer um mapeamento da produção científica no país, dos incentivos de pesquisa e desenvolvimento e dos entraves. Analisar, fazer a análise da relação entre as instituições acadêmicas e as empresas, há também

aí um bloqueio muito grande, não há uma interação entre a academia e o setor produtivo. Então, é necessário que a gente busque meios de que essa muralha existente entre esses setores que tem que interagir, tem que estar em sintonia possam ser quebradas, esse também acho que é um trabalho que nós temos que trazer a discussão da Comissão. E estudar, fazer o estudo das experiências nacionais e internacionais bem sucedidas. Ou seja, importar exemplos exitosos que possam ter já, terem sido implantado em outros países e também é fazer com que possamos promover e produzir conhecimento no Brasil, ao invés de exportar talentos, como eu tenho dito, exportar os conhecimentos, fazendo com que os nossos talentos permaneçam produzindo em nosso país.

Senador Gerson Camata, na reunião da semana passada, ele propôs que a Comissão instalasse um grupo de trabalho para analisar a questão que foi trazida pela mídia, que a união internacional de telefonia divulgou que os serviços telefônicos brasileiros, tanto o fixo quando o móvel, são os mais caros do mundo, então, o Senador Gerson Camata trouxe na reunião de implantação da semana passada essa questão propondo a criação de um grupo de trabalho. Eu trago a proposta do Senador Gerson Camata que coloco agora em apreciação por V. Exª.s., para que possamos efetivamente já, hoje, implantarmos esse grupo de trabalho e que eu quero sugerir, já concedo a palavra, eu quero sugerir que seja agregado a questões da telefonia móvel também o acesso à banda larga, porque o Senador Camata dizia que Vitória, Espírito Santo, disponibiliza 1 mega de velocidade, não é? E Brasília 32 megas. Então, eu dizia a ele que há publicidade na televisão já oferecendo 10 megas no Pará e ele dizia que a legislação permite que você ofereça 10 e atenda com 10% do que oferece. Ou seja, oferece 10 e atende com um. Então, essa questão também precisa ser agregada na discussão, e eu propunha, Senador Gerson Camata, que esse próprio grupo de trabalho faça também a análise da questão do acesso à banda larga que é acho que uma ação que nós temos que levar avante no sentido de dar a condição de acesso à banda larga em todo o território nacional e não só nos municípios ou nas mais desenvolvidas ou nas capitais. Então, eu propunha e coloco à apreciação de V. Exª.s. a instalação desse grupo de trabalho. Quem esteja de acordo permaneça como se encontra. Aprovado.

E eu quero propor que o Senador Gerson Camata, autor do requerimento, mesmo que oral, que ele presida esse grupo de trabalho, Senador Gerson Camata e o Senador Cícero Lucena que componham, então, o grupo de trabalho que passa a ser instalado. O Senador Casagrande, melhor dizendo e o Senador Cícero Lucena. Senador Gerson Camata com a palavra.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu não faço questão de presidir não, fica parecendo que eu propus a criação do trabalho para virar Presidente, de modo que qualquer outro companheiro tanto o Cícero Lucena quando o Casagrande decidirem presidir eu também estou disposto a colaborar. A outra coisa que eu vou pedir a V. Exª. e aí vou fazer por escrito, é que nós precisamos, eu vou ver se a gente requisita um bom técnico do Ministério das Comunicações, um bom técnico aqui do Senado para trabalhar junto com a gente para que a gente possa ter um avanço bem técnico sobre esse problema tanto do preço quanto da assistência de banda larga em alguns estados brasileiros que estão sendo discriminados. E uma outra coisa que nós vamos examinar nisso aí também é, porque quando privatizou, as Comunicações foram privatizadas, eu procurei, então, o Ministro Sérgio Cota, para dizer que ele estava criando os estados centrais e os estados periféricos, o Espírito Santo foi considerado o estado periférico. Eu propus que não houvesse a privatização em blocos, por exemplo, no Espírito Santo havia empresas que se dispunha a comprar a empresa telefônica local como tinha na Bahia que comprava a local, ele fez esses grupões enormes e aí entraram essas grandes empresas multinacionais, o que não é bom para o Brasil. Até hoje não está sendo, porque elas estão cada vez concentrando mais, e veja V. Exª., então, alguns estados, por exemplo, no Espírito Santo aquele 102 de informações não é no Espírito Santo, então, quando a gente liga para pedir uma informação tem explicar: *"Olha eu estou no Estado do Espírito Santo, na cidade de Vitória, no bairro tal".* Explicar bem onde que você está pedindo a ligação. Os cariocas tem o dele, o paulista tem o dele, a Bahia deve ter o dele, são os estados centralistas, os periféricos, nem o direito de ter o serviço de informação, call center, no seu estado que criaria empregos no seu estado, daria trabalho no seu estado e deixaria uma parte da vultosa arrecadação dessas empresas no próprio estado da onde elas tiram esse dinheiro. Esse assunto também eu acho que nós devemos focar para ver porque é que esses serviços são prestados dessa maneira, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Camata.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E V. Exª. terá todo o apoio necessário para que o grupo de trabalho que V. Exª., secretaria faz aqui uma observação, V. Exª. não quer presidir, mas coorde-

nará o grupo de trabalho e tenho absoluta certeza que nós chegaremos ao esclarecimento que a sociedade brasileira busca saber por que os custos da telefonia são tão altos no nosso país com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª. a inversão da pauta para que o item dois fosse votado primeiro, é um item não terminativo, eu prometo relatá-lo em 3 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exª., coloco a solicitação do Senador Demóstenes, apreciação de V. Exª. para a alternância da pauta colocando em primeiro o item dois.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Posteriormente votaríamos o item que eu sou Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprovado. Vamos só concluindo aqui as Comunicações, dizer também que daremos continuidade aos assuntos que estavam em pauta, na sessão legislativa anterior, na presidência competente do Senador Wellington Salgado sobre os novos modelos de negócios na área de comunicação, novos atores na produção e distribuição de conteúdo audiovisual, proteção às empresas nacionais de conteúdo, reservas de espaço para a produção regional dependente e independente, a necessidade de discutirmos uma nova Lei de comunicação social, o processo de implantação da TV digital no país, a TV pública.

E conversava há pouco com o Senador Antonio Carlos Júnior, retomamos, para retomarmos a apreciação dos projetos de decretos legislativos de outorga a renovação e autorizações para a radiodifusão e a necessidade de darmos continuidade à revisão e atualização da norma que rege à deliberação pelo Senado que data de 1992. E também a participação ativa do Senado na Conferência Nacional de Comunicação a ser realizada em dezembro, em nosso país.

Vamos dando segmento a essa reunião passemos ao item dois da pauta pela inversão aprovada por V. Exª., com a palavra o Senador Demóstenes Torres para relatar o projeto que altera a Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 que regulamenta o inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição Federal. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse é um projeto apresentado pelo Deputado Luiz Bittencourt, que tem como único objetivo modificar a Lei de Licitações, para obrigar que todos os procedimentos referentes a licitações sejam colocados na internet. É um projeto muito bom, muito simples e ainda coloco uma ressalva. "Nos municípios abaixo de 20 mil habitantes que não tem condição ainda de fazer o serviço de informática fica dispensada essa obrigatoriedade enquanto o município não instalar esse próprio serviço".

O Senador Flávio Arns, viu aqui uma inusualidade, digamos assim, no art. 3º, por quê? Porque diz que a lei entra em vigor na data da sua publicação, quando a praxe é até uma chamada *"vacatio legis"* de 90 dias. O Senador Flávio Arns, então, propôs uma emenda, eu ponderei com ele o seguinte, o projeto é tão bom que se nós modificarmos isso agora, o que vai acontecer? Volta para a Câmara e vai ser aprovado só daqui a 3, 4 anos. Se for aprovado. Então, o próprio Ministério da Justiça pode se encarregar de protelar um pouco a sua entrada em vigência, não é, para que plenamente, para que os o sites da Receita Federal que era preocupação do Senador Flávio Arns, para que os sites possam ser atualizados. Eu acredito que o mal menor aqui será a aprovação do projeto, eu voto favoravelmente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Demóstenes Torres, coloco em discussão o parecer. Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu considero um projeto importante. O projeto do Deputado Luiz Bittencourt caminha no sentido da transparência, eu acho que a transparência é um instrumento fundamental para que a gente possa combater a impunidade, talvez seja o melhor instrumento para que a gente possa combater a impunidade. Então, nós tivemos uma discussão recentemente na Câmara com a publicação dos dados da verba indenizatória, o Presidente Sarney tomou medida de dar publicidade com todos os dados naturalmente de notas fiscais, de prestação de serviço aqui no Senado e nós precisamos fazer com que todos os órgãos públicos, todos os entes da federação tenham o compromisso de dar publicidade dos seus atos de licitação, e dar publicidade de todos os gastos, valores para que a sociedade tenha conhecimento dessas informações. E não há mais razão, eu acho que são poucos os municípios, viu, Senador Demóstenes? Que não tem hoje, talvez acho que todos tenham, a rede mundial de computadores, então nós estamos aqui para dizer que aprovamos com louvor a proposta, é bom fazermos justiça, tem um outro projeto tramitando também na Câmara dos Deputados, aprovado pelo Senado, o projeto é mais completo, mais um não pode atrapalhar o outro, que trata também, que é projeto do ex Senador Capiberibe que trata do projeto Transparência que o Senador já aprovou.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É verdade, eu fui Relator inclusive.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor foi Relator e está na Câmara para a Câmara aprovar, e nós estamos definindo esse projeto como um projeto importante. Senador Demóstenes, essa obrigatoriedade atinge a todos os poderes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A todos os poderes. Todos os poderes, todo mundo que licitar tem que divulgar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Trata só da licitação.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só da licitação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O projeto que está lá é bem mais amplo, um não impede e não interfere e não exclui o trabalho e o efeito do outro. Então, eu acho que nós poderíamos ser mais... Ter um nível de complexidade maior nessa votação eu concordo com Senador Demóstenes se nós aprovarmos aqui e alterarmos aqui, volta para a Câmara e a gente não tem essa lei aprovada. Se não caminhamos o trecho todo, mas caminhamos um pedaço do trecho, nós vamos aprovar, vamos votar, e vamos dar continuidade ao projeto do Senador Capiberibe que está lá na Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Senador Gerson Camata, com a palavra, Senador.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Há um registro muito interessante feito pelo Relator que é quase uma curiosidade, o Senador Demóstenes que é um jurista vai achar muito interessante e já deve ter achado. Através de uma lei nós estamos emendando um decreto do Presidente Getúlio Vargas de 1932 quando o Legislativo estava fechado, mas a Constituição de 88...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Decreto-lei era como se fosse uma lei, foi origem da Medida Provisória.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E a Constituição de 88 reconheceu isso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Nós estamos fazendo aqui uma coisa que poucas vezes acontece com uma lei, o Senador Renato Casagrande registrou isso, estamos emendando um decreto-lei e legitimando, portanto, ainda mais, é só uma curiosidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Gerson Camata.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Crivella com a palavra para discutir.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu, embora tenha chegado agora, eu quero manifestar aqui o meu interesse de nós podermos aprovar nesse momento da vida nacional, um projeto como esse. Veja como o Senado Federal, aqui debaixo das nossas barbas está sendo hoje vítima de denúncias que nem nos nossos mais, eu diria tenebrosos pesadelos, nós podíamos imaginar que tantas coisas estivessem sendo feitas aqui na nossa Casa. Em questão, da contratação, de licitação de cargos fantasmas o que a gente lê no jornal é aterrorizante. Sem sombra de dúvida, a Legislação 8666 é uma preocupação nesse país, nós já estamos reformulando isso, e dar transparência é o mínimo que nós, Gerson Camata, precisamos assegurar, eu fiz uma emenda, ao nosso projeto de reforma da Lei 8666, uma coisa que me preocupa demais, Demóstenes, e que a gente tem que se preocupar mesmo, você sabe que quando o sujeito contrata uma obra, ali está todos os preços e a planilha de preços a gente vai fazendo, vai medindo e vai pagando. Porém, Demóstenes, sabe o que ocorre na prática? O engenheiro da obra, da construtora chama o fiscal e diz assim: *"Está previsto aqui nós pintarmos, vou dar um exemplo, a fachada desse prédio com tinta acrílica. Suvinil, qualquer outra marca, então, eu quero propor o seguinte: Nós vamos usar uma lata de Suvinil e vamos usar 90 latas de PVA quem vai descobrir isso? Ninguém, só vai descobrir daqui a 3 anos quando começar a manchar da chuva e do sol, mistura aquilo ali a economia são de alguns milhões e fica por isso mesmo".* Quer dizer, é necessário na hora da medição não apenas verificar a quantidade de pintura que foi colocada, mas também a nota fiscal da compra daquelas tintas e verificar se realmente a tinta comprada é a especificada no projeto, estou dando apenas um exemplo, mas para os senhores verem como é que há criatividade daqueles que querem lesar ao patrimônio público pode nos deixar muitas vezes legislando aqui horas e horas e horas, para depois num gesto maligno eles colocarem todos os nossos esforços por água abaixo. Então, eu quero parabenizar o Senador Demóstenes tem sido aqui para nós um alento, um grande defensor da moralidade pública e que tem usado os seus conhecimentos jurídicos em favor da nossa causa. Tem o meu voto, não só o meu voto, mas tem também o meu apreço e o meu aplauso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Marcelo Crivella.

Não havendo mais nenhum Senador que queira discutir o projeto eu quero colocar em votação, não há necessidade porque ... É de votação nominal que o projeto é não terminativo, ele é aprovado aqui e será encaminhado a CCJ, presidida pelo Senador Demóstenes Torres, mas quero parabenizar Senador Demóstenes, porque como já dito por todos é a importância desse projeto, como V. Exª. colocou, é necessário que se aprove, agora, apesar, de talvez a emenda que o Senador Flávio Arns iria propor V. Exª. diz que o Ministério pode fazer a inclusão de transição. Então eu quero parabenizá-lo e coloco em votação o projeto que altera a Lei 8666 de 21 de junho de 93.

Em votação, os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram, aprovado. O projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

Item 01 da pauta é o item terminativo, havendo quórum. Terminativo na CAS, melhor dizendo, não terminativo aqui. Relatoria do Senador Renato Casagrande, Projeto de Lei do Senado nº 74 de 2008, acrescenta o art. 1º, Item A - Ao regulamento ao que se refere o Decreto nº 21981 de 19 de outubro de 1932 que regula a profissão de leiloeiro ao território da República para dispor-se aplicam as disposições do regulamento, aos leilões celebrados por meio da rede mundial de computadores. Com a palavra para a leitura do parecer, nobre Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Presidente, projeto do Senador Valdir Raupp, um projeto como o senhor disse que regula a profissão de leiloeiro para dispor que se aplicam as disposições do regulamento aos leilões celebrado por meio da rede mundial de computadores.

O projeto vem aperfeiçoar a legislação e atividade de leilão do leiloeiro, o que realiza os leilões, autorizado a realizar os leilões que hoje fazem dentro da sua casa ou fora dela, mas que permita também que a rede mundial de computadores seja utilizada, mais do que natural, porque hoje quase tudo é feito pela rede mundial de computadores, seja qualquer tipo de compra, operações bancárias, diálogos, estudos, tudo hoje, é feito pela rede mundial de computadores e isso é bom para nós aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, porque a tecnologia nova e a adoção dessas tecnologias, permite que nós possamos gastar menos energia real, energia produzida por hidrelétricas, por termoelétricas. Você acessa e realiza trabalhos, funções sem precisar se deslocar com veículos, sem precisar pegar avião, ônibus e assim por diante, então, o uso da rede mundial de computadores deve ser incentivada cada vez mais para que as pessoas possam se comunicar sem a necessidade de gastos suplementar de energia.

Então, dessa forma a iniciativa acrescenta ao artigo, acrescenta o art. 1-A, a norma legal que disciplina a profissão de leiloeiro, aí sim, o decreto de 21981 de 1982 para permitir que o leiloeiro venha presidir também o leilão virtual, o artigo inserido dispõe: *"Aplique-se ao dispositivo nesse regulamento aos leilões celebrado por meio da rede mundial de computadores".* Então, como é um decreto que regulamenta a lei, a profissão de leiloeiro. Mas eu, com a permissão do Senador Valdir Raupp, fiz uma alteração, fiz um substitutivo a este projeto que eu concordo com a síntese, a tese, o espírito daquilo que o Senador Valdir Raupp estava desejando e está querendo, com tudo uma vez que o propósito não é estender a lei para alcançar a todos os tipos de leilões virtuais, tornando obrigatória a figura do leiloeiro para presidir a todos eles, o que seria mais apropriado incluir a nova modalidade entre as atribuições incumbidas ao leiloeiro público, para isso deve se modificar o dispositivo que estabelece a mencionada competência o art. 19 para especificar que a venda em pregão público possa ser realizado também por meio da internet, então o meu substitutivo, Sr. Presidente, ficaria o seguinte: *"O art. 19 do regulamento ao que se refere o Decreto 21981 de 82 passa a vigorar com a seguinte redação: Compete aos leiloeiros pessoal e privativamente, a venda em hasta pública ou público pregão dentro de sua próprias casas ou fora delas, inclusive por meio da rede mundial de computadores de tudo que, por autorização dos seus donos, por avará judicial, forem encarregados, tais como imóveis, móveis, mercadorias, utensílios, semoventes e mais efeitos, há de bem móveis e imóveis pertencentes as massas falidas liquidações judiciais, penhores de qualquer natureza, inclusive de jóias, de armazéns gerais e o mais que a lei mande com fé de oficiais públicos".* Portanto, o meu parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de acordo com o substitutivo que eu apresento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Renato Casagrande, abro a discussão do parecer. Para discutir Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, eu acho muito importante essa iniciativa do Senador Valdir Raupp bem como reconhecendo o valor do relatório do Senador Casagrande, até porque cada vez mais nós estamos enveredando pelo caminho da licitação na forma eletrônica. Embora tenha uma preocupação muito grande, porque esse debate da lei da licitação traz, por exemplo, a possibilidade de que seja feito licitação eletrônica, pregão eletrônico para obras

civis, para contratação de execução de obras que a grande maioria por que não dizer, a totalidade dos engenheiros desse país são contra a modalidade da licitação de pregão para obras, mas sem dúvida nenhuma é de uma profissão de alta relevância para o processo de dinamismo, gerenciamento, de acompanhamento e de eficácia do Poder Público no caso de leilão que também algumas empresas adotam de forma privada. Então, por isso, Sr. Presidente, eu acho por demais relevante a aprovação desse projeto, bem como do relatório na íntegra do Senador Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Cícero Lucena, para discutir Senador Valdir Raupp, autor do projeto.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, apenas agradecer a contribuição do nobre Relator, Senador Renato Casagrande que aperfeiçoou o projeto, eu acho que a gente tem ouvido muito que as novas tecnologias, principalmente a internet tem desempregado muita gente e essa está sendo uma forma de manter o emprego de algumas pessoas que muito antiga no nosso país, estão fazendo justiça e já tinha no passado, acho que há mais de 10, 12 anos um projeto de iniciativa do Senador Lúcio Alcântara que andou se perdendo por aí. Então, de forma que esse projeto vem corrigir essa injustiça, Sr. Presidente, eu agradeço mais uma vez ao nobre Relator Renato Casagrande, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Continua em discussão, não havendo mais Senadores que queiram discutir, encerro a discussão e coloco em votação. Srs. Senadores que concordam com o parecer exarado pelo Senador Renato Casagrande permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto irá à Comissão de Assuntos Sociais, havendo quórum passamos agora a votação dos projetos da pauta, do número 3 ao 32, que tratam de PDS de outorga de rádios, vamos votá-los em bloco, vamos votá-los em bloco eu pediria a V. Exª., que a medida que fosse colocado em pauta fizesse o relatório e ao final votaremos em conjunto a todos os 30 projetos que serão examinados a partir de agora. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O item três é justamente um projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É V. Exª.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): V. Exª. --

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exª. já pode fazer a leitura do parecer, do item 3 que trata de Projeto de Decreto Legislativo nº. 228, aprova o ato de outorga permissão a Rede Brasil de Comunicações LTDA. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Grande, Estado de Pernambuco. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, chega a essa Comissão para a apreciação em caráter terminativo o Projeto de Decreto Legislativo 228/2008 nº. 560 de 2008 na Câmara dos Deputados que aprova o ato que outorga a permissão à Rede Brasil de Comunicações Limitada para explorar serviços de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Lagoa Grande, Estado de Pernambuco. Lagoa Grande é um Município que fica a beira do Rio São Francisco, e limites com o Estado da Bahia, o ato foi submetido à apreciação no Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 23, § 3º ambos da Constituição Federal.

Sr. Presidente, analisando rapidamente a proposição, desde que ela foi adequadamente instruída constata-se finalmente, que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da lei maior, nada havendo, portanto, pois objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sendo constitucional, Sr. Presidente, passo agora para a analisar a questão sob o ponto de vista da legalidade dizendo que também não há nenhum obstáculo sob o ponto de vista legal a ser ultrapassado ou vencido. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 228/2008 não evidenciou violação da legislação aplicável à matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdicidade e técnica legislativa opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão a Rede Brasil de Comunicações Limitada para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Grande, no Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo ordinário da Câmara dos Deputados, esse é o meu parecer, Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, nobre Senador Marco Maciel vamos discuti-lo e votá-lo em conjunto ao final da leitura dos demais pareceres.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra, Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Uma sugestão a V. Exª., só para agilizar o processo, eu constatei que todos os itens até o 51, até o 50, 52, são com pareceres favoráveis, não sei se fazia desnecessário a leitura, simplesmente a nominação dos relatores para que nós pudéssemos agilizar o processo e passar de imediato.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso, há a necessidade de que--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Exatamente que eu sugiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Há a necessidade da leitura da ementa e o Relator de forma concisa dá o parecer favorável.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): É a sugestão que dou a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exª., vamos aos itens 3, 4, 5, 6, 7, não, 4, 5, 6, 7, 8 de relatoria do nobre Senador Antonio Carlos Júnior, o item 3, Decreto Legislativo nº. 228 aprova o ato, o item 4; Decreto Legislativo 326, aprova o ato que outorga a autorização a Associação Comunitária Cultural Vale do Rio Pires, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Pires, Estado da Bahia.

Item 5: o Projeto de Decreto Legislativo nº. 333 de 2008, aprova o ato que outorga a autorização do Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Monte Pascoal para executar serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Itabela, Estado da Bahia.

Item 6: Projeto de Decreto Legislativo nº. 334 de 2008, aprova o ato que outorga a autorização a Associação Comunitária Ideal para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia.

Item 7: Projeto de Decreto Legislativo nº. 351, aprova o ato que outorga a autorização a Associação Rádio Comunitária Avante Lençóis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lençóis, Estado da Bahia.

Item 8: Projeto de Decreto Legislativo nº. 352, aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Difusão Comunitária de Baianópolis, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Baianópolis, Estado da Bahia, com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os pareceres referentes aos itens, 4, 5, 6, 7 e 8 são todos favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior e vamos ao item 9, de 9 a 12. De relatoria do Senador Flávio Arns.

Item 9: Projeto de Decreto Legislativo 489 de 2007, aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Santiago FM Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.

Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 330, aprova o ato que renova a permissão outorgada a Telecomunicações Delfim LTDA. para explorar a serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 338, aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Verê, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Verê, Estado do Paraná.

Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 339 de 2008, aprova o ato que outorga a permissão a Milano FM Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cia Norte, Estado do Paraná.

Com a palavra o nobre Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Os pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Flávio Arns, vamos aos itens, 13, 14 e 15, de relatoria do Senador Eduardo Azeredo. Senador Eduardo Azeredo está em viagem representando o Senado Federal no exterior, e solicito ao Senador Cícero Lucena como Relator *ad hoc* que faça a leitura do parecer do Senador Eduardo Azeredo nos itens.

Item nº 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 322 de 2008, aprova o ato que outorga autorização à Associação Municipal de Assistência Social, AMAS, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Abaeté, Estado de Minas Gerais.

Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 324 de 2008, aprova o ato que outorga a permissão a Rádio e TV Centauro Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modelada na cidade de Simonésia, Estado de Minas Gerais.

Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 327 de 2008, aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Comunicação Futura para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Comendador Gomes no Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exª. Vamos aos itens, 16 e 17 de relatoria do nobre Senador Valdir Raupp.

Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 304 de 2008, aprova o ato que outorga a permissão a Sistema Jovem de Comunicação Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cabixi, Estado de Rondônia.

Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 305 de 2008, aprova o ato que outorga a permissão à Aquidauana Radiodifusão Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montenegro, Estado de Rondônia.

Com a palavra o nobre Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, na certeza que esses veículos serão importantíssimos para a cidade de Cabixi do meu Estado de Rondônia da mesma forma na cidade de Montenegro eu sou de parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exª., Senador Valdir Raupp, concordando com V. Exª. que é, o serviço de rádio e comunicação, com certeza absoluta trará a transparência e a informação no estado que tão bem V. Exª. representa nesse Senado Federal.

Vamos aos itens... Os itens seguintes da pauta, número 18, 19 e número 20 serão redistribuídos, a relatoria era do Senador Sérgio Guerra que recebemos a comunicação que foi substituído nesta Comissão pelo Senador Arthur Virgílio. Então, faremos a redistribuição para nova relatoria. Itens seguintes da pauta, número, pauta.

Item 21 da Pauta que trata do Projeto de Decreto Legislativo número 72 de relatoria do Senador Eliseu Resende, Senador Eliseu Resende também não se encontra presente, solicito ao Senador Efraim Morais que possa fazer a leitura do parecer do nobre Senador Eliseu Resende do Item 21 da Pauta que trata do Projeto de Decreto Legislativo número 72 de 2008, aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Ouro Fino para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais. Com a palavra o Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Em homenagem ao Senador Eliseu Resende e aos mineiros, favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exª., vamos aos itens, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 da pauta. Relatoria do Senador Leomar Quintanilha, também não se encontra presente, solicito ao nobre Senador Valdir Raupp que faça a relatoria *ad hoc*.

Item 22: Projeto de Decreto Legislativo número 249 de 2008, aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cabo Verde, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurupi, Estado do Tocantins.

Item 23: Projeto de Decreto Legislativo número 307 de 2008, aprova o ato que outorga a autorização à Associação dos Produtores Rurais do vale do Rio Preto, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida do Rio Negro, Estado do Tocantins.

Item 24: Projeto de Decreto Legislativo número 336 de 2008, aprova o ato que outorga a concessão a Rádio Som Araguaia de Palmas Limitada, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins.

Item 25: Projeto de Decreto Legislativo número 337 de 2008, aprova o ato que outorga concessão a Rádio Tocantins Limitada para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pedro Afonso, Estado do Tocantins.

Item 26: Projeto de Decreto Legislativo número 342 de 2008, aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Apoio à Educação, Saúde, Segurança, Esporte, Lazer, Cultura, Turismo e Meio Ambiente às Associações de Bairros de Miracema do Tocantins, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins.

Item 27: Projeto de Decreto Legislativo número 345 de 2008, aprovo o ato que outorga a permissão a Rádio Som Alvorada Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Peixe, Estado do Tocantins.

Item 28: Projeto de Decreto Legislativo 346 de 2008, aprova o ato que outorga a permissão a Unique Radiodifusão Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modelada na cidade de São Miguel do Tocantins, Estado do Tocantins.

Item 29: Projeto de Decreto Legislativo 349 de 2008, aprova o ato que outorga a concessão à Folha Popular Limitada, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatins, Estado do Tocantins.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp, relatoria *ad hoc*.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, é com satisfação que relato aqui todos esses projetos do Senador Leomar Quintanilha para o Estado do Tocantins, cidades importantes também daquele Estado e o nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nobre Senador Valdir Raupp. Vamos aos itens.

Item nº 30, de relatoria do Senador Valdir Raupp, melhor, desculpe Senador Valdir Raupp, Senador Valter Pereira, também não se encontra presente, solicito ao Senador Gerson Camata que faça como Relator *ad hoc* a leitura do parecer.

O item 30 trata do Projeto de Decreto Legislativo número 87, aprova o ato que renova a concessão outorgada a Televisão Ponta Porã Limitada para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, o relatório é favorável, mas o Senador Valter Pereira registra aqui alguns pontos interessantes da atuação dessa emissora, da TV Ponta Porã. Ela fez a campanha contra a dengue, ela fez a campanha lá em Mato Grosso sobre a febre aftosa que nós nos recordamos o problema que aquele estado enfrentou, fez a campanha contra o trabalho infantil nas carvoarias, ela fez uma campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Fez campanha contra queimada de pastagem no período da seca. E ainda antitabagista, outra campanha feita por essa televisão. E ainda uma campanha sobre a leitura e uma campanha para reduzir acidentes automobilísticos. É uma emissora que merece, portanto, esse ato de renovação segundo o registro do Relator Valter Pereira e eu acompanho o seu relatório com voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exª., Senador Gerson Camata e o parecer do Senador Valter Pereira mostra realmente a importância de uma comunicação que possa prestar serviço à sociedade como é o caso que ele relata em seu parecer.

Vamos aos últimos dois itens da pauta. Eu fui indicado na sessão legislativa anterior pelo Presidente Wellington Salgado para relatar os itens 31 e 32 que tratam de outorga para rádios comunitárias, uma rádio comunitária no Acre e serviço de radiodifusão sonora e onda média no Estado do Amazonas. Eu vou solicitar ao Senador Papaléo Paes que faça a leitura dos pareceres como Relator *ad hoc* do item 31, Projeto de Decreto Legislativo número 332 de 2008, aprova o ato que outorga a autorização ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre, CDDHEP/Acre, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Branco, Estado do Acre. E o item 32, Projeto de Decreto Legislativo número 354 de 2008, aprova o ato que outorga a concessão a Nortão Comunicação e Publicidade Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Borba, Estado do Amazonas. Senador Papaléo Paes como Relator *ad hoc* dos dois últimos itens da pauta de hoje.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Quero agradecer a homenagem que V. Exª. me faz, dando a oportunidade de ser Relator de dois itens que são de sua relatoria. Então, com isso eu digo que os dois processos estão aprovados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exª., Senador Papaléo Paes.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente. Antes de V. Exª. colocar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Sr. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, não é para discutir não, mas é para fazer um apelo a V. Exª., essa nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, eu sei que assim que nós votarmos os meus colegas vão embora, em um minuto eu queria pedir a Comissão que se manifestasse favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador, há um mês tínhamos uma reunião com o Presidente da República e o conselho político, naquela ocasião o Senador Casagrande e o Senador Zequinha, filho do Presidente Sarney, disse o seguinte: *"É esse programa de um milhão de casas que precisa ter energia solar"*. Na mesma hora o Ministro Guido, ele replicou e disse assim: *"Não, porque isso aí, não tem viabilidade econômica."* E o Senador Inácio Arruda no momento está lá também e disse: *"Senador Crivella o senhor tem que relembrar o seu projeto, a sua luta lá para que existem todos os financiamentos públicos."* E eu fiquei de trazer, Sr. Presidente, e aqui em um minuto eu queria apresentar um kit desenvolvido pela Universidade de São Paulo, a Universidade de São Paulo é uma das melhores universidades do país. Efraim só um minuto, olha aqui, Efraim isso aqui é um aquecedor solar de 400 reais, já tem mais de 15 mil, mais de centenas de milhares aplicados no país, a água, é claro que isso aqui seria apenas uma maquete, isso aqui é uma caixa d'água de 500 quilos, cada litro um quilo, tanto força a água a ir por essa saída, passar por uma, por um painel de aquecimento solar que é feito simplesmente com uma placa de PVC, tubo e placa de PVC e isso aqui, Sr. Presidente, na prática já tem sido uma grande economia. O Brasil tem 55 milhões de chuveiros elétricos, e na hora do pico, 7, 8 horas da noite todos os brasileiros estão chegando do trabalho, não todos, mas muitos estão chegando do trabalho e tomando banho, acaba fazendo com que a gente tenha que acionar a termoelétrica, poluindo muito o nosso meio ambiente e a nossa atmosfera, então era só isso, Sr. Presidente, gostaria que a Comissão se manifestasse em favor da energia solar nesse programa de um milhão de casas que o Presidente vai adotar, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço o Senador Marcelo Crivella. Com a palavra o Senador Gerson Camata, vamos votar depois colocamos em discussão. Vamos votar, vamos colocar em votação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quero falar sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já voltamos a este assunto da maior importância levantado pelo Senador Marcelo Crivella. Em discussão em bloco os projetos, vamos, não havendo quem queira discutir, Senador Roberto Cavalcante para discutir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu por gentileza, gostaria só uma observação, sou extremamente favorável a todos os projetos, me acosto a qualquer concessão de rádio comunitária, agora eu queria fazer uma lembrança aos nobres colegas de que nós estamos gerando no outro lado da linha uma concorrência desleal. Não existe fiscalização por parte do Ministério das Comunicações no tocante à potência dessas rádios e não existe fiscalização por parte do Ministério das Comunicações no tocante a não comercialização plena dessas rádios. Então essas rádios são comunitárias, elas atuam da forma, ganham a concessão de forma diferenciada da iniciativa privada e ao receberem essas concessões dessa forma, elas, na operação, estão praticando atos ilícitos que são atos de comercialização plena, competindo com a iniciativa privada no tocante a radiodifusão no Brasil. Então, o meu voto será favorável a todas, porém eu peço a Comissão que consiga um instrumento ao ser dada essa concessão, que na verdade, se for constatado a comercialização indevida por parte dessas rádios, automaticamente percam as suas concessões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exª. levanta uma questão da maior importância e vamos levar a ANATEL que é a agência encarregada de fiscalização, essas suas preocupações. Em votação. Votação nominal.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Antes pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Quero endossar as palavras do Senador Roberto Cavalcante e dizer que realmente isso aí é prática, praticamente de todo o Brasil, principalmente no meu Estado que é, no seu também e em outros, não existe essa fiscalização. E outra que eu estava intrigado olhando a demonstração, antes da demonstração do Senador Crivella, passou pela minha imaginação várias finalidades para aquele aparelho, mas depois que ele explicou realmente, eu fiquei satisfeito e a viabilidade em nosso país é muito grande, parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos a votação, agradeço o Senador Papaléo Paes. Como vota o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcante.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Voto sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Os projetos foram aprovados com 12 votos favoráveis, por unanimidade.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero colocar, já passo a palavra a V. Exª., só colocar também em votação o requerimento que foi incluído em pauta para convidar os Ministros da Ciência e Tecnologia e das Comunicações Hélio Costa. Em votação. Aprovado. Com a palavra ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu quero só voltar ao debate do aquecimento solar levantado e colocado aqui e apresentado pelo Senador Marcelo Crivella.

Senador Marcelo Crivella levanta um tema que nós levantamos para o Presidente Lula na reunião do conselho político, o Governo precisa aproveitar este programa de um milhão de casas populares e colocar aquecimento de água através da energia solar em todas essas casas. Vai popularizar essa tecnologia que já é uma tecnologia com custo pequeno, vai reduzir ainda mais esse custo, a residência popular, Sr. Presidente, o chuveiro elétrico, ele representa 25% do consumo de energia de eletricidade de uma casa. Chuveiro elétrico representa 25% do consumo de eletricidade de uma casa. Então, é fundamental que nós possamos aproveitar esta oportunidade. Presidente Lula, a Ministra Dilma, Ministro Edison Lobão estiveram conosco lá no Espírito Santo na última sexta-feira, eu falei com a Ministra Dilma, falei com o Ministro Edison Lobão, falei com o Presidente Lula, o Governo está analisando essa possibilidade e eu espero sinceramente que possamos incluir no programa de habitação popular essa tecnologia, a adoção dessa tecnologia, o Governo daria passos adiante importantes para que nós pudéssemos avançar no fornecimento de energia renovável e alternativa na... Nós não precisaríamos investir tanto numa outra termoelétrica ou em outras termoelétricas ou outra hidrelétrica, acho que nós nessa Comissão, queria aproveitar e fazer um requerimento, Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente, um requerimento conjunto das duas Comissões.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Quero subscrever, também, Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Encaminhado ao Presidente Lula, à Ministra Dilma e ao Ministro Edison Lobão, um requerimento conjunto das duas Comissões, subscrito por todos os membros das Comissões que assim desejarem, naturalmente pedindo e reforçando essa posição que eu pessoalmente já manifestei em contato pessoal, manifestei formalmente que o Senador Marcelo Crivella já manifestou, que o Deputado Sarney filho já manifestou, podíamos aprovar aqui hoje na Comissão e eu aprovaria na semana que vem na Comissão de Meio Ambiente e nós apresentaríamos um documento conjunto das duas Comissões que tem muita coisa a ver, Ciência e Tecnologia com o Meio Ambiente para que nós pudéssemos pedir ao Presidente, a Ministra e o Ministro a adoção dessa tecnologia com relação a esse programa de habitação popular.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gerson Camata. Renato Casagrande. Desculpe Senador Renato Casagrande, V. Exª. terá mais de 24, com certeza absoluta. Passando pelo Governo do Espírito Santo, depois de ser Governador. V. Exª. tem toda a razão, eu vou colocar depois em votação o requerimento e peço a V. Exª. que encaminhe por escrito e nós temos que fazer com que a tecnologia seja massificada para, inclusive, reduzir os custos. A primeira vista parece que é algo que inacessível, você colocar aquecimento solar numa casa de baixa renda. Você tem um custo que poderia inviabilizar o projeto, mas o Senador Crivella e V. Exª. trazem aqui números que realmente são compatíveis com o projeto pretendido, e quanto mais for massificado a tecnologia, menor será o custo ao usuário. E como V. Exª. diz, a Comissão tão bem presidida por V. Exª. de Meio Ambiente tem muito a ver, interagir com a Comissão de Ciência e Tecnologia é, isso aí é uma unanimidade, porque hoje para se alcançar o desenvolvimento sustentável, principalmente nas regiões como é o caso da região amazônica, e em todas elas, você tem que fazer a utilização da inovação da tecnologia para que não haja agressão ao meio ambiente. E a geração de energia limpa, como é o caso da solar, eólica, é sem sombra de dúvida uma linha que nós temos que buscar. Para discutir, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente Senador Flexa Ribeiro, é para me somar ao Senador Crivella e também ao Senador Casagrande, até porque nós temos essa urgência, eu acho que a idéia de nós aproveitarmos o momento dessa possível construção de um milhão de casas, porque na verdade a gente está acostumado a ver anúncio de muitos programas de aceleração e na verdade é desaceleração, porque eu, particularmente, que fui do ramo da construção civil antes de entrar na política, sei que não é fácil fazer um milhão de casas se não houver um envolvimento de uma forma verdadeira de Prefeitura, dos órgãos ambientais que dão as licenças, dos Estados e do próprio Governo Federal e a real disponibilidade dos recursos. Não estou aqui sendo pessimista, mas me preocupa quando se anuncia um milhão de casas

e já fazem propaganda dizendo que as mulheres, mães solteiras terão prioridades, nós temos que ter muito cuidado, isso é um programa muito sério, é um programa de um alcance social relevante, mas nós não podemos estar fazendo políticas com esse tipo de programa. Nós temos a responsabilidade de colaborar para resolver os problemas habitacional, somado com algo que é importante da geração do emprego e renda.

Então, a idéia de nós aproveitarmos esse projeto para discutirmos uma alternativa de geração de energia limpa, é importante, é bem-vinda e eu me somo a ela. Até porque, Senador Crivella e Senador Casagrande e demais Senadores aqui presentes, há um ano eu estive na China, aí quem entende de tecnologia é o Senador Eduardo Azeredo que estava representando o Senado em viagem internacional, eu quero dizer que na China há um ano e hoje já é popularizado na China, Senador Flexa Ribeiro, por exemplo, a iluminação dos jardins, são pontos de luz isoladas, independentes que é através da energia solar. Da mesma forma já tem tecnologia que pega um poste de iluminação pública, Senador Crivella, e tem duas fontes de energias, uma é a solar, tem uma placa solar em cada luminária para a iluminação pública e nessa mesma luminária tem também a geração eólica, então, o poste público ele acopla a geração solar e a geração eólica, daí eu acredito que é feliz a sugestão de V. Exª. para que seja incluído nessas casas para nós debatermos esse assunto que merece um aprofundamento mais como o programa de governo e não como o programa somente anunciado para que as pessoas achem que o problema está sendo resolvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Papaléo Paes para discutir.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, eu quero, na presença do Senador Eduardo Azeredo, que já foi Governador de Estado, que conhece muito bem essa questão das casas de construção, Senador Valter Pereira e demais Senadores, eu quero concordar totalmente com as palavras do Senador Cícero Lucena que tem uma grande experiência também como Prefeito de João Pessoa e ex Ministro. Nós sabemos que essa questão do governo de fazer essas propagandas que cheiram até o momento em politicagem, visto aí o PAC, que é uma sigla que eu tenho certeza absoluta, que vai ser usada muito bem esta sigla em campanha eleitoral, é uma sigla que mostra o trabalho fantasma, mas o forte é trabalhar em cima desse tema, o PAC, PAC, PAC, fica batendo, batendo e o povo vai dizer que o PAC é muito bom, é aquele que faz um discurso belíssimo que a pessoa ouve e diz assim: *"Rapaz, esse cidadão fez um belo discurso agora, nunca ouvi igual. Aí pergunta: O que foi que ele disse? Não entendi nadinha, mas que foi bonito foi."* É a história do PAC.

Nós vamos ter o término desse governo falando em PAC intensivamente, mas o resultado é difícil de comprovar, porque o resultado não está havendo, do que deveria ser liberado pelo PAC para as obras do PAC que são obras reaproveitadas. Eu digo pelo meu estado, todas aquelas obras que vem em andamento anos e anos eles incluíram no PAC como se fossem obras novas. Para nós, menos de 10% financeiramente foi repassado para essas tais dessas obras, então eles fazem muito bem a politicagem, vão lá, inauguram, apresentam a mãe do PAC e essa é a mãe do PAC, o pai ninguém sabe quem é, mas o importante é ter a mãe, a mãe a gente tem certeza que é dela mesmo, nasceu dela, então é ter muito cuidado, é por isso que a classe política hoje, pelo povo é nivelada por baixo, por quê? Porque o Presidente da República é um político, ele vai prometer um milhão de casas, quem nos dera que isso pudesse acontecer. Nós não queríamos nem um milhão, 500 mil casas nesse país, ou então 100 mil ou então 10 milhões de casas, porque se fosse possível, qualquer um faria, os engenheiros sabem, eu fui Prefeito, não sou engenheiro, sou médico, mas sabem que para construir uma casa é preciso você ter projeto. Esses projetos, eles vão em cima de lotes, vão em cima da edificação, vão na base, porque vão morar pessoas ali dentro, não se pode fazer isso a 3 por 4, porque essas casas podem desabar naquela pessoa que vai morar lá dentro, enfim, não é fácil, nós não temos lotes disponíveis, principalmente nas capitais onde é a maior concentração de população e o governo deveria ter cuidado, olha, nós vamos construir casas populares, assim, assim, mas prometer um milhão de casas no final de governo, para o ano já tem uma eleição, realmente, eu vejo que o governo deveria agir com responsabilidade, tem muita coisa para mostrar se eles quiserem, muitas propagandas ilusórias para fazer, mas em cima de moradia, em cima de saúde e em cima de educação acho que essas áreas deveriam ser preservadas para serem usadas de uma maneira muito séria.

Então, outra, a questão do trem bala, Senador Eduardo, é uma irresponsabilidade muito grande dizer que vão fazer o tal do trem bala aí, isso precisa de muito estudo, estudos profundos, geológicos, envolvendo a questão ambiental. Nós não podemos de forma alguma dizer que isso acontece só de estudo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Permite um apartezinho?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Só de estudo, para montar o projeto leva dois, três anos,

porque você vai ter que fazer *in loco*, não é olhando o mapa, não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exª. se preocupa com o trem bala é por causa do destino que se dirige ao Rio de Janeiro? Não é por isso não?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Lá passaria a ser trem baleado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Antes de chegar ao destino com todo o respeito ao nosso Senador Crivella, e eu quero aqui fazer uma menção honrosa ao Senador Crivella que nos apresenta um projeto viável, barato, isso sim a gente pode acreditar, porque é viável. Isso aí, a construção desse sistema aqui, isso vai embora, insere, não tem problema nenhum, é barato, não polui e eu quero deixar esse registro aqui, e o registro dessas, desses sistemas práticos e possíveis e compare isso que é possível, que é viável com essa propaganda enganosa que é lamentável. E o pior, Senador, é que quando nós falamos isso, o poder do Executivo é tão grande e a popularidade do Presidente é tão grande que precisa ter coragem para falar o que eu estou falando. Eu não estou sendo contra a construção de milhões de casas, ou milhares, eu estou sendo contra a propaganda enganosa que o governo está fazendo para mostrar a sua candidata à população. Então, até a eleição não vai dar tempo para se concluir pela mentira, até a eleição, depois acabou, acabou, fica restos a pagar como diz o outro. Risco de bala no Rio de Janeiro, o risco é o trem bala que foi prometido não chegar até lá.

Então, Sr. Presidente, eu quero agradecer a V. Exª. pela oportunidade, mais uma vez reforçar o que foi falado a respeito do sistema que o nosso grande Senador Marcelo Crivella nos mostrou e realmente dizer que ele está de parabéns e V. Exª. também, pelas palavras que referiu-se ainda há pouco sobre o projeto do Senador Marcelo Crivella, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Papaléo Paes, eu antes de passar ao Senador Marcelo Crivella, eu quero só fazer uns comentários a respeito da intervenção de V. Exª. e do Senador Cícero Lucena, é realmente preocupante, Senador Marcelo Crivella, todos nós brasileiros sabemos da dificuldade de vencer o déficit habitacional. E basicamente que é grande e bem maior na baixa renda. Então, não há nenhum brasileiro que se oponha a um programa da construção de um milhão de casas, agora, é preciso que se tenha o cuidado de não se levar à sociedade uma expectativa de algo que não possa ser cumprido, ou seja, você, eu acredito que isso seja uma agressão, principalmente àqueles menos favorecidos. Você cria uma expectativa, principalmente como foi colocado pela mídia de se fazer doação de casas. Quer dizer que você não dá nenhuma retribuição de esforço das famílias. Então, você não deve, a coisa, o peixe doado, ele não têm valor, ele tem que ser pescado. Pode ser subsidiado, e aí sim, o subsídio é necessário, porque na baixa renda não há como dar acesso às pessoas sem que não haja subsídio, agora, é preciso que haja um meio de se chegar à conclusão de uma proposta, não pode ser uma proposta de palanque, um milhão de casas, se nós formos verificar a estatística, ao longo de décadas, não é deste governo não, nós vamos verificar que para construir 150, 200 mil casas já é um esforço hercúleo. Então, se construir um milhão de casas no final de governo, num processo que se apresenta eleitoral já em seguida. Então, soa muito mais como uma propaganda eleitoral do que como um projeto de um governo.

Então V. Exª. tem toda a razão, V. Exª. traz a discussão aqui na Comissão, a inclusão apoiada por todos nós de geração solar de energia para aquecimento do abastecimento de água dessas casas.

O Senador Casagrande apresentou um requerimento oral que o fará por escrito, propondo que esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente façam chegam ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à Ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff e ao Ministro das Energias, o Senador Edison Lobão, um documento de apoio aos três para que realmente essa tecnologia seja implementada nessas casas que serão construídas. Eu coloco em discussão a proposta do Senador Renato Casagrande, em votação, aprovada. Então, o Senador fará também na próxima semana a aprovação na Comissão de Meio Ambiente para que possamos fazer o encaminhamento às três autoridades.

Senador Cícero Lucena também se posicionou com a mesma preocupação do Senador Papaléo Paes que é a nossa, acho que de todos nós aqui, queremos que realmente possamos construir um milhão de casas ou mais de um milhão, mas que seja realidade, como foi falado do projeto do trem bala que todos nós temos acompanhado da dificuldade que está havendo, então, como disse o Senador Valter Pereira, é que todos nós estimamos que não seja uma bala perdida, porque o Rio de Janeiro e o Estado de São Paulo precisam, realmente, dessa tecnologia de aproximar, como já existem em outros países, nós mesmos estivemos viajando nesse sistema de alta velocidade e vimos que é factível, apenas a implantação. Com a palavra, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Flexa Ribeiro, eu apenas comungo da mesma preocupação, acho que todo o político, todo o Senador de que não façamos da democracia o regime do engano, a desilusão do cidadão comum é enorme, durante a campanha ele ouve muitas promessas e são mentiras, quando vota no candidato, aí vem o governo, ele descobre que foi enganado e se revolta. Isso gera o subversivo da democracia que é o sujeito que acusa todo político de ladrão, não quer participar da política, ou vende o voto e tem o maior desprezo pela vida pública. Agora, por outro lado, nós não podemos nos diminuir, o Brasil é um país de imensa pujança, lembrando o New Deal americano, os americanos em 1930 tinham em Nova Iorque uma favela pior do que as favelas do Rio de Janeiro, lá era de papelão, favelas horrorosas. E eles se ergueram construindo 800 mil quilômetros de estradas, durante o New Deal, mais de 170 mil prédios públicos, 85 mil pontes e viadutos e lançaram a infra-estrutura da, do que é os Estados Unidos hoje, daquela grande economia que surgiu no capitalismo nos anos dourados do capitalismo do pós guerra.

O Brasil é a terra do cimento, nós temos, o cimento é uma farofa de calcário e argila com um pouquinho de gesso. Portanto, calcária e argila e o quê nós mais temos no país, temos aço, temos madeira em profusão, temos uma indústria petroquímica capaz de nos dar plásticos, borrachas, tintas, vernizes, temos uma indústria de alumínio que hoje produz 200 milhões de toneladas e exporta cento e tantos mil, cento e tantas mil toneladas, perdão, cento e tantos milhões de toneladas, nós não conseguimos todo o nosso alumínio isso é muito usado hoje nas esquadrias, e temos sobretudo uma mão-de-obra esperando ser treinada e empregada como um vigia aguarda ansiosamente pela aurora, pelo amanhecer do dia.

Quer dizer, nós podemos fazer, nós temos condições de fazer, temos que ter cuidado eu temo que de repente, duas ou três grandes empresas, nas grandes multinacionais brasileiras se aproximem do Presidente Lula e digam a ele: *"Presidente nós temos condições de fazer um milhão de casas."* E caia na mão de 3, 4 empresas para fazer um milhão de casas. Agora, se vemos a Receita dos prefeitos e governadores, que é a descentralização, se esses 20 bilhões que nós dispomos forem para os prefeitos, são 5562 prefeituras, se tivermos um controle eficiente e dermos para eles uma tecnologia, um padrão para que possam seguir e fabricar casas pré moldadas e com sistema de aquecimento solar simples como esse que não foi eu que desenvolvi, isso aqui está desde 1991 na USP em São Paulo é a sociedade do sol, a USP é uma grande universidade, talvez uma das, eu diria, proeminentes universidades do nosso país.

O que me encanta nisso aqui é o que o manual está na internet, ele todo. Os direitos autorais são populares, então, todos podem fazer, eles dão cursos gratuitos, eles mandam o protótipo para quem quiser e faz isso gratuitamente, num país que tem 55 milhões de chuveiros elétricos. E qual é o problema disso? É que a gente chega do trabalho mais ou menos todo mundo na mesma hora. 7 horas, 8 horas os brasileiros estão chegando em casa e as pessoas tomam banho antes de jantar, e ligam o chuveiro elétrico todos juntos, dá um pico, aquilo aciona o quê? A nossa termoelétrica. Não é que não possamos atender a todos os brasileiros, mas é o consumo no pico, aciona a termoelétrica a gente está poluindo. Muitas dessas termoelétricas movidas a óleo diesel.

Então, eu acho que nós temos que estar alertas, claro. Não podemos deixar que esse projeto seja um engodo, não podemos deixar que caia na mão de duas ou três, ou quatro empresas, isso não é bom, mas se pudermos dar os recursos aos nossos governadores e aos prefeitos, certamente eles encontrarão o caminho, porque mão-de-obra e matéria-prima não nos faltam, também não falta áreas para construir, nós temos o Brasil é um país, você vê o próprio Rio de Janeiro, a gente está ali massificado, são mais de mil favelas, bairros apertados, a gente sai, seja indo para a região norte ou seja indo para Rio-São Paulo, em meia hora você pega a estrada é tudo vazio, você vai andar horas e horas e horas de terras vazias, muitas delas até terras devolutas.

Então, eu com a esperança do brasileiro, não é, nós somos um povo de muita esperança, espero que o governo consiga concluir esse projeto. E que também, nós, da Comissão de Ciência e Tecnologia e de Meio Ambiente possamos ser ouvidos para que haja a opção da energia solar a 400 reais, esse é o preço que está lá no site, e eu conversei com os técnicos e até já utilizei isso aqui naquele projeto que fiz na Fazenda Nova Canaã em Irecê, na Bahia, as casas todas, eu morei em uma delas, todas elas é aquecimento solar, confortável uma água boa, tranqüila, até porque o chuveiro elétrico tem risco, já vários acidentes de pessoas sendo no momento que estão molhadas sofrendo choques perigosos. Era isso, Sr. Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marcelo Crivella, quero registrar a presença dos Senadores Eduardo Azeredo e Valter Pinheiro, Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Depois eu gostaria que V. Exª. me passasse à palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exª., Senador Eduardo Azeredo era Relator dos itens 13, 14, 15 foram relatados *ad hoc* pelo Senador Cícero Lucena, Senador Valter Pereira era Relator do item 30 que teve como Relator *ad hoc* o Senador Gerson Camata, com a palavra o Senador Eduardo Azeredo em seguida o Senador Valter Pereira.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente Flexa Ribeiro, eu quero primeiro saudar essa primeira reunião que V. Exª. trabalha como Presidente e agradecer ao Senador Cícero Lucena, são 3 cidades mineiras, pequenas cidades, São Gonçalo do Abaeté, a cidade de Simonésia e a cidade de Comendador Gomes. Comendador no Triângulo, Simonésia na Zona da Mata e a cidade de Abaeté já na região mais central do Estado. São, portanto, rádios comunitárias que vão ajudar as cidades a terem a devida divulgação.

Mas eu quero, Presidente, justificar, eu estava, V. Exª. pode lembrar, eu estava ausente, porque ainda ontem eu participei pela manhã na abertura e fiz uma exposição sobre a questão ligada aos crimes cibernéticos, é uma reunião anual do conselho da Europa, tinham 70 países representados, onde se discute exatamente o aumento dos crimes que acontecem com o uso da tecnologia, especialmente na internet. Assim, que eu reitero a nossa preocupação, essa Comissão já cumpriu o seu papel, o Senado já cumpriu o seu papel aprovando o projeto em julho do ano passado, mas o que eu pude verificar que outros países que começaram a discutir esse assunto depois do Brasil já estão mais adiantados como é o caso do Chile, da Argentina, países vizinhos a nós, o nosso projeto está aprovado, está na Câmara desde julho, eu considero que nós temos muita pressa, pelos relatos que se pode ver pelo mundo afora, essa questão começa, finalmente, a crescer na preocupação geral, porque ainda na última semana, também, eu pude aqui receber o Presidente da Boeing Internacional, o Presidente da Boeing lá de Seattle, Estados Unidos, ele dizia que a preocupação deles hoje é exatamente com essa área dos crimes cibernéticos, uma preocupação que só tem igual com os homens bomba, são as duas preocupações principais do ponto de vista de segurança nos Estados Unidos. Aqui eu acredito que o pessoal não acordou ainda, acho que o dia que os Senadores e os Deputados começarem a ter os seus sites destruídos, os seus e-mails vierem de maneira mais agressiva, nós sabemos que no Brasil também o roubo através de conta bancária pela internet já é muito maior do que o roubo manual ou feito nos caixas automáticos no próprio banco, entretanto, eu vejo que ainda não há uma devida percepção do risco que acontece na medida em que todos nós felizmente, e toda a sociedade usa muito mais o computador. Isso é ótimo que aconteça assim, mas por outro lado, nós vamos ficar mais suscetíveis aos riscos dos chamados crimes cibernéticos, mas daí que eu queria justificar, fiz o esforço, mas participei ontem ainda pela manhã, saí pela noite e já estou aqui. Então, eu não pude estar presente na primeira parte da reunião e reitero aqui então, essa informação, esperando que possamos ser mais rápidos, como eu terminei a minha exposição lá, foi mostrando já a aprovação no Senado, mas que todos nós precisávamos ser mais rápidos para enfrentar a sofisticação do crime.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Eduardo Azeredo, fiz referência exatamente quando da ausência de V. Exª. que estava representando o Senado brasileiro no exterior, numa área que V. Exª. tem a competência reconhecida internacionalmente. V. Exª. tem ido há vários seminários, vários encontros defendendo a aprovação do projeto de V. Exª. que trata dos crimes cibernéticos. Hoje até V. Exª. fez referência à questão dos sistemas financeiros estar sendo violados com relação a... E que não há nem estatística, porque muitos desses crimes não são comunicados, com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, quero aqui fazer, primeiro lugar quero felicitar V. Exª. pela investidura no comando dessa Comissão. E falar da alegria de estar aqui hoje numa reunião comandada por V. Exª. Acredito que vai dar mais uma contribuição muito substanciosa para o processo legislativo se aprimorar nesta Casa. Conhecedor do trabalho que V. Exª. desenvolve em toda a Casa em todos os cantos por onde passa e da determinação que tem aos nobres objetivos que orientam a conduta de um bom parlamentar, não posso ter dúvida de que V. Exª. vai dar uma grande contribuição a esta Comissão e vai reforçar ainda mais o trabalho legislativo que produz no Senado Federal.

Quero agradecer ainda pelo fato de que V. Exª. atendeu a um pleito que lhe fiz há poucos dias atrás quando da elaboração da pauta desta reunião ao incluir o PDL 87 que teve na Câmara dos Deputados o número 471 e que prevê a renovação da outorga à TV Ponta Porã Limitada. V. Exª. não só incluiu na pauta como também atendeu-me hoje pela manhã quando aqui me dirigi, não pude permanecer no começo desta reunião em função de uma, de uma grande Assembléia promovida pela Organização das Cooperativas Brasileiras a qual eu tive que comparecer por força até de um novo encargo que assumi na Comissão de Agricultura do Senado Federal. Mas V. Exª. colocou nas mãos

de um companheiro meu de partido, Gerson Camata, a atribuição de fazer a leitura de um relatório que eu já tinha produzido, recomendando a aprovação desta outorga que acabou sendo lido aqui pelo Senador Gerson Camata, e comentado e submetido à votos, foi aprovada por unanimidade. Então, os meus agradecimentos a V. Exª., mas eu não poderia deixar de fazer algum comentário sobre esse importante órgão de comunicação.

A TV Ponta Porã faz parte de uma rede de comunicações inaugurada em Mato Grosso e consequentemente em Mato Grosso do Sul também, por um grupo pioneiro, o Grupo Zahran de comunicação. E em todos, todas as emissoras que compõe esse grupo há um trabalho comunitário de extraordinário e inestimável valor. Eu coloquei, inclusive, no meu relatório algumas das contribuições que essas emissoras, especialmente a TV Ponta Porã que atua em mais de 40 municípios da Região Sul de Mato Grosso do Sul, promove em favor da comunidade desta região e do estado. V. Exª. deve ter acompanhado de perto as dificuldades que o nosso estado viveu com relação à febre aftosa que contaminou um significativo rebanho da região de fronteira com o Paraguai. E nesta campanha foi exibido um trabalho extraordinário para a erradicação desta patologia.

Além de ter interferido neste momento e outros momentos muito graves da economia do nosso estado, a rede de comunicação comandada pela família Zahran, tem feito um trabalho extraordinário na área social, no combate à exploração sexual infantil, no trabalho infantil, enfim, tem um trabalho extraordinário em toda essa área, na área ambiental. A área ambiental é as queimadas de pastagens, a devastação, enfim, todo o tipo de trabalho para a proteção do meio ambiente tem contado com a contribuição da rede de televisão da família Zahran e especialmente da TV Ponta Porã, de sorte que quando nós elaboramos esse trabalho, fizemos questão de afastar um pouco daquele formalismo que geralmente orienta o parecer dessas concessões que geralmente fica redigido com relação à observância das normas de constitucionalidade, de legalidade para adentrar um pouco no cumprimento dessa destinação que os meios de comunicação assumem quando recebem uma outorga e eu posso lhes garantir e garantir a V. Exª. e todos os Senadores que participaram dessa votação que nós estamos renovando uma outorga a uma rede de comunicação que efetivamente cumpre a sua grande destinação servindo a comunidade, portanto, o meu agradecimento a V. Exª. e a todos os Senadores que aprovaram esse relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valter Pereira primeiro eu quero agradecer a V. Exª. as palavras, que a amizade que nos une faz com que V. Exª. diga a respeito da minha pessoa. V. Exª. também tem todos os predicados para, como eu já disse na primeira reunião da Comissão de Agricultura, V. Exª. levar a bom termo a gestão a frente dessa missão que lhe foi confiada. E quando da leitura do parecer pelo Senador Gerson Camata, ele, eu tinha feito a observação de que V. Exª., no parecer, e ele fez a leitura, já fez, ressaltou todas as ações do sistema de comunicações de Ponta Porã, do seu estado e que eu tive o privilégio de conviver com o Zahran, que tem além do sistema de comunicações, da família Zahran, tem também distribuição de gases, e outras atividades no estado de V. Exª., que V. Exª. tão bem representa aqui no Senado Federal, eu convivi com o Zahran quando fui Presidente da Federação da Indústria do Pará e ele era à época Presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul. Então, V. Exª., faz comunicação a todo o Brasil das ações que o sistema de televisão Ponta Porã executa em benefício da sociedade no estado que tão bem V. Exª. representa aqui que é o Estado querido de Mato Grosso do Sul.

Eu, antes de encerrar esta reunião da Comissão quero só informar aos membros da Comissão que recebi em meu gabinete por uma solicitação de audiência de um grupo formado por representante da FIESP, da Associação Brasileira de Produção Intelectual, da Interfarma, da Global Intelectual Properties e da Amcham Brasil São Paulo que trouxe até o meu conhecimento da Constituição de um grupo denominado de coalizão de inovação, inove Brasil, esse grupo constituído por entidades empresariais, organizações não governamentais e universidades tem como missão divulgar os princípios e leis que regem a propriedade intelectual no Brasil e promover a inovação no Brasil, eles apresentaram Senador Eduardo Azeredo, uma agenda que inicia agora dia 10 e 11 de março com o encontro com as lideranças do Congresso e Ministérios para apresentar os resultados das pesquisas e inovação no Congresso e discutir programa de trabalho de coalizão e encerra em agosto, 23 a 25 de agosto no Rio de Janeiro com o seminário internacional da Associação Brasileira de Produção Intelectual no Rio de Janeiro.

Eu trouxe ao conhecimento de V. Exª.s, porque vou, por solicitação deles, fazer, em seguida, nas próximas reuniões nossa um requerimento de Audiência Pública para que eles possam vir até aqui expor o plano de trabalhos que eu acredito, pelo o que me foi exposto da maior importância para que a gente possa, realmente, fortalecer o capital intelectual brasileiro. Não havendo mais nenhum item a ser apreciado na pauta de hoje, dou por encerrada a nossa sessão.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2009

Às nove horas e vinte e três minutos do dia dezoito de março de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala treze, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Valdir Raupp, Efraim Morais, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio e Cristovam Buarque reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Roberto Cavalcanti, Gerson Camata, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Sérgio Zambiasi e Patrícia Saboya. Justifica a ausência o Senhor Senador Renato Casagrande. Comparece à reunião a Senadora Rosalba Ciarlini, não membro da Comissão. O Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro registra a presença para acompanhar a Audiência Pública dos Senhores Marco Antonio Zago, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Lúcia Carvalho de Pinto Melo, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; Luiz Antônio Rodrigues Elias, Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia; Alexandre Navarro, Chefe de Gabinete do Ministro da Ciência e Tecnologia; Augusto Gadelha, Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia; Marylin Peixoto, Secretária Adjunta da Secretaria de Política de Informática – SEPIN; Guilherme Henrique Pereira, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia; Mário Baibich, Secretário Adjunto de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; Roberto Andrade, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Ciência e Tecnologia; Antonio Fernando Silva Rodrigues, Representando a Secretaria de Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia; Vice-Almirante do Comando da Marinha, Ney Zanella dos Santos; Capitão-de-Mar-e-Guerra do Comando da Marinha, Cid Augusto Claro Júnior e Capitão-de-Mar-e-Guerra do Comando da Marinha, Odilon Leite de Andrade. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 001-CCT, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Nos termos do disposto nos incisos V e IX, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos, separadamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende e das Comunicações, Hélio Costa, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas, para os próximos dois anos". Finda a exposição, a Presidência franquia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Cícero Lucena, Flávio Arns, Lobão Filho, Valdir Raupp, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, autor do Requerimento, e Rosalba Ciarlini, não membro da comissão. O Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e três minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de março de 2009.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e Senadores, que concordam com seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal.

Quero comunicar aos Srs. e Sras. Senadoras do recebimento, na Secretaria da Comissão, de um convite para o lançamento do Instituto Claro. O convite diz: "*Exmo. Sr. Senador, vimos, por meio desta, convidar os integrantes da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado para o lançamento do Instituto Claro. Gostaríamos de recebê-los, para que conheçam a filosofia dessa*

nova iniciativa, que nasce com o objetivo de fomentar a discussão e o desenvolvimento de práticas que estimulem um novo olhar para a educação. Além de promover ações criativas e inovadoras, com base nas novas tecnologias, que faço do aprendizado e da construção do conhecimento uma experiência interessante. O evento de lançamento dar-se-á em 30 de março de 2009, a partir das 19 horas, no Museu da Língua Portuguesa. O endereço do Museu é Praça da Luz, sem número, São Paulo - Capital. Contamos com a ilustre presença dos Senadores e Senadoras que integram a Comissão, e, desde já, reiteramos os nossos sinceros protestos de estima e consideração. Atenciosamente, João Cox, Presidente".

Quero também informar aos membros do grupo de trabalho, que trata de analisar os altos custos dos serviços de telefonia fixa e imóvel e a dificuldade de acesso aos serviços de banda larga que a Comissão já solicitou ao Ministro de Estado das Comunicações, Senador Hélio Costa e ao Presidente da Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações -, o Embaixador Ronaldo Sardenberg, a colocação à disposição do grupo de trabalho de um técnico, tanto do Ministério das Comunicações quanto da Anatel, para apoiar o trabalho da Comissão. E quanto ao técnico solicitado pelo coordenador do grupo, Senador Gerson Camata, da consultoria do Senado, já está à disposição o técnico da consultoria para apoiar o grupo de trabalho.

Nós, hoje, na nossa pauta, temos Audiência Pública. Com muita honra, nós recebemos para Audiência Pública o Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, o Dr. Sérgio Rezende.

Eu pediria ao Senador Flávio Arns e ao Senador Cristovam Buarque que pudessem convidar o Sr. Ministro Sérgio Rezende, para que possa fazer a sua exposição.

Eu quero agradecer ao Dr. Sérgio Machado Rezende, Ministro da Ciência e Tecnologia, pelo atendimento do convite desta Comissão, que aprovou o Requerimento nº. 01/2009, de autoria não do Presidente da Comissão, mas da Comissão que foi subscrita pelos membros da Comissão, para que o Exmo. Sr. Ministro pudesse, em uma Audiência Pública, apresentar as diretrizes e os programas prioritários do seu Ministério para os próximos anos. Acredito, quero também agradecer a presença do Dr. Marco Antônio Zago, Presidente do CNPq; Dra. Lúcia Melo, Presidente do Centro de Gestão e Estudo Estratégico; Dr. Luiz Antonio Rodrigues Elias, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia; Dr. Alexandre Navarro, Chefe de Gabinete do Ministro; Dr. Augusto Gadelha, Secretário de Política de Informática do Ministério; Dra. Marylin Peixoto, Secretária-Adjunta da CEPIN; Dr. Guilherme Pereira, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia; Dr. Mário Baibich, Secretário-Adjunto de Políticas e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do MST; Dr. Roberto Andrade, Sub-Secretário de Planejamento, Orçamento e Administração do MST, MCT, melhor dizendo - MST é arriscado, é arriscado; Dr. Antônio Fernando Silva Rodrigues, representando a Secretaria de Inclusão Social do MCT, Vice-Almirante Ney Zanella dos Santos; Capitão-de-Mar-e-Guerra, Cid Augusto Claro Júnior, e Capitão-de-Mar-e-Guerra Odilon Leite de Andrade.

Passo, então, a palavra ao Dr. Sérgio Machado Rezende, Ministro da Ciência e Tecnologia.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Muito bom dia a todos.

Eu quero agradecer ao Senador Flexa Ribeiro o convite para vir apresentar, como ele falou, as diretrizes, planos e programas do Ministério da Ciência e Tecnologia, cumprimentar o Senador Flávio Arns, cumprimentar todos os presentes.

Como o Presidente leu o nome de todos os integrantes do Ministério da Ciência e Tecnologia que aqui estão, eu não vou mencionar explicitamente, mas queria apenas chamar a atenção de que nós trouxemos o time todo, secretários, sub-secretários, diretores de programas, presidente do CNPq. E é sempre uma satisfação vir ao Senado apresentar os programas do Ministério. Ministério cuja sigla em inglês é *Ministry of Science and Technology*, então é MST. O senhor falou a sigla em inglês. [risos]. E esse Ministério, que foi criado há 24 anos, comemorou exatamente 24 anos no último domingo, foi criado por determinação do Presidente eleito Tancredo Neves e colocado em operação pelo Presidente José Sarney, hoje, por coincidência, Presidente desta importante Casa.

O que eu vou apresentar aqui, senadores e demais participantes, é quase a mesma apresentação que nós fizemos no Conselho de Ciência e Tecnologia. Aliás, eu fiz uma troca, eu troquei o nome do fórum, mas não troquei a data, porque ela foi apresentada no dia 11 de março, no Conselho de Ciência e Tecnologia. Eu só fiz trocar o nome, esqueci de trocar a data, e troquei alguns slides, acrescentei alguns que eu achei que eram de interesse dos senadores.

O que eu vou apresentar, então, na verdade, são resultados parciais de um plano concreto, o Plano de Ciência e Tecnologia 2007/2010, que foi lançado em 2007, o primeiro ano do segundo mandato do Presidente Lula, eu coloquei o plano de ação aqui nessa posição, mas ele foi lançado depois do PAC, que foi lançado em janeiro de 2007, depois do PDE, e um pouco antes dos outros. Agora, como tem uma interface deste plano com todos os demais planos, então, eu

ia... Naturalmente, eu estou vendendo aqui a ciência e tecnologia, eu o coloquei aqui no centro. A ciência e tecnologia, na verdade, sãos insumos para todo o sistema, e esse plano, naturalmente, é calcado na política econômica do Governo.

O plano não é um plano do Ministério da Ciência e Tecnologia, é um plano do Governo Federal, foi discutido com inúmeras entidades de Governo, estaduais, empresariais, universidades. O Ministério da Ciência e Tecnologia participa com as suas agências - vou falar nelas daqui a pouco -, mas temos uma participação importante de todos esses ministérios: da Educação, da Agricultura, com a Embrapa, da Indústria e Comércio, com o BNDES, com Inmetro, ABDI, Ministério da Saúde, Ministério de Minas e Energia, Defesa, Comunicações e Relações Exteriores. O Ministério da Ciência e Tecnologia tem essa estrutura básica, há administração central e um aconselhamento permanente do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, o CCT, presidido pelo Presidente da República. Como eu disse, tivemos uma reunião com a presença do Presidente, no dia 11, semana passada, onde foram apresentados, onde nós apresentamos e tivemos a discussão com o Conselho de resultados iniciais.

O CNPq, cujo presidente está aqui, o Dr. Zago e a FINEP são agências de fomento. O CNPq foi a primeira agência de fomento do Brasil, criado em 1951, a FINEP foi criada em 1967. Portanto, tudo é muito novo no Brasil, a ciência brasileira tem menos de 50 anos, tem algumas décadas. O CGEE é um centro novo, pequeno, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, presidido pela Dr. Lúcia Melo que está aqui, e tem o papel de fazer estudos prospectivos, contribuir com todo o Ministério, na gestão e em muitos programas. Há Comissão de Energia Nuclear, a Agência Espacial Brasileira e há 22 institutos de pesquisas dedicados a áreas diversas.

Os atores institucionais, na execução desse plano são, naturalmente, os Governos, Governo Federal, Estaduais e até Municipais, as universidades, cumprindo o seu papel de formar recursos humanos, fazer pesquisa básica e aplicada também, e gerar conhecimento. As empresas, no que tange a ciência e tecnologia, devem e estão cada vez mais fazendo atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação, para gerar novos produtos, para obter patentes, ter propriedade intelectual. E tem uma interface aqui sobre a qual vou falar um pouquinho depois, que é feito por institutos tecnológicos, centros de P&D, que, cada vez mais, devem estar fazendo essa interface entre os geradores do conhecimento e as empresas.

O plano tem quatro prioridades. Essas quatro prioridades são expressas em 21 linhas de ação, que contém, no total, 87 programas ou iniciativas. Eu vou apresentar aqui resultados de alguns desses, naturalmente. Mas vou destacar ações em todas as quatro prioridades. A primeira prioridade é expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Vou mostrar, daqui a pouco, a dimensão dele. Segunda, e muito importante, muito desafiadora, é a promoção da inovação tecnológica nas empresas. A terceira é pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas. E a quarta é ciência e tecnologia para o desenvolvimento social.

Aí estão enumerados os programas sobre os quais eu vou trazer alguns resultados, nas quatro prioridades. Na primeira prioridade, como disse, temos três linhas de ação e temos resultados palpáveis, concretos, nesses dois anos, praticamente, de execução do plano, em todas elas.

Na primeira, por exemplo, nós temos, hoje, uma articulação muito grande, posso dizer, sem medo de errar, muito maior do que foi no passado, com os Governos estaduais. Os Governos estaduais que todos têm atualmente uma secretaria que chama de ciência e tecnologia, ou chama desenvolvimento e tecnologia, ou assim por diante. Todos os estados criaram estruturas, até porque perceberam que era importante ter essa estrutura para poder ter programa do Governo Federal. E uma das maneiras pelas quais nós temos tido maior interlocução é exatamente criando programas que são executados descentralizadamente nos estados, em todas as áreas. Nós colocamos recursos e exigimos contrapartida dos estados. Os recursos do Governo Federal são em maior monta, a contrapartida do estado depende da região. Aliás, no Fórum de Secretário de Ciência e Tecnologia, há alguns anos, chegamos a uma tabelinha, digamos assim, pela qual os estados menos desenvolvidos recebem aporte de três para um na sua contrapartida; outro, de dois para um; outro, de um e meio para um; outro, de um para um. Aliás, só tem um de um para um, que imaginam qual é, né, é o estado mais rico da federação, e aí é um para um mesmo.

Próximo. Essa é a dimensão do sistema de ciência e tecnologia em 2006, e eu quero chamar atenção de que, há 50 anos, logo depois da Segunda Guerra, o Brasil tinha menos do que 20 doutores em todas as áreas. Hoje, nós temos 34 mil cadastrados no sistema do CNPq. O número total de doutores com alguma atividade no país é da ordem de 60 a 70 mil. Agora, em atividade de pesquisas, cadastrados no CNPq, que são 34 mil, 41 mil mestres e um total de 118 mil pesquisadores. Tem 50 mil doutorandos, 92 mil mestrandos, e o CNPq tem um sistema de cadastrar *Curriculum Vitae* de pessoas interessadas que seus currículos sejam

examinados para qualquer razão, e esse sistema tem, hoje, 1 milhão e 100 mil *Curriculum Vitae* na chamada Plataforma lattes. Esse é o nome dado à plataforma, já, desde que ela foi criada, há alguns anos, e que, cada vez, se aperfeiçoa mais.

Então, esse é um sistema robusto, que está crescendo a cada ano, com a formação de mais mestres. Em 2007, foram formados cerca de 33 mil mestres, e, em 2007, foram formados 9.900 doutores. Eu chamo a atenção que, em 20 anos, o número de doutores formados e o número de mestres multiplicou por um fator dez. Nós formávamos mil, em 87; formamos 10 mil, em 2007. É um aumento muito grande, e isso se reflete no aumento da produção científica. Esse gráfico mostra o número - esse aqui debaixo, no azul-marinho - de artigos publicados em revistas indexadas internacionalmente. Esse número se aproximou de 20 mil em 2007. E essa curva daqui mostra o percentual em relação ao número total de artigos do mundo. Então, enquanto em 1981, o Brasil produzia 0,4% dos artigos indexados, em relação ao mundo todo, hoje, ele publica cerca de 2%. Ou seja, significa um aumento relativo maior do que o restante do mundo, que mostra o aumento e a atual robustez do Sistema de Ciência e Tecnologia.

Esse sistema, como eu disse antes, é composto por universidades, centro de pesquisa, por empresas, e aquela elipse que eu mostrei antes com o nome "Institutos tecnológicos", está nos levando, nos últimos meses, a montar o que nós chamamos Sistema Brasileiro de Tecnologia – SIBRATEC. O SIBRATEC pretende ser a Embrapa das empresas industriais e de serviços, para fazer exatamente essa interface, e essas várias setas indicam que nós temos, no nosso plano de ação, na nossa política de ciência e tecnologia, hoje, instrumentos de financiamento de toda cadeia. Vou falar só sobre alguns desses programas no restante da apresentação.

Ainda na prioridade um, eu quero destacar a segunda linha de ação, que trata da formação de capacitação de recursos humanos. Estes dois gráficos mostram a evolução desde 2000 até 2007... até 2008, quero dizer, mas a projeção até 2010, que é o horizonte do plano do CNPq e da CAPES. A CAPES é a agência de fomento do Ministério da Educação.

Nós vemos que, com o plano, foi feita uma previsão de um aumento substancial do número bolsas das duas agências. Esses símbolos mostram o executado em 2007 e em 2008. Chama atenção aqui que, em 2008, o CNPq teve um número de bolsas aquém do planejado, mas, em compensação, a CAPES teve um número de bolsas além do que foi planejado. Essa diferença tem a ver com a forma de concessão das bolsas, a CAPES concede bolsa na forma de cotas, o CNPq... Quero saudar o Senador Valdir Raupp. O CNPq fez editais para conceder bolsas em áreas estratégicas. Também houve uma certa frustração no orçamento do CNPq em 2008, de modo que houve uma menor... A execução, digamos assim, dessa meta do plano, ela realmente ficou aquém no CNPq, mas, felizmente, foi compensada pelo aumento da CAPES. Próximo.

Este gráfico mostra um aumento de recursos das duas agências, e, no caso do CNPq, ainda estamos aguardando a recomposição do orçamento do CNPq, porque os senadores sabem, que no final do ano passado, houve um corte, em relação ao Projeto de Lei, no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas, na área econômica, o Presidente Lula tem garantido de que essa recomposição será feita com prioridade para a questão de bolsas do CNPq.

Com relação à linha de ação três, que é o fomento ao Sistema de Ciência e Tecnologia, através de projetos restritos às universidades, nós temos um conjunto de programas que estão listados aí, e eu vou apenas, adiante, destacar alguns, mas eu quero chamar atenção de que esses programas foram concebidos com a visão do que nós chamamos de o trapézio do conhecimento. Aqui, na base do trapézio, nós temos hoje cerca de 30 mil grupos de pesquisas cadastrados no CNPq. Grupos! O grupo tem, pelo menos, um pesquisador, mas, em geral, ele tem alguns pesquisadores, pós-doutorandos, doutorandos, mestrandos, alunos de iniciação científica. Alguns desses grupos estão agrupados, arranjados, organizados na forma de redes temáticas, e aqui tem um conjunto de pesquisadores bastante grande que, naturalmente, precisa de instrumentos específicos de apoio. Próximo.

No nível um pouco mais sofisticado de organização, nós temos os chamados núcleos de excelências, formado por um número maior de pesquisadores, e também com uma articulação em rede. Esse programa, hoje, é executado em estreita articulação com os estados, como eu vou mostrar daqui a pouco.

Mais adiante, nós temos os chamados Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, um programa que foi criado no ano passado - vou falar sobre ele daqui a pouco - e que é o maior programa de ciência e tecnologia já feito no país e que, certamente, vai trazer contribuições palpáveis, vou descrever daqui a pouco.

Mais adiante, então, nós temos núcleos de pesquisa um pouco mais dirigidos, entidades do Governo Federal voltadas para pesquisa em todas as áreas. Como eu falei... Senador Cícero, saudações. Nós temos aqui todo um trabalho no SIBRATEC para fazer articulação com empresas e... Pode passar o restante, mais uma. E como eu falei, o sistema de fomento articulado com estados, com outras entidades, foi pensado

de tal maneira a atender todo esse trapézio, digamos assim, do conhecimento e a articulação a empresas para fazer o conhecimento transformar em tecnologia. Vou mencionar apenas alguns números. O apoio a grupos de pesquisa é feito, principalmente, através de editais, ou editais abrangentes, como é chamado o edital universal do CNPq, ou editais voltados para objetivos específicos, por exemplo, atender a primeiros projetos de novos doutores ou projetos diversos. O que eu quero chamar atenção é que o volume de recursos, e aqui eu estou falando de editais do CNPq, o volume de recursos ampliou muito nos últimos anos. Ele passou de um pouco menos de 30 milhões de reais, em 2001, para quase 200 milhões de reais, em 2008. O número de projetos apoiados aumentando numa proporção semelhante.

Eu mencionei que um programa lançado no ano passado e que já está em pleno vigor é dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. Esses institutos têm como atividade a pesquisa em tema(F) de fronteira ou áreas estratégicas, formação de recursos humanos, transferência de tecnologia, educação e divulgação da ciência. Cada instituto é formado por uma sede, localizada numa entidade com competência reconhecida na pesquisa, na área, no tema proposto e na formação de recursos humanos, mas ele tem, necessariamente, vários laboratórios associados, organizados em rede. Cada instituto recebe de 2 a 8 milhões de reais para três anos de atividade, e esse é um programa que envolveu uma grande parceria, como estão vendo aqui, Ministério de Minas e Energia, BNDES, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, o MCT com a FINEP e com o CNPq e Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa. Elas foram convocadas a participar como uma forma, digamos assim, de garantir, com recursos, projetos aprovados no mérito, nos vários estados.

Aí está a distribuição de recursos pelas fontes. E eu chamo atenção do total dos recursos desenvolvidos, que é 600 milhões de reais. Esse programa... Só esse programa, ele tem mais do que duas vezes e meia o total de recursos de fomento do MCT, no ano de 2002. Só esse programa tem duas vezes e meia o total que havia em 2002. Então, é um aumento muito grande.

Houve, então, o lançamento de um edital em agosto do ano passado, apresentaram propostas para o edital... Foram apresentadas 260 propostas, foi feito uma comissão internacional com a participação de pesquisadores estrangeiros, para fazer a análise de mérito. Depois, houve, então, uma decisão, envolvendo os vários financiadores, as fundações estaduais, e esse é o mapa dos institutos no Brasil. Eu chamo atenção para a grande distribuição em todo o território nacional. Tem cinco institutos no Estado do Amazonas, quatro no Estado do Pará. O programa anterior, que era o Programa Instituto do Milênio, não tinha nenhum na Amazônia. Aliás, tinha um na Amazônia, em toda a Amazônia, que era em Rondônia. Hoje, o de Rondônia está associado a um desses aqui. Um no Mato Grosso, um no Piauí, quatro no Ceará, três no Rio Grande do Norte. Está faltando uma bolinha ali. Cinco em Pernambuco, 44 em São Paulo. Naturalmente, São Paulo concentra grande parte do conhecimento, mas a Fundação de Apoio à Pesquisa de São Paulo entrou com 100 milhões de reais para o programa, ou seja, dos 600 milhões de reais, 100 são de São Paulo, e foi a forma do estado garantir que todos, digamos assim, os institutos credenciados, aprovados na avaliação do mérito, tivessem recursos para operar. São quatro institutos em Santa Catarina, apenas dois no Paraná, senador. O Paraná não entrou de uma maneira mais decidida, com a Fundação do Paraná, mas, também, muitos grupos do Paraná participam de institutos que estão ou em São Paulo, ou em Santa Catarina, e têm um número grande de nove, também, no Rio Grande do Sul.

As áreas do conhecimento, abrangidas pelos 123 institutos, estão aí. Muitas áreas... Há vários em áreas aplicadas, é o caso da energia, é o caso da área nuclear, agronegócio. Tem sete para a Amazônia, tem um grande número para a área da saúde. 39 em área da saúde, voltados para temas diversos, específicos. Eu mostro a seguir a configuração de alguns desses institutos, só alguns dos 123 representativos. Por exemplo, o Instituto de Estudos Integrados da Biodiversidade Amazônica tem uma sede em Manaus, no IMPA, mas tem participação de instituto do Amapá, de Roraima, do Acre, de Rondônia, de Mato Grosso. Ou seja, toda a Amazônia está aí envolvida. O Instituto de Terapia Celular, que é uma das áreas importantes na área da saúde, tem uma sede em Ribeirão Preto, onde tem um centro de excelência nessa área, e tem uma articulação com a Universidade de São Paulo, em São Paulo, com a Federal do Rio de Janeiro, que tem os centros mais desenvolvidos, mas também tem o centro no Pará. O Instituto da Criosfera, voltado para o estudo da Antártida, envolvendo um grande número de entidades, como está mostrando aí. Próximo.

Uma rede, um instituto nacional para mudanças climáticas, que é uma área que desperta atenção cada vez maior de toda a sociedade, com uma participação em todo o Brasil. Próximo.

E, finalmente, um Instituto Nacional para Inovação Farmacêutica, que tem sede em Pernambuco e também uma participação de grupos de todo o país. Próximo.

Finalmente, o programa Pronex, que eu mencionei anteriormente, que é um programa executado em parceria com os estados, ele foi criado em 1996, teve recursos cada vez menores. Quando iniciou o Governo do Presidente Lula, em 2003, esse programa foi mantido e ampliado, ou seja, não houve uma preocupação de trocar de nome, porque tinha sido criado pelo Governo anterior, foi o mesmo programa, só que ele passou a ter mais recursos. E ele passou a ter uma grande articulação com estados, que passam também a contribuir com recursos, mostrados aqui por essa barra azul. Nos editais que estão sendo feitos pelos estados atualmente, os estados entram com 60 milhões em 190 milhões de reais, o que é um número significativo. Esse número aí já aumentou um pouquinho, porque nós temos feito divulgação do programa nos estados e convidado os estados, os governadores, secretários, a aumentarem o aporte de recursos dos seus estados. Aí tem o mapa do Brasil, mostrando que praticamente todos os Estados da Federação participam do Pronex (0:33:44). Cada caixinha dessa indica um recurso da Fundação Estadual e um recurso do Governo Federal. Como eu falei, em alguns estados, é uma proporção de dois para um, em outros é de três para um, em outros é de um para um e meio e assim por diante. Próximo.

Um outro programa importante é de apoio para a infraestrutura de pesquisa, com o chamado Pró-Infra. Esse programa, como os anteriores, ele opera com editais. O Pró-Infra tem editais anuais, já há vários anos, ele recebe propostas que são encaminhadas pela administração central das entidades, mas composta de projetos, de subprojetos, que são discutidos internamente. Esse programa tem tido também recursos cada vez maiores. O edital, que está em vias de encerrar nos próximos dias de 2008, teve um total de recursos de 450 de milhões de reais, e, portanto, um aumento grande em relação ao ano passado, que já tinha um aumento substancial em relação aos anos anteriores.

Eu chamo atenção para a distribuição regional dos recursos do Pró-Infra, distribuídos entre 2003 e 2007, que totalizaram 730 milhões de reais, sendo que, desses 730, foram 6% para o Norte, 20 para o Nordeste, 8 para o Centro-Oeste, 18 para o Sul e 48 para o Sudeste. Eu chamo atenção de que os recursos destinados a entidades sediadas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste totalizaram 34% dos recursos. E, portanto... E eu chamo atenção disso, porque, de vez em quando, nós ouvimos reclamações justas de várias fontes, no sentido de que nós não estaríamos cumprindo a determinação legal de destinar 30%, pelo menos 30% dos recursos, às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Isso, na verdade, isso não está exatamente correto. O que tem é o seguinte: em determinados programas, há, naturalmente... Por exemplo, programas voltados para empresas, há, naturalmente, uma participação menor dessas regiões, até porque a demanda, ela acaba sendo menor, e nós temos feito, então, procurado fazer compensações. Se nós não conseguimos apoiar a pesquisa, diretamente nas empresas, nas regiões menos desenvolvidas, é um sinal de que nós precisamos apoiar mais a formação de recursos humanos, a pesquisa nas universidades, no centro de pesquisa, e isso tem sido feito através dos editais.

Os editais do CNPq, feitos com recursos do orçamento do CNPq, não têm esta obrigação legal, mas, por outro lado, tem uma determinação nossa, do Ministério, de fazer com que o CNPq, também, tenha, com seus recursos, uma destinação mínima para essas regiões, e isso compensa, então, essa distribuição que, às vezes, em algum programa, chamam atenção de um parlamentar ou de governador, ou de membros da comunidade cientifica. Próximo.

Não, volta um pouquinho. Só para mencionar rapidamente. Já que esse é um programa para todo o Brasil. Nós estamos avançando muito na implantação da RNP, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, que é a rede que coloca acesso à Internet com altíssima velocidade, velocidade de gigabits, e que vamos chegar, em 2010, com cerca de 300 instituições conectadas em todo o Brasil; instituições de ensino, de pesquisa e, portanto, fora do circuito comercial. A RNP, hoje, ela já chega com alta velocidade às capitais, e, em cada capital, nós estamos fazendo uma rede metropolitana. Uma das primeiras a ser inaugurada foi a de Belém, inaugurada já há mais de um ano, porque Belém tomou a dianteira... O Pará e a Prefeitura de Belém tomaram a dianteira de contribuir nessa articulação local, para termos uma rede, porque uma rede local de fibra ótica exige uma articulação local e que precisa, então, de iniciativas locais, para poder ser viabilizada.

Passando para a segunda prioridade, como eu disse antes, muito desafiadora, de promover a inovação tecnológica nas empresas, nós temos três linhas de ação. Essa daqui significa apoio, principalmente financeiro, para inovação tecnológica nas empresas. Isso aqui é apoio financeiro. Tecnologia para inovação das empresas já é basicamente o SIBRATEC, que eu vou falar nele, ou seja, é a transferência de tecnologia, desenvolvimento de tecnologia junto com as empresas. E o terceiro, a linha de ação, é incentivo para a criação de novas empresas de tecnologia. Então, veja que cada linha de ação tem um foco diferente e, portanto, tem instrumentos diferentes, mas ela, no seu conjun-

to, abrange desde empresas nascentes até empresas consolidadas. Próximo.

Alguns desses programas estão sendo feitos em grande articulação com os estados, e, para isso, então, nós temos estimulado os estados a fazerem as suas leis estaduais de inovação, porque o Congresso Nacional aprovou a Lei Federal de Inovação, no ano de 2005, foi essa lei que criou a subvenção econômica para as empresas, foi essa lei que facilitou a interação universitária de empresa, e os estados também precisam dela, de modo que sete estados já têm as suas leis e oito estados já elaboraram minutas de lei. Com freqüência, nós temos um instrumento para forçar o estado a fazer isso. É porque, como eu falei anteriormente, quase todo estado tem hoje uma Secretaria de Ciência e Tecnologia ou de assuntos em ciência e tecnologia, e os estados querem levar para os seus estados a reunião do Fórum de Secretários, aí nós dizemos: "Nós só vamos fazer lá...". Fizemos um acordo, porque, na verdade, não é o Governo Federal que controla o Fórum, mas fizemos um acordo com ele que é o seguinte: nós fazemos quando estiver pronto um Projeto de Lei para ter uma lei de inovação estadual, e aí, de alguma forma, isso apressa os estados a se mobilizarem e fazerem suas leis estaduais.

Um mecanismo, criado pela Lei da Inovação e a conseqüente lei do bem, que é o de incentivo fiscal à inovação, ou seja, incentivo fiscal de abatimento de impostos para empresas fazerem inovação, ele começou a ser executado em 2006, dele participaram 130 empresas em 2006; 319, em 2007, e vamos ter de 400 a 500 empresas em 2008. O total de recursos aplicados pelas empresas, em 2007, atingiu quase 5 bilhões de reais, e essa é uma forma efetiva de incentivar a inovação nas empresas.

Como eu disse, a Lei da Inovação Federal possibilitou a criação da subvenção econômica às empresas... Subvenção econômica significa recurso - eu não gosto de usar essa palavra "dado" -, mas é o recurso não reembolsável aportado para as empresas. De que forma isso é feito? Desde 2006, a FINEP faz um edital nacional, convidando empresas a apresentarem projetos em áreas escolhidas pelo Governo, e o Governo faz isso, escolhe as áreas em articulação, também, com as empresas, porque não adianta definir uma área onde não haja capacitação e inovação nas empresas. Então, o edital de 2006 tinha essas áreas, o edital era em 300 milhões de reais, foram aprovadas 145 propostas de 1.100, totalizando 272 milhões. Em 2007, o edital teve 450 milhões de reais, a demanda aumentou para 2.500 empresas, os temas foram alguns os mesmos, alguns diferentes; mas nós não conseguimos aprovar, a FINEP não conseguiu aprovar a totalidade do valor do edital, porque ainda não há, nas empresas, digamos assim, a competência clara para fazer um projeto de pesquisa, mostrar que aquele projeto de pesquisa tem possibilidade de sucesso. E em 2008, a situação melhorou, a demanda aumentou pouco, a demanda de projetos, a demanda de recurso aumentou mais, mas a FINEP aprovou um número de propostas correspondente ao total do edital. As áreas de 2008 estão mostradas aí. Próximo.

E eu quero chamar atenção de que o conjunto 2007/ 2006, 07 e 08 tem uma distribuição, por porte de empresas, que mostra que a maior parte dos recursos está indo para micro e pequenas empresas, em geral pequena empresa; muitas vezes, para fazer pesquisa internamente na empresa, mas, muitas vezes, para fazer pesquisa articulada com centro mostrando, ela está muito articulada com a política industrial, a pol de pesquisa. E eu chamo atenção desse número, porque nós tivemos também no primeiro ano e de vez em quando tem artigo no jornal, e assim por diante, dizendo que a FINEP está direcionando a maior parte dos recursos para grandes empresas, médias ou grandes empresas, que não precisam, e essa não é exatamente a verdade. Eu chamo atenção que, em 2008, 70% dos recursos foram para micro e pequenas empresas.

E eu chamo atenção de que esse programa, que eu estou mencionando, de apoio à pesquisa nas empresas, é um programa feito em grande articulação entre a FINEP e o BNDES, entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e que a política de ciência e tecnologia, que norteia esse plano que eu estou mostrando, ela está muito articulada com a política industrial, a política de desenvolvimento produtivo. E essa também é uma novidade importante no nosso cenário.

Na linha de ação seguinte, de tecnologia para inovação das empresas, não se trata de apoiar o desenvolvimento com recurso financeiro nas empresas, mas, sim, o recurso financeiro é para centro de pesquisas, universidades, para eles colaborarem com empresas em três tipos de ação: através da inovação, através de centros de inovação para determinadas áreas, para serviços tecnológicos de qualidade e para extensionismo tecnológico, ou seja, apoio para a melhoria, para assistência tecnológica, principalmente para micro e pequenas empresas.

Esse programa está em desenvolvimento. Através de um edital, foram selecionadas redes de extensão tecnológica em oito estados, apenas oito. Cerca de 17 estados apresentaram propostas, mas oito foram selecionados, aqueles que não foram aprovados estão num processo de reformulação, para aperfeiçoar, com base nos estados já mais desenvolvidos. A distribuição

naturalmente é concentrada no Sudeste e no Sul, mas tem o Estado da Bahia, o Estado do Ceará, que foram selecionados nesse processo e que estão, então, com a sua rede de extencionismo.

Estamos, no momento, discutindo, organizando e estruturando as redes de serviços tecnológicos, em articulação com o Inmetro, em articulação com os estados, para atender uma gama de setores empresariais importantes, desde setores tradicionais como têxtil, couro, calçados, madeira e móveis, que precisam de certificação, certificação do material, certificação do produto, até setores mais sofisticados, como tecnologias aplicáveis às novas mídias e assim por adiante.

Finalmente, a terceira linha é de inovação em áreas temáticas, em áreas mais competitivas. Estão em processo de organização oito redes temáticas, são redes nacionais. Eu, que sou meio daltônico, não consigo ver direito esse mapa, mas cada cor corresponde a um tema diferente, mas o mapa mostra que há uma preocupação em ter grupos, entidades de todo o Brasil participando do processo de inovação em temas específicos.

Finalmente, para concluir o resultado da segunda prioridade, eu estou mostrando aqui um programa lançado muito recentemente, que é o chamado Programa Prime. Prime é de primeira empresa inovadora, é um programa voltado para financiar empresas nascentes, novas empresas, aquelas empresas que estão em incubadoras de empresas, junto de universidades, empresas que têm até dois anos de vida. Esse programa selecionou incubadoras de empresas em 17 estados... Aliás, 17 incubadoras nesse estado que estão aqui, tem estado que tem mais do que uma, e essas empresas vão receber subvenção econômica no primeiro ano e crédito a juro zero no segundo ano, para que elas possam desenvolver os seus produtos. Nós temos em todas as regiões, temos na Amazônia, em Manaus, especificamente, no Nordeste, no Distrito Federal, no Sudeste e no Sul. Próximo.

Em relação à terceira prioridade do plano, ela abrange um grande número de setores voltados, como o nome diz, à pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas. As áreas estão aí mostradas, tecnologia para o futuro, tecnologia da informação e comunicação, saúde, biocombustíveis, energia elétrica, energia renovável, petróleo, gás e carvão, agronegócio, biodiversidade e recursos naturais, Amazônia e semi-árido, meteorologia e mudanças climáticas, programa espacial, programa nuclear, Defesa Nacional e segurança pública; portanto, é um conjunto bem abrangente de áreas, e, naturalmente, nessa prioridade, especificamente, a articulação, a participação de outros Ministérios, que não o MCT, é muito grande. O MCT ajudou até a coordenar, articular algumas áreas, mas, por exemplo, no agronegócio, as atividades são executadas principalmente pelo Sistema Embrapa. O MCT contribui com recurso do fundo setorial do agronegócio, contribui com articulações, com planos; o CGEE, que eu mencionei anteriormente, que é a entidades que ajuda na articulação, coordenou a elaboração de um plano para a recuperação das entidades estaduais de agronegócio. Então, nós participamos, de alguma forma, mas a participação de outros Ministérios é muito grande.

Eu vou apresentar, muito sucintamente, alguns resultados nessas áreas mencionadas. Por exemplo, em tecnologia da informação e comunicação, nós temos hoje, em curso, um programa nacional de microeletrônica, voltado para formar projetistas de circuitos integrados em todo o Brasil. Cada pontinho desse indica um centro que tem um componente do Programa Nacional de Micro Eletrônica, formando estudantes, atraindo estudantes, formando projetistas. Próximo. E os projetistas, que fazem projetos, que são mandados para virar protótipos, circuitos, numa fábrica de chips na Coréia ou no Canadá ou em Taiwan, a partir deste ano, terão, no C&Tec, em Porto Alegre, um Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada, que tem um centro de projeto também, mas que vai ter uma fábrica moderna, voltada para produzir, aqui mesmo, circuitos integrados, em geral, voltados para aplicações específicas em equipamentos eletrônicos dedicados. Esse centro já está com a sua construção concluída, a parte da fábrica está em montagem. Agora, o centro de projetos já está pronto, e ele será inaugurado na sexta-feira da próxima semana. Nós teremos lá, participando da inauguração, a Ministra Dilma Rousseff, que, sendo lá do Rio Grande do Sul, ajudou a construir esse programa e que tem acompanhado muito de perto a execução desse centro. Próximo.

No caso do petróleo, gás e carvão, essa tabela é apenas para mostrar os investimentos da PETROBRAS, só da PETROBRAS, em pesquisa e desenvolvimento, e eles têm aumentado muito ao longo dos últimos anos. No último ano, em particular, passou a estruturar, e nós participamos disso, de projetos voltados para exploração do pré-sal.

Pulando para o item 14, de recursos naturais, eu quero chamar atenção de que o Brasil dispõe desde semana passada, e nós tivemos um evento importante no Rio de Janeiro, há duas semanas, com o comandante da Marinha Moura Neto, com a presença do Vice-Almirante Ney Zanella dos Santos, que está presente aqui. Temos aí também a presença do Comandante Cid, do Comandante Odilon Leite, do Comandante Paulo Pimentel Nogueira. Há um grande entrosamen-

to do MCT com a Marinha. Então, em conjunto, com recurso do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Marinha, foi adquirido um navio hidrográfico que veio para o Brasil e foi reequipado, e ele foi, então, apresentado à comunidade científica há duas semanas, e nós temos, então, o que nós chamamos de um laboratório nacional embarcado. Pesquisadores de qualquer área poderão apresentar projetos, projeto de formação de pessoal, de pesquisa, e terão, então, direito a um certo número de dias embarcados, conduzido pela Marinha, naturalmente, um navio, a Marinha opera o navio, mas as pesquisas serão conduzidas pelos pesquisadores. E teremos, muito brevemente, já está se dirigindo ao Brasil, um navio para contribuir para a exploração da Antártida, navio polar, Almirante Maximiano, adquirido no ano passado, também com recursos da Marinha e do Ministério da Ciência e Tecnologia. E temos, hoje, um projeto, conduzido pelo CGEE, de construção, no Brasil, de um navio que será feito até 2014.

Esse gráfico mostra rapidamente o aumento dos recursos do MCT na Amazônia legal, é um aumento considerável nos últimos anos. Próximo. Esse aumento acompanha, naturalmente, o aumento do número de pesquisadores da Amazônia pelo centro-sul do CNPq. Havia cerca de 2.200 pesquisadores, no ano 2000; hoje, eles se aproximam de 7 mil, ou seja, está havendo um aumento do número de pesquisadores na Amazônia, que é a única condição absolutamente necessária para que nós tenhamos, digamos assim, um maior domínio do Brasil, das questões amazônica, em todas as áreas. Próximo.

Nós temos, como eu mostrei anteriormente, dez institutos nacionais localizados na Amazônia, redes formadas, e vamos ter, estamos articulando com a França, a formação de um centro franco brasileiro da biodiversidade, uma vez que a França faz fronteira com o Brasil através da Guiana Francesa. Então, estamos discutindo um programa integrado. Também estamos discutindo um programa junto com os países sul-americanos da Amazônia, que têm recursos da Amazônia. Próximo.

Eu falei anteriormente da rede de mudanças climáticas que já está formada, ela abrange um conjunto de entidades.

Finalmente, na quarta prioridade, nós temos as duas últimas linhas de ação, chegamos as 21, que eu mencionei anteriormente. A primeira é popularização da ciência e da tecnologia e melhoria do ensino de ciência. A segunda é tecnologia para o desenvolvimento social. Eu vou apenas mencionar uma delas, que é essa primeira aqui, que tem uma iniciativa extremamente importante que está tendo um sucesso grande, que é a olimpíada brasileira de matemática nas escolas públicas. Essa olimpíada para escola pública foi criada no ano de 2005. Até então, a olimpíada de matemática que havia era voltada para escolas, principalmente escolas privadas. E aí, então, o Presidente Lula desafiou os organizadores da olimpíada e o Ministério da Ciência, Tecnologia e da Educação a -cumprimentar o Senador Efraim Morais - fazer para as escolas públicas. Pois bem, em 2005, a olimpíada teve uma participação de 10 milhões de estudantes; em 2006, 14 milhões; em 2007, 17; em 2008, 18 milhões de estudantes. E essa olimpíada envolve uma articulação muito grande, porque a olimpíada é feita em três níveis do ensino fundamental e do ensino médio, e a prova tem duas etapas: uma etapa de múltipla escolha e uma etapa discursiva. E essa olimpíada só pode ser executada porque ela tem a participação voluntária de 120 mil professores das escolas públicas participantes, que, em 2008, atingiram 40 mil escolas, em 98,7 dos municípios brasileiros. E essa olimpíada tem revelado talentos formidáveis, e alguns deles vêm de cidades absolutamente, digamos assim, desconhecidas da população brasileira. Por exemplo, no caso de Pernambuco, que eu conheço um pouco mais de perto, nós temos um tri-campeão de medalha de ouro, porque os alunos premiados recebem medalha de ouro para os primeiros colocados, de prata e de bronze. Então, nós temos, neste ano, na olimpíada do ano passado, de 2008, 34 tricampeões de medalha de ouro, 34, de vários estados. Nós temos apenas um tetracampeão, ou seja, apenas um aluno conseguiu ganhar medalha de ouro nas quatro olimpíadas. Ele não vai ser penta campeão porque ele passou no vestibular de engenharia eletrônica na Universidade de São Paulo. Esse aluno é da periferia de São Paulo, filho de uma empregada doméstica e que ganhou a medalha de ouro quatro vezes, e agora é aluno da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, um dos melhores cursos do Brasil. Mas tem 34 tricampeões da medalha de ouro.

E no caso de Pernambuco, tem alguns do Recife, mas tem um de Quixaba, e ninguém nunca ouvi falar em Quixaba. Aliás, até alguns anos atrás, ela nem existia, porque Quixaba era parte do Município de Flores, que também ninguém nunca ouviu falar. Aliás, ninguém não, o Brasil, os pernambucanos conhecem Flores, porque Flores também era parte de outro município há alguns anos.

Então, lá em Quixaba, tem uma escola que não fica na sede do município, fica na área rural e que tem um aluno que é tricampeão de medalha de ouro. Então, essa olimpíada tem revelado talentos. No caso do Ceará, tem um aluno que, no ano passado, foi, digamos assim, mostrado pela mídia nacional, porque

ele é tetraplégico, e, com toda dificuldade dele, ele ganhou, no ano passado, medalha de ouro pela segunda vez e, este ano, ganhou pela terceira vez. Então, ele vai ser tricampeão, vai ser levado em cadeira de roda para receber medalha de ouro, num evento que nós teremos no Rio de Janeiro, com a presença do Presidente Lula, no dia 15 de abril.

Próximo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Do Ceará. Uma outra iniciativa para contribuir nesse sentido de popularizar a ciência é a Semana de Ciência e Tecnologia, que tem sido promovida desde 2004, cada ano com um número maior de municípios envolvidos, com um número maior de atividades. Aqui em Brasília, ele está ganhando uma grande dimensão. Todo ano nós temos uma grande exposição aqui na Esplanada dos Ministérios e vamos ter, agora, em 2009, comemorando os 100 anos da descoberta da Doença de Chagas, por Carlos Chagas, e 100 anos do início do ensino tecnológico no Brasil. Essa semana de ciência e tecnologia é sempre feita no mês de outubro.

E, em conclusão, esse plano de ciência e tecnologia, como falei, mostrei alguns resultados mais significativos, tem algumas macrometas, uma delas é chegar em 2010 com investimento total em pesquisa e desenvolvimento de 1,5% do PIB. Ele era aproximadamente 1% em 2006, sendo 0,64% do Governo Federal; 0,21% dos Governos estaduais e 0,65% das empresas.

Aqui está a meta para formação de recursos humanos. Pretendemos chegar a 170 mil bolsas do CNPq e da CAPES. Como eu disse, a pretensão é chegar a 0,65% do PIB de investimento das empresas, e chegar na última prioridade, na quarta prioridade, com, pelo menos, 21 milhões de estudantes participando das olimpíadas e tendo 10 mil bolsas concedidas aos premiados. Atualmente, nós temos 3 mil bolsas para conceder para os primeiros colocados no programa.

Essa projeção que fazemos do investimento, naturalmente, é baseada na evolução dos últimos anos, em percentual do PIB esta é a curva correspondente aos investimentos do Governo Federal, dos Governos estaduais, temos um aumento claro nos últimos três anos. Colocando agora no mesmo gráfico um investimento federal e estadual somados dá o que chamo aqui o investimento público, essa linha azul, que por uma coincidência enorme se confunde com a linha do investimento empresarial. Ela só difere maio de 2007 que houve um grande aumento nos recursos dos estados e do Governo Federal. Estamos, portanto, em um 1,12% em 2007, e o nosso desafio é exatamente chegar a 1,49% do PIB em 2017. 1,11 de 2007 eu mostrei anteriormente, os números seguintes são estimativas, não temos ainda o número fechado de 2008.

Próximo. Essa evolução do orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia é uma evolução muito grande desde 2000 até 2008, e aquele que eu mencionei anteriormente é a questão do corte que houve no Projeto de Lei e que nós estamos aguardando uma recomposição e nós, certamente, contaremos com o apoio desta Subcomissão, já recebido do Senador Flexa Ribeiro palavras de apoio para que não aconteça com o orçamento de 2010 o que aconteceu com o orçamento de 2008 de ter o corte feito no Congresso que sempre apoiou muito as ações de ciência e tecnologia.

A versão completa do plano e apresentação dos primeiros resultados encontra-se na página do Ministério da Ciência e Tecnologia. E eu agradeço a atenção de todos. E estou à disposição para prestar maiores esclarecimentos

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu estou pedindo pela ordem, peço até desculpas aos demais senadores, que eu queria que voltasse àquele mapa dos centros de pesquisa. Eu vi que a Amazônia que tem 60% do território nacional, e o Sr. Ministro disse que tem 7 mil pesquisadores, e parece que só tem um centro de pesquisa. Então, eu estou achando que deveria se instalar mais centros de pesquisa na Amazônia.

E outra pergunta era sobre o hidrogênio. O que é que tem de concreto sobre a pesquisa de hidrogênio para a geração de energia?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro Sérgio Rezende.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Eu queria voltar aos institutos nacionais de ciência e tecnologia. Na verdade, o Senador Valdir Raupp chegou um pouquinho depois que eu apresentei o mapa dos institutos nacionais na Amazônia. Nós temos hoje dez institutos nacionais na Amazônia. O programa anterior que era o Instituto do Milênio tinha um na Amazônia, hoje tem dez, tem cinco no Estado do Amazonas, quatro no Estado do Pará, e aí eu quero pedir para mostrar o seguinte: esse instituto nacional, aquele mapa anterior mostra a localização da sede, agora o instituto é formado por uma sede e por uma rede articulada. Então, eu estou mostrando dos dez da Amazônia apenas um deles, esse que chama estudos integrados de biodiversidade Amazônica. Ele tem participação em rede de grupos de Roraima, do Amapá, do Acre, de Rondônia

e do Mato Grosso. Então, é uma rede formada. A sede está em Manaus, porque o Instituto de Pesquisa da Amazônia é que teve, digamos assim, a capacidade da articulação e que tem a maior competência.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): É que eu cheguei atrasado, e o mapa que eu vi só mostrava a sede, aquele mapa que foi mostrado posteriormente.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: O primeiro mapa, o anterior só mostra a localização das sedes, porque se nós tentarmos botar no mapa as sedes com todos os laboratórios articulados nós vamos encher o mapa do Brasil. Aliás, nós vamos fazer isso, porque vai cobrir realmente o mapa do Brasil.

Eu quero dizer, senador, que, certamente, nós devíamos ter no Norte, especificamente na Amazônia, no Nordeste e no Centro-Oeste, um número maior de centros do que temos atualmente . Agora, nós estamos caminhando para isso, porque não se faz isso de uma hora para outra. É preciso atrair competência para aquelas regiões, e isso está ocorrendo de maneira gradual.

Sobre a sua pergunta de pesquisa do hidrogênio, nós temos hoje uma rede de pesquisa voltada para a economia do hidrogênio, tem redes, tem laboratórios que tem uma finalidade mais acadêmica, mas tem algumas experiências mais concretas. Por exemplo, tem um programa que envolve a EMTU de São Paulo, e que vai permitir, até o meio de ano, ter um ônibus protótipo trafegando, impulsionado por célula de hidrogênio, desenvolvida nesse programa. Nós estamos fazendo um programa com a indústria de ônibus, porque não há indústria nacional de automóveis. Nós temos indústrias nacionais de ônibus. Então, estamos caminhando para dominar a tecnologia de célula de hidrogênio para geração de energia e também para tração veicular.

E posso lhe mandar informações mais detalhadas sobre o programa.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro Sérgio Rezende, a angústia do Senador Valdir Raupp é de todos nós amazônidas. Ele, ao verificar, a imensidão da região e a forma rarefeita de atendimento, ele também fica angustiado e coloca logo esse questionamento. Mas o Ministro, Senador Valdir Raupp, ele buscou, o Senador Edison Lobão também... O Maranhão, ele faz parte tanto do Nordeste quanto da Amazônia, nós queremos que ele venha para a Amazônia como um todo, e ele parece que quer ir para o Nordeste como um todo, e fica nessa divisão.

Mas o Ministro já foi pró-ativo, ele, ao colocar na sua brilhante exposição, ele já colocou a Amazônia na exposição com destaque que a região merece e terá, tenha absoluta certeza, por parte tanto do Ministério, quanto do Governo Federal.

Mas eu quero agradecer, Ministro, a brilhante exposição que V. Exa. fez aos membros da Comissão e que vai propiciar a interação agora com os questionamentos dos nossos membros da Comissão, nossos senadores e senadoras, para que nós possamos então aprofundar alguns pontos que foram aqui apresentados por V. Exa. Tenho uma relação de inscritos, e eu pediria ao nobre Senador Flávio Arns que permitisse... Ele, como primeiro inscrito, que permitisse ao Senador Cícero Lucena, que veio até aqui a Mesa, dizendo que ele vai ter reunião da Mesa Diretora do Senado agora, às 10h30. Então, ele gostaria também de iniciar com questionamentos, se V. Exa. permitir.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu permito com o máximo prazer. Ele vai resolver, ele disse, pequenos probleminhas que estão acontecendo no Senado para fazer os encaminhamentos necessários.

Mas eu queria sugerir à V. Exa. que, depois, nós todos fizéssemos os questionamentos e o Ministro poderia responder a todos de uma maneira conjunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Coloco em discussão a proposta do Senador Flávio Arns para que os questionamentos sejam feito em bloco. Se todos concordam. Aprovado.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Eu responderia apenas primeiramente a do Senador Cícero.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A do Senador Cícero.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado ao Senador Flávio Arns, a compreensão dos demais companheiros.

Dizer, Ministro, que também reconheço a importância da sua presença aqui, para nós é motivo de alegria, principalmente, por tratarmos de um assunto que é fundamental para um país que quer ser grande e, principalmente, quer ser justo, ciência e tecnologia é um passo largo para que a gente possa atingir esses objetivos.

Agora, Sr. Ministro, nós temos hoje, sem dúvida nenhuma, tempos atrás até aproveitando o momento da queda do muro de Berlim, naquela oportunidade eu fazia uma comparação e fazia um apelo para quem tivesse a oportunidade de fazer que aproveitasse para derrubar o muro imaginário que existia entre o Nordeste e outras regiões do País, em particular, as mais desenvolvidas. Alguns instantes podemos comemorar alguns avanços, outros podemos chorar as não conquistas, mas, sem dúvida nenhuma, consideramos que a ciência

e tecnologia seria algo fundamental para que fizesse desse país um país mais justo e mais solidário.

E a minha pergunta entre outras, primeiro instante, é o que está sendo feito para uma região como o Nordeste na questão climática, não para combater a seca em termo de pesquisa, porque seca não se combate, se busca conviver com ela da melhor forma possível. Qual a orientação do Ministério da Ciência e Tecnologia para que possa proporcionar essa convivência com esse problema climático que cada vez mais está se agravando aí por fatores outros, entre eles o aquecimento global.

Da mesma forma nós perguntamos também, e aí eu não consegui ver, talvez pela forma um pouco mais genérica, o que o Ministério está fazendo entre outros itens, mas em particular na questão do gerenciamento do aquecimento global? Eu vi as energias renováveis, mas na questão, por exemplo, do gerenciamento do resíduo sólido, ou seja, em projetos de novos produtos utilizando o procedimento da reciclagem, o que é que o Ministério está estimulando e o que tem já em termos de conquista? Obviamente que o senhor não vai poder me responder tudo, mas fica a pergunta para que, oportunamente, o senhor possa esclarecer, até para não tomar tempo também dos demais senadores, nós repassaremos para eles.

E por fim dizer o seguinte: que a Paraíba espera... Que é um Estado que, muitas vezes, a gente busca a PETROBRAS, e a PETROBRAS diz que não investe lá porque não tem petróleo. Mas o Ministério da Ciência e Tecnologia podia ser um dos vetores para compensar o não investimento do Governo Federal no nosso estado. Nós temos campos universitários eficientes, um dos primeiros campos de tecnologia de informática do País comparado a de São Carlos em São Paulo e a de Campina Grande na Paraíba, que antes fazia parte da Universidade Federal da Paraíba, e hoje é da Universidade de Campina Grande. Então, um estímulo maior para aquele centro de pesquisa que, sem dúvida nenhuma, seria fundamental para o desenvolvimento do nosso estado.

E, por fim, fazer a consulta de o quanto em todo esse volume, e aí me permitam voltar à minha origem como senador do meu querido Estado da Paraíba, quanto desse volume foi aplicado, efetivamente, em pesquisa, ciência e tecnologia, porque nós sabemos, e aqui vai um registro que foram aplicados 45 milhões numa estação ciência na cidade de João Pessoa, onde desmatou a Mata Atlântica no ponto mais oriental das Américas, sobrecarregou uma barreira que está desmoronando em função do mar, que quando eu era prefeito há 100m nós chegamos a proibir passagem de veículo porque estaria contribuindo para o desmoronamento dessa barreira, e essa estação ciência hoje está servindo apenas de palco para a administração municipal, e, às vezes, até para dar curso para quem vai fazer concurso. É lamentável a aplicação de 45 milhões para ciência e tecnologia para esse tipo de procedimento e no momento em que todos nós sabemos da importância do recurso para o desenvolvimento na ciência e tecnologia. Era isso, Sr. ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Cícero Lucena.

Passo a palavra ao Ministro Sérgio Rezende para que possa responder os questionamentos.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Senador, eu vou então, pela ordem, das suas colocações. A primeira. O que é que o Ministério da Ciência e Tecnologia está fazendo em relação à tecnologia para contribuir com a convivência com a seca? Nós estamos fazendo uma iniciativa que era reclamada, há muito tempo, que está em curso, que ainda não está aparecendo muito, porque esse é um processo gradual que é a implantação do Instituto Nacional de Pesquisa no Semi-Árido, INSA. O INSA foi criado por lei em 2004, houve uma dificuldade que na lei não se criou cargos, mas ele foi implantado gradualmente. Agora o INSA hoje é uma realidade, é uma realidade que tem feito uma articulação com muitas entidades que atuam na região do semi-árido, entidade da Embrapa, universidades, tem um plano estratégico que foi discutido amplamente com pesquisadores, com comunidades e que teve a condução do CGEE que eu mencionei anteriormente, e está em processo de licitação para construção de sua sede num terreno que foi desapropriado pelo estado. Então, a construção de um centro de pesquisa, por mais que nós gostássemos de ter um centro criado rapidamente, ele é um processo gradual. O C&Tec que eu mencionei anteriormente em Porto Alegre, é uma iniciativa que começou, efetivamente, em 2003, nós vamos estar inaugurando este ano. Então, o INSA, como eu falei, já é uma realidade. Agora, ele tem esse papel, vai ter esse papel de não só fazer pesquisas em fronteira em algumas áreas, mas, principalmente, fazer transferência de tecnologia, aglutinar experiências.

Com relação a mudanças climáticas, nós temos uma rede nacional, que eu mencionei anteriormente, e, desta rede, participam vários Estados do Nordeste, participa a Paraíba, participa o Ceará, participa o Pernambuco, participa o Rio Grande do Norte. Então, nós estamos montando uma rede de pesquisa e que vai fazer com que possamos ter, digamos assim, modelagens e estudos, pensando cada região do país que eventualmente como será afetado pelas mudanças climáticas.

Sobre a questão de investimento na região, eu quero chamar atenção de que, naquele mapa do Brasil, que eu mostrei, nós temos 20 institutos nacionais no Nordeste. O programa que havia anteriormente, que era o Instituto do Milênio... Tinha dois Institutos do Milênio no Nordeste, esse tem 20. Além disso, o Instituto Nacional é muito maior e tem muito mais recurso do que o Instituto de Milênio. Isso faz parte desse esforço deliberado do Ministério da Ciência e Tecnologia de ampliar os recursos que vão para as regiões. Aí eu gostaria de mencionar alguns números. Eu tenho aqui uma tabela que posso disponibilizar para os senadores. A tabela que eu trouxe é consolidada por região, mas nós temos, naturalmente, por estado, dos investimentos do Ministério da Ciência e Tecnologia com todas as suas agências: CNPq, FINEP, administração central para as diversas regiões, desde o ano 2000 até 2008. Então, na região Nordeste, o total investido no ano 2000 foi 109 milhões de reais. Em 2008, esse número atingiu 460 milhões de reais. É um aumento por um fator quase cinco em oito anos--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Ministro, me permita. Num total de 109 de quanto, um total de quanto para o País?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: --Um total de 870 milhões, eram 109. O total em 2008 para o País foi de 3 bilhões e 600 milhões de reais, e o total do Nordeste foi 460 milhões de reais. É ainda uma fração pequena, mas o que está acontecendo é que... E eu tenho também um gráfico que mostra o crescimento, uma tabela que mostra o crescimento pelas regiões, aqui percentual por País. Então, a região no qual o investimento menos cresceu percentualmente foi a região Sudeste. Agora não houve um decréscimo, naturalmente, não é possível, então as correções dessa má distribuição geográfica vão se fazendo ao longo dos anos com a política firme.

Quero mencionar também que naquele Programa Prime, que eu mencionei, de primeira empresa, que selecionou 17 incubadoras em todo o País, uma das 17 é exatamente a de Campina Grande, o Parque Técnico que tem uma tradição muito grande. Então tem um em Campina Grande, tem um em Recife, não tem nenhum em Natal; dos 17 tem um em Campina Grande, um em Pernambuco, um em Sergipe também.

Finalmente, com relação a sua observação em relação à estação ciência, o total do investimento feito pelo Ministério da Ciência e Tecnologia naquele projeto foi de 3 milhões de reais e foi exatamente para dar partida por quê? Porque foi-nos apresentado pelo prefeito um projeto para fazer no local que nós conhecemos a importância estratégica, não conhecemos o detalhe da questão geológica que o senhor mencionou, mas o lugar estratégico importante em João Pessoa, ele apresentou a proposta para fazer um museu de ciência, um local para exibição de ciência, e nesse ponto esse programa se encaixa perfeitamente num programa do Ministério que é apoiar cada vez mais iniciativa de divulgação da ciência. Os problemas que o senhor menciona eu, realmente, não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Permita-me só... Porque eu já vou sair. Ministro, o senhor me afirma que só foram 3 milhões porque a obra lá foi executada por 42?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: O Ministério da Ciência e Tecnologia deu o que nós chamamos de o capital inicial, o capital de semente.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O senhor não considera, por exemplo, que emendas parlamentares, via Ministério da Ciência e Tecnologia, seja parte do...

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Veja. Tinha uma emenda muito grande, no ano passado, de 17 milhões de reais que não foi executada. Essa emenda não foi executada até por razões diversas. Mas, na construção do empreendimento--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): A única participação é 3 milhões.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: --a participação do MCT foram de 3 milhões de reais.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aos outros senadores inscritos. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu quero, em primeiro lugar, também enaltecer a sua presença, parabenizá-lo pela apresentação, pelos trabalhos, bem como a equipe estruturada, bem estruturada, do Ministério da Ciência e Tecnologia, e V. Exa. e a equipe têm uma credibilidade, sem dúvida, bastante grande aqui dentro do Congresso Nacional e dentro do Brasil, do País, nesta área. Então, quero... Sem dúvida, é sempre uma alegria ter V. Sa. aqui na Comissão, e, particularmente, olhando, porque uma apresentação dessa natureza nos leva à necessidade, inclusive, de pensarmos mais sobre o assunto, nos aprofundarmos para que, em outras ocasiões, o debate possa também continuar.

Eu só gostaria de pedir alguns esclarecimentos maiores, dentro da apresentação bastante adequada e brilhante de V. Exa. A primeira é a relação com as instituições de ensino superior. Quanto da pesquisa, se houver essa possibilidade, pode ser atribuída à parti-

cipação das instituições de ensino superior, dentro do universo de pesquisa, sendo desenvolvidas no Brasil? Porque havia até, recentemente, sempre o argumento de que a maior parte da pesquisa era proveniente das instituições de ensino superior, até porque existe uma interface entre esta Comissão e a Comissão de Educação, já que instituições de ensino superior fazem parte da Comissão de Educação, e a instituição sempre tem, dentre seus objetivos, o ensino, a extensão e a pesquisa. Então, essa interface também tem que ser trabalhada.

Um outro aspecto que eu gostaria de perguntar é se os fundos setoriais, os recursos dos fundos setoriais vêm sendo liberados normalmente ou se há contingenciamentos dentro dos fundos setoriais, o que já foi objeto, inclusive, de audiências públicas na época em que a ciência e tecnologia fazia parte da Comissão de Educação.

Quero parabenizar pela realização da olimpíada. De fato, o aluno mencionado em cadeira de roda, é um aluno, se for a mesma pessoa do Estado do Ceará, que o pai levava o filho para a escola num carrinho de mão, sentava no carrinho de mão. Os professores iam à residência do aluno, para ver o interesse da escola no desenvolvimento do aluno, os professores iam levar as tarefas em casa, e aquele aluno era auxiliado pelos pais no processo de aprendizagem. E, atualmente, o prefeito, inclusive, vem contribuindo para que ele possa morar, pelo que foi relatado, perto da escola. E é uma iniciativa realmente das mais importantes.

A outra pergunta que eu gostaria de fazer é parabenizar pelo Programa ProAntar que nós temos, inclusive, a frente parlamentar Pro... Programa da Antártida, e isso foi bastante debatido também no decorrer dos anos. E eu gostaria só de perguntar se... Foram mencionados aqui os navios, a pesquisa, o que é fundamental, mas gostaria de saber como é que está a base lá na Antártida, porque, dois, três anos atrás, havia um pleito bastante intenso do programa, porque havia a necessidade, na época, de 10 milhões de reais - dois, três anos atrás -, e esse recurso não estava disponível. Então, só para ter uma atualização de como que esse programa, que era um programa, uma necessidade interministerial, e todos nós, senadores, nos envolvemos muito na época. Só para saber como é que está.

O outro aspecto que eu gostaria, se o senhor pudesse mencionar, os resultados desse esforço. É claro que existem muitos aspectos que podem ser visualizados, mas, por exemplo, em termos de número de artigos indexados, em termos de patentes que o Brasil realizou, porque há um investimento significativo na área, mas só para sabermos mais concretamente quais os parâmetros que o Ministério vem aceitando, para fazer uma análise da eficiência dos... É claro que é difícil de falar porque quando a gente pensa que tem tantos mestres, tantos doutores, tantos pesquisadores, isso já é uma indicação, naturalmente, mas isso tem que se traduzir em, vamos dizer, pesquisas publicadas, em patentes feitas, em projetos implantados, ou algo semelhante.

E, por último, Sr. Ministro, principalmente, quando se trata, por exemplo, de incentivo, particularmente, na área da empresa, a empresa tem um incentivo fiscal, não paga, isso significou um avanço importante na área da pesquisa. Só para ver como é que está esse controle. Houve, certamente, avanço que a empresa apresenta, mas isso significou patentes. Qual o benefício para o Poder Público em termos do incentivo e da subvenção que o senhor mencionou, mas subvenção já são projetos, ter uma ideia melhor disso. Mas, claro, foi explicado.

E, finalmente, na parte do desenvolvimento social que eu gostaria de fazer uma indagação, porque tudo isso que está sendo feito que o senhor mencionou, nós sempre temos que pensar que isso conduz a parte social, mudanças climáticas. Por exemplo, é claro que nós vamos, em função desse estudo de mudanças climáticas, todos nós temos que construir cenários para agricultura, cenários para pesca, cenários para educação, para casa. Quer dizer, ter um impacto social. O programa Proantar tem um impacto naturalmente, estudar o tempo, vento, chuva, enchentes; isso a gente pode imaginar até pelos desastres, pelos quais o mundo vem passando, ambientais, e o Brasil também, o caso de Santa Catarina mais recente.

Mas eu gostaria de ver um pouco mais... Porque eu achei, na verdade, Sr. Ministro, e sei que não é isso, mas, pela apresentação, aquilo que é diretamente relacionado ao desenvolvimento, uma tecnologia da ciência, da tecnologia na área social e coisas assim bem práticas. O Senador Cícero Lucena mencionou materiais recicláveis. Por exemplo, é uma grande dificuldade no Brasil ter uma coisa extremamente simples, que é agregar valor àquilo que os catadores recolhem na rua. Como agregar valor ao plástico, como agregar valor ao papel, ao metal, para que, com isso, eles se livrem um pouco também da intermediação que ocorre nesta área, e que possa ter uma renda melhor. Eu sei que a Universidade Federal de São Carlos, por exemplo, desenvolveu, talvez até esteja relacionado a isso, um tipo de papel, de impressão, a partir do plástico. Pelo menos, eu vi nos jornais publicados. Mas coisas bem concretas. E como é que nós poderíamos incentivar mais? Por exemplo, o senhor mencionou a questão do aluno da olimpíada. Uma das maiores dificuldades

do deficiente físico é ter uma cadeira de rodas motorizada, que custa muito caro. Para a pessoa com deficiência física, paraplégico, tetraplégico ou com outro problema de saúde, uma cadeira de roda motorizada é diferença entre ser produtivo, trabalhar, sair de casa e não ficar dependendo de outras pessoas. Então, nesse sentido... Outras tecnologias bem práticas. Eu vi ainda, outro dia, uma tecnologia, mas a ciência, mas é tecnologia. E claro, foi mencionado células tronco, também, que está nessa área da deficiência. E não entrando no debate aí, porque não é o momento agora, também, de entrar no debate, porque isso já vem sendo objeto de debate aqui no Congresso, mas em termos de praticidade.

Então, tudo isso, gostaria assim que essa parte do desenvolvimento social pudesse ir, principalmente se o senhor puder dizer como que ele pode incentivar mais, porque nós queremos colaborar para que essa área, os problemas do dia-a-dia da nossa população possam ser resolvidos. Casas, por exemplo, usando material reciclado para telhado, para paredes. Como é que nós podemos usar lata de leite, por exemplo, caixa de leite, aliás - não lata de leite -, para fazer telhado, garrafa plástica para fazer parede, ou aquecimento solar nesse plano de 1 milhão de casas que o Governo Federal está querendo construir. Como é que a gente pode usar energia alternativa, também, se isso faz parte? Mas no dia-a-dia mesmo.

Só para concluir, que eu me lembrei. Não sei se eu estou enganado, ou não, mas o recurso do PIB, relacionado ao PIB, no final do Governo passado, estava perto de 1%, e, atualmente, é 1.2%. Estaria correto isso? E o que é que o senhor acha que é adequado? Porque pela apresentação que o senhor fez, a impressão que eu tenho é que a necessidade financeira está atendida. Existem recursos para as necessidades de ciência e tecnologia. Esta impressão está correta ou quais os recursos que outros países em situação parecida com a do Brasil aplicam relacionado ao PIB? Eu sei que nunca é suficiente o recurso, mas eu tenho ouvido de pessoas da área dizer: “Não, os recursos são suficientes”. É isso mesmo?

Mas quero parabenizar o senhor e toda a equipe, de novo, pelo trabalho e pela seriedade, pela competência, e queremos contribuir para que esta área se aprimore ainda mais no Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço o Senador Flávio Arns. E passo a palavra ao nosso Vice-Presidente, o Senador Lobão Filho do PMDB do Maranhão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Obrigado, Presidente. Ministro Sérgio Machado. Em primeiro lugar eu gostaria de parabenizar V. Exa. pela brilhante exposição. E registrar aqui é preciso muita coragem para, nos tempos de hoje, constituir uma empresa pública para desenvolvimento de circuitos integrados de tecnologia. Esse C&Tec de Porto Alegre é um ato de coragem. Parabéns! E que Deus permita que lá se transforme num vale de silício brasileiro, que possa contribuir para a nossa economia, para a economia do nosso País. Parabéns!

Eu há 27 anos fui funcionário do CNPq, foi o meu primeiro emprego. E desde aquela época eu pude absorver a paixão de todos os funcionários do CNPq pelo incentivo à pesquisa, pelo trabalho e as bolsas dadas aos pesquisadores. Mas desde aquela época eu tinha uma preocupação muito grande, e é a pergunta que eu faria a V. Exa. em relação aos instrumentos que o Ministério e o CNPq possam implantar para preservar o investimento público brasileiro nesses pesquisadores que são enviados, muitas vezes ao exterior, através de bolsas, e lá permanecem e ficam, e não retornam ao nosso País para dar a contrapartida do investimento que houve nas suas pesquisas. Eu queria perguntar que instrumentos que o Governo brasileiro está adotando ou adotou para que esses pesquisadores tenham que retornar e possam contribuir com a sociedade brasileira daqueles recursos que o País investiu neles?

Outro item, e aí eu pegaria uma carona na fala do Senador Flávio Arns, em que ele coloca em que sentido nós, Parlamentares, Senadores poderemos contribuir para o Instituto da Ciência e Tecnologia no Brasil. Eu pediria ao Ministro que nos ajudasse a fazer uma lei semelhante a Lei Rouanet em que incentiva a cultura. Eu acho que o Brasil também tem que ter uma lei que incentiva a ciência e a tecnologia, a pesquisa. Eu vi aqui muito incentivo público, muitos recursos públicos, mas eu acho que a iniciativa privada pode dar uma contribuição significativa para o incremento da inovação tecnológica. Eu sou economista e logo quando você estuda economia a primeira coisa que você aprende é que um dos pilares da produtividade é a inovação tecnológica. Eu diria até um dos principais pilares da produtividade. E você não pode imaginar que haja aumento de rentabilidade marginal, em qualquer setor econômico, sem haver inovação tecnológica. Então, a inovação tecnológica é algo inerente, necessário, vital para a sobrevivência de todas as empresas brasileiras e mundiais. Sendo assim, eu acho que as empresas são as maiores interessadas em incentivar exatamente a pesquisa. Então, acho que deve haver uma lei muito semelhante à Rouanet neste setor. E eu me coloco junto com os senadores, a exemplo do Senador Flávio Arns, para que a gente possa, junto, fazermos, a quatro mãos, uma lei semelhante.

E para finalizar. Eu pediria ao Ministério da Ciência e Tecnologia que fizesse um estudo sobre a possibilidade, porque eu vi no mapa onde V. Exa. explicou os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia espalhados pelo Brasil todo. Exatamente no Maranhão, há uma lacuna, não há no Maranhão e no Tocantins, centro do País, união entre o Nordeste e Norte nenhum instituto semelhante a esse. E hoje o panorama no Maranhão é o panorama onde se prevê a instalação, já a instalação de diversas usinas de álcool, diversos projetos de energia eólica, diversos projetos de energia e biomassa. Então, eu sugeriria que se fizesse um Instituto de Ciência e Tecnologia no Maranhão focado em energias renováveis. Desenvolvimento de tecnologia em energias renováveis.

Eu vou encaminhar na próxima sessão deliberativa desta Comissão um requerimento ao Ministério, para que pudesse fazer um estudo da viabilidade da implantação desse instituto no Estado do Maranhão.

Para finalizar, quero parabenizar não só V. Exa., mas toda a equipe do seu Ministério, pelo trabalho brilhante que eu vi nesta exposição, e dizer que, para boas iniciativas, o senhor sempre contará com a participação deste Congresso, independente de parlamentares da oposição ou do Governo . Parabéns! Parabéns ao Governo Lula! E parabéns à sua equipe! Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Edison Lobão, Lobão Filho, melhor dizendo, nosso Vice-presidente. É que nosso Senador Edison Lobão está permanentemente conosco aqui no Senado Federal.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr. Ministro, eu queria também, na mesma linha, parabenizar o Ministro pelo trabalho, pelo dinamismo com que empreendido no Ministério da Ciência e Tecnologia. No passado esse Ministério era apagado, ninguém sabia que existia, e nos últimos tempos vem sendo divulgadas as ações, e na prática mesmo o Ministério tem investido mais. Eu vejo aqui os números de 2003 que na área de fundos setoriais o Ministério investiu apenas 350 milhões, e já em 2008 passou para 2 bilhões de reais, em 2009 pode chegar a 3 bilhões se for restituído os cortes feito no orçamento. Então, é um aumento significativo. Agradecer ao Ministro porque ele tem investido também nas universidades. Nós não temos muitos centros tecnológicos na Amazônia, mas as universidades, principalmente, as federais podem atuar também nessa área da pesquisa. E o Ministério está aportando para a universidade do meu estado, este ano, 3 milhões de reais para o curso de engenharia elétrica, um curso novo e chega no momento interessante que o Governo investe quase 30 bilhões de reais no meu estado, nas usinas do Rio Madeira, Santo Antonio e Giral com linha de transmissão, o total chega a 28 bilhões de reais. Então esse curso de engenharia elétrica com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia vai ser muito importante para essa área.

Mas eu vejo, por outro lado, a ciência, a pesquisa é importante em todas as áreas, mas tem uma área, que está ficando um pouco, não sei se totalmente esquecida, mas não se comenta muito, não se investe muito, que é a área da saúde. A pesquisa, sobretudo, da malária, da dengue, das doenças endêmicas na Amazônia. O meu estado, no ano de 2007, teve 117 mil casos de malária ainda. No passado já foi mais. E isso aqui afeta não só a saúde das pessoas, afeta a produção. E uma pessoa com malária ela fica, no mínimo, 60 dias com malária ou com dengue sem produzir, sem trabalhar, quando não vem a óbito. Nós tivemos casos no estado, este ano, de dengue hemorrágica, ou uma malária também maltratada, se não descoberta a tempo, tem pessoa que a malária fica incubada, ela fica indo e voltando e acaba com a saúde da pessoa.

E nós temos lá um instituto de pesquisa que e financiado, em parte, pelo Instituto Pasteur da França, mas ultimamente os investimentos estão diminuindo cada vez mais. E tem um abnegado lá que está há mais de 20 anos, o Prof. Hildebrando, trabalhando nessa pesquisa, mas com poucas condições. Eu, quando fui governador, ajudamos, e eu estou até pedindo. Agora, conversei com o Secretário Luiz Antônio para marcar, junto ao Ministro, uma audiência, para que ele venha discutir essa questão da pesquisa da malária. Nós precisamos atacar isso com mais força, com mais investimento, porque não é possível, no século XXI, um estado, o único estado... Se for estender isso para Amazônia toda, deve chegar próximo de 1 milhão de casos de malária por ano. Só no Estado de Rondônia, repito, 117 mil casos de malária em 2007. Não temos os dados ainda de 2008. Não deve ficar muito distante disso.

Então, eu peço uma atenção especial para essa área também da pesquisa das doenças tropicais da Amazônia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Valdir Raupp. Senador Eduardo Azeredo, o próximo inscrito.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Ministro, Srs. Senadores, Sr. Presidente. Eu queria focar um pouco mais na questão aí, ainda, do sistema de redes nossos de acesso à Internet, a questão de celular ainda, não(F) celular. Eu sei que, evidentemente, esse é um assunto que se divide com o Ministério

das Comunicações. Mas o fato é que nós temos várias regiões no País ainda que não tem sequer sinal de TV ainda, continua a carência de sinal de TV. De celular, aí, realmente, isso é muito presente. Lá no nosso Estado de Minas, felizmente, teve um programa estadual, o Governador Aécio Neves fez em parceria público-privada, e nós já temos 853 municípios todos atendidos com celular, mas essa não é a realidade no país todo. E se vamos falar de Internet, pior ainda. Outro dia, nós aprovamos aqui na Comissão de Constituição e Justiça um projeto do Senador Augusto Botelho, que é exatamente para transparência, para colocar todas as compras no sistema de computação na rede. Mas eu tive que fazer... Eu era o relator, eu tive que fazer uma mudança, uma emenda onde houver rede de comunicação, porque estava se obrigando todas as prefeituras, e, de repente, como é que a prefeitura vai colocar as contas na Internet se não tem Internet na cidade? E isso acontece ainda, sim. Às vezes, tem por linha discada, mas não é a mesma qualidade.

Então, eu queria só alguma questão um pouco mais nessa linha, a gente avançasse nessa questão dessas redes nacionais de telefonia, de comunicações, de Internet e de TV.

Só que o Senador Lobão Filho falou aqui um negócio do Vale do Silício. No Vale do Silício, nós já temos lá em Minas, é o lá de Santa Rita do Sapucaí. Então, ele tem que arrumar outro lá no Rio Grande do Sul. Mas é importante esse dado em Minas, o senhor conhece bem como tem avançado bastante.

A questão da importância das fundações estaduais, a FAPEMIG, lá em Minas; a FAPESP, em São Paulo, durante muito tempo, foram sustentáculo dessa questão de pesquisa, e eu tenho conhecimento, sim, que as coisas estão avançando bem, os entendimentos entre os dois níveis de Governo. E ainda eu vi com satisfação também a questão do ProAntar, um projeto importante da pesquisa brasileira na Antártida, e eu tinha notícia, mas vi aqui na sua apresentação, também, já que o Ministério ajudou nesse processo, para que tivesse novos equipamentos, atualização dos equipamentos que estão sendo usados lá.

Mas de resto, Ministro, eu queria, na verdade, é cumprimentá-lo. Eu sou de oposição, mas eu, por mais uma vez, já disse que essa é uma área que o Governo Lula realmente faz muito bem, outras áreas não tão bem assim não, mas essa área, seguramente, vai muito bem e eu quero cumprimentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Eu farei agora os questionamentos, indagações ao nosso ilustre convidado Ministro Sérgio Rezende.

Ministro, primeiro, fazendo eco ao que já foi dito pelos vários senadores aqui, parabenizá-lo. Parabenizá-lo pela sua atuação à frente desse importante Ministério, e pela exposição que V. Exa. nos brindou na audiência de hoje. O Senador Lobão Filho fez referência à importância da ciência, tecnologia e inovação na questão do desenvolvimento. Eu entendo que hoje nós não podemos ter desenvolvimento econômico ou social, o Senador Lobão Filho falou no aumento de produtividade que está umbilicalmente ligada à ciência, tecnologia e inovação. Eu diria que falarmos em desenvolvimento hoje seja ele, como eu disse, econômico ou social, nós temos que falar em ciência, tecnologia e inovação, principalmente, nas regiões periféricas do nosso País, na Amazônia, nem se fala, maior biodiversidade do planeta e atuação, ação de ciência e tecnologia ainda é rarefeita, apesar de todo o esforço que V. Exa. tem empreendido à frente do Ministério. Mas o que nós temos são notícias de que a nossa biodiversidade está sendo "pirateada" para o exterior e que no exterior se conhece muito mais da Amazônia do que os próprios brasileiros. Então, é importante e daí a angustia que foi aqui exposta pelo Senador Valdir Raupp que imediatamente após a sua exposição, eles já colocaram um questionamento com relação à ausência de institutos de pesquisas ou na quantidade que seria, vamos dizer, desejável por todos nós.

Eu perguntaria a V. Exa. Ministro Sérgio Rezende, V. Exa. colocou aqui como meta do Ministério da Ciência e Tecnologia atingir até 2010 investimento em ciência, tecnologia e inovação da ordem de 1.5% do PIB, e que em 2008 estamos próximos de 1%. Nós conhecemos que os países desenvolvidos aplicam algo em torno de 2.5%, alguns até mais de 3% do seu PIB em ciência, tecnologia e inovação. Aí eu perguntaria a V. Exa., e essa meta de 1.5% estabelecida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia é uma meta possível, é uma meta necessária ou uma meta suficiente? Em outras palavras, no entendimento do Ministério qual seria a relação entre PIB e investimento nesse segmento de ciência, tecnologia e inovação que poderia impulsionar com maior velocidade o desenvolvimento do nosso País? Eu fui procurado, Ministro, por um grupo capitaneado pela FIESP que se denomina coalizão de inovação ou coalizão pela inovação formada pela Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação, por empresas privadas, e, como eu disse, capitaneada pela FIESP, e um dos assuntos que nós conversamos através de um representante da Indústria Farmacêutica levantou um questionamento que eu gostaria de ouvir de V. Exa. como que se procede, como nós podemos ajudar a solucionar que é a tributação de insumos ou mesmo de produtos que vêm são transferidos para o Brasil e

que são cobrados de impostos na entrada e que isso dificulta a vontade dessas empresa de promoverem pesquisa porque eles vão ter que explicar para suas matrizes que ao transferirem insumos ou produtos para serem aqui testados ou aqui pesquisados, eles têm que disponibilizar mais recursos para pagar as taxações que lhe são cobradas na entrada desse material. Então isso, realmente poderá ser e será, sem sombra de dúvida, um dificultador maior para que possamos incrementar a pesquisa aqui no nosso País.

V. Exa. colocou também que em vários quadros aqui expostos, e eu quero parabenizá-lo que nos investimentos pela FINEP estão sendo priorizadas as pequenas empresas na ordem de quase 70% do valor aplicado. Falou também em nível da distribuição regional desses investimentos. Eu não pude identificar aí, eu não sei se V. Exa. tem esse valor para saber quanto é que está aplicado realmente na Amazônia legal pelo FINEP nesses investimentos que foram objeto de editais, chamamento de empresas ou de universidades ou associadas às duas nos sentido de investir em inovação. E eu verifiquei também, Ministro, que esse vácuo vem sendo diminuído a cada ano, mas havia uma demanda maior do que o valor disponível para o investimento, mas quando da aprovação o valor não atingia o limite previsto orçamentado, ou seja, havia uma sobra de recursos para ser investida. 2008 se chegou ao limite do valor pré-estabelecido para investimento. Como fazer e isso está, pelo que a progressão que nós vimos está sendo atendida, como fazer para que esses projetos que chegam para análise sejam cada vez melhor preparados, e que não haja possibilidades de haver retorno desses recursos, e mais ainda, que esse incentivo ou essa orientação sejam dados também para as regiões que não atendem na formatação dos projetos aos editais, porque com isso nós vamos poder, V. Exa. disse que apesar de não ser uma obrigação, a aplicação de 30% nas regiões periféricas, mas V. Exa. tem como uma ação do Ministério o atendimento desses 30%, o que é louvável, porque vai levar à possibilidade de acelerar o desenvolvimento dessas regiões. Eu acho que para que isso possa acontecer é necessário que o Ministério possa também investir na qualificação da formação desses projetos, e com isso todas as regiões possam atender as demandas necessárias, os as ofertas, que demanda, pelo que foi mostrado até que há, não há é a coerência entre o que está apresentado e o que está sendo pedido ou aprovado pelo Ministério.

Eu gostaria, Ministro, para finalizar, já disse isso a V. Exa., de que a Comissão de Ciência, tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal será parceira do seu Ministério e de todas as diretorias dos demais Ministérios voltada à ciência e tecnologia, para que nós possamos juntos trabalhar no sentido de que o Brasil possa através da ciência, tecnologia e inovação acelerar o seu desenvolvimento, melhorando a qualidade de vida da sua população. O Senador Azeredo fez referência de senadores da oposição, senadores da base do Governo, aqui não há a questão da ciência e tecnologia, nada que não seja de somar esforços com o Governo no sentido de avançar nesse segmento. Tanto que a orientação dos nossos membros da Comissão é de que a ciência, tecnologia e inovação tenha nesta Comissão o mesmo destaque que tem a questão da comunicação e da informática. E V. Exa. pode contar, e a sua equipe que o assessora e o ajuda no seu Ministério, pode também contar com a Comissão de Ciência, Tecnologia do Senado Federal.

Mas, por último, Ministro, eu tinha anotado aqui, o Senador Lobão Filho, até fez um comentário comigo que também falaria sobre o C&Tec, Senador Azeredo, mas eu não posso perder essa oportunidade de fazer uma última pergunta a V. Exa.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Dar uma espetadinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não é uma espetadinha não, é que eu fico querendo saber do que acontece em nível de Brasil, e V. Exa. disse que vai... E eu quero parabenizá-lo pela inauguração do C&Tec em Porto Alegre que vai ocorrer nos próximos dias, eu acho que é da maior importância. V. Exa. colocou e eu anotei aqui, numa das suas transparências, formação, capacitação e fixação de recursos humanos. Então, V. Exa. está correto. Quer dizer, não adianta fomentar a formação e a capacitação, se não fizermos a fixação. Eu tenho dito repetidas vezes que o Brasil, lamentavelmente, exporta talento, quando tinha que exportar conhecimento. Então, nós, acredito e isso nós vamos trabalhar em parceria, nós temos que fixar os nossos talentos no país e desenvolver o conhecimento aqui, exportar os conhecimentos, que é isso que nós fará um país desenvolvido, porque, senão, nós vamos continuar sempre, lamentavelmente, Senador Lobão Filho, como um país que importa e paga por isso muito caro. Às vezes, esse conhecimento é proveniente de pesquisas que foram daqui levadas, e que são de lá, depois, devolvidas. Na minha região e no meu estado, Estado do Pará, nós fomos outro dia surpresos, Senador Valdir Raupp, que uma empresa japonesa tinha patenteado o cupuaçu.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): E o açaí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, e o açaí. Eu sabia do cupuaçu. Então,

imagine se nós teríamos que pagar royalties, agora, para poder saborear o nosso delicioso cupuaçu. Então, esse tipo foi... Graças a Deus, derrubaram a patente, mas são riscos que realmente nós estamos correndo.

Então, eu quero encerrar perguntando... Até o Senador Azeredo me pediu para fazer essa pergunta, e eu não poderia negar ao Senador Azeredo essa solicitação. Nós sabemos que a Ministra Dilma, ela tem participado de batizado, de casamento, de sepultamento e também de lançamentos de obras do PAC. Quer dizer, assina ordem de serviço, está lá a festa das obras do PAC. Eu quero até parabenizá-lo, porque, pelo que V. Exa. nos disse, que essa cerimônia será de inauguração do C&Tec. Então, já é um fato concreto, Senador Azeredo, que a angustia de V. Exa. que queria saber, é um fato concreto, uma inauguração. Eu só gostaria de saber, só para registrar o Senador Azeredo, se o C&Tec também é uma obra do PAC. Agradeço à V. Exa.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Presidente, Senadores, participantes desta audiência, eu quero novamente agradecer a oportunidade de estar aqui hoje, de ter podido apresentar alguns resultados do nosso plano de ação.

E vou, então, rapidamente, devido o adiantar da hora, responder aos questionamentos pela ordem. Começando, então, com o Senador Flávio Arns. Ele fez várias considerações, mas tem algumas perguntas concretas. A primeira é de qual percentual da pesquisa, mesmo, no Brasil que é feito nas universidades. Os números são estimativos. Estimativamente, 5% das pesquisas são feitas nas empresas, o que é um número muito menor do que ocorre no Japão e na Coréia e também nos Estados Unidos. O Japão e a Coréia são paradigmas de que a inovação, a pesquisa, as patentes, realmente aplicadas, são feitas nas empresas, e a maior parte do investimento para pesquisa é das empresas, a maior parte. Os Estados Unidos e a França, em termos de investimentos, já é, mais ou menos, meio a meio, Governo metade e empresa metade.

Então, estimativamente, 5% das empresa, 10% a 15% nos centros de pesquisa, como muitos que têm, federais, principalmente, mas também estaduais, e eu estimo... Nós estimamos de 80 a 85% nas universidades. Ou seja, na verdade, o sistema brasileiro tem uma distorção em relação ao que devia ser. E eu sempre digo: "Olha, isso é resultado da nossa história, porque, há 40 anos, nós não tínhamos pesquisa em lugar algum, nem nas universidades, não havia regime de tempo integral nas universidades. Os professores davam aula e depois iam para algum outro lugar". Então, o percentual das pesquisas... O total das pesquisas, feitas nas universidades brasileiras, era muito pequena na década de 60. Então, é natural que, à medida que elas vão formado pesquisadores, vão contratando pesquisadores, vão tendo estudantes de pós-graduação, que são grande massa para fazer pesquisa, ela fique concentrada nas universidades. Agora, nós temos que fazer um grande esforço, estamos fazendo... O Governo Federal, muitos Governos estaduais e muitas empresas, muitos exemplos de empresas que estão realmente fazendo um esforço para aumentar a pesquisa nas empresas e, portanto, fazer com que nós caminhemos para uma distribuição mais razoável.

Com relação aos fundos setoriais, e aí tem a ver com os recursos. Desde que eles foram criados... O fundo setorial, o que ele tem é uma fonte clara, legal, de recurso para ciência e tecnologia. Mas, desde que eles foram criados, a área econômica pega uma boa parte dos recursos, e essa área econômica, isso vale para qualquer Governo, como todos sabem, por razões diversas, e contingencia ou põe na reserva de contingência. O total contingenciado em 2002 chegou a 75% dos fundos setoriais. O FUST não é fundo setorial, mas, desde que ele foi criado, ele é 100% contigenciado, praticamente, e isso não muda. Muda o Governo, mas não muda... No caso do FUST, não mudou até hoje. No caso dos fundos setoriais--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quantos bilhões já tem no FUST?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Eu não sei o número do FUST, mas é--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mais de 4 bilhões?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Bem mais de 4, bem mais, muito mais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mais de 5 bilhões.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: No caso dos fundos setoriais, que foram alocados ao FNDCT, no ano de 2005, eu mostrei isso insistentemente ao Presidente Lula, e, na Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, em 2005, ele assumiu publicamente o compromisso de, a cada ano, diminuir a reserva de contingência, porque, como não pode contingenciar... Ciência e tecnologia não pode ser contingenciada. Aí criou-se a figura da reserva de contingência. Está no orçamento, mas não pode usar. Então, assumiu o compromisso de gradualmente diminuir a reserva de contingência em 10%, para chegar, em 2010, com 0% de reserva de contingência. Pois bem. A proposta orçamentária que o Governo mandou para o Congresso, no ano passado, para 2008/2009, já não tinha reserva de contingência. O FNDCT estaria passando... Em 2008, ele foi 2 bilhões de reais executados. Ele passava de

2 bilhões para 3 bilhões e que era a totalidade da receita prevista. Mas aí o orçamento aprovado cortou 1 bilhão praticamente. E vai ser, na verdade, difícil repor esse 1 bilhão, porque, realmente, a receita dos fundos está caindo. A receita do fundo do petróleo, que é a maior delas, está caindo. Então, não sabemos o que vai acontecer em 2009, porque nós temos um orçamento aprovado dos fundos que chega a 2 bilhões e 200 milhões de reais. É o maior valor da história, porque, no ano passado, ele foi 2 bilhões; esse ano, é 2.200. Não sabemos nem se a receita dos fundos vai chegar a isso. Eu acho que vai acabar chegando.

Agora, o senhor perguntou, e, depois, o Senador Valdir Raupp: "Esses recursos são suficientes?". Nunca são suficientes. Aliás, eu mostrei, no caso da subvenção, a demanda das empresas, projetos, totalizavam 6 bilhões de reais para o edital de 450 milhões de reais. Ou seja, certamente, havia, naqueles 6 bilhões de reais, uma parte que não seria bem executada, mas, certamente, teria sido possível, em 2005, aprovar projetos de qualidade, em valor superior aos 450 milhões de reais.

A demanda que os grupos de pesquisas fazem ao CNPq, no edital universal, ela chega a ser cinco a seis vezes maior do que o total aprovado, e certamente... Senadora...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Cumprimentar o Ministro da Ciência e Tecnologia.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Senadora Rosalba, prazer e satisfação em ter a sua presença.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Ministro.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Então, os recursos, na verdade, continuam sendo insuficientes, a diferença é que eles têm crescido muito. Então, o número de pesquisadores e de grupo de pesquisa, que tem sido atendido, tem crescido muito, e é um reconhecimento geral na comunidade científica e empresarial de que isso ocorre.

Com relação, senador, à Base Almirante Ferraz, na Antártida, havia, realmente, um problema há três anos, e aí, então, no ano de 2006, foram repassados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para a Marinha 10 milhões de reais, a Marinha aportou mais recursos, e a base foi inteiramente reformada, e, no início do ano passado, o Presidente Lula foi à Base Almirante Ferraz, eu acompanhei a comitiva. Então, a base foi reformada, ela ainda é relativamente pequena, mas é confortável para os nossos pesquisadores. Com a entrada em operação do Navio Polar Maximiano, que eu mencionei, Almirante Maximiano, nós, certamente, teremos um interesse maior de pesquisadores, e, eventualmente, a Base Almirante Ferraz vai ser ampliada.

Com relação aos resultados que o senhor colocou, um resultado que eu mostrei anteriormente é do número de artigos publicados por pesquisadores no Brasil, entidades brasileiras, esse número tem aumentado ano a ano em valor e em valor relativo. E o Brasil começa a ter uma presença significativa em certas áreas do conhecimento.

Em termos de resultado concreto em empresas, nós temos um, digamos assim, acervo cada vez maior que mostra o número de casos de sucesso de empresas que com recursos de inovação passou a ter um novo produto, um novo processo, ou uma melhoria de um processo ou produto. Então, isso é um resultado que é muito difuso, naturalmente, mas ele ganha uma dimensão muito grande. A própria capacidade do Brasil de exportar tem aumentado por conta do fato de nós termos resultado de pesquisa, de nós termos laboratórios cada vez mais credenciados para fazer análise de produtos, e mostrar que eles satisfazem as condições colocadas pelas barreiras técnicas, e isso é um processo gradual, mas que ganha dimensão.

Com relação a projetos de desenvolvimento social, eu, realmente, não mostrei nenhum resultado nessa área, mas nós temos hoje no Brasil um conjunto de centros vocacionais tecnológicos espalhados em todo o País que tem como finalidade principal exatamente fazer com que pequenos produtores, ou então trabalhadores de certas áreas tenham curso de qualificação para que eles sejam melhor preparados para atender a área nas diversas localidades. Então, o número é um número muito grande, esse é um programa que o Governo de Minas Gerais em 2004 entendeu que era um programa importante, e o Governador Aécio Neves disse o seguinte: "Cada real que o Governo Federal colocar eu ponho 1 real", e o Estado de Minas fez um programa que tem cem centros vocacionais tecnológicos. Há alguns outros estados que estão procurando fazer a mesma coisa, mas numa dimensão menor. Então, esses centros vocacionais tecnológicos juntamente com os telecentros para inclusão digital, representam a maior contribuição que o MCT está dando nessa direção.

Com relação ao comentário do Senador Lobão Filho, em primeiro lugar, senador, eu e o Prof. Marco Antonio Zago, Presidente do CNPq estamos muito satisfeitos de saber de que o senhor foi funcionário do CNPq, começou a sua carreira lá, e que o CNPq tem então aqui no Senado um interlocutor direto que entende claramente os problemas, e, certamente, nós aproveitaremos essa oportunidade para trazer para V. Exa. questões do CNPq, e, certamente, o CNPq, como

o senhor sabe muito bem, foi a primeira entidade pública do País, fundado em 1951 a começar fomentar e começar a criar condições para que nós tenhamos Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Tem então um papel extremamente relevante ao longo desses quase 60 anos, vai completar 60 anos em 2011 de atividades, e tem feito muita coisa, uma delas é exatamente a concessão de bolsas para estudantes irem para o exterior. Na verdade, o número de estudante que vai para o exterior para fazer o doutorado hoje é muito pequeno, comparado com o número de bolsistas no país por quê? Porque nós desenvolvemos a capacidade de formar estudantes no País. Então, nós temos dado bolsa, principalmente, para pós-doutorado no exterior, mas ele vai já tendo uma posição no Brasil praticamente. Para bolsa sanduíche no meio do programa doutorado, ele vai e fica um tempo fora e volta dentro de um programa amarrado. E aqueles que não voltaram? A partir de, se não me engano, de 1998 ou 99, não lembro, o CNPq passou a fazer um contrato, porque antes na havia um instrumento jurídico que pudesse, digamos assim, fazer com que o CNPq acionasse na justiça aqueles que não retornam. Então, esse contrato passou a ser feito no final da década de 90, e, praticamente, não há uma semana na qual eu não assine um processo que é um processo desse volume promovido pelo CNPq que obriga o estudante que ficou no exterior a devolver os recursos do CNPq, e são quantas quantias vultuosas, são 300, 400 mil reais porque são corrigidos. Mas aí tem o seguinte, se ele volta para o Brasil a obrigação de pagar de volta desaparece, ele tem que voltar e ficar aqui, pelo menos, o tempo que ficou lá fora. Então, o estudante que ficar no exterior e ficaram por razões diversas, eles estão sentido a pressão, porque eu estou sendo cobrado na justiça para devolver os recursos que foram aplicados. Então isso está acontecendo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E alguém devolve? Mas já aconteceu de conseguir receber de alguém?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: O Prof. Marco Antonio Zago pode citar alguns exemplos. Eu conheço alguns que voltaram, e voltaram até, por exemplo, dizer: "Bom, agora eu pago a minha dívida". Alguns voltaram até porque a situação lá fora está preta, mas ele volta e une o útil ao agradável, ele paga a dívida com o País. Mas tem muitos exemplos, aliás, o exemplo de cobrança na justiça está acontecendo. Houve uma contestação deles, de muitos dos primeiros, na justiça, no Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas da União deu razão ao CNPq e ao Ministério de modo que disse que eles tinham que realmente pagar. Está acontecendo.

Senador, sobre a Lei Rouanet para ciência, na verdade, o Congresso aprovou há dois anos o que nós chamamos de Lei Rouanet que é para as universidades, não, necessariamente, para pesquisa, mas para as universidades. Só que essa lei, de alguma forma, não pegou. Então, tem uma lei e a proposta que eu faço e que nós vamos fazer é a seguinte, fazer uma análise dos resultados, entender o porquê é que ela não pegou tanto quanto a Lei Rouanet para a cultura.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Melhorá-la.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Melhorá-la. Aceitamos, é de bom grado a sua proposta de ver o que é que está acontecendo para que ela seja melhorada e que ela possa, realmente, trazer resultados concretos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual que é a lei?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Não é da inovação não, é uma lei que não tem um nome específico, é uma lei pela qual as empresas à semelhança da Lei Rouanet elas podem investir em universidades e ter um abatimento de impostos numa certa faixa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sabe o número da lei?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Eu não sei o número da lei.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Será que não foi por falta até de uma divulgação maior?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Certamente. Nós temos procurado divulgar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Há um nome de batismo, não é, senadora?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É uma coisa que a lei da ciência, a lei...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se estivesse na inovação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não está na inovação.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Não, não, é outra lei. Essa lei foi de iniciativa do Ministério da Educação, mas da qual nós participamos, e ela é implementada pela CAPES. Então, nós vamos, senador, realmente examinar essa questão, fazer um grupo de trabalho e vamos encaminhar, então, sugestões para aperfeiçoamento.

Rapidamente, o Senador Valdir Raupp expressou a preocupação com relação à área da saúde, em particular, a malária. Com relação à área da saúde, eu quero lembrar que nós aprovamos 39 institutos nacionais de ciência e tecnologia na área da saúde. Hoje,

nós temos institutos em todas as áreas. Agora, como a questão da malária realmente é uma questão de grande preocupação para todos nós, nacional, então, por articulação, na qual o Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro, que o senhor tem contato, está articulado, nós estamos formando o CNPq juntamente com as fundações estaduais de entidades do Nordeste, mas tem algumas de fora... aliás, do Norte, mas tem algumas de fora do Norte, uma rede voltada à pesquisa na malária, que vai ter, em 2009, 15 milhões de reais. Então, estamos formando uma rede da malária e também uma rede de dengue, com o mesmo valor, que são duas doenças que tem uma grande prevalência no Brasil e que nós temos que atacar de maneira muito mais decidida.

Com relação à questão do Senador Eduardo Azeredo, em relação à Internet, da última vez que eu estive aqui, ele colocou questões parecidas. O nosso... O papel do Ministério da Ciência e Tecnologia é, relativamente, limitado no seu universo. Mas eu mostrei aqui, senador, uma transparência que mostra como a rede nacional de ensino e pesquisa está ampliando... Ela chegará... Além de ter aquela rede nacional, ela tem redes metropolitanas, que começam pelas capitais, mas que, agora, nós estamos fazendo parceria com vários estados, para interiorizar essa rede. Então, a rede nacional de ensino e pesquisa, o próximo passo dela é de sair das capitais e ir para o interior. Mas ela é voltada realmente para instituições de ensino e pesquisa. Não haverá dificuldade de interligar nela as escolas públicas. Agora, tem um programa separado, que é capitaneado pelo Ministério das Comunicações, da Educação, mas nós também participamos, que é o de interligar, através da rede comercial, as escolas públicas, e, este ano, chegaremos ao final de 2009, interligando cerca de 35 mil escolas. Então, está se avançando. Nunca é na velocidade que nós gostaríamos, mas está se avançando também nessa área.

Finalmente, em relação aos comentários do Senador Flexa Ribeiro, voltando à questão de recursos. A evolução do investimento em pesquisa e desenvolvimento em relação ao PIB, ela ficou, mais ou menos, estacionada em 1%, oscilando, caiu um pouco; mas, nos últimos anos, nós conseguimos aumentar 0,1% a cada ano, de modo que a meta de chegar a 1,5%, ela é realista, desde que essa crise, realmente, não cause um abalo muito grande. Agora, em valor absoluto, os recursos para pesquisa e desenvolvimento têm aumentado muito, até porque o PIB tem aumentado. Então, há uma certa preocupação, naturalmente, com o que é que vai acontecer, realmente, nesse ano de 2009, como decorrente da crise, mas nós continuamos acreditando que vamos atingir próximo de 1,5% do PIB. E, como eu disse antes, nunca é completamente suficiente. Se nós tivéssemos mais recursos, nós teríamos possibilidade de fazer projetos arrojados, como aquele do C&Tec, aquele é um projeto arrojado, custou 300 milhões, é um projeto para o qual nós trouxemos especialista estrangeiro, mas a base foi toda do Brasil, não só do Rio Grande do Sul, mas de todo o País, nós podíamos fazer projetos arrojados em outros centros. O Senador Lobão Filho propõe fazer um centro de biocombustíveis no Maranhão, porque ele percebeu que não tem um instituto nacional com a sede no Maranhão, não tem por que no edital, senador, não houve uma proposta com uma sede no Maranhão, digamos assim, que fosse qualificada, agora tem vários grupos do Maranhão que participam dos vários institutos nacionais. Então, para construir um centro novo, é preciso não apenas ter recurso para construção, mas a capacitação para contratar pessoas, para levar pessoas com salários que sejam atrativos, principalmente, para regiões que têm menos tradição. Então se houvesse mais recursos, nós, certamente, poderíamos ter projetos mais ambiciosos, nós estamos progredindo muito, mas daria para progredir muito mais, se tivesse mais recursos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro, a minha indagação seria no entendimento da comunidade científica qual seria a relação aceitável, vamos usar esse termo, entre o PIB e o investimento em ciência e tecnologia. Qual essa relação para que você pudesse ter países almejando um up grade na--

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: A relação tem que ser aquela que é verificada nos países desenvolvidos que vai de 2 a 3%, essa é a relação. E nós devemos fazer um plano para chegar lá. Nós estamos no meio do caminho. E esse é um processo gradual. Porque voltando à questão da evasão de cérebros. O número de brasileiros que está no exterior e que ficou lá, é muito menor do que o número de brasileiros que está no Brasil, essa é uma diferença do Brasil para os nossos vizinhos sul-americanos. Enquanto alguns países sul-americanos têm até mais cientistas fora dos seus países, no Brasil isso não acontece. O número dos bolsistas, os brasileiros que ficou no exterior é muito pequeno, comparado com aqueles 100 mil que eu mostrei. O número, certamente, é inferior a 5 mil e, portanto, é inferior a 5%. Então, se nós, de repente, tivermos muito mais recursos, se o pré-sal fizer o fundo do petróleo, multiplicar por três ou quatro e nós tivermos mais recursos, nós vamos ter que, eventualmente, começar a importar cérebros de outros países em algumas áreas, em certas áreas. Então, não adiantaria, digamos assim, de repente nós passarmos de 1 para 2, porque também não adianta

ter recurso sobrando, nós precisando usar os recursos bem, precisamos apoiar projetos de qualidade, porque se nós tivermos projetos de qualquer maneira, nós não vamos ter uma ciência de qualidade, e não vamos ter uma tecnologia de qualidade, realmente trazendo os resultados que são necessários. Agora nós estamos caminhando, como eu disse, no sentido de fazer com que o sistema nacional seja realmente nacional. Eu mencionei um programa, que é um programa feito com os estados, para fixar os recursos humanos nos estados, que é o Pronex, mas não mencionei um programa, por falta de tempo, que é um programa para estimular as empresas nos estados, é o chamado programa PAP, o PAP é um programa de pesquisa nas pequenas empresas, é um programa feito em articulação com as fundações estaduais, todos os estados que têm uma fundação estadual tem um programa, PAP com a FINEP, a FINEP aporta recursos, a fundação aporta recursos e a fundação faz o edital convocando, convidando as empresas da região, do seu estado para apresentarem projetos. Com isso nós cobrimos um espectro muito grande de empresas. Nós temos o edital nacional, nós temos o Prime que é para pequena empresa e nós temos o PAP que é um programa com vários estados. O Rio Grande do Norte já fez um edital do PAP, Minas Gerais já fez um edital do PAP, o Paraná já fez um edital do PAP, agora o Maranhão não fez o edital do PAP porque a fundação de apoio do Maranhão está meio fraquinha e está precisando--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Pará já fez Ministro?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: O Pará eu não tenho a certeza, mas vou verificar essa informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E eu também.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Esses outros eu mencionei, porque eu conheço de maneira mais de perto, eu vou procurar informação do Pará--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Mas a situação do Maranhão vai mudar daqui a dois meses.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: E a situação do Maranhão, o senador está dizendo que vai mudar.

Eu quero encerrar, então, Senador, Senadores, Senadora, agradecer essa oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro, permita-me, por favor. Eu fiquei curioso agora--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou passar à V. Exa. Eu fiquei curioso, e gostaria que V. Exa. me esclarecesse. V. Exa. citou um número aí de que 5 mil bolsistas que estariam no exterior não teriam voltado.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Não é bolsista, não, é brasileiros. Alguns nem foram bolsistas, foram por conta própria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque V. Exa. fez referência aos 100 mil atendidos que foi na exposição. Então, esses 100 mil não foram atendidos para o exterior. Qual o número de atendimentos de bolsas para o exterior, de doutorado, e quantos desses que foram atendidos, percentual, que fizeram, optaram pela permanência, lamentavelmente. V. Exa. tem toda razão. Essas bolsas, esses recursos, esses incentivos são oriundos da sociedade, através do pagamento da sua obrigação tributária. Então, é importante que o conhecimento também retorne para a sociedade. Então, não tem por que o brasileiro investir numa inteligência para ir adquirir conhecimento lá fora e não retornar com o conhecimento adquirido. Tem toda razão e tem - eu acho - o apoio de todos, na cobrança, até porque isso vai fazer com que ele pense duas vezes em querer ficar. Já não digo nem da brasilidade, que faria com que ele retornasse, mas o bolso, que é a parte mais sensível do corpo humano, ele vai pensar duas vezes em permanecer. Agora, qual é esse número de bolsas concedidas para o exterior e que permanecem, não retornam ao Brasil?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Primeiro, eu vou esclarecer os números que eu mencionei, depois vou pedir ajuda ao Prof. Zago sobre o CNPq. Aqueles 100 mil formam a comunidade que está em atividade no Brasil atualmente. Aliás, é um número por baixo, porque aqueles são os que estão cadastrados no CNPq. Tem gente que está em atividade no Brasil e que não está no cadastro. 120 mil estão em atividade. Nós estimamos que haja um número de até 5 mil brasileiros considerados pesquisadores no exterior, uma parte foi com bolsa, mas é uma parte pequena, uma parte foi por conta própria, ou por conta própria ou com bolsa de fundações internacionais. Nós vamos fazer através do CGEE... Eu estava conversando com o Secretário Luiz Elias sobre isso, ainda hoje, fazer, através do CGEE, um levantamento, usando todos os meios disponíveis, para fazer um mapeamento de exatamente quem está fora, desde quando, qual é a área, por que está fora. Agora, sobre o número de bolsistas no exterior que foram bolsistas do CNPq e que não retornaram, eu pergunto se o Prof. Zago tem aproximadamente esse número. Professor Zago.

SR. MARCO ANTÔNIO ZAGO: Não, não tenho o número exato, Ministro. Mas uma coisa é certa: está reduzindo ano a ano o número daqueles que deixam de retornar, está ficando muito pouco significativo.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Mas a estimativa que eu tenho é que o número é bem menor do que 5% no total.

SR. MARCO ANTÔNIO ZAGO: Sim, sim, certamente. Eu diria que nós estamos tratando de menos de 50 casos por ano. É um número muito pequeno.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: 50 casos por ano. O CNPq já teve 2 mil bolsistas por ano no exterior. Então, o número é realmente muito pequeno. A maioria dos brasileiros volta. E nos últimos anos, houve um período aí que havia dificuldade, não havia contratação nas universidades, havia dificuldade de recurso para pesquisa, eles foram ficando, e estão agora sendo acionados para devolver o que receberam do País, ou devolvem em dinheiro ou vem aqui e devolve em conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro, antes de passar a palavra a V. Exa. para seus comentários finais, eu quero perguntar à Senadora Rosalba se ela gostaria de fazer algum comentário ao Ministro?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na realidade, Presidente Flexa, eu gostaria de dizer ao Ministro que eu fico muito entusiasmada com o seu entusiasmo, o entusiasmo do senhor em falar dessa área que é de fundamental importância para o País se desenvolver. E no nosso estado que nós temos... Bom saber que nós já estamos avançando, que é um estado pequeno, mas que, com certeza, se nós conseguirmos avançar cada vez mais na área tecnológica, na área da ciência, nós vamos ter condições de superarmos outras dificuldades. Existe, inclusive, algo que me toca muito de perto, até por ser do estado e ser da minha área que sou médica, é o Instituto de Neurociência do Prof. Nicolelis, que está sendo implantado, e mostra o quanto é importante você ter condições de acompanhar crianças, de descobrir exatamente, de acompanhar e de localizar os grandes cérebros que temos neste País para fazer com que eles possam através do desenvolvimento, do ensinamento, eles possam contribuir mais para este País. E parabéns por realmente os que estão lá fora, retornem a seu país para dar a sua contribuição. Nós precisamos realmente desse avanço. E quero aqui somente dizer isso, da alegria de ver como o Ministro tem tido todo esse entusiasmo que ele transmite numa área que é fundamental.

Eu lembro que uma das visitas que eu tive oportunidade de fazer numa cidade da Alemanha, Getga(F) onde, inclusive, está o Instituto Markplant(F) e que lá eles têm um número só de prêmios Nobels daquela... É uma cidade universitária, talvez o Ministro já conheça, ela tem um número surpreendente de prêmios Nobels, passa de 40 só proveniência daquela região, daquela cidade, da universidade, e isso mostra que realmente investir em ciência e tecnologia é que vai fazer com que nós possamos superar as desigualdades sociais e chegarmos ao estágio que todos nós queremos no nosso País, com oportunidades para todos. Obrigada, Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigada Senadora Rosalba Ciarlini do DEM do Rio Grande do Norte. E devolvo a palavra ao Ministro Sérgio Rezende para suas considerações finais.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE: Eu, na verdade, quero apenas agradecer, mais uma vez, ao Senador Flexa Ribeiro, ao Senador Lobão Filho pelo convite de vir aqui apresentar o plano nos seus principais resultados. Há cerca de um ano eu estive aqui com a equipe apresentando as idéias e o plano, e agora estamos apresentando resultados. Voltarei, de bom grado, daqui a um ano para apresentar mais resultados, e, certamente, vamos avançar muito. E quero agradecer em nome de toda a equipe que está aqui, todas as palavras elogiosas que nós ouvimos, nós saímos daqui mais animados, mais dispostos a enfrentar os problemas do dia-a-dia que existem, naturalmente, porque ouvimos muitos elogios, palavras que nos deixam, como eu disse, animados, vendo que o trabalho está sendo reconhecido, e vendo, nesta Casa, em particular, nesta Comissão, o reconhecimento, e essa disposição de contribuir para esse setor. Nós vamos apelar para os membros da Comissão, ex-funcionários do CNPq, professores, professores da Universidade do Pará, da Universidade do Paraná, sempre que houver necessidade, e vamos trabalhar juntos. Nós vamos examinar em detalhe a questão da Lei Rouanet para educação, entender o que é que está se passando com ela, e, eventualmente, discutir um aperfeiçoamento.

Muito obrigado, senadores, e muito obrigado a todos pela presença.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Ministro Sérgio Rezende.

E, antes de encerrar esta reunião da Comissão, eu quero informar aos nobres senadores que recebemos na secretaria da Mesa solicitação, por parte do Senador Renato Casagrande, de justificar a sua ausência. Já tinha feito, em particular, ao Ministro, ele está em missão no Senado Federal, e como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, participando, de 16 a 22 de março, do 5º Fórum Mundial da Água, em Istambul, na

Turquia, e, por isso, ele não pôde participar da nossa sessão de hoje.

Ministro, mais uma vez, os nossos agradecimentos à V. Exa., à sua equipe, aos convidados que até aqui vieram para assistir a sua palestra, aos senadores que participaram da audiência pública de hoje, colocando a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, como falei, como parceira da comunidade científica, para que possamos, cada vez mais, fazer desse importante instrumento o caminho, para que o Brasil alcance, no menor espaço de tempo possível, o patamar que lhe é guardado, a nível de cenário mundial, como um país de primeiro mundo.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar na pauta de hoje, dou por encerrada essa nossa 3º Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Muito obrigado.

ATA DA 04ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2009.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Patrícia Saboya, Flávio Arns, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, Gilvam Borges, Gilberto Goellner e Marco Maciel, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Lobão Filho, Demóstenes Torres e José Agripino. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Requerimento nº 03, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "..., nos Termos Regimentais, que seja dirigido convite as autoridades abaixo relacionadas para, em audiências públicas, no âmbito desta Comissão, seja debatida a situação das Fundações de Apoio às Universidades e o futuro do gerenciamento de ciência e tecnologia no Brasil: Ministro da Educação, Prof. Dr. Fernando Haddad; Ministro da Ciência e Tecnologia, Prof. Dr. Sérgio Machado Rezende; Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Ubiratan Aguiar; Presidente da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, Prof. Dr. Amaro Lins (Reitor da UFPE); Reitor da UFMG, Prof. Ronaldo Pena; Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Dr. Jacob Palis; Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Dr. Marco Antônio Raupp". O requerimento é aprovado. **Item 02: Ofício nº 371, de 2008,** de caráter não terminativo, de autoria da 18ª zona eleitoral do Estado de Pernambuco, que "Encaminha sentença proferida nos autos da representação Eleitoral n.º 1.356, de 2008, que versa sobre descumprimento de obrigação legal de geração de programa eleitoral gratuito pela fundação Josefa Alvares, executora de serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria é aprovado. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 258, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Orocó - PE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orocó, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 260, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Cultural FM de Exu Pernambuco - PE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Exu, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 335, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Empresa Cruzeirense de Telecomunicações de Rádio e TV Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marechal Thaumaturgo, Estado do Acre." O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 25, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura "Onda Viva" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marília, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2008,** de caráter terminativo, de auto-

ria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à MS Um Comunicações e Exploração de Serviços de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Siderópolis, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 180, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Içara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 262 de 2008** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade São José Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São José, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 312, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Portal FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 316, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Nova Itaberaba FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lontras, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 406, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Albarello & Folle Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e freqüência modulada na cidade de Palmitinho, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 56, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à TV Nova Conexão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 63, e 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Cultural Mainha Geralda para Educação e Assistência à Criança - Fungeralda para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 202, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Barão do Grajaú, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 71, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural e Comunitária Vale do Uruguai - Acovale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 133, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Medianeira S/C Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 197, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural "Amigos de Piratuba" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratuba, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 217, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Universal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em fre-

qüência modulada na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 259, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização À Associação Cultural e Comunitária de Itapema para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 340, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos Solidários de Francisco Alves para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Alves, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 343, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação para desenvolvimeto Social, Econômico e Cultural de Pinhão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhão, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 294, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Vital & Prado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão conora em freqüência modulada na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 45, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Córrego Fundo - A.C.C.F. para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peçanha, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 359, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Arembepe de Radiodifusão de Incentivo à Cultura, Artes e Esportes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 426, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ouriçangas para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Ouriçangas, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 49, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão, Cultural, Esporte e Lazer de Alagoinha do Piauí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoinha do Piauí, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 397, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Lamim e Região Circunvizinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paula Cândido, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 06, de 2009** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o desenvolvimento de Pongaí para Executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pongaí, Estado de São Paulo." O relator designado, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 364, de 2008** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Xarayés - Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pintangueiras, Estado de São Paulo."O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 371, de 2008** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Mania Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 26, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Esportiva de Nova Maringá - Acenoma para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso." O

relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 241, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa de Comunicação os Moradores e Usuários da Água do Município de São José do Siridó RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Siridó, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti, e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº. 242, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Tibau – ARTC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tibau, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº. 235, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Arez / RN - ACCCARN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arez, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Neste momento o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, passa a Presidência para a Senadora Patrícia Saboya, para relatar os seguintes projetos: **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº. 374, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Beneficente de Comunicação Comunitária Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº. 424, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Clube da Rádio Comunitária de Igarapé-Miri para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará." O relator designado, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº. 19, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Companheira - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé-Açu, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e dezessete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira**, **Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura que se realiza nesta data, 25 de março de 2009. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Srªs e Srs. Senadores que concordam com os seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Eu, antes de dar início à nossa pauta de hoje, gostaria de informar, aos membros da CCT, que tínhamos previsto para hoje a visita do excelentíssimo Sr. Ministro das Comunicações, o Senador Hélio Costa. Recebemos ontem uma informação do gabinete do ministro dizendo que, em função de compromissos da agenda institucional que ele teria hoje, ele não poderia vir à reunião que estava agendada. Mas, que o fará na 2ª quinzena do mês de abril. Então vamos entrar em contato com o gabinete do ministro para que possamos agendar a sua visita, que é da maior importância para que ele possa expor aos membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, e Comunicação, o seu plano de trabalho, as suas metas para o biênio 2009, 2010. Vamos confirmar para os dias 22 ou 29 de abril, próximo, a vinda do ministro Hélio Costa.

Recebemos também e coloco à disposição dos Srs. Senadores, o grupo encaminhado pelo Deputado Cândido Vaccarezza, coordenador do grupo de trabalho de consolidação das leis, 4 exemplares da separata Grupo de Trabalho de Consolidação Das Leis, Balanço do Biênio 2007/ 2008, editado pela Câmara. Também está já Secretaria à disposição dos membros da CCT.

SR. SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Cícero Lucena.

SR. SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Surgiu uma missão do Senado... de acompanhamento da transposição das águas do Rio São Francisco, eu vou ter que me ausentar, ao lado de outros senadores, para fazer essa viagem até as obras no Estado de Pernambuco. Eu pediria, se fosse possível, eu sou o relator de duas matérias terminativas, se fosse possível, eu gostaria de apresentar o meu voto e porque, infelizmente, no sentido de não participar desta reunião e, felizmente, para ir acompanhar uma obra tão importante para o meu querido estado da Paraíba, eu vou ter que me ausentar. Então, o meu pedido era a inversão de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero Lucena, V. Exª já tinha comunicado à Comissão, da necessidade da sua ausência, na reunião de hoje, em função de uma missão do Senado Federal, de visita às obras de transposição do rio São Francisco. Eu coloco, assim que entrarmos na pauta da aprovação das concessões de rádio, eu coloco à apreciação dos membros, a inversão de pauta e V. Exª será o primeiro relator a fazer leitura do parecer.

Ainda vamos, então, iniciar a nossa pauta de hoje. O primeiro Item da pauta é um requerimento de... Requerimento que fiz à Comissão, que eu quero estender à lavra de todos os membros, em função da auditoria que o Tribunal de Contas da União fez nas fundações de amparo à pesquisa das universidades. Então, eu fui procurado por algumas fundações, alguns reitores, em que solicitaram que nós pudéssemos fazer esta Audiência Pública para que pudesse, então, ser aberta essa fiscalização e discutida como é que essas fundações de amparo à pesquisa poderão dar continuidade às suas atividades, a partir da intervenção do Tribunal de Contas que, todos nós, temos que louvá-la. Porque, realmente, o que ocorreu aqui em Brasília, ela precisava ter, realmente, uma fiscalização mais rigorosa e isso o Tribunal de Contas o faz com muita competência.

Então, eu coloco à apreciação dos Srs. Senadores, membros da CCT, uma Audiência Pública, um requerimento, para que possamos dirigir convite às autoridades, abaixo relacionadas, para em Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, seja debatida a situação das fundações de apoio às universidades e o futuro do gerenciamento de ciências e tecnologia no Brasil. As autoridades convidadas são: Ministro da Educação, Prof. Dr. Fernando Haddad; Ministro da Ciência e Tecnologia, Prof. Dr. Sérgio Machado Rezende; Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Ubiratan Aguiar; Presidente da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, ANDIFES, Prof. Dr. Amaro Lins, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco; Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Prof. Ronaldo Pena; Presidente da Academia Brasileira de Ciência, Dr. Jacob Palis; Presidente da Associação Brasileira para o Progresso da Ciência, Dr. Marco Antonio Raupp. Este é o requerimento que eu coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Coloco em apreciação a proposta do Senador Marconi Cirilo para que... desculpe, Marconi Perillo, grande senador. Senador Cícero Lucena para que seja feita inversão de pauta. Com os itens que ele irá relatar. Itens 15 e 16. Em discussão. Em votação. Aprovado. Vamos à relatoria do Senador Cícero Lucena, itens 15 e 16. Onde está? Item 15.

Projeto de Decreto Legislativo Nº 63/07. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Cultural Mainha Geralda, para educação e assistência à criança FUNGERALDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos, Estado da Paraíba. Item 16, projeto de Decreto Legislativo Nº 202/08. Terminativo. Aprova o ato que outorga permissão a Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Barão do Grajaú, Estado do Maranhão. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SR. SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Favorável nos dois itens, Sr. Presidente. Aproveito e peça a V. Exª para que registre também nos demais itens terminativos de concessão de rádio, eu acompanho todos os demais relatores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exª, Senador Cícero. Desejo uma boa viagem, sucesso na missão de fiscalização às obras de transposição do rio São Francisco. Os itens 2, 3 e 4 de relatoria do nobre Senador Marco Maciel, ele está a caminho da Comissão, vamos ao item 4. Item 5, melhor dizendo.

Item 5, projeto de Decreto Legislativo Nº 335/08. Aprova o ato que outorga a permissão à empresa Cruzeirense de Telecomunicações de Rádio e TV Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Marechal Taumaturgo, Estado do Acre. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SR. SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu sou favorável, o processo está regu-

larizado, passou pelo crivo das Assessorias, passou pela Câmara. Eu queria, aproveitando a oportunidade, apresentar a minha solidariedade ao povo do Acre. Nessa reforma malfadada da ortografia, custou uma fortuna, e não sei representa muita coisa, passaram a grafar o nome *acrianos*, no lugar de *acreano*s, e o povo do Acre não aceita esse tipo de intromissão no gentílico, denominação dos nascidos no Estado do Acre. Eu acho que tem que ser acreanos porque o nome do estado é Acre e não acrianos como pretende essa malfadada reforma.

Apoio à rádio e TV local e também de Marechal Taumaturgo e também apoio a essa posição tomada pelos acreanos diante da tentativa de mudança do seu gentil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Gerson Camata. V. Exª tem toda razão. V. Exª é solidário ao povo do Acre. Tem que atender à sociedade que quer ser continuada chamada de acreanos e não acrianos. Ao final da aprovação da pauta, Senador Gerson Camata, pediria a V. Exª que fizesse aos membros da Comissão um resumo dos trabalhos do grupo, que trata da questão dos custos da telefonia. O item 6, relator é o Senador Renato Casagrande, que teve que ir a uma audiência no Tribunal de Contas da União, representando o Presidente do Senado, Senador José Sarney. Ele vai retornar, vamos verificar se há tempo dele voltar, senão, faremos... Como ele deixou acordado, um relator *ad hoc.* O item 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, Relator Senador Sérgio Zambiasi. Item 7.

SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): 14 também, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): 14 também. Item 7. Projeto, eu vou fazer a leitura da... Projeto de decreto Legislativo Nº 76/08, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à: MS Um Comunicações e Exploração de Serviço de Radiodifusão Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada na cidade de Siderópolis, Estado de Santa Catarina. Item 8, projeto de Decreto Legislativo Nº 180/08, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Içara para executar serviço de radiodifusão comunitária no cidade de Içara, Estado de Santa Catarina. Item 9, projeto de Decreto Legislativo Nº 262/08, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Cidade de São José Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

Item 10, projeto de decreto Legislativo Nº 312/08. Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Portal FM Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina. Item 11, projeto de decreto Legislativo Nº 316/08, terminativo: Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Nova Itaberaba FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina. Item 12. Projeto de Decreto Legislativo Nº 317/08, terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novo Horizonte, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Lontras, Estado de Santa Catarina.

Item 13, projeto de Decreto Legislativo Nº 406/08, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Albarello & Folle Comunicações Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Palmitinho, Estado do Rio Grande do Sul. Item 14, projeto de Decreto Legislativo Nº 56/09, terminativo. Aprova o ato que outorga a concessão à TV Nova Conexão Ltda, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, o projeto de Decreto Legislativo Nº 76, que aprova o ato que outorga a permissão à MS Um Comunicações e Exploração de Serviço de Radiodifusão Ltda, para explorar serviços de rádio difusão sonora em frequência modulada na cidade de Siderópolis, Estado de Santa Catarina. O parecer é favorável, assim como também o projeto de Decreto Legislativo 180, que outorga a autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Içara, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de içara, em Santa Catarina. Item 9, projeto Decreto Legislativo Nº 262 que aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Cidade São José Ltda, para explorar serviços de rádio difusão sonora em frequência modulada na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.Parecer é favorável.

Item 10, projeto de Decreto Legislativo Nº 312, aprovado, que outorga a permissão à Rádio Portal FM Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina. Parecer favorável. Item 11, o projeto de Decreto Legislativo Nº 316/08. Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Nova Itaberaba FM, para executar serviços de radiodifusão

comunitária na cidade de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina. Parecer favorável. Item 12, projeto de Decreto Legislativo Nº 317, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novo Horizonte, para executar serviços de radiodifusão comunitária, na cidade de Lontras, Estado de Santa Catarina. Parecer é favorável.

Item 13, aprova o ato, projeto de Decreto legislativo 406/08, aprova o ato que outorga permissão à Albarello & Folle Comunicações Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Palmitinho, Estado do Rio Grande do Sul, o parecer também é favorável. E, por último, por uma generosa concessão do Senador Flávio Arns, pelo relato de uma TV do Paraná, projeto do Decreto Legislativo Nº 56 que aprova o ato que outorga concessão à TV Nova Conexão Ltda, para explorar os serviços de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Pato Branco, no Estado do Paraná. O parecer também é favorável, Presidente Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi. Os itens 15 e 16 já foram relatados pelo Senador Cícero Lucena. Vamos aos itens 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23. Relator, Senador Flávio Arns. Item 17, projeto de Decreto Legislativo Nº 71/08, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural e Comunitária Vale do Uruguai, ACOVALE, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina. Item 18, projeto de Decreto Legislativo Nº 133/08, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio de Medianeira, sociedade por cotas limitadas, para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Item 19, projeto de Decreto Legislativo Nº 197/08, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Amigos de Piratuba, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Piratuba, Estado de Santa Catarina. Item 20, projeto de Decreto Legislativo Nº 217/08, terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Universal Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sara, Estado de Santa Catarina. Item 21, projeto de Decreto Legislativo Nº 259/08, aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Itapema, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina.

Item 22, projeto de Decreto Legislativo Nº 340/08, terminativo, aprova o ato que outorga a autorização à Associação dos Amigos Solidários de Francisco Alves, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Alves, Estado do Paraná. Item 23, projeto de Decreto Legislativo Nº 343/08. Terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação para Desenvolvimento Social, Econômico e Cultural de Pinhão, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhão, Estado do Paraná. Com a palavra o Senador Flávio Arns para fazer as suas relatorias.

SR. SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Os pareceres, Sr. Presidente, em relação aos itens lidos são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exª, Senador Flávio Arns. Vamos aos itens, ao Item 24. Relator, Senador Valdir Raupp. Projeto de Decreto Legislativo Nº 294/08. Terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Vital e Prado Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cacau, Estado de Rondônia. Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SR. SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exª, Senador Valdir Raupp. Item 25, Senador Eduardo Azeredo encontra-se em missão no exterior. Solicito ao Senador Antonio Carlos Júnior para que possa fazer a leitura do seu parecer. O Item 25 projeto de Decreto Legislativo Nº 45/09, terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Córrego Fundo, a CCF, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peçanha, Estado de Minas Gerais. Antes de passar a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior, gostaria de pedir aos nobres senadores que permaneçam, porque nós temos votação nominal em função de ser, dos projetos serem terminativos. Se não tivermos quorum, não vamos poder aprovar as relatorias que foram feitas. Senador Antonio Carlos.

SR. SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o parecer é favorável para a Rádio Comunitária da Cidade de Peçanha, em Minas Gerais. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior. Vamos aos Itens 26, 27 e 28. Com o relator o Senador Antonio Carlos Júnior. Item 26, projeto de Decreto Legislativo Nº 359/08, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária

AREMBEPE de Radiofusão e Incentivo à Cultura, Artes e Esportes, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia. Item 27, projeto de Decreto Legislativo Nº 426/08, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ouriçangas, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouriçangas, no Estado da Bahia. Item 28, projeto de Decreto Legislativo Nº 49/09, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural, Esporte e Lazer de Alagoinha do Piauí, para executar o serviço de radiodifusão comunitário na cidade do Alagoinha do Piauí, Estado do Piauí. Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Júnior.

SR. SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os pareceres sobre os Itens 26, 27 e 28 são todos três favoráveis. Agradeço a V. Exª, Senador Antonio Carlos Júnior. Vamos ao Item 29, relatoria do nosso Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira. Item 29, projeto de Decreto Legislativo Nº 397/08. Terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Lamim e Região Circunvizinha, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Cândido, Estado de Minas Gerais. Com a palavra, o Senador Wellington Salgado.

SR. SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu queria dizer que eu esqueci os óculos... Então, fica difícil. Então, eu queria dizer que eu acompanho o meu próprio relatório e está lá... Oh Senador Camata, por favor, eu poderia pegar os óculos do Senador Camata? Eu gostaria de ver o mundo como o Senador Camata vê com os seus olhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Wellington está sem rumo.

SR. SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Qual é o item, Presidente? O item é qual?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 29.

SR. SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Oh, Senador Camata, o mundo de outro jeito...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Associação dos Moradores de Lamim, radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Cândido, Estado de Minas Gerais, Senador Wellington.

SR. SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aqui, Senador, muito obrigado pela paciência. Afinal. Bom, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o projeto do Decreto Legislativo Nº 397/08, da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores de Lamim e Região Circunvizinha, para executar na cidade de Paulo Cândido, Estado de Minas Gerais. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS Nº 397/08 não evidenciou violação em legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, apelamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação dos Moradores de Lamim e Região Circunvizinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Cândido, Estado de Minas Gerais. Na forma do projeto Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o meu voto senhor, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Wellington Salgado, V. Ex ª é o relator do Item 30. Projeto de Decreto Legislativo Nº 06/09, terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Pongaí, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Pongaí, Estado de São Paulo. Senador Wellington Salgado.

SR. SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu vou direto ao voto. Queria dizer, Sr. Presidente, que ver o mundo com o óculos do Senador Camata, um dos senadores mais votados do Espírito Santo, é um mundo completamente diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É azul, né? Mundo azul.

SR. SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É a maior renda *per capita* do país hoje, o Estado de V. Exª. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS Nº 06/09, não evidenciou violação à legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, apelamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Pongaí, para executar o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pongaí, Estado de São Paulo, na forma do projeto Decreto Legislativo da Câmara dos Deputados. É esse o meu voto, Sr. Presidente. Pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Wellington Salgado. Item 31, Relator Senador Marcelo Crivella. Vamos aguardá-lo. E Item 32 também, Marcelo, Senador

Marcelo Crivella. Vamos ao Item 33 da pauta, Relator Senador Gilberto Goellner. Projeto de Decreto Legislativo Nº 26/09, terminativo. Aprova o ato de outorga autorização à Associação Cultural Esportiva de Nova Maringá - ACENOMA, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso. Senador Gilberto Goellner.

SR. SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O nosso relatório é favorável À radiodifusão comunitária da cidade de Nova Maringá, ACENOMA, Estado do Mato Grosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exª, Senador Gilberto Goellner. Vamos aos Itens 2, 3 e 4. Relatoria do nosso Senador Marco Maciel. Item 2. Ofício 371/08, PDS 598/03, não terminativo. Vamos deixar esse para o final, Senador Marco Maciel. É não terminativo.

SR. SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não há necessidade de votação nominal. Item 3, projeto de decreto Legislativo Nº 258/08, terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Orocó, Pernambuco, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Orocó, Estado de Pernambuco. Item 4, projeto de Decreto Legislativo Nº 260/08, terminativo. Aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Cultural FM, de Exu, Pernambuco, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Exu, Estado do Pernambuco. Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SR. SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, os Itens 3 e 4 que acabam de ser lidos por V. Exª, tem o meu parecer favorável. E, portanto, devolvo a V. Ex ª a palavra para prosseguir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exª, Senador Marco Maciel. Solicitaria ao Senador Gilberto Goellner que pudesse relatar *ad hoc* o parecer do Senador Renato Casagrande, Item 6, projeto de Decreto Legislativo Nº 25/09, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação E Cultura Onda Viva, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marília, Estado de São Paulo. Palavra o Senador Gilberto Goellner, *ad hoc.*

SR. SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O voto do relator, Senador Renato Casagrande é favorável à Radiodifusão Comunitária da Cidade de Marília, Estado de São Paulo. Agradeço a V. Exª, Senador Gilberto Goellner, vamos aos itens... Acho que já foi lido. Já foi lido. Já foi lido. Foi o Goellner. Itens 31, 32 de relatoria do Senador Marcelo Crivella. Solicito ao Senador Gerson Camata que possa fazer a relatoria *ad hoc*. Item 31, projeto de Decreto Legislativo Nº 364/08, terminavam, aprova o ato que outorga a permissão à XARAYÉS - Comunicação e Marketing Ltda, para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pitangueiras, Estado de São Paulo. Item 32, projeto de Decreto Legislativo Nº 371/08, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio FM Mania Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro. Relator, Gerson Camata.

SR. SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com muita honra substituo aqui o Senador Marcelo Crivella, que exala pareceres favoráveis aos dois itens que V. Exª acaba de anunciar. Tanto a Radiodifusão Sonora na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, quanto à Radiodifusão Sonora de FM da Cidade de Pitangueiras, Estado de São Paulo. É o parecer do Senador Marcelo Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nobre Senador Gerson Camata. Vamos aos Itens 34, 35 e 36, relatoria do Senador José Agripino. Solicito ao nobre Senador Roberto Cavalcanti que possa fazer a relatoria *ad hoc* desses itens. Item 34, projeto de Decreto Legislativo Nº 241/08, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa de Comunicação dos Moradores e usuários da Água do Município de São José do Seridó, Rio Grande do Norte. Na cidade de São José do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte. Item 35, projeto de Decreto Legislativo Nº 242/08, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Tibau, ARTC, para executar serviços de radiodifusão na cidade de Tibau, Estado do Rio Grande do Norte.

Item 36, projeto de Decreto Legislativo Nº 235/08, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Arez, Rio Grande do Norte, ACCCARN para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Arez, Estado do Rio Grande do Norte. Com a palavra Senador Roberto Cavalcanti.

SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, o Sr. Relator, o Senador José Agripino nos três itens, ele tem parecer favorável. Então, o Item 34, Estado do Rio Grande do Norte da Rádio Associação Educativa de Comunicação dos Moradores e usuários do Município de São José do Seridó, no Item 35 a Associação Radiodifusão Comunitária de Tibau, cidade de Tibau, Estado do Rio Grande do

Norte, e o Item 36, a Rádio Associação Comunitária de Comunicação, a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Arez, Rio Grande do Norte também Estado do Rio Grande do Norte, cidade de Arez, também de relatoria do Senador José Agripino, todos os três itens favoráveis. Acompanhamos aí de forma positiva os três relatórios do Senador José Agripino de forma favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exª, Senador Roberto Cavalcanti, pela relatoria *ad hoc* dos três itens que tem, como relator, o Senador José Agripino. Transfiro a Presidência à Senadora Patrícia Saboya para que possa fazer o relato dos três próximos itens. Com a presidência, Senadora Patrícia Saboya.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Bom dia a todos os senadores, é um prazer enorme poder aqui presidir, nesse momento, a sessão, para que o nosso querido senador, presidente desta Comissão, Senador Flexa, possa, na verdade, pronunciar o seu parecer de três projetos. O Item 37 que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Beneficente de Comunicação Comunitária Liberdade FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Pará.

Item 38, aprova o ato que outorga autorização à Associação Clube da Rádio Comunitária de Igarapé-Miri, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará. E o Item 39, que aprova o ato que outorga a autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Companheira FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé-Açu, Estado do Pará. Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro, Presidente desta Comissão.

SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senhora presidenta, Srs. Senadores, é uma satisfação muito grande relatar os itens referentes ao Estado do Pará. O item 37, parecer favorável para a aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Cultural Beneficente de Comunicação Comunitária Liberdade FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária cidade de Redenção, no Estado do Pará, na forma do projeto Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados. O Item 38, parecer favorável para aprovação do ato que outorga autorização à Associação Clube da Rádio Comunitária de Igarapé-Miri, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará.

E o Item 39 também parecer favorável pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Companheira FM, para serviço, executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé-Açu, no Estado do Pará na forma de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Os três Municípios, tanto Redenção, Prefeito Vagner Fontes; quanto o Município de Igarapé-Miri, Prefeito Pina; e o Município de Igarapé-Açu com a Prefeita Sandra são da maior importância, e vão ter a possibilidade de terem rádios que possam, comunitárias, que possam trazer a informação à população. Esse é o voto, Srª Presidente. Retorna para mim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): O voto favorável, parecer favorável. Agora retorno a palavra ao Presidente Flexa Ribeiro.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a Senadora Patrícia Saboya que nos sucedeu, substituiu aqui na presidência, enquanto eu fazia o relato das rádios para o Estado do Pará. Senador Crivella, os itens referentes à relatoria de V. Exª foram relatados pelo nobre Senador Gerson Camata. V. Exª queria aditar alguma informação aos itens?

SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Apenas, Sr. Presidente, eu, em agradecimento a ele, vou trazer chocolates lá do Rio de Janeiro, porque não tem chocolate no Espírito Santo, infelizmente. Mas farei isso com muita alegria e gratidão, porque temos aqui no Senador Gerson Camata... Que é autor de um projeto interessantíssimo também que fala sobre *castração química* e que nós vamos apresentar em breve para discutir e eu sou o relator. Então, eu agradeço muito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Crivella. Vamos à votação em globo dos itens terminativos: 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, todos com parecer favorável. Como vota o Senador Marcelo Crivella?

SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, voto com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti?

SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado?

SR. SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, V. Exª falou que vota em globo. Eu queria dizer que também po-

demos votar também Record, SBT. Entendeu? Bandeirantes...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade.

SR. SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Então, preste atenção porque é a Comissão de Ciência e Tecnologia... E aqui passa tudo em televisão. Tem que ter cuidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exª tem toda razão.

SR. SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Voto com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gerson Camata?

SR. SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior?

SR. SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sérgio Zambiasi?

SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB - RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senadora Patrícia Saboya?

SRª SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flávio Arns?

SR. SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gilberto Goellner?

SR. SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marco Maciel?

SR. SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com 9 votos favoráveis, os projetos foram aprovados. Vamos ao Item 2 da pauta não terminativa de relatoria do Senador Marco Maciel. Encaminha sentença proferida nos autos, Ofício Nº 371/08, PDS 598/03 não terminativo. Encaminha sentença proferida nos autos da Representação Eleitoral Nº 1356/08, que versa sobre descumprimento de obrigação legal de geração de programa eleitoral gratuito pela Fundação José Álvares, executora de serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado do Pernambuco. Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SR. SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, se refere ao Item 2, que V. Exª acaba de anunciar, que trata de matéria não terminativa. Que encaminha a sentença proferida nos autos da Representação Eleitoral Nº 1356/08, e versa sobre o descumprimento de obrigação legal de geração de programa eleitoral gratuito pela Fundação Josefa Álvares, executora os serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória Santo Antão, Estado de Pernambuco. A autoria é da 18ª Zona Eleitoral do Estado de Pernambuco, a relatoria me foi concedida por intermédio de V. Exª e o parecer é pelo conhecimento e arquivamento da matéria. Este é o meu parecer, Sr. Presidente, se V. Exª solicitar, poderei dar dados complementares.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Marco Maciel. Em discussão o parecer. O Senador Marco Maciel. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado. Antes de encerrar a reunião, a 4ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, eu quero só informar que a Secretaria da Comissão recebeu o ofício do Gabinete do Ministro da Ciência e Tecnologia, que versa no seguinte teor: Sr. Presidente, encaminho a V. Exª para conhecimento o protocolo adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para a criação do Centro Franco Brasileiro da Biodiversidade Amazônica. Conforme avulso, anexo. Pedro Rogério de Mello de Lima, Chefe da Assessoria Parlamentar do Gabinete Do Ministro. O documento encontra-se à disposição e encaminharei uma cópia do mesmo aos membros da CCT.

Não havendo mais nenhum item da pauta, peço ao Senador Gerson Camata que faça um breve relato dos trabalhos que... Do grupo que trata da questão do custo da telefonia no nosso país. Senador Gerson Camata com a palavra.

SR. SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu, mais uma vez, obrigado pela minha designação para estudar esse problema. Nós já estamos recolhendo os primeiros documentos relativos ao estudo. E encontramos a primeira dificuldade que foi que esse estudo feito para o [ininteligível] ONU, dizendo o que Brasil tem as tarifas mais elevadas do mundo, a nosso ver, não inclui os tributos. Quer dizer, é puramente os serviços telefônicos sem os tributos. Entretanto, num estudo também que a consultoria

está fazendo sobre a tarifa mais o tributo, realmente, os tributos representam, em média, 40%, 46% em alguns estados, como Rondônia: 54%, da tarifa telefônica. Rondônia tem o ICMS mais caro sobre telefone do mundo: 38%.

A média nos países latino americanos é 10%, 12%, no Brasil é 46%. Então, agora, nós temos que... Eu estou mandando um consultor no escritório da ONU aqui, para ver como é que nós conseguimos saber se aquele estudo, efetivamente, inclui tributos ou não inclui tributos. Porque se inclui, realmente o estudo está certo. Se não inclui, também as empresas telefônicas estão cobrando acima das tarifas de outros países. Então nós estamos fazendo, primeiro, um quadro comparativo. Feito o quadro comparativo, nós vamos ver quem é que nós vamos chamar para aqui e fazer publicamente que cada um se explique.

E a outra coisa que eu acho que é necessária, porque a comunicação, e daí eu já estou prevendo que nós vamos ter que fazer isso, comunicação é um assunto estritamente do Governo Federal. Não é? E não pode um Estado taxar de um jeito e outro, de outro jeito. Eu acho que já que o Governo Federal que disciplina a comunicação, ele deve também disciplinar o ICMS que cada unidade da federação cobra sobre as tarifas telefônicas, o ICMS que elas jogam em cima. Há disparidade entre os estados. Uma outra coisa também, nós estamos debruçando, eu comuniquei a V.Exª, sobre o preço da energia elétrica. A nossa energia elétrica que é quase toda de origem hidrelétrica, não é? É o dobro da cobrada nos Estados Unidos em dólar. Quer dizer, nós temos que ver por que ela é o dobro também. Como nós vamos ver as tarifas são pesadíssimas.

E a outra coisa que nós estamos vendo também e, no dia da audiência, nós vamos ter que interrogar os distribuidores de sinais de Internet, por que alguns estados recebem até 32, 48 megabytes de Internet e alguns estados só recebem um, no máximo. Sendo que as companhias, quando vendem um, só são obrigadas a entregar 10% do que vendem. Essas coisas todas têm que passar sob o crivo dessa Comissão e, oportunamente, eu trarei a V. Exª as pessoas que nós vamos chamar para que nós possamos fazer um debate bem aberto e que todas as pessoas que acompanham pela TV Senado possam ter uma idéia de por que o Brasil tem a conta elétrica, uma das mais caras do mundo, a conta de telefone, a mais cara do mundo. E por que é que nós temos uma Internet tão mal distribuída e também com a taxação tão relapsa.

Imagine o senhor se eu vendesse ao senhor 10 litros de leite, recebesse por 10 e entregasse um litro. O senhor, certamente, me chamaria de vigarista. E eu não quero que isso aconteça comigo e espero que não venha acontecer com as empresas que distribuem os sinais da Internet.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Gerson Camata, tendo certeza absoluta que o grupo sob a sua coordenação fará um trabalho esclarecedor à sociedade brasileira, exatamente, dos custos da telefonia. V. Exª se refere também à energia e à questão da Internet. V. Exª levanta uma questão, Senador Marco Maciel, da alta tributação no nosso país, não é? A carga tributária é insustentável pela sociedade. Neste caso da telefonia, que V. Exª se refere ao ICMS, é um assunto que será estudado, como V. Exª colocou muito bem aqui, mas me parece, e o Senador Marco Maciel pode esclarecer, que não pode haver ingerência da União na alíquota do ICMS. É um tributo estadual que é definido pelos governadores.

Mas V. Exª tem toda razão. Há uma discrepância e muito grande na incidência desses encargos. Hoje, a receita dos estados, elas estão concentradas em 4 ou 5 segmentos da sociedade e que representam 80% da receita e, com isso, facilita a máquina arrecadadora, penaliza o usuário, e faz com que os outros 20% tenham, então, uma fiscalização que não dá ao Estado a insegurança(?) da receita. Então, eu acho que é um assunto que deva ser aprofundado, e V. Exª fará nesse grupo de trabalho.

SR. SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu até estava vendo ontem, Sr. Presidente, na Bolívia, por exemplo, toda a tributação sobre comunicação é de 10% apenas. Eu estou até sendo levado a ir comprar um celular lá na Bolívia, porque é mais barato do que aqui, a ligação certamente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mesmo com a tarifa internacional, Senador Marco Maciel?

SR. SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Apenas para dizer que, de fato, a cunha fiscal é muito alta. Está havendo um grande debate agora sobre o *spread*. Por exemplo, na composição do *spread* há 26% de tributos da União e ainda, por cima 6,5% estão equivocados de IOF, significa que já leva mais 30% nisso. Aí quer dizer, não vai baixar o *spread* significativamente enquanto não se fizer uma revisão desses procedimentos tributários.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço o Senador Marcos Maciel. Não havendo mais itens na pauta, declaro encerrada a nossa 4ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação, Informática do Senado Federal. Muito obrigado.

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	**GESTÃO – 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru–simples.asp Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX–61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.
Contato internet: 3311-4107

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA–DF
CNPJ: 00.530.279/0005–49 CEP 70 165–900

EDIÇÃO DE HOJE: 598 PÁGINAS

(OS: 11467/2009)